CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFF / UNIOESTE

GILBERTO GRASSI CALIL

O INTEGRALISMO NO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa

NITERÓI
2005

GILBERTO GRASSI CALIL

O INTEGRALISMO NO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa

Tese apresentada ao Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF / UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do Grau Doutor. Área de Concentração em História Moderna e Contemporânea

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Fontes

Niterói

2005

GILBERTO GRASSI CALIL

O INTEGRALISMO NO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa

Tese apresentada ao Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF / UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do Grau Doutor. Área de Concentração em História Moderna e Contemporânea

Aprovada em fevereiro de 2005

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes Fontes
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Luis Edmundo de Souza Moraes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. René Ernaini Gertz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

_____

Profa. Dra. Sonia Regina Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2005

Quando se quer escrever a história de um partido político, deve-se enfrentar na realidade toda uma série de problemas muito menos simples do que aqueles imaginados, por exemplo, por Robert Michels, considerado um especialista no assunto. O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma seu programa e sua concepção do mundo e da vida? Tratar-se-ia, nesse caso, da história de grupos intelectuais restritos e, em alguns casos, da biografia política de uma individualidade singular. Portanto, a moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente. Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou "realisticamente", dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas. Mas será que esta massa é constituída apenas pelos adeptos do partido? Será suficiente acompanhar os congressos, as votações, etc., isto é, todo o conjunto de atividades e de modos de existência através dos quais uma massa de partido manifesta sua vontade? Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global em todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que **escrever a história de um determinado partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico**, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país.

Desse modo, é a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser. O sectário se exaltará com os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de entusiasmo místico; o historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, sua força determinante, positiva ou negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem. [1]

[1] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 87-88.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AC	Ato Complementar
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AI	Ato Institucional
AIB	Ação Integralista Brasileira
APHRC	Arquivo Publico e Histórico de Rio Claro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CDAIBPRP	Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPS	Fundo Plínio Salgado
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
LDN	Liga de Defesa Nacional
MCSHJC	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNP	Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrático Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PL	Partido Libertador
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Renovador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	Partido Renovador Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SAA	Sociedade dos Amigos da América
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

Lista de Tabelas

Tabela 1: Perfil sócio-profissional dos simpatizantes do PRP no estado de Minas Gerais	250
Tabela 2: Perfil sócio-profissional dos dirigentes municipais do PRP em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, e dos filiados em Porto Alegre (RS)	251
Tabela 3: Perfil sócio-profissional dos candidatos a deputado (federal e estadual) no Distrito Federal (1947), Rio Grande do Sul (1950 e 1962), Ceará (1954), Rio de Janeiro (1958), e Paraíba (1962)	253
Tabela 4: Perfil sócio-profissional dos membros dos diretórios regionais do Amazonas, Ceará, Guanabara, Goiás, Guaporé, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.	255
Tabela 5: Perfil sócio-profissional dos signatários da Carta Aberta à Nação, de 17.5.1945	256
Tabela 6: Perfil social dos deputados federais e senadores do PRP	257
Tabela 7: Índice médio dos grupos sociais dentre os simpatizantes do PRP, os dirigentes municipais e eleitores, os signatários da Carta Aberta e os candidatos a deputado	259
Tabela 8: Receita do Diretório Nacional em 1948, 1952 e 1959	272
Tabela 9: Despesas efetuadas pelo Diretório Nacional em 1948, 1952 e 1959	274
Tabela 10: Receita da Campanha eleitoral de Plínio Salgado em 1955	277
Tabela 11: Destinação dos recursos arrecadados pela Campanha Financeira Permanente da Ação Nacionalista Brasileira entre 25.1.1957 e 30.4.1958	281
Tabela 12: Os vinte principais anunciantes de *A Marcha* entre 20.2.1953 e 25.9.1953	287
Tabela 13: Votação recebida pelo PRP por estado na eleição para Câmara Federal em 1945, nas eleições para assembléias legislativas em 1947. 1950 e 1954, na eleição presidencial de 1955 e nas eleições para assembléias legislativas em 1958 e 1962	314
Tabela 14: Percentual de votos obtido pelo PRP em relação aos válidos por estado na eleição para Câmara Federal em 1945, nas eleições para assembléias legislativas em 1947, 1950 e 1954, na eleição presidencial de 1955 e nas eleições para assembléias legislativas em 1958 e 1962	315
Tabela 15: Concentração da votação do PRP por região	316
Tabela 16: Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PRP eleitos no Rio Grande do Sul	317
Tabela 17: Deputados federais e estaduais eleitos pelo PRP, por estado	318
Tabela 18: Concentração da votação do PRP (percentagem dos votos recebidos no estado onde recebeu maior votação absoluta, nos três estados e nos cinco estados)	318
Tabela 19: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de janeiro de 1947	382
Tabela 20: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP na eleição de 1950	412
Tabela 21: Cargos ocupados pelo PRP entre 1951 e 1954 em governos estaduais	414
Tabela 22: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de	

1954	416
Tabela 23: Distribuição dos Centros Culturais da Juventude por estado	456
Tabela 24: Núcleos Municipais e Distritais da UOCB	465
Tabela 25: Distribuição dos Núcleos Municipais e Distritais da UOCB por estado	466
Tabela 26: Comparação entre a posição relativa dos estados em relação ao percentual de votos do PRP, o número total de seus votos, o número de centros culturais da juventude e o número de núcleos da UOCB	470
Tabela 27: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1958	541
Tabela 28: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1960	576
Tabela 29: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1962	610
Tabela 30: Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1965	659
Tabela 31: Resumo dos relatórios produzidos pela Organização do Serviço Imprensa e Propaganda no Estado de São Paulo localizados no APHRC.	768

Resumo

Esta tese tem como objeto a intervenção do integralismo no processo político brasileiro entre 1945 e 1965, período que corresponde à trajetória do Partido de Representação Popular, formado pelos integralistas no contexto da crise do Estado Novo e extinto junto aos demais partidos pelo Ato Institucional número 2. Sustenta que o integralismo não era um elemento exótico no processo político brasileiro, mas um componente importante da dominação burguesa, extremando posições excludentes e repressivas defendidas também por outros movimentos políticos e agentes sociais. A hipótese geral é que o PRP desempenhou um papel importante na dominação burguesa no Brasil entre 1945 e 1965, o que se verifica em sua intervenção política no conjunto do período, tendo como elementos centrais sua relação permanente com o conjunto de organizações políticas, visando a estabilização política e a preservação do status quo econômico e social; sua ação permanente visando a afirmação de uma concepção excludente e restrita de democracia; e a disseminação teórica e prática do anticomunismo e enfrentamento aos setores populares. Em resposta ao novo contexto político, o integralismo reformulou sua estratégia, abandonando a perspectiva de assalto ao poder a curto prazo – que caracterizou o movimento entre 1932 e 1937, adaptando sua intervenção às condições estabelecidas pela ordem institucional vigente a partir de 1945. Um aspecto relevante desta intervenção é sua perspectiva de promoção de uma ampla *Contra-Reforma Intelectual e Moral* marcada por uma concepção cristã ultraconservadora e por uma visão hierárquica de sociedade, pautada pela ordem e pela obediência. Para isto, os integralistas contaram com diversos instrumentos além do PRP, dentre os quais uma editora, uma imprensa doutrinária, programas radiofônicos e organizações voltadas aos trabalhadores e à juventude. Seu papel específico para a dominação burguesa se deu pela mobilização ativa de importantes parcelas da pequena burguesia. A avaliação da trajetória integralista entre 1945 e 1965 levará em conta os seguintes aspectos: a reorientação doutrinária conduzida por Salgado para apresentar o integralismo como "democrático"; o processo de formação do PRP; sua composição social; seu financiamento; a estrutura interna e a hierarquia do PRP; as diferentes fases da trajetória do integralismo em sua relação com os demais movimentos e partidos políticos; sua intervenção no parlamento; sua participação em governos estaduais e no governo federal; a constituição de organizações integralistas extrapartidárias, com destaque para os centros culturais da juventude; sua atuação no interior da conspiração golpista que instaurou a ditadura; e os elementos centrais de seu projeto político, com destaque para a concepção excludente de democracia e a afirmação teórica e prática do anticomunismo, caracterizando-se como "cão de guarda" da ordem vigente.

RESUMO **8**

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO 1 - A "REDEMOCRATIZAÇÃO" DE 1945 E A NOVA ORDEM POLÍTICA **23**
1.1 A INTERPRETAÇÃO CORRENTE 24
1.2 OUTROS SUJEITOS NA DEMOCRATIZAÇÃO 27
1.3 OS EMBATES EM TORNO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO 35
1.3.1 A intervenção da burguesia industrial: Estado, planejamento e industrialização *37*
1.3.2. A polêmica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin *42*
1.3.3 A crise do Estado Novo e a política econômica *45*
1.4 A REAÇÃO DO LIBERALISMO ANTIPOPULAR 47
1.5 O GOLPE MILITAR DE OUTUBRO DE 1945: A IMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA EXCLUDENTE 57
1.6 A INTERVENÇÃO DOS COMUNISTAS 64
1.7 O GOVERNO DUTRA E A CONSTITUIÇÃO DE 1946 71
1.7.1 A Assembléia Nacional Constituinte sob tutela *73*
1.7.2 A disputa em torno dos rumos econômicos *76*
1.7.3 Luta de classes e repressão *85*
1.8 A DEMOCRACIA ESFACELADA 94
1.9.1 O debate em torno do conceito de populismo *97*
1.9.2 Populismo como projeto hegemônico *102*
1.9.3 A luta de classes sob o populismo: entre a cooptação e a repressão *106*
1.9.4 O movimento operário, a retomada das greves e a constituição das centrais sindicais *108*
1.9.5 A emergência das lutas camponesas *116*
1.9.6 Acirramento da luta de classe e crise do populismo *118*

CAPÍTULO 2 - O INTEGRALISMO: DOS ANOS 30 À "REORIENTAÇÃO DOUTRINÁRIA" **122**
2.1 – FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DA AIB 123
2.1.1. A formação política de Plínio Salgado e o lançamento do integralismo *123*
2.1.2 A estruturação de um movimento de massas *129*
2.1.3 A organização interna do integralismo *131*
2.2 – A AIB COMO MOVIMENTO FASCISTA 137
2.2.1 Ideologia e Projeto do integralismo *137*
2.2.2 O papel desempenhado pela AIB no processo político brasileiro *145*
2.2.3 Caracterização do fascismo *147*
2.2.4 A AIB como movimento fascista *159*
2.2.5 Os vínculos da AIB com o fascismo italiano e com o nazismo *169*
2.3 – O INTEGRALISMO E O ESTADO NOVO 173
2.3.1 O envolvimento integralista no golpe de Estado de 1937 ..... *173*
2.3.2 O integralismo sob o Estado Novo *174*
2.3.3 A Intentona integralista e o exílio de Plínio Salgado *177*
2.3.4 O envolvimento do integralismo com a espionagem nazista *185*
2.4 – PLÍNIO SALGADO EM PORTUGAL (1939-1946) 187
2.4.1 Os manifestos aos integralistas e as tentativas de reconciliação com Vargas *187*
2.4.2 Atividades e relações políticas de Plínio Salgado no exílio *192*
2.4.3 A reorientação doutrinária do integralismo *196*

CAPÍTULO 3 -PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR: FORMAÇÃO, BASE SOCIAL E FINANCIAMENTO **206**
3.1 A FORMAÇÃO DO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR 206
3.1.1 O contexto hostil de 1945 e as denúncias contra o integralismo *206*
3.1.2 O integralismo na defensiva *210*
3.1.3 O integralismo se rearticula: do início de 1945 ao "Manifesto-Diretiva" *213*
3.1.4 Das negociações com Dutra e o PSD à fundação do PRP *224*
3.1.5 A obtenção e manutenção do registro partidário *227*
3.2 A BASE SOCIAL DO PRP 238
3.2.1 Capitalismo e pequena burguesia *239*
3.2.2 A metodologia utilizada *257*

3.2.3 O perfil dos eleitores ... *259*
3.2.4 O perfil dos militantes e dirigentes municipais ... *263*
3.2.5 O perfil dos dirigentes estaduais ... *265*
3.2.6 O perfil da direção nacional ... *267*
3.2.7 O PRP e a pequena burguesia ... *271*
3.2.8 Pequena burguesia e projeto social ... *276*
3.3 O FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO ... 282
3.3.1 As receitas e despesas ordinárias ... *282*
3.3.2 As campanhas de arrecadação ... *288*
3.3.3 O financiamento de A Marcha ... *294*
3.3.4 Vínculos com os grandes grupos econômicos ... *302*

CAPÍTULO 4 - PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR: ESTRUTURA INTERNA E HIERARQUIA ... 309
4.1 A ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA ... 310
4.1.1 A organização partidária e a dinâmica dos diretórios ... *310*
4.1.2 O PRP como partido nacional ... *324*
4.1.3 A imprensa integralista ... *331*
4.2 A HIERARQUIA PARTIDÁRIA ... 339
4.2.1 O controle centralizado e a ausência de democracia interna ... *341*
4.2.2 Plínio Salgado e o Gabinete da Presidência Nacional do PRP ... *344*
4.2.3 Os processos de expulsão ... *349*
4.2.4 Os conflitos internos nos diretórios regionais ... *351*
4.2.5 As intervenções em diretórios regionais ... *358*
4.2.6 O controle exercido sobre os parlamentares ... *370*

CAPÍTULO 5 – 1945-1952: AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL E ALIANÇA COM O PÓLO CONSERVADOR ... 379
5.1 A JUSTIFICAÇÃO DAS ALIANÇAS ... 379
5.2 O APOIO A DUTRA E A ALIANÇA PREFERENCIAL COM O PSD ... 384
5.2.1 O apoio à candidatura Dutra em 1945 ... *384*
5.2.2 O apoio ao governo Dutra ... *391*
5.2.3 O PRP nas eleições estaduais de 1947 ... *393*
5.2.4 O PRP contra o Acordo Interpartidário ... *406*
5.3 O PRP E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1950 ... 410
5.3.1 A oposição à candidatura única ... *410*
5.3.2 O acordo eleitoral com a UDN e o apoio à candidatura Eduardo Gomes ... *414*
5.3.3 As eleições nos estados e a participação em governos ... *423*
5.4 O PRP SOB O GOVERNO VARGAS ... 427
5.4.1 Do antivarguismo radical à defesa da posse ... *427*
5.4.2 As eleições municipais e o acordo com o PTB no Rio Grande do Sul ... *432*

CAPÍTULO 6 - 1952-1957: ... 438

A "INDEPENDÊNCIA PARTIDÁRIA" E A REIVINDICAÇÃO DO LEGADO INTEGRALISTA . 438
6.1 A POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA PARTIDÁRIA ... 439
6.1.1 1952-1953 A gênese da independência partidária ... *439*
6.1.2 Rompimento com Vargas: do apoio velado à oposição aberta ... *444*
6.1.3 As eleições estaduais e municipais de 1954 e 1955 ... *447*
6.1.4 A eleição e o governo de Jorge Lacerda em Santa Catarina ... *450*
6.2 A INTERVENÇÃO INTEGRALISTA EXTRAPARTIDÁRIA ... 454
6.2.1 A Confederação dos Centros Culturais de Juventude (CCCJ) ... *457*
6.2.2 A constituição do jornal A Marcha ... *469*
6.2.3 A União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB) ... *472*
6.2.4 O Movimento Nacional Brasileiro ... *482*
6.2.5 Outras organizações integralistas ... *484*
6.3 A CANDIDATURA DE PLÍNIO SALGADO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ... 487
6.3.1 O PRP contra a União Nacional ... *487*
6.3.2 Entendimentos com Juscelino Kubitschek ... *490*
6.3.3 Ensaio geral: a disputa da prefeitura de São Paulo ... *491*
6.3.4 O lançamento da candidatura de Salgado ... *492*

6.3.5 A campanha eleitoral *496*
6.3.6 PRP X UDN – o conflito aberto pelo eleitorado conservador *507*
6.3.7. Os resultados alcançados e sua repercussão no PRP *510*
6.4 O DESCONTENTAMENTO DA MILITÂNCIA E A RETOMADA DA SIMBOLOGIA INTEGRALISTA 512
6.4.1 A militância descontente *512*
6.4.2 A retomada da simbologia integralista *516*
6.4.3 Os limites da retomada integralista *526*

CAPÍTULO 7 - 1957-1961: O PRP NOS GOVERNOS KUBITSCHEK E JÂNIO QUADROS 533
7.1 O PRP NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHECK 533
7.1.1 Da defesa da posse à participação no Bloco Majoritário *533*
7.1.2 O PRP no governo e a gestão do INIC *542*
7.1.3 As eleições de 1958 e a formação da "Bancada Plínio Salgado" *552*
7.1.4 A defesa pública da doutrina integralista no parlamento *559*
7.2 A DEFESA DO CORPORATIVISMO 561
7.3 – O PRP E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL 568
7.3.1 – O PRP às vésperas da eleição: entre a participação no governo e a "independência partidária" *568*
7.3.2 As pressões do governo e a difícil definição do PRP *573*
7.3.3 O apoio a Lott e Jango *578*
7.3.4 O PRP no IPASE *586*
7.3.5 As eleições estaduais de 1960 ..... *589*
7.3.6 O PRP nos governos estaduais (1961-64) *590*
7.4 O PRP E O GOVERNO JÂNIO QUADROS: OPOSIÇÃO OU GOVERNO? 591
7.4.1 O PRP e Jânio antes da eleição: o antijanismo radical *591*
7.4.2 Revisando as criticas e mantendo-se no governo *592*
7.4.3 A denúncia da política externa independente *597*

CAPÍTULO 8 - 1961-1965: O PRP CONTRA JANGO: ARTICULAÇÃO GOLPISTA E APOIO À DITADURA 601
8.1 O PRP E O GOVERNO JOÃO GOULART 602
8.1.1 O PRP na defesa da posse de Jango e na articulação do golpe parlamentarista *602*
8.1.2 A participação no governo Goulart *607*
8.1.3. O PRP contra a política externa de Goulart (1961-62) *614*
8.1.4 – O rompimento com o governo Jango *617*
8.1.5 As eleições estaduais de 1962 ..... *622*
8.1.6 O PRP nos governos estaduais (1963-66) *626*
8.1.7 Novo movimento pela retomada do legado integralista *629*
8.1.8 O Movimento de Reconstrução Nacional *636*
8.2 O PRP, O GOLPE E A DITADURA MILITAR 639
8.2.1 A campanha anticomunista e a defesa do golpe militar *639*
8.2.2 A participação nas articulações e mobilizações golpistas *646*
8.2.3 O PRP na ditadura militar *657*
8.2.4 As eleições estaduais de 1965 ..... *671*
8.2.5 O PRP contra a extinção dos partidos políticos *673*
8.2.6 A reação ao AI2 e a difícil incorporação na Arena *679*
8.2.7 Os integralistas depois de 1966 ..... *687*

CAPÍTULO 9 O PROJETO PARTIDÁRIO: ANTICOMUNISMO E DEMOCRACIA RESTRITA 697
9.1 A DEFESA DE UMA "DEMOCRACIA" AUTORITÁRIA E RESTRITA 702
9.2 AS DEFICIÊNCIAS DA "DEMOCRACIA BRASILEIRA" 715
9.3 A DEFESA DA SUBORDINAÇÃO DA POLÍTICA AO "ESPIRITUALISMO" 718
9.3.1 O espiritualismo como estratégia partidária *718*
9.3.2 A cristianização como projeto *725*
9.4 O NACIONALISMO 732
9.5 PROJETO ECONÔMICO: A DEFESA DO ULTRALIBERALISMO 736
9.6 PROJETO PARA OS TRABALHADORES 743
9.7 PROJETO AGRÁRIO 748
9.8 A POLÍTICA EXTERNA DO PRP 755
9.8.1 A defesa do rompimento com os países "socialistas" *755*
9.8.2 Salazarismo e apoio ao colonialismo português *757*

9.8.3 Americanismo e subordinação ao "Bloco Ocidental" *761*
9.9 O ANTICOMUNISMO COMO EIXO ARTICULADOR DO PROJETO PARTIDÁRIO 763
9.9.1 A construção do perigo comunista *763*
9.9.2 A "missão integralista" no combate ao comunismo *766*
9.9.3 A receita integralista para o combate ao comunismo *770*
9.10 O PRP COMO CÃO DE GUARDA: ESPIONAGEM E DENÚNCIA DAS ATIVIDADES COMUNISTAS 776

CONSIDERAÇÕES FINAIS 793

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS 801
A) ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIO CLARO (RUA 8, Nº 3300 - ALTO DE SANTANA – RIO CLARO – SP) 801
B) CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR (RUA CORONEL VICENTE 520 CJ. 2 – CENTRO – PORTO ALEGRE – SP) 801
a) Fundos Documentais: *801*
b) Depoimentos Orais e Entrevistas *801*
c) Livros integralistas: *802*
d) Folhetos integralistas: *803*
e) Jornais integralistas *803*

BIBLIOGRAFIA CITADA 804
A) HISTÓRIA DO BRASIL 804
B) OBRAS DE REFERÊNCIA TEÓRICO-METODOLÓGICAS 811

ANEXO 1- RELAÇÃO DOS CENTROS CULTURAIS DA JUVENTUDE I

Introdução

O movimento integralista brasileiro é hoje lembrado principalmente pelos aspectos mais facilmente observáveis de sua intervenção pública na década de 1930 – os grandes desfiles, os conflitos de rua com os comunistas, seus símbolos e rituais, seu uniforme e a saudação ao "Chefe Nacional". Desta forma, é compreensível que o termo "integralismo" remeta quase inevitavelmente àquele contexto, correspondente ao período de existência legal da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). A intervenção integralista, no entanto, não se restringe a este período, mas teve continuidade, com diferentes características e formas de organização diversas, nas décadas seguintes, seja atuando na clandestinidade durante o período do Estado Novo (1938-1945), seja através da intervenção do Partido de Representação Popular (PRP), entre 1945 e 1965, seja agindo no interior da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), entre 1965 e 1979, ou do partido que a sucedeu nas décadas seguintes, com suas diferentes denominações (Partido Democrático Social; Partido Progressista Renovador; Partido Progressista Brasileiro; Partido Progressista), ou ainda através da fundação de pequenos grupos neo-integralistas nas décadas de 1980, 1990 e mesmo recentemente.[2]

Esta investigação tem como objeto a intervenção integralista entre 1945 e 1965. Seu marco inicial é o processo de rearticulação do integralismo que conduziu à formação do Partido de Representação Popular, e como marco final a dissolução dos partidos políticos, através do Ato Institucional número 2, que levou a maior parte dos integralistas a ingressar na ARENA.

Nosso interesse na temática tem origem na participação no processo de constituição do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CDAIBPRP), desde 1995. Esta entidade recebeu, organizou e mantém disponível à pesquisa pública um vasto acervo, constituído a partir da documentação partidária da AIB e do PRP no Rio Grande do Sul. O contato com esta documentação, aliado à leitura da bibliografia disponível sobre o integralismo levou-nos a questionar algumas abordagens e/ou omissões relativas à intervenção do integralismo entre 1945 e 1965. De início, duas questões nos intrigavam: a quase total ausência de referência à trajetória do PRP nos estudos disponíveis sobre o integralismo; e o tratamento dado ao

[2] O mais recente encontro de "refundação do movimento integralista", chamado "1º Congresso do Movimento Integralista para o século XXI pelo renascimento do nacionalismo brasileiro", ocorreu em São Paulo nos dias 4 e 5 de dezembro de 2004, com a participação de 30 militantes..

PRP pelos principais analistas do processo político brasileiro no período de sua existência, quase sempre compreendendo sua intervenção como irrelevante ou marginal.[3]

Um dos poucos analistas do movimento integralista que se refere explicitamente ao PRP, Ivan Alves, o trata como "integralismo insepulto" e a seus militantes como "fantasmas dos anos 30".[4] Já Francisco Martins de Souza afirma sumariamente que *"o movimento desaparece completamente. Para comprová-lo basta ter presente que quando se tenta fazê-lo renascer, após 1945, através do Partido de Representação Popular, a maioria dos intelectuais que o integravam na década de trinta não mais lhe prestam qualquer apoio"*.[5] Dentre os pesquisadores do processo político brasileiro que se referem ao PRP, destaca-se a posição de Edgard Carone:

> O Partido de Representação Popular torna-se cada vez mais um marginal político dentro do contexto brasileiro, embora o toque megalomaníaco de seu Chefe, auxiliado por pequeno grupo de fiéis – alguns do passado, outros do presente – tente demonstrar que ele e seu partido representam as forças vitais no combate ao comunismo e à deturpação dos valores da sociedade brasileira. Seu papel político é tão secundário, no entanto, que em nenhum momento as classes dominantes, nem o Exército, tentam atraí-lo aos movimentos conspiratórios, como em 1955 e 1964.[6]

Até mesmo o anticomunismo – elemento central do projeto e da práxis política do PRP, é menosprezado por Rodrigo Patto Sá Motta, que avalia que o anticomunismo do PRP *"parecia não passar de retórica eleitoral, uma vez que o PRP se aliou sem constrangimento a candidatos apoiados pelos comunistas, como Juscelino Kubitschek. Talvez seja por essa razão que Salgado não teve papel de relevo nas mobilizações*

---

[3] Uma breve discussão das poucas referências relativas à trajetória do integralismo entre 1945 e 1964 nos estudos sobre o integralismo e nas análises mais gerais sobre o processo político brasileiro, com ênfase em seus limites e incorreções, encontra-se em CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História, p. 16-20. Um exemplo claro é o juízo de Wanderley Guilherme dos Santos, afirmando que o PRP se opusera à posse dos presidentes eleitos, o que é incorreto em todos os casos, pois os integralistas defenderam a posse de Dutra, Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart: *"De 1945 a 1964, a UDN e seus aliados doutrinários, o Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PSR), tentaram evitar que os presidentes eleitos assumissem o poder. Quando não conseguiam, tentavam forçar a intervenção militar para que os presidentes fossem derrubados"*. SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político.* São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 100. Quando da eleição de Kubitschek, por exemplo, o PRP não apenas defendeu sua posse como denunciou as pretensões golpistas da UDN, como discutiremos no capítulo 6.

[4] ALVES, Ivan. *Os nossos super-homens:* nem notívagos nem marinheiros, são os integralistas que chegam. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982, p. 179.

[5] SOUZA, Francisco Martins. O integralismo. in*: Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. Volume 5, p. 61-109, p. 64.

[6] CARONE, Edgard. *A república liberal.* Volume 1: Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. Coleção Corpo e Alma do Brasil, p. 332.

anticomunistas dos anos de 1950 e 1960".[7] Já o verbete dedicado ao Partido de Representação Popular no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* contém inúmeros erros factuais.[8] Este tratamento e estas incorreções nos parecem expressar a pouca atenção habitualmente dada a este partido.

As avaliações que negam que o PRP tenha desempenhado um papel importante parecem-nos essencialmente incorretas, como buscaremos evidenciar no conjunto deste trabalho. Um primeiro contato com a documentação disponível no CDAIBPRP já apontava para a necessidade de reconhecer que a intervenção do PRP foi relevante, tanto na trajetória do movimento integralista, como para o próprio processo político brasileiro no período compreendido entre o Estado Novo e a Ditadura Militar. Além disso, revelava-se a possibilidade de questionar o caráter "democrático" do regime político daquele período através do estudo da intervenção do PRP, na medida em que permitiria observar algumas contradições evidentes, como o reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral de que o PRP e sua doutrina eram "democráticos", ao mesmo tempo em que cassavam o registro legal do Partido Comunista Brasileiro em virtude de sua ideologia supostamente "antidemocrática"; e também o fato de que os principais agentes políticos e sociais reconheciam no PRP um interlocutor legítimo, e através dos diversos partidos, estabeleceram com ele inúmeras alianças eleitorais. A análise da trajetória do PRP pode permitir uma reflexão mais abrangente sobre algumas das práticas vigentes no processo político brasileiro após a chamada "redemocratização de 1945" e sobre suas características excludentes, evidenciando que o integralismo não era um elemento exótico no processo político brasileiro, mas um componente significativo da dominação burguesa, extremando posições autoritárias defendidas também por outros movimentos políticos e agentes sociais, em versões menos explícitas.

Estas questões conduziram-nos, em um primeiro momento, ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, defendida em 1998, voltada ao estudo do processo de formação do Partido de Representação Popular e aos seus primeiros cinco anos de

---

[7] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho.* São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002, p. 167.

[8] Dentre elas: as afirmações de que Plínio Salgado já havia regressado ao Brasil em setembro de 1945; de que o PRP não elegeu nenhum deputado federal em 1945; de que naquele ano Dutra teria lhe oferecido o Ministério da Educação em troca de seu apoio, e que tal promessa teria sido descumprida; de que o PRP teria elegido o governador do Paraná em 1947; de que "*ao compor o seu governo, Getúlio Vargas entrou em acordo com Plínio Salgado*". LEAL, Carlos Eduardo. Partido de Representação Popular. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 4295-4297.

intervenção política.[9] Nesta investigação, buscamos analisar a reação dos integralistas frente ao novo contexto político estabelecido pela derrota internacional do nazi-fascismo. Naquele momento, restringindo-nos aos cinco primeiros anos da trajetória do PRP, concentramo-nos particularmente na estrutura interna do partido, em sua propaganda e na caracterização de seu projeto político.

Posteriormente, foram produzidas outras três dissertações abordando diferentes aspectos da intervenção integralista nas décadas de 1950 e 1960. Claudira Cardoso estudou a política de alianças e a participação do PRP nos governos estaduais do Rio Grande do Sul, em especial no que se refere às suas alianças com Leonel Brizola (PTB) em 1958 e com Ildo Meneguetti (PSD) em 1962, e à participação integralista nos respectivos governos.[10] Rodrigo Christofoletti investigou as celebrações do Jubileu de Prata do Integralismo e a publicação da *Enciclopédia Integralista*, entre 1957 e março de 1961.[11] Ângela Flach analisou a intervenção dos integralistas do Rio Grande do Sul na disseminação do anticomunismo e seu engajamento no processo que conduziu à destituição de João Goulart e à imposição da Ditadura Militar.[12]

Estes trabalhos desenvolvem investigações de bastante relevantes para a compreensão da intervenção integralista entre 1945 e 1964. No entanto, em virtude de suas delimitações (temporais, temáticas ou espaciais), não chegam a produzir uma avaliação sistemática sobre o papel efetivamente desempenhado pelo integralismo no período, em termos gerais e em âmbito nacional, o que de resto transcende as questões por eles formuladas.[13]

---

[9] CALIL, op. cit.

[10] CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular:* política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

[11] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista* (1967-1971). Dissertação de Mestrado em História. Assis: Unesp, 2002.

[12] FLACH, Ângela. "Os vanguardeiros do anticomunismo": o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

[13] Em contrapartida, no que se refere ao integralismo nos anos 30, para além dos diversos estudos regionais, temáticos e focados em questões específicas, conta-se com investigações que, partindo de pressupostos diversos, buscaram produzir uma explicação geral para a trajetória do movimento integralista no período. Destacam-se, entre elas: TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS, 1974. Coleção "Corpo e Alma do Brasil"; CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado:* Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 2ª edição. São Paulo, Ad Hominen, 1999; CAVALARI, Rosa. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999; VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira:* Análise do discurso integralista. São Paulo, Brasiliense, 1979; e CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978, p. 17-149.

O apagamento da importância do papel desempenhado pelo PRP e da função concreta desempenhada pelo integralismo entre 1945 e 1964 favoreceu aos interesses de muitos de seus militantes. Assim como muitos dirigentes integralistas dos anos 30 – como Miguel Reale e San Tiago Dantas – buscaram progressivamente se desvincular de seu passado integralista, também alguns dirigentes do PRP minimizariam a importância de seu engajamento. Um exemplo claro é Goffredo Telles Júnior, primeiro deputado federal do PRP, que em entrevista à Revista *Teoria e Debate*, chegou a negar seu pertencimento àquele partido, afirmando ter sido eleito pelo PSD,[14] além de sustentar de maneira fantasiosa que *"o integralismo era um movimento de operários e estudantes contra a burguesia em geral"*, e que mesmo quando militava no integralismo, na década em 1930, tinha *"uma simpatia voltada para o socialismo"*.[15] Outro caso é o de João Paulo dos Reis Velloso, que mesmo tendo sido dirigente da organização de juventude do integralismo e do PRP no Piauí, no início dos anos 50, e tendo morado na residência de Plínio Salgado ao transferir-se para o Rio de Janeiro,[16] em entrevista concedida na década de 1970 negou ter tido qualquer vínculo com o integralismo e com Salgado, afirmando que *"era muito criança quando lhe tiraram o brinquedo político de líder integralista"*.[17] Manifestações como estas contribuem para o obscurecimento da função real desempenhada pelo movimento integralista entre 1945 e 1964, ao mesmo tempo em que torna possível que diversos agentes políticos, militares e empresariais omitam sua formação intelectual e política no interior do integralismo.

---

[14] Esta versão foi desmentida pelo próprio Goffredo em outra entrevista posterior: *"Em princípios de novembro de 1945, recebi um telefonema do Presidente do Diretório Nacional de um pequeno e recém-formado partido, chamado de Partido de Representação Popular, o PRP, ao qual haviam aderido muitos companheiros meus, amigos de antigas campanhas. Fui informado de que o partido se coligara com o PSD, do general Dutra, e de que o Diretório Nacional elegera meu nome para candidato, em São Paulo, a Deputado Federal Constituinte, na chapa do Partido Social Democrático"*. Problemas da representação política e da democracia na experiência constituinte: Entrevista com Goffredo da Silva Telles Júnior. A Sérgio Soares Braga. *Revista de Sociologia e Política.* Curitiba, n. 6/7, 1996, p. 113-128. Dossiê Constituinte de 1946.

[15] Entrevista de Goffredo Telles Júnior. A Eugenio Bucci. *Teoria e Debate*, São Paulo, nov./dez. 1990. Bucci apresentava o entrevistado como *'eleitor do PT, democrata e socialista"*, e referia-se *"a sua vida dedicada à justiça e à liberdade"*.

[16] Há um vasto conjunto de correspondências trocadas entre Reis Velloso e Salgado entre 1949 e 1950, nas quais Salgado convidou-o para transferir-se ao Rio de Janeiro. No final de 1950, Reis Velloso confirmou sua transferência: *"Eu me pergunto agora, como o fiz na época da Convenção: ainda precisará o Chefe de mim? Das minhas reduzidas possibilidades e da minha inesgotável boa vontade? Do meu idealismo, da minha mocidade angustiada, da minha palavra trêmula e da minha pena débil? Em julho, o sr. Me disse: Venha. Eu me responsabilizo por Você. Acertamos que eu viajaria na 2ª quinzena de janeiro. (...) Da minha parte, nada mudou"*. Correspondência de João Paulo dos Reis Velloso a Plínio Salgado, 15.12.1950 (APHRC-Pprp 15.12.50/2).

[17] Apud. LIMA, Délcio Monteiro. *Os senhores da Direita*. Rio de Janeiro: Antares, 1980, p. 96.

O objetivo fundamental desta investigação é avaliar o papel desempenhado pelo movimento integralista no processo político brasileiro e, em termos mais amplos, na dominação burguesa, entre 1945 e 1965. A pesquisa e a exposição dos resultados organizam-se a partir de uma hipótese geral e três hipóteses subsidiárias. A hipótese geral é que o PRP desempenhou um papel importante na dominação burguesa no Brasil entre 1945 e 1965, o que se verifica em sua intervenção política no conjunto do período, tendo como elementos centrais:

a) sua relação permanente com o conjunto de organizações políticas, sempre visando a estabilização política e a preservação do status quo econômico e social;

b) sua ação permanente visando à afirmação e disseminação de uma concepção excludente e restrita de democracia;

c) a disseminação teórica e prática do anticomunismo e a manutenção de um serviço de espionagem política.

As hipóteses subsidiárias são as seguintes:

1. Para cumprir um papel de reforço à dominação burguesa entre 1945 e 1964, o integralismo reformulou sua estratégia, abandonando a perspectiva de assalto ao poder a curto prazo – que caracterizou o movimento entre 1932 e 1937, optando pelo enquadramento na ordem institucional vigente a partir de 1945. Esta reformulação deve ser compreendida a partir da análise de alguns elementos:

a) o constrangimento externo imposto pela derrota do nazi-fascimo na II Guerra Mundial e o descrédito das ideologias e movimentos fascistas;

b) a afirmação de diversos elementos da ideologia integralista durante o Estado Novo – com destaque para o controle corporativo sobre os trabalhadores – e sua manutenção em grande medida após a "redemocratização" de 1945. Em outras palavras, o integralismo assume a defesa da ordem vigente quando a esta já abarca alguns elementos centrais do projeto integralista;

c) o crescimento do peso relativo dos elementos do cristianismo na ideologia integralista, em uma acepção ultra-ortodoxa, e sua relação com os vínculos estabelecidos por Salgado com o clero português ultraconservador durante seu exílio (1938-1946), e também com o afastamento de lideranças menos comprometidas com o cristianismo, como Miguel Reale e Gustavo Barroso;

d) a elaboração sistemática de uma "reformulação doutrinária", adaptando a ideologia integralista ao novo contexto político, com a adoção de um "conceito cristão de

democracia" justificador do caráter defensivo da "democracia", aceitando formalmente o regime liberal-democrático, quando este assumia um formato particularmente excludente, e justificando que a intervenção dos integralistas assumisse a forma de um partido político;

e) a perspectiva de afirmação gradativa do projeto integralista, através de reformas progressivas na ordem institucional vigente sem necessidade de sua abolição radical, através da ocupação de posições institucionais e parlamentares e da criação de organizações integralistas na sociedade civil, desenvolvendo uma estratégia de guerra de posição;

2. Paralelamente à sua intervenção concreta no processo político, os integralistas pretendiam promover uma ampla *Contra-Reforma Intelectual e Moral* – designada pela expressão "revolução interior" -, marcada por uma concepção cristã ultraconservadora, pela crítica moralista do "lucro exagerado" e do "luxo ostentatório" e por uma visão hierárquica de sociedade, pautada pela ordem e obediência, o que, de acordo com os integralistas, deveria ser alcançado através da formação de uma "aristocracia intelectual e moral". Para a promoção desta *Contra-Reforma Intelectual e Moral*, os integralistas não se restringiam ao âmbito partidário, mas utilizavam-se fundamentalmente de outros instrumentos, criando uma editora e uma imprensa doutrinária, promovendo palestras radiofônicas e estruturando movimentos de trabalhadores e de juventude. Por outro lado, a prioridade conferida à disputa eleitoral-parlamentar e a dinâmica por ela imposta constituíram elementos de tensão, determinando outras necessidades imediatas junto à contra-reforma moral e intelectual.

3. O PRP cumpriu sua função de apoio à dominação burguesa através da mobilização ativa de importantes parcelas da pequena burguesia. Tal mobilização apresentou algumas particularidades:

a) a existência de importantes diferenças regionais na composição social da base partidária e de suas instâncias diretivas, expressa, por exemplo, pelo maior peso relativo de agricultores em estados com forte peso da pequena propriedade rural;

b) a existência de importantes diferenças na composição social entre as diferentes instâncias diretivas, com a sub-representação nas direções regionais e nacional de grupos fortemente presentes no âmbito municipal, como agricultores e trabalhadores médios;

c) a importância de "intelectuais tradicionais" na estruturação partidária em âmbito municipal, os quais também ocuparam posições de destaque na direção partidária em âmbito estadual e nacional.

Para o desenvolvimento da pesquisa, contamos com uma grande diversidade e quantidade de fontes, em sua grande maioria encontradas no CDAIBPRP e no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC), que mantém a documentação política de Plínio Salgado.[18] Os jornais partidários de âmbito nacional (*Reação Brasileira*, 1945-46; *Idade Nova*, 1946-1951; e *A Marcha*, 1953-1965) abrangem a quase totalidade do período investigado, mantendo na maior parte do tempo uma periodicidade semanal. No acervo político de Plínio Salgado, encontramos grande quantidade de cartas enviadas e recebidas, e também a documentação produzida pelo Gabinete da Presidência Nacional do PRP, ocupada por Salgado entre 1946 e 1965, em sua maioria constituída de documentos de circulação interna. Em ambos acervos pesquisados, encontramos grande quantidade de documentos oficiais do PRP, como atas, ofícios, circulares, correspondências expedidas e recebidas. Outros materiais como folhetos, panfletos, boletins e programas radiofônicos foram importantes para a identificação dos temas utilizados na propaganda e mobilização partidária. Os diversos livros lançados por Plínio Salgado no período expressam principalmente a reformulação da doutrina integralista, o conceito de democracia proposto e seu projeto político. Os depoimentos produzidos pelo *Programa de História Oral* do CDAIBPRP permitem avaliar a percepção de alguns ex-dirigentes partidários sobre a intervenção do PRP, sempre confrontados com outras fontes, uma vez que a memória integralista não é objeto principal de nossa investigação.

O primeiro capítulo discute o contexto político no qual se inseriu a rearticulação integralista. Para isto, buscamos refletir acerca do processo de democratização, enfatizando a expressão de fortes conflitos sociais; a mobilização de setores diversos, com diferentes projetos de democratização; e os rumos conservadores, autoritários e limitadores do exercício da democracia impostos pela coalizão que depôs Vargas, elegeu Dutra e controlou a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Buscamos ainda apresentar brevemente a discussão em torno do conceito de populismo e explicitar a presença constante da luta de classes durante todo o período compreendido entre 1945 e 1964.

O segundo capítulo tem como objetivo sistematizar elementos que permitam a compreensão do processo de adaptação do integralismo ao novo contexto político, apresentando os principais momentos da trajetória integralista nos anos 30 e argumentando

[18] As fontes relativas ao APHRC serão referenciadas pelo seu código de tombamento. As fontes pesquisadas no CDAIBPRP estão ordenadas cronologicamente no interior de fundos documentais, os quais serão indicados ao referenciá-los.

no sentido de sua caracterização como movimento fascista; refletindo sobre sua relação com o Estado Novo e as condições do exílio de Plínio Salgado; e apresentando alguns elementos da chamada "reorientação doutrinária" de Salgado a partir de 1942.

No terceiro capítulo discutiremos o processo de formação do PRP, desde o início da rearticulação integralista, apresentando as diferentes fases da constituição partidária, até a obtenção de seu registro definitivo. A seguir analisaremos a configuração de classe da base social do PRP, em suas diferentes instâncias diretivas e de base, refletindo sobre suas decorrências para o projeto social sustentado pelo partido. Finalmente, abordaremos o financiamento do integralismo, buscando identificar os mecanismos utilizados pelo integralismo para manutenção de sua estrutura partidária e extrapartidária.

O objeto do quarto capítulo é a estruturação e a hierarquia partidária. No que se refere a sua estruturação, discutiremos a organização interna do PRP, argumentaremos no sentido de sua caracterização como partido nacional e apresentaremos a estruturação da imprensa integralista. Quanto à hierarquia, buscaremos apontar os diversos recursos utilizados por Salgado e o grupo dirigente integralista para impor um férreo controle sobre a estrutura partidária, utilizando-se de mecanismos de centralização política, processos de expulsão, intervenção em diretórios regionais e controle sobre os parlamentares do partido.

No quinto capítulo discutiremos a primeira etapa da intervenção política do integralismo no pós-guerra, entre 1945 e 1952, marcada pela sua ênfase na afirmação institucional e no estabelecimento de alianças com os partidos integrantes do pólo conservador, em especial PSD e UDN. Buscaremos evidenciar o esforço integralista na obtenção do reconhecimento de "caráter democrático" do PRP e da própria doutrina integralista, ao mesmo tempo em que buscava apoio político para a consolidação do registro partidário. Além disso, esse período marca a primeira experiência do PRP na gestão do Estado, através da eleição de prefeitos integralistas e da participação em secretarias de Estado, além do exercício de mandatos parlamentares.

Uma segunda fase desta intervenção foi marcada pelo movimento de "independência partidária", originado de uma reação de parcela da militância integralista à generalização das alianças com os demais partidos políticos, conforme discutiremos no capítulo seis. Foram elementos característicos desta fase o lançamento de candidaturas próprias – com destaque à candidatura presidencial do Plínio Salgado -; a constituição de organizações integralistas extrapartidárias; e a retomada de elementos da simbologia integralista que tinham sido abandonados.

No sétimo capítulo discutiremos a fase seguinte, marcada pela participação do PRP em autarquias no governo federal, nas gestões de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. O apoio ao governo Kubitschek e a gestão do Instituto Nacional de Imigração e Colonização marcaram o encerramento do período de "independência partidária". A opção prioritária pela ocupação de espaços institucionais levou a uma reorientação da política de alianças do PRP, chegando a estabelecer uma aliança prioritária com o Partido Trabalhista Brasileiro e, posteriormente, a participar do governo Jânio Quadros mesmo se opondo à sua política externa.

O objeto do oitavo capítulo é a última fase da trajetória legal do PRP, que coincide com o governo Goulart e os primeiros dezoito meses da Ditadura Militar. Nele discutiremos o rompimento do PRP com o governo João Goulart e sua participação na campanha anticomunista, na mobilização golpista e na articulação do golpe militar de 1964. A seguir, buscaremos refletir sobre a intervenção integralista no interior da ditadura militar, durante o período de existência legal do PRP, que se encerraria em novembro de 1965.

No último capítulo buscaremos sistematizar a análise do projeto político do Partido de Representação Popular, em sua formulação teórico-doutrinária e em seus desdobramentos políticos concretos, durante todo o período abordado na pesquisa. Assim, apresentaremos o projeto de "democracia" sustentado pelos integralistas e seus desdobramentos práticos; sua visão de "nacionalismo"; seu projeto econômico; seu projeto para os trabalhadores; seu projeto agrário; sua concepção acerca da política externa; a disseminação do anticomunismo como elemento central articulador de seu projeto partidário e, finalmente, o desenvolvimento de atividades de espionagem e a sistemática denúncia das "atividades comunistas", caracterizando a função assumida pelo PRP como "cão de guarda" da ordem vigente.

Capítulo 1 - A "redemocratização" de 1945 e a nova ordem política

A análise do processo de democratização, desde suas origens no início da década de 1940, até a consolidação de seu formato institucional e de seus rumos políticos mais gerais, com a promulgação da Constituição de 1946 e o exercício do mandato presidencial do Gal Eurico Gaspar Dutra, permite colocar em perspectiva a dinâmica dos principais conflitos sociais que atravessavam a sociedade brasileira naquele período, cujos desdobramentos marcaram de maneira profunda o processo político brasileiro até a golpe militar de 1964.

Desta forma, consideramos necessário identificar os diferentes projetos políticos que disputavam a hegemonia no interior do processo de democratização, bem como os embates concretos ocorridos desde as primeiras manifestações populares que desafiavam a ditadura estadonovista até a afirmação de um projeto excludente que efetivou uma "democracia pelo alto", mantendo grande parte do arcabouço institucional constituído durante o Estado Novo.

As diversas perspectivas oposicionistas vinculavam-se claramente, em termos gerais, com a extração de classe dos grupos que se mobilizavam. Assim, encontramos intervindo ativamente neste cenário, com perspectivas antagônicas, dissidências oligárquicas (pretensamente "liberais"), pequena burguesia[1] (liberal-conservadora ou reformista) e operários (comunistas, socialistas ou sem vínculo partidário).

Os rumos conservadores e excludentes da democratização não devem ocultar as intensas lutas sociais travadas. A afirmação de uma democracia excludente e restrita não era o único caminho possível: a ela se contrapunham perspectivas diversas, colocadas por mobilizações populares que exigiam alterações mais radicais da ordem econômica e social e efetiva participação política. Em resposta a estas mobilizações, os acordos entre "liberais" e autoritários viabilizaram a preservação do sistema econômico e das bases sociais da política excludente, mantendo e atualizando os principais elementos do autoritarismo estadonovista.

---

[11] O conceito de pequena burguesia e as determinações sociais sobre sua intervenção política serão discutidos no capítulo 3. Adiante-se, no entanto, que estamos compreendendo o conceito conforme a perspectiva de Poulantzas, incluindo tanto a pequena burguesia tradicional (artesãos, pequenos comerciantes, pequenos proprietários rurais) como a "nova pequena burguesia", constituída pelos trabalhadores assalariados do serviços e do comércio, do setor públicos ou privado.

1.1 A interpretação corrente

O processo de democratização ainda hoje é apresentado como um processo sem grande participação popular, conduzido pelas oposições "liberais" e determinado como decorrência direta do novo contexto internacional advindo da derrota do nazi-fascismo. Esta interpretação referencia-se no estudo clássico do cientista político Afonso Arinos de Melo Franco, que integrou estas oposições "liberais":

> O problema do ressurgimento democrático passou a depender das operações da guerra. Desde que os Estados Unidos entraram diretamente no conflito, o impulso democrático desenvolveu-se de forma visível. Seríamos arrastados **fatalmente** a cooperar com a grande República, por causa do alastramento da guerra pelos mares e pelos ares. E esta cooperação, levando o exército brasileiro a participar das operações, traria **fatais** conseqüências no campo político.[2]

Não seria razoável negar a influência dos acontecimentos internacionais. Mesmo assim, também não se pode propor que eles tenham produzido o processo de democratização, de forma mecânica. A sobrevivência e longa permanência dos regimes ditatoriais na Espanha e em Portugal após a derrocada nazi-fascista, por exemplo, atesta a insuficiência do contexto internacional como causa única determinante de processos internos. Assim, preferimos a proposição do historiador Leslie Bethell, para quem "*a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados estimulou sem dúvida a oposição interna à ditadura de Vargas. Todavia essa oposição deitava raízes na natureza e ilegitimidade do regime*".[3] Conseqüentemente, torna-se necessário dirigir o foco de análise para a estruturação interna dos distintos movimentos que se mobilizavam e para a dinâmica do conflito social.

Mesmo quando reconhecem a necessidade de incorporar os "fatores internos" na explicação deste processo, muitos analistas restringem a oposição à ditadura varguista às manifestações dos grupos "liberais" e oligárquicos alijados do poder político após golpe de Estado de 1937. Os rumos tomados pelo processo de democratização a partir do golpe militar de 29 de outubro de 1945 fortaleceram o predomínio desta interpretação, a qual hipervaloriza a intervenção daqueles grupos que, em 1945, constituiriam a União Democrática Nacional. Menosprezando ou ocultando as mobilizações populares ocorridas

---

[2] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974, p. 79. Coleção "História". Grifos meus. O autor integrou a dissidência oligárquica contra Vargas, foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" e um dos fundadores da União Democrática Nacional.

[3] BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie (org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a guerra fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 65-112, p. 69.

a partir de 1942, vários autores apontam o "Manifesto dos Mineiros" como primeiro ato de descontentamento e desencadeador de todas as mobilizações contra a ditadura.

O Manifesto dos Mineiros foi lançado em outubro de 1943, contando com "*92 assinaturas de personalidades tradicionais da vida política, intelectual, (professores e jornalistas), econômica e social, sobretudo um grande número de advogados em geral, consultores jurídicos ou diretores de bancos*"[4] de Minas Gerais, e defendia o retorno ao regime constitucional. Seu conteúdo deixa evidente a perspectiva de uma democratização sem grandes alterações na estrutura social e que mantivesse os mecanismos autoritários de controle sobre os trabalhadores. Já de início, o manifesto expressava seu conservadorismo ao estabelecer como sua referência "*homens da têmpera e da vocação democrática de Teófilo Otoni, Francisco Otaviano Tavares Bastos, José Bonifácio, o Moço, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Prudente de Morais, Casario Alvim, João Pinheiro, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Assis Brasil e Júlio de Castilhos*".[5] Seus objetivos ficam explícitos ainda quando preconizava "*uma reforma democrática que, sem esquecer a liberdade espiritual, cogite principalmente, da democracia da economia*",[6] numa clara reação contra a política econômica de crescente presença estatal. Conforme Antonio Mendes de Almeida,

> trata-se de um Manifesto evidentemente oligárquico, partindo, como partiu, dos proprietários de terra e capitalistas de Minas Gerais. A sua 'democracia' é uma democracia que pressupõe a manutenção dos esquemas tradicionais sobre a população operária. É uma democracia que se estabelece, ainda, sobre a legislação sindical fascista, herança do Estado Novo. É uma democracia cujos benefícios são auferidos pelas classes dominantes, de forma exclusiva.[7]

Desta forma, compreende-se porque o "Manifesto dos Mineiros" "*não se refere, em momento algum, aos trabalhadores, à sindicalização, aos direitos de organização autônoma dos sindicatos*".[8] Ainda assim, o Manifesto tem sido apresentado correntemente como o grande marco da democratização. Esta interpretação remonta aos próprios

---

[4] BENEVIDES, Maria Vitória. Manifesto dos Mineiros. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 3537-3540. Volume 3, p. 3538.
[5] CAVALCANTI, Orlando. *Os insurretos de 43:* o Manifesto Mineiro e suas conseqüências. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 35.
[6] Idem, ibidem, p, 40.
[7] ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume III: O Brasil Republicano. Tomo 3: Sociedade e Política 1930-1964. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. 5ª edição, p. 227-255. p. 230-231.
[8] ALMINO, João. *Os democratas autoritários:* Liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 20.

signatários. Para Magalhães Pinto, por exemplo, "*O Manifesto foi a primeira luz que se abriu no túnel da ditadura do Estado Novo*".[9] Mas também diversos historiadores têm endossado tal interpretação. O historiador Stanley Hilton considera que "*O Manifesto dos Mineiros de 1943 foi a primeira demonstração* ***séria*** *de mobilização anti-regime*".[10] O "esquecimento" de todas as mobilizações anteriores ao lançamento do Manifesto está presente na análise de diversos autores. Para o historiador Bóris Fausto, "*a primeira manifestação ostensiva neste sentido* [da democratização] *foi o Manifesto dos Mineiros*".[11] Outros autores não apenas desprezam as mobilizações anteriores, mas chegam a colocar as mobilizações populares como decorrência do Manifesto. Segundo a cientista política Maria do Carmo Campello de Souza, "*o Manifesto dos Mineiros, surgido em 24 de outubro de 1943, era a primeira demonstração coletiva de protesto contra o Estado Novo. Do Manifesto dos Mineiros partiram* ***todas*** *as tentativas de articulação com os diferentes núcleos de oposição ao regime*".[12] Thomas Skidmore é ainda mais explícito nesta perspectiva: "*Antes de 1945, houve apenas uma declaração importante de oposição. Em outubro de 1943, um grupo de intelectuais e políticos de Minas Gerais emitiu um cauteloso manifesto, pedindo a redemocratização do Brasil*".[13] Assim, **todos os grupos de oposição ficam reduzidos a conseqüência de um manifesto oligárquico**. Desta forma, só se reconhece como "oposição" aqueles grupos que em 1945 reuniram-se formando a UDN, como sustenta a historiadora Lúcia Oliveira Lippi, seguindo a mesma lógica: "*As oposições, pelo menos desde o 'Manifesto dos Mineiros' se mobilizavam visando à*

---

[9] PINTO, Magalhães. Prefácio. In: CAVALCANTE, op. cit. p. 9. Coerente com esta posição, Orlando Cavalcante minimiza até mesmo a intensa repressão que atingia outros grupos desde 1937, a afirmar que o Manifesto "*provocou o* ***maior atentado*** *à liberdades públicas e aos direitos de cidadania praticado em todo o regime republicano*". Idem, p. 47. Grifo meu. O próprio autor informa que a principal medida repressiva foi o afastamento de cargos públicos e sua aposentadoria compulsória. Idem, p. 62. De acordo com Maria Vitória Benevides, "*não houve prisão, violências, ou qualquer tipo de punição policial, ou o enquadramento na Lei de Segurança Nacional*". BENEVIDES, Maria Vitória. Manifesto dos Mineiros. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*., p. 3538. Em contrapartida, conforme Leandro Konder, "*dos 94 delegados que participaram da 3ª Conferência Nacional do PCB (...) em 1946 (...), 68 passaram pelos cárceres do Estado Novo*", nos quais "*cumpriram 152 anos e 8 meses*". KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 56.

[10] HILTON, Stanley. *O ditador e o Embaixador:* Getúlio Vargas, Adolfo Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 12. Grifo meu.

[11] FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo Edusp, 1996, p. 383.

[12] SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos políticos no Brasil* - 1930-1964. São Paulo: Alfa Ômega, 1980, p. 63. Grifo meu.

[13] SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Getúlio a Castelo. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 72.

derrubada da ditadura e, ao mesmo tempo, se organizavam em partido para participar do processo eleitoral".[14]

Assim, encontramos como predominante na historiografia uma visão da democratização que além de muitas vezes entendê-la como mera "adaptação" às condições internacionais, reconhece apenas a existência da oposição oligárquica (que se apresenta como "liberal" e era constituída não apenas por setores da burguesia agrária, mas também pela burguesia comercial e financeira) e aponta o Manifesto dos Mineiros como marco inicial da democratização. Ora, não teriam ocorrido mobilizações significativas antes de outubro de 1943? Os setores populares permaneceram ausentes em todo o processo? Ou ainda, tais setores identificavam-se plenamente com a perspectiva dos "mineiros"? Informações muitas vezes mencionadas por estes mesmos autores nos levam a suscitar estas questões e a rever suas interpretações, direcionando o foco aos "outros sujeitos" da democratização e para a diversidade de perspectivas, projetos e mesmo dos conceitos de democracia que se contrapuseram no contexto dos anos 40, alguns dos eram quais antagônicos ao formato institucional do regime consolidado pelo golpe militar de 29 de outubro de 1945.

1.2 Outros sujeitos na democratização

Em oposição à tese de que "todas" as mobilizações em defesa da democratização partiram do Manifesto dos Mineiros (outubro de 1943), é possível apontar diversas manifestações anteriores, algumas contando com expressiva mobilização popular. No início dos anos 40, não eram os oligarcas que se manifestavam contra a ditadura, mas estudantes, intelectuais e operários, de formas diversas e quase sempre enfrentando intensa repressão. Para o historiador Edgard Carone 1942, é "*o marco divisório entre o ápice da coerção estadonovista e o início do seu ocaso*", com a participação de "*operários, sem ligação partidária; grupos de estudantes; comunistas; socialistas engajados com o passado; socialistas de nova tendência ideológica; liberais; membros da oligarquia*

[14] LIPPI, Lúcia Oliveira. O Partido Social Democrático. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília: Ed UnB, 1981. Volume 1, p. 108-114. Também para o historiador Argemiro Brum, "*a partir de outubro de 1943, com o 'Manifesto dos Mineiros', a oposição havia começado a levantar a voz, exigindo a redemocratização do país*". BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro.* 21ª edição. Petrópolis: Vozes / Ijuí: Unijuí, 2000, p. 199.

dissidente; militares oposicionistas ou não oposicionistas".[15] Carone questiona ainda a primazia da ação das oposições "liberais":

> Seria difícil mostrar quem lidera inicialmente esta luta surda, que obriga o Estado Novo a ceder progressivamente espaço político às diversas formas de oposição. Podemos dizer que **quem inicia são os comunistas, em fins de 1941**; no ano seguinte, temos a presença de facções socialistas, que aparecem com objetivos programáticos próprios, mas sem terem ligação com o passado; ou é a vez de corrente do Exército, ligado ao tenentismo e ao positivismo. Em 1943, facção da oligarquia oposicionista anuncia sua posição através do Manifesto dos Mineiros, episódio que é posterior à ação individual de vários membros de sua classe, que a partir de 1942 agem no meio estudantil: dessa maneira, as facções mais dinâmicas da classe **entram tarde na batalha contra o Estado Novo, apesar de quererem fazer crer que o Estado Novo ruiu por sua causa**.[16]

Como aponta Antonio Mendes de Almeida, em um primeiro momento, estas manifestações apresentavam como bandeira principal a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, no combate ao nazi-fascismo:

> Iniciava-se, nos princípios dos anos 40, uma intensa campanha de mobilização popular exigindo a declaração de 'estado de guerra' entre o Brasil e as potências do 'Eixo'. Nas ruas das grandes cidades, os estudantes realizavam manifestações antinazistas, coordenadas pela União Nacional dos Estudantes, que havia sido fundada em 1937. Vários sindicatos - entre eles alguns sob influência do Partido Comunista Brasileiro, na clandestinidade - também se movimentaram favoravelmente à guerra contra a Alemanha e a Itália.[17]

Em 4 de julho de 1942 ocorreu no Rio de Janeiro uma grande "Passeata Estudantil Antitotalitária". Conforme Antonio Mendes e Ricardo Maranhão, "*o êxito da passeata repercutiu em outras cidades do país, onde os estudantes organizaram novas manifestações, contando com a participação de outros setores populares, inclusive de alguns sindicatos, onde era sensível a influência do Partido Comunista*".[18]

Quando se afirma que a democratização brasileira foi resultado da contradição na qual passou a se encontrar o governo brasileiro ao declarar guerra ao nazi-fascismo internacional, é necessário acrescentar que esta contradição não era "natural" ou "evidente", até que as mobilizações populares estabelecessem os nexos lógicos entre a luta contra o nazi-fascismo e a necessidade de derrotar o autoritarismo interno. E estes nexos foram estabelecidos pelas mobilizações antifascistas ao vincularem a defesa da entrada do

---

[15] CARONE, Edgard. A crise do Estado Novo e a recuperação das esquerdas (1942-1945). In: *Brasil Anos de crise.* 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991, p. 312.
[16] Idem, ibidem, p. 311-312. Grifos meus.
[17] ALMEIDA, op. cit., p. 227.
[18] ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes. O declínio do Estado Novo. In: ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil História Texto e Consulta:* Era de Vargas. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 199-204. p. 200.

Brasil no conflito e a denúncia política dos regimes fascistas ao caráter ditatorial do Estado Novo. Os sujeitos que vivenciaram estas mobilizações lograram evidenciar a contradição entre a vitória dos aliados e a manutenção do regime autoritário internamente, tornando inviável sua permanência ao término da Guerra, ao contrário do que ocorreu em outros países como Espanha e Portugal. A vinculação entre a luta contra o nazi-fascismo internacional e a necessidade de democratização brasileira começou a ser construída pelas passeatas, marchas e concentrações que ocorreram durante todo o ano de 1942. Vivendo ainda o pleno funcionamento do aparato repressivo, as manifestações tinham que se centrar na questão internacional, mesmo que seus sujeitos visassem também a questão interna.

As manifestações ampliavam-se rapidamente. Segundo Antonio Mendes de Almeida,

> desenvolve-se uma série de atividades nos círculos estudantis e operários, em que se procura dar um conteúdo político mais amplo à luta contra o nazi-fascismo. O Sindicato dos Tecelões do Rio de Janeiro, por exemplo, lança, em fins de março de 1943, a idéia de uma manifestação geral antifascista, que se concretizaria no mês de maio subseqüente, através da chamada 'Semana Antifascista', organizada pela União Nacional dos Estudantes, pela Liga de Defesa Nacional, pela Sociedade Amigos da América e pelos bancários. Durante a 'Semana', várias manifestações são realizadas, entre elas um julgamento simulado do líder integralista Plínio Salgado.[19]

É interessante observar que, ainda em plena vigência do regime autoritário, a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional conquistaram progressivamente sua autonomia em relação ao governo. A UNE, fundada em 1937, permaneceu subordinada aos interesses do governo até 1942, quando começou a desempenhar um papel decisivo nas mobilizações estudantis. Em julho de 1943, o VI Congresso da UNE decide lutar contra o "fascismo interno", particularmente "*o fascismo quinta-colunista ou integralista*".[20] Já a rearticulação da Liga de Defesa Nacional reuniu setores diversos, inclusive alguns vinculados ao clandestino Partido Comunista, voltados para "*o veemente combate ao fascismo e aos seus representantes internos*".[21] No ano de 1943 foi fundada também a Sociedade dos Amigos da América, igualmente voltada para a luta contra o fascismo, reunindo militares nacionalistas e antifascistas como Manoel Rabelo e Horta Barbosa, intelectuais e lideranças estudantis.[22] Estas entidades aumentaram a organicidade da

---

[19] ALMEIDA, op.cit., p. 230.
[20] ALMINO, op. cit., p. 18-19.
[21] ALMEIDA. O declínio do Estado Novo. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 201.
[22] Cf. SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília. *Os presidentes*: Getúlio Vargas: O Estado Novo 1937-1945. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 37.

campanha em defesa da entrada do Brasil na Guerra contra o nazi-fascismo internacional e, ao mesmo tempo, difundiram a compreensão de que esta luta deveria estar articulada à crítica ao "fascismo interno", ou seja, ao Estado Novo.

A declaração de "estado de guerra" contra a Alemanha e a Itália em agosto de 1942 representou a primeira grande vitória das mobilizações populares. No entanto, ao contrário do que esperava a ditadura, a conquista de sua principal aspiração não representou o término das mobilizações. Pelo contrário, a partir de então elas se fortaleceram, exigindo o envio de tropas brasileiras ao campo de guerra e afirmando mais abertamente a oposição à ditadura interna.[23] Ainda que a declaração de guerra, por si só, não tenha implicado em nenhum movimento efetivo no sentido da democratização, criava uma condição mais favorável à luta das oposições:

> Esse posicionamento, mesmo sendo *pro forma*, permite às oposições – da classe dominante e da classe trabalhadora – acelerarem sua luta, pois as facções anti-Estado Novo que se apresentam em cena levantam a bandeira democrática e proclamam a intenção de lutar contra o nazismo e o fascismo. Desta maneira, dos fins de 1941 em diante, pouco a pouco aparecem indivíduos ou grupos dispostos a participarem desta luta, contra os quais a ditadura getulista nada pode fazer, pois ela também se proclama democrática e antifascista.[24]

A declaração de guerra possibilitou, ainda, uma melhor definição das perspectivas de democratização, e conseqüentemente, a diferenciação entre projetos diversos de grupos que até então se unificavam sob a bandeira da declaração de guerra. Como enfatiza Décio Saes,

> A partir da declaração oficial de guerra ao Eixo, as duas tendências começam a se dissociar. De um lado, o movimento popular, sob a influência dominante do PCB, procura comprometer o governo ditatorial com as teses democráticas e antiimperialistas (...). Do outro lado, o liberalismo antipopular se encontra na origem do 'Manifesto dos Mineiros' (1943) e da formação da UDN (1945); tais manifestações exprimem a oposição dos liberais (capital comercial, alta classe média), não tanto ao controle e à repressão das classes trabalhadoras pelo Estado ditatorial, quanto ao centralismo autoritário (definhamento da Federação, extinção do Parlamento) e ao intervencionismo econômico e social (política de industrialização, legislação do trabalho, sindicalismo oficial) da ditadura estadonovista. É certo que os liberais aspiram à redemocratização do regime; mas vêem-na, não como o resultado de lutas populares para arrancar à classe dominante o reconhecimento às mais amplas liberdades democráticas e direitos sociais, e sim como o

[23] De acordo com Leslie Bethell, "*a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados estimulou sem dúvida a oposição interna à ditadura de Vargas*". BETHELL, op. cit., p. 69
[24] CARONE, op. cit., p. 311.

> corolário de um processo de regeneração política deflagrado, pelo alto, com o auxílio das Forças Armadas.[25]

O movimento estudantil manteve a ascensão das mobilizações, promovendo manifestações de rua de grande porte, mesmo enfrentando uma feroz repressão. De acordo com Bóris Fausto, "*uma passeata realizada em dezembro de 1943, em que os estudantes caminhavam de braços dados e com um lenço na boca, simbolizando a supressão da palavra, foi dissolvida violentamente pela polícia. Morreram duas pessoas e mais de vinte ficaram feridas, provocando uma onda de indignação*".[26] As manifestações não se restringiam apenas ao Rio de Janeiro, eram promovidas nas principais cidades do país. Em São Paulo, "*o novo Secretário de Segurança Pública Coriolano de Góis reprimiu de forma radical a crescente onda de protestos antiditatoriais, prendendo estudantes. Passeatas populares contra a ditadura são dissolvidas à bala, com dois mortos e diversos feridos*".[27] Também na cidade de Recife, um comício da UNE "*provocou violências policiais e levou à morte de dois estudantes*".[28] No ano de 1945, já com maior liberdade de atuação, os estudantes criaram uma nova forma de mobilização: a promoção de "semanas" de atividades, com palestras, atos culturais e manifestações públicas. Em abril de 1945, a União Nacional dos Estudantes promoveu uma grande "Semana Pró-Anistia", defendendo a libertação dos presos políticos e retorno dos exilados. Foram organizadas ainda semanas "antiintegralistas" em vários estados, apontando o caráter fascista do movimento integralista, rejeitando qualquer possibilidade do seu retorno à legalidade, e denunciando a presença de princípios ideológicos integralistas na doutrina e na ação prática do Estado Novo.

Com relação ao movimento sindical, segue predominante a tese de que ele permaneceu débil e pouco ativo até que a democratização tenha se consolidado. De acordo com Francisco Weffort, por exemplo, "*quando termina a ditadura Vargas em 1945, o movimento operário brasileiro se encontra, por assim dizer, completamente esquecido de sua própria história e de fato inteiramente desarticulado*".[29] Para ele, ainda, ocorreram poucas greves entre abril e outubro de 1945, e é apenas "*em fins de dezembro de 1945 que*

---

[25] SAES, Décio. Classe Média e política. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Volume III: O Brasil Republicano. Tomo 3: Sociedade e Política 1930-1964. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. 5ª edição, p.499-506. p. 468.
[26] FAUSTO, op.cit., p. 384.
[27] ALMEIDA. O declínio do Estado Novo. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 202.
[28] SKIDMORE, op. cit., p. 73
[29] WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil*:* a conjuntura de pós-guerra*. Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 63-105, 1973. p. 70.

o dique se abre com a greve do abono de Natal do pessoal da energia elétrica. (...). É assim que, se o ano de 1945 registra apenas 12 greves, os dois primeiros meses de 1946 somarão mais de 60, indicando um nível de ascenso do movimento operário que, embora momentâneo, só será superado nos anos 60".[30] Outras pesquisas evidenciam, no entanto, que apesar da subordinação dos sindicatos oficiais ao Ministério do Trabalho, desde o início dos anos 40 engendraram-se diversas mobilizações dos trabalhadores, autônomas e completamente independentes das direções sindicais oficiais. Estas mobilizações tinham como instrumento principal as chamadas "Comissões de Fábrica" que, denunciando a falta de representatividade dos sindicatos oficiais, qualificavam-se como legítima representação de classe. A organização dos trabalhadores não tinha a mesma visibilidade das manifestações estudantis, ao contrário, constituía-se informalmente e à margem dos sindicatos oficiais. Mesmo assim, chegou a deflagrar greves ainda no ano de 1942, contra a posição dos sindicatos oficiais, como uma greve realizada em uma metalúrgica na Penha, em São Paulo, obrigando os patrões a negociarem diretamente com as comissões constituídas pelos trabalhadores.[31] Com a entrada do Brasil na guerra, os conflitos trabalhistas se acirraram, pois a burguesia aproveitou-se do apoio dos trabalhadores à participação brasileira na guerra para impor condições de hiper-exploração, regulamentadas pelas chamadas "Leis de Esforço de Guerra", decretadas pela ditadura varguista e impostas aos trabalhadores de indústrias metalúrgicas, englobando posteriormente também as indústrias têxteis.[32] Em resposta, os operários de diversas fábricas desafiaram tais leis, inclusive com paralisações que desafiavam a condição imposta de "Segurança Nacional", como uma greve realizada na empresa Pirelli, de Santo André, em 1943, com intensa mobilização de quase 2 mil funcionários, e também a greve geral da mesma cidade, em 1944, cuja repressão resultou em 430 prisões.[33] Conforme o historiador Marcelo Badaró Mattos, "*em 1944 (...) registraram-se algumas greves*

---

[30] Idem, ibidem, p. 89. A informação é reproduzida no verbete "Greves" da recente edição do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, afirmando-se que "*entre abril e outubro de 1945 ocorreram poucas greves*". KARMIS, Mônica & SANTANA, Marco Aurélio. Greves. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*, op. cit., p. 2639-2654. Volume 3, p. 2642.

[31] Cf. COSTA, Hélio da. *Em busca da memória:* comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo*:* Scritta. 1995. p. 12.

[32] As "Leis de Esforço de Guerra" equiparavam a greve à deserção, prevendo uma pena de 2 a 6 anos de detenção aos integrantes do movimento grevista. Mesmo assim, ocorreram movimentos grevistas inclusive em fábricas de equipamentos militares, como no caso de uma fábrica de armas em Santo André e uma montadora de caminhões militares em São Caetano do Sul, paralisadas em 1944. Idem, ibidem, p. 18-19.

[33] Idem, ibidem, p. 14.

significativas, como no setor dos transportes (carris urbanos e trens), entre os mineiros do Rio Grande do Sul e em algumas fábricas metalúrgicas de São Paulo".[34] Em termos políticos mais gerais, a criação das comissões de fábrica e sua atuação desafiavam todo o ordenamento das relações de trabalho corporativistas, um dos eixos principais da estrutura política estadonovista. De acordo com o historiador Hélio da Costa, "*era esta modalidade de queda de braço com desdobramentos imprevisíveis, revestidos de autonomia operária, solidariedade de classe, questionamento das instituições, explicitação da luta de classes que o governo e os industriais prudentemente queriam evitar, através de uma política de cooptação sindical*".[35] Outro recurso utilizado pelos trabalhadores foi a "*intensificação de idas de categorias a dissídios coletivos na Justiça do Trabalho*", chegando a reunir mais de 4.000 trabalhadores no Rio de Janeiro em maio de 1945.[36] Ao contrário do que afirma Weffort, "*as greves de maio de 1945 constituíram-se nas maiores manifestações operárias desde o Estado Novo*".[37] Segundo Leslie Bethell, entre março e maio daquele ano ocorreu um enorme crescimento do movimento sindical, com a ocorrência de centenas de greves, envolvendo, dentre outros, os setores dos transportes, serviços públicos, bancário, docas e indústrias diversas.[38]

Também setores pequeno-burgueses constituíram-se agentes do processo de democratização, ainda que sob perspectiva muito distinta. De acordo com Carone, no início dos anos 40, a "classe média" "*se volta para a luta cujo objetivo é a abertura democrática e, em última instância, procura um equilíbrio baseado em valores tradicionais da democracia*".[39] No que se refere à "alta classe média", sua intervenção caracterizava-se, como aponta Décio Saes, pela defesa de uma "*redemocratização 'pelo alto'*", justificada por uma "*concepção restritiva, elitista e antipopular*".[40] Sua perspectiva não era a mesma que estimulava os trabalhadores a constituírem as comissões de fábrica,

---

[34] MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 50.
[35] Idem, ibidem, p. 29.
[36] BARBOSA, Júlia Monnerat. *As greves no Rio de Janeiro do pós-guerra*. Monografia de Conclusão do Bacharelado em História. Niterói, UFF, 2000, p. 42.
[37] Idem, ibidem, p. 33.
[38] BETHELL, op. cit., p. 80. Segundo o historiador Ricardo Maranhão, ainda, "*o ano é pontilhado por ações como a parede das Docas de Santos em maio, greve dos bancários paulistas em agosto, de motoristas de ônibus do Rio em setembro, e uma série de movimentações localizadas de funcionários públicos, securitários, bancários, etc. (...).Todos esses grupos fundamentavam seu programa em reivindicações de liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres em suas entidades, etc*". MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e redemocratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 42.
[39] CARONE, Edgard. *A república liberal*. Volume 1: Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 169.
[40] SAES, op. cit., p. 464.

porém se diferenciava também das oposições oligárquicas, pois a pequena burguesia reivindicava uma reformulação mais ampla do sistema político, que possibilitasse sua real inserção, no que tive êxito, pois "*o ano de 1945 marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político*".[41] A pequena burguesia participou ativamente das manifestações pela entrada do Brasil na guerra e expressou suas posições, principalmente através de manifestos públicos assinados por categorias profissionais, como professores, advogados e jornalistas, principalmente a partir do início de 1945, quando a censura oficial já não conseguia mais manter os meios de comunicação sob controle.

Analisando as diversas mobilizações, em especial as estudantis e operárias, percebemos um processo bem mais complexo e contraditório do que o usualmente apontado pela historiografia. Diversas iniciativas desafiaram a ditadura desde muito antes do lançamento do "Manifesto dos Mineiros", a partir de grupos que seguiram proclamando a necessidade de efetiva democratização durante todo o ano de 1944. Assim, não podemos concordar com a análise de Campello de Souza, quando afirma que "*face à inexistência, em 1945, de qualquer movimento contestatório de amplas bases sociais, ou inspirado em metas ideológicas capazes de levar a uma confrontação mais drástica, a existência de continuidade em importantes aspectos político-institucionais nada tem de surpreendente*".[42] Naturalmente os movimentos contestatórios que se expressavam antes de 1945 eram obrigados, face à intensa repressão, a utilizarem canais não institucionais ou informais (como as comissões de fábrica ou os comandos estudantis). Mas isto não significa, de forma alguma, que não possuíssem "metas ideológicas" ou "amplas bases sociais". Como indica Hélio da Costa sobre a mobilização dos trabalhadores, "*não aparece uma classe silenciosa, mas uma classe ativa, que mesmo de forma dispersa, talvez a única forma possível naquele momento, saiu em defesa de seus direitos elementares*".[43] Acreditamos que é mais elucidativo buscar as razões de sua derrota nas articulações que reuniram diversos grupos antipopulares, "liberais" antiindustrialistas, oligárquicos e militares, desde o "Manifesto dos Mineiros" até o Golpe Militar de 29 de outubro de 1945, que, ao invés de consolidar o processo de democratização, inviabilizaram seu aprofundamento.

---

[41] SOARES, Gláucio. *Sociedade e política no Brasil.* São Paulo , Difel, 1974. p. 59.
[42] SOUZA, op. cit., p. 105.
[43] COSTA, op. cit. p. 15.

Entendemos que o “Manifesto dos Mineiros” não foi o “marco inicial” do movimento pela democratização. E, mais do que isto, que seu objetivo não era fortalecer um efetivo processo de democratização, mas, ao contrário, reagir às mobilizações populares, afirmando um projeto distinto e restringindo o debate à questão da “reconstitucionalização”. Não aceitavam, por exemplo, rever as restrições à organização dos trabalhadores, a utilização plena dos aparatos repressivos e as bases da ordem econômica e social. Portanto, a oligarquia mineira - que em 1937 apoiou majoritariamente a instauração do Estado Novo – não pretendia garantir uma efetiva democratização, mas, ao contrário, controlar um processo já em andamento e evitar sua radicalização. Concordamos com Campello de Souza, quando afirma que a democratização de 1945 consolidou a continuidade em importantes aspectos político-institucionais. No entanto, até que esta perspectiva se consolidasse como vitoriosa, ocorreram intensas lutas sociais em torno dos rumos da democratização. A perspectiva liberal-conservadora afirmou-se, mas para isto teve que enfrentar e derrotar projetos diversos, expressos em mobilizações populares de grande porte, passeatas, greves e manifestos. O acordo entre “liberais” e autoritários foi motivado pela oposição de ambos às bandeiras dos movimentos populares, e garantiu a preservação, em diversos aspectos, do aparato repressivo estadonovista.

1.3 Os embates em torno do planejamento econômico

A década de 1940 foi marcada por um intenso debate acerca dos rumos da economia brasileira, a partir do crescimento da intervenção estatal na economia, promovida durante o Estado Novo, tendo como pano de fundo a disputa pela condução da política econômica por parte das distintas frações da classe dominante, bem como a tentativa de afirmação das demandas dos demais setores sociais. Durante o período compreendido entre 1930 e 1945 ocorreram importantes alterações na estrutura produtiva brasileira e na relação do Estado com a economia. Embora não tenha entrado em confronto aberto com a burguesia agrária, o novo grupo no poder passou progressivamente a dotar o Estado de instrumentos que tornaram possível o financiamento e planejamento de um novo patamar de industrialização, bem como o redirecionamento de parte da renda produzida pelo setor agrário-exportador para atividades industriais ou construção da infra-estrutura necessária para o aprofundamento do processo de industrialização. De acordo com Celso Furtado, neste processo:

> A captação de recursos dependeu fundamentalmente da ação do Estado. (...). Ao assegurar o câmbio de forma privilegiada aos importadores de equipamentos e insumos industriais em geral, o governo restringia a capacidade de importação de bens finais de consumo. (...) Os recursos para o financiamento das indústrias substituidoras de importação eram, assim, retirados do setor exportador.[44]

A insuficiente acumulação de capitais por parte da burguesia industrial e a crescente necessidade de investimentos em energia, transportes e infra-estrutura levaram a burguesia industrial a encaminhar ao Estado tais demandas, necessárias para a manutenção do ritmo de expansão do setor industrial, bem como para preparar condições para a passagem para o estágio de industrialização de bens de produção. A política fiscal e tributária era instrumento privilegiado para canalizar recursos a estes investimentos. Conforme a historiadora Sonia Mendonça, "*lançando mão, dentre outros expedientes, de sua capacidade tributária – até o limite permissível pelo pacto político do 'compromisso' - , o Estado arcaria com o ônus da instalação das unidades essenciais do setor de bens de produção*".[45] Diversos órgãos vinculados ao Estado foram criados enquanto instrumentos da promoção de uma política estatal de estímulo à industrialização, como sintetiza Maria do Carmo Campelo de Souza:

> É possível agrupar em quatro categorias os órgãos criados ou revitalizados na década de trinta com o objetivo de controlar atividades econômicas: a) órgãos destinados a equilibrar consumo e produção em setores agrícolas e extrativos, ou reger sua importação e exportação (...); b) órgãos destinados a aplicar medidas de incentivo à indústria privada (...); c) órgãos destinados à implantação, ampliação ou remodelação dos serviços básicos de infra-estrutura para a industrialização; d) órgãos destinados a ingressar diretamente em atividades produtivas (siderurgia e Petrobrás).[46]

A política estatal de planejamento econômico não se restringiu ao setor industrial. Entre 1931 e 1938 foram criados diversos institutos voltados ao planejamento e controle da produção agrária e extrativa, canalizando as demandas destes setores, agenciando sua venda no comércio internacional, garantindo financiamentos e estabelecendo cotas que evitassem a superprodução. Desta forma, foram criados o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Álcool, o Instituto do Cacau, o Instituto do Pinho e o Instituto do Sal.[47] A questão do planejamento estatal da economia apresenta-se de diversas formas. Carone destaca a importância do "Relatório Taub", produzido pelo Conselho Econômico

---

44 FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 24-25.

45 MENDONÇA, Sonia. *Estado e Economia no Brasil:* opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 31.

46 SOUZA, op. cit., p. 99.

47 Cf. CARONE, *A república liberal*, op. cit., p. 7.

de Guerra em 1943, o qual teria sido a "*primeira tentativa de analisar a realidade e pensar em resolver o problema alimentar e, conseqüentemente, ajudar a industrialização*".[48] Com o mesmo objetivo formaram-se grupos e conselhos técnicos como o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, "*com poderes normativos e regulatórios bastante amplos*".[49] A maior centralização política sob o Estado Novo favoreceu o crescimento do controle estatal sobre a economia e o aperfeiçoamento dos mecanismos corporativos de planejamento, embora ao mesmo tempo tenha produzido um maior descontentamento dos grupos agrários voltados à agro-exportação, abertamente pronunciado a partir de 1943, com a publicação do "Manifesto dos Mineiros". Por outro lado, também a burguesia industrial passava a se organizar de forma mais orgânica, propondo o aprofundamento da industrialização, indicando medidas a serem executadas e defendendo a necessidade de planejamento econômico.

1.3.1 A intervenção da burguesia industrial: Estado, planejamento e industrialização

No início da década de 1940, lideranças da burguesia industrial brasileira passaram a propor um projeto sistemático de industrialização. Industriais paulistas como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Francisco Matarazzo e Alexandre Siciliano passaram a se constituir como uma espécie de "elite pensante industrial".[50] A despeito dos avanços no processo de industrialização, eles diagnosticavam uma série de insuficiências e problemas, a partir dos quais buscaram estabelecer um conjunto de medidas a serem adotadas pelo Estado para a promoção de um novo estágio de industrialização. O contexto de guerra acentuava uma série de dificuldades, como a permanência de um parque industrial obsoleto e desgastado, de uma estrutura de transportes e energia ainda defasada e de um setor bancário incapaz de financiar adequadamente a indústria e a agricultura. A estes fatores, acrescentava-se o contínuo crescimento da inflação, chegando ao índice de 19% em 1943.[51] Além disso, parcelas da burguesia manifestavam descontentamento com a reduzida participação na formulação da política econômica e com a incapacidade do Estado Novo para enfrentar eficazmente os problemas que obstaculizavam o crescimento da economia.

---

[48] Idem, ibidem, p. 76.
[49] SOUZA, op. cit., p. 99
[50] Cf CARONE, *A República Liberal*, op. cit., p. 144. Roberto Simonsen era uma das principais lideranças intelectuais deste grupo. Tendo sido presidente da Confederação Industrial do Brasil e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo entre 1937 e 1945, foi deputado federal constituinte em 1934, pelo Partido Constitucionalista e em 1946, pelo Partido Social Democrático.
[51] Cf. CORSI, Francisco Luis. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 7-21. Dossiê Burguesia e Política. p. 7.

De acordo com Jacob Gorender, desde os anos 30 "*os porta-vozes dos industriais enfatizaram dois pontos: 1º – a necessidade de financiamento do Estado para a industrialização; 2º – criação pelo próprio Estado de núcleos da moderna indústria de base (ferro e aço, produtos químicos, petróleo), cuja construção se achava fora do alcance do capital privado*".[52] Gorender enfatiza que nos anos 40 iniciou-se a atuação estatal no âmbito da moderna indústria de base, criando "*as condições para que, em 1944, através de pareceres e discursos, Roberto Simonsen propusesse a idéia de planejamento da atividade econômica do Estado como instrumento de aceleração da industrialização*".[53] Em termos ideológicos, a burguesia industrial identificava a industrialização com o desenvolvimento nacional, propondo, conseqüentemente, a "*afirmação do desenvolvimento industrial como única saída para a superação da fragilidade da economia nacional enquanto fosse baseada na agro-exportação*".[54] Apontando a industrialização como pré-condição para o fortalecimento nacional, propunha um programa industrializante que visasse: superar o grau de vulnerabilidade externa; negar a primazia da exportação de bens primários como sustentáculo exclusivo da economia; vincular industrialização e grandeza nacional; e convocar o Estado para a tarefa da implantação da indústria pesada.[55] De acordo com Francisco Luis Corsi, as principais propostas práticas da burguesia industrial eram a elevação das tarifas alfandegárias, a ampliação do crédito, a subordinação da política monetária à manutenção do crescimento econômico e a ampliação da ação estatal nos setores considerados fundamentais que a burguesia industrial não tinha condições de assumir.[56] A incapacidade da burguesia industrial para impulsionar o avanço qualitativo da indústria sem apoio estatal se dava em virtude de que "*a indústria de bens de consumo não conseguiu criar condições para uma acumulação de capitais suficiente que gerasse novo tipo de atividade, mais complexa em produção e maquinaria, como é o caso da atividade relacionada aos bens de produção*".[57] Dentro do aparato estatal estadonovista, as posições da burguesia industrial tinham alguma ressonância, mas também enfrentavam resistências de setores mais afeitos às políticas monetaristas. Desta forma, tornava-se necessário mobilizar a classe para a defesa de suas propostas, unificando-a e criando instrumentos de

---

[52] GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira.* 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.p. 71.
[53] Idem, ibidem, p. 72.
[54] MENDONÇA, op. cit., p. 20.
[55] Cf. MENDONÇA, op. cit., p. 21.
[56] Cf. CORSI, Francisco Luis. O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n. 6/7, 1996, p. 25-36. Dossiê Constituinte de 1946. p. 28.
[57] CARONE, *A República liberal,* op. cit., p. 74.

pressão mais efetivos. Neste sentido, tiveram fundamental importância vários eventos realizados a partir de 1943, como o I Congresso Brasileiro de Economia (1943), o Congresso Brasileiro de Indústria (1944) e a I Conferência Brasileira das Classes Produtoras (Conferência de Teresópolis), em 1945.

O I Congresso Brasileiro de Economia - realizado de 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943 no Rio de Janeiro, contando com 234 membros representantes de 192 entidades empresariais[58] - teve como finalidades explícitas a discussão do futuro da economia brasileira e a definição da política econômica mais adequada. Sua realização foi uma iniciativa, dentre outros, de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, e o setor industrial teve ampla hegemonia, inclusive com o apoio de parcela da burguesia comercial para as teses industrializantes.[59] O documento final produzido continha 260 recomendações e propunha: "*uma política tarifária protecionista, a criação de um banco que financiasse investimentos industriais, uma política monetária e fiscal que não causasse recessão, uma política de expansão da infra-estrutura de transportes e energia, uma política de incentivo à criação de indústrias de base, uma política de atração de capitais estrangeiros e medidas que melhorassem a qualidade da força de trabalho*".[60]

Apresentou ainda propostas para a criação de organismos corporativos estatais, visando o planejamento da indústria e da agricultura, e estabeleceu como papel do Estado a suplementação da iniciativa privada, de forma indireta, através da concessão de créditos subsidiados e incentivos; e de forma direta, através da realização de obras para as quais não houvesse capitais privados disponíveis, como a construção de hidrelétricas e o desenvolvimento de uma moderna rede de transportes. Não havia consenso quanto ao grau de intervenção do Estado na economia, mas a necessidade de intervenção era amplamente aceita, a partir do reconhecimento da carência de capitais privados disponíveis. Para a maior parte dos delegados, não haveria oposição entre a defesa de um projeto nacional industrializante e a abertura para o investimento de capitais estrangeiros, embora fossem apresentadas diferentes fórmulas reguladoras. Para Simonsen e Lodi importava atrair capital externo e ao mesmo tempo definir seu espaço de atuação, mantendo o controle nacional sobre a economia brasileira. Da mesma forma, a total liberdade de comércio era vista como perigosa, levando à defesa de tarifas protecionistas, precauções quanto a

---

[58] Cf. KARNIS, Mônica. I Congresso Brasileiro de Economia. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*, op. cit., Volume 2, p. 1535.
[59] Cf. CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 8.
[60] Idem, ibidem, p. 9.

liberalização das exportações e defesa de uma revisão tarifária, transferindo taxações que recaíam sobre máquinas e equipamentos para a importação de mercadorias que já fossem produzidas internamente. Na realidade, naquele momento a burguesia industrial não se opunha à política econômica varguista, mas, ao contrário, reivindicava seu aprofundamento.[61]

Entre 8 e 18 de dezembro de 1944 ocorreu na cidade de São Paulo o I Congresso Brasileiro da Indústria. Seu objeto era a definição de uma política econômica para o pós-guerra que desse prioridade à industrialização. No entanto, de acordo com Francisco Luis Corsi, o Congresso não chegou a definir uma política industrial abrangente, embora tenha debatido o planejamento econômico, a política monetária e fiscal e a questão do capital estrangeiro. Para os congressistas, a atuação do Estado na economia deveria ser "***supletiva**, cabendo interferência para assegurar os bens gerais e permanentes da coletividade; **planificadora**; no sentido de articular nacionalmente as forças produtoras a fim de se atingir o levantamento geral do nível de vida; e **auxiliadora**, para a concessão de facilidades que incentivem a produção*".[62] Roberto Simonsen abriu o Congresso defendendo "*a necessidade de se acelerar o ritmo de desenvolvimento industrial do país*", o "*estabelecimento de um mercado interno forte*", e a "*importância da intervenção do Estado como garantia de um rápido ritmo de crescimento econômico*".[63] No entanto, as propostas industrializantes encontraram obstáculos, tanto no interior do Congresso quanto externamente. A principal reação interna foi a apresentação da tese *A evolução dos preços e a indústria nacional*, de Octávio Gouveia de Bulhões.[64] A tese defendia uma rigorosa política monetária e fiscal, com o controle dos créditos, a diminuição da liquidez e a redução do gasto público, o que evidentemente inviabilizava o projeto de industrialização acelerada. Ainda mais contrária à industrialização foi a série de artigos publicados na revista *Observador Econômico* por Valentin Bouças,[65] lançando um "brado de volta à terra". De acordo com Francisco Luis Corsi, "*o Congresso de Indústria foi duramente*

---

[61] Cf. CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 9-11.
[62] Idem, p. 17.
[63] KARNIS, Mônica. I Congresso Brasileiro de Indústria. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*., op. cit., Volume 2, p. 1535
[64] Otávio Gouveia de Bulhões era funcionário de carreira do Ministério da Fazenda. Junto com Eugênio Gudin e Roberto Campos constituía um grupo radicalmente liberal e monetarista que permanentemente defendia o rigor orçamentário. Foi delegado brasileiro na Conferência de Bretton Woods em 1944. Cf. LOURENÇO, Marta Skinner. Octávio Gouveia de Bulhões. In: *DICIONÁRIO Crítico do Pensamento de Direita:* Idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Faperj / Mauad, 2000, p. 65-66.
[65] Valentin Bouças seria "*ligado ao capital estrangeiro, seus interesses estavam relacionados ao setor de serviços e indústria*". Cf. CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 18.

criticado. Desde fins de 1944 vinham aparecendo na imprensa artigos criticando a indústria, o planejamento econômico e a reivindicação dos industriais de uma política tarifária protecionista".[66] O término da II Guerra Mundial fortaleceu as posições livre-cambistas e monetaristas, em especial após a Conferência de Bretton Woods. A Conferência teria revivido "*os princípios de política econômica que enalteciam o fim de todo e qualquer protecionismo, bem como o retorno do livre-cambismo nas trocas internacionais*".[67] No entanto, um fator interno que também é da maior importância foi a crescente mobilização das frações burguesa antiindustrialistas, a partir do Manifesto dos Mineiros. A sua articulação tinha como uma de suas principais bandeiras a oposição à intervenção econômica do Estado

Foi neste contexto menos favorável que a burguesia industrial ainda produziu outra importante manifestação de suas propostas: a I Conferência das Classes Produtoras, mais conhecida como Conferência de Teresópolis. Ela ocorreu em maio de 1945, momento em que havia grande temor da burguesia industrial de que uma provável abertura comercial viesse a arruinar a indústria nacional. A Conferência reuniu delegados de 680 entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura, com o objetivo de garantir a unidade das classes dominantes na defesa de uma política industrializante,[68] sob a presidência de João Daut de Oliveira, que viria a ser o primeiro presidente da Confederação Nacional do Comércio, criada em setembro de 1945.[69] A Carta Econômica de Teresópolis, materialização dos debates, "*estabelecia como prioridade o desenvolvimento econômico calcado na industrialização*". Assim como nos eventos anteriores, "*o papel do Estado na economia, o planejamento econômico, as políticas tarifária, comercial, monetária e fiscal e a relação com o capital estrangeiro continuaram a ocupar o centro dos debates*".[70] A pauta de discussões foi semelhante aos eventos anteriores, mas a defesa do planejamento estatal perdeu terreno, passando a ser entendido mais como "articulação nacional das forças produtoras" do que uma ação direta e efetiva do Estado.[71] Este recuo da tese do planejamento estatal, central na proposta de Roberto

---

[66] Idem, p. 18.
[67] MENDONÇA, op. cit., p. 40.
[68] Cf. CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 19.
[69] Cf. JOÃO Daut de Oliveira. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*, op. cit.
[70] Cf. CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 19.
[71] Ainda assim, como nota Bielschowsky, "*a posição em favor da industrialização – e de apoio estatal à mesma, bem entendido – tem presença marcante no documento*". BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964:* o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.op. cit., p. 283.

Simonsen, pode ser compreendido no contexto de ampla mobilização da oposição antiintervencionista naquele momento (em especial no que se refere à mobilização e às críticas à Lei Antitruste, conhecida como "Lei Malaia"), bem como dos condicionantes da nova conjuntura internacional. Com relação a esta última, Sonia Mendonça aponta que naquele momento "*existia – a nível internacional – uma pressão significativa contra 'modelos de desenvolvimento econômico' baseados em soluções de tipo nacionalista contendo forte intervencionismo protecionista, como era o caso brasileiro*",[72] o que se expressa, por exemplo, no Acordo de Bretton Woods, de 1944, cujas "*idéias gerais eram o retorno do liberalismo comercial, a instituição formal do sistema monetário do 'padrão-câmbio-ouro' (...) e a criação de canais adequados à livre circulação internacional do capital*".[73]

1.3.2. A polêmica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin

Uma das mais importantes conquistas do grupo defensor de um projeto de industrialização acelerada foi a criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em novembro de 1943, fruto das pressões da burguesia industrial. O CNPIC deveria participar diretamente da formulação da política econômica e "*teria como objetivo o estudo da política industrial e comercial para a nova etapa*".[74] Sua criação representava, de forma especial, uma vitória do industrial paulista Roberto Simonsen, cuja atuação no Conselho foi marcante. O Conselho foi utilizado como instrumento para a propagação da tese da necessidade do planejamento econômico. O CNPIC, no entanto, não era por si próprio suficiente para a promoção de uma política de planejamento, dado que não dispunha de todos os instrumentos necessários e, ainda, enfrentava uma superposição de atribuições em relação ao Conselho Federal de Comércio Exterior, de orientação liberal. Em vista disto, Simonsen elaborou um parecer defendendo a criação de um órgão abrangente centralizador do planejamento econômico estatal. Considerando que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro era tardio, Simonsen sustentava a necessidade de adoção de uma rígida política protecionista, ainda que não excluindo o capital estrangeiro.[75] De acordo com a previsão de Simonsen, o financiamento da intervenção

---

[72] MENDONÇA, op. cit., p. 40.
[73] DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: *A CONTROVÉRSIA do planejamento na economia brasileira:* coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1977, p. 9.
[74] BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 156.
[75] Cf. CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 12

estatal em favor da industrialização deveria se dar através de empréstimos externos tomados junto ao governo estadunidense, com o que se manteria um maior controle sobre o funcionamento da economia, em relação à modalidade de investimento direto ou de empréstimo tomado diretamente pela burguesia industrial. A partir destes pressupostos e objetivos, Simonsen redigiu o anteprojeto do órgão que deveria centralizar o planejamento econômico, lembrando as conclusões da Missão Cooke, de 1942, que "*observou que o Brasil, como nação industrial, está ainda na adolescência, se bem que se possa vaticinar um grande futuro*", desde que a industrialização fosse "*sábia e cientificamente conduzida*"[76] e propondo "*a planificação da economia brasileira, em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais de nossas populações e prover o país de uma estruturação econômica e social forte e estável*",[77] através de "*planos qüinqüenais contínua e cuidadosamente revistos, cuja execução obedeceria aos imperativos de uma verdadeira guerra econômica contra o pauperismo*".[78] A planificação teria que visar a quadriplicação da renda nacional "*dentro do menor prazo possível*", através de uma "*nova estruturação econômica*" organizada "*com a cooperação das classes produtoras*",[79] através do estabelecimento de "*um gabinete de organização do plano, presidido pelo presidente da República como órgão central, uma junta central de planificação responsável pela execução do plano e mais três comissões (comissões de Estudo, de Execução e do Plano)*".[80]

Ao contrário do que Roberto Simonsen esperava, Getúlio Vargas não aprovou a proposta de imediato, mas, ao contrário, encaminhou-a para a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), para que fosse emitido parecer, o que na prática já permitia esperar sua rejeição, pois a maior parte dos membros da CPE era antiintervencionista e se opunha ao planejamento econômico. A figura de maior destaque no CPE era o economista Eugênio Gudin[81], o qual ficou responsável por emitir o parecer sobre o anteprojeto Simonsen. O

---

[76] SIMONSEN, Roberto. A planificação da economia brasileira. In: *A CONTROVÉRSIA do planejamento na economia brasileira*, op. cit., p. 26.
[77] Idem, ibidem, p. 33.
[78] Idem, ibidem, p. 34.
[79] Idem, ibidem, p. 36-37.
[80] CORSI, A burguesia industrial , op. cit., p. 14.
[81] Eugênio Gudin foi um dos mais veementes defensores do liberalismo econômico. Era conselheiro de Getúlio Vargas desde 1940 e suas teses eram amplamente majoritárias no Conselho de Desenvolvimento Econômico. Cf. SANTOS, Ângela Penalva. Eugênio Gudin. In: *DICIONÁRIO Crítico do Pensamento de Direita*, op. cit., p. 215-217. De acordo com Jacob Gorender, "*Gudin, em nome do liberalismo, defendeu o retorno ao modelo agro-exportador, com admissão apenas de uma industrialização restrita.*" GORENDER, op. cit., p. 73.

parecer de Gudin foi violentamente contrário, "*ponderando que um crescimento tão acelerado seria impossível, uma vez que atingindo o pleno emprego, os novos investimentos levariam apenas à inflação e não ao crescimento da produção*".[82] Gudin denunciava Simonsen como pertencente à corrente "*dos que vêem no 'plano' a solução de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que tudo resolve*", o que seria o "*melhor caminho para a consolidação de um regime totalitário de capitalismo de Estado*".[83] O antagonismo estabelecido entre a CNPIC e a CPE é uma evidência de que "*os conflitos que atravessavam a sociedade não se encontram 'fora' do Estado, mas também atravessavam-no*".[84] A divulgação do parecer de Gudin, em março de 1945, instaurou um debate público sobre a condução da política econômica e a adequação ou não do planejamento estatal, pois Gudin "*tecia críticas mordazes ao relatório Simonsen. Não se limitava a criticá-lo, propunha uma linha de política econômica pautada no liberalismo*".[85] Gudin opunha-se, ainda, à proposta de empréstimos de governo a governo, propondo, ao contrário, a prioridade para a atração de capitais privados externos, através de "*uma política de estabilidade de preços, de estabilidade cambial, de facilidades para remessas ao exterior e o fim da legislação nacionalista em vigor*".[86] Gudin atacava frontalmente, ainda, a ênfase na industrialização, sustentando que a agricultura teria melhor competitividade no mercado mundial (o que certamente pressupunha a manutenção das bases monocultoras e latifundiárias da produção agrícola). Desta forma, "*Gudin esboçou um projeto de desenvolvimento econômico calcado na não intervenção do Estado na economia, no livre comércio e no crescimento equilibrado entre agricultura e indústria*",[87] e também em uma ampla abertura para o capital estrangeiro No mês de maio de 1945, o projeto original apresentado por Simonsen veio a público, na forma de livro, intitulado *O planejamento da economia brasileira*. A resposta de Gudin, na forma de Carta Aberta, não tardou: foi publicada no mês de agosto. É importante perceber que a posição de Gudin não era isolada, mas expressava um amplo movimento de reação contra as propostas industrializantes, congregando setores do comércio e da agro-exportação e interesses vinculados ao capital externo. De acordo com Corsi, "*os defensores do liberalismo*

---

[82] SANTOS, op. cit., p. 216.
[83] GUDIN, Eugenio. Rumos da política financeira. In: *A controvérsia do planejamento econômico*, op. cit., p. 54-55.
[84] MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. *Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: Mimeo, s./d., p. 14.
[85] CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 15.
[86] Idem, ibidem, p. 15.
[87] CORSI, O fim do Estado Novo..., op. cit., p. 28.

econômico, que vinham ganhando terreno a partir de 1944, criticavam o excesso de intervenção do Estado na economia e as políticas monetária e creditícia de caráter expansivo".[88] Estes grupos, a partir de então reunidos principalmente em torno da União Democrática Nacional, alcançaram maior projeção durante o ano de 1945 e ocupavam grande espaço na imprensa, majoritariamente "liberal" e antiintervencionista, sustentando um projeto econômico-social muito semelhante ao preconizado por Gudin. O programa da UDN propunha "*uma política econômica pautada no equilíbrio orçamentário, na valorização da moeda, na redução do gasto público, numa política monetária restritiva, no auxílio creditício e técnico à agricultura e à industria e numa política tarifária capaz de proteger apenas as empresas em condições de concorrer com as estrangeiras*",[89] opondo-se nitidamente, desta forma, ao projeto de industrialização acelerada e à tese do planejamento. Percebe-se, portanto, que a burguesia industrial não era o único segmento da classe dominante que se articulava politicamente visando interferir nos rumos da política econômica.

1.3.3 A crise do Estado Novo e a política econômica

A crise do Estado Novo que desembocou no golpe civil-militar de outubro de 1945, com a derrubada de Getúlio Vargas, foi marcada também pelas disputas em torno da política econômica. Na medida em que a União Democrática Nacional vinha se estruturando, passava a ataques cada vez mais agressivos contra o modelo político e econômico do Estado Novo. Segundo Otto Alcides Ohlweiller, "*esses grupos oligárquicos, através de seu antipopulismo, o que efetivamente almejavam era a eliminação do caráter intervencionsista e industrializador do Estado pós-oligárquico*".[90] A alternativa escolhida por Vargas justapunha a liberalização política progressiva com medidas que acentuassem o caráter nacionalista do regime em termos econômicos. De acordo com Sérgio Soares Braga:

> Os setores da burocracia civil, com Vargas à frente, pressionados pelo empresariado comercial-bancário, pelas massas populares e pelo governo norte-americano (...) resolveram traçar como estratégia para a continuação da política de industrialização acelerada implantada durante o Estado Novo, e para o enfrentamento das pressões

[88] CORSI, A burguesia industrial..., op. cit., p. 07.
[89] CORSI, O fim do Estado Novo..., op. cit., p. 29.
[90] OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução sócio-econômica do Brasil:* do descobrimento à Nova República. 2ª edição. São Paulo: Ortiz, 1990. p. 124.

> advindas dessas forças, a **radicalização do populismo**, cujos produtos políticos mais palpáveis são a Lei Malaia (anti trust) e os comícios queremistas de início de outubro.[91]

A principal medida desta "radicalização" foi a "Lei Malaia". A lei visava impedir a formação de trustes, instituindo amplos poderes para a Comissão Administrativa de Defesa Econômica, estabelecendo que a mesma "*poderia intervir em todas as empresas envolvidas nos atos ou fatos considerados contrários à economia nacional*".[92] Vargas pretendia com isto reforçar seu projeto de desenvolvimento, dando lhe uma aparência mais nacionalista e buscando consolidar o apoio dos setores populares. No entanto, a reação de diferentes setores das classes dominantes foi muito negativa: "*A Lei sofreu críticas generalizadas vindas de todos os setores políticos (com exceção dos comunistas e socialistas), das classes produtoras e dos jornais.*[93] Até setores tidos como mais nacionalistas acusavam a lei de "discriminar" o capital estrangeiro, cuja intervenção seria necessária ao projeto de industrialização acelerada. Por sua vez os setores "liberais" internacionalizantes aproveitaram a situação para iniciar uma grande reação contra a política varguista, destacando-se a União Democrática Nacional, as associações comerciais e a União das Associações Agropecuárias.[94] No discurso da UDN a lei seria "antinatural"e estabeleceria uma ingerência estatal indevida, devendo ser atacada "*pelo fato de pôr vastos poderes nas mãos de alguns oficiais de gabinete*".[95] O descontentamento unificou conjunturalmente as diferentes frações da burguesia, as quais: "*em nota assinada pela Confederação Nacional da Indústria, pela Federação das Associações Comerciais do Brasil e pela União das Associações Agropecuárias do Brasil Central, repudiaram a Lei Malaia, assinalando que a inflação devia-se fundamentalmente à incompetência do governo e aos equívocos da política econômica*".[96] Outro grave prejuízo para o governo

---

[91] BRAGA, Sérgio Soares. "A Constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do Pós-Segunda Guerra Mundial". *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, Curitiba, p. 7-24. Dossiê Constituinte de 1946. p. 10. Grifo meu.

[92] CORSI, O fim do Estado Novo..., op. cit., p. 31.

[93] FARIA, Antonio Augusto da Costa. A queda de Vargas e a Constituinte In: ALMEIDA, Antonio Mendes & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil História Texto e Consulta:* Era de Vargas. São Paulo: Hucitec, 1991. Um exemplo da veemente condenação pela imprensa "liberal" pode ser encontrado na matéria "Condenada pela indústria carioca e paulista a Lei Malaia". *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7.7.1945, p. 16.

[94] Cf CORSI, O fim do Estado Novo..., op. cit., p. 32. Conforme Lourdes Sola, "*a bandeira do liberalismo econômico adquiria credenciais politicamente progressistas ao ser identificada com a 'questão democrática'*". SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas:* desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Edusp, 1998. p. 75.

[95] ALMINO, op. cit., p. 49.

[96] CORSI, Francisco Luis. *Estado Novo:* política externa e projeto nacional. São Paulo: Unesp / Fapesp, 2000. p. 277. Na Carta, as entidades afirmavam que a Comissão Administrativa de Defesa Econômica (CADE) seria um "*aparelho burocrático inquisitivo*", apontavam a lei como "*um empecilho à livre iniciativa*

Vargas foi a cisão em sua base de apoio provocada pela radicalização nacionalista, pois "*os setores majoritários da burocracia militar, chefiados por Góes Monteiro e Dutra, 'optaram' por uma estratégia inversa: o recuo da política 'nacionalista industrializante' e o compromisso com setores empresariais (mormente comercial-bancários) de oposição ao regime e repressão ao movimento popular*".[97] Tal posição não é restrita à burocracia militar, podendo ser observada, por exemplo, na atitude de Francisco Campos, anteriormente um dos principais ideólogos da Estado Novo, e que "*vinha se alinhar às forças nacionais mais conservadoras que se opunham ao processo de industrialização – os grupos agrários tradicionais – usando uma linguagem liberal*".[98]

Desta forma, a maior parte do grupo dirigente identificado com o projeto autoritário e estatista implementado durante o Estado Novo passou a temer o crescimento da mobilização popular e a se opor à radicalização "populista" de Vargas. Assim, formou-se uma até então improvável conjunção de interesses entre os grupos mais autoritários (Eurico Dutra, Góes Monteiro, Francisco Campos, Felinto Müller) com a oposição pretensamente antiditatorial que constituía a UDN, como discutiremos a seguir.

1.4 A reação do liberalismo antipopular

As diversas mobilizações antiditatoriais evidenciavam um forte desgaste do Estado Novo já no início de 1945. A intensificação das mobilizações oposicionistas e a precipitação dos acontecimentos internacionais, com a proximidade da derrota nazi-fascista, permitiam antever para breve a derrocada da ditadura estadonovista. No entanto, as condições da "nova ordem" democrática permaneciam ainda indefinidas, bem como seu efetivo alcance político e social. Os acontecimentos internacionais, mesmo não sendo a causa única do processo, reforçaram a expectativa da conquista de amplas liberdades democráticas. O avanço dos "aliados" na Guerra estimulava as mobilizações internas, pois "*na medida em que se decidia a guerra na Europa, com o prenúncio da vitória dos*

---

e à expansão da produção" e "*protestavam contra a atitude de discriminação do capital estrangeiro*". BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 296.

[97] BRAGA, op. cit., p. 10.

[98] VIEIRA, Maria Rosa. *Francisco Campos:* pensamento político. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990, p. 103.

aliados, recriava-se o entusiasmo das forças sociais que os apoiavam, fortalecendo-se internamente os movimentos sociais abafados até então".[99]

Neste contexto, atuou intensamente a chamada "oposição liberal", a qual, amenizando suas críticas ao Estado Novo, buscou controlar o processo de democratização, propondo uma democracia socialmente muito limitada. Esta articulação, cujo desfecho foi a formação da União Democrática Nacional, teve início com o lançamento do "Manifesto dos Mineiros", restringindo a luta democrática à defesa de algumas liberdades formais. Para muitos setores das oligarquias regionais, democratizar o país significava apenas retomar o controle das máquinas administrativas estaduais. A assimilação de membros dissidentes do governo pela oposição "liberal" tornou ainda mais moderada a democratização proposta. Autoritários e "liberais" tinham em comum a ojeriza pela organização autônoma dos setores populares, colocando os acordos "pelo alto" como único caminho possível para a democratização. Assim, entendiam que a democratização deveria ser conduzida pela intervenção do Exército, posição assumida abertamente no início de 1945 por vários pretensos "liberais", como Armando Salles de Oliveira[100] e Eduardo Gomes.[101] Portanto, considerando que já naquele momento as lideranças "liberais" reuniam-se na UDN, percebemos, como aponta João Almino, que "*o 'liberalismo' da UDN, 'vigilante', atento às ameaças do 'povo na rua', tinha uma tradição elitista, na medida em que a sua estratégia política passava pelo golpe de Estado*".[102] O historiador João Quartim de Moraes critica a designação de "constitucionalistas liberais" adotada por Thomas Skidmore para designar estas lideranças, considerando que ela foi "*forjada pelo brasilianista norte-americano para embelezar as motivações da direita liberal brasileira (a UDN, notadamente)*".[103] Da mesma forma, para Décio Saes:

> O envolvimento de tais grupos na luta pela democracia só se explica pela sua oposição à política de massas e ao estilo plebiscitário, contraditoriamente prognosticado pela ditadura estadonovista a partir de 1943; e por compreenderem a relação existente entre

---

[99] CAVALCANTE, Berenice. As "esperanças que não morrem"*:* política e cultura na sociedade brasileira na década de 40. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, Vol. 11 (1989). p. 543-575. p. 553.
[100] Cf. CHACON. Vanireh. *História dos Partidos brasileiros*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 143.
[101] Cf. ALMINO, op.cit., p. 40.
[102] Idem, ibidem, p. 198.
[103] MORAES, João Quartim. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim (org). *História do marxismo no Brasil*. Volume 3: Teoria e interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 161-199, p. 170. Moraes considera ainda que "*os fatos, transparentes, desmentem a classificação de 'constitucionalistas liberais'*", e que "*ao qualificar de 'constitucionalistas liberais' os que assim procederam, Skidmore desqualificou sua análise da política brasileira naquele período*". Idem, ibidem, p. 171. Compreende-se, desta forma, a hipervalorização do Manifesto dos Mineiros realizada por Skidmore.

> essa política e o desenvolvimento do intervencionismo de Estado. Daí seu empenho em derrubar a ditadura através de um putsch militar e sem estabelecimento de aliança com as classes populares.[104]

A emergência da classe operária era particularmente temida pelos "liberais". Como indica Ricardo Maranhão, "*em 1945 e 1946, no imediato pós-guerra, diante de uma mobilização e participação da classe operária nunca antes vista na história do Brasil, as atenções dos grupos políticos se voltam para ela, mesmo que para propor a sua exclusão*".[105] Segundo João Almino, "*quando o povo se manifesta de fato, reivindica de fato, sua imagem de povo é transformada na imagem da ameaça ao povo*".[106] Desta forma, compreende-se que "*depois do comício queremista de 3 de outubro, a UDN protestou que o 'continuísmo' estava no ar como ficara evidenciado pelo '**caráter subversivo'** do comício*".[107] Talvez por isso a democratização passava a ser apresentada como uma volta ao passado, qualificada por Eduardo Gomes como "reconquista", "restituição" ou "restabelecimento",[108] tendo mesmo ele chegado a recomendar "*que se restabelecesse a* [Constituição] *de 1934*".[109]

No decurso do processo de progressivo enfraquecimento da ditadura, alguns dos principais protagonistas do regime estadonovista afastaram-se do governo e passaram a defender a necessidade de efetivar uma "democratização controlada", sem grandes transformações sociais. Mesmo sujeitos claramente identificados com a face mais repressiva do regime, como o Chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda Lourival Fontes e o Chefe de Polícia Felinto Muller,[110] se "converteram" à democracia, clamando por uma constitucionalização urgente. Na verdade, seu receio maior era o crescimento das mobilizações populares e a radicalização das oposições. A argumentação desenvolvida por Francisco Campos, um dos mais destacados defensores do golpe de 1937, é explícita, afirmando ser "*necessário que nos antecipemos aos acontecimentos, se não queremos ser violentados por eles*". Neste sentido, o autor da Constituição de 1937 preconizava:

---

[104] SAES, op. cit., p.461.
[105] MARANHÃO, op. cit., p. 20.
[106] ALMINO, op. cit., p. 361.
[107] SKIDMORE, op. cit., p. 85. Grifo meu.
[108] Cf. ALMINO, p. 39.
[109] Cf. MORAES, op. cit., p. 171.
[110] De acordo com Ricardo Maranhão, "*em julho de 1942, Felinto Muller havia sido afastado da chefia de polícia*". MARANHÃO, op. cit., p. 25. Conforme Maria Rosa Vieira, "*A prisão de Felinto Muller e a realização da passeata estudantil evidenciaram momentos de uma crise interna no governo, que acabou levando Getúlio Vargas a demitir Campos, Leitão da Cunha, Müller e o chefe do DIP. Lourival Fontes*". VIEIRA, op. cit., p. 101. É expressivo o fato de que Muller rompeu com o governo por ter sido impedido de reprimir violentamente uma manifestação estudantil.

> O senso político e a razão do Estado aconselham, evidentemente aos homens responsáveis pela situação que, ao invés de esperar o impacto daquelas forças e daquelas circunstâncias sobre a nossa organização política, se antecipem ao choque, promovendo, desde já, a atualização de nossas instituições no sentido indicado pelos acontecimentos mundiais. Nisto, consiste a sabedoria política.[111]

Parodiando a conhecida tese do velho político mineiro Antonio Carlos em 1930 ("*façamos a Revolução antes que o povo a faça*"), Campos – que se afastou do governo no segundo semestre de 1943[112] - propunha que os "homens responsáveis" se antecipassem ao "choque", ou seja, à provável e já visível intervenção autônoma dos setores populares no processo político. Desta forma, compreende-se porque "*a redemocratização de 1945 não seria uma ruptura com a situação, constituindo antes uma acomodação com as forças emergentes da ditadura*".[113]

Ao mesmo tempo, prosseguiam as articulações da oposição "liberal". Flores da Cunha, ex-interventor afastado por Vargas do governo do Rio Grande do Sul em 1937, em janeiro de 1945 defendia uma Anistia Geral e a eleição de uma Assembléia Constituinte através do voto direto.[114] A estratégia dos "liberais" era direcionar todo o debate político para as eleições que deveriam ser convocadas em breve. Desta forma, ainda no mês de fevereiro tornaram pública a candidatura presidencial do antigo "tenente" Eduardo Gomes, com o apoio de grupos "liberais" de diversos estados.[115] Seu objetivo imediato era garantir a convocação das eleições para a presidência da República e para a formação de uma Assembléia Constituinte. A canalização dos debates para a questão eleitoral restringia sua amplitude, reduzindo a democratização à escolha do novo presidente.

Getúlio Vargas, por sua vez, delineava sua estratégia progressivamente, desde o início da década de 1940. Já no ano de 1941, o regime começou a dispender esforços pela constituição de uma organização partidária em apoio ao regime, através da formação da União Cultural Brasileira, paralelamente à intensificação da mobilização sindical. Esta iniciativa acabou sendo abandonada, aparentemente em virtude da reação das elites

---

[111] Idem, ibidem, p. 99
[112] Cf. ALMEIDA, *Do declínio...*, op. cit., p. 205.
[113] MERCADANTE, Paulo. O neoliberalismo do pós-guerra. In: CRIPPA, Adolpho. (Coord.). *As idéias políticas no Brasil.* Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979, p. 211-225. p. 219.
[114] Cf: FLORES da Cunha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3.1.1945, p. 8
[115] JOSÉ Américo: Nosso candidato é o Major Eduardo Gomes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24.2.1945, p. 8.

políticas estaduais.[116] A partir de então, passou a priorizar o fortalecimento de sua estrutura sindical-corporativista.[117] De acordo com Octávio Dulci:

> A partir de 1943, contudo, o apelo às massas se torna um fato. (...) Vargas ensaiou uma nova estratégia de fortalecimento do regime, uma estratégia trabalhista. No mesmo ano em que a oposição interna deu mostras de rearticulação – 1943 – foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).[118]

O fortalecimento do Ministério do Trabalho assume importância no projeto de manutenção de Vargas no poder. Fortalecido pela instituição de um conjunto de medidas voltadas à obtenção do apoio dos trabalhadores - como a promulgação da CLT e a instituição do salário mínimo – o Ministro Marcondes Filho liderou um grande esforço de mobilização dos trabalhadores, mesmo tendo que afrouxar parcialmente os controles exercidos sobre os mesmos. Como indica Luis Werneck Viana, a nova política varguista relaciona-se diretamente com a perda do apoio das classes dominantes:

> Já em 1944, porém, com o progressivo abandono do regime corporativo-autoritário pelas facções das classes dominantes, e com o isolamento político de Vargas, este proporá um novo sentido para a mobilização das classes subalternas. (...) Perceberá no movimento operário e sindical o melhor aliado para as defesas de suas posições. Daí a permissão tácita para a organização do MUT, em 30 de abril de 1944, a celebração, em novembro do mesmo ano, de um congresso sindical unitário em Minas Gerais. O interlocutor do chefe de Estado não é mais o sindicalismo organizado, mas a massa dos assalariados em geral.[119]

No decorrer de 1944, a perda de apoio da classe dominante ao Estado Novo torna-se explícita,[120] acentuando a crise do regime. Na medida em que se torna evidente a inevitabilidade de uma reconfiguração institucional, a estratégia governamental visa postergar a convocação de eleições, enquanto tenta-se fortalecer a base de apoio popular ao governo. Neste sentido, Vargas, "*em discurso pronunciado a 7 de setembro de 1944 já acena com a preparação de eleições após o término da guerra*".[121] As dificuldades do governo se agravavam pelo fato de que a Constituição de 1937 previa um Plebiscito para

---

[116] Cf. GOMES, Ângela Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Iuperj / Vértice, 1988, p. 290-291.
[117] Idem, p. 288.
[118] DULCI, Octávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 1986, p. 28.
[119] VIANA. Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ª edição revista. Belo Horizonte, UFMG, 1999, p. 309.
[120] De acordo com Sonia Mendonça, "*a política econômica nacionalista de Vargas desagradava a uma série de grupos desejosos de ver restabelecidos o livre comércio internacional e o acesso mais fácil ao capital estrangeiro. Os setores agrários-exportadores eram alguns desses grupos ansiosos por se libertar dos excessivos tributos cobrados pelo Estado*". MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira.* São Paulo: Moderna, 1995, p. 51.
[121] GIOVANETTI NETO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946.* São Paulo: Novos Rumos, 1986, p. 35.

1944. Embora a Guerra fosse invocada para seu adiamento, as reações foram fortes inclusive no meio militar. O general Dutra teria enviado carta a Vargas recomendando "*que não se esperasse o fim da guerra para realizar eleições*".[122]

No início de 1945 tornou-se inviável seguir postergando a abertura do regime, o que levou Vargas a se autodefinir como "condutor da democratização" e continuar tomando medidas concretas para se qualificar como "democrata" e "progressista". Conforme João Almino:

> Vargas vai, porém, pouco a pouco perdendo todas as suas alianças. No final de 1944, já estava claro que não contava sequer com o apoio dos militares. Quando, após todas as tentativas de compromisso, inclusive com os liberais da UDN, se vê isolado, procura uma articulação política em bases mais amplas, incluindo a pequena burguesia e as massas operárias. Busca, para tanto, entre outras, a aliança com o PC. Isso se dá a partir de meados de 1945, quando, perdedor em sua batalha elitista, Vargas tenta, com a aprovação da Lei Malaia (antitruste), a recomposição de forças em torno do nacionalismo.[123]

Com estas iniciativas, Vargas buscava passar à ofensiva, denunciando as ambigüidades dos oposicionistas "liberais", afirmando que estes eram "*conhecidos na cena política por suas tendências retrógradas*".[124] O Ato Institucional de 22 de fevereiro de 1945 prometia que a data das eleições seria fixada em 90 dias. No dia 11 de março, Vargas declarou publicamente, pela primeira vez, que não seria candidato.[125] A abertura política se consolidava com o decreto de anistia, assinado a 18 de abril de 1945, e a ofensiva econômica tomou forma com a "lei malaia", assinada em julho do mesmo ano.

A partir de então a organização partidária passou a ser uma preocupação central da oposição e do governo, com vistas às eleições que se aproximavam. Uma reunião ocorrida a sete de abril de 1945 na sede da Associação Brasileira de Imprensa consolidou a transformação da frente antigetulista dos "liberais" em partido político. Teriam participado desta reunião políticos oligárquicos remanescentes da República Velha, dissidentes do regime varguista, integrantes da esquerda socialista, e representantes das oligarquias do

---

[122] HILTON, op. cit., p. 52. De acordo com Werneck Viana, "*patente desde 1943, o impasse institucional a princípio é abafado pela situação de guerra. (...) Vargas em 1944, coloca-o na ordem do dia, tendo ordenado aos membros do Ministério, como era de seu feitio, que apresentassem seus pontos de vista e sugestões. Dutra (...) demonstrará a necessidade da ruptura com o sistema da ordem prevalecente. (...). Enquanto Vargas preferia que as eleições se efetivassem no pós-guerra, Dutra optava por solução oposta, abrindo dissídio no comando do aparato estatal*". VIANA, op. cit, p. 304. Mesmo assim, para Corsi, "*a suspensão do plebiscito (...) mostrou a força que o regime ainda possuía*". CORSI, *Estado Novo...*, op. cit., p. 255.

[123] ALMINO, João. A ideologia autoritária no discurso democrático: o direito de greve, a autonomia sindical e a liberdade de organização partidária na Constituinte de 1946. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 19, 1979, p. 187-195, p. 188.

[124] Apud ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 24.

[125] Cf. SKIDMORE, op. cit., p. 74.

nordeste.[126] Conforme Maria Vitória Benevides, cinco grupos principais constituíam a UDN no momento de sua formação: "*os membros das oligarquias destronadas a partir de 1930 (...); os antigos aliados de Getúlio (...); os que participaram do Estado Novo (...) mas romperam com Getúlio ou com as forças locais situacionistas antes de 1945 (...); os liberais nos estados (...); as esquerdas*".[127] A União Democrática Nacional foi fundada como uma espécie de frente antivarguista, englobando no início os "libertadores" gaúchos, os "republicanos" mineiros, e a autodenominada "Esquerda Democrática".[128] Ainda em 1945, desmembraram-se dela o Partido Libertador[129] e o Partido Republicano[130], seguidos pelo ex-interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, que ainda em 1945 fundou o Partido Republicano Progressista[131], e pela Esquerda Democrática, que ingressa no Partido Socialista Brasileiro, em 1947. Para Ricardo Maranhão, "*inicialmente a UDN possuía uma maioria de intelectuais progressistas*", mas, "*com o tempo acorreram à UDN muitos elementos da velha oligarquia latifundiária, além de membros do empresariado e da alta finança, que logo lhe ganharam a direção*". Assim, "*A UDN, que nos primeiros tempos preconizava uma ampla democracia moderna e com reformas sociais, logo passaria a oscilar entre um liberalismo juridiscista (...) e a política de denúncias moralistas*".[132] No entanto, a própria composição inicial da UDN e sua intervenção no processo de democratização deixam claro que "*a bandeira liberal mal encobre as ambigüidades do liberalismo brasileiro e a fatal contradição entre o papel que representa de oposição*

---

[126] Cf. FLEISCHER, David. O pluripartidarismo no Brasil*:* dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Dados*: Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, 24 (1), jan./abr. 1981, p. 49-75, p. 53.

[127] BENEVIDES, Maria Vitória. A União Democrática Nacional. In: FLEISHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1981. Volume 1, p. 90-108, p. 97

[128] A Esquerda Democrática reunia grupos socialistas e dissidentes do PCB que não aceitavam o apoio a Getúlio Vargas. A veemente crítica à política adotada pelo PCB não conduziu, no entanto, estes grupos a uma ação autônoma, mas, ao contrário, levou-os à aderir a oposição liberal, apoiar a candidatura Eduardo Gomes, e até mesmo saudar o golpe de 29 de outubro "*como uma nova fase que se abre para o desenvolvimento nacional*". Vanguarda Socialista, 16.11.1945. Apud. GIOVANETTI, Evaristo. A esquerda e os impasses da transição para a democracia no pós-guerra (1945-1946). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n. 6/7, 1996, p. 37-57. Dossiê Constituinte de 1946, p. 51.

[129] O Partido Libertador tinha como principal bandeira a defesa do parlamentarismo, sob a liderança de Raul Pilla, e sua base eleitoral praticamente reduzia-se ao Rio Grande do Sul

[130] O Partido Republicano era uma espécie de reminiscência oligárquica, tendo como principal liderança o ex-presidente Arthur Bernardes. Sua principal base eleitoral era o estado de Minas Gerais.

[131] De acordo com Regina Sampaio, "*no ano seguinte com o objetivo de ampliar suas bases para as eleições estaduais que se aproximavam, o PRP funde-se com dois outros pequenos partidos de origem paulista – o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional -, surgindo assim, em junho de 46 o Partido Social Progressista, pelo qual Adhemar apresenta sua candidatura ao Governo de São Paulo"*. SAMPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FLEISHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1981. Volume 1, p. 171-182, p. 176.

[132] MARANHÃO, op. cit., p. 27-28.

liberal e suas raízes sociais elitistas e conservadoras que a aproximaram do PSD e do General Dutra".[133] Parece claro, portanto, que desde o início "*a UDN era uma combinação dos interesses reacionários de proprietários de terra nos estados, ligados à velha oligarquia rural, com, nas cidades, banqueiros, industriais e membros da alta sociedade brasileira*".[134]

No que se refere ao governo, o fracasso da tentativa de formação da União Cultural Brasileira - reunindo em uma mesma organização as bases políticas de sustentação do governo e os trabalhadores que pretendia mobilizar para seu apoio – parece ter influenciado a opção do grupo em torno de Vargas pela estruturação concomitante de duas organizações partidárias. De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes, "*o desfecho final dos partidos situacionistas foi feito sob evidente pressão das oposições*", sendo que "*só no início de 1945 se estabeleceu a hipótese de que as forças ligadas à Vargas se mobilizassem em duas e não apenas uma organização partidária*".[135] Nesse sentido, o PTB "*nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo*".[136] Para um governo com formação eminentemente burocrática como o Estado Novo, a opção pela estruturação partidária já evidencia um recuo indesejado, com a negação da lógica antipartidária do Estado Novo.[137]

A formação do Partido Social Democrático visava reunir a parcela da classe dominante que permanecia fiel ao regime, a partir do aparelho burocrático estatal. O partido foi "*fundado sobre a máquina política dos interventores e reunindo os setores latifundiários oligárquicos e da alta finança sob o comando da alta burocracia dos gabinetes*".[138] Desta forma, constituiu-se desde o início como partido elitista, pouco permeável e controlado por lideranças políticas oligárquicas e antiindustrialistas. Como aponta Campello de Souza, a formação do PSD "*enfeixava num mesmo acontecimento a redemocratização e a preservação da máquina estadonovista; ou mais exatamente, sua*

---

[133] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 24.
[134] LEVINE, Robert. *Pai dos pobres:* O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 116.
[135] GOMES, op. cit., p. 307. Como salienta Régis de Castro Andrade, "*o sistema bipartidário de Vargas respondeu por uma oposição real, não assimilável entre os trabalhadores e a aliança dominante*". ANDRADE, Regis de Castro. Perspectivas do Populismo brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, jan. 1979, n. 7, p. 41-86, p. 61.
[136] GOMES, op. cit., p. 307.
[137] Cf. ALMEIDA. O declínio do Estado Novo. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 203.
[138] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 23.

reativação para novas jornadas".[139] A característica de continuidade representada pela sua formação é nítida, pois "*o PSD e a UDN, ainda que inexistentes durante a ditadura como partidos políticos formais, dispunham de bases socioeconômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipal e estadual*".[140] Já o Partido Trabalhista Brasileiro – constituído legalmente em maio de 1945 - é oriundo do sindicalismo oficial mobilizado pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho: "*o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas (...) vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942*".[141] Conseqüentemente, "*o aparelho sindical montado por Getúlio, oferecia uma base organizacional urbano-industrial que foi utilizada com êxito pelo PTB*".[142]

Os rumos da democratização se definiram mais claramente com o anúncio do Decreto 7586, popularizado como "Lei Agamenon", em 25 de maio de 1945, elaborado por Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça de Vargas. O decreto marcava a eleição presidencial para 2 de dezembro, regulamentava o alistamento dos eleitores, normatizava o processo eleitoral e definia as regras para a formação dos partidos políticos.[143] As exigências impostas ao registro dos partidos definiam que estes teriam que ser organizados em bases nacionais. À exceção deste aspecto, a legislação eleitoral assemelhava-se aos códigos eleitorais de 1932 e 1935.[144] O "mecanismo das sobras" consistia em contabilizar para a legenda mais votada todas as sobras eleitorais dos demais partidos e coligações, o que gerava uma enorme distorção entre a votação conquistada por cada partido e sua bancada parlamentar.

Para a União Democrática Nacional, no entanto, o anúncio do Código Eleitoral não era garantia suficiente de realização da eleição em 2 de dezembro. A movimentação política de Getúlio Vargas gerava desconfianças. Desde a fundação do PTB, o presidente buscou carrear apoio popular, quer pela mobilização trabalhista, quer pela aproximação com o Partido Comunista do Brasil (PCB), iniciada a partir da lei da anistia e consolidada através de medidas populares como a promulgação, no mês de julho, da "Lei Malaia". Ao

---

[139] SOUZA, op. cit., p. 109.
[140] SOARES, op. cit., p. 66.
[141] GOMES, op. cit., p. 309.
[142] SOUZA, op. cit., p. 66.
[143] Cf. SOUZA, op. cit., p. 113.
[144] Conforme Vítor Nunes Leal, seus princípios fundamentais eram a garantia de sigilo do voto, a lisura do pleito garantida por juntas apuradoras e a vigência do "mecanismo das sobras", de acordo com o qual o partido majoritário contava para si o resíduo eleitoral dos demais. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 236.

mesmo tempo em que afirmava que garantiria a realização das eleições, Vargas estimulava as manifestações "queremistas". Em diversas ocasiões, "o*s manifestantes marchavam até o palácio do Catete, com o objetivo de serem recebidos por Vargas e de forçá-lo a aceitar sua candidatura. Praticamente todas as vezes Vargas falava a esta massa ou a uma comissão, reafirmando não ser candidato*".[145] As mobilizações ganharam grande intensidade a partir do retorno dos pracinhas brasileiros, em 18.7.1945: "*O desfile das tropas pelas ruas da cidade seria como uma grande festa da UDN e de seu candidato. Não foi isso, entretanto, que ocorreu. (...) Quando Getúlio surgiu em carro aberto no seu encerramento, o público explodiu numa verdadeira ovação*".[146] A marcha ascendente das mobilizações justificava a apreensão das oposições "liberais", pois "*os seis meses entre março e outubro de 1945 presenciaram um nível sem precedentes de mobilização política nas maiores cidades brasileiras*", sendo que "*depois de arder a fogo lento por meses, o queremismo explodiu em chamas em meados de agosto. (...) Demonstrações em massa numa escala jamais vista no Brasil foram organizadas no Rio de Janeiro nos últimos dez dias de agosto*".[147] É importante observar que as manifestações populares, embora fossem incentivadas e apoiadas por setores governamentais, constituíam-se também em oportunidades para a denúncia do alto custo de vida. De acordo com Bethell, os atos públicos queremistas foram "*manifestações significativas de descontentamento popular*",[148] embora não responsabilizassem o governo e, mesmo, culpassem grupos econômicos identificados com a própria oposição pelas agruras denunciadas.

As mobilizações "queremistas" e a aproximação entre trabalhistas e comunistas "*fazia tremer aqueles que primeiro haviam proposto a abertura do regime, os liberais identificados com a burguesia, desejosos de realizar a democratização pelo 'alto' e sem*

---

[145] GOMES, op. cit., p. 311. De acordo com Carone, o movimento queremista "*nasce em fins de junho, porém sua origem primeira é o movimento de panelas vazias, de março de 1945. Os operários percorriam a capital paulista para atacarem os comícios anti-Estado Novo, ou para gritarem slogans a favor do ditador. (...) Esses movimentos descontínuos e dirigidos vão ser substituídos por outros, mais organizados e de caráter mais abrangente. Eles começam em junho, com a reunião da Associação das Donas de Casa em Defesa do Lar, em comício convocado contra a carestia de vida e o aumento do aluguel; depois a multidão se dirige ao Catete e dá 'vivas a Getúlio Vargas'*". CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988, p. 332-333.

[146] Idem, ibidem, p. 310. De acordo com Lincoln Penna, "*por ocasião do retorno dos pracinhas do 1º escalão da FEB, a 18 de julho de 1945, Vargas foi ovacionado pelos populares que acompanharam o desfile no Centro do Rio de Janeiro. Este episódio consagrou a liderança populista*". PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da república*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 212.

[147] BETHELL, op. cit., p. 79-85.

[148] Idem, ibidem, p. 79.

participação popular",[149] pois trazia os trabalhadores ao cenário político. Mas não eram apenas os "liberais" udenistas que temiam as mobilizações populares. Igualmente, o setor majoritário do PSD, fiel à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, rejeitava a aproximação de Vargas com os comunistas e denunciava um suposto plano continuísta. Não é provável que Vargas realmente acreditasse que podia manter-se no poder,[150] pois "*Vargas em 1945 repetidamente afirmou, em particular e em público, que pretendia deixar o cargo após presidir a eleição de seu substituto*".[151] Ainda assim, o temor de que isto pudesse ocorrer tornou possível uma aliança tática entre "liberais" udenistas e autoritários pessedistas, tornando possível o golpe militar de 29 de outubro de 1945.

1.5 O golpe militar de outubro de 1945: a imposição da democracia excludente

Motivada pela preocupação com a intensa e ascendente mobilização popular, a articulação entre "liberais" e autoritários acelerou-se nos meses de setembro e outubro de 1945. Mesmo com a campanha eleitoral em pleno andamento e, portanto, tendo se tornado improvável a manutenção de Vargas no poder além do prazo estipulado, esta articulação efetivou um golpe militar, a 29 de outubro de 1945, depondo Vargas e formalmente encerrando o Estado Novo.

A perda do apoio militar já se revelava preocupante para Vargas desde o afastamento do General Góes Monteiro do governo, o que foi agravado pelo descontentamento de setores militares com os rumos "populistas" dos últimos meses de governo de Vargas. Os atritos do Presidente Getúlio Vargas com o General Góes Monteiro - um dos principais mentores do golpe que decretou o Estado Novo - já eram públicos desde fevereiro de 1945, quando Monteiro exigiu a realização de eleições e a concessão de ampla anistia. Mesmo seu ingresso no governo, com a desincompatibilização do General Dutra, se deu sob condições: "*concordara em assumir a pasta da Guerra só depois de extrair de Vargas a promessa de que as eleições seriam de fato realizadas em 2 de dezembro, segundo as disposições do decreto de 28 de maio, e que o governo não faria nenhum pacto com os comunistas*".[152] A adesão de Monteiro ao movimento pela democratização é reveladora das contradições deste movimento, pois a simpatia do general

---

[149] ALMINO, *Os democratas autoritários,* op. cit., p. 64.
[150] Para Stanley Hilton, "*a tese liberal, e, no final, liberal-militar, sobre as intenções de Vargas não é convincente*". HILTON, op. cit., p. 50.
[151] Idem, ibidem, p. 57.
[152] HILTON, op. cit., p. 53.

pelo nazi-fascismo era conhecida. Na realidade, sua preocupação maior naquele momento era impor a tutela militar sobre a democratização, a partir do "papel de fiador" que desempenharia o Exército.[153] Em setembro do mesmo ano, Monteiro defendeu publicamente o afastamento de Vargas da presidência. Quando foi estabelecido o acordo para derrubar Vargas, entre o grupo do General Dutra e os setores oposicionistas liderados pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, a sustentação militar de Vargas já era quase inexistente.[154] A UDN mobilizava o apoio civil ao golpe. O líder baiano Otávio Mangabeira pedia abertamente a intervenção militar: "*Penso que as forças armadas estão no dever de intervir na atual situação brasileira*".[155]

Até meados de 1945, os "liberais" e "autoritários" tinham interesse em manter Vargas no poder, para que ele adotasse "*uma série de medidas para a manutenção de sua máquina - assentada nas interventorias e já agora enraizada nos estados e municípios*".[156] Em diversos aspectos foi possível travestir em "democráticos" os mecanismos de controle e centralização oriundos do Estado Novo, viabilizando sua sobrevivência ao processo de democratização. A manutenção desses mecanismos sobre a classe operária é um dos mais evidentes exemplos desta "adaptação". O apoio dado por Vargas às mobilizações populares, em meados de 1945, convenceu a maioria de seus oposicionistas da urgência em afastá-lo do poder. Conforme João Almino, já em abril "*Vargas é criticado pela oposição não apenas por ser o ditador; não apenas por negar ao 'povo brasileiro' os princípios democráticos, os 'direitos do homem'. Vargas passa a ser criticado também pelo fato de não ser suficientemente severo, de não controlar a classe operária*".[157] Assim, "*foi principalmente contra esse Vargas 'ameaçador' e não exatamente contra o Estado Novo que foi dirigido o golpe de Estado dos liberais*".[158] A opção por desencadear o golpe se deu para os udenistas no momento em que sentiram uma forte rejeição popular ao seu

---

[153] Para Leslie Bethell, "*o alto comando militar (...) agora se considerava não apenas o defensor da segurança nacional (sobretudo a ameaça comunista), mas também o paladino de democracia*". BETHELL, op. cit., p. 22.

[154] De acordo com José Murilo de Carvalho, "*à medida que se tornava clara a vitória dos Aliados, intensificou-se a preparação para a democratização e o apelo aos operários. (...) Essa guinada, que se assemelhava com o fenômeno peronista em marcha na Argentina desde 1943, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas*". CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'Araújo, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras na Era Vargas.* Rio de Janeiro: UERJ / FGV, 1999, p. 55-81. p. 73.

[155] Apud ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 59.

[156] SOUZA, op. cit., p. 108.

[157] ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 48.

[158] Idem, ibidem, p. 63. De acordo com Hélio Silva e Maria Cecília Carneiro, "*o que motivou a sua queda foi a articulação das forças que se opunham à sociedade de massas que ele fortalecia com seu populismo e ao crescimento do Partido Comunista*". SILVA, & CARNEIRO, op. cit., p. 120

projeto de democratização controlada, passando a ficar "*amedrontados ante a perspectiva de uma república populista, de uma república sindicalista ou mesmo de uma república comunista*".[159] A impossibilidade de conduzir as mobilizações populares foi uma decepção surpreendente para os "liberais", pois "*ainda no final do primeiro semestre de 1945, a União Democrática Nacional imaginava poder se utilizar da mobilização popular para fazer sua oposição ao governo Vargas*".[160] A partir de então, a "crença democrática" dos "liberais" cedeu espaço a novos enunciados, claramente autoritários e legitimadores do golpe militar. Para João Almino, amedrontada frente à crescente mobilização popular, "*só cabia à UDN transformar a imagem do povo que viria às ruas para derrubar a ditadura na imagem do 'antipovo' que veio à rua prejudicar os interesses do povo e, em nome desses interesses, apelar para os militares*".[161]

Já o grupo do General Dutra, reunindo os setores mais abertamente autoritários do Exército, e com o apoio da maioria dos interventores estaduais e municipais, tinha fortes motivos para escolher a alternativa golpista. Por um lado, compartilhava com a UDN dos seus receios quanto à intervenção autônoma dos setores populares no processo político. Por outro, tinha na candidatura presidencial de Dutra sua grande aposta. Sua perspectiva – vitoriosa nas eleições – era levar à Presidência um militar conservador, autoritário e radicalmente antipopular, perfeito para uma democratização sem maiores transformações sociais. Desta maneira, formou-se uma identidade conjuntural entre os interesses do PSD e os da UDN tornando possível o golpe militar. Garantida a preservação dos aparatos de controle social vigentes no Estado Novo, o Presidente Getúlio Vargas tornava-se dispensável. Assim "*a 29 de outubro, em conseqüência de uma série de reuniões, das quais participaram figuras da oposição e oficiais que serviam ao regime, é exigida a deposição do ditador*".[162] Desta forma, tinha seqüência a situação aparentemente paradoxal, quando "*um ditador que procurava permanecer no poder, aproximando-se das massas populares, foi alijado deste por uma coligação de forças conservadoras que, contando com o apoio de Adolfo Berle, embaixador norte-americano no Brasil, fizeram do Exército, com o beneplácito de suas principais lideranças, o instrumento da concretização*

---

[159] BETHELL, op. cit., p. 86.
[160] ALMINO, *Os democratas autoritários,* op. cit., p. 49.
[161] Idem, ibidem, p. 59.
[162] PENNA, op. cit., p. 212-213. O pretexto imediato para a deposição foi a demissão do chefe de polícia do Rio de Janeiro, João Alberto, e a nomeação para o cargo de Benjamin Vargas, irmão do presidente. Cf. SKIDMORE, op. cit., p. 77.

dos seus objetivos".[163] Em conseqüência, "*manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo*",[164] o que foi viabilizado pelo fato de a oposição ter distinguido "*Vargas da estrutura do Estado Novo, confundindo a ditadura com o próprio Vargas e fazendo diferença entre paternalismo estatal e corporativismo, de um lado, e ditadura, de outro*".[165] Assim, "*os autores do golpe de 29 de outubro assestaram a mira contra a democratização acabando por torpedeá-la, obstaculizando a todo transe o seu desenvolvimento e reorientando o processo no sentido de exorcizar a participação efetiva das classes subalternas*".[166] Portanto, parece correta a caracterização de Antônio Mendes sobre os pretensos "liberais" que apoiaram o golpe militar de outubro de 1945: "*Todos são empresários, banqueiros, latifundiários, militares de alta patente. Convictamente reacionários, anticomunistas empedernidos, liberais quando lhe pisavam o calo, mas discricionários ao ocuparem o poder, temem acima de tudo que o povo aja e assuma atitudes políticas*".[167]

Com o afastamento de Getúlio Vargas, visando conferir um verniz "democrático" ao golpe, a presidência foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que assumiu com a função de conduzir o processo eleitoral. Sua primeira medida foi conferir caráter de Assembléia Constituinte ao parlamento a ser eleito em 2 de dezembro. O presidente interino não se limitou à condução das eleições, mas colocou em prática algumas das perspectivas mais conservadoras dos "liberais": Linhares revogou imediatamente o decreto-lei antitruste,[168] interrompeu a relativa trégua com o movimento operário estabelecida por Vargas,[169] "*repudiou o decreto de Vargas que havia antecipado a data das eleições estaduais*" e também "*substituiu os interventores e suspendeu todos os prefeitos, até depois das eleições*".[170] Por outro lado, manteve intocada a Constituição de

---

[163] FARIA, A queda de Vargas e a Constituinte. In: ALMEIDA, & MARANHÃO, op. cit., p 208.
[164] SOUZA, op. cit., p. 64.
[165] ALMINO, A ideologia autoritária..., op. cit., p. 188. Nas palavras de Werneck Viana, o caráter excludente da perspectiva dos liberais pode ser resumido como "*liberalismo em política, corporativismo quanto à organização sindical*". VIANA, op. cit., p. 316.
[166] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 38.
[167] ALMEIDA, *Do declínio...*, op. cit., p. 239.
[168] Cf. BETHELL, op. cit., p. 91.
[169] Cf. COSTA, op. cit., p. 57. Hélio da Costa relata que um líder sindical chegou a ser indiciado, acusado de ser comunista no inquérito, no contexto do governo Linhares e em plena legalidade do Partido Comunista. Idem, ibidem, p. 80.
[170] SKIDMORE, op. cit., p. 79.

1937, evidenciando o paradoxo dos "liberais": "*O liberalismo que inspirava o golpe de Estado mostrava seus limites, utilizando-se do mesmo marco institucional-legal do regime antiliberal que acabava de depor*".[171] É muito revelador do novo cenário político o fato de que o Ministério do governo Linhares "*foi formado quase todo por elementos da UDN*".[172] A UDN e o PSD pretendiam estabelecer as eleições presidenciais como centro da disputa política, desviando a atenção das demais reivindicações populares e postergando a reestruturação institucional para o ano de 1946, esperando que as mobilizações populares se esvaziassem e que a conjuntura internacional se modificasse em sentido desfavorável aos trabalhadores.

Apesar da evidência de que a deposição de Vargas a 29 de outubro de 1945 constituiu um golpe de Estado visando conter o processo de democratização, mantém-se presente a versão de que foi este episódio que efetivou a "democratização", através da intervenção de uns poucos líderes "democratas"tributária da análise do "liberal" e líder udenista Afonso Arinos de Melo Franco, para quem o golpe "*foi um movimento que salvou o Brasil de uma fase terrível de lutas intestinas entre duas facções ditatoriais, que disputariam um poder totalitário*". Para Franco, o apoio do Partido Comunista a Vargas em 1945 tinha o "*propósito de, tornando-se a única força política de apoio à ditadura, ficar indispensável a ela, orientá-la e enquadrar praticamente o governo dentro do partido*".[173] Entendemos, ao contrário, que o golpe militar foi um obstáculo imposto contra o aprofundamento da democratização, garantindo a consolidação das formas excludentes de exercício do poder. Neste sentido, segundo o historiador Evaristo Giovanetti, o golpe "*derrubou por terra as melhores expectativas que a sociedade civil pudesse ter, elegendo, com a máquina montada no Estado Novo, um presidente sob medida para uma democratização sem maiores transbordamentos, legitimando a representação política do sistema partidário dentro da legalidade burguesa*".[174] No mesmo sentido, Gláucio Soares afirma que "*o golpe que depôs Getúlio Vargas foi um golpe puramente político, não uma revolução sócio-econômica. (...). Permaneceram, portanto, as bases sócio-econômicas*

---

[171] VIANA, op. cit., p. 316.
[172] BETHELL, op. cit., p. 91. Em contrapartida, Edgard Carone afirma que "*nos principais estados, os novos chefes do Executivo são indicados pelo General Gaspar Dutra*". CARONE, Edgard. *A república liberal.*Volume 2: Evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. Coleção Corpo e Alma do Brasil, p. 12.
[173] FRANCO, op. cit., p. 102.
[174] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 14. Para Giovanetti, ainda, "*a crítica fundada num constitucionalismo liberal com acentuado resíduo oligárquico, fica ao nível da retórica, e muitas vezes encobre a manutenção de fato, de parte considerável da herança estadonovista*". Idem, ibidem, p. 15.

associadas com o poder oligárquico".[175] O golpe ocorreu exatamente para impedir que a estrutura sócio-econômica fosse modificada. Assim parece claro que o objetivo da oposição "liberal" "*não era o estabelecimento da democracia por si mesma – suas credenciais democráticas deixavam muito a desejar -, mas a restauração do constitucionalismo liberal*".[176] Como conclui Vanda del Vecchio, "*para os autênticos democratas trata-se de um precedente embaraçoso: quando o liberalismo se institucionalizou, perderam-se algumas conquistas sociais*".[177] Além disso, cabe destacar a intensa repressão – ainda que breve - que se seguiu ao golpe "democrático". Conforme Leslie Bethell, "*Houve uma série de prisões (Prestes, líderes sindicais filiados ao MUT, Benjamin Vargas e alguns líderes do PTB e do movimento queremista, como os ex-ministros Magalhães e Marcondes Filho)*".[178] A deposição de Vargas teve como objetivo a continuidade da política autoritária e excludente, imposta pelo mesmo autoritarismo militar que sustentou o golpe do Estado Novo em 1937. Ambos os golpes foram, emblematicamente, protagonizados pelos mesmos generais: Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro.

Das eleições de 2 de dezembro participaram o General Eurico Dutra (PSD), o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiúza (PCB), lançado duas semanas antes do pleito. Na prática, "*a democratização pelo alto reduzia-se a uma escolha entre a democracia do general e a democracia do brigadeiro*".[179] Desde a deposição de Vargas, a posição do ex-ditador tornou-se decisiva. Afastado do poder e recolhido à sua fazenda, Getúlio Vargas permanece em silêncio até às vésperas da eleição. As mesmas lideranças pessedistas que apoiaram sua deposição seguiam em romaria buscando seu apoio ao General Dutra. Assim, "*o* ***ditador sanguinário****, o* ***usurpador continuísta****, o* ***ambicioso vulgar****, a quem haviam despachado sem cerimônias nem contemplação pelos serviços prestados sozinho e sem forças, era o grande eleitor*".[180] Após uma longa e difícil negociação, é fechado um acordo envolvendo o apoio formal do PTB e declaração pública de Vargas. De acordo com Ângela de Castro Gomes,

---

[175] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida.* Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 65.
[176] BETHELL, op. cit., p. 25.
[177] VECCHIO, Wanda del. *Liberalismo e democracia na Constituinte de 1946:* os direitos individuais e de associação. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 148.
[178] BETHELL, op. cit., p. 90.
[179] Idem, ibidem, p. 79.
[180] SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília. *Os presidentes:* Eurico Gaspar Dutra: A Espada sob a lei 1946-1951. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 34. Grifos meus

> Foram estabelecidas conversações entre Dutra e o PSD de um lado e o PTB de outro. Esses entendimentos, julgados essenciais por Dutra e recebidos de bom grado, acabaram por desembocar em um compromisso formalizado em uma carta confidencial assinada pelo candidato do PSD. O acordo por ela formalizado era bem vantajoso para o PTB, o que revela não só a posição estratégica em que esse partido se encontrava naquele momento, como igualmente suas possibilidades efetivas em futuro próximo.[181]

Conforme Marieta de Moraes Ferreira, a decisão do PTB seguiu-se a longo impasse, tendo sido consideradas as possibilidades de lançamento de candidatura própria e também de abstenção. O Diretório Nacional chegou a aprovar esta última alternativa. Sua posição só foi revista após a negociação ter sido concluída:

> Dutra enviou ao PTB uma mensagem assumindo os compromissos caso fosse eleito; a escolha em comum acordo com o PTB do ministro do Trabalho, o apoio ao programa do PTB e o reconhecimento e aperfeiçoamento das leis trabalhistas e de amparo social. A partir dessa proposta, Vargas divulgou um manifesto ao povo brasileiro recomendando como seu candidato o general Dutra. Advertiu, porém, que permaneceria vigilante. (...) Essa posição de Vargas suscitou várias divergências no seio do PTB.[182]

De acordo com Ângela de Castro Gomes, o apoio de Vargas foi determinante para a vitória eleitoral do General Dutra.[183] Mas é necessário ressaltar também o peso da máquina partidária, da mobilização das interventorias e da legislação eleitoral. Conforme Gláucio Soares, "*naquelas eleições, era grande o peso da organização partidária*".[184] Maria do Carmo Campello de Souza chama atenção para as distorções geradas pela legislação eleitoral, em especial a modalidade de alistamento "ex-oficio", que viabilizava o registro em bloco de eleitores através de listas preparadas por agências governamentais, particularmente pelos sindicatos oficiais.[185]

O General Dutra alcançou mais de 3 milhões de votos, atingindo 55% do total, contra 35% de Eduardo Gomes, determinando mais uma decepção para a UDN. É de se destacar a expressiva votação recebida pelo desconhecido candidato comunista, que mesmo tendo sido lançado à última hora, em um pleito altamente polarizado, obteve 600.000 votos (9% do total). Votação esta que, somada à eleição pelo PCB de uma bancada parlamentar de 13 deputados federais e um senador, certamente reforçou entre os

---

[181] GOMES, op. cit., p. 316.
[182] FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Brasileiro. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro, op. cit., vol. 3, p. 4419-4430.
[183] GOMES, op. cit., p. 318. De acordo ainda com a autora, "*o queremismo era identificado como o movimento mais forte do país, sob o ponto de vista de opinião pública e de capacidade eleitoral*". Idem, ibidem, p. 311.
[184] SOARES, op. cit., p. 70.
[185] SOUZA, op. cit., p. 121. Acresçam-se também as distorções geradas pelo mecanismo das sobras - mencionado anteriormente – na composição parlamentar, viabilizando a conquista da maioria do parlamento para o PSD.

"liberais" a tese de que a democracia precisava ser "protegida dos comunistas" para que fosse preservada. A força de mobilização atingida pelo PCB, a despeito de seus equívocos políticos, pode ser dimensionada pelas grandes manifestações de massa ocorridas quando da libertação de Luis Carlos Prestes decorrente da Lei de Anistia.[186]

1.6 A intervenção dos comunistas

O início das manifestações antifascistas e de contestação à ditadura varguista ocorreu em um momento em que o Partido Comunista permanecia com sua estrutura esfacelada em virtude da repressão estadonovista. Os primeiros movimentos perceptíveis no sentido da reorganização partidária ocorreram no ano de 1943, momento em que a repressão começava a arrefecer. Para Carone, "*a reorganização de 1943 é fruto de fatores múltiplos, como o aparecimento de novos núcleos nos estados, de articulações realizadas pelos militantes que viajam de Estado para Estado, de fatores da política internacional e do desenrolar da guerra mundial*".[187] O marco da reorganização do partido é a realização da Conferência de Mantiqueira, a 27.8.1943, quando o partido, ainda na clandestinidade, reestruturou-se minimamente e definiu uma nova linha política. Os resultados da Conferência "*determinaram uma nova concepção de luta pela democracia dirigida pelo partido e, conseqüentemente, de sua reorganização em novas bases*".[188] A Conferência definiu que o partido passaria a apoiar o governo Vargas e a partir de então concentraria todos os seus esforços na mobilização voltada para a guerra, posição defendida pelo grupo majoritário, composto pelos comunistas do Rio de Janeiro e da Bahia que constituíam a Comissão Nacional de Orientação Partidária (CNOP). Os comunistas de São Paulo, liderados por Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima, defendiam que se lutasse contra o nazi-fascismo, mas, ao mesmo tempo, lutasse também contra a ditadura varguista. Uma terceira posição, liderada por Fernando Lacerda, defendia a liquidação do partido, o fim da luta de classes e a integração dos comunistas nos partidos burgueses.[189] Mesmo na clandestinidade, o PCB mantinha-se como referência para significativa parte dos protagonistas das mobilizações, nos meios estudantil e sindical. Neste contexto o partido colocou em segundo plano suas diferenças com o regime varguista, conclamando por uma

[186] No Rio de Janeiro "*de 50 a 70 mil pessoas reuniram-se a 23 de maio no estádio São Januário*". Em São Paulo, "*mais de 100 mil pessoas compareceram ao estádio do Pacaembu, a 15 de julho*". BETHELL, op. cit., p. 82.
[187] CARONE, A crise do Estado Novo, op. cit., p. 317.
[188] Idem, ibidem, p. 317.
[189] Cf. GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 39 e CARONE, A crise do Estado Novo, op. cit., p. 327-333.

política de "União Nacional Antifascista" e abdicando temporariamente da luta de classes.[190] Assim, o PCB indicou o alistamento de seus militantes na Força Expedicionária Brasileira e passou a participar ativamente de diversas entidades e movimentos:

> Liga de Defesa Nacional, Sociedade dos Amigos da América, União Nacional dos Estudantes, revista Diretrizes, campanha pela entrada do Brasil na guerra, formação da Força Expedicionária Brasileira são momentos, entre 1943 e 1945, onde os comunistas se unem a outras forças democráticas e de esquerda, num esforço de guerra e de União Nacional, com objetivo de enfrentar o perigo do nazi-fascismo europeu.[191]

A política assumida pelo partido era coerente com o esforço internacional de combate ao nazi-fascismo e a mobilização nacional para a guerra. Ainda assim, o apoio a Vargas colocou o PCB em confronto com as lutas concretas em defesa da democratização brasileira que estavam em andamento. O partido colocava-se em situação contraditória: propunha e apoiava a luta contra o nazi-fascismo internacional e internamente era complacente com a ditadura. Tais contradições não passavam desapercebidas aos militantes comunistas. Berenice Cavalcante analisa a dissidência formada a partir de lideranças como Caio Prado Jr. e Astrogildo Pereira, em virtude da discordância da orientação pelo apoio incondicional a Getúlio, e da defesa da luta imediata pela democracia. O Núcleo Paulista do PCB sustentava ainda sua "*discordância acerca da 'linha política', que atribuía à burguesia brasileira, a hegemonia do movimento revolucionário no Brasil*".[192] Mesmo contraditória, a política de colaboração do setor majoritário foi mantida durante todo o processo de democratização, e foi atualizada em maio de 1945, com a publicação do Manifesto "União Nacional para a Democracia e o

---

[190] Ainda em 1938, em carta a Severo Fournier, Prestes já cogitava a possibilidade futura de apoio ao governo de Vargas, afirmando: "*Não devemos ver os homens, e apoiar até o próprio Getúlio, se, amanhã, compreender a necessidade pessoal de um tal programa (democrático e nacionalista), e quem lhe escreve isto é o homem que, pessoalmente, tem a Getúlio o mais justificado ódio*". Apud MARANHÃO, op. cit., p. 32. Para Weffort, "*da parte dos comunistas, a idéia de uma aliança vem desde 1942*". WEFFORT, op. cit., p. 77. Em 1945, Prestes reformulava parcialmente a posição, reconhecendo que "*acertando no fundamental, não soube no entanto a Conferência assinalar que a luta pela guerra era inseparável da luta pela democracia no país, e, adotando, de maneira um tanto esquemática, a política de apoio ao governo, não soube mostrar ao Partido e ao próprio governo o quanto este seria reforçado e o quanto seria mais sólida a união nacional, à medida que fossem dados passos no sentido da democracia*". *Apud* CARONE, Edgard. *O PCB* (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982, Coleção "Corpo e Alma do Brasil", p. 51. O documento de Prestes foi divulgado em julho de 1945, com o título "Os comunistas e a luta pela democracia". CF. COSTA, op. cit., p. 48.

[191] CARONE, *A crise do Estado Novo...*, op. cit., p. 335.

[192] CAVALCANTE, op. cit., p. 557. Segundo Bethell, os integrantes deste grupo "*pelo fim de 1943 formaram sua própria organização, o chamado Comitê de Ação*". BETHELL, op. cit., p. 71. Parte deste grupo em 1945 teria se associado aos setores mais progressistas da oposição liberal, em especial no meio estudantil e, criticando a submissão do PCB à ditadura varguista, no plano interno, e à União Soviética, no plano externo, formaram a Esquerda Democrática, posteriormente convertida em Partido Socialista Brasileiro.

Progresso".[193] De acordo com Ricardo Maranhão, três fatores teriam determinado a política assumida pelo partido:

> Em primeiro lugar, a influência da direção nacional do PCB, que via nas atitudes de abertura democrática tomadas por Vargas uma função de seu apoio aos Aliados e um motivo suficientemente forte para aproximar-se dele. Em segundo lugar, a UDN também contava em seu bojo com velhos elementos conservadores da oligarquia, fortemente anticomunistas; (...) Finalmente, é inegável que as leis trabalhistas de Getúlio lhe haviam granjeado uma considerável popularidade entre as massas urbanas.[194]

A avaliação da política comunista naquele contexto é objeto de polêmica historiográfica. Werneck Viana avalia que "*o populismo de 44 (...) teve sua principal característica no fato de representar uma aliança do Estado com as classes subalternas contra determinados setores das classes dominantes*".[195] Além disso, justifica a opção comunista afirmando que "*para o ator político situado na perspectiva da classe operária, tratava-se de optar pela redemocratização 'pelo alto' com Vargas, já iniciada, e que não poderia prescindir do seu suporte social e político, ou aderir a uma conspiração para a qual não era convocado, nem onde se desejava sua participação*".[196] O acerto desta política é questionado por outros autores que refutam tanto a idéia de que só havia estas duas alternativas quanto à alegada disposição da ditadura em estabelecer um acordo com os comunistas já em 1943. Weffort considera estranho que o PCB "*jamais tenha considerado a hipótese de uma posição de independência em face do conflito com os grupos dominantes*",[197] revelando subordinação e incapacidade de intervenção autônoma. Para Giovanetti, "*a ênfase na política de unidade fortalecia o Estado em detrimento da sociedade civil e ajudava a encobrir momentaneamente os conflitos de classe*".[198] Reconhece "*que a política de União Nacional produziu a curto prazo resultados auspiciosos*", mas acrescenta "*também que elidiu a centralidade da luta de classes, em*

---

[193] *Apud* CARONE. O PCB (1943 a 1964), op. cit., p. 25-40. A aproximação do Partido com Vargas é compreensível por suas contradições: "*O PC pequeno-burguês de média burocracia e de formação ideológica tenentista, estatista e nacionalista poderia perfeitamente se identificar com o nacionalismo e o estatismo varguistas*". ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 53. No mesmo sentido, Giovanetti avalia que "*O PCB assimilava, em parte, a mesma descrença da classe dominante com relação à organização das bases, optando por uma reorganização pelo alto, inserindo-se num projeto de democratização do mesmo tipo*". GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 51.

[194] MARANHÃO, op. cit., p. 34. A posição de "União Nacional" também não foi exclusiva dos comunistas brasileiros: "*As esquerdas, na maioria dos países, viam claramente na classe operária a peça basilar da democracia a ser desenvolvida, no quadro de uma colaboração com as forças 'progressistas e democráticas' das classes dominantes*". Idem, ibidem, p. 23.

[195] VIANA, op. cit., p. 311.

[196] Idem, ibidem, op. cit., 315.

[197] WEFORT, op. cit., p. 80.

[198] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 43.

nome do desejo explicitado por suas lideranças de participar de um governo popular, democrático e progressista".[199] Conforme Hélio da Costa, em todo o período de vigência da política de "União Nacional", o PCB manteve "*ambigüidade permanente entre a sua noção de democracia acompanhada de uma visão social muito imprecisa*".[200] Assim, "*o namoro com o governo resultou não em um par de alianças, mas em um par de algemas para os comunistas*".[201]

Entre 1943 e 1944 Getúlio Vargas não demonstrou qualquer interesse em aproximar-se do PCB. Ainda assim, o partido seguia apoiando o regime, embora a ditadura não aceitasse sua principal solicitação, a concessão de anistia aos presos políticos e abertura das prisões.[202] Weffort afirma que a "aliança" foi na realidade uma "*adesão dos comunistas ao governo*".[203] Para ele, "*Vargas deve ter relutado por muito tempo em aceitar estas manifestações de boa vontade, se é que chegou a tomar conhecimento delas, pela simples razão de que isto inevitavelmente lhe cortaria o trânsito entre as forças conservadoras, em especial as Forças Armadas. Assim, a anistia pedida pelos comunistas desde 1942 só é decretada pelo governo em abril de 1945*".[204] A linha política adotada pelos comunistas colocava em segundo plano sua própria experiência na resistência ao autoritarismo e à ditadura. Segundo Prestes, "*os comunistas colocam o bem estar da pátria muito acima de seus sofrimentos pessoais. Quando se trata da defesa da pátria e da democracia, sabem colocar-se ao lado daqueles mesmos que os torturam*".[205]

Enquanto tinha sustentação nas classes dominantes, Vargas rejeitou qualquer aproximação com os comunistas. Apenas no decorrer de 1945, encontrando-se isolado politicamente, passou a aceitar algum tipo de colaboração. De acordo com João Almino, "*Vargas constata que todas as portas estão fechadas por essas 'forças conservadoras', inclusive a UDN. É só nessa ocasião, portanto, que está preparado para iniciar a aliança*".[206] A partir de então - especialmente com a concessão de anistia - Vargas

---

[199] GIOVANETTI, A esquerda..., op. cit., p. 43.
[200] COSTA, op. cit., p. 36,
[201] Idem, ibidem, p. 40.
[202] Quando a anistia foi decretada, Prestes elogiou Vargas: "*A anistia foi obra também do nosso governo, que dando volta atrás nas suas tendências inaceitáveis para o povo, (...) preferiu ficar com o povo*". "União Nacional para a democracia e o progresso". *Apud* Carone. CARONE, *O PCB (1943-1964)*, op. cit., p. 26.
[203] WEFFORT, op. cit., p. 77.
[204] Idem, ibidem, p. 78.
[205] *Apud* ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 259. A afirmação de Prestes é paradoxal, pois sua conseqüência lógica é que aqueles mesmos que torturaram estariam agora "*na defesa da pátria e da democracia*".
[206] ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 53 e 54.

consolidava sua aproximação com os comunistas, passando a adotar medidas populares, principalmente a "Lei Malaia".[207] Ainda assim, o PCB encontrava-se em situação difícil para justificar a aliança, tendo que dissociar o "novo" Vargas da trajetória do Estado Novo. Uma das estratégias adotadas foi eleger os integralistas como principais alvos de sua crítica, desviando as atenções do Estado Novo. Conforme Almino, "*a crítica ao passado, por sua vez, vai se concentrar na idéia de uma ameaça fascista que continua presente, ou de um ressurgimento dos integralistas*".[208]

Ao mesmo tempo em que se aproximava de Vargas, o Partido Comunista levava ao extremo a concepção "etapista" de revolução, então receitada pela União Soviética, através do Comintern,[209] e concentrava todos seus esforços na aliança de classes e no apoio à "burguesia nacional". Luis Carlos Prestes chegou mesmo a aplaudir a "aliança sincera e honesta" entre Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética.[210] O partido abriu mão de qualquer projeto autônomo, convertendo-se em porta-voz de um projeto de desenvolvimento burguês (antiimperialista e antioligárquico) que a própria burguesia não proclamava. A partir da percepção de que "*a democracia burguesa volta-se para a esquerda*",[211] o partido colocava-se na condição de "guardião da ordem", negando sua trajetória, e chegando a afirmar que "*é preciso restabelecer a confiança nos políticos*".[212] Prestes chegou a afirmar que "*a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva*".[213] Assim, "*o elemento fundamental dessa nova política era a idéia de que o proletariado deveria colaborar na construção do capitalismo nacional*".[214] Tal estratégia colocou em segundo plano a questão democrática, pois "*para*

---

[207] A ditadura reformulava seu discurso. O Ministro do Trabalho advogava o caráter excepcional do regime, anunciando para o futuro sua abertura, mas sustentando a "*impossibilidade de abertura política momentânea em razão dos imperativos de segurança do momento*". *Apud* ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p 24.

[208] Idem, ibidem, p. 277.

[209] Segundo esta concepção, seria necessário realizar primeiramente uma "revolução burguesa" que desenvolvesse as forças produtivas, e somente após, se poderia colocar a possibilidade de realização de uma revolução proletária. Até então, a "função histórica" do Partido Comunista seria apoiar a burguesia, para que realizasse a sua revolução.

[210] "*A vitória militar foi alcançada pela unidade, pela colaboração fraternal dos povos amantes da democracia, em particular pela aliança sincera e honesta das duas grandes democracias capitalistas com a democracia do proletariado*". PRESTES, Luis Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1945, p. 81.

[211] *Apud* Almino, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 44.

[212] Idem, ibidem, p. 44.

[213] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 44.

[214] MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada:* A política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 71.

os comunistas a democracia não era um objetivo em si. (...) Ela seria o instrumento para que o país ingressasse efetivamente no capitalismo, única maneira de tornar viável, no futuro, a revolução socialista".[215] Esta política levou o partido a renegar a luta de classes, ao assumir-se representante "*de todos os brasileiros e da aliança entre os industriais e operários*",[216] contrariando sua identidade historicamente constituída.

Incompatibilizado com os "liberais", que criticavam-no pelo apoio a Vargas, o partido também não obteve a resposta esperada da "burguesia nacional". Esta preferia manter-se associada à burguesia agrária (que os comunistas identificavam como "feudal") a concretizar uma aliança com o operariado buscando apoio para intensificar a industrialização.[217] As ilusões comunistas com a burguesia "liberal" prejudicaram a intervenção do PCB na definição dos rumos da redemocratização e enfraqueceram a mobilização dos movimentos populares. Para Horácio Martins de Carvalho, esta política "*desembocou, a partir de 1945, num nacionalismo desprovido de poder de barganha frente às manobras da burguesia brasileira*".[218] Os movimentos populares tinham o Partido Comunista como referência importante e ficaram desorientados com a conversão do partido em "guardião da ordem". A mensagem que o partido passava aos movimentos reivindicatórios em ascensão era de extrema contenção. O partido "*temia que o movimento grevista levaria a uma repressão policial contra a qual não teria forças para reagir, mas não dizia claramente aos trabalhadores que o problema estava na sua impossibilidade de reagir à força repressiva. Preferia falar da necessidade da ordem para o estabelecimento da democracia*".[219]

---

[215] ALMINO, João, *Era uma vez uma Constituinte:* lições de 1946 e questões de hoje. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 68.

[216] ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 255.

[217] As ilusões dos comunistas são descritas por Almino: "*Enfatizando a idéia de 'aumento geral da produção', através dos benefícios e da liberdade sindical para a classe operária, o PC raciocinava pelo burguês progressista inexistente no país, que, pensando a longo prazo, via na expansão da produção e do mercado interno, no aumento do poder de compra da população e da própria classe operária, na transformação do operário de mero sobrevivente em consumidor, o melhor meio de expandir os seus negócios e de defendê-los das ameaças de uma classe operária, que por essa via, já teria se tornado inofensiva, interessada que estaria no seu bem estar consumista*". Idem, ibidem., p. 254.

[218] CARVALHO, Horácio Martins de. O caráter de classe no sistema partidário brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 13, jul. 1979, p. 117-151, p. 141. Uma posição dissonante é a de Werneck Viana. Para ele, "*de um ponto de vista mais geral, entendiam os comunistas que a conjuntura não realizava um momento revolucionário. Tratava-se, para eles, de propor uma ordem democrática, que viabilizasse a solução pacífica de alguns problemas decisivos, como o da definição político-institucional do novo regime em relação às classes subalternas, e às questões agrárias, nacional, e pertinentes à estruturação do poder político*". VIANA, op. cit., p. 324.

[219] ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 313. Também Weffort sustenta que os comunistas "*agiram como um partido da ordem. (...) Os comunistas apoiariam naquele período qualquer governo desde*

De acordo com Hélio da Costa, o Partido Comunista encontrava-se em uma ambigüidade insuperável: construído como partido das ruas e das lutas, pretendia-se agora "partido da ordem e da tranqüilidade".[220] Seguindo esta política, o PCB não apenas boicotou os movimentos grevistas em rápida ascensão em maio de 45, como, por meio do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), por ele controlado, lançou apelos contra as greves, utilizando-se de um vocabulário semelhante ao de seus históricos adversários e perseguidores:

> A comissão do Movimento Unificador dos Trabalhadores se permite aconselhar e recomendar a todos os companheiros e companheiras da classe trabalhadora que retomem com toda confiança seus postos de trabalho, ou se recolham às suas residências, se assim o preferirem, mas não se exponham nas ruas ou diante das fábricas à exploração de falsos líderes, justificando qualquer ação enérgica da polícia para a manutenção da ordem.[221]

A autocrítica efetuada por Prestes em 1949 – num contexto em que o PCB adotava uma linha política oposta – é reveladora das contradições do partido durante a democratização: "*Já em 1945, em vez de mobilizarmos e organizarmos as massas através da luta por suas reivindicações imediatas, como única maneira de fazermos frente ao golpe militar que se preparava contra as recentes conquistas democráticas, aconselhávamos 'ordem e tranqüilidade' e procurávamos conter o descontentamento das massas*".[222] Buscando controlar e domesticar os movimentos grevistas, o Partido Comunista contribuiu para o descenso da organização autônoma dos trabalhadores, o que determinou sua incapacidade de oferecer uma resposta ao golpe de 29 de outubro. Seus equívocos políticos, que fortaleceram a reação conservadora ao movimento popular, revelam que ele se mantinha incapaz de aceitar a intervenção autônoma dos movimentos

---

que integrado na política estabelecida nos acordos internacionais que assinalaram o fim da guerra". WEFFORT, op. cit., p. 80.

[220] COSTA, op. cit., p. 6. O mesmo autor via ainda a contradição entre "*um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas 'apertarem os cintos'; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido*". p. 8.

[221] *Folha da Manhã*, 22.5.45. *Apud* COSTA. op. cit., p. 38. Em outra declaração, de novembro de 1945, afirmava: "*A desordem, as greves e as perturbações só favorecem os fascistas inimigos declarados do proletariado e do povo*". Apud COSTA, op. cit., p. 45. Neste contexto, até o direito de greve era relativizado, a medida em que "*o MUT reconheceu a legitimidade desse princípio como instrumento de pressão, mas recomendou que só fosse usado quando esgotados todos os meios legais disponíveis.*". COSTA, op. cit., p. 39. Na greve frustrada da Good-Year no início de 1945, os comunistas denunciaram que "*haviam localizado elementos integralistas*" estimulando a deflagração do movimento. Idem, ibidem, p. 45. Como indica Weffort, "*A greve não era vista precisamente como um direito, mas como um mal que já não se podia evitar e para o qual era sempre necessário encontrar responsáveis*". WEFFORT, op. cit., p. 92.

[222] Apud MARANHÃO, op. cit., p. 36.

populares, adotando uma concepção de política semelhante a de seus adversários.[223] Esta posição expressava-se na tese de que o Partido Comunista não deveria apoiar as greves, pois "*nosso partido deve dirigir*".[224] Assim, tanto no Movimento Unificador dos Trabalhadores quanto na Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, o partido buscou submeter as lutas operárias a sua linha política. Desta forma, assim como os patrões, também desconsiderava a possibilidade de que os trabalhadores pudessem defender por si próprios os seus interesses. Conforme Weffort, "*os comunistas (...) começavam a tomar o caminho que deveria conduzir ao funcionamento da estrutura sindical oficial (...) Isto significava que se declarava incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma*".[225] A mesma perspectiva se afirmou na defesa da unicidade sindical e manutenção do imposto sindical compulsório, alicerces do controle sindical estadonovista.[226] Outro aspecto que sobressai na ação comunista é a hipervalorização do Estado burguês, pressupondo automaticamente um sentido social progressista ao fortalecimento estatal e legitimando a centralização do poder político.

1.7 O governo Dutra e a Constituição de 1946

O governo Dutra, caracterizado por seu extremo reacionarismo, é muitas vezes apontado como uma exceção autoritária e antipopulista em um período democrático. Nesta perspectiva muito difundida, reconhece-se seu caráter abertamente repressor, mas a noção de exceção leva ao obscurecimento da manutenção de diversos mecanismos repressivos utilizados por Dutra também pelos seguintes. Para Aspásia Camargo, seria incorreto identificar o período como um todo homogêneo e genuinamente "populista", pois "*o*

---

[223] Para Almino, "*a argumentação que o PC desenvolvia em fins de 1945 e início de 1946 seguia o mesmo padrão ideológico dos demais discursos*". ALMINO, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 313.
[224] Apud Almino, *Os democratas autoritários...*, op. cit., p. 79.
[225] WEFFORT, op. cit., p. 81. O programa eleitoral do Partido Comunista Brasileiro propunha que o governo auxiliasse na organização sindical: "*Pela ajuda decidida do governo à organização sindical do proletariado, inclusive forças autárquicas, a fim de que se unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação Geral*". Apud WEFFORT, op. cit., p. 88.
[226] Como lembra João Almino, o PC fraciona o passado para manter a legislação trabalhista, dissociando-a do contexto em que foi produzida. ALMINO, op. cit., p. 278. Ainda assim, como lembra Hélio da Costa, "*A decisão dos comunistas de não combater o imposto e o pluralismo sindicais é insuficiente para enquadrá-los como baluartes do sindicalismo oficial ou do praticado pelos antigos dirigentes durante o Estado Novo*", pois "*Embora procurassem evitar as greves, os líderes comunistas, postados nos sindicatos, não se furtaram a encaminhar as reivindicações colocadas pelas suas bases e agiram em sua defesa. (...). No seu fazer-se enquanto sindicalistas, os comunistas e os ministerialistas guardavam enormes diferenças, não obstante o apoio dado a Vargas e mais tarde a Dutra e a retórica em defesa da ordem e da colaboração de classes*". COSTA, op. cit., p. 98-99.

governo Dutra certamente não o é".[227] Também Vanireh Chacon considera que "*foi em 1949, com a eleição presidencial de Vargas, que se iniciou o ciclo populista propriamente dito, após o interregno apenas conservador de Dutra*".[228] No mesmo sentido, Carlos Alberto Dória e Ricardo Maranhão sustentam que:

> Se considerarmos que o período histórico compreendido entre a Revolução de 30 e o golpe de 1964 tem como características dominantes as articulações de tipo populista, o governo Dutra - 1946-1950 - constitui aí uma exceção. De fato, o apelo às massas como elemento legitimador do sistema político, e as concessões do grupo de poder aos trabalhadores para se fortalecer diante dos vários setores dominantes, desaparecem no período Dutra para dar lugar a uma postura elitista e conservadora.[229]

Efetivamente, a manutenção da ordem era obtida através da repressão aos movimentos sociais. **A noção de que Dutra representava uma exceção autoritária e antipopulista é, porém, um equívoco, pois as condições institucionais produzidas no transcorrer de seu governo permaneceram vigentes até 1964**. Foi no governo Dutra e sob sua influência direta que foi produzida a nova Constituição, garantindo a preservação da estrutura estadonovista, "*marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência de uma ideologia autoritária de Estado*".[230] O governo Dutra inviabilizava a livre organização da sociedade para acompanhar os debates em torno da nova Constituição, através de diversas medidas repressivas: "*Enquanto se desenrolava o trabalho da Constituinte, houve censura à rádio, suspensão de jornal, intervenções em sindicato, repressão policial a manifestações de trabalhadores e invasão de dependências de partido político, com prisão de alguns de seus membros*".[231] Ainda com relação à repressão, deve-se lembrar que "*a polícia política montada na ditadura do Estado Novo continuou mantendo vigilância constante sobre as organizações e militantes sindicais*".[232] Além disso, Dutra "*antecipava, com sua liberdade*

---

[227] CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Bóris (coord,) *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. Rio de Janeiro: Bertand, 1991. 5a edição p. 121-224, p.
[228] CHACON, Vanireh. *Estado e povo no Brasil:* as experiências do Estado Novo e da democracia populista 1937-1964. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 151. A eleição de Vargas, na realidade, foi em 1950.
[229] DÓRIA, Carlos Alberto & MARANHÃO, Ricardo. O governo Dutra e o jogo partidário. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 235.
[230] SOUZA, op. cit., p. 105.
[231] ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 82.
[232] MATTOS, op. cit., p. 49.

para promulgar decretos-leis, as decisões a serem tomadas pela Constituinte a respeito de questões vitais para o regime político do país".[233]

Mesmo assim, Hélio Silva e Maria Cecília Carneiro entendem que "*Dutra foi o mais fiel respeitador da Constituição brasileira*".[234] Para eles, "*seria esta a tônica do governo Dutra: a volta à normalidade constitucional; a retomada das decisões pelos partidos políticos. (...) Dizia-se que Dutra não se separava de um pequeno livro de capa vermelha, que era a Constituição que jurara cumprir. Cumpriu seu juramento*".[235] No mesmo sentido, Juscelino Kubitschek afirmou em entrevista que "*Dutra foi um presidente militar que respeitou, como poucos civis, a Constituição; sob esse aspecto, seu governo foi modelar*".[236] Thomas Skidmore considera, ainda, que "*Dutra logo se mostrou um presidente tranqüilamente apolítico*".[237] Já Francisco Weffort chega a incluir o período do governo Dutra no ciclo populista: "*as lideranças populistas aparecem com importância em todos os pleitos nacionais: Gaspar Dutra conquistará, em 1946, a presidência, apoiado no prestígio popular de Getúlio e nos dois partidos a ele vinculados (PSD e PTB)*".[238] Consideramos aqui que a análise da intervenção do governo Dutra no contexto de elaboração da Constituição de 1946 denuncia o caráter ideológico destas avaliações, como se discutirá a seguir.

1.7.1 A Assembléia Nacional Constituinte sob tutela

A Assembléia Nacional Constituinte, dominada pela bancada majoritária do PSD, era claramente submissa ao governo: "*A Constituinte não apenas se declara incompetente para intervir nas decisões nacionais, mas reconhece, como uma de suas primeiras medidas (contra a opinião da UDN e do PC), a Constituição de 1937, enquanto não entre em vigor a nova*".[239] Desta forma, fica "*de mãos atadas pelas instituições vigentes, mas é ela mesma quem ajuda a atar suas próprias mãos*".[240] Conforme Paulo Sérgio Pinheiro, a manutenção da Constituição ditatorial de 1937 "*permitiu ao governo José Linhares e mesmo ao*

---

[233] Idem, ibidem, p. 82.
[234] Idem, Ibidem, p. 21. Também Francisco Iglesias considera que "*o governo Dutra transcorreu em relativa normalidade*". IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil.* 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 262.
[235] SILVA & CARNEIRO. *Os presidentes*: Eurico Gaspar Dutra, op. cit., p. 40.
[236] Apud BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 291.
[237] SKIDMORE, op. cit., p. 91.
[238] WEFFORT, *O populismo na política brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 57.
[239] ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 94.
[240] Idem, ibidem, p. 94.

governo Dutra utilizarem-se gostosamente das leis de exceção (por exemplo, para lidar com as classes trabalhadoras e as greves)".[241] Como aponta Almino, "*uma vez que não houve ruptura com o Estado Novo, (...) a Constituinte não poderia pensar livremente uma nova ordem institucional*".[242] O principal mecanismo utilizado pelo governo Dutra para intervir na Constituinte foi a enorme quantidade de decretos-lei que impôs, em sua grande maioria incorporados na Constituição em elaboração. Para Giovanetti, "*Dutra, desde o início do seu governo até a véspera da promulgação da nova Constituição, baixou 1.457 decretos-lei, sobre os mais variados assuntos*".[243]

Talvez o principal aspecto da intervenção do governo Dutra tenha sido no sentido de impedir que o princípio da autonomia sindical fosse incorporado na Constituição, no que obteve êxito. Quando recém se iniciavam os debates da Constituinte, Dutra assinou o Decreto 9070 – conhecido como "lei-antigreve" -, em março de 1946, afirmando que "*a solução dos dissídios do trabalho deve subordinar-se à disciplina do interesse coletivo, porque nenhum direito se deve exercer em contrário ou com ofensa a esse interesse*",[244] e estabelecendo a Justiça do Trabalho como arena para a resolução dos conflitos trabalhistas.[245] Como a Constituição remeteu a regulamentação do direito de greve para legislação complementar,[246] o Decreto 9070 seguiu regulando as relações de trabalho, e assim permaneceu durante todo o período da chamada "democracia populista", até 1964. Referindo-se à legislação sindical corporativista, Quartim de Moraes conclui, corretamente, que "*os liberais salvaram do naufrágio essa relíquia fascista do Estado Novo: ela atravessou incólume, ou quase, os trabalhos do Congresso constituinte*".[247] Como aponta Régis de Castro Andrade, "*as vantagens de certos aspectos organizacionais do Estado Novo foram claramente percebidos pela burguesia industrial no que diz respeito ao sistema de participação direta, e por todas as classes dominantes no que concerne ao*

---

[241] PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e transição.* Revista USP, São Paulo, março 91, p. 45-56, p. 47.
[242] ALMINO, A ideologia autoritária..., op. cit., p. 33.
[243] GIOVANETTI, *O PCB*..., op. cit., p. 63.
[244] Apud ALMINO, op. cit., p. 211.
[245] O Decreto afirmava que "*Uma vez que a Justiça pode encaminhar as disputas e tomar as decisões com base no 'interesse coletivo', não haverá razão para a greve*". Idem, ibidem, p. 212. O texto do decreto efetivamente colocava as greves na ilegalidade: "*O artigo 3º arrolava as atividades profissionais tidas como fundamentais, impedidas por isso mesmo da prática de greve; o artigo seguinte ordenava que os sindicatos, em caso de ocorrência de um motivo capaz de dar causa a um dissídio coletivo, deveriam notificá-lo ao Departamento Nacional do Trabalho. No prazo de 48 horas, esse aparato providenciaria a conciliação das partes, formulando as propostas que julgasse cabíveis*". VIANA, op. cit., p. 334.
[246] O texto constitucional afirma em seu artigo 158: "*É reconhecido o direito de greve. A lei complementar regulará o exercício desse direito*". *CONSTITUIÇÕES Brasileiras:* 1946. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 106.
[247] MORAES, op. cit., p. 172.

controle da classe trabalhadora. Esses aspectos foram mantidos pela Constituição de 1946 e assim um corporativismo disfarçado e atenuado pôde sobreviver".[248]

Submissa ao poder executivo e dominada pelo PSD, a Assembléia Constituinte efetivamente frustrou as melhores expectativas democratizantes. A Constituição de 1946 "*absorveu os artigos e disposições centralizadores das duas anteriores*".[249] Não foi um veículo de transformação da sociedade, mas sim "*um mecanismo de reordenamento da vida institucional brasileira dentro de estreitíssimos limites*".[250] Constituiu-se, desta forma, como "*um mecanismo de ordem político-institucional pelo qual assegurou-se a permanência de muitos atributos do Estado Novo e plasmou-se uma democracia formal, sem aumento significativo das margens de ação e participação política das classes subalternas*".[251] Vários artigos da Constituição ilustram o referido caráter formal das alterações e os fortes traços de continuidade. Ainda no campo das relações de trabalho, além dos limites impostos ao exercício do direito de greve, é da maior importância a rejeição ao princípio da autonomia sindical, substituída por um conceito vago e impreciso de "liberdade de associação". O texto aprovado estabelecia que "*é livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo Poder Público*".[252] Mais uma vez os constituintes delegavam à lei complementar as definições mais importantes, tornando possível que o governo Dutra praticasse intensa repressão sem ferir a Constituição. Também a censura para espetáculos e diversões públicas foi mantida.[253] Outra restrição às liberdades públicas foi a proibição de

---

[248] ANDRADE, op. cit., Pp 54.
[249] SANTOS, Wanderley Guilherme. *Crise e castigo*: partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Vértice, 1987, p. 32.
[250] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 2.
[251] Idem, ibidem, p. 6. Para o autor, ainda, "*o poder do estamento burocrático não foi nem remotamente atingido, foi antes reforçado para garantir a mudança nas formas e aparências de que se revestiria o novo regime, sem a alteração na essência da dominação*". Idem, ibidem, p. 11..
[252] *CONSTITUIÇÕES brasileiras*, op. cit., p. 106. De acordo com João Almino, "*Quando, em junho, portanto, são apresentadas na Constituinte as emendas sobre autonomia sindical, as intervenções nos sindicatos eram constantes, as eleições sindicais estavam suspensas e o MUT já havia sido considerado ilegal pelo governo*". ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 89.
[253] O artigo 141, em seu inciso 5º, estabelecia: "*É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe*". *CONSTITUIÇÕES Brasileiras,* op. cit., p. 99-100.

realização de passeatas, com a rejeição do chamado "direito de procissão",[254] além da prerrogativa atribuída à polícia para designar o local de reuniões públicas. Estas e várias outras medidas restritivas permaneceram vigentes nos governos posteriores. Assim, não é plausível perceber o Governo Dutra como uma exceção no sistema político da Quarta República, já que os parâmetros legais que se definiram nele regularam o processo político até 1964.

1.7.2 A disputa em torno dos rumos econômicos

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, diferentes setores da classe dominante (como a burguesia comercial, financeira, agrária e industrial), bem como grupos subordinados (como a pequena burguesia e operários), mobilizavam-se para incorporar no texto constitucional e na nova ordem econômica suas demandas. De acordo com Sérgio Soares Braga, a Assembléia Constituinte foi marcada pelos "*debates em torno dos modelos de desenvolvimento econômico a serem adotados pelo país no contexto da crise do Estado Novo e da restauração do regime democrático*".[255] Para ele, o período foi marcado pela exacerbação de duas modalidades fundamentais de conflito político: "*uma exacerbação dos conflitos inter-bloco no poder - intensa mobilização e polarização ideológicas no seio dos agrupamentos dominantes (burocracia estatal e proprietários dos meios de produção*", e "*uma exacerbação dos conflitos bloco no poder X massas populares – recrudescimento do movimento reivindicatório e organizacional das massas trabalhadores urbanas*".[256]

Nestes debates, as burguesias comercial e financeira e parte da burguesia agrária expressavam sua veemente discordância com relação à política econômica adotada durante o Estado Novo, enquanto os trabalhadores e parte da pequena burguesia clamavam pela radicalização daquele projeto, acompanhada de uma crescente mobilização popular que garantisse pressão suficiente para sua execução. A burguesia comercial colocava-se fundamentalmente "*contra a seletividade das importações e controle da taxa de*

---

[254] O deputado Eduardo Duvivier, do PSD, justificou a rejeição afirmando: "*O desfile é, apenas, uma ameaça ao poder. É exatamente a favor do integralismo ou do comunismo, ou de qualquer forma de ditadura*". Apud ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 101. O mesmo deputado também justificou as restrições afirmando ainda que "*todo o regime tem o dever de se defender. A liberdade, essencial ao regime democrático, não pode servir de meio para sua destruição*". Apud. VECCHIO, op. cit., p. 141. No mesmo sentido, o deputado Munhoz da Rocha, também do PSD, justificou que "*Há povos cuja psicologia permite que todos os programas se preguem sem obstáculos, mas entre nós, isso poderia constituir a ameaça constante de verdadeiros cataclismas*". Idem, Ibidem, p. 142.

[255] BRAGA, op. cit., p. 7.

[256] Idem, p. 9-10.

câmbio",[257] ambas medidas indispensáveis para a implementação de um projeto industrializante, pois a seletividade das importações visava garantir prioridade no mercado brasileiro à produção industrial nacional, enquanto o controle da taxa de câmbio viabilizava a proteção à indústria nacional, o confisco de parte da renda do setor agrário para o financiamento da industrialização e a facilitação da importação de máquinas e equipamentos. É importante salientar que "*a burguesia comercial não era amorfa e sem programas de longo prazo, como sugerem alguns autores, embora não fosse hegemônica*".[258] Ao contrário, atuava de forma sistemática no debate econômico-social, através de suas entidades de classe, em especial a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), a primeira de caráter sindical oficial e a segunda estruturada como instrumento político de defesa dos seus interesses. A FCESP contava com uma abrangente estrutura de assessoria, incluindo comissões, departamentos e divisões, voltadas para o acompanhamento de questões parlamentares, desde a Assembléia Constituinte de 1946 até os anos 60.[259] A burguesia comercial tinha motivos para se intensificar sua crítica à política econômica nos últimos anos do Estado Novo, pois "*a política relativa ao câmbio, ao controle de importações e ao destino das reservas evoluiu, sob a pressão dos problemas causados pela guerra, para uma política voltada ao desenvolvimento do país, em consonância com medidas de âmbito interno dirigidas também para esse objetivo*".[260]

Por sua vez, os grupos oligárquicos opunham-se à política estadonovista e articulavam-se com outros setores sociais "*desejosos de se livrarem do confisco cambial exercido pela política econômica do Estado*",[261] confisco que viabilizava o planejamento estatal para a industrialização e a construção da infra-estrutura básica necessária ao seu desenvolvimento. Edgard Carone sustenta que mesmo no Estado Novo a oligarquia não foi afastada do poder: embora tenha perdido o controle da política econômica nacional, consolidava o seu poder nos estados.[262] E foi exatamente a partir de sua posição de controle no aparato burocrático dos estados que com a reconstitucionalização a oligarquia "*retomou politicamente posições, pela capacidade readquirida de instrumentalizar a*

---

[257] MENDONÇA, *Estado e Economia no Brasil*, op. cit., p. 40.
[258] CORSI, "A burguesia industrial...", op. cit., p. 20.
[259] Cf. COSTA, Paulo Roberto Neves. Burguesia Comercial e Parlamento no Brasil dos anos 50. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 23-39. Dossiê Burguesia e Política. p. 7.
[260] CORSI, *Estado Novo...*, op. cit, p. 271.
[261] MENDONÇA, *Estado e Economia no Brasil*, op. cit., p. 40.
[262] CARONE, op. cit., p. 138.

dominação e controle social em voto. E é efetivamente o voto que permitirá à oligarquia ampliar seu poder de barganha e amortecer as perdas impostas pela civilização urbano-industrial que se implanta".[263]

A pequena burguesia não teve uma posição homogênea com relação aos rumos da economia brasileira. No contexto da redemocratização de 1945, seu estrato superior identificou-se com o liberalismo antipopular udenista, enquanto setores da "baixa classe média" aceitavam que apenas através de um processo de industrialização acelerada poderiam ter suas demandas de consumo atendidas. Além disso, na maioria das vezes a pequena burguesia intervinha de forma subordinada, pois "*seu segmento superior está preso umbilicalmente às classes dominantes, enquanto os segmentos inferiores se confundem com o movimento operário*".[264] De acordo com Décio Saes, efetivamente a "classe média" dividia-se entre as duas posições que polarizavam o debate econômico, pois enquanto "*o culto ao liberalismo pôs a classe média tradicional a serviço dos partidos políticos da burguesia comercial / bancária, urbana e antiindustrialista*", por outro lado, "*a camada inferior da classe média (...) manter-se-á distante do liberalismo econômico e político. (...). Sua ação sugere uma política de Estado alternativa: aquela voltada prioritariamente para o progresso da indústria*".[265]

A classe operária, por sua vez, majoritariamente apoiava o projeto de desenvolvimento nacional centrado na industrialização conduzido pela burguesia industrial. O Partido Comunista assumia esta perspectiva integralmente, chegando mesmo a abrir mão da autonomia de classe para investir todas as suas forças no projeto industrializante, tendo Luis Carlos Prestes afirmado que "*se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar as soluções de seu interesse específico e do interesse geral da pátria, o proletariado organizado a ajudará*".[266] De qualquer forma, deve-se levar em conta que, mesmo com o apoio do Partido Comunista ao projeto populista, havia limites para a manipulação da classe operária, limites estes localizados no atendimento das demandas destes setores, "*dos quais dependia a estabilidade do pacto populista: a oportunidade de acesso ao emprego urbano, à condição de consumidores e à participação eleitoral*".[267] Desta forma, podemos entender a realização de diversas greves no ano de 1945,

---

[263] CAMARGO, op. cit., p. 127.
[264] CARONE, op. cit., p. 157.
[265] SAES, op. cit., p. 455-455.
[266] Entrevista de Luis Carlos Prestes à *Folha da Manhã*, em 27.4.1945. Apud. ALMINO, op. cit., p. 44.
[267] MENDONÇA, *Estado e Economia no Brasil*, op. cit., p. 41.

contrariando a orientação de "apaziguamento" do Partido Comunista e do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), a ele subordinado.

O funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte foi marcado pelos debates em torno dos modelos de desenvolvimento a serem adotados pelo país no nascente regime democrático. Desta forma, a Constituinte foi palco privilegiado para a exposição das diferentes perspectivas de desenvolvimento nacional. Diversas lideranças de classe da burguesia participaram como deputados constituintes, dentre os quais Daniel de Carvalho, Alde Sampaio, Magalhães Pinto, Sampaio Vidal, Horácio Lafer e Roberto Simonsen. Também tiveram assento membros da alta burocracia estadonovista, como Souza Costa, Israel Pinheiro, Benedito Valadares e Marcondes Filho.[268] A despeito da diversidade de posições lá representadas, é possível, como propõe Sérgio Soares Braga, agrupá-las em dois grandes modelos de desenvolvimento:

> O eixo político em torno do qual se agrupavam as forças sociais foi o conflito entre dois modelos de desenvolvimento, encampados por diversos agregados de interesses e grupos sociais atuantes na conjuntura de redemocratização: de um lado um modelo 'neoliberal', encampado fundamentalmente por setores empresariais-bancário-mercantis, pelo governo norte-americano e pelas altas classes médias (...); de outro lado os adeptos do modelo 'desenvolvimentista industrializante' de desenvolvimento social, encampado por setores majoritários da burocracia estatal, do empresariado industrial, pelo movimento popular subordinado ideologicamente ao 'getulismo' e pela maior parcela de proprietários de terras e das chamadas oligarquias regionais.[269]

Em termos de forças partidárias, os interesses sociais polarizaram-se, novamente, em dois grandes campos, cujas propostas pautavam-se, em termos gerais, pelas posições expressas no debate do ano anterior entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, respectivamente:

> Os setores bancário-mercantis, os proprietários de terras ligados à economia agro-exportadora, as altas classes médias e os grupos de interesses ligados ao governo norte-americano, estavam representados no interior da Assembléia pelo PR, por setores minoritários do PSD e, principalmente, pela UDN. (...). As forças 'desenvolvimentistas-industrializantes' (...) estavam representadas na aliança PSD / PTB, aliança cujas divergências não impediam um consenso / compromisso mínimo em torno das plataformas básicas do modelo de industrialização acelerada implantado no Brasil do pós-30: intervencionismo e centralismo estatais, reconhecimento e 'cooptação' pelo Estado das classes trabalhadoras urbanas, manutenção das relações de propriedade no campo.[270]

Dentre as propostas desenvolvimentistas, existiam divergências quanto ao grau de intervenção do Estado na economia, quanto à forma de tratamento a ser dada ao capital

---

[268] Cf. BRAGA, op. cit., p. 9
[269] Idem, ibidem, p. 11.
[270] Idem, ibidem, p. 12.

estrangeiro e quanto ao padrão de relacionamento com os setores subalternos. De acordo com Sérgio Soares Braga, é possível encontrar neste momento a presença das cinco concepções de desenvolvimento identificadas pelo economista Ricardo Bielschowsky: neoliberal, desenvolvimentista fundada no setor privado, desenvolvimentista não nacionalista fundada no setor público, desenvolvimentista nacionalista fundada no setor público e socialista, embora esta última na prática se associasse ao projeto nacionalista fundado no setor público. Cada uma destas posições apresentou substitutivos nas principais questões da ordem econômica. Enquanto os neoliberais buscavam criar instrumentos para limitar a intervenção estatal, facilitar a entrada de capital estrangeiro e garantir o livre funcionamento da "economia de mercado", os desenvolvimentistas nacionalistas fundados no setor público procuraram dotar o Estado de instrumentos para efetivação do planejamento econômico, tornando possíveis as nacionalizações, as desapropriações por interesse social, o controle sobre a formação de cartéis e o estabelecimento de limites para a atuação do capital externo. Enquanto isto, os desenvolvimentistas do setor privado e os desenvolvimentistas não nacionalistas do setor público procuravam fórmulas intermediárias, tornando possível a intervenção do Estado, mas em condições muito específicas e estabelecendo restrições menos rígidas ao exercício do "direito de propriedade".[271] A ordem econômica aprovada situa-se nesta posição intermediária, dotando o Estado de instrumentos para o planejamento, mas não afirmando grandes restrições ao capital estrangeiro, nem expressando uma perspectiva nacionalista. Enquadra-se, portanto, na posição dos desenvolvimentistas não nacionalistas fundados no setor público. De acordo com Cíbilis da Rocha Viana, "*temerosos da ação intervencionista do Estado, os constituintes de 1946 promulgaram uma Constituição bastante liberal que, se de um lado assegurou os direitos do cidadão contra o arbítrio das autoridades, por outro deixou o Executivo muito dependente do Legislativo, notadamente no que diz respeito à ação do Estado no campo econômico e financeiro*".[272]

A posição adotada por Dutra no início de seu governo era claramente neoliberal. O Ministério da Fazenda foi ocupado por Gastão da Costa Vidigal, um banqueiro do estado de São Paulo filiado ao Partido Social Democrático.[273] Sua indicação foi saudada pelos setores liberalizantes. A Associação Comercial do Estado de São Paulo, durante sua posse,

---

[271] Cf. BRAGA, op. cit., p. 20-22.
[272] VIANA, Cibilis. Op. cit., p. 33
[273] Cf. CARONE, Edgard. *A república liberal*. Volume 2, op. cit., p. 17.

deixou claro o que esperava de Vidigal: "*Espera-se deste homem prático, limitações dos gastos, o saneamento da moeda, a eliminação de obras suntuárias e o fomento à produção nacional*".[274] A gestão de Vidigal procurou conduzir uma política econômica rigorosamente orientada por princípios liberais monetaristas, tendo como objetivo fundamental o controle dos gastos públicos.[275] Em termos gerais, procurou estabelecer uma nova orientação à política econômica, visando diminuir o ritmo da industrialização através da contenção dos créditos públicos. Segundo Maria Isabel Valadão de Carvalho, as Mensagens Presidenciais ao longo do governo Dutra "*caracterizaram-se por uma abordagem restrita do papel do Estado na economia e por uma perspectiva que contemplava o desenvolvimento da indústria como um objetivo secundário da política governamental*".[276] Para Lincoln de Abreu Penna, "*participaram ativamente desse processo os grupos conservadores estrangeiros, sobretudo de origem norte-americana, setores egressos do antigo regime e uma opinião pública inquieta diante das promessas de melhores dias*".[277] Na avaliação de Octávio Ianni, "*com o Governo Dutra abandonava-se a convicção de que era possível realizar um capitalismo relativamente autônomo no Brasil*".[278] Um aspecto importante sua política foi o abandono de qualquer perspectiva de planejamento, pois "*foram objetos de extinção ou neutralização exatamente os órgãos potencialmente capazes de cumprir funções centralizadoras de coordenação e planejamento*".[279] De acordo com Sonia Mendonça:

> Os anos compreendidos entre o fim do Estado Novo (1945) e o segundo governo Vargas (1951) representaram um interregno para as tendências estatizantes até então vigentes no campo da política econômica, em nome da euforia "democratizante" que se opunha a todos os vestígios de autoritarismo. Foi aí que se rearticularam as forças conservadoras

---

[274] SARETTA, Fausto. A política econômica brasileira 1946/1950. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 113-129. Dossiê Burguesia e Política. p. 114

[275] Cf. SARETTA, op. cit., p. 115.

[276] CARVALHO, Maria Isabel Valadão. Orientações econômicas governamentais: as perspectivas do período democrático-populista. *Dados:* Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 35, n. 1, 1992, p. 67-86. p. 69. Esta perspectiva adequava-se à nova política estadunidense para a América Latina, explicitada na Missão Abbink (1948-1949), pois "*o interesse em promover a industrialização brasileira havia cedido lugar à prioridade atribuída às normas de livre comércio e de estabilidade monetária e, acima de tudo, ao empenho em obter condições favoráveis ao investimento americano privado*". SOLA, op. cit., p. 84-85. Desta forma, a Missão propôs "*medidas financeiras e fiscais de nítida feição ortodoxa – a adoção de uma firme política de contenção do crédito, com exceção da agricultura, de contenção salarial e de corte nos gastos públicos*". DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses:* estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 159.

[277] PENNA, op. cit., p. 25.

[278] IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1930-1970). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 82.

[279] DRAIBE, op. cit., p. 141. Dentre os órgãos extintos, a autora cita a Comissão de Mobilização Econômica, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e a Comissão de Planejamento Econômico.

> partidárias do arrefecimento da industrialização pesada e da reintegração do país ao "livre comércio" internacional.[280]

Gérson Moura sintetiza o sentido da guinada na política econômica efetuada pelo governo Dutra:

> As teses do livre-comércio, da laissez faire, da ausência do Estado na vida econômica e da liberdade de atuação para o capital estrangeiro tinham defensores acérrimos no governo brasileiro, visto que se compatibilizavam perfeitamente com o princípio fundamental de complementaridade entre as economias brasileira e norte-americana. Nossa economia seria, nessa perspectiva, 'essencialmente agrícola, devendo concentrar-se na produção de bens primários para exportação.[281]

Sua principal "inovação" foi o estabelecimento de uma política monetária com grande liberdade cambial e uma expressiva redução das taxas de importação. Visando atrair o capital estrangeiro, Vidigal autorizou uma remessa de lucros de até 8% anuais. De acordo com Fausto Saretta, Vidigal "*inovava na área mais sensível, na taxa de câmbio e relações econômicas externas, com o câmbio livre e fixo, para o combate à inflação e atração do fluxo de capitais*".[282] No final do ano de 1946, Gastão Vidigal foi substituído pelo também banqueiro Pedro Luis Corrêa e Castro. A reforma ministerial teria tido como objetivo criar "*um clima próprio à coalizão nacional e condições políticas favoráveis ao encaminhamento de questões centrais para a economia. Não menos importante era a tentativa de amenizar o 'perigo dos comunistas', preocupação constante do governo e de importantes setores empresariais*".[283] Corrêa e Castro tinha o perfil adequado para esta operação, especialmente pela simpatia que gozava junto às lideranças da União Democrática Nacional. Visando a estabilidade econômica, levou adiante reformas mais estruturais, como a reforma bancária e a reforma tributária, sempre orientado por uma política monetarista e livre-cambista. Um aspecto polêmico de sua gestão foi o estabelecimento do regime de câmbio livre, instituindo a ampla liberdade de importação, o que determinou a perda rápida das reservas cambiais brasileiras, que eram da ordem de U$ 700 milhões ao iniciar-se o governo Dutra. Fausto Saretta argumenta que a maior parte destas reservas não era conversível, e que apenas 90 milhões eram em dólar, mas mesmo assim reconhece que "*houve uma relativamente elevada importação de produtos de*

---

[280] MENDONÇA, Sonia. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 267-299, p. 273-274.
[281] MOURA, Gérson. *A campanha do petróleo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 34.
[282] SARETTA, op. cit., p. 115.
[283] Idem, ibidem, p. 115

consumo".[284] Para os defensores da indústria nacional, estas reservas deveriam ter sido utilizadas para dotar o país de um parque produtivo moderno e dotado de infra-estrutura adequada, ou seja, deveria ter sido estabelecida a seletividade nas importações, priorizando máquinas e equipamentos e evitando a importação de bens de consumo não duráveis. Conforme Sonia Mendonça,

> Em vez de economizar essas reservas-ouro para importar tecnologia para as indústrias de base, ele optou por abrir as fronteiras do país às importações de bens de consumo estrangeiros, que iam desde chicletes até meias de náilon. Essa decisão, além de queimar as reservas brasileiras acumuladas, implicou a necessidade de o governo emitir papel-moeda, desvalorizando o cruzeiro e provocando uma crise inflacionária. As críticas a esta política levaram à alteração do regime cambial, através da Instrução 25 da Superintendência de Crédito, em maio de 1947.[285]

Assim, naquela data, "*a licença prévia para importações foi reativada*", mas apenas "*como medida e emergência contra a crise cambial*".[286] Foi apenas em 1948, reagindo contra a estagnação da economia nacional, que o governo Dutra reorientou parcialmente sua política econômica. Nesse sentido, de acordo com Cíbilis da Rocha Viana, naquele momento:

> Para se antepor à estagnação econômica que se manifestara em 1947, o governo Dutra deixou de lado sua política ortodoxa de liberalismo econômico e de equilíbrio orçamentário para tomar algumas iniciativas de ativação de setores retardatários da economia, como transporte, energia elétrica e exploração de recursos naturais, além de ter restabelecido o controle sobre as importações e exportações, sem prejuízo dos incentivos para a compra no exterior de equipamentos a câmbio subsidiado. Graças a tais providências, houve, depois do recuo de 1947, lenta recuperação da atividade econômica nos anos de 1948 e 1949.[287]

Percebe-se que tais medidas, ainda que limitadamente, coincidiam com as demandas da burguesia industrial. A nova política econômica materializou-se no Plano SALTE. O plano previa um investimento público sistemático em saúde, alimentação, transportes e energia elétrica, por um período de 5 anos, de forma a dotar o país de uma infra-estrutura moderna e alavancar o processo de crescimento. É interessante observar que o plano não tinha a simpatia do ministro Corrêa e Castro e foi elaborado à sua revelia e "*de*

---

[284] Idem, ibidem, p. 117. Conforme Luis Carlos Bresser Pereira, o governo "*abre nossas portas a todo tipo de importação. Em meio ao desperdício, todavia, tem nessa época início o tão necessário reequipamento da indústria nacional*". PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 42. Já para Cíbilis da Rocha Vianna, "*as reservas cambiais do País foram dilapidadas em uma orgia de importações de supérfluos, de bens de consumo de toda a ordem*". VIANA, Cíbilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento*. De Getúlio a Jango. Rio de Janeiro , Civilização Brasileira, 1980, p. 35.
[285] MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira*, op. cit., p. 52.
[286] BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 277.
[287] Idem, ibidem, p. 39.

encontro à sua política recessiva",[288] pois expressava as demandas de segmentos da burguesia que se explicitavam nas reivindicações da burocracia estatal proveniente do Estado Novo, através do Departamento Autônomo do Serviço Público (DASP), órgão que tinha exatamente a atribuição de conduzir o planejamento econômico. Como aponta Draibe, "*as disputas do Ministério da Fazenda com o DASP, pelo comando das decisões sobre orçamento e planos, e suas desavenças com o presidente do Banco do Brasil (...) são exemplos claros da segmentação de interesses na burocracia estatal*".[289] Desde a apresentação do Plano, o conflito entre o DASP e o Ministério da Fazenda se tornou insustentável. De acordo com Fausto Saretta, a polêmica entre monetarismo e expansão do crédito estava na base do desentendimento:

> Os conflitos mais visíveis foram entre o DASP e o Ministério da Fazenda, ou seja, entre boa parte da burocracia remanescente do Estado Novo, mais comprometida com o planejamento econômico, e que elaborou o SALTE, com a ortodoxia financeira do Ministério, e entre estes e o Banco do Brasil, a única instância de concessão de crédito de longo prazo, e também por isso sistematicamente rebelde às orientações contencionistas provenientes da Fazenda.[290]

Este conflito tornou-se insustentável, até que em junho de 1949 o ministro Corrêa e Castro foi substituído por Manuel Guilherme da Silveira Filho,[291] então presidente do Banco do Brasil e um dos maiores defensores da expansão creditícia e do aumento do investimento público. A execução do Plano enfrentou diversos obstáculos, pois "*ele não dispunha de instrumentos e mecanismos institucionais capazes de garantir a sua regulamentação*", e também "*não se procedeu a nenhuma alteração administrativa capaz de conferir um mínimo de coordenação e controle ao processo de execução do Plano*".[292]

Um dado que ajuda a compreender a relativa reviravolta na política econômica é a proximidade da eleição presidencial, levando ao afastamento da UDN do governo e o progressivo enfraquecimento do conselho político formado pelos três partidos coligados. Desta forma, não seria lógico para Dutra arcar isoladamente com o desgaste de uma

---

[288] DRAIBE, op. cit., p. 174.
[289] Idem, ibidem, p. 173.
[290] SARETTA, op. cit., p. 119.
[291] O episódio diretamente causador da demissão de Corrêa e Castro foi a publicação de uma carta sua enviada ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, na qual afirmava literalmente que "*O Brasil está em situação de amigo necessitado. Assim, Sr. Snyder, ou os Estados Unidos me estendem a mão ou terão que carregar-me às costas*". Apud SARETTA, op. cit., p. 119. A divulgação da carta provocou uma onda de indignação e manifestações nacionalistas.
[292] DRAIBE, op. cit., p. 155. Outro obstáculo foi o fato de que "*setores liberais conservadores e, particularmente, segmentos da burguesia exportadora cafeeira investiram contra a prática do planejamento e os próprios conteúdos do Plano, considerado 'dirigista' e contrário aos anseios da lavoura*". Idem, ibidem, p. 157.

política contencionista que estava determinando uma brutal recessão. A reorientação na política econômica permitiu um relativo aquecimento da economia, embora as principais metas do Plano não tenham sido alcançadas.

A avaliação dos resultados obtidos pela política econômica do governo Dutra deve levar em conta a existência de dois momentos bem distintos: um primeiro de política monetarista e recessiva, que marcou as gestões de Gastão Vidigal e Corrêa e Castro à frente do Ministério da Fazenda;[293] e um segundo a partir da elaboração do Plano Salte, com alguns resultados de reativação da economia. No primeiro momento há a efetivação prática de muitas das propostas liberalizantes, livre-cambistas e monetaristas. Embora tenha conseguido zerar o déficit público em 1947, esta política revelou-se um fracasso, provocando a estagnação econômica e a perda de reservas monetárias. Na avaliação de Fausto Saretta, "*foi inegável o equívoco de liberar o câmbio em uma conjuntura tão adversa e problemática como a do pós-guerra*".[294] As crescentes críticas à política contencionista revelam a "*incompatibilidade estrutural entre a política de estabilização e as necessidades do setor produtivo*".[295] A partir da execução do Plano Salte, e em especial após a posse do ministro Silveira Filho, pode-se observar um expressivo reaquecimento da economia, com a elevação das taxas de crescimento e a retomada da seletividade nas importações.[296] É necessário, no entanto, observar que as metas propostas no Plano não foram alcançadas. Embora tenha havido uma retomada dos investimentos estatais, esta não foi em volume suficiente para promover a modernização do parque produtivo e da infra-estrutura de transportes e energia, nos patamares previstos e desejados pela burguesia industrial.

1.7.3 Luta de classes e repressão

No ano de 1946 ocorreram importantes alterações na conjuntura internacional. Em março, pouco mais de um mês após a posse do General Dutra, um discurso do Primeiro Ministro britânico Winston Churchill evidenciava a rápida alteração das relações

---

[293] Conforme Sérgio Besserman Vianna, "*A política econômica doméstica do governo Dutra pode ser definida, até 1949, como marcadamente ortodoxa*". VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso:* cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 11ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 105-122. p. 119.
[294] SARETTA, op. cit., p. 122.
[295] Idem, ibidem, p. 125.
[296] Conforme Lourdes Sola, "*Os controles consistiam em um sistema de licenças de importação que discriminava em favor das 'importações essenciais' – combustíveis, equipamentos, maquinaria – combinado com uma taxa cambial progressivamente sobrevalorizada*". SOLA, op. cit., p. 85-86.

internacionais ao cunhar o termo "Guerra Fria" para designar a relação entre as "democracias liberais" e a União Soviética. O bloqueio soviético a Berlim no ano seguinte agravou o conflito internacional, contribuindo para o isolamento dos partidos de esquerda em funcionamento nas "democracias liberais".[297] Finalmente, com o enfrentamento armado na Coréia, a guerra se tornou "quente" e a repressão aos comunistas se acirrou em inúmeros países do ocidente, de forma especial na América Latina. De acordo com Gustave Massiah, de 1945 a 1956 ocorre "*o ascenso do imperialismo americano que se afirma como imperialismo dominante*".[298] O Governo Dutra rompeu relações com a União Soviética em outubro de 1947, alegando incidentes que teriam envolvido o embaixador brasileiro naquele país e supostas críticas da imprensa soviética ao Brasil.

Incorporando o espírito da "guerra fria", a oposição "liberal" passou a apoiar o governo Dutra, fortalecendo ainda mais seu poder, com o objetivo de acirrar a repressão contra o movimento operário, e barrar o avanço do PCB. Já em setembro de 1946, "*a cúpula da UDN havia admitido colaborar com o governo pessedista, cedendo dois nomes para a composição do ministério*".[299] Nestas condições produziram-se no decorrer do ano de 1947 negociações para um "Acordo Interpartidário" mais geral entre o PSD, a UDN e o PR. O acordo foi assinado em 28.1.1948,[300] passando os dois últimos a fazer parte do governo: "*os udenistas Raul Fernandes e Clemente Mariani tornaram-se, respectivamente, ministros das Relações Exteriores e da Educação e Saúde. Ao mesmo tempo, o deputado Daniel de Carvalho, do PR, foi nomeado Ministro da Agricultura*".[301] Ressalte-se que apenas com o apoio do PSD, Dutra já possuía a maioria absoluta das cadeiras na Câmara e no Senado. O acordo interpartidário teve outro sentido: unir os partidos conservadores para barrar a mobilização popular.[302] Assim, tornou possível que o governo, sem fazer concessões aos trabalhadores, radicalizasse no cerceamento às liberdades de organização, em especial no que se refere aos sindicatos. Ao mesmo tempo, implantava um plano econômico conservador, ancorado no combate à inflação e ao *déficit* público, com poucas concessões protecionistas à indústria nacional: "*Diminuir os gastos públicos, elevar a*

---

[297] Cf. CHACON, Vanireh. *História dos partidos políticos,* op. cit., p. 144.
[298] MASSIAH, Gustave. Divisão internacional e alianças de classe. In: AMIN, Samir (org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 93-112. p. 107
[299] DORIA & MARANHÃO. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 236
[300] Cf. CARONE, *A república liberal*: Volume 2, op. cit., p. 32.
[301] DULCI, op. cit., p. 93.
[302] O Acordo estabelecia a formação de uma comissão partidária, composta pelos presidentes dos três partidos, uma comissão de líderes e uma comissão econômica. Cf. DULCI, op. cit., p. 93.

arrecadação e incentivar a importação de bens de consumo foram as soluções apontadas para controlar o aumento de preços".[303] De acordo com Sonia Mendonça:

> Esse neoliberalismo serviu como elemento aglutinador das oposições ao Estado Novo, compondo uma frente ampla que comportava tanto setores tradicionalmente ligados à agro-exportação, quanto grupos importadores e até mesmo frações da classe média urbana, todos eles lesados pela política econômica do governo e desejosos de livrar-se, quer do confisco cambial, quer da seletividade das importações praticadas pelo Estado.[304]

O salário mínimo permaneceu congelado durante todo o período de seu governo, contrastando com uma inflação acumulada de 117%.[305] Quando, em dezembro de 1946, Vargas proferiu um discurso criticando a política econômica de Dutra, coube a parlamentares udenistas (Otávio Mangabeira e Carlos Lacerda) respondê-lo.[306] A posse de Corrêa e Castro foi saudada pelos udenistas e ainda em 1946 a UDN já detinha o Ministério das Relações Exteriores, embora, naquele momento, sem ter assumido qualquer compromisso com o governo. Conforme Carone, "*a UDN desde 1946 fala em 'União Nacional' ou aceita a idéia de ficar ao lado do PSD e de se comprometer com o governo de Eurico G. Dutra*".[307] O acordo interpartidário previa ainda a formação do Conselho Nacional de Economia, subordinado à presidência da República. Os três incisos da cláusula econômica do Acordo explicitam claramente o abandono da política industrializante e a opção pela "vocação agrícola" e pelo monetarismo:

> Promover a elaboração e execução imediata de um plano econômico e financeiro, assumindo igualmente o compromisso de velar pelo **equilíbrio orçamentário**:
> a) Para intensificar a produção, **principalmente a agrícola**, no empenho de resolver preferencialmente o problema do abastecimento, devendo-se, para isso, envidar todos os esforços a fim de tornar mais atraentes e compensadoras as condições do ambiente rural
> b) para dotar as zonas mais produtivas de meios de transporte adequados que atendam de maneira pronta e econômica ao escoamento das safras e, com prioridades, dos gêneros de primeira necessidade;
> c) para, mediante essas providências e todas as outras, que foram julgadas necessárias, realizar uma vigorosa política de redução do custo de vida.[308]

Tendo em vista o grau de desenvolvimento já então alcançado pela industrialização, seria incorreto interpretar estes objetivos como um retorno pleno à política ruralista. Mais correto parece entendê-lo como uma opção pela desaceleração da industrialização e

---

[303] CARVALHO, Maria Isabel, op. cit., p. 69
[304] MENDONÇA, As bases do desenvolvimento..., op. cit., p. 287.
[305] VIANA, Cíbilis. Op. cit., p. 36.
[306] No ano de 1948 Vargas rompeu definitivamente com o governo Dutra, em nome do nacionalismo, denunciando o fracasso de seu plano econômico e seu caráter antinacional. Cf. PENNA, op. cit., p. 16.
[307] Cf. CARONE, Edgard. *A república liberal*. Volume 2, op. cit, p. 30.
[308] APUD CARONE, Edgard. *A Quarta República* (1945-1964). São Paulo: Difel, 1980. p. 29. Grifos meus.

paralisação da transferência do excedente agrícola para o financiamento daquela, através do confisco cambial, pois, como indica Sonia Draibe, "*o retorno aos termos mais liberais do pré-30 já era uma impossibilidade histórica*".[309]

Em termos políticos, consolidou-se um governo com alto grau de continuidade em relação ao Estado Novo, sustentado no acordo entre PSD, UDN e PR, e apoiado ainda pelos demais partidos conservadores (PL, PRP, PDC), pelos militares, e pelas diferentes frações da burguesia. Ou seja, foi um governo extremamente fortalecido e com condições de represar as mobilizações populares.

Já para a UDN, a participação no governo Dutra, justificava-se pelo antipopulismo que tinham em comum os "liberais" udenistas e "autoritários" pessedistas, o que a afastou definitivamente de qualquer perspectiva democratizante mais radical. A cisão da "Esquerda Democrática" foi motivada pela convicção de que a UDN concordava inteiramente com o projeto repressivo executado pelo governo Dutra. A concretização do acordo está ligada ainda à derrota de Virgílio de Melo Franco[310] – que defendia a autonomia partidária – para o grupo mais claramente conservador e pragmático liderado por Octávio Mangabeira, que assume a presidência nacional da UDN, e Juraci Magalhães. Para Vanireh Chacon, "*a obsessão do discurso e da práxis udenistas era menos a favor do liberalismo que contra o populismo*".[311] Conforme Octávio Dulci, "*O governo ao qual a UDN se dispunha a auxiliar não estava muito distante da política que ela defendia. (...) No plano político, o governo Dutra consistiu numa adaptação da política oligárquica às novas realidades da época (...). A administração Dutra mesclou essa volta parcial à política oligárquica com elementos herdados do período pós 1930*".[312] Desta forma, consolidou-se o conservadorismo elitista e golpista que caracterizaria a UDN durante toda a Quarta República.

Até o Partido Comunista tentou, sem êxito, uma aproximação com o presidente Dutra, a despeito da posição de Skidmore de que "*a mais implacável oposição à Dutra*

---

[309] DRAIBE, op. cit., p. 138. Para a autora, "*o primeiro período do governo seguiu uma política econômica de corte liberal, em relação ao comércio exterior, e ortodoxa em relação aos cortes do gasto público, ao crédito e ao congelamento dos salários. Entretanto, nas relações mais estruturais entre o Estado e a economia, não se procedeu a uma reversão liberal: tal pretensão esbarraria nos limites sociais e políticos das forças dominantes*". Idem, ibidem, p. 144-145.

[310] Com o acordo interpartidário, Virgílio demitiu-se da secretaria geral do partido, como forma de protesto. Cf. DULCI, op. cit., p. 93.

[311] CHACON, *História dos partidos brasileiros*, op. cit., p. 150.

[312] DULCI, op. cit., p. 95.

partia do Partido Comunista".[313] A tentativa seguia as orientações do Cominform, para que os partidos comunistas apoiassem os governos emergentes do pós guerra e obrigava os comunistas a grandes malabarismos verbais, como a afirmação seguinte, de Luis Carlos Prestes:

> Sabemos que o General Dutra se comprometeu com o golpe de 10 de novembro e com o Estado Novo, mas olhamos para o general Dutra como um brasileiro em cujo coração deve existir patriotismo e que, se quiser governar o nosso povo, deve compreender que necessita do apoio desse povo e, naturalmente, da parte mais esclarecida do povo e da parte do proletariado que já está nas fileiras do Partido Comunista.[314]

No entanto, Dutra repudiava qualquer apoio comunista e seus atos tornavam a política do PCB insustentável. À medida que a própria militância comunista reconhecia o caráter conservador do governo Dutra, o partido buscava dissociar o General Dutra de seus assessores e de sua política. O deputado federal Maurício Grabois chegou a afirmar que "*os elementos que cercam o Presidente são inimigos do próprio presidente e da democracia brasileira*".[315] O ataque do presidente aos movimentos grevistas levou o partido a "*classificar as greves em justas e de agitação*".[316] Além de causar constrangimentos às lideranças comunistas, o apoio teve conseqüências mais sérias: fortaleceu ainda mais a ação repressiva do governo, tornando possível os ataques ao próprio PCB, até o cancelamento definitivo de seu registro partidário e a cassação dos mandatos de seus parlamentares. O partido só reviu esta posição quando já estava na ilegalidade. No ano de 1948, o partido "*lança o Manifesto de Janeiro, fazendo profunda e dura autocrítica de suas posições*",[317] e radicaliza a autocrítica no "Manifesto de Agosto" de 1950, quando assumiu a postura de independência de classe e optou por uma estratégia ofensiva de luta.

No início de 1946, antes mesmo da posse de Dutra, o movimento sindical em ascensão já há um bom tempo, atingiu seu ápice, deflagrando um grande número de greves. Hélio da Costa indica que "*O cenário da posse do general Dutra, em primeiro de fevereiro de 1946, foi uma onda de greves que agitou o país a partir do final de dezembro de 1945, e estendeu-se até março seguinte com grande intensidade*",[318] em boa parte

---

[313] SKIDMORE, op. cit., p. 91.
[314] Apud. SILVA & CARNEIRO, op. cit., p. 49.
[315] Apud ALMINO, op. cit., p. 180.
[316] COSTA, Hélio, op. cit., p. 71.
[317] MAZZEO, op. cit., p. 74.
[318] COSTA, Hélio, op. cit., p. 53.

"*organizadas e/ou conduzidas pelas chamadas 'comissões de fábrica', isto é, fora do sindicato oficial e por uma organização paralela do movimento operário*".[319]

De acordo com o autor, "*no estado de São Paulo, entre janeiro e março, registramos greves em 76 empresas diferentes envolvendo 20 categorias de trabalhadores. Vários movimentos adquiriram caráter de greve geral*".[320] Esta característica de greve geral fica evidente no final do mês de fevereiro: "*no dia 20 de fevereiro, só em São Paulo, havia cerca de 100.000 operários em greve*".[321]

O avanço e politização do movimento sindical - a despeito da política moderada do PCB, e na maioria das vezes construindo as greves a partir de comissões de fábrica e contrariando as direções sindicais – torna compreensível a fúria repressiva desencadeada pelo governo Dutra contra o movimento sindical autônomo, desde sua posse. A repressão se deu de diversas formas, atingindo os trabalhadores, os sindicatos não alinhados e as estruturas intersindicais. Conforme Costa, com a posse de Dutra, "*as greves mais do que nunca continuaram a ser encaradas como caso de polícia nos corredores dos palácios. Prisões, deportações, lista de perseguições, demissões eram palavras pronunciadas com naturalidade pela nossa elite empresarial e política*".[322] Em uma greve dos metalúrgicos, houve violenta repressão, resultando em "*inúmeros trabalhadores (...) espancados e feridos*".[323] Também eram freqüentes as demissões em massa, como em uma greve em Santo André, onde 1.500 operários foram demitidos sem indenização e tiveram seus nomes incluídos em listas de "não contratáveis" pelos patrões.[324] Além de editar o Decreto 9070, o governo Dutra passou também à intervenção direta nos sindicatos, em larga escala, e "*decidiu em 26 de março suspender por um ano as eleições sindicais e prorrogar por igual prazo os mandatos das diretorias então nas funções*".[325] Apenas no ano de 1947 "*o governo federal interveio em 143 sindicatos (de um total de 944)*",[326] e ao término de seu

---

[319] ALMEIDA, op. cit., p. 242. Segundo Bernardo Kocker, "*algumas greves do período de dezembro de 1945 a março de 1946 foram promovidas pelos sindicatos. A maioria, 14, foi organizada por operários ou comissões.*" KOCHER, Bernardo. A tentativa de democratização e a construção do corporativismo societário (1945-1950). In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord). *Rio de Janeiro operário:* natureza do Estado e Conjuntura Econômica, Condições de Vida e Consciência de Classe, 1930-1970. Rio de Janeiro, 1992, p. 214.
[320] Idem, ibidem, p. 54.
[321] FARIA, Antonio & BARROS, Edgard. Democracia, mas sem a classe operária. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 217.
[322] COSTA, Hélio, op. cit., p. 118.
[323] Idem, ibidem, p. 95.
[324] Cf. ALMINO, *Os democratas autoritários,* op. cit., p. 87.
[325] WEFFORT, Origens…, op. cit., p. 99.
[326] SKIDMORE, op. cit., p. 94.

governo 234 sindicatos estavam sob intervenção.[327] Aproveitando-se que a legislação herdada da ditadura "*proibia uma organização nacional única de todos os trabalhadores*",[328] o governo Dutra decreta a ilegalidade do MUT em maio de 1946.[329] A repressão à estrutura sindical pára-oficial concluiu-se com a intervenção contra o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em setembro de 1946, ordenada diretamente pelo General Dutra, momentos após ele ter se pronunciado pela defesa da autonomia sindical.[330] De acordo com Almino:

> O Congresso dissolve-se, portanto, quando se discutia o último ponto do temário: os sindicalistas seguidores do Ministério queriam a permanência da estrutura sindical vertical e corporativista tal como definidas pela lei do Estado Novo; os comunistas e seguidores queriam uma reforma que consistia em acrescentar a CGTB à estrutura oficial, substituindo o Conselho Nacional de Sindicalização e as Confederações específicas. Inconformados com a derrota em plenário, os 'pelegos' abandonaram o recinto e se dirigiram ao Ministério solicitando que fosse fechado o Congresso.[331]

Mesmo assim, "*o conclave continuou em outro local, com quase 2.000 delegados, e aprovou a formação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, não reconhecida oficialmente e que não conseguiu sobreviver à repressão de 1947*".[332] Em maio de 1947, no mesmo dia do fechamento do Partido Comunista, e junto à intervenção em 14 sindicatos, as atividades da CGTB foram proibidas e a entidade foi fechada.[333] Para os partidos da coalizão governante, o acirramento da repressão constituía uma reação necessária ao crescimento da mobilização popular.

Em maio de 1946, a repressão policial tomou as ruas na Chacina do Largo da Carioca, "*com inúmeros feridos e mortos*".[334] Conforme Carone, a repressão se intensifica a partir de agosto de 1946, quando "*as autoridades procuram confundir o movimento grevista, em geral, com o movimento comunista*",[335] e, ainda mais "*a partir de 1947,*

---

[327] FARIA, & BARROS, op. cit. In: ALMEIDA & MARANHÃO, op. cit., p. 222.
[328] BETHELL, op. cit., p. 74.
[329] ALMINO, *Os democratas autoritários,* op. cit., p. 89.
[330] Cf. ALMEIDA, op. cit., p. 241.
[331] ALMINO, *Os democratas autoritários,* op. cit., p. 185. Como pretexto para a dissolução, "*um orador acusou o Partido Comunista de intervir nas resoluções do Congresso e convidou os presentes a se retirarem do Congresso*". VIANA, Luis Werneck, op. cit., p. 320. De acordo com Marcelo Badaró Mattos, "*a contestação aos limites da estrutura sindical oficial ficava expressa na denúncia da proibição de sindicalização aos trabalhadores do campo e aos funcionários públicos"*. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 48.
[332] MARANHÃO, op. cit., p. 68.
[333] Cf. FAUSTO, op. cit., p. 402.
[334] CARONE, *A República Liberal:* Volume 2, op. cit., p.24. Conforme Ricardo Maranhão, a repressão policial deixou mais de 100 feridos. MARANHÃO, op. cit., p. 98.
[335] CARONE, *A República Liberal:* Volume 2, op. cit., p. 21.

obedecendo a lógica da guerra fria americana contra a Rússia".[336] Segundo Maranhão, "*a repressão aumentou sistematicamente, até atingir o clímax em maio de 1947*".[337] A radicalização anticomunista alcançava níveis próximos aos tempos mais duros da repressão estadonovista. Em outubro de 1947, "*o Congresso aprovou a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de filiação ao PCB*".[338] A violência repressiva fica evidente na declaração do General Canrobert da Costa, um dos militares mais influentes no governo Dutra: "*Quem serve o comunismo, quem faz declarações semelhantes, não está em condições de fazer parte do Exército, muito menos como oficial (...) Sou de opinião de que* ***mesmo a sua cidadania****, num caso destes, deve ser cassada*".[339] Parece-nos claro que a um processo repressivo com estas dimensões corresponde uma mobilização expressiva do movimento operário, com a correspondente intensificação da luta de classes.

O processo de fechamento do Partido Comunista, embora com tramitação no Judiciário e ratificação pelo Legislativo, atendia diretamente aos interesses e pressões do Presidente da República, conforme explicita a seguinte nota publicada pelo jornal *O Globo* e anexada ao próprio processo:

> O Presidente da República recebeu, ontem, no Palácio do Catete, o Procurador Geral ad hoc, Sr. Alceu Barbedo, que funcionou no processo contra o Partido Comunista. Sua Excia. elogiou a atuação do Procurador, congratulando-se com ele, pelo desfecho do sensacional episódio judiciário, ressaltando a eficiência do Sr. Alceu Barbedo e frisando que a ela se devia, em grande parte, a condenação do PC.[340]

A obtenção do registro partidário pelo Partido Comunista foi complicada desde o início. Quando o partido obteve o registro, "*o relator fez constar uma ameaça em seu voto: 'Pode, a qualquer tempo, ter o partido cancelado o seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo engodo'*".[341] O processo contra o Partido Comunista foi iniciado com o envio de uma denúncia ao Tribunal Superior Federal. Em um primeiro momento o Procurador Geral da República arquivou as denúncias "*tendo as por descabidas, parecendo confirmar as razões para a tranqüilidade dos comunistas. Mas as pressões do governo logo se fizeram sentir e o processo foi reaberto*".[342] No entanto, "*indeferido o pedido de arquivamento, por três votos contra dois, Temístocles Cavalcanti, julgando-se*

---

[336] Idem, ibidem, p. 23.
[337] MARANHÃO, op. cit., p. 59.
[338] BETHELL, op. cit., p. 102.
[339] Apud. ALMINO, *Os democratas autoritários,* op. cit., p. 73. Grifo meu.
[340] TRIBUNAL Superior Eleitoral. *O fechamento do Partido Comunista do Brasil*: Os pareceres Barbedo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 65.
[341] ALMINO, A ideologia autoritária..., op. cit., p. 190.
[342] ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 243.

impedido de continuar funcionando no caso, passa o processo ao subprocurador Alceu Barbedo".[343] Barbedo emitiu três pareceres acusatórios, sendo o definitivo de agosto de 1947. Sua argumentação baseou-se parágrafo 13 do artigo 141 da nova Constituição, que estabelecia: "*É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem*".[344] Não havendo nada nos Estatutos do partido que pudesse enquadrá-lo na cláusula, o Procurador acusou uma suposta duplicidade nos Estatutos. Haveria um Estatuto registrado e outro clandestino, seria internamente adotado pelo partido. Já a inexistência da figura de Presidente do Partido atestaria a subordinação a União Soviética: "*Sendo Secretário, é preciso perguntar: de quem? Há, aí, clara ligação ao comunismo russo. E a foice e o martelo? E os processos utilizados pelos nossos comunistas? Não são os mesmos da Rússia e demais países onde há comunismo?*".[345] A argumentação do procurador buscava colocar-se como rigorosa aplicação da norma legal: "*Ficaremos adstritos à interpretação e aplicação do preceito constitucional*".[346] No entanto, a apreciação político-ideológica é evidente em seu Parecer, bem como na dos juizes que aprovaram-no.

Declarado ilegal o partido, o passo seguinte foi a cassação do mandato dos parlamentares eleitos pela sua legenda. O processo desenvolveu-se no Congresso e a cassação foi aprovada por 179 votos contra 74. A cassação teve o apoio da quase totalidade do PSD e de parcela da bancada da UDN. Mesmo aqueles udenistas contrários à cassação, como o senador Octávio Mangabeira, justificavam sua posição com argumentos muito distantes de uma convicção democrática autêntica, como a eventual repercussão negativa no exterior[347], e a percepção de que "*é mais fácil fiscalizar os passos e atitudes de um*

---

[343] Idem, ibidem, p. 89.
[344] *CONSTITUIÇÕES Brasileiras*, op. cit., p. 100. De acordo com Wanda del Vecchio, quando a Constituinte apreciou o projeto de organização partidária, "*já havia um pedido na Justiça, com a instauração do processo de cassação do PCB, e da parte do Executivo, havia a promulgação do Decreto-lei nº 8063, visando excluir do Parlamento o PCB*". VECCHIO, op. cit., p. 139. O decreto-lei 8063, de maio de 1946, "*permitia o cancelamento de registro de partido que recebesse orientação política ou contribuição em dinheiro do exterior, ou que tivesse em seu programa medidas antidemocráticas*". SOUZA, op. cit., p. 117. Esta situação configura mais um caso de intervenção do Executivo na Constituinte e da subordinação desta. Paradoxalmente, o próprio Partido Comunista votou favoravelmente ao parágrafo 13 do artigo 141, pois entendeu que combatê-lo o denunciaria como não-democrático. O único constituinte que se opôs ao texto foi o deputado Goffredo da Silva Teles, representante do Partido de Representação Popular, que também tinha motivos para temer ser atingido por ele.
[345] TRIBUNAL, op. cit., p.74.
[346] Idem, ibidem, p. 10
[347] Cf. ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 286.

partido legal que de um partido oculto e clandestino".[348] Preocupado em mostrar-se como defensor da ordem, o PCB assistiu passivamente a seu fechamento, abstendo-se de organizar mobilizações populares, mantendo até a conclusão do processo a mesma estratégia.[349]

1.8 A democracia esfacelada

Proibido o Partido Comunista, perpetuados os mecanismos autoritários de controle sobre os movimentos sociais, atacada a autonomia sindical e revertidas as expectativas democratizantes das manifestações populares do início dos anos 40, o governo Dutra satisfez as aspirações dos "liberais" e dos autoritários:

> A partir de 1947, por conseguinte, o que se observa é a estruturação da democracia liberal tal como sempre a viram os donos do poder, ou seja, com qualquer movimento ou organização de massas sufocado e/ou atrelado ao aparelho burocrático do Estado, a par da manutenção das liberdades e garantias individuais, afiançadas pela Constituição. Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos trinta no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do governo Dutra.[350]

Desta forma, há que se questionar as interpretações demasiadamente otimistas acerca do sistema político formalmente democrático vigente entre 1945 e 1964, como as de Antonio Lavareda, que afirma que "*foram vinte anos de exercício democrático, em linhas gerais, em que pese a exclusão dos analfabetos e dos partidos comunistas*"[351] e Francisco Weffort, para quem "*pela primeira vez na história brasileira as massas urbanas aparecem livremente no cenário político*".[352] Pensamos, ao contrário, como propõe Paulo Sérgio Pinheiro, que "*em vez de transição, há uma continuidade no nível dos dispositivos disciplinares que une os funcionamentos de várias instituições de controle, e no nível dos próprios aparelhos*".[353] Ou ainda, como aponta Leslie Bethell, que "*a recém implantada democracia brasileira revelou-se limitada na perspectiva e antipopular no caráter. O preço da democracia foi o controle estatal dos sindicatos, a restrição à participação*

---

[348] Idem, ibidem, p. 158.
[349] Mesmo assim, "*ao cancelamento do registro do partido e à cassação seguiu-se a invasão das sedes partidárias e a prisão de grande número de líderes e militantes*". GIOVANETTI, *A Esquerda...*, op. cit., p. 50.
[350] ALMEIDA, op. cit., p. 244.
[351] LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas:* o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Iuperj / Rio Fundo, 1991, p. 19.
[352] WEFFORT, *O populismo na política brasileira,* op. cit., p. 85.
[353] PINHEIRO, op. cit., p. 50.

política e o aniquilamento da esquerda comunista".[354] A elaboração, aprovação e promulgação de uma nova Constituição, mantenedora dos mecanismos de controle social consolidou a afirmação de uma democracia restrita, como aponta o cientista político Hélgio Trindade, a partir de um viés teórico distinto:

> Mesmo num contexto de 'democratização' das estruturas políticas, os dois mecanismos bloqueadores do desenvolvimento democrático persistem: de um lado, os mecanismos estatais de controle da organização autônoma da sociedade civil se expandem para o campo social e econômico no Estado populista e desenvolvimentista; de outro, ainda que as elites políticas aceitem formas de mobilização mais amplas do que no passado, constata-se que, sob a proteção estatal, estas não evoluem para o padrão típico da participação liberal-democrática.[355]

Pressionados externamente pela conjuntura internacional de Guerra Fria, e internamente pelas pressões produzidas pelo governo Dutra, os poucos parlamentares comprometidos com um projeto de efetiva democratização quase nada conseguiram fazer frente à ampla maioria do bloco conservador e à forte repressão que inviabilizava grandes mobilizações populares. O caráter de continuidade da Constituinte era abertamente manifestado pelo líder do PSD, Nereu Ramos, ao comemorar a ampla maioria das cadeiras obtidas por seu partido: "*A campanha se fez, precisamente, contra a constituinte de 1937... E nós, os que apoiávamos este regime, fomos os preferidos pelo povo brasileiro*".[356] A polarização **democracia / fascismo** que demarcava as posições no ano de 1945 perdia sentido, na mesma medida em que o anticomunismo retornava como elemento articulador do discurso político governamental, recolocando a contradição fundamental **capital / trabalho**. Assim, foi produzida uma Constituição "liberal" marcada por disposições restritivas, readaptando a estrutura institucional corporativista montada durante o Estado Novo. É revelador o conceito de "democracia defensiva" que se cria, segundo o qual a democracia para sobreviver deveria necessariamente impedir a expressão de idéias supostamente "antidemocráticas", conceito que embasa, por exemplo, o parágrafo 13 do artigo 151 da Constituição de 1946, que restringiu a organização partidária. Conforme Almino, "*o pensamento dominante na Constituinte era, de fato, o de que a democracia teria que impedir a sua destruição e, portanto, não poderia admitir a existência de*

---

[354] BETHELL, op. cit., p. 102.
[355] TRINDADE, Hélgio. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta:* a experiência brasileira. São Paulo: Sesc / Senac, 2000. p. 349-380, p. 364.
[356] Apud LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo: Alfa Omega, 1975, p. 237-238.

partidos ou a atividade de sindicatos que ameaçassem as instituições".[357] O corolário da "democracia defensiva" é a tese de que "*o Estado deve assumir um papel importante na 'harmonização social'*".[358] A defesa da noção de "democracia defensiva" e a conseqüente imposição de limites às liberdades individuais e coletivas se amparavam na associação com supostas ameaças maiores à democracia. Não existindo mais o "perigo fascista" a grande "ameaça" à democracia passava a ser o "perigo comunista".

É interessante observar que, a despeito de todos os seus limites e de garantir importantes aspectos de continuidade autoritária, a Constituição de 1946 segue sendo considerada por parte da historiografia como grande marco de avanço democrático. O historiador Carlos Fico, por exemplo, embora mencionando diversos aspectos limitadores da prática democrática, conclui que "*o período que se inicia com o governo Dutra e a nova Constituição pode ser corretamente caracterizado como novo, pois se tratava do fim de uma ditadura e do começo de uma fase de respeito às normas mínimas de uma democracia formal*".[359] Da mesma forma, para Cíbilis da Rocha Viana, "*os constituintes promulgaram uma Constituição bastante liberal*", que "*assegurou os direitos do cidadão contra o arbítrio das autoridades*".[360] Entendemos, ao contrário, que o "liberalismo" da Constituição de 1946 restringia-se a uma formalidade necessária, nada mudando, por exemplo, no que se refere aos mecanismos de controle sobre os trabalhadores. Mesmo a afirmação da "livre associação sindical", "nos termos previstos pela lei", se dava "*dentro dos esquemas - por sinal, em momento algum alterados - da subordinação dos sindicatos ao Estado*".[361] Desta forma, a Constituição de 1946 teve na preservação do arcabouço institucional estadonovista e dos diversos mecanismos de controle autoritário sobre a sociedade civil – sob uma roupagem "liberal" – o seu principal legado, consolidando uma "democracia" que conforme a definição do historiador Evaristo Giovanetti,

---

[357] ALMINO, *Os democratas autoritários*, op. cit., p. 196.
[358] Idem, ibidem, p. 216. Conforme José Antônio Giusti Tavares, "*em 1945, com a deposição negociada do ditador, o centralismo burocrático do Estado Novo permanecera intacto e praticamente inalterado. Isso significa que, sob o sistema político inaugurado em 46 deveria conviver com um Estado altamente centralizado e concentrador de poder, no qual o Executivo nacional, e a extensa e complexa burocracia tecnocrático-militar que o constelava, ocupavam efetivamente todo o espaço decisório e retinham o monopólio dos diferentes recursos de poder que, desde 37, haviam sido lenta mas efetivamente acumulados pela máquina estatal*". TAVARES, José Antônio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro,* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, p. 137.
[359] FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento 1946-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta:* a experiência brasileira. São Paulo: Sesc / Senac, 2000, p. 163-182, p. 169.
[360] VIANA, Cíbilis, op. cit., p. 33.
[361] ALMEIDA, op. cit., p. 241.

> se define pelos seguintes atributos: outorga de direitos acompanhados de limitações; contenção e/ou exclusão das classes subalternas; regime de participação restrita e de caráter acentuadamente conservador; obstrução do acesso das massas do após guerra; preservação do aparato burocrático do Estado Novo e do corporativismo sindical; retomada dos postulados do liberalismo econômico; subordinação às pressões externas e política de guerra fria interna; arbitrariedades policiais e repressão.[362]

Bielschowski aponta que a prática democrática sofria maiores restrições "*no que diz respeito aos aspectos que ameaçavam a propriedade privada e a acumulação de capital*", por tratarem das "*relações fundamentais entre o capital e o trabalho*". Assim, nestes pontos "*as liberdades foram oferecidas de forma cautelosa: a organização sindical seria garantida, mas sem alteração do arcabouço corporativista herdado do regime anterior (...), o direito de greve era introduzido, acompanhado da exigência de regulamentação por lei – somente efetivada em 1966*", e ainda "*a reforma agrária seria recomendada, mas sob a salvaguarda praticamente impeditiva da existência da 'justa indenização em dinheiro ao proprietário'*".[363]

A importância das restrições à liberdade partidária e à organização dos trabalhadores, bem como a manutenção dos diversos mecanismos de controle social vinculam-se claramente com a concepção de democracia de diferentes grupos políticos no contexto da "democratização". Estas questões devem ser consideradas da maior importância para a análise da intervenção dos integralistas naquele contexto, tornando compreensível a desenvoltura com que atuaram na política brasileira a partir de 1945, puderam explicitar sua concepção explicitamente autoritária de democracia e tiveram fácil interlocução com a maioria dos partidos, organizações e lideranças atuantes na política brasileira.

1.9 – Populismo e Luta de classes

1.9.1 O debate em torno do conceito de populismo

O conceito de populismo é objeto de um vasto debate historiográfico, no qual se expressam desde posições que defendem seu abandono até autores que o utilizam em uma acepção suficientemente ampla para englobar processos sociais completamente distintos. Nossa premissa para realizar uma discussão conceitual é a proposição de que o populismo deve ser avaliado a partir de seu conteúdo social, o que implica em reconhecer os interesses de classe que expressa e o projeto social que sustentava. Desta forma, uma

---

[362] GIOVANETTI, *O PCB...*, op. cit., p. 5-6
[363] BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 263.

primeira definição que se torna necessária é a rejeição das alternativas que propõe uma definição conceitual que unifique fenômenos com bases sociais diversas. Esta posição é defendida por Ernest Laclau, que propõe um conceito que abarque simultaneamente movimentos como o narodniki russo, o agrarismo dos pequenos proprietários do oeste dos Estados Unidos no século XIX e os diferentes populismos latino-americanos do século XX:

> Se se afirma que entre o Varguismo, o movimento de William Jennings Bryan e o Narodnichestvo há pelo menos um elemento em comum, e que este elemento é o populismo, é evidente que sua especificidade terá de ser procurada fora, e não a partir das bases desses movimentos, que são totalmente diferentes. Se, por outro lado, se restringe o uso do conceito a movimentos com uma base social semelhante, ter-se-á deslocado, ilegitimanente, o campo de análise: estaremos tentando explicar um fenômeno distinto desse "algo em comum", presente em movimentos sociais diversos.[364]

Parece-nos necessário questionar se este "algo em comum" é suficiente para justificar a construção teórica de um conceito. A própria pressuposição acerca da existência de um "elemento em comum" revela-se arbitrária, como se percebe pela generalidade do suposto elemento que existiria em comum a todos os populismos: "*Nossa tese é que o populismo consiste na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante*",[365] podendo estas interpelações ser provenientes das mais diferentes classes sociais.[366] Em sentido contrário, seguimos acreditando que a avaliação do conteúdo social é o critério mais adequado para a avaliação de um processo social. A distinção de conteúdo social entre os fenômenos agraristas do século XIX e o populismo brasileiro é apresentada por Armando Boito: "*Tanto o movimento russo quanto o norte-americano são, portanto, movimentos de resistência ao desenvolvimento do capitalismo, que procuram preservar a pequena produção camponesa. O populismo, ao contrário, articulou-se no Brasil com a política de industrialização capitalista, pleiteando, no interior das forças pró-industrialização, uma política social que contemplasse os interesses econômicos dos trabalhadores assalariados*

---

[364] LACLAU, Ernest. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 151.
[365] Idem, ibidem, p. 179.
[366] Esta definição genérica permite a Laclau considerar o socialismo como "*a forma mais elevada de populismo": "A dialética entre o povo e as classes encontra aí o momento final da sua unidade.* ***Não há socialismo sem populismo.*** *Esta é a profunda intuição presente, de Mao a Togliatti, e em todas as tendências do marxismo que, de posições políticas e tradições culturais bem diversas, tentaram superar o reducionismo classista"*. Idem, ibidem, p. 202. Grifo meu.

urbanos".[367] Boito aponta as conseqüências das propostas generalizadoras: "*O populismo permanece, nessa caracterização, sem um conteúdo de classe definido e o grau de generalidade do conceito permite que os autores que o utilizam empreguem-no tanto para caracterizar o narodnichestvo – o chamado populismo russo, movimento inspirado num socialismo de base camponesa – quanto para caracterizar o varguismo no Brasil ou o peronismo na Argentina*".[368] As explicações tradicionais acerca do populismo latino-americano, de corte funcionalista – dentre as quais as de Gino Germani e Torcuato di Tella -, igualmente não caracterizam o populismo pelo seu conteúdo social: "*partem do pressuposto de que o populismo ocorre numa situação de 'transição', isto é, na passagem da assim chamada sociedade tradicional – agrária, pré-capitalista, atrasada – para a sociedade moderna – capitalista, urbana e industrial*".[369] Para eles, os populismos "*seriam fenômenos socioculturais e políticos fundamentais e característicos da época de transição da sociedade tradicional à sociedade urbano-industrial*".[370] Além disso, tomando como referencial a democracia liberal, terminam por considerar o populismo "*como um desvio no que deveria ser a evolução natural ou desejável, para o regime democrático*".[371] Nesta proposição, a "modernização" é tomada como objetivo naturalizado, sem considerações acerca de seu conteúdo social permitindo, mais uma vez, assimilar fenômenos diversos a partir de traços organizacionais em comum.

Também as teorias que tratam o populismo como um "estilo político" ou como "fenômeno carismático", não permitem a identificação de sua base de classe, conduzindo à qualificação de diversos movimentos como populistas, e inclusive assumindo a existência de um "populismo de esquerda" e um "populismo de direita". A presença de uma liderança carismática configuraria o aspecto "pré-político" do populismo (justificando sua qualificação como anomalia) e uma marca do atraso das relações política, além do que "*não seria uma política com conteúdo de classe determinado, mas, justamente, uma política personalista que uniria o líder carismático à massa, isto é, a um conglomerado de indivíduos cuja posição política não decorreria de sua situação de classe*".[372] Desta forma, como lembra Décio Saes, "*a identificação do populismo como um estilo político preciso,*

[367] BOITO, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec / Campinas: Unicamp, 1991, p.77.
[368] Idem, ibidem, p. 67.
[369] PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 10.
[370] IANNI, op. cit., Octávio. *A formação do Estado populismo na América Latina*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989, p. 20.
[371] Idem, ibidem, p. 25.
[372] BOITO, op. cit., p. 67.

fundado em elementos como a demagogia, o paternalismo, o carisma ou o apelo emocional, poderia induzir-nos a admitir a existência de um 'populismo de direita'".[373] A imprecisa contraposição esquerda / direita termina, desta forma, sobrepondo-se à definição de conteúdo social concreto, com o que são classificadas como "populistas" lideranças políticas que sustentam os mais distintos projetos sociais. Assim, no caso brasileiro, além das lideranças diretamente associadas ao projeto varguista, são classificados como populistas, dentre outros, Adhemar de Barros, Miguel Arraes e até mesmo Jânio Quadros e Carlos Lacerda: Weffort considera Barros e Quadros como "populistas notórios";[374] Boito considera Jânio Quadros um "populista de direita", tendo em vista que *"ao longo da história do janismo, a proteção dos trabalhadores foi quase sempre se confinando ao terreno do discurso"*;[375] Edgard de Barros propõe que *"o estilo autoritário, moralista e extremamente personificado de Jânio Quadros evocava um populismo de direita – militarista e associado aos grandes grupos empresariais"*;[376] e Guita Debert analisa a trajetória de quatro lideranças que expressam projetos sociais distintos, sob o mesmo marco do populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda e Leonel Brizola.[377] Consideramos, ao contrário, que a percepção do populismo como um "estilo de condução das massas" e a qualificação como "populistas" de lideranças com projetos sociais claramente diversos retira do conceito qualquer conteúdo concreto.

Os estudos clássicos sobre o populismo brasileiro, dentre os quais se destacam as obras de Weffort e Ianni, indicam importantes elementos para o dimensionamento do conteúdo do populismo, em oposição às explicações tradicionais. De acordo com weffort, a emergência do populismo corresponde a um contexto de crise de hegemonia, no qual nenhuma fração da classe dominante tem condição de se impor: *"Encontramos, com efeito, uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e sobrepor-se ao conjunto*

---

[373] SAES, op. cit., p. 91.
[374] Weffort refere-se à "*vitória de um populismo notório como Adhemar de Barros, nas eleições de 1962 para governador de São Paulo, derrotando aliás um outro populismo tão notório como Jânio Quadros*". WEFFORT, *O populismo*..., op. cit., p. 25.
[375] BOITO, op. cit., p. 73.
[376] BARROS, Edgard Luis. *O Brasil de 1945 a 1964.* São Paulo: Contexto, 1990, p. 53.
[377] DEBERT, Guita. *Ideologia e populismo.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

da sociedade como soberano".[378] Esta situação conduziria a um "Estado de Compromisso": *"Todos os grupos, inclusive as massas populares, participam direta ou indiretamente do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia, todos o vêem como uma entidade superior, do qual esperam solução para todos os problemas*".[379] Isto se daria através de um *"complexo sistema de alianças entre grupos ou setores de classes diferentes"*.[380] Em síntese, para Weffort, *"se trata de um 'Estado de Compromisso' que é ao mesmo tempo um 'Estado de massas', expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular"*.[381] Ianni, por sua vez, trata de maneira mais cuidadosa a crise hegemônica e a "aliança de classes", propostos por Weffort. Embora reconhecendo que *"na época da crise do poder oligárquico nenhuma das 'novas classes' sociais parece estar em condições de assumir o poder e impor o seu mando às outras classes, definindo a feição do Estado"*,[382] Ianni sustenta que *"a aliança das 'novas' classes sociais urbanas resulta muito menos do vazio político em que a sociedade se encontrava, devido à crise do poder oligárquico, do que da mudança das condições sociais, políticas e econômicas inerentes à nova situação*".[383] Critica de maneira especial o suposto implícito de que o populismo resulta de uma aliança entre iguais, alegando que "*as camadas ou classes sociais combinadas no populismo não são iguais, principalmente em seu peso político específico. Elas são heterogêneas, inclusive quanto aos graus de desenvolvimento das suas consciências. Mais que isso, nas estruturas e decisões do populismo, a burguesia tem sempre acabado por fazer prevalecer os seus interesses*".[384] Este reconhecimento nos parece extremamente importante para a caracterização do papel histórico desempenhado pelo populismo. Ianni acrescenta ainda que *"as classes assalariadas do populismo, inclusive o proletariado, não participam da coalizão enquanto classes sociais autônomas, organizadas e politicamente conscientes da sua situação de*

---

[378] WEFFORT, *O populismo...*, op. cit., p. 53.
[379] Idem, ibidem, p. 62.
[380] Idem, ibidem, p. 113.
[381] Idem, ibidem, p. 79.
[382] IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 32. Segundo Ianni, *"todos os anos 1930-1964 estão marcados por essa crise de hegemonia. E o populismo que se forma desenvolve e transforma ao longo desses anos é uma expressão dessa crise de hegemonia"*. IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 81. Também Maria Ligia Prado considera que o populismo afirmou-se no Brasil e na Argentina *"como resposta a um vazio no poder correspondente à quebra de hegemonia política oligárquica pós-crise do modelo agroexportador"*. PRADO, op. cit., p. 73.
[383] IANNI, *A formação...op. cit.*, p. 33.
[384] Idem, ibidem, p. 38.

classe".[385] Certamente isto nos obriga a reavaliar o caráter do "compromisso" que dá origem aos populismos, bem como investigar mais detidamente quem detém a hegemonia no interior dos movimentos populistas.

1.9.2 Populismo como projeto hegemônico

Uma primeira questão que se coloca para a avaliação do populismo enquanto projeto de hegemonia refere-se ao sujeito social que sustentou o projeto populista, considerando-se que *"o populismo brasileiro, em qualquer de suas formas, só pode ser compreendido adequadamente como expressão política de interesses determinados de classe"*.[386] Armando Boito recusa a preponderância da burguesia industrial à frente do populismo, propondo, ao contrário, que o sujeito do populismo seria a "burocracia de Estado": *"A definição dessa política de desenvolvimento não foi obra da burguesia industrial. Quem define, em última instância, a política de desenvolvimento, isto é, a política econômica e social no decorrer do período 1930-1964 é a* ***burocracia de Estado*** *– as cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas"*.[387] Assim, para ele, embora correspondendo aos interesses da burguesia industrial, a política de industrialização não teria sido proposta por ela, mas pela burocracia de Estado, com apoio de setores populares:

> Entre 1930 e 1964, a política populista é, no essencial, a política de industrialização capitalista dirigida pela burocracia de Estado (cúpulas da burocracia civil e das Forças Armadas), apoiada em amplos setores das classes populares (as classes trabalhadoras – proletariado, classe média assalariada e pequena burguesia proprietária – que, enquanto classes exploradas, encontram-se excluídas do poder de Estado) e que se encontra fora do controle das frações burguesas que integram o bloco no poder (conjunto heterogêneo de classes e frações exploradoras que, enquanto tais, exercem o poder de Estado).[388]

Posição semelhante é sustentada por Weffort: *"Nessa democracia de massas, o Estado apresenta-se de maneira direta a todos os cidadãos. Todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, antes anexos do próprio Estado que órgão efetivamente autônomo"*.[389] Esta posição parece-nos insustentável em termos teóricos e históricos: do ponto de vista da teoria marxista, parece-nos operar uma desvinculação completa da burocracia de Estado frente às classes sociais para além da margem de autonomia que lhe é própria. Em termos

---

[385] Idem, ibidem, p. 39.
[386] WEFFORT, *O populismo...*, op. cit., p. 25.
[387] BOITO, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo.* 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 18.
[388] Idem, ibidem, p. 22.
[389] Idem, ibidem, p. 57.

históricos generaliza indevidamente a subordinação que efetivamente ocorreu com as classes populares, mas que de forma alguma pode ser atribuída às classes dominantes, como indica o fato de que as diferentes frações burguesas sempre mantiveram organizações paralelas à margem do controle estatal e não tiveram grande dificuldade para se articularem contra este Estado, utilizando-se de seus aparelhos privados de hegemonia, quando o populismo deixou de atender seus interesses.

A proposição da burocracia de Estado como sujeito social do populismo complementa-se com a tese de que *"a ideologia populista era uma ideologia pequeno burguesa"*, fundada no culto do Estado protetor, *"isto é, a expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independentemente da correlação política de forças vigentes num momento dado, os trabalhadores da ação dos capitalistas"*, através da "*identificação de setores populares, não com a pessoa do líder, mas sim com o aparelho de Estado burguês: com a burocracia civil e militar do Estado*".[390] Nessa perspectiva, Saes avalia como incorreta *"a caracterização do populismo como uma 'ideologia burguesa'"*, sustentando que *"o populismo caracteriza-se como a ideologia das camadas médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias e politicamente representadas pelo tenentismo nacionalista"*.[391] A utilização de elementos pequeno-burgueses no discurso populista não pode, no entanto, obscurecer o fato de que, em todos os seus desdobramentos concretos, o populismo efetivamente atendia aos interesses concretos da burguesia, ainda que sua expressão tenha de dado através de uma forma que lhe permitia disseminar-se com eficácia no interior da pequena burguesia e de setores da classe trabalhadora.

Nossa proposição é que o populismo corresponde a um projeto hegemônico conduzido pela burguesia industrial, que hegemonizou vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado e colocou o Estado a serviço de uma política de industrialização. Nesse sentido, concordamos com Ianni que *"o populismo parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. A natureza do governo populista (que é onde se exprime mais concretamente o caráter do populismo) está na busca de uma nova combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica"*.[392] Sua característica mais evidente é a promoção do desenvolvimento

---

[390] BOITO, *O sindicalismo de Estado no Brasil*, op. cit., p. 70.
[391] SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 93.
[392] IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 9.

industrial: "*No que diz respeito aos seus fins econômicos mais gerais, os movimentos, partidos e governos populistas são abertamente favoráveis à industrialização e à hegemonia da indústria sobre a agricultura e a mineração. A industrialização é encarada como equivalente de desenvolvimento econômico em geral e indicador de bem-estar social para o proletariado*".[393] A ideologia populista usualmente apresentava seu projeto industrializante como oposto a uma ordem atrasada representada pelo latifúndio, o que era particularmente característico do discurso assumido pelo PCB, que sustentava a tese de que o conflito fundamental era entre a burguesia "nacional" e o latifúndio com características "feudais" e subordinado ao imperialismo. Esta interpretação não se sustenta, pois a principal opositora de um projeto de industrialização acelerada foi a burguesia comercial. Como indica Debert, *"é enganosa a atribuição de antagonismo entre burguesia agrária e burguesia industrial, por um lado, e por outro, entre estas últimas e o imperialismo"*.[394] Para Régis de Castro Andrade, *"a República populista apresenta-se imediatamente como uma forma de supremacia burguesa baseada na aliança entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, cuja peculiaridade institucional foi a inserção de um sistema eleitoral dentro das estruturas do Estado Novo"*.[395] Os termos desta "aliança" são discutidos por Décio Saes: *"A rigor, as oligarquias e a burguesia industrial chegaram, através da revolução de trinta, a um 'compromisso político'. (...) Este pacto consagrava, de um lado, a participação da burguesia industrial no poder político, bem como seu acesso aos instrumentos institucionais de desenvolvimento, e, de outro lado, a manutenção da ordem social no campo, salvaguarda da propriedade fundiária e do estatuto das relações de trabalho"*.[396] Boito sustenta que era a burguesia comercial que defendia uma política radicalmente antiindustrialista: *"a grande burguesia comercial exportadora e importadora aliada ao imperialismo norte-americano se opõe à política econômica industrialista que começa a tomar corpo a partir de 1930"*.[397]

No que se refere a relação com os setores médios e populares, o populismo constitua-se em um processo de imposição de uma ideologia de colaboração que viabilizava sua incorporação subordinada, consolidando a afirmação da hegemonia burguesa:

---

[393] Idem, ibidem, p. 108.
[394] DEBERT, op. cit., p. 19.
[395] ANDRADE, op. cit., p. 60.
[396] SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*, op. cit., p. 95.
[397] BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 28.

> O populismo se apresenta como forma objetiva de encaminhamento da supremacia burguesa num contexto de crise de hegemonia. No nosso entender o que se chama de república populista no Brasil não é outra coisa senão, pelo menos de forma imediata, uma forma de supremacia burguesa em realização. Essa supremacia burguesa está baseada, de um lado, nas alianças políticas entre burguesia industrial e oligarquia agrária e, de outro, na incorporação de amplos setores das camadas populares a esse pacto de dominação burguesa. (...) Em nenhum momento devemos perder de vista que estamos analisando a ideologia populista como forma objetiva de encaminhamento da supremacia burguesa num contexto de crise de hegemonia.[398]

Nesse sentido, como afirma Andrade, *"o populismo é uma forma de hegemonia, não um conjunto de alianças de classe, muito embora as alianças de classe estejam presentes em todas as ordens hegemônicas"*,[399] o que tornava necessário uma combinação peculiar de coerção e cooptação capaz de *"preservar o bloco político-ideológico, isto é, não desacreditar a idéia do Estado neutro e benevolente"*: *"o que mais preocupava o populismo brasileiro era a preservação e encobrimento do governo direto da burguesia exercido através do comando burguês sobre os poderosos órgãos econômicos do Executivo e sobre os ministérios"*.[400] Por um lado, isto inviabilizava a imposição de uma repressão aberta e generalizada sobre o conjunto da classe trabalhadora mas, por outro, determinava uma repressão seletiva contra os setores populares que não se subordinavam à ideologia e à prática populista e manifestavam-se de maneira autônoma.

Um dos elementos centrais da ideologia populista é sua pretensão em apresentar-se como nacionalista, cujo efeito evidente era "*obscurecer a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e estabelecer-se a idéia do povo (ou da nação) como uma comunidade de interesses solidários"*.[401] Assim, mesmo a chamada "esquerda populista" reconhecia na burguesia industrial brasileira um caráter nacional e antiimperialista absolutamente inexistente, pois ela *"nunca se voltou contra a associação com o capital estrangeiro"*.[402] Como indica Boito, *"o principal núcleo da burguesia industrial brasileira, longe de pleitear um suposto 'projeto de desenvolvimento autônomo', procurava atrair o capital imperialista para os setores de ponta da indústria de transformação, como no caso da indústria automobilística"*.[403] Do ponto de vista ideológico, no entanto, o nacionalismo foi bastante eficaz, viabilizando, por exemplo, a

---

[398] CERQUEIRA Filho, Gisálio. *A "questão social" no Brasil:* crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 147 e 170.
[399] ANDRADE, op. cit., p. 66.
[400] Idem, ibidem, p. 43.
[401] WEFFORT, *O populismo na política brasileira*, op. cit., p. 178.
[402] ANDRADE, op. cit., p. 73.
[403] BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 15.

crença em que Vargas sustentava um projeto consistentemente antiimperialista e a não percepção do sentido internacionalizante do Plano de Metas de Kubitschek. No que se refere ao segundo governo Vargas, tal ideologia omite *"a subordinação da orientação geral dessa política aos interesses do capital imperialista. Ao mesmo tempo que sanciona o monopólio estatal do petróleo, Vargas esforça-se para atrair o capital estrangeiro para os setores de ponta da indústria brasileira"*.[404] Quanto a Kubitschek, seu grande êxito ideológico foi conseguir omitir o "*processo de implantação de uma dinâmica monopolista submetida a centros externos, a verdadeira alavanca de um roteiro de desenvolvimento onde o capital nacional subordinava-se ao estrangeiro"*.[405] Este êxito é analisado por Pedro Tortima:

> O desenvolvimentismo enquanto ideologia e prática político-econômica representou uma das mais expressivas manifestações da classe dirigente. Fiéis, no entanto, à tradição de procurar fazer com que os trabalhadores tomassem para si as reivindicações e o discurso de seus exploradores, os donos do poder não mediram esforços no sentido de que os mais variados mecanismos de pressão e de controle social fossem acionados.[406]

Caracteriza-se desta forma, portanto, sua eficácia no amortecimento dos conflitos sociais (ainda que não logrando sua neutralização completa, como discutiremos a seguir), ao mesmo tempo em que viabilizava a implantação de um projeto de industrialização em conformidade com os interesses dos setores de ponta da burguesia brasileira.

1.9.3 A luta de classes sob o populismo: entre a cooptação e a repressão

Ainda que a ideologia populista visasse restringir a intervenção dos trabalhadores a marcos bastante delimitados (unidade de interesses entre as classes sociais; crença no nacionalismo; industrialização como sinônimo de liberação nacional), o processo social concreto é mais complexo. Nesse sentido, parece-nos indevidamente generalizador o juízo de Ianni de que *"o proletariado aceita a coalizão com outras forças sociais e políticas, particularmente a burguesia nacional. Aceita o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a industrialização, nos termos propostos pela burguesia industrial ou seus ideólogos, como se fossem os objetivos de toda a nação, de todo o povo e da classe operária"*.[407] Isto parece ser verdade para grande parte das lideranças sindicais, incluindo-se aquelas

---

[404] Idem, ibidem, p. 15.
[405] BARROS, op. cit., p. 45.
[406] TORTIMA, Pedro. A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro operário:* Natureza do Estado e Conjuntura Econômica, Condições de Vida e Consciência de Classe, 1930-1970. Rio de Janeiro: s./ed., 1992, p. 266-297.
[407] IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 75.

vinculadas à direção do PCB, além de que é inegável a influência da ideologia populista em grande parte da classe trabalhadora. No entanto, nem todos os trabalhadores assumiram os pressupostos da ideologia populista, e mesmo dentre os que os assumiram, uma parte os reinterpretou de acordo com seus interesses, o que se comprova pela permanência de fortes conflitos sociais durante todo o período populista, como o próprio Ianni afirma: "*O sindicalismo estatal politiza o proletariado segundo as diretrizes e os limites estabelecidos pelo regime populista. Na prática, todavia, essa modalidade de politização não pode impedir que as massas populistas assimilem a seu modo a própria experiência política*".[408] Este limite da manipulação populista impunha o estabelecimento de uma dialética de cooptação e repressão, levando muitas vezes a atitudes ambíguas, como intervenção de Vargas frente a greve dos 300 mil, relatada por Boito: "*O governo Vargas fez tudo para acabar com a greve e reprimiu, de forma violenta, algumas das ações mais ousadas empreendidas pelos operários no decorrer do movimento grevista. Contudo, ao mesmo tempo, o governo (...) procurou fazer crer aos operários que simpatizava com a greve*".[409] Os marcos legais, no entanto, seguiam adequados ao exercício da repressão quando esta se fizesse necessária e, mesmo no período visto como mais populista do governo Vargas, este editou um novo decreto facilitando a repressão: "*Em janeiro de 1953, Vargas sancionou a lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, prevendo a punção dos que convocassem comícios ou reuniões a céu aberto sem a autorização da polícia*".[410] Pedro Tortima indica que também "*o clima de liberdade alardeado pelos propagandistas do governo JK era absurdamente falso*", tendo sido fortalecidas "*três instâncias do poder repressor do Estado: a Polícia (em especial o DOPS), o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho*".[411] A compreensão dos limites da cooptação e da necessidade de fortalecimento contínuo dos instrumentos de repressão deve ser buscada na realidade concreta da luta de classes do período.

---

[408] Idem, ibidem, p. 93.
[409] BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 58.
[410] RODRIGUES, Marli. *A década de 50*: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2000, p. 50.
[411] TORTIMA, Pedro. A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960. In: LOBO, op. cit., p. 278-279.

1.9.4 O movimento operário, a retomada das greves e a constituição das centrais sindicais

A despeito da influência amortecedora da ideologia populista e também da intensa repressão contra os setores mais autônomos da classe trabalhadora, durante todo o período por nós estudado os conflitos sociais desenvolveram-se intensamente. Durante o governo Dutra, ainda sob o impacto da escalada repressiva iniciada em 1946, as comissões de fábrica desencadearam a retomada das mobilizações operárias, após um período de refluxo que durou até meados de 1948. Naquele ano, mesmo com os sindicatos sob intervenção, irrompeu uma greve na Estrada de Ferro Mogiana, em Campinas, visando correção salarial. Apenas depois de uma violenta repressão patronal e governamental, *"o movimento foi levado à exaustão*": *"A disposição de luta dos grevistas, que se mantinha inalterada, desencadeou uma enérgica contra-ofensiva patronal. Mais de 150 trabalhadores foram demitidos. A gráfica onde se imprimia o material da greve foi invadida, o material apreendido e os trabalhadores presentes foram presos. A delegacia de polícia instaurou inquérito para apurar os responsáveis pela greve"*.[412] Em janeiro de 1949, eclodiu outra greve ferroviária, desta vez na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, *"motivada pela demissão de cinco trabalhadores"* e logo derrotada, sendo seguida pela demissão de mais de duzentos trabalhadores e por inquérito *"para processar criminalmente todos os envolvidos na greve"*.[413] Estas greves têm importância como indicativos da disposição de luta, embora as condições em que se deram tenha impedido uma maior repercussão e determinado sua derrota. A partir de 1951, no entanto, com a posse de Vargas e a necessidade de tornar menos explícita a repressão,[414] as grandes mobilizações rapidamente voltaram a ocorrer. A primeira grande greve ocorrida no segundo governo Vargas foi a greve dos bancários, cujo desencadeamento atesta a influência da ideologia populista, pois *"grande parte dos bancários aderiram a essa greve por nutrirem a crença de que, uma vez a categoria pondo-se em greve, o governo Vargas não os abandonaria e sairia em defesa dos trabalhadores, jogando a sua força contra os banqueiros. Contudo, o governo Vargas não correspondeu a esta concepção populista da luta sindical"*.[415] Certamente esta primeira

---

[412] COSTA, Hélio, op. cit., p. 136.
[413] Idem, ibidem, p. 137.
[414] A pretensão em apresentar-se como líder dos trabalhadores obrigava Vargas a tomar atitudes ambíguas, e aparentemente contraditórias, como a edição em 1953 da lei sobre os crimes contra o Estado, acima mencionada, e a abolição da obrigatoriedade do atestado de ideologia editado por Dutra, logo no início de seu governo.
[415] BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 65.

experiência dos trabalhadores com o segundo governo Vargas contribuiu para a politização do movimento sindical, permitindo a difusão do questionamento acerca dos limites do "paternalismo" de Vargas em relação aos trabalhadores. Entre 1951 e 1953, há uma politização crescente e rápida proliferação de movimentos grevistas: "*Segundo Jover Telles, em seu livro O movimento sindical no Brasil, em 1951 registraram-se 173 greves, tendo o autor conseguido dados referentes a apenas 119 greves, com 363.999 trabalhadores parados. No ano seguinte, o número de greves aumentou para 264, com 410.890 trabalhadores parados. Em 1953, há um verdadeiro salto, mais do que duplicando o número de grevistas, que ascende a 800.000*" .[416]

Estas mobilizações dos trabalhadores assumiram as mais diversas formas e envolveram categorias variadas, em uma ascensão permanente:

> Comerciários, marítimos, professores, trabalhadores da Light, portuários, tecelões, metalúrgicos, trabalhadores nas indústrias de bebidas e de produtos químicos foram as categorias mobilizadas em campanhas salariais de 1951. (...) Os operários nem sempre eram representados pelas direções sindicais, o que indicava a formação de comissões eleitas pelas bases. No ano de 1952 cabe assinalar dois movimentos mais importantes: a campanha nacional contra a assiduidade integral e a greve dos tecelões do Distrito Federal. (...) A campanha procurou eliminar a cláusula da assiduidade dos dissídios coletivos[417] e tinha grande influência porque alcançou a união de muitos sindicatos no país extra-oficialmente. Os tecelões, os sapateiros e radialistas usaram a tática da greve pacífica e de advertência. Não era declarada uma greve formal, mas a cada dia faltava um tipo de profissional especializado, o que inviabilizava a manutenção do mesmo ritmo de produção. Várias greves de marceneiros, portuários, sapateiros, bancários, radialistas, motoristas e de associações de nível universitário, inclusive o sindicato dos químicos, ocorreram no Rio de Janeiro em 1952. (...) Cabe assinalar ainda que a agitação operária e trabalhista envolveu manifestações espontâneas, como "quebra-quebras" em Curitiba e Belo Horizonte, além de arrancamento de trilhos e depredações no Rio Grande do Sul, num ambiente marcado por greves em mais de 200 fábricas. (...) Movimento de longa duração foi a greve dos portuários do Distrito Federal que durou 56 dias pelo pagamento do abono de Natal já concedido no ano anterior. Tecelões de Sorocaba (São Paulo), Valença (Bahia) e Salvador (Bahia), marítimos de Salvador, motoristas de táxi de Recife, operários em serrarias de Caçador (Santa Catarina) (5.000), mineiros de Nova Lima (Minas Gerais), mecânicos da Panair, tecelões da Fiação Campinas, carregadores do cais (Salvador-Bahia), metalúrgicos da indústria de elevadores OTIS (São Paulo, capital), entre outras categorias, realizavam greves por aumento salarial e outras reivindicações.[418]

Outra manifestação de ampla repercussão, conduzida pelo PCB e lideranças sindicais, foi a campanha da "Panela Vazia": "*Indiferentes à proibição, entre meados de*

---

[416] STOTZ, Eduardo Navarro. Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário (1950-1955). In: LOBO, op. cit., p. 222-265, p. 241.

[417] A cláusula da assiduidade integral determinava que os trabalhadores só receberiam pagamento referente ao direito ao repouso semanal caso não tivessem nenhum atraso ou falta durante todo o mês.

[418] STOTZ, Eduardo Navarro. Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário (1950-1955). In: LOBO, op. cit., p. 222-265, p. 242-245.

1952 e fins de 1953, cerca de 500 mil pessoas participaram da 'Panela Vazia', campanha contra o aumento do custo de vida que no período de um ano atingira o índice de 43%".[419] Em janeiro de 1953, "irrompe no Rio de Janeiro um movimento grevista dos trabalhadores têxteis, que reivindicam um aumento salarial da ordem de 60%, obtendo 42%".[420] Fica evidente, assim, que o movimento dos trabalhadores passava por uma fase de ascensão firme e constante. É neste contexto que ocorreu a maior greve de todo o período, a chamada "greve dos 300 mil",[421] com 29 dias de duração e a paralisação simultânea e articulada de trabalhadores têxteis, metalúrgicos, marceneiros, vidreiros e gráficos reivindicando reajustes salariais. A greve foi desencadeada pelos trabalhadores têxteis: "*No dia 10 de março, em obediência à decisão tomada em uma assembléia geral realizada no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, 8.000 trabalhadores realizam uma manifestação no centro de São Paulo, com a finalidade de apresentar ao sindicato patronal um memorial de reivindicações*".[422] Com a adesão imediata dos metalúrgicos, no primeiro dia "*30 mil têxteis e 30 mil metalúrgicos já haviam abandonado o trabalho*".[423] Já naquele momento, os grevistas enfrentaram uma violenta repressão, conduzida pelo Secretário de Segurança Pública de São Paulo, o integralista Loureiro Júnior, genro de Plínio Salgado: "*O secretário de Segurança Pública do Estado dirige um apelo ao comando do II Exército, sediado na cidade, para que auxilie na repressão ao movimento. Os militares manterão, todavia, uma posição de observadores atentos. Dias depois, toda a política civil e armada do Estado é integrada na repressão ao movimento e o Batalhão Policial do Exército entra em prontidão*".[424] O governador Lucas Nogueira Garcez (PSP) tentou manter uma postura ambígua, chegando a "*receber os trabalhadores que protestavam contra o aumento do custo de vida*",[425] e a se propor como mediador do conflito, o que não o impediu de retomar a opção pela repressão violenta, quando os grevistas promoveram uma manifestação na Praça da Sé:

---

[419] RODRIGUES, op. cit., p. 51. De acordo com Hélio da Costa, uma das passeatas da panela vazia, ocorrida em março de 1953, chegou a reunir *"cerca de 60 mil pessoas, englobando trabalhadores de várias categorias, que se encontravam em campanha salarial"*. COSTA, Hélio, op. cit., p. 168.

[420] MOISÉS, José Álvaro. 1953, a greve dos 300 mil em São Paulo: anotações históricas e teóricas sobre uma conjuntura concreta. In: *Contraponto:* Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, nov. 1976, p. 14-40, p. 27.

[421] O constante e gradativo crescimento da mobilização operária, desde 1951, torna incorreta a avaliação de Boito de que *"a greve dos 300 mil marcou* ***o início*** *de uma fase de ascenso da luta reivindicatória das classes trabalhadoras"*. BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 57.

[422] MOISÉS, op. cit., p. 29.

[423] Idem, ibidem, p. 31.

[424] Idem, ibidem, p. 31.

[425] Idem, ibidem, p. 33.

> A Polícia Política e os cavalarianos da Força Pública mais componentes do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil intervêm para reprimir a manifestação usando de extrema violência. Aos golpes de cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, os manifestantes respondem com golpes de pedaços de pau (feitos de caixotes de fruta) e pedras. A luta de rua dura das 16 às 20 horas e centenas de prisões são feitas. Uma comissão de deputados estaduais que tenta intervir na manifestação, seja para solidarizar-se com os manifestantes, seja para tentar manipulá-los – estão presentes elementos dos três grandes partidos populistas do Estado – PTB, PSD e PSP -, também entram em choque com a polícia.[426]

A repressão levou à radicalização do movimento e à adesão de outras categorias, além de introduzir uma nova temática: *"a greve não deve terminar a não ser quando sejam postos em liberdade os presos feitos em decorrência do movimento"*.[427] A greve encerrou-se em condições que revelam uma clara vitória dos grevistas:

> Um Comunicado da Comissão Intersindical de Greve afirma que os trabalhadores só voltarão ao trabalho sob condições: 1) desde que os acordos de aumento não sejam feitos em separado, para cada categoria, mas sim conjuntamente; 2) desde que sejam libertos todos os presos feitos durante o movimento; 3) desde que não sejam descontados dos salários os dias de greve; 4) desde que cessem as dispensas de trabalhadores por motivos de greve. (...) Os trabalhadores eram, inegavelmente, vitoriosos. (...) O governo estadual, que três dias antes informava não manter mais nenhum preso, solta todos os trabalhadores até então detidos. No dia 23, alguns setores como vidreiros e marceneiros e parte dos metalúrgicos voltam ao trabalho. Os têxteis mantêm o movimento, alegando que ainda há presos políticos. Os empresários pedirão, então, abertamente, a repressão ao que chamam "os líderes comunistas". (...) Os trabalhadores gráficos manterão o seu movimento até o dia 26 de abril e conseguirão obter um aumento da ordem de 70%.[428]

A vitória política dos grevistas não impediu que se seguissem várias represálias, além de tentativas do governo e dos patrões de reverter os avanços conquistados, como relata Hélio da Costa:

> Apenas dois dias após o seu término, o Sindicato dos Tecelões e o dos Metalúrgicos começavam a receber a visita de centenas de operários demitidos em função da greve. Entre os metalúrgicos já se contabilizava mais de quatrocentas demissões só no primeiro dia de retorno ao trabalho (...) Entre os tecelões, os números davam conta de mais de mil demissões. (...) O acordo no qual os empresários se comprometiam a não empreender nenhuma represália aos grevistas (avalizado pelo governador do Estado) não estava sendo cumprido. (...) Mais de 6 mil demissões foram calculadas entre os ramos têxtil e metalúrgico na primeira semana após o retorno ao trabalho. As associações patronais já falavam em não pagar o aumento de 32% aos funcionários admitidos depois de janeiro de 1952. A cláusula da assiduidade integral era novamente lembrada como recurso para o não pagamento do índice conquistado pelo movimento grevista. (...) As manobras patronais passaram pelas seguintes tentativas: a) não pagar o aumento; b) impor um teto que não existia na decisão do TRT; c) não incluir os domingos e feriados no cálculo do aumento de 32%; d) dividir os trabalhadores pagando a uns e a outros não, na mesma

[426] Idem, ibidem, p. 33.
[427] Idem, ibidem, p. 35.
[428] Idem, ibidem, p. 37.

> seção e no mesmo serviço; e) não incluir na carteira profissional o aumento conquistado. (...) Transcorridos aproximadamente sete meses do encerramento da greve, muitos operários despendiam muito de suas energias para garantir a aplicação do acordo firmado com os patrões.[429]

Em termos políticos, apesar de todos os golpes e manobras da burguesia, a greve teve importantes conseqüências, destacando-se a desmoralização da lei antigreve editada por Dutra (Decreto 9070) e o início da constituição de uma organização supra-sindical. O Decreto seguiria em vigência, mas a experiência coletiva de manutenção de uma greve que unificava diversas categorias por um longo tempo não seria esquecida pelos trabalhadores, superando, na prática, os limites impostos pela lei antigreve. Quanto à organização supra-sindical, José Álvaro Moisés assinala que *"a Comissão Intersindical de Greve, que mais tarde se transformará no PUI, significa, praticamente, o nascimento da estrutura sindical paralela que vigorará durante todo o período populista"*.[430]

A partir de então, nos dez anos seguintes, embora com oscilações, há um avanço consistente das mobilizações dos trabalhadores, como indica Badaró: *"Entre meados da década de 50 e o golpe de 64, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical. Vários são os índices dessa ascensão: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação das pautas políticas do país e constituição de organismos intersindicais, são alguns exemplos"*.[431] O desenvolvimento dos organismos intersindicais desempenhou importância crescente. O primeiro deles foi o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), conseqüência da greve dos 300 mil. No Rio de Janeiro, é formado o Pacto de Unidade e Ação (PUA), em 1956,[432] e a Comissão Permanente de Organização Sindical, em 1958, constituído durante a I Conferência Nacional dos Sindicatos, na qual *"mais de seiscentos sindicatos de todo o país se fizeram representar por cerca de mil delegados"*.[433] Conforme Tortima, *"a partir de 1956, o velho verticalismo da estrutura sindical é questionado por força da inoperância e do comprometimento de inúmeras lideranças operárias. Inicia-se, como conseqüência, um processo de ruptura que envolve partes significativas do proletariado carioca,*

---

[429] COSTA, Hélio, p. 190-194.
[430] MOISÉS, op. cit., p. 39. Também para Costa, *"o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) (...) teve na greve dos 300 mil seu grande laboratório de gestação"*. COSTA, Hélio, op. cit., p. 189.
[431] MATTOS, op. cit., p. 56.
[432] Benevides avalia que o crescimento do PUA e o eclipsamento do PUI traduzem um deslocamento do eixo sindical de São Paulo para o Rio de Janeiro. BENEVIDES, *O governo Kubitschek*, op .cit., p. 101.
[433] TORTIMA, Pedro. A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960. In: LOBO, op. cit., p. 296.

fluminense e paulista",[434] incluindo-se a luta pela aprovação de lei que regulamentava o direito de greve, há mais de uma década tramitando no Legislativo.

Durante todo o período do governo Kubitschek ocorreram importantes mobilizações dos trabalhadores, em especial a partir de 1957 no Rio de Janeiro: "*Em março ocorre a passeata dos operários da fábrica de tecidos Confiança, pedindo garantia de emprego contra as demissões e em prol de aumento salarial. A situação dos primeiros meses de 1957 era de crise. Os marítimos entram em greve em maio e os metalúrgicos em 1º e 22 de julho*".[435] Em 1958, desencaderam movimentos grevistas motoristas, despachantes, trocadores e metalúrgicos e suas greves "*caracterizam-se, como as de 1956 e 1957, pelo sucesso nas reivindicações, parcial ou total, nos casos de que se tem essa informação*".[436] As mobilizações seguiram ascendentes em 1959 e 1960:

> Em 1959 aumenta consideravelmente o número e a amplitude das greves envolvendo várias categorias, diversos sindicatos e, às vezes, múltiplas federações. (...) As categorias mais envolvidas são as de transportes, motoristas e anexos, ferroviários, marítimos, aeroviários, metalúrgicos, mecânicos e de material elétrico e tecelões. Os setores de transporte ocupavam uma posição estratégica que permitia que suas greves tivessem grande impacto e resultassem vitoriosas. (...) Em 1960, o número de greves na Guanabara declina mas mantém-se a tendência às greves de várias categorias unidas, como no caso da greve dos portuários, que envolve 56 sindicatos da estiva, 42 dos portuários e duas associações profissionais. Os números dos que participam também são elevados, o que em parte compensa o número menor de greves. Portuários, trabalhadores dos carris urbanos, das barcas, ferroviários, aeroviários, marítimos e metalúrgicos dominam o movimento operário. Praticamente todas as greves são declaradas ilegais de acordo com o decreto 9070, o que permite a repressão.[437]

Nos últimos anos do populismo brasileiro, as mobilizações operárias seguiram expressivas e assumiram um significado político mais aberto, em especial a partir da formação da mais importante organização intersindical do período, o Comando Geral dos Trabalhadores, já no contexto do governo Goulart. O CGT foi constituído durante o IV Encontro Sindical Nacional, que reuniu mais de 3.500 delegados representando 568 entidades sindicais, em agosto de 1962.[438] Lucília Delgado analisa sua dinâmica:

> A própria dinâmica estrutural da entidade é contraditória. De um lado nega a estrutura sindical corporativa, na medida em que, ainda a nível de cúpula, organiza-se de forma horizontal e baseia-se nas intersindicais e pactos que também são proibidos pela lei; de outro lado, desenvolve uma proposta de organização e trabalho que reforça a estrutura corporativa na proporção em que se coloca como um apêndice a estas estruturas, como

[434] Idem, ibidem, p. 280.
[435] Idem, ibidem, p. 290.
[436] Idem, ibidem, p. 291.
[437] Idem, ibidem, p. 291.
[438] Cf. MATTOS, op. cit., p. 58.

> uma entidade centralizadora acima das Confederações e Federações Sindicais, sem efetivamente desenvolver qualquer tipo de horizontalização dos sindicatos em suas bases. (...) A atuação dos sindicalistas limita-se quase que exclusivamente às entidades de cúpula, que desenvolvem um discurso radical, com propostas de reformas que efetivamente se chocam com os interesses das várias frações burguesas, inclusive aquela vinculada à indústria mais tradicional. Este setor de classe acaba se aliando à perspectiva política antipopulista da burguesia ligada ao capital internacional. O discurso radical, acompanhado de grandes mobilizações de massas e fraca vinculação orgânica com as bases, acaba por incentivar o avanço das forças conservadoras sem que o movimento sindical tivesse meios para se opor a este avanço, já que suas bases são débeis.[439]

A mobilização sindical pautava-se em grande medida pela agenda governamental. Mesmo aquelas greves com uma pauta essencialmente econômica, como a grande greve dos bancários, *"não deixaram de se inserir na luta mais ampla das reformas de base"*.[440] A maior importante greve de motivação política foi a greve geral de junho de 1962 contra a nomeação do conservador Áureo de Moura Andrade (PSD) para liderar o Gabinete Parlamentar: *"enquanto as massas espontaneamente tomavam as ruas de várias cidades do Estado do Rio de Janeiro, uma greve geral, a primeira grande greve política dos últimos tempos, paralisou quase todo o País, em apoio a Goulart"*.[441] Sua vitória – com a renúncia de Andrade e a aprovação da indicação de Brochado da Rocha (PTB) pelo Congresso – teve efeitos ambíguos, pois ao mesmo tempo em que explicitou a força dos trabalhadores, reforçou sua crença no Estado e na liderança populista.

Em termos gerais, o período em estudo foi marcado por quatro conjunturas distintas, conforme propõe Badaró:

> É necessário atentar para as especificidades de quatro conjunturas distintas: a da retomada das lutas no processo de redemocratização (1945-1946); a de repressão aberta, nos finais do governo Dutra (1947-1950); a fase da retomada das direções sindicais por setores mais combativos e de ressurgimento das greves (no 2º Governo Vargas e primeiros anos do governo JK) e a conjuntura de grandes mobilizações do início dos anos 1960.[442]

Uma questão central para a avaliação da organização e mobilização dos trabalhadores no período diz respeito a sua alegada subordinação frente aos governos e à burguesia industrial, sustentada por Weffort: *"Sobre as organizações sindicais, o que*

---

[439] DELGADO, Lucília. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-64.* Petrópolis: Vozes, 1986, p. 32-33. Também para Moniz Bandeira, as entidades intersindicais *"se, de um lado, alarmavam as forças da reação, por outro, não preparavam o proletariado para enfrentá-la, com uma diretriz própria, de classe. Atrelavam-no à burguesia, dando-lhe uma perspectiva legalista e reformista, como era igualmente a de Goulart"*. MONIZ BANDEIRA, Luis A. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 59.

[440] MATTOS,

[441] MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 58.

[442] MATTOS, op. cit., p. 46.

importa ter em conta é que dependem durante todo este período de um poder já constituído. (...) Esta falta de autonomia das organizações sindicais é apenas um aspecto da dependência das organizações populares em geral (inclusive as partidárias) em face o poder constituído no Estado ou das regras ditadas pelos grupos de poder".[443] Esta posição é relativizada pelos diversos estudos sobre a prática operária. Costa indica a organização nos locais de trabalho, as comissões de fábrica e as greves brancas como indicadores da autonomização dos trabalhadores:

> As organizações nos locais de trabalho não foram apenas um impulso do pós-guerra, elas fazem parte do patrimônio de lutas da classe trabalhadora desde as suas primeiras gerações e sobreviveram às formas diferenciadas de organização sindical e partidária. (...) As greves brancas, nas quais os trabalhadores permaneciam parados nos seus locais de trabalho, exigiam um senso de organização e direção que só poderiam ser incorporados por uma longa tradição de luta. (...) Os trabalhadores organizados nos locais de trabalho souberam, por um lado, oxigenar estas instituições conferindo-lhes um caráter popular e de massa e, ao mesmo tempo, obrigá-las a rever suas políticas no campo da luta concreta. (...) As lutas travadas nesse período foram lutas profundamente enraizadas nos locais de trabalho e adquiriram, sempre que a conjuntura política permitiu, um caráter de massa expressivo. Nesse sentido, as fábricas, as ruas e os sindicatos não foram espaços excludentes da luta operária.[444]

Também Tortima apresenta conclusão semelhante:

> Não se pode afirmar que a classe operária se deixou levar inteiramente, foi manipulada e se rendeu. Manipulação realmente houve e "candidatos" à mesma existiram aos milhares. Sintomas de rendição da classe enquanto classe para si existiram de fato. Mas a classe operária não se rendeu efetivamente: nem à pressão do patronato, nem à ação do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), nem às pressões dos mais variados tipos e gamas de populismo, nem mesmo ao desemprego.[445]

Os inúmeros mecanismos de controle sobre a classe operária, tanto de características ideológicas como abertamente coercitivos foram acionados permanentemente, mas *"foram rompidos pela força dos trabalhadores organizados"* nas conjunturas de ascenso das suas mobilizações, "*como logo ao fim da ditadura e no ano seguinte, ou como no período do segundo governo Vargas (1950-1954), ou ainda nos primeiros anos da década de 1960*".[446] Esta conclusão é particularmente importante para nossa pesquisa, pois caso os trabalhadores tivessem permanecido completamente subordinados aos governos populistas e à burguesia, abdicando de uma intervenção

---

[443] WEFFORT, *O populismo.*, op. cit., p. 19.
[444] COSTA, op. cit., p. 200-203.
[445] TORTIMA, Pedro. A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960. In: LOBO, op. cit., p. 275.
[446] MATTOS, op. cit., p. 46.

autônoma, a intervenção dos integralistas no sentido da denúncia, enfrentamento e contenção das mobilizações operárias se tornaria supérflua e perderia o sentido. A importância das mobilizações e enfrentamentos produzidos pela luta de classes e a sua efetiva transgressão dos limites impostos pela ordem populista colocavam concretamente à burguesia a necessidade de contar com outros mecanismos de contenção, no que o integralismo desempenharia papel privilegiado, como discutiremos nos capítulos seguintes.

1.9.5 A emergência das lutas camponesas

Uma das características centrais do populismo brasileiro era a completa exclusão dos trabalhadores rurais e manutenção da ordem agrária sem nenhuma transformação significativa. Assim, para a manutenção do apoio da burguesia agrária, os governos populistas comprometiam-se a não encaminhar nenhuma medida concreta para a efetivação da reforma agrária; a não estender os direitos sociais ao campo; e a manter os trabalhadores rurais sob a mais rigorosa repressão. Enquanto para o controle sobre os trabalhadores urbanos, a repressão era acompanhada da utilização de diversos instrumentos de cooptação, com algumas concessões efetivas, aos trabalhadores rurais restava apenas a repressão aberta. A possibilidade de mobilização política – aberta aos trabalhadores urbanos, ainda que sob forma subordinada – permanecia barrada àqueles. É compreensível, portanto, que sua emergência política tenha se dado com muito maior dificuldade, expressando-se, em um primeiro momento, em revoltas espontâneas e descoordenadas. Apenas na segunda metade da década de 1950 há um avanço organizativo dos trabalhadores rurais, com a formação das primeiras ligas camponesas, a partir de 1955.[447] A expressão das demandas dos trabalhadores rurais, por mais limitadas que fossem, desestabilizava os termos do acordo entre as diferentes frações da burguesia brasileira, tornando suas reivindicações de difícil absorção institucional, como indica Aspásia Camargo: "*Elas não deixam de ser defensivas, e mesmo tímidas, em sua dimensão substantiva, embora ganhem decisivo poder de impacto em sua dimensão relacional quando avaliadas em função de desequilíbrio que introduzem nas tradicionais relações de classe*".[448] Não era possível às classes dominantes qualquer forma de acordo, pois "*as*

[447] Cf. CAMARGO, Aspásia. Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 12, 1976, p. 22-45, p. 33.
[448] CAMARGO, A questão agrária... In: Fausto, op. cit., p. 128.

Ligas contestavam, abertamente, a dominação política e econômica a que estavam secularmente submetidas as massas rurais".[449]

A partir do início de 1961, houve um rápido crescimento da organização dos trabalhadores rurais, com a expansão das Ligas Camponesas e a formação de sindicatos rurais:

> O movimento camponês ganhará novo impulso, a partir de 1961, com a proliferação de sindicatos Rurais, promovida por padres e comunistas, secundados por estudantes – para sustar a expansão das Ligas e organizar clientelas próprias entre os trabalhadores do campo. A partir de 1962, as duas vertentes do movimento camponês – Ligas e Sindicatos – interpenetram-se, associando a luta pela terra às reivindicações trabalhistas.[450]

O contexto político do governo Goulart introduz como elemento novo as primeiras concessões aos trabalhadores rurais, as quais mesmo sendo muito limitadas, modificavam as condições da mobilização camponesa, destacando-se a criação da Superintendência da Reforma Agrária, em 1962, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e o reconhecimento legal dos sindicatos rurais, ambos em 1963.[451] O reconhecimento formal do direito de organização dos trabalhadores rurais não impediu a repressão – em particular a paraestatal, exercida pelas milícias do latifúndio -, mas reforçou expectativas dentre os trabalhadores e fortaleceu sua organização, motivando-os a buscarem o cumprimento da legislação estabelecida no Estatuto do Trabalhador Rural. Esta mobilização levou à fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), no final de 1963, e ao crescimento rápido da sindicalização rural, passando o número de sindicatos rurais de 123, em julho de 1962, para 208 em setembro de 1963, e 324 em dezembro do mesmo ano.[452] Os conflitos acirraram-se em vários estados do nordeste, e também no Rio Grande do Sul:

> Em fevereiro de 1962, perante multidões de lavradores sem terra, Brizola desapropriou duas fazendas (Sarandi e Camaquã), ao noroeste do Rio Grande do Sul, mediante o depósito de pequenas quantias, autorizadas pelo judiciário, como se fossem a justa indenização. (...) Os conflitos no Nordeste alcançaram maior amplitude. Enquanto na Paraíba, tropas do Exército, por ordem do General Artur da Costa e Silva, reprimiam, violentamente, uma passeata de milhares de lavradores, que protestavam contra o assassínio de um dos seus líderes, o camponês João Pedro Teixeira, a mando dos fazendeiros da região, no interior de Pernambuco multidões famintas saquearam

---

[449] TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 77.
[450] CAMARGO, Autoritarismo e populismo, op. cit., p. 33.
[451] Cf. CAMARGO, Autoritarismo e populismo, op. cit., p. 36.
[452] Cf. CAMARGO, Autoritarismo e populismo, op. cit., p. 36.

> mercados e armazéns, compelindo o Governador Cid Sampaio a desapropriar os estoques de feijão, milho e farinha, para garantir o abastecimento das cidades.[453]

A posição ambígua do governo federal e alguns governos estaduais, contrastando com a posição tradicional do poder estatal perante os trabalhadores rurais, de repressão aberta, foi certamente um elemento importante na crise do populismo, uma vez que rompia com uma de suas premissas básicas – a manutenção das relações sociais atrasadas no campo -, em um contexto de crescente mobilização dos trabalhadores rurais. Do ponto de vista destes, os últimos anos de vigência do Estado de Direito marcaram um expressivo avanço de sua organização e mobilização, questionando frontalmente as bases do poder político e econômico do latifúndio.

1.9.6 Acirramento da luta de classe e crise do populismo

O populismo tem como uma de suas premissas básicas a manutenção do controle sobre o conjunto dos setores populares, combinando a tutela sobre sua intervenção política e social e a interdição desta intervenção. Assim, quando os setores populares passam a se organizar de forma crescentemente radicalizada e autônoma, toda a dinâmica que constitui o populismo é colocada em cheque. Isto ocorreu nas conjunturas de mobilização social de 1945-46 e de 1953-54 e, de maneira mais intensa, entre 1961 e 1964. Em 1945, como discutimos anteriormente, o golpe militar e a imposição de um governo abertamente conservador restabeleceram a estabilidade da dominação burguesa. Em 1953, *"a greve dos 300 mil evidenciou a instabilidade do sistema de contradições e de alianças no qual se assentava a política populista"*.[454] Na avaliação de Décio Saes, *"os acontecimentos de 1954 constituem a primeira manifestação da crise final do populismo"*, pois *"o Estado populista 'avança', enquanto a burguesia industrial e as oligarquias rurais 'recuam'"*.[455] Naquele contexto, como mostra o estudo de Boito, o impacto das mobilizações operárias levou a burguesia industrial a aceitar a liderança da burguesia compradora no processo de enfrentamento da ordem varguista, ainda que a um alto custo no que se refere aos seus interesses econômicos concretos:

> O sentido histórico fundamental de agosto de 1954 não foi a vitória de uma fração burguesa sobre outra fração da classe dominante. Não há dúvidas de que o golpe de agosto favoreceu, principalmente, uma das frações burguesas – precisamente, a fração antiindustrialista, que foi a força dirigente do golpe de Estado. Contudo, não é esse o

---

[453] MONIZ BANDEIRA, op. cit., p. 56.
[454] BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 58.
[455] SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*, op. cit., p. 106..

> aspecto fundamental do golpe de 1954. Seu aspecto fundamental foi o fato de o conjunto da burguesia ter-se unido em bloco, para rechaçar a política de Vargas, por entender que ela se mostrava ineficaz para controlar o ascenso do movimento popular a partir da grande greve de março de 1953.[456]

O caráter abertamente antiindustrialista da burguesia comercial – expresso claramente no governo Café Filho (PSP), conduziria à burguesia industrial a uma nova experiência populista, no governo Kubitschek, sob condições diferentes: maior controle sobre os trabalhadores e maior subordinação ao capital internacional. A relativa estabilidade deste governo expressa um certo êxito desta política, ainda que a clara subordinação ao capital internacional tenha contribuído para a criação das condições de completa associação da burguesia brasileira à internacional, como discute Weffort:

> O decênio de 1954 a 1964 demonstra no plano econômico por um lado, a liquidação da política de desenvolvimento capitalista nacional, resultado evidente tanto dos êxitos econômicos de Kubitschek como dos fracassos de Goulart, e por outro, a instauração da hegemonia do grande capital na indústria, com a passagem da burguesia nacional para um plano meramente secundário de "burguesia associada". (...). Ocorre uma verdadeira mudança na estrutura da economia industrial com o surgimento de um centro hegemônico vinculado ao grande capital e à indústria pesada.[457]

Diversos autores apontam o efeito da autonomização das mobilizações populares no contexto do governo Goulart para sua desestabilização. Em termos econômicos, "*a adoção das medidas propostas pelo movimento sindical implicaria em uma ruptura com o padrão de acumulação que começa a se tornar hegemônico no país a partir da segunda metade dos anos 50, em uma redistribuibuição da renda e dos ganhos de produtividade e em uma dinamização dos setores de produção voltados para o consumo de cunho mais popular*".[458] Lucília Delgado avalia que "*na conjuntura que precede o golpe de 64 as mobilizações populares, pelo seu crescimento e suas características, superam os limites institucionais absorvíveis pelo estado de compromisso*".[459] Régis Andrade avalia que "*na difusa sublevação social do início da década de 1960, a estrutura de classe da sociedade brasileira começou a emergir; conseqüentemente, o populismo começou a morrer*".[460] Edgard Barros sintetiza a relação entre as mobilizações populares e a crise do populismo:

> Nos últimos anos do período democrático, em particular após 1961, surgiram formas de ação popular que iam muito além dos esquemas tradicionais. As freqüentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos e reivindicações nacionalistas, a

[456] BOITO, *O golpe de 1954*, op. cit., p. 16.
[457] WEFFORT, op. cit., Os sindicatos e a política no Brasil, op. cit., p. 26.
[458] DELGADO, op. cit., p. 25.
[459] Idem, ibidem, p. 18.
[460] ANDRADE, op. cit., p. 78.

> mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas de estrutura (particularmente da reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou para as ligas camponesas, colocavam problemas cujas soluções implicavam alterações de base na composição de forças sociais em que se apoiava o regime. Estrangulado pela história, o grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu condenado por todas as forças que o compunham, execrado pela direita e pelas camadas médias que se aterrorizavam em face da pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização do campesinato; pela burguesia industrial temerosa também da pressão popular e vinculada, através de alguns de seus setores mais importantes, aos interesses estrangeiros.[461]

A questão agrária era particularmente desestabilizadora, pois afrontava diretamente as condições do acordo entre burguesia industrial e burguesia agrária. Como indica Toledo, *"apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, pois, de um lado, às necessidades da consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa, a Reforma Agrária proposta por Goulart será objeto de intensa e constante oposição por parte dos proprietários rurais"*.[462] Conforme Camargo, *"a questão agrária torna-se o divisor de águas que afasta setores tradicionais representativos, temerosos de que a Reforma Agrária e a Reforma Constitucional fossem o estopim que conduziria à reformulação radical da ordem política e institucional, com o reforçamento do poder pessoal de Goulart"*.[463]

Para a burguesia brasileira, Goulart ultrapassara os limites do populismo, ao encaminhar o projeto de reforma agrária, e também o projeto de regulamentação do direito de greve, tentando em vão, dezesseis anos depois da promulgação da Constituição, dar efetividade ao direito nela reconhecido.[464] Ianni avalia que *"em todas as situações realmente críticas, a burguesia nacional rompe com os compromissos táticos com o proletariado e alguns outros setores do populismo, em benefício das suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista"*.[465] Para Saes, a pressão operária *"obriga o Estado populista a ultrapassar as linhas gerais da política de ordem, cuja necessidade é preconizada pelo conjunto da classe dominante"*, e esta nova orientação do Estado populista *"é vivida pelo conjunto da classe dominante como uma primeira manifestação*

---

[461] BARROS, Edgard Luis. Populismo. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*., p. 4741.
[462] TOLEDO, op. cit., p. 55.
[463] CAMARGO, Autoritarismo e populismo, op. cit., p. 41.
[464] O projeto foi apresentado pelo Conselho de Ministros em 1962. Em sua argumentação afirmava que *"é inadmissível perdurar a atual situação, quando, em razão da falta de legislação reguladora do dispositivo constitucional, se invoca legislação anterior à redemocratização do país para pôr em risco a própria liberdade dos líderes sindicais"*. Apud. VIANNA, Cíbilis da Rocha. *Reformas de base e política nacionalista de desenvolvimento:* de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 175.
[465] IANNI, *A formação...*, op. cit., p. 100.

da luta de classes, doravante estimulada, e não mais amortecida pelo populismo".[466] Desta forma, como reforça Toledo, *"a quase totalidade da burguesia nacional passou a conspirar ativamente contra o governo"*.[467] Nesse sentido, as condições gerais da crise do Estado populista são sintetizadas por Weffort:

> O grande compromisso social em que se apoiava o regime se viu, assim, condenado por todas as forças que o compunham. Condenado pela direita e pelas classes médias que se aterrorizavam ante a pressão popular crescente; pelos grandes proprietários assustados com o debate sobre a reforma agrária e com a mobilização de massas rurais, pela burguesia industrial, temerosa também da pressão popular, e já vinculada por alguns de seus setores importantes aos interesses estrangeiros. E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças, como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas.[468]

O golpe civil militar empresarial de 1964 colocava fim ao Estado populista, resolvendo, do ponto de vista das classes dominantes, as mesmas contradições que haviam determinado os golpes de 1945 e de 1954 – a intervenção dos setores populares de forma crescentemente autônoma e radicalizada, afrontando a cláusula pétrea do populismo, de que a emergência política dos setores populares só poderia se dar de forma subordinada e sob estritos controles. Por duas vezes foi possível reconstruir a política populista, redefinindo suas condições. Em 1964, no entanto, a grau de politização e mobilização da classe trabalhadora, a decidida emergência dos trabalhadores rurais e a consolidação da subordinação da burguesia brasileira ao capital internacional tornavam insustentável a manutenção ou reconstrução do populismo, sendo superado por uma ordem abertamente repressiva e sob hegemonia dos setores diretamente subordinados da burguesia brasileira.

---

[466] SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*, op. cit., p. 105.
[467] TOLEDO, op. cit., p. 119.
[468] WEFFORT, *O populismo na política brasileira*, op. cit., p. 88.

Capítulo 2 - O integralismo: dos anos 30 à "reorientação doutrinária"

Este capítulo tem como objeto a atuação do movimento integralista anterior à formação do Partido de Representação Popular, tanto no período de intervenção da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) quanto em sua atuação durante o Estado Novo (1937-1945). Sua hipótese central é que o integralismo constituiu um movimento claramente fascista na década de 1930 e passou por um processo de adaptação ao novo contexto político em 1945, tendo como base o que denominamos de "reorientação doutrinária", através da qual, desde 1942, Salgado buscou ressignificar alguns conceitos da doutrina integralista de forma a apresentá-la como democrática, omitindo ou abandonando suas características abertamente fascistas.

Assim, na primeira seção discutimos o processo de formação da Ação Integralista Brasileira e sua trajetória, levando em conta a formação política de Plínio Salgado, desde sua atuação como deputado pelo Partido Republicano Paulista nos anos 1920 e sua participação no movimento modernista; sua viagem à Europa em 1930, a sistematização de seu projeto político através do jornal *A Razão*, a constituição da Sociedade de Estudos Políticos; o lançamento do Manifesto de Outubro de 1932; o processo de estruturação nacional da AIB; sua estrutura hierárquica e centralizada; a importância da simbologia e da ritualística integralista; e a propaganda e arregimentação do movimento até 1937.

Na seção seguinte, discutiremos a caracterização da AIB como um movimento fascista. Para tal, analisaremos a ideologia e o projeto integralista, dando especial ênfase para o antiliberalismo, o anticomunismo, o ultranacionalismo e a proposta de constituição de um "Estado Integral"; analisaremos o papel desempenhado pela AIB na política brasileira dos anos 30, levando em conta sua estruturação como um movimento de massas e o êxito na arregimentação de vastas parcelas dos setores médios; apontaremos os vínculos que o movimento manteve com o fascismo italiano e com o nazismo, e, propondo a definição de um conceito de "fascismo genérico", discutiremos o enquadramento da AIB neste conceito.

A relação ambígua do movimento integralista com Vargas e o processo de fechamento político que conduziu ao Estado Novo serão discutidos na seção seguinte, enfatizando-se a discrepância entre o envolvimento e a empolgação dos integralistas com a centralização conduzida por Vargas até o golpe de 1937, e sua decepção posterior, com a proibição das atividades do movimento e a chamada Intentona Integralista de 1938.

A seguir, discutiremos a trajetória de Salgado durante seu exílio em Portugal, com ênfase nos sucessivos manifestos que enviou aos integralistas brasileiros e na tentativa frustrada de reconciliação com Vargas, bem como nas relações políticas por ele estabelecidas. Finalmente, discutiremos o processo de "reorientação doutrinária" conduzido por Salgado a partir de 1942, para adequar o movimento integralista ao novo contexto político que se consolidaria com a derrota nazista em 1945. Para tanto, analisaremos a reinterpretação da trajetória política do integralismo, omitindo ou negando suas características abertamente fascistas; a tentativa de apresentar o movimento como "democrático" e "antitotalitário" e a dissociação entre a doutrina integralista e a forma concreta que assumira nos anos 30, a Ação Integralista Brasileira.

2.1 – Formação e trajetória da AIB

2.1.1. A formação política de Plínio Salgado e o lançamento do integralismo

Embora o movimento integralista não possa ser explicado unicamente a partir da trajetória de sua principal liderança, o processo de socialização e formação política de Salgado dá indicações importantes sobre a base doutrinária que fundamentaria a ideologia integralista. Nascido em 1895 em São Bento do Sapucaí (SP), Salgado teve sua primeira experiência política em 1913, com a fundação do Partido Municipalista, de duração efêmera. No entanto, foi a partir de sua transferência para São Paulo, em 1919, que passou a ter uma intervenção política expressiva, a qual se deu de duas maneiras aparentemente contraditórias: sua participação no movimento modernista e sua eleição para deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. Salgado participou da Semana da Arte Moderna em 1922 e foi um dos fundadores, em 1926, do Grupo Verde-Amarelo, que defendia um nacionalismo ufanista, contrapondo-se ao movimento antropofágico de Mário e Oswald de Andrade. No mesmo ano escreveu seu mais importante romance modernista, *O Estrangeiro*, o que, segundo Maria do Pilar Vieira, marca *"a grande virada do pensamento de Plínio Salgado"*.[1] Ao mesmo tempo, participava de um movimento renovador no interior do Partido Republicano Paulista, o que lhe conduz ao exercício de um mandato como deputado estadual. No entanto, como ressalta Hélgio Trindade, *"foi a*

[1] VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *Em busca do Sigma*: estudo sobre o passado político de Plínio Salgado às vésperas da fundação da AIB. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1978, p. 59. O romance *O Estrangeiro* deu início a uma trilogia complementada por *O esperado* (1931) e *O cavaleiro do Itararé* (1932).

experiência literária de Salgado nos grupos pós-modernistas mais do que sua decepção com a tentativa frustrada de renovação do Partido Republicano Paulista que terá uma influência decisiva na sua ruptura com a Velha República.[2] Seu movimento renovador perdeu força no interior do PRP e, desiludido com seu partido, Salgado aceitou o convite de um amigo para viajar à Europa e ao Oriente como preceptor de seu filho, onde permaneceu entre abril e outubro de 1930. Foi nesta viagem que Salgado tomou contato com o fascismo, chegando a conversar com Mussolini, o que teve grande importância na definição de seu pensamento político:[3] o fascismo o levaria a amadurecer uma proposta de ação política concreta, em consonância com seu diagnóstico da situação brasileira. A conversa com Mussolini teria reforçado sua intenção de liderar um "movimento de idéias": *"Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente do nosso País. Também como eu, ele pensa que antes da organização de um partido, é necessário um movimento de idéias*".[4] Segundo Maria do Pilar Vieira, *"o contato com a Europa vai acentuar ainda mais o nacionalismo e o antiliberalismo que existiam em embrião em seu pensamento, além de lhe trazer um novo tema: o anticomunismo*".[5] Da Europa, Salgado enviou carta a um amigo seu, revelando o impacto do fascismo em seu pensamento e seu plano para o retorno ao Brasil:

> **Tenho estudado muito o fascismo; não é exatamente esse o regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante**. O fascismo, aqui, veio no momento preciso, deslocando o centro de gravidade política, que passou da metafísica jurídica às instituições das realidades imperativas. (...) O fascismo não é propriamente uma ditadura, e sim um regime. Penso que o Ministério das Corporações é a máquina mais preciosa. O trabalho é perfeitamente organizado. O capital é admiravelmente bem controlado. (...) **Volto para o Brasil disposto a organizar as forças intelectuais esparsas, coordená-las, dando-lhes uma direção, iniciando um apostolado**.[6]

De volta ao Brasil, Salgado ainda apoiou a candidatura presidencial de Júlio Prestes em 1930 e se opôs à chamada "Revolução de 1930", considerando-a "liberal". Mas logo se desvinculou de seu antigo partido e mudou sua visão sobre a nova ordem política, passando a apoiar Vargas e a estimulá-lo a desenvolver uma política antiliberal,

---

[2] TRINDADE, Hélgio. A Ação Integralista Brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados:* Revista de Ciências Sociais, vol. 10, Rio de Janeiro, 1973, p. 25-60, p. 26.
[3] Na avaliação de Trindade, *"os contornos definitivos da ideologia em elaboração se definem durante sua viagem ao Oriente e à Europa"*. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel / Porto Alegre: EdUFRGS, 1974, p. 81.
[4] Apud MEDEIROS, Jarbas & VIEIRA, Margarida. As idéias políticas de Plínio Salgado. In: CRIPPA, Adolpho (coord.). *As idéias políticas no Brasil.* Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979, p. 139-186, p. 169.
[5] VIEIRA, op. cit., p.71.
[6] Apud TRINDADE, A Ação Integralista Brasileira..., op. cit., p. 36. Grifos meus.

promovendo a almejada "renovação" política: "*a posição de Salgado face à Revolução de 1930 já havia evoluído de uma atitude crítica à sua inspiração liberal a uma atitude de aceitação do fato revolucionário, na medida em que a Revolução destruíra o sistema político da República Velha*".[7] Nesse sentido, redigiu o Manifesto da Legião Revolucionária, organização do tenentismo antiliberal, mas rompeu com o movimento pouco depois de seu lançamento. Logo conseguiria um instrumento para propagar suas idéias, com a constituição do jornal *A Razão*, que circulou entre junho de 1931 e maio de 1932. Seus editoriais, escritos por Salgado, já indicavam a sua futura intervenção política:

> A leitura do conjunto das crônicas de Salgado faz ressaltar três temas dominantes. Em primeiro lugar, elas pretendem convencer os intelectuais a abandonar sua torre de marfim e incorporar à sua atividade literária uma preocupação real com os problemas brasileiros; em segundo lugar, elas apresentam alguns elementos de análise crítica da sociedade brasileira com relação ao contexto internacional; enfim, elas propõem algumas diretrizes para a solução dos problemas brasileiros e o autor estabelece as bases da elaboração de um novo pensamento político adaptado às necessidades nacionais. (...) A partir desta época, dois elementos que permitem prever o nascimento da Ação Integralista Brasileira encontram-se esboçados: o primeiro é o desejo de elaborar um pensamento novo, adaptado à nossa realidade; o segundo, a existência de uma predisposição para o engajamento.(...) O último aspecto a ressaltar são os motivos que impõem a necessidade de uma ação político-ideológica. A primeira é a constatação de que novas camadas sociais aparecem na luta social e política; a segunda, a elaboração de um novo tipo étnico nacional; a terceira, a superação da ameaça cosmopolita pela afirmação nacional [8]

Os escritos de Salgado buscavam indicar um rumo a ser seguido pelo Governo Provisório. Conforme Vieira, "*Plínio Salgado não deixa de se referir, por vezes claramente, a Getúlio Vargas, dando a impressão de que se preocupava em adulá-lo e hipotecar-lhe apoio*".[9] Para Trindade, "*a partir de agosto de 1931, passa ao apoio direto, afirmando que a 'continuidade da ditadura é um sonho de verdadeiros revolucionários'*".[10] O fato de que Vargas não seguia seus conselhos levou Salgado a amadurecer a proposta de lançamento de um movimento próprio:

> Após ter escrito uma série de artigos doutrinários, constata que o Governo Provisório se mantém indiferente à sua pregação. Sem perspectiva de influenciar o rumo dos acontecimentos, resta-lhe como única alternativa lançar um apelo à juventude. (...) E para orientar a ação dessa juventude, Salgado define alguns pontos de referência doutrinários. O núcleo dessa nova doutrina é uma visão filosófica da sociedade dirigida para uma finalidade moral e centrada sobre uma concepção do Estado.[11]

---

[7] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 89.
[8] Idem, ibidem, p. 57, 60 e 61.
[9] VIEIRA, op. cit., p. 84.
[10] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 92.
[11] Idem, ibidem, p. 93.

Já naquele momento, defendia que *"a estrutura do Estado deve ser corporativa e unipartidária, tornando-se o quadro no qual as diversas categorias profissionais se fazem representar em órgãos legislativos"*,[12] desenvolvendo temas como a defesa da unidade nacional, o anticosmopolitismo, a consciência nacional, a denúncia do Estado liberal e o anticomunismo, e assumindo sua posição abertamente como de extrema-direita: *"O mundo contemporâneo não admite senão duas interpretações dos destinos da sociedade. Ou ficamos com a tese de Karl Marx e adotamos o princípio do materialismo histórico e o processo de revolução social; ou ficamos na extrema-direita, afirmando que o homem e a sociedade objetivam, através das contingências econômicas, ideais superiores, de natureza intelectual, moral e espiritual"*.[13] É importante destacar ainda que *"no contexto pós-revolucionário de 1930-1932, criam-se condições internas favoráveis à eclosão de um movimento de tipo fascista no Brasil"*, com o que Salgado assumiu a tarefa de *"reagrupar os grupos e intelectuais e as organizações políticas que defendiam uma solução autoritária de direita"*.[14] Para isto, buscou constituir um núcleo de intelectuais de direita que compartilhasse das idéias centrais de seu pensamento, fundando a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), em fevereiro de 1932. De sua fundação participou um grupo de intelectuais paulistas e diversos estudantes de Direito.[15] Na avaliação de Sérgio Micelli, a SEP *"era composta, inicialmente, por um considerável número de liberais descontentes com os rumos que tomava a Revolução, não possuindo, portanto, um caráter fascista absoluto*",[16] e segundo Paulo Brandi, ela chegou a contar com 148 membros.[17] No entanto, Salgado aglutinou em torno de si o grupo majoritário da entidade, o qual tendia *"a considerar os estudos e debates na SEP como uma atividade instrumental a serviço da ação, e manifesta uma grande angústia política*".[18] Assim, em 12 de março, uma Assembléia Geral da nova entidade aprovou seus princípios gerais, apontando para uma perspectiva já bastante próxima da que caracterizaria a AIB:

---

[12] Idem, ibidem, p. 94.
[13] Apud VIEIRA, op. cit., p. 92.
[14] TRINDADE, A Ação Integralista Brasileira..., op. cit., p. 36.
[15] Dentre os intelectuais, destacam-se: Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mario Graciotti, João Leães Sobrinho, Fernando Callage. Vários estudantes de direito participantes integrariam a Ação Integralista Brasileira, como Alfredo Buzaid, Rui Arruda, Roland Corbisier e Ângelo Arruda.
[16] MICELLI, Paulo, *História, histórias*: o jogo dos jogos. Campinas, Unicamp, 1996, p. 35.
[17] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 5198.
[18] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 127. As outras posições seriam constituídas *"pelos monarquistas do movimento Patrianovista"*, e *"o caso quase isolado de Cândido Motta Filho, que goza de muito prestígio na SEP e recusa-se a aderir ao integralismo"*. Idem, ibidem, p. 127.

> Somos pela unidade da Nação; somos pela expressão de todas as suas forças produtoras no Estado; somos pela implantação do princípio da autoridade, desde que ela traduza forças reais e diretas dos agentes da produção material, intelectual e da expressão moral do nosso povo; somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso País; somos por um programa de coordenação de todas as classes produtoras. Somos por um ideal de justiça humana que realize o máximo de aproveitamento dos meios de produção em benefício de todos, sem atentar contra o princípio da propriedade, ferido tanto pelo socialismo, como pelo democratismo; somos contrários a toda tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e as suas projeções morais; somos contra a tirania dos indivíduos contra a ação do Estado e os superiores interesses da Nação; somos contrários a todas as doutrinas que pretendem criar privilégios de raças, de classes, de indivíduos, grupos financeiros ou partidários, mantenedores de oligarquias econômicas ou políticas; somos pela afirmação do pensamento político brasileiro baseado nas realidades da terra, nas circunstâncias do mundo contemporâneo, nas superiores finalidades do homem e no aproveitamento das conquistas científicas e técnicas do nosso século.[19]

Salgado também não teve dificuldade para aprovar, em maio de 1932, "*a criação de uma nova comissão técnica, denominada Ação Integralista Brasileira*",[20] voltada à ação prática de disseminação do programa e dos princípios da SEP. O passo seguinte seria a publicação imediata de um Manifesto lançando o novo movimento, o que teve de ser adiado em virtude da eclosão do movimento constitucionalista.[21] Enquanto isto, Salgado buscou estabelecer uma rede nacional de contatos para a expansão do integralismo, utilizando-se de grupos pré-existentes:

> Pelo menos quatro organizações existentes no país aproximar-se-ão, para depois fundirem ou continuarem atuando autonomamente, mas todas elas contribuindo para o nascimento da Ação Integralista Brasileira: 1) a Ação Social Brasileira, que reunia, sob a liderança de J. Fabrino, intelectuais como Assis Memória, Carlos Maul e Júlio Barata, e adotava uniforme que constava de camisa e gravata azuis, calça cáqui, botas pretas, chapéu com bordas e a insígnia do Cruzeiro do Sul; 2) A Legião Cearense do Trabalho, liberada pelo tenente Severino Sombra (contrária à Revolução de 30), resultante da fusão de um grupo de operários com a Juventude Operária Cristã de Hélder Câmara, em meados de 1931; 3) A Ação Patrianovista Brasileira, de Pagano, João Carlos Fairbanks e Ataliba Nogueira, fundada em 1928, e que se afastaria do Integralismo, a partir do momento em que este se manifestou republicano. 4) O Partido Nacional Sindicalista, de Olbiano de Melo.[22]

A Legião Cearense do Trabalho destacava-se como movimento de massas, ainda que em âmbito regional, contando com aproximadamente 15.000 legionários e uma centena de organizações operárias,[23] enquanto o Partido Nacional Sindicalista, baseado em

---

[19] Apud. MEDEIROS & VIEIRA, op. cit., p. 171.
[20] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 130.
[21] Salgado apoiou o governo federal, o que levou os revoltosos a empastelarem o jornal *A Razão*.
[22] TAVARES, José Nilo. *Conciliação e radicalização política no Brasil:* ensaios de história política. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 191.
[23] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 114.

Minas Gerais teria sido *"o precursor no plano da elaboração ideológica"*.[24] Salgado também teria estabelecido contato com os grupos que editavam as revistas *Hierarquia*[25] e *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais* (Rio de Janeiro), e com intelectuais de direita de diversos estados, dentre os quais Rio de Janeiro (Madeira de Freitas, Santiago Dantas, Antonio Galotti), Niterói (Raymundo Padilha, Thiers Moreira), Recife (Otto Guerra, Andrade Lima), Porto Alegre (Dario de Bittencourt, Anor Butler Maciel).[26] Estavam preparadas as condições para o lançamento público do movimento, o que ocorreu logo após a derrota do movimento constitucionalista, em sessão pública no Teatro Municipal de São Paulo a 7 de outubro. O Manifesto definia as linhas gerais da doutrina integralista, com ênfase para o nacionalismo, o antiliberalismo e o anticomunismo:

> Grosso modo, no Manifesto podem destacar-se para facilidade de análise, três aspectos que estão imbricados: uma confissão de princípios, uma crítica da situação nacional e uma terceira, indicando soluções possíveis, segundo a doutrina. (...) A luta em prol do nacionalismo deveria ser travada então em duas frentes: através do anticosmopolitismo e conseqüentemente do antiliberalismo e do anticomunismo, enquanto se procuraria elevar o grau de consciência nacional, fortalecendo a unidade do país; para isso contava-se com o auxílio da ciência – a psicologia social. (...) O nacionalismo apresentado no Manifesto é muito mais acentuado que aquele que transparece nos editoriais de A Razão.[27]

Tornado público o manifesto e estabelecida a rede de contatos nos diversos estados, Salgado tratou de encaminhar a estruturação nacional do movimento integralista, ao passo que as demais atividades da SEP ficaram praticamente abandonadas. Assim, rapidamente Salgado nomeou chefias regionais, que ficaram responsáveis pela organização do integralismo em seus estados. Um dos principais instrumentos utilizados, a partir de 1933, foram as "Bandeiras", através das quais grupos de integralistas percorreram diversas regiões do país visando à constituição de núcleos do movimento. De acordo com Micelli:

> Em agosto de 1933, as chamadas Bandeiras Integralistas deram novo dinamismo ao movimento. Para o norte, seguiram Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros, realizando conferências em Campos, Cachoeira de Santa Leopoldina, Vitória, Santa Tereza, Salvador, Alagoinhas, Aracajú, Penedo, Recife, Natal, Fortaleza, São Luis, Belém e Manaus, além de uma outra linha que seguiu para Juiz de Fora e Belo Horizonte; para o sul seguiu Miguel Reale que divulgou o integralismo no Paraná, em Santa Catarina e no

---

[24] Idem, ibidem, p. 115.
[25] Em março de 1932, Salgado publicou artigo na revista *Hierarquia*, afirmando que "*Roma fascista, tão caluniada pelos demagogos da cocaína libertária, constitui atualmente a suprema garantia da liberdade*". Apud TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 108.
[26] Cf. TAVARES, op. cit., p. 192-3.
[27] VIEIRA, op. cit., p. 112 e 115.

> Rio Grande do Sul, o que resultou na criação de novos núcleos integrados principalmente por italianos e alemães.[28]

Estavam criadas as condições que tornariam possível a constituição de um movimento de massas, de âmbito nacional e com estruturação em todo o país.

2.1.2 A estruturação de um movimento de massas

O ano de 1933 marcou o início da expansão nacional do movimento integralista, com estruturação de grande número de núcleos. Além das "bandeiras", destaca-se a realização de concentrações regionais e promoção de desfiles públicos, muito utilizados como forma de divulgação do movimento. Assim, rapidamente passou a contar com núcleos organizados em todo o território nacional, constituindo-se como movimento de massas, na definição de Trindade; *"a primeira organização de massa no Brasil"*.[29] De acordo com Trindade, *"em maio de 1934, desfilavam quatro mil integralistas no Rio de Janeiro, mas em julho também marcharam milicianos uniformizados de Niterói, Salvador, Recife e Belo Horizonte"*.[30]

Ainda em 1933, o movimento apresentou candidatos em eleições parlamentares, embora isto não fosse uma prioridade para a AIB. Segundo Micelli, "*na primeira eleição de que participaram os integralistas (1933), seus candidatos João Carlos Fairbanks, Miguel Reale, Pimentel Jr. e J. Sardinha obtiveram apenas 2.000 votos. Nas eleições estaduais de 1934, no Estado do Rio não elegeram ninguém, tendo obtido 1.786 dos 120.000 votos. Naquele ano, somente em São Paulo conseguiram eleger João C. Fairbanks, que obteve 8.935 votos, ou seja, 2,1% do total"*.[31] Em 1934, ainda, elegeria seu único deputado federal do período, o Capitão Jeovah Motta, apresentado pela legenda da Liga Eleitoral Católica, além de seis deputados estaduais. Em 1936, elegeu 4 deputados estaduais e 20 prefeitos, oito dos quais em Santa Catarina.[32]

Os integralistas constituíram também uma vasta rede de imprensa contando com jornais diários e semanais, revistas, folhetos e panfletos. Segundo informação divulgada pelo jornal oficial do movimento (*Monitor Integralista*), em outubro de 1957 existiriam 8

---

[28] MICELLI, op. cit., p. 36.
[29] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 288.
[30] TRINDADE, Hélgio. Integralismo. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 2814.
[31] MICELLI, op. cit., p. 37.
[32] Cf. HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: *O Brasil na crise internacional*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, p. 23-57; e GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

grandes diários, 105 hebdomadários e quinzenários, 3 revistas ilustradas, uma revista de alta cultura, o Monitor Integralista e *"cerca de 3.000 boletins semanais e quinzenais, impressos ou mimeografados, referentes ao serviço de cada núcleo"*.[33] A propaganda do movimento baseava-se no duplo objetivo de constituir uma "elite" e captar as simpatias das "massas", conforme analisa Rosa Cavalari

> Seus destinatários eram as massas integralistas ou não e as elites. Assim, o movimento integralista se processa num duplo sentido: o da arregimentação disciplinar das suas legiões e o da formação das suas elites. Para a arregimentação disciplinar promovia-se a doutrinação. (...) Já a formação das elites era feita através dos estudos integralistas e dos altos estudos integralistas, organizados pelo Departamento de Estudos. (...) Havia níveis diferenciados de transmissão dessas idéias. Assim, existiam na Bibliografia Integralista livros destinados às massas populares, e livros destinados aos políticos e intelectuais. (...) Tais obras eram estruturadas de acordo com o modo pelo qual os teóricos integralistas representavam as competências e expectativas culturais de seus militantes, obras com forte apelo ao sentimento e à emoção para a doutrinação das turbas e obras com um apelo maior à razão para os que irão influir nos destinos das turbas. Portanto, para competências diferentes, livros diferentes.[34]

A organização integralista expandia-se rapidamente. Em agosto de 1935, Salgado *"fez um balanço do movimento em mensagem dirigida aos chefes provinciais informando que a AIB contava na época com um deputado federal, quatro deputados estaduais, 1.123 grupos organizados em 548 municípios e quatrocentos mil adeptos"*.[35] O ano de 1936 ficou conhecido como "ano verde", pela grande expansão integralista, a qual, segundo alguns analistas, teria lhe permitido ultrapassar um milhão de adeptos, número que nos parece exagerado, tendo em vista, dentre outros fatores, os resultados eleitorais atingidos pelo movimento.[36] Um panfleto integralista de 1937 afirma que o movimento contava com 3.246 núcleos municipais, *"mantendo mais de 3.000 escolas de alfabetização, mais de 1.000 ambulatórios médicos, centenas de lactários, numerosos gabinetes dentários e*

---

[33] Cf. CAVALARI, Rosa. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999, p. 87. De acordo com a autora, havia "*uma padronização da imprensa integralista tanto com relação ao conteúdo que veiculava quanto com relação à forma como era dado a ler"*, chegando os jornais a obedecer *"a mesma forma de diagramação, aos mesmos dispositivos tipográficos"*. Idem, ibidem, p. 83.

[34] CAVALARI, op. cit., p. 47, 48 e 129

[35] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 5200.

[36] Ainda assim, Marilena Chauí aceita a informação do jornal integralista *A Offensiva* de que "*de julho a setembro* [de 1936] *o número de membros e simpatizantes da AIB dobrou, ultrapassando a casa de um milhão"*. CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978, p. 102. Também Rosa Cavalari afirma que em 1937 o integralismo contava com *"mais de um milhão de adeptos"*. CAVALARI, op. cit., p. 34.

farmácias, centenas de campos de esporte, centenas de bibliotecas".[37] No início de 1937, o movimento promoveu um plebiscito interno para escolha de seu candidato à presidência, no qual teriam votado 850 mil integralistas.[38] Assim, ao menos entre 1935 e 1937, a AIB foi efetivamente uma organização de massa, ainda que seja difícil precisar o número exato de militantes e núcleos com que contava.

2.1.3 A organização interna do integralismo

A Ação Integralista Brasileira se estruturava internamente seguindo um vasto e complexo esquema de organização, dotado de códigos de hierarquia e disciplina, símbolos e rituais e diversas instâncias diretivas. Trindade identifica seus principais objetivos: "*A organização integralista desempenha, pois, uma tríplice função: fornecer ao chefe meios poderosos para dirigir o movimento; realizar uma experiência pré-estatal ao nível da organização, inspirada no modelo teórico do Estado Integral; constituir-se num instrumento de socialização político-ideológica dos aderentes*".[39] A pretensão a constituir-se como estrutura pré-estatal, esboçando no interior do movimento o núcleo do que viria a ser o "Estado Integral", é bastante evidente. Em 1934, o I Congresso Integralista, realizado em Vitória, define as características básicas da estruturação do movimento, estabelecendo as diretrizes integralistas, criando a milícia partidária e definindo suas instâncias dirigentes, além de aprovar o estatuto do "Chefe Nacional". A AIB passava a contar com Departamentos Nacionais (Doutrina, Propaganda, Milícia, Cultura Artística, Finanças e Organização Política), os quais deveriam desdobrar-se em departamentos estaduais e municipais. Em 1936, durante o II Congresso Integralista, realizado em Petrópolis, uma série de modificações na estrutura organizativa do movimento tornou mais evidente sua pretensão a se constituir como embrião do Estado Integral:

> Em 1936, no Congresso de Petrópolis, a estrutura foi remanejada e novos órgãos foram incorporados. A Resolução 165 (janeiro de 1936) criou dois novos órgãos de representação: a Câmara dos Quarenta e o Conselho Supremo e, simultaneamente,

---

[37] Folha Corrida [Panfleto]. O número de escolas de alfabetização teria se multiplicado em 1937, visando a qualificação eleitoral: "*Através da alfabetização rápida buscava-se ensinar os brasileiros a ler e a escrever, não para elevar o seu nível cultural ou promover a sua realização plena enquanto homem integral, conforme era preconizado, mas para que ele pudesse obter seu título de eleitor. O objetivo era qualificá-lo para a campanha eleitoral para a sucessão presidencial e a renovação do legislativo federal"*. CAVALARI, op. cit., p. 65.

[38] O movimento divulgou apenas os resultados finais do plebiscito, mas não o número de eleitores por cidade, sendo provável que tais números tenham sido superdimensionados. Pelos resultados divulgados, Salgado teria obtido 846.554 votos, Gustavo Barroso 1.397 votos e Miguel Reale 164 votos. Cf. BRANDI, op. cit., p. 5202.

[39] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 170.

> instituiu o órgão máximo de representação da AIB , a Corte do Sigma. (...) Esse conjunto de novos órgãos de cooperação com a chefia nacional permitiu caracterizar a evolução do integralismo para uma forma de organização pré-estatal. As funções do antigo conselho nacional decompuseram-se em três novos organismos colegiados com atribuições previstas para o futuro Estado Integral. O Conselho Supremo, sob a direção do Chefe Nacional, tinha o papel de um gabinete restrito cujo ministério seria composto pelos secretários nacionais; a Câmara dos Quarenta seria o núcleo do futuro senado integralista; a Câmara dos Quatrocentos poderia transformar-se na Câmara Corporativa do período transitório, antes da implantação do sistema de corporações, e, enfim, a Corte do Sigma seria o órgão supremo do Estado integral. A organização, portanto, da AIB era muito mais do que um "contragoverno" de oposição: ela funcionava como um verdadeiro Estado totalitário em potencial que possuía somente uma ideologia de Estado e uma estrutura hierarquizada, mas se utilizava de meios estatais como um aparelho burocrático interno, de forças paramilitares (a milícia), de uma política de socialização e reeducação dos militantes e de uma legislação própria (resoluções, regulamentos, medidas de censura, etc.), assim como de um tribunal com um corpo de "magistrados" para julgar as ações de seus membros.[40]

Para a socialização ideológica dos militantes, era utilizada "*uma série de mecanismos e atividades destinadas à transmissão de valores, símbolos e estilos de comportamento compatíveis com a concepção de sociedade e Estado integralistas*".[41] Através deles, "*a doutrina fazia-se presente nos acontecimentos mais significativos da vida pessoal de cada militante. Para o movimento não havia distinção entre o público e o privado. Pelo contrário, o privado era dissolvido no público*".[42] Explica-se, desta forma, a previsão de cerimônias específicas para os casamentos, batizados e cerimônias fúnebres dos militantes integralistas, além do uso de uniforme e da adoção de uma saudação particular. Tais mecanismos visavam, acima de tudo, internalizar nos militantes integralistas o disciplinamento hierárquico, preparando-os para a obediência às ordens emanadas do "Chefe Nacional". Um exemplo claro é a saudação "Anauê" ("você é meu irmão!"), que além de buscar fortalecer o sentimento de nacionalidade, adotando uma expressão indígena, e de reforçar a identidade interna do movimento, garantia ainda a imposição da hierarquia, pois o Chefe Nacional era saudado com três "anauês", os chefes provinciais deveriam ser saudados com dois "anauês", enquanto os demais militantes o eram com apenas um. As sessões da AIB seguiam rígido protocolo, sendo abertas com o Hino Integralista Avante e encerradas com o Hino Nacional. A socialização era complementada com atividades de integração, como piqueniques, excursões e acampamentos. O movimento adotava ainda como símbolo maior a letra grega Sigma (Σ),

---

[40] TRINDADE, Integralismo. In: *Dicionário...*, op. cit, p. 2812-2813.
[41] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 196.
[42] CAVALARI, op. cit., p. 172.

cujo significado remetia à idéia de totalidade. Todas as atividades públicas (desfiles, concentrações, comícios, sessões públicas etc.) eram minuciosamente planejadas e deveriam seguir uma série de prescrições ritualísticas. Os desfiles, em especial, deveriam sempre expressar força e organização, sendo ordenados em alas nas quais se distribuiriam mulheres, crianças, civis e militares, protegidos por batedores e tendo à frente a bandeira azul, preta e branca com o Σ ao centro. O historiador Fausto Irschlinger, estudando a estruturação do integralismo na região norte do Rio Grande do Sul, observa uma grande diversidade de atividades rituais realizadas naquela região:

> Não apenas nos núcleos centrais integralistas do norte gaúcho, mas também nos subnúcleos distritais, inspirados e comandados por esses, o rito integralista se fez presente. Podemos citar, entre anauês, protocolos e marchas, as cerimônias de inserção de militantes nas fileiras do Sigma, a forma de instalação de congressos, comemorações e datas históricas e religiosas ou de outras ocorrências (como comemorações imbricadas de aspectos emotivos). Logo, podemos perceber que a maioria dos encontros, sessões, congressos... era caracterizada por um aparato simbólico que tendia a se ritualizar.[43]

Além delas, várias atividades de integração evidenciam a presença do movimento nas atividades cotidianas dos militantes: os integralistas formaram times de futebol, um grupo de capoeira, uma equipe de cavalaria, grupos de xadrez, damas, dominó e pingue pongue, promoviam semanalmente a "Hora da arte brasileira" nas sedes do movimento, constituíram uma orquestra integralista, promoveram lutas de boxe.[44]

Outro elemento importante era a manutenção de uma organização paramilitar no interior do movimento, a chamada "Milícia Integralista", cuja finalidade era realizar treinamento militar sistemático, com participação obrigatória de todos os militantes integralistas homens de 16 a 42 anos. A milícia integralista foi organizada pelo Capitão Olympio Mourão Filho e tinha como comandante Gustavo Barroso. A partir de 1935 os partidos políticos foram proibidos de manter organização paramilitar, mas a AIB manteve a milícia em funcionamento, alterando formalmente seu nome para "Departamento de Cultura Física", mas mantendo o treinamento militar. Em 1937, no Manifesto Programa da candidatura presidencial de Salgado, defendia-se abertamente a atuação de "*uma força civil voluntária (...) que deverá ser suficientemente armada para defender contra o*

---

[43] IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo verde:* o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF, 2001, p.108.
[44] Idem, ibidem, p. 92-96.

extremismo, o banditismo, a dissolvência, a anarquia, as famílias em cada Município, a ordem legal, os princípios democráticos da República e as autoridades constituídas".[45]

A estrutura fortemente hierárquica do movimento integralista tinha como elemento central a posição ocupada por Salgado, como Chefe Nacional ao qual os integralistas juravam obediência irrestrita. Embora se impusesse como Chefe do movimento desde sua fundação, foi no Congresso de Vitória que Salgado institucionalizou as condições de sua chefia, incorporando suas imposições nos estatutos da AIB:

> Art. 5; parágrafo 4 - É proibido sob pena de exclusão automática, qualquer integralista comentar qualquer ato do Chefe Nacional, relativo ao exercício do seu cargo.
>
> Art. 6 - É considerada indisciplina a ingerência de qualquer autoridade integralista em assunto de competência exclusiva do Chefe Nacional, bem como na de Departamentos de competência de outra autoridade.
>
> Art. 7 - É vedado a todos os integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto, assim como lhe dar pareceres, sem serem solicitados para isso.
>
> Art. 8 - Para os integralistas, a pessoa do Chefe Nacional é intangível.[46].

O ingresso no movimento era precedido pelo juramento de fidelidade ao Chefe Nacional: "*Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e de meus superiores*".[47] A obediência sem questionamento era constantemente estimulada: "*o integralista nunca deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, ainda quando a julgue errada, porque uma ordem certa e discutida torna-se mais perniciosa do que uma errada e cumprida, porque esta, pelo menos, prestigia o princípio de autoridade e rebela em quem obedece, um trunfo moral sobre si próprio"*.[48] Salgado contava ainda com uma vasta estrutura burocrática a seu serviço: "*O Chefe Nacional dispõe, como numa estrutura governamental,*

---

[45] Apud ALVES, Ivan. *Os nossos super-homens:* nem notívagos nem marinheiros, são os integralistas que chegam. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982. Coleção Os grandes enigmas da história, op. cit., p. 175.

[46] Apud HUNSCHE, Carlos Henrique. *O integralismo brasileiro:* história e caráter do movimento fascista no Brasil. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1996, p. 85. A despeito da clareza destas definições, Francisco Martins de Souza sustenta que Salgado não impunha sua posição: "*Plínio Salgado, no entanto, não parece ter pretendido instituir nenhuma verdade no sentido de dogma, e para tanto trabalhou uma outra categoria para as possibilidades de aproximação do conhecimento em seu desdobramento histórico - a intuição. (...). É pela via intuitiva que interpretará a realidade nacional procurando sintetizar os conhecimentos produzidos e reunidos de forma a integralizar todos os setores da atividade social*". SOUZA, Francisco Martins. O integralismo. in*: Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. Volume 5, p. 61-109, p. 63.

[47] Apud ALVES, op. cit., p. 171. Também a incorporação na Milícia Integralista era precedida por um juramento: "*Assentando praça na Milícia Integralista, em nome de Deus e pela minha honra eu juro: primeiro, absoluta disciplina aos meus chefes e perfeita solidariedade aos meus camaradas; segundo, dar a minha vida, se necessário, pela causa da Revolução Integralista; terceiro, amar, respeitar e fazer respeitar o Chefe Nacional*". Idem, ibidem, p. 174-175.

[48] SALGADO, Plínio. A doutrina do Sigma. Apud CAVALARI, op. cit., p. 55.

de um Gabinete Civil e Militar. O Gabinete subdivide-se em vários serviços: a Casa Militar e o Comando da Tropa de Serviços Especiais. (...) Os outros serviços do Gabinete são o Secretariado, o Jornal Oficial (Monitor Integralista), os serviços de imprensa e os serviços de relações exteriores".[49] Além disso, tinha total controle sobre os departamentos nacionais da AIB, podendo nomear e destituir seus chefes a qualquer momento, e contava com o Conselho Nacional, um órgão de assessoria com *"funções consultivas, sem nenhum poder de decisão autônomo*".[50] Ainda assim, o historiador Edgard Carone sustenta que sua liderança era continuamente questionada:

> É árdua a conquista da posição de liderança, tendo Plínio Salgado usado, para isto, de todas as artimanhas e politicalhas internas. Depois de submeter alguns e de praticamente expulsar outros, o Chefe consegue a liderança final da AIB. (...). O domínio recente de Plínio Salgado sobre a AIB é frágil. (...). As diversas cisões que se dão - 1934 e 1936 - mostram que a afirmação da Hierarquia e Obediência são traços de aparências externas, pois internamente a luta continua.[51]

No mesmo sentido, também Trindade sustenta que *"apesar de todo poder formal, Salgado era, na realidade, um chefe pusilânime. Uma distância enorme se estabelece entre a imagem oriunda dos militantes situados numa relação 'orador-massa' e os julgamentos de dirigentes e colaboradores próximos sobre seu comportamento como dirigente da AIB. (...) Só um Chefe fraco tem necessidade de impedir toda forma de interpelação de seus subordinados e de se proclamar 'perpétuo' e 'intangível'"*.[52] Em vista disso, para ele, "*Salgado tinha necessidade de reafirmar sua autoridade constantemente e de afastar toda ameaça contra seu poder exclusivo"*.[53] O comportamento ambíguo e reticente de Salgado após a proibição legal da AIB, no início do Estado Novo, reforça a tese de que sua direção era frágil. Isto não implica, no entanto, que não concentrasse um poder efetivamente expressivo, sendo reconhecido por grande parte dos integralistas como "chefe intangível".

Em março de 1935, a Ação Integralista Brasileira registrou-se como partido político, adequando seus estatutos de forma a poder apresentar candidatos em sua própria legenda. Tal opção redefine a posição anterior do movimento, quando, *"embora a AIB pretenda ser um instrumento para a instauração do Estado Integral, recusa-se a ser assimilado, numa primeira fase, a um partido político, e define-se apenas como um*

---

[49] TRINDADE, *Integralismo*, op. cit., p. 180.
[50] Idem, ibidem, p. 181.
[51] CARONE, Edgard. *O Estado Novo:* 1937-1945. São Paulo, Difel, 1976, Coleção "Corpo e Alma do Brasil", p. 193 e 194.
[52] TRINDADE, *Integralismo*, op. cit., p. 176.
[53] Idem, ibidem, p. 178.

movimento cultural e cívico".[54] Para Trindade, esta mudança alterou a perspectiva estratégica do movimento, configurando a *"passagem da fase 'revolucionária' do integralismo à sua fase eleitoral"*, modificando a linguagem do movimento, *"pois não se trata mais de 'implantar' o Estado integral ou o nacional-corporativismo, mas de 'reformar' o Estado brasileiro pela tomada legal do poder político*".[55] Cavalari, ao contrário, minimiza as conseqüências da transformação, sustentando que *"o integralismo apresentava-se sempre como um movimento de cultura. Embora tenha se tornado partido político a partir de 1935, não se apresentava como tal*".[56] A manutenção da milícia partidária, sob nova denominação, parece indicar que mesmo o registro como partido era uma modificação tática, mas não implicava no abandono da perspectiva insurrecional, nem em opção pela "tomada legal do poder político", como sustenta Trindade. Ainda assim, cabe reconhecer que tal passo no sentido da institucionalização teria conseqüências para o movimento. Tavares avalia que, *"transformada em partido político, 'um partido de tipo diferente', na concepção de seus dirigentes, a Ação Integralista Brasileira ingressaria no terreno das táticas políticas que, viciando a sua pureza doutrinária original, envolve-a, não raro, em manobras de oportunismo político*".[57] Embora nos pareça idealista a proposição desta "pureza doutrinária original", as acomodações táticas ficam evidentes, por exemplo, no estudo de Irschlinger, que demonstra que nas eleições de Passo Fundo e Carazinho em 1935, grande parte dos integralistas votou em candidatos de partidos tradicionais para as respectivas prefeituras, embora esta posição não tenha se tornado pública e, mesmo, contrariasse a veemente oposição aos partidos regionais publicamente proclamada.[58] Assim, parece-nos que a prática eleitoral da AIB efetivamente determinou transformações relevantes, embora não tenha modificado o eixo de seu projeto político, nem determinado o abandono de suas principais características organizativas.

---

[54] Idem, ibidem, p. 171.
[55] Idem, ibidem, p. 171.
[56] CAVALARI, op. cit., p. 41.
[57] TAVARES, op. cit., p. 201.
[58]. Em Passo Fundo, a AIB obteve 302 votos para vereadores e 158 votos para prefeito, tendo sido os demais votos direcionados para o candidato da Frente Única. Já em Carazinho, a AIB registrou como candidato a prefeito seu Chefe Provincial Dario de Bittencourt, residente em Porto Alegre, e atingiu 165 votos para vereadores e apenas 32 para prefeito, direcionando os demais votos ao Partido Republicano Liberal. Em Erechim, em contrapartida, a AIB obteve, respectivamente, 332 e 310 votos, havendo grande similitude nas diversas seções eleitorais, distinguindo-se claramente da situação dos outros municípios. Cf. IRSCHLINGER, op. cit., p. 144-164;

2.2 – A AIB como movimento fascista

2.2.1 Ideologia e Projeto do integralismo

A ideologia e o projeto do movimento integralista nos anos 30 já foram objeto de vasta discussão por parte dos diferentes historiadores e cientistas sociais que o estudaram, de forma que seria inviável aqui fazer uma discussão aprofundada de cada um dos elementos que os constituem. Buscaremos, assim, apresentar brevemente os mais importantes dentre eles, a partir dos estudos disponíveis, enfatizando em especial os elementos que permitirão uma caracterização sua como movimento fascista.

O primeiro elemento a ser investigado é sua concepção de Estado, já que o movimento indicava a constituição do "Estado Integral" como seu objetivo fundamental. Trindade aponta *"uma defasagem entre o grau de elaboração da teoria do Estado e o papel que lhe é atribuído na sociedade integralista*",[59] já que a despeito de sua importância para o projeto integralista, a concepção de Estado do movimento era genérica e imprecisa. No Manifesto Integralista se destacaria a idéia de Estado como *"uma superestrutura autoritária, coroando a concepção espiritual-nacionalista contida no discurso ideológico"*, cuja função seria a de *"regulador do equilíbrio social"*.[60] Já Miguel Reale teria desenvolvido uma concepção "sindical-corporativa" de Estado, distinguindo *"os conceitos de Nação e Estado, definindo o último como 'a organização hierárquica dos indivíduos e dos grupos que aumentam dia a dia a grandeza da Nação'"*,[61] concluindo que *"a representação econômica realiza-se através da organização sindical"*, desempenhando quatro funções: política, econômica, cultural e moral. A definição de Reale era claramente corporativista, baseada no *"sufrágio restrito e hierárquico a todos os escalões, salvo ao nível local onde a escolha dos membros do Conselho Municipal é feito diretamente pelos membros do sindicato"*.[62] Também Brandi aponta o caráter abstrato da definição pliniana de Estado, ressaltando, no entanto, a definição de que *"esse Estado seria corporativo, unipartidário e basicamente semelhante ao 'Estado fascista'"*.[63] Assim, *"tal como nos regimes fascistas, a organização do 'Estado integral' teria por base o princípio*

---

[59] TRINDADE, *O integralismo...*, op. cit., p. 223.
[60] Idem, ibidem, p. 227.
[61] Idem, ibidem, p. 228.
[62] Idem, ibidem, p. 235.
[63] BRANDI, op. cit., p. 5197. O próprio Salgado escreveu, em *A Razão*, que *"o que há de essencial na doutrina fascista é perfeitamente aceitável como concepção de Estado"*. Idem, ibidem, p. 5197.

corporativista".[64] Chasin não aceita o caráter fascista do projeto de Estado integralista, considerando que embora defendendo um Estado forte, este era *"duplamente limitado; de um lado pela concepção espiritualista do homem, de quem é utensílio e protetor, e de outro pelo nacionalismo defensivo, de raiz ética e tradicionalista*".[65] Tal posição parece-nos desconsiderar a centralidade do corporativismo no conceito integralista de Estado:

> O corporativismo seria a panacéia para os males do país: seria o fim da luta entre os Estados; o fim dos partidos políticos que nada representavam; o fim dos conflitos entre capital e trabalho; implantar-se-ia "a verdadeira liberdade por que o homem só é realmente livre quando defende um interesse direto"; acabar-se-ia com a "ridícula comédia" das eleições diretas e do sufrágio universal.[66]

Os integralistas acreditavam, desta forma, que *"a representação por classes seria mais autêntica e só através dela se manifestaria a opinião pública verdadeira do Brasil"*,[67] em clara conformidade com a concepção fascista de Estado.

Um aspecto a ser observado na análise da produção pliniana é a característica peculiar de seus textos, em geral claramente irracionalistas. Para Chauí, *"o discurso integralista tem a peculiaridade de operar com imagens em lugar de trabalho com conceitos"*, através de três procedimentos: *"por justaposição de imagens, por transformação de um conceito em uma imagem, e, enfim, por associação livre de imagens*".[68] Chasin considera que o discurso integralista, *"por impossibilidade intrínseca de ser convincente, se mostra visceralmente persuasivo": "não encontramos em suas páginas uma argumentação elaborada com o propósito de convencer, obediente às exigências da construção sistemática regida por nexos racionais*".[69] Salgado optava pelo discurso emotivo como forma privilegiada de proselitismo, como ele próprio admitia: *"quem apelar para a inteligência brasileira escutará o eco de mil vozes contrastantes. Só há uma unidade no Brasil: a do sentimento. A ela é que devemos recorrer. Ela é dócil. É entusiasta. Acompanharia o Czar ou Lenine, tudo dependendo de se tocar o Hino Nacional*".[70] Apenas ao dirigir-se às supostas "elites", Salgado buscava dotar seu discurso de uma aparência de racionalidade: "*Seus textos oscilam entre a afirmação da necessidade de criar uma consciência nacional e o apelo ao sentimento nacional – a solução de*

---

[64] Idem, ibidem, p. 5198.
[65] CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 2ª edição. Belo Horizonte: Uma Editora / São Paulo: Ad Hominen, 1999, p. 561.
[66] VIEIRA, op. cit., p. 106;
[67] Idem, ibidem, p. 104.
[68] CHAUÍ, op. cit., p. 40.
[69] CHASIN, op. cit., p. 553-554.
[70] Apud MEDEIROS & VIEIRA, op. cit., p. 154.

compromisso consistirá em colocar a consciência nacional ao lado das elites pensantes e o sentimento nacional ao lado da massa".[71] A dimensão mais destacada deste discurso era a oposição entre "materialismo" e "espiritualismo" como chave da interpretação de toda a história humana,[72] em uma interpretação teleológica pela qual estaríamos vivendo um período de predomínio do "materialismo" que antecedia o triunfo definitivo do "espiritualismo". Esta concepção inspirava-se simultaneamente no integralismo lusitano e no falangismo espanhol, e no catolicismo tradicional brasileiro, em especial através da leitura de Jackson de Figueiredo. Para Chauí, o discurso de Salgado oscilaria entre catolicismo e positivismo:

> Entre duas atitudes ideológicas conservadoras – a positivista e a católica – Plínio Salgado oscila sem cessar entre ambas. Cremos ser essa oscilação uma das forças curiosas de seu discurso do ponto de vista da persuasão. O discurso tende a ser persuasivo porque reforça sob a aparência da análise científica, o ideário conservador das classes urbanas e rurais que se sentem fundamentadas para pensar o que pensam, ao mesmo tempo que a persuasão opera ainda noutro nível, pois a linguagem religiosa do pregador inflamado reforça os sentimentos (ou melhor, os ressentimentos) de seu ouvinte ou leitor. Oscilando entre a "demonstração" e a "pregação", o pensamento de Plínio Salgado tem grande poder mobilizador.[73]

Apesar da presença evidente de elementos do catolicismo no discurso integralista, Salgado jamais conseguiu obter apoio explícito da hierarquia católica, embora a tenha procurado continuamente, já que. "*a hierarquia nunca permitiu que a Ação Integralista se identificasse plenamente com a Igreja Católica. De um lado porque o Integralismo não se resumia ao tradicionalismo católico (...). De outro lado, porque Getúlio Vargas sempre negociou diretamente com a Igreja e nunca por intermédio da Ação Integralista*".[74] Ainda assim, obteve declarações de apoio de diversas lideranças católicas, além da adesão de centenas de religiosos em pequenas cidades semi-rurais, especialmente na região colonial italiana. A relação do movimento com a Igreja Católica foi objeto de intensa polêmica no

---

[71] CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera. *Inteligência brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 27-42, p. 31.

[72] Nas palavras de Brandi, *"sua filosofia da história apoiava-se numa concepção evolucionista baseada no confronto entre o conceito materialista e espiritualista"*. BRANDI, op. cit., p. 5198. Para Medeiros e Vieira, "*o pensamento político de Plínio Salgado tem uma base filosófica na oposição ao materialismo (que inclui tanto o capitalismo como o socialismo) e na valorização de uma posição espiritualista cristã*". MEDEIROS & VIEIRA, op. cit., p. 140.

[73] CHAUÍ, Notas..., op. cit., p. 41.

[74] SOUZA, op. cit., p. 106. De acordo com Scott Mainwaring, *"A Constituição de 1934 incorporou as principais exigências da Liga Eleitoral Católica, incluindo o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso, a educação religiosa durante o período escolar e subsídios do Estado para as escolas católicas"*. MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil* (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 48

interior do movimento, em virtude da presença de militantes de outras confissões cristãs, bastante expressivas nas regiões de colonização alemã, o que obrigou o movimento a uma definição formal, em 1934, qualificando o integralismo como movimento cristão não confessional e colocando todas as religiões cristãs em condição de igualdade,[75] o que determinou a ruptura de um grupo de católicos tradicionalistas.[76] O "espiritualismo" também embasava uma posição ultramoralista: *"no campo da sexualidade, ninguém compete com os camisas-verdes em termos de reacionarismo: repulsa dos instintos, monogamia indissolúvel, sexo como procriação, dessexualização da mãe e da criança, etc"*.[77] A oposição "espiritualismo" / "materialismo" tomava também a forma de oposição entre um Brasil "real", "profundo", "interior", considerado espiritualista, e um Brasil "formal", "litorâneo", "cosmopolita", considerado materialista. Expressaria-se ainda como oposição entre direita e esquerda: *"A esquerda é a violência, é o golpe cruel, é o assassino frio, é o defloramento em massa, é a blasfêmia. A direita é a união sagrada em torno da bandeira da Pátria, das tradições nacionais, é a virtude, é a castidade, é o heroísmo, é a religiosidade, é a delicadeza de sentimentos, é o pudor individual e coletivo, é o sacrifício, é a honra de uma Nação*".[78]

Hélgio Trindade buscou identificar os principais elementos constituintes da ideologia integralista, a partir de entrevistas com antigos integralistas.[79] Embora a metodologia por ele utilizada seja bastante discutível,[80] observa-se uma clara coincidência entre os temas apontados pelos entrevistados como principais motivações para seu ingresso no integralismo e elementos desenvolvidos na ideologia integralista: anticomunismo, simpatia pelos fascismos europeus, nacionalismo e antiliberalismo. Dentre eles, destaca-se o anticomunismo, "*motivação principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços*

---

[75] Cf. GERTZ, op. cit., p. 147.
[76] Cf HUNSCHE, op. cit., p. 60-65.
[77] VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira:* análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 66.
[78] SALGADO, Plínio. *Páginas de combate.* Apud MEDEIROS & VIEIRA, op. cit., p. 178.
[79] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 158-168; TRINDADE, Hélgio. A Ação Integralista Brasileira..., p. 39-46.
[80] A metodologia utilizada por Trindade é duramente criticada por Chasin: "*A que se reduziu, então, a proposta metodológica de Trindade, que se propunha, como referimos, a combinar dois planos analíticos: o histórico clássico e o psico-sociológico? O primeiro não ultrapassa o aspecto de uma cronologia comentada. (...) A parte psico-sociológica segue o patrão típico do positivismo contemporâneo com seus conhecidos limites e pretensões*".[80] CHASIN, op. cit., p. 43. De fato, a forma de aplicação dos questionários e o procedimento de seleção dos entrevistados adotado por Trindade é passível de críticas, mas não invalida por inteiro suas conclusões. Além disso, como discutiremos adiante, diversos estudos posteriores retomaram e complementaram aspectos falhos.

dos integralistas".[81] Estranhamente, no entanto, Trindade o trata como reflexo do anticomunismo dos fascismos europeus, desconsiderando seu papel na luta de classe no Brasil. Considerando o PCB como frágil,[82] concluía que o anticomunismo não teria papel a cumprir no contexto brasileiro, pois *"a ameaça comunista interna parece distante aos integralistas devido a pequena expressão política do Partido Comunista Brasileiro"*.[83] Para ele, o anticomunismo só teria uma função relevante após a expansão da Aliança Nacional Libertadora: *"o anti-socialismo que se desenvolveu antes da expansão da Aliança Nacional Libertadora e da rebelião comunista de 1935 era, de fato, mais a expressão de uma atitude reflexa preventiva diante da importância dos movimentos socialistas europeus contra os quais se confrontaram os fascismos*".[84] No mesmo sentido, Antonio Rago propõe que inexistia uma classe operária organizada. *"falta a base social fundamental que acompanha a reação fascista e que faz desta um discurso eminentemente contraconceitual (oposição ao liberalismo e ao marxismo), a saber: organização política da classe operária*".[85] Tais posições não nos parecem sustentáveis. Acreditamos, ao contrário, que *"a motivação anticomunista explica-se mais por conflitos sociais internos, não restritos à intervenção do Partido Comunista e geradores de temores nos setores médios*".[86] A observação de Trindade de que *"a importância atribuída ao anti-socialismo no conjunto dos textos ideológicos integralistas é paradoxalmente pequena comparada àquela do antiliberalismo"*[87] – que nos parece discutível – deve ser reavaliada considerando-se que "*embora o antiliberalismo fosse um elemento central, ele só pode ser entendido dialeticamente articulado ao anticomunismo. Tanto um quanto o outro eram*

---

[81] TRINDADE, *Integralismo*, op. cit., p. 160.

[82] Para sustentar tal afirmação, Trindade afirma: *"O PCB se desenvolve lentamente, superando as contradições internas, sem jamais conseguir tornar-se um movimento que reunisse uma grande massa de militantes. (...) Em 1929, o semanário A Classe Operária tira 30.000 exemplares, **o que não é muito**, numa época em que existem mais de 400.000 trabalhadores"*. TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p. 22-23, grifo meu. A existência de um jornal semanal com tiragem de 30.000 exemplares não nos parece que possa ser considerada como indicador de debilidade, mas ao contrário, de relativa força.

[83] Idem, ibidem, p. 238.

[84] TRINDADE, Integralismo, In: *Dicionário...*, op. cit., p. 2811.

[85] RAGO Filho, Antonio. Posfácio. In: CHASIN, op. cit., p. 620. No prefácio da mesma obra, Antonio Cândido expressa a mesma concepção: *"No Brasil não era agudo o 'perigo vermelho' sob a forma de pressão imediata de um proletariado numeroso e aguerrido, que apavorou a burguesia européia depois da Primeira Grande Guerra e criou condições para o êxito do fascismo"*, embora lembre: *"que este 'perigo' era temido desde o começo do século, sendo objeto de um pensador que influenciou Salgado, Oliveira Vianna*". CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, op. cit., p. 17.

[86] CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História, p. 51.

[87] TRINDADE, *Integralismo...*, op. cit., p.

referenciados pelo suposto 'indesejável materialismo'".[88] No que se refere à classe operária, acreditamos, com Chauí, que nos anos 30 "*a classe operária não está passiva, não está ausente, nem é irrelevante para a 'grande política'*", e que *"se não houvesse prática operária, certamente não haveria a representação ideológica anticomunista*".[89] A presença da classe operária tomava inclusive a forma de diversas greves. Victor Alba aponta que "*numerosas greves são declaradas em 1931 e 1932*",[90] o que é confirmado pela pesquisa de Zélia Lopes da Silva, que aponta que foram desencadeadas 41 greves entre 1930 e 1932 apenas no estado de São Paulo.[91] Assim, como afirma Chauí, *"a classe operária constitui, senão um perigo imediato, pelo menos uma ameaça suficientemente forte para obrigar a 'questão social' a receber um tratamento político simultâneo ao tratamento policial".*[92] Também Saes relaciona diretamente a expansão integralista à ascensão do proletariado urbano:

> O integralismo chegou a ganhar a dimensão de um verdadeiro movimento de massa da classe média, atingindo a casa dos 500 mil adeptos. Só se pode compreender tal dimensão quando se tem em conta que a ascensão do movimento do proletariado urbano, já esboçada em 1931-1932, e chegando ao seu ápice em 1934-1935, semeia no conjunto da classe média (alta e baixa) o temor de proletarização e empurra amplos contingentes dessa classe para posições antioperárias, anticomunistas e repressivas.[93]

O antiliberalismo, por sua vez, tinha grande importância no discurso integralista, assumindo diversos significados, como a crítica às deficiências do sistema político brasileiro, a denúncia do "materialismo" e suas conseqüências, e a acusação de que o "liberalismo" conduziria inexoravelmente ao "comunismo". Para os integralistas, "*O Estado liberal era um estado falido, sem nenhuma perspectiva. Reduzira-se a um formalismo jurídico, pois a liberal-democracia não considerava o homem nem como aspiração material, nem como índice cultural, nem como expoente mora*l".[94] A democracia liberal seria um conceito considerado abstrato e um modelo importado artificialmente,

---

[88] SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha:* imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 112. A autora refuta a tese de que o anticomunismo brasileiro só ganhou força a partir da criação da ANL, mostrando a existência de diversas campanhas anticomunistas, desenvolvidas de maneira sistemática entre 1931 e 1934, através dos jornais, dos integralistas ou da Igreja Católica.
[89] CHAUÍ, Apontamentos..., op. cit., p. 95 e 98.
[90] ALBA, Victor. *História del movimiento obrero en América Latina.* México, Libreros Mexicanos Unidos, 1964, p. 387.
[91] SILVA, Zélia Lopes. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990, Coleção "Onde está a República", p. 137-146.
[92] CHAUÍ, op. cit., p. 89.
[93] SAES, Décio. Classe média e política. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertand, 1991, p. 449-506, p. 491.
[94] VIEIRA, op. cit., p. 90.

"destruidor da alma nacional" e fragmentador da "pessoa humana". Seria, desta forma expressão do materialismo que facilitaria a ação do comunismo. Assim, o liberalismo estaria em oposição à "tradição cristã" e instigaria a desestruturação social e a luta de classes, ao substituir o "Brasil Real" pelo "Brasil formal".

Um elemento especialmente controverso é o suposto anticapitalismo integralista. A despeito das constantes proclamações anticapitalistas, o discurso integralista era extremamente impreciso e ambíguo, jamais colocando em questão as bases do capitalismo:

> A posição anticapitalista da ideologia integralista apresenta uma ambigüidade fundamental. Os textos dos principais teóricos utilizam uma linguagem muitas vezes fortemente crítica ao sistema capitalista, ao mesmo tempo que a organização econômica proposta pela ideologia não põe em questão os princípios básicos do sistema. A única dimensão do capitalismo condenada por todos é o capitalismo financeiro internacional. O essencial do sistema capitalista, porém, permanecia intangível, na medida em que o integralismo não punha em questão a propriedade dos meios de produção e o princípio do lucro.[95]

A crítica ao capitalismo era uma necessidade para que o movimento se apresentasse como "renovador" ante sua base social pequeno-burguesa, mas não podia ser consistente, em vista do projeto social integralista. Esta mesma contradição foi enfrentada pelos diversos fascismos em sua fase de movimento, quando os vínculos com o grande capital ainda não transpareciam, e a solução encontrada pelos integralistas foi a mesma dos demais fascismos: concentrar a crítica ao "capitalismo internacional", responsabilizando-o por todas as mazelas do capitalismo, sem colocar em questão elementos centrais do sistema capitalista, como a propriedade e as formas de apropriação. Desta forma, combatendo o "capitalismo internacional" seria possível "*humanizar o capitalismo, conciliando-o com o homem":*[96] Assim, todo o "anticapitalismo" integralista reduzia a uma proposta vaga de "moralização" do capitalismo: "*A propriedade juntamente com a família, desde que abordadas pela perspectiva integralista, seriam a salvação do capitalismo. O que se propunha então era um capitalismo modificado, "moralizado", uma vez que não negava seus princípios básicos, deixando intactas suas bases econômicas e sociais, a propriedade privada dos meios de produção e a livre iniciativa individual".*[97]

Desta forma, todo o discurso integralista sobre o capitalismo assumia uma perspectiva moralizante, atacando o "luxo pecaminoso" que *"destrói a vida comunitária e*

---

[95] TRINDADE, Integralismo..., In: Dicionário..., op. cit., p. 2811-2812.
[96] TRINDADE *Integralismo...*, op. cit., p. 102
[97] VIEIRA, op. cit., p. 107.

familiar, pautada pela simplicidade".[98] A proposta de "reforma do capitalismo" expressa assim a visão da pequena burguesia e, ao mesmo tempo, indica uma solução fascista no encaminhamento desta reforma, através da intervenção estatal, mantendo-se intocada a propriedade privada dos meios de produção.

Também o "nacionalismo" apresentava-se como eixo central do discurso integralista, mas não era claramente definido nem fundamentava propostas concretas em termos econômicos. Possuía, sem dúvidas, *"um sentido mais cultural e político do que econômico"*.[99] Ainda que não se possa negar que possuía também uma dimensão econômica, deve-se reconhecer que ela era secundária, quase sempre se reduzindo à crítica genérica ao "capitalismo internacional".[100] Em termos políticos, o nacionalismo integralista apresentava-se como justificação de um projeto de centralização política extrema, atacando-se simultaneamente o poder das unidades federativas e a existência de partidos políticos regionais, ambos considerados responsáveis pelo enfraquecimento da Nação. Em termos culturais, apresentava-se fundamentalmente como anticosmopolitismo e como cultor das "tradições nacionais". A valorização do "homem simples" do interior, suposto depositário destas tradições e imune aos "estrangeirismos" expressa ambos aspectos. Os integralistas se propunham a disseminar sistematicamente o nacionalismo, através de comemorações de datas pátrias, da reinterpretação do passado nacional, do culto aos "heróis nacionais", do estímulo às práticas culturais vistas como tradicionais e da denúncia do caráter "antinacional" de seus adversários.[101] Além disso, os militantes integralistas recebiam sistemática doutrinação nacionalista voltada à valorização dos "símbolos nacionais", através dos rituais do movimento e de códigos que remetiam à nacionalidade, como a referência indígena da saudação "Anauê", a cor verde do uniforme integralista e a alusão à totalidade indissolúvel do símbolo "Sigma".

---

[98] CHAUÍ, Notas..., op cit., p. 31.
[99] BRANDI, op. cit., p. 5198.
[100] Em sentido contrário, Trindade ressalta que *"o nacionalismo integralista contém também uma dimensão econômica e antiimperialista. Se esta dimensão não predomina nos escritos de Salgado, aparece explicitamente nos livros de Miguel Reale e Gustavo Barroso"*. TRINDADE, *Integralismo*, op. cit., p. 223. Ainda assim, indica apenas o "conteúdo anti-semita" do "nacionalismo econômico" de Barroso e a crítica de Reale ao "imperialismo econômico". O que nos parece insuficiente para contradizer a avaliação de que o conteúdo econômico do nacionalismo integralista é secundário.
[101] Desta forma, confirma-se claramente a proposição de Leandro Konder de que *"a valorização fascista da nação, exatamente porque é inevitavelmente retórica, precisa ser agressiva, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio"*. KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 13.

2.2.2 O papel desempenhado pela AIB no processo político brasileiro

Um elemento da maior importância para a avaliação do papel desempenhado pelo movimento integralista é a discussão sobre o caráter supostamente "artificial" ou "reflexo" do movimento integralista, sustentado por diversos autores. Esta visão começou a ser disseminada a partir de uma perspectiva liberal por Afonso Arinos, para quem tanto o integralismo como o comunismo *"foram as ondas que arrebentaram nas nossas praias, vindas da procela do mar alto"*, correspondendo *"à infiltração entre um pequeno grupo de intelectuais das idéias antidemocráticas e antipartidárias de tipo fascista, provindas da Europa"*.[102] Assim, para ele, integralismo e comunismo não correspondiam *"ao desenvolvimento normal das forças da nossa política interna. E não passavam de mera expressão reflexa das duas grandes correntes ideológicas que se chocavam no cenário mundial"*.[103] Partindo de premissas muito diversas, também Chasin sustenta a artificialidade do integralismo, considerando-o como proposta anacrônica, que não corresponderia ao desenvolvimento das forças produtivas. Na sua avaliação, o atraso do desenvolvimento das forças produtivas no Brasil – que qualifica como "capitalismo hiper-tardio" – tornava inviável o desenvolvimento de um projeto fascista. O integralismo seria assim um movimento anacrônico que visaria barrar o desenvolvimento das forças produtivas:

> Precisamente num momento histórico em que se processa a transição de uma ordem agro-exportadora para a ordem urbano-industrial, graças a uma "conciliação pelo alto", uma recomposição das frações dominantes no estado autocrático dos proprietários, é que surge um movimento político de tolhimento (ou melhor, de tentativa ilusória de tolhimento) do avanço das forças produtivas materiais contra os "reis da finança" ou o "espírito burguês".[104]

Em termos sociais, o integralismo expressaria o desespero de uma limitada categoria social atingida pela expansão do capitalismo, constituindo-se assim como projeto de uma ilusória restauração, conforme sustenta Antonio Rago:

> Trata-se, pois, de restaurar a ordem social, conservando intacta a estrutura produtiva em nosso país, cortejando os grandes proprietários rurais, que sofrem a "tragédia do café" e pondo-se – e aí reside a particularidade social do integralismo – na defesa dos pequenos produtores rurais. Projeto restaurador, que, de uma posição ruralista, tem como pressuposto a paralisia da história, por meio do fetiche da nossa singularidade social e a efetuação "integral" da colaboração das classes antagônicas. (...) Essa utopia reacionária

---

[102] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1974, p. 76.
[103] Idem, ibidem, p. 75.
[104] CHASIN, op. cit., p. 621.

> perpassada com uma forma específica de anticapitalismo romântico, de fundo cristão, ensejou uma forte sedução naqueles que acreditavam na sedutora "revolução espiritual" que, a partir das "verdades eternas da terra e da raça", pudesse moralizar as mazelas da sociedade capitalista brasileira. Isto explica a massiva adesão à sua propositura ideológica.[105]

Como apontamos anteriormente, também Trindade, embora discordando da objeção de Chasin à qualificação do integralismo como fascista, defende o caráter reflexo do anticomunismo brasileiro, com base na suposta fragilidade do PCB e inatividade da classe operária. Nossa perspectiva é contrária, acreditando que a expressiva arregimentação de militantes e mobilização política alcançadas pelo integralismo só podem ser compreendidas, partindo-se da premissa de que ele cumpriu um papel efetivo na luta de classe no Brasil, a despeito das influências externas que teve. E, uma vez que a classe operária não estava inativa e que a ameaça comunista era concretamente sentida tanto pela classe dominante como por setores da pequena burguesia, o integralismo deve ser visto como um projeto de mobilização política de segmentos da pequena burguesia sob uma perspectiva abertamente antiproletária, no que teve um êxito relativo. Assim, o principal fator da adesão de expressivos segmentos da pequena burguesia ao integralismo foi o temor de proletarização, manifesto em sua reação ao avanço do movimento operário e ao crescimento da organização comunista. A existência prévia de diversos movimentos protofascistas, inclusive com organização de massas (Legião Cearense do Trabalho) e com uma ideologia corporativista sistematizada (Partido Nacional Sindicalista) é outra evidência clara de que o movimento integralista não é anacrônico nem meramente restaurador, mas que expressava anseios concretos de um segmento social. Como afirmava Tavares, o projeto integralista era "*claramente voltado para as classes médias urbanas e a pequena burguesia rural, insatisfeitas com a situação vigente no país e politicamente disponíveis*".[106] A Ação Integralista Brasileira também cumpriu um papel mais propriamente político, enquanto instrumento de incorporação de segmentos da pequena burguesia no processo político, uma vez que os partidos oligárquicos regionais permaneciam pouco permeáveis à sua participação.[107] A crítica simultânea ao capitalismo

---

[105] RAGO, Antonio. Posfácio. In: CHASIN, op. cit., p. 636 e 640.
[106] TAVARES, op. cit., p. 207.
[107] De acordo com Raymundo Faoro, "*a classe média, sobretudo a nova classe média (white collar), sem papel político na sociedade, desdenhada pelas camadas dominantes, sente no credo verde a oportunidade de ajustar-se ao Estado, que a banira, durante quarenta anos, como parasitária e improdutiva*". FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 2ª edição revista e aumentada. Porto Alegre: Globo / São Paulo: Edusp, 1975, p. 699.

internacional e ao internacionalismo dos trabalhadores evidencia uma perspectiva pequeno-burguesa, para quem o Estado corporativo e altamente centralizado podia ser percebido como instrumento de defesa da Nação frente ao capitalismo internacional e como antídoto contra a luta de classes. Os dados disponíveis sobre a composição social da AIB comprovam o predomínio da pequena burguesia, ainda que fossem majoritariamente seus estratos superiores que compunham a direção integralista, enquanto seus estratos inferiores eram majoritários nas instâncias de base. [108].O que é reforçado pela constatação de Chauí de que estes setores são os destinatários privilegiados do discurso integralista:

> O integralismo dirige-se, pois, à classe média urbana. E não o faz apenas dessa forma tácita, invocando valores tradicionalmente imputados a ela, mas a convoca explicitamente, e não somente para que venha cerrar fileiras na qualidade de militante, mas sim para que venha constituir-se como vanguarda política. (...) Salgado a define como inteligência, moralidade e guardiã da pessoa "acima das lutas mesquinhas". Reale a coloca como portadora da idéia e, detalhe curioso, como revolucionária desde que posta diante do risco de queda social e econômica, isto é, diante do risco de proletarização.[109]

Fica descartada em nossa análise, desta forma, a tese do anacronismo do movimento integralista. Sustentando-se que ele efetivamente cumpria uma função real na luta de classes, em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas e expressando determinados setores sociais, resta avaliar se seu projeto social pode ser considerado fascista. Para tanto, será necessário esboçar uma definição acerca do conceito de fascismo, para que se possa avaliar se o movimento integralista pode ser considerado fascista.

2.2.3 Caracterização do fascismo

O debate em torno do conceito de fascismo é extremamente longo, encontrando-se posições muito diferentes e diversos temas que são objeto de forte polêmica. Assim, torna-se inviável fazer aqui uma discussão exaustiva. Buscaremos, nesta seção, tão somente apresentar brevemente alguns dos principais eixos do debate e propor uma definição dos elementos centrais que caracterizariam um movimento fascista.

---

[108] De acordo com os dados apresentados por Trindade, dentre os dirigentes e militantes locais da amostra por ele analisada, 54% provieram da pequena burguesia dos pequenos proprietários, 24% da média burguesia intelectual e 22% de camadas populares. Dentre os dirigentes regionais, 64% classificam-se como média burguesia, 14,2% como pequena burguesia dos pequenos proprietários, 14% como burguesia e apenas 3% como camadas populares. Finalmente, 88% dos dirigentes nacionais eram saídos da média burguesia e 11% da burguesia. TRINDADE. *Integralismo...*, op. cit., p. 146.

[109] CHAUÍ, op. cit., ´p. 53-54.

Uma primeira questão relevante diz respeito a própria possibilidade de utilização do conceito de "fascismo", uma vez que o termo originalmente designa um movimento particular, que governou a Itália entre 1922 e 1944. A cientista política Edda Sacomani registra o crescimento da *"corrente historiográfica que visa reduzir o âmbito de aplicação do conceito de fascismo apenas ao contexto italiano"*,[110] explicando-o como produto da singularidade do processo histórico daquele país. Outros autores admitem a utilização do conceito de fascismo, mas restringem sua aplicação *"aos movimentos fascistas europeus do entre-guerras"*, considerando que *"fora da Europa não se podiam reproduzir em escala importante todas as características do fascismo europeu*".[111] Nesse sentido, Francisco Falcon defende que *"qualquer comparação com situações não européias, mesmo posteriores, mesmo atuais, é impossível, dada a diferença radical de contextos históricos"*.[112] Estas posições sustentam-se, em grande medida, na denúncia dos exageros do uso indiscriminado do conceito de fascismo para designar movimentos e regimes muito distintos. Edward Tannenbaum, por exemplo, aponta que a palavra "fascismo" *"foi empregada por estudiosos respeitáveis para descrever regimes tão diversos como os da Alemanha de Hitler, a Espanha de Franco, a Argentina de Perón e inclusive a França de Napoleão III, Japão da década de 30 e os Estados Unidos na década de 1970*".[113] Também Renzo de Felice avalia que *"o termo fascista vem sendo usado de maneira e em medida cada vez mais indiscriminada e genérica"*, propondo *"pôr fim a este uso indiscriminado e distorcido do adjetivo fascista"*.[114] Sua proposta de estabelecimento de um *"mínimo denominador comum entre alguns fascismos nos anos entre as duas guerras*

---

[110] SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto et alii (orgs.) *Dicionário de Política.* 2 volumes. 12ª edição. Brasília, UnB, 1999, p. 468.

[111] PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza, 1980, p. 11 e 178. Posição semelhante é defendida também em TREVOR-HOPER, H. R. O fenômeno do fascismo. In: RODRIGUES, Antonio (org.). *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 51-66; e GENTILE, Emílio & DE FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo.* São Paulo: Ícone, 1988.

[112] FALCON, Francisco. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. In: SILVA, José Luis Werneck (org.). *O feixe e o prisma:* 1 – O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 29-43, p. 37. O mesmo autor defendera posição diversa em texto anterior, sustentando que o estudo das origens históricas dos movimentos fascistas não pode significar "*a aceitação dos pressupostos empiristas negadores da possibilidade de utilização e análise, pelo historiador, do fascismo enquanto categoria conceitual, concreta"*. FALCON, Francisco. Origens históricas dos movimentos fascistas. In: RODRIGUES, op. cit., p. 17

[113] TANNENBAUM, Edward. *La experiência fascista:* sociedad y cultura em Itália (1922-1945). Madrid: Alianza, 1972, p. 11.

[114] DE FELICE, Renzo. O fascismo como problema interpretativo. In: GENTILE & DE FELICE, op. cit., p. 74-75.

mundiais", no entanto é extremamente restritiva.[115] Esta posição é criticada pelo filósofo Leandro Konder:

> O italiano Renzo De Felice e o alemão Ernst Nolte (...) decidiram restringir o emprego do conceito de fascismo, praticamente, aos movimentos liderados por Hitler e Mussolini e a outros movimentos diretamente ligados a eles. Nolte nega, por exemplo, que o regime de Salazar em Portugal fosse fascista e nega também que existisse na Áustria no tempo de Dolfuss um "clerical-fascismo". (...) Fora da Europa e do período situado entre as duas guerras mundiais, portanto, só existe fascismo como fenômeno irrelevante. (...) Para evitar os riscos de um emprego confusionista e anticientífico do conceito de fascismo (riscos obviamente muito reais), os dois fascistólogos famosos expulsaram o conceito da história que está sendo feita em nossos dias, obrigaram-no a exilar-se no passado. O sentido conservador dessa opção é claro: independentemente das intenções subjetivas dos dois autores e da inegável utilidade de suas investigações historiográficas, eles acabam contribuindo para confundir e desarmar as forças antifascistas, levando-as a não poderem identificar claramente as dimensões mundiais com que o fenômeno fascista pode reaparecer, modificado, em nossa época, no interior do capitalismo monopolista de Estado.[116]

Um desdobramento particularmente importante deste debate refere-se à possibilidade de emergência do fascismo na América Latina, rejeitada por Nolte e De Felice. Florestan Fernandes reivindicava a utilização do termo para designar movimentos e regimes contra-revolucionários latino-americanos, mesmo fora do período do entre-guerras considerando o fascismo uma *"força muito moderna"* que atua no sentido de *"barrar a revolução contra a ordem existente (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália)"*.[117] Trindade, por sua vez, sustenta que *"em países como o México, Chile, Bolívia e Brasil, criaram-se situações propícias para a reprodução, no período clássico do fascismo europeu, de movimentos de tipo fascista"*, considerando *"tratar-se de uma sociedade global em transição, o que significa a presença de um processo de crise que se manifesta desde o nível econômico-social até o domínio cultural stricto sensu"*.[118] A possibilidade de aplicação do conceito de fascismo à realidade latino-americana vincula-se diretamente à forma como tal conceito é definido, como discutiremos adiante.

---

[115] De acordo com De Felice, o fascismo triunfou em países com rápido e intenso processo de mobilidade social, predomínio de uma economia agrário-latifundiária, enfrentando uma crise parlamentar, uma crise econômica e um processo de transformação dos valores morais tradicionais. Dentre as características do fascismo, ressalta uma concepção mística de política e de vida, a fundação de um regime político fundado no partido único e na milícia partidária e realizado através de um regime policial, um revolucionarismo verbal e um conservadorismo substancial, uma tentativa de criar uma nova classe dirigente, a criação de um forte aparato militar, e um regime econômico privatista. Idem, ibidem, p. 78-80.

[116] KONDER, op. cit., p. 107.

[117] FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 17-18.

[118] TRINDADE, Hélgio. *Interpretações do fascismo na América Latina*: contribuição para o estudo do fascismo extra-europeu. Porto Alegre: mimeo, 2001, p. 11 e 16.

Outro obstáculo que dificulta o estabelecimento de um conceito melhor delimitado de fascismo é a proposição de um conceito muito mais amplo, de totalitarismo, abarcando indistintamente os regimes fascistas e comunistas. Conforme Saccomani, tais explicações teriam como principal interesse *"os mecanismos de funcionamento do Estado totalitário no âmbito de uma morfologia mais geral dos sistemas políticos"*, a partir de algumas características em comum: *"uma ideologia oficial tendente a cobrir todo o âmbito da existência humana e à qual se supõe aderirem todos, pelo menos passivamente; um partido de massa único, tipicamente conduzido por um só homem; um sistema de controle policial baseado no terror; o monopólio quase completo dos meios de comunicação de massa; o monopólio quase completo do aparelho bélico; e, enfim, o controle centralizado da economia*".[119] De acordo com o cientista político Ricardo Araújo, que defende a adoção do conceito de totalitarismo, *"a proposta totalitária vai implicar sempre na defesa de uma totalização absoluta, homogeneizante, disposta a eliminar todas as particularidades e diferenças contidas no interior do corpo social, pela ação de uma ideologia unificadora"*.[120] Konder avalia o contexto ideológico da emergência do conceito de "totalitarismo", considerando que *"a burguesia norte-americana e a burguesia inglesa trataram de buscar elementos capazes de proporcionar uma teoria do fascismo aceitável para os seus horizontes de classe": "A reinterpretação do fascismo empreendida no Ocidente nos anos da guerra fria (...) procura elaborar teorias isentas de comprometimento com o socialismo. Privilegiam-se, na época, as abordagens do fascismo feitas sob a égide do conceito de totalitarismo*".[121] Chasin apresenta uma crítica rigorosa ao conceito de totalitarismo, ressaltando sua vinculação ideológica com o liberalismo e sua insuficiência para uma explicação histórica do fenômeno fascista:

> Da rusticidade à sofisticação, sob qualquer de suas formas, o conceito de totalitarismo, em essência, traduz a idéia de monopólio de poder. (...) A crítica liberal não toma, nem poderia lógica e historicamente tomar, o liberalismo como uma forma de hegemonia de uma determinada classe, mas como a expressão real da igualdade entre os indivíduos. (...) É propriamente a isto que o conceito de totalitarismo conduz: à impossibilidade de compreender os fenômenos que precisamente julga determinar. O que leva a esta alquimia é justamente o procedimento próprio à análise liberal: o emprego de universais abstratos como único recurso do movimento de apreensão científica. (...) À medida que pretendemos ter evidenciado que o conceito de totalitarismo é produto da ótica liberal,

---

[119] SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO et alii, op. cit., p. 470-471.
[120] ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Totalitarismo e revolução:* o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, p. 80.
[121] KONDER, op. cit., p. 54 e 67. O autor analisa a contribuição de vários autores nesta reinterpretação, dentre os quais Benedetto Croce, Friedrich Meineckw, Luigi Sturzo, Hannah Arentd, Karl Popper e Lipset.

> fica amparada a afirmação de que a noção de totalitarismo é tão somente a expressão com que esta perspectiva cunha tudo aquilo que, no plano político, contraria o arquétipo que ele forja de seu mundo e de si mesma. (...) Afirmar que o fascismo é um totalitarismo é, na melhor das hipóteses, um ato de classificação formal, jamais uma explicação do fenômeno. (...) Ao transformar o conceito de totalitarismo na noção chave para a explicação do fascismo, a primeira decorrência é situar todo o problema na esfera do político, isto é, é descaracterizar o todo histórico que ele representa em benefício de uma descrição que o encerra na esfera do poder, tomada esta de forma isolada e auto-suficiente.[122]

Em contraposição ao conceito de totalitarismo, acreditamos que é imprescindível o recurso a um conceito que simultaneamente identifique os elementos comuns que constituem o fenômeno fascista e dêem conta de sua especificidade histórica, não o confundindo com regimes e movimentos gestados em processos históricos muito distintos e com características diversas. Konder propõe que o fascismo seja entendido como modalidade específica de reacionarismo:

> Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo. (...) Mussolini e Hitler conquistaram um lugar no próprio centro da história do nosso século, como pioneiros de uma nova concepção de direita. A direita é o gênero de que o fascismo é a espécie.[123]

Uma questão importante, como ressalta Antonio Edmílson Rodrigues, é *"ter sempre presente a diferença entre o fascismo na oposição e o fascismo no poder"*.[124] Diversas características que marcaram a trajetória dos movimentos fascistas foram completamente abandonadas quando de sua ascensão ao poder, particularmente seu discurso anticapitalista e sua denúncia do grande capital. Todos os processos históricos concretos de ascensão do fascismo ao poder foram precedidos por um compromisso entre os movimentos fascistas e o grande capital monopolista, abandonando-se qualquer discurso ou prática de questionamento ao capitalismo. Assim, também no caso de movimentos fascistas que não ascenderam ao poder, é necessário analisar com muito cuidado suas proposições pretensamente anticapitalistas, tendo em vista que não é possível cotejá-las a uma prática efetiva de governo.

---

[122] CHASIN, op. cit., p. 46, 49, 50 e 51.
[123] KONDER, op. cit., p. 4-5. Menos precisa é a posição defendida por Pierre Milza, para quem o conceito de fascismo serve *"para designar todas as tentativas de minorias dirigentes para impor às massas um poder forte, capaz de conservar ou restaurar seus privilégios de classe"*. MILZA, Pierre. *Fascismes et ideologies réactionnaires en Europe* (1919-1945). Paris: Armand Colin, 1969, p. 3.
[124] RODRIGUES, Antonio Edmílson. Problemática geral da historiografia do fascismo. In: RODRIGUES, op. cit., p. 13.

A veiculação de um discurso pretensamente anticapitalista correspondia a uma necessidade concreta dos movimentos fascistas, embasando sua auto-representação como movimentos "revolucionários", tendo em vista o atendimento das expectativas de sua base social fundamentalmente pequeno burguesa, a qual, em um contexto de crise econômica e social, responsabilizava o grande capital pelas conseqüências destas crises.[125] É importante ressaltar que os movimentos fascistas não são constituídos a priori como "instrumentos do grande capital", mas, ao contrário, surgem historicamente formados pela pequena burguesia e apenas posteriormente, com o acirramento da luta de classes, passam a expressar diretamente o interesse do grande capital.[126] Konder apresenta uma definição inicial das características gerais dos movimentos fascistas:

> O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara "modernizadora", guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, anti-socialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro.[127]

Dentre as características em comum definidoras dos movimentos fascistas destacam-se sua composição social, sua forma de estruturação interna e a ideologia adotada. No que se refere à composição social, diversos autores ressaltam o nítido predomínio da pequena burguesia. Analisando a composição do Partido Nazista alemão, Wilhelm Reich observou sua composição pequeno-burguesa: "*Como em qualquer movimento reacionário, também Hitler se apoiou nas diversas camadas da classe média baixa. O nacional-socialismo revelou todas as contradições que caracterizam a psicologia*

---

[125] De acordo com Poulantzas, trata-se da "*exploração que o fascismo faz dos elementos ideológicos próprios da pequena burguesia em revolta*". POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura.* São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 268.

[126] Neste sentido, é importante a observação de Poulantzas: "*Por intermédio dos partidos fascistas, a pequena burguesia intervém na cena política como força social: se bem que oscilando nitidamente para o lado da burguesia, ela desempenha, nesta aliança, um papel relativamente autônomo em relação ao grande capital. Agora, a pequena burguesia já não está pura e simplesmente 'a reboque' da burguesia, como quando era representada pelos partidos burgueses tradicionais*". POULANTZAS, op. cit., p. 264.

[127] KONDER, op. cit., p. 21.

de massas do petty bourgeois".[128] De acordo com ele, "*do ponto de vista da sua base social, o nacional-socialismo sempre foi um movimento da classe média baixa, onde quer que tenha surgido: na Itália ou na Hungria, na Argentina ou na Noruega*".[129] Partindo deste reconhecimento, Poulantzas propõe uma distinção entre os "laços ideológicos e organizacionais" – claramente pequeno-burgueses – e os interesses reais de classe defendidos pelo fascismo:

> Durante o processo de fascização, a pequena burguesia constitui-se, desta vez no seu conjunto, em força social por intermédio dos partidos fascistas. É necessário que nos detenhamos aqui, a fim de responder à questão do laço de representação entre os partidos fascistas e a pequena burguesia, distinguindo entre os dois sentidos do termo representação. No primeiro sentido, este termo indica o laço de um partido político com os interesses reais de classe. No segundo sentido, este termo indica principalmente os laços ideológicos e organizacionais de um partido com uma classe, cujos interesses reais ele pode muito bem não representar. Em primeiro lugar, e no segundo sentido, os partidos fascistas são efetivamente os representantes da pequena burguesia. São partidos de massa, fortemente estruturados, **cuja base de massa – aderentes, militantes e eleitores – reside essencialmente na pequena burguesia**. A origem de classe das suas camadas intermediárias e superiores é pequeno-burguesa. O que os distingue assim dos partidos "burgueses" que representavam tradicionalmente a pequena burguesia são os laços organizacionais efetivos com esta. Paralelamente, os partidos fascistas são, sob o ponto de vista ideológico, partidos tipicamente "pequeno-burgueses": isto distingue-os igualmente dos outros partidos burgueses que representavam tradicionalmente a pequena burguesia. Que se passa, agora, com os interesses reais representados por estes partidos, no primeiro sentido do termo representação? Na medida em que se possa falar em interesses políticos a curto prazo próprios da pequena burguesia, o partido fascista é o seu representante efetivo durante a primeira etapa do processo de fascização. (...) Mas, com o ponto de irreversibilidade, a viragem já está feita: **o partido fascista representa, doravante, e de forma maciça, os interesses reais da burguesia**. Se continua ainda, numa certa medida, a ter em conta os interesses da pequena burguesia, com o fascismo no poder, e, de modo definitivo, com a etapa da sua estabilização, estes interesses serão completamente abandonados.[130]

No mesmo sentido, Konder critica a tese que sustenta um "caráter pequeno burguês" do fascismo, mesmo reconhecendo que sua composição social era majoritariamente pequeno-burguesa:

> Alguns autores passaram da constatação do papel central da pequena burguesia nas massas que o fascismo lograva mobilizar à tese do caráter pequeno-burguês do fascismo. Na ocasião, presos a critérios sociológicos de tipo mais ou menos positivista, não lhes ocorreu que a massa pequeno-burguesa poderia estar servindo de suporte "popular" a um movimento cujo efetivo conteúdo corresponderia muito mais aos interesses de uma outra classe social do que aos dela.[131]

---

[128] REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo.* 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 35.
[129] Idem, ibidem, p. 39.
[130] POULANTZAS, op. cit., p. 263-264. Grifos meus.
[131] KONDER, op. cit., p. 36.

Esta qualificação é extremamente importante, mas não invalida o reconhecimento de que em termos estritos da composição das diferentes esferas dos movimentos fascistas, o predomínio das diferentes frações da pequena burguesia seja uma característica distintiva fundamental.

Em termos de estrutura interna, uma característica dos movimentos fascistas é uma organização visando incorporar as mais diversas esferas da vida pública e privada de seus militantes no âmbito do partido fascista, das organizações a ele subordinadas e de sua milícia, mantendo uma base de massas permanentemente mobilizada. Nesse sentido, o partido fascista busca constituir-se como espécie de proto-estado, contando com organizações femininas, de juventude, sindicais, com serviços de informações e de propaganda e mantendo treinamento militar permanente. Alcir Lenharo indica a importância da reforma na estrutura interna do partido nazista alemão, entre 1927 e 1928, para sua ascensão ao poder.[132] De maneira análoga, também na Itália a estrutura partidária do fascismo foi objeto de rápida expansão, passando de 31 fasci e 879 inscritos em 1919 para 2.200 fasci e 320.000 inscritos em 1921, tornando-se um movimento de massas.[133] Uma de suas pretensões mais destacadas é a tentativa de uma completa ressocialização de seus militantes, no sentido da construção do "homem novo fascista". Emílio Gentile ressalta que "*Política e cultura tornaram-se aspectos complementares de uma nova cultura política que exaltava o valor criativo da ação por uma contínua expressão da vida, e considerava a política uma via para realizar uma concepção integral do homem, criando novas realidades históricas, formando uma 'nova humanidade'*".[134] Isto explica seu objetivo de *"politização de todos os aspectos da vida individual e coletiva, para integrar a sociedade no Estado e criar uma comunidade nacional orgânica"*.[135] Para tanto, a ritualística tinha importância central: *"Os ritos, os mitos e os símbolos agiriam sobre a mentalidade do indivíduo e da massa imprimindo-lhes o caráter fascista e transformando-os em uma força coesa para a grandeza e a potência da nação"*.[136] Outra característica é a

---

[132] LENHARO, Alcir. *Nazismo:* o "triunfo da vontade". 5ª edição. São Paulo: Ática, 1985, p. 22. Esta reforma dividiu a Alemanha em 34 distritos, cada um subdividido em subdistritos e células, além de estabelecer uma rede de organizações por sexo, faixa etária e categorias socioprofissionais.
[133] GENTILE, Emílio, Itália Fascista: do Partido Armado ao Estado Totalitário. In: GENTILE & DE FELICE, op. cit., p. 8.
[134] Idem, ibidem, p. 16.
[135] Idem, ibidem, p. 32.
[136] Idem, ibidem, p. 31.

completa centralização, com uma estrutura de "*mando pessoal, autoritário e carismático, tanto se ao princípio o mando é em certa medida eletivo como se não é*".[137]

Em termos ideológicos, as principais características dos movimentos fascistas são bastante conhecidas: anticomunismo, ultranacionalismo, oposição ao liberalismo político e aos partidos políticos, elitismo, estadolatria, antiintelectualismo, denúncia do grande capital, militarismo, defesa do corporativismo e da completa centralização do poder político. Considerando que a crítica aos grandes grupos capitalistas era estritamente formal, todos os elementos centrais de sua ideologia, "*correspondem perfeitamente aos interesses do grande capital*",[138] ainda que sejam apresentados sob uma versão pequeno-burguesa:

> Do fetichismo do poder ao Estado forte, do nacionalismo agressivo e exacerbado à estadolatria e ao culto do "chefe", do antiparlamentarismo ao corporativismo e ao autoritarismo – outros tantos traços comuns à ideologia imperialista e à pequena burguesia em revolta: traços comuns que giram principalmente em torno do papel do Estado. (...) Não existe nenhum aspecto essencial da ideologia fascista que não esteja em relação com a ideologia imperialista.[139]

A expansão dos movimentos fascistas se deu em contexto de enorme acirramento da luta de classes,[140] junto a uma crise da ideologia dominante. Mas sua ascensão ao poder se dá apenas após uma dura derrota do movimento operário, para a qual evidentemente os movimentos fascistas contribuíram em grande parte. É esta derrota do movimento operário que abre caminho para a fase seguinte de edificação de uma ditadura aberta, concretizada com a ascensão do fascismo ao poder. Nesse sentido, como aponta Atílio Borón, o Estado fascista "*se edificou sobre os escombros de uma frustrada ofensiva revolucionária da classe operária*".[141] Konder observa que "*a tomada do poder pelos fascistas não ocorrera logo após um grande avanço da esquerda e sim em seguida a um processo geral de deslocamento para a direita, marcado por diversas derrotas da classe operária*".[142]

---

[137] PAYNE, op. cit., p. 13.
[138] POULANTZAS, op. cit., p. 267.
[139] POULANTZAS, op. cit., p. 266-267.
[140] De acordo com Roberto Paris, "*A Itália dos anos 1919-1922, e depois a Alemanha dos anos 30, formam, sem dúvida alguma, os dois países da Europa mais próximos da revolução*". PARIS, Roberto. *As origens do fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. Coleção Khronos, p. 106.
[141] Apud TRINDADE, Hélgio. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis & VIZENTINI, Paulo (orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000, p. 51-78, p. 63.
[142] KONDER, op. cit., p. 37. Também Poulantzas aponta que "*o processo de fascização corresponde a uma viragem decisiva na relação das forças em presença; corresponde, muito exatamente, a uma etapa e a uma estratégia ofensivas da burguesia e a uma etapa defensiva da classe operária*". POULANTZAS, Nicos.

Poulantzas identifica quatro estágios distintos do processo de ascensão do fascismo ao poder:

> a) Dos inícios do processo ao ponto de irreversibilidade. O partido fascista, que antes só existia sob a forma embrionária dos bandos armados, apoiado por frações dominantes durante a etapa ofensiva do proletariado mas por elas abandonado durante a fase de estabilização, assume progressivamente o caráter de um partido de massa. Os círculos do grande capital apóiam-no de forma declarada, mas ele está longe de constituir o partido que "represente" esta fração e, por maioria de razão, o conjunto da aliança no poder. No ponto de irreversibilidade, o partido fascista, dando-lhe garantias seguras, ganha o apoio da fração do grande capital. Procura consolidar as suas relações com certas classes e frações no poder e neutralizar as reticências de outras. (...)
>
> b) Período que vai do ponto de irreversibilidade até o estabelecimento do fascismo no poder. Remate do período anterior, pela neutralização conseguida das contradições entre a fração do grande capital monopolista e as outras classes e frações dominantes, através de compromissos do fascismo em relação a estas. (...)
>
> c) Primeiro período do fascismo no poder. Hora da verdade – mas de uma verdade ainda muito relativa. A política do fascismo para o estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista consolida-se, mas dissimuladamente, face às outras classes e frações no poder. (...) A pequena burguesia torna-se, durante este período, e sem nunca se transformar numa classe politicamente dominante, a classe reinante, e começa por se tornar a classe detentora do Estado. Situação explosiva, que termina com uma depuração maciça da "ala esquerdizante" do próprio partido fascista e com o fim da era dos compromissos.
>
> d) Período de estabilização do fascismo. A fração do grande capital monopolista estabelece a sua hegemonia e acede, igualmente, ao estatuto de classe reinante, desalojando a pequena burguesia.[143]

Fica evidente, desta forma, que o estabelecimento de uma aliança entre a pequena burguesia e o grande capital monopolista se dava de forma contraditória, sendo necessário que o fascismo tomasse inicialmente a forma de um partido que se apresentava como anticapitalista, mas que na medida em que se expandia, assumia crescentes compromissos para o atendimento dos interesses do grande capital. Nesse sentido, a etapa decisiva foi *"a da união com o capital monopolista, onde se exteriorizavam e selecionam, por um processo de eliminação progressiva, os aspectos mais contraditórios da sua ideologia"*.[144] O financiamento de suas atividades, ainda bem antes de sua ascensão ao poder, ensejava a pactuação de compromissos. No caso italiano, por exemplo, logo após sofrer uma derrota eleitoral, em 1919, Mussolini *"recebeu substancial apoio financeiro de alguns grandes industriais, entre os quais Max Bondi, do grupo Ilva, que era o principal grupo*

Fascismo e estrutura de classes. In: CARDOSO, Fernando Henrique & MARTINS, Carlos Estevão. *Política e sociedade.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 282-297, p. 289.

[143] Idem, ibidem, p. 295-297.

[144] FALCON, Francisco. Origens históricas dos movimentos fascistas. In: RODRIGUES, op. cit., p.29.

siderúrgico da Itália".[145] Igualmente Hitler, em 1932, foi *"aplaudido por várias dezenas de grandes industriais e grandes banqueiros"* em uma reunião no Clube da Indústria de Dusseldorf,[146] e *"o capital financeiro alemão inclinou-se por uma ajuda mais efetiva ao movimento liderado por Hitler*".[147] Nos dois países, a ascensão do fascismo é diretamente impulsionada pelo grande capital: na Alemanha, *"em novembro de 1932, os nazistas sofrem uma derrota nas eleições legislativas, mas o capital financeiro já estava decidido a apoiá-lo e não o deixa cair: o velho Hindemburg (quase nonagenário) recebe uma carta pedindo a nomeação de Hitler para o posto de Primeiro Ministro, assinada por alguns dos industriais e banqueiros mais importantes da Alemanha*";[148] e na Itália, *"a 28 de outubro* [de 1922], *os dirigentes da Cofindústria, da Cafangricoltura e da Associação Bancária informaram-lhe* [a Giolitti] *que somente Mussolini os satisfaria"*.[149] A contraface dos acordos com a grande burguesia foi a deputação dos setores mais autenticamente "rebeldes" do fascismo: *"Na Itália, Alemanha e Portugal, os chefes fascistas da ala esquerda, desejosos de genuínas transformações sociais, foram os que não conseguiram manter sua posição, os que desapareceram ou foram colocados em situações onde não poderiam trabalhar pela causa por que haviam lutado"*.[150]

Consolidado no poder, o fascismo viabilizou concretamente o estabelecimento *"da hegemonia de uma nova fração de classe no seio do bloco no poder: a do capital financeiro, e mesmo do grande capital monopolista"*.[151] A forma política de uma ditadura aberta tornou possível que atendesse às necessidades do grande capital, descritas por Roberto Paris: *"As novas relações entre os bancos e a indústria pesada, o surgimento de um capital financeiro, exigiam uma transformação das relações entre o capital e a força-trabalho. Tratava-se de intensificar o controle do capital sobre a força-trabalho , de integrá-lo ao capital, transformando-a num momento de seu desenvolvimento"*.[152] Já a pequena burguesia foi duramente atingida pelo fascismo no poder: *"A pequena burguesia, tradicional e nova, é, juntamente com o campesinato pobre e médio-pobre, a principal*

---

[145] KONDER, op. cit., p. 18.
[146] Idem, ibidem, p. 19.
[147] Idem, ibidem, p. 46.
[148] Idem, ibidem, p. 47.
[149] PARIS, op. cit., p. 85.
[150] WOLF, S. J. Uma introdução. IN; RODRIGUES, op. cit., p. 37-50, p. 44. A designação deste setor como "ala esquerda" do fascismo nos parece pouco rigorosa e imprecisa, tendo em vista que, a despeito de propugnarem por reformas que não podiam ser aceitas pelo grande capital, compartilhavam em grande parte com a ideologia reacionária do fascismo, o que explica sua presença no mesmo.
[151] POULANTZAS, Fascismo e estrutura de classes. In: CARDOSO & MARTINS, op. cit., p. 284.
[152] PARIS, op. cit., p. 75-76.

vítima econômica do fascismo. A política do fascismo a favor do grande capital atinge, de forma radical, o pequeno comércio e a pequena produção. A política fascista em relação aos salários prejudica, em primeiro lugar, e sobretudo, o poder de compra dos empregados assalariados".[153] Além disso, "*não acontecem as prometidas nacionalizações dos trustes, nem a reforma agrária, nem as melhorias salariais. Ao contrário, os salários são congelados*".[154] Assim, fica bastante evidente o verdadeiro caráter de classe do fascismo, que não se confunde com sua composição social majoritariamente pequeno-burguesa mas, ao contrário, se expressa de maneira evidente no atendimento aos interesses do grande capital sob os diferentes estados fascistas.

Edda Saccomani apresenta uma sistematização das principais características políticas do Estado Fascista:

> Em geral se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto ao chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal de colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela organização de massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes à uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.[155]

No que se refere a sua forma de funcionamento e aos seus aparatos, o Estado Fascista se distingue de outras formas de ditadura burguesa, como o bonapartismo e as diferentes formas de ditadura militar. Nesse sentido, Poulantzas indica cinco traços distintivos do Estado fascista:

> 1. A existência, no seio dos aparatos ideológicos de Estado, de um partido de massa como caracteres particulares. O Estado fascista é caracterizado pela mobilização permanente das massas populares.
>
> 2. As relações particulares, consoante as etapas, entre o partido fascista e o aparelho repressivo de Estado. Em primeiro lugar, o fascismo é, desde a origem, e essencialmente, "exógeno" a este aparato. (...) Nunca há fusão entre o partido fascista e o aparelho de Estado. O partido fascista assume sempre um papel próprio. Durante o primeiro período

---

[153] POULANTZAS, *Fascismo e ditadura*, op. cit., p. 271.
[154] LENHARO, op. cit., p. 29.
[155] SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, op. cit., p. 466.

> do fascismo no poder, é o partido fascista que domina os ramos do aparelho repressivo do Estado, o exército, a administração, a polícia, a magistratura. (...) Na segunda etapa do fascismo estabilizado, é o aparelho de Estado que, devidamente transformado, domina o partido fascista, que lhe fica assim subordinado.
>
> 3. Nesta etapa do fascismo estabilizado, a dominância do aparelho de Estado não se faz de qualquer maneira. Faz-se por uma reorganização do aparelho de Estado: é um ramo particular do aparelho repressivo de Estado, que domina os outros ramos, e, assim, o conjunto dos aparelhos de Estado, inclusive os aparelhos ideológicos. Este ramo não é nem o exército nem a "burocracia administrativa": é a polícia política. (...)
>
> 4. O fato de a polícia política dominar no seio do aparato de Estado não significa que as relações, de subordinação de subdominância relativa, entre os outros ramos deste aparelho sejam diferentes. (...)
>
> 5. O fascismo estabelecido é igualmente acompanhado por uma reorganização das relações no seio dos aparelhos ideológicos do Estado. Em primeiro lugar, é a autonomia relativa destes aparelhos em si que, paralelamente a sua autonomia relativa em relação ao aparelho repressivo do Estado, é posta em questão.[156]

O Estado fascista constitui-se, assim como uma "*forma de regime 'limite' do Estado capitalista"*, em correspondência com "*uma conjuntura extremamente particular da luta de classes*",[157] e com a finalidade de "*reorganizar as relações no bloco no poder e a hegemonia, dentro do marco de uma crise política"*.[158] É esta finalidade histórica que define seu sentido social fundamental, explicitando características que permaneceram ocultas durante seu fase de movimento, e que permite compreender a articulação de suas características repressivas com a criação de condições para a acumulação capitalista.

2.2.4 A AIB como movimento fascista

A qualificação do movimento integralista como fascista foi objeto de grande discussão e, embora hoje seja aceita pela maior parte dos analistas, ainda gera intensas divergências. Encontramos pelo menos três percursos distintos de negação do caráter fascista do integralismo: sua classificação como movimento que realiza uma síntese entre "autoritarismo" e "tradicionalismo católico"; sua análise a partir do conceito mais amplo de totalitarismo, diluindo a especificidade do fenômeno fascista; e sua compreensão como uma reação tradicionalista antimodernizante.

A primeira posição é expressa por Francisco Martins de Souza, que considera que o integralismo "*constituiu-se numa corrente política autoritária, aglutinadora de uma tradição precedente, que não chegara a se institucionalizar. Assim, o que explica o*

---

[156] POULANTZAS, *Fascismo e ditadura*, op. cit., p. 355-357.
[157] Idem, ibidem, p. 63.
[158] Idem, ibidem, p. 63.

integralismo é a tradição precedente e não aqueles aspectos que o aproximam do salazarismo ou do fascismo italiano".[159] Sua análise parte da hipótese de que *"o movimento integralista está longe de constituir-se um bloco monolítico"*,[160] valorizando ao extremo as diferenças teóricas entre seus principais líderes – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. De acordo com ele, *"Plínio Salgado procura desenvolver o catolicismo católico, completando-o com uma concepção do Estado na linha nacionalista e autoritária iniciada por Alberto Torres. Pode-se dizer que o esforço de Plínio Salgado direciona-se precisamente neste sentido de fazer confluir essas duas linhas de pensamento"*.[161] Em síntese, seu integralismo seria essencialmente tributário da tradição católica:

> Plínio Salgado cuidara de se tornar o herdeiro natural dessa tradição. Sua linguagem é bíblica. Sua mensagem é no sentido de proclamar que o cristianismo é que dá sentido ao processo civilizatório. Seu apelo é em prol da Ordem e da Autoridade como ensinara o tradicionalismo católico. A identificação dos integralistas com o catolicismo tradicionalista é que lhe deu a possibilidade de estruturar-se em todo o país e de contar com a imprensa católica.[162]

Sua análise, no entanto, desconsidera as características organizativas do movimento integralista e minimiza os aspectos ideológicos que transcendem o histórico "autoritarismo" de extração católica. Um exemplo claro é a relativização do evidente anti-semitismo de Gustavo Barroso: "*seu anti-semitismo não é de fundo racial ou religioso. O problema que se colocou ao pensador integralista, foi, em sua origem, puramente econômico* [sic] (*...) A sua análise é, como se vê, de índole sociológica, centrada no problema econômico. Assim, na concepção de Barroso, o judaísmo seria apenas* [sic] *um problema político e econômico, e não religioso ou racial conforme queriam os teóricos europeus que o precederam*".[163] Além disso, utiliza categorias pouco precisas, como "tradição autoritária", "tradicionalismo", "conservadorismo" e "tradicionalismo", sem indicar claramente seu sentido.

O segundo percurso é traçado por Ricardo Araújo. Seu ponto de partida é a recusa do pretenso "conservadorismo" do movimento integralista, em vista de seu "espírito

---

[159] SOUZA, op. cit., p. 105.
[160] Idem, ibidem, p. 63.
[161] Idem, ibidem, p. 70.
[162] Idem, ibidem, p. 106.
[163] Idem, ibidem, p. 97-98. Tal proposição é claramente insustentável. De acordo com Marcos Chor Maio, "*à semelhança do nazismo, a revolução integral barrosiana seria essencialmente uma revolução antijudaica*" MAIO, Marcos Chor. N*em Rotschield nem Trotski:* o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Imago, 1992, p. 84.

revolucionário", *"sua insistência numa completa transformação da vida social no Brasil e no mundo"*, sua noção de *"uma mobilização de alcance ilimitado, já que tinha a intenção de incorporar igualitária e indistintamente, todos os setores da sociedade brasileira"*.[164] A recusa ao conceito de conservadorismo,[165] no entanto, não o conduz ao conceito de fascismo, mas o levou a *"lançar mão do conceito de totalitarismo, (...) que me pareceu extremamente interessante para a compreensão da ideologia tanto do integralismo quanto do fascismo, do nazismo e de outros movimentos revolucionários* [sic] *contemporâneos*".[166] Para Araújo, *"a noção de totalitarismo refere-se a uma ideologia que prega a construção de uma ordem mais justa e fraterna através da* ***eliminação de todas as diferenças sociais*** [sic], *num processo que, para homogeneizar a sociedade, exige a participação de todos e que, por isso,* ***desloca a soberania para o povo****, e nunca para o Estado"*.[167] De acordo com ele, o totalitarismo teria dois elementos constituintes principais:

> O primeiro refere-se a uma concepção absolutizada da idéia de participação, pois importa na afirmação de um projeto de cidadania e soberania popular através de uma modalidade radical de mobilização, que envolve a tudo e a todos, de forma permanente e ilimitada, na defesa dos seus ideais. O segundo, por sua vez, implica simplesmente na identificação da noção da igualdade com a de uniformidade, de onde resulta a imagem de uma sociedade totalmente desprovida de conflitos e de diferenças, composta por cidadãos tão homogêneos quanto ativos.[168]

Na análise de Araújo, *"é justamente esta lógica totalitária que vai afastar o integralismo de Plínio dos pensadores católicos, dos juristas e dos sociólogos que sustentavam visões de mundo conservadoras nos anos 30"*.[169] No entanto, além da imprecisão do alegado "espírito revolucionário", a tese de Araújo revela-se frágil quando é conduzida a perceber no integralismo características bastante discutíveis, como as supostas "impessoalidade" e oposição a uma visão de mundo hierárquica:

> O que dá um sentido tão peculiar e radical ao integralismo de Plínio é precisamente o fato de que ele diverge não só dos projetos de índole autoritária como também dessa visão de mundo hierárquica, que parece desempenhar um papel de tanta importância na caracterização do nosso universo cultural. Assim, substituindo o "jeitinho" e o "favor" pela disciplina, a "cordialidade" pela impessoalidade da doutrina e o paternalismo pela

---

[164] ARAÚJO, op. cit., p. 20.
[165] Araújo afirma que abandonou o conceito de conservadorismo para explicar o integralismo - adotado por ele em artigo publicado em 1979 (As classificações de Plínio) -, por considerar que ele não permite explicar o "caráter revolucionário" do integralismo.
[166] ARAÚJO, op. cit., p. 20.
[167] Idem, ibidem, p. 97. Grifos meus.
[168] Idem, ibidem, p. 20-21.
[169] Idem, ibidem, p. 82.

> mobilização, a dimensão totalitária que orienta a proposta de Plínio parece atingir o seu ponto mais fundo e inovador, levando-o a **romper com o autoritarismo, com o conservadorismo e até com a hierarquia, enquanto princípio organizador da vida cultural. (...)** Plínio reconhece, com certo desconforto, que encontrava grandes dificuldades para estimular um ponto de vista mais democrático dentro do integralismo. Desse modo, era muito freqüente ele ser confundido com a figura de um herói, de um caudilho, de um profeta, e assim por diante. (...) A relação líder / massa está muito longe de importar numa diminuição do **sentido democrático da proposta totalitária**.[170]

Esta avaliação parece-nos não encontrar embasamento na trajetória histórica do movimento, tanto no que se refere ao alegado igualitarismo e oposição à hierarquia quanto no caráter "democrático" da liderança de Salgado, conforme discutimos ao tratar da organização interna do integralismo. A explicação de Araújo, ao contrário, parece-nos enredar-se nas malhas discursivas do discurso pliniano, como expressa a referência ao "desconforto" de Salgado com o culto a sua personalidade, que na realidade era cuidadosamente estimulado por ele próprio. Assim, Araújo acaba tornando-se condescendente com o movimento integralista, particularmente ao afirmar seu caráter "revolucionário" sem precisar seu conteúdo social, confundindo putchismo fascista com projeto revolucionário.

A mais sistemática análise rejeitando o caráter fascista do integralismo foi produzida por J. Chasin. Como avalia Antonio Cândido, "*no seu modo de entender, como há correlação determinante entre capitalismo e fascismo, este não poderia ocorrer no Brasil, onde aquele estava em fase atrasadíssima ("capitalismo hiper-tardio"), onde não havia, pois, condições para uma reação defensiva da burguesia do tipo que foi o fascismo nos países de 'capitalismo tardio'*".[171] Chasin parte de uma crítica à historiografia, que teria ignorado a preocupação do próprio Salgado em rejeitar sua qualificação como fascista:

> Enquanto Plínio Salgado, ao longo do tempo, reiteradamente afirma a originalidade de seu pensamento, a raiz brasileira de suas idéias e sua distinção do fascismo europeu empenhando nisto um esforço contínuo e sistemático, os autores que a ele se referem têm primado em desconhecer por completo tais argumentos, insistindo exatamente em teses diametralmente opostas; quando muito procedem como quem efetua uma óbvia desmistificação. Reduzindo, portanto, os protestos e as afirmações de Salgado a mero resultado de dissimulações táticas, jamais efetivam propriamente uma análise de seus textos, enfrentando, em decorrência, com demasiada ligeireza a questão que, assim, definha em simples maquiavelismo, não sendo efetivamente alçada à condição de problema científico.[172]

---

[170] Idem, ibidem, p. 84 , 87 e 90. Grifos meus.
[171] CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, op. cit., p. 15.
[172] CHASIN, op. cit., p. 33-34.

Tal problematização baseia-se fundamentalmente em obras escritas por Salgado depois de 1945, quando evidentemente não interessava a Salgado apresentar-se como fascista.[173] Esta lacuna metodológica não passou desapercebida a Antonio Cândido: *"Muitas das afirmações de Plínio Salgado a respeito de sua independência e mesmo oposição ao fascismo, que aparecem e são comentadas neste livro, pertencem a escritos posteriores à guerra, quando ele procurava dar outro sentido ao seu movimento, com o intuito de sobreviver politicamente*".[174] Chasin avalia que a identificação entre integralismo e fascismo *"envolve aquilo que designaremos por análise liberal, e que tem como conceito chave a noção de totalitarismo"*, reduzindo o fascismo *"a uma natureza exclusivamente política"* e utilizando-o *"numa extensão tão ampla que os liames do fenômeno político com o modo de produção em que se desenvolvem se dissolvem"*.[175] Desta forma, conclui que *"ao transformar o conceito de totalitarismo em noção chave para a explicação do fascismo, a primeira decorrência é situar todo o problema na esfera do político, isto é, descaracterizar o todo histórico que ele representa em benefício de uma descrição que o encerra na esfera do poder, tomada esta de forma isolada e auto-suficiente"*.[176] Esta crítica ao conceito de totalitarismo nos parece correta, como discutimos anteriormente, mas o autor não aprofunda a análise da alegada subordinação das teses que qualificam o integralismo como fascismo ao conceito de totalitarismo.[177] A tese de que não existiam condições históricas para o desenvolvimento de um movimento fascista no Brasil leva Chasin negar implicitamente a presença operária nos anos 30: *"A identificação do integralismo como fascismo tem se baseado em apontar a presença de uma aguda tensão social, em que se surpreendem sempre imprecisas alusões à presença e à ação proletárias, configurando um confronto cujo outro pólo é ainda mais vago e difuso"*.[178] Chasin também assume o argumento do próprio Salgado de que os analistas do integralismo

---

[173] A maior parte das referências a textos de Salgado apresentados na Introdução do livro de Chasin para justificar tal problemática é retirada de publicações posteriores a 1945. Em grande parte, são retiradas de *O integralismo perante a Nação*, publicado em 1945 com a finalidade explícita de desmentir a vinculação do integralismo com o nazi-fascismo então derrotado militarmente. Ver CHASIN, op. cit., p. 33-83. Também chama atenção o fato de que o capítulo mais extenso do livro de Chasin - Véspera e antevéspera de um movimento -, com 284 páginas, trata exclusivamente do período anterior à constituição da Ação Integralista Brasileira, quando o projeto de Salgado estava ainda em fase de definição.
[174] CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, op. cit., p.18.
[175] CHASIN, op. cit., p. 45.
[176] Idem, ibidem, p. 51.
[177] Chasin afirma, apenas, que *"A tese oposta, a que tem, a partir do livro de Trindade, seu paradigma, só se sustenta, como assinalamos mais atrás, pelo conceito de totalitarismo"*. CHASIN, op. cit., p. 46. No entanto, estranhamente, em nenhum momento demonstra explicitamente esta hipótese.
[178] CHASIN, op. cit., p. 45.

"*tombaram diante do perfil de certas exterioridades, hipervalorizaram semelhanças organizacionais"* entre integralismo e fascismo, "*ignorando que as finalidades do combate podem ser distintas, e distintas também as gêneses que os determinam*".[179]

Distinto do fascismo, o integralismo seria, na avaliação de Chasin, produto de uma utopia reacionária, constituindo-se como um movimento tradicionalista, passadista e ruralista, que se constituiria a partir de uma reação romântica e desesperada frente ao desenvolvimento do capitalismo. A regressão e o ruralismo seriam os eixos articuladores de seu projeto:

> Em face do encaminhamento do real em direção a novas configurações, Salgado efetivamente propõe um movimento de regressão. (...) Tudo reduzido a uma única expressão: estamos diante de uma proposta ruralista, tecida sobre as mal-traçadas linhas de uma crítica romântica ao capitalismo. (...) A antimodernização pliniana é mais extremada, manifestando-se, na crítica romântica ao capitalismo, e na reação diante do que toma como a derrocada mundial deste como um salto para trás em busca de formas pré-capitalistas de entificação social. Na indefinição aberta pelos eventos de 30, e antes pela autofagia do sistema agro-exportador, na ambigüidade das possibilidades do real, solicitável e solicitado, à época, em busca de uma direção para o evolver brasileiro, Salgado oferece a sua diretriz: a regressão, a contenção, no mínimo, do desenvolvimento do "verdadeiro capitalismo", já que "não existem as situações estancadas; todas têm que se desenvolver, para frente ou para trás. (...). O integralismo, diante de um mundo em radical crise e transformação (o colapso do liberalismo, o primeiro conflito mundial, o surgimento do primeiro estado socialista), inserido num segmento territorial de extração colonial, lê catastroficamente o evolver do mundo e, na sua fragilidade colonial, propõe um retrocesso. Donde o caráter radical da antimodernização pliniana, que sendo proposta, no contexto da via colonial, mostra bem a espessura de sua regressão. Mas Salgado salta para trás, recusa a acumulação do "verdadeiro capitalismo" em nome precisamente da preservação da integridade humana, identificando a totalidade real, porém limitada, do camponês e do artesão como a totalidade humana possível. É uma proposta regressiva, mas uma proposta. É a pequena propriedade contra o grande capital. Só uma formação do capitalismo hiper-tardio poderia ainda dar margem, em plena época das guerras imperialistas, a que reflexões desse calibre de puerilidade reacionária se dessem. Só a uma formação visceralmente impregnada pelo ruralismo poderia ainda sensibilizar a idéia de que o "vício é a base do progresso social", diante do qual um imaginário e idealizado camponês salta para trás. (...) De modo que o "burguesismo – mal do século" não é uma farsa retórica, mas a forma da crítica romântica no capitalismo hiper-tardio. E uma moral da resignação, da pobreza edificante, se põe como a "revolução espiritualista" e, enquanto tal, é a defesa de uma totalidade inferior. Mas a defesa de uma totalidade, não o esfacelamento de toda e qualquer totalidade. O fascismo esfacela para expandir; o integralismo retrocede com medo do esfacelamento. Ontológica e teleologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas[180]

---

[179] Idem, ibidem, p. 57.

[180] CHASIN, op. cit., p. 562, 565, 589, 595-596. É curioso observar que esta tese se aproxima posição que Araújo defendera em seu primeiro texto sobre o integralismo, antes de mudar sua posição, quando defendia que o integralismo constituía-se como movimento conservador, tradicional e pré-capitalista. De acordo com ele, o integralismo seria embasado em "*uma concepção de mundo que privilegia uma sociedade organizada e dirigida por valores espirituais, religiosos, que enfatiza a ordem no todo social em detrimento da liberdade*

Não nos parece sustentável a tese de que apenas em uma formação do capitalismo hiper-tardio pudesse se formar uma utopia ruralista baseada na valorização da pequena propriedade. Edward Tannembaun aponta como elemento constituinte da ideologia fascista *"sua glorificação dos valores rurais, populistas, antimodernos"*.[181] De acordo com ele, *"os fascistas necessitavam o apoio de uma base de massas, e os campesinos independentes ameaçados pela modernização, ou como na Itália de 1920, pelo socialismo, proporcionaram esta base junto com os setores da classe média baixa*".[182] No mesmo sentido, Lenharo indica a presença desta utopia no discurso nazista:

> Parte significativa da literatura nazista ocupa-se do tema da volta à terra e da glorificação do modo de vida do camponês. A temática é, no entanto, mais envolvente: ela abarca um tom romântico anticapitalista que se mostra avesso à industrialização e à vida nas cidades, com o fim de exaltar a pureza dos costumes rurais. Os camponeses são glorificados como a reserva moral da Alemanha, seu elemento sadio e regenerador. Eles são os responsáveis pela manutenção da tradição, da pureza da raça e dos costumes, graças ao contato permanente com a terra e ao fato de terem vivido alheios à influências estrangeiras.[183]

A presença de elementos tradicionalistas na ideologia integralista é admitida por Trindade, sem que isto invalide sua qualificação como movimento fascista:

> Um dos paradoxos do fascismo é que ele simboliza uma tentativa de renovação, ao mesmo tempo que defende o retorno ao passado. Ao lado da exaltação da juventude e do mito da nova sociedade fascista, desenvolve-se uma nostalgia dos valores tradicionais. Esse tradicionalismo não é necessariamente uma tomada de posição reacionária porque o fascismo não quer um puro retorno ao passado, mas a conservação dos valores tradicionais renovados. O que o fascismo realiza, em última análise, é uma simbiose entre um elemento tradicional, o corporativismo medieval, e um elemento moderno, o Estado nacional intervencionista.[184]

Outra fragilidade da tese de Chasin, ressaltada por Antonio Cândido em seu Prefácio, é o fato de que Chasin "*deixou de formular uma caracterização do fascismo*".[185]

---

individual, e que tem como modelo a Idade Média e/ou as monarquias de direito divino do antigo regime europeu. (...) Com a destruição da civilização burguesa e do capitalismo, teríamos uma retomada das tradições e dos valores medievais. (...) Como se pode ver, o sentido anticapitalista do discurso de Plínio é bastante claro". ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, no. 21, v. 3, jul./set. 1978, p. 161-180.

[181] TANNEMBAUM, op. cit., p. 14.

[182] Idem, ibidem, p. 14.

[183] LENHARO, op. cit., p. 67.

[184] TRINDADE, *Integralismo...*, p. 279. Ainda no mesmo sentido, Gilberto Vasconcelos lembra que "*todo discurso fascista ostenta ineludivelmente – quer floresça num país hegemônico ou periférico – uma salada 'teórica', isto é, uma ideologia heteróclita em virtude de seu extremo irracionalismo*". VASCONCELOS, op. cit., p. 50.

[185] CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, op. cit., p. 15. Há apenas uma brevíssima definição, segundo a qual "*o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas*

Assim, de acordo com Cândido, a argumentação de Chasin *"teria validade dependendo do que se entenda por fascismo. O nosso autor, como vimos, não achou necessário estabelecer um conceito sintético: pressupôs que fosse conhecido ou seria identificado pelas características que vão surgindo ao longo da discussão"*.[186] Do que conclui que *"se chamarmos fascistas apenas as organizações derivadas do movimento italiano e mais tarde do alemão, ou que os tomaram declaradamente por modelos, Chasin terá eventualmente razão; é mais difícil tê-la, se, como prefiro, tomarmos o fascismo no sentido amplo"*.[187] Com relação a premissa básica de Chasin, que só admite a presença do fascismo no interior de formações que atravessam o capitalismo tardio, parece-nos possível superá-la a partir da proposição de Poulantzas, que, ao mesmo tempo em que sustenta que o fascismo emergiu em meio a um processo de "*transição, no interior das metrópoles do imperialismo, para a dominância do imperialismo monopolista"*, não restringe teoricamente o fascismo a este processo:

> Esse período é caracterizado pelas contradições do imperialismo e do capitalismo monopolista, combinadas com as condições próprias de uma fase de transição. O que determina as condições de uma aguda exasperação das lutas de classes, que imprimem à transição o seu trajeto. Dito de outra maneira, esta fase de transição não explica, enquanto tal, o fascismo: **o fascismo não é, de forma alguma, um fenômeno exclusivamente ligado a este "período"**. Este "período" só tem importância na medida em que circunscreve conjunturas de luta de classes, nas quais contribui para a emergência das **crises políticas a que corresponde o fascismo: crises políticas que não são exaustivamente determinadas pelo caráter do período e que podem muito bem surgir em períodos diferentes**.[188]

A qualificação do integralismo como movimento fascista teve sua primeira formulação acadêmica na tese de Hélgio Trindade, publicada no Brasil em 1974. Sua hipótese geral apontava para o conteúdo fascista do integralismo, considerando que *"o integralismo seria um movimento fascista em função da composição social dos seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional"*.[189] No que se refere à sua ideologia, conclui que *"os principais temas do discurso fascista estavam presentes não somente nas obras teóricas, nas revistas*

---

formações do capitalismo tardio, quando estas emergem na condição de elos débeis na cadeia imperialista". CHASIN, op. cit., p. 591. No entanto, o autor não justifica teoricamente tal definição.

[186] CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, op. cit, p. 16.

[187] Idem, ibidem, p. 17.

[188] POULANTZAS, *Fascismo e ditadura*, op. cit., p. 57. Grifos meus.

[189] TRINDADE, *Integralismo...*, p. 12.

de divulgação e na imprensa integralista, como se reproduziam, de forma preponderante, nos indicadores das atitudes ideológicas, nas motivações de adesão e nas entrevistas".[190] Em relação à composição social do movimento, sustenta que seu perfil *"parece aproximar-se bastante do modelo europeu, especialmente do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão"*.[191] Sua estrutura organizativa interna teria sido *"não somente um meio eficaz, voltado para a ação política, mas um instrumento de elaboração e experimentação, em escala reduzida, do Estado Integralista*".[192] Além disso, os integralistas compartilhariam o projeto de transformação fascista do Estado: *"A aceitação dos integralistas da necessidade de um Estado forte, de uma nova elite e da organização corporativa é unânime"*.[193] Assim, Trindade conclui que *"o integralismo consegue reproduzir os traços característicos dos movimentos fascistas europeus"*.[194] Jarbas Vasconcelos e Margarida Vieira apresentam conclusão semelhante:

> O integralismo, tal como exposto no discurso ideológico de Plínio Salgado, se insere, grosso modo, indubitavelmente, no quadro maior do discurso nazi-fascista em voga nas décadas de 20 e 30. (...) Tanto ao nível do discurso quanto da prática política, houve de fato uma notável identidade de concepção e métodos, entre as doutrinas de inspiração nazi-fascista e o nosso integralismo. A mesma fraseologia simultaneamente anticomunista e antiliberal democrática; filosoficamente, a mesma linguagem idealista, espiritualista, romântica, épica, estóica, maniqueísta e religiosa; politicamente, a mesma concepção corporativista e autoritária / totalitária do Estado e da Nação; sociologicamente o mesmo elitismo e a mesma concepção das massas como ente passivo, a ser moldado pela ação intempestiva e heróica de chefes e de líderes carismáticos, a mesma visão apocalíptica do mundo ocidental cristão, do qual eles, nazi-fascistas e integralistas seriam os modernos cruzados; a mesma concepção geopolítica da história, etc.[195]

O historiador Ivan Alves apresenta cinco fatores para concluir que a AIB foi *"um fascismo de corpo inteiro"*: suas origens ideológicas; a rejeição do liberalismo e da democracia; a defesa de um Estado centralizado e do corporativismo; sua retórica militarizada; e a mística do líder e o culto do sacrifício.[196] Rosa Cavalari conclui seu estudo sobre o integralismo considerando que *"é praticamente impossível, ao tentar entender as estratégias postas em prática pela AIB, não perceber a influência do fascismo europeu. Essa influência pode ser percebida através da ideologia, das práticas discursivas, da*

---

[190] TRINDADE, Hélgio. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN & VIZENTINI, op. cit., p. 77.
[191] Idem, ibidem, p. 77.
[192] Idem, ibidem, p. 78.
[193] TRINDADE, A Ação Integralista Brasileira..., op. cit., p. 46.
[194] TRINDADE, Hélgio. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN & VIZENTINI, op. cit., p. 78.
[195] MEDEIROS & VIEIRA, op. cit., p. 184.
[196] ALVES, op. cit., p. 183.

forma hierarquizada e centralizada de organização do Movimento e sobretudo através daquilo que os integralistas chamavam de exterioridades, ou seja, os símbolos e ritos".[197] Ricardo Seitenfus aponta que "*há vários sinais de que há proximidade entre o integralismo e as doutrinas totalitárias européias, em particular o fascismo italiano. O anticosmopolitismo, o anticapitalismo, o caráter corporativo, a presença de um chefe supremo e infalível, a organização hierárquica e paramilitar, seus símbolos exteriores, o gosto pelos desfiles e as saudações guerreiras, aproximam a AIB de uma cópia tropical do fascismo italiano*".[198] Uma questão relevante que divide os analistas que consideram o integralismo como fascista é a hipótese de seu caráter "mimético", originalmente proposta por Gilberto Vasconcelos. De acordo com ele, o integralismo seria mera transposição do nazi-fascismo ao Brasil, sem nenhuma originalidade:

> Em se tratando do discurso integralista, não tenho dúvidas quanto ao seu caráter meramente reflexo. Seu caráter mimético, ou parcialmente mimético, como querem alguns, vem sempre à tona. (...). Plínio Salgado jamais conseguiu demonstrar a autonomia do Integralismo, assim como seus adeptos e simpatizantes (caso de Tristão de Athaíde) que pretendiam diferenciá-lo através do elemento religioso ou espiritual. (...). Ora, se não se consegue mostrar sua diferença em relação aos fascismos europeus, por que então não reconhecer que o integralismo é inteiramente mimético? (...). Mais do que apontar o quanto é ilusório ver no cristianismo, ou em qualquer outro elemento, a originalidade do integralismo, é importante ressaltar a preocupação dos camisas-verdes de provar a todo instante a autonomia de sua doutrina a fim de escapar à pecha de mimetismo ideológico.[199].

Avaliação semelhante é apresentada por Ivan Alves, para quem "*Plínio Salgado não criou uma teoria política: no mimetismo que caracterizava suas ações, Salgado criou a Ação Integralista Brasileira à imagem e semelhança do Fascio Nazionale dei Combattenti*".[200] A cópia de aspectos de outros movimentos é prática corrente entre os movimentos fascistas, a despeito do discurso nacionalista que todos ostentam. Neste ponto, o reconhecimento da transposição de características dos fascismos europeus ao Brasil é um avanço importante. No entanto, isto não deve implicar na compreensão de que o integralismo era "estranho" à realidade nacional, quase como um "corpo estranho" no interior da política brasileira, como pretende a historiografia liberal (trazido por "ondas que arrebentaram em nossas praias", como afirma Arinos). Ao contrário, a arregimentação de milhares de militantes e sua influência em amplos círculos intelectuais só podem ser

---

[197] CAVALARI, op. cit., p. 212.
[198] SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 320.
[199] VASCONCELOS, op. cit., p. 46-50
[200] ALVES, op. cit., p. 72.

explicadas levando-se em conta a incorporação de elementos da tradição autoritária e do catolicismo tradicionalista brasileiro, ainda que subordinada ao sentido geral fascista. Nesse sentido, concordamos com Trindade que *"não se pode dizer que o integralismo tenha sido exclusivamente um mimetismo ideológico. A adesão ao fascismo de setores importantes da população e a aceitação de sua organização paramilitar não se explicam sem condições internas favoráveis*".[201]

Em síntese, a partir da discussão sobre as características gerais dos movimentos fascistas, reafirmamos a qualificação do movimento integralista como fascista, ainda que não reduzido a mero mimetismo. Foi ele, sem dúvidas, um movimento essencialmente contra-revolucionário, a despeito de eventuais proclamações anticapitalistas, estruturado como movimento de massas com uma organização interna centralizada e autoritária, com uma ideologia fortemente anticomunista, antiliberal e ultranacionalista e voltado à construção de uma nova estrutura política abertamente ditatorial.

2.2.5 Os vínculos da AIB com o fascismo italiano e com o nazismo

O movimento integralista manteve intensos vínculos com o nazismo alemão e o fascismo italiano, como demonstram os estudos de João Fábio Bertonha e de Ricardo Seitenfus. De acordo com Seitenfus, em 1935 o Ministério Italiano das Relações Exteriores foi informado *"da existência de um movimento político brasileiro que apresenta várias semelhanças ideológicas com o fascismo"*, mas *"em razão das excelentes relações com Vargas, não demonstra interesse em aproximar-se da AIB, e desconsidera os relatórios da sua embaixada no Rio de Janeiro"*.[202] Esta posição se modificaria no ano seguinte, como relata Bertonha: *"O documento que marcou essa mudança de postura é um telegrama do Conde Ciano aos cônsules e à embaixada no Brasil em outubro de 1936, pedindo informações sobre o integralismo e a conveniência de apoiá-lo. (...) A embaixada no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Minzinger propôs ajudar o integralismo, através de subsídios e da transferência do apoio aos ítalo-brasileiros sob a influência de Roma para o movimento*".[203] De acordo com ele:

---

[201] TRINDADE, *Integralismo*, op. cit., p. 288-289.
[202] SEITENFUS, op. cit., 65.
[203] BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História, 40, p. 368. Nas palavras de Seitenfus, *"A resposta de Menzinger é clara e entusiasta. A Itália deve apoiar o integralismo em razão de seu caráter fascista e anti-subversivo e assim poderia neutralizar a ação alemã e evitar que o integralismo fosse submetido ao hitlerismo"*. SEITENFUS, op. cit., p. 67.

> Foi através da embaixada italiana e dos órgãos da colônia italiana que se criou um fluxo não só de apoio institucional entre o Integralismo e o governo de Mussolini, mas também de influências intelectuais e políticas que foram relevantes para a difusão das idéias de extrema direita no país e para a própria definição do caráter do movimento. (...) Os sinais de colaboração de Miguel Reale e de Plínio Salgado com os órgãos do governo fascista italiano em São Paulo são, pois, conclusivos e nos ajudam a ver um dos caminhos concretos pelos quais o fascismo italiano influenciou o pensamento e a prática política integralista.[204]

O próprio embaixador propôs as condições de apoio: *"os meios preconizados por Menzinger são três: subvenções à AIB e a seus membros mais eminentes, fazer propaganda fascista no seio da AIB e, por fim, manter contatos freqüentes com Plínio Salgado e seus colaboradores mais próximos"*.[205] Finalmente, o Ministro das Relações Exteriores italiano, Conde Ciano, determina o pagamento de *"uma subvenção mensal de 50 mil liras"*, ordenando *"que os pagamentos mensais à AIB sejam feitos indiretamente, e que a embaixada italiana no Rio abstenha-se de qualquer contato de natureza financeira com a AIB"*.[206] Ao mesmo tempo, *"Salgado decide colocar sob sua direção pessoal todas as relações da AIB com a Itália"*, e *"solicita a entrega de armas para a preparação de um putsch integralista"*.[207] Em outubro de 1937, o embaixador italiano Lojacono reúne-se com Plínio Salgado, acertando as condições de pagamento, estabelecendo *"como condição que Plínio Salgado me entregue um recibo pelo dinheiro recebido"*, e sendo informado que *"Plínio Salgado deseja também ter competência exclusiva sobre os contatos a serem mantidos com o fascismo italiano*".[208] Em outubro do mesmo ano, Lojacono "*solicita a Ciano o envio de mil revólveres belgas ou tchecos, a fim de evitar armas italianas, para satisfazer o pedido integralista. Ciano então recua, alarmado pela desorganização na direção da AIB, dá-se conta de que uma entrega de armas aos integralistas o implicaria direta e gravemente em um futuro putsch integralista*".[209] A documentação revela, portanto, que a subvenção financeira de fato ocorreu regularmente, ao menos durante alguns meses, e que seu rompimento se deveu a uma opção por parte do Ministério das Relações Exteriores da Itália.

Já as relações estabelecidas entre o integralismo e o nazismo produziram resultados menos expressivos, pois *"ao contrário do cogitado pela diplomacia italiana no Brasil, os*

---

[204] BERTONHA, op. cit, p. 371 e 374..
[205] SEITENFUS, op. cit., p. 68.
[206] Idem, ibidem, p. 70.
[207] Idem, ibidem, p. 72.
[208] Correspondência de Lojacono a Ciano, 10.7.1937. Apud SEITENFUS, op. cit., p. 331-332.
[209] SEITENFUS, op. cit., p. 72.

diplomatas alemães manifestam grande reserva em relação à AIB".[210] Isto se devia, ao menos em parte, aos conflitos surgidos nas regiões coloniais entre os germanistas radicais e os integralistas, que não abriam mão de um projeto nacionalizador,[211] ainda que em certas situações ocorresse também a colaboração entre ambos.[212] De acordo com Seitenfus, *"as relações de cúpula entre a AIB e a Alemanha nazista são apenas episódicas e marcadas por uma grande desconfiança recíproca"*.[213] Ressalva, no entanto, que *"esta realidade mudará profundamente no primeiro semestre de 1938*".[214]

O golpe que decretou o Estado Novo foi bem recebido pela Itália e Alemanha, mas sua expectativa foi logo frustrada: *"A ausência integralista do governo e a recusa brasileira de participar do pacto anti-Komintern são indícios que obrigam o Eixo a rever sua tática e suas alianças no Brasil*".[215] O que em princípio estimularia o aprofundamento dos vínculos com o integralismo, embora por pouco tempo:

> A primeira idéia que ocorre à diplomacia italiana é fazer com que Vargas abrace publicamente a causa integralista, fazendo da AIB o partido governamental. (...) Vargas não aceita a sugestão e descarta a AIB. Essa atitude desencadeia uma crise entre o governo e o integralismo. Dentro dessas condições não é mais possível , para a diplomacia italiana, continuar um jogo duplo. Tanto a AIB quanto Vargas são irredutíveis em suas posições. Após alguns dias de hesitação, durante os quais Lojacono declara que "os integralistas não disseram sua última palavra", a diplomacia italiana decide, aparentemente, afastar-se da AIB. Apesar das pressões italianas, a AIB permanece em suas posições e patrocina, durante o mês de novembro, passeatas paralelas às organizadas pelo novo regime. (...) A ruptura entre Vargas e a AIB é consumada com a interdição de todos os partidos políticos, decretada em novembro de 1937. Ela atinge, de resto, a seção nacional do NSDAP e constitui um golpe fatal contra as aspirações da AIB, que se vê obrigada a desaparecer ou passar para a clandestinidade. Plínio Salgado consulta Lojacono, que indica como único caminho aproximar-se de Vargas, e incentiva Salgado a

---

[210] Idem, ibidem, p. 56.
[211] De acordo com René Gertz, nas regiões coloniais alemãs *"é evidente o confronto do integralismo com o germanismo"*. GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1991, p. 56.
[212] A historiadora Veridiana Tonini relata a posição simpática ao nazismo do líder integralista Wolfram Metzler, que chegou a romper relações com seu irmão em virtude das críticas deste ao nazismo. De acordo com ela, *"Wolfram expunha numa carta sua preocupação com o trabalho antinazista do jornal Deutsches Volksbratt, conduzido por seu irmão. Acreditava que esta posição contrariava e prejudicava as finalidades do jornal"*. TONINI, Veridiana. *Uma relação de amor e ódio*: o caso de Wolfram Metzler (1932-1937). Passo Fundo: UPF, 2003, p. 70.
[213] Idem, ibidem, p. 57. Ao que parece, no entanto, Gustavo Barroso mantinha relações mais próximas. Mesmo em um discurso cujo objetivo era negar os vínculos do movimento com o nazismo, o integralista Jayme Ferreira da Silva confirma a troca de correspondências entre Salgado e o Conde de Reventrow, presidente da Associação Racista Européia, *"com sede em Berlim, que se propunha o fim especial de combater a ação da Aliança Israelita Universal"*. De acordo com ele, *"O sr. Gustavo Barroso respondeu-a, dando as informações pedidas, sem pormenores"*. Barroso teria ainda autorizado-o *a declarar que assume absoluta responsabilidade do texto original em francês da referida carta"*. SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o integralismo*: Discurso pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 15-16.
[214] SEITENFUS, op. cit., p. 57.
[215] Idem, ibidem, p. 116.

> aceitar o Ministério da Educação. Seria um cargo ideal para manobrar "a criação da nova alma brasileira". Todavia, Salgado recusa e declara que há, dentro da AIB, certas personalidades, como Gustavo Barroso, prontas a uma oposição armada ao regime varguista. (...) Ciano indaga Lojacono em 8 de janeiro [de 1938] se não é desejável "suspender a subvenção financeira" concedida até o momento à AIB. Lojacono não hesita e informa a Roma "nas condições atuais nossa subvenção deve ser suspensa". Assim, parece chegar a termo a difícil colaboração ítalo-integralista. Contudo, ela ressurgirá em poucos meses.[216]

A retomada das relações se deu já no contexto da II Guerra Mundial. Logo após o torpedeamento dos navios brasileiros, *"o Eixo procura seu antigo aliado brasileiro: o integralismo"*.[217] Segundo Seitenfus, *"as iniciativas italianas e alemãs junto a Plínio Salgado são tomadas de maneira independente. A primeira se deve à Itália que, certa da vitória final do Eixo, se preocupa, em abril de 1942, em organizar o mundo do pós-guerra. No início de 1942, o enviado especial italiano, doutor Colpi, antigo cônsul em São Paulo, chega a Lisboa a fim de encontrar-se com o líder da ex-AIB*".[218] As propostas apresentadas por Salgado são relatadas por Seitenfus:

> a) Plínio Salgado está muito interessado em participar –enquanto representante do Brasil – da futura conferência de paz que deverá ser organizada logo após a vitória militar do Eixo.
>
> b) A ex-AIB julga ser necessário criar no Brasil, com a ajuda do Eixo, um "movimento de independência nacional". (...)
>
> c) Plínio Salgado coloca à disposição do Eixo "a rede de adeptos e simpatizantes nos Estados Unidos e Inglaterra";
>
> d) Finalmente, ele se declara apto a fornecer todas as informações de que dispõe referentes às bases militares norte-americanas instaladas no Brasil e a empreender ações militares a fim de criar "um estado de inquietação e de ameaça às bases norte-americanas".[219]

Também os contatos de Salgado com os nazistas foram freqüentes: *"Walter Schlemberg, chefe da contra-espionagem alemã, declara haver encontrado Plínio Salgado por várias vezes em Lisboa". (...) A embaixada alemã em Lisboa 'mantém através de intermediários contatos permanentes com Plínio Salgado. As intenções da Alemanha são limitadas, pois resumem a utilizar Salgado em caso de vitória militar*".[220] É evidente que

---

[216] Idem, ibidem, p.117-119.
[217] Idem, ibidem, p. 302.
[218] Idem, ibidem, p. 303. Colpi relatou à embaixada: *"Consegui encontrar Plínio Salgado bastante facilmente e tive com ele quatro encontros, a partir de 10 de abril último, sempre em locais diferentes"*. Relatório de Colpi, enviado especial italiano a Lisboa sobre seus encontros com Plínio Salgado em 10 e 19 de abril de 1942. Apud. SEITENFUS, op. cit., p. 349.
[219] Idem, ibidem, p. 305.
[220] Idem, ibidem, p. 306.

tais contatos foram sempre negados por Salgado e pelos integralistas, embora sua comprovação na documentação diplomática alemã e italiana seja irrefutável.[221]

2.3 – O integralismo e o Estado Novo

2.3.1 O envolvimento integralista no golpe de Estado de 1937

Durante os meses que antecederam o golpe de Estado que inaugurou o Estado Novo, o movimento integralista passou a apoiar ativamente o governo Vargas e seu projeto de centralização política. Para tanto, contribuía não apenas através da disseminação de sua ideologia antiliberal, antipartidária e de defesa de um "Estado forte", mas também através de manifestações concretas em favor de Vargas. Como aponta Stanley Hilton, *"o curso dos acontecimentos em 1937 insinua a existência de um entendimento, pelo menos tácito, entre o Governo e o Partido* [integralista]", os quais *"pareciam aproximar-se cada vez mais nas cruciais semanas que antecederam a implantação da ditadura em novembro de 1937*".[222] Para ele, naquele momento havia uma clara mudança da estratégia integralista, com ênfase na colaboração com Vargas: *"A realidade da estatística eleitoral, e a impraticabilidade ou pouca atração de métodos alternativos de alcançar o poder, provavelmente explicam a disposição de Salgado em apoiar as autoridades federais"*.[223] O ponto máximo desta colaboração foi a marcha integralista ocorrida em 1º de novembro de 1937, cuja pretensão era ser, ao mesmo tempo, uma demonstração de força do movimento e de seu apoio a Vargas. A Marcha passou em frente ao Hotel Glória, de onde Salgado passou os integralistas em revista, e encerrou-se saudando Vargas em frente ao Palácio do Catete. Seu êxito é controverso: Ivan Alves afirma que *"mais de 50.000 integralistas, civis e militares, desfilaram pelo centro da cidade"*, o que teria feito Vargas sentir *"a necessidade de liquidar com o movimento que poderia vir a ameaçar a estabilidade do seu governo"*.[224] José Nilo Tavares afirma que *"cerca de 40 mil integralistas desfilam, uniformizados e protegidos por militares simpatizantes, em trajes civis, pelas ruas da capital federal, detendo-se em frente ao Palácio do Governo onde saúdam o futuro*

---

[221] Afirma Seitenfus: *"Há que se fazer um parêntese relativo ao que se refere à documentação disponível. Ela é apenas de origem alemã e italiana. Plínio Salgado jamais mencionou em suas publicações os contatos secretos com os agentes italianos e alemães. Certamente, o resultado do conflito explica seu silêncio"*. Idem, ibidem, p. 303.
[222] HILTON, A Ação Integralista Brasileira..., op. cit., p. 45-46.
[223] Idem, ibidem, p. 44.
[224] ALVES, op. cit., p. 99.

ditador".[225] A avaliação de Hélio Silva e Maria Cecília Carneiro é oposta: "*Os integralistas procuravam reproduzir a 'marcha sobre Roma', dos fascistas, e anunciavam uma concentração de 50 mil homens. Na verdade, havia dez mil"*.[226] Ao contrário do que afirma Alves, Hilton avalia que é exatamente o pouco êxito da marcha que estimulou Vargas a esmagar o integralismo: "*Vargas mandou colocar agentes nas ruas para contar os desfilantes e sua conta só chegou a 17.000, incluindo mulheres e crianças. 'O presidente assim descobriu que a força deles fora exagerada', escreveu o embaixador norte-americano. 'e que se agisse logo, poderia esmagá-lo'"*.[227] Na preparação do golpe, Salgado teria oferecido sua milícia a Vargas, bem como o apoio dos militares integralistas.[228] Na realidade a concretização de apoio militar não foi necessária, e certamente não interessava a Vargas, uma vez que o tornaria refém do integralismo. Assim, concretizou-se o golpe de Estado, sem maiores resistências e com o apoio integralista.

2.3.2 O integralismo sob o Estado Novo

Concretizado o golpe, o sentimento entre os integralistas era de júbilo e expectativa, uma vez que acreditavam que teriam importante papel na nova ordem. Salgado, em carta enviada a Vargas após a proibição da AIB, chegou a admitir que sua expectativa era que o integralismo seria a base do novo regime:

> Perguntei qual seria na nova ordem, a situação da Ação Integralista Brasileira, ao que o Dr. Francisco Campos respondeu que ele seria A BASE DO ESTADO NOVO, acrescentando naturalmente que o INTEGRALISMO teria que ampliar os seus quadros para receber todos os brasileiros que quisessem cooperar no sentido de criar uma grande corrente de apoio aos objetivos do Chefe da Nação. (...). Eu tinha a impressão de que se iria formar uma União Nacional de que o Integralismo seria o cerne.[229]

O primeiro discurso de Vargas depois do golpe começa a frustrar suas expectativas: Salgado admite sua decepção ao perceber que nele "*não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou os integralistas*".[230] Ainda assim, no dia seguinte ao golpe, Salgado saudou-o, afirmando que se tornara impossível proteger o país dentro do sistema

---

[225] TAVARES, op. cit., p. 212.
[226] SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília. *Os presidentes*: Getúlio Vargas - O Estado Novo 1937-1945. São Paulo, Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 26.
[227] HILTON, op. cit., p. 55.
[228] Cf. SILVA & CARNEIRO, op. cit., p. 63.
[229] Carta do Chefe Nacional da Acção Integralista Brasileira ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República em 28 de janeiro de 1938. In: SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a Nação*, Lisboa: Editora Gráfica Nacional, 1946, p. 81-105, p. 89 e 92.
[230] Idem, ibidem, p. 95.

constitucional.[231] Fausto Irschlinger, referindo-se ao norte do Rio Grande do Sul, confirma que os integralistas não se sentiam ameaçados com a nova ordem: "*prova de que os integralistas da região não se abalaram de forma exagerada com os primeiros momentos do Estado Novo foi a inauguração das novas instalações na sede do núcleo central de Passo Fundo, em novembro de 1937*".[232] Ainda assim, de acordo com Hilton, "*embora externamente as relações entre o Governo e a AIB parecessem completamente harmoniosas, dentro dos conselhos do partido havia sérias dúvidas. (...) Porta-vozes do integralismo estavam, na realidade, divididos em torno da questão da cooperação com o Governo, de fato, uma maioria se opunha a tal colaboração*".[233] A posição pública do movimento naquele momento era expressa pelo jornal integralista *O Povo*:

> Nós estamos, onde sempre estivemos: com o sr. Getúlio Vargas, com a Nação. (...). Ao seu lado, igualmente, postaram-se forças ponderáveis da Nação, prestigiando-lhe o Governo, a fim de que ele pudesse enfrentar a situação, salvar o país de uma luta inglória e prejudicial e sanear o ambiente, colocando o Brasil em condições de ingressar na realidade do momento nacional e universal, com suas instituições adaptadas aos seus problemas e às suas necessidades.[234]

Entre o final de novembro e o início de dezembro, no entanto, a conjuntura tornou-se rapidamente desfavorável aos integralistas: Vargas deixou claro que a cassação do registro dos partidos políticos atingiria também a AIB, oferecendo como compensação o Ministério da Educação a Plínio Salgado. A 28 de novembro, Vargas e Salgado encontraram-se, de acordo com relato do último em reunião do Supremo Conselho e da Câmara dos Quarenta da Ação Integralista Brasileira: "*O Presidente da República começou por salientar a simpatia com que sempre olhara a Ação Integralista Brasileira; recordou vários atos públicos de prestígio à mesma, reeditou as considerações do Ministro da Justiça, para concluir pela reafirmação do oferecimento que fazia ao Chefe Nacional da pasta da Educação e Saúde*".[235] Esta reunião é a última registrada no livro de atas da Câmara dos Quarenta, e não chega a definir a posição do movimento. De acordo com Edgard Carone, naquele momento, "*grande parte dos integralistas estão determinados a aceitar o novo estado de fato, pois além do Estado Novo traduzir o fim do liberalismo e perseguir tenazmente o movimento das esquerdas, ele aparentemente*

---

[231] HILTON, op. cit., p. 47.
[232] IRSCHLINGER, op. cit., p. 203.
[233] HILTON, op. cit., p. 46 e 49.
[234] Busca-se irritar os integralistas. *O Povo*. Rio de Janeiro, 12.1937, p. 3. O mesmo jornal informava sobre uma manifestação pública em apoio a Vargas, realizada já sob o Estado Novo. Cinco mil crianças desfilam em continência ao Presidente da República e ao sr. Plínio Salgado. *O Povo*, Rio de Janeiro, 25.11.1937, p. 1.
[235] Livro de Atas da Câmara dos Quarenta da Acção Integralista Brasileira, p. 29 (CDAIBPRP).

representa a implantação de certas idéias integralistas – a do corporativismo, por exemplo".[236] O que torna compreensível a indefinição de Salgado, mesmo após o decreto de 3 de dezembro que proibiu as atividades dos partidos políticos, dentre os quais as da própria AIB. Salgado tentou uma medida de conciliação, criando a Associação Brasileira de Cultura, através da qual pretendia congregar os integralistas sem assumir abertamente uma finalidade política,[237] mas a mesma foi igualmente proibida, assim como toda imprensa integralista, ainda em dezembro de 1937. O cancelamento do registro da AIB foi complementado por *"uma campanha sistemática contra os camisas-verdes. Sedes locais da AIB foram fechadas, reuniões impedidas e, em vários casos, membros do partido encarcerados"*.[238] Chasin avalia que a posição de Salgado era difícil, pois *"aceitar o ministério, nas circunstâncias, seria configurar verdadeiramente uma traição. Não aceitá-lo era confessar um malogro e assumir o papel de vítima de um engodo. A única alternativa que sobrou para Salgado foi continuar insistindo na mútua vantagem de uma articulação*".[239] Desta forma, *"apesar de 'alijado' ou enganado, mas sobretudo usado e neutralizado, Salgado ainda se empenha em manter as portas abertas para eventuais entendimentos com Vargas"*.[240] De acordo com Carone, *"o rompimento de Plínio Salgado, mais tardio, dá-se em fins de janeiro de 1938. Antes ele procura desesperadamente se aproximar de Getúlio"*.[241] O rompimento, de fato, criou uma situação de extremo isolamento aos integralistas, jogados na clandestinidade, com sua imprensa proibida e parte de sua militância simpática à ditadura. Irschlinger relata diversos casos de declarações de

---

[236] CARONE, op. cit., p. 198.

[237] Apenas quatro dias depois do cancelamento do registro da AIB, o jornal *O Povo* anunciava a fundação da Associação Brasileira de Cultura. Já estão aprovados os estatutos da nova organização que vai substituir o integralismo. *O Povo*, Rio de Janeiro, 7.12.1937, p. 1.

[238] HILTON, op. cit., p. 52.

[239] CHASIN, op. cit., p. 153.

[240] Idem, ibidem, p. 152.

[241] CARONE, op. cit., p. 197. Evidentemente, os motivos do rompimento não são os que Salgado afirmaria posteriormente, em outro contexto político, como, por exemplo, sua suposta recusa a apoiar um regime "*que teria de funcionar (como de fato funcionou) sem um dos elementos indispensáveis a configuração dos regimes democráticos: o poder legislativo"*. SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*. [Porto Alegre]: s./ed, 1945. Em reelaboração posterior, Salgado afirmou ainda que "*naquela ocasião, o Presidente Vargas não só me oferecia o Ministério, como também me pedia uma lista de amigos para que ele os colocasse em bons empregos. Respondi-lhe que nem eu nem meus amigos desejávamos coisa alguma senão a felicidade e a grandeza do Brasil"*. Correspondência de Plínio Salgado a Mansueto Bernardi, 20.1.1947 (APHRC-Pprp 20.01.47). E, em 1974, no seu discurso de despedida do Parlamento, Salgado sustentou que respondera a Francisco Campos, recusando sua oferta, afirmando: "*Não sou liberal: pretendo para o Brasil uma democracia orgânica, mas não com a abolição da liberdade de imprensa, com o fechamento do Congresso, com a submissão do Poder Judiciário"*. SALGADO, *Despedida do parlamento*, op. cit., p. 8. Parece claro, no entanto, que tais preocupações não estavam sequer em cogitação naquele momento, para os integralistas.

lideranças regionais do integralismo no norte do Rio Grande do Sul anunciando que deixaram o movimento ou mesmo renegando-o abertamente,[242] sendo provável que o mesmo tenha ocorrido em todo o país. Assim, o integralismo encontrava-se, naquele momento, derrotado, dividido e sem capacidade de iniciativa. Situação que o levaria, poucos meses depois, à opção pela ação armada.

2.3.3 A Intentona integralista e o exílio de Plínio Salgado

Mesmo na clandestinidade, nos primeiros meses de 1938 o integralismo seguia contando com uma certa organização interna. De acordo com Silva e Carneiro, "*a Ação Integralista Brasileira guardara seus arquivos, preservara a sua estrutura, e mantivera - sob a clandestinidade - a Milícia que fizera desfilar a 1º de novembro, frente ao futuro ditador para animá-lo a dar o golpe*".[243] Tais condições davam ao movimento possibilidade de engajamento em uma articulação para a derrubada de Vargas, o que fez por duas ocasiões, em março e maio de 1938. O primeiro deles, menos conhecido, teve a liderança dos integralistas Fernando Cochrane e Francisco Barbosa, foi desencadeado a 11 de março, e sua execução foi desastrada, em virtude da uma ordem falsa:

> O que houve foi um alarme falso, mas desconhecendo a contra-ordem, os grupos de conspiradores se dirigiram para os locais estabelecidos prontos para o ataque: o edifício dos Correios e Telégrafos, as usinas geradoras de eletricidade, a Rádio Mayrink Veiga e a Escola Naval. (...) Os tenentes Jatir de Carvalho Serejo e Arnoudo Hasselman receberam mensagem do tenente Francisco Barbosa alertando-os de que o movimento revolucionário seria deflagrado naquela noite. Foram informados ainda que um grupo de guardas-marinhas iria tentar ingressar na sede da Escola Naval, na ilha das Enxadas, onde se apoderariam de armamentos que seriam distribuídos aos civis espalhados no cais do porto e adjacências. Serejo ofereceu-se para acompanhá-los. No cais dos Mineiros o grupo tomou uma lancha, solicitada por Serejo à própria Escola Naval, e invadiu a escola, obtendo a adesão de vários marinheiros e prendendo alguns que tentaram resistir. Depois de dominar a ilha e recolher à lancha farta munição, Serejo recebeu um telefonema de Hasselman, do Ministério da Marinha, dizendo que "desse volta" no serviço, pois a ordem para a deflagração do levante era falsa. Restituiu então as armas e a liberdade aos fuzileiros e regressou à terra firme. No dia seguinte foi preso, permanecendo incomunicável por 15 dias, após o que respondeu a dois inquéritos policial-militares.[244]

Já naquele momento, a conspiração era resultado de uma articulação entre "liberais" e integralistas, com a participação direta de Otávio Mangabeira e Euclides

---

[242] IRSCHLINGER, op. cit., p. 209-210. Dentre os autores destas declarações encontram-se as duas principais lideranças da AIB no norte gaúcho: o chefe municipal de Passo Fundo, Willy Neuhaus, e o governador regional da AIB, Hugo Loureiro Lima. Observe-se que várias dentre estas declarações, como a de Neuhaus, são anteriores à chamada Intentona Integralista, quando a repressão aos integralistas se intensificou.
[243] SILVA & CARNEIRO, p. 59.
[244] MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 4993.

Figueiredo, que *"tiveram suas atividades descobertas pela polícia"* e foram presos.[245] A repressão governamental envolveu *"pequeno número de implicados e grande número de inocentes"*, com o que *"os acontecimentos de 11 de março não prejudicaram o andamento da conspiração e a existência de um segundo golpe"*.[246]

A insurreição de maio de 1938 ficou conhecida como "Intentona Integralista", a despeito da participação de diversas lideranças "liberais" em sua articulação e execução. É difícil saber as condições do acordo estabelecido entre integralistas e "liberais" que tornou possível a ambos empreenderem conjuntamente uma conspiração. Além disso, há controvérsias no que se refere à direção efetiva do movimento. Glauco Carneiro sustenta que *"muito embora tenha passado à história com o nome de integralista, o movimento revolucionário de 11 de maio de 1938 originou-se de uma ampla conspiração de liberais, a que alguns camisas-verdes só aderiram quando viram fechada a Ação Integralista Brasileira"*.[247] Hélio Silva considera que *"a revolta contra Vargas foi um movimento a que trouxeram seu apoio os integralistas. (...) O próprio chefe integralista redigiu uma norma definindo os objetivos do movimento: restauração da Carta Constitucional de 1934. (...) O movimento de 1938 não foi planejado nem dirigido nem realizado pelos integralistas"*.[248] Sua posição é criticada por Carone: *"A afirmação de Hélio Silva de que a revolta de maio de 1938 é liberal e 'a que trouxeram seu apoio os integralistas', me parece duvidosa. Os últimos é que possuem quadros e organização e não iriam entrar em nenhuma aventura para reimplantar a Constituição de 1934, como afirma falsamente Plínio Salgado, opinião que Hélio Silva aceita totalmente"*.[249] As informações disponíveis conduzem a uma posição intermediária, evidenciando que lideranças integralistas e também "liberais" participaram ativamente no movimento. Por um lado, é evidente que a direção integralista envolveu-se diretamente na articulação, desmentindo a versão de Glauco Carneiro quando este reduz sua participação a "alguns camisas-verdes". Como afirmam Hélio Silva e Maria Cecília Carneiro, *"Plínio Salgado sabia, estava acompanhando os fatos, alegrou-se com as primeiras notícias favoráveis, desesperou-se quando soube do fracasso. Um depoimento por nós ouvido de Francisco San Tiago Dantas acrescenta que Plínio redigiu um*

---

[245] CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 364.
[246] MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 4994.
[247] CARNEIRO, op.cit., p. 358.
[248] SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em campo verde,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 147-148.
[249] CARONE, *O Estado Novo,* op. cit., p. 202-203.

depoimento para que ele lesse no Rio de Janeiro, logo que saísse vitorioso o movimento".[250] Por outro lado, deve-se reconhecer também a participação de importantes lideranças "liberais":

> O plano articulava o General Castro Júnior e o grupo civil, integrado pelo proprietário de *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, José Antonio Flores da Cunha, que, exilado no Uruguai desde a decretação do Estado Novo, enviava dinheiro para os gastos militares – os cem mil cruzeiros que remetera de Montevidéu foram empregados para pagar o aluguel da casa da Avenida Niemeyer -, Armando de Sales Oliveira e Otávio Mangabeira, este último preso no Hospital da Polícia Militar, após ter sido transferido da Casa de Correção.[251]

Severo Fournier, que liderou o ataque ao Palácio Guanabara, sustentava que Eduardo Gomes também participava da conspiração, mas *"decidiu abandonar o movimento, justamente na sua antevéspera"*.[252] O General Castro Júnior também confirmou ter sido o comandante militar do movimento.[253] Já Euclides Figueiredo confessou sua participação no movimento e foi condenado a quatro anos de prisão.[254] Assim, não é correto minimizar a participação dos integralistas, mas também é necessário reconhecer a participação destacada de não-integralistas, autoproclamados "liberais".

Diversos fatores indicam que a conspiração tinha condições para obter êxito, ainda que esta hipótese pareça improvável após sua derrota. Em primeiro lugar, apesar do fracasso da conspiração de março, naquele momento *"ninguém esperava um levante integralista"*,[255] de tal maneira que *"o Palácio estava sem defesa*", situação que perdurou até *"por volta das duas horas*".[256] Além disso, os revoltosos contavam com aliados em posições decisivas na noite da conspiração, como a chefia da Guarda do Palácio Guanabara, a cargo do tenente integralista Júlio do Nascimento, a chefia da Guarda na Polícia Civil, a cargo do tenente Soter, e com vários oficiais de serviço na Marinha e no Exército. Além disso, *"segundo os planos formulados pelos conspiradores (...), o*

---

[250] SILVA & CARNEIRO, op. cit., p. 65. Segundo Carone: *"Belmiro Valverde define com precisão a sua falta de caráter quando diz que Plínio Salgado ordenou o levante de 11 de maio de 1938: 'vencidos, ele nos pôs de lado; vencedores, haveria de querer surgir como grande Messias, o Homem do Destino. Cometemos para ele o pecado de não ganhar a partida'. (...) Fracassado o movimento, Plínio Salgado procura imediata e covardemente se eximir dele"*. CARONE, op. cit., p. 119-201.
[251] MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 4994.
[252] Apud: NASSER, David. *A Revolução dos Covardes:* Diário secreto de Severo Fournier. 2ª edição. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947, p. 94.
[253] CASTRO Júnior. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 1262.
[254] EUCLIDES Figueiredo. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 2189.
[255] ALVES, op. cit., p. 124.
[256] CARNEIRO, op. cit., p. 373.

movimento envolveria dois mil integralistas e seiscentos homens comandados por Fournier".[257]

A execução da ação conspiratória, no entanto, foi completamente desastrosa para os revoltosos, nas várias frentes previstas em seu plano. No assalto ao Palácio – principal ação militar do movimento -, "*houve uma série de contratempos. Dos 150 homens previstos para tal missão, somente 30 se apresentaram. O transporte também falhou. (...) Nessas condições, o ataque se limitou aos jardins do palácio, onde foi travado um combate de algumas horas entre os revoltosos e um grupo de familiares e funcionários mais próximos a Vargas*".[258] Também a detenção de autoridades fracassa em sua quase totalidade: das diversas autoridades que deveriam ser detidas, apenas o Gen. Canrobert Pereira o foi. Dutra, Góes Monteiro, Francisco Campos e outros escaparam por diversos motivos, incluindo-se a simples deserção dos responsáveis. O fracasso da detenção de Góes Monteiro deve-se ao prosaico motivo de que o responsável pela ação "*perdera a chave com que deveria abrir a porta da casa de Góes*".[259] Já o Almirante Hasselman chegou a fazer um pronunciamento radiofônico anunciando "*já haver sido instalada uma junta governativa"*.[260] Há um relativo consenso entre os analistas ao apontar como motivo principal do fracasso da conspiração a deserção de grande parte dos envolvidos na conspiração,[261] aliado a equívocos que comprometeram as ações desencadeadas. Segundo Glauco Carneiro, "*O levante fracassou pela omissão de muitos dos que se haviam comprometido com o movimento. (...). As coisas correram mal desde o início em todos os setores, com raríssimas exceções*".[262] Na avaliação de Ivan Alves, "*fora abortada, por inexperiência, covardia e omissão, uma Noite de São Bartolomeu sem precedentes na história deste País".*[263] Carone afirma que "*tudo parece preparado, mas a covardia e o medo dos integralistas levam o movimento ao fracasso*".[264]

---

[257] MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930,* op. cit., p. 4994.
[258] Idem, ibidem, p. 4994.
[259] Cf. ALVES, op. cit., p. 121.
[260] ARNOLDO Hasselman. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930,* op. cit., p. 2737.
[261] O almirante Cochrane, por exemplo, não assumiu o posto que lhe tinha sido designado, e justificou *"dizendo que aguardara infrutiferamente no bar do Palace Hotel, com um grupo de oficiais, a comunicação do general Castro Júnior, para assumir seu posto e desembarcar os contingentes que ajudariam a missão de Fournier".* CARNEIRO, op. cit., p. 368.
[262] Idem, ibidem, p. 358 e 366.
[263] ALVES, op. cit., p. 157.
[264] CARONE, op. cit., p. 203.

Os relatos de algumas lideranças do movimento – como o integralista Belmiro Valderde e o Tenente Severo Fournier – ressaltam a desorganização do levante e as deserções de grande parte dos responsáveis. Belmiro Valverde por diversos anos sustentou a versão integralista de que o fracasso do movimento se devia à "precipitação" de Severo Fournier,[265] mas mudou seu relato ao romper com o integralismo nos anos 50, afirmando que *"muitas das pessoas que conosco conspiraram falharam na hora H. Oficiais comprometidos não compareceram a seus postos de combate; civis, valentes quando das discussões e planejamento, sumiram no momento de perigo"*.[266] Fournier, por sua vez, responsabilizou os integralistas pelo fracasso, atacando-os violentamente

> Infeliz movimento! Examinando-se bem o desenrolar dos acontecimentos, onde só se encontra indignidades sobre indignidades, podridão moral sobre podridão moral, ver-se-á que outro não podia ser seu resultado. Desde o Chefe Nacional, quintescência das coisas excrescenciais, dos pusilânimes com escala por seus 'sápatras', 'centuriões' e 'legionários', ou outras denominações gregas ou românicas que tivessem, vai uma série imensa de homens desvirilizados, desbriados, covardes, que, justamente por serem aleijados, não se pejam de lançar sobre quem lhes poderia regenerar os hábitos, a moral e o caráter, numa ânsia natural, já definida cientificamente, de aumentar-lhes o número, as mais vis aleivosias e calúnias. O leproso acredita que mordendo sete sadios, ver-se-á curado no fim da jornada.[267]

De acordo com sua versão. *"das setenta e muitas missões que se compunha o plano, na maioria simples e sem o menor perigo, apenas puderam tomar certo caráter de execução as seguintes – assalto ao Guanabara, tomada do Ministério da Marinha, prisão de um coronel, e essas, assim mesmo, com ressalvas"*.[268]

Já a versão dos integralistas sobre o movimento modificou-se diversas vezes, de acordo com as conveniências. O primeiro pronunciamento público de Salgado se deu em 1945, afirmando que *"não houve revolta integralista em maio de 1938, e sim uma revolta de vários partidos, cuja chefia não era do integralismo"*, acrescentando que *"foi apenas um pequeníssimo número de integralistas que tomou parte da rebelião, à revelia do chefe do seu partido"*.[269] Desta forma, pretendia *"de uma vez por todas acabar com essa história de denominar 'revolta integralista' a rebelião de 11 de maio de 1938"*, sustentando que *"tratava-se de um movimento nacional extreme de intuitos partidários, em que se*

---

[265] De acordo com Hélio Silva: *"O movimento fracassou porque muito dos que se haviam comprometido falharam. Houve conveniência em salvar o chefe para preservar a mística. O próprio Belmiro, durante muito tempo, ajudou essa versão, exonerando Plínio de qualquer responsabilidade. Convencionou-se que houvera precipitação e só por isso falhara a revolução"*. SILVA, *1938: Terrorismo em campo verde,* op. cit., p. 244.
[266] ALVES, op. cit., p. 112.
[267] Diário secreto de Severo Fournier. In: NASSER, op. cit., p. 67.
[268] Idem, ibidem, p. 101.
[269] SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*, op. cit., p. 19.

aproveitava o concurso do integralismo, à época ferozmente perseguido".[270] Em outras versões, Salgado abandonou a versão de que não participara do movimento, acentuando a tese de que o fracasso seria resultado exclusivo da precipitação de Fournier: "*Essa nossa* [sic] *Revolução seria em final de maio e não em 10 de maio. Um grupo do Rio de Janeiro, instigado por um oficial já falecido (cuja figura foi o motivo central da reportagem do sr. David Nasser) precipitou os acontecimentos sem consultar-me, e em 10 de maio fez irromper uma revolta na Capital da República*".[271] Nesta nova versão, Salgado colocava-se como efetivo chefe do movimento: "*A minha autorização, não apenas ao sr. Valderde, mas aos chefes integralistas do DF, era no sentido de articular, preparar e aguardar, e nunca decidir sobre a forma de ação, e nem sobre a data da sua execução*".[272] Em discurso em 1959, Salgado qualificou os integralistas mortos na ação como "mártires da democracia", "*assassinados e derramado seu sangue para a implantação das idéias democráticas e de uma democracia verdadeira representativa dos anseios da Nação"*.[273] Hélio Silva aponta a contradição de Salgado, ao reclamar que a operação teria sido desencadeada sem sua autorização, ao mesmo tempo em que afirmava que o comando militar era exclusivamente dos liberais, a cargo do General Castro Júnior.[274]

Ao fracasso da insurreição seguiu-se uma violenta repressão governamental: "*cerca de 1.500 pessoas foram detidas, entre integralistas e partidários de outros credos políticos"*.[275] De acordo com Heloísa Menandro, "*as condenações atingiram cerca de trezentos integralistas, muitos deles sentenciados a dez anos de prisão"*.[276] A repressão no entanto, foi claramente seletiva:

> A repressão ao integralismo se concentrou nos baixos escalões, ao passo que os líderes da extinta AIB permaneceram livres ou foragidos. (...) Enquanto se processavam as condenações, os cabeças do Sigma – Plínio Salgado e Gustavo Barroso – ficaram excluídos do processo por falta de provas. A polícia declarava não encontrar o paradeiro

---

[270] A revolta de Maio de 1938. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a nação*, op. cit., p. 107 e 109.
[271] Plínio Salgado na TV Tupi. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.10.1953, p. 1 e 3.
[272] Desfeita, para sempre, uma calúnia contra o integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.5.1953, p. 9.
[273] SALGADO, Plínio. Os mortos da Revolução de 1938, 5.7.1959. In: *Discursos Parlamentares.* Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 456;
[274] SILVA, *1938: Terrorismo em campo verde,* op. cit., p. 242.
[275] MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 4995.
[276] Idem, ibidem, p. 4995. Em uma versão fantasiosa, Salgado chegou a afirmar que o fracasso do movimento "*custou a desarticulação de um movimento, no país inteiro, pelas medidas militares de transferência e pela prisão de mais de cinqüenta mil pessoas"*. SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 114. Uma correspondência enviada a Salgado no início de 1946 informava que no presídio de Ilha Grande encontravam-se detidos naquele momento 96 integralistas. Correspondência a Plínio Salgado (remetente ilegível), 2.1.1943 (APHRC-Pi 43.01.02/1).

> de Salgado, refugiado em São Paulo desde o levante de março de 1938. Finalmente preso pela interferência direta do general Eurico Gaspar Dutra junto ao interventor em São Paulo, Adhemar de Barros, Salgado conseguiu ser liberado três dias depois. Somente em maio de 1939, um ano após o levante, Vargas resolveu decretar seu exílio e Salgado foi enviado à fortaleza de Santa Cruz e de lá para Lisboa".[277]

Outro aspecto importante é a campanha pública contra o integralismo, desenvolvida entre 1938 e 1945, tendo como elemento central a ridicularização do integralismo, como aponta Ivan Alves: *"A campanha contra o integralismo foi orientada para a exploração do aspecto ridículo de sua atuação política. O ridículo a um passo da tragédia: o uso de emblemas, de saudações de braço para o alto, as camisas verdes, a idolatria ao Chefe Nacional, etc. Jornais que sempre procuraram caracterizar-se por uma austeridade não raro hipócrita publicavam charges que ridicularizavam a figura o Führer caboclo – o que aliás não demandava muito esforço"*.[278]

Salgado permaneceu foragido e em agosto de 1938 teve seu nome excluído do processo criminal contra os insurgentes. Ainda assim, *"absteve-se de qualquer aparição pública, permanecendo em São Paulo sob a proteção do interventor federal Adhemar de Barros. Em janeiro de 1939, foi detido na capital paulista e solto três dias depois. Em fevereiro seguinte, prestou depoimento à polícia, eximindo-se de qualquer responsabilidade no levante"*.[279] As condições de sua ida ao exílio, em junho de 1939, são controversas. Salgado nega ter recebido ajuda financeira da ditadura, alegando que *"embarcaram-nos num navio, sem um tostão no bolso"*.[280] Relatou sua versão em carta enviada a um líder integralista do Rio Grande do Sul, em 1947:

> Em 1939, depois de minha primeira prisão, o Interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, transmitiu-me a oferta do Presidente Vargas para que eu aceitasse um lugar de Ministro Plenipotenciário num dos países da Europa, mas também não aceitei. Voltou, dias depois, o interventor Adhemar, com a "sugestão" do Presidente Vargas para que eu me retirasse do país por algum tempo. Respondi que, sendo pobre, não poderia fazer uma viagem dessas de improviso, sendo necessário que recorresse a amigos para obter os meios de viajar. Mas o Interventor retrucou dizendo que o Presidente faria pôr à minha disposição, no Banco do Brasil, a importância de que eu necessitasse e que também ele, Adhemar, tratando-se de um brasileiro ilustre, não queria que São Paulo ficasse alheio ao caso, e que, portanto, eu poderia contar com o auxílio financeiro do governo paulista. Respondi lhe que não aceitava nem o auxílio federal nem o estadual e apenas pedia prazo para pedir socorro financeiro aos meus amigos, já que se impunha a minha saída do país.

---

[277] MENANDRO, Heloísa. Revolta Integralista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 4995.
[278] ALVES, op. cit., p. 165.
[279] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 5204.
[280] SALGADO, *Despedida do parlamento*, op. cit., 11.

> Dias depois, sem que eu tivesse tempo de ultimar minhas providências, fui preso, remetido à Fortaleza de Santa Cruz, e dali embarcado para a Europa, sem dinheiro e sem roupa, em companhia de minha mulher. Um grupo de amigos de São Paulo e outro do Rio promoveram uma subscrição que me acudiu nos primeiros tempos do Exílio. Depois, organizou-se um socorro permanente, ao qual acrescentei, para minha manutenção em Portugal, honorários por direitos autorais auferidos naquele país, os quais montaram, em sete anos, a cerca de duzentos contos. Assim vivi, até o presente, rejeitando todos os oferecimentos que me foram feitos.[281]

Durante todo seu exílio em Portugal, Salgado foi acompanhado de sua esposa, e também de seu secretário particular, condição bastante peculiar para um exilado, o que reforça a possibilidade de recebimento de auxílio governamental, hipótese sustentada por Carone, para quem "*Vargas exila Plínio Salgado em Portugal, concedendo-lhe auxilio financeiro durante os anos em que lá permanece*".[282] Em contrapartida, Salgado lançou um Manifesto aos integralistas recomendando explicitamente o acatamento da ordem vigente:

> Julgo oportuno orientar todos quantos comungam comigo em tais idéias. Faço-o, recomendando-lhes, na hora presente, que se abstenham de quaisquer agitações subversivas de caráter político, perturbadoras da ordem pública. (...). Diante do momento internacional e dos perigos que ameaçam nossa Pátria, direi, para que não caia sobre mim um dia a acusação de haver concorrido para a subversão da ordem e as divisões dentro do

---

[281] Correspondência de Plínio Salgado a Mansueto Bernardi, 20.1.1947 (APHRC-Pprp 20.01.47).

[282] CARONE, Edgard. A crise do Estado Novo e a recuperação das esquerdas (1942-1945). In: *Brasil Anos de crise*. 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991, p. 310. Em outro texto, Carone reafirma que *"o governo lhe dá, durante todo o tempo que permanece em Portugal, uma mesada"*. CARONE, *O Estado Novo*, op. cit., p. 208. Também Geneton de Moraes Neto sustenta esta posição, baseado em um dossiê britânico. MORAES NETO, Geneton. A caça aos papéis perdidos. In: MORAES NETO, Geneton & SILVEIRA, Joel. *Nitroglicerina pura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 58. No arquivo político de Salgado, encontra-se um balanço de Caixa, datado de abril de 1946, referente aos 82 meses de seu exílio. Tal documento, no entanto, não esclarece completamente a questão: além de diversas indicações de verbas enviadas por integralistas, há dois itens pouco claros: "Recebido por intermédio de D. Rosa Lins Albuquerque, a partir de 30.9.42 até 10.6.45". Estes itens abrangem mais de 50% do total das entradas (699$800$00 [R$ 811.886,47] em relação ao total de 1.283$565$00 [R$ 1.489.152,69]), e a pessoa referida era a esposa do secretário particular de Plínio, e portanto não seria a origem dos recursos. Nas despesas estão discriminadas verbas para a manutenção de Plínio e sua esposa (367.307$95 [R$ 426.139,90]), seu secretário Hermes Lins de Albuquerque e sua esposa (276.850$00 [R$ 321.192,87]), despesas com expediente diversas (189.870$00 [R$ 220.281,34]), além de valores menores gastos com móveis e repassados a integralistas presos ou exilados. Cf: Caixa: Situação em 31 de março de 1946. Lisboa, 2.4.1946 (APHRCPpi02.04.46). Em carta enviada ao genro Loureiro Júnior em outubro de 1939, Salgado reclamava que o dinheiro enviado do Brasil era insuficiente para sustentar cinco pessoas, já que além dos dois casais, estaria custeando as despesas de Lauro Barreira. Cf. Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 21.101.939 (APHRC-Pi 21.10.39). O nome de Barreira está relacionado no Balanço de caixa, com a despesa de 49.474$20 [R$ 59.524,32], entre agosto de 1939 e setembro de 1941. Todas as atualizações monetárias efetuadas nesta Tese utilizaram o serviço de atualização de valores da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (http://www.fee.rs.gov/sitefee/pt/content/servicos/_pg_atualizazao_valres.php), que realiza atualização de valores posteriores a janeiro de 1945, de acordo com a variação do Índice Geral dos Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Os valores atualizados em Real, indicados sempre entre colchetes, devem ser interpretados de maneira cuidadosa, tendo em vista que há uma grande possibilidade de distorção em um cálculo inflacionário por período tão extenso (entre 40 e 60 anos). Ainda assim, optamos pela sua indicação, já que permite um dimensionamento geral dos montantes. No caso acima, foi calculada a variação tomando como base junho de 1945 nos cinco primeiros montantes, e janeiro de 1945 no último.

> país: uni-vos, brasileiros, respeitando as autoridades constituídas, e não perturbando, de forma alguma, a ordem pública.[283]

O Manifesto teve ampla circulação, sendo publicado nos principais jornais.[284] Sua subordinação à ditadura varguista fica evidente em uma nova correspondência enviada ao Ministro da Guerra Eurico Dutra, colocando "*sob a égide do Exército, na minha ausência, a grande massa civil, nacionalista, espiritualista, anticomunista, arrebatada por uma incomparável mística da Pátria*".[285] Durante os anos seguintes, no exílio, Salgado manteria posição semelhante, manifestando reiteradamente sua disposição em apoiar o governo brasileiro, ao mesmo tempo em que buscava estabelecer um acordo com Vargas, como discutiremos adiante.

2.3.4 O envolvimento do integralismo com a espionagem nazista

O possível envolvimento de lideranças e militantes integralistas com a espionagem em favor da Itália e da Alemanha durante o período da II Guerra Mundial é objeto de investigação por parte de Stanley Hilton e de Ricardo Seitenfus. Hilton sustenta que tanto militantes como dirigentes integralistas – inclusive o próprio Chefe Nacional – atuaram como agentes do nazi-fascismo:

> Dentre os brasileiros havia um grupo de elementos que, de bom grado, formavam uma pequena quinta-coluna a serviço dos nazistas. Em dias anteriores haviam vestido camisas verdes - e almejavam o dia em que de novo as vestiriam publicamente para desfilar pelas ruas da capital , gritando sua fidelidade ao führer nacional. E esse líder adulado, exilado em Lisboa desde 1939, para garantir tal dia fez um contrato com o serviço secreto nazista para agir contra os interesses de sua terra natal, servindo a um regime cujos submarinos estavam afundando navios brasileiros. (...) Plínio Salgado, após a intentona integralista de 1938, fora exilado e encontrava-se na capital portuguesa desde então. Sua posição como líder de um movimento que exibia considerável afinidade ideológica com o nazismo - especialmente em sua ênfase sobre princípios antidemocráticos e anti-semitas e, por conseguinte, em sua animosidade para com os Estados Unidos, Inglaterra e França - naturalmente chamava a atenção dos alemães. (...) Salgado negociou esse apoio e se preocupava profundamente com a possibilidade de o arranjo um dia vir à luz. Não é de estranhar, portanto, que o führer integralista, nas últimas semanas de 1941, tenha se vendido aos nazistas, especialmente quando parecia a muitos observadores que o Terceiro Reich acabaria esmagando seus adversários.[286]

---

[283] Manifesto de Maio. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a Nação*, p. 113-117, p. 114, 116 e 117.
[284] Cf. SILVA, *1938: Terrorismo em campo verde*, op. cit., p. 335.
[285] Carta de Plínio Salgado ao Ministro da Guerra em maio de 1939. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a Nação*, op. cit., p. 119-122, p. 120.
[286] HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 346 e 348. Um indicativo do sentimento dos integralistas brasileiros é fornecido por uma correspondência enviada a Salgado nos anos 50: "*Todos nós que nos achávamos presos passamos a torcer para que os alemães*

Salgado teria se encontrado diversas vezes com o agente nazista Schellemberg, impondo como condição *"que a Alemanha o reconhecesse, por assim dizer, como o líder político do Brasil"*.[287] Salgado ficara responsável pelo envio de relatórios periódicos *"sobre os acontecimentos no Brasil"*, para o que contava com a colaboração de Raymundo Padilha. Na avaliação do agente nazista Theodor Päffgen, *"os relatórios de Salgado sobre o Brasil às vezes eram bons, mas freqüentemente eram defasados*".[288] Por diversos meses, Salgado *"continuaria sua espionagem em prol do Terceiro Reich. Ao longo de 1942 e 1943, Schellemberg e Päffgen transmitiam a Wilhelmstrasse relatórios de um de seus agentes em Lisboa – presumivelmente Plínio Salgado – sobre as bases norte-americanas no Nordeste brasileiro, a situação política no Brasil e as relações militares entre este país e os Estados Unidos. Aliás, as autoridades brasileiras aparentemente eram as únicas que não sabiam da colaboração de Plínio com Berlim"*.[289] Seitenfus apresenta um relatório de agentes alemães, confirmando o contato com Salgado:

> Os membros da embaixada da Alemanha no Rio mantiveram relações oficiosas, até sua partida, com os membros mais importantes do Partido Integralista. Nossa missão em Lisboa está também em contato com Plínio Salgado graças a intermediários. Poderia ser oportuno continuar com contatos oficiosos já que os integralistas muito provavelmente poderão desempenhar, depois da guerra, um papel determinante na política brasileira. É visível que o governo italiano se inquiete com nossas relações com Plínio Salgado, como confirma o conselheiro da missão, Schlimpert, a embaixada italiana no Rio manteve relações particularmente estreitas com integralistas. (...) Portanto, é quase fora de dúvidas que em Lisboa um fio ligue Plínio Salgado aos serviços italianos. Para resumir, gostaria de defender o ponto de vista de que é oportuno que se continue a manter relações oficiosas com os integralistas e que não há motivos para temores de informar os italianos sobre isso. Deveríamos, no entanto, nos resguardar de relações muito estreitas e sobretudo deveríamos evitar despertar no Governo italiano a impressão de que desejamos utilizar os integralistas para fins de política interna brasileira.[290]

De fato, Salgado já mantinha adiantadas conversações com agentes italianos, como já referimos anteriormente. O enviado especial italiano a Lisboa informava que *"com Plínio Salgado tive oportunidade de ver 260 cartas que iriam ser enviadas através de*

---

saíssem vitoriosos na grande guerra". Correspondência de João Elias de Albuquerque Farias a Plínio Salgado, 11.11.1957 (APHRC-Piprp 57.11.11/3). Em outra correspondência, um integralista da Paraíba lhe relata, contraria, que dirigentes integralistas naquele estado ostentavam a suástica nazista, tendo um deles afirmado: *"Todos nós trazíamos, naquele tempo, este distintivo. Éramos favoráveis ao nazismo. Eu tinha um retrato de Hitler em trajes oficiais, desse tamanho, e outro em traje civil. Só estou no integralismo porque sei que o integralismo fará no Brasil o mesmo que Hitler fez na Alemanha"*. Correspondência de Geraldo Magela Cantalice a Plínio Salgado, 15.2.1948 (APHRC-Piprp 15.02.48/1).

[287] Depoimento de Schellemberg. Apud HILTON, *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, op. cit., p. 350.

[288] Depoimento de Theodor Päffnen. Apud HILTON, *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, op. cit., p. 351.

[289] HILTON, *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, op. cit., p. 367.

[290] Correspondência de Hiermit a Freytag, 12.6.1942. Apud SEITENFUS, op. cit., p. 354.

Aristóbulo a seus destinatários em todo o Brasil. Aristóbulo ignorava totalmente o objetivo de minha missão em Lisboa. Nosso encontro foi fortuito no escritório comercial de Lins de Albuquerque. Aristóbulo é um integralista convicto. Ao ver que eu era italiano, descreveu-me longamente, por sua própria iniciativa, as bases norte-americanas no Brasil".[291] De acordo com Seitenfus, *"o sonho de Salgado é retornar ao Brasil à frente de um governo pró-eixo, após a vitória militar do totalitarismo*".[292] O conjunto de informações relativas ao envolvimento de Salgado e dos integralistas na documentação diplomática é bastante claro, evidenciando os diversos contatos entre Salgado e os agentes italianos e alemães, a despeito das veementes proclamações de Salgado nas três décadas seguintes negando tal colaboração.

2.4 – Plínio Salgado em Portugal (1939-1946)

2.4.1 Os manifestos aos integralistas e as tentativas de reconciliação com Vargas

Entre 1939 e 1943, Salgado lançou diversos manifestos aos integralistas, todos eles pautados pela tentativa de reaproximação com Vargas, ainda que para isto tenha tido que assumir *"uma orientação indefectível de apoio ao governo Vargas"*.[293] Seu sentido é avaliado por José Nilo Tavares: *"Que melhor auxílio poderia Plínio Salgado prestar à ditadura estadonovista, nascente, para seus oito anos de vida. Essa renúncia, essa resignação ou expressariam uma tática política de protelação para aproveitamento posterior, ou então a abjuração da própria política, por um processo de espiritualização e aburguesamento, fundamentalmente contrário à índole originária do integralismo*".[294]

O tom de "ordem e serenidade" e de apelo por uma "união nacional", estabelecido em seu manifesto de maio de 1939 seria mantido nos seguintes. Esta posição marcou uma Diretiva enviada em setembro do mesmo ano, na qual Salgado indicava aos líderes integralistas no Brasil que sua expectativa de uma reconciliação com Vargas: *"não acho impossível face momento mundial seja promovida confraternização todos elementos políticos brasileiros torno algumas modificações governo pretexto pacificar país. Convém*

---

[291] Relatório de Colpi, enviado especial italiano a Lisboa sobre seus encontros com Plínio Salgado em 10 e 19 de abril de 1942. Apud. SEITENFUS, op. cit., p. 353.
[292] SEITENFUS, op. cit., p. 307.
[293] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 5204.
[294] TAVARES, OP. CIT., p. 217. A respeito da subserviência do integralismo em relação a Vargas durante o Estado Novo, ver também CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. O integralismo e o Estado Novo. In: PADROS, Enrique, RIBEIRO, Luis Dario & GERTZ, René. *Segunda Guerra Mundial: da crise dos anos 30 ao Armagedón*. Porto Alegre: Folha da História / CDAIBPRP, 2000. p. 125-139.

ouvir elementos liberais sobre esta possibilidade, a fim não fazermos pazes Getúlio em separado, mas conjuntamente caso necessário interesse nacional".[295] Em carta enviada ao genro Loureiro Júnior, Salgado manifestava expectativa de um acordo com Vargas em breve, chegando a planejar uma transferência para Buenos Aires:

> Começou a grande guerra. As edições dos jornais sucedem-se e os rádios gritam as notícias, crescendo a superexcitação popular. Os acontecimentos precipitam-se de hora em hora.(...) O que mais me aflige é imaginar que ficarei sem comunicações com o Brasil. Sem notícias da família, sem meios de avisar aos amigos de minhas aperturas, talvez sem recursos e, o que é pior, sem poder, com o desenvolvimento das hostilidades no mar, não se sabe quantos anos, regressar, caso o governo brasileiro atendendo às circunstâncias mundiais, resolva correr um véu sobre o passado, permitindo o regresso dos filhos dessa Pátria, numa hora angustiosa para todos. (...) Como você sabe, esse país é aliado da Inglaterra, e, conquanto esteja por enquanto numa neutralidade sui generis, conforme o texto da nota governamental (neutro mas fiel à aliança secular...), os acontecimentos poderão levá-lo, como em 1914, a envolver-se diretamente no conflito. (...) Desde agora, emitir opiniões contrárias aos interesses ingleses é muito incômodo. Temos de ouvir tudo caladinhos. E o país ainda não está em guerra. Isso tudo me leva a pensar na possibilidade de minha ida, com os companheiros, para a Argentina, via Estados Unidos. Ali teremos comunicações postais com a família; ali poderemos receber auxílios mais facilmente, ali estaremos num ambiente mais desinteressado e ali poderemos ouvir a palavra do governo brasileiro, caso ele queira a colaboração de todos os patrícios na obra de unidade nacional, em face da situação externa.[296]

No ano seguinte, Salgado teria sido procurado por um emissário de Vargas: *"Em agosto de 1940, recebeu em Lisboa a visita do general Francisco José Pinto, que teria manifestado, em nome de Vargas, a intenção de contar com a colaboração dos integralistas no governo. Na ocasião ficou acertado que Gustavo Barroso, que também se encontrava em Lisboa, representaria Salgado nos entendimentos com Vargas"*.[297] Esta negociação prolongou-se por alguns meses, mas não gerou maiores resultados concretos: *"no decorrer de 1941, Barroso teve alguns encontros com o chefe do governo brasileiro, que resultaram apenas em pequenos favores a integralistas que se encontravam em situação difícil em virtude dos acontecimentos de 1938*".[298] Ainda em 1940, Salgado relatou as negociações a Raymundo Padilha, afirmando que o general Pinto perguntara se

---

[295] Diretiva do Chefe Nacional do integralismo Plínio Salgado aos integralistas brasileiros em 5 de setembro de 1939. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a nação*, op. cit., p. 125.

[296] Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 4.9.1939 (APHRC-Pi 04.09.39). O plano de transferência para a Argentina é referido em outra correspondência a Loureiro, em 14.10.1939, e em 21.10.1939 Salgado escreveu a sua filha Maria Amélia Loureiro que mudara de idéia, planejando transferir-se ao Uruguai.

[297] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 5204

[298] Idem, ibidem, p. 5204. De acordo com Chasin, *"afora pequenos favores obtidos em benefício de integralistas mal situados em função dos acontecimentos relativos à intentona, nada de significativo o integralismo obterá de Vargas, seja no plano político, seja no plano ideológico"*. CHASIN op. cit., p. 157.

ele, *"no caso de ser convidado a tomar parte no Governo, aceitaria ou rejeitaria"*, ao que teria respondido *"que estava disposto a tomar parte do governo do Brasil, dentro dos meus pontos de vista, já manifestados em 1937, 1938 e 1939"*.[299] No início de 1941, enviou Carta Credencial a Barroso para que o representasse nas negociações, autorizando-o a *"encaminhar soluções favoráveis aos nossos objetivos, receber a forma final e definitiva das propostas e, sob o maior sigilo, dar-me urgentemente conhecimento das mesmas, afim de que eu possa assumir a responsabilidade pessoal e total da decisão"*.[300] Loureiro Júnior também participava das negociações, tendo se encontrado com Benjamin Vargas.[301] O andamento das negociações estimulou Salgado a enviar um novo manifesto, levando ao extremo sua subordinação:

> Os fundamentos ideológicos da doutrina integralista são, em parte, os mesmos que inspiraram a Constituição de 10 de Novembro de 1937. (...). Não houve divergências, quanto a certas bases doutrinárias, entre o integralismo e o regime que presentemente vigora no Brasil. O que se procurava solucionar, em fins de 1937 e princípios de 1938, em sucessivas 'démarches' com o governo, era a forma de realização integralista da nova ordem. Tanto é verdade não haver diferença entre a nossa doutrina política e a que em parte inspira o atual regime brasileiro, que uma a uma das aspirações políticas integralistas estão sendo realizadas pelo Estado Novo. A abolição das bandeiras estaduais, a extinção dos partidos regionais, a supressão do sufrágio universal, a restrição das autonomias estaduais, a federalização das milícias dos estados, as leis de assistência e amparo aos trabalhadores, o fortalecimento do Poder Central - tudo isso eram pontos do nosso programa. (...). Se, pois, ideologicamente, nada nos impede de apoiar o atual governo do Brasil, moralmente, sentimo-nos nas atuais circunstâncias levados a essa atitude, que constitui um dever. Esse dever impõe-se em um momento em que o Brasil precisa ter à sua frente um governo fortalecido pela unanimidade da opinião nacional.[302]

Os resultados produzidos pelo manifesto não foram os esperados por Salgado: *"Vargas elogiou o documento na presença de Gustavo Barroso, mas proibiu sua divulgação pela imprensa"*,[303] e muitos integralistas que dele tomaram conhecimento

---

[299] Carta de Plínio Salgado a Raymundo Padilha em 20 de agosto de 1940. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a nação*, op. cit., p. 131.

[300] Carta credencial a Gustavo Barroso, conferida pelo Chefe Plínio Salgado em 25 de janeiro de 1941, em Lisboa. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a nação*, op. cit., p. 137.

[301] O encontro é mencionado em: Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 15.2.1941 (APHRC-Pi 15.02.41). Além disso, Loureiro relatava sua nomeação para o Colégio Universitário da Faculdade de Direito de São Paulo, informando que *"minha nomeação foi recomendada pelo Presidente da República"*. Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, s./d. (APHRC-FL 00.00.44/31). A correspondência está catalogada como sendo de 1944 mas é provavelmente de meados de 1942.

[302] Manifesto de Setembro de 1941, dirigido pelo Chefe Plínio Salgado aos integralistas do Brasil e no qual fez elogiosas referências ao Presidente Getúlio Vargas. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a Nação*, op. cit., p. 144-145.

[303] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 5204. Tavares sugere que a aproximação com Salgado era parte de sua estratégia de negociação com os Estados Unidos: *"O manifesto de Plínio, contudo, tem a sua divulgação vetada por Vargas. (...) O veto reforça a hipótese de que o namoro de Vargas com Plínio, alcovitado pelo General Pinto e Gustavo Barroso,*

reagiram negativamente. Segundo Carone, o Manifesto "*acentua publicamente, pela primeira vez aos seus adeptos menores, a dubiedade de sua ação; pois, enquanto a maioria acredita nas suas intenções e no seu papel de exilado antigetulista, na verdade, ele não é mais do que um instrumento do governo*".[304] De acordo com Brandi, "*muitos integralistas não se conformaram com os termos do Manifesto, enquanto outros duvidaram de sua autenticidade*",[305] embora parte dos integralistas o tenha apoiado.[306] Em outubro de 1941, Barroso informava a Salgado que as negociações estavam paralisadas e recomendava um apoio mais explícito: "*se me permite uma palavra, dir-lhe-ei que acho necessário a efetivação desse apoio, tanto para fortalecer sua ação em defesa do Brasil, como para mostrar que o movimento está vivo e articulado, não se cifrando somente a um papel. Poder-se-ia fazer isso com uma parada telegráfica de apoio ao presidente, de modo a demonstrar a vida de uma massa disciplinada por detrás da palavra de seu chefe*".[307] Salgado seguia insistindo, reafirmando a disposição de apoio ao governo:

> Meu caro Padilha, o meu manifesto de setembro está de pé. Não será preciso dizermos mais nada. Depois do que ali escrevi e fiz circular, cumpre-nos guardar completo silêncio, ao mesmo tempo em que devemos dar àquelas palavras uma vida real, pelas nossas atitudes e pela nossa maneira de agir. A nossa atitude é de apoio ao governo em tudo o que disser respeito à defesa da nossa soberania e independência e ao combate aos agentes da dissolução nacional, entre os quais temos de colocar em primeiríssimo plano o bolchevismo. (...) Resumindo, nossa palavra é o Manifesto; aproximem-se do governo e colaborem com o Felinto e com o Exército na vigilância contra o comunismo, alertem a todas as pessoas de responsabilidade contra esse terrível perigo; unam-se na mais íntima comunhão de sentimento e pensamento; meditem profundamente pedindo a Deus que me faça compreendido pelo que falo e muito mais pelo que deixo de falar.[308]

---

fazia parte de sua tática de simular uma aproximação com o Eixo, a fim de obter maiores vantagens em suas negociações com os americanos, na implantação de projetos industriais". TAVARES, op. cit., p. 224.

[304] CARONE, *O Estado Novo*, op. cit., p. 210-211.

[305] BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 5204.

[306] Uma correspondência enviada por integralistas de Araraquara, assinada por 82 signatários, informava: *"Reunidos para ouvir a leitura do Manifesto de setembro em que nos mandaste apoiar o Presidente Vargas, vibramos de emoção diante do vosso patriotismo, incompreendido dos maus. Hoje, vosso aniversário, aqui estamos para vos dizer que vos obedecemos na vida e na morte"*. Correspondência de integralistas de Araraquara a Plínio Salgado, 22.1.1942 (APHRC-Pi 42.01.22/4). Na mesma época, Salgado recebeu diversas outras correspondências com conteúdo semelhante, o que evidencia que ao menos uma parcela dos militantes acatou a nova diretriz.

[307] Carta de Gustavo Barroso a Plínio Salgado, dando conta de sua missão, 17.10.1941. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a Nação*, op. cit., p. 144-145.

[308] Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 29.1.1942 (APHRC Pi 42.01.29/3). No mesmo dia, escrevia a Loureiro, confirmando suas instruções *"visando a nossa aproximação e cooperação com o Governo, sem que o Integralismo assuma uma responsabilidade como 'partido'. Significa isso: permitirmos que qualquer dos nossos, sendo convidado pelo Governo, assuma postos. O meu Manifesto de setembro é claro: damos apoio ao Governo e confiamos nele no sentido de defender a independência, a soberania*

No Brasil, os integralistas movimentavam-se no sentido de fundar uma "Legião Nacionalista", cuja pretensão era *"ser o embrião do Partido Único de que tanto necessita o Brasil e que em breve poderia devido nossa influência se tornar o melhor sustentáculo do Estado Novo"*.[309] No entanto, o prosseguimento das negociações se tornaria inviável, pois, *"a guerra e seus problemas vão tornar mais difícil qualquer tentativa de dar foro de legalidade ou simpatia ao integralismo. (...). A entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942, obriga governo e cúpula integralista a recuarem*".[310] Salgado, no entanto, seguia buscando apresentar-se como "democrático" e reafirmar seu apoio a Vargas. Um manifesto enviado a Vargas pelas principais lideranças integralistas no Brasil manifestava a "solidariedade" do movimento em relação à entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, propondo-se a serem *"os primeiros a nos sacrificarmos, sem distinção de classe ou idade, pela soberania nacional"*.[311] Em carta a Padilha, afirmava que *"a salvação do Brasil depende unicamente de uma coisa: a aliança íntima do Exército, Marinha, Polícia e elementos verdadeiramente sãos e nacionalistas do governo – com o Integralismo"*.[312] Ainda assim, já manifestava sua decepção com Vargas: *"Depois do meu Manifesto de setembro, que julguei que iria alegrá-lo como expressão dos propósitos de um milhão de brasileiros, dele não veio uma só palavra de estímulo ou assentimento"*.[313] Paradoxalmente, na mesma carta, expressava esperança em contrário, ao mesmo tempo em que relatava os "pequenos favorecimentos":

> Tenho a impressão de que o Presidente – através de várias atitudes para com vocês (gentilezas com Gustavo, nomeação do Reale, intervenção no caso da remoção do Padilha, libertação do Carlos Albuquerque quando preso na Bahia, etc) tenho a impressão de que no fundo simpatiza conosco [sic] e nutre desejos de cooperação com os

---

nacional, e de premunir a Nação contra o comunismo". Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 29.1.1942 (Pi 42.01.29/2).

[309] Correspondência de Olbiano de Melo a Loureiro Júnior, s./d., 1942 (APHRC Pi 42.00.00/26). Melo refere-se em sua carta ao fato de que o lançamento da "Legião" seguia plano traçado por Loureiro Júnior e Miguel Reale.

[310] CARONE, *O Estado Novo*, op. cit., p. 211-22.

[311] Na declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo. In: SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a Nação*, p. 155. O manifesto era assinado por Padilha, Barroso, Reale e outros 24 integralistas.

[312] Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 12.6.1942 (APHRC-P 42.06.12/3).

[313] Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 18.6.1942 (APHRC-Fpi 42.06.16). Meses depois, Salgado cogitava a possibilidade de não obter resposta de Vargas, manifestando sua confiança no "historiador no futuro": *"Se, mais uma vez, o meu patriotismo e o de meus amigos não for compreendido e apreciado como aconteceu em maio de 39 e setembro de 41, o historiador no futuro há de nos fazer justiça ao examinar a farta documentação que estou deixando como verdadeiras pegadas da minha martirizante caminhada"*. Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 20.10.1942 (APHRC-Pi 42.10.20/6).

> integralistas. O que é lamentável para ele e para a nossa Pátria é que misteriosas injunções [sic] jamais permitam que tal colaboração se efetive .[314]

Em novembro de 1943, Salgado reafirmou esta posição, declarando "*que, nessa guerra contra as potências do Eixo, só traidores deixariam de trabalhar pela vitória de nossa Pátria e das nações suas aliadas. Essa vitória livrará o Brasil do mais imediato dos perigos, que é o racismo expansionista"*.[315] Daí em diante, absteve-se de novas declarações, só manifestando-se publicamente em 1945, já no contexto de crise do Estado Novo. De qualquer forma, é indiscutível que durante todo o período em que permaneceu "exilado", Salgado apoiou sistematicamente a ditadura varguista, comportando-se de maneira claramente subordinada.

2.4.2 Atividades e relações políticas de Plínio Salgado no exílio

Os primeiros três anos de Salgado no exílio foram marcados pela sua expectativa de acordo com Vargas e de um breve retorno. A documentação disponível, basicamente restrita a sua correspondência pessoal, indica pouca atividade social neste período, além de diversas viagens para tratamento de saúde em um hotel rural. Entre 1939 e 1942, além disso, Salgado não publicou nenhuma obra. A partir de 1942, no entanto, suas relações sociais se intensificariam e diversas obras seriam lançadas. Naquele ano, escreveu a sua filha informando suas inúmeras atividades: "*Minha correspondência é enormíssima; o número de pessoas que ultimamente me procura vai crescendo; os convites para isto, para aquilo, multiplicam-se; enfim, as minhas relações já são demasiado grandes e isto me esfalfa"*.[316] Ao mesmo tempo, reafirmava sua posição hierárquica através do protocolo imposto aos seus visitantes, como evidencia carta enviada a seu secretário:

> É preciso de uma vez por todas que eu lhe diga que estou disposto a não sacrificar de forma alguma os meus princípios de hierarquia, de prestígio pessoal, de autoridade, tendo sempre em vista o que significo para um milhão de brasileiros e o respeito que por conseguinte devemos exigir de todos aqueles a quem eu honrar com minha amizade. Não podemos de forma alguma permitir que a minha pessoa se torne um objeto de fácil aquisição, de barato encontro, sem as formalidades e o cerimonial que devem antecipar sempre a qualquer aproximação com esta Chefia. Por conseguinte, faça abaixar a voz e os desejos a quem quer que seja demonstrando claramente que se permito amizade, não tolero intimidade e que nenhuma visita receberei sem que antes de mais nada o meu Secretário, que merece minha mais perfeita confiança, tome nota do assunto que serve de objeto da solicitação da referida visita. Assim, a qualquer pessoa que deseje ver-me – jornalista, escritor, homem de sociedade, político, etc. – V. dirá que virá consultar-me,

---

[314] Idem, ibidem.
[315] Manifesto de 1943. In: SALGADO, *O Integralismo brasileiro perante a Nação*, op. cit., p. 160.
[316] Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 14.4.1942 (APHRC-Pi 14.04.42).

> desde que a V. seja antecipado o móvel da desejada visita com todos os seus detalhes. Dito isto, quero que V. agora, com a alta linha, diplomacia e energia de um verdadeiro secretário de estado [sic], dê as providências que julgar adequadas.[317]

Entre 1942 e 1946, Salgado proferiu inúmeras conferências relativas a temas espiritualistas ou especificamente religiosos, e publicou dez livros, em sua maioria produzidos a partir das conferências: Vida de Cristo (1942); A aliança do sim e do não (1943); O conceito cristão de democracia (1945); O mistério da ceia (1945); A mulher do século XX (1946); A imagem daquela noite (1946); O rei dos reis (1946); A tua Cruz senhor (1946); Madrugada do espírito (1946); e Primeiro Cristo (1946). Tais conferências e publicações, longe de expressar exclusivamente preocupações religiosas, respondiam a uma estratégia bastante clara, principalmente a partir de 1943, quando a derrota do nazi-fascismo tornava-se previsível: apresentar-se como líder espiritualista e cristão , com sólidos vínculos com a hierarquia católica e uma vasta obra religiosa publicada. O primeiro livro publicado dentre eles, *Vida de Jesus*, tem uma importância particular, pela sua enorme pretensão e pela expressiva repercussão que teve em Portugal e no Brasil. A obra de mais de 1.000 páginas era apresentada como uma das maiores obras do cristianismo, com grande eco na imprensa salazarista. Também de grande importância é *O conceito cristão de democracia*, que indicava o percurso da reelaboração doutrinária seguida por Salgado para se apresentar como "democrático", como discutiremos na próxima seção.

A circulação destas obras e as conferências pronunciadas permitiram a Salgado ampliar seu círculo de relações, com o governo português, com grupos radicais de direita e com a Igreja Católica. Suas diversas conferências eram promovidas por entidades católicas, como a Juventude Independente Católica, a Ação Católica e o Centro Acadêmico da Democracia Cristã. Em setembro de 1944, Salgado recebeu carta do General Carmona, presidente português, expressando *"os seus muito reconhecidos agradecimentos, com o mais vivo apreço pelo brilhante estudo revelado por V. Excia. nessa excelente obra* [Vida de Jesus]".[318] O livro lhe fora entregue pelo embaixador brasileiro em Portugal, João Neves da Fontoura, que era presença assídua nas conferências de Salgado.[319] Seu contrato

---

[317] Correspondência de Plínio Salgado a Hermes Lins do Albuquerque, 6.8.1942 (APHRC-Pi 42.08.06/1).

[318] Correspondência da Presidência da República de Portugal a Plínio Salgado, 22.9.1944 (APHRC-L 22.09.44/4).

[319] Ao receber *Vida de Jesus*, Fontoura escreveu a Salgado, agradecendo, e afirmando: *"Vou lê-lo com o antigo apreço que consagro ao seu talento literário. Católico como Você, estou certo de que lá encontrarei novos estímulos para a Fé"*. Correspondência de João Neves da Fontoura a Plínio Salgado, 25.12.1943 (APHRC-P 25.12.43/2). Hilton discute a relação de Fontoura com Salgado, criticando sua confiança em que Salgado não era agente nazista: *Intransigente em sua defesa do líder integralista, João Neves insistia em que*

com a editora previa a distribuição gratuita do livro para inúmeras personalidades políticas e religiosas.[320] Salgado escreveu a sua filha afirmando que a repercussão de *Vida de Jesus* estava sendo "fantástica": *"o número de cartas recebidas sobe às centenas. De todos os lados se levantam vozes aplaudindo e elogiando a obra e o seu autor. Seu Pai é 'l'homme du jour' e a conferência que ele deve proferir a 25 deste despertou tal interesse que chovem, de toda a parte, pedidos de lugares no D. Maria, um dos melhores teatros de Lisboa*".[321] Em carta a Loureiro Júnior, Salgado informava que optou por uma editora "neutra", em detrimento de "*meus amigos da Editorial Gama (do integralismo português) e da União Operária (editora católica)"*, visando atingir uma repercussão maior,[322] o que teria sido atingido: *"Aqui em Portugal, Vida de Jesus em um ano teve três edições e agora entra na quarta. O sucesso tanto literário como moral ultrapassou tudo o que vocês podem imaginar em relação a um livro. Todas as grandes figuras das letras, os grandes jornais, o Episcopado unânime, manifestaram-se longa e entusiasticamente*".[323]

As relações de Salgado também visavam os grupos da extrema-direita portuguesa, como o Nacional-Sindicalismo e o integralismo lusitano. Um dirigente do Nacional-Sindicalismo escreveu-lhe afirmando ser ele um "*movimento político similar ao Integralismo Brasileiro"*, propondo a Salgado *"o mais estreito intercâmbio cultural"*.[324] Já os integralistas lusitanos foram considerados por Salgado, em seu discurso de despedida de Portugal, como representantes do *"mais notável movimento de idéias destes últimos tempos na história do pensamento português*".[325] Sua despedida de Portugal foi planejada como uma grande atividade pública, reforçando seus laços com os diversos segmentos políticos e religiosos, como se percebe no relato enviado por seu secretário a Raimundo Padilha:

---

o secretário de Salgado, um homem completamente 'desonroso e pró-alemão', seria o motivo dos rumores a respeito de Salgado. (...) Aparentemente nunca se perguntou porque Salgado mantinha 'um indivíduo completamente desonroso e pró-alemão', a seu lado, em posto de absoluta confiança". HILTON, *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, op. cit., p. 370.

[320] Os contratos previam o pagamento de 50% do lucro líquido como honorários a Salgado. Cf. Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28).

[321] Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 17.4.1944 (APHRC-F 17.04.44/2).

[322] Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d. [1944] (APHRC-00.00.44/28). Na mesma correspondência, informava do envio para publicação no Brasil de *O conceito cristão de democracia*, *O Rei dos Reis*, *Madrugada do espírito*, e *Processo de formação das cidades brasileiras*. Este último era um livro com pretensões histórico-sociológicas, e foi publicado com o título *Como nasceram as cidades no Brasil*. Salgado fazia uma recomendação para as publicações no Brasil: *"nunca os meus livros devem ser vendidos a preços ínfimos, como material de propaganda, pois isso não só fere o escritos na sua mais íntima dignidade profissional, como tira todo o prestígio das obras em questão"*.

[323] Idem, ibidem.

[324] Correspondência de Cláudio Corrêa d'Oliveira Guimarães a Plínio Salgado, s./d. (APHRC-P 00.00.43/17).

[325] MEDEIROS, op. cit., p. 519.

> Banquete homenagem Plínio Salgado compareceram todas correntes opiniões políticas sem exceção nenhuma. Católicos, inclusive numerosos sacerdotes, membros tanto União Nacional como oposição, integralistas lusitanos, monárquicos, republicanos, socialistas, até marxistas conhecidos [sic], todos homenageando escritor. Plínio havia exigido comissão banquete nenhum caráter político. Momento brindes falaram Manoel Murias diretor Diário Manhã depois escritor poeta João Castro Osório. Terceiro Orador Joaquim Lança transgredindo compromisso assumido perante comissão expendeu idéias políticas embora caráter meramente nacionalista exaltação movimento Salazar assim como movimento aqui chamado Vinte Oito Maio que criou atual situação. Algumas passagens esse discurso provocaram aparte. Falando seguida representante católico produziu discurso belíssimo exaltando caráter católico obra literária social política Plínio Salgado. Atacando comunismo, nazismo, fascismo, liberalismo, provocou apartes várias correntes. Incidente serviu admirável ocasião Plínio Salgado pronunciar notabilíssimo discurso repudiando totalitarismo declarando não ser possível separar idéia Estado do conceito espiritualista existência, condenou estatismo absorvente opressor personalidade humana, afirmou finalmente suas convicções cristãs, dizendo acreditar não seja possível uma Nação sem Cristo. Seguida agradeceu Governo, povo, instituições, escritores, médicos, sacerdotes, prelados, imprensa, editores, todos carinhos dispensaram sua pessoa durante sete anos. Discurso Plínio provocou verdadeira apoteose todas correntes opinião presentes deslumbrante salão festas sendo indescritível entusiasmo.[326]

Pelo menos quatro destes livros foram publicados no Brasil ainda durante o Estado Novo, sendo que *A vida de Cristo* o foi em 1942, enquanto os demais foram lançados entre 1944 e 1945, já no contexto de crise da ditadura varguista. A publicação de *A vida de Jesus* chegou a enfrentar problemas com a censura, mas foi liberado:

> Em princípios de outubro, o livro começou a ser entregue aos assinantes do Rio. Limitada e cautelosamente, o que não impediu tivesse a distribuição de ser suspensa no mês seguinte, por intervenção da polícia, a pedido do DIP. Devo frisar que não houve apreensão de livros, nem qualquer prisão. A polícia proibiu, apenas, que se fizesse qualquer entrega ou venda até que o DIP julgasse a obra. Uma comissão de cinco funcionários, entre eles o Ernani Fornari, foi incumbida desse julgamento. O livro foi lido e analisado detidamente e a conclusão do exame sobremaneira honrosa para o autor. (...) Entregue ao Diretor do DIP, foi o parecer levado ao Presidente da República, que autorizou aquele a permitir a venda franca. No primeiro sábado de janeiro, a *Vida de Jesus* apareceu nas principais livrarias desta capital. (...) Dentro de pouco tempo, a primeira edição deverá estar esgotada.[327]

Também no Brasil houve uma política de distribuição dos livros planejada de forma a fortalecer os laços do integralismo com seus possíveis aliados e com as autoridades governamentais:

> Entre os primeiros volumes entregues figuraram os que o Alfredo Egydio trouxe para o Presidente Vargas e o Ministro Oswaldo Aranha. De minha parte, mandei entregar o livro ao Ministro Dutra, Generais Góes Monteiro e Mariante, ao Cardeal D. Leme, dias antes de sua morte, ao Núncio Apostólico e vários bispos, ao Padre Leonel Franca e muitos outros sacerdotes, major Felinto Muller, Rosalina Coelho Lisboa, Cassiano Ricardo,

[326] Telegrama de Hermes Lins de Albuquerque a Raimundo Padilha, s./d. [1946] (APHRC-PiC 1946].
[327] Correspondência de Abílio Silva a Plínio Salgado, 1º.2.1943 (APHRC-PiL 01.02.1943/1).

> juízes do Tribunal de Segurança, oficiais do Exército e da Marinha. Loureiro ofertou um exemplar ao Ministro Marcondes Filho.[328]

O livro foi publicamente elogiado por diversas autoridades religiosas, personalidades políticas, como Góes Monteiro, e escritores, como Cassiano Ricardo. Tais elogios eram incorporados nas edições seguintes do livro e nas demais obras de Salgado, de forma a reforçar sua qualificação como "pensador espiritualista".[329] Esta qualificação era parte de um esforço mais amplo empreendido progressivamente por Salgado, a medida em que se aproximava o término da II Guerra Mundial, com vistas a se apresentar como "democrático", através de uma reelaboração doutrinária, como discutiremos a seguir.

2.4.3 A reorientação doutrinária do integralismo

A partir de meados de 1943, começou a tornar-se evidente a iminência da derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial. Em vista disto, para sobreviver politicamente, Salgado adaptaria seu discurso ao novo contexto político que viria a se estabelecer. Para isto, Salgado construiu gradativamente uma interpretação sobre a trajetória do movimento integralista que o apresentava como "democrático" e "antitotalitário", ao mesmo tempo em que preparava terreno para a formação de um partido político através do qual interviria na nova ordem política.[330] Este processo é brevemente apresentado por Medeiros e Vieira:

> Constata-se, após o término da Segunda Grande Guerra, um esforço doutrinário e político de nosso integralismo em adaptar-se à nova conjuntura neoliberal que então se inaugurava no País. Procura então recuperar o liberalismo, mitigando-o com os princípios autoritários básicos do integralismo, já agora despido de todo seu ritualismo político-partidário e de seu radicalismo doutrinário, de tal forma a se confundir, inextricavelmente, com o autoritarismo secularmente subjacente ao nosso liberalismo e conservadorismo. A essência de nosso integralismo continua, assim, a perdurar até nossos dias, às vezes de forma quase imperceptível, as vezes de forma mais expressiva no campo ideológico comum de nossas classes dirigentes, conforme a eventualidade de fases históricas de maior ou menor repressão política e social.[331]

Tal adaptação, no entanto, não ocorre apenas "após o término da Segunda Guerra Mundial", mas já se constitui durante seus últimos anos. Marilena Chauí também indica esta adaptação do integralismo, chamando atenção para a existência de um importante elemento de continuidade: "*A última fase, curiosamente, aceita a institucionalização liberal-democrática para o Brasil como saída contra a ditadura do Estado Novo – nessa*

---

[328] Idem, ibidem.
[329] Idem, ibidem.
[330] É difícil estabelecer a partir de que momento Salgado definiu-se pela formação de um partido político, conforme discutiremos no próximo capítulo.
[331] MEDEIROS & VIEIRA, op. cit., p. 186.

fase, a derrota internacional do nazismo e do fascismo pesa sobre a posição política de Plínio Salgado, o qual, entretanto, jamais abriu mão do 'ideal salazarista' para o Brasil. Aliás, a fase de democracia cristã, que sustenta a fase final, é elaborada sobretudo em seu exílio em Portugal".[332] Tal processo de adaptação não era exclusividade do integralismo, mas era empreendido inclusive pelo próprio Salazar, em experiência observada de perto por Salgado:

> Terminada a guerra, em 1945, derrotados Hitler e Mussolini, Salazar e Franco puseram-se imediatamente a manobrar no sentido de assegurar a sobrevivência de seus respectivos regimes, aproveitando-se do fato de não se terem envolvido na guerra. Salazar rebatizou seu "Estado Novo" como "democracia orgânica", dispôs-se a encenar a farsa de eleições políticas no seu país e conseguiu, em 1949, ingressar na OTAN, recebendo ajuda norte-americana de mais de 50 milhões de dólares, então, através do Plano Marshall.[333]

Não parece casual que o mesmo conceito de "democracia orgânica" tenha sido recorrentemente utilizado por Salgado, como recurso para, tal qual Salazar, apresentar-se como "democrático". Konder mostra que outros movimentos fascistas seguiram caminho semelhante, inclusive na Itália e Alemanha: Giorgio Almirante, líder fascista italiano, afirmava que *"o fascismo é um fenômeno histórico que agora se encontra morto e sepultado para sempre. Queremos a democracia"*, ao mesmo tempo em que lançava o neofascista Movimento Social Italiano; enquanto na Alemanha diversos fascistas preferiam *"renunciar à militância em organizações demasiado presas ao modelo fascista 'clássico': muitos deles ingressaram em partidos conservadores 'respeitáveis'"*.[334] Konder indica o sentido desta transformação:

> A adesão aos partidos conservadores "respeitáveis" exigia certa metamorfose nos antigos militantes nazistas, que precisaram se adaptar a uma nova perspectiva. (...) No interior dos partidos conservadores "respeitáveis", por sua vez, os líderes da direita procuram demonstrar aos que não romperam com os velhos ideais fascistas que, modificados os métodos, eles podem contar com uma oposição implacavelmente firme ante o comunismo na defesa dos pontos essenciais do programa básico da reação.[335]

Observe-se especialmente que *"o desgaste sofrido pelo fascio littorio e pela cruz gamada em 1945 desaconselha a exumação de tais símbolos: a gesticulação frenética de Hitler e Mussolini não teria agora a mesma eficácia (...), seus discípulos se empenham por isso na busca de um estilo novo, mais 'sóbrio', mais 'tecnocrático'"*.[336] Para Salgado, o

---

[332] CHAUÍ, Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30, op. cit., p. 30.
[333] KONDER, op. cit., p. 79.
[334] Idem, ibidem, p. 100.
[335] Idem, ibidem, p. 100-101.
[336] Idem, ibidem, p. 100.

ingresso em um partido conservador "respeitável" não era uma opção viável, tendo em vista que no interior de um partido burguês tradicional não poderia manter sua posição como "Chefe" dos integralistas, da qual não estava disposto a abrir mão. Assim, para ele, tratava-se de apresentar o próprio integralismo como uma doutrina conservadora "respeitável", tornando-a aceitável para a classe dominante, enquanto instrumento para o cumprimento de uma função particular, fundamentalmente voltada à mobilização anticomunista.

Uma carta enviada por Loureiro Júnior a Salgado no início de 1946 - poucos meses antes de seu retorno ao Brasil - expressa o amadurecimento da adaptação ao novo contexto, discutindo abertamente a necessidade de uma reformulação tática:

> Acho que você precisa também "atualizar" o seu integralismo (assim costumamos dizer), não quanto à doutrina no que ela possui de fundamental e básico e que a constitui verdadeiramente. (...) Assim pergunto: o que é fundamental no integralismo? Acho que um princípio define quase tudo: "predomínio do espiritual sobre o material, do social sobre o individual, do nacional sobre o regional". Que mundo dentro deste conceito! Daí passaremos a outras concepções: personalidade humana e seus corolários – deveres e garantias, supremacia da Nação, a harmonia de todos os grupos sociais como um imperativo sobrepujando os imperativos de um individualismo anarquizante; democracia, e esta tese leva-nos à seguinte: o integralismo era democracia e pregava como meio de realização da democracia o corporativismo. Pergunto: será este o melhor meio ou não? Respondo: a questão do corporativismo e do sufrágio universal são acidentais; a fundamental é a democracia. Como esta se efetiva é uma questão técnica de juristas e políticos ao passo que a democracia é um tema de filosofia política ligado a outros, como o conceito de personalidade humana. Por essa e outras razões doutrinárias que seria difícil resumir para exemplos, digo, repito, afirmo e proclamo: o integralismo, como pensamento, doutrina, está vivo, vivíssimo e perfeitissimamente atual, porque é perene, por trata-se de uma concepção exata do universo e da vida.[337]

Uma precondição desta adaptação era afastar-se dos elementos que estabeleciam de maneira mais evidente o vínculo com os movimentos fascistas, como o uso de uniformes, o treinamento paramilitar e o juramento de fidelidade ao Chefe Nacional. Um exemplo da relativização do estatuto da Chefia Nacional encontra-se no primeiro discurso proferido pelo vereador integralista do Distrito Federal, Jayme Ferreira da Silva:

> Bastaria lembrar-se que, ao lado da Chefia Nacional do movimento, existiam: um Conselho Nacional, encarregado de orientar e tomar as decisões partidárias mais importantes, a serem executadas pela referida chefia; uma Câmara dos Quarenta, cujo regimento lhe atribuía o direito de análise sobre os atos do Chefe Nacional, podendo aprová-los ou rejeitá-los; uma Câmara dos Quatrocentos composta dos mais destacados correligionários em todo o Território Nacional, colhendo e canalizando informes e

[337] Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, s./d. [1946] (APHRC-Pi 00.00.44/46).

> sugestões sobre a legislação dos mais variados problemas dos respectivos municípios, regiões ou Estados.[338]

Esta afirmação omitia o caráter subordinado de todos estes organismos integralistas ao Chefe Nacional e, principalmente, o próprio juramento de fidelidade incondicional a que todos os integralistas eram submetidos.[339] A importância do uso de uniforme era minimizada, sendo tratada como mera "exterioridade", e sua função ressignificada, sendo apresentada como em oposição ao uniforme dos nazistas:

> É preciso lembrar que, quando o Integralismo surgiu no Brasil, a nossa Pátria estava ameaçada pela infiltração de doutrinas estrangeiras, (...) determinando por parte dos antitotalitários nacionalistas o uso de exterioridades semelhantes para captar, nacionalizar brasileiramente tais elementos e impedi-los de formar quistos raciais que poderiam ser utilizados pelo imperialismo nazista. (...) O meu argumento para os que me dirigiam perguntas sobre a camisa verde integralista e antitotalitária, era o de que a circunstância de alguém usar licitamente na sua defesa a mesma arma que o adversário emprega no ataque, longe de identificar esse alguém ao adversário, mais o diferencia dele. (...) Os integralistas, pois, que vestiam a camisa-verde em nada diferiam, por exemplo, da Guarda Metropolitana da Inglaterra [sic], que esteve vigilante enquanto aquele país andou ameaçado de invasão alemã. (...)[340]

Assim, o uso da "camisa-verde" seria uma necessidade imposta pelo "combate ao totalitarismo": "*Houve um instante histórico em nossa Pátria, que tornou necessário existir uma corrente partidária a qual adotando a doutrina espiritualista e cristã de respeito à personalidade humana, da defesa da integridade territorial e moral do Brasil, necessitava assumir formas exteriores específicas, objetivando conjurar ameaças, que também se denunciavam sob formas diferentes das de hoje*". [341]

No discurso de Salgado, até a presença do ditador em solenidades integralistas era apresentado como prova do "caráter democrático" do integralismo: "*A maior prova de que a camisa verde, hoje inexistente, não era um símbolo do totalitarismo está no fato das duas maiores festividades integralistas de 1937 terem sido honrados com a assistência do sr. Presidente da República. Apontar, pois, o Integralismo como totalitário ou inspirado em ideologias exóticas será ofensivo ao sr. Presidente da República"*.[342]

---

[338] SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo,* op. cit., p. 10.
[339] Com o mesmo sentido, uma transcrição dos Estatutos da AIB em publicação de 1946 suprimia todos os artigos referentes ao estatuto da Chefia Nacional. Estatuto da Acção Integralista Brasileira. In: SALGADO, *O integralismo perante a Nação,* op. cit., p. 39-40.
[340] SALGADO, *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros,* op. cit., p. 11 e 13.
[341] SALGADO, Plínio. *Discursos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convivium, p. 104-140, 107-108.
[342] Idem, ibidem, p. 13-14.

A defesa de princípios "espiritualistas" era apresentada como garantia maior do alegado "caráter democrático" do integralismo, embora suas postulações "espiritualistas" dos anos 30 não conduzissem à defesa de posições democráticas nem implicassem na rejeição do fascismo. O livro *O conceito cristão de democracia* sistematizou esta tese, propondo um nexo indissolúvel entre "democracia" e "espiritualismo", por um lado, e entre "materialismo" e "totalitarismo", por outro:

> Ou adotamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do Espírito, ou então nada faremos de definitivo como construção de ordem e de paz. (...). O que desejamos é que nos digam claramente se havemos de assentar o mundo de amanhã numa concepção materialista ou espiritualista. Não pode haver cooperação nem transigência entre essas duas concepções. (...) Subordinado às leis da matéria (...) o materialismo nega o livre-arbítrio e proclama a irresponsabilidade. Destrói a noção dos deveres sem erigir nítidos e inconfundíveis direitos, pois sendo o direito a consciência do justo, e supondo a idéia do justo a preexistência do poder crítico e optativo, segue-se que a inibição desse poder tolhe a concepção das proporcionalidades e dos limites que estabelecem as regras das ações. (...) O materialismo para ser materialista tem de ser determinista. No Universo concebido pelo materialismo nenhuma intervenção é possível. (...) Pretendendo-se libertar o Homem das peias religiosas, nega-se a alma e conseqüentemente o livre-arbítrio; isenta-se a criatura humana da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face da faculdade de optar entre o dever e o desejo em face de um Deus; mas, proclamando-se a irremovibilidade dos impositivos da natureza, e lançando-se as bases de uma moral científica, subordina-se o Homem à escravidão do determinismo.[343]

De acordo com ele, a "democracia cristã, *"a única exeqüível, vivifica a liberdade dos homens e a autoridade do Estado, fazendo a primeira fundamento da segunda e a segunda condição da primeira. Sua base está em Deus e sua inspiração nos ensinamentos do Evangelho.*[344] A mesma utilização do espiritualismo como "álibi democrático" repetia-se em seu retorno do exílio:

> - E as suas idéias políticas?
>
> - Doutrinariamente são as mesmas de sempre: as de afirmação da espiritualidade, as que se baseiam na sobrenaturalidade da vida humana e por conseguinte, as de sustentação dos princípios que constituem o alicerce de uma ordem social verdadeiramente cristã: o respeito à pessoa humana e as suas projeções no espaço e no tempo, que são a Família, a Pátria, a propriedade até o limite traçado pelos ensinamentos da Igreja.[345]

A doutrina integralista era assim apresentada como espiritualista e antitotalitária:

---

[343] SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia.* Coimbra: Edição Estudos, 1945, p. 619, 21, 25, 26 e 31. A discussão sobre a concepção de democracia assumida pelos integralistas entre 1945 e 1965 será desenvolvida no capítulo 9. Aqui restringimo-nos a apontar a utilização do "conceito cristão de democracia" como instrumento de legitimação do "caráter democrático" do integralismo.

[344] Idem, ibidem, p. 6.

[345] Como cristãos e antitotalitários nossa posição está tomada*:* Declara à reportagem o sr. Plínio Salgado *Boletim do PRP,* Porto Alegre, 1.9.1946, p. 1-2.

> A doutrina integralista resume-se no seguinte: 1º) crença em Deus e na existência da alma imortal do homem; 2º) afirmação da liberdade e da responsabilidade do ser humano, a qual não poderia ser feita por um materialista, pois o Homem considerado apenas como matéria subordinar-se-ia às leis do determinismo, que excluem a liberdade e logicamente a responsabilidade; 3º) intangibilidade da pessoa humana, como conseqüência natural do direito e do dever de liberdade e responsabilidade do Homem; 4º) autonomia dos grupos naturais em que a pessoa humana se manifesta: a família, o grupo profissional, o município; 5º) direito de propriedade como garantia física da pessoa humana, dos grupos naturais e das liberdades do homem; 6º) afirmação da Pátria, como conjunto de pessoas humanas, de grupos naturais autônomos, e de municípios, e como garantia das próprias liberdades individuais e sociais da justiça das leis de equilíbrio econômico e moral.[346]

O mais importante para Salgado era apresentar o integralismo como movimento que se opunha ao totalitarismo, incorporando ainda em 1945 o sentido ideológico do termo, em sua acepção liberal-conservadora que faz equivaler fascismo e comunismo. Em sua reelaboração, a posição do movimento integralista seria a seguinte:

> Repúdio ao Estado Totalitário, seja o nazista, seja o comunista, ambos baseados no que eles próprios denominam "materialismo histórico" [sic], isto é, o transformismo de Darwin (Luta pela vida e seleção das espécies), que substituiu a condenável "moral utilitária" pela igualmente condenável "moral científico-experimental", dando origem ao Racismo (luta de raças) e à revolução dialético-marxista (luta de classes), ambas constituindo as faces direita e esquerda de uma só realidade anticristã visando a destruição da personalidade em benefício do nacional-socialismo ou do internacional-socialismo.[347]

Com base nessa definição, qualquer traço da trajetória integralista era apresentado como evidência de sua posição "antitotalitária", até mesmo seu Manifesto de maio de 1939, em apoio à ditadura varguista: *"O manifesto foi publicado em todos os jornais por ordem do Governo e com o vocativo inicial de 'Integralistas'. Só um louco não verá nesse documento a alusão clara que faço ao perigo do totalitarismo, não me sendo permitido dizer explicitamente porque seria antecipar a atitude do Brasil e da própria América, alertando os adversários*".[348] Mesmo as repetidas proclamações do integralismo como "totalitário", durante a década de 1930, eram explicadas criativamente, invertendo seu sentido original: *"Nada há de tão contrário ao totalitarismo de Estado que a concepção totalitária de Universo: porque nesta as leis do Espírito fixam limites às leis da matéria, e estabelecendo os fundamentos da liberdade humana, preservam-nas da arbitrária interferência do Estado quando este pretende ultrapassar as suas legítimas fronteiras"*.[349]

---

[346] Nem violência nem ditadura para o combate ao comunismo, proclama Plínio Salgado. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 25.06.1948, p. 1.
[347] SALGADO, *Manifesto-Diretiva aos integralistas brasileiros*, op. cit., p. 8.
[348] Idem, ibidem, p. 21.
[349] SALGADO, Plínio. Discurso de Niterói. In: *Discursos*, op. cit., p. 104-140, p. 115.

Conseqüentemente, o integralismo passava a ser apresentado como antagonista maior do fascismo: *"O Fascismo é o Estado Totalitário e o Integralismo não aceita a doutrina do Estado Totalitário. O erro vem da confusão lamentável de que o Fascismo tem uma concepção totalitária de Estado, enquanto o Integralismo tem uma concepção totalitária do Universo, adotando, portanto, uma concepção totalista"*.[350]

A reorientação doutrinária completava-se com a produção de uma nova versão sobre a trajetória do integralismo nos anos 30. Seu objetivo era estabelecer uma distinção entre a doutrina integralista e a Ação Integralista Brasileira, que seria apenas a forma concreta assumida pela doutrina integralista em uma determinada conjuntura. Assim, seria possível que, em uma nova conjuntura, a doutrina integralista assumisse forma diversa, inclusive a forma partidária. A Ação Integralista Brasileira seria apenas o "órgão político-social" do Integralismo: *"O integralismo manifestou-se na vida brasileira sob três aspectos: 1º) Político-social; 2º) Social-cultural; 3º) Moral-espiritual. O órgão 'político-social' do Integralismo foi a Ação Integralista Brasileira, sociedade civil com personalidade jurídica e partido político legalmente registrado"*.[351] Do "setor social-cultural", mencionava-se "Doutrina e estudos", "Assistência", "Cultura Artística" e "Cultura Cívica e física". Quanto ao "setor moral-espiritual", destacava a *"revolução interior, isto é, o esforço de aperfeiçoamento de nossas almas"*.[352] No entanto, Salgado omitia o fato de que todas estas atividades ocorriam no interior da estrutura da Ação Integralista Brasileira, o que se comprova pelo fato de contar ela com Departamentos de Doutrina e Estudos, Assistência, Cultura Artística e Cultura Cívica e Física. A distinção entre AIB e Integralismo visava justificar o abandono das formas concretas de organização assumidas pela AIB, em vista da necessidade de adaptação ao novo contexto:

> O Integralismo é uma coisa e a Ação Integralista Brasileira foi outra coisa. Aquele é uma doutrina, esta foi um partido político e um movimento social. O Integralismo, como doutrina, é a própria Democracia na sua verdadeira acepção cristã. A Ação Integralista, em vez de ser uma doutrina, **foi um método, um processo, adequado a determinada circunstância histórica**. Desaparecida esta circunstância, não se concebe que persista o método, o processo que lhe é consoante. (...) Quanto à doutrina integralista, é uma doutrina democrática, fundada num conceito espiritualista da existência humana e deduzindo deste conceito os princípios da intangibilidade da liberdade do Homem, da

[350] SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo,* op. cit., p. 14..
[351] SALGADO, *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros,* op. cit., p. 9.
[352] Idem, ibidem,p. 23.

> autonomia dos grupos naturais, ou seja, da Família, do Grupo Profissional, finalmente, do Município e da própria Pátria.[353].

Esta posição permitia sustentar que o Integralismo seguia vivo, a despeito da não refundação da AIB: *O Integralismo perdura como centro de irradiação cultural e sua permanência decorre das próprias condições históricas da Nação - da permanência dos valores tradicionais que apóiam toda a estrutura ideológica do pensamento integralista*".[354] Sustentando que "*uma doutrina tem caráter estável, permanente, ao passo que um programa, mesmo pretendendo constituir a efetivação prática de uma doutrina, tem caráter mutável*",[355] Salgado definia-se como "chefe de uma doutrina":

> O integralismo não é um partido, é uma doutrina geradora de partidos. Ele teve um órgão político que se chamava Ação Integralista Brasileira. Era o partido dos integralistas. Foi extinto com todos os outros partidos pela ditadura de 1937. **Resolvi não mais reabri-lo. Não sou, portanto, um chefe de partido. Sou o chefe de uma doutrina político-social.** Centenas de milhares de brasileiros seguem essa doutrina e porque sou dela o fundador dispensam-me uma estima, um carinho, uma dedicação comovedores.[356].

Através desta reinterpretação, Salgado justificava a não reorganização da milícia integralista, ao mesmo tempo em que justificava sua existência passada: "*O Integralismo nunca se confundiu com a Ação Integralista. Essa exprimiu uma necessidade histórica eventual, pois tendo que combater os totalitarismos, como o nazismo e o fascismo, ou como o comunismo (que então possuía também tropas de choque), usou de processos exteriores semelhantes para melhor combater"*.[357]

Em decorrência desta versão, os integralistas sustentaram a tese de que o Partido de Representação Popular teria sido fundado por "não-integralistas", como discutiremos no próximo capítulo. Mas, além disso, até que o novo partido se consolidasse, seguiam sustentando que não era um partido integralista: "*O PRP não é integralista: Absolutamente, não. O Partido de Representação Popular apresentou um programa dos mais perfeitos ao povo brasileiro. Resolveram dar-lhe seu apoio, elementos que foram integralistas, mas também muito maior número de outros que nunca tiveram qualquer*

---

[353] Entrevista concedida ao *Diário da Noite.*(Original datilografado. (APHRC-FPS 091.004.018). Grifo meu.
[354] O Integralismo e o momento político: Oportunos esclarecimentos prestados pelo sr. Raymundo Padilha. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 13.12.1945, p. 5-6.
[355] SALGADO, Plínio. Doutrina e Programa. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.7.1949, p. 1 e 6.
[356] A posição do fundador do Integralismo face aos grandes problemas nacionais. *Boletim do PRP*, Rio de Janeiro, 7.10.1946, p. 3-4. Grifo meu.
[357] Democracia e Totalitarismo*:* Importante entrevista concedida pelo sr. Plínio Salgado ao *Diário da Noite* de São Paulo. *Idade Nova*, 10.6.1948, p. 5.

ligação com o integralismo".[358] Mesmo depois de seu retorno ao Brasil, Salgado continuou sustentando que o PRP não foi fundado pelos integralistas: *Um partido, fundado por homens que nunca foram integralistas, apareceu no Brasil. Era o Partido de Representação Popular. Tinha este partido, à frente, homens de valor, como o dr. Adhauto Fernandes, o Comendador Huet de Bacelar, o dr. Plácido de Melo, que nunca tinham sido integralistas"*.[359] Aos integralistas, Salgado justificava a posição como adaptação às "leis universais da história":

> Mudaram as circunstâncias externas. Mudaram as internas. Não é lícito ao homem, apesar do seu livre arbítrio, que lhe dá o poder criador, contrariar as leis universais da história. A nova situação mundial e nacional determinava que se organizasse no Brasil, para salvação da Pátria, um partido que, pondo o seu fundamento nos princípios espiritualistas e cristãos, democráticos e nacionalistas inspiradores daquele movimento ao qual pertencêramos, fosse ao mesmo tempo de maior plasticidade na propaganda eleitoral e pudesse apresentar-se sem exterioridades que poderiam estabelecer confusões e favorecer todas as interpretações doutrinárias dos ignorantes que julgam os homens pelas roupas.[360]

Embora se afirmasse que a AIB era apenas uma parte do integralismo, a relação entre integralismo e PRP era apresentada como diferenciada, o que não impedia Salgado de considerar que os integralistas teriam o "dever" de se filiar a ele:

> O Integralismo é uma doutrina política e o PRP é um partido político. Como doutrina espiritualista e cristã o Integralismo pode utilizar-se de meios práticos para a afirmação de seus princípios na ordem social e um desses meios (porque há outros no campo cultural, social e educacional) é a atividade política. Até 1938, o Integralismo possuía, ele mesmo, um órgão de ação política, que era a Ação Integralista Brasileira. Essa fase histórica foi superada, não havendo mais necessidade de certas práticas exteriores de definição ideológica. O Partido de Representação Popular, sendo apenas um órgão político, não pode conter todo o Integralismo, que abrange não só a atividade política, mas as atividades educacionais e culturais; mas como seus postulados objetivando a verdadeira democracia coincidem com os princípios doutrinários dos integralistas, estes sentem-se à vontade e **cumprem um dever, inscrevendo-se e trabalhando nas fileiras do Partido de Representação Popular**. Foi esse dever que o fundador do integralismo cumpriu, concitando todos seus antigos companheiros a fazer o mesmo.[361]

Assim, em sua chegada do exílio, Salgado afirmava que *"todos aqueles que aceitaram o Integralismo não podem deixar de aceitar o PRP de agora em diante. Quando vos perguntarem quais são as idéias e objetos do Integralismo, deveis mandar ler o manifesto e o programa do PRP"*.[362] Para justificar o ingresso no PRP, o anticomunismo

---

[358] Desmascarando a intriga *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 18.1.1946, p. 1.
[359] SALGADO, Plínio. Integralistas e Populistas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.5.1949, p. 1 e 6.
[360] SALGADO, Discurso de Niterói In: *Discursos*, op. cit., p. 104-140, p. 113-114.
[361] SALGADO, Plínio. O Integralismo e o Partido de Representação Popular. *Idade Nova, Rio de Janeiro*, 27.10.1946, p. 5 e 8. Grifo meu.
[362] Ingressou no PRP o sr. Plínio Salgado. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.10.1946, p. 4 e 5.

era o principal argumento: "*Ingressei nesse Partido para combater convosco a quinta coluna comunista e todos os inimigos do Brasil"*.[363] Curiosamente, tendo em vista que o partido teria sido fundado por "não-integralistas", Salgado sustentava que todos os ideais integralistas eram contemplados em seu projeto:

> Os ideais dos integralistas conciliam-se com os do novo partido pelos seguintes motivos: 1º O Partido de Representação Popular é espiritualista e cristão; 2º É baseado nas aspirações da liberdade humana decorrentes na crença em Deus e na imortalidade, liberdade e responsabilidade da alma humana; 3º Objetiva a realização de uma democracia, não de palavras ou de predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, porém da verdadeira fraternidade; 4º Proclama e sustenta o princípio da independência e soberania da Pátria, quer do ponto de vista político, como do econômico, do cultural, do moral e do espiritual, pelo que se insurge contra a dominação estrangeira, contra qualquer desses aspectos, repudiando as ideologias exóticas e o cosmopolitismo deformador; 5º Quer um Brasil íntegro, territorial e moralmente, mantenedor de suas tradições dentro do qual exista a liberdade da pessoa humana, a autonomia dos municípios, o direito de propriedade, a justiça social propiciando os meios de todo trabalhador possuir bens garantidores da sua própria liberdade e da sua família, um Brasil, enfim, engrandecido pelo esforço de seus filhos e respeitado na ordem internacional.[364]

Anos depois, Salgado radicalizaria esta última posição, e, em contradição com a distinção que fizera entre PRP e Integralismo, passaria a afirmar que "*O PRP é o próprio integralismo. O integralismo é uma doutrina independente, sólida, patriótica, humana e não se inspirou em qualquer movimento totalitário*".[365] Assim, fica evidente que a distinção anterior atendia a uma opção tática, visando garantir a aceitação do novo partido que se fundava, em especial por parte das classes dominantes, e viabilizar sua legalização, como discutiremos no próximo capítulo.

---

[363] Uma adesão que garante a vitória. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.11.1946, p. 4..
[364] SALGADO, Plínio. O integralismo e o Partido de Representação Popular. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 5 e 8.
[365] O PRP é o próprio integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 1 e 2.

Capítulo 3 -

Partido de Representação Popular: Formação, base social e financiamento

O objetivo deste capítulo é analisar o processo de formação do PRP, desde o início da rearticulação integralista; discutir a composição social do partido, avaliando suas implicações para a configuração do projeto partidário; e investigar o financiamento de suas atividades.

A formação do PRP será investigada desde sua origem, com o início da rearticulação integralista no primeiro semestre de 1945, até a consolidação partidária, efetivada pela obtenção e confirmação do registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Nossa hipótese é que várias opções tomadas durante o processo de estruturação partidária expressam a opção dos integralistas em desempenharem um papel de reforço à dominação burguesa, adaptando-se ao novo contexto político e organizando-se de maneira que pudessem intervir em defesa de posições conservadoras, em oposição à emergência de movimentos populares autônomos e, de maneira mais ampla, apoiando a nova ordem em gestação, em especial seus aspectos mais antipopulares e excludentes.

A composição social do partido e suas implicações para a configuração do projeto partidário serão discutidas a partir a partir de uma discussão sobre as determinações de classe da pequena burguesia, avaliando-se o perfil sócio-profissional do dirigentes, militantes e eleitores do PRP e refletindo sobre as decorrências da composição social majoritariamente pequeno-burguesa para a intervenção integralista.

O financiamento interno será discutido a partir dos balancetes de receitas e despesas do Diretório Nacional, da promoção de campanhas de arrecadação, das estratégias de financiamento do jornal *A Marcha*, e dos vínculos com grandes grupos econômicos. A explicitação de diversas situações em que os integralistas receberam verbas de setores da grande burguesia reforça nossa hipótese de que o movimento desempenhou papel relevante na manutenção da dominação burguesa no período.

3.1 A formação do Partido de Representação Popular

3.1.1 O contexto hostil de 1945 e as denúncias contra o integralismo

A hostilidade ao movimento integralista - estimulada pela ditadura estadonovista, em especial depois do fracassado movimento armado de 1938, e acirrada após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial – difundiu-se amplamente no contexto das mobilizações pela

democratização, a partir de 1942. É compreensível que as mobilizações populares apontassem o integralismo como símbolo da ameaça fascista a ser combatida, já que o movimento integralista era a materialização nacional da mesma ideologia contra a qual as tropas brasileiras se bateriam. O longo ostracismo do movimento, por sua vez, impedia que os integralistas contestassem as diversas denúncias que os atingiam, facilitando a consolidação de um forte sentimento antiintegralista. Conforme aponta João Almino, "*o fascismo era identificado como 'o outro'. Em termos concretos, o fascismo no Brasil poderia ser identificado com o passado integralista, ou seja, com o movimento que, antes de 1937, mobilizara determinados intelectuais e políticos. Mas ninguém, na conjuntura, se dizia integralista, e o integralismo, era também, como ideologia, uma ideologia falida, principalmente com a vitória dos Aliados*".[1] Embora equivocada ao afirmar que ninguém "se dizia integralista", a afirmação de Almino expressa bem as resistências que os integralistas encontravam. O desfecho da guerra e a divulgação dos crimes do nazismo geravam um contexto claramente desfavorável para os movimentos de direita em geral e para os fascistas em particular, pois, como lembra o historiador Edgar Carone, "*Após 1945, a situação histórica brasileira e mundial é outra, havendo grande antipatia e desinteresse por fórmulas fascistas, que tinham mostrado todo o seu alcance negativo nas experiências alemã e italiana*".[2]

Manifestações contundentes contra o integralismo podem ser encontradas nos jornais desde o ano de 1942. De acordo com o jornal Correio do Ceará, "*O Coronel Silvestre Péricles de Góes Monteiro (...) disse que os integralistas não devem ser metidos em campos de concentração, mas sim fuzilados*".[3] No ano de 1943 ocorreram diversas

---

[1] ALMINO, João. *Os democratas autoritários:* Liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 238. Conforme João Quartim de Moraes, "*quanto ao perigo fascista, não haveria (...) de ser muito grande. Bem mais perigosos que Plínio Salgado, o untuoso chefe integralista, eram generais como Góes Monteiro e Dutra, arquitetos do golpe estadonovista, cripto-fascistas impenitentes e inimigos declarados da orientação sindicalista adotada por Getúlio a partir de 1943-44*". MORAES, João Quartim. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim (org). *História do marxismo no Brasil.* Volume 3: Teoria e interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 161-199, p. 166.

[2] CARONE, Edgard. *A república liberal.* Volume 1: Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. Coleção Corpo e Alma do Brasil, p. 332. Como lembra o cientista político Norberto Bobbio, "*após a libertação do fascismo, dizer-se de direita era um ato de coragem ou mesmo de desfaçatez*". BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda:* razões e significados de uma distinção política. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2001. p. 39.

[3] Todo alemão é suspeito – campo de concentração para eixistas e morte para os verdes. Correio do Ceará, Fortaleza, 24.9.1942 (APHRC-FPS 106.000.REC). O Coronel Silvestre Péricles era irmão do General Góes Monteiro, e elegeu-se constituinte em 1946 e governador de Alagoas em 1947, pelo PSD. Cf. SILVESTRE Péricles de Góes Monteiro. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930.* Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 volumes.

manifestações públicas contra o integralismo, dentre as quais um julgamento simulado de Plínio Salgado e dos líderes integralistas, promovido no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, em maio de 1943,[4] e um enterro simbólico de Plínio Salgado, ocorrido no Ceará, no mesmo mês.[5] O ex-integralista Menotti del Picchia atacava: "*o integralismo no Brasil é o ouro alemão. (...) Quem mandou 35.000 fuzis mausers e abundantes munições?*".[6] No mesmo sentido, o General Manuel Rabelo, membro da Sociedade dos Amigos da América, advertia que "*o integralismo não está desarmado. Ele, agora, é mais perigoso do que nunca. O quinta-colunismo é obra sua. (...). Onde está um integralista, está um inimigo da nação*",[7] e convidava para uma "Semana Antifascista", promovida pela UNE, LDN, SAA e Conselho Anti-Eixista dos Funcionários do Banco do Brasil.

No início de 1945, a irreversibilidade da vitória aliada na guerra e o avanço das mobilizações populares acirraram ainda mais a campanha antiintegralista. Diversas manifestações estudantis seguiam sendo promovidas,[8] assim como Exposições AntiIntegralistas[9] e distribuição de panfletos de denúncia.[10] Naquele contexto, o impacto maior compreensivelmente advinha das vinculações que se estabelecia entre o integralismo e os fascismos europeus, bem como das denúncias da participação de integralistas na espionagem a serviço do nazi-fascismo. Para o jornal *O Globo*, "*os receios do mimado hóspede de Salazar* [Salgado] *só tendem a aumentar. Porque os homens que aceitaram a empreitada de organizar bases quinta-colunistas nos países visados pela Alemanha*

Vol. 3, p. 3862. Ainda em 1942, a subordinação do integralismo ao nazismo era denunciada pelo jornal Diário da Noite. Berlim dirigia o integralismo. *Diário da Noite*, São Paulo, 16.4.1942.(APHRC-FPS 106.001.REC) Os artigos de jornal sem indicação de página são provenientes de acervos de recortes, e podem ser localizados nos respectivos arquivos, conforme referência indicada.

[4] Para o Diário da Noite, "*o julgamento é simbólico, mas feito por um tribunal que encarna o sentimento da nação. Ele condenará mais uma vez os chefes das tropas de choque formadas no Brasil"*. Plínio Salgado perante o Tribunal da Opinião Pública Nacional, *Diário da Noite*, São Paulo, 15.5.1943 (APHRC-FPS 106.002.REC).

[5] De acordo com o Correio do Ceará, sobre o caixão foram colocadas as faixas "Preito de admiração de Hitler", "Sentidas lágrimas de Mussolini" e "Saudades sentidas de Lampião" [sic]. O povo cearense demonstra hoje à tarde sua repulsa ao integralismo. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11.5.1943 (APHRC-FPS 106.002.REC).

[6] PICCHIA, Menotti del. Um caso de polícia. *A manhã*, Rio de Janeiro, 16.2.1943 (APHRC-FPS 106.001.REC).

[7] Onde está o integralismo, aí está um criminoso. *Diário da Noite*, São Paulo, 11.5.43 (APHRC-FPS 106.002.REC).

[8] Ver a respeito CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História. p. 96.

[9] O cartaz de uma destas exposições anuncia que *"nela estarão reunidos os documentos comprobatórios das atividades do Sigma em obediência às ordens de seus amos do Eixo"*. Exposição Antiintegralista (APHRC-FPS 051.020.003).

[10] Um panfleto assinado pela "Comissão Organizadora da Campanha Antiintegralista" reproduz trechos de livros de Gustavo Barroso reivindicando a vinculação do integralismo com o nazismo, o fascismo italiano, o salazarismo e o fascismo japonês. Campanha antiintegralista (APHRC-FPS 051.020.006).

hitlerista ainda vão comparecer, certamente, aos tribunais das Nações Unidas".[11] Também os Diários Associados, em uma vasta campanha, associavam o integralismo à traição à Pátria e subordinação ao nazi-fascismo.[12] O próprio presidente Getúlio Vargas utilizou-se, em 1945, da "ameaça fascista" representada pelo integralismo como justificação para o fechamento do regime em 1937. De acordo com ele:

> Sabia-se das ligações que [os integralistas] mantinham com os centros de propaganda totalitária da Alemanha e da Itália. De lá recebiam diretivas, lemas partidários, material de publicidade e até agentes de orientação doutrinária. Todas as circunstâncias pareciam favorecer a "marcha totalitária" para o assalto ao poder nos moldes e processos já experimentados com sucesso noutros países – tentativa que só se verificou em 1938 e que nos permite hoje avaliar a que estado de degradação política estaríamos reduzidos se a investida criminosa houvesse logrado êxito.[13]

O anúncio de eleições parlamentares em 28.2.1945, e sua confirmação em 28.5.1945, com realização prevista para o mês de dezembro, precipitaram a organização partidária dos diferentes grupos políticos. Esta movimentação alertou os adversários do integralismo para a possibilidade concreta de rearticulação da Ação Integralista Brasileira, levando-os a se pronunciarem contra esta possibilidade. O Movimento Democrático dos Médicos considerava os chefes integralistas "*comprometidos com o Eixo*" e conclamava "*todas as organizações democráticas a manifestarem-se prontamente sua repulsa às tentativas dos integralistas de se organizarem quer como Partido Integralista ou com qualquer outro rótulo que se apresentem*".[14] O Cel. Euclides Figueiredo – que participou da "Intentona de 1938" – indagava:

> Por que, pois, com essa origem totalitária que inegavelmente possui, permitir o reaparecimento do integralismo entre nós? Por que permitir que homens que defenderam o regime de Hitler e Mussolini intervenham no Brasil do futuro, que sai desta guerra em que as democracias se vitoriaram mais uma vez? Não! O integralismo não poderá ter liberdade. Está morto. Mataram-no na Europa nossos soldados e aqui o nosso povo que deseja democracia pura. Porque integralismo, fascismo, hitlerismo ou falangismo são uma

---

[11] A hora do julgamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23.4.45. (APHRC-FPS 092.003.003).

[12] Ver a respeito CALIL, op. cit., p. 89-92. Os jornais vinculados aos Diários Associados reproduziam recorrentemente declarações de membros da Força Expedicionária Brasileira condenando o integralismo e considerando sua reorganização como um atentado à memória dos combatentes brasileiros mortos em combate. Idem, ibidem, p. 92.

[13] Entrevista do Presidente Getúlio Vargas à imprensa (sem data) (APHRC-FPS 091.005.012). No mesmo sentido, o General Góes Monteiro aproveitou o clima hostil ao integralismo para isentar o Exército da falsificação do Plano Cohen, imputando esta responsabilidade ao integralismo. Falso e de origem integralista o famoso "Documento do Komintern". *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17.3.1945, p. 8 (MCSHJC).

[14] Os integralistas eram aliados dos nazi-fascistas. *Diário da Noite*, São Paulo, 20.4.1945 (APHRC-FPS 092.003.003).

> coisa só: totalitarismo. E ele exigiu para ser banido do mundo o sacrifício de milhões de vidas.[15]

O próprio Salgado, em reelaboração posterior, recordava: "*Passada a guerra, restauradas as liberdades democráticas, as calúnias tinham exercido eficientemente o seu negro ofício. Assim, grande parte da opinião pública brasileira fazia o pior dos juízos a respeito do integralismo e dos integralistas. Foi o ambiente que encontrei ao regressar do Exílio em 1946*".[16] O ambiente hostil ao integralismo de então deve ser levado em conta na avaliação da estratégia das lideranças integralistas naquele momento, tornando compreensível o caráter defensivo de suas primeiras manifestações públicas, as dificuldades encontradas e a demora na definição pela alternativa de organização partidária, como se discutirá a seguir.

3.1.2 O integralismo na defensiva

No final de março de 1945 - pouco mais de um mês após o fim da censura no Brasil – Plínio Salgado, de Lisboa, emitiu suas primeiras declarações públicas sobre assuntos políticos nacionais desde sua partida ao exílio, em entrevista à agência United Press. Nesta entrevista afirmou ter se imposto um longo silêncio sobre a política brasileira, enquanto perdurasse a censura no Brasil, e rememorou os vários manifestos enviados aos integralistas no Brasil, apresentando-os como evidência do "caráter antitotalitário" da doutrina integralista.[17] No mês de abril, concedeu nova entrevista, desta vez à Associeted Press, mais uma vez reafirmando que o integralismo era "democrático" e rebatendo as alegadas ligações com doutrinas e partidos totalitários.[18]

No Brasil, o General Newton Cavalcanti tornava pública sua simpatia pelo integralismo, divulgando a carta por ele enviada em 1938 ao então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, na qual protestava contra o fechamento da AIB e se exonerava do comando da I Brigada de Infantaria. Cavalcanti explicitava a participação do integralismo nos acontecimentos que levaram ao golpe de 1937, afirmava que foi intermediário nas negociações entre Vargas e o integralismo e sustentava que "*em troca da*

---

[15] Não pode o integralismo funcionar como partido, *O Globo*, Rio de Janeiro, 18.4.1945 (APHRC-FPS 092.003.003). No mesmo sentido, o general Milton Costa concluía que *"se eles próprios acham que podem viver sem liberdade, não haverá mal de privá-los dela".* O integralismo deve ser tratado pelos seus próprios métodos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19.4.1945. (MCSHJC).

[16] SALGADO, Plínio. 7 de outubro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.10.1953, p. 3.

[17] United Press Bulltin from Lisbon – 31.3.1945 (APHRC-FPS 091.004.001).

[18] Entrevista a Associeted Press concedida por Plínio Salgado em abril de 1945. Apud. SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a Nação.* Lisboa, Editora Gráfica Limitada, 1946, p. 175-177.

certeza absoluta do apoio moral e, se necessário, material do integralismo ao governo, o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas ofereceu e prometeu a segurança, também absoluta, de que respeitaria e garantiria, após o estabelecimento do novo estado de coisas no país a existência deste, até hoje único movimento de alto sentimento cultural e sentimental [sic] que possuiu a história político-social do Brasil".[19]

Ainda em 1945, em abril, tornaram-se públicas novas informações sobre a chamada "Intentona Integralista" de 1938, revelando-se a participação de "liberais" como Otávio Mangabeira, Euclides Figueiredo, João Guedes da Fontoura e Castro Júnior, o que foi amplamente utilizado na defesa dos integralistas, diminuindo seu isolamento. De acordo com Miguel Reale, teriam participado do movimento armado de 1938 liberais e integralistas, sendo que "*cada grupo manteve as suas convicções, comprometendo-se, uma vez garantida a existência de partidos, a confiar nas urnas a decisão dos seus destinos*".[20] Segundo suas declarações, a ação armada teria como objetivo o restabelecimento da Constituição de 1934, com a formação de uma Junta Governativa Provisória incumbida de presidir a eleição. O General Castro Júnior confirmou seu envolvimento, afirmando que não desejava a vitória do integralismo, mas sim a queda do Estado Novo[21] e afirmou que "*tratava-se de um movimento nacional, extreme de intuitos partidários, em que se aproveitava o concurso do integralismo, à época ferozmente perseguido*".[22] Salgado continuou negando o caráter integralista do movimento, sustentando ainda que não

---

[19] O pacto do sr. Getúlio Vargas com o Integralismo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22.3.1945, p. 8 (MCSHJC). Ainda na área militar, um oficial integralista remetia longa carta a Eduardo Gomes, protestando contra seu apoio à exposição antiintegralista, na qual afirmava: "*Ninguém de critério prestaria a menor atenção à exposição subterrânea, que acabaria como nasceu, chafurdada na lama da irresponsabilidade do seu soviete organizador se, por infelicidade extrema, não viesse a salvá-la do seu merecido destino o prestígio do seu nome, com a declaração estarrecedora de que lhe dera todo o apoio pessoal. E, como se não fosse pouco [sic], V. juntou à mesma declaração o seu conceito identificando o Integralismo com o Fascismo*". O remetente – cujo nome não está legível – recorda conversações nas quais o Brigadeiro afirmara ser "*não inimigo do integralismo, embora dele discordasse doutrinariamente*", tendo condenado "*a campanha de infâmias e calúnias que nos movem*". Correspondência a Eduardo Gomes, 21.6.1945 (APHRC-Pprp 21.06.1945)

[20] Sensacionais revelações do Professor Miguel Reale: líderes liberais participaram do Putsch Integralista de maio de 1938. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29.4.1945, p. 14 (MCSHJC). Em maio de 1945, Reale renunciou ao cargo de membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo em protesto frente a acusações de Getúlio Vargas contra os integralistas Mesmo assim, em julho anunciou seu rompimento com o movimento integralista e sua oposição a formação de um partido político reunindo os integralistas. Pouco depois ingressou em um efêmero Partido Socialista Brasileiro, passando, em 1947, a fazer parte do Partido Social Progressista. Ver a respeito CALIL, op. cit., p. 96-100.

[21] Dois depoimentos do General Castro Júnior. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5.5.1945, p. 8 (MCSHJC). O General Euclides Figueiredo apenas em 1948 confirmou, em uma rápida declaração, terem ocorrido "*em 1937 e 1938, alguns contatos, a propósito da preparação de um movimento armado, que, por precipitação dos acontecimentos e sem culpa nossa, redundou no golpe de 11 de maio daquele ano*". Euclides de Figueiredo confirma. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.5.1948, p. 1.

[22] Apud SALGADO, op. cit., p 108.

participou e nem aprovou a rebelião e, em fevereiro de 1946 ordenava a Raymundo Padilha que procurasse "*os homens que, sendo de outros partidos, tiveram relações conosco em 1938, para lhes perguntar se naquela altura tinham alguma prova de que agíssemos no Brasil inspirados ou por conta, ou extipendiados por potências ou partidos estrangeiros*", visando obter deles declarações escritas.[23] Ao mesmo tempo, os integralistas reuniam e divulgavam declarações favoráveis ao integralismo, publicadas nos anos 30 por juristas, sacerdotes, oficiais militares, políticos e intelectuais.[24]

No dia 17 de maio de 1945, os integralistas residentes no Brasil, sob a coordenação do "Representante do Chefe Nacional", Raymundo Padilha, fizeram publicar com grande destaque nos principais jornais do país, uma longa "Carta Aberta à Nação Brasileira", apresentada como uma reação "*contra a obstinada e injusta campanha, sistematicamente feita no sentido de infamar aquele movimento* [o integralismo], *e, em conseqüência, todos quantos, sincera e honestamente dele participaram*", e contra a "*teimosa repetição de calúnias*".[25] O documento pretendia desmentir as acusações de vínculos com o nazi-fascismo, afirmando que as investigações policiais não encontraram nenhuma prova: "*O governo nacional interveio nos Bancos, Empresas e Firmas dos países do Eixo; devassou-lhes as escritas, seqüestrou-lhes os arquivos; apossou-se da sua correspondência particular; mas nunca achou vestígio de qualquer quantia fornecida à extinta Ação Integralista Brasileira por potências estrangeiras*".[26] Diziam ainda que "*as polícias federal e estaduais varejaram e deram busca em cerca de 4.000 núcleos integralistas em todo o país, e nunca apreenderam armas fornecidas por países estrangeiros*".[27] Outro argumento muito utilizado foi a participação de integralistas na Força Expedicionária Brasileira: "*Muitos brasileiros que sincera e honestamente pertenceram aos quadros da extinta Ação Integralista, estão oferecendo nessa hora de tragédia universal, nos campos de batalha da Itália, incorporados às fileiras da nossa gloriosa FEB, seu sangue e sua vida na defesa do ideal comum das Américas. Um deles, mutilado pelas balas inimigas, havendo regressado ao Brasil, já agora aureolado pelo heroísmo do seu sacrifício, é um*

---

[23] Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 19.2.1946. (APHRC-Pi 19.02.46/2).
[24] O Integralismo julgado pelos seus contemporâneos (mimeo). Sem data (APHRC). Dentre as personalidades que emitiram juízos favoráveis ao integralismo, destacam-se os generais Góes Monteiro e Pantaleão Pessoa, o Conde Afonso Celso, o deputado Cyrillo Júnior e o sociólogo Azevedo Amaral.
[25] Seção Ineditorial: Carta Aberta à Nação Brasileira: a extinta Ação Integralista Brasileira no tribunal da opinião pública. Diário de Notícias, Porto Alegre, 17.5.1945, p.3 (MCSHJC).
[26] Idem, ibidem.
[27] Idem, ibidem.

dos signatários desse documento".[28] Com a mesma intenção, Salgado telegrafou ao General Góes Monteiro "*congratulando pela vitória do Brasil*", e sugeriu que Padilha fizesse o mesmo, e que telegrafasse também ao general Dutra.[29]

No mês de julho, o major Jayme Ferreira da Silva – ex-Chefe Provincial da AIB na Guanabara – abriu forte polêmica com o jornal *O Globo*, em resposta a matéria "Rearticula-se o integralismo para trair de novo o Brasil", publicada a 3.7.1945. Em carta enviada a todos os jornais, Ferreira atacava violentamente o jornal, afirmava que o repórter Nahun Sirotsky era filiado ao Partido Comunista do Brasil, e novamente insistia na participação integralista na FEB.[30] No ano seguinte, Salgado garantia a Padilha que "*quanto ao Globo, em breve aparecerá a prova de que está escalado pelo komintern para se fingir anticomunista e democrático, afim de parecer isento para os fins visados de atacar-nos e caluniar-nos*".[31] As diversas manifestações de militantes integralistas polemizando com seus acusadores, sempre usando uma linguagem agressiva, estabeleciam um contraponto que, mesmo não logrando reverter completamente o clima hostil, evidenciava que os integralistas estavam de volta à cena política, defendendo publicamente tanto sua doutrina como sua trajetória prévia.

3.1.3 O integralismo se rearticula: do início de 1945 ao "Manifesto-Diretiva"

O primeiro semestre de 1945 é marcado pelos movimentos de rearticulação dos integralistas. Conforme aponta Carone, em 1945 "*o movimento integralista ressurge, timidamente no começo, mais agressivo depois. Mesmo assim, sua manifestação é*

---

[28] Idem, ibidem. Em seu primeiro discurso após o retorno do exílio, em outubro de 1946, Salgado reafirmava a participação de integralistas no esforço de guerra: "*A defesa do Atlântico estava entregue quase inteiramente a integralistas. O Chefe do Estado Maior desta brava Armada brasileira, comandante Gerson de Macedo Soares, oficial a quem Rosenvelt apertou a mão, era ao tempo da Ação Integralista Brasileira, o coordenador dos seus companheiros de mar em nosso movimento e continua a professar nossas idéias. Oitenta por cento de oficiais e Marinheiros de Guerra tinham feito profissão de fé da nossa doutrina e tinham sido fichados no Integralismo, como atestam os nossos arquivos na parte salva das garras policiais da Ditadura*". SALGADO, Plínio. Discurso do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. In: *Discursos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convivium. p. 20.

[29] Telegrama de Plínio Salgado a Raimundo Padilha, 15.8.1945 (APHRC-Pi 15.08.1945). Tanto o General Góes como o General Dutra responderam agradecendo as congratulações de Salgado. Telegrama de Góes Monteiro a Plínio Salgado, 19.08.1945 (APHRC P 19.08.1945); Cartão do Ministério da Guerra, 29.5.1945 (APHRC-Pi 29.5.45/1).

[30] "*Em todos os escalões da FEB, desde o soldado ao general, estão centenas de patrícios inscritos na mesma agremiação* [AIB]*". Apud* O integralismo jamais traiu nem trairá o Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8.7.1945. (APHRC-FPS 089.012.004).

[31] Correspondência de Plínio Salgado a Raimundo Padilha, 31.5.1946 (APHRC-Pi 31.05.46/2)

cautelosa, sem qualquer pompa e provocação, como antes de 1937".[32] Desta forma, nos primeiros meses do ano, a despeito de sua intensa movimentação, encontramos poucos registros na imprensa, a maior parte deles constituindo-se em declarações públicas rebatendo denúncias. No entanto, a correspondência privada trocada entre Salgado e os líderes integralistas no Brasil (particularmente com seu "representante no Brasil" Raymundo Padilha e seu genro Loureiro Júnior) e as reelaborações posteriores (das quais a mais detalhada é a produzida por Olbiano de Melo)[33] evidenciam que os integralistas aceleravam suas articulações.

Ao mesmo tempo, a imprensa especulava sobre as possíveis estratégias dos integralistas para seu retorno à vida política brasileira. Em março de 1945, o jornal *Diário de Notícias* publicava que Plínio Salgado teria enviado novas diretrizes a Raymundo Padilha, indicando "*como seus partidários devem agir em face do momento político brasileiro, dizendo-lhes que aguardem a revogação da lei que acabou com os partidos políticos e em seguida promovam a reorganização do integralismo, de forma a poderem seus adeptos comparecer em massa no pleito eleitoral próximo*".[34] De acordo com a matéria, Plínio Salgado aconselhava ainda "*que sejam postos de lado os símbolos que identificavam os componentes do Sigma, bem como que seja abolido o famoso 'Anauê', mantidos, porém, os princípios - Deus, Pátria e Família*".[35] O jornal afirmava que "*os adeptos do Sigma há mais de um mês estão se rearticulando*",[36] já estando funcionando sedes integralistas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Adiantava, ainda, que Loureiro Júnior preparava-se para viajar a Portugal, em busca de novas instruções.[37] No mês de julho, os *Diários Associados* publicaram com grande destaque um texto que supostamente seria o "Manifesto-Programa" enviado por Plínio Salgado.[38] O texto publicado era extenso

---

[32] CARONE, Edgard. *O Estado Novo:* 1937-1945. São Paulo: Difel, 1976. Coleção Corpo e Alma do Brasil. p. 213.
[33] MELO, Olbiano de. *A Marcha da revolução social no Brasil:* Ensaio Histórico-Sociológico do Período 1922-1954. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1957.
[34] Plínio Salgado quer reviver o integralismo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29.3.1945, p. 18 (MCSHJC). Estas supostas diretrizes não constam no acervo de correspondência trocada entre Salgado e Padilha.
[35] Idem, Ibidem.
[36] Plínio Salgado condena Vargas e apóia a candidatura Dutra: O integralismo se articula no Rio e em São Paulo para sufragar nas urnas o General Gaspar Dutra". *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30.3.1945, p. 10 (MCSHJC). Como discutiremos na próxima seção, não havia neste momento nenhuma definição no sentido de apoiar a candidatura do General Dutra.
[37] Ressurgirá o Integralismo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5.4.1945, p. 8; Embarca para Portugal o genro do sr. Plínio Salgado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11.4.1945, p. 3 (MCSHJC).
[38] A "evolução" social do Sigma - vieram de Lisboa as novas instruções de Plínio Salgado - O chefe dos camisas-verdes mandou o programa-básico para nortear a reorganização dos fascistas. Em discussão, o nome

e detalhado, mas seu conteúdo era muito diferente do verdadeiro "Manifesto-Programa" que Salgado enviaria alguns dias depois.[39] A mesma matéria informava ainda que o integralismo já contava com vinte núcleos instalados na capital federal.

A publicação da "Carta Aberta à Nação Brasileira", em março, já antecipava as pretensões organizativas dos integralistas, sustentando que "*não se justificaria, pois, a exclusão da vida nacional, deste ou daquele grupo, por este ou aquele motivo, menos ainda em virtude tão somente de levianas e gratuitas afirmações*".[40] A própria publicação deste documento, contando com 103 assinaturas de lideranças, afora "*milhares de outras assinaturas de antigos integralistas*" não publicadas, demonstra que os integralistas já haviam atingido um estágio de organização bastante razoável. Os signatários da Carta eram bastante representativos da liderança integralista, incluindo 19 ex-membros da "Câmara dos Quarenta" da Ação Integralista Brasileira e a maior parte de seus antigos "chefes provinciais". Dentre eles estavam alguns dos mais conhecidos seguidores de Plínio Salgado, como Gustavo Barroso, Olbiano de Melo, Alberto Cotrim Neto, Antônio Coelho Branco, Custódio de Viveiros, Jayme Ferreira da Silva, Oscar Machado, João Carlos Fairbanks, Marcel da Silva Telles, Loureiro Júnior e Fernando Cochrane, além de seu "representante no Brasil", Raymundo Padilha. À exceção de Barroso, todos os demais participaram da constituição do Partido de Representação Popular.[41] O mais importante dirigente integralista dos anos 30 já afastado do movimento naquele momento era Miguel Reale.[42] Edgard Carone aponta a perda de apoio das antigas lideranças integralistas como um dos principais obstáculos à rearticulação integralista:

> Muitos chefes e adeptos integralistas o abandonam publicamente. (...).Grande parte dos seus maiorais já abandonou o movimento: os Miguel Reale, os San Thiago Dantas, os Belmiro Valverde, e até um Gustavo Barroso, que é acólito de Plínio Salgado durante o

---

do Partido para registrar no Tribunal Eleitoral. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10.7.1945, p. 3 e 8 (MCSHJC).

[39] No dia seguinte, Salgado telegrafou a Padilha: "*Ignorando completamente assunto Diário da Noite, comunico não enviei nenhum programa tendo estado ultimamente inteiro silêncio assuntos políticos"*. Telegrama de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 11.7.1945 (APHRC-Pi 11.07.45/2).

[40] Seção Ineditorial: Carta Aberta à Nação Brasileira: a extinta Ação Integralista Brasileira no tribunal da opinião pública. Diário de Notícias, Porto Alegre, 17.5.1945, p.3 (MCSHJC).

[41] Barroso continuou se proclamando integralista, até sua morte, em 1959, mas rompeu publicamente com Salgado em 1945, por discordar da formação do PRP. Ao contrário de Reale, jamais se filiou a outro partido político. Em 1957, recusou-se a participar das comemorações do Jubileu de Prata do integralismo, alegando discordar da condução dada ao movimento no pós-guerra.

[42] Jayme Ferreira da Silva narrava em telegrama ao secretário de Plínio o afastamento de Reale: "*Rompimento Miguel justificado entrevista imprensa declarando não reconhecer substabelecimento Chefia e necessidade plena liberdade cada um para ação política, tudo isto enfeitado roupagens teóricas. Atitude que causou péssima impressão não tem apoio nenhum.* Telegrama de Jayme Ferreira da Silva a Hermes Lins de Albuquerque, 11.7.1945 (APHRC-Pi 11.07.45/1).

> Estado Novo, deixam de existir neste novo momento. O que resta são figuras menores, as de Raymundo Padilha, Carlos Fairbanks Júnior, Loureiro Júnior, gente secundária e sem maiores traços de liderança política integralista nacional, pois o movimento baseia seu valor na hierarquia e agora vê a sua alta hierarquia abandoná-la, em grande parte.[43]

As correspondências do período explicitam motivações variadas para o afastamento de militantes e dirigentes. Um militante paulista escrevia ao "chefe provincial" recusando convite recebido, afirmando estar "*convencido de que atualmente não existe na nossa pátria clima para o Integralismo*".[44] Outro informava que não aceitava mais integrar um "partido de direita".[45] Um ex-preso integralista acusava "*o comportamento péssimo dos chefes integralistas na cadeia, onde passei quase 6 anos*", e informava que "*há muitos companheiros que se sentem magoados e se mantém afastados das atividades do novo partido, o PRP, porque este é apenas um filhote do integralismo, como dizem, um partido comum, e muitos companheiros querem é o velho Integralismo na sua íntegra, batendo-se pelo partido único, contra os demais partidos, contra tudo o que se possa combater* [sic]".[46] Outro militante, responsável por recolher assinaturas para a legalização do partido, justificava não se achar "*com bastante ânimo de procurar os companheiros para encherem com assinaturas as listas recebidas, devido a que encontrei neles (nos primeiros que procurei) certas dúvidas, receios, enfim, encontrei-me numa situação de verdadeiro constrangimento para levar a termo a tarefa recebida*".[47] Em depoimento oral, Eduardo Martinelli relatou o convite feito ao ex-chefe provincial do Rio Grande do Sul Dario de Bittencourt: "*Fui lá, o homem me olhou assim, diz assim: 'olha, moço, eu fui chefe integralista, apanhei muito, tenho essa cor escura aqui, não quero mais saber de política. Agora vou trabalhar para mim e para minha família*".[48] Como se pode perceber, as defecções tiveram motivações variadas e ocorreram nos diversos âmbitos hierárquicos, desde a direção nacional (Barroso, Reale), passando pela regional (caso de Dario de

---

[43] CARONE, *O Estado Novo*, op. cit., p. 209, 213-214. Dentre os citados, Belmiro Valverde participou da constituição do PRP, e só rompeu com Salgado no início de 1955, discordando de sua candidatura à presidência e apoiando Juarez Távora, ao lado de outros integralistas como Raimundo Padilha.
[44] Correspondência de Luis de Souza Freire Filho a Marcel da Silva Teles, 13.8.1945 (APHRC-Pi 13.8.45).
[45] Correspondência de Mario Mazzei Guimarães a Rui Arruda, 11.4.1945 (APHRC-Pi 11.04.45/4).
[46] Correspondência de Raimundo Oliveira a Plínio Salgado, 14.4.1946 (APHRC-PiPrp 14.04.46/3).
[47] Correspondência a Marcel da Silva Telles (remetente não legível), 12.9.1945 (APHRC, Pi 12.9.1945). Tais dificuldades tornam-se compreensíveis se levarmos em conta que quando do recolhimento das assinaturas, "*os integralistas deveriam assinar as listas para o seu registro sem sequer conhecer a denominação da nova entidade*". LOUREIRO Júnior. A reforma do PRP: volta ao caminho certo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.5.1958, p. 3.
[48] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999, p. 61. Apesar da recusa de Bittencourt, Martinelli complementou afirmando que "*de vez em quando ele ajudava com dinheiro*". Idem, ibidem.

Bittencourt), e abrangendo também uma parcela da militância de base. Ainda assim, é necessário reconhecer que, em todos estes âmbitos, a maior parte dos integralistas permaneceu fiel à liderança de Salgado e ingressou no PRP, a despeito de seus receios, desconfianças e descontentamentos.[49]

A documentação disponível indica que nos primeiros meses de 1945 a articulação dos integralistas concentrou-se no Rio de Janeiro e em São Paulo. Olbiano de Melo relata a realização de diversas reuniões debatendo a possibilidade de transformação da AIB em partido político.[50] Do acervo oriundo da coleção privada de Plínio Salgado consta um questionário de consulta às lideranças integralistas. Dentre as questões apresentadas, indagava-se sobre a preferência quanto ao registro da AIB como partido político ou ainda a formação de um novo partido, a posição a tomar em face das candidaturas presidenciais e a melhor data para o retorno do "Chefe Nacional". A única cópia encontrada, respondida por Hermes Barcellos – que seria o primeiro secretário geral do PRP - é datada de 10 de junho de 1945, evidenciando que o debate antecedeu o envio do "Manifesto Diretiva" de julho. Barcellos argumentava em favor da formação de um novo partido político, teorizava acerca da estratégia que deveriam seguir os integralistas,[51] e propunha um cronograma de organização, priorizando o alistamento eleitoral, prevendo que no final de setembro "*o partido precisa estar criado, com estatutos e programa organizado, e personalidade jurídica assegurada de acordo com o Código Civil. Precisa, ademais, contar a esse tempo com o mínimo de 10.000 eleitores, para subscrição do pedido de registro*".[52]

---

[49] Ver a respeito CALIL, op. cit., p. 100.
[50] MELO, op. cit., p. 160-162.
[51] A teorização de Barcellos é bastante interessante, por explicitar motivações implícitas no discurso posterior de Salgado, justificando conscientemente a institucionalização e separando claramente os objetivos táticos imediatos dos objetivos estratégicos: "*O problema, a meu ver, se desdobra em dois aspectos, um, imediato – o das próximas eleições para organização do governo do país, dos Estados e dos municípios; outro, remoto, do qual o primeiro é simples acidente – instauração do Estado Integral. Este compete à AIB. Para o primeiro, a solução tem que ser, como a sua natureza, transitória. (...). A AIB, muito acertadamente, combatia tanto o comunismo como o liberalismo. Hoje a nossa campanha, por uma evidente tática política, deve visar exclusivamente aquele. (...). Para maior eficiência da campanha é* ***preciso conquistar a aliança das forças conservadoras – Igreja e Exército em primeiro plano – e da burguesia****. Essa aliança sem dúvida será mais facilmente alcançada por um novo partido que pela AIB*". "Como respondo o questionário" (grifo meu) (APHRC-FPS 051.028.003). A separação entre objetivos táticos e estratégicos aqui enunciada abria o caminho para a inserção dos integralistas na dinâmica eleitoral-parlamentar, inclusive estabelecendo aliança com outros partidos políticos, sem abdicar formalmente da defesa do "Estado Integral". A prioridade aqui estabelecida à obtenção do apoio da Igreja, do Exército e da burguesia indica claramente a perspectiva que seria assumida pelo movimento, ainda que no âmbito discursivo tenham persistido críticas retóricas à burguesia.
[52] Idem, ibidem.

Depois da Carta Aberta à Nação Brasileira - publicada em maio - o momento seguinte da reaparição pública dos integralistas foi a divulgação do "Manifesto-Diretiva" enviado por Plínio Salgado em julho e publicado em setembro de 1945. Desta vez, além de reelaborar a doutrina integralista e replicar as acusações imputadas ao integralismo, passava-se também a tratar de questões concretas como a alistamento eleitoral dos integralistas. O documento se caracterizava como um passo adiante na rearticulação do movimento, através das definições estabelecidas no capítulo final "Aplicação da Doutrina aos casos concretos: as próximas eleições". Nela, Salgado defendia a intervenção política dos integralistas e definia normas para sua adesão aos partidos políticos. Porém, não previa a estruturação de um partido integralista, defendendo a manutenção do integralismo à margem do sistema partidário:

> Pensando em vós, mando-vos estas Diretivas. Delas resulta ter eu resolvido que o Integralismo não assuma feição de partido, pois isso seria diminuir a grandeza do que ele hoje representa, acima das lutas partidárias e como elemento precioso de união de todos os brasileiros no dia em que a sua doutrina antitotalitária, espiritualista e cristã puder ser estudada por todos os nossos patrícios hoje impedidos de o fazer pela cortina de fumo das calúnias, deturpações e falsidades de toda a espécie, contra a qual a nossa pobreza não nos permite meios eficientes de defender-nos. (...). Não vejo, portanto, nenhum motivo, nem vantagem, nem conveniência para fazermos o Integralismo levantar-se com a responsabilidade do seu nome e doutrina, contra os patrícios dos outros partidos, hoje divididos por questões de confianças em pessoas ou esperanças em determinados grupos, porém, amanhã todos unidos na defesa do Brasil e na sustentação destas mesmas idéias que sustentamos, as quais no fundo constituem a base do caráter e do temperamento do povo brasileiro. (...). Esta é a razão porque vos indiquei neste Manifesto-Diretiva os meios de exercerdes o voto obrigatório, sem envolver, na transitoriedade da hora que passa, aquilo que amanhã pode representar a defesa mais decisiva da Nação Brasileira.[53]

O texto do Manifesto parece descartar a estruturação partidária. No entanto, alguns pontos deixam margem para interpretação diversa. Salgado estabelecia:

> Sob o ponto de vista objetivo da política nacional e considerando ser o voto obrigatório a todos os brasileiros, por conseguinte aos integralistas, devem estes ingressar numa organização partidária cujo programa, além de não colidir com os pontos essenciais da doutrina do Integralismo, sustente de modo claro e insofismável: a) O conceito espiritualista da vida; b) O respeito à pessoa humana e a defesa de tudo o que lhe é inerente; c) O repúdio dos regimes totalitários; d) A defesa da independência e da soberania da Pátria brasileira.[54]

Além disso, abria uma brecha importante ao definir que "*se não existir, até o prazo legal para as inscrições de partidos, uma organização política nas condições indicadas (...), o representante do Fundador, sr. Raymundo Padilha, providenciará livremente os*

[53] SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros*. [Porto Alegre], s./ed., 1945. p. 30.
[54] Idem, ibidem, p. 27-28.

meios que julgar mais adequados para que os integralistas possam exercer o voto sem quebra de sua dignidade política e de seus princípios doutrinários".[55] É difícil avaliar se Salgado realmente rejeitava a hipótese de organização partidária ou se já previa a formação de um partido político e preferia não vinculá-lo ao integralismo até que obtivesse seu registro definitivo. Antes mesmo da divulgação do Manifesto, a articulação visando à constituição partidária já se desenvolvia de forma acelerada, como se discutirá a seguir.

O "Manifesto-Diretiva" de Plínio Salgado, datado de julho, foi trazido por via marítima por Zeferino Contrucci, emissário enviado pelos integralistas brasileiros, e chegou ao Brasil apenas no final de agosto.[56] Foi lido aos integralistas em uma reunião no dia 1º de setembro.[57] Na avaliação de Carone, "*a Diretiva do Chefe Nacional não agrada a muitos*".[58] Ao que parece, grande parte dos integralistas preferia a simples reativação da Ação Integralista Brasileira e seu registro como partido político.[59] Além disso, o Manifesto-Diretiva deu origem a interpretações diversas. Um longo "Parecer Interpretativo" rejeitava a atitude de Padilha e qualificava-na como uma traição ao espírito do "Manifesto Diretiva":

> Plínio Salgado, somente na hipótese de nenhuma das agremiações político-partidárias existentes no prazo legal das inscrições de partidos atender às condições indicadas (...) autorizou o seu representante providenciar livremente os meios que os integralistas possam exercer o voto sem quebra de sua dignidade política e de seus princípios doutrinários. Entretanto, varias das organizações político-partidárias já existentes (entre as quais se destacam as duas de maior relevo – o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional) atendem de modo inequívoco e insofismável os aludidos requisitos indicados no parágrafo 3º do Cap. V do citado Manifesto Diretiva. Não resta, pois, ao representante do Fundador do Integralismo autoridade para organização de um

---

[55] Idem, ibidem, p. 29.

[56] Um telegrama enviado ao secretário de Plínio Salgado informava: "*Manifesto publicado toda imprensa Manaus a Porto Alegre. Grande repercussão todo país. Elogiosas referências elementos categorizados classes intelectuais conservadores clero. Silêncio mais importantes jornais. Outra imprensa criticou aspectos secundários meras exterioridades. Somente Macedo Soares contestou trecho referente a ele*". Telegrama de Dante a Hermes Lins de Albuquerque, 22.9.1945 (APHRC-Pi22.09.45). O translado do Manifesto teria atrasado em virtude do prolongamento da travessia do navio que trouxe seu portador, passando por Curaçau e chegando no Rio de Janeiro 25 dias após a data prevista.

[57] Cf. Parecer interpretativo das Diretivas de Plínio Salgado, Fundador do Integralismo, datadas de "Exílio, julho de 1946" (APHRC-FPS 011.003.007).

[58] CARONE, *O Estado Novo*, op. cit., p. 215.

[59] Em meados de 1945 foi produzido um Parecer jurídico defendendo que "*A Ação Integralista Brasileira é já um partido legalmente registrado na justiça eleitoral, por força e disposições expressas no Decreto-Lei nº 7586 de 29 de maio de 1945*", tendo em vista a revogação do decreto que extinguiu os partidos políticos em 2.12.1937. Documento Sem Título [1945] (APHRC-FPS 016.010.004). Não é legível o nome de seu autor.

> novo partido político sob patrocínio direto ou indireto dos integralistas, embora isso se faça de maneira discreta.[60]

Este Parecer reforça a posição de Carone, que afirma que "*é contra sua vontade* [de Plínio Salgado] *que é formado o Partido de Representação Popular, nos fins de 1945*".[61] Já a correspondência trocada por Padilha e Salgado evidencia que o primeiro omitiu o protagonismo dos integralistas na formação do partido: "*Elementos católicos, respeitado passado sem qualquer ligação anterior Sigma, solicitaram nossa adesão novo partido cujo programa concorda inteiramente postulados manifesto, para cumprimento nosso dever eleitoral com ampla liberdade recíproca pontos de vista doutrinários. Ajustando-se proposta diretivas manifesto opino favoravelmente pedindo sua palavra máxima urgência para última definição*".[62] A opção pela formação de um novo partido, ao que parece, já tinha sido feita bem antes: ainda no mês de março de 1945, Olbiano de Melo escreveu a Loureiro Júnior agradecendo o "*honroso convite que me fez para cooperar no alinhamento dos princípios que embasarão o manifesto-programa dum partido de âmbito nacional que você e outros dignos patrícios pretendem fundar*".[63]

Em fevereiro de 1946, Salgado mantinha a pretensão de não assumir diretamente a liderança do PRP nem aceitar vinculá-lo ao integralismo:

> Entendo que enquanto não tivermos desanuviado os horizontes, destruído as calúnias que pesam sobre nós, com provas irrefragáveis, não deve aparecer na arena política nem o nome do Integralismo nem o meu nome. O Integralismo continuará como uma doutrina e uma ação cultural, nos termos do meu último manifesto, até que, não somente a campanha de esclarecimentos a nosso favor dê os resultados que esperamos, como também até que os próprios acontecimentos tornem claro, patente, insofismável, que os verdadeiros amigos nos Estados Unidos somos nós [sic], os caluniados integralistas, que lutamos pela união pan-americana e pelo sentido nitidamente continental da nossa civilização cristã. (...) Ora, não convindo, enquanto não chegar a ocasião oportuna, que se exponha o nome do Integralismo e o do seu Chefe, também não devo assumir atitudes políticas públicas e nem ser arrastado pelos acontecimentos a assumi-las, porque os acontecimentos não nos devem dirigir, mas nós é que devemos dirigi-los. Nestas condições, a minha entrada no Brasil não deve assumir caráter público, o que daria tanto ao Integralismo como a mim, uma significação de atividade política aberta. (...) A minha

---

[60] Parecer interpretativo das Diretivas de Plínio Salgado, Fundador do Integralismo, datadas de "Exílio, julho de 1946" (APHRC-FPS 011.003.007). Foram encontradas várias cópias do referido Parecer, sugerindo que ele tenha sido distribuído aos integralistas. Não consta o nome de seu autor.

[61] CARONE, *O Estado Novo*, op. cit., p. 214. Ainda para Carone, o Partido de Representação Popular teria sido fundado "*pelos integralistas mais radicais*".Idem, p. 215-216.

[62] Telegrama de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 25.9.1945 (APHRC, Pi 25.09.45/2). Salgado aprovou a proposta em 27.9. Padilha solicitou autorização para ingressar abertamente no partido em 20.10, e recebeu-a em 27.10.

[63] Correspondência de Olbiano de Melo a Loureiro Júnior, 12.3.1945 (APHRC-Pi 12.03.45). Na seqüência, Melo indicava os principais pontos que propunha que constassem no programa, nos aspectos político, econômico e ético.

> atitude deve ser a de um doutrinador, alheio a atividade política, e como tal quero reentrar no Brasil. (...) Quero que você estude esse problema, tendo em vista: 1º) que você vai continuar como Chefe do Integralismo [sic]; 2º que **o Integralismo será uma organização de caráter cultural e educativo**; 3º) que os integralistas, na qualidade de cidadãos, atuam politicamente no partido que escolheram (no caso, o PRP), podendo nalguns estados onde for conveniente, atuar em outro partido, a seu juízo, de Você, mediante exame da situação e da oportunidade e circunstâncias; 4º) que **eu me conservarei de fora, exercendo uma ação espiritual e paternal**, abstendo-me de qualquer manifestação pública.[64]

Em correspondência enviada a Loureiro Júnior em maio de 1946, Salgado, ainda em Portugal, expunha longamente as razões da orientação traçada e justificava sua posição:

> Quando, em conseqüência das liberdades políticas de que também nós integralistas éramos beneficiários, como corolário das resoluções dos três grandes, delineou-se o pleito eleitoral em nosso país, a minha preocupação máxima foi evitar que as contingências do momento viessem dissolver, nas injunções partidárias, compromissos morais e doutrinários firmados em longos anos. Para evitar isso **escrevi o manifesto colocando os dois problemas separados: o da ação cultural e doutrinária e o da ação política direta**. Entendendo ser a oportunidade para me afastar definitivamente da política, única atitude digna e honrada para quem sofreu as mais miseráveis desconsiderações por parte dos políticos civis e militares do país, tracei a linha divisória dos dois campos, afim de que um dia eu pudesse ser apenas **o que sempre sonhei ser: o fundador de uma doutrina, o organizador de uma ação cultural tendente a formar a consciência da nacionalidade**. Como os integralistas deviam, como cidadãos brasileiros, exercer atividade política, julguei **que o mais acertado seria a fundação de um partido**, onde pudessem reunir-se sem desdouro e nem mistura com homens que os não compreendem, nem considerar, senão como massa eleitoral. **Esse partido poderia fazer o que o integralismo nunca poderia fazer: conversações, ligações, combinações**, resguardada a integridade da agremiação para que os integralistas não se dissolvessem na massa dos partidários das duas candidaturas. Essa foi a razão pela qual, contra a opinião da maioria dos do Rio, que queriam uns lançar a própria Ação Integralista como partido, outros que queriam simplesmente a adesão a uma das candidaturas, eu - de moto-próprio-, determinei a criação do PRP, ressalvadas provisoriamente as situações já criadas por compromissos, como se deu em São Paulo e outros Estados, o que tudo de antemão aprovei. Você sabe que os integralistas nunca souberam exatamente quantos eram em todo o país. Viviam na ilusão das estatísticas da secretaria de propaganda e dos quadros do nosso querido Pujol. Só falavam em milhão. Ora, se não se organizasse um partido, para por as coisas em pratos limpos, viveríamos sempre uma vida fantasiosa, falsa, que já nos custou duras derrotas. Era preciso que a realidade aparecesse ao vivo. Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil e sabendo que não passamos disso, não incorreremos em erros perniciosos. Quando determinei essa medida, eu disse aqui ao Contrucci que o PRP, se levasse às urnas mais de cem mil votos, eu consideraria uma vitória. Ele ficou pasmo, e eu lhe retruquei, de lápis na mão, de tal forma que ele, na outra viagem que fez até aqui, ficou assombrado pela exatidão de meus cálculos, estado por estado. Nem mesmo em cidades, eu errei. Não era pessimismo, era conhecimento da realidade. Por conseguinte, não obedeci a orientação ou insinuação de ninguém, daqui vi porque as coisas no Brasil mudaram pouco.[65]

---

[64] Correspondência de Plínio Salgado a Raimundo Padilha, 19.2.1946 (APHRC-Pi 19.02.46/2). Grifos meus.
[65] Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior , 4.5.1946 (APHRC-PiPrp 04.05.46/12). Grifos meus.

No entanto, esta posição não era aceita pelos integralistas, em especial por Loureiro Júnior, que diversas vezes escreveu a Salgado argumentando contrariamente. Em abril de 1946, avaliava: "*Acho que sua ausência internamente é péssima. Poderá encontrar situações irremediáveis. (...) Não aceito a sua conversa mole de doutrinador apenas. Erro! Erro! Erro!*".[66] Loureiro não aceitava especialmente a separação entre atividade política e atividade doutrinária, pretendida por Salgado, argumentando em termos duros:

> O que se deveria atualizar? Respondo: o seu instrumento de ação, isto é, a organização civil e política incumbida de pregá-lo, difundi-lo, e fazer com que todos a adotem também como norma de vida nacional e particular. Compreenda bem isto: a AIB, instrumento – por motivos estranhos a nossa vontade, injustamente – na fase atual da vida dos povos – ficou comprometida e incapacitada para o fim a que se destinava: a realização da doutrina. Por isso, veio substituí-la o Partido de Representação Popular – novo receptáculo do pensamento integralista, e instrumento moderno, hábil, atual e capaz de tornar efetivos os fins doutrinários do integralismo. Temos que pregar sempre o que foi a AIB, dizermos que para honra dos nossos descendentes e nossa, a ela pertencemos, até o dia em que por ordem expressa do seu fundador – e só por esse motivo – soldados disciplinados ingressamos no PRP onde a mesma luta continua com a mesma fé, coragem, dedicação e vontade e isso é capital: sob a mesma "orientação e direção política". (Veja que não separo). **Não concordo com a existência bifronte de uma AIB doutrinária e de um PRP político**. (...). Peço lhe fazer uma urgente revisão: nada de duas atividades! Uma única em dois setores. Aliás, toda a nossa dificuldade está em fazer a turma compreender que agora só existe o PRP e só este deve existir. Confesso-lhe: se você manter o seu ponto de vista anterior criará enormes dificuldades e nos tirará o ânimo de luta. Aliás: há uma insuperável contradição no seu raciocínio. Você diz que não é mais político e nem fará mais política, entretanto se declara o único fundador do PRP, o que fez por moto-próprio. Ora, o pai da criança deve responder por ela. Se você acha que exercerá melhor uma ação de guia espiritual e não de orientador e chefe político, será mais lógico; perdoe-me a palavra – e mais honesto – devolver então aos que seguiram o político – o compromisso e o juramento a ele feitos! Mas não, você diz que não é mais político e nos faz embarcar numa nau, já por si duvidosa, a qual sem o seu tino, por certo naufragará. Isso não é direito. Quem nos conduziu ao PRP foi você, e muitos de nós foram contra a vontade; o que ficariam eles agora pensando se o ouvissem declarar agora que não dirigirá o partido político que criou por deliberação própria? Eu, pelo menos, digo-lhe desde já: não toparei a parada. Fico em casa, daqui a alguns anos, se a minha vocação for realmente política, entrarei num partido onde exista um chefe, que mande e responda pelas suas ordens. Não gosto e não aprovo situações dúbias. Bem sei que esta dubiedade poderá contentar a outros que já se proclamam herdeiros do seu espólio político; entretanto jamais me deixarei arrolar no acervo do seu suicídio. Imagine isso: o meu guerreiro pulou fora! Deixou espada e metralhadora! Não, me desculpe, nem eu nem a maioria dos de São Paulo que lhe ficaram fiéis, que jamais concordaram em abandoná-lo ou substituí-lo na chefia política, poderão concordar com sua absurda tese. Há mais de 3 meses Dr. Renato, Brigadeiro Newton, Luiz Amaral, Rui, Fairbanks, Piza, Ângelo, eu e outros, nos abalamos, todos os sábados, interior afora, para despertarmos os retardados e estruturarmos o PRP. Gastamos energia, tempo e dinheiro. Desgostamos nossas mulheres e famílias. Para que? Para você virar "soldado raso". Nesse caso, sou um bobo. (...) Compreendo, todavia, que você chegando, fique uns tempos afastado, se ambientando,

[66] Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, 22.4.1946 (APHRC-Piprp 22.04.46).

> que não declare que chefiará o PRP. Mas se disser que encerrou a sua vida política, nada mais nos restará a fazer ao seu lado.[67]

Outras lideranças integralistas importantes, como Jader Medeiros e Alberto Cotrim Neto, escreviam-lhe pedindo seu regresso imediato. Para Medeiros, o regresso era "*indispensável, não só para unificar e harmonizar a nossa grande Família, como também porque o Brasil está aguardando ansiosamente pela sua palavra quente e ardorosa*".[68] Cotrim considerava a sua volta "*urgentemente imposta pelos fatos*", já que a parte da militância integralista nem conhecia Raymundo Padilha e portanto não acatava sua orientação.[69] Certamente, ponderações como estas foram levadas em conta por Salgado, forçando-o a revisar sua posição para não perder o controle do movimento. Efetivamente, Salgado retornou do exílio e, após percorrer diversos estados do país, ingressou no PRP e logo assumiu seu comando. Uma de suas primeiras declarações no Brasil aprovava os encaminhamentos de Padilha: "*A atitude dos integralistas brasileiros unindo-se ao Partido de Representação Popular obedece à orientação que lhes tracei no manifesto publicado por toda a imprensa brasileira*",[70] ainda que mantivesse a versão pública de que o partido não teria sido formado por iniciativa dos integralistas: "*Aconselhei-os a ingressarem num partido que mais de perto se aproximasse da nossa filosofia política. Esse partido foi o de Representação Popular*".[71] Mesmo sendo falsa, esta versão continuou sendo veiculada, como se percebe em uma cartilha que afirma que os integralistas não precisaram formar um partido, pois:

> Um partido fundado por homens que nunca foram integralistas, apareceu no Brasil. Era o Partido de Representação Popular. Tinha esse partido à frente homens de valor (...) que nunca tinham sido integralistas. Examinando o Manifesto e o Programa deste partido, mais de cinqüenta por cento dos integralistas nele ingressaram, confraternizando com milhares de brasileiros que jamais haviam pertencido às fileiras da Ação Integralista Brasileira.[72]

Em uma reelaboração posterior, Salgado atribuía sentido bastante diverso à formação do PRP, deixando de enfatizar a participação de "não-integralistas" e apresentando a formação do partido como uma necessidade dos integralistas para intervenção no novo cenário político nacional:

---

[67] Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, sem data (APHRC-Pi 00.00.44/46). Grifo meu.
[68] Correspondência de Jader Medeiros a Plínio Salgado, 18.4.1946 (APHRC-Pi 18.04.1946).
[69] Correspondência de Alberto Cotrim Neto a Plínio Salgado, 22.4.1946 (APHRC-Pi 22.4.1946).
[70] Documento sem título (Declaração de Plínio Salgado) (APHRC-FPS 011.003.006).
[71] SALGADO, Plínio. Discurso do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. In: *Discursos*, op. cit., p. 44.
[72] Bate-papo do curioso com o populista. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda do PRP, s./d., p. 12. A cartilha afirma ainda que "*metade dos populistas nunca foram integralistas*". Idem, p. 9.

> Ao se reabrirem as franquias constitucionais no país, um problema se propôs aos integralistas: como intervir a atuar na vida política brasileira? (...). Cumpria, antes de tudo, restaurar a verdade histórica. E essa verdade só uma outra organização política nacional, e nunca o Integralismo em defesa própria, poderia fazer brilhar aos olhos dos brasileiros iludidos. Por isso, fundou-se o Partido de Representação Popular, ao qual acolheram com numerosos brasileiros que não tinham sido integralistas.[73]

3.1.4 Das negociações com Dutra e o PSD à fundação do PRP

Olbiano de Melo relata que ocorreram várias conversas entre julho e agosto visando o estabelecimento de um amplo acordo nacional com o PSD. Através dele, os integralistas apoiariam a candidatura presidencial do General Dutra e "*aquele partido, em troca, poderia registrar na sua legenda 2 nomes de nossos candidatos nos Estados de São Paulo, Minas, Bahia, E. Santo, Estado do Rio, Distrito Federal, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e um pelos demais*".[74] Ainda em julho, as negociações eram relatadas a Salgado:

> Entendimentos Machado Florence com o general Dutra progrediram sensivelmente tomando agora caráter positivo. Dutra deseja muito o apoio eleitoral do integralismo dado veladamente, oferecendo em troca a inclusão de um integralista em cada estado, por indicação nossa, na chapa de deputados federais do Partido Social Democrático. Entendimentos diretamente com Dutra processam-se no maior sigilo. (...). O acordo vigorará apenas até as eleições, para depois da qual ficará adiado o nosso registro. A fórmula atende aos imperativos do momento, possibilitando eleição dos representantes do Integralismo e resguardando os integralistas de perseguições na presente crise. Nossos deputados ficarão independentes do PSD, constituindo a bancada do Integralismo, conforme compromisso prévio assinado pelos candidatos.[75]

O próprio Olbiano de Melo chegou a se encontrar com Dutra, em 8 de agosto, confirmando "*que o candidato oficial demonstrou grande satisfação pelo que lhe comunicava. Declarei-lhe, porém, que nosso apoio somente se efetivaria se o PSD concordasse em incluir (...) nomes de companheiros nossos na chapa para deputados à Constituição Federal e a serem eleitos em dezembro daquele ano. Dutra respondeu-me que era justa nossa pretensão*".[76] O acordo não teria sido efetivado naquele momento porque Raymundo Padilha "*achava que não devíamos nos comprometer de entrada com Dutra e aguardar melhor oportunidade para tratar deste assunto*".[77] O grupo de São Paulo defendia o acordo, ao passo que o do Rio de Janeiro pretendia postergar a decisão. Diante do impasse, foi enviado um emissário a Portugal consultar o "Chefe Nacional". No entanto

---

[73] SALGADO, Plínio. O magistério político dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.12.1954, p. 3 e 10.
[74] Melo calculava – com evidente exagero - que com a votação obtida pelos candidatos do PRP, caso o acordo tivesse sido efetivado, o PRP teria alcançado "*uma bancada de mais de cerca de [sic] 20 deputados à Constituinte"*. MELO, op. cit., p. 163-164.
[75] Correspondência de Dias a Plínio Salgado, 23.7.45 (APHRC-i 23.7.45).
[76] MELO, op. cit., p. 165.
[77] Idem, ibidem, p. 167.

"*a palavra de Plínio Salgado aprovando o acordo em andamento com o PSD chegara tarde demais*",[78] pois o cenário havia se alterado com a queda de Vargas e as condições da oferta do PSD tinham se modificado, pois "*então não interessava mais ao General Dutra nem ao PSD este apoio, porque nele descarregariam votação maciça os getulistas*".[79]

Também Loureiro Júnior, em carta a Salgado, criticou duramente a condução política de Padilha e do grupo carioca. Suas críticas evidenciam que Loureiro defendia uma estratégia bastante diversa, propondo não apenas um acordo nacional com o PSD, mas, também a infiltração dos integralistas como corrente daquele partido:

> Ouvi de nosso Presidente e de sua Exma. Senhora as melhores referências, já em dias do ano passado, precisamente na Semana Santa, quando conversamos no Rio, sobre as eleições de dezembro. Fez-lhe os maiores elogios, declarando-me que jamais participou de qualquer resolução oficial que atingisse você ou os seus amigos, que preza muito como ótimos brasileiros, disciplinados, desinteressados e capazes. Se as coisas com ele não caminharam melhor, foi por falta de visão da nossa gente. (...). Podíamos ter colaborado como fizemos em nosso estado, sem revelarmos o quanto de nossa colaboração. Mas os visionários quiseram construir castelos na areia. Falei, ponderei, batalhei, e cansei-me. Em todo caso, o que passou, passou, e isso não afetou a sua capacidade de guia, por que todo mundo sabe que o que se fez não levou a sua aprovação direta. Aliás, isso é o que sempre repetimos: se fosse você, com a experiência adquirida, os casos seriam outros. Não encontrei um político, um homem de tarimba, inclusive o embaixador Macedo Soares e o Cardeal de São Paulo – que discordassem da linha que eu propunha para nós. Este último foi até engraçado – antes de ir ao Papa – recomendou ao Dr. Renato e a mim que nos uníssemos o mais possível à Corrente Conservadora dominante da qual poderemos nos tornar a "ala moça", os que furarão na renovação dos quadros partidários. Todavia, tino não se aprende em manuais nem através de cartas e diretrizes de quem não pode conhecer a realidade que não sente nem analisa diretamente. Você compreende bem essa crítica. Não é à você. Aliás, suas linhas gerais, o panorama, o quadro estratégico, sempre perfeitíssimos – o que caracteriza a intuição, resultado de inatas antenas políticas. Porém a tática sempre defeituosa, prejudicando os delineamentos essenciais. Lembre-se uma vez: quando mandou um manifesto fadado à grande repercussão e que fracassou redondamente como conseqüências úteis, eu lhe escrevi dizendo: você forjou um bólido, uma bala de canhão, mas aqui deram um tiro de "flaubert", em vez de detonarem arma de grosso calibre.[80]

É provável que a expectativa – posteriormente frustrada – de um acordo prevendo participação dos integralistas nas chapas do PSD (seja para posterior formação do partido, como defendia Olbiano, seja como estratégia de infiltração, como pretendia Loureiro) tenha levado ao atraso da estruturação partidária dos integralistas. O PRP foi, dentre os partidos que participaram da eleição de 1945, o último a ser formado, o que certamente determinou para seu fracasso eleitoral, obtendo naquela eleição os piores resultados de

---

[78] Idem, ibidem, p. 168.
[79] Idem, ibidem, p. 170.
[80] Correspondência de Loureiro Júnior a Plínio Salgado, 22.4.1946 (APHRC-Piprp 22.04.46).

toda sua trajetória. A fundação do Partido de Representação Popular, ocorrida no dia 26 de setembro, se deu apenas 15 dias depois da publicação do Manifesto Diretiva. A assembléia de fundação teve a participação de 157 pessoas, e elegeu um Diretório Nacional Provisório,[81] tendo como presidente o Prof. Adauto Fernandes. A inclusão de "não-integralistas" nos principais cargos visava legitimar a versão de que o PRP teria sido formado por "católicos independentes", que nunca militaram no integralismo: "*O PRP contou, de início, com alguns grupos de nítida orientação democrática e cristã, liderados pelo Professor Adhauto de Alencar Fernandes, dissidente do PDC, e mais tarde com Costa Carvalho, da Faculdade Nacional de Direito, Comandante Huet Bacellar, General Silva Rocha, Felipe dos Santos Reis, da Faculdade Politécnica do Rio de Janeiro e outros*".[82] Uma correspondência do editor integralista Coelho Branco a Plínio Salgado revela, no entanto, que o Prof. Adauto já era simpatizante do integralismo: "*Acabei de editar uma das muitas magníficas obras jurídicas da lavra do nosso amigo Prof. Adauto. (...). Esse Amigo, que sempre foi um admirador da doutrina, foi quem tive o prazer de aproximá-lo [sic] do Chefe Padilha, que com ele trabalhou abnegadamente na constituição do PRP*".[83]

A I Convenção Nacional do PRP ocorreu de 1º a 3 de novembro de 1945, aprovou os Estatutos e o Programa partidário e elegeu a primeira direção efetiva. Participaram representantes dos 15 estados, atestando avanço na organização partidária.[84] Com relação à sucessão presidencial, a Convenção "*delegou amplos poderes ao Diretório Nacional para, no momento oportuno, adotar a orientação que julgar melhor atender aos supremos interesses do país*",[85] e elegeu como Presidente Nacional do partido o Comandante Fernando Cochrane, autor de um atentado frustrado contra Vargas em março de 1938 e um dos líderes militares da Intentona de maio do mesmo ano. Da direção partidária fizeram parte diversos outros ex-membros da AIB, como o Hermes Barcellos (secretário geral), Murilo Fontainha (Consultor Jurídico), Alberto Cotrim Neto e Pe. Ponciano dos Santos,[86] enquanto os "não-integralistas" rapidamente perderam espaço e foram deslocados para

---

[81] Ata da Fundação do PRP, 26.9.1945. Livro de Atas da Fundação e das Convenções Nacionais do PRP (APHRC-FPS 023.007.007).
[82] Três anos de lutas pelas causas democráticas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.8.1948, p. 4.
[83] Correspondência de Antonio Coelho Branco Filho a Plínio Salgado, 25.12.1945 (APHRC-25.12.45/2).
[84] Ata da I Convenção NAcional do PRP, 1º.11.1945. Livro de Atas da Fundação e das Convenções Nacionais do PRP (APHRC-FPS 023.007.007).
[85] Magnífico espetáculo cívico o encerramento da Convenção do Partido de Representação Popular. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 8.11.1945, p. 6.
[86] Partido de Representação Popular. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9.11.1945, p. 7 (MCSHJC); Magnífico espetáculo cívico o encerramento da Convenção do Partido de Representação Popular. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 8.11.1945, p. 6.

posições secundárias ou se afastaram do partido. Salgado, por sua vez, mantinha-se em Portugal, postergando seu retorno até agosto de 1946.

As diferentes versões sobre a participação de "não-integralistas" expressam contradições evidentes. Ao que parece, Salgado foi obrigado a assumir diretamente a presidência do PRP para não perder o controle sobre parte da militância integralista. Suas afirmações até meados de 1946 indicavam uma pretensão de priorizar a ação "social-cultural" e "moral-espiritual" do integralismo, em detrimento da participação direta na estruturação do PRP. Tal perspectiva foi claramente modificada com seu regresso ao Brasil. Assim, a versão inicial de que a estruturação do partido era uma iniciativa de "não-integralistas" deixou de ser vantajosa e foi progressivamente abandonada e relegada ao esquecimento, uma vez que se passou a convocar todos os integralistas a ingressarem em "seu partido".

3.1.5 A obtenção e manutenção do registro partidário

O PRP encaminhou seu pedido de registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral no dia 2.10.1945, último dia do prazo fixado pela lei para habilitação às eleições de 1945.[87] O pedido foi aceito por unanimidade em 9.10.1945. Pela legislação então vigente, a obtenção do registro definitivo ficava na dependência da apresentação de 10.000 assinaturas. O PRP apresentou 15.772 assinaturas em 3.11.1945. Seus Estatutos e Programa partidário foram considerados "democráticos" e aprovados pela Justiça Eleitoral, a 10.11.1945.[88] As assinaturas foram recolhidas em 15 estados: Paraná (2.977), Rio de Janeiro (2.501), Bahia (1.792), Pernambuco (1.387), São Paulo (1.385), Minas Gerais (1.046), Santa Catarina (986), Rio Grande do Sul (841), Distrito Federal (826), Espírito Santo (660), Maranhão (602), Ceará (465), Paraíba (152), Amazonas (99) e Piauí (53).[89]

Em 1946 a legislação passou a exigir 50.000 assinaturas para a concessão de registro definitivo, com o que o PRP teve seu registro questionado, pois era o único partido que tinha apresentado número inferior de assinaturas. O PRP foi então beneficiado por uma

---

[87] Cf. 2º aniversário da fundação do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 25.9.1947, p. 3.

[88] Todos os partidos que solicitaram registro provisório em 1945 tiveram pedidos homologados. Apenas o Partido Comunista teve a aprovação de seu registro condicionada a alterações estatutárias. Conforme Olavo Brasil de Lima Júnior, "*no período de 1945 a 1948, trinta e um partidos pleitearam registrar-se e todo eles receberam registro provisório. (...) Em quatro anos de organização, quinze partidos tiveram seus registros cancelados pelo Tribunal, três se fundiram com outros e alguns mudaram seus nomes. Como pode se verificar, no final de 1948, eram doze os partidos legalmente registrados*". LIMA Júnior, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros:* a experiência federal e regional. 1945-1964. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p. 44.

[89] Três anos de lutas pelas causas democráticas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.9.1948, p. 4.

manobra do Presidente Dutra, que emitiu então um Decreto liberando da obrigação legal os partidos que tivessem obtido mais de 50.000 sufrágios.[90] Maria do Carmo Campello de Souza relata que já em 1945 "*segundo denúncia de Café Filho, a Comissão encarregada da elaboração da Lei Agamenon pretendia na realidade um mínimo de 50.000 assinaturas, tendo-o reduzido para 10.000 por pressão do próprio Dutra a favor do partido de Plínio Salgado*".[91] Além disso, a votação obtida por Goffredo da Silva Teles, registrado na legenda do PSD, de 39.543 votos, foi considerada na contagem da votação para confirmação do registro do PRP.[92] Fica evidente, desta forma, a intervenção direta, tanto do presidente da República quanto do partido majoritário, no sentido de facilitar a manutenção do registro partidário pelo PRP, conforme registra o próprio livro de atas do Diretório Nacional do PRP: "*O sr. Presidente comunica a publicação do Decreto Lei 9.386 de 20 do corrente, assegurando o registro definitivo do Partido de Representação Popular. Congratula-se com o DN pelo ato do Governo, que significa o* ***cumprimento de promessas feitas ao Partido*** *pelos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça*".[93]

Uma reformulação estatutária ocorrida em 1947 levou a novo julgamento do partido pelo TSE. Os Estatutos, a Carta de Princípios e o Programa partidário foram aprovados com 5 votos favoráveis e 1 contrário.[94] O Procurador Geral Themístocles Cavalcanti foi enfático na aprovação: "*A declaração de princípios cuja aprovação se pede não ofende aos princípios democráticos, antes os consagra de um modo explícito, mencionando de modo categórico alguns deles e firmando o respeito obrigatório a Constituição Federal*".[95] O julgamento foi usado pelo partido como confirmação de seu alegado caráter "democrático": "*Está assim provado que o PRP nasceu na lei, porque assim exigem suas idéias cristãs e nacionais*".[96]

---

[90] Cf. O Partido Social Democrático solicita ao Superior Tribunal Eleitoral a Manutenção do Registro do Partido de Representação Popular. *Boletim do PRP*, 15.7.1946, p. 1.
[91] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil* 1930-1964. São Paulo: Alfa-ômega, 1976, p. 115.
[92] A direção do PSD encaminhou ao TSE uma certidão declarando que Telles pertencia ao PRP e solicitando que seus votos fossem contabilizados para este partido. Certificação do Ministro José Linhares da votação obtida pelo PRP – 12.9.1946 (APHRC-FPS 016.010.001).
[93] Ata do Diretório Nacional do PRP, 22.6.1946. Livro da Atas do Diretório Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[94] Aprovados pelo TSE os Estatutos do P. R. Popular. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 24.7.1947, p. 3.
[95] Registro dos Estatutos, Carta de Princípios e Programa do P. R. Popular. *Idade Nova*, 18.9.1947, p. 5.
[96] Registrados os novos Estatutos do PRP. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 31.7.1947, p. 1.

Entre 1946 e 1949, o PRP seguiu sendo alvo de diversas críticas e denúncias, desembocando, em 1948, em um processo de cassação de seu registro partidário. Como recordou Guido Mondin, dirigente do partido no Rio Grande do Sul, "*nós vivíamos com a faca na cabeça, sempre vivemos. Sempre. Tantas vezes a gente corria para a sede para saber notícia, mas o Plínio nos apaziguava. (...). Porque houve mil tentativas. Era uma inquietação permanente*".[97] O primeiro grande revés sofrido pelos integralistas depois da obtenção do registro partidário foi a publicação pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos de uma relação de colaboradores do regime nazista, arrolando dentre eles os nomes dos líderes integralistas Raymundo Padilha, Jayme Ferreira da Silva, Caruso Gomes e Jair Tavares.[98] O partido reagiu de imediato, deixando de lado o "apoio aos Estados Unidos", que constava em seu programa partidário. O Diretório Nacional aprovou "Voto de plena solidariedade e confiança" em relação aos acusados,[99] e o *Boletim do PRP* do Rio Grande do Sul responsabilizou pelas denúncias o "imperialismo americano", "*que deveríamos chamar imperialismo capitalista internacional*".[100] O jornal *O Globo* publicou, em sucessivas reportagens no mês de maio de 1946, provas das subvenções enviadas pelo governo italiano aos integralistas, constantes no Diário do Conde Ciano: "*O Ministério das Relações Exteriores da Itália resolveu conceder ao sr. Plínio Salgado um auxílio financeiro fixando-lhe subsídio financeiro anual – à guisa de experiência – de um milhão de liras a ser pago em prestações trimestrais. Foi a verba fixada pelo fascismo para retribuir serviços do sr. Plínio Salgado a Mussolini*".[101] Os integralistas responderam lançando "reptos" e, principalmente atacando o jornal e seu diretor. Para eles, *O Globo* seria "*um jornaleco desmoralizado hoje sabidamente ao serviço da agitação bolchevista*".[102] Marinho seria um "homem sem nenhum escrúpulo moral", um "energúmeno irresponsável",[103] um "gangster sem inteligência e sem virilidade", um

---

[97] Depoimento de Guido Fernando Mondin. In: CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. *Velhos integralistas:* a memória de militantes do Sigma. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 173-224, p. 195 e 198.
[98] Padilha telegrafava a Salgado, ainda no exílio, narrando a denúncia da seguinte forma: "*Citado nominalmente Departamento Estado Norte-Americano. Espero publicar resposta nestas vinte quatro horas, podendo adiantar-lhe totalmente improcedente tudo quanto nos diz respeito"*. Telegrama de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 13.02.1946 (APHRC-Pi 13.02.46).
[99] Ata do Diretório Nacional do PRP, 14.2.1946. Livro da Atas do Diretório Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[100] Bilhete a quatro 'traidores'. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 28.2.1946, p. 1.
[101] Dinheiro da Itália para a campanha integralista: um milhão de liras a subvenção anual do fascio para o partido do sr. Plínio Salgado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21.5.1946, p. 1. (APHRC-FPS 092.003.003)
[102] Vergonha para a imprensa: falência moral de O Globo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.6.1946, p. 4.
[103] Idem, ibidem.

"analfabeto atrevido" e um "prosaico gozador da vida".[104] O lançamento de reptos, a "acusação" de comunista e as agressões pessoais aos autores das denúncias eram formas freqüentes da reação dos integralistas frente às acusações que lhes eram dirigidas desde 1945, sempre buscando desviar o foco das denúncias através de ataques pessoais.

Em 1947, o partido foi surpreendido por várias menções negativas constantes do Parecer do procurador Antonio Barbedo contra o Partido Comunista do Brasil. Declarando-se contra todos os extremismos, Barbedo lembrava a presença da propaganda nazista no Rio Grande do Sul durante a guerra e mencionava "*certos pequenos surtos aparentados, disfarçadamente, com a mesma ideologia, ressurgidos naquele estado, segundo resultado das eleições de 19 de janeiro e, casualmente, verificados nos núcleos de colonização germânica*".[105] Barbedo apontava ainda que "*apenas um Constituinte, o Senhor Goffredo Telles Júnior, do Partido de Representação Popular, se opôs em veemente discurso à aceitação daquele preceito* [parágrafo 13 do artigo 151, que restringia a organização partidária]",[106] concluindo que esta intervenção deveria ser desconsiderada por se tratar de um representante de um partido também extremista. Embora tais afirmações fossem apenas comentários marginais em um processo que tinha como objeto o Partido Comunista, certamente assustavam os integralistas, pois se tratava da manifestação do procurador ad-hoc de processo de fechamento de um partido político com base no temido parágrafo 13 do artigo 151 da Constituição de 1946.

Em 1946, Plínio Salgado pretendeu produzir um documento síntese de sua defesa perante as acusações, através da publicação do livro *O integralismo brasileiro perante a Nação*, reunindo os principais textos da Ação Integralista Brasileira e manifestos enviados do exílio durante o Estado Novo, apresentados como prova do "caráter democrático" do integralismo. A apresentação do livro sintetizava a defesa integralista e apresentava o movimento como perseguido:

> Não é uma simples defesa; é mais: é um testemunho. Não são alegações; são provas. (...). Constitui toda a história do integralismo brasileiro, o mais caluniado, o mais deturpado dos movimentos de opinião, porque os seus inimigos, dispondo de poderosos meios de propaganda, o apresentaram exatamente sob o aspecto daqueles males que ele combatia e combate. (...). Espiritualista e cristão, apontaram-no como um adepto de teorias

[104] Nova mistificação de O Globo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.6.1946, p. 7.
[105] TRIBUNAL Superior Eleitoral. *O fechamento do Partido Comunista do Brasil*. Os pareceres Barbedo. Rio de Janeiro, 1947. p. 26. A votação do PRP no Rio Grande do Sul nas eleições legislativas de 1947 se concentrou nas regiões coloniais alemã e italiana. Cinco dentre os seis candidatos mais votados para deputado estadual eram provenientes de regiões coloniais alemãs.
[106] Idem, ibidem, p. 33.

> materialistas e anticristãs. Nacionalista, acusaram-no de ligações com potências estrangeiras. Sedento de justiça social, deram-no como adversário dos trabalhadores. Amigo dos humildes e contando em suas fileiras multidões de pobres e desamparados nos campos e nas cidades, imputaram-lhe um papel reacionário como instrumento de uma burguesia opulenta. Defensor da soberania da Pátria e de sua integridade territorial, injuriaram-no como legião de vendidos aos interesses expansionistas dos inimigos da Nação. Sustentador da igualdade de todas as raças e estrênuo advogado dos direitos dos povos meridionais contra a falsa teoria da superioridade dos povos arianos, caluniaram-no como adepto subserviente dos arautos do preconceito étnico. (...). Cousa assim semelhante só sofreram os primeiros cristãos em Roma, quando eram tidos por envenenadores de fontes, devoradores de crianças e incendiários da capital do Império.[107]

O livro reuniu 27 documentos, do Manifesto de Outubro de 1932 ao Manifesto-Diretiva de 1946. Todos eram introduzidos por breves textos que "explicavam" seu sentido "democrático". No entanto, os documentos eram manipulados, com a omissão de trechos comprometedores e mesmo a substituição fraudulenta de termos desabonadores.[108]

Jayme Ferreira da Silva, um dos acusados de espionagem nazista eleito vereador do Distrito Federal, dedicou seu primeiro discurso a apresentar "*treze respostas a treze interpelações sobre a antiga Ação Integralista Brasileira*".[109] Ferreira preocupava-se em rebater as críticas doutrinárias, sustentando que o movimento estava "*em perfeita sintonia com a Democracia e a Doutrina Cristã*",[110] e também as acusações relativas ao envio de dinheiro pelo regime fascista.[111] Ao rebater as denúncias, Salgado chegava ao extremo de se apresentar como pioneiro do combate ao nazismo: "*Fui o primeiro a erguer o meu brado contra o nazismo. Quem duvidar disso procure nas coleções dos jornais ou nos livros que publiquei, até 1937 e lá encontrará a primeira voz da América que se ergueu contra o totalitarismo nazista*".[112]

---

[107] SALGADO, *O integralismo brasileiro perante a Nação*, op. cit., p. 9-11.

[108] Ver a respeito TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: Teoria e práxis política nos anos 30. In*:* FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertand, 1991, p. 299-335, p. 311 e CALIL, op. cit., p. 102.

[109] SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo:* Discurso Pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, 32p, p. 3 (CDAIBPRP).

[110] Idem, ibidem, p. 10.

[111] Ferreira chegou a processar um jornalista que o havia denunciado como traidor, tendo conseguido que ele fosse condenado pela Justiça por calúnia. Classificou um integralista de traidor e foi condenado pela justiça. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 22.4.1948, p. 4.

[112] Pelo Brasil recomeçarei mil vezes*:* Palavras de Plínio Salgado na memorável Convenção Mineira. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 30.11.1947, p. 1-3. É curioso que esta tese de Salgado, evidentemente absurda, segue tendo ecos, tendo sido reproduzida em recente artigo do colunista Olavo de Carvalho: "*quando começou para valer a perseguição aos judeus na Alemanha e todos os bem-pensantes do mundo fizeram vistas grossas, foi do chefe supremo do integralismo, Plínio Salgado, que partiu uma das primeiras mensagens de protesto que chegaram à mesa do Führer (e na certa foi direto para o lixo). Se os educadores deste país tivessem vergonha na cara, esse feito quixotesco seria alardeado com orgulho em todas as escolas"*. CARVALHO, Olavo de. Reale ante os medíocres. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 21.12.2000. Esta suposta carta – cuja fonte não é indicada pelo colunista - não é mencionada nem mesmo na defesa apresentada por Salgado.

Durante suas excursões doutrinárias pelo interior do país, Salgado enfrentava diversas reações. Ao chegar na cidade de Jequié (BA), em 1948, por exemplo, diversos panfletos antiintegralistas o esperavam, com compilações de trechos de suas obras denunciando suas declarações pró-fascismo[113] e apontando-no como "*um criminoso de guerra, que chefia os bandidos integralistas, esses mesmos integralistas que davam notícias dos nossos navios aos submarinos nazistas, para que os submarinos de Hitler assassinassem nossos irmãos*".[114] Mesmo através de cartas particulares, Salgado era criticado, como na carta de um "brasileiro, democrata e católico" que lhe escreveu: "*Fundastes o integralismo para implementar o nazi-fascismo no Brasil; conspirastes com Getúlio Vargas para tirar a liberdade dos brasileiros; ides falar agora aos estudantes de São Paulo para explorar-lhes os mais sagrados sentimentos ligados a Deus, à Pátria e à Família. Podes iludir os homens, mas jamais iludireis a Deus*".[115]

A ameaça mais concreta aos integralistas foi a apresentação de denúncia contra o PRP ao Tribunal Superior Eleitoral, em maio de 1948, pelo senador João Vilas Boas (UDN-MT),[116] solicitando o cancelamento de seu registro partidário. A denúncia baseava-se em seis pontos: o não cumprimento da exigência de 50 mil filiados e uma suposta fraude configurada no "empréstimo" do deputado Goffredo da Silva Telles pelo PSD ao PRP, de forma a contabilizar sua votação e cumprir a exigência de possuir um deputado federal; a presença de integralistas no partido (o novo partido seria uma fachada da reorganização da AIB); sua doutrina totalitária; a irregularidade do registro dos estatutos do PRP (que seriam antidemocráticos); a oposição entre os princípios seguidos pelo partido e os princípios democráticos; e a "deformação mental da juventude".[117] O processo teve uma tramitação demorada, gerando problemas para o partido. Um ofício do Diretório Estadual do Rio Grande do Sul ao Diretório Nacional alertava que o processo estava afastando a população

---

[113] Ao povo de Jequié. Panfleto (APHRC).
[114] O povo de Jequié não pode receber o traidor Plínio Salgado. Panfleto (APHRC).
[115] Correspondência de Nilton Vieira de Souza a Plínio Salgado, 28.06.1948 (APHRC-Pprp 28.06.1948).
[116] João Vilasboas era político tradicional do estado do Mato Grosso, tendo iniciado sua carreira política como deputado estadual pelo Partido Conservador em 1918. Cf. JOÃO Vilasboas. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*, op. cit., volume 5, p. 6085. De acordo com Benevides, *"João Vilasboas defendia os pecuaristas e agricultores de Mato Grosso, assim como o Plano de Vegetação da Amazônia e dos seringais mato-grossenses"*. BENEVIDES, Maria Vitória. União Democrática Nacional. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*, op. cit., volume 5, p. 5836-5843, p. 5841.
[117] Vilas Boas anulou sua própria petição. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 5.8.1948, p. 7; Destruída a petição Vilas Boas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 26.8.1948, p. 6-7.

do partido e neutralizando sua ação, ponderando a necessidade de um "pronto desfecho".[118] Plínio Salgado defendia-se publicamente lembrando o "*acolhimento simpático dispensado por grandes partidos como o PSD, a UDN, o PTB, ao Partido de Representação Popular*".[119] De fato, os laços até então já estabelecidos com os demais partidos e o reconhecimento do PRP por parte destes parecem ter sido fatores decisivos na defesa do PRP, ela própria elaborada e apresentada por um senador do PSD. As declarações de lideranças partidárias, obtidas no curso do processo eleitoral de 1947, foram arroladas por Luis Compagnoni, dirigente do PRP:

> Provas existem sobre o PRP, isto sim, mas em seu favor. E constam do enorme volume de correspondência trocada entre as direções nacional e estaduais do PRP e políticos nacionais, ainda quando estes figuravam como candidatos a postos governamentais. A lista deles é enorme e começa pelo Presidente da República, o eminente General Eurico Gaspar Dutra cuja carta é um hino de louvor ao programa do PRP, seguindo-se as de candidatos estaduais, pertencentes a todos os partidos democráticos. São cartas que traduzem o verdadeiro julgamento por parte de seus signatários. Não enumerando todas, basta dizer que os candidatos aos Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará, todos, responderam consultas do PRP, fizeram-no reconhecendo o caráter democrático do programa do PRP, e quase sempre, exaltando de maneira encomiástica, como o fez o Presidente da República".[120]

A postura do General Dutra, decisiva no processo de fechamento do PCB, incidia no sentido contrário no caso do PRP. Embora discreto, o apoio de Dutra foi da maior importância para a legalização do PRP, desde as pressões que exerceu em 1945 pela diminuição da exigência de filiações, passando pelo decreto de 1946 que excluía o PRP da exigência de contar com um mínimo de 50.000 filiados imposta pela nova legislação, e se completando pela oposição ao processo contra o PRP em 1948. O regime "democrático" estabelecido impedia e reprimia a participação dos comunistas ao mesmo tempo em que incorporava os integralistas e atestava seu "caráter democrático". Não resta dúvidas de que o processo contra o PRP continha falhas do ponto de vista estritamente jurídico – pois cobrava do partido um número de filiados do qual tinha sido dispensado pelo decreto presidencial de 1946 e usava textos de Plínio Salgado dos anos 30 como prova do caráter antidemocrático do partido, fundado em 1945 – porém não se deve esquecer que incongruências jurídicas não impediram o fechamento do PCB, tendo sido desconsideradas

---

[118] Ofício de Oscar Machado, Presidente do Diretório Estadual do PRP-RS a Plínio Salgado, Presidente do Diretório Nacional do PRP, 21.5.1949 (CDAIBPRP).
[119] Entrevista concedida por Plínio Salgado – Original datilografado. (APHRC-FPS – 011.005.081).
[120] COMPAGNONI, Luis. O Partido de Representação Popular não teme o pedido do seu fechamento. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 10.7.1947, p. 3.

em um contexto de pressões governamentais favoráveis à cassação daquele partido. No caso do processo contra o PRP, a acusação de que tinha a participação de ex-membros da Ação Integralista Brasileira não poderia ser aceita, pois abriria um precedente perigoso, já os principais partidos nacionais – PSD, PTB, PSP e a própria UDN (partido do autor da denúncia) – contavam com diversos ex-membros da AIB em seus quadros partidários,[121] muitas vezes em sua alta direção, como era o caso de Miguel Reale no PSP.[122] O fato de a defesa formal do partido ter sido apresentada por um senador do PSD (Dario Cardoso) é expressivo do interesse daquele partido na absolvição do PRP. O envolvimento direto da direção do PSD foi narrado por Salgado ao Diretório Nacional do PRP: "*amigos nossos, da direção do Partido Social Democrático, sugeriram que, ao lado dos delegados do nosso partido, firmasse um elemento pessedista, também especializado em direito eleitoral, tendo indicado para esse fim o senador Dario Cardoso, que é o chefe do Departamento Jurídico do PSD e seu delegado junto ao TSE*".[123] Também o presidente do PTB, Salgado Filho, declarou-se favorável à absolvição do PRP.[124]

A presença de poderosos interesses em jogo fica muito explícita no Acórdão do Voto vencedor proferido pelo Ministro Djalma da Cunha Melo, indeferindo a representação do senador Vilas Boas. O acórdão situava-se claramente na perspectiva da "democracia defensiva", declarando que "*nada é mais ameaçador à democracia que a*

---

[121] É interessante observar que mesmo tendo entendido que a presença de indivíduos que pertenceram a Ação Integralista Brasileira não consistia empecilho para a legalização do PRP, o Supremo Tribunal Eleitoral não aceitou o registro do Partido Popular Progressista, constituído por ex-membros do PCB, em 1948.

[122] Esta contradição era muito explorada na defesa de Salgado: "*Eu pergunto: foram então cassados os direitos políticos aos integralistas, de forma a não poderem pertencer a nenhum partido? Nesse caso, não poderão funcionar todos os partidos no Brasil, nos quais há antigos integralistas em posição de relevo. No PSP, está até o antigo secretário de doutrina do integralismo; no PSD, muitos integralistas são até deputados e alguns são líderes de bancadas; o mesmo se dá na UDN, no PTB, no PDC. Nenhum renegou a doutrina integralista*". Entrevista concedida por Plínio Salgado ao Diário da Noite – Original datilografado. (APHRC-FPS – 091.004.018).

[123] Ata do Diretório Nacional do PRP, 3.8.1948. Livro de Atas do Diretório e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 021.005.005).

[124] Cf. Entrevista concedida por Plínio Salgado – Original datilografado. (APHRC-FPS – 011.005.081). A estratégia de legitimação através da obtenção de depoimentos favoráveis já havia sido utilizada pela Ação Integralista Brasileira em 1936, quando igualmente temia ter seu registro cassado. Conforme Marilena Chauí, a AIB então tratou de "*obter declarações públicas de personalidades insuspeitas. (...) Juristas (Brito Bastos, do Tribunal de Justiça de São Paulo); militares (General Pantaleão Pessoa, Chefe do Estado Maior do Exército; General Góes Monteiro, Ministro da Guerra); padres (Cônego Francisco Bastos, do Cabido Metropolitano de São Paulo); pensadores (Conde Affonso Celso, João Dente e Azevedo Amaral); políticos (Cyrillo Júnior, presidente da Câmara dos deputados), são todos unânimes nas respostas: Não. O integralismo não é um extremismo, e, por isso, não se confunde com o comunismo*". CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular.* Rio de Janeiro: CEDEC / Paz e Terra, 1978, p. 17-149, p. 105.

existência de partidos cujos princípios e objetivos dela se diferem completamente",[125] mas negava veementemente a existência de qualquer princípio ou objetivo antidemocrático no PRP. A maior parte do texto apresentava uma "análise" da atuação do "comunismo internacional" e dos riscos que representaria. Tratou diretamente do PRP apenas na última página, para emitir um juízo que, além da absolvição, revela sua simpatia não apenas pelo PRP, mas até mesmo pela Ação Integralista Brasileira:

> Não aceito que o extinto partido integralista tivesse raízes estrangeiras, fomento alienígena, ajuda vindica. Parecia, até, em tudo, muito indígena. E, se pregava algo inadequado à vida democrática, o que é fato é que jamais recorreu aos métodos hunos, ou mongóis [sic], de que se serviam o ditador eslavo e o ditador sépida, este, antes mesmo de chegar à direção do III Reich. Fez o integralismo uma espécie de revolução, sim, em 1938, mas contra uma ditadura, contra um cesarismo, enquanto os comunistas, estes sacaram do punhal, pela madrugada, para aluir um regime constitucional, o de 1934. Ao que li em jornais [sic], em 1938 os integralistas, antes do ataque à residência do ditador, tinham procurado ajuste com gente nitidamente hostil aos regimes totalitários, como por exemplo o General Euclides Figueiredo, homem que não concordaria com processo de governo inadequado ao meio brasileiro [sic]. (...). Atribui-se ao extinto partido integralista intolerância, disciplina partidária exorbitante, acentuado pendor para o regime discricionário. Não estou bem ao par [sic]. Admita-se. Não seriam, contudo, aspectos típicos. (...). Digo isso face à circunstância de haver notado que os diretores e agremiados principais do Partido de Representação Popular são a mesma gente do partido integralista. Resta ainda acentuar que o Partido de Representação Popular, por seus estatutos, programa de ação, vem se mostrando até agora digno do "toque de reunir da sensatez" com que a Nação, em 1945, convocou todas as agremiações políticas [sic] para que participassem da vida pública, para que viessem cuidar dos destinos do País; vem revelando conduta escorreita em face do exigido pela Constituição de 1946 e demais leis em vigor.[126]

Este Acórdão deixou Plínio Salgado à vontade para proclamar que "*a doutrina integralista, nitidamente antitotalitária (...) foi luminosamente julgada pelo Superior Tribunal Eleitoral e sobre ela lançou definitivo esclarecimento o voto magistral do Ministro Rocha Lagoa. Por conseguinte, a doutrina integralista tem hoje foros de cidadania por ser rigorosamente democrática*".[127] A tese de que todos os que se opusessem ao PRP seriam inimigos da democracia logo conduzia à conclusão de que todos

---

[125] Representação do Senador João Vilas Boas ao Tribunal Superior Eleitoral sugerindo a cassação do registro do Partido de Representação Popular. Apud *PCB - Processo de Cassação do Registro:* 1947. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980. p. 134-140, p. 135.

[126] Idem, ibidem, p. 140.

[127] Entrevista concedida por Plínio Salgado ao Diário da Noite – Original datilografado. (APHRC-FPS – 091.003.003). Salgado afirmou ainda que "*o que o Tribunal julgou não foi apenas o Partido de Representação Popular, mas também o Integralismo. E este resplandeceu com a eloqüência das verdades históricas depois de tantos anos de calúnias que o desfiguraram. Essa é a Doutrina Integralista, conforme está nos documentos oficiais e nos meus livros. Se houver algum partido que a rejeite, é porque esse partido não é democrático*". SALGADO, Plínio. A verdade venceu. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 28.7.1949, p. 1 e 6.

os adversários do integralismo seriam comunistas: "*Ninguém, no Brasil, se interessa pelo fechamento do Partido de Representação Popular senão o comunismo russo*".[128]

O apoio gozado pelo PRP também se expressou, depois da decisão do TSE, pela manifestação "*de diversas assembléias legislativas estaduais em moções de regozijo e congratulações com os representantes populistas naquelas casas. A primeira delas foi a Assembléia Legislativa Fluminense; em seguida a do Estado da Bahia, a do Espírito Santo, a do Estado de Minas Gerais, a do Estado do Paraná, Estado de Santa Catarina, Estado do Rio Grande do Sul. Todas essas assembléias, por unanimidade, congratularam-se com o nosso partido. Do mesmo modo, estão se manifestando numerosas câmaras municipais*".[129]

Depois do julgamento de 1949, o partido voltou a enfrentar críticas e denúncias em alguns momentos, sem jamais se constituírem em ameaças reais à manutenção do registro partidário. Em 1953, o Departamento de Estado dos Estados Unidos publicou documentos revelando apoio da Alemanha nazista à "Intentona" de 1938.[130] Salgado respondeu novamente mencionando a participação de "liberais", e também acusando os Estados Unidos de dividirem as forças anticomunistas.[131] Também os comunistas mantinham a campanha contra o integralismo, como na charge de Plínio na capa do jornal Imprensa Popular, com a legenda "*Este é o quisling Plínio Salgado, traidor confesso do Brasil, chefe da quinta-coluna integralista que ajudou os alemães a torpedear nossos navios e a assassinar nossos marinheiros*".[132] O deputado Danton Coelho (PTB) acusou Raymundo Padilha de espionagem nazista, retomando as acusações do "Livro Azul". Padilha respondeu afirmando que "*o Livro Azul surgiu na época em que o Departamento de Estado*

---

[128] Entrevista concedida por Plínio Salgado – Original datilografado. (APHRC-FPS – 011.005.081). A própria representação do senador Vilas Boas era explicada de acordo com esta lógica: "*Eleito pelos comunistas, ele mesmo comunista, está trabalhando para Moscou. Esta é a verdade. Fora disso, literatura inútil. Preciosismos. Sutilezas. Sofismas. Palavrório. Hipocrisia. Despistamentos. Ponhamos as coisas claras: o que se apresenta hoje perante o Superior Tribunal Eleitoral é um pleito entre a Rússia e o Brasil. E perante os dignos magistrados do Brasil, desfraldam-se duas bandeiras. A bandeira Verde-Amarela que empunhamos, e a bandeira da foice e do martelo que o senador Vilas Boas empunha"*. SALGADO, Plínio. Falemos claro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 10.8.1948, p. 1 e 6.

[129] Programa Radiofônico. Sem data / 1949 (APHRC-FPS 008.004.005). É importante observar que durante todo o período de funcionamento do PRP, seus partidários se intitulavam e eram tratados pela imprensa e pelos demais partidos como "**populistas**", em derivação direta da palavra "popular". Esta designação não tem relação direta com o significado teórico posteriormente assumido pelo termo "populismo". Assim, em nosso texto, os designaremos sempre pelo termo "perrepistas".

[130] Comprovada a participação nazista no movimento revolucionário integralista de 1938 no Brasil. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17.5.1953 (CDAIBPRP).

[131] Plínio Salgado responde às acusações do Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 20.5.1953, p. 1-2 (CDAIBPRP)

[132] Charge. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 6.6.1953, p. 1 (APHRC-FPS 111.005.REC.1953).

estava infestado por comunistas"[133] e invocou inquérito realizado pelo Exército, presidido pelo Gal Olinto Denys, que concluiu pela sua inocência.[134]

As diversas acusações ao integralismo reapareceram em 1955, no contexto da candidatura presidencial de Plínio Salgado. O Capitão José Alves Marcondes, ex-combatente da FEB, qualificou-no como "*um fanático, com responsabilidade direta no afundamento de nossos navios*", pedindo que fosse julgado por traição à Pátria.[135] Passada a eleição, o jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, acusou Salgado de utilizar-se do PRP para ganhos pessoais, tendo sido contradita pelo deputado Leonel Brizola, para quem "*a opinião pública não está, absolutamente, tomando a sério aquela agressão, por falta de autoridade moral dos acusadores*".[136]

A partir de então, as críticas e denúncias diminuíram bastante, o que se explica pelo crescimento do leque de alianças do partido e pela sua participação com destaque em governos estaduais e no próprio governo federal. O registro partidário não voltaria a ser ameaçado até a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional número 2, em 1965.

O processo de formação do PRP e as diversas opções feitas por Salgado e pela direção integralista durante os primeiros anos de estruturação partidária garantiram a adequação do integralismo ao novo contexto político, permitindo a criação de instrumento adequado à sua intervenção cotidiana na vida política brasileira. Partindo de um contexto claramente adverso, os integralistas conseguiram estabelecer alianças e obter apoios com grupos políticos dominantes, os quais foram decisivos para a obtenção e manutenção do registro partidário. Por outro lado, para que isto fosse possível, foi necessário sacrificar, ao menos temporariamente, a ênfase na "ação cultural" do integralismo Ainda assim, deve-se ressaltar que os integralistas tiveram êxito em estruturar um partido político e manter a fidelidade da grande maioria de sua militância, o que permitira Salgado e à direção

---

[133] Respondeu Danton Coelho ontem, da tribuna, ao repto que lhe lançou Padilha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10.2.1954, p. 9 (CDAIBPRP).
[134] Padilha não traiu o Brasil. *O Dia*, Rio de Janeiro, 6.2.1954 (CDAIBPRP).
[135] Um insulto à memória das vítimas do nazi-fascismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19.9.1955.
[136] O espírito de Cordeiro Malfassi domina a Tribuna da Imprensa. *O jornal*, Rio de Janeiro, 11.1.1955, p. 6. O conflito entre os integralistas e Carlos Lacerda manteve-se até que a polarização ideológica dos anos 60 impusesse uma ação unificada às diversas forças conservadoras em uma grande frente. Em 1949, por exemplo, o primeiro discurso de Plínio Salgado na Câmara foi aparteado por Lacerda, que afirmou: "*V. Exa. é responsável pelo advento do anti-semitismo, isto é, da luta racial em nosso País, crime ou pecado, para dizer o mínimo, do qual até hoje não se penitenciou. V. Exa. trouxe ao Brasil os ecos da ascensão do nazi-fascismo no mundo, erro do qual também não se penitenciou*". SALGADO, Plínio. Presença do integralismo na vida política brasileira e raízes da crise contemporânea, 15.4.1959. In: *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 84.

integralista intervirem politicamente de maneira efetiva durante todo o período da Quarta República.

3.2 A base social do PRP

A investigação em torno da base social do PRP parte da premissa da existência de correspondência entre os partidos políticos, enquanto agentes de um projeto social, e uma determinada base sócio-econômica. Com relação aos partidos existentes entre 1945 e 1965 no Brasil, Gláucio Soares afirma que "*tanto a preferência partidária quanto a percepção das qualidades dos candidatos estão inseridas numa estrutura supra-individual cujas bases socioeconômicas, em geral, e de classe, em particular, são fundamentais na determinação do comportamento dos indivíduos*".[137] Assim, "*o desenvolvimento das forças produtivas é de importância fundamental para a compreensão do comportamento político, em geral, e das preferências partidárias, em particular*".[138] Em vista disto, discutiremos o perfil social do PRP, levando em conta dois aspectos distintos: o perfil de seus eleitores, militantes e dirigentes partidários; e os interesses de classe defendidos pelo partido, que não necessariamente coincidem com o perfil de seus militantes e eleitores. Lembre-se, conforme discutimos no capítulo anterior, que os partidos fascistas, a despeito de terem sua principal base social na pequena burguesia, uma vez no poder comportaram-se como representantes do grande capital. A análise dos interesses sociais defendidos pelo partido deve ser buscada em sua intervenção concreta, através de sua atuação parlamentar, sua participação em governos e pelas posições mais gerais por ele assumidas, particularmente em momentos de crise política, assim como nas suas articulações com setores da classe dominante. Desta forma, esta questão será retomada nos capítulos seguintes, centrando-se a discussão desta seção no perfil sócio-profissional dos eleitores, militantes e dirigentes do partido. Nossa hipótese principal é que o PRP é constituído fundamentalmente por setores da pequena burguesia, motivo pelo qual torna-se necessária uma breve discussão sobre as "classes médias" no capitalismo, situando sua especificidade, discutindo as características que unificam e particularizam suas diferentes frações e avaliando a pertinência do conceito de "pequena burguesia" para abarcar o conjunto destes setores.

---

[137] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida.* Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 195.
[138] Idem, ibidem, p. 195.

3.2.1 Capitalismo e pequena burguesia

O conjunto dos grupos sociais não pertencentes às classes antagônicas fundamentais do capitalismo – burguesia e proletariado – é usualmente designado "classe média" ou "setores intermediários", muitas vezes inclusive por autores marxistas. A evidente imprecisão e o caráter genérico de tal designação determinam algumas dificuldades importantes, dentre as quais destaca-se o obscurecimento do antagonismo fundamental. Como indicou o cientista político Nicos Poulantzas, em muitos casos, com a utilização deste termo, "*não somente essa 'classe média' é considerada no mesmo pé que a burguesia e a classe operária, como também é concebida como o eixo central dos processos sociais, a saber, como o lugar no seio do qual se dissolveria a luta de classes*".[139] Poulantzas propunha que, ao contrário, "*a luta de classes, em uma formação social, situa-se no âmbito fundamental de uma polarização das diversas classes sociais em relação às duas classes fundamentais, que são aquelas do modo de produção dominante, e cujas relações constituem a contradição principal dessa formação*", donde conclui que "*sustentar que existem 'grupos sociais' exteriores às classes, mas na luta das classes, não tem estritamente sentido algum*", pois "*a luta de classes e a polarização não podem circunscrever conjuntos ao lado ou à margem das classes, sem pertencimento de classe*".[140] Por outro lado, sustenta que "*uma sociedade concreta, uma formação social, comporta mais de duas classes, na medida mesmo em que está composta de vários momentos e formas de produção. Com efeito, não existe formação social que não comporte mais do que duas classes: o que é exato é que as duas classes fundamentais de toda formação social são as do modo de produção dominante nessa formação*".[141] Desta forma coloca-se a necessidade de investigar a classe ou classes sociais a que pertencem tais "setores intermediários", bem como as formas através das quais interagem com as classes fundamentais e intervêm na luta de classes. A perspectiva aqui adotada segue a proposição de Poulantzas, reivindicando a utilização do conceito de pequena burguesia, englobando tanto a pequena burguesia tradicional quanto a "nova pequena burguesia".

---

[139] POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 212.
[140] Idem, ibidem, p. 217-218.
[141] POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91-116, p. 97.

A pequena burguesia tradicional tem sua gênese histórica vinculada às relações de produção mercantis,[142] e define-se por uma situação particular no contexto das relações de produção capitalistas, distinguindo-se claramente do proletariado e da burguesia, pois não está subordinada a relações de assalariamento, como o primeiro, nem se sustenta da extração de mais valia, como a burguesia. Neste sentido, é importante reter a diferença **qualitativa** que a distingue da burguesia:

> A pequena-burguesia não é uma burguesia menor do que as outras, não é simplesmente uma burguesia, pois não explora, pelo menos principalmente, o trabalho assalariado. A diferença entre um artesão nas empresas artesanais ou mesmo "semi-artesanais" e um pequeno patrão que explora 10 operários não é da mesma ordem daquela que existe entre ele e um patrão que explora 20: existe aí uma barreira de classe que não se poderia configurar como uma diferença de "grandeza". Ignorá-la é cair em cheio no mito das "pequenas e médias empresas".[143]

Esta distinção é diretamente derivada da produção marxiana, como evidencia a análise de Marx sobre a Teoria Moderna da Colonização:

> Por princípio, a economia política confunde duas espécies muito diferentes de propriedade: a que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor e, a **sua antítese direta**, a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Esquece que esta só cresce sobre o túmulo daquela. (...) Nas colônias, a coisa é diferente. Nelas, o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor que, possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista. (...) Quando o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo, o que pode fazer quando é proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista; falta para isso a imprescindível classe dos assalariados. (...) Essa transformação constante dos assalariados em produtores independentes, que trabalham para si mesmos e não para o capital e que enriquecem a si mesmos e não o capitalista, repercute de maneira absolutamente desvantajosa sobre a situação do mercado de trabalho.[144]

Ainda de acordo com Poulantzas, o lugar da pequena burguesia tradicional nas relações de produção se distinguiria pela pequena produção e pela pequena propriedade:

> Pequena produção: trata-se essencialmente de formas de artesanato ou mesmo de pequenas empresas familiais, onde o mesmo agente é simultaneamente proprietário / possuidor dos meios de produção e trabalhador direto. Não encontramos a exploração econômica propriamente dita, na medida em que essas formas de produção não

---

[142] *"Essa pequena burguesia não depende do modo de produção capitalista, mas da forma de produção comercial simples, que foi, historicamente, a forma de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A existência atual dessa pequena burguesia nas formações capitalistas desenvolvidas depende então da permanência desta forma de reprodução ampliada do capitalismo, e das formas políticas que esta reprodução assumiu"*. POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 312.

[143] Idem, ibidem, p. 163.

[144] MARX, Karl. Teoria moderna da colonização. In: *O capital:* crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Volume 2. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 883, 884, 886 e 889. Grifo meu.

> empregam, ou só o fazem muito ocasionalmente, operários assalariados. O trabalho é fornecido principalmente pelo proprietário real ou pelos membros de sua família, que não recebem retribuição sob forma de salário. Essa pequena produção retira lucro da venda de suas mercadorias e através da distribuição total da mais-valia, mas não extorque diretamente o sobretrabalho.
>
> Pequena propriedade: trata-se principalmente do pequeno comércio da esfera da circulação, onde o proprietário de bens de comércio, ajudado por sua família, fornece o trabalho, empregando apenas ocasionalmente trabalho assalariado.[145]

A situação de trabalho dos integrantes da pequena burguesia, praticamente isolados em seu pequeno estabelecimento comercial, sua pequena propriedade rural ou sua manufatura e impelidos a uma vigorosa competição entre si, estabelece uma dificuldade particular à sua constituição como classe social. Como indicou Marx: "*os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência*".[146] Sua aparente autonomia frente às duas classes antagônicas e a necessária concorrência intraclasse limitam, portanto, sua ação como classe social, o que tem decorrências inevitáveis em sua intervenção na luta de classes, a qual praticamente só se efetiva com eficácia quando associada a uma das classes antagônicas fundamentais.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é a tendência ao progressivo desaparecimento das formas sociais constituintes da pequena burguesia tradicional (pequena propriedade e pequena produção) com o desenvolvimento do capitalismo, o que se deve à necessidade de permanente expansão, intrínseca ao capital: "*O modo capitalista de produção e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista* ***exige, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio***".[147] A discussão feita por Marx sobre a expropriação dos pequenos produtores rurais na Inglaterra no processo de acumulação primitiva é extremamente elucidativa, justificando uma citação relativamente longa com algumas de suas passagens:

> A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que, por isso, nos servirá de exemplo. (...) No século XV, a imensa maioria da população consistia de camponeses proprietários, qualquer que fosse o título feudal com que se revestiam seus direitos de propriedade sobre a terra que lavravam. (...) Ainda nas últimas décadas do século XVII, a yeomanry, uma classe de camponeses independentes, era mais numerosa

---

[145] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 311.
[146] MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 11ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 84.
[147] MARX, Karl. Teoria moderna da colonização. In: *O capital*, op. cit., p. 894. Grifo meu.

> que a dos arrendatários. (...) Por volta de 1750 desaparecera a yeomanry e, nas últimas décadas do século XVIII, os vestígios que ainda restavam da propriedade comunal dos lavradores. (...) A que se reduz, em última análise, a acumulação primitiva, a origem histórica do capital? Quando não é transformação direta de escravos e servos em assalariados, mera mudança de forma, significa apenas a expropriação da propriedade privada baseada no trabalho pessoal próprio. (...) A propriedade privada do trabalhador sobre os meios de produção serve de base à pequena indústria, e esta é uma condição necessária para desenvolver-se a produção social e a livre individualidade do trabalhador. Sem dúvida, encontramos essa pequena indústria nos sistemas de escravatura, servidão, e em outras relações de dependência. Mas, ela só floresce todas as suas energias, só conquista a adequada forma clássica quando o trabalhador é o proprietário livre das condições de trabalho (meios e objeto de trabalho) com as quais opera, a saber, o camponês é dono da terra que cultiva, o artesão, dos instrumentos que maneja com perícia. Esse modo de produção supõe parcelamento da terra e dispersão dos demais meios de produção. Exclui, além da concentração desses meios, a cooperação, a divisão do trabalho dentro do mesmo processo de produção, o domínio social e o controle da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Só é combatível com limitações estreitas e ingênuas à produção e à sociedade. Pretender eternizá-lo significaria, conforme a acertada expressão de Pecquer, "decretar a mediocridade universal". Chegado a certo grau de desenvolvimento, esse modo de produção gera os meios materiais de seu próprio aniquilamento. A partir desse momento agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem acorrentadas por ele. Tem de ser destruído e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula de muitos na propriedade gigantesca de poucos; a expropriação da grande massa da população, despojada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação, constitui a pré-história do capital. (...) A propriedade privada, obtida com o esforço pessoal, baseada por assim dizer na identificação do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista, fundamentada na exploração do trabalho alheio, livre apenas formalmente.[148]

Também os artesãos ingleses foram violentamente atingidos pelo desenvolvimento capitalista, como aponta Virgínia Fontes:

> Ainda no caso inglês analisado por Marx, a expropriação dos hábeis artesãos de seus instrumentos de trabalho ocorreria pela caducidade a eles imposta através da implantação de máquinas (nas novas manufaturas) inacessíveis para o trabalhador individual (reforçando, mais uma vez a concentração dos meios de produção) e que inviabilizaram a continuidade de sua produção de valores de troca (também já mercantilizados, portanto), uma vez que a nova produtividade social que tais máquinas impunham eliminava, de fato, a produção realizada nos moldes anteriores, pela concorrência acirrada em mercados

[148] MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: *O capital*, op. cit., p. 831, 832, 838, 879 e 880. Já na Itália, de acordo com Gramsci, o processo de desagregação da pequena burguesia teria se iniciado na última década do século XIX, quando "*a pequena burguesia, com o desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro, perde toda importância e é afastada de qualquer função vital no terreno da produção: torna-se uma classe puramente política e se especializa no 'cretinismo parlamentar'. A pequena burguesia se incrusta no instituto parlamentar*". GRAMSCI, Antonio. O povo dos macacos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos.* Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 30.

> crescentes. As quebras de máquinas demonstram o quanto foi sentida e percebida a brutalidade fria e impessoal a que foram submetidos tais trabalhadores.[149]

É importante ressaltar que a *tendência* histórica de desaparecimento da pequena burguesia tradicional sob relações sociais capitalistas não significa que tal processo seja homogêneo e uniforme, nem que se dê sem reações e resistências, as quais podem assumir as mais diferentes conotações políticas. Marx analisa o apoio da pequena burguesia francesa à repressão da Comuna de Paris, movida pelo temor de expropriação de suas propriedades, o que acabou se efetivando sob a égide do capital:

> Ninguém havia lutado com maior fanatismo para a salvação da propriedade e o restabelecimento do crédito do que os pequeno-burgueses parisienses: donos de cafés, restaurantes, marchands de vin, pequenos comerciantes, lojistas, artesãos, etc. O pequeno comércio havia se posto de pé e marchado contra as barricadas para restabelecer a circulação que vai da rua ao ponto comercial. Mas, atrás das barricadas, estavam os fregueses e os devedores; em frente, os credores. E quando, depois de derrubadas as barricadas e esmagados os operários, os donos das lojas, ébrios da vitória, retornaram a elas, encontraram à porta, como uma barricada, um salvador da propriedade, um agente oficial de crédito, que lhes estendia papéis ameaçadores: letras vencidas! aluguéis vencidos! empréstimo vencido! loja vencida! vencido vencedor! Os pequeno-burgueses reconheceram, com espanto, que, ao esmagar os trabalhadores, haviam-se colocado, sem resistência, nas mãos de seus credores. Sua bancarrota, que se arrastava de modo crônico desde fevereiro e que aparentemente se ignorava, declarou-se abertamente depois de junho.[150]

Esta experiência teria levado a um realinhamento político da pequena burguesia: "*os porta-vozes da pequena burguesia no Parlamento, isto é, a Montanha, foram, através de derrotas parlamentares, empurrados a serem os porta-vozes dos socialistas do proletariado e, fora do Parlamento, a verdadeira pequena burguesia foi, através da brutal imposição dos interesses burgueses, através da bancarrota, empurrada para os verdadeiros proletários*".[151] Tal episódio ilustra nitidamente a oscilação política da pequena burguesia na defesa da manutenção de suas condições de existência como classe, comprimida entre as classes fundamentais, sendo obrigada a associar-se sempre a uma delas para intervir politicamente.

A chamada "nova pequena burguesia", constituída pelo conjunto dos assalariados não produtivos, tem uma configuração bastante distinta. Ao contrário da pequena burguesia tradicional, ela não enfrenta tendência ao decréscimo, mas, ao contrário, tende a

---

[149] FONTES, Virgínia. Interrogações sobre o capitalismo na atualidade – trabalho e capital, economia e política. Mimeo, 2004.
[150] Marx, Karl. O 13 de junho de 1849. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx & Engels*: História. São Paulo: Ática, 1983, p. 252-179 (texto extraído de A luta de classes na França), p. 256.
[151] Idem, ibidem, p. 277.

crescer com o desenvolvimento capitalista. Poulantzas constatava "*o aumento considerável, ao longo do capitalismo monopolista e de suas fases, do número de assalariados não-produtivos, de conjuntos tais como os empregados do comércio e dos bancos, os empregados dos escritórios e serviços, etc., em suma, a quem se costuma chamar de empregados de 'colarinho branco' ou 'terciários'*",[152] sustentando que "*é a própria reprodução ampliada do modo de produção capitalista e sua passagem para o estágio do capitalismo monopolista, que condiciona seu desenvolvimento e sua ampliação*".[153] Sua determinação de classe também se distingue em aspectos centrais, pois seus integrantes "*não têm nem propriedade econômica, nem posse dos meios de produção*" e são submetidos a trabalho assalariado,[154] o que os distingue não apenas da burguesia como também da pequena burguesia tradicional. Constituem-se, desta forma, como "*trabalhadores assalariados que, não pertencendo à classe operária, são também explorados pelo capital, seja porque vendem sua força de trabalho, seja pela posição dominante do capital nos termos da troca (serviços)*".[155] A inclusão destes trabalhadores na pequena burguesia foi proposta por Poulantzas, sob a denominação de "nova pequena burguesia", que seria constituída pelos "*trabalhadores assalariados não produtivos, à qual convém agregar os funcionários do Estado e de seus diversos aparatos*" e se caracterizaria pelo fato de que "*estes trabalhadores não produzem mais-valia. Vendem eles também sua força de trabalho; seu salário está determinado, ele também, pelo preço de reprodução de sua força de trabalho, mas sua exploração se faz pela extorsão direta do sobretrabalho, e não pela produção de mais-valia*".[156]

Em vista de sua diferente situação em relação a aspectos fundamentais – propriedade, assalariamento – a proposição do pertencimento dos dois conjuntos (pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia) a uma mesma classe é rejeitada por diversos autores. Décio Saes sustenta que não é possível incluir os assalariados não proprietários na pequena burguesia:

> A tradição marxista define a pequena burguesia tradicional como "classe de transição". Ora, o sentimento anticapitalista desta "classe de transição" é o sentimento de proprietários ameaçados pelo grande capital e, portanto, dificilmente encontrável sob essa forma em trabalhadores já sujeitos diretamente ao capital. E o apego dessa "classe de transição" à propriedade privada não tem porque ser atribuído "ex-officio" a assalariados

[152] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 209.
[153] Idem, ibidem, p. 227.
[154] Idem, ibidem, p. 227.
[155] Idem, ibidem, p. 272
[156] POULANTZAS, As classes sociais. In: ZENTENO, op. cit., p. 91-116, p. 102.

> não proprietários. Finalmente, a rejeição do trabalho assalariado por essa "classe de transição" é rejeição do assalariado, isso é, rejeição da expropriação e sujeição direta ao capital, não podendo ser confundida com a rejeição do trabalho manual, típica da nova classe média (lembre-se, a propósito, que uma parcela considerável da pequena burguesia tradicional – camponeses, artesãos – desempenha trabalho predominantemente manual).[157]

De tal distinção resultaria a "*singularidade ideológica da nova classe média diante da pequena burguesia tradicional*", tendo em vista que "*para a pequena burguesia tradicional, 'medo da proletarização' significa rejeição do assalariamento, enquanto que para a classe média, ele representa a rejeição da igualização sócio-econômica do trabalho manual e do trabalho não-manual*".[158] Sob perspectiva distinta, Guilhon de Albuquerque sustenta que a "nova classe média" não pode ser associada à pequena burguesia, e defende, ao contrário, sua tendência à assimilação ao "operariado industrial":

> Voltando à nova classe média, o fato distintivo de sua evolução recente é precisamente a alteração do caráter de classe da maior parte das camadas tradicionalmente consideradas nessa classificação. São doravante compostas de produtores diretos inseridos em relações de produção capitalistas que tendem a predominar sobre as outras (artesanais ou "liberais"). A conseqüência disso tudo é que a análise da tomada de posição política dessas camadas "médias" não pode continuar sendo feita em termos da velha problemática da pequena burguesia. Ao contrário, sua tomada de posição em termos análogos ao do operariado industrial tornou-se, não somente, uma alternativa viável (como era a adesão dos camponeses parcelários no momento dos primeiros grandes combates operários), mas uma tendência que só pode ser revertida através de várias frentes conflituais com as classes dirigentes, no plano econômico (através da diferenciação dos salários), político (por meio do aparato estatal e dos aparelhos sindicais) e ideológico (através de "teorias" da sociedade pós-industrial).[159]

Poulantzas chama a atenção para as conseqüências políticas desta última posição: "*negando-se a especificidade de classe desses conjuntos assalariados, e diluindo-os na burguesia e no proletariado (...) chegamos precisamente a uma dissolução dos conceitos*

---

[157] SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). In: *Contraponto:* Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Ano II, n. 2, nov. 1977. p. 96-102, p. 99.
[158] Idem, ibidem, p. 99 e 100.
[159] ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de. Introdução - Classe média: caráter, posição e consciência de classe. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (org.) *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 30-31. Para o autor, "*não é o esforço físico que caracteriza o trabalho industrial. É o fato de entrar em relações de produção capitalistas na qualidade de vendedores de força de trabalho, de pertencer ao trabalhador coletivo*". Idem, ibidem, p. 14. Guilhon rejeita ainda "*a objeção contra a inclusão da maior parte das 'novas classes médias' no proletariado*" em virtude "*da suposta ausência de produção de mais-valia por esses assalariados*", sustentando que "*é um erro querer partir da mais valia, resultado, condensação das relações de produção, ao invés de partir das relações que a constituem como tal. Pois enquanto houver produtores independentes numa formação social em que predomine o modo de produção capitalista, eles também produzirão mais-valia, sem no entanto fazerem parte do proletariado industrial*". Idem, ibidem, p. 15.

de burguesia e de classe operária, e a uma negação da luta de classes".[160] Frente aos argumentos como os apresentados por Saes, negando o pertencimento da nova classe média à pequena burguesia, Poulantzas argumentava que os diferentes lugares ocupados pela pequena burguesia tradicional e pela nova pequena burguesia "*têm, no plano político e ideológico, os mesmos efeitos*", determinando seu "*pertencimento a uma mesma classe*":[161]

> A determinação estrutural da nova pequena burguesia na divisão social do trabalho se concentra por efeitos na ideologia de seus agentes, o que influi diretamente nas suas posições políticas de classe. (...) Esses efeitos ideológicos na nova pequena burguesia apresentam um parentesco digno de nota com aqueles que a própria determinação de classe da pequena burguesia tradicional tem sobre essa última, justificando assim por esse meio seu pertencimento a uma mesma classe, a pequena burguesia.[162]

É importante ressaltar, no entanto, que a classe social constituída por estes dois grandes conjuntos não se equipara às duas classes fundamentais, já que sua configuração subordina-se ao conflito fundamental estabelecido entre as classes antagônicas:

> A pequena burguesia não pode ser, entre outros aspectos em virtude de sua polarização, colocada no mesmo plano que as duas classes fundamentais de uma formação capitalista, a burguesia e o proletariado. (...) A polarização significa que a luta das classes, em uma formação capitalista, está calcada em torno de duas classes fundamentais dessa formação – contradição principal – a burguesia e a classe operária (...) O fenômeno da polarização não significa que os diversos conjuntos pequeno-burgueses tenham simplesmente posições de classe que os aproximem seja da burguesia, seja da classe operária, mas que sua própria determinação estrutural de classe só possa ser apreendida em sua relação, no seio da divisão social do trabalho, com a burguesia e com a classe operária. (...) A pequena produção e a pequena propriedade, de um lado, e, de outro, o trabalho assalariado não produtivo só adquirem sentido em relação ao que se passa, nesse sentido, com a burguesia e com a classe operária. (...) Esse fenômeno de polarização não se refere somente às relações econômicas, mas também às relações ideológicas e políticas da determinação estrutural de classe desses conjuntos, no plano dessas relações, devem ser compreendidas em referência às relações políticas e ideológicas que especificam os lugares, na divisão social do trabalho, da burguesia e da classe operária.[163]

Um aspecto especialmente importante para a configuração da nova pequena burguesia é a ideologia da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, já que é através dela que se distingue simbolicamente do proletariado. Como ressaltava Poulantzas,

---

[160] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 212. Poulantzas criticava ainda a utilização pelos "*defensores da 'nova revolução científica e técnica"* da afirmação marxiana de que "*para ser produtivo não é mais necessário colocar individualmente sua própria mão no trabalho, é suficiente ser um órgão do trabalhador coletivo"* para *"estender as fronteiras da classe operária aos novos conjuntos de engenheiros, técnicos, etc"*, "*introduzindo uma distinção de fato inexistente em Marx: aquela entre trabalhador coletivo e trabalhador produtivo"* para suporem que *"esses agentes façam parte do trabalhador coletivo sem fazerem parte do trabalhador produtivo"*. Idem, ibidem, p. 250-1.
[161] Idem, ibidem, p. 222-223.
[162] Idem, ibidem, p. 313.
[163] Idem, ibidem, p. 221-224.

tal distinção é "*inteiramente particular ao modo de produção capitalista e à ideologia burguesa*".[164] Décio Saes aponta que "*a distinção fisiologicamente duvidosa entre 'trabalho manual' e 'trabalho não-manual' foi difundida com o objetivo de impor uma hierarquia do trabalho e de convencer o conjunto dos trabalhadores de que tal hierarquia decorria de uma distribuição desigual de 'dons' e 'méritos'*".[165] Para ele, a divisão capitalista do trabalho impede a unidade entre os trabalhadores ao "*isolar ideologicamente, do conjunto das classes trabalhadoras (num plano mais geral) e do conjunto da camada dos trabalhadores improdutivos (num plano mais específico), uma parcela determinada dos trabalhadores: aqueles que exercem um trabalho predominantemente não manual*".[166] Poulantzas insistia na necessidade de abandonar "*a pretensa distinção entre 'trabalho manual' e 'trabalho intelectual'. Esta distinção, com efeito, e Gramsci notou-o bem, não vale como tal. A não ser que se perca em argúcias fisiológico-biológicas duvidosas, está claro que todo trabalho manual comporta componentes 'intelectuais' e vice-versa*".[167] Certamente tentar identificar o caráter "manual" ou "intelectual" de uma atividade a partir de aspectos meramente biofisiológicos conduziria a um impasse, pois "*essa divisão remonta às relações ideológicas e políticas que marcam os lugares ocupados pelos agentes*".[168] Desconsiderando estas relações, não seria possível compreender porque assalariados que trabalham com as mãos – como os vendedores –são usualmente considerados "trabalhadores intelectuais".[169] Da mesma forma, é necessário questionar também a classificação de "manuais" das atividades desenvolvidas pelos operários, pois ele "*não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por* [realizar] *este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais*", sendo necessário reconhecer que "*em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora*".[170]

---

[164] Idem, ibidem, p. 258.
[165] SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 11.
[166] SAES, Décio. Classe média e política. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertand, 1991, p. 449-506, p. 451.
[167] POULANTZAS, As classes sociais. In: ZENTENO, op. cit., p. 91-116, p. 95.
[168] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 274.
[169] Cf. POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 274.
[170] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 18.

É importante também atentar para os efeitos da ideologia da distinção entre "trabalho manual" e "trabalho intelectual": "*A ideologia dominante apaga da consciência de certos trabalhadores improdutivos – aqueles menos diretamente ligados ao 'mundo da fábrica' e a tarefas claramente manuais – a contradição entre capital e trabalho assalariado, substituindo-a aí pelo sentimento da superioridade do trabalho não manual com relação ao trabalho manual*".[171] Wilhelm Reich observou que "*o desprezo pelo trabalho manual constitui a base psicológica em que o fascismo se apóia logo que começa a se infiltrar nas classes trabalhadoras*".[172] Considerando que também no interior da nova pequena burguesia são estabelecidas hierarquias, determinando o "*fracionamento desse conjunto em frações pequeno-burguesas*",[173] Poulantzas propunha sua divisão em frações:

> O aspecto trabalho intelectual não afeta absolutamente da mesma forma o conjunto da pequena burguesia: algumas de suas partes são então afetadas diretamente; outras, submetidas à reprodução da divisão trabalho intelectual / trabalho manual no seio do trabalho intelectual, só são afetadas indiretamente: enquanto essas partes sofrem a hierarquização, nesse sentido, no seio do trabalho intelectual, elas permanecem entretanto afetadas pelos efeitos da divisão fundamental. (...) O lugar diferencial dos agentes da nova pequena burguesia na reprodução da divisão trabalho intelectual / trabalho manual no próprio seio do trabalho intelectual (portanto nas relações ideológico-políticas) aparecerá assim como um fator importante na diferenciação da pequena burguesia em frações de classe.[174]

Outro elemento que incide na configuração da nova pequena burguesia é a distinção entre os trabalhadores produtivos – que constituem o proletariado – e os trabalhadores improdutivos. Poulantzas lembrava que "*é 'trabalho produtivo', em cada modo de produção dividido em classes, o trabalho que corresponde às relações de produção desse modo, ou seja, aquele que dá lugar a uma forma específica de exploração / produção, nessas sociedades, significa, ao mesmo tempo e num mesmo movimento, divisão em classes, exploração e luta de classes*".[175] Em vista disto, conclui que "*no modo de produção capitalista, é 'trabalho produtivo' aquele que produz mercadorias, portanto, a mais valia. É precisamente o que define economicamente, neste modo, a classe operária; o trabalho produtivo leva diretamente à divisão de classes nas relações de produção*".[176] Uma das conseqüências mais relevantes destas proposições é que "*não é o salário que define a classe operária*":

---

[171] SAES, Classe média e políticas de classe (uma nota teórica), op. cit., p. 99.
[172] REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo.* 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 66.
[173] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 271.
[174] Idem, ibidem, p. 278-9.
[175] POULANTZAS, As classes sociais. In: ZENTENO, op. cit., p. 91-116, p. 94.
[176] Idem, ibidem, p. 94.

> O salário é uma forma jurídica de repartição do produto pelo "contrato" de compra e venda da força de trabalho. Se bem que todo operário seja um assalariado, nem todo assalariado é um operário; porque nem todo assalariado é forçosamente trabalhador produtivo; ou seja, que produz a mais valia / mercadorias. Aqui, Marx nos dá algumas análises explícitas, por exemplo, os trabalhadores dos transportes são considerados trabalhadores produtivos, pertencentes à classe operária, porque uma "mercadoria" não existe senão a partir do momento em que está presente no mercado, e o que conta para a definição do trabalho produtivo é a mercadoria / mais valia. Em contraposição, Marx exclui dos trabalhadores produtivos os assalariados do comércio, dos bancos, das agências de publicidade, dos diversos serviços, etc. Isto se deve: a) a que alguns deles pertencem à esfera da circulação; b) a que outros não produzem a mais-valia, mas apenas contribuem para a realização da mais-valia.[177]

Em consonância com a definição marxiana, Poulantzas definia como trabalhos improdutivos "*aqueles que tomam a forma de serviços, cujos produtos ou atividades são consumidos diretamente como valores de uso e que não se trocam pelo capital, mas pela renda*": "*esses serviços, desde os do cabeleireiro aos do advogado, do médico, do professor, continuam a ser trabalhos improdutivos, mesmo que, por outro lado, como nos dois últimos casos, contribuam para a reprodução da força-de-trabalho. (...) O conjunto dos agentes prestadores de serviços, inclusive os assalariados desse setor, não pertencem assim à classe operária*".[178] Tais trabalhadores distinguem-se da classe operária pela condição particular de sua "exploração" pelo capital:

> Os agentes prestadores de serviço são também explorados? Em princípio, a troca de valores de uso pela renda é uma troca de equivalentes que não pode dar lugar, como tal, a uma relação de exploração. É necessário, contudo, fazer intervir aqui o elemento essencial da extensão do salariado em todos os setores de uma formação social onde o modo de produção capitalista é dominante, e onde o capital tende a submeter ("subsumir") toda força de trabalho: extensão do salariado particularmente maciça sob o capitalismo monopolista e sua fase atual. De fato, a troca de equivalentes supõe um vendedor e um comprador que, no plano das relações econômicas, permanecem formalmente independentes um do outro: ora, a relação salarial e a intervenção direta do capital tendem a apoderar-se do conjunto dos serviços. Dos ramos da medicina aos das diversas profissões liberais (advogados, arquitetos, etc.), passando por aqueles dos espetáculos, da informação, etc., os agentes prestadores de serviços tornam-se, maciçamente, assalariados do capital que se apodera dessas atividades. Esses agentes assalariados **não se tornam, entretanto, trabalhadores produtivos**. Mas vendem, também eles, sua força de trabalho ao capital, seu salário corresponde à reprodução dessa força de trabalho e fornecem uma parte do trabalho não pago: eles vêem que são extorquidos do sobretrabalho, que permite ao capital economizar sobre suas rendas para

[177] Idem, ibidem, p. 94.
[178] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 231-2.

> aumentar a mais-valia acumulada em relação à mais-valia consumida ou despendida em custos-falsos.[179]

Nas palavras de Décio Saes, "*sua condição de trabalhadores e o fato de eles concederem muito freqüentemente, um sobretrabalho aos proprietários do capital, os aproximam da classe operária; mas, ao contrário desta, eles não participam diretamente do processo capitalista de produção da mais-valia*".[180] Os trabalhadores improdutivos seriam todos aqueles que "*não se acham em oposição direta aos proprietários do capital: os trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicações) e da administração das empresas industriais, os funcionários do Estado, civis e militares, e os profissionais liberais*".[181]

A configuração da nova pequena burguesia não pode ser estabelecida exclusivamente a partir de sua posição nas relações de produção. Poulantzas lembrava que "*a posição econômica dos agentes sociais desempenha um papel principal na determinação das classes sociais*", mas advertia que "*não se deve deduzir daí que essa posição seja totalmente suficiente para a determinação das classes sociais. Com efeito, para o marxismo, o econômico desempenha efetivamente o papel determinante numa sociedade dividida em classes; mas o político e o ideológico, em suma, a superestrutura, desempenham, igualmente, um papel importante*".[182] Desta forma, ao invés de "*reduzir a determinação estrutural de classe à posição de classe*", dever-se-ia analisar a configuração de classe com base na "*luta econômica, política e ideológica de classe, expressando-se todas essas lutas pelas posições de classe na conjuntura*".[183] Reich indicava três elementos a serem considerados na determinação da posição social da "classe média": "*a) sua posição no processo de produção capitalista; b) sua posição no aparelho de Estado autoritário; e c) sua situação familiar especial, que é conseqüência direta da sua posição no processo de produção, constituindo a chave para a compreensão da sua ideologia*".[184] O conjunto contraditório de elementos que intervém na determinação de classe da pequena burguesia explica as freqüentes oscilações de seu comportamento político, assumindo as

---

[179] Idem, ibidem. Embora neste parágrafo Poulantzas mencione apenas os agentes prestadores de serviços, ressalta que "*sua exploração se assemelha àquela que sofrem os assalariados da esfera de circulação do capital*". Idem, ibidem, p. 233.
[180] SAES, *Classe média e sistema político*, op. cit.,p. 9.
[181] Idem, ibidem, p. 10.
[182] POULANTZAS, As classes sociais. In: ZENTENO, op. cit., p. 91-116, p. 91.
[183] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 16.
[184] REICH, op. cit., p. 42.

mais diferentes posições frente ao conflito entre as classes antagônicas.[185] Para Saes, um elemento central para a definição de seu comportamento é a "situação de trabalho":

> Por "situação de trabalho" entendemos o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores "não-manuais": relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos "manuais"), forma de remuneração (salário, honorários), nível de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários operários), nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes articulações destes elementos criam uma "situação de trabalho" particular, capaz de engendrar uma disposição ideológica específica.[186]

A análise da ideologia da pequena burguesia deve ter como ponto de partida sua posição peculiar frente às duas classes antagônicas fundamentais, o que lhe impõe um limite bastante definido: "*A pequena burguesia, pelo lugar que ocupa na determinação de classe de uma formação capitalista, **não tem posição política de classe autônoma a longo prazo**. As duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado: existem então somente, no sentido forte de ideologias de classe, aquelas duas classes fundamentais politicamente opostas até o fim*".[187] Em vista disto, Poulantzas propõe a existência de um "subconjunto ideológico pequeno-burguês", "*constituído pelos efeitos da ideologia burguesa (dominante) sobre as aspirações próprias dos agentes pequeno-burgueses relativamente à sua determinação específica de classe*".[188] Sua conformação seria marcada pela polarização a que é submetida a pequena burguesia:

> Nessa torção-adaptação da ideologia burguesa às aspirações próprias da pequena burguesia, esta insere "elementos" ideológicos específicos que dependem de sua própria determinação de classe: classe também explorada e dominada pelo capital, mas de forma completamente distinta da exploração e dominação sofridas pela classe operária. (...) Sua ideologia comporta, em articulação estreita com os elementos próprios dessa exploração e dominação particulares, elementos próprios da ideologia operária, estando esta presente efetivamente no subconjunto ideológico pequeno burguês de forma muito mais direta e importante do que no caso da ideologia dominante. Essa presença da ideologia operária no subconjunto ideológico pequeno burguês preenche funções particulares, pois ela corresponde à efetiva polarização da pequena burguesia. (...) O subconjunto ideológico pequeno burguês é um terreno de luta e um campo de batalha particular entre a ideologia burguesa e a ideologia operária, mas com a intervenção própria dos elementos

---

[185] Saes aponta que "*tanto setores da pequena burguesia tradicional como segmentos da nova classe média podem, por razões só determináveis pelo estudo das condições concretas da luta política a cada momento e lugar, alinhar politicamente com a classe operária. Todavia, esse alinhamento não significa a sua fusão na classe operária, já que os objetivos políticos reais desses grupos se acomodam a limites ideológicos (rejeição do assalariamento para a pequena burguesia tradicional, rejeição da igualização sócio-econômica do trabalho manual e do trabalho não-manual para a nova classe média) que não são os da luta política da classe operária*". SAES, Classe média e políticas de classe (uma nota teórica), op. cit., p. 101.
[186] SAES, *Classe média e sistema político*, op. cit., p. 20.
[187] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 313. Grifo meu.
[188] Idem, ibidem, p. 314.

> especificamente pequeno-burgueses. Esse terreno de luta não é um terreno vago: é um terreno desde já circunscrito pela ideologia burguesa e pelos elementos ideológicos pequeno-burgueses.[189]

Embora sustentasse a existência de um permanente confronto redefinindo continuamente o subconjunto ideológico da pequena burguesia, Poulantzas apontava os principais traços ideológicos que marcam a ideologia da nova pequena burguesia e da pequena burguesia tradicional. Com relação à primeira, tais traços seriam os seguintes:

> a) um aspecto ideológico anticapitalista, mas que se inclina fortemente em direção às ilusões reformistas. A exploração dessa nova pequena burguesia é principalmente vivida sob a forma do salário, enquanto a estrutura do modo de produção capitalista e o papel, na exploração, da propriedade, também da posse e dos meios de produção, permanecem com freqüência ocultos. (...).
>
> b) Um aspecto de contestação das relações políticas e ideológicas às quais esses agentes estão submetidos, que se inclina fortemente não em direção à subversão dessas relações, mas em direção ao seu remanejamento pela "participação". (...) Isso se exprime freqüentemente por reivindicações de uma "racionalização" da sociedade, que deixaria o "trabalho intelectual" se expandir plenamente sem os "entraves" do lucro.
>
> c) Um aspecto ideológico de uma transformação de sua condição, ligada não à mudança revolucionária da sociedade, mas ao mito da passarela. Temerosa de cair na proletarização, seduzida por ascender à burguesia, a nova pequena burguesia aspira com freqüência à "promoção", à "carreira", à "ascensão social", em suma, a se tornar burguesia pela passagem "individual", rumo ao alto, dos "melhores" e dos "mais capazes": encontra-se ainda o individualismo pequeno burguês. (...) Reivindicações, pois, de uma "democratização" dos aparelhos, para que eles ofereçam uma "igualdade de oportunidades" aos "indivíduos" mais aptos para participar da "renovação das elites", sem colocar em questão a própria estrutura do poder político: a concepção elitista da sociedade, sob a forma da "meritocracia", está intimamente articulada às aspirações de justiça social da pequena burguesia.
>
> d) Um aspecto ideológico desse "fetichismo do poder" de que falava Lênin, e que se refere desta vez à atitude com respeito ao poder político do Estado. (...) Uma forte tendência a considerar o Estado como uma força neutra em si, cujo papel seria operar uma arbitragem entre as classes sociais presentes.
>
> e) Mas esses aspectos se conjugam também às formas particulares da revolta desses agentes pequeno-burgueses contra suas condições de existência, formas essas também ligadas a suas determinações de classe.[190]

Já os traços caracterizadores da ideologia da pequena burguesia tradicional seriam:

> a) um aspecto ideológico anticapitalista e "status quo": contra a "grande riqueza" e as "grande fortunas", mas temor, muitas vezes, de uma transformação revolucionária da sociedade, pois esse conjunto prende-se ferozmente à sua (pequena) propriedade e teme sua proletarização. Reivindicações fortes contra os monopólios, sendo essa pequena burguesia progressivamente esmagada e eliminada pelo capitalismo monopolista, mas com freqüência sob a forma de uma regressão para a "igualdade de oportunidades" de

[189] Idem, ibidem, p. 314-315.
[190] Idem, ibidem, p. 317-320.

> uma “justa concorrência”, tais como aquelas que a fantasmagoria dessa pequena burguesia se representa em seu passado no estádio do capitalismo competitivo. Essa pequena burguesia deseja freqüentemente mudanças sem que o sistema mude: nisso se revela também a aspiração a uma “participação” na “distribuição” do poder político, sob a forma de um Estado corporativo, e nas resistências características quanto à transformação radical desse poder.
>
> b) Um aspecto ideológico fortemente ligado não à transformação radical da sociedade mas ao mito da passarela: este se articula no isolamento econômico desses agentes pequeno-burgueses no domínio da concorrência, o que dá também lugar ao individualismo pequeno burguês. Medo de cair na proletarização, atração em ascender à burguesia: esses agentes pequeno-burgueses também aspiram a se tornar burgueses, ascendendo “individualmente” (tornando-se pequenos empresários) os “melhores” e os “mais capazes”. Este aspecto toma com freqüência , aqui, também, formas elitistas de uma renovação das “elites”, de uma substituição da burguesia “que não cumpre o seu papel” pela pequena burguesia, e isso indiretamente por uma “democratização” da sociedade capitalista
>
> c) Um aspecto ideológico do fetichismo do poder. Por causa de seu isolamento econômico (individualismo pequeno-burguês) e de sua distinção da burguesia e da classe operária, uma crença no Estado neutro acima das classes – essa pequena burguesia espera que esse Estado, devidamente “democratizado”, traga-lhe por “cima” a influência e o poder, em suma, suste seu declínio, o que não exclui as pressões virulentas contra o Estado. Contudo: o isolamento da pequena burguesia, conjugado à incapacidade geral dessa pequena burguesia de se organizar em um partido próprio e autônomo, o fato de que ela considere também os aparelhos de Estado (a administração, o exército a polícia, etc.) como passarelas de ascensão, dão freqüentemente lugar a uma idolatria do status. Essa pequena burguesia também se identifica nesses casos com o Estado cuja neutralidade reuniria a sua, concebendo-se como classe neutra entre a burguesia e o proletariado, baluarte portanto de um Estado que teria “seu” Estado: ela aspira sempre à arbitragem social. (...).
>
> d) Essa atitude complexa da pequena burguesia tradicional em relação ao Estado prende-se aliás igualmente à ideologia que lhe é inculcada pelos aparelhos ideológicos do Estado: o papel principal nesse sentido retorna aqui não tanto ao aparelho escolar (trabalho intelectual), mas a este aparelho específico que é a família: o que se prende ao papel da exploração familiar na forma de existência econômica desses agentes. Encontra-se aí, para essa pequena burguesia, um dos locais mais seguros de inculcação da ideologia burguesa, em razão do papel decisivo de resistência a uma transformação radical das relações sociais que a família desempenha. (...)
>
> e) As formas de revolta violenta que, em conjunturas determinadas, caracterizam essa pequena burguesia são, privada que está de uma posição política autônoma de classe a longo prazo, e quando não adotou posições de classe operária, freqüentemente aquelas das “jacqueries pequeno burguesas”, marcadas pelo “anarquismo” próprio do individualismo pequeno-burguês.[191]

A análise de Poulantzas evidencia a presença concomitante de elementos sistêmicos e anti-sistêmicos na ideologia de ambos os grupos constituintes da pequena burguesia. Mesmo assumindo formas diversas, os elementos centrais de sua ideologia são os mesmos: revolta anticapitalista aliada à rejeição de uma transformação revolucionária; concepção

[191] Idem, ibidem, p. 322-324.

elitista; crença em um "Estado neutro", etc. Isto nos permite dimensionar a relevância da mobilização de segmentos da pequena burguesia por parte do integralismo, uma vez que os afastava da classe operária e, se nossa hipótese estiver correta, os mobilizava para a defesa da ordem burguesa vigente. Antes de passarmos à análise da composição social do PRP, é necessário ainda uma breve discussão sobre a estrutura de classes brasileira no período, dimensionando em particular a presença da pequena burguesia.

No processo histórico brasileiro, o crescimento dos "setores médios", pelo menos até 1930, esteve vinculado com a economia agrário-exportadora, tornando-os, em sua maioria, submetidos a laços de dependência com as oligarquias. Para Décio Saes, a "classe média" se dividiria, desde a década de 1920, em dois grupos principais: a "alta classe média" e a "baixa classe média". A primeira seria composta por profissionais liberais, funcionários públicos e gerentes, e se caracterizaria por um "liberalismo antipopular", pelo "antipopulismo" e pela "subordinação às frações mais reacionárias da classe dominante", chegando mesmo a constituir a base de sustentação de massa das intervenções armadas preconizadas pela burguesia comercial. A "baixa classe média" seria composta principalmente pelos empregados do setor terciário e se constituiria como base favorável do projeto industrializador, exprimindo "*a sua aspiração a um consumo 'moderno', mais ao nível da luta quotidiana contra o capital, que propriamente na arena político-partidária*".[192] Parece-nos claro, em vista das considerações anteriores, que esta classificação proposta por Saes é insuficiente. Ainda assim, algumas indicações suas são bastante relevantes, como a análise do percurso que levaria a "alta classe média" a defesa do corporativismo, considerando que "*as corporações não são, como os sindicatos, instrumentos de defesa de todos quanto exerçam um certo tipo de trabalho, ao contrário, estabelecem quem pode exercer um certo tipo de trabalho, e, fazendo-o, obstaculizam uma oferta livre e ilimitada dessa modalidade de trabalho*".[193] Isto permite compreender a adesão ao integralismo e posteriormente ao PRP de parcelas da fração da pequena burguesia denominadas por Saes como "alta classe média". Saes também chama atenção para o fato de que "*o fenômeno geral da clivagem social entre o 'trabalho manual' e o 'trabalho não-manual', próprio a toda sociedade capitalista, foi reforçado ao nível da sociedade brasileira pela sobredegradação imposta às 'atividades manuais' pelo trabalho*

[192] SAES, Décio. Classe média e política. In: FAUSTO, op. cit., p. 471.
[193] Idem, ibidem, p. 466.

escravo".[194] Desta forma, no processo brasileiro, ainda mais do que nas sociedades capitalistas desenvolvidas, "*as orientações políticas dos grupos médios sempre foram definidas no interior dos limites fixados por um elemento comum a todas as formas de 'consciência média': a recusa ao nivelamento social entre 'manuais' e 'não-manuais*".[195] Esta recusa contra o nivelamento social - presente de maneira evidente na propaganda e no projeto integralista em suas diferentes fases – viabiliza o estabelecimento de um elo de ligação entre o integralismo e o liberalismo antipopular, que, a despeito da rejeição formal dos princípios liberais pelo primeiro, permite uma grande aproximação entre ambos no combate às mobilizações populares, na denúncia do "populismo" e na arregimentação dos setores médios contra o "perigo comunista".

O historiador Edgard Carone, por sua vez, sustenta que a ação política da "classe média" se diversifica após 1945:

> A partir de 1945, a classe média tem ação mais complexa, enriquecendo algumas tradições anteriores, batalhando em frentes novas. O mundo apresenta opções políticas mais variadas, e a classe soma, em 1950, 13,2% da população do país. A variedade e a diversidade de funções, aliadas à maior influência do capital estrangeiro, e ao aumento progressivo de empregos e de nível de vida, fazem com que a luta que se trava no país entre desenvolvimento interno e capitalismo internacional, entre sistema oligárquico e aberturas democráticas e entre socialismo reformista e comunismo bolchevique, obrigue a classe a fazer composições e tomar atitudes políticas bastante particulares e variadas.[196]

Durante o período abordado em nossa investigação ocorreram importantes alterações na composição social brasileira, sendo que uma de suas principais características foi o crescimento contínuo da nova pequena burguesia, tendo em vista que "*desde o início de sua última etapa de 'substituição de importações', a industrialização brasileira exigiu um alargamento e a mudança da composição do setor urbano de serviços*".[197] De acordo com ele, a expansão capitalista gerou o crescimento do aparelho urbano de serviços: "*Em 1940, este setor cobria 20% da população economicamente ativa, e, 21,8% em 1950, 22,1 em 1960, 38,1 em 1969*".[198] De acordo com Braz José de Araújo, as classes médias assalariadas urbanas (excluídos apenas os dirigentes de empresas) teriam atingido 6.935.000 trabalhadores em 1970, destacando os trabalhadores de atividades sociais, comércio e serviços (1.780.000), de funções técnicas, científicas e artísticas (1.293.000), de

---

[194] SAES, *Classe média e sistema político*, op. cit.,p. 13.
[195] Idem, ibidem, p. 15.
[196] CARONE, Edgard. A república liberal, op. cit., p. 169.
[197] SAES, *Classe média e sistema político*, op. cit.,p. 2.
[198] Idem, ibidem, p. 5.

funções burocráticas (1.012.000), de transportes de passageiros (734.000), e da administração pública (710.000).[199] Já a pequena burguesia tradicional urbana, mesmo enfrentando a tendência histórica ao declínio, ainda atingia 3.024.883 trabalhadores, vinculados a atividades de serviços (944.487), comércio (944.487), indústria (643.826), transportes (258.095) e outras (235.553),[200] havendo ainda 266.874 profissionais liberais.[201] Segundo o autor, "*a separação quantitativa entre camadas médias assalariadas e camadas médias não assalariadas adquire no contexto do desenvolvimento econômico atual uma importância qualitativa, sobretudo se se considera que as condições objetivas de existência dessas camadas, diferenciando-as economicamente, reservam-lhes posições diferenciadas subjetiva e politicamente*".[202] Já a pequena burguesia agrária - constituída pelos pequenos proprietários rurais "autônomos", "*que exploram a terra com a ajuda da família*" - totalizava 3.668.000 trabalhadores em 1960 e 7.136.000 em 1970. Este crescimento deve ser tomado com precaução, pois se deve ao "*aumento dos minifúndios (propriedades com menos de 10 ha)*", o que teria tornado "*cada vez mais freqüente a necessidade do trabalho assalariado temporário*", já que a dimensão destas propriedades era insuficiente para a subsistência de seus proprietários, obrigando-os a se submeter a relações de assalariamento,[203] o que certamente teve um efeito ideológico importante, já que a rejeição ao assalariamento é uma das principais características da pequena burguesia tradicional.[204] Em termos gerais, o período analisado é marcado pelo claro crescimento quantitativo da nova pequena burguesia, a tendência ao decréscimo da pequena burguesia tradicional, embora ela ainda se mantivesse em patamares expressivos.

---

[199] ARAÚJO, Braz José de. Mudanças na estrutura social brasileira. In: ALBUQUERQUE, op. cit., p. 83-114, p. 106.

[200] Araújo avaliava, em 1977, que "*esses trabalhadores independentes, freqüentemente proprietários de empresas artesanais, sofrem profundamente os efeitos da política econômica atual. Se, no passado, puderam atingir níveis razoáveis de riqueza, hoje estão ameaçados pelo crescimento das grande empresas. (...) Por outro lado, trata-se de camada social apegada à idéia de propriedade, cuja manutenção é percebida como a antítese da degenerescência do trabalho assalariado. Suas posições políticas são pendulares, tal como se pode deduzir da história política brasileira*". Idem, ibidem, p. 106.

[201] Idem, ibidem, p. 106.

[202] Idem, ibidem, p. 105.

[203] Idem, ibidem, p. 104.

[204] Além disso, como se trata de dados de 1970, é possível que o fenômeno tenha se acentuado fora do marco temporal de nossa investigação, já que a ampliação dos minifúndios foi acelerada após 1965, com a nova lei agrária aprovada pela ditadura militar.

3.2.2 A metodologia utilizada

A maior parte dos dados disponíveis relativos à condição social dos militantes e dirigentes do PRP é proveniente de listagens e fichas com informações acerca de suas profissões, na maior parte dos casos seguindo sua autodefinição.[205] Isto gera uma dificuldade evidente, pois a indicação de profissão é um dado limitado, sendo possível haver diferentes condições sociais no âmbito de uma mesma profissão. Além disso, é possível, por exemplo, que um latifundiário, integrante da grande burguesia rural, se identificasse como "advogado", ou que um pequeno burguês (artesanal) se apresentasse como "industrial". Isto nos coloca o desafio de buscar mediações metodológicas visando diminuir tal distorção, ainda que em vista do tipo de fonte disponível seja impossível evitá-la completamente.

Um primeiro elemento importante a salientar é a existência de uma quantidade bastante relevante de informações, o que, em seu conjunto, permite minimizar as possíveis distorções. Além disso, em alguns casos, informações adicionais permitem refinar a reflexão em torno dos dados existentes, como é o caso dos parlamentares da bancada federal do partido, dos quais foi possível delimitar a "formação" e a "atividade profissional" exercida no momento de sua primeira eleição.

Dada a enorme diversidade de profissões informadas, a opção metodológica seguida foi sua reunião em grandes grupos, observando-se as indicações teóricas anteriormente apresentadas para seu agrupamento, buscando-se, em especial, delimitar as principais frações constituintes da pequena burguesia. Assim , foram considerados os seguintes grupos de profissões, abarcando todas as designações encontradas na documentação:[206]

a) Burguesia Financeira: banqueiro.

---

[205] Apenas nos casos das listagens de simpatizantes do partido, o estabelecimento da profissão não se deu através de autodefinição. Os diretórios municipais foram responsáveis pela elaboração das listagens e, portanto, são os responsáveis pela indicação de profissão.

[206] Temos clareza de que a reunião das profissões nos grandes grupos aqui estabelecidos envolve um certo grau de subjetividade, obrigando a opções que não são "naturais". Há que se ressaltar também que há em alguns casos profissões que não são facilmente classificáveis nos segmentos estabelecidos, tendo-se buscado nestes casos incluí-las no que mais se aproximasse, a partir das definições teóricas anteriormente apresentadas. Ao lado de cada segmento estão listadas todas ocupações e denominações por elas recebidas que foram encontradas nas listagens e utilizadas na análise. Os funcionários públicos foram agrupados à parte, pois mesmo em sua maioria podendo ser considerados integrantes da nova pequena burguesia, possuem características que os distinguem, em particular no que se refere à sua relação com o Estado. Também os oficiais militares foram considerados à parte, pois sua posição social se diferencia do conjunto dos funcionários públicos.

b) Burguesia Agrária: criador, fazendeiro, madeireiro, pecuarista, proprietário, cafeicultor, rizicultor, ruralista e triticultor.

c) Burguesia Industrial: construtor civil, industrial, industrialista e fabricante de bebidas.

d) Pequena Burguesia Comercial: comerciante,[207] hoteleiro, marchante, negociante, viajante.

e) Pequenos proprietários rurais: agricultor,[208] colono, fruticultor, lavrador, sitiante e suinocultor.

f) Oficiais militares: Comandante da Marinha, Coronel, Capitão, Oficial da Marinha, Oficial do Exército, Major e Tenente.

g) Profissionais liberais: Agrupa os trabalhadores não produtivos e "não manuais" em sua maioria com formação de nível superior:[209] advogado, agrônomo, arquiteto, decorador, dentista, desenhista, economista, escritor, engenheiro, farmacêutico, gerente da Caixa Rural, gerente da cooperativa, jornalista, médico, procurador, professor, publicitário, tabelião, veterinário e zootecnista.

h) Nova Pequena Burguesia. Agrupa os trabalhadores não produtivos com formação de nível médio, técnico ou primário, em sua maioria assalariados e empregados no setor de serviços: aeroviário, agrimensor, ascensorista, assistente social, auxiliar de escritório, bancário, comerciário, contador, copeiro, corretor, enfermeira, escriturário, escrivão de paz, garçom, guarda-livros, inspetor de ensino, maquinista, merendeiro, normalista, passador, protético, sacerdote, securitário, servente, radialista, repórter, representante comercial, técnico em aviação, técnico industrial, telegrafista, transviário, vigia e zelador.

---

[207] Em tese, é possível que algum destes comerciantes pertencesse à grande burguesia comercial. Mesmo assim, a classificação dos "comerciantes" como "pequena burguesia" justifica-se pelo fato de que as informações disponíveis indicam que a grande maioria deles possuía pequenos estabelecimentos comerciais, mantidos pelo trabalho do proprietário e sua família.

[208] É possível que algum trabalhador incluído nesta categoria fosse na realidade trabalhador assalariado (proletário rural) ou parceiro. Mesmo assim, optamos por classificá-los em conjunto como pequenos burgueses, tendo em vista que todas as informações disponíveis indicam que eram pequenos proprietários: coincidência espacial da quase totalidade dos agricultores encontrados com as regiões de pequena propriedade, quase total ausência de agricultores listados em regiões com predominância de latifúndios, utilização recorrente de diversas designações usualmente atribuídas aos pequenos proprietários (colono, fruticultor, sitiante); total inexistência de autodesignações típicas do trabalho agrícola assalariado (trabalhador rural, jornaleiro, peão) ou de relação de parceria (meeiro, parceiro, arrendatário).

[209] Foram incluídos nesta categoria profissionais como jornalistas e professores, que não necessariamente possuíam formação de nível superior, mas cuja atividade profissional configurava uma situação de trabalho e um status profissional que os aproxima desta categoria.

i) Funcionários públicos. Agrupa todos os empregados do setor público, independentemente do nível de formação, do tipo de atividade, da condição sócio-econômica e do tipo de vínculo empregatício, exceto militares: agente do IBGE, coletor estadual, coletor federal, comissário, delegado, despachante aduaneiro, escrivão, exator estadual, fiscal da guarda civil, funcionário autárquico, funcionário municipal, funcionário estadual, funcionário federal, inspetor, juiz de direito, previdenciário, prefeito municipal, promotor público, serventuário, subprefeito e vereador.

j) Trabalhadores autônomos de pequenos ofícios manuais. Em sua maioria não são assalariados e trabalham por conta própria, sendo proprietários de seus instrumentos de trabalho: alfaiate, azulejista, barbeiro, canteiro, carpinteiro, costureira, curtidor, eletricista, eletro-técnico, encanador, ferreiro, fotógrafo, fundidor, hidráulico, linotipista, impressor, instalador, marceneiro, mecanógrafo, mecânico, motorista, músico, ourives, pedicure, pintor, prático de farmácia, rádio-técnico, relojoeiro, sapateiro, siderúrgico, seleiro, tintureiro, transportador e tumuleiro.

k) Proletariado[210]: construtor, estivador, ferroviário, gráfico, industriário, marítimo, operário, padeiro, pedreiro, serralheiro e torneiro.

l) Outros: membros sem atividade econômica, aposentados, domésticas e estudantes.

3.2.3 O perfil dos eleitores

A investigação acerca do perfil social dos eleitores do PRP, bem como de qualquer partido político contemporâneo a ele, é bastante dificultada pela carência de dados eleitorais detalhados. Assim, é possível apenas fazer algumas indicações parciais sobre a questão. Uma característica bastante evidente no que se refere ao PRP é a diferença no percentual de votos provenientes da zona urbana e da zona rural. Nos estados com forte presença da pequena propriedade rural, em especial oriunda da colonização teuta e italiana (RS, SC, PR e ES), a maior parte da votação do partido era oriunda da zona rural e dos pequenos municípios semi-rurais em regiões de pequena propriedade agrária. Nos demais estados, em especial naqueles onde o latifúndio ocupava a maior parte da zona rural, o partido alcançava melhores resultados eleitorais na zona urbana, ainda que sua votação também se concentrasse nos municípios menores. A distribuição por município da votação

[210] Os trabalhadores constituintes do "proletariado dos transportes" (portuários, ferroviários, estivadores, marítimos), foram incluídos nesta categoria. Os motoristas autônomos, por sua vez, foram incluídos dentre os trabalhadores autônomos de pequenos ofícios manuais.

obtida por Plínio Salgado em 1955 evidencia um predomínio dos votos provenientes dos pequenos municípios:[211] Salgado obteve 21,6% de seus votos nas capitais (154.486 votos); 12,7% nas cidades com mais de 20.000 eleitores (91.018 votos); 19,9% nas cidades que detinham entre 10.000 e 20.000 eleitores; e 45,8% nas cidades com menos de 10.000 habitantes (326.939 votos). A votação proveniente destas últimas ultrapassava 50% do total dos votos obtidos por Salgado em 11 dentre os 20 estados, chegando a 74,1% no Ceará (9.938 / 13.408), 69,5% na Bahia (43.856 / 63.106), 62,2% no Espírito Santo (18.380 / 29.531) e 59,4% em Santa Catarina (35.135 / 59.162). Já a votação obtida nas capitais variou bastante: em Curitiba Salgado foi o candidato mais votado, com 38,7% (29.419 votos), o que equivale a 28,2 % da votação por ele obtida no Paraná (103.256 votos)[212] e em Recife obteve 45% dos votos totais de Pernambuco (13.157 / 29.200); por outro lado, obteve votações inexpressivas em Florianópolis (574 votos, ou 0,9% do total de Santa Catarina), Porto Alegre (2.367 votos, ou 3,6% do total do Rio Grande do Sul), e Vitória (1.680, ou 5,7% do total do Espírito Santo). Em termos gerais, porém, o dado que mais se destaca é a predominância da votação recebida nas pequenas cidades. Ou seja, embora o partido obtivesse melhores resultados em estados populosos, seus votos não se concentravam nas maiores cidades.

Outro dado interessante que pode ser analisado é a distribuição por bairro da votação recebida por Plínio Salgado como candidato a deputado federal por São Paulo em 1962. Os votos que recebeu na cidade de São Paulo concentravam-se claramente em bairros habitados pela pequena burguesia: Salgado obteve, em 1962, 465 votos em Vila Mariana; 382 em Bela Vista; 348 no Ipiranga; 338 na Saúde; 307 em Santana; 236 na Liberdade; 226 no Jardim Paulista; 243 no Brás; e 222 em Santo Amaro. Em contrapartida, não obteve nenhum voto em bairros periféricos populares, como Parada dos Taipas, Cajamar, Jandira e Pedra Branca, um voto em Parelheiros e Edu Chaves, e dois votos em Embu, Taboão da Serra e Vila Califórnia. Quanto aos votos recebidos no interior, Salgado recebeu votações expressivas em cidades como São José do Rio Preto (1.175 votos), Araçatuba (966 votos) e Campinas (772 votos), mas não há informação quanto a sua

[211] Este levantamento foi realizado a partir dos dados publicados em TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília: Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes. Volume 3.

[212] A votação de Plínio Salgado no estado do Paraná em 1955 (24% do total) supera em muito a média obtida pelo PRP naquele estado (6,3 %), como discutiremos no próximo capítulo. Em Curitiba, este fenômeno se deu de forma ainda mais acentuada: na mesma eleição em que Salgado foi o candidato mais votado, o PRP não elegeu nenhum vereador para a Câmara Municipal. Esta questão é discutida em CIDADE, Maria Lúcia & SZWARÇA, Décio. 1955: o voto verde em Curitiba. *História:* questões e debates, Curitiba, n. 18-19, jul / dez 1989, p. 181-209.

distribuição pelos bairros.[213] Os dados referentes à eleição de 1970 (quando Salgado concorreu pela Arena) são muito semelhantes, tanto na enorme predominância dos votos recebidos em bairros pequeno-burgueses, como na semelhança do número de votos obtidos em cada bairro e em cada cidade, tendo a votação aumentado na maioria deles de forma proporcional, o que indica grande consistência e estabilidade em sua base eleitoral.[214]

Nos estados da região Sul, ao contrário, a grande maioria dos votos do PRP era proveniente da zona rural e de pequenas cidades semi-rurais. De acordo com o cientista político Miguel Bodea, as principais bases eleitorais do PRP eram as regiões de pequena propriedade agrícola de colonização italiana e teuta: "*O PRP, partido de ideologia direitista, teria pouca influência nos centros urbanos, mas algumas fortes bases regionais em áreas de pequenos agricultores independentes, particularmente nas regiões de colonização alemã e italiana do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*".[215] Segundo ele, "*a força do PRP era sobretudo rural: mas derivava não da oligarquia e dos estancieiros, mas sim dos pequenos e médios proprietários agrícolas*",[216] o que é reforçado pelo depoimento oral do ex-deputado estadual Antonio Mesquita, para quem "*o eleitor do PRP era principalmente o homem rural, o trabalhador rural. Mais especificamente, o pequeno proprietário rural*".[217] No caso do Rio Grande do Sul, isto é particularmente visível, evidenciando-se pela fraca votação do partido na capital e nos maiores centros urbanos e pela concentração de votos na região de colonização italiana e germânica, de onde são oriundos quase todos os deputados do partido, e onde ele elegeu a ampla maioria de seus prefeitos e vereadores no estado.[218]

Na eleição presidencial de 1955, Salgado foi o candidato mais votado em 18 municípios do Paraná e em 11 municípios de Santa Catarina. Neste último estado, Salgado

---

[213] Votação de Plínio Salgado em 1962 (APHRC-FPS 091.007.003). A votação total foi de 18.989 votos, sendo 6.052 na capital e 12.937 no interior.
[214] Votação de Plínio Salgado em 1970 (APHRC-FPS 091.007.001). A votação total foi de 31.646 votos, sendo 8.452 na capital e 23.194 no interior.
[215] BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992, p. 16.
[216] Idem, ibidem, p. 19-20. Indagado em uma entrevista sobre "*Por que o eleitorado de seu partido se concentra na zona colonial*", o então deputado estadual Alberto Hoffmann afirmou que "*não se trata de colonização estrangeira, mas de sintonia com* ***o Partido que defende a pequena propriedade****. Tanto é certo que os principais núcleos do Partido em São Paulo, Espírito Santo e na Bahia, para não citar outros, se encontram entre os lavradores*". Em poucas palavras. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 15.4.1955 (CDAIBPRP). Grifo meu.
[217] BATISTA, Neusa; FLACH, Ângela & MILKE, Daniel Roberto. *Depoimento de Antonio Setembrino de Mesquita.* Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999, p. 20.
[218] Cf. CENTRO de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. *Relação de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PRP no Rio Grande do Sul* (1947-1965). Porto Alegre: CDAIBPRP, 1997.

captou 46,7% do total de seus votos em apenas 10 municípios (todos eles de colonização teuta), dentre um total de 66 municípios, atingindo 73,4% dos votos em Itapiranga; 55% em Taió; 54% em Rio Negrinho; 50,7% em Jaraguá do Sul; 46,4% em Timbó; e 41,9% em Brusque.[219] De acordo com os dados disponíveis, o ponto em comum em todos os dados encontrados, nos diferentes estados, é a predominância de votos provenientes da pequena burguesia, sejam em sua maioria urbanos, como em São Paulo e Minas Gerais, sejam pequenos proprietários rurais, como nos estados do Sul.

Em uma listagem de "simpatizantes", não filiados ao PRP, no estado de Minas Gerais, enviada pelos diretórios municipais daquele estado, encontramos 108 nomes com indicação de profissão. Agrupados de acordo com o perfil sócio-profissional, encontramos a distribuição apresentada na Tabela 1:

TABELA 1 – Perfil sócio-profissional dos simpatizantes do PRP no estado de Minas Gerais	
a) burguesia financeira	0
b) burguesia agrária	24 (22,2%)
c) burguesia industrial	0
d) pequena burguesia comercial	17 (15,7%)
e) pequenos proprietários rurais	2 (1,9%)
f) oficiais militares	0
g) profissionais liberais	25 (23,1%)
h) nova pequena burguesia	17 (15,8%)
i) funcionários públicos	7 (6,5%)
j) trabalhadores autônomos de pequenos ofícios manuais	2 (1,9%)
k) proletariado	13 (12%)
l) outros	1 (0,9%)
TOTAL	108 (100%)
FONTE: Relação de simpatizantes: listas fornecidas por diretórios municipais de Minas Gerais (AHRC-FPS 016.009.001).	

Estes percentuais devem ser analisados com cautela, pois refletem um número relativamente reduzido de simpatizantes, de um único estado. Além disso, é possível que nem todos os autodenominados "fazendeiros" se constituíssem de fato em burguesia agrária, pois é impossível avaliar a dimensão de suas propriedades, sendo possível que alguns dentre eles fossem pequenos proprietários rurais. O índice de simpatizantes que integra a pequena burguesia alcança 64,9%, com destaque para os profissionais liberais, comerciantes e trabalhadores assalariados. As profissões mais recorrentes foram professor (11), sacerdote (6) ,bancário (5), farmacêutico (5) e dentista (3). Cabe destacar a ausência

[219] Este levantamento foi realizado a partir dos dados publicados em TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos*, op. cit. Volume 3.

de “industriais”, os percentuais relativamente baixos dos operários, funcionários públicos e trabalhadores de pequenos ofícios manuais especializados.

3.2.4 O perfil dos militantes e dirigentes municipais

As informações disponíveis sobre o perfil sócio-profissional dos militantes e dirigentes municipais do PRP são mais abundantes. A Tabela 2 reúne dados individuais sobre 2303 integrantes do partido em três estados. Os dados relativos a Minas Gerais e Paraná são referentes aos dirigentes municipais do partido naqueles estados. Os do Rio Grande do Sul englobam apenas o presidente, o vice-presidente e o secretário dos diretórios municipais. Já os dados relativos a Porto Alegre englobam todos os filiados do

TABELA 2 – Perfil sócio-profissional dos dirigentes municipais do PRP em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, e dos filiados em Porto Alegre (RS)

	M. Gerais[220]	R.G. Sul[221]	Paraná[222]	P. Alegre[223]	TOTAL
a) burguesia financeira	*	0	0	0	0
b) burguesia agrária	*	18 (2,1%)	11 (2,9%)	1 (0,2%)	30 (1,3%)
c) burguesia industrial	32 (7%)	94 (11,2)%	35 (9,4%)	9 (1,4%)	170 (7,4%)
d) peq. burguesia comercial	*	152 (18,1%)	67 (18%)	77 (12,2%)	296 (12,9%)
e) peq. proprietários rurais	69 (15%)	277 (33%)	94 (25,3%)	12 (1,9%)	452 (19,6%)
f) oficiais militares	*	1 (0,1%)	0	10 (1,6%)	11 (0,5%)
g) profissionais liberais	73 (15,9%)	72 (8,6%)	21 (5,6%)	76 (12%)	242 (10,5%)
h) nova pequena burguesia	138 (30,1%)	94 (11,2%)	82 (22,1%)	153 (24,3%)	467 (20,2%)
i) funcionários públicos	30 (6,5%)	30 (3,6%)	7 (1,9%)	95 (15%)	162 (7%)
j) trabalh. ofícios manuais	104 (22,7%)	68 (8,1%)	35 (9,4)	66 (10,4%)	273 (11,9%)
k) proletariado	7 (1,5%)	31 (3,7%)	13 (3,5%)	39 (6,1%)	90 (3,9%)
l) outros	6 (1,3%)	3 (0,3%)	7 (1,9%)	94 (14,9%)	110 (4,8%)
Total	459 (100%)	840 (100%)	372 (100%)	632 (100%)	2303 (100%)

FONTES: CARVALHO, Orlando. A formação dos partidos políticos em Minas Gerais; Registro dos Diretórios Municipais do Rio Grande do Sul (CDAIBPRP), Membros dos diretórios municipais do Paraná em 1964 (AHRC-FPS 016.009.002), Fichas de Filiação dos Diretórios Municipal do PRP em Porto Alegre (CDAIBPRP)

[220] Dados retirados do levantamento realizado por Orlando Carvalho, que analisou a extração social dos dirigentes partidários dos diretórios municipais registrados no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais entre 1945 e 1952. O recenseamento incluiu 90 diretórios do PRP, num total de 459 membros. CARVALHO, Orlando. A formação dos partidos políticos em Minas Gerais. In: FLEISCHER, David Verger. *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 2 volumes, Coleção Cadernos da UnB. Volume 2, p. 67-96. O artigo não explicita as ocupações incluídas em cada categoria. Desta forma, não há como assegurar que a classificação tenha seguido os mesmos critérios das aqui apresentadas. Além disso, não inclui as categorias burguesia financeira, burguesia agrária, comerciantes e oficiais militares. Mesmo assim, optou-se por incluí-la na análise em virtude do número elevado de filiados recenseados.

[221] Os dados reúnem informações acerca de 840 dirigentes municipais dos diretórios municipais do PRP no Rio Grande do Sul que ocuparam os cargos de presidente, vice-presidente e secretário dos diretórios. Não estão incluídos os membros dos diretórios que ocuparam outros cargos ou que o integraram como vogais.

[222] Os dados reúnem informações acerca de 372 dirigentes de 37 diretórios municipais do PRP do Paraná com mandato em vigência no ano de 1964.

[223] Os dados reúnem informações acerca de 633 filiados do PRP de Porto Alegre, coletados nas fichas de filiação disponíveis.

partido naquela cidade cujas fichas de filiação foram localizadas. Este último conjunto foi incluído para permitir a análise do perfil sócio-profissional do partido em uma capital, distinguindo-se dos outros três conjuntos, cuja grande maioria dos dados provém de pequenas cidades.

Os quatro conjuntos recenseados evidenciam importantes diferenças, como maior proporção de agricultores no Rio Grande do Sul e Paraná, o baixo percentual de funcionários públicos, à exceção de Porto Alegre, e têm em comum os baixos índices de operários e de fazendeiros em todos os conjuntos. A totalização que reúne os quatro conjuntos de dados certamente não é uma média ponderada exata e seus índices não podem ser generalizados para o partido em todo o país. Mesmo assim, o número elevado de militantes recenseados, referentes a três estados distintos, permite algumas conclusões provisórias. A mais importante delas nos parece ser a clara predominância da pequena burguesia, atingindo um índice de 82,6% (90,2% em Minas Gerais, 82,7% no Rio Grande do Sul, 82,3% no Paraná e 77,4% em Porto Alegre). Parece, portanto, que o PRP era em sua base constituído fundamentalmente por estes setores, com forte peso dos trabalhadores assalariados de serviços (20,2%), pequenos agricultores (19,6%), comerciantes (12,9%), trabalhadores autônomos de ofícios especializados (11,9%) e profissionais liberais (10,5%).

A observação do perfil sócio-profissional de 140 presidentes de diretórios municipais do Rio Grande do Sul mostra algumas diferenças importantes, mesmo em relação ao quadro dos dirigentes municipais do mesmo estado. Dentre estes presidentes de DMs, 38 são comerciantes (27,2%), 17 industrialistas (17,1%), 17 profissionais liberais (17,1%), 19 trabalhadores médios (13,6%), 10 agricultores (7,1%), 9 funcionários públicos (6,4%), 6 trabalhadores de ofícios manuais (4,3%), 4 fazendeiros (2,9%), 2 operários (2,9%) e 2 oficiais militares (1,4%). Fica claro, assim, que o percentual de agricultores na presidência dos diretórios é muito menor do que o percentual de agricultores que integram os mesmos diretórios (7,1% e 33%, respectivamente), enquanto há um crescimento no percentual de industriais, comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos. Esta redução do percentual de agricultores em posições hierarquicamente mais elevadas vai se acentuar nas instâncias superiores (diretórios regionais e nacional), como se discutirá a seguir.

3.2.5 O perfil dos dirigentes estaduais

O perfil social da direção nacional e das direções regionais pode se distinguir bastante do perfil das direções municipais e dos filiados de um partido. No caso da Ação Integralista Brasileira, por exemplo, como revelou o cientista político Hélgio Trindade, enquanto nas direções regionais e nacional havia uma clara predominância da "média burguesia" (83% e 64%, respectivamente) e a quase total ausência das camadas populares (0% e 3%, respectivamente), entre os dirigentes e militantes das organizações locais, a predominância era da "pequena burguesia" (54%), seguida pela "média burguesia" com 24%, e pelas "camadas populares" com 22%.[224]

A investigação do perfil das lideranças regionais do partido utilizará os dados disponíveis relativos ao perfil sócio-profissional dos membros dos diretórios regionais e dos candidatos ao parlamento. Quanto a estes últimos, foram recenseados os candidatos a deputado federal e estadual do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba, cuja sistematização é apresentada na Tabela 3.

TABELA 3 – Perfil sócio-profissional dos candidatos a deputado (federal e estadual) no Distrito Federal (1947), Rio Grande do Sul (1950 e 1962), Ceará (1954), Rio de Janeiro (1958), e Paraíba (1962)

	DF 1947	RS 50/62	CE 1954	RJ 1958	PB 1962	TOTAL
a) burguesia financeira	0	0	0	0	0	0
b) burguesia agrária	0	5 (5,4 %)	1 (3,3%)	4 (8%)	1 (8,3%)	11 (4,7%)
c) burguesia industrial	0	10(10,9%)	0	2 (4%)	1 (8,3%)	13 (5,5%)
d) peq burguesia comercial	0	6 (6,5%)	10(33,3%)	3 (6%)	0	19 (8,1%)
e) peq proprietários rurais	0	2 (2,2%)	0	0	0	2 (0,9%
f) oficiais militares	1 (2%)	2 (2,2%)	2 (6,7%)	1 (2%)	2 (16,7%)	8 (3,4%)
g) profissionais liberais	36 (72%)	36(39,1%)	9 (30%)	20 (40%)	3 (25%)	104 (44,4%)
h) nova peq. burguesia	2 (4%)	13(14,2%)	5 (16,7%)	7 (14%)	4 (33,4%)	31 (13,3%)
i) funcionários públicos	8 (16%)	6 (6,5%)	2 (6,7%)	5 (10%)	1 (8,3%)	22 (9,4%)
j) trab. de ofícios manuais	0	4 (4,3%)	0	3 (6%)	0	7 (3%)
k) proletariado	3 (6%)	5 (5,4%)	0	5 (10%)	0	13 (5,6%)
l) outros	0	3 (3,3%)	1 (3,3)%	0	0	4 (1,7%)
Total	50 (100%)	92 (100%)	30 (100%)	50 (100%)	12 (100%)	234 (100%)

FONTE: Recorte sem referência - Distrito Federal (CDAIBPRP); Diretório Regional do RS: Relação de Candidatos (CDAIBPRP); Diretório Regional do CE (AHRC-FPS 016.009.022); Candidatos à Assembléia Legislativa do RJ (AHRC-FPS 092.001.001); Livro de Atas do Diretório Nacional do PRP / ata 246, 2.2.1962.

[224] Cf. TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974, p. 146. De acordo com Trindade, ainda, "*a camada superior, constituída pelos dirigentes nacionais, é integrada exclusivamente por membros da burguesia e média burguesia, sob a supremacia das elites intelectuais. A camada média dos dirigentes regionais encontra-se ainda sob preponderância da média burguesia intelectual que, com a burguesia e média burguesia dos oficiais ocupa quase três quartos dos postos de direção. A participação neste nível de integralistas oriundos da pequena burguesia e das camadas populares não ultrapassa a um quarto do total. Na camada inferior, a pequena burguesia e as camadas populares formam globalmente os três quartos do total dos militantes locais*". Idem, ibidem, p. 145.

Estes dados revelam, novamente, com peso ainda maior, a grande presença dos profissionais liberais (que provavelmente constituem a maior parte do que Saes chama de "classe média alta"), atingindo 44,6% do total, e chegando a 72% dos candidatos no Distrito Federal. O crescimento da presença destes profissionais liberais nas instâncias diretivas estaduais – em comparação com a massa de filiados e direções municipais – coloca em destaque sua provável posição de liderança e destaque, muitas vezes ligada às atividades por eles desempenhadas – dos 104 profissionais liberais recenseados, 36 eram advogados, 21 médicos, 13 professores, 6 farmacêuticos, 6 engenheiros, 6 jornalistas, 5 dentistas e 5 economistas.

Outro dado relevante é o fato de que 82,5% dos candidatos perrepistas recenseados situam-se na pequena burguesia, contra apenas 10,2% do conjunto da burguesia e 5,6% do proletariado. No entanto, a proporção entre as diferentes frações da pequena burguesia varia muito, com destaque para a enorme redução do peso dos agricultores. A presença de apenas 2 agricultores (0,9%) pode parecer surpreendente, levando-se em conta que estes compunham 33% das direções municipais do PRP no Rio Grande do Sul, ficando, ainda assim, com apenas um membro dentre os 52 candidatos em 1950 e um entre 40 candidatos em 1962. A explicação pode estar vinculada às condições de isolamento que caracteriza sua situação de trabalho. De acordo com Selbach Rudiguer, os "colonos" não participavam diretamente do combate político, mas, ao contrário, "*delegavam aos elementos mais fiéis, mais ortodoxos de seu 'way of life', a missão de dirigir a luta externa. (...) Imperando ali a pequena propriedade e não se tendo alterado substancialmente as 'instituições estratificadas', nem o domínio do velho grupo dirigente, o colono só pode escolher representantes sugeridos pela Igreja, pela burguesia citadina. O que vale dizer, elementos do PRP, UDN, etc*". [225]

No que se refere às direções regionais, encontramos dados relativos a diretórios de dezessete estados e dois territórios federais, entre 1957 e 1962. O perfil sócio-profissional dos dirigentes destes diretórios é apresentado na Tabela 4. Mais uma vez, fica evidente a preponderância de profissões que caracterizam um perfil social pequeno burguês, bastante semelhante ao dos candidatos ao parlamento. O conjunto destas profissões atinge um percentual de 85,5%, e novamente há a predominância dos profissionais liberais (29,1%), seguidos pelos trabalhadores da nova pequena burguesia (19,8%), funcionários públicos

[225] RUDIGER, Selbach. Por que o colono vota na direita? *Revista Brasiliense*, Rio de Janeiro, n. 45, 1963, p. 80-84, p. 82 e 84.

TABELA 4 – Perfil sócio-profissional dos membros dos diretórios regionais do Amazonas, Ceará, Guanabara, Goiás, Guaporé, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

PERFIL PROFISSIONAL	AM	CE	GB	GO	GP	MA	MG	MT	PI	PA
a) burguesia financeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
b) burguesia agrária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
c) burguesia industrial	0	0	1	2	0	0	2	1	0	0
d) peq. burguesia comercial	1	3	2	5	1	2	3	0	1	4
e) peq. proprietários rurais	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
f) oficiais militares	0	2	4	0	0	0	1	0	0	1
g) profissionais liberais	3	6	4	5	0	3	12	3	6	4
h) nova pequena burguesia	3	4	12	4	3	1	1	2	6	5
i) Funcionários públicos	4	5	12	1	4	4	1	0	2	3
j) trabalhad. ofícios manuais	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1
k) proletariado	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1
l) outros	1	1	5	2	3	1	1	5	0	1
TOTAL	15	21	43	21	11	11	21	11	15	21

PERFIL PROFISSIONAL	PB	PR	RO	RN	RJ	RS	SC	SE	SP	Total
a) burguesia financeira	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1 (0,3%)
b) burguesia agrária	0	0	0	2	0	1	0	0	0	4 (1%)
c) burguesia industrial	0	1	0	0	2	6	3	0	2	20 (5,2%)
d) peq. burguesia comercial	1	3	2	3	6	1	1	3	2	44 (11,3%)
e) pequen. proprietários rurais	0	0	0	3	0	1	0	0	0	6 (1,6%)
f) oficiais militares	0	0	0	1	0	1	2	0	0	12 (3,1%)
g) profissionais liberais	1	9	0	5	7	23	8	1	13	113 (29,1%)
h) nova pequena burguesia	6	3	1	2	3	7	9	3	2	77 (19,8%)
i) Funcionários públicos	2	4	7	4	3	0	13	2	2	73 (18,8%)
j) trabalhad. ofícios manuais	1	0	0	1	0	0	0	0	0	7 (1.8%)
k) proletariado	0	1	0	0	0	1	2	1	0	8 (2,1%)
l) outros	0	0	1	0	0	1	1	0	0	23 (5,9%)
TOTAL	11	21	11	21	21	43	39	10	21	388

Fontes: Livro de Atas do Diretório Nacional. Ata das reuniões de 11.11.1953 (GP), 27.8.1954 (MA), 13.3.1955 (SE), 10.10.1956 (SP), 17.10.1955 (PA,PB,MT,PR), 6.10.1956 (RJ, CE, RO), 12.7.1957 (MG), 12.2.1958 (GO), 23.4.1958 (PI), 29.5.1958 (RN), 8.11.1958 (RS), 2.7.1959 (AM), 13.3.1961 (SC). APHRC-FPS 021.003.003, FPS 021.004.004 e 022.004.004. Correspondência de Tucídides Pizza a Plínio Salgado, 10.2.1965 (GB). APHRC Pprpa 65.02.10/2.

(18,8%) e comerciantes (11,3%). Destaque-se ainda que a participação dos trabalhadores autônomos de ofícios manuais é bastante reduzida, com apenas 2,6% dos candidatos ao parlamento e 1,8% dos dirigentes regionais recenseados, o que parece reforçar a percepção de Saes de que os indivíduos componentes deste grupo, em sua maioria trabalhadores "manuais", têm maior tendência de identificação com o proletariado do que com os trabalhadores "não manuais", mesmo não sendo submetidos a relação de assalariamento.

3.2.6 O perfil da direção nacional

A investigação acerca do perfil sócio-profissional da Direção Nacional do PRP é dificultada pela inexistência de informações sobre a profissão dos membros do Diretório

Nacional do partido.[226] Assim, optamos por utilizar os dados relativos aos 103 signatários da Carta Aberta à Nação, de maio de 1945 - entendidos como uma espécie de direção nacional do movimento integralista às vésperas da constituição formal do PRP -; e também os dados relativos aos parlamentares que integraram a bancada do partido no Congresso Nacional entre 1945 e 1965.

A quase totalidade dos signatários da Carta Aberta à Nação ingressou no PRP e participou de suas instâncias diretivas. Embora o documento mencionasse a existência de "milhares de outras assinaturas", é razoável supor que os signatários listados fossem as principais lideranças nacionais da rearticulação integralista. Seu perfil soócio-profissional pode ser avaliado na Tabela 5:

TABELA 5 – Perfil sócio-profissional dos signatários da Carta Aberta à Nação, de 17.5.1945	
a) burguesia financeira[227]	2 (2%)
b) burguesia agrária	0
c) burguesia industrial	7 (6,8%)
d) pequena burguesia comercial	3 (2,9%)
e) pequenos proprietários rurais	0
f) oficiais militares	12 (11,6%)
g) profissionais liberais	62 (60,2%)
h) nova pequena burguesia	12 (11,6%)
i) funcionários públicos	0
j) trabalhadores de ofícios manuais	2 (2%)
k) proletariado	3 (2,9%)
l) outros	0
TOTAL	103 (100%)
FONTE: Seção Ineditorial: Carta Aberta à Nação Brasileira: a extinta Ação Integralista Brasileira no tribunal da opinião pública. Diário de Notícias, Porto Alegre, 17.5.1945, p.3 (MCSHJC).	

O perfil deste grupo distingue-se claramente do perfil dos dirigentes municipais e filiados do PRP, e também dos dirigentes estaduais e candidatos ao parlamento. Mantém-se a clara predominância da pequena burguesia, mas aqui com uma representação largamente majoritária dos profissionais liberais (60,2%), em sua quase totalidade desempenhando quatro ocupações profissionais: professores universitários (15), advogados (14), engenheiros (14) e médicos (14). Também é relevante a participação de oficiais militares (11,6%), o que em parte pode estar relacionado ao contexto político da publicação do documento.[228] Do total, 88,3% dos signatários pertencem às diferentes frações da pequena

[226] As profissões dos membros do Diretório Nacional não são registradas em nenhum livro de atas das convenções nacionais ou das reuniões do próprio Diretório Nacional.
[227] Tratava-se de Mário Antunes Maciel Ramos e Paulo Lomba Ferraz.
[228] Conforme discutimos anteriormente, o lançamento da Carta Aberta foi parte de um esforço dos integralistas em responderem às diversas denúncias que atingiam o movimento no contexto da

burguesia, 8,8 % pertenciam à burguesia, e apenas 2,9% eram operários. Há a presença de 12 trabalhadores da nova pequena burguesia (dos quais quatro bancários e dois comerciantes), e uma participação extremamente reduzida de comerciantes (apenas três) e trabalhadores autônomos de ofícios especializados (apenas um alfaiate e um motorista autônomo), e ausência completa de funcionários públicos (exceto militares) e agricultores.

Também os deputados federais e senadores do partido eram em sua grande maioria profissionais liberais, como evidencia a Tabela 6:

Tabela 6 – Perfil social dos deputados federais e senadores do PRP[229]

Parlamentar	Estado	Pertenceu à AIB?	Formação	Atividades Profissionais[230]
Abel Rafael Pinto	MG	Sim	Economia e Direito	Professor Universitário e comerciante
Afonso Anschau	RS	Não	Técnico em Contabilidade	Contador e comerciante
Alberto Hoffmann	RS	Sim	Técnico em Contabilidade	Contador
Arno Arnt	RS	Sim	Medicina	Médico e proprietário rural
Eurípedes Menezes	GB	Sim	Filosofia e Teologia	Radialista
Goffredo Silva Teles	SP	Sim	Direito	Professor universitário
Guido Mondin	RS	Sim	Contabilidade e Economia	Contador
Ivan Luz	PR	Sim	Direito	Advogado, Presidente INIC
Jorge Lacerda	SC	Sim	Medicina e Direito	Jornalista (editor)
José Loureiro Júnior	SP	Sim	Direito	Advogado
Luis Compagnoni	RS	Sim	Direito	Advogado, professor e jornalista (editor)
Marcos S Parente	PI	Não	Engenharia e Matemática	Engenheiro
Nestor Pereira	RS	Sim	Economia	Jornalista (editor)
Oswaldo Zanello	ES	Sim	Curso comercial inconcluso	Cafeicultor, proprietário de torrefação e de jornal
Plínio Salgado	SP	Sim	Ginasial incompleto	Jornalista e escritor
Ponciano dos Santos	ES	Sim	Padre e Filósofo	Padre
Raymundo Padilha	RJ	Sim	Economia	Jornalista (editor)
Rubem Fonseca	BA	Sim	Direito	Professor universitário
Ubirajara do Ceará	CE	Não	Direito	Procurador de Justiça
Wolfram Metzler	RS	Sim	Medicina	Médico e proprietário rural

Fonte: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*; *A Marcha*, documentação partidária (APHRC e CDAIBPRP).

O elemento que fica mais evidente no perfil dos parlamentares federais é a absoluta predominância de profissionais com diploma universitário (16 parlamentares, 80% do total), em especial bacharéis em direito (oito), economistas (quatro) e médicos (três), sendo que cinco parlamentares tinham dupla formação superior. Dentre os quatro restantes, dois eram técnicos em contabilidade (ainda que muitas vezes se apresentassem como

redemocratização. Tendo em vista estas denúncias (particularmente as que acusavam os integralistas de espionagem pró-nazista), a subscrição de oficiais militares ao documento tinha enorme importância política.

[229] A tabela inclui todos os deputados federais e senadores que assumiram mandatos em caráter efetivo pelo PRP, desconsiderando os suplentes que assumiram por curto período. Não inclui o deputado federal Carlos Faria de Albuquerque (BA) e o senador Silvério del Caro (ES), em vista da insuficiência de informações.

[230] Atividade(s) que exercia quando foi eleito pela primeira vez deputado ou senador.

economistas), e outros dois não tinham concluído o ensino médio, dentre eles o "Chefe Nacional", que abandonou os estudos após a morte de seu pai. Percebe-se, ainda, que apenas dois parlamentares não integraram a Ação Integralista Brasileira,[231] o que revela a pouca permeabilidade à ascensão de novas lideranças e a importância determinante do passado integralista para a projeção das lideranças do PRP. Dentre os 17 que foram filiados a AIB, pelo menos 11 ocuparam cargos dirigentes no movimento, ainda na década de 1930.[232] Cabe destacar também que ao menos três parlamentares eram proprietários rurais: Arno Arnt, Wolfram Metzler e Oswaldo Zanello, com destaque para este último, que além de cafeicultor na região de Colatina (ES), era proprietário da Torrefação Mojiana, no Rio de Janeiro,[233] e do jornal *Folha de Colatina*. Arno Arnt, por sua vez, foi fundador e presidente da Associação Rural do município de Canoas por vários anos, e integrante da Diretoria da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.[234] Já o deputado Abel Rafael Pinto era proprietário da Malharia Santo Inácio, em Juiz de Fora. Quando assumiu na Câmara, recebeu uma homenagem que contou com a participação dos presidentes da Federação das Indústrias de Minas Gerais e da Associação Comercial daquele estado, além de outras entidades de classe.[235] Arno Arnt e Wolfram Metzler, em suas fichas partidárias, apresentavam-se apenas como médicos, mesmo possuindo propriedades rurais, o que deve nos levar a admitir a possibilidade de que também outros integrantes das diferentes instâncias partidárias, ainda que se apresentassem como médicos ou advogados, fossem também proprietários rurais, comerciantes ou industriais.

As diferenças na composição social dos quatro níveis aqui analisados (simpatizantes, dirigentes municipais e filiados, dirigentes estaduais e dirigentes nacionais)

---

[231] Anschau foi deputado federal entre 1962 e 1965, depois de dois mandatos como deputado estadual. Parente rompeu com o partido logo no início de seu mandato, ingressando na UDN.

[232] Além do "Chefe Nacional" Plínio Salgado, são os seguintes: Eurípedes Cardoso de Menezes, editor da revista *Anauê;* Goffredo da Silva Telles Júnior e Jorge Lacerda, dirigentes estudantis; José Loureiro Júnior, Chefe de Gabinete do "Chefe Nacional"; Nestor Pereira, membro da Direção Regional no Rio Grande do Sul; Oswaldo Zanello, dirigente regional no Distrito Federal; Ponciano dos Santos e Wolfram Metzler, integrantes da "Câmara dos Quatrocentos" da AIB; Raimundo Padilha integrante do Conselho Nacional e do Conselho Supremo Chefe Provincial no Rio de Janeiro; e Ubirajara Índio do Ceará, Chefe Provincial no Ceará. Padilha, Zanello, Ponciano e Lacerda tiveram participação destacada na articulação do levante integralista de 1938, sendo que os três últimos participaram da ação armada.

[233] Cf. ZANELLO, Oswaldo. *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*, op. cit., p. 6142.

[234] Cf. Na Diretoria da Federação Rural do Rio Grande do Sul o Dr. Arno Arnt. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.7.1953, p. 7.

[235] Cf. Expressiva homenagem ao deputado Abel Rafael Pinto. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.2.1959, p. 4. Pinto recebeu também o apoio oficial da Diocese de Juiz de Fora. Cf. Abel Rafael: um nome bíblico para salvar o Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1959, p. 6.

podem ser visualizadas na Tabela 7, que reúne os índices médios por segmento em cada um destes âmbitos.

TABELA 7 – Índice médio dos grupos sociais dentre os simpatizantes do PRP, os dirigentes municipais e eleitores, os signatários da Carta Aberta e os candidatos a deputado

	Simpatizant M. Gerais	Dir. munic. e filiados	Candidatos a deputado	Dirigentes Estaduais	Signatários Carta Aberta
a) burguesia financeira	0	0	0	0,3%	2%
b) burguesia agrária	22,2%	1,3%	4,7%	1%	0
c) burguesia industrial	0	7,4%	5,5%	5,2%%	6,8%
d) peq. burguesia comercial	15,7%	12,9%	8,1%	11,3%	2,9%
e) peq. proprietários rurais	1,9%	19,6%	0,9%	1,6%	0
f) oficiais militares	0	0,5%	3,4%	3,1%	11,6%
g) profissionais liberais	23,1%	10,5%	44,4%	29,1%	60,2%
h) nova pequena burguesia	15,8%	22,2%	13,3%	19,8%	11,6%
i) funcionários públicos	6,5%	7%	9,4%	18,8%	0
j) trab. de ofícios manuais	1,9%	11,9%	3%	1,8%	2%
k) proletariado	12%	3,9%	5,6%	2,1%	2,9%
l) Outros	0,9%	4,8%	1,7%	5,9%	1%

Fonte: Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5.

Comparando-se a composição dos dirigentes municipais e filiados com a dos signatários da Carta Aberta, é fácil perceber a diferença no peso relativo dos diferentes setores constituintes da pequena burguesia em cada âmbito. Um exemplo claro é o índice de profissionais liberais, que é de 60,2% dentre os signatários e de 10,5% dentre os dirigentes municipais e filiados. Em contrapartida, os integrantes da pequena burguesia tradicional (agricultores e comerciantes) constituem 32,5 % destes últimos e apenas 2,9% dos signatários; integrantes da nova pequena burguesia somados aos funcionários públicos e militares perfazem 29,7% dos dirigentes e filiados e 23,2% dos signatários, e os trabalhadores de ofícios manuais constituem 11,9% dos primeiro grupo e apenas 2% do segundo. Percebe-se, assim, que os estratos superiores da pequena burguesia, em especial os profissionais liberais (que parecem corresponder aos que Trindade denomina de “média burguesia intelectual”), seguem majoritários na direção integralista e em sua bancada parlamentar, enquanto nas instâncias inferiores do partido há uma maior participação de integrantes dos segmentos inferiores da nova pequena burguesia, e também da pequena burguesia tradicional.

3.2.7 O PRP e a pequena burguesia

O discurso do PRP é claramente voltado para a pequena burguesia, visando disputá-la e arregimentar as maiores parcelas possíveis destes setores no partido. Durante todo o período de existência do partido, são recorrentes as mensagens dirigidas diretamente a

estes setores, visando sensibilizá-los para a mensagem do partido, alertá-los do "perigo comunista" e concitá-los à defesa dos seus interesses. Uma afirmação recorrente era a que caracterizava a "classe média" como o setor "mais oprimido", o que evidentemente deveria causar estranheza nos segmentos proletários que eventualmente a ouvissem ou a lessem. Em 1950, o jornal Idade Nova afirmava:

> O PRP, numa fase da vida política nacional em que o dinheiro tudo representa como garantia de propaganda pelo rádio e pela imprensa, aparece no quadro da vida partidária do país como **uma agremiação tipicamente expressiva da classe média**, lutando por isso mesmo, com a falta de recursos financeiros inerente a **mais oprimida parte da população brasileira**.[236]

Como lembra Décio Saes, o temor da proletarização levava parcelas da "classe média" a assumir "*posições antiproletárias e repressivas*", o que explicaria "*a rápida conquista de uma base de 'massa' (aproximadamente, 500 mil membros), pela Ação Integralista Brasileira*".[237] Este temor seguia sendo estimulado pelo PRP, como se percebe nesta afirmação de Salgado: "*Sentimos que, em nossa Pátria, há o desaparecimento da classe média, que está comprimida entre o proletariado e a grande burguesia.* ***Sentimos a proletarização crescente do pequeno burguês***".[238] Em 1953, Salgado levava ao extremo tal diagnóstico, afirmando que os integrantes da "classe média" seriam "*os flagelados em seca permanente, que não recorrem aos poderes públicos, que não se valem da benemerência das nobres damas da granfinagem caritativa. Representam a miséria dourada, sempre com um sorriso nos lábios e uns ares de quem nada precisa*", constituindo "*os desesperados que não gritam, não fazem greves, não empunham estandartes de reivindicações, e passam a vida de aflição em aflição, até o dia em que um enfarto do miocárdio lhes liquida as contas opressivas*".[239] A necessidade de aparentar um padrão de vida elevado, da qual os proletários estariam dispensados, agravaria o "flagelo" da "classe média":

> Essa grande classe média de professores, advogados, médicos, engenheiros, bancários, empregados do comércio, pequenos funcionários (é lógico que não me refiro aos tubarões da alta categoria, que ganham vinte, trinta, cinqüenta contos mensais desgraçando com os orçamentos públicos) é obrigada a andar bem vestida no seu emprego, a trazer os sapatos bem engraxados, a barba bem feita, a mulher e os filhos com certa apresentação. Não podem os que pertencem a esta classe, morar no morro, pendurando seu barracão em frente aos arranhas-céus de Copacabana ou Botafogo. São obrigados a morar, pelo menos,

---

[236] O PRP nas eleições de outubro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 14.11.1950, p. 1. Grifos meus.
[237] SAES, Classe média e política, op. cit., p. 498.
[238] SALGADO, Discurso de Niterói. In: *Discursos*, op. cit., p. 121. Grifo meu.
[239] SALGADO, Plínio. A grande bandeira. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.3.1953, p. 3.

> em algum apartamento e hoje o aluguel dos apartamentos vem se tornando uma das causas prováveis da inevitável revolução social [sic], pelo preço exorbitante a que os tem elevado a especulação imobiliária. São forçados a comer em restaurantes de toalha limpa, onde um bife com batatas custa o preço de um império. O flagelado da classe média não pode deixar de ter a mulher e os filhos vestidos e calçados de acordo com a sua posição social.[240]

Considerando que "*a maior inimiga do comunismo é essa classe média, porque apesar de tudo é* ***na classe média que estão os fundamentos morais e intelectuais da Nação****"*, em 1953, Salgado colocava a defesa da classe média como sendo "*a grande bandeira que temos de desfraldar na hora presente*", lançando-lhe sua conclamação:

> **Eis que é chegado o momento de, ao slogan de Marx, opormos o novo slogan, gritando aos quatro ventos:** "**Homens e mulheres de classe média uni-vos**". E, talvez, desse apelo advenha a salvação do Brasil. Pois eu confio em que toda a essência vital da Nacionalidade, todo o poder espiritual do nosso tempo, toda a capacidade de altruísmo, de abnegação, de sacrifício, de luta, ainda se encontram – como um reservatório precioso – nesses homens e mulheres, que arriscam diariamente a vida nos "lotações", que vivem absorvidos pelos problemas do equilíbrio do orçamento doméstico, **que sentem a dupla compreensão dos dois extremos da sociedade, cujo egoísmo eleva o custo de vida e agrava os sofrimentos da Nação**. Pela classe média desfraldarei a grande bandeira. A bandeira que os partidos não querem desfraldar por viverem do fetichismo e da idolatria das grandes massas. A bandeira de que o Capitalismo e o Comunismo não querem ouvir falar. A bandeira esquecida pelos próprios interessados, absorvidos pelos seus problemas pessoais.[241]

Seguindo a mesma linha, também Raymundo Padilha denunciava a proletarização da classe média, responsabilizando a legislação trabalhista que "*descapitaliza a Nação*

---

[240] Idem, ibidem.

[241] Idem, ibidem. Grifos meus. Este tipo de representação evidentemente não é uma exclusividade dos integralistas. Em artigo escrito em 1921, Gramsci chamava a pequena burguesia italiana de "povo dos macacos", em referência à novela "*O livro da selva*", de R. Kipling, e ironizava sua auto-percepção de superioridade: "*o povo dos macacos acredita ser superior a todos os outros povos da selva, acredita possuir toda a inteligência, toda a intuição, todo o espírito revolucionário, toda a sabedoria de governo, etc., etc.* GRAMSCI, O povo dos macacos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*, Volume 2, op. cit., p. 31. Também é bastante evidente a semelhança da proclamação de Salgado com matéria do jornal nazista *Völkischer Beobachter* em julho de 1932: "*Classes médias, escutem! Há anos, o sistema funciona a expensas das classes médias artesanais e comerciantes. As classes médias e o campesinato eram um dos pilares mais sólidos do Estado. Mas, com a ascensão do marxismo e do capitalismo financeiro, estas classes foram cada vez mais prejudicadas. Apesar de que foram, entre todas as camadas sociais, as que fizeram os maiores sacrifícios durante a guerra, a inflação lhes arrancou seus últimos bens. Mas isto não foi suficiente: além disso, chegaram, para terminar de tirar-lhes a paz, as nacionalizações insensatas, a competição monstruosa da produção em massa, uma carga fiscal insuportável provocada pelos decretos leis e a deflação. (...) Mas com o nacional-socialismo aparaceu um novo defensor de vossos interesses, que reconhece em seu justo valor a importância das classes médias, e que sabe que todas as classes médias são um componente essencial do Estado!"*. Apud. BURON, Trabalho & GAUCHOM, P. *Los fascismos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1983. Biblioteca Actual, p. 110-111.

diariamente, com uma legislação social inspirada em pura demagogia, enquanto empobrece diariamente esta Nação",[242] gerando o "*fenômeno mais grave*"*:*

> Não se trata da proletarização do proletário, que já o é, mas da proletarização do homem médio, do médico, do bacharel, do engenheiro, do arquiteto, do jornalista, **do homem, em suma, que tem todo o trabalho intelectual, reduzido esse quase a trabalho servil neste país**. Ganha, em Santos, CR$ 6.000,00 [R$ 2.967,61] o garção do hotel em que eu estive hospedado, enquanto o médico-cirurgião percebe apenas CR$ 2.000,00 [R$ 1.023,02]. É a destruição da classe média.[243]

Estes trechos fornecem diversos elementos para compreender a perspectiva dos integralistas, na construção da tese de que a "classe média" seria a "maior explorada". Os proletários seriam "privilegiados" por não precisarem manter as aparências e poderem, sem maiores preocupações, "pendurar seu barracão em frente aos arranha-céus". Numa inversão evidente, o proletário era convertido em explorador, seja por reivindicar aumentos e gerar a inflação, seja por "descapitalizar a Nação", ao usufruir direitos sociais, seja por "comprimir a classe média", ao querer melhores condições de vida. Até mesmo os flagelados da seca seriam culpados pelo "gasto do dinheiro público". Fica claro, ainda, que o discurso integralista era dirigido aos profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, professores, economistas, jornalistas) e trabalhadores médios (comerciários, bancários) e, com ressalvas, aos funcionários públicos (excluindo os "tubarões de alta categoria"). Mesmo "explorados" e enfrentando as maiores dificuldades, os integrantes desta "classe média" constituiriam um "reservatório precioso" de altruísmo, abnegação, sacrifício e luta, portadores de "toda a essência vital da Nacionalidade", e imunes ao "fetichismo" e "idolatria" que atingiria as "grandes massas". Ressalte-se, ainda, a conclamação para a intervenção coletiva destes setores enquanto "classe", como a única imune aos defeitos da "burguesia" e do proletariado, e portanto, a única capaz de corrigir as injustiças e construir a "grandeza nacional" almejada. Já os proletários - responsabilizados por estimular a luta de classes, agravar as dificuldades enfrentadas pela classe média e ainda esvaziar os cofres públicos -, não seriam merecedores de qualquer atenção especial, nem eram vistos como protagonistas do projeto integralista.[244]

---

[242] Posição e responsabilidade da classe média: importante discurso do deputado Raymundo Padilha na Câmara Federal. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 1,4 e 11.

[243] Idem, ibidem. Grifo meu. Perceba-se que a utilização do termo "classe média" por Raymundo Padilha é mais restrita, pois enquanto Plínio Salgado incluía nominalmente os empregados do comércio na classe média, Padilha definia o "homem médio" pelo "trabalho intelectual", excluindo explicitamente o garçom, escandalizando-se com o salário por ele recebido.

[244] A contradição gerada pela situação de necessitar de votos mas desprezar e desqualificar as massas é marcante de todo o período de existência do Partido de Representação Popular. Em 1958, com a formação da

Da uma maneira análoga, também o "empobrecimento dos agricultores" era denunciado, propondo-se uma "verdadeira reforma agrária" que garantisse condições de prosperidade às pequenas propriedades rurais, através da *reabilitação da vida rural à dignidade que a emparelhe às demais atividades produtoras nacionais*" e combatendo "*a subversão social, a agitadora intranqüilidade coletiva, o furor reformista dos superficiais, a desarmonia gerando o rancor recíproco entre brasileiros, a revolta promovendo a sabotagem, ativa ou passiva, a desorganização, a desconfiança, a insegurança resultando em maior decréscimo da produção, da riqueza geral, do consumo*".[245] Em um panfleto que reproduzia um manifesto do PRP "aos agricultores do Rio Grande do Sul", o partido lembrava que "*nossos colonos repelem o comunismo e o PRP é o inimigo número 1 do comunismo*", concluindo que os colonos "*não têm a proteção que merecem. Por isto precisam de um partido que se interesse de maneira especial em atender as suas necessidades. Esse partido é o Partido de Representação Popular*".[246] Fica clara, desta forma, a perspectiva do partido de falar em nome dos agricultores, colocando-se como seu "protetor" para "atender suas necessidades". É uma relação nitidamente diferente da estabelecida com os profissionais liberais e trabalhadores médios urbanos. Enquanto a estes últimos, os integralistas apresentavam o PRP como o "seu partido", aos agricultores apresentavam-se como seus "representantes", oferecendo proteção e atendimento a suas necessidades, conforme as peculiaridades da pequena burguesia rural apontadas por Marx:

> À medida que entre os pequenos camponeses existe apenas uma conexão local e a mesmidade de seus interesses não cria entre eles nenhuma comunidade, nenhuma ligação nacional e nenhuma organização política, eles não constituem uma classe. São, por isso, incapazes de impor o seu interesse de classe em seu próprio nome, seja através de um Parlamento, seja através de uma convenção. **Eles não conseguem representar-se, precisam ser representados**. Ao mesmo tempo, seu representante precisa aparecer como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental ilimitado que os proteja das outras classes e, do alto, lhes mande sol e chuva.[247]

Em um artigo publicado na década de 1970, já depois do fim das atividades dos PRP, Salgado enfatizava mais uma vez a necessidade de "conscientização" da "classe média", visando sua ação política:

União Operária e Camponesa, os integralistas constituíram uma alternativa de "conscientização" e mobilização das massas populares nos moldes de sua ideologia, conforme discutiremos no capítulo 6.

[245] Congresso Revolucionário [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 19.2.1948, p. 2

[246] Panfleto "Aos agricultores do Rio Grande do Sul", maio de 1946 (CDAIBPRP).

[247] MARX, Karl. O "coup de main" de Luis Bonaparte. In: FERNANDES, op. cit., p. 283-288 (texto extraído de O 18 brumário de Luis Bonaparte), p. 284.

> No dia em que a classe média, hoje desunida e entregue ao fatalismo e ao sabor dos exploradores de esquerda e dos reacionários da extrema-direita, tomar consciência de sua alta significação e da força que representa, o Brasil estará livre do terrorismo, da anarquia, das subversões e encontrará seu luminoso caminho para um futuro de ordem, hierarquia de valores e nobre idealismo que alimenta os povos fortes e realizadores.[248]

Aqui, em um contexto político diverso, onde as ameaças nomeadas são diversas ("terrorismo", "subversão", "anarquia"), novamente a união da "classe média" é apontada como solução e alternativa para derrotar os "exploradores da esquerda" e, curiosamente, também os "reacionários da extrema-direita". É muito difícil identificar quem seriam estes últimos para Salgado, no contexto de uma repressiva ditadura de direita que contava com seu total apoio. O certo é que mais uma vez era apresentada uma perspectiva nitidamente hierarquizadora, que nos parece estar diretamente relacionada à concepção de democracia assumida pelo partido e à polaridade entre "povo" (culto, educado, consciente) e massa (inculta, ignóbil, irracional) que a fundamenta, conforme discutiremos no capítulo 9.[249]

3.2.8 Pequena burguesia e projeto social

A observação da nítida predominância da pequena burguesia nas diversas instâncias da direção, na militância e no eleitorado integralista, ainda que em proporções diferenciadas, nos obriga a refletir acerca das condições que envolvem sua atuação política. Uma característica central que deve orientar nossa investigação é sua heteronomia, ou seja, sua incapacidade de produzir e sustentar um projeto próprio e autônomo frente às classes fundamentais. Diversos autores analisam esta característica enfatizando a tendência de subordinação da pequena burguesia (tratada muitas vezes como "classe média") à grande burguesia. Marilena Chauí observa que *"o inconformismo e mesmo o radicalismo das classes médias (...) não conduzem para um projeto autônomo"*:[250]

> Tanto do ponto de vista histórico efetivo quanto do ponto de vista da posição estrutural, a classe média **não pode ser portadora de um projeto político autônomo** e, pelo contrário, mesmo quando suas propostas divergem daquelas defendidas pela classe dominante, a divergência não chega a constituir sequer um antagonismo real, de sorte que, bem ou mal, as classes médias estão atreladas à classe dominante ou a reboque dela. Fundamentalmente, mostra-se que a heterogeneidade da composição, a ambigüidade ideológica, a "despossessão" econômica, o medo da proletarização e o desejo de ascensão

---

[248] SALGADO, Plínio. A classe média. Artigo publicado pelos *Diários Associados*, 7.5.197[?] (APHRC-FPS 005.044.004). Grifos meus.

[249] Também esta distinção estava já presente na Ação Integralista Brasileira. Em 1934, Salgado escrevera, em livro voltado para os que constituiriam a "vanguarda integralista": *"Não podemos de maneira nenhuma cortejar a massa popular. Ela é o monstro consciente e impreciso"*. SALGADO, Plínio. *Palavras Novas aos tempos novos.* Rio de Janeiro: Panorama, 1934, p. 49.

[250] CHAUÍ, op. cit., p. 62.

> fazem da classe média não apenas uma classe conservadora, mas visceralmente reacionária.[251]

Também Gramsci afirmava que a pequena burguesia "*se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado*".[252] Sua análise sublinhava sua tendência à subserviência frente à burguesia:

> A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o "fascismo", revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contra-revolução. Mas revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica: o povo dos macacos enche as crônicas, não faz história; deixa traços nos jornais, não oferece material para livros.[253]

No mesmo sentido, também Saes aponta sua heteronomia, indicando que a definição da "classe média" sempre se faz "*em última instância, em função do conflito principal*", pois "*os grupos médios não constituem um dos agentes sociais da oposição entre as classes; assim, sua prática política deve aceitar a definição, estabelecida pelas classes antagônicas, das linhas gerais do conflito principal*",[254] tendo em vista a "*contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia: enquanto classe trabalhadora, tende a se solidarizar com o proletariado*".[255] Ainda assim, Saes ressalva que "*os agentes secundários podem tornar-se, em certas circunstâncias, agentes políticos importantes*",[256] o que sublinha a importância da análise de seu comportamento político e sua relação com as classes antagônicas fundamentais. Poulantzas, por sua vez, também aponta a tendência à heteronomia, mas enfatiza que isto não implica que sua intervenção política seja irrelevante ou necessariamente atrelada à burguesia:

> **A pequena burguesia não tem posição política de classe própria e autônoma a longo prazo.** Isso significa, simplesmente, que só há, em uma formação social capitalista, o

---

[251] Idem, ibidem, p. 59. Grifo meu. A autora trata especificamente do integralismo, mencionando a correspondência enviada por Plínio Salgado a Getúlio Vargas logo após o fechamento da AIB em 1938, como evidência da subordinação da "classe média" à "classe dominante": "*O que há de interessante nesta carta não é tanto a subserviência nem os inevitáveis conchavos com quem de direito, não é o aspecto 'palaciano' nem a intenção de participar da grande política. O que nela interessa (...) é a* ***afirmação do atrelamento da classe média à classe dominante"***. Idem, ibidem, p. 108. Grifo meu. Para ela, "*o que é característico do atrelamento integralista, que faz de seus dirigentes e militantes massa de manobra de Vargas é o fato de que, sob a bandeira do combate ao comunismo, a classe média desse período serve de ponta de lança para a repressão exercida contra o proletariado"*. Idem, ibidem, p. 108.
[252] GRAMSCI, O povo dos macacos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*, Volume 2, op. cit., p. 32.
[253] Idem, ibidem, p. 33.
[254] SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*, op. cit., p. 18.
[255] SAES, Classe média e política, op. cit., p. 452.
[256] SAES, *Classe média e sistema político no Brasil*, op. cit., p. 18.

> caminho burguês e o caminho proletário (o caminho socialista): não existe "terceiro caminho", ao contrário das diversas concepções da "classe média". As duas classes fundamentais são a burguesia e a classe operária: não pode existir, principalmente, "modo de produção pequeno-burguês". O que faz, entre outras coisas, com que a pequena burguesia **não tenha sido jamais, em lugar nenhum, a classe dominante politicamente. (...)** O fato de ela não ter posição política de classe autônoma a longo prazo significa que as posições de classe da pequena burguesia só podem situar-se na relação de força burguesia/classe operária, e reunir por esse meio (atuar a favor ou contra) quer as posições de classe da burguesia, quer as posições de classe da classe operária.[257]

Poulantzas também ressalvava que a pequena burguesia pode "*intervir, em conjunturas determinadas, e a curto prazo, na cena política, como autêntica força social, com um peso próprio e de uma forma relativamente autônoma*", ainda que isso se desse em condições bastante peculiares e não implicasse em um projeto autônomo: "*Nesses casos bastante raros (pois implicam o fato excepcional de uma organização da pequena burguesia em um partido pequeno burguês específico) essa posição conjuntural relativamente autônoma atua, ela também, situada na perspectiva histórica num prazo mais longo, seja para a burguesia, seja para a classe operária*".[258] Uma implicação desta posição é a consideração de que, em sua maioria, os partidos que se apresentam como "pequeno-burgueses", ou seja, como representantes da "classe média", são na realidade representantes de interesses burgueses no seio da pequena burguesia:

> Partidos políticos pequeno-burgueses no sentido rigoroso, isto é, partidos que representam efetivamente a longo prazo e de forma dominante, os interesses específicos da pequena burguesia, raramente existiram. Em compensação, o que se encontra mais freqüentemente são partidos burgueses de clientela pequeno burguesa (mas também operária), ou seja, partidos que representam, de forma predominante, interesses burgueses, mas que sabem assegurar-se o apoio da pequena burguesia.[259]

A constatação da heteronomia da pequena burguesia não significa que sua intervenção política seja pouco relevante, mas apenas que esta se dá sempre articulada ou subordinada a uma das classes fundamentais. Assim, a intervenção de um movimento que arregimenta e mobiliza setores da pequena burguesia para um projeto antioperário e subordinado à ordem vigente é um fenômeno da maior importância na luta de classes.[260]

---

[257] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 324.
[258] Idem, ibidem, p. 325-6.
[259] Idem, ibidem, p. 367.
[260] Uma eventual aproximação entre setores da pequena burguesia e o proletariado era dificultada pela situação de clandestinidade do PCB, a partir de 1947. Ainda assim, tal aproximação ocorria, de maneira parcial, no âmbito das políticas estudantil e sindical, tendo em vista a importância que tinha no período o movimento estudantil e o sindicalismo pequeno-burguês.

Outro elemento relevante para a análise do comportamento político da pequena burguesia é sua relação particular com o Estado, pautada pela percepção de um "Estado neutro". Para Poulantzas, esta relação seria marcada por "*uma atitude complexa de identificação da pequena burguesia com um Estado que ela considera como sendo de direito seu Estado e seu representante e organizador político legítimo*", o que poderia conduzi-la à defesa de um "'*Estado forte', sob a forma de 'cesarismo social'*", e inclusive à defesa do corporativismo:

> O papel do Estado como aparelho de dominação de classe foi vivido como "perversão" de um Estado onde seria necessário "restaurar a autoridade", "democratizando-o", isto é, abrindo-o para a pequena burguesia, fazendo-o respeitar "o interesse geral", ficando entendido que o "interesse geral" corresponde ao seu como classe intermediária, mediadora entre a burguesia e o proletariado: é aqui que se encontra uma tendência à concepção do "Estado corporativo".[261]

Embora os integralistas arregimentassem tanto setores da pequena burguesia urbana como rural, justifica-se uma atenção particular a esta última, tendo em vista sua relevância enquanto base social do PRP e, principalmente, em razão do fato de que os vários partidos que voltavam sua intervenção à pequena burguesia urbana tinham muito pouca penetração entre os pequenos proprietários rurais.[262] Já os grandes partidos burgueses – PSD e UDN – tinham forte penetração rural, mas seus laços explícitos com o latifúndio obstaculizavam seu avanço no meio pequeno burguês rural. Desta forma, acreditamos que era especialmente pela sua intervenção arregimentando e expressando politicamente os pequenos proprietários rurais que o PRP desempenhava um papel relevante para a dominação burguesa, obtendo a incorporação destes no processo político e seu apoio à ordem vigente. O fato de que os pequenos proprietários rurais delegassem a terceiros – advogados, médicos, comerciantes, etc. – a tarefa de representá-los na direção partidária e no parlamento, em nada anula ou diminui a relevância política da expressão de seu apoio à dominação burguesa.

---

[261] POULANTZAS, *As classes sociais no capitalismo hoje*, op. cit., p. 320.

[262] O mais provável motivo para a pouca inserção destes partidos é o fato de defenderem políticas reformistas, que não tinham ressonância dentre os pequenos proprietários rurais. Dentre eles, destacam-se o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Socialista Brasileiro. O cientista político Áureo Busetto inclui também entre os partidos reformistas o Partido Democrata Cristão, que teria defendido uma "*modernização reformista visando um capitalismo social"*. BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil:* princípios e práticas. Tese de Doutorado em História, São Paulo, USP, 1998, p. 59. Também a União Democrática Nacional, partido essencialmente burguês, tinha uma importante base de apoio na pequena burguesia urbana, particularmente em seus estratos superiores.

Marx apontou alguns aspectos da configuração de classe da pequena burguesia rural, enfatizando seu atraso e isolamento e sua tendência ao conservadorismo:

> Os pequenos camponeses constituem uma massa monstruosa, cujos membros vivem na mesma situação, mas sem entrarem em múltipla relação entre si. Seu modo de produção isola-os uns dos outros, ao invés de levá-los a um intercâmbio mútuo. (...) Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão de trabalho, nenhuma aplicação de métodos científicos, portanto nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa individual quase basta a si mesma, produz imediatamente ela mesma a maior parte de seu consumo e consegue, assim, os seus meios de subsistência mais em trocas com a natureza do que em intercâmbio com a sociedade. A pequena propriedade, o camponês e a família; ao lado, outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Uma ninhada disso constitui uma aldeia e uma ninhada de aldeias constitui um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa é formada através da simples adição de grandezas homólogas, assim como batatas em um saco formam um saco de batatas. À medida que milhões de famílias vivem sob condições existenciais-econômicas que separam o seu modo de vida, seus interesses e sua formação cultural dos das outras classes e os antepõem hostilmente, elas constituem uma classe.[263]

As condições de transporte e comunicação em meados do século XX diferem daquelas da realidade analisada por Marx um século antes. Ainda assim, ao menos em parte tal realidade se verificava nas regiões de pequena propriedade rural no interior brasileiro. Referindo-se à pequena burguesia italiana, também Gramsci enfatiza as conseqüências políticas da dispersão territorial: "*os limites deste grupo e as razões de sua fraqueza íntima situam-se em sua dispersão territorial e na 'não-homogeneidade' ligada a esta dispersão*". *Isto explica também outras características: a volubilidade, a multiplicidade dos sistemas ideológicos que aderem, a própria extravagância das ideologias algumas vezes adotadas*".[264] Outro elemento relevante pelas suas implicações políticas, analisado por Reich, é a situação familiar especial da pequena burguesia rural, decorrente do fato de que "*o modo de produção do agricultor exige uma estreita ligação familiar entre todos os membros da família, ligação essa que pressupõe uma forte repressão e recalcamento sexuais*".[265] De acordo com ele, "*os pequenos agricultores são muito permeáveis à ideologia e à política reacionárias, em conseqüência da sua economia individualista e do seu grande isolamento familiar*".[266] Isto não passou desapercebido a Hitler, que teve na pequena burguesia rural um agente ativo no processo de afirmação do nazismo, e logo após ascender ano poder, decretou a lei "A Nova Ordem da Propriedade

---

[263] MARX, Karl. O "coup de main" de Luis Bonaparte. In: FERNANDES, op. cit., p. 284.
[264] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 63.
[265] REICH, op. cit., p. 46.
[266] Idem, ibidem, p. 62.

Agrícola" (12.5.1933), retomando "*códigos legais antiqüíssimos, partindo do princípio da 'unicidade indissolúvel do sangue e da terra'*", e estabelecendo que "*só um dos filhos do proprietário pode herdar a propriedade. É o herdeiro legal. Os outros descendentes vivem na propriedade até se tornarem economicamente independentes*".[267] Este episódio é revelador, já que naquele contexto a adoção de uma legislação claramente pré-capitalista - ainda que em termos imediatos pudesse limitar o desenvolvimento capitalista - teve grande importância para a obtenção do apoio da pequena burguesia rural a um projeto político que expressava os interesses do grande capital.

O contexto específico da pequena burguesia rural brasileira do período em análise, em sua maioria concentrada em regiões de colonização teuta e italiana é discutido por Selbach Rudiguer, em artigo publicado em 1963. O autor discute as razões da vinculação dos pequenos proprietários rurais destas regiões com os partidos de direita, e conclui que dentre elas estariam "*o fato puro e simples da condição de homem do campo, sempre avesso às novidades, apegado às tradições, amigo da regularidade e a influência dos órgãos sabidamente a serviço dos interesses da burguesia, como o Clero, a que o colono, à semelhança do camponês brasileiro, dificilmente escapa*". Além disso, ressalta que "*o colono foi sempre apegado à pequena propriedade. Teria que pensar e agir em termos conservadores, dentro do mais estrito individualismo. (...) A expressão política do colono se acha grandemente determinada pelo regime de propriedade que sustenta – a pequena propriedade – que traz consigo o conservadorismo e mesmo o reacionarismo*".[268] Ainda assim, tal posicionamento não estava definido a priori, mas, ao contrário, deve-se em grande parte exatamente à intervenção integralista em defesa da pequena propriedade, sempre sustentada em termos claramente conservadores. A intervenção de um partido que a defendesse é de grande relevância, já que a tendência histórica com a evolução "natural" do capitalismo é sempre no sentido de sua aniquilação, a não ser que tal tendência fosse compensada no terreno político.[269] E a crise da pequena propriedade rural, que se esboçava no período, tendia a gerar uma crise na dominação burguesa, já que "*torna-se naturalmente irreligiosa a pequena propriedade rural rebentada de dívidas, em divergência com a*

---

[267] Idem, ibidem, p. 47-8.
[268] RUDIGUER, op. cit., p. 80-1.
[269] É por este motivo que nos primórdios do capitalismo, a ordem burguesa *"colocou o Estado como sentinela diante da recém-criada pequena propriedade rural"*. MARX, Karl. O "coup de main" de Luis Bonaparte. In: FERNANDES, op. cit., p. 287.

sociedade e a autoridade, impelida para além de sua própria limitação".[270] Por outro lado, não há como negar que toda a ação política integralista em defesa da pequena propriedade, ainda que atenuasse tal processo e postergasse o agravamento da crise da pequena burguesia rural, não tinha como reverter a tendência histórica imposta pelas relações capitalistas.

3.3 O financiamento partidário

A investigação acerca das formas de financiamento partidário é bastante dificultada pela pouca disponibilidade de documentos. Assim, é compreensível que, salvo engano, não exista nenhum estudo sistemático sobre o financiamento dos partidos políticos que atuaram entre 1945 e 1965. No que se refere ao PRP, a partir de correspondências e alguns relatórios esparsos, é possível obter algumas informações, ainda que não permitam uma avaliação conclusiva. Mesmo em documentos onde são mencionadas doações de valores mais altos, é difícil identificar o segmento de classe do doador e os possíveis vínculos orgânicos estabelecidos.

Alguns fatores sugerem que o partido enfrentou permanentes dificuldades de financiamento. As várias campanhas extraordinárias de arrecadação, a constante remessa de correspondências cobrando contribuições atrasadas dos diretórios estaduais e municipais e as dificuldades de manutenção do jornal partidário, ocasionando inclusive descontinuidade na sua publicação, são os mais claros indícios desta dificuldade.

3.3.1 As receitas e despesas ordinárias

O financiamento das atividades do partido em âmbito nacional era viabilizado pelos repasses dos diretórios estaduais e municipais e pelas contribuições compulsórias dos parlamentares do partido e dos membros do Diretório Nacional e do Conselho Nacional. Em 1946 – às vésperas das primeiras eleições legislativas estaduais, quando o partido tinha ainda apenas um deputado federal – foi estabelecido que os deputados estaduais do partido que fossem eleitos deveriam repassar ao partido 20% de seus vencimentos, a serem divididos entre o diretório estadual e o nacional.[271] O atraso neste repasse ou sua recusa obrigou o partido a rebaixar as contribuições, em uma reunião conjunta com os

[270] Idem, ibidem, p. 288.
[271] Correspondência do Secretário Geral do PRP Hermes Barcellos ao Presidente do Diretório Estadual do PRP-RS, em 27.12.1946 (CDAIBPRP).

parlamentares, "*na base das próprias declarações de suas possibilidades*".[272] Ainda assim, nos 10 primeiros meses de 1949, o Diretório Nacional tinha recebido apenas Cr$ 32.142,30 [R$ 26.098,35] de um total esperado, conforme aquelas declarações, de Cr$ 230.000,00 [R$ 186.753,18] . O valor dos repasses a serem mensalmente efetuados pelos diretórios estaduais era fixado nas convenções nacionais, levando em conta a estruturação do partido em cada estado. Em 1948 este valor era fixado entre Cr$ 50,00 [R$ 43,11], para os territórios, e Cr$ 2.000,00 [R$ 1.724,53], para o Diretório do Distrito Federal,[273] ficando a maioria com valores entre Cr$ 400,00 [R$ 344,90] e CR$ 800,00 [R$ 710,95]. As contribuições dos filiados eram pagas aos diretórios municipais, que repassavam parte delas ao respectivo diretório estadual, assim como as contribuições de militantes que ocupassem cargos de indicação partidária. As taxas de contribuição eram definidas de acordo com o salário do filiado, prevendo um repasse percentual variando entre 0,25% para os menores salários e 5% para os maiores.[274]

Em fevereiro de 1947, o secretário geral do partido afirmava, em correspondência ao Diretório Estadual do Rio Grande do Sul, que a situação financeira do partido era péssima.[275] No início de 1948, Plínio Salgado assumiu pessoalmente a Secretaria Nacional de Finanças.[276] Mesmo assim, no final daquele ano, um minucioso relatório da Sub-Secretaria Nacional de Rendas Ordinárias revelava uma situação financeira bastante difícil, com enormes atrasos dos pagamentos de contribuições e grandes restrições nos gastos.

Foi possível localizar o balancete anual das receitas e despesas do PRP, em âmbito nacional, relativo aos anos de 1948, 1952 e 1959. A Tabela 8 sistematiza as fontes da receita do Diretório Nacional. Um primeiro dado que se destaca é a redução em valores absolutos da arrecadação total entre 1948 e 1952, a despeito de uma inflação de 59,5% no período.[277] No período seguinte, a arrecadação recuperou-se parcialmente, crescendo 707%, em valores absolutos, embora não tenha chegado a recuperar os valores relativos de

---

[272] Correspondência do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Presidente do Diretório Estadual do PRP-RS em 10.10.1949 (CDAIBPRP).
[273] Resolução da IV Convenção Nacional do PRP: Plano Financeiro para o Exercício de 1948, 15.12.1947 (CDAIBPRP).
[274] Tabela de Contribuições Especiais, 8.4.1962 (CDAIBPRP).
[275] Ofício do Secretário Geral Hermes Barcellos ao Presidente do Diretório Estadual do PRP no Rio Grande do Sul Romano Cullau em 4.2.1947 (CDAIBPRP).
[276] Plínio Salgado assumiu a Secretaria Nacional de Finanças. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 8.1.1948, p. 5.
[277] Todos os cálculos de inflação acumulada foram efetuados a partir dos dados oficiais da inflação publicados em BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 21ª edição. Petrópolis: Vozes / Ijuí: Unijuí, 2000, p. 224.

TABELA 8: Receita do Diretório Nacional em 1948, 1952 e 1959			
FONTES DE ARRECADAÇÃO	Valor (Cr$) 1948	Valor (CR$) 1952	Valor (CR$) 1959
Repasse dos eleitos pelo partido	50.195,00 (29,2%)	49.385,00 (42,1%)	333.000,00 (35,1%)
Repasse dos Diretórios Estaduais	54.900,00 (32%)	14.400,00 (12,3%)	97.500,00 (10,3%)
Mensalidades membros do Dir. Nac.	19.220,00 (11,2%)	37.250,00 (31,7%)	156.300,00 (16,5%)
Repasse dos Diretórios Municipais	17.000,00 (9,9%)	10.260,00 (8,7%)	6.650,00 (0,7%)
Rendas Extraordinárias (campanhas)	19,500,00 (11,4%)	-	1.000,00 (0,1%)
Donativos	10.003,80 (5,8%)	-	347.172,00 (36,6%)
Bancos (correção)	-	-	6.492,40 (0,7%)
Saldo do ano anterior	818,60 (0,5%)	6.111,40 (5,2%)	-
Total	171.637,40 (100%) [R$ 138.212,42]	117.406,40 (100%) [R$ 59.272,65]	948.114,40 (100%) [R$ 122.064,46]
Fontes: Relatório do Sub-Secretário de Rendas Ordinárias Vicente Meggiolaro ao Presidente e Secretário de Finanças do Partido de Representação Popular: Exercício de 1948; Livro Caixa do Diretório Nacional (APHRC-FPS 024.001.001); Partido de Representação Popular – Secretaria Nacional de Finanças – Balancete (*A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.1.1960, p. 2 – CDAIBPRP).			

1948. No conjunto do período, o crescimento foi de 452%, inferior à inflação acumulada de 697,4%. No ano de 1948, o valor arrecadado com as contribuições dos diretórios estaduais (Cr$ 54.900,00 [R$ 44.208,77]), representava apenas 45,3% do valor previsto (Cr$ 121.200,00 [R$ 97.597,51]) de acordo com os valores das mensalidades fixadas pela IV Convenção Nacional.[278] O repasse dos eleitos pelo partido (Cr$ 50.195,00 [R$ 40.420,03]) ficou em 41,8% do valor previsto (Cr$ 120.000,00 [R$ 96.631,21]), mesmo tendo sido reduzido para a metade do anteriormente previsto (Cr$ 240.000,00).[279] O balancete anual daquele ano evidencia a irregularidade dos repasses: dentre os 24 diretórios estaduais (incluindo Distrito Federal e territórios), apenas quatro repassaram o valor total relativo a 1948 (12 parcelas), cinco pagaram entre duas e onze parcelas, seis pagaram apenas uma parcela e nove não efetuaram nenhum repasse; 57 diretórios municipais e 12 deputados estaduais (dentre 18) efetuaram algum repasse, na maior parte dos casos, bem abaixo do total devido.[280] Em correspondência no final de 1948, Salgado afirmava que apenas três diretórios estaduais e 10 municipais estavam em dia com o Diretório Nacional e expunha a gravidade da crise financeira relatando que foi "*obrigado a fechar a sede nacional do partido, indo pedir ao Diretório Estadual da Guanabara duas saletas onde funciona com o meu gabinete, a secretaria geral, a secretaria eleitoral e as duas sub-*

[278] Relatório do Sub-Secretário de Rendas Ordinárias Vicente Meggiolaro ao Presidente e Secretário de Finanças do Partido de Representação Popular: Exercício de 1948, 5.3.1949 (APHRC-FPS 018.004.003).
[279] Idem. Meggiolaro propunha a exigência de "*um compromisso escrito dos candidatos às eleições de contribuírem com 20% de seus subsídios para os cofres do partido*", a serem divididos entre o Diretório Estadual e o Diretório Nacional.
[280] Balancete Anual da Receita e Despesa do Diretório Nacional do Partido de Representação Popular no exercício de 1948 (APHRC-FPS 018.004.004).

secretarias de finanças".[281] Em outubro de 1949, os atrasos no repasse se acumulavam ainda mais, sendo que quatro diretórios estaduais nunca tinham repassado contribuição alguma e todos os demais estavam com um atraso de pelo menos dois meses, com um deles chegando a 19 meses, além do que, "*existindo cerca de 600 diretórios municipais do PRP no país, apenas estão concorrendo, e muito irregularmente, 53 deles*".[282]

Este padrão se manteve no período seguinte. Em 1958, *A Marcha* publicou uma relação dos diretórios, dirigentes nacionais e parlamentares com o pagamento atrasado superior a três meses. O atraso dos pagamentos atingia CR$ 344.150,00 ([R$ 74.474,17]), sendo a maior parte deles relativas aos diretórios estaduais (CR$ 276.750,00 [R$ 59.888,79]). Cinco diretórios estavam com atraso acumulado superior a dois anos, outros sete com atrasos superiores a um ano. Dos demais, cinco acumulavam atrasos entre seis meses e um ano, e apenas seis estavam em dia com a contribuição financeira obrigatória.[283] Apesar da divulgação no jornal do partido ter sido usada de forma recorrente como pressão, em agosto de 1960 apenas dois dos 23 diretórios regionais estavam em dia, e os demais acumulavam 501 meses de atraso, totalizando um débito de CR$ 493.580,00 [R$ 56.885,11], em um atraso médio de 23 meses (13 diretórios estavam atrasados há mais de 20 meses).[284] A partir daí, a publicação periódica dos nomes logrou a redução gradativa do débito, chegando a CR$ 81.300,00 [R$ 6.312,11] em outubro de 1961 (acúmulo de 90 meses de atraso).[285] Alguns membros da direção partidária complementavam as receitas com expressivas doações pessoais. Em 1956, por exemplo, "*O membro do Diretório Nacional Félix Contreiras enviou a quantia de CR$ 10.000,00* [R$ 2.676,52] *para ser aplicada pelo presidente do DN no que julgasse útil. Foi, assim, aplicada na amortização de débitos*".[286] Também Vicente Meggiolaro, negociante de imóveis e fazendeiro dava sua contribuição, cedendo as salas ocupadas pelo Gabinete da Presidência do PRP.[287]

---

[281] Correspondência do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Presidente do Diretório Estadual do PRP-RS, em 28.12.1948 (CDAIBPRP).
[282] Correspondência do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Presidente do Diretório Regional do PRP-RS Oscar Machado, 10.10.1949 (CDAIBPRP).
[283] Secretaria Nacional de Finanças do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.3.1958, p. 5
[284] Secretaria Nacional de Finanças. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.8.1960, p. 2. A matéria complementava: *Diante de uma estranha indiferença, de tantos Diretórios (que nem responderam memorando anterior) deixando de responder às nossas cartas e aos nossos apelos, resolvemos mencioná-los aqui, para ver se assim seremos ouvidos. São os Diretórios Regionais de: Acre, Rondônia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso"*.
[285] Secretaria Nacional de Finanças. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.2.1961, p. 6.
[286] Diretório Nacional do PRP: Comunicado da Presidência. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.6.1956, p. 2. Contreiras Rodrigues foi dirigente integralista no Rio Grande do Sul, entre 1935 e 1937, era fazendeiro na cidade de Bagé (RS), possuía terras no sul do Rio Grande do Sul e no Uruguai, e periodicamente enviava

A Tabela 9 apresenta a discriminação das despesas efetuadas nos anos de 1948, 1952 e 1959, evidenciando a absoluta prioridade conferida às atividades do Gabinete de Plínio Salgado, principalmente em 1948 e 1952:

TABELA 9: Despesas efetuadas pelo Diretório Nacional em 1948, 1952 e 1959

DESTINAÇÃO	VALOR (Cr$) 1948	Valor CR$ 1952	Valor (CR$) 1959
Gabinete da Presidência	86.049,60 (50,2%)	56.873,10 (49,7%)	157.195,00 (16,8%)
Aluguéis	22.793,80 (13,3%)	51.200,00 (44,7%)	83.050,00 (8,9%)
Despesas Gerais	20.134,50 (11,7%)	5.220,00 (4,6%)	22.028,00 (2,3)
Secretaria Geral	15.888,70 (9,3%)	-	-
Secretaria Nacional de Finanças	13.829,00 (8,1%)	285,00 (0,2%)	-
Sec. Nac. Arregimentação Eleitoral	7.611,00 (4,4%)	-	-
Sec. Nac. de Assistência Social	2.950,00 (1,8%)	850,00 (0,7%)	113.310,00 (12,1%)
Convenção Nacional	1.913,00 (1,2%)	-	-
Gratificações de funcionários	-	150,00 (0,1%)	173.950,00 (18,6%)
Amortização de dívidas	-	-	203.602,30 (21,7%)
Propaganda	-	-	81.437,00 (8,7%)
Centros Culturais	-	-	74.000,00 (7,9%)
A Marcha	-	-	28.400,00 (3%)
Total:	171.169,60 (100%) [R$ 137.835,56]	114.578,10 (100%) [R$ 57.844,94]	936.972.30(100%) [R$ 120.630,00]
Saldo para ano seguinte	467,80	2.618,30	11.042,00

Fonte: Relatório do Sub-Secretário de Rendas Ordinárias Vicente Meggiolaro ao Presidente e Secretário de Finanças do Partido de Representação Popular: Exercício de 1948; Livro Caixa do Diretório Nacional (APHRC-FPS 024.001.001); Partido de Representação Popular – Secretaria Nacional de Finanças – Balancete (*A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.1.1960, p. 2 – CDAIBPRP).

Além da concentração de recursos no Gabinete da Presidência, destaca-se também a reduzida verba destinada às secretarias do partido, e também às atividades de propaganda. Em 1952, a soma da despesa de aluguel com os gastos da Presidência atingia 94,4% dos recursos, evidenciando o quase completo abandono material das demais atividades. Mesmo a redução das verbas do Gabinete da Presidência em 1959 se deve mais a obrigações como amortização de dívidas (21,7%) e pagamento de funcionários (18,6%), do que a um efetivo investimento nas demais atividades partidárias, ainda que se deva registrar o crescimento das verbas de assistência social e a destinação de verbas para os centros culturais e para o jornal *A Marcha*.

As correspondências aos diretórios regionais eram freqüentes, relatando a situação "calamitosa" das finanças partidárias, fixando prazos para os repasses e pormenorizando os gastos e as dívidas do Diretório Nacional. Em outubro de 1949, Salgado afirmava que o

expressivas doações, registradas na correspondência trocada com Plínio Salgado e na documentação partidária.

[287] De acordo com o jornal Tribuna da Imprensa, Meggiolaro era *"a base financeira do PRP, embora não seja muito pródigo em suas doações"*. Quinze homens formam o Estado-Maior de Plínio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 10.12.1955 (APHRC-FPS REC). O Gabinete da Chefia funcionava em local separado da sede nacional do PRP, por exigência de Salgado.

PRP estava "*esbanjando um patrimônio, que é o tempo que lhe posso dar em trabalhos intelectuais e políticos cujos resultados lhe seriam importantíssimos, se eu não gastasse a maior parte do tempo a resolver as dificuldades oriundas do mau funcionamento dos nossos serviços*".[288] Reclamava ainda que era obrigado a tomar empréstimos em seu nome pessoal para quitar as dívidas do partido:

> O não cumprimento desse dever [repasse dos diretórios estaduais] vem trazendo os mais graves transtornos aos interesses partidários e os maiores aborrecimentos ao Presidente do DN, o qual, já sobrecarregado de tantas ocupações e preocupações, ainda precisa, mensalmente, andar a tomar providências de empréstimos para acudir a prementes, inadiáveis e aflitivas necessidades da agremiação.[289]

Em dezembro de 1947, a IV Convenção Nacional decidiu que "*são passíveis de penas de advertência, suspensão e exclusão do Partido os associados que se atrasarem, durante 3, 6 e 9 meses respectivamente, no pagamento de suas mensalidades.*[290] Já a VI Convenção Nacional, em novembro de 1949, estabeleceu pena de intervenção para "*os Órgãos Estaduais e Municipais que deixarem durante 6 meses consecutivos de enviar as contribuições devidas aos Órgãos Nacionais e Estaduais*"[291], a qual foi incorporada nos Estatutos partidários em 1952.[292] Também esta medida parece não ter sido suficiente para "disciplinar" os repasses dos diretórios, a julgar por uma nova resolução de outubro de 1955, que anistiou todos os débitos acumulados por eles, apelando para que começassem a pagar a partir de então.[293]

Em termos gerais, portanto, a direção integralista encontrou sérias dificuldades para garantir os meios de sustentação das atividades partidárias contando apenas com os recursos provenientes das contribuições regulares dos diretórios e parlamentares, motivo pelo qual teve de promover campanhas extraordinárias de arrecadação, e também buscar recursos junto a grandes grupos econômicos.

---

[288] Correspondência do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Presidente do Diretório Regional do PRP-RS Oscar Machado, 10.10.1949 (CDAIBPRP).
[289] Idem.
[290] Resolução da IV Convenção Nacional do PRP: Plano Financeiro para o Exercício de 1948, 15.12.1947 (CDAIBPRP).
[291] Resoluções da VI Convenção Nacional do PRP, 5.11.1949 (CDAIBPRP).
[292] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela IX Convenção Nacional. Mimeografado (CDAIBPRP).
[293] Resolução do Diretório Nacional, 31.10.1955.

3.3.2 As campanhas de arrecadação

Afora as contribuições ordinárias, o partido se apoiava em campanhas especiais de arrecadação de fundos, como a "Campanha de Araraquara", em 1948; as diversas campanhas lançadas no decorrer de 1955, no contexto da candidatura presidencial de Plínio Salgado; e a "Campanha Financeira Nacional" que visava obter Cr$ 60 milhões [R$ 3.956.233,37] para financiar a campanha do partido nas eleições de 1962. Apresentada como uma "*campanha financeira destinada a ofertar ao Diretório Nacional recursos que lhe proporcionem um vasto programa de realizações*", a Campanha de Araraquara consistia na doação por todos os militantes de Cr$ 1.000,00 [R$ 839,96] além da contribuição ordinária.[294] Em 1949, a Campanha foi reformulada, passando a destinar "*uma percentagem dos resultados aos municípios, outra aos estados, outra ao Nacional*".[295] A maior parcela seguia destinada ao Diretório Nacional, e teria como destinação prioritária: "*transmissões rádio Tupi-Tamoio, pagamento ineditoriais na imprensa, impressão de propaganda eleitoral*".[296]

A campanha de Plínio Salgado à presidência da República desencadeou um grande esforço de arrecadação financeira do partido, tendo sido arrecadados e despendidos recursos muitas vezes superiores ao habitual, já que os custos das demais campanhas eleitorais eram assumidos pelos diretórios regionais. Desta forma, o Diretório Nacional desenvolveu diversas campanhas e criou vários instrumentos de arrecadação, visando arrecadar "*um mínimo de 30 milhões de cruzeiros*" [R$ 9.882.573,46],[297] dos quais logrou arrecadar efetivamente apenas Cr$ 9.584.655,50 [R$ 2.867.169,78].[298] Algumas campanhas eram voltadas à arrecadação popular. O Plano de Cédulas-Propaganda efetivou a venda de cédulas com valores de Cr$ 10,00 [R$ 3,15] a Cr$ 500,00 [R$ 157,68], a serem vendidas no interior do país por "emissários" comissionados,[299] a "Campanha de Rádio" consistiu de arrecadação de donativos voltados a financiar o programa semanal de Plínio Salgado na Rádio Globo;[300] e a arrecadação dos Comitês Populares do Distrito Federal

---

[294] Estende-se a todo o Brasil a Campanha de Araraquara. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 19.2.1948, p. 4.
[295] Memorável sessão populista: lançada a Segunda Campanha de Araraquara. *Idade Nova*, 23.6.1947, p. 1 e 6.
[296] Idem.
[297] Correspondência do Comitê Nacional de Finanças aos diretórios regionais, s./d (APHRC-FPS 014.002).
[298] Cf. SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha.* Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 73.
[299] Comitê Nacional de Propaganda: Regulamento da Campanha das Cédulas-Propaganda da candidatura de Plínio Salgado, 30.5.1955 (APHRC-FPS 018.009.013).
[300] Cf. SALGADO, *Livro Verde*..., op. cit., p. 70-71.

obteve as primeiras somas que permitiram dar início à campanha.[301] Outras campanhas eram bem menos "populares", como a "Quota de Sacrifício", pela qual era repassada uma folha autografada com 10 cédulas totalizando Cr$ 5.000,00 [R$ 1.576,87],[302] a "Campanha das Promissórias", pela qual o contribuinte assumia o pagamento de Cr$ 10.000,00 [R$ 3.153,74] ou 20.000,00 [R$ 6.207,48] em três parcelas mensais,[303] e a "Campanha dos Mil", constituída de listagem de apoio de colaboradores que pagassem um valor mínimo de Cr$ 1.000,00 [R$ 315,37]. Esta última foi a responsável pelo maior montante de arrecadação. Seus potenciais colaboradores recebiam uma correspondência afirmando que "*chegou a vez de apelarmos para os mais abastados – resolvendo estabelecer um sistema de Comandos para percorrer o alto comércio, simpático à nossa causa*. ***Chegou a vez do alto comércio e das pessoas mais abastadas, que têm tudo a perder, dar um pouco para não perder tudo***. *E o companheiro foi escolhido para cooperar conosco nesta campanha*".[304] Salgado afirma que um simpatizante, de Vitória da Conquista, "*concorreu do seu bolso com Cr$ 200.000,00*" [R$ 63.075,04].[305] Mesmo assim, seguia proclamando o caráter "popular" de sua campanha:

> Minha campanha não foi, pois, financiada por nenhum Banco nem por indústrias de São Paulo. Entre milhares de dirigentes de industriais na Capital Bandeirante, se quatro ou cinco pessoas ligadas a qualquer estabelecimento concorreram individualmente para a minha campanha, foi o máximo, e com quantias que não autorizam a afirmativa de haverem financiado a minha propaganda. Os dinheiros de que nos utilizamos vieram do povo, pois pela primeira vez no Brasil um candidato encontrava eleitores que pagavam para votar.[306]

As fontes de proveniência dos valores arrecadados encontram-se na Tabela 10.

TABELA 10: Receita da Campanha eleitoral de Plínio Salgado em 1955

FONTE DA ARRECADAÇÃO	VALOR (Cr$)	PERCENTUAL
Donativos de companheiros e simpatizantes	4.700.000,00	49,1%
Campanha das Promissórias	1.730.000,00	18%
Campanha dos Bônus (Cédulas-Propaganda)	1.188.140,00	12,4%
Campanha do Rádio	1.102.140,00	11,5%
Comitês Populares do Distrito Federal	475.894,00	4,9%
Lucro da venda de material	388.141,50	4,1%
Total	9.584.685,60 [R$ 2.867.178,66]	100%

Fonte: Correspondência do Comitê Nacional de Finanças aos diretórios regionais, s./d.

[301] Idem, ibidem, p. 68-69.
[302] Correspondência do Comitê Nacional de Finanças aos diretórios regionais, s./d (APHRC-FPS 014.002).
[303] Cf. SALGADO, *Livro Verde...*, op. cit., p. 69.
[304] Correspondência do Comitê Nacional de Finanças Pró-Candidatura de Plínio Salgado, 29.7.1955 (APHRC-FPS 014.002.013). Grifo meu.
[305] Cf. SALGADO, *Livro Verde...*, op. cit., p. 70.
[306] Idem, ibidem, p. 68.

Apesar da diversidade de campanhas, o valor arrecadado foi inferior às despesas efetuadas pelo Comitê Nacional, que atingiram um valor total de Cr$ 11.184.000,00 [R$ 3.345.600,55], gerando um déficit de Cr$ 1.599.314,40 [R$ 478.421,47].[307] Salgado relatava que "*para cobrir este déficit, tenho lançado mão de crédito bancário, mediante promissórias de meu aceite ou aval, ou de dinheiro particular meu, oriundo de importância por mim recebida da Caixa Econômica, em financiamento de apartamento de minha residência*".[308] No início de 1956, o partido promoveu uma rifa de um apartamento como forma de tentar liquidar a dívida.[309] O lucro da rifa foi insuficiente para a liquidação total da dívida, e entre 1956 e 1958 foram realizadas diversas outras campanhas financeiras com esta finalidade.

Mesmo tendo sido insuficiente para os gastos da campanha eleitoral, a campanha de arrecadação financeira de 1955 parece efetivamente ter alcançado resultados melhores do que as campanhas anteriores e a arrecadação ordinária. Na documentação política de Plínio Salgado, mantida no Arquivo Histórico de Rio Claro, podem ser encontradas algumas dezenas de listas de colaboradores, promissórias executadas, e balanços dos comitês regionais de campanha. Ainda assim, a documentação encontrada não permite avaliar a eventual existência de fontes não declaradas de financiamento, e mesmo no caso das fontes declaradas, é difícil identificar os doadores de valores mais altos e seus vínculos de classe.

Em julho de 1956, persistindo um "*déficit de cerca de dois milhões de cruzeiros* [R$ 519.913,95]*, hoje representados por títulos de responsabilidade pessoal do candidato do partido*", foi lançada uma *campanha de recuperação financeira a realizar-se, no máximo em 90 dias, em todo o país,*[310] mas que se estendeu por vários meses. Já no

---

[307] Idem, ibidem, p. 76.

[308] Circular de Plínio Salgado aos Companheiros da Campanha Presidencial de 1955, 26.1.1956 (APHRC-FPS 014.003). O referido empréstimo foi objeto de denúncia de favorecimento, pois foi obtido com a intermediação direta do Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha. Salgado se defendia afirmando que "*procurei Oswaldo Aranha para um assunto particular, que foi a solicitação de um empréstimo no Banco do Brasil, mediante garantia (...). Expliquei a Oswaldo que não desejava falar diretamente com Marcos Souza Dantas, então Presidente do Banco do Brasil, por ter sido ele um antigo integralista*". SALGADO, *Livro Verde...*, op. cit., p. 67.

[309] Circular de Plínio Salgado aos Companheiros da Campanha Presidencial de 1955, 26.1.1956 (APHRC-FPS 014.003). Em janeiro de 1956, *A Marcha* publicava um anúncio, informando que o apartamento teria sido adquirido por CR$ 350.000,00 [R$ 102.814,72], que o bilhete custava CR$ 100,00 [R$ 29,37] e que o sorteio ocorreria no dia 24 de março, pela Loteria Federal. Ganhe um apartamento em São Paulo. *A Marcha*, 13.1.1956, p. 5. O sorteio foi adiado várias vezes e, finalmente, ocorreu em 5 de agosto de 1956, tendo sido vencedor um vereador do PRP na cidade de Monte Aprazível. Rifa de um apartamento em São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.8.1960, p. 8.

[310] Extraordinária vitalidade partidária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.7.1956, p. 1.

lançamento, no Diretório da Guanabara, teriam sido arrecadados CR$ 476.000,00 [R$ 123.739,51], parte em dinheiro e parte em perdão de dívidas. O lançamento da campanha enfatizava as atribulações por que passava o "Chefe" em virtude das dívidas:

> A Chefia Nacional acha-se assoberbada com os sérios compromissos econômicos assumidos pelo Partido durante a Campanha Presidencial de 1955, e não poderá de nenhum modo executar qualquer plano de ação política, sem antes atender a solução deste problema financeiro, da qual decorre a solução de todos os demais. É lícito atribuir ao Chefe não só o sacrifício da orientação política do Partido ao qual ele tem emprestado as suas luzes e os seus ensinamentos, como também esta posição incômoda e até certo ponto humilhante do momento, de andar de banco em banco, a obter favores, quando ele para si nada pediu e pessoalmente tudo tem sacrificado por nós e pela nossa Pátria?[311]

Considerando "*necessário que as contribuições se façam em quantias apreciáveis*", foi estabelecido que os contribuintes seriam classificados hierarquicamente em "Grandes Contribuintes (contribuições superiores a CR$ 10.000,00 [R$ 2.599,56]), "Contribuintes" (superiores a CR$ 5.000,00 [R$ 1.299,78]), e "pequenos contribuintes" (inferiores a CR$ 5.000,00), sendo que todos teriam o nome e o valor da contribuição publicados em *A Marcha*. O valores das contribuições inferiores a CR$ 1.000,00 [R$ 259,95] foram publicados sob a rubrica "Outras contribuições", criando-se uma quarta categoria. As contribuições com valores mais elevados eram efetuadas na forma de promissórias mensais e, entre julho de 1956 e julho de 1957, praticamente todas as edições de *A Marcha* traziam listas de contribuintes. Em dezembro de 1956, a coordenação da campanha acusava atrasos no pagamento das promissórias e ameaçava "*publicar os nomes dos faltosos com as respectivas quantias prometidas*".[312] A arrecadação era feita em grandes atividades promovidas nos estados pela coordenação, motivo pelo qual apenas oito seções estaduais do Partido participaram da campanha. A arrecadação atingiu CR$ 2.640.805,00 [R$ 601.885,52], procedentes de São Paulo (CR$ 739.440,00), Distrito Federal (CR$ 680.065,00), Rio Grande do Sul (CR$ 409.740,00), Paraná (CR$ 322.610,00), Bahia (CR$ 221.280,00), Santa Catarina (CR$ 169.240,00), Minas Gerais (CR$ 56.030,00), e Espírito Santo (CR$ 42.400,00).[313] A comparação com a arrecadação total do Diretório Nacional no ano de 1959 (CR$ 936.972,30), evidencia que o valor arrecadado nesta campanha foi muito expressivo. Dele foram deduzidos CR$ 648.450,00, referentes a títulos não pagos, perfazendo um lucro líquido de CR$ 1.992.335,00 [R$ 454.098,47], integralmente

---

[311] Campanha de Recuperação Financeira e de Âmbito Nacional do Partido de Representação Popular. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.7.1956, p. 4.
[312] Campanha de Recuperação Financeira do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.12.1956, p. 3.
[313] Campanha de Recuperação Financeira do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.7.1957, p. 10.

utilizados na amortização das dívidas, que com os juros já atingiam CR$ 4.365.731,50 [R$ 995.026,25], incluídas as despesas com a própria campanha de arrecadação (CR$ 283.806,20 [R$ 64.684,33], referentes a viagens, material de escritório, serviço postal e gratificações). Considerando ainda os lucros da venda do *Livro Verde de minha campanha*, integralmente doados para tal fim (CR$ 443.387,00 [R$ 101.055,63]), e a doação de Plínio Salgado (comissões recebidas por diversos livros, CR$ 725.839,00 [R$ 165.431,36]),[314] a dívida ficara reduzida, na data do balanço, para CR$ 1.204.150,50 [R$ 274.446,79].[315]

Em 1957 foi lançada uma nova campanha, a "Campanha de Recuperação Financeira". Embora também visasse a liquidação do restante da dívida, apresentava-se como recurso para a expansão das atividades integralistas. Ao contrário das campanhas anteriores, foi desenvolvida sem vínculos formais com o Partido de Representação Popular. Para sua execução foi criada uma nova entidade, a Ação Nacionalista Brasileira, visando a ampliação da campanha além dos limites partidários: "*A Ação Nacionalista Brasileira tem por fim formar no Povo de nossa Pátria uma consciência de Tradição, de Realidades do País, de Deveres para com o Brasil, das virtudes cristãs e cívicas, operando em todo o país o reerguimento das forças vivas da Nação. É movimento super-partidário, que convida a todos os brasileiros para um esforço comum de regeneração dos costumes e salvação da Nacionalidade*".[316] Seus objetivos seriam "*dar recursos a Plínio Salgado, para que ele possa realizar a sua obra superpartidária de congraçamento de todos os brasileiros, pela regeneração dos nossos costumes políticos, pelo advento de uma verdadeira mentalidade nacionalista, pelo triunfo dos ideais cristãos, pela reconstrução do homem moderno*",[317] viabilizando o retorno dos programas de Plínio Salgado no rádio, a publicação de materiais de propaganda e apoiando as atividades da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ) e da União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB).[318] A campanha pretendia reunir um mínimo de mil contribuintes que assumissem

---

[314] Não encontramos nenhum outro registro desta doação efetuada por Salgado, embora o valor pareça ser bastante elevado para recursos oriundos de direitos autorais.
[315] Campanha de Recuperação Financeira do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.7.1957, p. 10.
[316] Ação Nacionalista Brasileira – Campanha Financeira Permanente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.8.1957, p. 2. A despeito do propagado caráter "superpartidário", a maior parte das despesas que seriam cobertas pela ANB (publicação de materiais de propaganda integralista, produção de programas de rádio, viagens de Plínio Salgado) era até então custeada pelo Partido de Representação Popular. Portanto, ainda que o Partido não recebesse os recursos da campanha, era diretamente beneficiado, ao ser liberado de despesas, recebendo inclusive contribuições de integralistas que não aceitavam a forma partidária, mas se dispunham a contribuir para as demais atividades de Salgado.
[317] Plínio Salgado é a palavra que o povo necessita ouvir. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.8.1957, p. 6.
[318] As atividades destas duas últimas entidades serão discutidas no capítulo 6.

"*contribuições mensais, de no mínimo mil cruzeiros* [R$ 227,28], *mediante promissórias cobráveis em banco*", por um período de doze meses. Até fevereiro de 1958, a ANB já havia comprado e repassado a Plínio Salgado um total de 24h40min de tempo radiofônico, nas rádios Globo (Rio de Janeiro), Difusora (São Paulo) e Minas (Belo Horizonte), além de repassar recursos para a CCCJ e a UOCB.[319] Um balanço publicado em maio de 1958 registrava uma arrecadação de CR$ 2.751.789,50 [R$ 580.060,91]. A destinação dos recursos encontra-se discriminada na Tabela 11:

TABELA 11: Destinação dos recursos arrecadados pela Campanha Financeira Permanente da Ação Nacionalista Brasileira entre 25.1.1957 e 30.4.1958	
DESTINAÇÃO	VALOR (Cr$)
Despesas operacionais (aluguel, transportes, gratificações, material de escritório, selos, telegrama, luz, telefone, limpeza, despesa bancária e despesas de viagens aos estados e comissões a "teleguiados")	1.047.586,30 (38,1%)
Programas de Rádio (Globo, Difusora, Continental e Minas)	841.300,00 (30,6%)
Contribuições à União Operária e Camponesa do Brasil	66.000,00 (2,4%)
Contribuições à Confederação dos Centros Culturais da Juventude	14.348,00 (0,5%)
Assistência social (socorro à necessitados, enfermos, desamparados e marginais)	57.810,00 (2,1%)
Publicidades	32.180,00 (1,2%)
Despesas do Jubileu da 1ª Marcha Integralista	138.000,00 (5%)
Amortização de débitos da responsabilidade da Campanha de Recuperação Financeira, que se fez cessar para dar lugar a esta permanente	554.565,20 (20,1%)
Total:	2.751.789,50 (100%)

Destaca-se, nos valores apresentados na tabela, o alto custo operacional da campanha, que consumiu quase 40% do total arrecadado.[320] Do saldo restante, a maior parte foi gasta com os programas radiofônicos ou encaminhada para amortização de débitos, sendo repassado um valor praticamente inexpressivo para as entidades integralistas (UOCB e CCCJ) e à propaganda integralista. Percebe-se, também, que a meta de 1.000 contribuintes que assumissem um pagamento mensal de CR$ 1.000,00 não foi atingida, pois se o fosse, geraria uma receita seis vezes maior, nos quinze meses abrangidos no balanço apresentado. Na mesma edição, *A Marcha* publicou uma relação com o nome dos contribuintes que honraram todas as promissórias, contendo apenas 62 nomes, dos quais somente seis já tinham renovado seu compromisso para o ano seguinte.[321] Ainda assim, também esta campanha arrecadou um montante expressivo, três vezes superior ao total arrecadado pelo Diretório Nacional do PRP em 1959.

---

[319] Ação Nacionalista Brasileira. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1958, p. 7.
[320] Os principais gastos foram com despesas bancárias (CR$ 280.351,20 [R$ 59.096,34]), Ordenados e gratificações (CR$ 188.100,00 [R$ 37.519,28]) e Comissões a "teleguiados" (CR$ 146.300,00 [R$ 30.839,18]).
[321] Ação Nacionalista Brasileira. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.5.1958, p. 11.

As campanhas de arrecadação tiveram grande importância para os integralistas, ainda que seus resultados tenham variado bastante. Visavam caracterizar o integralismo como um movimento "militante", o que ajudava a reforçar sua identidade interna, e garantia verbas expressivas. Embora sua divulgação sempre tenha ressaltado seu caráter "popular", destacam-se algumas doações de valor muito expressivo, efetuadas por industriais, comerciantes e latifundiários, e também a hierarquização dos contribuintes, dando-se destaque especial aos "grandes contribuintes".

3.3.3 O financiamento de *A Marcha*

O financiamento da imprensa partidária também teve grande importância para os integralistas, já que a manutenção de um jornal semanal era estratégica para o movimento. Analisaremos neste item as estratégias de financiamento do jornal *A Marcha*, por ter sido o jornal integralista com maior tempo de veiculação regular.[322]

Com o encerramento das atividades do jornal *Idade Nova*, em abril de 1951, o integralismo ficou sem um periódico de circulação nacional. Em vista disso, Salgado buscou recursos junto aos grandes grupos econômicos, em troca da promessa de colocar o jornal ao serviço do anticomunismo. Em março de 1952, um longo ofício de Salgado solicitava ao Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI) o financiamento "*de um jornal semanário de penetração doutrinária, especialmente nos círculos sociais onde se recrutam os líderes da propaganda a ação comunistas no Brasil*".[323] Ele justificava que merecia o apoio pela sua longa luta anticomunista, e apresentava uma proposta de financiamento:

> Mostrei a V. Excia, em várias exposições que fiz, e baseado na prática de 20 anos de luta contra o bolchevismo em nossa Pátria, na qual jamais contei com o apoio das classes conservadoras, que os líderes da preparação revolucionária vermelha saem sempre dos setores intelectuais, ou meio intelectuais, devendo, portanto, todo o combate à ideologia russa ir direto às fontes de suas energias destrutivas. A luta contra o grave perigo que ameaça o Brasil deve ser encarada em dois planos: 1º) o plano imediato; 2º) o plano mediato. No que concerne ao primeiro, a ação deve abranger dois setores: a) o da vigilância constante das atividades subterrâneas do partido de Stálin; b) o da propaganda doutrinária popular visando a formação de uma consciência do problema comunista. No que respeita o problema mediato, o trabalho deverá efetivar-se, também, em dois setores: a) o editorial, pela disseminação de livros, originais ou traduzidos, abrangendo os aspectos da cultura, através dos quais se ganham para o campo anticomunista as chamadas classes liberais (advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, professores,

[322] Outros jornais integralista de periodicidade semanal e circulação nacional foram Reação Brasileira (1945-1946) e Idade Nova (1946-1951). A imprensa partidária será discutida no próximo capítulo.
[323] Correspondência de Plínio Salgado a Antonio Devisati, 12.03.1952 (APHRC-Pprp 52.03.12)

> escritores, jornalistas e os estudantes que se preparam para o ingresso na vida pública; b) o do ensino, pela conquista, por elementos sadios, das cátedras das Escolas Superiores e Secundárias. Quanto ao plano que chamo de mediato, tenho atuado com algum êxito, pois já conto nas diversas Faculdades de Direito, de Medicina, de Engenharia e de Filosofia, etc., um número apreciável de professores que se orientam pela doutrina espiritualista e cristã (...) Também fundei uma editora, com grande sacrifício pessoal (...). Trata-se, agora, entretanto, de fundar um semanário de doutrina para contrabalançar, de alguma forma, os 22 diários, 35 semanários, 3 revistas de cultura que o Partido Comunista mantém oficialmente no Brasil. (...) Para isso, não disponho de recursos, uma vez que as despesas mensais para uma tiragem nunca inferior a 20.000 exemplares sobem a 130 contos, conforme os orçamentos que mandei levantar. Jamais recorri ao auxílio das classes conservadoras para outros serviços que mantenho, tendo sido a única cooperação recebida, até hoje, da organização que V. Excia. preside, a aquisição por parte dela de 1.500 exemplares do livro do Padre Georges "Deus nos subterrâneos da Rússia"; e isso com o fim único de baratear o preço de venda ao grande público. (...) Apresentei a V. Excia um esquema de auxílio, que pode mesmo ser em forma de contrato de publicidade, partindo de CR$ 100.000,00 [R$ 53.536,49] no primeiro mês, decrescendo para 90, 80, 70, 60 e 50, fixando-se nesta última quantia até completar-se o primeiro ano.[324]

Os valores solicitados eram expressivos, a tal ponto que a primeira parcela mensal quase atingia o valor total arrecadado pelo PRP naquele ano (CR$ 124.075,50). Talvez por este motivo, o financiamento não foi concedido, como revela anotação de próprio punho de Salgado na margem do ofício: "*Nota: Não foi atendido. O assunto foi mandado ao Rio, onde embrulharam o Nelson Chiurco. Fiz, sozinho, o jornal; não precisei do SESI para nada*".[325] Mesmo que o financiamento não tenha sido efetivado, o encaminhamento do pedido revela a falsidade das proclamações recorrentes de Salgado de que não queria auxílio da "burguesia". Além disso, revela um apoio que não se tornou público, consubstanciado na compra de 1.500 exemplares de um livro publicado pela editora integralista Livraria Clássica Brasileira, cujo custo unitário era CR$ 50,00 [R$ 24,73] ,[326] perfazendo um patrocínio de CR$ 75.000,00 [R$ 37.095,29].

O apoio da grande burguesia à Livraria Clássica Brasileira não se restringiu à compra de livros. A própria constituição da editora teve o apoio e participação direta de alguns dos maiores e mais destacados banqueiros e industriais, dentre os quais destacam-se Gastão Vidigal e Euvaldo Lodi.[327] De acordo com *A Marcha*, para a constituição da LCB, "*os correligionários de Plínio Salgado concorreram apenas com 8%, tendo o restante sido*

---

[324] Idem, ibidem.
[325] Idem, ibidem. Salgado refere-se, sem dúvidas, ao jornal *A Marcha*, para cujo lançamento estava recolhendo recursos no decorrer de 1952.
[326] Cf. Coleção Estrela do Ocidente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 9.
[327] Como se construiu uma grande editora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.2.1957, p. 9-11.

subscrito por pessoas e firmas que compreenderam o alcance social da realização".[328] Ainda segundo o jornal, em 1957, apenas 18% dos acionistas eram membros da direção do PRP, 8% filiados ao PRP, e 74% eram pessoas estranhas ao partido.[329] O apoio de destacados integrantes da burguesia brasileira era dado a uma editora abertamente integralista, que contava com membros do PRP nos postos mais importantes de sua direção, tendo publicando livros de Plínio Salgado e uma Enciclopédia Integralista, ao lado de obras anticomunistas, e inclusive passando a ter Plínio Salgado na sua presidência a partir de 1959,[330] o que caracteriza um apoio direto ao movimento integralista.

O pedido de auxílio ao SESI nos indica que a análise da obtenção de recursos para o jornal *A Marcha* pode ser de grande interesse para a apreciação das modalidades de financiamento do integralismo, tendo em vista que reúne as duas principais vertentes de captação de recursos: a promoção das campanhas públicas, em nome dos "ideais integralistas" e dos "sacrifícios" que eles obrigavam; e o apoio empresarial, concretizado na forma de anúncios publicitários, uma alternativa que já era enunciada na carta de Salgado ao SESI. Desde seus primeiros números, *A Marcha* promoveu diversas campanhas dentre seus leitores, sustentando que "*um jornal do tipo de A Marcha não pode ser apenas uma empresa comercial, porque visa, sobretudo, fins culturais, de difusão de uma Doutrina e de um Pensamento*".[331] Ainda em 1953, lançou uma campanha visando a obtenção de 30.000 assinaturas, para o que conclamava seus leitores a obterem novos assinantes.[332] No ano seguinte, pretendendo alcançar a ambiciosa meta de 100.000 assinaturas (não aingida), lançou um concurso para estimular seus leitores, premiando aqueles que obtivessem a partir de 50 assinaturas, com pacotes de obras publicadas pela Livraria Clássica Brasileira.[333] Em 1956, foi lançada uma nova campanha, visando que

---

[328] A Livraria Clássica Brasileira tem nova diretoria com Plínio Salgado a frente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.1.1959, p. 6.
[329] Como se construiu uma grande editora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.2.1957, p. 9-11.
[330] A Livraria Clássica Brasileira tem nova diretoria com Plínio Salgado à frente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.1.1959.
[331] Os amigos de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1957, p. 1 e 6.
[332] Campanha das 30.000 assinaturas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.10.1953, p. 6.
[333] O prêmio menor, para quem obtivesse 50 assinaturas, consistia em quatro livros. O maior, para mais de 500 assinaturas, era o envio dos primeiros vinte exemplares das Obras Completas de Plínio Salgado. Quem obtivesse a partir de 100, 150 e 300 assinaturas recebia prêmios intermediários. *A Marcha* quer atingir 100.000 assinaturas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.12.1954, p. 12. Em 1957, nova campanha pelos 100.000 exemplares estabelecia a possibilidade de que os leitores assinassem grande número de exemplares a preços mais baratos, visando sua distribuição dentre os amigos. Campanha dos 100.000 exemplares de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1957, p. 10. O historiador Rodrigo Christofoletti aponta a existência de *"pouco mais de 50 anunciantes, dentre os quais se destacavam empresas de projeção internacional"*, mas avalia que *"o maior montante de dinheiro utilizado para a manutenção do jornal, bem como para a manutenção do*

seus assinantes financiassem a concessão de assinaturas gratuitas, mantendo uma distribuição inaugurada durante a campanha de Plínio Salgado, argumentando:

> Atualmente, o nosso jornal já tem uma remessa grátis de cerca de 8.000 exemplares (...). Essa remessa gratuita é para **colégios, quartéis, associações culturais, sindicatos, sociedades operárias e salões de barbeiro**, além dos agentes do correio de cada cidade. Não podemos, pois, cortá-la, uma vez que a finalidade de *A Marcha* é difundir idéias, doutrinar, educar, esclarecer. Pensamos, ao contrário, aumentar essas expedições gratuitas. (...) Durante a campanha presidencial, o Comitê de Propaganda de Plínio Salgado pagava a *A Marcha* os déficits acarretados pela remessa de 60.000 exemplares gratuitos. Essa remessa foi agora cortada, porque daria ao nosso jornal uma despesa a mais de 30 mil cruzeiros por número, ou seja, 120 mil cruzeiros por mês [R$ 33.210,82]. Mas os operários, os camponeses que recebiam gratuitamente estão reclamando. E nós perguntamos: devemos atendê-los? Devemos deixá-los à míngua de uma orientação cristã, nacionalista, anticomunista? Permitiremos que os comunistas, que dispõem de dinheiro a rodo, entrem e dominem nos meios onde nós já havíamos penetrado? De forma alguma; as remessas gratuitas precisam continuar a aumentar.[334]

Entre maio de 1956 e agosto de 1957, o jornal publicou, em quase todas as suas edições, relações de contribuintes, com os valores respectivos de suas doações. Nestas listas estão relacionados os nomes de 528 contribuintes, com valores entre CR$ 5,00 [R$ 1,14] e CR$ 1.000,00 [R$ 228,26], totalizando CR$ 56.930,00 [R$ 12.939,09], valor que equivalia ao preço de 570 assinaturas por um ano.[335] Ainda entre as campanhas desenvolvidas, encontramos um novo concurso, pelo qual eram estabelecidas cotas a serem cumpridas pelos municípios, de acordo com sua população, para receberem o título de "Município Amigo de *A Marcha*";[336] campanhas para que os leitores enviassem contribuições para financiar números especiais no aniversário do jornal,[337] na Páscoa e no Natal; uma campanha visando que seus apoiadores pagassem cotas mensais de CR$ 1.000,00 [R$ 227,92] para a modernização do jornal, afirmando que "*agora que o Partido de Representação Popular se projeta numa nova fase em que pretende acelerar o seu crescimento e multiplicar sua pujança, torna-se absolutamente imprescindível que conte*

---

maquinário provinha das assinaturas, que em março de 1958 foram contabilizadas em mais de 25 mil em todo o território nacional". CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista* (1967-1971). Dissertação de Mestrado em História. Assis: Unesp, 2002. p. 131.

[334] Para os que não podem pagar e para os que devem receber. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 12. Grifo meu.

[335] Esta totalização não foi publicada pelo jornal. O cálculo foi feito consultando as relações publicadas no jornal, até o término da publicação das listas. O preço do jornal no período era de CR$ 2,00 [R$ 0,45] e a assinatura anual custava CR$ 100,00 [R$ 22,73].

[336] Penetração de *A Marcha* no território nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.9.1956, p. 2.

[337] Entre janeiro e fevereiro de 1957, por exemplo, foram recebidas 134 doações, totalizando CR$ 17.895,00 [R$ 4.044,59]. O número de aniversário de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.2.1957, p. 1 e 18.

também com um jornal à altura da importante missão que lhe competirá desempenhar",[338] e visando aumentar seu número de páginas e melhorar a qualidade do papel. Neste período o número de páginas efetivamente aumentou, de oito para doze, e, em outubro de 1959, o jornal sofre uma grande reforma gráfica, deixando de ser editado em formato tablóide, passando para standart. Pouco antes, *A Marcha* havia sido transformado em Sociedade Anônima, com capital de CR$ 30.000.000,00 [R$ 4.095.630,68]. Em 1960, Salgado se tornou o maior acionista individual, com 398 ações em 2.316 (17%), ampliando sua participação e atingindo no ano seguinte 5.328 ações dentre 7.216 (74%).[339]

A despeito da grande divulgação dada pelo jornal às campanhas de contribuição - efetivamente relevantes para caracterizar o caráter "militante" do jornal - o resultado concreto delas parece bastante modesto quando em comparação com os alegados custos do jornal. Em novembro de 1953, *A Marcha* afirmava gastar uma média de CR$ 20.000,00 [R$ 8.584,70] por semana "*em impressão, papel, remessas aéreas e comuns, serviços de expedição, de revisão, de redação, de arquivo, de gerência, de correspondência postal, de aluguéis, de luz e telefone, de artigo de escritório e de despesas gerais*",[340] quando o valor de capa do jornal era CR$ 1,50 [R$ 0,43]. Em novembro de 1954, o custo mensal do jornal estaria em CR$ 143.500,00 [R$ 49.068,21].[341] Estes números deixam claro que a principal fonte de recursos foi, durante toda a existência do jornal, a publicidade paga. Mais do que isto, uma análise dos anúncios revela que os integralistas recebiam apoio de diversas empresas de grande porte. A Tabela 12 foi construída a partir de uma amostra constituída pelas primeiras 32 edições do jornal, confirmando esta hipótese:

---

[338] Os amigos de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1957, p. 1 e 6. A nova fase a que se refere o artigo relaciona-se com a adoção do símbolo integralista Sigma pelo partido, o que será discutido no capítulo 6.

[339] Assembléia Geral dos Acionistas de *A Marcha* (AHRC-FPS 012.002.001).

[340] O Partido Comunista confirma uma reportagem de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.11.1953, p. 1 e 11. A matéria informava os custos de *A Marcha* visando para reforçar a tese de que os jornais comunistas eram financiados por dinheiro enviado pela União Soviética.

[341] Quanto custam os jornais comunistas no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.11.1954, p. 1. O custo de impressão e distribuição seria de CR$ 110.200,00 [R$ 37.681,65] por semana, enquanto o pagamento de funcionários e aluguel custaria os restantes CR$ 33.300,00 [R$ 11.386,56].

TABELA 12 –Os vinte principais anunciantes de *A Marcha* entre 20.2.1953 e 25.9.1953				
Anunciante	Setor Econômico	Nº Anúncios	Dimensão Anúncio (cm)	Valor estimado (em CR$)[342]
Livraria Clássica Brasileira	Editora	20	variável	135.000,00
Banco do Estado de São Paulo	Financeiro / Estatal	27	14 / 10	75.600,00
Serviço Aéreo Cruzeiro do Sul	Aviação	10	20 / 15	60.000,00
Elixir 914	Indústria Farmacêutica	32	8 / 10	51.200,00
Pílula do Abade Moss	Indústria Farmacêutica	32	8 / 10	51.200,00
Banco Hipotecário Gramacho	Financeiro	5	20 / 25	50.000,00
Casa Valentim	Comércio	8	18 / 15	43,200,00
Banco Mauá	Financeiro	6	22 / 15	39.600,00
Kibom Sorvetes	Indústria Alimentícia	14	13 / 10	36.400,00
Sabonete Santelmo	Indústria Farmacêutica	23	6 / 10	27.600,00
Panair do Brasil	Aviação	3	25 / 15	22.500,00
Editora das Américas	Editora	8	13 / 10	20.800,00
Lojas Drago	Comércio	5	12 / 15	18.000,00
Varig Serviços Aéreos	Aviação	8	10 / 10	16.000,00
Laboratório Leite de Rosas	Indústria Farmacêutica	3	13 / 20	15.600,00
Imobiliária Anhangá	Imobiliário	3	13 / 20	15.600,00
Mecânica Paulista	Mecânico	5	10/15	15.000,00
Imobiliária Vasconcelos	Imobiliário	6	8 / 15	14.400,00
Hotel Suisso	Hoteleiro	11	6 / 10	13.200,00
Casa Marconi	Comércio	8	7 / 10	11.200,00
		239		732.100,00 [R$ 327.216,56]
Fonte: Jornal *A Marcha*, de 20.3.1953 a 25.9.1953				

Percebe-se, assim, já nos oito primeiros meses de circulação do jornal, um número grande de anunciantes regulares. Naquele período, dentre os 20 principais anunciantes, encontravam-se quatro empresas farmacêuticas, três empresas aéreas, três instituições financeiras (sendo uma estatal), três firmas comerciais, duas imobiliárias, duas editoras, uma indústria alimentícia, um hotel e uma indústria mecânica, revelando apoio de setores do grande capital, desmentindo a tese de Salgado de que a burguesia não anunciava em *A Marcha* por "*temer dar ao órgão, ostensivamente anticomunista, suas publicidades, alegando o perigo que corriam de serem sabotados em suas fábricas ou estabelecimentos comerciais pelo grande número de empregados adeptos do credo vermelho*".[343]

[342] O cálculo do valor estimado levou em consideração os valores divulgados na tabela publicada pelo jornal, de CR$ 100,00 [R$ 44,79] por centímetro de altura (com 5 centímetros de largura), não considerando eventuais descontos. Nesse sentido, os valores estimados devem ser considerados com bastante precaução, pois é muito possível que os anunciantes regulares tenham obtido descontos. Ainda assim, optou-se por fazer esta estimativa por permitir uma aproximação dimensionando o peso destes grandes anunciantes. O montante total de publicidade investida em jornais na cidade do Rio de Janeiro em 1952 teria sido de CR$ 370.000.000,00. Cf Anuário de Publicidade Apud RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50.* Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 168. O valor de publicidade estimada de *A Marcha* (em oito meses) seria, portanto, próximo de 0,2% do total de publicidade aplicada em jornais no Rio de Janeiro naquele ano. Este percentual parece muito baixo, mas deve-se levar em conta que circulavam no Rio de Janeiro em 1952 13 jornais diários. Cf. RIBEIRO, op. cit., p. 198.

[343] SALGADO, Plínio. O perigo comunista. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 28.10.1955, p. 1,6,7,10 e 12. Parece-nos claro que o anúncio em um jornal doutrinário como *A Marcha* não se prende a razões comerciais, mas

No final de 1962, *A Marcha* anunciou a intenção de "*suspender algumas de nossas edições no mês de janeiro*", visando "*reestruturar inteiramente os seus serviços, não somente no que se refere à parte redacional, que será enriquecida, como também no que se relaciona com o volumoso cadastro de nossos assinantes e das entidades às quais enviamos gratuitamente o nosso jornal*".[344] Ao contrário do que se anunciava, no entanto, o jornal só voltou a circular quase dois anos depois, em outubro de 1964, e mesmo assim, com periodicidade mensal, logo transformada em bimestral. Segundo Salgado, "*o colossal aumento do custo do papel devido à alta do dólar, além do encarecimento da impressão pelos sucessivos aumentos de salários obrigando as oficinas a nos cobrarem mais, estava acarretando uma despesa semanal ao nosso semanário de 400 mil cruzeiros, o que correspondia a um gasto mensal de perto de 2 milhões* [R$ 64.427,82]",[345] situação que se teria tornado insustentável em virtude do da pouca publicidade e do baixo volume de assinaturas.[346] Salgado reclamava que "*a maior parte dos companheiros se exime dizendo que compra nas bancas, o que não é verdade, pois são enviados para as bancas 3.000 jornais e o encalhe cada semana é 2.700 ou 2.600*",[347] e afirmava que os "companheiros dos estados" "*nunca – apesar dos altos cargos que ocupam – usaram o prestígio para conseguir publicidade, nem tão pouco para desencadear campanhas de assinaturas ou obtenção de auxílios das classes conservadoras, que são as usufrutuárias das instituições que, por doutrina, e não por interesse, defendemos* [sic]".[348] A suspensão visaria alcançar 50.000 assinaturas, através de emissários que percorreriam o país, antes do retorno da circulação do jornal. Este plano foi logo abandonado, em virtude dos novos aumentos do dólar, que tornariam as assinaturas inevitavelmente deficitárias, em vista do preço cobrado. Assim, em janeiro de 1964, Salgado afirmava que "*como nossos companheiros não compreendem a importância do nosso jornal* ***estou providenciando amigos estranhos***

---

implica em algum grau de apoio político. O apoio traduz a aceitação do projeto integralista ou, pelo menos, revela interesse na manutenção da ampla campanha anticomunista promovida pelo jornal.

[344] Reestruturação dos serviços de *A Marcha* – Interrupção das nossas edições durante algumas semanas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.12.1962, p. 1.

[345] Correspondência de Plínio Salgado a Quirino David, 17.7.1963 (APHRC-Pprp 63.07.17/20). A crise que determinou a interrupção da circulação de *A Marcha* atingia, de resto, toda a imprensa, como esclarece Ana Paula Ribeiro: *"De fevereiro de 1958 a julho de 1963, o papel importado para a imprensa sofreria uma alta de 3.294%. O preço do dólar para tal importação subiria de CR$ 18,82 para CR$ 620,00. (...) Em 1961, Jânio Quadros suprimiu o câmbio preferencial para a compra de papel estrangeiro e cortou uma parte dos subsídios à fabricação do papel nacional. (...) Os vertiginosos aumentos do papel que ocorreram ao longo desses anos contribuíram, de fato, para o fechamento de vários jornais".* RIBEIRO, op. cit., p. 200.

[346] Correspondência de Plínio Salgado a Bretas, 23.3.1963 (APHRC-Pprp 63.03.23/5).

[347] Idem, ibidem.

[348] Correspondência de Plínio Salgado a Quirino David, 17.7.1963 (APHRC-Pprp 63.07.17/20).

nosso movimento auxílio mensal para poder tirar nosso semanário",[349] o que pode indicar relações com o complexo IPES / IBAD. Dois meses depois, garantia que "*A Marcha deverá sair dentro de um mês, pois estou batalhando para arranjar um grupo de cooperadores; (...) A burguesia não nos ajuda, enquanto os comunistas têm mais de dez semanários... Essa indiferença daqueles que deveriam ser os primeiros a nos ajudar, muito me amargura*".[350] As reclamações de Salgado de que "a burguesia não ajuda" parecem retóricas e inconsistentes, desmentidas pelas informações constantes da correspondência do próprio Salgado, ainda que, evidentemente, tal ajuda não se desse nos montantes desejados por ele.[351] Em agosto, já em um contexto de ditadura militar, mais uma vez Salgado prometia que *A Marcha* retornaria no mês seguinte, com distribuição gratuita "*uma vez que o jornal se apoiará em publicidades e contribuições espontâneas*".[352] Em outubro de 1964, o jornal retornava, afirmando *"Eis novamente circulando A Marcha, depois de um período em que recompôs os seus serviços e trabalhou pela maior expansão nos Municípios Brasileiros. Não foi propriamente uma interrupção, mas uma quadra de intensas atividades no sentido de readaptar o nosso órgão a novas circunstâncias da vida econômica e social do País*".[353] Uma explicação insuficiente, após quase dois anos de interrupção, evidenciando a opção por não tratar abertamente das dificuldades financeiras pelas quais passou o jornal. Chama atenção também a nova composição da diretoria do jornal, com participação de três militares.[354] Na segunda edição após o retorno, destaca-se

---

[349] Telegrama de Plínio Salgado a João Voltarelle, 22.1.1964 (APHRC-Pprp 64.01.22/9). Grifos meus.
[350] Correspondência de Plínio Salgado a Landó, 1.3.1964 (APHRC-Pprp 64.03.01/12).
[351] A tendência da grande burguesia industrial em contar simultaneamente com vários partidos políticos foi apontada por Gramsci: *"Põe-se o problema se os grandes industriais têm um partido político permanente próprio. A resposta, parece-me, deve ser negativa. Os grandes industriais se servem alternadamente de todos os partidos existentes, mas não têm um partido próprio. Nem por isso eles são, de modo algum, "agnósticos" ou apolíticos": seu interesse é um equilíbrio determinado, que obtêm exatamente reforçando com seus meios, alternadamente, este ou aquele partido do tabuleiro político.* GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 322-323. É natural, portanto, que em uma situação de relativa estabilidade institucional o integralismo não fosse a opção prioritária da grande burguesia, mas deve-se ter claro que isto não a impedia de financiar moderadamente determinadas atividades dos integralistas, relacionadas com o papel que desempenhavam em defesa da manutenção da dominação burguesa e de combate ao comunismo.
[352] Correspondência de Plínio Salgado a Hugo Berta, 22.8.1964 (APHRC-22.8.1964).
[353] Itinerário. *A Marcha*, Rio de Janeiro, outubro de 1964, p. 1
[354] Era a seguinte a diretoria: Presidente: Paulo Lomba Ferraz (banqueiro); Vice-Presidente: Gal. João Muller Neiva; Diretor Tesoureiro: Gal. Carlindo Gonçalves Lopes; Diretor Superintendente: Cel. J. C. Teixeira Coelho; Diretor Substituto: Silvio Skinner Lopes; Redatores: Luis Compagnoni e Aníbal Teixeira. Idem, ibidem.

como principal publicidade, um anúncio de página inteira do Governo do Estado de São Paulo.[355]

Em termos gerais, as condições de financiamento de *A Marcha* revelam: a) a existência efetiva de grandes dificuldades de financiamento; b) o esforço na obtenção de recursos através de campanhas voltadas à militância integralista; c) os resultados modestos destas campanhas; d) a recorrente tentativa de obtenção de recursos dos grandes grupos econômicos; e) o apoio efetivo destes grupos, viabilizando a publicação regular de um jornal semanal por mais de dez anos, ainda que possa ter sido insuficiente no contexto de alta do custo do papel, em 1962-64.

3.3.4 Vínculos com os grandes grupos econômicos

Além da arrecadação ordinária e das campanhas financeiras, o PRP contou ainda com recursos de outras proveniências, como dinheiro público direcionado a entidades integralistas, doações empresariais e verbas de políticos de outros partidos, recebidas em troca de apoio em eleições. Como era de se esperar, estas fontes não eram divulgadas e a documentação relativa a elas é muito mais escassa. Mesmo assim, existem alguns indícios que permitem perceber a existência de transações não divulgadas nos jornais integralistas. Ainda que a solicitação de Salgado ao SESI em 1952 não tenha sido atendida, a partir de 1959, ele obteve recursos de fontes empresariais, governamentais e políticas, por diversas vezes. Em 1959, obteve do Ministério da Educação e Cultura uma subvenção de CR$ 50.000,00 [R$ 8.863,49] para as atividades da Confederação dos Centros Culturais da Juventude,[356] notificada em telegrama do Ministro Clóvis Salgado (PSD): "*Resposta seu pedido favor Centro Cultural da Juventude, apraz-me comunicar autorizei auxílio cinqüenta mil cruzeiros referida entidade*".[357] As entidades integralistas, em especial a Confederação dos Centros Culturais da Juventude e a União Operária e Camponesa do Brasil, passaram a receber subvenções constantes, a partir de 1959, através da cota parlamentar de Plínio Salgado na Comissão Mista do Orçamento[358]. O Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, da capital paulista, recebeu CR$ 800.000,00 anuais entre 1960 e

---

[355] O governador paulista era Adhemar de Barros, apoiado pelo PRP, e o anúncio divulgava a "Operação Fartura", uma ação conjunta da Secretaria da Agricultura, do Banespa e da Cagesp. A semente que alimenta milhões. *A Marcha*, Rio de Janeiro, nov./dez. p. 4.

[356] A CCCJ e os centros culturais a ela vinculados eram abertamente integralistas, como se discutirá no capítulo 6.

[357] Telegrama de Clóvis Salgado a Plínio Salgado, 14.9.1959 (APHRC-Pprp 59.09.14/7).

[358] Comissão Mista de Orçamento – Subvenções Deputado Plínio Salgado (APHRC-FPS 009.004.003).

1965 [R$ 101.708,15 em 1960; R$ 20.633,85 em 1965], passando para CR$ 5.800.000,00 em 1966 [R$ 54.362,70].[359] Em 1963, Salgado manteve, entre maio e agosto, um programa semanal na televisão, a um alto custo e financiado pelas "classes conservadoras", embora tenha encerrado o programa alegando ter recebido apoio insuficiente, conforme relata: "*Resolvi parar o programa. Custa a quantia de 600 mil cruzeiros* [R$ 18.632,41] *por mês, para dez minutos por semana. Um amigo daí estava arrecadando fundos para manter o programa. Mas a sabotagem no estúdio é incrível. (...) Além disso, o amigo que está promovendo os meios financeiros não tem tido as facilidades que supunha*".[360] A origem dos recursos que mantinha o programa não era tornada pública, ao contrário dos programas radiofônicos dos anos 50, quando as relações de doadores eram publicadas por *A Marcha*, o que denota que as campanhas "populares" tinham sido substituídas pela busca de grandes doadores.

Ainda menos transparentes foram as situações em que se envolveu o PRP durante as eleições de 1962, com recebimento de verba de candidatos de outros partidos por ele apoiados, além de financiamento por parte do complexo IPES / IBAD (Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática). A situação mais notória – em virtude de ter se tornado pública, gerando sérias complicações ao partido – foi o pagamento da elevada quantia de CR$ 3.000.000,00 [R$ 153.136,50] por parte da Adhemar de Barros, em troca do apoio do PRP a sua candidatura vitoriosa ao governo do estado de São Paulo. Este pagamento foi revelado pelo jornal *Última Hora*, que publicou fotografia de um cheque de Adhemar de Barros nominal a Plínio Salgado, obrigando o PRP a um grande esforço para explicar a situação, como se verifica em correspondência enviada ao jornal e por ele publicada:

> Era natural e lógico que o candidato a governador precisasse da propaganda da nossa agremiação, pelo que ela representa como força política e moral. Acontece que, para uma propaganda de relativa envergadura, o PRP não dispõe de grandes recursos. A despesa total de propaganda para governador, vice-governador, senadores, deputados federais e estaduais, efetuada pelo nosso Comitê, foi de CR$ 8.527.650,00 [R$ 435.298,17]. Era compreensível que o sr. Adhemar de Barros, como candidato ao cargo cuja publicidade era a mais cara, contribuísse com alguma coisa. Assim, recolheu à caixa do comitê, em

---

[359] Correspondência de Plínio Salgado ao Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, 12.9.1965 (APHRC-Pprp 65.09.12/8).

[360] Correspondência de Plínio Salgado a Paulo Paulista de Ulhôa Cintra, 26.8.1963 (APHRC, 63.08.26/15). O contrato previa o custo de CR$ 150.000,00 semanal, sendo CR$ 100.000,00 pelo programa de 10 minutos, e mais CR$ 50.000,00 pelo anúncio de primeira página no jornal *Diário de São Paulo* que seria publicado no dia da veiculação do programa. Cf. Correspondência de J. F. Severino a Plínio Salgado, 25.03.1963 (APHRC-Pprp 63.25.03/1).

> prestações, a quantia de 3 (três) milhões de cruzeiros, parcela insignificante em face do vulto da campanha.[361]

A correspondência enviada ao jornal continha outras "explicações", que não foram publicadas. Conforme o remetente, o repasse justificava-se, já que "*a contribuição eleitoral do PRP é bastante ponderável. Verifique-se a diferença que deu a vitória ao sr. Adhemar de Barros e se concluirá que o contingente de votos no nosso partido foi decisivo*".[362] Além disso, tentava-se inverter o ocorrido, afirmando que "*o PRP conseguiu, com seus próprios partidários e simpatizantes, perto de SEIS MILHÕES de cruzeiros, que se empregaram em favor, também, do sr. Adhemar de Barros, o qual, portanto, foi ajudado FINANCEIRAMENTE por nosso partido*".[363] Ora, é evidente que um partido sem candidato próprio aos cargos majoritários direciona seus recursos para a propaganda de seus candidatos ao parlamento, mais ainda quando seu "Chefe Nacional" é candidato a deputado por aquele estado, o que torna insustentável a argumentação apresentada, como também o é a explicação para o fato de o cheque ser nominal:

> Pergunta-se: porque o cheque foi nominal? Explica-se: a pessoa que se apresentou ao sr. Adhemar de Barros alegando qualidade de representante da Comissão não merecia confiança do emitente do cheque. Se merecesse, o cheque seria ao portador. Naturalmente irritado pela desconfiança, arquitetou vingar-se, tirando fotocópia do cheque, providência tão supérflua quanto imbecil, pois nem Plínio Salgado, nem o Comitê iriam negar, em qualquer tempo, uma contribuição tão pequena [sic] em face das relativamente vultosas despesas que o PRP estava fazendo à sua própria custa, com vantajoso proveito ao seu candidato a Governador.[364]

Dificilmente Salgado teria enviado um mensageiro pouco confiável para receber uma quantia tão elevada. Embora contra-atacando, a resposta de Salgado confirma o recebimento da quantia em troca do apoio eleitoral, uma prática que certamente não seria tornada pública se não viesse a público através de terceiros, com a publicação de uma prova irrefutável. Prova disso é a situação ocorrida na Guanabara, onde também foram efetuados repasses pelos candidatos apoiados pelo PRP a vice-governador (Lopo Coelho-PSD) e ao senado (Gilberto Marinho-PSD e Juracy Magalhães-UDN). Estes repasses totalizaram CR$ 515.000,00 [R$ 26.288,42], o que representava 65% do total arrecadado

---

[361] PRP explica o cheque de Adhemar a Plínio. *Última Hora*, São Paulo, 23.1.1963 (APHRC-FPS 114.004.REC 1963).
[362] Correspondência de Paulo Paulista de Ulhôa Cintra ao Sr. Diretor de Última Hora, 22.1.1963 (APHRC Pprp 63.01.22/17).
[363] Idem, ibidem.
[364] Idem, ibidem.

pelo partido para a campanha, de CR$ 794.250,00 [R$ 40.542,88], mas não vieram a público, constando apenas no relatório financeiro interno do Partido:

> Cotas especiais:
> De Gilberto Marinho, conforme entendimento da Comissão Política do DR: CR$ 200.000,00.
> De Juracy Magalhães, id. ibid: CR$ 200.000,00
> De Juracy Magalhães, para ajuda ao DR, destinada à confecção de faixas: CR$ 15.000,00
> De Lopo Coelho, contribuição ao DR a título de taxa de propaganda: CR$ 100.000,00.[365]

As vinculações do PRP e suas lideranças com o IBAD é menos explícita, mas ainda assim existem indícios bastante concretos. Em junho de 1962, uma longa carta confidencial e não assinada, dirigida a Teixeira Coelho (chefe do "Gabinete Militar" de Plínio Salgado) relatava as atividades do complexo IPES / IBAD:

> Agora vou lhe contar o "mapa da mina" e admiro que, vocês aí no Rio não saibam disso. Por isso, este assunto é confidencial. Logo que foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o chamado projeto de remessa de lucros (que contém dispositivos arrochados), as chamadas "classes conservadoras" ou forças da produção (Ass. Comercial, Centro das Indústrias, Federação das Indústrias, etc.) daqui de São Paulo se alarmaram e se entenderam com as congêneres daí do Rio e de Belo Horizonte. Reuniram-se aqui e deliberaram enfrentar o problema, estruturando entidades, para o público, de estudos e pesquisas sociais. Aqui em São Paulo é o IPES (Instituto Paulista de Estudos Superiores), aí no Rio , o INES (Instituto Nacional de Estudos Superiores) e em Minas o IMES (Instituto Mineiro de Est. Sup.). Para uso externo, convidam maiorais, políticos, governadores, etc. para palestras e conferências e fazer-lhes sentir as suas preocupações, em face da Frente Parlamentar Nacionalista, de nítida tendência esquerdista e, daí, os receios deles dessas classes conservadoras. Entretanto, há uma atividade <u>interna</u>: financiar candidatos, de quaisquer legendas, desde que seja 100% anticomunistas. A princípio, e na primeira reunião, desses capitães de empresas, daqui, eles fizeram uma "vaca" que rendeu 300 milhões, e os planos são para atingir um bilhão. Estabeleceram meio por cento, taxativo, sobre os lucros líquidos apurados nos respectivos balanços dessas empresas, desses empresários e maiorais da indústria e do comércio, daqui. Aqui, o "homem", encarregado de centralizar essa atividade reservada é o banqueiro Leopoldo Figueiredo. Aí no Rio é o cidadão Ruy Gomes de Almeida. Em B. Horizonte, é um cidadão Pierruti, ou nome parecido. (...) Eu mesmo tive oferecimento de uns 3 ou 4 milhões, para disputar por Mato Grosso. (...) O homem (de certo cumprindo orientação geral deste grupo reacionário, de direita), exige que o candidato assine um compromisso escrito, de seguir a orientação que eles querem... (...) Pelas minhas ligações, estava eu tentando um auxílio substancial, da ordem de 10 a 20 milhões, para o <u>nosso</u> homem, candidato a federal, por aqui, neste pleito [Plínio Salgado]. Acontece que este chefe fez uma brilhante exposição, pela televisão, há cerca de dois a três meses (...) e saiu-se, para nós, brilhantemente. Mas, - acredito – não foi brilhante para essa turma reacionária de direita, pois o nosso candidato declarou, claro e sinceramente que o projeto (respondendo pergunta) de remessa de lucros teve a votação de nosso partido ou melhor, dos deputados do nosso partido (...) Isso, por certo, abespinhou a turma reacionária de direita que está esfriando quanto às possibilidades de auxílio. (...) Aí no Rio, também há o "homem", Ruy Almeida, maioral do INES que, internamente, tem os mesmos propósitos de combate anticomunista, auxiliando

[365] Resumo do Relatório Financeiro correspondente às eleições do dia 7 de outubro de 1962 no estado da Guanabara (APHRC-FPS 017.009.002).

> candidatos. Também em Minas, o IMES tem os mesmos propósitos. E, assim, em conclusão, sugiro que você entre em ação aí, - arranje uma ligação direta com o cidadão Ruy de Almeida (há um companheiro nosso, do Diretório Nacional que é vice-presidente da Associação Comercial, e ele lhe poderá abrir a porta, para este assunto. Aliás, em Minas, você poderá ter uma conversa séria com o deputado Abel, que, como deputado, tem credenciais para apresentar-se, e deve conhecer, melhor que eu, a posição do IMES, de Belo Horizonte. (...) É preciso descobrir a "chave" do problema e como abrir a porta; conseguido isso, julgo que *a Marcha* terá um amparo financeiro regular, sério, por via de auxílio ou de recomendações de publicidade. O momento é oportuno, pois a infiltração comunista que tanto os atemoriza, e que está levando nosso país a um plano inclinado para o esquerdismo proporciona recursos idôneos [sic], com que *A Marcha* poderá contar, para um combate ideológico, sério, à penetração vermelha.[366]

Esta correspondência deixa claro que, em meados de 1962, não havia ainda um maior vínculo do PRP com o complexo IPES / IBAD. Mesmo assim, chama atenção o vasto conjunto de informações que detinha uma das lideranças integralistas, não identificada, bem como as várias possibilidades sugeridas para vinculação do PRP no "esquema". Uma delas, pelo menos, deu resultados práticos evidentes: o financiamento da candidatura à reeleição do deputado federal Abel Rafael, pelo IBAD, que se tornou público em agosto de 1963. Abel Rafael, em face de provas irrefutáveis, admitiu as ligações com o IBAD, e tentou explicá-las, de forma "criativa", "*dizendo que estas se limitaram ao recebimento de uma ajuda em sua campanha eleitoral, **a fim de poder enfrentar o predomínio econômico de certos capitalistas** [sic] e de uma turma de pelegos que sempre usou o governo e as nomeações do governo, o Banco do Brasil, a LBA e os institutos, a seu talante*".[367] Admitiu ter recebido "*o auxílio de cédulas, cartazes, faixas, poucos programas de rádio*", e ainda acrescentou que o IBAD "*não é tão poderoso assim, porque se o fosse já teria comprado seus acusadores* [sic]".[368] Não encontramos registros de outros candidatos do PRP financiados diretamente pelo complexo IPES / IBAD, mas deve-se ressalvar que é pouco provável que eventuais registros de outras transações tivessem subsistido na documentação. Além disso, é muito provável que o valor repassado por Adhemar a Plínio fosse proveniente do esquema, já que a candidatura de Adhemar foi uma das mais fartamente financiadas pelo complexo IPES / IBAD. No final de 1963, uma entidade integralista ligada à CCCJ, a Patrulha Nacional Cristã, de Maceió, enviava solicitação de financiamento de suas atividades à Aliança Brasileira para o Congresso, controlada por Adhemar. O requerente evocava a "*égide altaneira do Governador*

---

[366] Correspondência sem remetente para Teixeira Coelho, 7.6.1962 (APHRC, Pprp 62.06.07/1).
[367] Deputado diz que o auxílio do IBAD ajudou-o a enfrentar os pelegos. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 9.8.1963 (CDAIBPRP – Recortes)
[368] Idem, ibidem.

Adhemar de Barros", expunha detalhadamente as atividades anticomunistas desenvolvidas pela Patrulha e as dívidas que enfrentava, pedindo subvenção financeira.[369] Em janeiro de 1964, a entidade enviava um longo relatório de suas atividades, e ampliava os elogios a Adhemar, "*esse arauto da Democracia Brasileira, que tão magnânimos e exuberantes serviços tem prestados à Nação*" e expunha o plano de atividades que seria executado com as verbas pretendidas, com o que parece provável já haver negociações em andamento.[370] Não encontramos documentos que revelem se tal financiamento foi ou não recebido. Em termos gerais, é inegável a existência de diversos vínculos estabelecidos pelo PRP com setores empresariais e grupos políticos, muito especialmente entre 1959 e 1964. Os dados existentes não permitem avaliar o peso relativo das verbas obtidas através destas vinculações no conjunto das atividades partidárias, mas tornam evidente que os integralistas esforçaram-se para obter estes recursos, ao contrário de seu discurso público, e que, ao menos em alguns casos, efetivamente receberam recursos de outros partidos políticos e de grupos empresariais.

A vinculação de Salgado com os grupos políticos e militares dominantes, no novo contexto de ditadura militar, ficou explícita em 1965, com a promoção de um grande banquete em comemoração ao seu 70º aniversário. A Comissão Promotora do Banquete era constituída por 36 integrantes, incluindo-se parlamentares de vários partidos e lideranças empresariais. Dentre as lideranças políticas, destacam-se os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzili (PSD), o vice-governador de São Paulo, Laudo Natel, o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo Cyro Albuquerque, os deputados Cunha Bueno (PSD), Arnaldo Cerdeira, Conceição da Costa Neves, Horácio Lafer e Orlando Yazetti. Destaca-se também a presença de importantes lideranças de classe da burguesia brasileira, como Rafael Noschese, presidente da FIESP, Brasílio Machado Neto, presidente da Federação do Comércio, e Luis Emanuel Bianchi, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Integravam-na ainda os antigos parceiros do verdeamarelismo Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia; militantes integralistas dos anos 30 como Miguel Reale, Alfredo Buzaid e Gastão de Bueno Vidigal, e também o presidente do TSE Ministro Cândido da Motta Filho e o presidente da Academia

[369] Correspondência de Wanilo Galvão Barros a Aliança Brasileira para o Progresso, 12.11.1963 (APHRC-Pprp 63.11.12/3).
[370] Correspondência de Wanilo Galvão Barros a Aliança Brasileira para o Progresso, 27.1.1964 (APHRC-Pprp 64.1.28/1).

Brasileira de Letras, Aristeu Seixas.[371] A reunião de tantas lideranças políticas e empresariais importantes evidencia, mais uma vez, que Salgado efetivamente era considerado, no mínimo, como interlocutor válido pelos grupos econômicos dominantes e por líderes políticos de grande projeção.

O conjunto de informações disponíveis acerca do financiamento das atividades integralistas entre 1945 e 1964 evidencia que se por um lado o integralismo não foi em momento algum a opção prioritária dos grandes grupos econômicos (o que explica a constante lamentação de Salgado), por outro, foram diversas as ocasiões em que setores da burguesia aportaram recursos ao movimento, seja anunciando em *A Marcha*, seja comprando livros da Livraria Clássica Brasileira, seja financiando campanhas eleitorais de candidatos integralistas.

[371] Cf. Homenagem a Plínio Salgado (Convite) e Homenagem a Plínio Salgado: todo o Estado de São Paulo mobilizou-se. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jan./fev. 1965, p. 3.

Capítulo 4 - Partido de Representação Popular: Estrutura interna e Hierarquia

O objetivo deste capítulo é analisar estruturação do Partido de Representação Popular, investigando particularmente sua organização interna e a imposição da hierarquia partidária. Para a análise da estrutura interna levaremos em conta o funcionamento de suas instâncias internas; sua configuração como partido nacional; e a constituição de uma imprensa integralista. Nossa principal hipótese é de que a estruturação do PRP viabilizou a organização ativa de expressiva parcela da militância integralista, sob controle de Salgado, constituindo um instrumento eficaz para sua intervenção no processo político. Para isto, foi necessária a estruturação nacional do partido, dotando-o de uma vasta rede de diretórios municipais, diretórios regionais em todos os estados e convenções periódicas, garantindo a mobilização permanente da militância integralista, ainda que ela tenha se dado em patamares inferiores à obtida pela AIB nos anos 30. O PRP constituiu-se assim como partido nacional, no que se refere ao seu projeto, a sua estruturação regional e também aos resultados eleitorais obtidos. Com relação à imprensa integralista, a estruturação de uma vasta rede nacional, constituída de diversos instrumentos, como jornais semanais, programas radiofônicos, editora, folhetos e revistas, foi estratégia constantemente priorizada pelo PRP, constituindo condição necessária para que ele pudesse desempenhar um papel relevante.

A imposição da hierarquia partidária será analisada a partir da concentração de poder em torno de Plínio Salgado e da utilização de processos de expulsão e de intervenção em diretórios regionais como instrumentos freqüentes de imposição da supremacia do Diretório Nacional sobre as demais instâncias partidárias. Nossa hipótese principal é de que a conformação de uma estrutura interna autoritária, hierárquica e ultracentralizada, na qual a obediência e a disciplina eram as virtudes mais exaltadas, era necessária para que o PRP cumprisse um papel específico na dominação burguesa. Ao contrário dos partidos principais da classe dominante – PSD e UDN -, cuja estruturação tinha que manter abertos espaços de dissensão necessários à unificação das diferentes frações burguesas que os compunham, o PRP organizava-se centralizada e hierarquicamente de forma a poder agir como “tropa de choque” em defesa da ordem estabelecida, resolutamente voltada ao combate ao comunismo, bem como para afirmar um projeto de “contra-reforma moral e intelectual” conservador e autoritário.

4.1 A estruturação partidária

4.1.1 A organização partidária e a dinâmica dos diretórios

As dificuldades enfrentadas para a estruturação partidária em um país continental e federativo como o Brasil são analisadas pelo cientista político Gláucio Soares. De acordo com ele:

> A organização dos partidos não nasce feita: um país federativo requer diretórios regionais (estaduais); um país com municípios requer uma extensa rede de diretórios municipais. A fundação de diretório é apenas o início da organização de um partido, que é um processo longo. A estruturação de um partido implica a criação de vínculos com os meios de comunicação de massa, com organizações civis (como os sindicatos e as religiões organizadas), além da criação de diretórios.[1]

O resultado da eleição de 1945, na qual PSD e UDN elegeram juntos 82% dos deputados federais - bem mais do que em qualquer eleição posterior - se deve em grande parte ao fato de que eram os únicos partidos com uma ampla estrutura organizacional, abarcando todos os estados e a grande maioria dos municípios. Para o PRP, formado poucos dias antes das eleições, a defasagem organizacional em 1945 era dramática, sendo esse um dos principais fatores explicativos do péssimo resultado eleitoral alcançado pelo partido. Após as eleições de 1945, o partido passou a se colocar como objetivo central a ampliação de sua rede de diretórios estaduais e municipais. Em 1946, excursões – denominadas pelos integralistas de “bandeiras” - percorreram centenas de municípios com este objetivo, promovendo comícios, e realizando propaganda partidária. Em julho daquele ano, correspondência de Jayme Ferreira da Silva a Plínio Salgado (ainda em Portugal) relatava o avanço organizativo:

> O interior vai sendo sacudido. Nosso escritório já conseguiu ligação com mais de 600 localidades e só em uma expedição, no princípio deste mês, foram remetidos pacotes num total de 1046 quilos, contendo milhares de exemplares da Carta-Diretiva de 31 de julho, além de outros prospectos. Em Minas, fundam-se escolas dentro dos diretórios e estas crescem com a adesão de novos adeptos. Em Santa Catarina, nossa gente sai da letargia. O Rio Grande está magnífico. O Paraná foi acordado pela centelha de nossa propaganda. São Paulo tem melhorado muito. A Bahia, qual gigante da nossa tradição, começa a esticar os braços para repetir a “palavra nova dos novos tempos”. Pernambuco foi despertada há 45 dias, pelo Mayrink que lá esteve e que logrou êxito inédito, aceitando e abafando os apartes dos nossos velhos adversários marxistas. Do Ceará chegam também notícias auspiciosas com o nosso Barbosa, que de lá regressou na última semana. Goiás nos enviou um emissário. O Pará e o Maranhão também estão de pé.[2]

---

[1] SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida.* Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 65.
[2] Correspondência de Jayme Ferreira da Silva a Plínio Salgado, 21.7.1946 (APHRC-PiPrp 21.07.1946).

A formação de diretórios municipais era estimulada ao máximo, exigindo-se apenas 3 integrantes, nos postos de Presidente, Secretário e Tesoureiro[3], dispensando-se até a necessidade de contar com sede partidária própria.[4] Além disso, instigava-se a formação de sub-diretórios nos distritos rurais, nomeados pelo diretório municipal.[5] Ao final de 1946, o partido proclamava contar com *"quase oitocentos diretórios já instalados"*, levando o jornal Idade Nova a fantasiar que o partido chegaria às próximas eleições "*na situação de grande partido, podemos dizer, mesmo, na situação de um dos 'big fours' do imediato futuro político nacional"*.[6] A participação na II Convenção Nacional, em outubro de 1946, de delegados de todos os estados, além do Distrito Federal e do território do Acre[7] evidencia a ampliação da estrutura partidária. No ano de 1949, o partido lançou a "Campanha Nacional dos 1000 núcleos"[8], objetivando a estruturação de 1000 diretórios municipais, o que, a julgar pela informação apresentada no jornal partidário, foi alcançado no ano seguinte, quando o partido teria atingido 1.004 diretórios municipais e 593 diretórios distritais.[9] Entre 1947 e 1949, Salgado percorreu o país, em diversas caravanas, formando diretórios e promovendo atividades públicas. Um panfleto com a programação da caravana na cidade de Poções (BA), em 1949, ilustra alguma destas atividades:

> Em primeiro lugar, pede-se ao Comércio a fineza de cerrarem as suas portas durante o dia 8, para que todos, em união fraterna, possam tomar parte em todas as homenagens programadas. A cidade será despertada por uma salva de 21 tiros na madrugada do dia 8 e algumas bombas anunciarão a entrada da "Bandeira El Rei D. João III", que percorre os sertões da Bahia, chefiada pelo Sr. Plínio Salgado. Convida-se o povo da cidade, sem exceção de cor, credo religioso ou partidarismo político, para reunir-se nas escadarias da Igreja Católica, no dia 8 e 9 horas da manhã, a fim de receber com uma salva de palmas a "Bandeira El Rei D. João III". Após a missa, enquanto o sr. Plínio Salgado paraninfa o batizado de uma criança, o povo se transportará ao local da construção da nova Igreja, onde, terá a oportunidade de ouvir a palavra do Deputado Federal Goffredo Telles e outros oradores (...).Logo após o almoço, partirá a "Bandeira" para a visita às minas de amianto (...). Não faltará transporte desta cidade para este aprazível e utilíssimo passeio (...). De regresso do passeio, às 6 horas, no Cinema local, o Sr. Plínio Salgado fará a

---

[3] PARTIDO de Representação Popular. *Programa e Estatutos do Partido de Representação Popular*. Rio de Janeiro: Partido de Representação Popular, 1945, p. 27.
[4] Dinamismo - Senso Prático - Método. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 30.6.1946, p. 2.
[5] PARTIDO de Representação Popular *Programa e Estatutos...*, op. cit., p. 29.
[6] Cf. Convenção Nacional do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 19.10.1946, p. 1 e 5. As auto-avaliações feitas pelo partido eram sempre exageradamente inflacionadas, visando tanto estimular a militância, como se valorizar nas negociações para a formação de coligações. Ver a respeito CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História, p. 191-195.
[7] Chefes das Delegações Estaduais à II Convenção Nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.11.1946, p. 7.
[8] Cf. Ofício da Secretaria Estadual de Arregimentação Estudantil do Rio Grande do Sul aos diretórios municipais – 7.7.1949 (CDAIBPRP).
[9] Cf. A aritmética demonstra: O PRP em condições de decidir as eleições. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 1.6.1950, p. 1.

> "Crônica da Ave Maria", que será irradiada para toda a cidade. (...). Para a sessão solene das 20 horas, pede-se ao Ilustre Sr. Delegado de Polícia e o Sr. Sargento Instrutor do Tiro de Guerra, o necessário controle para que as famílias se coloquem em primeiro lugar no Salão da conferência, pois receamos que o prédio seja pequeno para conter todo o povo.[10]

Ao que parece, o PRP teve maior dificuldade em se estruturar nos estados mais atrasados economicamente e com menor população do nordeste e, principalmente, do norte e centro-oeste. Um levantamento do Departamento de Controle e Estatística do PRP revela que 72% dos diretórios municipais em funcionamento em 1948 (444 em 618 diretórios) localizavam-se em oito estados: São Paulo (91), Rio Grande do Sul (64), Minas Gerais (61), Bahia (57), Ceará (49), Pernambuco (44), Rio de Janeiro (41) e Paraná (37). Os demais se localizavam em Santa Catarina (29), Espírito Santo (29), Pará (19), Goiás (19), Rio Grande do Norte (16), Mato Grosso (16), Maranhão (15), Paraíba (10), Piauí (9), Amazonas (6) e Sergipe (6).[11] Um recenseamento realizado em 1946 revela as dificuldades da direção partidária em manter a comunicação constante com os DMs: um apelo visando a atualização do fichário do Diretório Nacional teve resposta imediata de poucos diretórios, obrigando a sucessivas prorrogações do prazo. Ainda assim, mais de dois meses depois do prazo inicialmente anunciado, era publicada uma relação, com apenas 301 DMs recadastrados, sugerindo a pouca atividade dos demais.[12] Um relatório produzido em 1949 por Abel Rafael Pinto, incumbido de inspecionar as atividades do partido em 6 estados do norte e nordeste, evidencia dificuldades e problemas enfrentados pelo partido: no Pará o partido teria somente 4 diretórios municipais em funcionamento; no Maranhão, o partido teria sido muito abalado pela deserção de seu único deputado estadual (Pe. Joel Barbosa) e também teria apenas 4 DMs em funcionamento; no Piauí mantinham-se em funcionamento 2 DMs; no Rio Grande do Norte, o partido teria enfrentado um grande tumulto em um comício; na Paraíba o principal problema seria a carência de militantes e de recursos; e somente no Ceará haveria avanço na estrutura partidária, embora ameaçada pela rivalidade quanto a indicação do candidato a deputado federal.[13]

---

[10] Ao povo de Poções. Panfleto (APHRC-Pprp 07.04.49/1).
[11] Departamento de Coordenação Estatística. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.10.1948, p. 4.
[12] Aos Diretórios Municipais do PRP: apelo urgente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.7.1959, p. 2; e Os que estão vivos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.7.1956, p. 2. Esta última matéria lamentava que *"Pelos algarismos acima, verifica-se que grande parte dos Diretórios Municipais ainda não responderam, uma vez que, nas concentrações regionais do partido compareceram dirigentes desses órgãos, demonstrando com a devida presteza o dever de enviar as informações ao órgão nacional"*. Os diretórios que responderam distribuem-se da seguinte forma: SP: 99; MG: 46; RS: 33; RJ 24; SC: 20; BA: 17; CE: 12; PE: 7; ES: 6; RN: 4; AM: 3; DF: 2; PA, PI, MT, GO, AL e PB: 1.
[13] Relatório de Abel Rafael Pinto, 23.03.1949 (APHRC-Pprp 23.03.49/1).

Através das correspondências entre as instâncias partidárias é possível tomar conhecimento de algumas atividades desenvolvidas pelos diretórios estaduais ou municipais, ou ainda, atividades que o Diretório Nacional deles esperava. No caso dos diretórios estaduais, eles periodicamente prestavam informações respondendo a extensos questionários remetidos pelo Diretório Nacional, os quais indagavam quanto às atividades desenvolvidas. Dentre elas, afora as imposições burocráticas, como manutenção do registro legal dos diretórios e pagamento das contribuições, mencionava-se a realização de "sessões doutrinárias", a promoção de concentrações regionais de militantes, a realização de excursões de propaganda, a promoção de atividades voltadas aos estudantes, a edição de folhetos, boletins, cartazes e materiais de propaganda, a realização de programas de rádio e a promoção de eventos voltados às mulheres. Em um ofício enviado aos diretórios municipais, Plínio Salgado listava algumas atividades que deveriam ser realizadas por eles, dentre as quais a realização semanal de reuniões doutrinárias; a organização e manutenção de uma biblioteca na sede partidária[14]; a promoção de comemorações públicas das datas nacionais; o exercício da *"maior vigilância possível sobre os comunistas locais"*, com a remessa ao Diretório Nacional de seus nomes, profissões e cargos que ocupavam; e a realização de propaganda partidária.[15] Seria necessário um estudo sistemático da vasta documentação dos diretórios municipais para uma avaliação mais precisa da intensidade com que estas atividades eram realizadas. Levando em conta a clássica distinção entre partido de massas e partido de quadros, proposta por Maurice Duverger[16], percebe-se que o PRP, ainda que não tenha chegado a se caracterizar como um partido de massas – até pela sua avaliação negativa das massas, tidas como incapazes – também não se restringiu aos limites de um partido de quadros, pois realizou atividades periódicas fora dos períodos eleitorais e pretendeu mobilizar e organizar seus adeptos de forma permanente, no que teve um êxito relativo. É certo que não logrou manter o grau de mobilização permanente almejado pela Ação Integralista Brasileira nos anos 30, mas ainda assim conseguiu manter

[14] Plínio Salgado estabeleceu diretrizes para a formação das bibliotecas, listando nominalmente os livros que poderiam compô-las. A inclusão de qualquer outro título que não estivesse listado deveria obrigatoriamente ser precedida da consulta ao Gabinete da Presidência Nacional do Partido. A diretriz estabelecia ainda que "*a Biblioteca poderá ter, sob chave, para uso dos doutrinadores e estudiosos que possuem instrução suficiente de filosofia e sociologia e uma base de cultura geral, somente para esses, os livros de nossos adversários de idéias, mas apenas os básicos, e não os de divulgação secundária*". Orientações para a formação das Bibliotecas Municipais do Partido de Representação Popular. 20.3.1951. Deliberações do Diretório Nacional (CDAIBPRP).

[15] Cf. Ofício do Presidente do Diretório Nacional do PRP Plínio Salgado aos Diretórios Municipais, 20.3.1951 (CDAIBPRP).

[16] DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

uma razoável vida partidária fora dos períodos eleitorais, não se restringindo às atividades parlamentares e executivas, no que se distinguia da maior parte dos partidos do período, estruturados quase exclusivamente visando as eleições.

Os Estatutos do PRP, aprovados em setembro de 1945, foram alterados sete vezes até 1964. Ainda assim, à exceção da reforma de 1946, as demais alterações foram superficiais, realizando apenas pequenos ajustes. A reforma estatutária de 1946, realizada durante a II Convenção Nacional, foi conduzida diretamente por Plínio Salgado, modificando profundamente a estrutura partidária e fortalecendo a presidência nacional.[17] No que se refere aos órgãos dirigentes, o Estatuto de 1945 previa um Diretório Nacional de cinco membros que se reuniria semanalmente, subordinados a um Conselho Nacional de 12 membros que se reuniria mensalmente, ambos eleitos pela Convenção Nacional.[18] Com a reforma de 1946, o Diretório Nacional passou a ter 15 membros e reuniões mensais; o Conselho Nacional passou a ter 35 membros; e foi criada a Comissão Nacional de Orientação Política, com quatro membros livremente indicados e sob a direção do Presidente Nacional do Partido. Este novo órgão passou a reger a vida diária do partido e as principais questões em tramitação no Diretório Nacional deviam ter previamente um Parecer seu.[19] A segunda reforma estatutária ocorreu em março de 1947, durante a III Convenção Nacional, convocada especialmente para tal fim, e criou 10 Secretarias Nacionais: Arregimentação Eleitoral; Propaganda; Finanças; Assistência Social; Arregimentação Feminina; Arregimentação Trabalhista; Arregimentação Estudantil; Cultura Artística; Educação Moral, Cívica e Física; e Estudos e Planos Governamentais, cujos secretários eram livremente nomeados pelo Presidente Nacional. Por outro lado, extinguiu a Comissão Nacional de Orientação Política, criada há menos de cinco meses.[20] As reformas seguintes ocorreram na IX Convenção Nacional, em 1951, na XIII, em 1956, na XIV, em 1957, e na XVI, em 1959.[21] Na reforma de 1956, aumentou-se o número de

---

[17] É importante levar em conta que no mesmo momento em que os estatutos eram reformados, aumentando as atribuições e o poder da Presidência Nacional, este cargo passava a ser ocupado diretamente pelo próprio Plínio Salgado, eleito na mesma convenção.

[18] PARTIDO de Representação Popular. *Programa e Estatutos...*, op. cit.

[19] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela II Convenção Nacional. Mimeografado (CDAIBPRP).

[20] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela III Convenção Nacional. Mimeografado (APHRC-FPS 016.008.001)

[21] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela IX Convenção Nacional. Mimeografado (CDAIBPRP). Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela XII Convenção Nacional. Mimeografado (APHRC-FPS 067.001.001); Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela XIV Convenção Nacional. Mimeografado (APHRC-FPS 067.001.002).

componentes do Diretório Nacional para 45 membros, e foi criado um Conselho Nacional constituído pelos presidentes dos Diretórios Regionais e pelos deputados estaduais, além de tornar-se mais rígidas as regras de disciplina partidária.[22] A reforma de 1959 estabeleceu a obrigatoriedade de realização de duas reuniões mensais dos Diretórios durante o período em que estivessem reunidas as Câmaras Federal, Estaduais e Municipais, facilitou a punição dos militantes em atraso com a contribuição financeira. Finalmente, em 1961, os Estatutos foram novamente alterados, passando o Diretório Nacional a ter um número variável de componentes, de 15 a 45, incluindo como membros natos os representantes do partido no Congresso Nacional; extinguindo o Conselho Nacional e criando em seu lugar o Conselho Político, composto por 14 membros nomeados pelo Presidente do Diretório Nacional; e também o Conselho Consultivo, reunindo os parlamentares do partido, os presidentes dos diretórios regionais e outros membros indicados pelo Presidente do Diretório Nacional. Também passou a permitir a eleição de integrantes de um Diretório para outro, desde que não ocupassem funções específicas.[23] É interessante observar que em todas as versões anteriores dos estatutos (entre 1945 e 1959) foi mantido o veto de participação de membros das direções regionais e municipal no Diretório Nacional, ao contrário do que ocorria, por exemplo, no PSD, cujo Diretório Nacional era composto exatamente pelos presidentes dos diretórios regionais. Esta opção da liderança perrepista acentuava a hierarquia do partido e colocava o Diretório Nacional como uma instância claramente separada e acima dos diretórios regionais. Outro aspecto relevante é que em todas as versões dos Estatutos permaneceram definidos os cinco "fundamentos" do partido:

> I – O conceito espiritualista de vida, em conformidade com as tradições do povo brasileiro, e em oposição a todas as ideologias materialistas; II – O princípio da intangibilidade da pessoa humana e, conseqüentemente, os princípios democráticos de liberdade e justiça, assegurada, para todos os cidadãos, a igualdade de direitos e deveres perante a lei; III – A afirmação da unidade orgânica da Pátria, que se formou e se perpetuará pelo entendimento e esforço conjugados de todos os cidadãos, sem distinção de raças ou classes; IV – O engrandecimento moral, intelectual e econômico da Nação, garantida a educação de todos, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e o

---

[22] Novo surto de vitalidade. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.56, p. 1. Embora tendo sido criado pela Convenção, ao que parece este órgão não chegou a funcionar, sendo substituído por um Conselho Político Nacional, bem mais restrito, composto apenas pelos deputados federais do partido. Cf. Reunião do Conselho Político Nacional do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1957, p. 1 e 6.

[23] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela XIX Convenção Nacional. Mimeografado.(Acervo CDAIBPRP).

> amparo aos elementos produtores; V – O combate contra todas as ideologias totalitárias, inimigas da dignidade do homem, da soberania natural e da harmonia entre os povos.[24]

Em 1962, foi acrescentado um sexto ponto, *"o aperfeiçoamento, pelos meios constitucionais, do sistema representativo vigente, fundamentado no sufrágio universal e no pluripartidarismo, complementando-o, também, através da representação dos grupos econômicos, profissionais e culturais de caráter corporativo"*,[25] consubstanciando a retomada explícita da defesa do corporativismo.

As secretarias criadas em 1947 tiveram uma importância grande na estrutura partidária, e deviam ter existência regular também no âmbito dos estados e dos municípios.[26] A perspectiva de Salgado era constituir uma organização com capacidade de rivalizar com o Partido Comunista: "*O PCB, atuando dentro dos princípios rígidos do leninismo, está transformando uma minoria organizada numa potência capaz de vencer e dominar um povo. Assim, se não quisermos ser cúmplices também, precisamos dar ao nosso partido também uma organização capaz de se opor àquela máquina subversiva, que é a mais perfeita organização atual entre nós*".[27] A documentação partidária disponível permite apontar que enquanto uma parte destas secretarias funcionou com grande regularidade, outras tiveram pouca expressão. Algumas, como Finanças, Propaganda e Arregimentação Eleitoral, em virtude da imprescindibilidade de seu funcionamento para os objetivos eleitorais do partido, eram objeto de maior preocupação. Já aquelas voltadas à formação política e doutrinação, tendiam a ficar em segundo plano.[28] A Secretaria Nacional de Educação Moral, Cívica e Física tinha por finalidade "*incutir na mocidade o mais elevado amor à Pátria, o culto das virtudes públicas e particulares, aprimorando nos jovens os seus dotes intelectuais e físicos, tudo subordinado a uma concepção de existência e dos superiores destinos humanos*",[29] através da formação de bibliotecas, da

---

[24] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela III Convenção Nacional. Mimeografado (APHRC-FPS 016.008.001). A redação destes "fundamentos" nos Estatutos de 1945 era levemente diversa.
[25] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela XIX Convenção Nacional. Mimeografado (CDAIBPRP).
[26] Em relatório apresentado à Convenção Estadual do PRP no Paraná em 1949, o secretário estadual do partido lamentava que apenas 10 diretórios municipais nomearam um secretário municipal de arregimentação de estudantes e apenas 3 nomearam uma secretária municipal de arregimentação feminina. Relatório do Secretário Estadual à Convenção Estadual PRP-PR 1949 (APHRC-FPS 015.002.001).
[27] Diretivas (Organização). *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 4.2.1946, p. 3.
[28] O relativo fracasso de algumas destas secretarias parece ter sido um dos motivos pelos quais na década de 1950 os integralistas passaram a tentar arregimentar politicamente alguns setores, como estudantes e trabalhadores, fora do âmbito partidário, em entidades formalmente independentes, como discutiremos no capítulo 6.
[29] Secretaria Nacional de Educação Moral, Cívica e Física: Organização (CDAIBPRP).

promoção de atividades físicas e da criação de escolas, cursos e conferências relacionados a comemorações e festas cívicas e a assuntos políticos e sociológicos. A Secretaria Nacional de Cultura Artística deveria "*incentivar, difundir, criar e controlar a parte artística e cultural do Partido de Representação Popular*", [30] mas teve atuação bastante apagada. A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina tinha por finalidade promover ações assistencialistas, criar escolas de alfabetização, "boas maneiras", puericultura, taquigrafia, culinária, economia doméstica, corte e costura e outros, realizar reuniões doutrinárias semanais, confeccionar trabalhos manuais e vendê-los para arrecadar fundos ao partido, promover festivais artísticos, literários e musicais, e realizar festas de Natal, Páscoa, dia dos pais e dia das mães,[31] em conformidade com o papel atribuído à mulher pelo partido. A Secretaria Nacional de Arregimentação Trabalhista deveria "*instruir e orientar seus associados e simpatizantes sobre todos os problemas sociais, econômicos e políticos referentes às massas trabalhadoras*".[32] A disputa pelo operariado era seu objetivo expresso, devendo *"prestar às classes trabalhistas, todo o apoio de que necessitam para a defesa de suas justas reivindicações, libertando-as da humilhante dependência de falsos líderes ou agentes de forças antinacionais, que capciosamente, dia a dia, vêm agravando seus problemas*".[33] No entanto, o próprio Secretário Nacional, Nelson Chiurco, admitia, em 1950, que *"o partido está atrasadíssimo na sua campanha no setor trabalhista"* e, embora tenha anunciado a pretensão de *criar um grande movimento trabalhista no PRP"*,[34] a julgar pela fraca participação de trabalhadores nas instâncias partidárias[35], parece ter tido êxito reduzido, atraindo poucos operários e não conseguindo constituir uma forte fração sindical. A Secretaria Nacional de Assistência Social tinha por finalidade *"exercer, em todo o território nacional, serviços de assistência, educação e cooperação social, em benefício dos associados do PRP e de toda a população em geral*",[36] estimulando *"a organização de instituições privadas, de assistência social*

[30] Secretaria Nacional de Cultura Artística: Regimento. *Boletim do PRP*, 31.10.1947, p. 3. Excetuando-se a montagem de uma peça teatro no Rio Grande do Sul, não se localizou qualquer referência da atuação desta secretaria.
[31] Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina: Organização (CDAIBPRP); e Diretiva de Plínio Salgado aos diretórios regionais, 17.10.1953 (CDAIBPRP).
[32] Organização da Secretaria Nacional de Arregimentação Trabalhista. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 28.10.1948, p. 4.
[33] Secretaria Nacional de Arregimentação Trabalhista. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 31.10.1947, p. 3.
[34] Circular do Secretário Nacional de Arregimentação Trabalhista Nelson Chiurco aos Diretórios Regionais do PRP, 24.2.1950 (CDAIBPRP).
[35] Ver a respeito a seção 3.2.
[36] Secretaria Nacional de Assistência Social: Organização, s./d. (CDAIBPRP).

(ambulatórios, creches, lactários, casas de saúde, maternidades, asilos, escolas de costura, arte, culinárias, enfermagens, dispensários, cooperativas, pensionatos, enfim, sociedades de beneficência) que possam pelo menos atenuar os efeitos da miséria que campeia em todas as cidades do Brasil".[37] A finalidade da Secretaria Nacional de Arregimentação Estudantil era "*arregimentar os estudantes filiados ao PRP, estimulando entre eles o gosto pela pesquisa dos fatos sociais e dos fenômenos econômicos e políticos brasileiros, de sorte a formar-lhes elevado espírito público"*.[38] A Secretaria promovia regularmente cursos e palestras relativos a temas políticos e doutrinários e, em julho de 1948, organizou o I Congresso dos Estudantes Populistas, em Campinas, reunindo mais de 700 estudantes.[39] A Secretaria de Estudos e Planos Governamentais tinha como objetivo formar quadros partidários para a intervenção no parlamento e nos governos, mas produziu pouca documentação e os estudos e planos por ela supostamente produzidos não vieram a público. Bem mais relevante foi a atuação da Secretaria Nacional de Arregimentação Eleitoral, visando "*incrementar, organizar e superintender os serviços de qualificação eleitoral e arregimentação política nos setores nacional, estaduais, municipais e distritais*".[40] Já em 1946, o partido seguia um planejamento de cadastro eleitoral, prevendo uma organização secreta e confidencial de alistamento de eleitores.[41] Os militantes do partido assumiriam a função de "cabo-eleitoral", devendo "*escolher, dentre as pessoas de suas relações e conhecimento, dez eleitores, que vão ficar sob sua responsabilidade, antes e no dia das eleições*".[42] O sigilo era considerado fundamental: "*O eleitor deve ignorar por completo que o seu nome foi adotado na ficha, e, muito menos, que existe esta ficha; nem que o correligionário é o seu Cabo Eleitoral*", e o cabo deveria "*manter-se em permanente contato*" e também "*estudar a personalidade dos eleitores anotados*". A hierarquia seguida

---

[37] A Semana das Secretarias Nacionais. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.9.1948, p. 5. A utilização do assistencialismo como estratégia de expansão partidária e de qualificação de eleitores, através da manutenção de escolas de alfabetização, bem como a promoção de campanhas de coleta e distribuição de gêneros, é discutida em CALIL, op. cit., p. 189-191.

[38] Secretaria Nacional de Arregimentação de Estudantes: Organização (CDAIBPRP).

[39] O maior conclave da mocidade brasileira. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 8.7.1948, p. 1 e 6.O Congresso teve a participação, dentre outros, dos deputados estaduais paulistas Oliveira Costa (líder do PSD), Auro Moura Andrade (líder da UDN), Cunha Lima (líder do PTB), Osny Silveira (sub-líder da UDN), Cunha Bueno (PSD) e Luis de Mattos (PTB), além dos parlamentares do PRP; e recebeu moções de congratulações unanimemente aprovadas pelas Assembléias Legislativas do Rio de Janeiro e São Paulo. Cf. Ata do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, 13.7.1948. Livros de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005). Também na Câmara Federal foi apresentado um requerimento de felicitações, com assinaturas de parlamentares do PSD, UDN, PTB, PSP e PR.

[40] Secretaria Nacional de Arregimentação Eleitoral: Organização (CDAIBPRP).

[41] Instruções de Arregimentação Eleitoral (Confidencial). 27.6.1946. Deliberação do Diretório Nacional (CDAIBPRP).

[42] Idem.

na organização era evidente: "*Qualquer substituição somente deve ser feita em último caso, sendo imediatamente comunicado o Supervisor, a fim de que tome as providências necessárias, comunicando o fato a quem de direito, para as devidas correções*".[43] Posteriormente, o PRP promoveu ainda um curso de formação de "líderes", visando a ampliação dos quadros eleitorais do partido[44], através da organização de equipes de trabalho, e atribuindo-se funções a todos os militantes, "*de forma que não fique nenhum companheiro inativo, sendo que todos, sem exceção, são obrigados a aceitar os serviços que lhe forem confiados, salvo exceções plenamente justificadas por escrito"*.[45] As normas estipuladas mantinham uma orientação semelhante:

> Cada companheiro deve desde já assumir o cargo de Sub-Monitor, chefe de 5 eleitores. Se o sub-monitor tiver capacidade para ser o Mentor ou Orientador de 10 eleitores, será designado Monitor. Por isso que, 20 Sub-Monitores (cada um com seus 5 eleitores) ou 10 Monitores (cada um com seus 10 eleitores), formarão uma Bandeira, sob a orientação de um Bandeirante.[46]

Pelas normas, ainda, os monitores eram obrigados a visitar todos os eleitores pelo menos uma vez por semana, devendo ser todos eles novos para o partido, não constando nas listas de simpatizantes. A existência deste planejamento, ainda que seja difícil investigar se foi seguido à risca, revela o objetivo de impor uma disciplina muito rigorosa sobre os militantes, uma concepção claramente autoritária da política e a perspectiva de exercer um controle absoluto sobre os eleitores. Mais do que isto, é expressão clara da concepção hierárquica e hierática dos integralistas e de sua pretensão em formar militantes adestrados à obediência, bem como dirigentes intermediários preparados para obedecer a seus superiores e se impor perante os militantes de base, inclusive utilizando-se de táticas de cunho militar, como a suspeição permanente, o exercício do controle e a imposição de sua posição hierárquica.

Outras secretarias nacionais foram posteriormente criadas, dentre as quais a Secretaria Nacional de Arregimentação de Marítimos, formada em 1948, visando *"propagar entre os homens do mar a doutrina político-social do populismo",*[47] evidenciando a importância atribuída a este segmento fortemente influenciado pelo integralismo nos anos 30; e a Secretaria Nacional de Assuntos Pessoais, criada em março

---

[43] Idem.
[44] Instruções de Arregimentação Eleitoral – Enviada aos Diretórios Estaduais. Sem data (CDAIBPRP).
[45] Idem.
[46] Idem.
[47] PARTIDO de Representação Popular. *Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação de Marítimos.* Rio de Janeiro: Vanguarda, 1948 (APHRC-FPS 016.008.012).

de 1959 "*para desafogar o Chefe Nacional da verdadeira onda de pedidos os mais variados e relacionados com todas as repartições públicas e até particulares, que de todos os pontos do país lhe chegam diariamente*",[48] com as seguintes finalidades:

> a) encaminhar às autoridades e personalidades competentes os pedidos de correligionários relativos a nomeações, promoções, transferências, reintegrações, readmissões, comissões e outros; b) promover internamento em hospitais, admissão em asilos e escolas, obtenção de bolsas de estudo, reconduções a estados ou cidades de origem dos solicitantes, exames médicos e medicamentos a indigentes; c) diligenciar no sentido de conseguir empregos no comércio, na indústria, em escritórios profissionais ou na agricultura aos correligionários, ou recomendados por estes, que os pedirem; d) dar assistência jurídica nos casos necessários (...); e) acompanhar e fazer andar, nos Ministérios, Autarquias e mais Repartições, os papéis daqueles que solicitarem intervenção e auxílio; f) visitar os enfermos e encarcerados (...); g) representar o Partido e o Chefe em enterros, missas, festas de aniversário, bodas de prata e ouro, banquetes, atos de formatura e cerimônias religiosas, sessões solenes, recepções, inaugurações, conferências e congressos; h) dar audiências para atender a solicitantes e interessados e manter em dia a correspondência com os solicitantes dos Estados; i) articular-se com a Bancada do Partido na Câmara Federal, com o Senador ou Senadores do Partido, com o Vereador ou Vereadores do Distrito Federal e com os presidentes dos Diretórios Regionais.[49]

A criação da Secretaria de Assuntos Pessoais indica que o vetor ideológico não era o único responsável pelo crescimento partidário. O caráter abertamente clientelista do conjunto das atividades previstas como finalidades da Secretaria, bem como a evidente utilização da influência dos postos ocupados pelo partido, diretamente mencionada nos itens (a), (c), (e), (h), e (i) demonstram que o partido pautava seu relacionamento com uma parcela de seus eleitores e potenciais eleitores pela obtenção de vantagens e concessão de favores, colocando em segundo plano os aspectos doutrinários, ideológicos e políticos. A criação da Secretaria era justificada pelo fato de que Salgado estaria com "*594 casos de pedidos de nomeações, transferências, promoções, etc.*".[50] A nova secretaria era composta de cinco departamentos: Assuntos Políticos, Colocações, Assistência, Expediente, e Atividades Sociais. De fato, encontramos nas correspondências de Plínio Salgado, anteriores e posteriores à data da criação da secretaria, centenas de correspondências, com pedidos de ajuda, de livros, de dinheiro, de empregos, de internação, de nomeação em cargos públicos, de alteração de resultado de concursos públicos, de internação em hospitais, e muitos outros tipos de pedidos. A grande maioria destes pedidos era repassada

---

[48] Secretaria Nacional de Assuntos Pessoais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.4.1959, p. 4.
[49] Portaria de Criação da Secretaria Nacional de Assuntos Pessoais, assinada por Plínio Salgado, 28.3.1959 (APHRC-FPS 014.006.020).
[50] Correspondência de Plínio Salgado a João Plácido de Lima, 26.03.1959 (APHRC-Pprp 59.03.26/5). Quando da posse do Secretário Nacional de Assuntos Pessoais, este número já teria chegado a 699 pedidos. Cf. Secretaria Nacional de Assuntos Pessoais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.4.1959, p. 4.

por Salgado a parlamentares do partido, militantes que ocupavam cargos executivos ou aos diretórios regionais, solicitando encaminhamento favorável.[51] A vasta documentação produzida e mantida organizada por Alberto Hoffmann, deputado estadual e federal pelo Rio Grande do Sul, reunindo mais de 60.000 correspondências trocadas com eleitores, comprova que o acompanhamento dos "assuntos pessoais" foi feito também em âmbito estadual, ao menos no Rio Grande do Sul.[52]

Mesmo buscando sistematicamente atender aos pedidos, Salgado e outros lideres integralistas muitas vezes manifestavam contrariedade e desagrado com os pedidos feitos. Em uma carta, Salgado registrou *"as aflições de espírito que me causam os companheiros de todo o Brasil reclamando empregos, empréstimos, promoções, transferências, bolsas de estudo, auxílios financeiros, que deixam-me num estado de depressão"*.[53] Também Luis Compagnoni apelava aos partidários que não mais tomassem o tempo do "Chefe" com assuntos pessoais, embora registrando que *"a preocupação do PRP e do seu Chefe, neste setor, tem sido absoluta. Tudo e que lhe tem chegado às mãos, nosso Chefe tem encaminhado, mesmo com o sacrifício de suas atividades fundamentais"*.[54] Para ele, o recurso ao "Chefe" seria legítimo *"toda vez que estiver em jogo o destino de uma obra social ou educacional. Mas de nenhuma forma, formulemos este apelo, quando se tratar de um pedido de emprego, uma promoção, uma transferência, um empréstimo, um favor qualquer"*.[55] O alegado "estado de depressão" de Salgado com a enxurrada de solicitações parece paradoxal, à primeira vista, pois é inegável que o próprio Salgado estimulava que os pedidos fossem feitos, assumindo uma posição paternal sobre os militantes integralistas. Uma análise mais detida permite que se perceba, no entanto, que as reclamações constituíam um aspecto importante da relação entre Salgado e seus seguidores. A análise da correspondência de Salgado revela seu esforço em atender a maior parte dos pedidos que lhe eram dirigidos, mantendo e reforçando a relação estabelecida entre um "chefe" e

---

[51] O fluxo de correspondências solicitando favores cresceu rapidamente a partir de 1950, quando o número de postos parlamentares e cargos executivos do partido cresceu. Em 1948, um programa radiofônico assegurava: *"Não existe em todo Brasil nenhum funcionário público nomeado ou apenas indicado por qualquer deputado ou vereador populista"*. Programa Radiofônico, sem data [1948] (CDAIBPRP).

[52] A documentação foi constituída entre 1950 e 1990, no exercício dos mandatos como deputado estadual e deputado federal, e à frente das Secretárias da Agricultura, Economia e Finanças, e Interior, Desenvolvimento e Obras Públicas; e atualmente faz parte do acervo do CDAIBPRP.

[53] Correspondência de Plínio Salgado a Alexandre [nome incompleto], 15.2.1961 (APHRC-Pprp 61.02.15/1)

[54] COMPAGNONI, Luis. A chaga do empreguismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 3.

[55] Idem, ibidem. Compagnoni tentava explicar a situação isentando de responsabilidade os militantes que formulavam os pedidos: *"Os desgovernos da Nação criaram a chaga do empreguismo. Não existe mais o estímulo para a iniciativa particular, para o livre empreendedorismo. Então, o nosso homem, triste e abatido, procura a solução de sua vida em um emprego. Um emprego qualquer numa repartição qualquer"*.

seus chefiados. Também as permanentes reclamações de Salgado eram parte da atitude paternal por ele assumida, inferiorizando e desqualificando seus "afilhados", ao mesmo tempo em que renovava sua fidelidade e subordinação. Outro aspecto que pode ser analisado a partir da estruturação de um serviço sistemático para o atendimento dos pedidos de favorecimentos pessoais é a forma como os integralistas se inseriam na ordem institucional vigente, não hesitando em utilizar-se da influência política para obtenção de vantagens, mesmo que continuassem a denunciar os "vícios" da democracia liberal e a acusar os demais partidos por utilizarem-se destas mesmas práticas.

Outro aspecto importante da organização do PRP era a realização das convenções nacionais. Algumas delas, como a II Convenção Nacional (1946) e a XII Convenção Nacional (1955) e o I Conclave Nacional do PRP (1957) foram utilizadas como grandes momentos de mobilização partidária, reunindo alguns milhares de militantes e tendo seus principais discursos irradiados para todo o país. A II Convenção, conforme apontado anteriormente, marcou o retorno de Plínio Salgado e a aprovação dos novos estatutos, programa e carta de princípios do Partido. A XII Convenção teve como objeto a homologação da candidatura presidencial de Plínio Salgado. Já o Conclave de 1957 marcou os 25 anos do integralismo e aprovou o retorno do Sigma como símbolo partidário. Os estatutos de 1945 estabeleciam a participação na Convenção como delegados dos membros do Diretório Nacional, do Conselho Nacional e do Presidente dos diretórios estaduais, dos territórios e do Distrito Federal,[56] sendo convocada pelo Diretório Nacional. Em 1946, os representantes do partido no congresso nacional passaram a ser considerados delegados natos e a Convenção passou a ter periodicidade ordinária anual.[57] Desta forma, a convenção tinha dimensões reduzidas, com aproximadamente 80 delegados, mas em algumas convenções, os presidentes dos diretórios estaduais eram acompanhados por numerosas delegações. As principais atribuições das convenções eram a eleição do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, a reforma dos estatutos, a aprovação da candidatura presidencial, a aprovação de planos financeiros e de campanhas partidárias. A partir de 1956, alegando pretender "*dar maior representação democrática às delegações*", a reforma estatutária incluiu os presidentes dos diretórios municipais como delegados nas

[56] PARTIDO de Representação Popular. *Programa e Estatutos...*, op. cit., p. 12.
[57] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela II Convenção Nacional. Mimeografado (CDAIBPRP).

convenções nacionais, aumentando significativamente o número de delegados potenciais.[58] Com a centralização em torno do gabinete da presidência, havia pouco debate nas convenções, mantendo-se um claro controle por parte do núcleo dirigente. A justificação do esvaziamento das convenções como espaço decisório encontra-se em uma correspondência de Plínio Salgado ao presidente do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, Arno Arnt, em 1952, na qual sustentava que as decisões aparentemente políticas eram na realidade técnicas e, portanto, não deveriam ser objeto de deliberação política:

> Estou decididamente resolvido a orientar as convenções nacionais do partido de sorte que apenas discuta lineamentos gerais de problemas, sem aprovar conclusões particulares sobre matéria especializada, pois considero uma desonestidade pormos em discussão e votação assuntos técnicos para os quais 99% dos convencionais não estão preparados nem para discutir nem para votar. Nessas convenções, os assuntos mais graves ficam a mercê de três ou quatro entendidos, que além do mais são apanhados de surpresa – e, pior - havendo quatro ou cinco teses para cada sessão, esses mesmos entendidos não tem mais do que minutos para o debate.[59]

Dentre os temas eminentemente "técnicos", Salgado mencionava na carta o debate em torno do estatuto do petróleo, a política cambial e o regime de governo, os quais eram em 1952 objetos de intensa mobilização nacional. A despolitização sob argumentação técnica se concretizou com a formação de um Conselho Nacional de Estudos e Planos (CNEP), composto por 250 membros, nomeados e sob supervisão direta de Plínio Salgado.[60] A posição do partido para estas questões passava então a seguir as conclusões das comissões componentes deste Conselho, saindo, portanto do âmbito das convenções, o que certamente contribuía para seu esvaziamento.[61] Desta forma, não é de se estranhar que mesmo nas convenções que reuniram maiores delegações as principais deliberações já eram antecipadamente conhecidas.[62]

---

[58] Cf. SALGADO, Plínio. Ergueu-se uma nova força. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.56, p. 3 e 8.

[59] Correspondência de do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Presidente do Diretório Regional do Rio Grande do Sul Arno Arnt, em 27.7.1952 (CDAIBPRP). A denominação "Diretório Regional" é adotada em substituição a de "Diretório Estadual" em 1950, mas seu âmbito de abrangência permaneceu delimitado aos estados, territórios e Distrito Federal

[60] No início de 1953, o CNEP reunia 300 membros em 13 comissões e 72 subcomissões. Cf. O Conselho Nacional de Estudos e Planos do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1953, p. 4.

[61] Ofício do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Presidente em Exercício do PRP no Rio Grande do Sul, 27.7.1952 (CDAIBPRP)

[62] A aprovação da candidatura de Plínio Salgado em 1955 se deu por aclamação. Já o retorno do Sigma como símbolo partidário foi antecipado em manchete principal pelo jornal partidário *A Marcha* 20 dias antes da realização do Conclave Nacional. O sigma será o símbolo do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1957, p. 1.

4.1.2 O PRP como partido nacional

A investigação acerca da distribuição regional da votação do PRP é importante para definir se é possível caracterizá-lo, no que se refere aos resultados eleitorais alcançados, como partido de âmbito nacional, tendo em vista que é recorrente na bibliografia especializada restringir a qualificação de partido nacional aos três principais partidos, afora o PCB em seu curto período legal. A despeito da exigência da legislação eleitoral de que os partidos fossem nacionais, vários partidos tinham a maior parte de sua votação concentrada em poucos estados ou mesmo em um único estado, como é o caso do PR (Minas Gerais), do PL (Rio Grande do Sul), do PRT e do PTN (São Paulo) e, em certa medida, do PSP (São Paulo). Gláucio Soares considera "discutível" a qualificação do PRP como partido nacional:

> Inicialmente sua votação provinha basicamente de três estados: Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, que representavam aproximadamente 58% do total. Mesmo não sendo um partido estadual, visto que dispunha de bases organizacionais extensas, sua base eleitoral era reduzida. Assim, é lícito concluir que, organizacionalmente, o período de 1945 a 1964 teve apenas seis partidos efetivamente nacionais - PSD, UDN e PCB, desde o início, e PTB, PSP e PRP, que construíram suas bases organizacionais. Entretanto, eleitoralmente, a qualificação do PSP e do PRP como partidos nacionais é discutível, devido à alta percentagem de seus votos oriunda de poucos estados.[63]

Esta avaliação obriga a uma investigação mais detalhada, tendo em vista que a qualificação do PRP como partido nacional é uma hipótese importante deste trabalho. Desde os primeiros anos, o discurso do PRP sempre enfatizou o caráter nacional, como evidencia um programa radiofônico de 1948:

> O Partido de Representação Popular não reconhece os direitos de paulistas, gaúchos, cearenses ou mineiros; ele reconhece apenas os direitos dos brasileiros. O Partido de Representação Popular não reconhece divisas de Estados, a não ser para fins administrativos, mas apenas as divisas do Brasil indivisível, como unidade política, econômica, étnica e geográfica. O Partido de Representação Popular é o único partido nacional, pois não depende de grupos e nem de interesses regionalistas.[64]

No que se refere aos dados eleitorais, sua investigação é dificultada pela forma de apresentação dos resultados nos Dados Estatísticos publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral,[65] pois no caso das coligações, não há identificação do partido a que pertence cada

---

[63] SOARES, op. cit., p. 69.
[64] Programa Radiofônico, sem data [1948] (CDAIBPRP).
[65] TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília: Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes.

candidato, podendo-se identificar apenas o total obtido pela coligação.[66] No caso do PRP, a dificuldade é ainda maior, pois em alguns casos o partido apresentou candidatos na legenda de outros partidos, sem formalizar coligação, mediante acordo partidário. Para minimizar as distorções geradas por estes dois fatores, definiu-se: a) trabalhar principalmente com os dados eleitorais para Assembléias Legislativas, tendo em vista que o número de coligações e acordos partidários neste âmbito foi inferior ao da Câmara dos Deputados, em virtude do coeficiente eleitoral ser menor; b) procurar identificar os candidatos apresentados em coligações e nas legendas de outros partidos, que pertencem ao PRP, mediante pesquisa nos jornais partidários *A Marcha* e *Idade Nova*, e à documentação partidária, e contabilizar os votos por eles recebidos; c) incluir os dados da eleição para a Câmara dos Deputados em 1945, na qual não ocorreram coligações e houve acordo partidário em apenas um estado, e os dados da eleição presidencial de 1955, na qual Plínio Salgado concorreu. Mesmo assim, ainda permanecem algumas lacunas, relativas às eleições de 1954, 1958 e 1962, nas quais não foi possível determinar a votação obtida pelo PRP. Apesar destas lacunas, os dados reunidos permitem corroborar sua qualificação como partido de âmbito nacional, bem como sugerir que mesmo que tenha permanecido como pequeno partido, não foi eleitoralmente irrelevante. A votação obtida pelo PRP nos pleitos acima referidos encontra-se na Tabela 13:

[66] Esta dificuldade é discutida por vários cientistas políticos, e inclusive induziu a erros graves. Por exemplo, o cientista político Olavo Brasil Lima Júnior contestou a tese clássica do declínio da votação dos partidos conservadores, sustentando que também os partidos trabalhistas declinavam e que apenas os pequenos partidos mantinham acelerada tendência ao crescimento, baseado no erro metodológico de atribuir aos pequenos partidos todas as cadeiras na Câmara dos Deputados de 1954 conquistadas por coligações, concluindo que detinham 38,7% das cadeiras, quando na verdade detinham apenas 9,6%. LIMA Júnior, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros:* a experiência federal e regional. 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 99. Esta crítica encontra-se em SOARES, Gláucio Ary Dillon. Uma resenha e uma resposta. *Dados:* Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Campus, vol. 27, n. 1, 1984. p. 93-104, p. 99

TABELA 13 – Votação recebida pelo PRP por estado na eleição para Câmara Federal em 1945, nas eleições para assembléias legislativas em 1947, 1950 e 1954, na eleição presidencial de 1955 e nas eleições para assembléias legislativas em 1958 e 1962

Eleição	**1945**	**1947**	**1950**	**1954**	**1955**	**1958**	**1962**
Alagoas	-	770	720	103	5.907	559	1.736
Amazonas	700	649	882	n.d.*	3.648	1.302	2.417
Bahia	13.173	8.381	23.028	22.517	63.136	25.123	32.105
Ceará	3.144	6.753	7.603	2.891	13.408	13.523	28.153
D.Fed. / Guanab.	7.712	9.351	16.267	16.138	35.495	23.766	3.078
Espírito Santo	-	6.430	8.523	10.023	29.531	17.640	18.704
Goiás	-	344	3.836	3.413	3.732	918	3.375
Maranhão	-	890	3.950	1.568	2.599	n.d.	n.d.
Mato Grosso	-	596	-	n.d.	1.570	950	n.d.
Minas Gerais	15.094	20.694	35.311	32.963	78.213	34.077	54.452
Pará	996	1.589	1.777	725	4.213	n.d.	1.175
Paraíba	-	583	614	n.d.	9.900	4.993	307
Paraná	10.807	8.160	9.818	4.539	103.256	12.322	17.007
Pernambuco	3.979	6.248	10.621	6.836	29.200	10.709	51.606
Piauí	-	267	n.d.	n.d.	2.395	878	872
Rio de Janeiro	8.884	8.269	10.887	4.831	27.683	9.620	10.076
Rio Gde do Norte	-	1.041	2.984	829	13.888	2.255	n.d.
Rio Gde do Sul	22.197	46.783	53.862	61.218	66.109	71.958	79.071
São Paulo	39.543	25.344	35.937	89.722	159.051	140.247	164.460
Santa. Catarina	8.771	7.230	16.059	9.803	59.162	18.314	27.477
Sergipe	-	-	-	-	1.809	777	n.d.
Territórios	-	-	-	-	474	-	-
Total Brasil**	133.990	160.372	242.679	265.168	714.379	378.979	468.703

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; *Idade Nova*, Rio de Janeiro; *A Marcha*, Rio de Janeiro.

A Tabela 14 evidencia o índice percentual desta votação em relação ao total dos votos válidos para a referida eleição:

* Votação não determinada. O PRP participou com candidatos em coligação com outros partidos, ou com candidato apresentado por meio de outra legenda, mediante acordo partidário, mas não foi possível identificar seus candidatos ou a votação por eles recebida.

** A totalização relativa às eleições de 1954, 1958 e 1962 não inclui os estados cuja votação do PRP não foi possível determinar. Considerando-se que se trata na quase totalidade dos casos de estados com eleitorado mais reduzido, e nos quais o PRP tinha pouca inserção eleitoral, é provável que tal votação não chegasse a atingir 10% da votação total do partido naqueles pleitos.

TABELA 14 – Percentual de votos obtido pelo PRP em relação aos válidos por estado na eleição para Câmara Federal em 1945, nas eleições para assembléias legislativas em 1947, 1950 e 1954, na eleição presidencial de 1955 e nas eleições para assembléias legislativas em 1958 e 1962

Eleição	**1945**	**1947**	**1950**	**1954**	**1955**	**1958**	**1962**	**Média***
Alagoas	-	1,4%	0,8%	0,1%	6,0%	0,5%	1,3%	1,4%
Amazonas	3,2%	2,8%	2,0%	n.d.	8,1%	1,7%	2,5%	3,4%
Bahia	3,8%	2,8%	4,0%	3,5%	13,6%	2,9%	4,1%	5,0%
Ceará	1,1%	2,5%	1,5%	0,5%	3,8%	2,4%	4,8%	2,4%
D.Fed. / Guanab.	1,6%	2,2%	2,9%	2,4%	5,2%	2,6%	0,3%	2,5%
Espírito Santo	-	7,2%	7,0%	5,9%	18,8%	8%	8,3%	7,9%
Goiás	-	0,4%	2,8%	1,6%	2,4%	0,4%	1%	1,2%
Maranhão	-	1,2%	2,7%	0,8%	1,8%	n.d.	n.d.	1,3%
Mato Grosso	-	1,5%	-	n.d.	1,6%	0,6%	n.d.	0,7%
Minas Gerais	1,5%	2,5%	2,8%	2,3%	6,4%	1,8%	3,1%	2,9%
Pará	0,9%	1,4%	1,0%	0,4%	2,3%	n.d.	0,5%	1,0%
Paraíba	-	0,4%	0,2%	n.d.	4,5%	1,9%	0,1%	1,2%
Paraná	5,8%	6,1%	3,8%	1,1%	24,0%	2,1%	2,3%	6,5%
Pernambuco	1,5%	2,6%	2,8%	1,6%	6,8%	2,0%	9,3%	3,8%
Piauí	-	0,3%	-	n.d.	1,9%	0,4%	0,4%	0,5%
Rio de Janeiro	2,8%	3,1%	2,6%	0,9%	5,9%	1,3%	1,3%	2,6%
Rio Gde.do Norte	-	0,9%	1,8%	0,4%	9,8%	1,2%	n.d.	2,3%
Rio Gde do Sul	3,7%	8,8%	7,8%	7,6%	7,6%	5,9%	6,4%	6,8%
São Paulo	3,0%	2,3%	2,6%	4,9%	8,4%	5,2%	6,3%	4,7%
Santa. Catarina	4,5%	4,1%	2,7%	3,1%	17,5%	3,7%	5,4%	5,9%
Sergipe	-	-	-	-	2,0%	0,7%	n.d.	0,5%
Territórios	-	-	-	-	2,2%	-	-	0,3%
Média Brasil**	2,3%	3,4%	3,1%	2,8%	8,3%	3,2%	3,8%	3,8%

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; *Idade Nova*, Rio de Janeiro; *A Marcha*, Rio de Janeiro.

Os dados reunidos permitem algumas interpretações importantes. Percebe-se que a votação do PRP nas eleições parlamentares (portanto, não se considerando a eleição presidencial de 1955) foi claramente crescente em todo o período em termos absolutos, e estável com tendência a um crescimento moderado em termos percentuais, passando de um patamar inicial de 2,3% para 3,8% em 1962, um índice modesto, mas não desprezível.

* O cálculo da média por estado não levou em consideração as eleições onde se considera como votação não determinada, mas atribuiu 0% para os casos das eleições nas quais o PRP não participou.

** A média por pleito, para eleições de 1954, 1958 e 1962, foi calculada em relação ao eleitorado total do país em cada eleição. Considerando-se que há seis casos relativos 1954, seis casos relativos a 1958 e nove casos relativos a 1962 nos quais não foi possível determinar a votação, os índices apresentados para estes pleitos são inferiores ao índice real alcançado pelo partido. Optou-se por não deixar de considerar os eleitores destes estados pelo fato de que em sua maioria são estados nos quais o PRP tinha votação abaixo da média nacional, e caso se tomasse este procedimento, o índice apresentado estaria inflacionado.

Percebe-se ainda que o partido obteve uma média superior a 5% em 4 estados: Espírito Santo (7,9%), Rio Grande do Sul (6,8%), Paraná (6,5%) e Santa Catarina (5,9%), não por coincidência os estados que reúnem o maior contingente de descendentes de alemães vivendo em regiões coloniais. Estes índices certamente conferiam uma importância grande ao PRP na vida política regional destes estados, tendo seu apoio sido decisivo em várias eleições para o governo estadual, em todos eles, e chegando a eleger o governador de Santa Catarina, em 1954. Em outros quatro estados, o PRP alcançou uma média entre 3,4% e 5%: Bahia (5,0%), São Paulo (4,7%), Pernambuco (3,8%) e Amazonas (3,4%), índice que ainda mantinha o partido como agente político relevante regionalmente. A votação do partido situou-se entre 2,3% e 2,9% em Minas Gerais (2,9%), Rio de Janeiro (2,6%), Distrito Federal / Guanabara (2,5%), Ceará (2,4%) e Rio Grande do Norte (2,3%); e em outros cinco situou-se entre 1 e 1,4%: Alagoas (1,4%), Maranhão (1,3%), Paraíba (1,2%), Goiás (1,2%), Pará (1%); o que não impediu o partido de ter uma intervenção política regional nestes estados. Finalmente, em outros três estados e no conjunto dos territórios federais, o partido obteve resultados muito fracos: Mato Grosso (0,7%), Piauí (0,5%),[67] Sergipe (0,5%) e Territórios (0,3%).

Também se observa que foi nos três estados da região sul que o partido obteve maior sucesso em termos relativos, logo após o Espírito Santo. Em termos absolutos, a relação se inverte em virtude do peso dos maiores colégios eleitorais (São Paulo e Minas Gerais) pertencerem à região sudeste. A distribuição da votação do partido por região encontra-se na Tabela 15:

TABELA 15 - Concentração da votação do PRP por região

Eleição	**1945**	**1947**	**1950**	**1954**	**1955**	**1958**	**1962**	**Média**
Sudeste	52,9%	43,7%	44%	58%	46,2%	50,5%	52,8%	49,6
Sul	30,9%	38,8%	32,9%	28,5%	32%	25,4%	26,4%	30,7%
Nordeste	15 %	15,5%	20,4%	12,2%	19,9%	14,6%	23,9%	17,4%
Norte	1,2%	1,4%	1,1%	-	1,1%	0,3%	0,8%	0,7
Cto Oeste	-	0,6%	1,6%	1,3%	0,8%	0,2%	-	0,6%

Fonte: Construída a partir da Tabela 13

No que se refere às eleições municipais, os dados se encontram dispersos, sendo bastante difícil avaliar a votação dos partidos. Apenas no que se refere ao estado do Rio

[67] A despeito de sua fraca inserção institucional no Piauí, o PRP chegou a eleger neste estado, em 1954, o deputado federal Marcos Santos Parente, apresentado pela legenda da UDN. Parente, no entanto, como discutiremos na seção 4.2.6, recusou-se a integrar a bancada do PRP, mantendo-se formalmente vinculado à UDN, rompendo definitivamente com o PRP em 1955, por não aceitar a candidatura presidencial de Plínio Salgado.

Grande do Sul existem dados sistematizados, os quais evidenciam a importância das eleições de âmbito municipal para o PRP e o elevado número de parlamentares eleitos, conforme mostra a Tabela 16:

TABELA 16 – Prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PRP eleitos no Rio Grande do Sul

Eleição	**1947**	**1951**	**1955**	**1959**	**1963**	**Total**
Prefeitos eleitos	3	3	5	13	8	32
Vice-Prefeitos eleitos	2	5	9	21	14	51
Municípios com vereadores do PRP	31	28	41	46	52	(87)
Total de Vereadores	57	50	70	69	71	317

Fonte: CENTRO de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. *Relação de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PRP no Rio Grande do Sul* (1947-1965). Porto Alegre: CDAIBPRP, 1997.

É impossível generalizar os resultados obtidos em âmbito municipal no Rio Grande do Sul para outros estados, mas também em outros estados como Espírito Santo, Paraná, São Paulo, Bahia e Santa Catarina, o partido elegeu prefeitos e teve número expressivo de vereadores. Em algumas cidades o PRP era claramente majoritário e elegeu a maior parte dos prefeitos e vereadores entre 1947 e 1963, como é o caso dos municípios de Castelo, Colatina, Santa Teresa (ES), Ijuí, Flores da Cunha, Nova Petrópolis e São Lourenço do Sul (RS). O partido ocupou também prefeituras de cidades de porte médio, com grande importância regional, como Santo André, Suzano (SP), Novo Hamburgo e Caxias do Sul (RS).[68]

O PRP elegeu, no decorrer de sua existência, um total de 26 mandatos de deputados federais e 97 deputados estaduais, distribuídos em 15 estados e no Distrito Federal, o que revela que esteve presente no debate político da maior parte do território nacional. A Tabela 17 informa a distribuição desta representação por estado, a cada eleição:

[68] Em 1964, o PRP teve também o prefeito de Salvador, mas não através de eleição. Nelson de Souza foi nomeado interventor pela ditadura militar, substituindo o prefeito cassado daquela cidade, como discutiremos no capítulo 9.

TABELA 17 - Deputados federais e estaduais eleitos pelo PRP, por estado*												
	Bancada de Deputados Federais						Bancada de Deputados Estaduais					
Eleição	**1945**	**1950**	**1954**	**1958**	**1962**	**Total**	**1947**	**1950**	**1954**	**1958**	**1962**	**Total**
Bahia	-	-	1	1	1	3	1	2	2	2	2	9
Ceará	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	5
D.Fed. / Guanab.	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	-	4
Espírito Santo	-	1	1	1	1	4	2	2	2	2	3	11
Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Maranhão	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Minas Gerais	-	-	-	-	1	1	1	2	1	1	2	7
Paraná	-	-	-	1	1	2	2	1	1	1	2	7
Pernambuco	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	6	9
Piauí	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	1	-	-	1	1	1	-	-	-	2
Rio Gde do Sul	-	1	2	2	2	7	4	4	4	3	3	18
São Paulo	1	-	1	-	1	3	1	2	3	5	7	18
Santa. Catarina	-	1	1	1	-	3	1	3	1	-	2	6
Total	1	3	9	6	7	26	18	19	16	17	30	97
Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; *Idade Nova*, Rio de Janeiro; *A Marcha*, Rio de Janeiro.												

Finalmente, cabe questionar a ressalva de Gláucio Soares que aponta a concentração da votação do PRP em três estados. De fato o índice por ele apontado (58% em 1947) como expressivo da parcela de votos partidários obtidos em três estado é correto, como se evidencia na Tabela 18:

TABELA 18 – Concentração da votação do PRP (percentagem dos votos recebidos no estado onde recebeu maior votação absoluta, nos três estados e nos cinco estados)								
Eleição	**1945**	**1947**	**1950**	**1954**	**1955**	**1958**	**1962**	**Média**
Estado maior votação	29,5%	29,1%	22,2%	33,8%	22,3%	37%	35%	29,8%
3 estados maior votação	57,3%	57,9%	51,6%	69,3%	47,7%	65%	63,6%	58,9%
5 estados maior votação	75,2%	68,9%	67,7%	83,9%	65,7%	77,9%	81,4%	74,4%
Fonte: Construída a partir da Tabela 13.								

No entanto, cabe lembrar que o eleitorado destes três estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) representava, em 1947, 49,1% do total de votantes daquela eleição, índice que se manteve relativamente estável até 1962, quando atingia 44,1%. Portanto, a distorção relacionada à concentração é bem menor do que parece à primeira

* Não foram incluídos no quadro os estados nos quais o PRP não elegeu nenhum deputado em todo o período: Alagoas, Amazonas, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Territórios Federais.

vista, e é explicável pelo perfil do partido e pela dificuldade de penetração nos estados economicamente mais atrasados, nos quais a maior parte do eleitorado permanecia controlada pelos PSD e pela UDN através de práticas coronelistas. Mesmo o crescimento do índice relativo ao estado com maior votação nas eleições de 1958 e 1962, é explicável pelo avanço do PRP no estado de São Paulo, maior colégio eleitoral do país. É certo que a distribuição da votação do PRP não era completamente homogênea no conjunto do país – como de resto a de nenhum outro partido o foi – mas sua estruturação na totalidade dos estados, a eleição de pelo menos um deputado em 16 estados (incluindo Guanabara, que era Distrito Federal até 1960), e a presença efetiva no debate político nacional e nos principais estados, permitem a qualificação do PRP como partido de âmbito nacional.

4.1.3 A imprensa integralista

A preocupação com a difusão dos princípios partidários era um dos elementos que caracterizava de forma mais clara o PRP como um partido moderno e ideológico, com pretensão a constituir uma base de massas, ainda que qualificasse as "massas" de forma pejorativa. Assim, a propagação partidária, através de uma imprensa própria, de programas radiofônicos e da publicação de livros e folhetos foi permanentemente uma prioridade daquele partido, não se restringindo aos momentos eleitorais.

Embora veiculasse uma visão negativa acerca da propaganda, denunciada como "*utilização dos meios técnicos no sentido de pecuarizar* [sic] *os indivíduos, aglomerando-os em rebanhos movidos, segundo as leis psicológicas, por um instrumental cada vez mais aperfeiçoado de difusão de idéias determinando estados de espírito coletivos onde se anula a pessoa humana",*[69] Salgado proclamava a necessidade de combater naquele terreno. Para ele, a maioria de seus seguidores lhe seria fiel "*por motivo de duas ou três idéias centrais e, principalmente, pela confiança que depositam na minha pessoa*", sem possuir uma visão clara da doutrina integralista.[70] Em vista disso, considerava que mesmo os militantes do partido teriam que ser constantemente "doutrinados" para que se

[69] SALGADO, Plínio. *Espírito da burguesia.* Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949, p. 160.
[70] Fica evidente a semelhança com a concepção de propaganda expressa por Hitler em *Mein Kampf*: "*A faculdade de assimilação da massa é muito restrita e seu entendimento limitado; ao contrário, sua falta de memória é muito grande. Portanto, toda propaganda eficaz deve limitar-se a alguns pontos fortes e pouco numerosos, e impor-lhes a força de fórmulas estereotipadas, repetidas por tanto tempo quanto seja necessário"*. Apud BURON, T. & GAUCHON. P. *Los fascismos.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1983. Biblioteca Actual, p. 93. A contradição produzida pela necessidade de convencer as massas, ao mesmo tempo em que as despreza, é comum a outros fascismos. Reich lembra que "*Hitler despreza profundamente as massas, de cujo auxílio necessitava"*. REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo.* 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 38.

mantivessem fiéis, motivo pelo qual enfatizava a necessidade de construir uma vasta rede de propaganda, com destaque para a constituição de uma imprensa própria, a produção de programas radiofônicos e a publicação de livros e folhetos.[71] Seus artigos doutrinários eram publicados diversas vezes, em veículos variados, numa forte circularidade: os livros de Plínio Salgado eram publicados, em capítulos, pelos jornais partidários,[72] enquanto outros foram constituídos a partir da reunião de artigos publicados nos jornais.[73] Outros livros, ainda foram constituídos a partir da reunião de discursos partidários,[74] palestras radiofônicas[75] e discursos parlamentares.[76] Além disso,a publicação das *Obras Completas* de Plínio Salgado, em 20 volumes, em 1956, propiciou a reedição da quase totalidade de sua produção.[77]

Ainda antes do retorno de Plínio Salgado do exílio, em 1946, os integralistas já possuíam um jornal semanal de âmbito nacional, *Reação Brasileira*, editado no Rio de Janeiro, que circulou entre maio de 1945 e fevereiro de 1946, sem estar diretamente vinculado com a estrutura partidária, mas tendo sido utilizado como instrumento de defesa do integralismo e, a partir de setembro de 1945, de propagação do PRP. Em fevereiro de 1946, Salgado, ainda em Portugal enviava instruções: *"precisamos organizar a nossa imprensa, de qualquer forma, ainda que com os maiores sacrifícios, devendo essa imprensa ser de dois tipos: um de jornais abertamente integralistas, e outro de jornais de caráter neutro, ou simplesmente populares, não devendo aparecer nenhum companheiro nosso à frente nem as suas colunas adquirirem o insípido aspecto de uma folha partidária"*.[78] A importância atribuída por Salgado à imprensa fica evidente no trecho seguinte:

> Lenine, o genial revolucionário, quando decidiu iniciar sua ação política, escreveu notável artigo intitulado Que fazer?, no qual expôs os lineamentos de um programa geral de atividades a serem desenvolvidas. O primeiro item deste programa recomendava como objetivo mais urgente e imediato a organização de um jornal, e foi isso, justamente, que os comunistas fizeram. Os movimentos de idéias e princípios vivem, mantém-se e se desenvolvem por uma consciência doutrinária que une firmemente os seus adeptos. A

[71] SALGADO, Plínio. Leitores e livros. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.1.1948, p. 1 e 6.
[72] Dentre eles, foram publicados no jornal *Idade Nova* os livros *O conceito cristão de Democracia*, *Poema da Fortaleza de Santa Cruz*, e *A Mulher no século XX*, no jornal *Reação Brasileira* o livro *Primeiro Cristo*, e no jornal *A Marcha* os livros *Doutrina e tática comunistas* e *Extremismo e Democracia.*
[73] Dentre os quais *Mensagem às pedras do deserto*, *O ritmo da História*, *Espírito da Burguesia*
[74] SALGADO, Plínio. *Discursos*, op. cit.
[75] SALGADO, Plínio. *Palestras com o povo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958.
[76] SALGADO, Plínio. *Discursos na Câmara dos Deputados.* Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1961; e SALGADO, Plínio. *A crise parlamentar*: cinco discursos. Brasília: edição do autor, 1962.
[77] As obras foram publicadas pela Editora das Américas, uma tradicional e poderosa editora de São Paulo.
[78] Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 19.2.1946 (APHRC-Pi 19.02.46/2).

> formação dessa consciência, o seu fortalecimento, a sua consistência, dependem, sobretudo, de um trabalho lento e permanente de elaboração, o qual só pode ser efetivado através de um órgão de imprensa.[79]

Logo após o desaparecimento de *Reação Brasileira*, foi lançado o semanário *Idade Nova*, o qual publicou 218 edições entre maio de 1946 e abril de 1951, com apenas uma breve interrupção, entre fevereiro e maio de 1947. Em 1947 ocorreu uma tentativa de formação de um jornal diário vinculado ao partido: o jornal *Vanguarda* chegou a ser lançado, mas sua manutenção se tornou inviável, tendo parado de circular em 1948. Segundo Plínio Salgado, sempre visando omitir o caráter partidário, *Idade Nova* seria "*um órgão de caráter oficioso"*, pois *"não tem o PRP nenhuma responsabilidade sobre sua publicação, como órgão de feição partidária, embora seja nitidamente populista"*.[80] Em 1949, este jornal sustentava ter alcançado 20.000 assinantes e a circulação em 1.300 cidades.[81]

No decorrer de 1952, o partido lançou uma campanha nacional visando à aquisição de um jornal partidário, promovendo rifas e passando listas de doações. O novo jornal – intitulado *A Marcha* – foi lançado em fevereiro de 1953 e seguiu sendo editado até setembro de 1965, completando 473 edições lançadas, com uma interrupção entre janeiro de 1963 e setembro de 1964.[82] Foi sem dúvida o principal veículo de divulgação partidária, tendo mantido periodicidade semanal por dez anos ininterruptos, até dezembro de 1962. A função de propaganda para além da militância também era assumida pelo jornal. Antes mesmo de seu lançamento, seus diretores solicitaram aos diretórios regionais listagens atualizadas dos **bispos, secretários de Estado, dirigentes de Autarquia e comandantes da Região e de guarnições militares**, para receberem o jornal como cortesia.[83] A distribuição de cortesias parece ter se mantido por todo o período de publicação do jornal: quando o jornal teve sua edição suspensa, no início de 1963, nas listagens de assinantes de 10 estados, encontravam-se 1.541 assinantes regulares e 578 recebedores do jornal regularmente como cortesia (27,3% do total dos jornais remetidos).[84]

---

[79] Os amigos de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1957, p. 7.
[80] Ofício do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado aos presidentes dos diretórios regionais do PRP, 21.11.1949.
[81] 'Somos anticomunistas, mas somos também antigolpistas', afirma Plínio Salgado, em seu notável discurso pela Rádio Tupi. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 13.10.1949, p. 1.
[82] A constituição do jornal *A Marcha* será discutida no capítulo 6, como parte integrante de um conjunto de iniciativas visando uma nova ofensiva integralista na década de 1950, extrapolando as atividades partidárias.
[83] Circular de *A Marcha* para os presidentes dos diretórios regionais, em 9.1.1953 (CDAIBPRP).
[84] Listagens dos assinantes de *A Marcha*, 27.2.1963 (APHRC-FPS 012.010.001).

O PRP ainda manteve boletins partidários na maioria dos estados; alguns jornais de âmbito municipal; a revista doutrinária *Seleções Populistas* (com apenas uma edição lançada),[85] um jornal oficial de âmbito nacional, o *Monitor Populista* e a revista ilustrada *Avante,* ambos com três números editados.

As atividades de difusão doutrinária e divulgação partidária eram centralizadas pela Secretaria Nacional de Propaganda, responsável por "*exercer constante vigilância quanto à execução da propaganda, sua forma e modalidade, exercendo ao mesmo tempo rigorosa censura aos livros, impressos, discursos, etc*".[86] A diversidade de atividades coordenadas pela Secretaria Nacional de Propaganda evidencia sua relevância para o partido:

> A Secretaria Nacional de Propaganda produzia e fazia circular cartazes, folhetos, panfletos e brochuras de divulgação. Em 1946 foi realizado um concurso nacional de cartazes, com grande número de inscritos. Os cartazes vencedores foram adotados oficialmente pelo partido. Na forma de folhetos, a Secretaria fazia circular nacionalmente os documentos fundamentais do partido, como a "*Carta de Princípios e Programa*", os Estatutos, o Programa partidário, as "*Diretivas para o Convívio Social*" e o "*Código de Ética do Estudante*, e ainda o "*Manifesto aos Agricultores*" e o manifesto "*Operário, que pretende você?*". Diversos outros materiais eram colocados à disposição, como distintivos, calendários, carimbos, uma "*Decalcomania*" com retratos de Plínio Salgado, lápis do partido, bandeirinhas, fotografias de Plínio Salgado em diversos tamanhos, sinos prateados, distintivos de lapela e flâmulas partidárias. Também era a Secretaria que difundia a circulação das obras de Plínio Salgado e outros autores partidários. Em 1949, foram definidos artigos de uso pessoal obrigatório aos filiados do partido que eram comercializados pela Secretaria, dentre os quais a carteira social, o distintivo, a ficha de inscrição, a ficha para o controle de pagamento e os recibos de mensalidade.[87]

Outro recurso bastante utilizado foi o rádio, tanto em programas regulares como em transmissões especiais durantes as convenções partidárias e em períodos eleitorais. Nos grandes eventos partidários, constituía-se uma vasta cadeia de emissoras, com a locação de espaços nas principais rádios do país. O discurso de Plínio Salgado na II Convenção Nacional foi irradiado pelas rádios Mayrink Veiga (RJ), Vera Cruz (RJ), Record (SP), Gaúcha (RS) e Club (PE), e "*outras dezenas de emissoras do Brasil*".[88] Em outubro de

---

[85] O fracasso da Revista contrasta com a pretensão com que foi lançada. Dirigida pelo chefe do "Gabinete Militar" do PRP, Cel. Teixeira Coelho, a revista apresentava da seguinte forma seus objetivos: *Seleções traduz, de maneira oportuna e necessária, um dos objetivos do Brasil Integral, isto é, a criação de uma Cultura e projeção de uma Elite que responderá pela continuidade da obra de Plínio Salgado, de redenção do Brasil e implantação de um Império Cristão na América".* Circular da Revista Seleções Populistas aos assinantes, sem data (APHRC-Pprp 00.00.48/48)

[86] Secretaria Nacional de Propaganda. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 31.9.1947, p. 2.

[87] CALIL, op. cit., p. 199-200. Em 1953, na primeira edição do jornal *A Marcha*, era publicada uma relação com mais de 20 objetos a venda, incluindo abotoaduras, carteira social, fichas de inscrição e de controle de pagamento, recibos de mensalidade, hinos, selos e adesivos. Secretaria Nacional de Propaganda. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 7.

[88] [Sem título]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1947, p. 1.

1948, o partido inaugurou um programa radiofônico nacional regular, através das rádios Tupi (ondas longas) e Tamoio (ondas curtas) do Rio de Janeiro[89]. O plano de irradiação previa uma parte noticiosa, com uma resenha semanal das atividades partidárias, e um comentário político ou uma dissertação doutrinária.[90] Em 1951, o partido regulamentou os programas de rádio, estabelecendo que os programas oficiais *"são redigidos por pessoas designadas pelos respectivos órgãos dirigentes nacionais, estaduais e municipais"*, os programas oficiosos *"são de iniciativa particular"*, *"sujeitando-se à censura de órgão dirigente local"*, e os programas semi-oficiosos *"incluem na matéria extrapartidária algum comentário, doutrinação ou notícia favorável ao partido"*, também ficando submetidos à censura partidária e ficando vedados da utilização do hino e da simbologia sonora do partido.[91]

Em 1955, no contexto da campanha eleitoral de Plínio Salgado, o rádio foi muito utilizado. O discurso de lançamento de sua candidatura foi transmitido por uma cadeia de dezenas de rádios, capitaneada pela Globo (RJ) e Difusora (SP).[92] O programa semanal de campanha era transmitido pela rádio Globo e retransmitido nos diversos estados. Uma campanha de arrecadação financeira viabilizou sua intensificação, chegando o programa a ser veiculado duas vezes por semana, a partir de junho, e três vezes no mês de setembro.[93] Salgado voltou a ter um programa regular em agosto de 1957, em uma rede nacional, novamente comandada pela Rádio Globo.[94] Uma exortação publicada em *A Marcha* dimensiona a importância desta transmissão para os integralistas:

> É indispensável que esse acontecimento seja conhecido de todos os brasileiros e que a palavra do Chefe chegue a todos os lares, principalmente aqueles que ainda não estão do nosso lado. Veja o que você deve fazer: 1. se você tem um aparelho de gravar som ou possibilidade de arranjá-lo, grave todas as palestras, a fim de que a gravação possa ser retransmitida por outras emissoras; 2. em sua correspondência, coloque um carimbo convidando os brasileiros a ouvir a palavra do chefe; 3. imprima papeletas com o mesmo convite; 4. escreva nos muros e nas calçadas um apelo para que todos ouçam Plínio Salgado; 5. publique nos jornais de sua cidade anúncios informando da palestra do Chefe na Rádio Globo. Se você não tiver meios de fazê-lo sozinho, agrupe-se com outros companheiros e consiga o necessário; 6. para todas essas divulgações, use os dizeres do quadro ao lado: "Ouça Plínio Salgado todas as terças-feiras às 21:35 horas pela Rádio

[89] O programa era veiculado todos os sábados às 21:30. Programa radiofônico nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.8.1948, p. 4.
[90] O rádio levará semanalmente a palavra do PRP a todo o país. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.8.1948, p. 5.
[91] Diretiva sobre Programas de Rádio do PRP, 25.1.1951 (APHRC-FPS 091.005.003).
[92] Irradiação do discurso de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.3.1955, p. 1.
[93] Plínio Salgado duas vezes por semana da Rádio Globo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.6.1955; e Batalha final pela Rádio Globo. *A Marcha*, 26.8.1955.
[94] Plínio Salgado falará ao povo semanalmente pela Rádio Globo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.57, p. 1 e 7.

> Globo 1180 kilociclos – ondas curtas e longas". O Brasil precisa ouvir Plínio Salgado... E isso depende de você.[95]

Em janeiro de 1958, *A Marcha* publicou uma lista de 25 emissoras radiofônicas que retransmitiam o programa. Mesmo assim, em virtude de uma alegada carência de recursos, o programa encerrou-se em meados daquele ano, o que ensejou uma nova campanha de arrecadação financeira, promovida pela Livraria Clássica Brasileira em colaboração com a Ação Nacionalista Brasileira. Conforme relato de *A Marcha:*

> A Livraria Clássica Brasileira S.A., organização que há mais de um decênio vem contribuindo heroicamente para a divulgação das obras de Plínio Salgado, propõe-se, agora, a colaborar, também, para que se realize o desejo de tantas centenas de milhares de brasileiros que pedem a palavra de Plínio Salgado pelo Rádio. Com esse objetivo aquela casa editora ofereceu gratuitamente a ANB (Ação Nacionalista Brasileira) uma edição das Palestras com o Povo, irradiação de Plínio Salgado durante um ano, pela Rádio Globo. O livro não terá preço. A partir de quinhentos cruzeiros, o contribuinte dará o que o seu patriotismo e a sua fidelidade ao Chefe determinar. E o nome do contribuinte figurará na primeira página, mencionando a quantia com que ajudou a restabelecer o programa de Plínio Salgado no Rádio.[96]

A Marcha noticiava periodicamente o andamento da campanha. As 75 primeiras subscrições do livro atingiam CR$ 100.800,00 [R$ 15.445,85], sendo três delas no valor de CR$ 10.000,00 [R$ 1.532,32]. Em agosto de 1959, um industrial pernambucano contribuiu com CR$ 60.000,00 [R$ 8.796,38].[97] Também o início do mandato parlamentar de Salgado, em 1959, era usado como justificativa:

> A deturpação malévola e criminosa feita por alguns jornais, notadamente pelo cínico O Estado de São Paulo, do discurso de Plínio Salgado na Câmara Federal, está exigindo, como penhor de honra dos integralistas, a volta urgente do Chefe Nacional ao rádio, pelo menos num programa semanal. Ali ele terá cobertura de sua ação parlamentar, uma retaguarda para garanti-lo, um instrumento para restabelecer a verdade dos brasileiros. Ou

---

[95] Plínio Salgado vai falar pela Rádio Globo, mas isso não basta... *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.8.1957, p. 2.

[96] Integralistas a postos: Chamada Geral! Precisamos novamente de Plínio Salgado na Rádio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.5.1959, p. 3. Na apresentação do livro, aos editores afirmam que *"A Livraria Clássica Brasileira tomou a iniciativa desta edição em benefício da Ação Nacionalista Brasileira e com a finalidade de lhe propiciar recursos indispensáveis à volta de Plínio Salgado ao Rádio"*. SALGADO, Plínio. *Palestras com o Povo*, op. cit., p. 10. Embora o livro "não tivesse preço", o valor mínimo da subscrição era bastante elevado: CR$ 500,00 [R$ 76,61]. A reunião em livro das "palestras" radiofônicas de Salgado, a maior parte das quais já havia sido publicada em *A Marcha*, evidencia a circularidade da propaganda nos diversos instrumentos de divulgação doutrinária integralista: o mesmo texto era veiculado no rádio, no jornal e em livro.

[97] Cf. Correspondência de Lauro Maurino de Paula Mendes a Plínio Salgado, 9.12.1959 (APHRC-Pprp 59.12.59/2). Tratava-se de Domingos Azevedo, presidente da Fosforita Olinda S.A. Maurino relata ainda o recebimento de uma contribuição, no valor de *"25 ou 30 mil cruzeiros"*, e outra de CR$ 20.000,00 [R$ 2.574,89], efetuada pelo Banco do Povo S.A.

> damos esta arma ao Chefe, ou não seremos dignos de seus esforços, de seu constante e pesado trabalho pelo Bem do Brasil.[98]

Ainda assim, Salgado só voltou a ter um programa radiofônico regular em 1961, desta vez através da rádio Difusora de São Paulo.[99] Este novo programa marca uma aproximação com Assis Chateaubriand.[100] Salgado afirmava, em carta: *"Rádio: no Rio me pediram absurdo por um programa que, em 1958 pagávamos 89 mil cruzeiros, por agora pedem 250 mil*...[R$ 21.278,18] *Fui a São Paulo e obtive pela amizade que tenho com o pessoal dos Diários (Chateaubriand) o preço de 1958, sendo a diferença da tabela geral coberta pela contribuição da própria Difusora de São Paulo. Falo todas as quartas feiras às 20:10"*.[101] Além do programa radiofônico, e do já referido programa na televisão, esta aproximação propiciou a Salgado também uma coluna na rede de jornais dos *Diários Associados*, a partir de *outubro de 1962*.[102] Esta coluna continuou a ser publicada regularmente até o falecimento de Salgado, em dezembro de 1975. Seus textos eram publicados originalmente na edição dominical do *Diário de São Paulo*, e reproduzidos durante a semana *"em O Jornal, do Rio, Diário de Notícias, de Porto Alegre, Diário do Paraná, de Curitiba; de vez em quando em Belo Horizonte, e, segundo me informam cartas recebidas, em alguns outros estados"*.[103]

Também foram produzidos diversos programas radiofônicos de abrangência estadual e regional, com destaque para o programa a Voz do Sino (Minas Gerais, 1950-1952) e Palestra com o Rio Grande (Rio Grande do Sul, década de 1960).

Em 1949 foi constituída a editora Livraria Clássica Brasileira, com a participação de Plínio Salgado e de dirigentes partidários, com apoio de banqueiros e industriais.[104] De acordo com *A Marcha*, Salgado pretendia, desde 1946, constituir uma editora para "*antepor-se a diversas editoras comunistas, que inundavam o mercado com obras de*

---

[98] Volta de Plínio ao Rádio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.4.1959, p. 3.
[99] Plínio Salgado voltou ao rádio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.7.1961, p. 1.
[100] Já em 1955, durante a campanha presidencial, Chateaubriuand havia declarado que Salgado era "*um dos espíritos mais evoluídos do Brasil"*, afirmando não encontrar *"na atualidade política de minha terra outro homem com quem mais se harmonizam planos racionais e orgânicos de crescimento e enriquecimento do país do que o sr. Plínio Salgado"*. Chateaubriand sobre Plínio: Um dos espíritos mais evoluídos do Brasil. *A Marcha*, 19.5.1955, p. 3.
[101] Correspondência de Plínio Salgado a Severiano, 21.8.1961 (APHRC-Pprp 61.08.21/61).
[102] Chateaubriand convida Plínio para os Diários. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.10.1962, p. 1.
[103] Correspondência de Plínio Salgado a Gonçalo, 23.8.1963 (APHRC-Pprp 63.08.23/7)
[104] Em carta a Carlos Faria Albuquerque, Salgado afirmava que já teria gastado pessoalmente na constituição da editora CR$ 81.000,00 [R$ 63.647,99], ganhos como direitos autorais em Portugal e reclamava da falta de apoio de seus correligionários, criticando a *"desconfiança, a má vontade manifesta, a resistência passiva, protelatória, dos populistas do DF na sua quase generalidade"*. Correspondência de Plínio Salgado a Carlos Faria de Albuquerque, 4.2.1949 (APHRC-Pprp 04.02.1949).

divulgação do credo marxista. (...) Urgia fundar uma empresa corajosa, disposta a enfrentar os azares de um ambiente jornalístico e livreiro verdadeiramente hostil a uma obra editorial nacionalista e cristã".[105] Até 1955, a editora tinha lançado 41 títulos, sendo nove deles obras de Plínio Salgado, 12 traduções de obras anticomunistas européias e norte-americanas e 20 obras diversas, em sua maioria romances, livros de poesia e ensaios sociológicos.[106] A LCB editou parte de uma Enciclopédia Integralista, prevista inicialmente para 25 volumes, mas cuja publicação se encerrou após o lançamento do seu 12º volume, devido aos altos custos. Mas sua principal coleção, denominada "Estrela do Ocidente", voltava-se ao anticomunismo, e era constituída em sua maioria por traduções de obras anticomunistas européias e norte-americanas.[107] Em novembro de 1962, Salgado anunciava que pretendia encerrar as atividades da LCB, em virtude do alto custo do papel, e informava que a mesma já não estava mais editando livro algum.[108] No mesmo mês as instalações da editora e todo o seu estoque foram destruídos por um incêndio,[109] atribuído por Salgado à "Providência Divina":

> As edições encalhavam, o prejuízo era brutal, as tais classes conservadoras, mesmo nos Estados onde os nossos companheiros gozam de prestígio junto a elas, nunca me ajudaram [sic]. A situação de minhas finanças particulares, com suprimentos sucessivos, tornou-se dificílima. Mas a Providência Divina salvou-me de minhas angústias, por um curto circuito num frigorífico gaúcho que funcionava em baixo e incendiou todo o prédio consumindo todas nossas edições.[110]

Os projetos desenvolvidos pela editora, ainda que não tenham tido êxito completo, evidenciam a importância que o PRP atribuía a ela – assim como à imprensa e aos programas radiofônicos – para a doutrinação integralista e a expansão partidária.

Embora algumas vezes enfrentando dificuldades financeiras, compreensíveis em face da dimensão do empreendimento pretendido pelos integralistas, é inegável que eles tiveram êxito na estruturação de uma rede de propaganda vasta e diversificada, constituída pelos jornais semanais, por programas radiofônicos regulares e extraordinários, pela publicação sistemática de livros através de uma editora integralista, além da produção de

---

[105] Como se construiu uma grande editora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.2.1957, p. 9-11.
[106] Livros Editados pela Livraria Clássica Brasileira, 1955 (APHRC-FPS 012.015.003).
[107] Dentre seus principais títulos, pode-se citar *Deus nos subterrâneos da Rússia*; *O novo império soviético*; *A cortina de ferro; 34 desiludidos do comunismo*; *O trabalho forçado na Rússia Soviética; A teoria política do bolchevismo*; *Assim é a Rússia*; *Marx contra o camponês*; *O caso do camarada Yulayev*; *Plano vermelho para as Américas*; e *Uma freira na China Vermelha.*
[108] Correspondência de Plínio Salgado a Benedito Oliveira, 1.11.1962 (APHRC-62.11.02/1).
[109] Correspondência de Hugo Berta a Plínio Salgado, 7.12.1962 (APHRC-Pprp 62.12.07/05).
[110] Correspondência de Plínio Salgado a Quirino David, 17.7.1963 (APHRC- Pprp 64.07.17/20). Salgado acrescentava que o prédio e o estoque estavam segurados.

materiais de propaganda como folhetos e panfletos. Esta máquina de propaganda era diversificada não apenas em termos de veículos, mas também buscava atingir públicos diversos, visando desde a propaganda voltadas às "massas" até a doutrinação permanente da militância, através de livros de Salgado e de seus artigos doutrinários, e foi encarada como prioridade pelos integralistas durante todo o período analisado.

4.2 A hierarquia partidária

No período entre 1945 e 1965, os principais partidos desenvolveram diferentes padrões de relacionamento entre suas diferentes instâncias diretivas, variando de uma maior descentralização até o exercício de um férreo controle pelo Diretório Nacional.

No caso do PSD, conforme Lúcia Hipólito, ocorria *"uma prática de influências recíprocas entre Diretório Nacional e diretórios regionais, em que decisões e sugestões de uns influenciavam (mas não condicionavam) o comportamento de outros"*.[111] Desta forma, o PSD permitia *"uma grande autonomia das seções regionais em relação à direção nacional"*.[112] Para Lúcia Lippi Oliveira, o PSD estruturava-se como uma organização federativa, o que se expressava na constituição de um Diretório Nacional composto pelos presidentes dos diretórios regionais.[113] De acordo com Gláucio Soares, *"as dissensões nacionais, permitidas inicialmente, passaram a ser punidas"* e *"em 1955, a dissensão de alguns diretórios estaduais contrários à candidatura de Juscelino foi punida severamente: houve intervenção no PSD de Pernambuco e do Rio Grande do Sul"*.[114] Além disso, o PSD não permitia a formação de *"frações interpartidárias de cunho mais ideológico quando estas começavam a disputar o poder dentro do partido"*,[115] e *"os estatutos do PSD, a partir do início dos anos 50, já permitem a cassação de mandatos partidários e mesmo a dissolução de diretórios"*.[116]

A UDN tinha uma estrutura bastante descentralizada: *"havia, permanentemente, uma total autonomia dos diretórios regionais para fazer coligações, selecionar candidatos, angariar e utilizar recursos financeiros, organizar e desenvolver campanhas*

---

[111] HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas*: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro, 1985, p. 42.
[112] Idem, ibidem, p. 121
[113] OLIVEIRA, Lucia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, 10, Rio de Janeiro, 1963, p. 146-153, p. 150.
[114] SOARES, *A democracia interrompida*, op. cit., p. 88
[115] HIPÓLITO, op. cit., p. 43.
[116] Idem, ibidem, p. 133.

eleitorais e outras".[117] Esta liberdade permitia a efetivação de acordos pragmáticos em aberta contradição com a linha nacional do partido, como por exemplo a coligação efetivada com o PTB no Rio de Janeiro em 1955, que viabilizou a eleição do trabalhista Roberto Silveira, derrotando o Presidente Nacional do PSD, Amaral Peixoto. Os membros dos órgãos nacionais do partido eram eleitos por voto direto dos convencionais e era vedada sua reeleição, o que leva Maria Victória Benevides a avaliar que *"a representação da UDN nos seus órgãos nacionais apresentava aspectos mais democráticos do que em outros partidos, nos quais a escolha dos representantes era feita pelos diretórios estaduais e a reeleição dos presidentes era assegurada, sobretudo no caso do PSD"*.[118] As características aparentemente "democráticas" da UDN e o fortalecimento dos diretórios regionais do PSD não nos parecem expressar maior "democracia" mas sim atender à necessidade de assegurar espaço de dissensão interna, enquanto partidos expressivos de setores específicos da classe dominante. Tanto um como outro reuniam frações diversas da burguesia, com interesses distintos setorial e regionalmente, para o que era necessário manter margens de autonomia para suas seções regionais

O PTB, por sua vez, configurava-se como partido muito centralizado, *"com uma estrutura organizacional extremamente hierárquica e nada democrática"*.[119] Desta forma, "*o grau de centralismo do partido não permitia muita autonomia aos diretórios estaduais e municipais*",[120] e "*o partido expulsava vários de seus principais políticos pela simples razão de que contestavam a hierarquia férrea e antidemocrática do partido"*.[121] Especialmente no estado de São Paulo, a estruturação do partido foi permanentemente submetida aos ditames da direção nacional, preocupada com a possível constituição de um pólo alternativo no caso de grande crescimento do partido naquele estado. Conforme Maria Vitória Benevides, *"a intervenção da direção nacional tornava-se rotina – as chamadas 'comissões de reestruturação' substituíam diretórios que supostamente deveriam ser eleitos. Em vinte anos, o partido teve oito diretórios, e todos, sem exceção, resultaram em cisões e defecções fatais para a consolidação do partido"*,[122] ficando evidente a *"facilidade com que o partido promovia expurgos, com sumários processos de expulsão*

[117] BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 167.
[118] Idem, ibidem, p. 163.
[119] SOARES, *A democracia interrompida*, op. cit., p. 111.
[120] Idem, ibidem, p. 113.
[121] Idem, ibidem, p. 112.
[122] BENEVIDES, Maria Vitória. *O PTB e o trabalhismo:* partido e sindicato em São Paulo 1945-1964. São Paulo: Brasiliense / Cedec, s./d. p. 19.

que incluíam 'grandes nomes'".[123] Igualmente o PSP mantinha uma estrutura interna extremamente autoritária: *"Seus estatutos impunham uma subordinação absoluta vinda de cima para baixo, permitindo que seu líder máximo tivesse um controle quase absoluto dos níveis imediatamente inferiores da organização"*.[124] Assim, os evidentes traços autoritários e centralizadores que marcaram a estruturação do PRP - que serão analisados a seguir - devem ser vistos no contexto de uma democracia restrita e não como uma exceção, ainda que seja necessário investigar as particularidades do autoritarismo e da centralização integralistas e as necessidades que atendiam. Isto permite compreender porque mesmo atitudes explicitamente antidemocráticas que marcaram a organização do PRP não tenham gerado grande repercussão fora do âmbito partidário, tendo sido muitas vezes naturalizadas, como é o caso, por exemplo, do tratamento de "Chefe" dado a Plínio Salgado, reproduzido pela imprensa e pelos demais partidos.

4.2.1 O controle centralizado e a ausência de democracia interna

O PRP constituiu uma estrutura interna autoritária, desenvolvendo um padrão relativamente próximo ao do PTB e do PSP, no que se refere à imposição permanente da supremacia do Diretório Nacional sobre os diretórios regionais. O Diretório Nacional periodicamente impunha o silêncio aos diretórios estaduais e municipais acerca da política de alianças para eleições futuras, submetia à aprovação as chapas de candidatos ao parlamento e as alianças e coligações realizadas nos estados e mantinha os parlamentares sob rígido controle, exigindo homogeneidade absoluta, sob a justificativa do "caráter nacional" do Partido: *"O PRP, o primeiro a pregar a necessidade de partidos nacionais, tem de ser o primeiro a dar o exemplo de praticar uma política de caráter nacional, capaz de superar as injunções estaduais ou municipais"*.[125] No interior do Diretório Nacional, Plínio Salgado mantinha um controle absoluto, presidindo os principais órgãos do partido e concentrando em torno do Gabinete da Presidência Nacional os principais recursos de poder, mesmo sustentando que no PRP "*nada é resolvido pelo sistema de imposição da vontade do seu Presidente Nacional, ou dos chamados líderes da nossa agremiação partidária*", e que o PRP seria o partido "mais democrático", pois nele "*tudo é resolvido*

---

[123] Idem, ibidem, p. 25.
[124] FARIA, Antonio Augusto da Costa. Partido Social Progressista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 volumes Vol. 3, p. 4401-4407, p. 4402.
[125] SALGADO, Plínio. O magistério político dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.9.1960, p. 1.

pelas assembléias das Convenções, estaduais ou nacionais, as quais são precedidas por uma profunda auscultação dos desejos dos populistas, ainda os mais humildes, e do povo em geral".[126]

"Democracia" adquiria um sentido muito particular, como internalização do "*senso de hierarquia e disciplina*", de forma a "*colocar os supremos interesses do Brasil acima das competições pessoais*".[127] As decisões tomadas deveriam ser seguidas por todos sem nenhum questionamento: "*Rigorosamente obedientes às normas traçadas pelo Diretório Nacional, todos os problemas regionais são amplamente debatidos e, por fim, submetidos à votação. E o que resultar desta é aceito sem mais comentários pelos que não lograram fazer prevalecer os seus pontos de vista*".[128] A concepção hierárquica transparece na referência à "elite partidária", "*composta dos homens mais lúcidos, cultos e moralmente irrepreensíveis, que realizaram, por assim dizer o curso de estado-maior, quanto ao entendimento da doutrina, das finalidades, dos meios e das condições próprias do partido"*. Apenas os membros desta elite não necessitariam *"a cada passo, recorrer ao superior hierárquico para saber como devem pensar, sentir, agir ou não agir, em tal ou qual caso. Eles conhecem o fundo e a amplitude dos objetivos e dos recursos. Recorrem à direção apenas nos casos omissos ou naqueles que o são propósito de renovação deixou abertos ao debate*".[129] Fica explícita, assim, uma rígida separação entre a "elite partidária" e a "massa partidária", considerada, por conseqüência, menos lúcida, menos culta, desprovida de uma moral irrepreensível e que deveria ser moldada pela propaganda e controlada pela imposição da hierarquia e da obediência.

Um recurso utilizado para limitar a margem de autonomia das instâncias de âmbito regional foi o controle do fluxo de informações entre as instâncias partidárias e a comunicação direta entre a Presidência Nacional do partido e os diretórios municipais, o que certamente debilitava politicamente os diretórios regionais. Mesmo os demais dirigentes nacionais não poderiam realizar comunicação direta com os diretórios regionais e municipais. Toda informação prestada ou solicitada só o poderia ser feita através do Presidente Nacional do partido, e o Diretório Estadual não poderia *"fornecer, senão ao*

---

[126] Entrevista concedida por Plínio Salgado – Original datilografado (APHRC-FPS – 011.005.002).
[127] SALGADO, Plínio. Nel mezo del camin. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 26.1.1950, p. 1 e 5.
[128] Em 1950, ultrapassaremos o milhão. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 9.3.1950, p. 1 e 6. Salgado garantia ainda que imediatamente após a votação, a minoria passava a apoiar a maioria, o que chamava de "*honestidade democrática*". SALGADO, Plínio. Democracia. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 18.8.1948, p. 1 e 6.
[129] Partidos das elites [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 3.6.1948, p. 3.

Presidente do DN, quaisquer informações sobre o Partido nesse Estado", nem tampouco *"pedir informações sobre os outros Estados a não ser por intermédio do Presidente do DN"*.[130] Além disso, Salgado mantinha correspondência direta com militantes da sua confiança nos estados, com o que tinha sempre acesso às diversas versões, quando ocorriam conflitos, inclusive intervindo em muitas ocasiões.

A preocupação com a disciplina se acentuava às vésperas dos processos eleitorais, pois era nestes momentos que os interesses e circunstâncias de caráter regional podiam contrariar a linha nacionalmente traçada pelo partido. O estabelecimento desde o alto de uma orientação uniforme permitia maximizar as vantagens obtidas em acordos eleitorais e também apresentar o partido como coerente, diferenciando-o dos partidos que agiam de maneira diversa em cada estado. As chapas para deputados tinham que ser aprovadas pelo Diretório Nacional, além de outros controles exercidos, como os propostos pelo Conselho Nacional em 1957, e adotados para as eleições de 1958:

> O Conselho, por unanimidade, decidiu submeter ao Diretório Nacional proposta no sentido de que seja reservado, nas chapas para o Legislativo Estadual e para a Câmara Federal 10% dos lugares existentes para candidatos que o Diretório Nacional considerar útil indicar. Será sugerido, ainda, que não possa ser registrado como candidato do Partido quem não se encontrar inscrito nas suas fileiras já seis meses antes da data das eleições. Essas medidas visam ao fortalecimento da orientação nacional que se pretende imprimir às atividades partidárias e evitar, também, que sejam registrados na chapa do Partido, candidatos que na hora do pleito procuram a legenda com fito oportunista e exclusivamente eleitoral. O Conselho Político Nacional considera melhor a não eleição de Deputados, do que a eleição de candidatos que não tenham a convicção necessária e a formação partidária para poderem bem e lealmente representar o PRP.[131]

Apesar destas determinações, como discutiremos a seguir, nem sempre houve absoluta obediência e a direção partidária utilizou-se de outros recursos, especialmente as intervenções em diretórios estaduais e processos de expulsão dos dissidentes, desmentindo a propaganda que afirmava que *"o Partido de Representação Popular não conhece cisões em suas fileiras, porque todos trabalham em função de uma idéia nacionalista e cristã"*.[132]

---

[130] Ofício n. 1006 do Presidente do Diretório Nacional do PRP aos Presidentes dos Diretórios Estaduais do PRP, 23.11.1949 (Acervo CDAIBPRP).
[131] Sessão do Conselho Político Nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1957, p. 1 e 3.
[132] Programa Radiofônico, s./d (APHRC-FPS 008.004.005). Em uma entrevista, Salgado afirmou, em termos semelhantes: *"No nosso partido não há cisões, não há dissensões nem alas de qualquer espécie. A consciência doutrinária é muito profunda, o respeito às normas democráticas de prevalência da maioria nas assembléias partidárias é absoluto"*. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. (Original Datilografado) (APHRC-FPS 091.003.006).

4.2.2 Plínio Salgado e o Gabinete da Presidência Nacional do PRP

A concentração de poderes em torno de Plínio Salgado é uma das características mais evidentes da estruturação do PRP. Pretende-se aqui investigar a forma como ele mantinha e reforçava permanentemente sua posição. De início, sua permanência na Presidência Nacional do partido por 19 anos chama a atenção, mas deve-se apontar que formas semelhantes de concentração de poder aconteciam também nos demais partidos, o que ajuda a compreender a naturalidade com que a posição ocupada por Salgado era tratada não apenas pela militância do PRP, mas também de forma geral pela imprensa. No PTB, por exemplo, *"a idéia de chefe está presente"*, ficando Getúlio Vargas na condição de *"presidente permanente, vitalício"*, enquanto *"os petebistas nacionais se referiam corriqueiramente a Vargas como o chefe"*.[133] Semelhante era a posição ocupada por Adhemar de Barros no PSP, embora atendendo à necessidade de um projeto mais personalista do que ideológico, pois este partido foi criado basicamente para servir de instrumento de sua projeção pessoal.[134] No caso do PSD, a despeito da grande influência de lideranças como Amaral Peixoto e Benedito Valadares, não havia uma liderança inconteste nacionalmente, mas a concentração de poder se acentuava no âmbito regional, de forma que *"os chefes de alguns estados (Amazonas, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás) permaneceram os mesmos desde a fundação do partido até a sua dissolução"*.[135] Assim, no que se refere a este aspecto, o PRP acentuava, de uma maneira particular e sob justificativas ideológicas, características autoritárias presentes nas demais organizações partidárias.

Nos primeiros meses de atividade do PRP, com Salgado ainda em Portugal, a direção partidária estabelecia como objetivo a estruturação do partido em todo o país, visando *"esperar Plínio com uma estrutura montada"*.[136] No início de 1946, a expectativa de seu retorno mobilizava o partido:

> A permanência de Salgado no exílio por sete anos, até agosto de 1946, permitiu a construção de um 'mito do ausente', dando prosseguimento ao culto ao Chefe Nacional pelos integralistas. O PRP criou um ambiente de intensa agitação marcando o retorno do exilado, desencadeando diversas manifestações. Foram produzidas mensagens,

---

[133] SOARES, *A democracia interrompida*, op. cit., p. 119.
[134] SAMPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FLEISHER, David (org.). *Os partidos no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1981. Volume 1, p. 171-182, p. 176; e FARIA, Partido Social Progressista. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico* op. cit., p. 4402
[135] SOARES, *A democracia interrompida*, op. cit., p. 88.
[136] Carta manuscrita de Raymundo Padilha a Luis Compagnoni, 12.2.1946 (CDAIBPRP).

> telegramas, depoimentos e até poesias comemorando o fato. A retomada do culto era expressa em mensagens a ele enviadas e publicadas nos jornais partidários.[137]

O retorno de Plínio Salgado ao Brasil, a 17 de agosto de 1946, foi cuidadosamente planejado pelos integralistas. O planejamento incluiu uma grande recepção festiva, a solenidade de sua filiação no Partido de Representação Popular duas semanas depois, e uma viagem pelo interior do país, concluindo-se com sua participação na II Convenção Nacional do PRP, na qual seria eleito presidente do partido. Em sua primeira entrevista no Brasil, Salgado declarou seu "*franco apoio ao Partido de Representação Popular, onde vejo companheiros queridíssimos, heróis da resistência durante a Ditadura, magníficos exemplos de força moral e de perseverança*", considerando o PRP como "*a pedra angular sobre a qual deve precipitar-se a obra construtiva e de grande envergadura de uma união nacional espiritualista e cristã*", conclamando "*todos os integralistas a cerrarem fileiras no Partido de Representação Popular*".[138] O retorno de Plínio Salgado produziu grande mobilização entre os integralistas: encontramos em sua documentação 1501 telegramas de felicitações pelo seu retorno, sendo grande parte deles coletivos, assinados por diversos integralistas.[139] A Convenção Nacional do PRP foi realizada no Rio de Janeiro entre 25 e 27 de outubro de 1946 e encerrou-se com o primeiro discurso público de Plínio Salgado desde seu retorno, irradiado para todo o país. Neste longo discurso, Salgado avaliou a trajetória do movimento integralista, respondeu a críticas e denúncias, analisou a relação entre o integralismo e o PRP e propôs medidas administrativas que visariam melhorar a situação do país. Apresentava seu retorno à política como um grande martírio - que o estaria levando a sacrificar suas atividades literárias - e propagava seu "sofrimento": "*Vale a pena sofrer assim porque vale a pena corresponder com a nossa gratidão ao sacrifício dos nossos antepassados, que nos legaram a grande Pátria. Vale a pena chamar a muitos, ser atendido por poucos, ver alguns desertar, assistir à destruição do que fizemos e recomeçar de novo, e mil vezes repetir o recomeço, com tenacidade inquebrantável*".[140]

---

[137] CALIL, op. cit., p. 159-160.

[138] Entrevista coletiva concedida à imprensa do Rio de Janeiro por Plínio Salgado ao regressar do exílio em agosto de 1946 (APHRC-FPS 011.003.009).

[139] Telegramas enviados a Plínio Salgado (APHRC Pi 18.8.1948 a Pi 25.8.1948).

[140] SALGADO, Plínio. "Discurso de Belo Horizonte". In: *Discursos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, Coleção "Convivium", p. 189. No mesmo texto, Salgado proclamava seu sacrifício pessoal: "*Não vos alardeei aqui os sofrimentos que sofri. (...). Não quero alardear sofrimentos que tenho sofrido por amor ao Brasil. Forçoso é, entretanto, que vos diga, para demonstrar a minha sinceridade, que me seria mais agradável viver, como tantos outros escritores meus confrades, inteiramente dedicado à minha atividade de produzir*". Idem, p. 187. A preferência pela atividade literária era continuamente reafirmada, como em 1948: "*Entrei na política por desprezo à política. Enojado com o quadro que nos oferecia a vida*

A II Convenção Nacional do PRP, em outubro de 1946, ao eleger Salgado para a presidência nacional do Partido e ao mesmo tempo reforçar o poder do cargo, estabelecia as condições do controle que seria exercido por Salgado até a extinção do Partido em 1965. Salgado afirmava ter aceitado o cargo, "a contragosto", apenas em virtude "*das ponderações trazidas por eminentes vultos do partido, especialmente por aqueles que jamais militaram comigo na organização política que outrora fundei*",[141] levando-o a "*oferecer a Deus este sacrifício por minha Pátria"*.[142] A proposição que apresentou o nome de Salgado ao cargo, afirmava, em termos nitidamente místicos, que "*Plínio Salgado é um sábio e um santo! Ele é alvo das contradições porque se fez cópia do Divino Mestre! Os inimigos da Nação, os que pegam em armas a favor da Rússia contra o Brasil, o odeiam porque ele está fundando, entre nós, o* ***partido de Deus****!*".[143]

Salgado abdicou formalmente do juramento de fidelidade dos integralistas ao "Chefe Nacional",[144] o qual não tinha como ser mantido no novo contexto político, mas seguiu se impondo como "Chefe" da doutrina, sustentando que todas as questões doutrinárias já estavam esclarecidas: "*Numerosíssimas perguntas que me fazem, ou pessoalmente, ou por meio de cartas, sobre os mais variados assuntos doutrinários, já estão respondidas nos meus livros*".[145] A abdicação do juramento também não inibia Salgado de ordenar paternalmente os integralistas o ingresso no PRP, como evidencia uma carta sua a um dirigente do PRP no Ceará: *"Peço-lhe que dirija o meu veemente apelo aos antigos integralistas para que venham, sem tardança, cerrar fileiras no PRP. Que esperam eles em outros partidos, ou na inatividade? Enquanto houver um só integralista fora do PRP não haverá alegria no meu coração. Mande-me, logo possa, uma lista desses que estão afastados de mim"*.[146] Também não inibia o próprio Salgado a tratar-se como "Chefe" e se autoelogiar: "*Quando um Movimento de Idéias tem a sorte rara na História de ter um Chefe que não dá retalhos de seu tempo, nem de seus recursos, nem de sua saúde, nem de sua vida, mas dá tudo a todos, o dever da cooperação implica na própria*

---

política brasileira, pensei realizar um grande movimento educativo e cultural. Mas de repente contra todos os meus desejos, vi-me à frente de um partido político. Com isto sacrifiquei a minha vida de escritor". Nem violência nem ditadura para combater o comunismo, proclama Plínio Salgado. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 25.6.1948, p. 1.

[141] SALGADO. Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro" In: *Discursos*, op. cit., p. 10.

[142] Idem, ibidem, p. 11.

[143] Plínio Salgado eleito Presidente do PRP*:* Um documento inédito da II Convenção Nacional" *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.12.1946, p. 6 e 8. Grifo meu.

[144] SALGADO. Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. In: *Discursos*, op. cit., p. 12.

[145] SALGADO, Plínio. Leitores e livros. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.1.1948, p. 1 e 6.

[146] Correspondência de Plínio Salgado a Assis Ferreira (APHRC-Pprp 25.03.48/1).

dignidade pessoal".[147] Em um telegrama a um militante do partido, em 1964, Salgado chegou a afirmar que "*todo aquele que tiver candidatos na cabeça visando desobedecer diretiva Chefe ocasião oportuna deve desde este momento ser excluído nossa agremiação porquanto pretende saber mais que Chefe razão pela qual deve ser Chefe de si mesmo*".[148]

Sua imposição como "Chefe", mantinha-se em termos semelhantes aos dos anos 30. A abdicação do juramento, foi, portanto, um mero ato formal. Sua correspondência com os militantes integralistas evidencia a continuidade da relação hierárquica rígida: na imensa maioria das correspondências, Salgado seguia sendo chamado de Chefe e muitas delas saudavam-no com os "três Anauês" reservados à Chefia Nacional. Salgado era, ainda, convidado para padrinho de batizado dos filhos dos militantes, a maior parte dos quais recebia seu nome ou o de sua esposa Carmela, e, geralmente, enviava procuração para a realização do batizado. Todos os anos, o aniversário de Salgado era comemorado como uma data partidária. Em 1954, *A Marcha* relacionou mais de 700 nomes de integralistas que teriam enviado telegramas e cartas de felicitações, número que ultrapassou 3.000 em 1955.[149] Em 1956, o Diretório Nacional determinou que todos os diretórios regionais deveriam comemorar a data publicamente, desenvolver um programa de festividades que deveria incluir realização de sessão solene, celebração de missa em ação de graças, promoção de conferências, publicação de artigos e divulgação das atividades nos jornais e no rádio.[150] Em 1957, foram promovidas atividades em dezenas de municípios do país, dentre as quais alvoradas festivas, com o espocar de fogos, missas solenes, exposições históricas, salva de tiros pela madrugada, batismo coletivo de afiliados de Salgado, lançamento de jornais, palestras radiofônicas e reuniões públicas.[151]

O partido preparava as sessões públicas das quais Salgado participaria com grande cuidado, visando à preservação de sua "mística". Para isto, recomendava-se aos diretórios promotores a preparação de um palco imponente, a formação de uma comissão de segurança, o rígido controle do ingresso na sessão, a irradiação obrigatória de seu discurso, e a distribuição de convites visando garantir sempre um mínimo de 60% de

---

[147] SALGADO, Plínio. O Grande Conclave. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.8.1958, p. 3.
[148] Telegrama de Plínio Salgado a João Heliodoro Barreto, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.0.414/10).
[149] O aniversário de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.2.1954, p. 20-22.; e Aniversário de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.3.1955, p. 19-23.
[150] Ofício 6/56 de Everaldo Leite, pela Comissão Executiva Nacional, s./d. (CDAIBPRP).
[151] Aniversário de Plínio Salgado: Comemorações em todo o país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.2.1957, p. 4-5.

correligionários na assistência.[152] Também a fotografia de Salgado era reproduzida, comercializada e "inaugurada" nas sedes partidárias, em cerimônias ritualizadas.[153] O misticismo era constantemente reforçado: "*Jamais a história pátria contou com maior vulto que Plínio Salgado e podemos dizer que ele foi mandado pela providência divina para servir ao Brasil nos dias tenebrosos que se aproximam*".[154] Salgado seria, assim, imprescindível: "*Ninguém mais, no Brasil contemporâneo será capaz de realizar em benefício de nossa redenção o que Plínio Salgado se tem mostrado capaz*".[155] Assim, é possível concluir que:

> A postura assumida por Salgado e o apoio que esta recebeu do grupo dirigente do PRP e da base partidária em sua nova posição de Presidente de Partido permitem que se avalie a modificação de seu estatuto como mais aparente e formal do que efetivamente reformuladora das relações entre a liderança e seus liderados. Do ponto de vista legal, Salgado tomou todas as precauções, antecipando-se em renunciar ao juramento de fidelidade. No cotidiano da atividade partidária, no entanto, manteve-se como centro da decisão política e objeto das repetidas homenagens de seus adeptos. Também sua intervenção no Diretório Nacional e sua atuação na centralização partidária evidenciam que Salgado mantinha uma liderança incontestada.[156]

O controle exercido por Salgado fica muito evidente no trecho seguinte de uma Ata do Diretório Nacional do PRP, em janeiro de 1949:

> O sr. Presidente faz ampla exposição sobre o desenvolvimento do Partido em todo o país e a situação dos órgãos nacionais, terminando por **comunicar** que, para melhor atender aos interesses do PRP, tomara as seguintes resoluções: 1) **exoneração de todos os Secretários Nacionais**, excetuados os dois sub-secretários de finanças, por serem auxiliares do Secretário Nacional de Finanças, que é o próprio Presidente do Partido; 2) o Presidente **assume a direção de todas as Secretarias Nacionais**; 3) o Presidente

---

[152] Considerações e instruções sobre solenidades ou sessões públicas do Partido de Representação Popular, principalmente aquelas em que deva tomar parte o Presidente do Diretório Nacional (Confidencial), 12.9.1947 (CDAIBPRP). Uma versão anterior destas determinações, em termos semelhantes, pode ser encontrada na Resolução 23/1945, assinada pelo Capitão Evandro, chefe do Departamento de Segurança e pelo Capitão Faria Albuquerque, chefe do gabinete da Presidência do Partido (APHRC-FPS 053.002.002). A adoção destes procedimentos não foi suficiente para evitar conflitos, como no caso de um confronto ocorrido em Fortaleza em 1949, quando durante a solenidade de encerramento da Convenção do PRP cearense, "*irrompeu cerrado tiroteio, do qual resultaram a morte do jornalista Jaime Calado e diversos feridos. Novo comício foi improvisado na praça e dissolvido pela cavalaria e Corpo de Bombeiros*". Graves incidentes em Fortaleza. *A imprensa*, São Paulo, 11.8.1949, p. 8 (APHRC-FPS 110.007. REC 1949). A matéria não esclarece a origem do conflito nem indica se o jornalista morto pertencia a algum dos grupos.

[153] Inaugurado o retrato de Plínio Salgado em Porto Alegre. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.10.1948, p. 1.

[154] Plínio Salgado, um nome nacional que saberá no Senado honrar o Rio Grande. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 7.9.1950, p. 3.

[155] COTRIM NETO, Alberto. Rumos da política no Brasil. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 1. A qualificação de Salgado como imprescindível determinou a desestruturação do movimento após seu falecimento, em 1975. O integralista Umberto Pergher afirma que "*se hoje o PRP não é reorganizado, é porque Plínio Salgado não está vivo, pois se estivesse vivo, provavelmente teria reorganizado e estaria militando hoje*". CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 21.

[156] CALIL, op. cit., p. 166-167.

> aproveitará nos serviços das Secretarias Nacionais, **os companheiros que escolher**, confiando-lhes tarefas especiais; 4) são igualmente exonerados todos os funcionários das secretarias Nacionais; 5) são exonerados o Chefe de Gabinete da presidência e todos os funcionários do mesmo Gabinete; 6) o Presidente designará, sem nomeação, as tarefas de seu Gabinete e os companheiros que devam exercê-las.[157]

Em 1955 Aumentando ainda mais seu poder, Salgado estabeleceu: *"os meus escritos a partir de 7 de outubro até hoje, e os que irão suceder-se devem ser tomados como diretivas oficiais da Presidência do nosso partido"*, chamando atenção ainda *"para os editoriais de A Marcha, notadamente os que forem publicados com maior destaque, pois terão sido ou de minha autoria, ou mandados imprimir com a minha aprovação"*.[158] Aqui, a identificação completa entre o "Chefe" e a direção partidária (desmentindo constantemente proclamado "caráter democrático") evidenciam a pretensão totalitária e o completo esvaziamento da própria direção. Em outras palavras, o controle exercido pelo Diretório Nacional sobre a estrutura partidária era, na realidade, um controle diretamente exercido por Salgado, mantendo-se na presidência do partido até sua extinção sem aceitar contestação, como evidenciam os processos de expulsão de militantes "rebeldes" e as intervenções em diretórios regionais.

4.2.3 Os processos de expulsão

A advertência, suspensão e exclusão de membros do partido estavam previstas no estatuto do PRP de 1945, em seu artigo 6º:

> Serão advertidos, suspensos ou excluídos do partido, conforme a gravidade da falha, devidamente apurada, e sempre garantido o direito de defesa, aos associados que: 1) infringirem os Estatutos ou o Programa Partidário ou desobedecerem os regulamentos, instruções e outras determinações dos órgãos dirigentes; 2) atentarem contra o livre exercício do voto; 3) praticarem fraude no alistamento ou nas eleições; 4) revelarem improbidade no exercício de mandato político ou tiverem sido condenados por incurso no Código Penal.[159]

As Instruções sobre os Associados, baixadas no início de 1946, acrescentavam que "*será automaticamente excluído do quadro do partido o associado que deixar de pagar sua contribuição durante 6 meses, salvo se ocorrer justo motivo, devidamente comprovado*".[160] Os Estatutos aprovados na II Convenção Nacional acrescentaram ainda

---

[157] Ata da reunião do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, 9.1.1949. Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005). Grifos meus.
[158] SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 199.
[159] *Programa e Estatutos do Partido de Representação Popular*, op. cit., p. 10-11 (CDAIBPRP).
[160] Instruções sobre os Associados. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 4.2.1946, p. 2.

uma norma para exclusão dos militantes que "*adotarem ou propagarem preceitos contrários aos contidos na Carta de Princípios do Partido e no Programa Partidário*".[161] Em 1952, também passam a constar como situações motivadoras de punições *"atentarem contra a lei eleitoral"*, *"atentarem contra a autoridade dos órgãos nacionais, regionais ou municipais do partido"*, *"infringirem a disciplina partidária"*, e *"comportarem-se de modo inconveniente para os interesses ou o bom nome do partido"*.[162] Ao mesmo tempo, atribuía ao Diretório Nacional a definição de instruções regulando os processos disciplinares. A Resolução 2/53 do Diretório Nacional especificava diversas obrigações aos membros do PRP, dentre as quais *"não considerar nem como inimigos nem como amigos os outros partidos, a fim de deixar o PRP apto a fazer as alianças que convierem aos supremos interesses da agremiação e do Brasil, sem compromissos além dos estipulados nos termos dos acordos"*, e também *"não se comprometer, por atos ou propaganda, a respeito da sucessão presidencial, das sucessões dos governadores dos estados, nem de qualquer aliança eleitoral para composição de chapas, antes da Convenção Nacional"*.[163] Estabelecia ainda que os novos inscritos fariam *"um estágio de três meses"* antes de gozarem plenamente os direitos estatutários, que só poderiam ser indicados como candidatos membros em dia com a contribuição partidária, e que *"só o associado que estiver em pleno gozo de seus direitos e em dia perante os órgãos do partido poderá solicitar exoneração"*.[164] A amplitude e diversidade de situações previstas como passíveis de penalidade disciplinar parece ter como objetivo sua ampla utilização. No entanto, como os processos se desenvolviam no âmbito dos diretórios estaduais, encontramos pouca documentação, exceto no que se refere ao Rio Grande do Sul. Neste estado, os processos localizados referem-se a atraso de pagamento das contribuições, dissidência em períodos eleitorais, divergências entre membros do partido, e indisciplina.[165] Nos períodos eleitorais, os mecanismos de imposição da disciplina se acirravam, gerando cisões, dissensões e afastamentos voluntários. Mesmo assim, em

---

[161] Partido de Representação Popular - Estatutos aprovados pela II Convenção Nacional em sessão de 26 de outubro de 1946. Mimeografado, 20p, p. 2 (CDAIBPRP).
[162] Partido de Representação Popular - Estatutos. Publicado no Diário Oficial em 2.2.1952. Mimeografado (CDAIBPRP).
[163] Resolução 2/53 – Diretório Nacional: Consolidação das Instruções Regulamentares, sobre conduta e disciplina partidária dos associados do PRP, baseadas nos ditos estatutos do partido, 7.10.1953 (CDAIBPRP).
[164] Idem, ibidem. É importante atentar para o caráter ultrajante da expulsão no integralismo. Nos anos 30, o militante expulso tinha sua ficha queimada em solenidade partidária. No novo contexto político, mantinha-se no limite possível as restrições à exoneração voluntária dos seus militantes.
[165] Ver a respeito CALIL, op. cit., p. 175.

alguns momentos, houve chamados à reconciliação, como ocorreu por iniciativa do presidente do Diretório Regional da Guanabara em 1961:

> Tendo sido honrado pela confiança dos companheiros convencionais que, pelo seu voto, me levaram à Presidência do nosso Partido na Guanabara, quero que meu primeiro ato público seja este apelo que, sem exagero, quero chamar não apenas de veemente, mas, talvez, de dramático, dirigido a quantos comungaram de nossos ideais e hoje se encontram afastados do nosso Movimento, em virtude de divergências, de mal entendidos e de outros motivos que a quebra de confiança engendra, para corroer o cerne da nossa unidade, sustentáculo da nossa força e esperança da vitória final de nossos retos e generosos propósitos.[166]

As normas estatutárias que permitiam a instauração de processo disciplinar foram utilizadas como embasamento da dissolução do Diretório Regional de São Paulo em 1957, o que evidencia que os processos disciplinares e a intervenção em diretórios se imbricavam na dinâmica interna, como mecanismos articulados da imposição da "disciplina partidária" e da supremacia do Diretório Nacional, como se explicitará na seção seguinte.

4.2.4 Os conflitos internos nos diretórios regionais

Durante todo o período de existência do PRP, em praticamente todas as suas seções regionais, ocorreram grandes conflitos internos, em alguns casos chegando a determinar a ruptura por parte de algum dos grupos em conflito. Embora Salgado e o grupo dirigente nacional tenham, em muitos casos, tentado intervir visando "pacificar" os diretórios, em muitos casos isto não foi possível e os conflitos tiveram repercussão pública.[167]

Ainda no ano de 1946, o Diretório Estadual de Pernambuco não aceitou a "sugestão" de Plínio Salgado para que uma candidatura a deputado estadual fosse adotada como "preferencial". O partido havia decidido congressualmente não ter candidatos "preferenciais", e, portanto, o pedido de Salgado era informal. Inconformado com a recusa, Andrade Lima[168] - o pretenso candidato preferencial -, deu declarações públicas na imprensa atacando o Diretório Estadual e tornou pública a carta enviada por Salgado

---

[166] BOAVENTURA, Jorge. Apelos aos integralistas da Guanabara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.3.1961, p. 1.

[167] As situações em que houve uma intervenção formal do Diretório Nacional, com a dissolução do Diretório Regional, serão discutidas na seção seguinte; portanto aqui nos restringiremos às situações em que os confrontos se resolveram pela "pacificação" ou pela saída de um dos grupos do partido. A maior parte destes casos é relatada em correspondências enviadas a Salgado, na maioria das vezes por parte de integrante das diferentes posições em confronto, solicitando, de diferentes maneiras, seu apoio e sua intervenção.

[168] Andrade Lima foi dirigente integralista nos anos 30, e até novembro de 1946 dirigia o jornal integralista *Vanguarda*, do qual saiu em virtude da intenção de fazer aparentar um "caráter apartidário" no mesmo. Integrava, além disso, o Conselho Nacional do PRP. Cf. Correspondência de Andrade Lima a Plínio Salgado, 6.2.1947 (APHRC-Pprp 06.02.47/2).

indicando-lhe como candidato preferencial.[169] A repercussão negativa obrigou Salgado a rever sua posição, afirmando que seu desejo de que Andrade Lima fosse eleito *"de forma alguma pode significar uma imposição ao Diretório Estadual, nem tampouco que o Andrade seja um candidato preferencial, uma vez que não há candidatos preferenciais"*.[170] Afirmando que *"essas dissensões internas me magoam profundamente"*, Salgado concitava os membros do Diretório *"a se reunirem e a se abraçarem"*, propondo que Andrade Lima não fizesse mais declarações na imprensa e que os membros do Diretório não mais se pronunciassem contra sua candidatura.[171] Ainda assim, passada a eleição, em fevereiro de 1950, e não tendo sido eleito, Andrade Lima escreveu a Salgado colocando *"um ponto final em nossa convivência política, após tantos anos de luta que acreditei sempre benéfica ao Brasil"*, declarando-se *"desencantado de tudo e já suficientemente descrente de sua própria* [do PRP] *eficiência política. (...) A política no Brasil é uma sujeira e esta contaminou, invadiu, corrompeu até o Partido"*.[172] Dois meses depois, um militante integralista enviava um longo relatório confidencial denunciando o *"excessivo oportunismo político* [sic]*"* e a *"renhida luta personalista"* que abalavam o Partido, *"desacreditando-o na opinião pública"*. Acusava o DR de enviar falsas notícias, *"dando ao senhor notícia de diretórios de fancaria"*, relatava uma campanha do ex-correligionário Andrade Lima contra as imoralidades da Câmara Municipal do Recife, na qual estaria envolvido o vereador do PRP, e acusava um dirigente regional de *"infantil, louco, irresponsável, idiota, etc"*.[173] Em 1959, outro correligionário - Lauro Mendes - denunciava graves irregularidades praticadas pelo presidente do Diretório Regional, Gonçalo de Melo. Para ele, *"o Presidente do DR chegou ao extremo de a ferro e fogo, usando processos tão sórdidos que fariam corar de vergonha a ralé petebista* [sic]*, destruir o Diretório Municipal de Recife"*, além de *"atrair para a legenda do PRP todos aqueles que haviam atingido, aproximadamente, a casa dos mil votos, sem qualquer outra preocupação, fosse de ordem espiritual, doutrinária, política, moral ou intelectual"*.[174] Para ele, dois

---

[169] Correspondência de José Cavalcanti Sá Barreto a Plínio Salgado, 25.12.1946 (

[170] Correspondência de Plínio Salgado a José Cavalcanti Sá Barreto, 31.12.1946 (APHRC-PiPrp 31.12.46/2).

[171] Correspondência de Andrade Lima a Plínio Salgado, 6.2.1947 (APHRC-Pprp 06.02.47/2).

[172] Idem, ibidem. Apesar da ruptura, Lima declarava a Salgado: *"Fora do partido, podeis contar com meus pequenos préstimos, no que eles porventura vos forem úteis*". Idem, ibidem.

[173] Correspondência de José Ramos a Plínio Salgado, 11.4.1960 (APHRC-Pprp 11.4.60). Ramos era o representante do jornal *Idade Nova* em Pernambuco.

[174] Correspondência de Lauro Maurino de Paula Mendes a Plínio Salgado, 9.12.1959 (APHRC-Pprp 59.12.09/2). Mendes era Consultor Jurídico do DR, tendo renunciado em protesto contra as situações relatadas.

vereadores eleitos pelo PRP em Recife seriam *"ligados umbilicalmente ao Prefeito comunista Miguel Arrais, que lhes deu toda a cobertura eleitoral"*. Em vista disso, teria havido a renúncia de seis membros do Diretório Regional. Assim, Mendes solicitava que Salgado acompanhasse e orientasse de perto a constituição do futuro Diretório Regional.[175] Em 1961, outro dirigente informa sua saída do partido, pelos mesmos motivos, evidenciando que o mesmo grupo dirigente mantinha-se à frente do Partido:

> Vi-me constrangido a afastar-me do PRP, dos Centros Culturais Oliveira Viana e dos Centros Corporativos dos Chefes da Família, devido ao afrouxamento da linha de conduta desses movimentos, por falta de doutrinação adequada e supervisão que deveriam de modo objetivo e mais Integralista (na sua expressão exata) por parte dos dirigentes em Pernambuco do Diretório Regional, na pessoa do sr. Gonçalo de Melo, que cuida mais de interesses pessoais do que da nossa bela e pura doutrina. O que temos aqui em Recife, e quiçá até onde vai a influência do Diretório Regional personalista, é a inveja, a vaidade, nenhum idealismo, nenhuma representação pública ou cultural do integralismo.[176]

Também no final de 1946, ocorreu um forte impasse entre o Diretório Nacional e o DR do PRP no Rio de Janeiro. O conflito se originou na não aceitação pelo DR de dois nomes sugeridos pelo DN para integrar a chapa dos candidatos a deputado estadual e foi resolvido de forma *sui generis*: o DR reconsiderou sua posição e incluiu ambos na nominata, mas eles imediatamente renunciaram a suas candidaturas.[177] Uma crise mais grave ocorreu em 1965, com uma violenta disputa entre dois grupos, pelo controle do Diretório Regional. Em agosto daquele ano, José Carlos Rocha telegrafou a Salgado solicitando a dissolução imediata daquele diretório, para preservar seu *"patrimônio moral e material Partido, sendo este acima dois milhões cruzeiros*" [R$ 20.298,19].[178] Rocha "informava" Salgado da existência de um *"concorrente desleal e inescrupuloso na disputa da presidência do Partido"*.[179] Uma Convenção Regional foi realizada, a 12 de setembro, mas foi anulada devido a tumultos. Um mês depois, foi a vez do adversário de Rocha – e suposto vencedor da Convenção anulada - solicitar a intervenção, destituindo o DR recém-eleito, fazendo diversas acusações contra vários de seus membros, e inclusive sugerindo

---

[175] Idem, ibidem. Aparentemente, a carta não foi respondida por Salgado, pois no original encontra-se apenas o registro manuscrito "Arquivar". Todas as cartas respondidas por ele tinham a data do envio da resposta anotada à caneta.
[176] Correspondência de Ovídio de Paula a Plínio Salgado, 11.5.1961 (APHRC-PiPrp 61.05.11/1). Não encontramos nenhuma outra referência sobre os referidos "Centros Corporativos dos Chefes da Família".
[177] Cf. Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional 31.12.1946 e 3.1.1947 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC – FPS 021.005.005).
[178] Telegrama de José Carlos Paes a Plínio Salgado, 29.8.1965 (APHRC-Pprp 65.08.29/1)
[179] Correspondência de José Carlos Paes a Plínio Salgado, 30.8.1965 (APHRC-Pprp 65.08.30/14).

nomes para serem nomeados como interventores.[180] Em um Manifesto aos integralistas do Rio de Janeiro, Povoas exigia a dissolução do DR visando *"expulsar os mentirosos e incapazes do nosso meio"*.[181] A dissolução dos partidos pelo AI2 abreviou o conflito e levou o caso a um desfecho aparentemente surpreendente: o envio de um manifesto aos integralistas fluminenses, assinado pelos dois antagonistas, para *"transmitir as ordens que recebemos do nosso sempre Chefe Nacional Plínio Salgado"*.[182]

Outra crise envolveu Olbiano de Melo e o diretório estadual de Minas Gerais, no final de 1946. Melo foi indicado candidato a deputado estadual contrariando a vontade da seção mineira do PRP, que se opunha a sua candidatura em virtude de Melo não residir naquele estado. Na realidade, Melo teria apresentado diversas exigências ao Diretório Nacional, ameaçando *"desligar-se definitivamente do nosso convívio partidário"*.[183] As condições seriam: *"sua nomeação como Delegado Nacional em Minas Gerais, com auxílio financeiro do Partido para a campanha de sua candidatura; divulgação ampla do seu nome como integrante da chapa estadual; sua participação numa comissão política que fosse constituída, tendo em vista promover entendimentos para escolha do Governador, do senador e dos deputados federais"*.[184] Suas exigências encontraram a oposição de Raymundo Padilha, que alegava *"a inexeqüibilidade de algumas delas, como a sua nomeação como Delegado Nacional, cargo inexistente no Partido"*.[185] Não satisfeito, Melo recorreu a Salgado, enviando cópia das correspondências trocadas com Padilha,[186] e através de sua intervenção viu suas condições atendidas.[187] Assim, assumiu a função (inexistente, como lembrou Padilha) de Delegado Nacional, tentando coordenar as negociações do PRP com outros partidos.[188] Passou, então, a se apresentar aos diretórios municipais, como o "candidato de Plínio Salgado", exigindo quotas de votos pessoais em cada município.[189] O próprio Salgado telegrafou a DMs pedindo votos, como no telegrama ao DM de Diamantina: *"Sendo Olbiano de Melo fundador do integralismo nesse estado e conselheiro nacional Partido, recomendo como homenagem seu nome esse diretório dar-*

[180] Correspondência de Orlando Povoas a Plínio Salgado, 14.10.1965 (APHRC-Pprp 65.10.14/3).
[181] Manifesto de Orlando Povoas aos integralistas do Rio de Janeiro. In: Correspondência de Orlando Povoas a Plínio Salgado, 14.10.1965 (APHRC-Pprp 65.10.14/3).
[182] Manifesto de José Carlos Rocha e Orlando Povoas, 12.11.1965 (APHRC-Pprp 65.11.12/1).
[183] Cf. Correspondência de Raymundo Padilha a Olbiano de Melo, 22.11.1946 (APHRC-Piprp 22.11.46).
[184] Idem, ibidem.
[185] Idem, ibidem.
[186] Correspondência de Olbiano de Melo a Plínio Salgado, 28.11.1946 (APHRC-PiPrp 28.11.46).
[187] Cf. Correspondência de Olbiano de Melo a Plínio Salgado, 14.12.1946 (APHRC-PiPrp 14.12.46).
[188] Cf. Correspondência de Olbiano de Melo a Plínio Salgado, 18.12.1946 (APHRC-PiPrp 18.12.46).
[189] Cf. Circular de Olbiano de Melo aos Diretórios Municipais (APHRC PiPrp 28.12.46/3).

lhe cinqüenta votos eleição deputado".[190] Mesmo com todo o favoritismo do "Chefe Nacional", Melo obteve uma votação inexpressiva, não alcançando sequer a suplência.[191] Menos de dois meses depois da eleição, Melo desligou-se do Partido, alegando uma revisão de suas concepções, em um sentido certamente desagradável à liderança integralista:

> De certo tempo a esta data vim fazendo uma revisão no meu antigo modo de encarar uma solução para a angustiante questão social, já agora terrivelmente agravada pelos múltiplos efeitos da última guerra. E cheguei à conclusão que somente no SOCIALISMO as massas populares das cidades e dos campos encontrarão caminho seguro para se libertarem da escravização econômica a que foram levados em todos os Países. Esta minha nova posição ideológica me não permite mais continuar pertencendo ao partido dirigido pelo ilustre patrício. Assim, lhe peço demissão do cargo de Conselheiro Nacional do Partido de Representação Popular, como meu desligamento de seus quadros.[192]

Na Bahia, em 1949, uma polêmica em torno do roteiro da excursão de Plínio Salgado opôs as duas principais lideranças integralistas do estado, Carlos Albuquerque e Rubem Nogueira. O primeiro pretendia que a excursão se iniciasse em Vitória da Conquista, e o segundo, em Ilhéus. Após uma sucessão de diversas cartas trocadas por ambos com Salgado, a decisão atendeu a pretensão de Nogueira, gerando protesto de Albuquerque: *"Protesto veementemente contra a falsidade histórica, contra o menosprezo aos nossos sentimentos de integralistas seus discípulos, contra a traição ao Partido. Protesto solenemente e aproveito a oportunidade para com toda responsabilidade denunciar o sr. Rubem Nogueira como traidor ao nosso Partido"*.[193] Causa estranheza um embate tão acirrado em torno de uma questão aparentemente pouco relevante, mas o simbolismo envolvido na escolha não pode ser desprezado. Além disso, ao que parece, o conflito que emergiu em torno do roteiro da excursão já existia, de forma menos aberta, e apenas se expressou de forma mais explícita naquele momento.

No mesmo ano, o Diretório Regional do Paraná, coletivamente, renunciou, para *"facilitar a resolução da crise"*.[194] A renúncia teve origem em um conflito com o deputado Benjamin Mourão, não explicitado na documentação. Mourão aceitou licenciar-se, devolvendo o mandato ao partido, para manter-se no PRP, e o Diretório Nacional

---

[190] Telegrama de Plínio Salgado a Alcides Meira, 17.1.1947 (APHRC-Pprp 17.01.47/5).
[191] O PRP elegeu apenas um deputado estadual em Minas Gerais naquela eleição, com 2.639. Os *Dados Estatísticos* trazem apenas o nome dos cinco primeiros suplentes, o último com 850 votos. Como não consta o nome de Melo, depreende-se que sua votação foi inferior a este número.
[192] Correspondência de Olbiano de Melo a Plínio Salgado, 17.3.1947 (APHRC-FPS 17.03.47/3).
[193] Correspondência de Carlos Albuquerque a Plínio Salgado, 30.11.1949 (APHRC-Pprp 30.11.49/2)
[194] Ata do Diretório Nacional, 16.9.1949. Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 021.005.005).

nomeou o Diretório Municipal de Curitiba para cumprir as funções do Diretório Estadual até a resolução definitiva do impasse, com a realização da Convenção Estadual do Partido.

Em Santa Catarina, o Diretório Regional esteve dividido, entre 1950 e 1965, em dois grupos, cada um partidário do alinhamento com uma das duas principais forças políticas do estado (UDN e PSD). Em 1951, um militante do partido escreveu a Salgado com violentas críticas aos principais dirigentes do partido, que apoiavam e integravam o governo udenista: *"nossos atuais "chefes" por aqui não valem um caracol, pois se acham de copa e cozinha com a "inefável" UDN, o maior terremoto de patifaria caído sobre a nossa infeliz mas sempre querida Santa Catarina"*.[195] Salgado não respondeu, e enviou cópia da carta ao presidente do Diretório Regional. Em 1965, quando o PRP estava alinhado com o PSD, Salgado lamentava a divisão do partido catarinense, mas recusava-se a intervir.[196]

Também no Rio Grande do Sul sérias divergências entre dirigentes geraram situações de confronto aberto. Em 1952, Luis Compagnoni, então secretário-geral do PRP nacional, iniciou um movimento pela destituição do Presidente Regional do PRP, Oscar Machado, que seria, na sua opinião, responsável pela "estagnação do Partido".[197] Meses depois, quando Oscar Machado estava temporariamente afastado, Compagnoni escreveu ao Diretório Regional denunciando "*o triste papel representado dentro de nosso partido pelo caluniador e vilão oscar machado*".[198] Segundo ele, Machado *deixou o Partido numa posição moralmente insustentável, num ridículo tremendo perante nossos companheiros e nossos adversários"*.[199] Em setembro do mesmo ano, Machado renunciou em definitivo e se desfiliou do PRP.[200] Em 1958 e em 1962, em virtude das alianças realizadas pelo PRP

---

[195] Correspondência de Antonio Fleury Barbosa a Plínio Salgado, 28.9.1951 (APHRC-Pprp 28.9.51). Barbosa voltou a escrever em dezembro do mesmo ano, protestando *"contra nossa subalternidade mensalina udenilda"*. Telegrama Antonio Fleury Barbosa a Plínio Salgado, 1º.12.51 (APHRC-Pprp 01.12.51).

[196] A posição de Salgado é a seguinte: *"Infelizmente nosso partido em Santa Catarina vive o longo drama de não ter personalidade própria, havendo uma corrente que sofre a atração do PSD e outra da UDN. (...) Nestas condições, não me é lícito intervir. É uma questão doméstica, não envolve problemas doutrinários, pois neste caso, eu interviria"*. Correspondência de Plínio Salgado a Budal, 30.8.1965 (APHRC-Pprp 65.08.30/6). Este critério de não intervenção em "questões domésticas" nem sempre foi seguido por Salgado, como se verá na seção seguinte.

[197] Correspondência de Luis Compagnoni a Nestor Pereira, 16.3.1952 (APHRC-Pprp 16.3.52).

[198] Correspondência de Luis Compagnoni ao Diretório Regional do PRP-RS, 3.6.1952 (CDAIBPRP).

[199] Idem, ibidem. A origem do conflito estava em um acordo com o PTB concretizado por Machado, o qual, de acordo com Compagnoni, pretendia ser chamado para uma secretaria de Estado, o que será discutido no próximo capítulo.

[200] Cf. Ofício do Presidente do Diretório Regional do PRP-RS Arno Arnt ao Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado, 26.9.1952 (CDAIBPRP). No final dos anos 50, Machado retornou ao Partido e, inclusive, voltou a deter cargos de direção.

(respectivamente, com o PTB e com o PSD, UDN, PL e PDC), ocorreram diversos outros conflitos e cisões no PRP gaúcho, conforme discutiremos nos capítulos seguintes.

Em Minas Gerais, em 1953, um militante partidário imprimiu uma "Epístola reservada aos companheiros do Partido de Representação Popular", criticando o Diretório Regional, que teria "se aburguesado". Para ele, *"as cinco atividades do PRP, definidas pelo Chefe no discurso de Niterói, isto é, a ação política, a ação social, a ação intelectual, a ação cívica e a ação espiritual, foram suprimidas na gestão do atual diretório"*.[201] A epístola solicitava o envio de um emissário do Diretório Nacional para observar "in loco" a situação do PRP mineiro, mas aparentemente não foram tomadas medidas concretas.

No Espírito Santo, os dois principais líderes do Partido entraram em conflito, disputando a vaga de candidato a deputado federal em 1958. Em virtude da realização de coligação, na qual o PRP indicava apenas um nome, o então deputado federal Pe. Ponciano dos Santos confrontou-se com Oswaldo Zanello, e este último acabou indicado como candidato e foi eleito.[202]

No estado do Amazonas, os conflitos envolveram denúncias de fraude e corrupção. Em fevereiro de 1962, o Presidente do Diretório Regional Inácio Beroaldo de Almeida renunciou ao cargo e desligou-se do partido, alegando inocência: *"Fui caluniado pelo sr. Waldemar Lima de Oliveira, de que teria apresentado em uma de minhas prestações de contas, uma ou mais notas fiscais relativas a tintas e madeiras, que haviam sido <u>doadas</u> ao Partido, e que, entretanto, teriam sido arroladas como se tivessem sido <u>pagas</u>"*.[203] Almeida acusava seu acusador de "devedor relapso", "sem nenhum princípio moral", e "estelionatário". O Diretório Nacional não aceitou sua renúncia e desligamento, e declarou "inteira solidariedade", mas em face da permanência do conflito, decidiu pelo envio de um emissário do Diretório Nacional para avaliar a situação e "pacificar" o partido.[204]

Os diversos conflitos e trocas de acusações no âmbito dos diretórios regionais revelam que a convivência no interior do partido não era nada harmônica, ao contrário do

---

[201] SANTOS, Carlos Porfírio. Epístola reservada aos companheiros do Partido de Representação Popular, seção Minas Gerais (APHRC-Pprp 17.07.53).

[202] No início de 1958, um dirigente partidário escrevia a Salgado, confidencialmente, denunciando que "*há muito egoísmo, falta de sentimento integralista, pensando-se mais nas pessoas que no Partido*", o que se evidenciaria na "*vontade de se alijar o Pe. Ponciano, digno por todos os títulos, sempre sacerdote exemplar, que dignifica o Partido e serve de exemplo dentro da própria Igreja"*. Correspondência de Guedes Júnior a Plínio Salgado, 28.2.1958 (APHRC-PiPrp 58.02.28/3).

[203] Correspondência de Inácio Beroaldo de Almeida a Plínio Salgado, 17.2.1962 (APHRC-Pprp 62.2.17).

[204] Correspondência de Waldemar Lima de Oliveira a Plínio Salgado, 2.4.1962 (APHRC-Pprp 62.04.02/4). Os desdobramentos posteriores não estão registrados na correspondência de Salgado, nem na documentação do Diretório Nacional.

discurso propagado pelo partido. O que se vê é uma forte disputa pelos postos de mando, acirrada quando estas posições podiam viabilizar o acesso a posições governamentais ou a eleição para cargos públicos. Também fica evidente que Salgado e a direção partidária interferiram de diferentes maneiras, ainda que Salgado buscasse se impor como se estivesse "acima dos conflitos". Sua intervenção nas diversas crises revela, no entanto, que muitas vezes interferia em favor de alguma das partes, levando em conta, dentre outros fatores, a representatividade de cada um dos grupos em conflito, seu potencial de votos e seu grau de lealdade com o Diretório Nacional.

4.2.5 As intervenções em diretórios regionais

Durante todo o período de existência legal do PRP, o Diretório Nacional utilizou-se de processos de intervenção como forma de imposição de sua supremacia. Os estatutos aprovados na II Convenção Nacional estabeleceram como atribuição do Diretório Nacional *"intervir na vida político-partidária dos órgãos estaduais"*.[205] Em 1947, a III Convenção Nacional estabeleceu que a intervenção poderia ocorrer para: *"a) manter a proeminência da orientação político-partidária dos órgãos dirigentes sobre os órgãos estaduais; b) resolver quaisquer divergências entre os membros dos órgãos estaduais e que afetem a ação desses órgãos; c) restabelecer o equilíbrio orçamentário comprometido pela gestão do Órgão responsável ou seu legítimo representante*".[206] A versão de 1952 inclui ainda como motivo para intervenção, *"a violação dos Estatutos ou Programa do Partido"*.[207]

A abrangência das situações passíveis de intervenção facilitou a ação do Diretório Nacional nos diversos casos em que optou por destituir diretórios regionais. O acirramento de crises partidárias e a contestação de decisões do Diretório Nacional parecem ter sido os principais motivos das intervenções

Em junho de 1950, o Diretório Regional de Santa Catarina foi dissolvido, sob a alegação de falta de reuniões periódicas e não observância dos estatutos para a indicação dos candidatos ao parlamento.[208] O conflito teve origem na oposição do Diretório Nacional

---

[205] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela II Convenção Nacional. Mimeografado (CDAIBPRP).
[206] Partido de Representação Popular - Estatutos. Aprovados pela III Convenção Nacional em sessão de 28 de março de 1947. Mimeografado (CDAIBPRP).
[207] Partido de Representação Popular - Estatutos. Publicado no Diário Oficial em 2.2.1952. Mimeografado (CDAIBPRP).
[208] Ata do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, 29.6.1950 – Livro de atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 021.001.004). Uma semana depois, um militante telegrafou para Salgado informando *"que intervenção este estado foi aceita reconhecendo todos que diretivas traçadas*

à apresentação de chapa própria e completa para deputados federais, pretendida pelo Diretório Regional do PRP.[209] Uma semana depois, também o Diretório Estadual de Minas Gerais foi dissolvido, em virtude de ter excluído da nominata dos candidatos a deputado federal o nome de José Soraggi, pré-candidato "indicado" pelo Diretório Nacional. A intervenção foi exigida diretamente por Salgado, sob a justificativa de que "*só a intervenção salvaguardaria a dignidade dos órgãos nacionais, tão duramente atingida pelo ato do diretório mineiro*".[210] Em 1958, o Diretório Nacional destituiu, simultaneamente, dez diretórios regionais, por estarem com seus mandatos vencidos, não tendo realizado convenções regionais.[211]

No estado de São Paulo ocorreram diversas crises partidárias, resultando em pelo menos duas grandes intervenções, com forte repercussão na imprensa. A primeira delas ocorreu em 1957 e teve como desfecho a dissolução do Diretório Regional e do Diretório Municipal da cidade de São Paulo, bem como a desfiliação de uma boa parcela dos militantes do PRP no estado de São Paulo, dentre os quais o então deputado estadual e presidente deposto do Diretório Regional Hilário Torloni, e o vereador e presidente deposto do Diretório Municipal Ítalo Fittipaldi. A crise foi gerada pela condenação pública por parte daqueles diretórios, da importação de um automóvel de luxo pelo deputado Loureiro Júnior (genro de Plínio Salgado), utilizando-se da "Lei Cadillac" que permitia aos deputados federais que importassem um automóvel de luxo para uso pessoal sem pagamento de impostos. Durante a tramitação do projeto que deu origem a esta lei, o PRP foi um de seus principais opositores, denunciando e combatendo seu caráter imoral.[212] A

---

senhor interventor resultam auspiciosas". Telegrama de Nóbrega para Plínio Salgado, 5.7.1950 (APHRC-Pprp 05.07.50/7). A intervenção foi noticiada sem maior destaque por *Idade Nova*, sem que os motivos fossem apresentados. Intensa atividade da direção nacional do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.7.1950, p.1 e 2.

[209] Cf. Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, 23.6.1950 e 29.6.1950 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 021.005.005). Mesmo com a dissolução, o conflito teve continuidade, pois o Diretório Nacional não referendou, em um primeiro momento o candidato indicado pelo Diretório Estadual (Jorge Lacerda). O Diretório Regional entrou com recurso pedindo reconsideração, e o candidato então indicado (Gentil Barbalho) renunciou em favor de Lacerda, que seria eleito. Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP, 3.8.1950 e 11.8.1950 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 021.001.004).

[210] Dissolvido o Diretório Estadual de Minas Gerais*:* Gravíssima indisciplina levou os órgãos nacionais a tomar a medida extrema. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 14.9.1950, p. 5. Como a nominata do PRP já havia sido homologada, Soraggi, foi autorizado a se registrar candidato pela UDN, tendo obtido apenas 3.845 votos, ficando como 15º suplente daquela bancada. TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1955. Volume 2, p. 142.

[211] Ata do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, 4.12.1958 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004).

[212] Em maio de 1956, *A Marcha* qualificava a aprovação da lei como um "*grande escândalo público, cujos efeitos nas classes populares foram os mais deprimentes*". O comunismo avança tendo o Ministério do

operação efetuada por Loureiro Júnior, além de incorrer em ato até então condenado pelo PRP, teve como agravante o fato de que o automóvel foi imediatamente revendido, com grande lucro, sob o pretexto da necessidade de liquidação de dívidas oriundas da campanha presidencial de Plínio Salgado em 1955. Além de Loureiro Júnior, também os deputados federais do PRP Luis Compagnoni (RS), Nestor Pereira (RS) e Pe. Ponciano dos Santos (ES) efetuaram a mesma operação e a justificaram pela necessidade de liquidar débitos de campanha ou arrecadar fundos para as eleições seguintes. A crise se acirrou no estado de São Paulo em virtude da campanha de denúncia que vereadores do PRP desenvolviam contra parlamentares de outros partidos que utilizaram a lei, antes de saber que também parlamentares do PRP sigilosamente tinham procedido da mesma forma. Após a revelação pela imprensa, Loureiro apresentou sua defesa, em texto publicado em *A Marcha*, confirmando a importação do automóvel:

> Resolvi, em virtude de uma decisão de minha bancada e mediante o conhecimento prévio da autoridade partidária superior competente – importar um automóvel com a finalidade de vendê-lo a fim de usar o total da importância do seu preço para amortizar um débito de origem eleitoral, ainda restante, de cerca de CR$ 1.450.000,00, representado por promissórias de meu aceite, aval de Plínio Salgado e do dr. Damiano Gullo, descontadas em bancos desta Capital. O débito acima citado se refere a despesas eleitorais e de propaganda, feitas no prélio para a Prefeitura desta Capital em 1955.[213]

O Diretório Regional paulista refutou veementemente a tese de que a operação tinha a aprovação prévia dos órgãos partidários. No entanto, o Diretório Nacional, respaldou a versão do parlamentar, acirrando a crise, em resolução aprovada por unanimidade:

Trabalho como órgão de Bulganin no Brasil. *A Marcha*, 4.5.1956, p. 6. Meses depois, a aprovação do projeto, em primeira votação foi considerada *"um golpe mortal na autoridade, na força moral, que deve presidir a conduta do Parlamento"*. Os males do regime vigente mostram que o integralismo é a solução para a problemática brasileira. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.12.1956, p. 1. Assim, o jornal apoiou o veto de Juscelino Kubitschek ao projeto, e recomendou que o povo não votasse nos deputados que o aprovaram: *"O ato do sr. Juscelino Kubitschek foi excelente e não poderia ser outro. Vejamos agora se a Câmara, pela sua maioria, resolve ser mais sensata, mais hábil. Pois se o veto for rejeitado, quem fica bem com a opinião pública será o presidente e a Câmara ficará bem ruinzinha. Mas... eles sabem que não há perigo. Quando as eleições chegarem, esse mesmo povo que agora condena os seus deputados, votará nos mesmíssimos homens. É o caso de dizer-se: cada povo tem os partidos que merece e os deputados que elege..."*. História em quadrinhos dos cadillacs. *A Marcha*, 31.12.1956, p. 3. Logo após a votação do projeto em primeira instância, o Diretório Nacional advertiu o deputado federal Pe. Ponciano dos Santos por ter votado a favor do projeto, qualificado como imoral. Cf. DIRETÓRIO Estadual de São Paulo do Partido de Representação Parlamentar. O Affaire Cadillac no Partido de Representação Popular São Paulo, 1957, p. 1 (CDAIBPRP). Quando o projeto voltou à votação, o Diretório Nacional do PRP aprovou, por 25 votos contra dois, a seguinte determinação: *"Determina à bancada do PRP na Câmara Federal que vote, sem discrepância, a favor do VETO PRESIDENCIAL, contrário à importação de que cogita o projeto aprovado na Câmara"*. O caso chamado "Das Cadillacs". *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.1.1957, p. 3.

[213] LOUREIRO JÚNIOR, José. Aos companheiros do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.10.1957, p. 3.

> O Diretório Nacional do Partido de Representação Popular reunido em sessão extraordinária, lastima que o filiado Hilário Torloni, na qualidade de presidente do Diretório Regional do Estado de São Paulo, ao invés de tomar as necessárias providências – como era do seu estrito dever – para que as questões partidárias fossem tratadas apenas pelos competentes órgãos do Partido, tenha levado como deputado, a debate na Assembléia Legislativa do Estado, a mesma matéria já, indevidamente ventilada na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, pelos vereadores Hamilcar Paranhos, Natal Vertematti, e Conrado Corazza. E, elucidando, em caráter definitivo, o assunto tratado, o Diretório Nacional torna público: 1) que a lei de importação de automóveis para deputados, senadores e magistrados foi aprovada contra o voto da bancada federal do PRP, que se manifestou também favorável ao veto presidencial aposto a esta lei, ao qual deu seu voto; 2) que no Conclave Nacional durante a XIV Convenção Nacional reunida em vitória, no Estado de ES, em julho do corrente ano, após ampla discussão, ficou aprovado que os deputados federais, valendo-se da permissão legal, houvessem importado o automóvel a que tinham direito, para, com a importância da sua venda, pagar déficits financeiros oriundos de campanhas eleitorais e auxiliar o pagamento da propaganda e a manutenção das atividades partidárias; 3) que todas as despesas feitas com as campanhas eleitorais do deputado José Loureiro Junior à Prefeitura da Capital de São Paulo e de Plínio Salgado à Presidência da República foram controladas, registradas e escrituradas por Comissão Especial composta de companheiros da maior idoneidade; 4) que o deputado Loureiro Junior aplicou, realmente, a importância da venda de seu automóvel em pagamento da dívida eleitoral partidária, bastando por certo, a circunstância dos títulos que a representavam haverem recebido o aval de Plínio Salgado, para que nenhum filiado do PRP possa alimentar dúvida quanto à veracidade da afirmação feita sobre o fim a que se destinaram as aludidas operações financeiras.[214]

A polêmica que se seguiu teve grande repercussão pública, com acusações mútuas.[215] O Diretório Regional publicou sua defesa em um folheto que foi enviado aos diretórios do PRP em todo o país.[216] Sustentava que a atitude do deputado Loureiro Júnior era imoral, que o ato do Diretório Nacional era ilegal e antiestatutário, e apresentava sua rebeldia como uma *"dramática declaração de fidelidade aos princípios básicos do movimento, ante o acumpliciamento público de certos dirigentes máximos do partido, a essa escusa fonte de renda"*.[217] Arquimedes Lamoglia, vereador do partido na capital paulista exclamava: *"é uma vergonha, é uma indecência o que fez o meu partido"*. Fittipaldi considerou que *"os métodos usados pela chefia nacional do integralismo são na realidade fascistas. Vou além: indecorosos e imorais"*, e ao mesmo tempo aventava até

---

[214] Ata do Diretório Nacional, 9.10.1957 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.001).
[215] Vai começar a debandada nas hostes integralistas. *Última Hora*, São Paulo, 26.10.1957; Segundo o sr. Plínio Salgado, será mesmo dissolvido o Diretório Regional do PRP. *Folha da Manhã*, São Paulo, 26.10.1957; Crise no PRP. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 26.10.1957; Anuncia o sr. Plínio Salgado: extirparei o foco da rebelião verde. São Paulo, *Última Hora*, 26.10.1957 (APHRC-FPS 055.004.003); Plínio Salgado deixou de ser chefe para atuar como sogro. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30.10.1957; Torloni repele a proposta de Plínio. *A hora*, São Paulo, 31.10.1957; Torloni repele a proposta enviada pelo sr. Plínio Salgado. [recorte], São Paulo, 31.10.1957, p. 3 (APHRC-FPS 055.004.002).
[216] DIRETÓRIO Estadual de São Paulo..., op. cit.
[217] Idem, p. 16.

mesmo a possibilidade de *"fundação de um novo partido baseado no integralismo, mas completamente independente do sr. Plínio Salgado. Esse partido teria como presidente o professor Goffredo da Silva Teles"*.[218]

Salgado era acusado de proteger seu genro. O Diretório Regional de São Paulo acusava Loureiro de praticar fraude e enganar seus credores: *"Esse abastado companheiro deve ao Banco Nacional Imobiliário, criação fatídica do seu irmão Roxo Loureiro, ora em liquidação, nada menos que CR$ 11.832.000,00* [R$ 2.682.828,80]", caracterizando *"um desvio de fundos de um devedor insolvível, para se furtar à execução"*.[219] Este não foi o primeiro escândalo em que se envolveu Loureiro, que teria agredido um jornalista ao ser surpreendido e fotografado em uma boate paulistana. De acordo com o repórter, o deputado *"agarrado a uma bela e elegante girl, sambava e bamboleava escandalosamente"* e, ao ser surpreendido, *"arrebatou à valentona a máquina das mãos do fotógrafo e danificou o sensível aparelho com violentos murros"*.[220]

Desafiado no posto de comando incontestável, Salgado respondia com argumentos de autoridade: *"Quem fundou a doutrina integralista fui eu, disse o chefe integralista com rispidez – e não pode haver maior exegeta que o autor da doutrina que eles dizem adotar"*.[221] Além disso, produziu um dossiê contra Torloni, fichando-o como "comunista". Este dossiê foi apresentado na reunião do Diretório Nacional que indeferiu o recurso do Diretório Regional contra o ato de sua dissolução. De acordo com o "dossiê", Torloni seria responsável por diversos atos de subversão:

> **Atentados à dinamite** contra a presidência de Auro de Moura Andrade (...) Idem na tubulação de águas que vem da Represa Cabuçú (...) Roubo de fichário da sede do PRP (...) **Invasão, depredação e roubo** na sede do PDC (...), Divisionismo dentro do PRP contra as direções de Ruy Arruda, René Penna Chaves, Loureiro Júnior; Antipartidarismo nas campanhas para prefeito (Loureiro Júnior), para presidência da República (Plínio Salgado); Infiltração de comunistas no PRP (...); Simulacro de Convenção (...); Ligações com comunistas (...); Formação de "ala" dentro do PRP (...); Campanha contra o ressurgimento do integralismo.[222]

---

[218] Cf. Plínio Salgado deixou de ser chefe para atuar como sogro. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30.10.1957 (APHRC-FPS 055.004.003).
[219] DIRETÓRIO Estadual de São Paulo, op. cit., p. 5-6.
[220] Parlamentares embriagados investem contra indefesos jornalistas: Como se diverte um deputado populista. *O dia*, São Paulo, s./d (CDAIBPRP). A reportagem traz uma foto do parlamentar dançando com uma jovem mulher.
[221] Segundo o sr. Plínio Salgado, será mesmo dissolvido o Diretório Regional do PRP. *Folha da Manhã*, São Paulo, 26.10.1957(APHRC-FPS 055.004.003).
[222] Dossiê Hilário Torloni (APHRC-FPS 055.004.011). Grifos meus. É importante observar que enquanto Torloni se subordinava ao Diretório Nacional, ele era recorrentemente elogiado e considerado um deputado modelo por *A Marcha*. Em abril de 1956, foi elogiado pela sua fidelidade partidária. O exemplo de um

O "dossiê" justapõe informações de domínio público, como a "formação de ala dentro do PRP", com atos da maior gravidade, como os supostos atentados à dinamite. Também uma carta do ex-presidente do Diretório Regional Ruy Arruda ao Diretório Nacional arrola diversas acusações a Torloni:

> Descaracterização da luta ideológica e criação de um grupo oligárquico, baseado na demagogia e nos métodos escandalosos (...); Seus métodos comunistas, consentindo a formação de grupos de choque e permitindo que estes praticassem tropelias, entre as quais pichamento de casas, depredações em sedes de partidos, **lançamento de bombas** em residências, **tentativa de destruição a dinamite** do conduto de água do Cabuçú (...); fazer seus teleguiados do Diretório Municipal se rebelarem contra o Diretório Nacional e levando o Regional a se rebelar, ostensivamente contra o Órgão Supremo Dirigente.[223]

As graves acusações dirigidas contra Torloni suscitam uma questão importante: tais práticas, que ocorreriam já há anos, eram até então desconhecidas pela direção partidária? Parece pouco provável. Ou a formação de "grupos de choque" e a promoção de atentados eram aceitos pela direção partidária, enquanto Torloni subordinava-se a ela, e só se tornaram um problema quando ele se insurgiu como crítico? Embora algumas acusações fossem claramente forjadas, como a "infiltração de comunistas no PRP", a recorrência de outras, como as acima citadas, sugere a possibilidade de que Torloni realmente estivesse vinculado àquelas práticas, com o consentimento ou tolerância da direção partidária.

A despeito das repercussões negativas, a opção pela dissolução já se anunciava desde que foi aprovada a nota do Diretório Nacional. Dias depois, o DN *dirigiu ao Diretório Regional de São Paulo uma interpelação designando-lhe o prazo de cinco dias para que confirme ou negue a nota publicada pela imprensa paulistana, assim como a nota do Diretório Municipal, sob pena de correr à revelia o processo que deverá ser instaurado de dissolução"*.[224] Esta resolução, aprovada em 15 de outubro, estabelecia

---

deputado digno. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 1 e 12. Meses depois, sua campanha contra o governador Jânio Quadros foi enfaticamente elogiada. Verdadeira consagração a um deputado do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.7.1956, p. 1 e 6.

[223] Correspondência de Ruy Arruda ao Diretório Nacional, s./d (APHRC-FPS 055.004.007). Grifos meus. Ao mesmo tempo, responsabilizava Loureiro Júnior pela ascensão de Torloni: *"O culpado de tudo isso é o deputado Loureiro Júnior que fabricou esse Frankstein, que agora pretende destruí-lo e a todos nós esborrifando com estrume mal-cheiroso"*. Outra correspondência, assinada pelo integralista Nelson Leonis, trazia um longo relato de 16 páginas contra Hilário Torloni e os também dirigentes do PRP Arquimedes Lamogria, Gilberto Rocha, Jéferson Paes e José Batista de Carvalho. Torloni era qualificado como "patife", "covarde", "fingido", "dissimulado", "ignorante", "totalitário", "ordinário", "canalha" e "ladrão", e acusado de coação e extorsão. Torloni teria ainda armado a acusação contra Leonis de ter "deflorado" e engravidado uma menor, visando encobrir a culpa de um seguidor seu, que seria o responsável pelo ato. Correspondência de Nelson Leonis à Comissão Interventora do Partido de Representação Popular, s./d (APHRC-FPS 055.004.006).

[224] O Diretório Nacional do PRP vai dissolver o regional de São Paulo por indisciplina e métodos comunistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.10.1957, p. 3. É interessante observar que o título da matéria já antecipava o

ainda *"o prazo de dez dias, a contar do recebimento da comunicação desta Resolução, para apresentar a defesa e produzir as provas que tiver, no processo de dissolução do mesmo Diretório regional, automaticamente instalado* [sic], *sob pena de confissão e revelia"*. [225] *A Marcha* reuniu declarações de lideranças regionais, solidarizando-se com Loureiro e apoiando a dissolução.[226] Na mesma data, publicou um longo informe oficial do Diretório Nacional:

> O Diretório Nacional do Partido de Representação Popular informa: 1) O objeto de suas recentes deliberações relativas aos Diretórios Regional de São Paulo e Municipal da Capital não é e nunca foi a matéria ventilada pelos vereadores de São Bernardo do Campo e pelo deputado Hilário Torloni na Assembléia Legislativa, isto é, o assunto relativo à importação de um carro pelo deputado Loureiro Junior e a utilização do mesmo para os fins que este alegou; 2) O assunto, embora já tratado e resolvido pelo Conclave do Partido realizado em Vitória, onde esteve presente e silencioso o deputado Torloni, poderia ser novamente levado ao Diretório Nacional pelos trâmites estatutários, havendo plena liberdade de discussão interna no Partido para ulterior deliberação do Diretório Nacional; 3) o de que se trata, pois, é da aplicação das normas estatutárias aos infringentes do Art. 6º inciso VIII, que reza: "Serão advertidos, suspensos ou excluídos do Partido, conforme a gravidade da falta, devidamente apurada e sempre com a garantia de ampla defesa os filiados que comportarem-se de modo inconveniente para os interesses ou bom nome do Partido. (...); 4) O deputado Hilário Torloni e o diretório Regional de São Paulo não compreendendo o gesto de benevolência do Diretório Nacional, quando apenas lamentou o ocorrido, sem aplicar as penalidades a que tinha direito, promoveram uma reunião e dirigiram uma nota gravemente ofensiva à disciplina partidária e às normas de civilidade.; 5) Com estas notas, infringiram os Diretórios Regional de São Paulo e o Diretório Municipal da Capital, os Estatutos do PRP (...). Em face da violação dos Estatutos, reuniu-se o Diretório Nacional e, de conformidade com a letra estatutária, dirigiu uma interpelação ao Diretório Regional de São Paulo para que confirmasse ou negasse a autenticidade das notas publicadas pela imprensa, para o que deu o prazo de 5 dias. E no caso da confirmação ficaria designado o prazo de mais 5 dias para apresentação de defesa escrita ou oral no processo de dissolução do Diretório Regional; 6) Os Diretórios Regional e Municipal, reunidos conjuntamente, confirmaram a autenticidade das notas por eles publicadas, mas (...) reincidem na deslealdade de desviar o verdadeiro motivo dos atos indisciplinares e das providências do Diretório Nacional, procurando intrigar este com o público (...); 7) A campanha movida pela imprensa contra a autoridade e a hierarquia do Partido e evidentemente redigida ou orientada por Hilário Torloni (pois em todos os jornais o texto é quase o mesmo) representa também matéria a ser apreciada pelo Diretório Nacional, como atos sucessivos de insubordinação e ausência de espírito partidário; 8) O Diretório Nacional do PRP agirá com a máxima energia para extirpar, de uma vez por todas, esse pequeno foco de insubordinação [sic] que de há muito tempo vem sendo observado e acompanhado em certo grupo restrito da Capital de São Paulo; 9) O Diretório Nacional do PRP não quis, até agora, entrar em ofensiva, para desmascarar os falsos pregadores de moral, mas, de conformidade com o desenvolvimento deste caso e

---

resultado do processo, antes mesmo que tivesse sido aberto. A matéria também não esclarecia quais seriam os supostos "métodos comunistas" enunciados em seu título.

[225] Ata do Diretório Nacional, 15.10.1957 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.001).

[226] O caso Torloni julgado nos estados. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.10.1957, p. 3.

> aspectos que o mesmo assumir, não hesitará em instaurar novos processos para esclarecer fatos que por ora não quer levar a público.[227]

Em 31 de outubro, em reunião fechada, na qual não foi permitida nem mesmo a presença dos dirigentes regionais que vieram assisti-la, e com a presença de Hilário Torloni, e mais sete dirigentes paulistas, o Diretório Nacional aprovou, por 29 votos e com apenas três abstenções a dissolução do Diretório Estadual paulista, e nomeou comissão interventora.[228] Em resposta, Torloni solicitou ao Diretório Nacional *"que determinasse à comissão interventora que acabara de ser nomeada que instaurasse inquérito sobre seu comportamento como deputado do Partido"*, o que não foi colocado em votação.[229] Torloni chegou a recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral, mas foi derrotado e saiu do partido, tendo ingressado no PSP, pelo qual se reelegeu deputado estadual em 1962.

Em janeiro de 1962, novamente o Diretório Regional de São Paulo foi dissolvido, tendo sido nomeada uma comissão interventora para dirigi-lo até a Convenção Regional.[230] O episódio teve pouca repercussão e não foi possível determinar as razões da intervenção. No mesmo ano, o PRP paulista enfrentou uma nova crise, a qual, além de repetir várias situações da crise de 1957, teve como agravante o fato de que o litígio perdurou por quase dois anos, até meados de 1964. As divergências entre o presidente do Diretório Regional José Cyrillo e Plínio Salgado se agravaram durante a campanha eleitoral de 1962[231], quando, segundo o Diretório Nacional, *"Cyrillo usava todos os programas, não permitindo que ninguém o fizesse"*, além de *"não permitir que fosse projetado, na Televisão Record*

---

[227] Contra a indisciplina e a deslealdade: Informe do DN sobre o caso de São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.10.1957, p. 4.

[228] Ata do Diretório Nacional, 31.10.1957 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.001). Dentre os que se abstiveram estavam Plínio Salgado e Loureiro Júnior. Apenas Cotrim Neto julgou que não havia provas suficientes.

[229] Idem, ibidem.

[230] Ata da Comissão Designada pela Resolução 3/62 do Diretório Nacional, de 20.10.1962 (CDAIBPRP).

[231] A atuação de Cyrillo já era contestada em 1959, quando foi candidato, pelo PRP, à prefeitura de São Paulo. Naquela ocasião, um "veterano militante do partido" (não assinado) enviou longa carta a Genésio Pereira Filho, então presidente do Diretório Regional, com diversas denúncias sobre o passado político de Cyrillo, que já teria sido candidato pelo PSD e depois pelo PTB, tendo chegado a renegar a doutrina integralista. Correspondência ao Presidente do Diretório Regional de São Paulo Genésio Pereira Filho, s./d [1959] (APHRC-FPS 060.001.010). Cyrillo teria ainda contra si vários processos criminais, inclusive um processo de estupro, arquivado em 16.2.1955. Cf. Manuscrito no documento Contestação de José Cyrillo (APHRC-FPS 055.001.006). Mesmo assim, no início de 1964, Salgado pedia-lhe, às vésperas da Convenção Regional paulista,*"de conformidade com os altos interesses do partido e tendo em vista a necessidade de observarmos o ambiente político do Estado, por mais algum tempo, solicito dos senhores convencionais não tratarem de assunto referente à eleição para Governador, aguardando, para isso, outra melhor oportunidade. A Convenção deverá delegar poderes a uma comissão constituída de companheiros de descortino e fidelidade aos interesses do partido, afim de que se incumba dos contatos e entabule conversações sobre o problema da sucessão do Governador, sempre em constante ligação comigo"*. Correspondência de Plínio Salgado a José Cyrillo, 16.3.1962 (APHRC-Pprp 62.03.16/2).

Canal 7 um vídeo-tape de propaganda da candidatura do deputado Plínio Salgado",[232] acirrando-se ainda mais em 11 de outubro, com a demissão coletiva de catorze membros do Diretório Regional, em protesto contra a condução política e administrativa de Cyrillo.[233] O Diretório Nacional determinou abertura de inquérito, em 31 de outubro, amparado em uma declaração assinada pelo vice-presidente e por um vogal do Diretório Regional, que afirmavam divergir *"da orientação política e administrativa do atual presidente daquele órgão, Dr. José Cyrillo"* , o que permitiu enquadrar o DR na situação de "*impossibilidade de resolução da divergência entre membros do Diretório Regional"*, prevista pelo Estatuto partidário.[234] Para o DN, *"o dissídio entre membros do Diretório Regional estava arrastando o partido a uma situação de anarquia"*.[235] Em 14 de dezembro, com a presença de José Cyrillo, o Diretório Nacional procedeu ao julgamento, no qual recusou-se a ouvir as testemunhas arroladas por Cyrillo; tendo sido aprovada a dissolução por 20 votos favoráveis, com dois contrários e uma abstenção; e nomeada uma comissão interventora.[236] No entanto, o Tribunal Regional Eleitoral anulou o ato de dissolução e manteve a vigência do mandato do Diretório Regional. O DN, por sua vez, recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral, desencadeando um longo litígio. Alegava que a decisão do TRE *"aprofundou mais o dissídio: colocou o diretório regional, chefiado pelo seu presidente José Cyrillo, em ostensivo antagonismo, agora irremovível, numa patente incompatibilidade com o órgão superior"*.[237] José Cyrillo, por sua vez, alegava a ilegalidade do processo e a ausência de direito de defesa, e sustentava *"que apenas dois membros do Diretório Regional se colocaram em antagonismo com os demais*

---

[232] Recorrência do Diretório Nacional do PRP pela manutenção da Dissolução do Diretório Regional de São Paulo, s./d (APHRC-FPS 055.001.005). Ainda com relação às eleições, um militante do Partido em Marília informava a Salgado que *"consta não pertencerem ao partido, por ideologia e simpatia, por absoluta convicção, cinco dos senhores deputados estaduais eleitos que apenas se serviram da legenda"*. Correspondência de Gumercindo Muniz Sampaio a Plínio Salgado, 28.12.1962 (APHRC-Pprp 62.12.28/1). O PRP elegeu, naquela eleição, sete deputados estaduais em São Paulo.

[233] Apud Ata do Diretório Nacional, 31.10.1962 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 022.003.003). Em 24.11.1962, TRE aceitou, *"por votação unânime, deferir o cancelamento do registro dos srs. Osvaldo Guimarães, Paulo da Cruz e Dumas Esteves, membros do Diretório Regional do Partido de Representação Popular, e registrar, em substituição, os srs. Nabi Abi Chedid, Sebastião Gosuen e Raul Cortês"*. Os três substituídos encontravam-se entre os demissionários. Cf. Recorrência do Diretório Nacional do PRP pela manutenção da Dissolução do Diretório Regional de São Paulo, s./d (APHRC-FPS 055.001.005).

[234] Ata do Diretório Nacional, 31.10.1962 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 022.003.003).

[235] Recorrência do Diretório Nacional do PRP pela manutenção da Dissolução do Diretório Regional de São Paulo, s./d (APHRC-FPS 055.001.005).

[236] Ata do Diretório Nacional, 14.10.1962 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 022.003.003).

[237] Idem.

companheiros desse órgão da direção partidária, e isso sem que fosse atingida a disciplina e unidade do partido em nosso Estado".[238] Durante todo o ano de 1963, o confronto persistiu. O Diretório Regional contra-atacou, pedindo a impugnação do Diretório Nacional, em virtude do não credenciamento de 11 diretórios municipais na Convenção Nacional do Partido. A defesa do Diretório Nacional alegava que *"esses diretórios municipais jamais existiram"*, pois seria nulo o seu registro, por ter sido encaminhado por um Diretório Regional "sob-júdice".[239] O Diretório Nacional ainda declarou nulo o registro do diretório de Santo André, que havia noticiado ter expulsado o deputado José Silveira Sampaio, o que não seria atribuição prevista aos diretórios municipais.[240] Em maio de 1963, os diretórios municipais de Campinas, Jaú e São Carlos, fiéis ao Diretório Nacional, declarando-se *"a maioria dos registrados no Egrégio Tribunal Eleitoral"*, convocaram uma Convenção Regional Extraordinária para *"tomar conhecimento e deliberar sobre a divergência existente entre os membros do Diretório Regional e o Diretório Nacional"*.[241] Na semana seguinte, quatro deputados estaduais do partido, declarando-se *"os deputados componentes da bancada do Partido de Representação Popular"*, e considerando o Diretório Regional "sob-júdice", anunciam terem deliberado *"desligarem-se de qualquer compromisso do Diretório Regional dissolvido pelo Nacional, orientando-se exclusivamente pelas diretivas do órgão supremo dirigente"*.[242] A Convenção Extraordinária pretendida pelos três diretórios municipais citados não ocorreu, e no mês de junho o grupo de Cyrillo venceu a Convenção Municipal na capital paulista, ampliando seu poder.[243] Ainda assim, Salgado assegurava estar "*tranqüilo quanto à decisão, embora morosa, do Superior Tribunal Eleitoral. E mesmo que ela fosse desfavorável, também estaria tranqüilo. Iria à tribuna da Câmara e*

---

[238] Contestação de José Cyrillo, s./d (APHRC-FPS 055.001.006).
[239] Apenso ao Recurso 2372 no Tribunal Superior Eleitoral, encaminhado por Plínio Salgado, s./d (APHRC-FPS 055.001.003).
[240] Nota Pública: O deputado Silveira Sampaio merece a confiança da Direção Nacional do PRP (APHRC-FPS 055.001.003).
[241] Oficio dos Diretórios Municipais de Campinas, Jaú e São Carlos ao Presidente do Diretório Regional José Cyrillo, 13.5.1963 (APHRC-FPS 055.001.003).
[242] Nota Pública dos deputados (APHRC-FPS 055.001.003).
[243] De acordo com o pretenso interventor, Cyrillo *"gastou uma boa quantia, organizou-se, inscreveu centenas de nomes à última hora, no diretório municipal, e conseguiu ganhar"*, e estaria *"credenciando elementos inteiramente estranhos ao nosso Partido, para organizar diretórios municipais no interior, à inteira revelia de antigos companheiros"*, preparando-se para *"ter diretórios regionais, assim grilados, para a próxima convenção regional, em março do ano que vem, e obterá, por certo, vitória para sua reeleição"*. Desta forma, julgava necessário *"jogar TODO O NOSSO PRESTÍGIO e todo nosso esforço, aí em Brasília, junto ao Superior Tribunal, para vencermos o recurso e derrubarmos, de vez, o DR do Cyrillo"*. Correspondência de Paulo Paulista de Ulhôa Cintra a Plínio Salgado, 22.6.1963 (APHRC-Pprp 63.06.22/2).

denunciaria à Nação a Justiça Eleitoral como instrumento impeditivo do funcionamento dos partidos. Daria um escândalo. Talvez fechasse o PRP e abrisse a Ação Integralista Brasileira, facultando aos filiados desta a se inscreverem em qualquer legenda".[244] No início de 1964, foi Cyrillo que convocou uma Convenção Regional. Desta vez, foram os diretórios fiéis a Salgado que não reconheceram a convocação. Os vereadores do PRP em São Carlos, por exemplo, considerando que *"o Diretório Regional sob-júdice organizou Diretórios Municipais excluindo todos os elementos locais do PRP e constituindo-os de indivíduos que nunca pertenceram à nossa agremiação partidária"*, resolveram *"afirmar seu inteiro repúdio ao pretenso Diretório Regional"*, *"declarar írrita e de nenhum efeito a convocação de Convenção Regional"*, e *"não comparecer a essa Convenção"*.[245] A inversão de posições se explica pelo fato de que diversos novos diretórios municipais tinham sido criados pelo grupo de Cyrillo, deixando os diretórios a ele contrários em franca minoria. Ao mesmo tempo, Ulhoa Cintra, pretenso interventor, fazia publicar uma advertência, ameaçando *"proceder civil e criminalmente contra os membros do DR dissolvido que já receberam, e ainda pretendem receber contribuições, taxas ou quaisquer pagamentos ora exigidos, sob o pretexto de inscrições ou mensalidades, que correm sob a exclusiva responsabilidade do sr. José Cyrillo, à inteira revelia do Diretório Nacional"*.[246] Além disso, anunciava que *"não aprovará a eleição nem a composição do novo diretório regional que se pretende eleger nessa convenção, por ser ato viciado de nulidade plena, para todos os efeitos legais"*, pois *"todos os atos praticados pelo Sr. José Cyrillo, presidente do DR sob júdice são nulos de pleno direito, inclusive nula essa convocação e pretensa convenção"*.[247] Mesmo assim, em 25 e 26 de janeiro de 1964, ocorreu a referida Convenção em um ambiente de grande tensão, no qual se confrontaram três correntes: uma fiel ao Diretório Nacional, outra a Cyrillo, e uma terceira liderada pelo deputado estadual Nabi Abi Chedid. Após *"agressões, correrias, tiros e até tentativa de incêndio"*, *"houve pacificação, com a aliança de duas das correntes em luta e derrota do chefe nacional do*

---

[244] Correspondência de Plínio Salgado a Paulo Paulista de Ulhôa Cintra, 26.8.1963 (APHRC-Pprp 63.08.26/15). Fica nítido que os filiados que eram qualificados como "estranhos ao partido" eram aqueles não identificados com o integralismo e não vinculados à ordem estabelecida pelo Diretório Nacional.
[245] Resolução dos vereadores Romualdo Pozzi e Mario Maffei, 20.1.1964.
[246] Partido de Representação Popular: Notificação. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 16.11.1964 (APHRC-FPS 114.004.REC 1963).
[247] Idem, ibidem.

integralismo".[248] Depois de diversas agressões, Cyrillo retirou sua candidatura e apoiou a candidatura vitoriosa de Nabi, figurando como seu vice-presidente. Para ambos, a "composição política", representaria a "pacificação" do PRP, com o "*afastamento definitivo e irrevogável do sr. José Cyrillo da presidência do Diretório Regional"*, levando à *"presidência do Diretório Regional o deputado Nabi Chedid, restabelecendo-se a convivência política e social"*.[249] O Diretório Nacional, no entanto, rejeitou qualquer aproximação, pediu impugnação da Convenção[250] e promoveu uma inspeção na cidade de Bragança Paulista acerca das atividades do deputado Nabi Abi Chedid, "descobrindo" *"toda a sorte de corrupção que foi e vem sendo praticada pelo aludido deputado, o qual de pobre que era quando candidato, e depois de eleito, em menos de um ano já possui uma fortuna de mais de 200 milhões de cruzeiros"* [R$ 3.533.941,30].[251] O inspetor tomava conhecimento ainda de que *"o prefeito municipal de Atibaia, Dr. Geraldo Cunha Barros, eleito pelo PRP do Nabi* [sic] *está afastado por impeachment da Câmara, por corrupção e desmandos comprovados, a ponto de ser preso pela polícia local"*.[252] Depois do golpe militar, o DN passou a identificar os membros do DR como esquerdistas vinculados ao *"dispositivo Jango Goulart"*.[253] A decisão definitiva do TSE, favorável ao Diretório Nacional, foi tomada apenas em 14 de julho de 1964.[254] Depois de 20 meses de crise institucional e desgaste público, o Diretório Nacional finalmente conseguiu se impor e efetivar a "Comissão Interventora de Reestruturação" (CIR), ancorada no *"Conselho dos Quarenta, com funções – executivas e consultivas, aconselhando, orientando e recomendando normas à CIR"*.[255] Em outubro, *A Marcha* informava que *"o sr. Cyrillo, dadas as gravíssimas irregularidades funcionais, como notário do 24º Tabelionato, se acha preso, recolhido a bordo do Raul Soares, respondendo, com mais sete escreventes de*

---

[248] Tiros e tentativa de incêndio na Convenção Regional do PRP. *Última Hora*, São Paulo, 27.1.1964 (APHRC-FPS 114.4.REC 1964). De acordo com a reportagem, Nabi teria chegado a agredir Cyrillo. O incêndio teria sido provocado pelos "águias brancas", movimento de juventude fiel a Salgado.
[249] Composição Política, s./d (APHRC-FPS 091.002.010).
[250] Plínio Salgado acusado pelo Presidente do PRP regional. *Última hora*, São Paulo, 25.4.1964 (APHRC-FPS 114.5-REC 1964).
[251] Relatório de inspeção em Bragança Paulista, 4.6.1964 (APHRC-FPS 089.015.007).
[252] Idem.
[253] Presidente da Comissão Interventora do Partido afirma: "Novo Diretório do PRP tenta obter o registro por meios indecorosos". *Diário da Noite*, São Paulo, 30.4.1964 (APHRC-FPS 114.5-REC 1964).
[254] Vitória da hierarquia e da disciplina dos partidos na Suprema Corte Eleitoral. *A Marcha*, Rio de Janeiro, p. 6.
[255] Resolução 1/64 da Comissão Interventora de Reestruturação, 28.8.1964 (APHRC-FPS 018.004.001). É interessante observar que anos antes *A Marcha* desqualificava os dirigentes estaduais do PTB, por serem *"interventores com o nome de comissão de reestruturação"*. Loureiro Júnior arrasa o PTB de São Paulo numa entrevista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.5.1954, p. 1 e 11.

seu cartório, a processo de IPM, na Recebedoria de Rendas da Capital paulista".[256] A Comissão Interventora, por sua vez, iniciava suas atividades prometendo "*expurgar uns poucos vendilhões, que haviam feito da nossa sagrada legenda um balcão de traficâncias, - e reavivar o braseiro de nosso patriotismo, a velha flâmula de nossos ideais – contra o comunismo e a corrupção".*[257]

A gravidade e a extensão das crises envolvendo diretórios regionais, em especial o de São Paulo, evidenciam que, se por um lado, Plínio Salgado exigia o estabelecimento de um rígido controle autoritário sobre a estrutura partidária, esta também deu origem a reações, gerou fissuras e provocou diversas defecções. Mesmo assim, ao que parece, Salgado preferia sofrer os desgastes provocados pelas intervenções a aceitar qualquer expressão de contestação ao seu controle sobre a estrutura partidária. As diversas intervenções promovidas provocaram desgastes para o partido, gerando inclusive, no caso paulista, repercussões muito negativas na imprensa. Ainda assim, Salgado empenhou-se pessoalmente na sua imposição, mantendo-se em uma posição de supremacia absoluta e de não aceitação de nenhuma divergência relativa à condução que impunha ao partido. O fato de que precisou promover intervenções abertas para manter sua supremacia, por outro lado, evidencia que a liderança de Salgado sofreu contestação real, tendo a neutralização de seus oponentes tido um alto custo político, mediante sua intervenção ativa e constante, desmentindo a imagem que os integralistas pretendiam difundir de unidade, harmonia e coesão e tornando públicas as divergências internas.

4.2.6 O controle exercido sobre os parlamentares

Outra preocupação constante do Diretório Nacional do PRP era com o controle sobre os parlamentares eleitos pelo partido, o qual se tornava extremamente importante, já que a intervenção institucional estava no centro da estratégia do integralismo no período. Mesmo assim, em diversas ocasiões esta tentativa de controle foi dificultada por opções distintas tomadas pelos deputados do PRP, o que chegou a ocasionar a ruptura de parlamentares, com a conseqüente perda de mandatos para o partido. Em 1948, o partido criou um "Parlamento-Escola", visando preparar seus futuros parlamentares, para que estivessem tecnicamente preparados e agissem com fidelidade aos princípios integralistas. No entanto, a iniciativa foi um grande fracasso: na primeira reunião, durante a votação para

[256] Vitória da hierarquia e da disciplina dos partidos na Suprema Corte Eleitoral. *A Marcha,* Rio de Janeiro, p. 6.
[257] Circular da Comissão Interventora de Reestruturação, 28.8.1964 (APHRC-FPS 021.003.006).

a eleição da Mesa Diretora do Parlamento Escola, houve um forte confronto entre Goffredo da Silva Telles e Raymundo Padilha, que disputavam o cargo de 1º Vice-Presidente (para a Presidência, Salgado fora eleito por unanimidade), e ambos empataram, com 19 votos. Após longo impasse, a reunião foi suspensa e a eleição foi postergada para uma próxima reunião. O impasse é relatado na ata da reunião seguinte do Diretório Nacional:

> Falam, sucessivamente, os srs. Goffredo Teles Jr., Manoel Ferreira, Barbosa Lima, Murilo Fontainha, Correia de Figueiredo, Vicente Meggiolaro e Paulo Lomba Ferraz, todos acordes no julgamento da eleição, que apresentou aspectos francamente contrários à disciplina partidária. A conclusão unânime dos presentes foi no sentido de que o Diretório Nacional, no exercício de suas prerrogativas deve, em todas as eleições no âmbito nacional, apresentar candidatos e por eles trabalhar, para assim melhor assegurar a unidade de orientação partidária e sufocar lutas personalistas, bem como exercer em sua plenitude, os poderes que os Estatutos lhe competem sobre os demais órgãos, corrigindo falhas e omissões que prejudicam o desenvolvimento partidário. Em conseqüência, resolveu o Diretório Nacional adotar como sua a chapa para a Mesa do Parlamento Escola Nacional que reuniu o 1º e o 2º vice-presidentes do Partido e se completa com nomes de real merecimento e serviços ao partido.[258]

Segundo uma carta enviada a Salgado - que estava em Portugal -, relatando o ocorrido, na nova reunião do Parlamento-Escola, convocada para referendar a eleição da chapa de Padilha (como chapa única), 11 membros votaram em branco, e Goffredo *"declarou-se moralmente muito mal"*.[259] Esta segunda reunião não foi sequer registrada no livro de atas do Parlamento-Escola, que foi abandonado.[260] O fato de que este conflito eclodiu durante a ausência de Salgado do país, opondo Padilha e Goffredo - provavelmente as duas principais lideranças nacionais do PRP depois de Salgado - revela a existência de uma forte disputa por poder no âmbito da direção nacional, que se expressou quando a moderação normalmente feita por Salgado não era possível.

Os conflitos entre a cúpula partidária e seus parlamentares emergiram desde muito cedo. Em abril de 1946, ainda no início do seu mandato parlamentar, o primeiro deputado federal do PRP, Goffredo da Silva Telles, era duramente criticado pelo Diretório Regional paulista, por não ter assumido oficialmente a Bancada do PRP e, portanto, ter perdido o direito a integrar a Comissão Constitucional, na qual todos os partidos tiveram

---

[258] Livro de Atas do Parlamento-Escola do PRP, 7.10.1948. (FPS 024.002.002).
[259] Correspondência de João Mallan a Plínio Salgado, 12.10.1948 (APHRC-Pprp 12.10.48).
[260] Catorze anos depois, o Parlamento-Escola foi recriado, em âmbito estadual, em São Paulo. De acordo com *A Marcha: "O Diretório Regional do PRP de São Paulo criou o Parlamento-Escola, de freqüência obrigatória para todos os candidatos do partido aos legislativos, e facultativa para os companheiros e pessoas em geral, compreendendo dois ciclos de conferências, aulas regulares, mesas redondas, debates, excursões culturais e publicações"*. Aula inaugural do Parlamento Escola de São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.6.1961, p. 1 e 2. No entanto, não encontramos registros de novas reuniões ou atividades deste novo Parlamento-Escola, evidenciando que a iniciativa mais uma vez não produziu os resultados esperados.

representantes. A resposta de Goffredo, alegando que tinha obrigação de manter-se formalmente vinculado ao PSD, por ter sido eleito na legenda daquele partido, em acordo partidário, foi aceita pelo Diretório Nacional.[261] Em 1948, Goffredo foi um dos autores de um projeto de aumento dos subsídios parlamentares, e, desta vez, foi advertido pelo Diretório Nacional, sendo obrigado a retirar seu nome e votar contra o projeto, ainda que tenha feito declaração de voto esclarecendo que é favorável ao projeto, e apenas votaria contra em vista da fidelidade partidária.[262] No mesmo ano, o deputado estadual maranhense Joel Barbosa retirou-se do partido, não aceitando abrir mão do mandato, descumprindo compromisso anteriormente assumido:

> Chefe! Chegou a hora de enveredarmos por caminhos diferentes. Chegou o momento de me afastar dos quadros desta agremiação política, sob sua sensata e equilibrada orientação. A atitude que terei de tomar nesses breves dias, impõe-me, por um dever de coerência, agir desta maneira. Tenho pesar de não mais poder continuar a emprestar meus esforços à causa populista. (...) Não quero, entretanto, ao me afastar, irrevogavelmente, da vida eclesiástica, deixá-los em dificuldades. Portanto, o PRP, pelo seu programa essencialmente cristão, não deixará de ter apoio da maioria do clero e de milhares de católicos, aos quais certamente repugnará minha permanência nos quadros do partido. (...) Sou e serei integralista, muito embora venha, porventura, no futuro, militar dentro de outra facção política. Minhas declarações dentro da Câmara Legislativa, na defesa dos princípios integralistas, não sofrerão solução de continuidade. Serei forçado a permanecer na Assembléia Estadual Maranhense até o fim do meu mandato, em virtude de ainda necessitar de trabalhar pelo meu município, cujo eleitorado, em votação maciça, sufragou meu nome, nas eleições de 1947. Vai fazer um ano que fui suspenso das ordens sacras. E não foi possível encontrar solução para esse meu caso, a não ser o que agora acabo de decidir – o afastamento das fileiras sagradas. Rogo ao querido Chefe e companheiro inolvidável não risque o meu nome do número de seus amigos.[263]

Ainda em 1948, o Diretório Estadual expulsou o deputado estadual capixaba Josaphat dos Santos Gomes, alegando *"a incorreção do procedimento deste ex-representante do partido, quer do ponto de vista moral, como do plano político-parlamentar"*.[264]

No mesmo período, ocorreram outros conflitos envolvendo a atividade dos parlamentares do Partido. O Diretório Regional do Rio Grande do Sul deliberou que o mandato parlamentar "pertence ao partido", e que, portanto, o partido poderia dele dispor

---

[261] Ata do Diretório Nacional, 11.4.1946 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[262] Ata do Diretório Nacional, 23.11.1948 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[263] Correspondência de Joel Barbosa a Plínio Salgado (APHRC-Pprp 10.01.48/3). Não há maiores informações acerca dos motivos que levaram à exclusão de Barbosa da Igreja Católica.
[264] Ata do Diretório Nacional, 3.11.1948 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005). Não encontramos o processo contra o parlamentar, motivo pelo qual não é possível precisar as acusações que lhe eram dirigidas e sua resposta.

livremente. Com isso, pretendia colocar em prática um plano de rodízio entre seus deputados estaduais e os suplentes. A resolução, que contrariou o interesse dos deputados do partido, foi anulada, por unanimidade pelo Diretório Nacional, que afirmou *"a plena liberdade do representante do partido deliberar sem qualquer constrangimento, permanecer ou não no posto eletivo para o qual foi eleito"*.[265] Em 1950, também no Rio Grande do Sul, o Diretório Regional acusou o deputado estadual Wolfram Metzler de indisciplina, em virtude do estabelecimento de um acordo parlamentar com o PTB, sem consulta aos órgãos dirigentes. A acusação deu origem a um volumoso processo, mas Metzler acabou sendo absolvido e o partido decidiu honrar o acordo por ele estabelecido.[266] Outro deputado gaúcho a enfrentar problemas com as instâncias diretivas foi Helmuth Closs, acusado de "vida irregular" em processo movido pelo Diretório Regional. Closs era acusado de envolver o nome do partido em dívidas particulares, e também de alcoolismo. O DR resolveu *"advertir, severamente, o companheiro deputado Helmuth Closs relativamente aos atos que lhe são imputados"*, e *"reabrir a questão, no máximo até 60 dias, a fim de considerar os esforços que o referido companheiro tenha intentado para normalizar sua situação, agora e aqui considerada irregular"*.[267] A suposta regularização de suas dívidas não impediu que voltasse a ter problemas com o partido. Em 1953, em uma longa carta de 13 páginas enviada a Salgado, Closs reconstituiu seu passado integralista e sua trajetória no partido, fez diversas críticas e acusações aos dirigentes regionais, e comunicou sua decisão de desligar-se do PRP. De acordo com ele, sua permanência no partido seria *"contraproducente, pela série de incompatibilidades que se geraram entre mim e alguns de seus mais proeminentes líderes locais"*.[268] No entanto ressaltava, assim como Joel Barbosa, que *"não é apenas no PRP que se pode defender o integralismo, de sorte que, mesmo integrando outro partido, onde me recebam de braços abertos e não seja diuturnamente hostilizado, poderei continuar cultivando meu ideal. Mesmo porque o PRP, do integralismo, tem apenas a mania de dizer que é seu herdeiro"*.[269] Closs se desfiliou do PRP, e permaneceu sem partido até o término de seu

---

[265] Ata do Diretório Nacional, 3.6.1948 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[266] Processo de indisciplina contra Wolfram Metzler, movido pelo Diretório Estadual, 1950 (CDAIBPRP). No processo, o presidente do Diretório Regional, Oscar Machado, afirmou que *"o procedimento político do ilustre companheiro Wolfram Metzler constitui gravíssimo ato de indisciplina, sem precedentes no Partido de Representação Popular"*.
[267] Processo de indisciplina contra Helmuth Closs, movido pelo Diretório Estadual, 1949 (CDAIBPRP).
[268] Correspondência de Helmuth Closs a Plínio Salgado, 31.5.1954 (APHRC-Pprp 31.5.53).
[269] Idem, ibidem.

mandato. Em Santa Catarina, o deputado estadual Cássio Medeiros abandonou o partido, em junho de 1954, após uma sucessão de correspondências enviadas a Salgado, e depois de uma longa polêmica com o Diretório Regional, por não concordar com o apoio e participação no governo de Irineu Bornhausen (UDN).[270]

Em 1955, o partido enfrentou uma de suas maiores crises envolvendo a disciplina parlamentar, com vários deputados federais eleitos pelo PRP tendo se recusado a integrar oficialmente a bancada partidária, o que tinha sido determinado pelo DN. A eleição de nove deputados, em 1954, tornava possível a constituição de uma bancada própria, com razoável influência e poder de barganha.[271] No entanto, apenas quatro deputados assinaram de imediato a declaração enviada à mesa da Câmara Federal, integrando a Bancada do PRP. Raymundo Padilha, Eurípedes Cardoso de Menezes e Marcos dos Santos Parente recusaram-se a assiná-la, enquanto os deputados Jorge Lacerda e Carlos Faria Albuquerque solicitaram um prazo maior para definição.[272] Após diversas reuniões, o impasse persistiu, o que levou à desfiliação dos deputados Eurípedes Cardoso de Menezes (DF), Raymundo Padilha (RJ), Carlos Faria Albuquerque (BA) e Marcos dos Santos Parente (PI). Padilha e Albuquerque criticavam duramente a candidatura presidencial de Salgado e a linha de "independência partidária". Padilha ingressou na UDN e participou ativamente da campanha presidencial do General Juarez Távora; e Albuquerque filiou-se ao PR, e transferiu-se à UDN, por discordar do apoio do PR ao contra-golpe do General Lott, em 1955. Ambos tiveram papel ativo no Clube da Lanterna, presidido pelo também ex-integralista Amaral Neto, o que era violentamente criticado pelos integralistas. Para Gumercindo Rocha Dórea, *"os historiadores de amanhã, quando quiserem saber para onde foram os traidores do ideal exarado no Manifesto de Outubro de 1932, ou os que se acovardaram perante as tremendas intempéries que todo Ideal verdadeiro encontra no meio de suas odisséias, irão encontrá-los na entidade que surgiu com o nome de Clube da Lanterna*.[273] Em 1956, Padilha trocou várias acusações com Loureiro Júnior, na Câmara

---

[270] Correspondências de Cássio Medeiros a Plínio Salgado, 11.9.1953, 25.11.1953, 9.3.1954, 29.4.1954 e 1º.5.1954 (APHRC-Pprp 11.09.1953; Pprp 25.11.53, Pprp 09.03.54, Pprp 29.4.54/1, Pprp 01.05.54/1).

[271] A formalização de uma bancada própria viabilizaria o acesso à participação em comissões parlamentares, e facilitaria o ingresso coletivo em um dos grandes blocos parlamentares.

[272] Ata do Diretório Nacional, 28.1.1955 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 022.004.004); e Bancada do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.2.1955, p. 1.

[273] DÓREA, Gumercindo Rocha. O Clube da Lanterna, um capítulo espúrio na história do movimento integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.6.1956, p. 3. A crítica repete-se nas matérias Dois ingênuos no Clube da Lanterna. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.6.1956, p. 1 e A dança dos tangarás. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.11.1955, p. 2.

dos Deputados, e foi acusado de *"haver furtado uma cadeira do PRP para dá-la à UDN"*. Segundo *A Marcha*, Padilha *"Renegou a bancada do PRP, traiu seus companheiros, mas não largou a cadeira que os companheiros lhe deram"*.[274]

Sob o impacto da perda de deputados eleitos pelo partido, em 1955, a Convenção Nacional do PRP no ano seguinte incluiu nos Estatutos *"um dispositivo mediante o qual serão excluídos do PRP os representantes nos legislativos estaduais e federal e os vereadores às câmaras municipais que se negarem a formar nas bancadas da agremiação"*.[275] Ainda assim, em 1959, na posse da nova legislatura parlamentar, o PRP flexibilizou suas exigências e aceitou que parlamentares assumissem como membros de outros partidos, e apenas posteriormente formalizassem seu pertencimento à bancada do PRP. Foi o caso de Abel Rafael, que *"não apresentou imediatamente o requerimento à Mesa da Câmara, pedindo sua desligação do PR e filiação ao PRP (como era seu desejo) a fim de não prejudicar o quociente do PR para a integração das comissões"* e do senador Guido Mondin, que, *"como único representante do PRP não teria direito a participar de uma das comissões no Senado, tendo por isso integrado o bloco do PTB, sem que isso implicasse no abandono do seu partido, que é o Partido de Representação Popular"*.[276] A mesma flexibilização tornou possível aos deputados federais Oswaldo Zanello e Abel Rafael declarar publicamente apoio a Jânio Quadros, em 1960, contra a orientação do PRP, que recomendava o apoio ao General Lott, uma atitude até então tido como inaceitável.[277]

Na década de 1960, os principais problemas enfrentados na relação com os parlamentares concentraram-se no estado de São Paulo, o que certamente está relacionado aos conflitos vividos pelo partido naquele estado. Em 1960, o partido encaminhou à Assembléia Legislativa pedido de cassação do mandato do deputado Archimedes Lamoglia, que abandonou o partido,[278] e cobrou, em juízo, as contribuições partidárias que não foram pagas pelo referido deputado.[279] O Diretório informou ainda que em breve entraria com *"iguais processos* ***contra os quatro restantes deputados da bancada****, os*

---

[274] Loureiro Júnior desmente Padilha. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1956, p. 1, 6, 7, 8 e 11.
[275] SALGADO, Plínio. Ergueu-se uma nova força! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1946, p. 3 e 8.
[276] Câmara e Senado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1959, p. 3.
[277] É provável que esta tolerância tenha relação com as dificuldades que o partido teve para manter a unidade na escolha de seu candidato presidencial, como se discutirá no capítulo 7 (seção 7.3).
[278] Casacão do mandato do deputado que abandonou o partido. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.7.1960, p. 1. O pedido baseava-se no fato de que o deputado não atingiu o quociente eleitoral. Lamoglia ingressou no PDC e recusou-se a renunciar ao mandato, mesmo tendo feito declaração escrita de que o faria caso saísse do partido.
[279] Cobradas em juízo as mensalidades do deputado Archimedes Lamoglia. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.7.1960, p. 6.

quais se encontram em grande atraso com suas mensalidades". A exclusão de dois deputados do Diretório Estadual (Carlos Kerlakian e Jairo Azevedo), *"por excesso de faltas justificadas*", denuncia o ambiente conflitivo vivido pelo partido em São Paulo.[280] Em 1961, o DR deu entrada em uma ação ordinária de cobrança contra o deputado Jairo Azevedo, para pagamento de CR$ 90.000,00 [R$ 8.770,04] de contribuições atrasadas; e anunciava que em breve entraria com processos iguais contra os deputados Wilson Lapa, Lavínio Luchese e Carlos Kerlakian.[281] Em nenhum destes processos o PRP foi vitorioso, mas ainda assim as representações judiciais explicitaram os conflitos e colocaram em evidência, negativamente, os nomes dos deputados em questão.

As defecções em suas bancadas parlamentares atingiram o PRP em todos os períodos legislativos. As situações de infidelidade partidária foram tratadas de maneira diversa pelo Diretório Nacional do PRP, podendo-se apontar algumas situações nas quais a direção integralista preferiu conciliar com os parlamentares insubordinados, como ocorreu no caso da infidelidade eleitoral dos deputados Oswaldo Zanello e Abel Rafael, bem como na demora de alguns parlamentares para assumirem a bancada do PRP. Em outras situações, a direção perrepista atacou violentamente os dissidentes, consolidando a ruptura e abrindo campanha pública qualificando-os como traidores, o que ocorreu especialmente na crise ocorrida em 1955. Tal situação parece-nos estar ligada à postura de contestação aberta à liderança de Salgado neste último episódio, inclusive com a oposição do grupo parlamentar a sua candidatura presidencial.

Outro aspecto que se destaca nos casos de afastamento de parlamentares do PRP é o fato de que alguns deles, como Joel Barbosa e Helmuth Closs afastaram-se do partido reafirmando sua fidelidade à doutrina integralista, enquanto na maior parte dos casos, os dissidentes deixaram de se reivindicar integralistas e construíram trajetória política em outros partidos desvinculando-se de seu passado integralista.

---------- x ---------- x ----------

As diversas formas através das quais a hierarquia partidária foi imposta evidenciam o exercício de um controle absoluto de Salgado sobre a estrutura partidária, mesclando diversas modalidades de imposição, como o estímulo ao culto personalista do líder, o

[280] Exclusão de deputados do Diretório Regional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.7.1960, p. 4.
[281] Ação de cobrança contra o deputado Jairo Azevedo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 2.

estabelecimento de uma relação entre Salgado e os militantes integralistas marcado por uma atitude de paternalismo autoritário, a intervenção da direção nacional nos conflitos regionais reforçando a posição dos setores mais subordinados às suas diretrizes e o exercício aberto de seu poder discricionário.

A constituição de um partido completamente centralizado, sob o comando de Salgado, demonstra a posição da direção partidária por resolver as situações de contestação sem nenhuma conciliação, reforçando o controle autoritário e exercendo plenamente os poderes discricionários que o estatuto partidário permitia ao Diretório Nacional, o que se deu através de inúmeros processos de expulsão, intervenções em diretórios regionais e interferências nos conflitos internos nos diversos estados. O PRP constituiu-se, desta forma, claramente como partido centralizado, autoritário, cuja obediência às diretrizes da direção nacional era permanentemente exigida, o que lhe permitiria agir em bloco, inclusive assimilando rapidamente as diversas mudanças táticas decididas pela sua direção, ainda que muitas vezes estas surpreendessem sua militância, como discutiremos nos próximos capítulos. Assim, o partido que se apresentaria como guardião da ordem estabelecida efetivava, em primeiro lugar, a imposição da ordem, da hierarquia e da disciplina internas, de forma a intervir de maneira unificada e centralizada.

---------- x ---------- x ----------

Neste ponto da investigação, já é possível apontar o Partido de Representação Popular como uma organização explicitamente referenciada no movimento integralista, constituída fundamentalmente pela pequena burguesia, com uma estruturação de âmbito nacional e sob uma perspectiva altamente centralizadora. Era um partido com preocupação permanente na mobilização integral dos militantes que arregimentava. Tendo presente a caracterização do integralismo como movimento fascista, discutida no capítulo 2, e levando-se em conta as limitações do processo de democratização concretizado em 1945, as contradições dos principais agentes sociais ditos democráticos, e a presença constante da luta de classes, de forma explícita ou subterrânea, marcando todo o período dito democrático entre 1945 e 1964 (conforme apontado no 1º capítulo), passaremos nos próximos capítulos a investigar a intervenção do PRP no processo político do período, sua relação com os demais agentes sociais, sua intervenção concreta e sua efetiva "contribuição" para a dinâmica restrita e excludente do processo político brasileiro então em curso, e para o desencadeamento do golpe militar de 1964.

Capítulo 5 – 1945-1952: Afirmação institucional e aliança com o pólo conservador

O objetivo deste capítulo é analisar a inserção do Partido de Representação Popular no processo político brasileiro, desde sua formação, em 1945, até as vésperas do surgimento do movimento de "independência partidária", em meados de 1952. Nossa hipótese é que este período teve como característica fundamental o estabelecimento de vínculos entre o movimento integralista e alguns dos principais agentes políticos, em particular aqueles que expressavam posições mais conservadoras. Um aspecto fundamental deste processo foi a tentativa dos dirigentes integralistas de convencer os militantes do próprio movimento a aceitar o estabelecimento de alianças com setores que nos anos 30 eram denunciados como oligárquicos, liberais ou esquerdistas, utilizando para isto diversos argumentos.

Estas alianças foram estabelecidas em centenas de ocasiões, em âmbito federal, estadual e municipal, visando diversos objetivos, a começar pelo reconhecimento do "caráter democrático" do integralismo e do PRP por parte dos demais agentes políticos e pela obtenção de cargos governamentais. A análise deste processo levará em conta três momentos distintos. Nos primeiros anos, há uma aliança prioritária com o PSD, com o apoio à candidatura e ao governo do General Dutra e a diversas candidaturas daquele partido nas eleições estaduais e municipais de 1947. Já nas eleições de 1947, foram concretizadas algumas coligações com a UDN, chegando-se, em 1950, ao apoio à candidatura presidencial de Eduardo Gomes e um acordo nacional entre o PRP e a UDN. Finalmente, após a eleição de Vargas, inicia-se um processo de aproximação com o PTB, a partir da defesa de sua posse por Salgado. Em todos estes momentos, a intervenção integralista teve como elemento central o pragmatismo, através do qual a direção integralista negociava o apoio eleitoral visando a obtenção de vantagens, em especial a conquista de posições governamentais.

5.1 A justificação das alianças

Desde o início do processo de formação do Partido de Representação Popular, sua direção enfrentou grandes dificuldades para convencer a militância integralista a ingressar em uma organização partidária. Ainda que nos anos 30 a Ação Integralista Brasileira tenha chegado a se registrar como partido político, a nova perspectiva assumida pelo integralismo era claramente distinta. Naquele primeiro momento, o registro como partido político tinha um caráter meramente instrumental, com o único objetivo de possibilitar a

participação dos integralistas nas eleições, não alterando de maneira profunda sua ideologia e sua estratégia, pois seguia apontando os partidos políticos, em seu conjunto, como essencialmente maus, inevitavelmente fragmentadores e parciais, ao mesmo tempo em que se organizava visando a tomada do poder e construção de um estado fascista. Assim, é compreensível que um dos aspectos que surtiram maior impacto sobre a militância, junto com a adoção da forma partidária, tenha sido o recorrente estabelecimento de alianças e coligações com os demais partidos políticos, algo que era veementemente rejeitado pela AIB. A mudança de perspectiva, no caso, foi ao mesmo tempo concreta e simbólica. Por um lado, os integralistas efetivamente alteraram sua estratégia, abandonando a perspectiva de imediata construção de uma ordem radicalmente nova (tomada do poder nos moldes fascistas e instauração do "Estado Integral"), e aceitaram, ao menos provisória e formalmente, os limites impostos pelo regime democrático-liberal, nos termos em que fora instaurado em 1945. Por outro lado, em termos simbólicos, a efetivação das alianças representava a perda da "pureza doutrinária", explicitando os laços estabelecidos entre os integralistas e os defensores do status quo, incluindo-se grupos que até então eram considerados "oligárquicos", "burgueses" e até "esquerdistas", ao mesmo tempo em que viabilizava a permanência dos integralistas no cenário político nacional. É importante ter em vista que a despeito do caráter conservador da "revolução" propugnada pelo integralismo nos anos 30, dentro dos marcos da dominação burguesa, esta era percebida por grande parte da militância integralista como uma efetiva ruptura revolucionária. Desta forma, era necessário um grande esforço retórico e propagandístico para justificar a concretização destas alianças e convencer a militância de que elas eram benéficas e não comprometiam a "pureza doutrinária" do integralismo.

No ano de 1945, quando a militância absorvia o impacto da reformulação doutrinária e da construção do instrumento partidário do integralismo, a questão das alianças ainda não se colocava de forma plena, pois naquele ano não ocorreram eleições estaduais, mas apenas a eleição presidencial e dos deputados e senadores constituintes. Nestas últimas, o estabelecimento de alianças não era permitido pela legislação eleitoral provisória, e o PRP apresentou chapa própria na maioria dos estados em que concorreu, e em outros, como São Paulo, apresentou candidato pela chapa do PSD. Nas eleições presidenciais, parecia evidente aos integralistas a impossibilidade de apresentação de candidatura própria, mais ainda em virtude da permanência de Salgado em Portugal, o que tornava o apoio a uma das candidaturas apresentadas uma opção quase inevitável. Em

1947, no entanto, com a realização de eleições estaduais (em janeiro) e municipais (em diferentes datas, nos diversos estados), o partido participou de dezenas de alianças e realizou diversos acordos interpartidários. Passadas aquelas eleições, Salgado apresentava aquele que se tornaria o mais recorrente argumento de justificação das alianças: o reconhecimento pelos demais agentes políticos do alegado "caráter democrático" do integralismo. De acordo com ele, durante a campanha eleitoral, todos os "partidos democráticos" teriam participado das reuniões do PRP, mesmo quando não estivessem coligados, o que seria "*prenúncio de uma feliz possibilidade de união em dias não muito distantes, de todas as correntes democráticas dispostas a sustentar contra o totalitarismo soviético o princípio de independência nacional e tradicionalidade de nossos costumes cristãos*".[1] Este argumento reunia, assim, a referência à legitimação obtida pela participação dos "partidos democráticos" nas reuniões do PRP com a utilização do anticomunismo, para justificar a realização de alianças. O secretário geral do PRP, Hermes Barcellos, reconhecia que "*as coligações que fez o PRP nos pleitos estaduais e municipais*" se constituíam em "*um aspecto eleitoral que tem recebido veementes críticas e apressadas condenações*", mas defendia que todas tinham sido efetivadas de acordo com os princípios integralistas: "*Por elas me bati, no Diretório Nacional, desde que se mostrassem convenientes aos nossos interesses e não importassem, de qualquer forma, em transigência dos nossos princípios. Não tenho conhecimento, até agora, de qualquer coligação em que essas normas não houvessem sido observadas*".[2] A forma como Salgado valorizava a aceitação do integralismo pelos demais partidos atesta uma evidente subordinação:

> **Não houve um só dos partidos brasileiros**, à exceção do comunista, e do trotskista também chamado de socialista (ambos de fundo marxista), **não houve um só partido** que não tivesse feito alguma aliança com o PRP. Essas alianças demonstram que, no fundo de suas consciências, **os partidos como o PSD, a UDN, o PTB, o PTN, o PR, o PSP, o PDC, consideram o PRP um partido de verdadeiros democratas**, de patriotas, com livre trânsito numa República onde só não se devem garantir os direitos dos totalitários, dos estatistas do tipo da Internacional Comunista ou do tipo nazista, este último com o padrão tão conhecido da pseudodemocracia russa, continuadora da obra hitlerista e do imperialismo da pior espécie.[3]

---

[1] Não só o Brasil, mas todas as outras nações do Novo Mundo estão ameaçadas pelo totalitarismo soviético. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 5 (CDAIBPRP).
[2] Enquete entre os líderes populistas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 19.2.1948, p. 5 (CDAIBPRP).
[3] SALGADO, Plínio. Comentários da Semana. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 5.8.1948, p. 1 e 6 (CDAIBPRP). Grifos meus.

Mesmo disfarçado sob um discurso agressivamente anticomunista, percebe-se nesta declaração a aceitação de um papel subordinado, de força auxiliar na manutenção da ordem vigente, atribuindo aos partidos dominantes a legitimidade para definir quem era ou não "verdadeiro democrata e patriota", o que reforça nossa hipótese de que a heteronomia que caracteriza a atuação política da pequena burguesia marcava a atuação dos integralistas no contexto do pós-guerra. Isto não implica em que esta atuação tenha sido desprezível ou irrelevante, mas demarca os seus limites e fornece indicativos para a avaliação do papel desempenhado pelo PRP no apoio à dominação burguesa.

Aproximando-se a data das eleições estaduais de 1950, o presidente do Diretório Estadual do Rio Grande do Sul apelava para a hierarquia, preparando a militância para novamente aceitar alianças eleitorais: "*O problema sucessório está diante de nós. Estejam os companheiros confiantes na Direção do Partido. Preparem-se, pois, para, em tempo, receber instruções, que podem ser mesmo, para muitos, as mais surpreendentes*".[4] Passadas as eleições de 1950, na qual Salgado candidatou-se a senador pelo Rio Grande do Sul, apoiado pela UDN e pelo PSD (em troca, respectivamente, do apoio a Eduardo Gomes para a presidência, e a Cylon Rosa, para governador), sua avaliação levava ao extremo a subordinação aos partidos majoritários:

> Superar preconceitos é a razão pela qual o Presidente do PRP preferiu comparecer a um pleito, na certeza antecipada de não lograr eleger-se, mas com a vantagem de ser proclamado, recomendado e votado por outras correntes partidárias que não a sua. Daí a resolução acertadíssima da sua indicação para o Senado, com o apoio público do PSD e da UDN. (...). Eu não pretendia ser eleito, mas apenas proclamado candidato do PSD e da UDN.[5]

Assim, se justificaria a exposição pública do nome do "Chefe Nacional" em uma eleição perdida apenas para obter o reconhecimento de dois partidos políticos, aliás, os dois mais representativos da ordem dominante burguesa, e, além disso, expressões diretas de dois dos principais alvos da crítica integralista dos anos 30 – as oligarquias e o liberalismo. A mesma justificativa permanece presente na memória de ex-militantes integralistas. Segundo o engenheiro Mario Maestri – dirigente do PRP e Secretário de

---

[4] MACHADO, Oscar. Apresentação. *Monitor Populista*. Órgão Interno do Diretório Estadual do Partido de Representação Popular do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, jun. 1949, n. 1, p. 1 (CDAIBPRP). Ressalte-se, ademais, que fica evidente neste comunicado, que caberia à militância apenas "receber instruções", sem participação efetiva nas definições que, inclusive, a surpreenderiam.

[5] SALGADO, Plínio. Campanha eleitoral no Rio Grande. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 14.11.1950, p. 1 (CDAIBPRP). Evidentemente esta motivação "secreta" não havia sido revelada aos eleitores nem aos demais partidos. Pelo contrário, a campanha eleitoral foi bastante disputada e é provável que Salgado tenha acreditado em suas possibilidades de vitória.

Obras Públicas no governo de Leonel Brizola -, o principal objetivo da realização das alianças era obter o aval dos demais partidos, visando romper o isolamento: "*Depois da guerra é o seguinte: Integralismo é nazismo. O nazismo matou os judeus. Pronto, acabou-se. Tu vê, por que nós fizemos essas alianças que nós fizemos, com o PSD, com o PTB? Foi uma maneira de nós podermos vencer as barreiras políticas*".[6] Umberto Pergher, outro ex-dirigente do PRP no Rio Grande do Sul, justifica as coligações de maneira semelhante:

> Nós já nos havíamos anteriormente coligado com o PSD e a UDN, em parte para tentar neutralizar a hostilidade que eles tinham contra o PRP e das ligações que eles faziam entre o PRP e a Ação Integralista Brasileira. Faltava agora nós coligarmos com a outra área, o outro partido, que era adversário do PSD e da UDN, que era o PTB, para também neutralizar neles as restrições que eles tinham ao PRP pelo fato de ser descendente dos antigos integralistas. E achamos que esse argumento seria válido.[7]

Na década de 1950, a despeito das oscilações da linha política do partido, esta justificativa era reafirmada. Em 1953, Salgado afirmava que "*as alianças partidárias dos integralistas com a UDN, o PSD, o PTB, o PSP e outras correntes em pleitos municipais, estaduais e federais, consagraram a* ***democraticidade do integralismo***",[8] reafirmando mais uma vez no final de 1954, quando o PRP adotava uma linha de "independência partidária":

> Aproveitando-se das faculdades que a lei concede aos partidos de realizar alianças e coligações com outros, o PRP exerceu grande ação de convivência com os responsáveis e adeptos das diferentes legendas partidárias, ficando provado, praticamente, que os demais partidos consideravam-no uma agremiação perfeitamente democrática. **Pelo sistema de alianças e coligações, o PRP envolveu e comprometeu partidos conservadores, do tipo do PSD e do PR; partidos liberais, do tipo da UDN; partidos reformistas do tipo do PTB; partidos populistas do tipo do PSP**. Nenhum destes partidos pode hoje dizer que o PRP é um partido totalitário, nazi-fascista, extremista, como dizia a ditadura e dizem os comunistas.[9]

A obtenção deste reconhecimento por parte dos demais partidos era tão valorizada pela direção perrepista, que para a concretização de alianças, os candidatos a serem apoiados pelo PRP tinham que afirmar por escrito que o PRP era um partido democrático. Estas cartas eram constantemente lembradas por Salgado:

> Não houve uma só eleição para Presidente da República, para Governadores de Estados ou para Senadores, em que não tendo o PRP candidato próprio, não fizesse preceder o seu apoio a qualquer candidato estranho a sua grei uma carta solicitando uma definição doutrinária. Em nossos arquivos, guardamos as respostas de ilustres brasileiros, as quais

---

[6] Depoimento de Mario José Maestri. In: CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. *Velhos integralistas:* a memória de militantes do Sigma. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 79-171, p. 130.
[7] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 32
[8] SALGADO, Plínio. 7 de outubro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.10.1953, p. 3 (grifo meu).
[9] SALGADO, Plínio. O magistério político dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.12.1954, p. 3 e 10.

> foram atentamente examinadas pelo nosso Diretório Nacional, antes de decidir apoiar este ou aquele nome.[10]

De fato, encontramos nos arquivos de Salgado tais correspondências, nas quais, em diversos casos, candidatos a postos eletivos em eleições majoritárias, pertencentes aos diversos agrupamentos políticos ("autoritários", "liberais", "trabalhistas") afirmavam explicitamente que a doutrina seguida pelo PRP era democrática.[11] Em 1958, mais uma vez, Salgado reafirmava que "*agora ninguém mais pode acusar o integralismo de totalitarismo*", e passava a vincular, sem maiores explicações, o crescimento parlamentar do PRP com a implantação do Estado Integral: "*As alianças e acordos que o partido ainda continua fazendo representam, nesta segunda fase, a ação política que visa o engrandecimento de suas fileiras, com uma grande bancada no Congresso Nacional, bancada esta que, quanto maior, mais facilmente propiciará a consecução do objetivo do PRP – a implantação do Estado Integralista*".[12]

Certamente estas justificativas não convenceram plenamente a totalidade da militância integralista, o que se evidencia nas diversas cisões individuais e coletivas que o movimento sofreu, em especial no momento da formação do partido em 1945, e nas alianças que mais surpreendiam e desagradavam a militância, como os apoios às candidaturas de Eduardo Gomes (UDN) à presidência, em 1950 e de Leonel Brizola (PTB) ao governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1958. Ainda assim, as justificativas apresentadas pela direção integralista e os objetivos que as embasavam devem ser levados em conta na avaliação das diferentes estratégias assumidas pelo PRP entre 1945 e 1964.

5.2 O apoio a Dutra e a aliança preferencial com o PSD

5.2.1 O apoio à candidatura Dutra em 1945

No início de novembro de 1945, faltando menos de um mês para a eleição presidencial, o PRP era o único partido político que ainda não tinha se definido pelo apoio a um dos candidatos presidenciais. As negociações ocorridas meses antes haviam sido paralisadas e não havia uniformidade de posições no interior do PRP, tampouco uma definição expressa de Salgado. Desta forma, o partido não teve condições de definir

---

[10] SALGADO, Plínio. *O Livro verde de minha campanha, Rio de Janeiro*: Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 79.
[11] Estas cartas serão discutidas no decorrer deste capítulo e dos seguintes, nos respectivos pleitos eleitorais.
[12] A nota da semana (editorial). *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.3.1958, p. 4. Esta relação direta entre a atividade partidária e a "implantação do Estado Integral" só é realizada a partir de meados da década de 1950, como se discutirá no próximo capítulo.

candidatura durante sua I Convenção Nacional, ocorrida no dia 3 de novembro, no Rio de Janeiro, e esta acabou delegando poderes para tal ao Diretório Nacional e ao Conselho Nacional do partido. O Diretório Nacional reuniu-se no dia 13 de novembro, quando se verificou uma divisão entre os defensores da manutenção de "questão aberta" e os partidários do apoio a uma candidatura.[13] Em vista disso, o DN enviou "cartas-consulta" ao General Eurico Gaspar Dutra e ao Brigadeiro Eduardo Gomes, solicitando de cada um sua opinião "*acerca de nosso programa partidário e dos elementos políticos que apóiam esta organização*", e encaminhando em anexo "*um exemplar do referido programa bem como do discurso pronunciado a 9 do corrente pelo Sr. Raymundo Padilha, proclamando o apoio dos integralistas ao nosso Partido*".[14] De imediato, obteve cartas-resposta de ambos os candidatos. A carta enviada pelo General Dutra foi explicitamente simpática aos integralistas:

> É para mim motivo de real satisfação declarar-vos, em resposta, que reconheço em vosso programa elevados princípios dos quais nada tenho a dissentir. Vejo, através desse programa, que se trata de um partido espiritualista e cristão, que dignifica a liberdade da personalidade humana, que propugna pela unidade espiritual da Pátria, que preconiza uma adequada organização social e econômica do povo brasileiro, que estabelece as justas posições do capital e do trabalho, que cuida do fortalecimento e da dignificação da família, que se bate pela justiça em todos os seus aspectos, que ergue o princípio da liberdade ao lado do da responsabilidade, que é favorável à solidariedade continental sob o postulado da autodeterminação dos povos. Pessoalmente, sou de opinião que tão elevados princípios em nada colidem com os do Partido Social Democrático, a que me acho filiado, e manifesto a convicção de que tais princípios, pelo seu conteúdo ideológico, poderiam ser inscritos em qualquer partido de feição verdadeiramente democrática e cristã. Respeito aos elementos políticos que integram e apóiam o vosso partido, cabe-me declarar-vos, que no Brasil de hoje, restituído a sua mais ampla liberdade democrática, todos os brasileiros que se mantenham dentro das melhores tradições democráticas e cristãs de nossa terra, como vos propondes fazer, são dignos de todo o meu apreço e minha maior admiração.[15]

O Brigadeiro Eduardo Gomes também respondeu prontamente, em 14 de novembro, mas redigiu sua carta-resposta em termos bastante mais cautelosos, restringindo-se a afirmações genéricas e não respondendo diretamente as questões que lhe foram formuladas:

> O país não ignora que sou e serei sempre um soldado da democracia. Não me limito a desejar a vitória total dos seus princípios; estou sinceramente convencido de que ela

[13] Ata do Diretório Nacional, 13.11.1945 - Livro de do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[14] Correspondência de Fernando Cochrane e Adaucto de Alencar Fernandes a Eduardo Gomes, 13.11.1945 (APHRC-Pprp 13.11.45/2).
[15] Correspondência de Eurico Gaspar Dutra a Fernando Cochrane e Adaucto de Alencar Fernandes, 13.11.1945 (APHRC-13.11.45/3).

> precisa ser resguardada, no futuro, dos riscos que, no Brasil, como no mundo, a tem ameaçado, sob as mais diversas modalidades de reforma política. Entendo que é dever das autoridades e do povo impedir que, sob qualquer pretexto, os adversários das liberdades e garantias individuais e do governo representativo, com base no sufrágio universal e secreto, se valham dos meios legais, que o regime democrático proporciona, para conspirar a sua perda. E foi dentro dessa ordem de idéias que aos partidos impôs a lei vigente, como condição de existência, a inserção nos programas, de alguns daqueles postulados, para que todos quanto declaram, nesta hora, a sua lealdade à República e às instituições políticas, indispensáveis à sua grandeza, atendam aos deveres que essa mesma lealdade exige, a bem da tranqüilidade interna, fundada numa ordem estável, que torne sagrados os mais altos direitos da personalidade humana.[16]

Recebidas as cartas-resposta, Padilha enviou um telegrama cifrado a Salgado, relatando a situação e solicitando orientação:

> Impossível obter dados numéricos precisos acreditando situação de equilíbrio. Bartolomeu [Gal Dutra] reservado parte entretanto favorável Guilherme [Plínio Salgado] intimamente. Disposição Honório [Brigadeiro Eduardo Gomes] delicada relação Teixeira [Fernando Cochrane] mas com restrições sempre reiteradas amigos. Venâncio [?] plenamente acordo admitindo franca participação firma [PRP]. Resposta deve ser imediata se possível ainda hoje.[17]

No mesmo dia, Salgado respondeu através de outro telegrama cifrado, rejeitando a proposta de "questão aberta" e estabelecendo que o partido deveria apoiar um dos candidatos, procurando obter garantias e vantagens do mesmo:

> Julgo parecer nosso querido Itabaiana inconveniente motivo provocar dispersão constituir início divergências família [integralistas] além colocar Perceu [Plínio Salgado] isolado sem solidariedade de pelo menos uma das metades opinião João Francisco [?] porquanto questão aberta não obriga nenhum compromisso favor Perceu tanto no presente como no futuro **Conseqüentemente nova firma** [PRP] **deve apoiar um dos interessados obtendo em troca compromisso favor não somente nova firma como firma antiga** [AIB]. Principal objetivo além conseguir representantes capazes defender Perceu contra injustas proposições, deve ser ligar uma das partes aos interesses da família, não apenas quanto programa mas também relativamente situações concretas presentes principalmente futuras. Nestas condições Abílio [Raymundo Padilha] deve determinar nova firma **defina posição favor quem melhor garantias oferecer**. Impossibilidade diante falta pormenores formar juízo seguro consciencioso relativo pessoas assim como entendimentos, delego prezado amigo plenos poderes resolver assunto sua inteira responsabilidade. Reafirmando perfeita confiança peço Deus assisti-lo inspirá-lo para bem Elza [Brasil].[18]

---

[16] Correspondência de Eduardo Gomes a Fernando Cochrane e Adaucto de Alencar Fernandes, 14.11.1945 (APHRC- Pprp 14.11.45/3). Observe-se a recorrência e ênfase com que o candidato tido como "liberal" insiste na necessidade de "proteção" à democracia, filiando-se nitidamente no paradigma da "democracia defensiva".

[17] Telegrama de Abílio [Raymundo Padilha] a LC [Plínio Salgado], 14.11.1945 (APHRC-Pprp 14.11.45/1). A identificação, quando possível, dos personagens referidos de forma cifrada, foi feita a partir das demais referências disponíveis, como as atas do Diretório Nacional e as correspondências.

[18] Telegrama de Evaristo Pereira [Plínio Salgado] a Delmiriano [???], 14.11.1945 (APHRC-Pprp 14.11.45/2). Grifos meus.

A partir desta instrução, e de posse de ambas as cartas, o Diretório Nacional deliberou o apoio a Dutra, em reunião dois dias depois.[19] Comunicado do apoio, Dutra escreveu uma carta confidencial a Raymundo Padilha (que formalmente não integrava a direção do PRP), reafirmando suas garantias em termos mais claros:

> Acabo de ter conhecimento de que o Partido de Representação Popular resolveu escolher o meu nome como candidato que sufragará nas urnas, nas eleições presidenciais de 2 de dezembro. Agradecendo, desvanecido, o concurso que o Partido virá prestar à minha eleição à suprema magistratura do país – tenho o prazer de declarar-lhe, em ratificação dos nossos anteriores entendimentos, que, se eleito Presidente da República, espero que o Partido de Representação Popular continue a prestar, em meu governo, sua valiosa e efetiva colaboração na obra administrativa que haveremos de realizar, com o auxílio e as luzes de todos aqueles que, nas urnas, e na proporção de seus sufrágios, evidenciarem a importância de seu apoio à nossa causa comum.[20]

Nesta carta, escrita em caráter confidencial, a promessa de participação do PRP no governo é enunciada mais abertamente, e, principalmente, que a despeito da existência de um Diretório Nacional do PRP, era a Padilha - o "representante do Chefe Nacional" - que Dutra se dirigia, encarando-lhe como efetiva direção do PRP. Dutra expressou-se, também, em um agradecimento público, em termos menos explícitos:

> Tenho satisfação acusar comunicação haver Partido de Representação Popular decidido, por votação unânime de seus dirigentes, apoiar minha candidatura pleito 2 de dezembro. Agradecendo esse gesto espontâneo [sic], desejo manifestar que, consciente das responsabilidades que me tocam neste delicado momento da vida brasileira, só me anima a preocupação de tornar-me útil à causa da prosperidade, segurança e aperfeiçoamento político de nossa Pátria.[21]

Em declarações à imprensa, Dutra teria declarado ainda: "*Esse disciplinado e forte partido, cujo programa democrático é conhecido, resolveu prestigiar a minha candidatura com os seus votos, em todo o país. Isto é um estímulo para a vitória final*".[22]

Em carta enviada a seu genro Loureiro Júnior em maio de 1946, Salgado deixa claro que o conteúdo das cartas foi decisivo para a tomada de posição do PRP:

> Quanto às candidaturas, confesso que inicialmente ambos os candidatos me eram indiferentes. O Brigadeiro sempre foi nosso inimigo declarado, mas o General muito me perseguiu, foi o autor da minha prisão, foi o signatário do boletim reservado cujo original impresso está em meu poder. Mas contra nenhum dos dois eu tinha má vontade. O fato de serem meus inimigos não significa que não sejam bons brasileiros, e qualquer dos dois

---

[19] Ata do Diretório Nacional e do Conselho Nacional, 16.11.1945 - Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.005.005).
[20] Correspondência confidencial de Eurico Gaspar Dutra a Raymundo Padilha, 17.11.1945 (APHRC-Pprp 17.11.45/7).
[21] 3º Programa de Propaganda do PRP na Rádio Vera Cruz, 20.11.1945 (APHRC-FPS 008.001.002).
[22] Idem, ibidem. Declaração reproduzida também no Programa radiofônico do PRP, 21.11.1945. Rádio Farroupilha (CDAIBPRP – Programas radiofônicos).

> constituíam certamente equívocos a meu respeito; nenhum brasileiro é obrigado a nascer sabendo e a adivinhar o íntimo da minha alma; portanto não tenho raiva de nenhum deles. Nestas condições, **determinei ao Raymundo que mandasse cartas iguais a ambos os candidatos, a fim de ver qual dos dois nos perseguiria menos**. Aqui, em Lisboa, todos nós tínhamos mais simpatia pelo Brigadeiro, mas este, apesar de ser bonito e solteiro, não ganhou o conflito das cartas; **a carta do General estava mais bonitinha**.[23]

A busca de obtenção de vantagens fica explícita em uma carta enviada pelo Diretório Estadual do PRP no Rio Grande do Sul ao coordenador partidário de um município do interior, apenas uma semana depois da reunião que aprovou o apoio a Dutra: "*Por termos adotado a candidatura Dutra, estamos infiltrados nos arraiais do PSD, que nos recebe com grande entusiasmo. Em todos os comícios efetuados pelo mesmo, mandam convidar oradores nossos, o que é extraordinário para aos poucos desfazermos as infâmias que contra nós assacaram*".[24]

Confiante na proteção que receberiam do General Dutra, os integralistas participaram intensamente de sua campanha. Ao comunicar a decisão, o programa radiofônico afirmava que ela levava em conta "*não só os interesses supremos da comunhão brasileira como também as próprias e legítimas conveniências do Partido*", e apelava com veemência para que fosse apoiada por todos:

> Desde o instante em que o Partido decidiu a sua preferência pelo preclaro General Dutra, é um dever de honra e de fidelidade aos princípios e ideais que o partido encarna, que as centenas de milhares de brasileiros que se colocarem sob sua bandeira subjuguem as suas tendências pessoais para marcharem coesos e disciplinadamente, cumprindo com entusiasmo e dedicação os compromissos assumidos democraticamente pelos seus líderes.[25]

Um dia depois, o PRP publicou nos principais jornais, sob a forma de "apedido", sua proclamação de apoio:

> A candidatura do eminente soldado merece, sem reservas de qualquer espécie, as simpatias e a preferência do PRP, não só porque o pensamento político e as convicções religiosas do General Dutra coincidem com os ideais cívicos e os princípios doutrinários do programa do Partido, como ainda porque Sua Excelência, pelas suas atitudes afirmativas, pelas suas declarações formais, pela orientação democrática que

---

[23] Correspondência de Plínio Salgado a José Loureiro Júnior, 4.5.1946 (APHRC-PiPrp 04.05.46/12). Grifos meus. Também em um programa radiofônico, durante a campanha eleitoral, a mesma tese era reproduzida em termos semelhantes: "*Ao passo que o Exmo. Se. Brigadeiro Eduardo Gomes deixou de focalizar os termos bem precisos da consulta, S. Excia. o Sr. General Dutra se manifestou em linguagem que, sem deixar de ser discreta e polida, como a de seu ilustre opositor, foi perfeitamente categórica na apreciação das linhas de programa que lhe apresentamos e relativamente à composição democrática do partido*". Programa radiofônico do PRP, 24.11.1945. Rádio Vera Cruz (APHRC-FPS 008.001.006).

[24] Correspondência do Diretório Estadual ao Coordenador Eleitoral em Itaqui, 23.11.1946 - Documentação dos Diretórios Municipais: Itaqui (CDAIBPRP).

[25] Programa radiofônico do PRP, 19.11.1945. Rádio Vera Cruz (APHRC-FPS 008.001.001).

> forçosamente imprimirá ao seu governo, será uma garantia de ordem e de estabilidade das instituições tradicionais de nossa Pátria.[26]

Mesmo com a posição fechada de apoio ao General Dutra e envolvimento ativo em sua campanha, os integralistas esforçaram-se em manter boas relações com Eduardo Gomes, inclusive elogiando-o publicamente em comunicado oficial do Diretório Nacional:

> Tanto o Brigadeiro Eduardo Gomes, como o General Eurico Dutra, são militares que conquistaram o respeito, a estima e a admiração de seus concidadãos, pelos relevantes serviços que têm prestado à causa pública e cujo sentimento de acendrado patriotismo foi posto em evidência numerosas vezes, em ocasiões decisivas para os destinos da nossa coletividade nacional. Entretanto, graves razões políticas levaram os dirigentes do PRP a emprestar a solidariedade dessa organização à candidatura do General Eurico Dutra, sem que essa atitude implique numa apreciação menos justa dos altos atributos pessoais de seu antagonista.[27]

No entanto, mesmo evitando criticar o Brigadeiro Eduardo Gomes e confrontar-se diretamente com a UDN, o PRP atacava o apoio dado ao candidato udenista pelos socialistas reunidos na Esquerda Democrática.[28] Para Raymundo Padilha, a UDN, mesmo agrupando "*representantes os mais categorizados das classes conservadoras*", "*foi compelida a admitir na sua íntima organização, sob uma rotulação puramente convencional os elementos mais destacados do internacionalismo comunista. (...) O princípio materialista fundamental não separa, por conseguinte, a Esquerda Democrática do Partido Comunista*".[29] Assim, junto à defesa "da ordem e da estabilidade", também o anticomunismo era utilizado como estratégia de convencimento e de mobilização da militância integralista para a campanha do General Dutra.

---

[26] O Partido de Representação Popular e a candidatura Eurico Gaspar Dutra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20.11.1945, p. 14.

[27] Razões do mais alto interesse público levaram o Partido de Representação Popular a se colocar ao lado da candidatura do General Eurico Dutra. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 22.11.1945, p. 6. O comunicado publicado no jornal, também foi irradiado nacionalmente.

[28] A Esquerda Democrática congregava socialistas moderados, católicos de esquerda e dissidentes anti-stalinistas do PCB. Suas principais lideranças eram Domingos Velasco, Hermes Lima e João Mangabeira. Conforme Edgard Carone, "*a Esquerda Democrática é a reunião de grupos estaduais que se aglutinam numa mesma unidade partidária. Esta amálgama leva a um compromisso que resulta na predominância das correntes moderadas e reformistas, ainda que as posições esquerdistas continuem a predominar em São Paulo e Pernambuco*". CARONE, Edgard. *A República Liberal:* I - Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo, Difel, 1985, p. 320. A Esquerda Democrática transformou-se em Partido Socialista Brasileiro em 1947.

[29] Programa radiofônico do PRP, 24.11.1945. Rádio Vera Cruz (APHRC-FPS 008.001.006). De acordo com editorial do jornal *Reação Brasileira*, "*socialistas, trotskistas, comunistas dissidentes, antigos membros da ANL e velhos masorqueiros de 1935, encapuçados na 'Legião 5 de julho', na 'Esquerda Democrática' e na pseudo 'Sociedade Amigos da América' coligaram-se firmemente ao lado do brigadeiro, candidato destas correntes não apenas à Presidência da República, mas sim à missão histórica de Kerenski brasileiro, isto é, precursor da vitória do bolchevismo. (...)*". Pelo Bem do Brasil, com Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 28.10.1945, p. 1.

A UDN, por sua vez, atacava os integralistas, em especial em suas antigas bases, como é o caso de Santa Catarina:

> Ex integralista: Foste já duas vezes covardemente traído! A primeira vez foi quando em 1937 o teu chefe senhor Plínio Salgado abandonou-se fugindo para a Europa! (...) A segunda vez foi agora! Os teus chefes que aqui ficaram desde a fuga do sr. Plínio Salgado não te conheciam mais! Agora, porém, que precisam do teu voto, te procuram e te obrigam a votar no candidato do Partido Social Democrático; daquele mesmo partido do sr. Nereu Ramos, que te prendeu, que te chicoteou, que te martirizou, que quebrou os teus túmulos, legando lama, luto, viuvez e orfandade ao teu lar!! Se os teus atuais chefes assim procedem é porque querem galgar às tuas custas as posições e, uma vez alcançados tais objetivos, mais uma vez te trairão! Abandonando-te novamente! Ex-integralista! Já duas vezes traído, não tens mais o dever de manter o juramento que fizeste ao teu ex-Chefe. Abandona agora, aqueles que já duas vezes te abandonaram! És livre, és independente, ninguém poderá te ameaçar. A votação é absolutamente secreta! Ninguém saberá em quem votaste! Para a tua felicidade, para o bem do Brasil, dá o teu voto aos candidatos da União Democrática Nacional.[30]

A participação na campanha eleitoral de 1945 tornou possível a inserção dos integralistas nas discussões políticas nacionais e viabilizou um rápido avanço na estruturação partidária, mobilizando-os através de comícios, distribuição de panfletos, produção de programas radiofônicos e realização de caravanas que percorriam o país, propagando o discurso integralista e constituindo diretórios do PRP. Ainda assim, o pouco tempo de organização anterior repercutiu diretamente nos índices eleitorais obtidos: o partido não conseguiu eleger nenhum deputado federal em sua própria legenda e apenas elegeu um na legenda do PSD. O fraco desempenho refletiu o atraso organizativo de um movimento que, após vários meses de indefinição, só constituiu-se em partido político pouco mais de um mês antes das eleições, realizando uma campanha eleitoral curta e sem planejamento prévio. O partido conseguiu inscrever chapa em apenas 11 das 22 unidades da federação, além de apresentar candidatos nas chapas do PSD em São Paulo e em alguns outros estados[31]. Seus melhores resultados se deram em São Paulo (onde elegeu seu único deputado federal, Goffredo Silva Telles, pela legenda do PSD, com 39.543 votos, 3%), no Rio Grande do Sul (22.197 votos, 3,47%), e no Paraná (10.807 votos, 5,58%). É necessário compreender, no entanto, que naquele momento para o PRP mais importante que o número de sufrágios recebidos era sua incorporação no processo político. E neste sentido, a campanha eleitoral representou um passo considerável. É desta forma que se compreende as avaliações bastante otimistas dos integralistas face aos resultados obtidos, como a do

[30] Ex integralista. Panfleto (APHRC-FPS 079.003.006).
[31] Formalmente não houve coligação: o PRP absteve-se de apresentar candidatos na sua própria legenda, mas indicou um dos candidatos apresentado pela legenda do PSD.

coordenador eleitoral do partido em Pernambuco: "*Nesta fase pouco conseguimos, pois nos atiramos à luta na última hora, mas esse pouco, segundo creio, representa uma vitória, nas condições especialíssimas em que reingressamos no cenário político do país*".[32] Já Padilha ressaltava, em telegrama a Salgado, que "*nossa contribuição General Dutra cerca quatrocentos mil votos sua Excelência reconhecendo valor nossos esforços, conforme declarou a Lamego*".[33] Foi em nome desta contribuição eleitoral (certamente inferior aos quatrocentos mil votos estimado por Padilha) que o Partido colocou-se como apoiador do Governo Dutra, dele esperando favores, facilidades na confirmação do registro partidário e participação no governo.

5.2.2 O apoio ao governo Dutra

A posse do General Dutra na presidência da república decepcionou os integralistas, pondo fim às suas expectativas de serem chamados para integrar o governo. Às vésperas da posse, o jornal *Reação Brasileira* buscava valorizar ao máximo a importância do apoio integralista para a eleição de Dutra: "*ganhamos a posição de termômetro político das eleições presidenciais, levando a sufragar o nome do candidato das forças nacionais milhares de patrícios que ainda não haviam se decidido e que estavam, por assim dizer, tontos face à campanha confusionista de certos meios*".[34] Ao mesmo tempo, a Convenção Estadual do PRP de Minas Gerais telegrafou-lhe "*reafirmando sua confiança no ilustre soldado que o Brasil escolheu*".[35] Ainda assim, ignorando a "boa-vontade" dos integralistas e esquecendo-se que havia anunciado esperar a "valiosa e efetiva colaboração" do PRP na "obra administrativa que haveremos de realizar", "na proporção de seus sufrágios",[36] Dutra não chamou os integralistas para seu governo, nem mesmo para posições subalternas.[37] Apesar da decepção, os integralistas mantiveram seu apoio, em especial no decorrer do primeiro ano do governo. Omitindo sua frustração, o PRP

---

[32] Correspondência de Andrade Lima e Plínio Salgado, 17.1.1946 (AHRC-Pi 17.01.1946).
[33] Telegrama de Raymundo Padilha a Plínio Salgado, 4.1.1946 (APHRC-Pi 04.01.46/2).
[34] A presença do General Dutra no Governo é uma garantia de paz para a família brasileira. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 18.1.1946, p. 1 e 5.
[35] Grandiosa festa cívica a Convenção do Partido de Representação Popular, em Belo Horizonte. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 1.2.1946, p. 6-7.
[36] Apenas três partidos sufragaram a candidatura de Dutra: seu próprio partido (PSD), o PTB e o PRP. Ver a respeito CARONE, Edgard. *A república liberal.* Volume 2: Evolução política (1945-1964). São Paulo, Difel, 1985. Coleção Corpo e Alma do Brasil, p. 16-41.
[37] O primeiro ministério do governo Dutra teve o amplo predomínio de nomes ligados ao PSD, com a exceção apenas do Ministério do Trabalho entregue ao PTB (ainda que o titular tenha sido indicado à margem da direção partidária). Este predomínio se manteve em todo o governo, embora a reforma ministerial de 1948 tenha incorporado a UDN e o PR no governo.

procurava, ao contrário, mostrar-se como irrestrito apoiador do governo, elogiando sua obra administrativa e a imposição da "ordem social", em recorrentes notas públicas, manifestações de apoio, telegramas e declarações à imprensa. No final de 1946, Olbiano de Melo declarava que "*centenas de milhares de populistas prestam a seu governo leal e desinteressado apoio, já que S. Excia. necessita mais que qualquer outro Chefe que a Nação teve até hoje, de um clima de paz e tranqüilidade para a restauração da economia nacional*".[38] Para o jornal *Idade Nova*, Dutra seria "*uma personalidade que resume as virtudes do nosso povo. Soldado e estadista é sobretudo um homem de nobre simplicidade e modéstia pelas quais procura ocultar qualidades de maior valor, freqüentemente reveladas nos seus atos e nas suas atitudes*". [39]

Mesmo mantendo seu apoio ao governo, o PRP passou, ainda no decorrer de 1946, a sugerir a necessidade de ampliação da base partidária do governo, através da qual pretendia passar a deter cargos governamentais, sob o pretexto de que era necessário o "*congraçamento das forças políticas*" para fazer frente à "*situação de extrema gravidade por que estamos passando*".[40] Desta forma, o partido propunha uma "*união nacional em torno de alguns postulados essenciais à vitalidade da Pátria, cooperação acima das demagogias estéreis, boa vontade superando todas as agitações*".[41]

Em novembro do mesmo ano, o PRP diagnosticava uma crise nacional de grandes proporções e apresentava aos demais partidos um ambicioso plano visando a constituição de um acordo nacional. Sua aplicação se daria em sete etapas: 1º) a reunião entre os partidos políticos para discussão de programas econômico-financeiros; 2º) a publicização dos projetos formulados; 3º) o estabelecimento de pontos em comum; 4º) a redação de um programa econômico-financeiro comum; 5º) a efetivação de um acordo que garantisse uma trégua em relação aos pontos aprovados; 6º) a difusão do programa aprovado; e 7º) a promoção de uma vasta campanha educacional, da qual os partidos políticos tomariam parte.[42] Ao mesmo tempo, o partido proclamava: "*Ao lançar este apelo fraterno às organizações políticas, econômicas, culturais e morais do país, o Partido de*

---

[38] Entrevista de Olbiano de Melo ao Diário de Minas, s./d. (manuscrito) (APHRC-FPS 091.003.014).
[39] Não só o Brasil, mas todas as outras nações do Novo Mundo estão ameaçadas pelo totalitarismo soviético. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 5.
[40] Coalizão na política nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.7.1946, p. 2.
[41] Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a Bandeira da Pátria. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 7.10.1946, p. 3-4.
[42] Apelo de salvação pública. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.11.1946, p. 1. O diagnóstico de uma "grave crise nacional" e a percepção de "ameaças iminentes" foram uma constante durante toda a trajetória do PRP, mantendo-se tanto nos períodos de crise aberta como nos períodos de maior estabilidade, quando os integralistas percebiam "perigos subterrâneos".

Representação Popular faz saber que já está elaborando em suas comissões técnicas, um plano de reconstrução e organização de nossas fontes de produção e coloca-se, com espírito patriótico, acima de qualquer interesse particular, pelo bem do Brasil".[43] Como o PRP não tinha expressão política para liderar um processo destes, em um momento em que possuía apenas um deputado federal, sua proposta foi ignorada pelos demais partidos e caiu no esquecimento. Mesmo assim, pode ser entendida como mais um movimento no sentido de buscar sua incorporação efetiva no governo.

A subordinação do partido ao governo Dutra, mesmo continuando a ser preterido no preenchimento dos postos administrativos, pode parecer surpreendente. No entanto, alguns fatores tornam-na compreensível: a grande identidade com o projeto de obtenção e manutenção da ordem social e política através do acirramento da repressão; os crescentes temores com o crescimento da mobilização popular, as atividades do Partido Comunista e do movimento sindical; e também a necessidade de obter apoio do governo para a obtenção e confirmação de seu registro partidário definitivo, que ainda era bastante contestado. Ao mesmo tempo, deve-se ter presente o reduzido poder de barganha do partido naquele momento, tanto em termos eleitorais (em face da reduzida votação obtida em 1945) quanto parlamentar. Assim, a despeito da frustração, a opção que melhor se adequava à estratégia seguida pelo partido era seguir apoiando Dutra, apostando na possibilidade (não efetivada) de que ainda seria chamado para integrar o governo, ao mesmo tempo em que buscava fortalecer sua estrutura interna e aumentar seu potencial eleitoral.

5.2.3 O PRP nas eleições estaduais de 1947

As eleições estaduais de 1947 – na qual seriam eleitos os governadores de estado, senadores (um por estado) e deputados estaduais constituintes - se apresentaram ao PRP como oportunidade para consolidar sua posição institucional e buscar conquistar postos de poder junto às máquinas governamentais em cada estado, além de constituir bancadas parlamentares, no maior número possível de estados. Esses objetivos tinham grande relevância para o avanço da estruturação do partido. Neste sentido, mesmo preservando sua relação de proximidade com o PSD, o PRP preferiu negociar em cada estado seu apoio aos candidatos ao governo, visando obter o maior número possível de vantagens, tais como promessa de participação no governo, cargos na futura mesa da Assembléia Legislativa e recursos financeiros para a campanha eleitoral, além da formalização escrita de declarações

[43] Idem.

acerca do "caráter democrático" do integralismo e compromissos no sentido de "combater o comunismo". Assim, em diversos estados, o partido trocou correspondências com vários candidatos e decidiu seu apoio em decorrência dos compromissos obtidos, ainda que em todos os casos apresentasse justificativas públicas de seu apoio em termos ideológicos, apelando especialmente para o anticomunismo e para a necessidade de aglutinação de forças contra o "ressurgimento varguista".[44] Com relação a este último elemento, observe-se que na maioria dos casos o partido apoiou candidatos da UDN, ou do PSD (em estados onde este partido fosse controlado por lideranças não vinculadas a Vargas), ou ainda, de coligações entre ambos os partidos, como evidencia a Tabela 19:

TABELA 19 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de janeiro de 1947[45]

Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Bahia	Otávio Mangabeira	UDN	PSD - PR	Sim
Ceará	Onofre Muniz da Silva	PSD	-	Não
Espírito Santo	Carlos Lindemberg	PSD	UDN	Sim
Goiás	Jerônimo Bueno	UDN	-	Sim
Minas Gerais	Milton Campos	UDN	PR – PDC - PTN	Sim
Paraná	Moisés Lupion	PR	UDN - PTB	Sim
Rio Grande do Sul	Walter Jobim	PSD	-	Sim
São Paulo	Mário Tavares	PSD	PR - PDC	Não
Santa. Catarina	Irineu Bornhausen	UDN	-	Não

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.

O processo de definição da posição do partido no estado de São Paulo ilustra bem a forma como o PRP negociava seu apoio. Uma carta-confidencial enviada pelo Diretório Estadual aos pré-candidatos do partido ao parlamento, em agosto de 1946, informava ter deliberado que: "*o Partido de Representação Popular só entrará em coligação com outros partidos políticos se obtiver vantagens reais, em todos os sentidos*".[46] Dois meses depois, o partido já mantinha negociações com vários pré-candidatos ao governo, e o Conselho Estadual havia recebido plena autonomia da Convenção Estadual para negociar o apoio do

[44] Não só o Brasil, mas todas as outras nações do Novo Mundo estão ameaçadas pelo totalitarismo soviético. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 5.

[45] Não foi possível encontrar informações sobre a posição do PRP nos demais estados, mas é razoável supor que os estados onde a posição assumida pelo PRP tenha tido mais relevância para o partido e para o processo eleitoral estejam contemplados na tabela, pois a posição assumida nos demais não foi mencionada no jornal *Idade Nova* nem na documentação do Diretório Nacional. Alem disso, os estados reunidos na tabela (com exceção de Goiás) são aqueles nos quais o partido obteve melhores resultados eleitorais.

[46] Correspondência confidencial do Diretório Estadual do PRP-SP a Rui Arruda, 26.8.1946 (APHRC-Prp 26.08.46/8).

partido.[47] Avaliando que "*o candidato do PSD (Dr. Mário Tavares) apresentava condições para vencer, com vantagem, o pleito*", o PRP priorizou a negociação com aquele partido, trocando correspondência e obtendo compromissos do então interventor Macedo Soares, do candidato ao governo estadual Mário Tavares, e do candidato ao Senado Roberto Simonsen. Um relatório do Diretório Estadual explicita as negociações e os compromissos obtidos:

> Fomos convidados pelo sr. Interventor Federal em São Paulo para uma entrevista, na qual nos declarou que o PSD desejava o nosso apoio para o seu candidato a Governador. Declaramos que, em princípio, conforme manifestação anterior, nós estaríamos eleitoralmente com o PSD, com o qual nos coligaríamos para as eleições de 2/12/1945, mas, que tínhamos condições que desejamos submeter à apreciação do dr. Mário Tavares. O sr. Interventor Federal nos convidou, então, para uma entrevista com o Dr. Mário Tavares, no palácio dos Campos Elísios, no dia 27/12/1947, às 17 horas.
> Nessa entrevista estabelecemos as seguintes condições, depois de ouvido o Diretório e Conselho do Partido:
> 1ª) que o nosso acordo fosse feito por escrito, de modo claro e que dele fosse dado conhecimento público, em suas linhas gerais;
> 2ª) participação no seu Governo, indicando nome para ocupar uma secretaria de Estado, desde que o nosso contingente eleitoral atingisse o mínimo de 50.000 votos;
> 3ª) que fossem nomeados prefeitos das localidades onde tivéssemos maioria sobre o PSD, pessoas indicadas por nós;
> 4º) que ele concorreria com uma quota de 100.000 cruzeiros [R$ 88.578,56] para custear ½ das despesas que fizéssemos com a propaganda do seu nome.
> Essas condições foram por ele aceitas. (...) Nessas condições, comparecemos ao pleito apoiando o Dr. Mário Tavares para Governador, os dois nomes indicados para Senadores (Drs. Roberto Simonsen e César Lacerda de Vergueiro) e dois candidatos a deputados federais (Dr. Caio Monteiro da Silva e Reynaldo Smith de Vasconcelos), todos do PSD.[48]

A inesperada derrota do candidato do PSD e o recebimento de apenas metade dos 50.000 votos esperados pelo partido frustraram suas expectativas. Ainda assim, os integralistas puderam afirmar que seu apoio determinou a eleição de Roberto Simonsen ao Senado, derrotando o candidato comunista Cândido Portinari por pequena margem.

Já no estado de Santa Catarina, o PRP negociou concomitantemente com o PSD e a UDN, e obteve compromisso de ambos de participação no governo do estado. Acabou optando pela UDN, em troca do "apoio financeiro integral", "*compreendendo as despesas de propaganda, de transporte, de palavra escrita ou pelo rádio, impressos, chapas eleitorais, enfim, todas as despesas que digam respeito à campanha eleitoral*", "*duas*

---

[47] Resumo da sessão do Conselho Estadual do PRP-SP, 18.10.1946 (APHRC-PFS 091.002.013).
[48] Relatório da eleição de 19.1.1947 em São Paulo, 24.3.1947 (APHRC-Pprp 24.03.47). A nomeação de prefeitos seguia sendo atribuição do governador até a promulgação das constituições estaduais, motivo pelos quais as eleições municipais ocorreram, em datas diversas em cada estado, entre meados de 1947 e final de 1948.

secretarias de Estado, de preferência a de Segurança Pública e Viação, Obras Públicas e Agricultura", e a nomeação de prefeitos do PRP em todos os municípios em que o PRP superasse a UDN.[49] No entanto, apesar do apoio do PRP, Bornhausen foi derrotado pelo candidato do PSD Aderbal Ramos, motivo pelo qual a única das vantagens prometidas pela UDN de que o PRP se beneficiou foi o "apoio financeiro".

Situação semelhante ocorreu no Ceará, embora em termos inversos. Naquele estado, foi o PSD que apresentou as propostas que seduziram o PRP, mas foi a UDN que venceu a eleição. O candidato udenista, alegando "excesso de afazeres", recusou-se a analisar o programa e carta de princípios do PRP e, embora afirmando que "*a presunção de honestidade deve ser indistintamente estendida a todo cidadão, independente de suas convicções*", esquivou-se de emitir juízo sobre o PRP e o integralismo.[50] O candidato pessedista, por sua vez, conquistou o apoio do PRP ao afirmar que "*os dirigentes do PRP estão se conduzindo nesta melindrosa fase da vida nacional, dentro da ordem, do progresso, de acordo com os princípios constitucionais da República*", além de comprometer-se a combater o comunismo.[51]

Em outros estados, ao contrário, os candidatos apoiados pelo PRP foram vitoriosos. Mesmo assim, esta situação deu origem a ocorrências diversas, desde o cumprimento integral do acordado até sua completa inobservância. O Paraná foi talvez o estado onde o partido tenha obtido melhores resultados. José Agostinho dos Santos (PSD) afirmou "*haver lido com atenção os princípios doutrinários e postulados que fazem parte do Programa deste Partido e tive a satisfação de verificar a coincidência de idéias a tudo o que se refere à Pátria, à Família e à Religião*".[52] Moisés Lupion (PR-UDN-PTB) considerou que os princípios do PRP "*são os mesmos defendidos por mim e pelo meu Partido*".[53] O apoio do PRP – que obteve 6,1% dos votos - contribuiu decisivamente para a vitória deste último. Além disso, os votos do PRP na assembléia legislativa eram decisivos para que a coligação

---

[49] Proposta do Dr. Irineu Bornhausen ao PRP, s./d. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[50] Correspondência do Desembargador Faustino de Albuquerque ao Diretório Estadual do PRP-CE, 22.11.1947. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[51] Correspondência do Gal. Onofre Muniz Gomes de Lima ao Diretório Estadual do PRP-CE, 22.11.1946. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[52] Correspondência do Gal. José Agostinho dos Santos ao Diretório Estadual do PRP-PR, 25.10.1946. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[53] Correspondência de Moisés Lupion ao Diretório Regional do PRP-PR, 25.10.1946. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

vitoriosa tivesse maioria parlamentar. Nessas condições, o presidente do PRP, Benjamin Mourão, foi nomeado para a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Paraná, na qual permaneceu durante todo o período do Governo de Lupion (1947-1950).

Nos dois estados em que era maior o contingente eleitoral do PRP (Espírito Santo e Rio Grande do Sul), a posição assumida pelo PRP foi decisiva para o resultado das eleições, mas a aliança não se manteve passadas as eleições. No Espírito Santo, os dois candidatos deram declarações atestando o "caráter democrático" do PRP. Attílio Vivácqua (PR) escreveu que "*A Carta de Princípios e o programa do Partido de Representação Popular, coincidindo na sua essência com os postulados dos partidos coligados em torno de minha candidatura, merecem meu melhor acolhimento, nos seus pontos fundamentais*". Além disso, garantiu a participação do PRP no governo, "*de acordo com o coeficiente eleitoral que apresentar no próximo pleito*".[54] Carlos Lindemberg (PSD), por sua vez, foi claramente simpático ao integralismo:

> Democrata sincero, que sempre fui, não poderia condenar ou repelir homens ou grupos humanos que lutaram ou trabalharam por um ideal político. Sempre considerei da maior repercussão na história política do Brasil o movimento da extinta Ação Integralista Brasileira, máxime pela defesa por ela feita dos princípios imortais do cristianismo, do primado do espírito sobre a matéria, do fortalecimento da nacionalidade e da nossa organização familiar.[55]

Além disso, garantiu a nomeação de prefeitos do PRP nos municípios em que o partido fosse majoritário, assegurou "*igual tratamento político ao dispensado aos demais partidos que apóiam a minha candidatura*", e prometeu "*a nomeação, se eleito e logo após a posse no governo, para uma das Secretarias de Estado (possivelmente a da Educação) e ainda para dois dos Departamentos Autônomos da Administração Estadual, de elementos indicados pelo Diretório Estadual do PRP*".[56] O apoio a Lindemberg foi efetivado no mesmo dia,[57] e após a vitória eleitoral, o PRP obteve a Secretaria da Saúde, ocupada por Barroso Gomes, e o Departamento de Municipalidades. No entanto, Gomes foi exonerado antes de completar um ano de governo, gerando o rompimento do PRP com o governo.[58]

---

[54] Correspondência de Attílio Vivácqua ao Diretório Estadual do PRP-ES, 10.1.1947. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).
[55] Correspondência de Carlos Linbemberg ao Diretório Estadual do PRP-ES, 11.1.1947. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).
[56] Idem, ibidem.
[57] Cf. Correspondência do Diretório Regional do PRP-ES a Carlos Lindemberg, 11.1.1947 (Pprp 11.01.47/1).
[58] Cf. Correspondência de Calazans de Campos a Plínio Salgado, 19.1.1948. (APHRC-Pprp 19.01.1948/2). Calazans de Campos havia rompido com o PRP, e acusava o Diretório Regional pelo rompimento: "*O partido não escondia sua hostilidade ao governo. Explorava-se, com publicações extemporâneas, as cartas trocadas entre o então candidato Carlos Lindemberg e o PRP, a troca de compromissos existentes,*

No Rio Grande do Sul, os três candidatos registrados disputaram o apoio do PRP, todos reforçando seu "caráter democrático". Décio Martins Costa (PL) afirmou: "*Não nutro prevenções contra o PRP ou contra os seus adeptos, vindos ou não da extinta Ação Integralista Brasileira, e não vejo como se possa negar caráter democrático ao programa a que propõe aquele subordinar a sua atuação social e política*".[59] Alberto Pasqualini, tido como um dos principais ideólogos do "trabalhismo", atestou que "*a Carta de Princípios do PRP contém declarações e compromissos de índole nitidamente democrática*" e declarou nutrir a "maior consideração e respeito dos perrepistas", acrescentando que "*a circunstância de provirem muitos elementos do PRP da extinta Ação Integralista Brasileira não altera este conceito, desde que os princípios que se comprometem a defender são claramente democráticos*".[60] Já a negociação com o PSD se desenvolveu com a troca de diversas correspondências, nas quais aquele partido repeliu "*toda a colaboração com o PCB*", atestou ter constatado "*pela leitura da Carta de Princípios e Programa do Partido não ter o mesmo conteúdo totalitário, harmonizando-se com os princípios democráticos*", e expressou "*que nada pode vir em desabono ao conceito social e político dos membros do vosso Partido, que tenham feito parte da antiga Ação Integralista*".[61] Além disso, assumiu vários compromissos concretos:

> Quanto ao desejo do PRP de colaborar no futuro Governo em uma Secretaria de Estado, esta Comissão Executiva dará ampla liberdade ao seu candidato de escolher os seus auxiliares como julgar conveniente para o bom êxito de sua administração e não se oporá a que seja também escolhido um representante do PRP, caso sua contribuição para a vitória seja decisiva, conforme sugere este Partido. O Dr. Walter Jobim, candidato do PSD a Governador do Estado, declarando-se de acordo com a deliberação supra e, uma vez eleito, não terá dúvidas em aceitar a colaboração do PRP, na Secretaria de Estado da Agricultura, e concorda também em nomear o prefeito do PRP nos municípios em que a legenda deste for vitoriosa no pleito de 19 de janeiro próximo. O PSD votará em um deputado do PRP para um lugar na Vice-Presidência na mesa da Assembléia Constituinte. O PRP, por seus deputados eleitos, votará nos candidatos do PSD para a constituição da

---

cumpridos integralmente pelo ilustre governador. Argumentava-se que, com a saída do sr. Barroso Gomes da Secretaria da Saúde, estava o sr. Carlos Lindemberg na obrigação de oferecer outra Secretaria ao Partido, como se o governo fosse cobaia da inépcia. Ainda uma vez aparece a mãozinha esperta e viscosa do sr. Vicente Vasconcelos, que, alimentando a veleidade de ser Secretário de Estado, uma vez perdidas as esperanças, mantendo-se, embora, despudoradamente, na diretoria do Departamento das Municipalidades, tramava contra o governador". Idem, ibidem.

[59] Correspondência de Décio Martins Costa ao Diretório Regional do PRP-RS. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[60] Correspondência de Alberto Pasqualini ao Diretório Regional do PRP-RS, 9.12.1946. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[61] Correspondência da Comissão Executiva do PSD-RS ao Diretório Regional do PRP-RS. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

> mesa da referida Assembléia e colaborará sempre com estes votos em todas as medidas políticas de interesse público que não infrinjam seu estatuto partidário.[62]

De acordo com a historiadora Claudira Cardoso, "*O PRP se engajou na campanha, pois buscou mobilizar todos os seus diretórios municipais e arregimentar o maior número de votos possíveis*".[63] A votação obtida pelo PRP para a Assembléia Legislativa (8,8%) foi três vezes superior à margem obtida por Jobim sobre Pasqualini. Mesmo assim, Jobim descumpriu integralmente o acordo, provocando grande revolta dos integralistas e levando ao rompimento entre ambos os partidos no Rio Grande do Sul. A bancada parlamentar do PRP na Assembléia Legislativa tornou público o acordo e denunciou que a direção do PSD teria quebrado a palavra empenhada, praticando uma "*amoralidade política lamentável e funesta*".[64] Em depoimento oral, Eduardo Martinelli, então membro da direção regional do PRP-RS, considerou que o descumprimento do acordo teria sido prometido por Jobim ao Partido Comunista Brasileiro, em troca do apoio daquele partido:

> Antes da eleição, ele fez as contas e achou que só com os nossos votos ele não ganhava. Então ele botou os comunas a conversar com ele. E aí ele conversou com os comunistas, e os comunistas disseram: "não!" Os comunistas tinham metade dos votos que nós tínhamos. Eles tinham trinta e poucos mil, nós tínhamos setenta mil, sessenta mil. E eles: "não, só tem uma condição, governador...", já chamavam de governador, "o senhor não pode dar nenhuma secretaria para o PRP", e ele disse: "se é por isso, eu não dou". E aí ele foi eleito com os nossos votos, os votos dos comunistas junto, e se elegeu foi ser governador, e deu uma banana para nós.[65]

A mesma tese está presente em carta enviada pelo também dirigente Juraci de Assis Machado a Plínio Salgado, em 1948. Para ele, "*fizeram um acordo secreto conosco e secretamente aceitaram o apoio dos comunistas. Desmoralizando-nos de saída, logicamente não podíamos esperar, senão por ingenuidade, que cumprissem o prometido. Colhemos o que havíamos semeado. O espírito imediatista, nesta fase, do nosso prezado e comum amigo Compagnoni, nos infligiu a primeira derrota*".[66] A frustração levou o

---

[62] Correspondência da Comissão Executiva do PSD-RS ao Diretório Estadual do PRP-RS, 28.12.1946. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[63] CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular:* política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 1999, p. 11.

[64] Atentado contra o que há de mais sólido nas tradições de lealdade da gente gaúcha: a fidelidade, a palavra empenhada. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 25.4.1947, p. 1-3.

[65] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999, p. 46.

[66] Correspondência de Juraci de Assis Machado a Plínio Salgado, 18.1.1947 (APHRC-Pprp 18.01.47). Machado avaliava a causa do erro: "*Erramos, porém, quando associando à idéia do apoio a do máximo e*

Diretório Estadual a assumir uma política de maior autonomia, considerando "*aconselhável, no interesse do PRP, o distanciamento das demais organizações políticas. A aproximação só deve se efetuar em casos especialíssimos de ação parlamentar*", e ao mesmo tempo avaliar que "*o governo do Estado mostra-se inepto administrativamente. O Governador parece estar mais preocupado com exibicionismos pessoais e desejos de satisfazer amigos políticos do que uma obra séria. O Partido oficial está dominado por uma máfia de péssimos antecedentes políticos*".[67]

Também em Minas Gerais, o PRP postergou sua definição até poucos dias antes da eleição, visando obter maiores vantagens. Para tanto, negociou concomitantemente com Bias Fortes (PSD) e Milton Campos (UDN). No entanto, não obteve garantia explícita de participação no governo. O coordenador da campanha de Campos apresentava sua candidatura como suprapartidária, e alegava necessitar de ampla liberdade de ação para a formação do governo, sem compromissos prévios.[68] Por sua vez, Benedito Valadares "*em resumo, respondeu ao questionário da mesma forma que o Milton, não fazendo, entretanto, por escrito. Também a Comissão não entrou com ele em detalhes de ordem prática*".[69] Em face disto, o partido apostou na candidatura de Milton Campos. No entanto, apesar de vitoriosa, não viabilizou a participação integralista no governo, provavelmente em decorrência da fraca votação obtida pelo PRP (2,5%).

A votação pouco expressiva parece ter determinado a não participação do PRP no governo também na Bahia e em Goiás, estados nos quais os candidatos apoiados pelo PRP venceram as respectivas eleições. Na Bahia, Octávio Mangabeira reuniu uma ampla frente política e derrotou o candidato do PTB obtendo mais de 65% dos votos. Em Goiás, o apoio do PRP a Jerônimo Bueno se deu em reação à carta pública do candidato do PSD ao PCB, na qual afirmava que "*o integralismo, arremedo do nazi-fascismo, que encheu o mundo de dor e de opróbio, não deve medrar jamais em nossa terra, não devendo apenas ser relegado ao desprezo, mas combatido em todas as suas manifestações de ressurgimento ou rearticulação*".[70] O Diretório Estadual respondeu, em tom ameaçador: "*se eleito, para o infortúnio de Goiás e de seu grande povo, pode V. Sa. descarregar toda sua animosidade e*

---

imediato proveito, atingimos a fórmula do acordo secreto, que deu à hipótese a natureza de um conchavo perfeito e acabado e que tirou, assim, ao evento a idéia de toda a habilidade política".

[67] Pontos de vista do Diretório Regional do Rio Grande do Sul à Convenção Nacional, 23.1.1948 (APHRC-Pprp 23.01.48).

[68] Correspondência de Gustavo Capanema a Raymundo Padilha, 5.1.1947. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).

[69] Correspondência de Olbiano de Melo a Plínio Salgado, 9.1.1947 (APHRC – Pprp 09.01.47).

[70] Correspondência do sr. José Ludovico de Almeida ao Partido Comunista Brasileiro, 4.1.1947.

promover qualquer perseguição ao PRP, como e quando lhe convier ou aos interesses de seus mentores e protetores. Use e abuse – sr. Ludovico – das medidas que entender necessárias ao garroteamento de nossas liberdades, caso a próxima derrota não lhe venha trazer profundas e amargas decepções".[71] Assim, restava ao PRP apoiar seu adversário, mesmo sem ter obtido nenhuma vantagem, que, aliás, seria improvável em face de seu pequeno contingente eleitoral (apenas 0,4%).

Passadas as eleições, Salgado avaliava positivamente a participação do PRP e os resultados obtidos:

> Os partidos no Brasil, pelos resultados até agora obtidos, podem dividir-se em duas categorias: grandes e pequenos. Grandes os que contam os votos por centenas de milhares, os quais estão colocados na seguinte ordem: PSD, UDN, PTB, PCB, PR, PSP, PRP; e pequenos os que contam os votos por dezenas de milhares, os quais são os seguintes, pela ordem de sufrágios: PTN, PDC, PL, ED, PPB, PRD, POT. Podemos considerar-nos, portanto, uma força apreciável no país, com a circunstância de novas e valiosas adesões nos Estados e uma posição de prestígio nos governos de cinco Estados.[72]

Na realidade, a pretensa posição de prestígio em cinco estados não se confirmou, uma vez que apenas no Paraná e no Espírito Santo o partido integrou o governo, e neste último por um período inferior a um ano. Um relatório do Diretório Estadual de São Paulo traz uma avaliação bastante distinta, identificando alguns problemas que se acentuariam no período posterior:

> Faltou ao Partido de Representação Popular uma organização mínima estrutural de modo a atuar junto ao eleitorado com eficiência. Não teve essa organização mínima porque: a) não é satisfatória a disciplina reinante em suas fileiras. Há nelas um individualismo que cumpre combater. (...); b) faltou ao Partido os slogans antigos que fizeram o progresso da Ação Integralista Brasileira, hoje superados ou simplesmente abandonados; c) a tendência do Partido tem sido aproximar-se do Governo, quebrando o seu espírito de luta que só a oposição construtiva mantém e desenvolve; d) há deficiência de material humano capaz. Os antigos elementos estão cansados ou descrentes. Não há recursos materiais para uma propaganda eficiente de nossas idéias. Não temos elementos para rebater as calúnias e injúrias de que constantemente somos vítimas e quando o fazemos não temos a mesma intensidade de reação, que corresponda à ação atacante; e) não temos objetivos práticos a realizar. Ficamos no terreno das idéias, que o povo envenenado por nossos inimigos não pode compreender.[73]

Apesar das dificuldades, a eleição de 1947 foi um marco importante para o partido: foi a primeira eleição de que participou com uma estruturação razoável; viabilizou a

---

[71] Correspondência do Diretório Estadual do PRP a José Ludovico de Almeida, 17.1.1947. In: Correspondência com outros partidos e candidatos nas eleições de 2.12.1945 e 19.1.1947 (APHRC-Pprp 02.12.1945).
[72] Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 26.2.1947 (APHRC-Pprp 26.02.47/1).
[73] Relatório da eleição de 19.1.1947 em São Paulo, 24.3.1947 (APHRC-Pprp 24.03.47).

constituição de bancadas parlamentares em 13 estados, em um total de 18 deputados estaduais constituintes; possibilitou a obtenção de diversas declarações de lideranças políticas de vários partidos atestando o "caráter democrático" do partido e, até mesmo, do integralismo; permitiu um avanço na relação com os grupos políticos dominantes, em alguns casos tendo seu apoio disputado por duas ou três candidaturas, e chegando a ter sua campanha eleitoral custeada por outros partidos. Por outro lado, também as frustrações e decepções geradas vinculam-se a esta situação de forte institucionalização. É o caso dos acordos que não foram cumpridos, o individualismo dos candidatos e a "perda do espírito de luta". Efeitos adversos que levariam o partido, na década de 1950, a uma política de "autonomia partidária", como discutiremos no próximo capítulo.

Ainda em 1947 ocorreram algumas eleições para vice-governador, nos estados nos quais as constituições estaduais assim determinaram. Em dois destes estados, a posição do PRP gerou fortes polêmicas. A situação no Espírito Santo é relatada na carta de Calazans do Campo a Plínio Salgado:

> Quando o PSD se reuniu em convenção para escolher seu candidato à vice-governadoria do Estado, o sr. Vicente Vasconcelos compareceu a esse conclave. Um direito comum. Mas, quando a mesa designou uma comissão para comunicar, oficialmente, ao governador, a decisão coletiva, o mesmíssimo sr. Vicente Vasconcelos, consultor jurídico do PRP, incorporou-se a essa comissão e, em Palácio, após os discursos de praxe, tomou a palavra para dizer que também o PRP hipotecava sua adesão à candidatura José Sette. No dia seguinte, ante o mal estar reinante ante a insólita e ilegal, fressurosa e descabida atitude, fiz ver ao deputado Sebastião Marreco, presidente em exercício do PRP, que, de duas uma: ou o partido cohonestava pelos meios legais, ratificando a adesão dada, ou fazia publicar imediatamente comunicado declarando que o PRP, por seus órgãos legítimos (a convenção) resolveria oportunamente sobre sua posição em face do problema da vice-governadoria e que a atitude do sr. Vicente Vasconcelos era meramente pessoal. Nem uma coisa nem outra se fez. O silêncio, porém, foi uma forma de aquiescência. (...) Acontece porém, que, em meio da campanha, depois de lançada a candidatura Eleosippo Cunha, pelo PR e UDN, depois apoiada calorosamente pelos comunistas, o PRP foi, no interior, assumindo compromissos com esta candidatura. (...) Com o pasmo geral, os jornais locais publicavam comunicado do PRP, assinado pelo mesmo deputado Marreco, declarando que o partido se desinteressava das candidaturas a vice-governador.[74]

A Nota Oficial do PRP justificava a retirada do apoio pelas "*atitudes do Partido a que está filiado o candidato recomendado e das coligações que o apóiam*", as quais seriam "*variáveis de município a município, desde a simpatia mais franca até a hostilidade mais extremada*". Assim, delegava "*aos diretórios locais, de acordo com a maneira como forem tratados, a liberdade de optar pela solução que melhor corresponda à sua própria dignidade, sem quebra de nossos princípios doutrinários de combate intransigente do*

[74] Correspondência de Calazans de Campos a Plínio Salgado, 19.1.1948. (APHRC-Pprp 19.01.1948/2).

comunismo".[75] Causa estranheza a descentralização da decisão, em um partido que se apresentava como unificado, ideológico, doutrinário. Foi esta estranheza que levou o veterano integralista Calazans do Campo a romper com o partido, criticando a ação do Diretório Estadual.

Também em São Paulo, a definição da posição do partido gerou forte desgaste. A eleição para vice-governador daquele estado assumiu conotações nacionais, pelos apoios de Vargas e Adhemar de Barros a Novelli Júnior (PSP) e do Gal Dutra a Cyrillo Júnior (PSD). O Diretório Estadual do PRP decidiu-se pelo apoio a este último. Em um primeiro momento, o Diretório Nacional não ratificou o apoio,[76] mas no dia seguinte voltou atrás, confirmando-o. Ao mesmo tempo, aprovou duas diretrizes, que deveriam ser seguidas em todos os estados: "*1º) não figurar em nenhuma coligação partidária em que entrem elementos comunistas; 2º) reafirmar em todas as oportunidades, atitudes ou ação política, o seu inteiro e leal apoio ao sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, cuja autoridade e prestígio os populistas desejam fortalecer nesta hora de extrema gravidade nacional e internacional*".[77] No entanto, poucos dias depois, tornou-se público um acordo com o Partido Comunista Brasileiro, assinado por dois membros da Comissão Executiva do PSD. Declarando que "*a publicação daquele documento criou delicadíssima situação ao Partido de Representação Popular*", seus dirigentes novamente reviram sua posição: "*O diretório estadual do PRP em São Paulo, embora convencido de que nem a Comissão Executiva do PSD neste Estado, nem o candidato sr. Dr. Cyrillo Júnior assumiram quaisquer compromissos com os comunistas, está impedido, por aquele documento e pela qualidade dos signatários pessedistas, a ter preferências no caso das candidaturas à vice-governadoria*".[78] Além de inconsistente, visto que eximia o PSD e seu candidato de responsabilidade, a posição do PRP é contraditória com a assumida na eleição de janeiro, quando manteve seu apoio a candidatos que receberam apoio do PCB, como Walter Jobim (PSD-RS) e Otávio Mangabeira (UDN-BA), aceitando suas garantias de que não tinham assumido nenhum compromisso com os comunistas.

---

[75] Nota Oficial do PRP, 29.11.1947. Apud Correspondência de Calazans de Campos a Plínio Salgado, 19.1.1948. (APHRC-Pprp 19.01.1948/2).
[76] Ata do Diretório Nacional, 17.10.1947. Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC – FPS 021.005.005).
[77] A eleição do vice-governador de São Paulo: decide-se o PRP pela candidatura de Cyrillo Júnior. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 23.10.1947, p. 3.
[78] Nota pública do Diretório Estadual do PRP-SP, s./d. (APHRC-FPS 019.008.001).

Nas eleições municipais de 1947/48, o Diretório Nacional elaborou uma Carta-Consulta padronizada, para coletar as declarações e compromissos dos candidatos a prefeito, e, até mesmo, uma Carta Resposta já preenchida, para que fosse por eles assinada. Pela Carta, os interessados em obter o apoio do PRP deveriam reconhecer "*na Carta de Princípio do PRP um repositário de doutrina política sadia, baseada na Democracia e no Cristianismo*", avaliar o PRP como "*uma organização partidária democrática, de orientação nacionalista e cristã*" e prometer dispensar "*aos partidários do PRP o tratamento cordial que merecem todos os que sinceramente lutam pela grandeza do Brasil*".[79] Havia ainda um espaço em branco para que fossem incluídas as promessas objetivas ao PRP, as quais poderiam variar a cada cidade, de acordo com o peso eleitoral do partido.

Em Belo Horizonte, o apoio do PRP ao candidato do PSD (Negrão de Lima) provocou fortes críticas do candidato do PDC e da UDN (Antonio Vasconcelos), qualificando o PRP como totalitário e Salgado como traidor da Pátria. Em resposta, os integralistas lançaram aos diretórios daqueles partidos "*um repto de honra, para que apresentem, dentre de um prazo de 48 horas, as provas que possuem de ser o sr. Plínio Salgado um traidor da sua Pátria*".[80] Passado este prazo, lançou um manifesto "*para dizer que tanto o diretório municipal da UDN nesta Capital como o diretório estadual do PDC de Minas Gerais a si mesmo se conferiram os títulos de caluniadores vulgares, de mentirosos confessos e de servidores da Rússia Soviética na obra de agressão contra os valores legítimos da Nacionalidade*".[81] Apesar de não possuir grande contingente eleitoral naquela cidade, o apoio do PRP pode ter sido decisivo na vitória de Negrão de Lima, em vista do equilíbrio entre os dois candidatos. Ressalte-se que este confronto com a UDN e o PDC deu-se poucos meses após o apoio perrepista a Milton Campos (UDN), eleito governador, com o apoio do PDC. Uma provável explicação para a posição do PRP encontra-se no fato de que foi preterido na formação do secretariado de Campos. Neste período, mesmo que diversas vezes se confrontassem com a UDN, os integralistas consideravam-na como espécie de "fiadora" de seu caráter democrático, como se a realização de aliança com a UDN comprovasse que o PRP não era totalitário. Em 1950,

[79] Modelo 2: Carta do candidato a prefeito respondendo a que lhe foi endereçada pelo Diretório Municipal (APHRC-FPS 014.007.024).
[80] Repto de honra do Partido de Representação Popular aos Diretórios da UDN e do PDC (APHRC-Pprp 28.11.47/2).
[81] Ao Povo Mineiro, s./d. (APHRC-Pprp 00.11.47/3).

Raymundo Padilha proclamava que "*de 1945 até hoje o PRP já entrou em cerca de 500 (quinhentas) coligações com a União Democrática Nacional, inclusive naquelas que levaram à vitória os governadores Milton Campos e Otávio Mangabeira*".[82] Semelhante raciocínio era aplicado ao PSD: em 1949, *Idade Nova* proclamava: "*É um fato notório a cordialidade que vem reinando entre o nosso partido e o Partido Social Democrático. Guardadas as nossas diferenciações de ordem doutrinária, os populistas têm marchado com o PSD em quase todos os estados, não apenas nos pleitos, mas também em outras campanhas daquele partido*".[83]

É difícil avaliar os resultados alcançados pelo PRP nas eleições municipais de 1947/48, já que as coligações variavam a cada cidade. Considerando-se exclusivamente a votação obtida em chapa própria, o partido alcançou 82.222 votos e elegeu 138 vereadores, em doze estados. Além disto elegeu, também em chapa própria, cinco prefeitos (dois no Rio Grande do Sul e um na Bahia, Espírito Santo e Goiás). Outros foram eleitos em coligação, mas os resultados eleitorais não discriminam o partido dos eleitos. Assim, é difícil avaliar se houve expansão da votação integralista, embora Salgado tenha afirmado que o partido atingiu *"mais de 200 mil votos naquela eleição"*.[84]

Por outro lado, mais uma vez os problemas decorrentes da institucionalização desagradavam algumas lideranças. De acordo com Juraci Machado, "*tramando nos municípios as mais variadas formas de acordo, sem falarmos nos ciúmes e vaidadezinha e pequenas mas perigosas ambições de destacados elementos (pois aqui também há disto), criou-se para o PRP neste Estado* [RS] *uma situação contra a qual é preciso reagir*".[85] Na sua avaliação, a aposta partidária já estava colocando em risco o integralismo: "*se o PRP se desmoralizar juntamente com os demais partidos, isto é, se acompanharmos o artificialismo demo-liberal-partidário, arrastaremos conosco o integralismo (já identificado com o populismo) e, de conseqüência, teremos perdido aquela autoridade moral, que é o nosso passado, de falar ao povo noutra linguagem. O povo não acreditaria em nós, como já não está acreditando nos partidos*".[86] Percebe-se, assim, mais uma vez,

---

[82] PADILHA, Moacyr. Esquerdistas em pânico. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.7.1950, p. 3. Certamente a quase totalidade destas quinhentas coligações – se de fato ocorreram – foi efetivada nas eleições municipais de 1947-48. No entanto, desconhecemos dados que permitam recuperar as alianças em âmbito municipal para checar tal afirmação.
[83] O governador Barbosa Lima e os comunistas [editorial]. *Idade Nova, Rio de Janeiro*, 29.12.1949, p. 1.
[84] Discurso de Encerramento da V Convenção Nacional – 1948 (APHRC-FPS 006.002.001).
[85] Correspondência de Juraci de Assis Machado a Plínio Salgado, 18.1.1947 (APHRC-Pprp 18.01.47).
[86] Idem, ibidem.

que o cotidiano partidário gerava reações adversas, além de instigar interesses e ambições que futuramente criariam problemas maiores à direção integralista.

5.2.4 O PRP contra o Acordo Interpartidário

Passadas as eleições estaduais de janeiro de 1947, as relações estabelecidas com os principais grupos políticos e a eleição de uma bancada de deputados estaduais na maior parte dos estados levaram o PRP a tentar, mais uma vez, obter sua incorporação ao governo federal, hiper-valorizando sua própria expressão e reafirmando o apoio ao governo federal. Uma iniciativa que evidencia esta perspectiva é uma longa correspondência coletiva assinada pelos deputados estaduais eleitos, enviada ao presidente Dutra. A carta não pedia diretamente a incorporação do PRP no governo, mas enfatizava sua lealdade, ao mesmo tempo em que tentava convencer o presidente da relevância do partido:

> A estatística eleitoral demonstrou ser o nosso partido um dos quatro cujo crescimento se tornou patente a 19 de janeiro passado. Já não somos apenas os 134 mil votos que concorreram para a vitória de V. Excia, contribuindo com sua atitude decisiva para atrair outros coeficientes até então indecisos. (...) As urnas, apesar da grande abstenção em todo o país, revelaram um aumento de 21% em nossas fileiras. Essa percentagem, exatamente por ser moderada, revela a natureza do nosso crescimento, que se processa no ritmo normal de um desenvolvimento orgânico, pela gradativa soma de consciências esclarecidas doutrinariamente, e não pelo fenômeno passageiro das hipertrofias eleitorais indicativas de meras crises da opinião pública. (...) O nosso grande significado no momento presente baseia-se no fato de constituirmos o único partido verdadeiramente nacional, pela uniformidade doutrinária e pela conformidade de atitudes em todos os Estados da Federação. (...) Vimos à presença de V. Excia, Sr. Presidente, numa hora gravíssima de nossa Pátria. Contra a onda de uma demagogia dissolvente, que se alastra sob o influxo e estímulo de fatores externos, a Nação só poderá evitar a sua ruína se conseguir opor aos tremendos males que a enfermam, a ação construtiva de verdadeiros partidos nacionais.
>
> É diante desse quadro geral de debilidade política, diante desse panorama de conchavos que desagregam todo o poder de verdadeiras correntes nacionais capazes de se opor à estratégia e à tática de um partido que representa o maior dos solapadores da democracia e que possui uma inegável consciência doutrinária, uma surpreendente plástica de ação e uma disciplina rígida em seus quadros, que nós, deputados estaduais do Partido de Representação Popular, temos resolvido reunirmo-nos na Capital da República para traçar rumos de trabalho uniforme, coerente, profícuo e fecundo, objetivando sempre exprimir os mesmos conceitos e adotar as mesmas atitudes em todas as Casas dos Legislativos Estaduais.
>
> É V. Excia, Sr. Presidente, testemunha de que, passadas as eleições de dezembro de 1945, em que os populistas sufragaram o nome ilustre de V. Excia, outra coisa não temos feito senão trabalhar desinteressadamente pelo Bem do Brasil, jamais cruzando as portas deste palácio para solicitar posições, pleitear cargos, requerer benefícios ou lembrar compensações em troca dos votos que constituíram espontânea deliberação dos nossos correligionários, os quais entre dois candidatos igualmente dignos, optaram por aquele que revelou maior compreensão da nossa presença na História do Brasil. Com estes propósitos, continuamos a trabalhar, jamais visando outra recompensa do que a da própria

> alegria do dever cumprido e daquela consolação que nunca poderá vir dos homens, porque somente Deus conhece o íntimo dos nossos corações e a sinceridade com que sacrificamos muitas vezes a nossa própria vida particular para empregar nosso tempo, atividade e paciência no aliciamento de nossos irmãos brasileiros em torno da sagrada Bandeira da Nação.[87]

Mais uma vez, para decepção dos integralistas, o PRP não foi chamado ao governo. Naquele momento, passadas as eleições estaduais, começava a ser articulado o chamado "Acordo Interpartidário", reunindo os três principais partidos conservadores – PSD, UDN e PR. Este acordo garantiria enorme apoio político e parlamentar ao governo Dutra, e portanto tornava o apoio do PRP muito menos relevante, diminuindo, conseqüentemente, seu poder de barganha. Lembre-se, por exemplo, que na maior parte dos estados em que o apoio do PRP foi relevante para a definição das eleições de 1947 – como Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais – a UDN e o PSD estavam em campos opostos. Ao mesmo tempo, o fato de o PTB e o varguismo serem a principal corrente excluída do acordo deixava os integralistas com poucas alternativas. Salgado deixava claro que preferia que a UDN permanecesse na oposição: "*O PSD no governo e a UDN na oposição (e não quero dizer oposição demagógica, sistemática, destrutiva, mas oposição esclarecida de crítica construtiva e colaborante) seriam duas grandes correntes, as quais atrairiam em alianças dignas os partidos de menores proporções eleitorais segundo afinidades ideológicas*".[88]

Excluídos do acordo, os integralistas reagiam atacando "*as estúpidas exclusões ditadas pelos preconceitos partidários ou personalistas, indignos da hora histórica em que vivemos*".[89] Ainda em 1947, Salgado criticava as negociações em curso, avaliando que o acordo nacional só seria efetivo se tivesse ramificações em cada estado e estas em cada município, o que seria provavelmente inviável[90]. Ainda assim, em janeiro de 1948, o PRP reafirmava o apoio a Dutra, ao mesmo tempo em que apelava para a centralização partidária. Segundo resolução do Diretório Nacional, "*o Partido continua a apoiar o Exmo. Sr. Presidente da República, pelo que os Diretórios Estaduais deverão executar, nos respectivos âmbitos de ação, essa política de apoio à S. Excia consultando, sempre*

---

[87] Correspondência dos deputados estaduais do PRP a Eurico Gaspar Dutra, 29.1.1947 (APHRC-FPS 89.15.4).
[88] SALGADO, Plínio. A sucessão e os partidos. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 31.3.1948, p. 1 e 6.
[89] PADILHA, Raymundo. Crise de sobrevivência. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 22.5.1947, p. 3.
[90] SALGADO, Plínio. Ainda sobre as realidades brasileiras. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.8.1947, p. 1 e 6.

que houver dúvidas a respeito de atitudes a assumir, a Comissão Nacional de Orientação Política".[91]

Com a assinatura do acordo, em 28.1.1948, a UDN recebeu os ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Saúde, enquanto ao PR coube o Ministério da Agricultura. O acordo foi efetivado e tornado público sem qualquer consulta ao PRP. De imediato, os dirigentes do PRP passaram a criticá-lo. De acordo com Luis Compagnoni, o acordo "*praticamente nasceu morto. O povo não tomou conhecimento dele! E por quê? Porque não existem os chamados grandes partidos nacionais, devido às grandes dissidências, que lavraram em suas respectivas organizações*".[92] Para *Idade Nova*, "*os simples acordos interpartidários, sem substrato político, mais desmoralizam do que reúnem*".[93] O jornal prosseguia criticando o acordo e apontando a fragilidade de seus integrantes, afirmando que "*essas grandes organizações eleitorais ainda não revelaram outras aptidões senão as de concorrência às urnas*".[94]

Os recorrentes esforços anteriores do PRP para ser integrado no governo federal e nos governos estaduais evidenciam que sua crítica ao acordo é decorrência de sua exclusão, ainda que mantendo da tradição integralista a tese da "carência doutrinária" dos partidos brasileiros. O partido via-se marginalizado e sem alternativas, e portanto repudiava o acordo nas condições em que foi efetivado.

No início de 1949 o apoio do partido ao governo Dutra já era mais matizado, resguardando a figura do presidente, mas criticando as "ambições" de alguns de seus assessores:

> Resta, entretanto, apenas um fator a conspirar contra a eficácia das medidas governamentais. Isto nota o povo brasileiro, notamos nós não sem grande desgosto, nós que colaboramos para a eleição do general Dutra e desde então, em momento algum, lhe recuamos nosso firme e sincero apoio. Pensamos em certas personalidades, incrustadas em cargos de importância ou designadas para eventuais funções relevantes da República, as quais longe de defenderem os interesses do país, como lhes cumpria acima de tudo, se

---

[91] Resolução do Diretório Nacional, aprovando normas elaboradas pela Comissão Nacional de Orientação Política, como conclusão do Conclave de Estados Centro-Meridionais, 29.1.1948 (APHRC-FPS 019.012.001). A resolução ainda proibia pronunciamentos de diretórios e parlamentares sobre a sucessão presidencial, submetia todas as coligações parlamentares à aprovação da CNOP, e estabelecia que a partir de então "*os populistas não devem aceitar cargos administrativos de caráter político no âmbito estadual ou municipal, salvo casos excepcionalíssimos, a juízo do Diretório e Conselho Nacionais, com audiência da Comissão Nacional de Orientação Política, quando se tratar de cargos estaduais, e do Diretório e Conselho Estaduais, com audiência da Comissão Estadual de Orientação Política, se os cargos forem municipais*".
[92] COMPAGNONI, Luis. O acordo interpartidário. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 5.2.1948, p. 3.
[93] Desorganização nacional [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 12.2.1948, p. 3.
[94] Coligação de valores. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 11.3.1948, p. 3.

> preocupam antes em saciar suas próprias ambições, tanto de mando político, como de poderio econômico".[95]

No final daquele ano, Salgado ainda declarava que Dutra "*assumiu a presidência numa hora gravíssima*", e que "*dentro dessas condições, fez o máximo que pode, como homem patriota, como homem de bem*".[96] O ressentimento do PRP com o Gal. Dutra se explicitou em 1950, como se verifica em uma entrevista de Raymundo Padilha ao *Diário Carioca*, reproduzida por *Idade Nova*. Ao justificar porque não aceitou proposta do PSD - que oferecia um ministério em troca do apoio do PRP a Cristiano Machado -, Padilha explicitava o descontentamento dos integralistas:

> Em 1945 nada pedimos ao general Dutra em troca do nosso apoio. Sua Excia., entretanto, assegurou-nos espontaneamente que teríamos no seu governo participação condizente com a nossa contribuição. A verdade, porém, é que nem sequer fomos convidados para tomar parte no acordo interpartidário, mas apesar disso, silenciamos para não criar dificuldades ao governo, tendo em vista os grandes problemas políticos, econômicos e sociais que o assoberbavam. Essa nossa atitude patriótica não evitou, contudo, que uma profunda decepção, com respeito a essas reservas, ganhasse corpo no seio do meu partido".[97]

Em sua correspondência privada, Salgado assumia uma posição mais dura do que a publicamente expressa: "*a frase de Idade Nova a que faz referência, 'nem tudo foi feito', representa, precisamente, uma maneira atenuada de manifestar o nosso desgosto em relação do governo Dutra, no que concerne às justas reivindicações dos nossos companheiros. Deveríamos ter dito 'quase nada foi feito' e estaríamos mais perto da verdade*".[98] Ainda assim, o apoio público ao governo, em nome da ordem, do reforço da autoridade e da estabilidade política, ainda que sem o mesmo entusiasmo anterior, manteve-se até o final de seu mandato, e mesmo durante o desenvolvimento da campanha eleitoral, quando os integralistas e o presidente apoiavam candidatos diferentes.

---

[95] Somente um fator conspira contra o governo [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 5.5.1949, p. 3. É evidente a semelhança entre esta formulação e o malabarismo discursivo do Partido Comunista, quando tentava justificar a manutenção de seu apoio ao governo Dutra, mesmo sendo alvo da repressão daquele mesmo governo. Para tal, dissociava a figura do presidente – supostamente um democrata, já que teria se oposto ao nazi-fascismo – e seus assessores, que seriam os únicos responsáveis pelos atos arbitrários e repressivos. Assim, o PCB concluía que "*os elementos que cercam o Presidente são inimigos do próprio presidente e da democracia brasileira*". Declaração do deputado Maurício Grabois (PCB), *apud* ALMINO, op. cit., p. 180.

[96] Entrevista de Plínio Salgado à *Folha do Rio*, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 091.003.012).

[97] Por que não aceitamos os ministérios. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.7.1950, p. 5.

[98] Correspondência de Plínio Salgado a Giácomo Olivier, 30.3.1951 (APHRC-Pprp 30.03.51/3).

5.3 O PRP e as eleições gerais de 1950

5.3.1 A oposição à candidatura única

Um dos itens previsto no Acordo Interpartidário era o lançamento de uma candidatura única para a eleição presidencial de 1950, reunindo PSD, UDN e PR. Esta candidatura contaria com bases eleitorais muito superiores a outras que eventualmente fossem lançadas, além do apoio do presidente e da grande maioria dos governadores estaduais. Mais do que isto, para seus propositores, a "candidatura única" era encarada como de "união nacional", subentendendo-se que deveria ser efetivamente a única a concorrer. Desde o início da vigência do Acordo, iniciaram-se as negociações entre aqueles partidos para a definição do possível candidato. É fácil perceber que a efetivação deste acordo prorrogaria a relativa marginalização em que se encontrava o PRP, pois seu apoio seria de bem pouca importância e os integralistas não seriam necessários para a formação do governo. Por outro lado, o eventual lançamento de várias candidaturas e a fragmentação dos votos abria a possibilidade de o apoio integralista ser decisivo para a vitória de um dos candidatos. Isto explica a reação do PRP, criticando fortemente a possibilidade do lançamento da "candidatura única".

Diversos eram os argumentos utilizados contra a "candidatura única". Esquecendo-se que o próprio PRP comparecia às eleições participando de coligação, Salgado apresentava-nas como resultado de uma covardia: "*Os partidos, quando se aproxima a época das eleições sentem medo de funcionar democraticamente. Procuram se unir uns aos outros, a fim de se garantirem um êxito que temem não alcançar sozinhos. A idéia da derrota apavora-os. Querem ganhar na certa. Começa então o jogo das combinações*".[99] O lançamento de uma "candidatura única" seria ainda uma "*falta de fé no funcionamento do regime e a confissão pública dos partidos proclamando à Nação que o unipartidarismo, que a Constituição condena, apresenta maiores vantagens do que o pluripartidarismo... Candidato único pode ser prelúdio de partido único*".[100] Também o argumento da "pacificação" representada pela "candidatura única" era contestado pelos integralistas: "*Não concordamos em que uma eleição sem luta ajude o progresso político do país. O outro lado, ou seja, a manipulação de candidatura única, é que encerra graves perigos*

[99] SALGADO, Plínio. O país das maravilhas. *Idade Nova,* Rio de Janeiro, 29.12.1948, p. 1 e 6.
[100] Entrevista de Plínio Salgado ao *Diário de São Paulo*, 25.2.1949. Original datilografado (APHRC-FPS 091.003.006).

para o país".[101] Ao mesmo tempo, os integralistas seguiam acreditando que a "candidatura única" não se efetivaria, e esperavam tirar vantagens da negociação de seu apoio. Uma carta de Salgado, em fevereiro de 1949, expressa esta perspectiva: "*a atitude do PRP deve ser a de nenhuma animosidade e nenhuma simpatia especial por quem quer que seja. Iremos com o que mais convier aos* ***supremos interesses do nosso partido*** *que, por dever de honestidade e de consciência,* ***devemos identificar com os próprios interesses do Brasil***".[102]

Em agosto daquele ano, pela primeira vez, o PRP recebeu uma consulta oficial da "Comissão Interpartidária", formada pelos presidentes do PSD, da UDN e do PR. A consulta foi enviada também a todos os demais partidos políticos registrados, e tinha como objeto a "*escolha de candidatos comuns à presidência e vice-presidência*" e ainda a "*fixação das linhas mestras ou dos pontos fundamentais de um programa político administrativo a ser executado pelos candidatos, os quais, eleitos e proclamados, passarão a considerar como seus colaboradores, não só os do partido a que pertencerem, mas dos demais partidos que se congreguem para elegê-los e apoiá-los no Governo, que será, em qualquer caso, de pacificação nacional*".[103] A resposta do PRP ignorava as fortes críticas que o partido vinha fazendo até então. Provavelmente acreditando que os "supremos interesses do partido" podiam estar na sua integração à Frente Interpartidária, aceitava, em tese, o acordo:

> a) A escolha de candidatos comuns por dois, três ou mais partidos, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, é perfeitamente aceitável, uma vez que, existindo treze partidos legalmente registrados, se teriam treze candidatos no caso de não se processarem coligações para sustentar candidatos comuns, o que dificultaria extremamente o pleito eleitoral e as conseqüentes apurações, além de possibilitar-se a ocorrência de uma situação grave, qual seria a de os candidatos eleitos não reunirem sufrágios em número equivalente à preponderância da opinião pública nacional.
>
> b) Para se chegar à conclusão prevista pelo item precedente, é, de fato, imprescindível que os partidos dispostos a coligar-se estabeleçam bases doutrinárias programáticas merecedoras do assentimento de cada um dos coligandos, as quais seriam uma espécie de

---

[101] Contra as soluções de conchavos: O nosso partido, pela palavra de Plínio Salgado, combate a idéia da candidatura única, como atentatória à essência democrática do regime. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 3.3.1949, p. 1 e 6.

[102] Correspondência de Plínio Salgado a Carlos Albuquerque, 4.2.1949 (APHRC-Pprp 04.02.49). Grifos meus.

[103] Apud Resposta do Partido de Representação Popular à Comissão Interpartidária, 17.8.1949 (APHRC-FPS 19.13.10).

> denominador comum, sem exclusão dos numeradores, isto é, das peculiaridades específicas das diferenciações partidárias.[104]

O PRP apresentava duas exigências: a necessidade "*de abrir exceção para o Partido Socialista Brasileiro, por ser o único no país cuja doutrina se baseia numa evolução econômico-social tendente a atingir por processos eleitorais o estatismo totalitário preconizado tanto pelo nacional-socialismo (nazismo) como pelo internacional-socialismo (ou comunismo)*"*;* e a priorização do "*mais importante de todos os problemas*"*:*

> A luta contra o comunismo, não apenas sob o aspecto de partido político que assumiu ou pretende assumir, mas apreciado no caráter de ação extrapartidária que pratica, exercendo o seu magistério anti-humano e pondo em execução as suas manobras antidemocráticas e antibrasileiras, nos setores do Ensino dos três graus, no jornalismo, nas agremiações classistas, nos partidos em que se infiltra ou de cujas legendas se serve, no funcionalismo público federal, estadual e municipal e em outras zonas da vida do país.[105]

Em vista disso, solicitava que fossem previstas "*providências inequivocamente capazes de impedir, de modo definitivo, a influência, ação ou domínio dessa organização estrangeira e a serviço de uma potência imperialista – a Rússia Soviética – em qualquer campo das atividades nacionais*".[106] A possibilidade de incorporação do PRP no Acordo Interpartidário levou também o jornal *Idade Nova* a rever sua posição, passando a considerar "desejável", em vista do "momento nacional", "*a harmonização dos chamados grandes partidos em torno de uma candidatura comum para as próximas eleições presidenciais*".[107]

A expectativa dos integralistas, no entanto, foi logo frustrada, pois o PRP não voltou a receber consultas da comissão. Ao mesmo tempo, os partidos integrantes do Acordo Interpartidário passavam a ter crescentes dificuldades para a escolha de um candidato comum, com a sucessiva apresentação de várias "fórmulas", todas elas rechaçadas por um dos partidos ou pelo presidente Dutra (que intervinha nas negociações). Assim, o PRP voltava a criticar a proposta, em termos muito semelhantes aos anteriores à consulta:

> Aproxima-se o pleito presidencial da República e os partidos demonstram o maior horror ao embate das urnas. Fundados por força de lei com caráter nacional, agem no sentido puramente regional. E havendo entre tais partidos alguns que se dizem grandes, ou representativos de correntes ponderáveis da opinião pública, não se animam eles a

---

[104] Resposta do Partido de Representação Popular à Comissão Interpartidária, 17.8.1949 (APHRC-FPS 19.13.10).
[105] Idem, ibidem.
[106] Idem, ibidem.
[107] Devemos reagir contra o pânico [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.10.1949, p. 3.

> comparecer sozinhos ao pleito, como seria normal num regime de verdadeira democracia. O normal, já que se diz que vivemos numa democracia, seria que os tais supostos grandes partidos apresentassem seus candidatos a fim de que os presumíveis pequenos partidos tomassem posição em face dos nomes apresentados. Mas os hipotéticos grandes partidos não querem ir sozinhos às urnas. Procuram, por isso, organizar uma espécie de sociedade por quotas, para aumentar o capital eleitoral, atingindo tal soma de votos que os outros partidos nada possam fazer contra a imposição do candidato tripartite.[108]

Para *Idade Nova*, ainda, estava sendo criado um "falso dilema" inaceitável: "*candidatura única ou caos*".[109] Salgado acirrava a crítica*:*

> Julgo que a candidatura única, ou quase única, é a suprema negação não apenas do sistema presidencial, mas da própria Democracia, pois em última análise, seria uma imposição de meia dúzia de dirigentes ao povo, ou melhor, o império de uma oligarquia de tal forma impositiva que não sei como distingui-las dos regimes totalitários, onde tudo se resolve num Supremo Conselho. (...) No fundo, contraria o artigo da Constituição que prescreve a existência de partidos e não de um só partido. É o começo do monopartidarismo. Unir todos na base de um programa único e de um candidato é anular as diferenciações políticas, realizando, pelo processo de um grande trust, monopólio ou cartel eleitoral, um verdadeiro partido único de tipo fascista.[110]

Em várias situações, as críticas dos integralistas às motivações do Acordo Interpartidário efetivamente apontam contradições no discurso dos dois maiores partidos nacionais daquele momento. A denúncia de características totalitárias na proposta de uma "candidatura única" de "pacificação nacional", dava aos integralistas a oportunidade de apontar componentes nitidamente antidemocráticos na prática política de alguns de seus antigos acusadores, que qualificavam o integralismo como fascista. Ainda assim, o breve recuo da posição do PRP quando foi consultado sobre a possibilidade de integrar o Acordo, deixa claro que sua critica era completamente oportunista, exprimindo seu descontentamento com uma conjuntura (governo Dutra) e uma alternativa política (possível candidatura única) nas quais o formato do pacto de dominação reduzia o papel dos integralistas, tornando dispensável sua contribuição, seja para a manutenção da ordem vigente (em virtude do forte apoio político ao governo), seja como fiel da balança nas disputas eleitorais.

Por sua vez, a "Comissão Interpartidária" não conseguiu encontrar um candidato "consensual" de "pacificação nacional", tendo chegado a uma situação de impasse insuperável. Nesse contexto, a UDN adiantou-se, lançado a candidatura de Eduardo

---

[108] Realidades de direito e de fato. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.12.1949, p. 1 e 6. O mesmo artigo foi publicado em livro, como sendo de autoria de Salgado. SALGADO, Plínio. O *Ritmo da História.* Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949, p. 64.
[109] Aprioristas do caos [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 22.12.1949, p. 3.
[110] Entrevista de Plínio Salgado, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 011.005.002).

Gomes, decretando a falência da Comissão. O lançamento das candidaturas de Cristiano Machado (PSD) e Getúlio Vargas (PTB) completou o quadro sucessório. Esta nova conjuntura, com três candidatos disputando a eleição, fez com que o apoio do PRP voltasse a ser valorizado, chegando inclusive a ser objeto de uma disputa entre o PSD e a UDN.

5.3.2 O acordo eleitoral com a UDN e o apoio à candidatura Eduardo Gomes

À medida que a eleição presidencial se aproximava, o PRP se preparava para negociar seu apoio a um dos candidatos presidenciais em condições vantajosas. Um dos aspectos desta tática era a propagação da tese de que o partido tinha alcançado grande crescimento organizacional desde as eleições de 1947, motivo pelo qual atingiria uma votação que surpreenderia os demais partidos. No programa radiofônico do partido, Salgado revelou sua projeção de que, seguindo a proporção da expansão dos diretórios municipais, o PRP deveria atingir no mínimo 457.593 votos.[111] Além disso, o partido estaria iniciando um momento de larga expansão: "*Circunstâncias as mais diversas evitaram que desempenhássemos até aqui, um papel mais preponderante na vida nacional. Havia um fabuloso acervo de mentiras, de calúnias, de infâmias a desfazer, uma obra paciente de esclarecimento que, só agora, começa a atingir os seus objetivos. (...) Nosso partido terá que abandonar a primeira fase da sua organização, da defensiva, para passar à etapa da expansão em larga escala*".[112] Em junho de 1949, o partido mantinha-se na expectativa do lançamento das candidaturas, para travar negociações: "*Não sendo um dos Três Grandes - PSD, UDN, PTB - o PRP aguarda o pronunciamento destes para, em convenção, examinando as fórmulas propostas, escolher o seu caminho. Por enquanto não temos candidato, mesmo porque não há candidatos a escolher*".[113] Em agosto daquele ano, o Diretório Nacional estabeleceu as diretrizes para as eleições de 1950:

> I – Nenhum Diretório Estadual deverá pronunciar-se a respeito da sucessão presidencial da República, das sucessões dos Governadores de Estado, nem de qualquer aliança eleitoral para composição de chapas, antes da Convenção Nacional, a realizar-se extraordinariamente no ano de 1950, para o fim especial de fixar a posição do Partido em face daqueles problemas.
>
> II – Será norma do Partido, para todos os Estados, no que se refere a eleições para as Assembléias Legislativas Estaduais, comparecer com legenda própria, evitando alianças

[111] Programa Radiofônico do PRP, s./d. (maio de 1950) (APHRC-FPS 015.022.003). De acordo com Salgado, o PRP tinha 12 diretórios estaduais e 53 municipais em 1945; 20 estaduais e 313 municipais em 1947; e 23 estaduais, 1004 municipais e 593 distritais no início de 1950.
[112] Seremos em 1950 uma força decisiva. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 24.2.1949, p. 1.
[113] Em face das dificuldades nacionais e internacionais o PRP confia plenamente no Presidente Dutra. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 16.6.1949, p. 1.

> ou coligações. As chapas deverão ser completas e não haverá candidatos preferenciais. As alianças ou coligações, previstas pela Lei, só serão adotada, se necessário, nos planos municipal e federal.
>
> III – Todas as alianças parlamentares entre o PRP e outro, ou outros partidos, até agora vigentes, mereceram a aprovação do Diretório Nacional, devendo quaisquer outras, a serem feitas, submeterem-se previamente à aprovação tanto dos Diretórios Estaduais, nos seus respectivos âmbitos, como do Diretório Nacional. Estas alianças têm caráter estritamente parlamentar, visando assuntos exclusivamente administrativos, e não implicam em compromissos políticos do Partido (...).
>
> IV - Os representantes do Partido na Câmara Federal, nas Assembléias Estaduais e nas Câmaras Municipais não poderão realizar alianças, coligações ou assumir, de per si, atitudes de adesão ou de ação em conjunto com outro ou outros partidos, sem ouvir, respectivamente, os Diretório Nacional e Estaduais do Partido. (...).
>
> V – Tanto os Diretórios Estaduais ou Municipais ou seus membros (...) poderão ouvir propostas de acordos, coligações, alianças ou solicitações de apoio de personalidades políticas, não estando, entretanto, autorizados a responder em nome do Partido. Cumpre-lhes, em casos tais, transmitir, por escrito, aos órgãos dirigentes do Partido, as propostas recebidas.
>
> VI - A preocupação máxima dos órgãos dirigentes nacionais, estaduais e municipais do Partido deve ser a de trabalhar pelo crescimento da nossa agremiação partidária (...).
>
> VII – A fim de que a presente diretiva tenha cabal cumprimento, é imprescindível que os Diretórios Estaduais mantenham permanente contato com os Diretórios Municipais e tragam o Diretório Nacional informado, com a maior freqüência, de todos os fatos e pormenores significativos ocorridos no âmbito de suas seções.[114]

No final de 1949, Salgado relatava em carta o andamento das negociações, afirmando que ainda não havia nada definido e explicitando o critério principal que seria adotado para a futura definição:

> Nada posso lhe adiantar ainda sobre a nossa posição no próximo pleito para Presidente da República. Procurado por todos os próceres (exceto os da UDN) tenho colocado todos em igualdade de condições e simpatia, mas entendo que o PRP deve, na ocasião própria, **identificar os interesses do Brasil com os do nosso Partido**, a menos que sejamos infiéis a nossa doutrina, infiéis a nossas convicções que pressupõem a **salvação da Pátria na vitória populista**. O que nos interessa é eleger grande bancada federal e numerosas bancadas estaduais. O Legislativo é, por enquanto, a nossa preocupação. Dentro desse pensamento é que devemos agir na hora própria.[115]

Em março de 1950, Salgado tornou públicas quatro condições que seriam observadas para o estabelecimento de coligação com qualquer dos candidatos: "*1) a manutenção do regime democrático (...); 2) o fortalecimento dessa democracia, de sorte a não viver constantemente ameaçada por elementos que pretendem destruí-la para implantar no Brasil um regime totalitário (...); 3) como conseqüência, não daremos o*

[114] Diretiva do Diretório Nacional, 15.8.1949. Documentação do Diretório Nacional (CDAIBPRP).
[115] Correspondência de Plínio Salgado a Carlos Albuquerque, 15.12.1949 (APHRC-Pprp 15.12.49).

nosso apoio aos candidatos que aceitarem o voto do Partido Comunista; 4) exigimos ainda um largo plano de recuperação nacional".[116] O apoio dependeria ainda "*da maneira como o Partido de Representação Popular estiver sendo tratado pelos adeptos ou propagandistas de cada uma das candidaturas*".[117] O partido garantia que se houvesse três candidatos, o que merecesse seu apoio venceria as eleições, pois "*o PRP sai a campo e trava ardorosamente a batalha por seu candidato, despendendo todos os esforços e fazendo todos os sacrifícios para que ele venha a triunfar*".[118]

No mês de maio, Salgado encontrou-se com Eduardo Gomes. O encontro que se pretendia secreto, foi denunciado por Carlos Lacerda, um dos principais opositores udenistas da possível aliança com os integralistas. Ao mesmo tempo, Salgado atualizava os supostos critérios para a definição do PRP:

> Os elementos de que necessitamos para que o Partido de Representação Popular escolha o seu caminho procederão: 1º) das plataformas ou declarações mais ou menos pormenorizadas dos candidatos, onde os princípios cristãos, nacionalistas e democráticos sejam postos à prova a propósito das soluções concretas dos variados problemas de ordem política, social, econômica, financeira, cultural e moral, mediante explicitação clara e positiva; 2º) das correntes políticas e até mesmo de certas personalidades que venham a apoiar ou desapoiar o candidato; 3º) das idéias, do tipo e do estilo das respectivas propagandas, que se venham a desenvolver pela imprensa, pelo rádio, pelas variadas publicações e nos comícios; 4º) da maneira como o PRP estiver sendo tratado pelos adeptos ou propagandistas de cada uma as candidaturas; 5º) dos entendimentos pessoais que, no devido tempo, hajam de complementar os dados colhidos para perfeita instrução da consciência política da nossa agremiação.[119]

A expectativa de uma possível aliança com a UDN, fortalecida depois da divulgação da reunião secreta entre Salgado e Gomes, gerou reações no interior do PRP. O deputado federal Goffredo da Silva Teles enviou um memorial ao Diretório Nacional, defendendo o apoio ao candidato do PSD. Para ele, a candidatura Vargas deveria ser descartada a priori, em virtude de ser "*socialista e demagógica, fundada em massas populares incontroláveis*", representando, "*na política interna da Nação, a demagogia socialista, o açulamento dos interesses imediatistas, a subversão da ordem, a corrupção*

---

[116] Entrevista de Plínio Salgado ao *Diário da Noite*, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 011.004.005). Esta entrevista foi reproduzida em: Plínio Salgado e a sucessão. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 16.3.1950, p. 1 e 6.

[117] O PRP em condições de decidir as eleições. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 1.6.1950, p. 1. Salgado repetia, recorrentemente a justificação do veto aos socialistas: "*o problema mais importante de todos os que hoje nos devem preocupar é o da ameaça externa e interna do comunismo, que joga com forças auxiliares sutilmente dissimuladas em partidos de fundamentos ideológicos totalitários, como são todos aqueles que se inspiram no socialismo objetivador dos mesmos fins estatizadores do comunismo russo*". Entrevista de Plínio Salgado à *Folha do Rio*, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 091.003.012).

[118] O PRP saberá escolher [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 1.6.1950, p. 3.

[119] Programa Radiofônico do PRP, s./d. (maio de 1950) (APHRC-FPS 015.022.003).

dos costumes; e, na política internacional, o antiamericanismo, o peronismo, a sabotagem contra os Estados Unidos".[120] A candidatura udenista, por sua vez, seria "*um meio de cindir, desastrosamente as forças que deveriam caminhar juntas contra o adversário comum*". Apoiá-la seria, para o PRP "*romper com sua linha tradicional de aliança com o PSD e sufragar um candidato cujo Partido e respectiva imprensa, na quase totalidade, sempre hostilizaram o Populismo e seus líderes*", além de "*abandonar um candidato com grandes possibilidades de vitória nas urnas, para adotar o mais fraco dos candidatos apresentados*".[121] Nessas condições, apenas a aceitação de "*um nome do Partido de Representação Popular como candidato à vice-presidência da República tornaria aceitável a aliança com aquele partido*",[122] sendo mais recomendável, no entanto, "*procurar acordo com o sr. Cristiano Machado, e garantir as maiores vantagens possíveis no futuro governo*", e, "*no caso em que não seja possível fazer acordo conveniente com o Sr. Cristiano Machado e com o PSD, deve o PRP lançar candidato próprio*". Também Alcibíades Delamare, veterano líder integralista, considerava que o PRP não poderia "*vir a apoiar a candidatura do Brigadeiro, uma vez que a UDN aceitou a adesão do Partido Socialista, vanguarda, que é, do Partido Comunista*". No entanto, como os integralistas seriam "*irreconciliáveis com a famigerada dupla Getúlio-Adhemar*", e também a candidatura de Cristiano Machado não seria recomendável, já que "*Dutra, no decurso do seu desastrado governo, jamais se lembrou que foi guindado às culminâncias do poder pelo voto dos Populistas, positivamente seria uma humilhação para nós*", Delamare clamava pelo "*lançamento de um candidato próprio do PRP à presidência da república*".[123] Como a candidatura própria não estava nas cogitações da liderança integralista, Delamare voltou a insistir que não se esquecesse que "*a UDN e seus líderes mais graduados sempre nos dispensaram o mais rude dos tratamentos*", lembrando seu apoio à exposição antiintegralista, para concluir que "*se a UDN pretender com sofismas e negaças fugir a compromissos formais ou ladear o problema com promessas futuras, então será o caso do Chefe caminhar, a passos firmes, para uma aliança com PSD, mantendo, assim, a linha tradicional do nosso Partido*", com a condição, no entanto, de

[120] Memorial apresentado por Gofredo Teles Jr. ao Diretório Nacional
[121] Idem, ibidem.
[122] Idem, ibidem.
[123] Correspondência de Alcibiades Delamare a Plínio Salgado, 11.5.1950 (APHRC-Pprp 11.5.1950).

que os pessedistas "*desde já nos assegurem uma situação de estabilidade política no presente e de colaboração direta em seu governo no futuro*".[124]

A 6 de junho, o Diretório Nacional decidiu enviar cartas-consulta, de igual teor, a Cristiano Machado e a Eduardo Gomes.[125] Nestas cartas, eram longamente relatados os cinco "*princípios fundamentais da doutrina política do PRP*", além da Carta de Princípios, do Programa e dos Estatutos do partido, que eram enviados em anexo, solicitando que os candidatos opinassem "*sobre os cinco pontos ora expostos e sobre os documentos básicos do nosso partido*", e também "*sobre o teor democrático do nosso partido, durante os anos de suas atividades, desde a sua fundação até o presente*".[126] Cristiano Machado respondeu comentando e elogiando os princípios relatados e aceitando *"as idéias e diretivas que compõem a Carta de Princípios e o Programa do Partido de Representação Popular, as quais não colidem com os princípios programáticos do Partido Social Democrático*".[127] A resposta de Eduardo Gomes foi remetida de uma maneira bastante curiosa: foi enviada uma primeira versão, sem data e não assinada, para que Salgado avaliasse se era satisfatória.[128] Alguns dias depois, foi enviada a versão oficial da carta, ampliada e tratando de maneira mais detalhada dos temas indagados. Em sete páginas, Gomes afirmava sua concordância com cada um dos postulados do PRP, concluindo que "*existe identidade de objetivos entre a nossa orientação e a de V. Excias. quanto à preservação da ordem interna do Brasil e bem assim quanto a sua política externa*", e que a Carta de Princípios, o Programa e os Estatutos do PRP "*não colidem com a doutrina democrática, segundo, aliás, reconheceu o órgão competente da Justiça Eleitoral*".[129]

Às vésperas da Convenção Nacional do PRP – marcada para 21 de junho -, os candidatos interessados no apoio integralista passaram das declarações de simpatia para propostas concretas. Gustavo Capanema, em nome do PSD, escreveu a Salgado formalizando quatro compromissos para que o PRP apoiasse Cristiano Machado:

1. O presidente Eurico Dutra me autorizou a declarar-lhe que, na recomposição ministerial, que imediatamente fará, em vista da política sucessória, convocará, para

---

[124] Correspondência de Alcibiades Delamare a Plínio Salgado, 29.6.1950 (APHRC-Pprp 29.6.1950/1).
[125] Ata do Diretório Nacional, 13.6.1950 - Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional. Por proposta de Raymundo Padilha, o DN decidiu que a carta-consulta não seria enviada a Vargas, em vista da completa incompatibilidade entre o PRP e sua candidatura.
[126] Correspondência do Diretório Nacional do PRP a Eduardo Gomes, 1º.7.1950 (APHRC-Pprp 50.07.01).
[127] Correspondência de Cristiano Machado ao Diretório Nacional do PRP, 5.7.1950 (APHRC-Pprp 50.07.05).
[128] Correspondência de Eduardo Gomes ao Diretório Nacional do PRP, s./d. (APHRC-Pprp 00.07.50/3).
[129] Correspondência de Eduardo Gomes ao Diretório Nacional do PRP, 12.7.1950 (APHRC-Pprp 12.07.50/3).

uma das pastas ministeriais, um representante do PRP. O nome será escolhido numa lista oferecida pelo próprio PRP.

2. Por outro lado, o candidato me autorizou a dizer-lhe que, se for eleito, sejam quais forem os resultados do pleito eleitoral, convocará o PRP para cooperar no seu governo. Desde logo, chamará para a direção de um dos ministérios, um elemento do PRP, a ser escolhido pelo mesmo modo indicado no item anterior.
3. O candidato, uma vez assentada a nossa aliança, convidará o PRP para participar da campanha eleitoral, nos trabalhos de direção e propaganda, visando solidarizar os nossos entendimentos, assim como a nossa comum responsabilidade nos sucessos da próxima eleição e nos encargos do futuro governo.
4. É de desejar que a orientação do PRP, na órbita estadual, coincida com a dos demais partidos coligados. Todavia, se isso se tornar impraticável, em diferentes casos, não ficarão prejudicados os termos das nossas negociações, na forma dos itens precedentes.[130]

O próprio Cristiano Machado confirmou, em carta a Salgado, que "*o deputado Gustavo Capanema, meu prezado companheiro e nosso amigo comum, senhor do meu pensamento, sempre esteve por mim autorizado a dar-lhe, bem como à direção do PRP, a expressão desse pensamento e a segurança de nossas relações. A carta que lhe foi ontem por ele dirigida expressa desta forma, no que porventura me compita, compromissos que considero como se pessoalmente por mim assumidos*".[131]

A UDN, por sua vez, propunha um acordo através do qual apoiaria os candidatos do PRP ao Senado em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Eduardo Gomes escrevia confirmando sua concordância com o protocolo de acordo que garantia a indicação de integralistas "*para os cargos de senador e suplentes nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e quanto à constituição de um órgão incumbido da direção do pleito e à colaboração para a defesa recíproca, pela imprensa, pelo rádio e pelo parlamento*".[132]

A despeito da possibilidade de conquista imediata de um ministério, a Convenção Nacional optou, com larga vantagem, pela candidatura de Eduardo Gomes, escolhido por 37 votos contra 7 em favor do apoio a Machado.[133] Um motivo possível da preferência integralista pode estar relacionado à pretensão de Salgado em concorrer ao Senado pelo Rio Grande do Sul, com o apoio da UDN, com possibilidade de obter o apoio do próprio PSD – como de fato obteve – através de negociações de âmbito regional. A presença de Eduardo Gomes na Convenção do PRP indica que já havia uma definição prévia. De

[130] Correspondência de Gustavo Capanema a Plínio Salgado, 19.7.1950 (APHRC-Pprp 17.07.50).
[131] Correspondência de Cristiano Machado a Plínio Salgado, 21.7.1950 (APHRC-Pprp 21.07.50/2).
[132] Correspondência de Eduardo Gomes a Plínio Salgado, 21.7.1950 (APHRC-Pprp 21.07.50/3).
[133] VI Convenção Nacional do PRP, 21.7.1950. Livro de Atas da Fundação e das Convenções Nacionais (023.004.004).

acordo com *Idade Nova*, "*a entrada do candidato nacional foi uma apoteose. O Brigadeiro agitava o tradicional lenço branco, acompanhado entusiasticamente pela multidão que gritava: 'Brigadeiro! Brigadeiro!*".[134] O jornal atribuiu ao encontro entre Plínio Salgado e Eduardo Gomes "*o mesmo significado do encontro entre Pedro Álvares Cabral e a Terra Brasileira*[sic]".[135] No novo discurso assumido pelos integralistas, o próprio fato de não terem apoiado Eduardo Gomes em 1945 seria decorrência exclusiva da "intriga esquerdista" da Esquerda Democrática, que teria impedido "*o mais belo dos movimentos populares, aquele que deveria elevar Eduardo Gomes à presidência da República*".[136] O discurso de Salgado no encerramento da Convenção reforçava a tentativa de atribuir um sentido grandioso ao evento:

> Até ontem, às 3 horas da madrugada, revesti-me da atitude impassível do magistrado. A escolha de um candidato à Presidência da República foi por nós colocada sob dois aspectos: em primeiro lugar, o aspecto doutrinário e em seguida, o da conveniência para o Brasil e para o nosso partido. No que concerne ao aspecto doutrinário, deixamos que os próprios cidadãos o resolvessem. Cartas de igual teor lhes foram dirigidas sobre os princípios defendidos por cada um deles. E foi à luz de suas respostas que avaliamos as possibilidades de cada um. Nessa fase de nossos trabalhos convencionais, eu fui apenas o orientador. Porque o homem, e o homem livre, é a base de nosso sistema. Nem Deus lhe tira a capacidade de ser livre. (...) Preferi receber ordens, antes do que influenciar, com o meu voto, a decisão dos convencionais. (...). Somos pobres, sr. Brigadeiro, não dispomos de grandes cabedais, carecemos de bens de fortuna. Isto porque deliberadamente rejeitamos tudo aquilo que possa onerar a nossa economia moral. Sei que o historiador do futuro muito terá que dizer dessa noite memorável em que se conjugam os nossos dois movimentos – digo, para que o historiador não supusesse que foi meramente circunstancial o nosso encontro. Para que soubessem as razões profundas que motivaram o nosso gesto.[137]

A definição do PRP provocou imediatamente elogios de antigos adversários ferrenhos, como o jornal *O Estado de São Paulo*, para quem a decisão revelava uma "*atitude de isenção com relação aos interesses materiais*", pois enquanto "*Cristiano Machado ofereceu compensações no plano da administração pública, o brigadeiro Eduardo Gomes, não dispondo de meios governamentais, ofereceu compensações morais, expressões de apreço pelo partido*".[138] Também o *Correio da Manhã*, outro antigo adversário, elogiou o desprendimento do PRP em relação aos cargos oferecidos e

---

[134] Eduardo Gomes e Plínio Salgado unidos sob a mesma bandeira do Brasil. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.7.1950, p. 1.
[135] Idem, ibidem.
[136] SALGADO, Plínio. O PRP e o Brigadeiro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.7.1950, p. 1.
[137] Discurso de Plínio Salgado pronunciado no Palácio Tiradentes no dia 22.7.1950, transcrito pela jornalista Maria Magdath Salgado Chrispin (APHRC-FPS 008.007.001).
[138] O PRP adotou a candidatura Eduardo Gomes por grande maioria. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22.7.1950, p.3 (APHRC-FPS 111.002.REC)

qualificou sua atitude como "*simpática e correta*" ao contrário de "*outros partidos como o PR, que se colocaram em leilão e se degradaram em conchavos inconfessáveis*".[139] Já *O Jornal* relatava que Eduardo Gomes "*se empenhara pessoalmente junto à direção de seu partido, em Minas Gerais, para que esse apoiasse firmemente a candidatura do sr. Amaro Lanari, do PRP local, à senatoria por aquele estado*".[140]

Para os integralistas, uma conseqüência inevitável da grande repercussão pública da aliança com a UDN foi o recrudescimento da campanha antiintegralista. A magnitude desta campanha em 1950 foi inferior à de 1945, quando grande parte dos líderes udenistas denunciavam e criticavam publicamente o integralismo, algo que em 1950 os pessedistas teriam grande dificuldade em fazer, haja visto as centenas de coligações e de documentos assinados em atestando o "caráter democrático" do integralismo. O PTB até aquele momento tinha feito poucas alianças com os integralistas, mas o principal adversário a ser atacado, para Vargas, eram os udenistas. Boa parte das críticas e denúncias eram oriundas de veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Uma matéria publicada por eles no Rio Grande do Sul – onde Salgado era candidato ao Senado – reproduzia fotografias de campos de concentração, alertando: *O totalitarismo cruel e sanguinário, o nazismo, que era o integralismo alemão, depois de chegar ao poder, tratou de eliminar, pelos processos os mais repelentes e brutais, todos aqueles que eram considerados adversários do regime. Infelizmente, porém, há os que esqueceram. Sim, há os que esqueceram que Plínio Salgado e seus fanáticos do PRP, se um dia chegarem ao poder, transformarão o Brasil nisso que aí vemos.*[141] Outra matéria, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil sustentava que "*depois da derrota dos seus comparsas do Eixo, Plínio Salgado e os demais adeptos do Sigma fingem-se de democratas e fundaram o Partido de Representação Popular, através do qual pretendem chegar ao poder*", alertando que os integralistas "*uma vez no governo, irão buscar no fundo do baú a camisa-verde e implantarão no Brasil a ditadura totalitária. E todos aqueles que não endeusarem Plínio Salgado e sua doutrina serão sumariamente acusados de comunistas e encarcerados, indo apodrecer nos campos de concentração, como sucedeu no regime de Hitler*".[142] Ao lado de uma fotografia do Cemitério de Pistóia, a matéria afirmava que "*Cada vez que um voto para Plínio Salgado*

---

[139] A imprensa e a decisão do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.7.1950, p. 2.
[140] Panorama Político. *O jornal*, Rio de Janeiro, 22.7.1950, p. 3 (FPS 111.002.REC 1950).
[141] Eis o que são os regimes totalitários em toda sua cruel brutalidade [A pedido]. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1.10.50, p. 25.
[142] Aí estão eles [A pedido]. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24.9.1950, p. 3 (2ª seção).

cair dentro de uma de nossas urnas, os nossos queridos mortos estremecerão de horror em seus túmulos".[143] Outro apedido, em nome de "um grupo de católicos", acusava os integralistas, trazendo citações de obras antigas de Salgado e concluindo que: "*a doutrina integralista é uma cópia grosseira do nazismo e do marxismo* [sic]".[144]

Em 1950, ao contrário de 1945, a defesa integralista foi apoiada pelos partidários da UDN, particularmente pelo Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes (MNP), organização constituída para conduzir sua campanha eleitoral. Referindo-se ao integralismo, o MNP repeliu e estranhou *"a tentativa de afastar do nosso candidato o apoio precioso de outras correntes políticas que, além de serem legalmente reconhecidas, encerram nas suas fileiras ponderável parcela do pensamento político do povo brasileiro*".[145]

Passada a eleição, o candidato derrotado enviou uma carta expressando seu agradecimento ao PRP e registrando a "*dedicação e lealdade*" daquele partido,[146] à qual Salgado respondeu afirmando que *"a contribuição do PRP à consagração eleitoral de V. Excia foi modesta, pois levamos em todo o país, pelos resultados das legendas agora colhidos, cerca de duzentos e sessenta mil votos; no entanto, foi sincera e leal e cheia de entusiasmo*".[147]

A despeito da derrota eleitoral de Eduardo Gomes e da não eleição dos dois candidatos a senador apresentados pelo PRP, o acordo tornou possível a aproximação dos integralistas com seus antigos adversários, neutralizando resistências. Assim, podemos concluir que *"aquela coligação encerrou a primeira fase da trajetória perrepista"*, pois *"após as eleições de 1950, o PRP não teve mais seu registro partidário judicialmente questionado e manteve um amplo espectro de alianças, consolidando a opção institucional buscada desde 1945*".[148] A aliança cumpriu o objetivo definido por Salgado e pela liderança integralista: de neutralização das resistências que os udenistas nutriam contra o integralismo. A aprovação à aliança pelo senador Vilas Boas - que havia solicitado a

---

[143] Idem, ibidem.
[144] Para que todos leiam e meditem – Publicação de um grupo de católicos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21.9.1950 (APHRC-FPS 111.001.REC 1950).
[145] MOVIMENTO Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes. Contra o divisionismo dos "conciliadores" (APHRC-FPS 018.003.001).
[146] Correspondência de Eduardo Gomes a Plínio Salgado, 29.11.1950 (APHRC-Pprp 29.11.50).
[147] Correspondência de Plínio Salgado a Eduardo Gomes, 14.1.1951 (APHRC-Pprp 14.1.1951).
[148] CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História. p. 374.

cassação do registro do PRP em 1948 – simboliza a neutralização do antiintegralismo udenista.[149]

5.3.3 As eleições nos estados e a participação em governos

O PRP participou das eleições estaduais de 1950 em todos os estados. Em 18 deles, apresentou chapa própria para deputados estaduais, seguindo resolução aprovada pelo Diretório Nacional, e apenas em três estados (Mato Grosso, Piauí e Sergipe) indicou um candidato para integrar a chapa de outro partido.[150] Para deputado federal, ao contrário, o PRP apresentou chapa própria apenas em quatro estados (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará e Alagoas, sendo que nestes dois últimos obteve votações inexpressivas, inferiores a quinhentos votos), indicando candidatos para coligações nos demais estados. Em termos organizacionais, o partido já estava estruturado em todos os estados, ainda que obtivesse resultados pouco expressivos em alguns.[151]

No que se refere à eleição para os governos estaduais, ao contrário de 1947, não encontramos correspondências trocadas entre o PRP e os candidatos aos governos estaduais. Uma explicação possível é que a maior parte das alianças estaduais tenha seguido diretamente a política nacional. O Diretório Nacional tomou diversas medidas voltadas à centralização: criou uma comissão para examinar as coligações estaduais e estabeleceu que nos estados em que o partido fosse apresentar apenas um candidato a deputado federal, fosse apresentada uma lista tríplice, para que o próprio DN indicasse o candidato.[152] A hipótese de que as coligações tenham seguido, na maior parte dos casos, a política nacional, é reforçada pelo fato de que dentre os 15 estados nos quais foi possível identificar a posição assumida pelo PRP, o partido apoiou nove coligações que tinham na

---

[149] Vilas Boas deu seus "*entusiásticos aplausos à Convenção do PRP, adotando a candidatura do Brigadeiro*", passando a concordar com a decisão do TSE. 7º voto. *Avante*, Ribeirão Preto, n. 3, maio/jul. 1950, p. 8 (CDAIBPRP).

[150] Nestes três estados, os candidatos indicados pelo PRP obtiveram votações pouco expressivas e seus nomes não constam dos dados eleitorais publicados no TSE (que incluem os eleitos e os suplentes), de forma que não foi possível identificar sua votação exata. No caso do Piauí, por exemplo, a indicação de candidato na chapa do PSD foi solicitada ao Diretório Nacional, alegando-se especificidades regionais e a dificuldade que o Diretório Estadual teria de organizar chapa própria. Cf. Correspondência de José Rodrigues da Silva a Plínio Salgado, 28.11.1949 (APHRC-Pprp 28.11.49/3).

[151] Ressalte-se, entretanto, que em todos os estados em que o PRP possuía poucos diretórios e obteve fraca votação em 1950, esta situação seria mantida durante toda sua existência, o que permite afirmar que a expansão estrutural do partido nas áreas que lhe eram receptivas estava completa.

[152] A comissão era integrada por Raymundo Padilha, Goffredo da Silva Teles, César Soraggi, Loureiro Júnior, Lara Vilela e Cotrim Neto. Ata do Diretório Nacional de 29.6.1950 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.004).

cabeça de chapa candidatos da UDN, e outros dois candidatos apoiados pela UDN, como se vê na Tabela 20.

TABELA 20 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP na eleição de 1950

Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Amazonas	Manoel Nunes	UDN	PTB	Não
Bahia	Luis Régis de Oliveira	PSD	PTB	Sim
Ceará	Edgard Arruda	UDN	-	Não
Espírito Santo	Afonso Schwab	PSP	PR – PRT	Não
Goiás	Altamiro Pacheco	UDN		Não
Maranhão	Eugênio de Barros	PST	-	Sim
Minas Gerais	Gabriel Passos	UDN	-	Não
Paraná	Bento Munhoz da Rocha	PR	UDN– PST - PL	Sim
Pernambuco	João Cleofas	UDN	PR – PDC – PTB - PL	Não
Piauí	Pedro Almeida Freitas	PSD	-	Sim
Rio de Janeiro	José Eduardo Prado Kelly	UDN	-	Não
Rio Gde do Norte	Manuel Albuquerque	UDN	-	Não
Rio Gde do Sul	Cilon Rosa	PSD	UDN – PL	Não
São Paulo	Lucas Nogueira Garcez	PSP	-	Sim
Santa. Catarina	Irineu Bornhausen	UDN	-	Sim

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.

No estado de São Paulo, a posição do PRP distinguiu-se da assumida pelo partido nos demais estados importantes, pois concretizou uma aliança com o PSP, do então governador Adhemar de Barros, apoiando seu candidato, Lucas Nogueira Garcez. A efetivação da aliança se deu através de um termo de acordo, pelo qual o PSP aceitava incluir em sua chapa para a Câmara Federal dois candidatos do PRP, além de garantir ao PRP "*uma Secretaria de Estado, cujo titular será escolhido dentre os seus membros indicados numa lista de nomes que o PRP apresentará ao governador eleito*".[153]

Em Minas Gerais, o apoio ao candidato da UDN, Gabriel Passos, tinha como contrapartida o apoio udenista ao candidato do PRP ao senado, Américo Lanari. Mesmo assim, Lanari foi derrotado por Arthur Bernardes (PR), enquanto Juscelino Kubitschek (PSD) derrotava Gabriel Passos. A aliança com a UDN naquele estado provocou a ruptura de um dos principais dirigentes do PRP, Sebastião Patrus, para quem seria "*impossível continuar partido diante apoio aqueles nos injuriaram em Minas e no Brasil*".[154]

Em Santa Catarina, o acordo com a UDN previa uma situação peculiar: além de lançar chapa própria para deputados estaduais, o PRP teve ainda um candidato seu incluído

[153] Termo de Acordo, 6.8.1950 (APHRC-FPS 028.005.005).
[154] Telegrama de Sebastião Patrus a Plínio Salgado, 4.8.1950 (APHRC-Piprp 04.08.50/5).

na chapa da UDN, com o que conseguiu eleger três deputados estaduais, mesmo com uma votação suficiente para apenas dois.[155]

No Rio Grande do Sul, a formação de uma frente conservadora reunindo PSD, UDN tornou possível ao PRP obter o apoio de ambos os partidos para a candidatura de Plínio Salgado ao Senado. Enquanto o apoio udenista já estava estabelecido no acordo nacional, o PSD ofereceu ao PRP, em troca de seu apoio a Walter Jobim ao governo estadual, "*recomendar ao seu eleitorado o candidato do PRP à vaga de terceiro senador do Rio Grande do Sul, o sr. Plínio Salgado*".[156] Lideranças do PRP e da UDN naquele estado encontraram-se ainda em 1949, quando o Gal Flores da Cunha defendeu a aliança entre ambos os partidos e o deputado federal Osório Tuiuty afirmou que "*o PRP é um partido selecionado, constituído não só de elementos de grande valor moral como mental*".[157] Também o Presidente Regional do PSD, Adroaldo Mesquita, elogiou publicamente Salgado, considerando-o "*o príncipe da oratória política do Brasil atual*" e identificando-se com "*as idéias cristãs, nacionalistas e democráticas esposadas pelo nosso candidato a senador*".[158] Mesmo assim, a aproximação com o PSD não foi facilmente assimilada pela militância do PRP, pois, como relatou a Plínio Salgado o deputado estadual Helmuth Closs, em virtude dos desentendimentos ocorridos em 1947, "*nossos companheiros de toda parte detestavam e não admitiam qualquer aproximação com o PSD. Resolveu-se, porém, e sem considerar como de costume a tendência de nossa gente, apoiar o senhor Cilon Rosa, porque em troca prometeu votar no senhor para a senatoria e ao professor Oscar Machado, extra-oficialmente, o candidato prometeu a Secretaria de Educação, aspiração máxima e mórbida* [sic] *desse cavalheiro*".[159] A despeito de todos os esforços dos integralistas e do apoio dos dois maiores partidos nacionais, Salgado foi

---

[155] O candidato eleito na chapa do UDN, Frei Luis de Souza, integrou o governo de Irineu Bornhausen, como Secretário de Segurança Pública, com o que bancada do PRP efetivamente restringiu-se aos dois eleitos em chapa própria. Sua inclusão na chapa da UDN gerou o protesto do deputado estadual Cássio Medeiros, que, em carta enviada a Plínio Salgado afirmou que *"se o Diretório Nacional não reconsiderar a sua decisão, os integralistas de Santa Catarina ficarão desgostosos e perderão o necessário estímulo e desacreditarão nas futuras diretivas de outras Convenções Nacionais"*, já que o lançamento de chapas próprias fora decidido pela Convenção Nacional do partido. Correspondência e Cássio Medeiros a Plínio Salgado, 1º.5.1954 (APHRC-Pprp 01.05.54/1).

[156] Correspondência do Presidente do Diretório Estadual Oscar Machado aos presidentes dos Diretórios Municipais do PRP, 21.8.1950. Apud CARDOSO, op. cit., p. 16.

[157] Cf. Programa Radiofônico, 12.2.1949 (APHRC-FPS 008.003.005).

[158] Elogia Plínio Salgado o sr. Adroaldo Mesquita. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 28.9.1950 (APHRC-FPS 111.001.REC 50).

[159] Correspondência de Helmuth Closs a Plínio Salgado, 31.5.1953 (APHRC-Pprp 31.05.53).

derrotado pelo trabalhista Alberto Pasqualini, ao mesmo tempo em que Ernesto Dornelles (PTB) derrotava Cilon Rosa.

Em termos parlamentares, o PRP passou de um para três deputados federais, e de 18 para 19 deputados estaduais, em dez estados, um crescimento bem inferior a sua expectativa. Houve entretanto nítido crescimento de sua participação em governos estaduais: o partido recebeu cargos em primeiro escalão em cinco estados. Observe-se que os governadores destes estados pertenciam a partidos diferentes: PSD (Bahia), PST (Maranhão), PR (Paraná), PSP (São Paulo) e UDN (BA), como se evidencia na Tabela 21:

TABELA 21 – Cargos ocupados pelo PRP entre 1951 e 1954 em governos estaduais

Estado	Governador	Secretaria / Órgão	Titular	Período
BA	Luis Régis de Oliveira (PSD)	Instituto de Fomento	Carlos Albuquerque	1951-1954
		Procurador Geral	Rubem Nogueira	1951-1954
MA	Eugênio de Barros (PST)	Dir. Instrução Pública	Solano de Oliveira	1951-1954
		Interior e Justiça	Benedito Lago	1951-1954
PR	Bento Munhoz da Rocha (PR)	Procurador Geral	Linhares de Lacerda	1951-1954
SP	Lucas Nogueira Garcez (PSP)	Justiça	Loureiro Jr.	1951-1953
		Dir. Armazéns Gerais	Mario Penteado	1951-1952
SC	Irineu Bornhausen (UDN)	Segurança Pública	Luis de Souza	1951-1954

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.

Praticamente não existem informações sobre as atividades exercidas pelos membros do PRP à frente das secretarias de estado, autarquias e procuradorias neste período. As poucas informações encontradas, tanto na imprensa partidária, como na documentação do Diretório Nacional, não informam os planos e os projetos em desenvolvimento, e praticamente se restringem a anunciar os cargos que o partido detinha e as nomeações para escalões inferiores. A única exceção é a passagem de Loureiro Júnior pela Secretaria de Justiça de São Paulo – cargo de grande importância política. Loureiro se notabilizou por conduzir e defender a violenta repressão contra a Greve dos 300 mil, articulando violência policial e prisão das lideranças grevistas. [160] A vitória do movimento grevista e o alto custo político da repressão aberta levou à sua demissão em setembro de 1953, assumindo uma cadeira na Câmara Federal.[161] No governo seguinte (Jânio Quadros), Loureiro foi

[160] Em sua defesa, o deputado estadual René Penna Chaves (PRP) sustentava a inexistência "*de qualquer plano governamental de repressão da greve*". Os acontecimentos de São Paulo repercutem na Assembléia Legislativa. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.4.1953.

[161] Loureiro Júnior assumiu a sua cadeira na Câmara Federal. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.9.1953, p. 9. Com a demissão de Loureiro, a Convenção Regional do partido definiu que "*o Partido de Representação Popular no estado de São Paulo manterá uma linha de independência partidária em face do governo estadual. Entretanto, em relação a assuntos de interesse público ou respeitantes ao bem comum, o partido não se escusará de atender solicitações para entendimentos com o governo do Estado e nesse sentido tão somente o Diretório Regional é o órgão credenciado de acordo com os estatutos*". Declaração da Convenção

responsabilizado, em processo administrativo, por ter "*recebido CR$ 306.000,00* [R$ 69.161,54] *indevidamente do Banco do Estado, na qualidade de Secretário da Justiça*", sendo obrigado a justificar publicamente a utilização das verbas.[162]

O avanço, na perspectiva integralista, representado pela sua maior inserção institucional, pela neutralização das críticas da UDN, e pela participação em vários governos estaduais, tinha como contraponto evidente a vitória eleitoral de Getúlio Vargas, até então um dos principais alvos da crítica integralista, o que colocava a necessidade de definição de um novo *modus vivendi* com o presidente eleito, como se discutirá a seguir.

5.4 O PRP sob o governo Vargas

5.4.1 Do antivarguismo radical à defesa da posse

Entre 1945 e 1950, os integralistas desenvolveram uma agressiva e constante campanha antivarguista. Vargas e o Estado Novo eram responsabilizados pela crise econômica, pela ineficiência administrativa, pelos efeitos da campanha de nacionalização e até mesmo acusados de um suposto incentivo ao avanço comunista durante o Estado Novo. O discurso perrepista, até a eleição de Vargas, não deixava nenhuma margem a qualquer negociação ou acordo com o ex-presidente. Além do mais, para os integralistas, a recorrente crítica à "ditadura totalitária" de Vargas servia como mais um álibi de seu alegado "caráter democrático", a ponto de Salgado ter chegado a afirmar que "*os únicos que derramaram o seu sangue no combate à Ditadura Totalitária em nossa Pátria foram os integralistas*".[163]

A interpretação integralista sobre o Estado Novo era *sui generis*, por vincular a ditadura varguista com o comunismo, ignorando completamente a sistemática repressão que atingiu os comunistas. De acordo com esta tese, durante o Estado Novo, "*falar em comunismo ou em perigo comunista era crime. (...) O micróbio cresceu e se desenvolveu na incubadora do comodismo e da covardia*".[164] Salgado atribuía: "*o êxito comunista única e exclusivamente à perseguição que o Estado Novo moveu contra o Integralismo*".[165]

Regional de São Paulo. In: Ata do Diretório Nacional do PRP – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP, 27.10.1953 (APHRC-FPS 021.001.004).

[162] Desmascarei o audacioso impostor que exerce o governo de São Paulo: Vibrante discurso do deputado Loureiro Junior. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 3.2.1956, p. 1,8,9,10.

[163] SALGADO, Plínio. O calvário do patriotismo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 1 e 6.

[164] Programa Radiofônico do PRP-RS. Rádio Farroupilha, novembro de 1945 (CDAIBPRP).

[165] Como cristãos e antitotalitários nossa posição está tomada. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 1.9.1946, p. 1-2.

Para ele, "*a época da ditadura assinalou a fase áurea do bolchevismo entre nós, o qual realizou, com perfeito método, o silente trabalho da infiltração na imprensa, no teatro, no rádio, na cátedra, nos órgãos administrativos e em outros importantes setores*". [166] Em outros momentos, a crítica ao Estado Novo colocava ênfase em seus aspectos repressivos. Para *Idade Nova*, a ditadura "*estrangulou no país o sistema representativo e em seu lugar instituiu uma tirania fundada na violência policial, na censura, na irrecorribilidade das sentenças do famoso Tribunal de Inquisição na Avenida Osvaldo Cruz e na irresponsabilidade geral dos mandões*".[167]

O possível retorno de Vargas à presidência era uma ameaça constantemente evocada. Em 1947, Salgado afirmava estar "*atento quanto ao perigo comunista, mas também quanto ao perigo queremista*",[168] o que lhe permitia atacar "*esse aspecto esdrúxulo de democratas que se aliam ao ex-ditador em troca de sufrágios e em detrimento da democracia*".[169] Para *Idade Nova*, "*as legiões de Vargas estão sequiosas de poder e a ninguém é lícito duvidar de sua força*".[170]

Em 1949, com a aproximação da eleição presidencial, as críticas se intensificavam. Salgado afirmou em entrevista que "*nunca o PRP poderia dar o seu apoio a um candidato que adotasse as doutrinas totalitárias do sr. Getúlio Vargas*", sustentando que a "*socialização progressiva de riquezas, no sentido em que a concebe o antigo Ditador, conflita, não apenas com a doutrina do nosso partido, mas principalmente com o mais comezinho bom senso*".[171] *Idade Nova* concluía que "*a aplicação do pensamento do sr. Vargas conduz, nada mais, nada menos, que ao nazismo, ou ao comunismo, doutrinas idênticas, quando procuram anular a iniciativa privada, em benefício do Estado, que se torna dia a dia mais voraz e termina por anular a liberdade individual*".[172]

Com a campanha eleitoral em curso, o PRP apelou a Adhemar de Barros para "*romper com Vargas e marchar para uma candidatura democrática*".[173] Ao mesmo tempo Salgado justificava o não envio de carta consulta a Vargas alegando que "*isto poderia*

---

[166] Ditadura, clima ideal para o bolchevismo [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 5.1.1950, p. 3.
[167] Em plena democracia os queremistas comemoram o 10 de novembro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 25.11.1948, p. 1.
[168] Não só o Brasil, mas todas as outras nações do Novo Mundo estão ameaçadas pelo totalitarismo soviético. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 5.
[169] Lembremo-nos de 37! Dez anos depois o perigo permanece. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.11.1947, p. 1.
[170] Ressurge o perigo queremista. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 16.9.1948, p. 1.
[171] Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. [1949] – Original Datilografado (APHRC-FPS 011.003.013).
[172] Vargas doutrinador [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 17.3.1949, p. 3.
[173] Será definitiva a posição do governador paulista? [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 8.6.1950, p. 3.

provocar uma situação embaraçosa se o ditador a respondesse muito satisfatoriamente".[174]

A vitória de Vargas levou a uma rápida mudança de posição dos integralistas. O PRP defendeu publicamente a posse do presidente eleito, divergindo de seus aliados na campanha eleitoral. Ainda em novembro de 1950, afirmou não ver "*motivo agora para que não aceitemos o resultado das eleições cuja apuração final estamos aguardando com a maior serenidade*" e, portanto, "*se o sr. Getúlio Vargas tiver maioria sobre os outros candidatos, deve ser considerado eleito*". Vargas deveria ser empossado, já que "*os golpes de força só se justificam em face de um perigo para a segurança nacional ou para a continuidade das instituições representativas da própria alma da Nacionalidade, que é tradicionalmente cristã. Não nos achando diante de um caso tal, o candidato eleito deve ser empossado*".[175] Salgado considerava ainda que a tese da "maioria absoluta", propugnada pela UDN, só teria legitimidade se tivesse sido proposta antes das eleições e defendia a confirmação dos "propósitos legalistas do povo brasileiro".[176]

Além de defender a posse, Salgado já esboçava uma apreciação mais positiva de Vargas. Ainda em novembro afirmou estar "*convencido de que o sr. Getúlio Vargas não deseja governar fora da Constituição vigente*", assegurando que ainda na campanha eleitoral "*eu colocava os três candidatos, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista político, em igualdade de condições"*,[177] em evidente contradição com seus pronunciamentos anteriores. Segundo *Idade Nova,* ainda durante a campanha eleitoral, o PRP teria sido procurado por petebistas:

> A resposta foi imediata: encarávamos a candidatura do dr. Getúlio Vargas em igualdade de condições com as outras duas e, quanto a golpes possivelmente supervenientes a uma eleição legítima, o passado histórico da maior parte dos componentes do PRP autorizava-nos a declarar sermos contrários a qualquer ato de violência em detrimento da Constituição vigente, a menos que se deparasse à Nação graves perigos à sua segurança interna e externa, o que não parecia o caso.[178]

Tal afirmação é desmentida pelas atitudes e pronunciamentos anteriores do PRP. Ainda assim, o partido seguia dizendo desejar a Getúlio Vargas que fizesse um bom

---

[174] Libelo de Plínio Salgado contra Getúlio Vargas. *Idade Nova,* Rio de Janeiro, 31.8.1950, p. 1.
[175] Entrevista de Plínio Salgado, s./d. (nov. 1950) Original datilografado (APHRC-FPS 011.005.006).
[176] O novo governo da República: A posição do PRP em face da situação política recém inaugurada - Comunica-nos a Diretório Nacional do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.2.1950, p. 1.
[177] Entrevista de Plínio Salgado, s./d. (nov. 1950) Original datilografado (APHRC-FPS 011.005.006).
[178] O novo governo da República: A posição do PRP em face da situação política recém inaugurada - Comunica-nos a Diretório Nacional do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.2.1950, p. 1.

governo e prometia sua colaboração, declarando que "*se jamais seremos adesistas, nunca também seremos ferrenhos oposicionistas*".[179]

No período compreendido entre o encerramento das atividades do jornal *Idade Nova* (abril de 1951) e o lançamento de *A Marcha* (fevereiro de 1953), existe uma grande carência de fontes que permitam identificar claramente a posição assumida pelo PRP. Ao que parece, durante os primeiros dois anos do governo Vargas, o PRP absteve-se de críticas mais contundentes ao governo, e ao mesmo tempo buscava aproximar-se do PTB, como evidencia o acordo geral com aquele partido para as eleições municipais de 1951 no Rio Grande do Sul. A intenção de estabelecer boas relações com Vargas também levou a uma aproximação com o Partido Social Progressista, que integrava o governo federal. O PRP fez parte do governo do PSP em São Paulo e, em abril de 1951 o jornal *O Estado do Rio Grande* sugeria que o PRP aliava-se ao PSP para se aproximar de Vargas. Para o jornal, um acordo entre PRP e PSP "*seria uma fusão de suas correntes políticas que têm traços comuns de desonestidade*".[180] Sua tese é confirmada por um acordo assinado entre Plínio Salgado e Adhemar de Barros, que mencionava até mesmo a possibilidade de fusão entre o PRP e o PSP:

> O Partido Social Progressista e o Partido de Representação Popular, representados neste ato pelos presidentes nacionais, srs. Dr. Adhemar de Barros e Plínio Salgado, mantendo os compromissos reciprocamente assumidos até a presente data, e no propósito de se constituírem uma força política capaz de assegurar a vigência do regime democrático nos termos da Constituição Federal, e inspirados nos princípios fundamentais do cristianismo e da brasilidade, decidem estabelecer entre si o seguinte:
>
> 1º) O Partido Social Progressista e o Partido de Representação Popular, constituindo atualmente entidades políticos distintas, poderão, em momento oportuno, se os supremos interesses da Pátria e da causa cristã assim o aconselharem, e a critério de seus respectivos Diretórios Nacionais, **vir a integrar uma única organização política**;
>
> 2º) O Partido Social Progressista e o Partido de Representação Popular manterão idêntica conduta política nos âmbitos federal, estadual e municipal;
>
> 3º) As bancadas de deputados do Partido Social Progressista e o Partido de Representação Popular, na Câmara Federal, continuarão a seguir a mesma e uniforme orientação política, na sustentação de seus princípios comuns e nos propósitos de um comum objetivo, pelo que ambas se reunirão conjuntamente, afim de tomarem decisões de pleno acordo sobre as matérias em curso;
>
> 4º) Os srs. Drs. Erlindo Salzano e Mario Antunes Maciel Ramos, da parte do Partido Social Progressista, e os srs. Drs. Loureiro Junior e Luis Compagnoni, da parte do Partido de Representação Popular, constituirão a Comissão Interpartidária incumbida de traçar previamente e de comum acordo a linha política mencionada no item 2º, bem como de

[179] Idem, ibidem.
[180] Plínio Salgado em estreito contato com Adhemar de Barros caminharia para uma aproximação com o sr. Getúlio Vargas. *O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 6.4.1951 (CDAIBPRP-Recortes)

> dirimir quaisquer dúvidas, que, porventura, venham a surgir no desenvolvimento do acordo ora pactuado, sendo que suas decisões, quando qualquer um dos seus membros julgar necessário, ficarão na dependência da aprovação posterior e conjunta dos srs. Adhemar de Barros e Plínio Salgado;
>
> 5º) Nos estados da Federação Brasileira, para estudo e solução dos casos pertinentes aos âmbitos regionais ou municipais, que interessem aos dois partidos, constituir-se-ão Comissões Interpartidárias Estaduais, que funcionarão segundo o mesmo critério da Comissão Interpartidária Nacional.[181]

É estranho que um acordo tão abrangente, prevendo inclusive desdobramentos nos âmbitos estadual e municipal, não tenha se tornado público, até porque já estaria sendo observado na Câmara dos Deputados. Ainda que não tenhamos notícias de conseqüências posteriores do acordo, nem sobre possíveis reuniões da Comissão Interpartidária, parece correta a inferência de *O Estado do Rio Grande*, interpretando este acordo como parte do movimento de aproximação com Vargas.

Em março de 1953, Mário Penteado, um dirigente do PRP paulista, foi nomeado presidente do Instituto Brasileiro do Café.[182] Desta forma, o PRP passava a integrar diretamente o governo Vargas, em um cargo de segundo escalão. Penteado exercera cargo no governo paulista, o que reforça a possibilidade de que sua nomeação tenha sido intermediada pelo PSP. Curiosamente, não encontramos nenhuma referência relativa a qualquer acordo para a participação do PRP no governo, tampouco correspondências relativas ao tema. Da mesma forma, as atividades desenvolvidas pelo IBC não eram noticiadas pelo partido, o que provavelmente se devia a uma opção por não tornar explícita sua participação no governo Vargas.

Em uma de suas primeiras edições, *A Marcha* repudiava a proposta de Arthur Bernardes de que Vargas renunciasse: "*Justamente pelo fato de considerarmos delicada a situação brasileira, não só sob o aspecto econômico e social, mas sob o da infiltração comunista em cargos de importância, é que não julgamos acertado um apelo dessa natureza ao Chefe da Nação*".[183] Ainda assim, fica claro que, mais do que uma trégua, a postura do PRP durante a primeira metade do governo Vargas, foi bastante favorável a ele - talvez até vinculada a um acordo para participação no governo – em total contradição com todas as posições anteriormente assumidas por Vargas.

---

[181] Termo de Acordo entre o Partido Social Progressista e o Partido de Representação Popular, 8.8.1951 (APHRC-FPS 021.003.001).
[182] O incerto futuro do café brasileiro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.3.1953, p. 1 e 11.
[183] A renúncia do sr. Getúlio Vargas: o ex-presidente Bernardes é o menos indicado para propô-la. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 20.3.1953, p. 1.

5.4.2 As eleições municipais e o acordo com o PTB no Rio Grande do Sul

O movimento de aproximação do PRP com o PTB e Vargas pode ser percebido de maneira bastante clara no Rio Grande do Sul, com aprovação expressa do Diretório Nacional do partido. Tal movimento naquele estado tinha um significado especial, já que o PTB do Rio Grande do Sul era feroz adversário não apenas da UDN, mas também do PSD. Este movimento de aproximação iniciou-se no contexto das eleições municipais de 1951, mas envolvia também o estabelecimento de relações próximas entre os dois partidos e a participação do PRP no governo estadual.

A VI Convenção Estadual do PRP no Rio Grande do Sul, em junho de 1951, definiu que o PRP assumiria "*uma atitude de independência e sem adotar posição de intransigência para com as correntes políticas com as quais o partido mantém relações*", visando a solução que: "*1º) melhor convier aos interesses do partido; 2º) mais concorra para o fortalecimento do partido no âmbito municipal e estadual*".[184] Ainda assim, menos de duas semanas depois, um termo de acordo entre o PTB e o PRP, era assinado pelos presidentes estaduais de ambos os partidos (João Goulart e Oscar Machado) e pelo governador Ernesto Dorneles:

> O Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido de Representação Popular (...) no intuito superior de iniciar a necessária e recomendável pacificação da família política riograndense, mediante a cooperação dos Partidos que exercem suas atividades no Estado, afim de que o Governo possa, sem maiores preocupações e empecilhos, promover empreendimentos administrativos de relevo, estabelecem, pactuam e firmam entre si o seguinte:
>
> 1º) O PTB e o PRP unirão suas forças eleitorais para a disputa, nos municípios, do próximo pleito de novembro vindouro, ressalvados os acordos municipais já efetuados, e escolherão, em comum entendimento, com a aprovação dos respectivos diretórios municipais, os candidatos às prefeituras, vice-prefeituras e presidenciais das câmaras, os quais serão registrados sob legenda coligada.
>
> 2º) Fica constituída, para os fins do artigo anterior, uma Comissão Interpartidária composta de dois representantes de cada um dos Partidos, sob a presidência do excelentíssimo senhor Secretário do Interior e Justiça.
>
> 3º) Terminado o trabalho da Comissão Interpartidária e até o prazo máximo de sessenta dias após a realização das eleições municipais de novembro próximo, o PRP será convocado para participar, através de um representante, do Governo do Estado, ocasião em que sua bancada passará a dar imediatamente, na Assembléia Legislativa, inteiro apoio político-administrativo ao Governo Estadual.[185]

---

[184] Ata da VI Convenção Estadual do PRP do PRP-RS, 17.6.1951. Livro de Atas das Convenções Estaduais (CDAIBPRP).
[185] Termo de acordo entre o PRP e o PTB, 29.6.1951 (APHRC-FPS 021.003.001).

No dia seguinte, "*foi enviada aos presidentes dos diretórios municipais uma circular na qual era comunicado que o diretório estadual havia decidido,* ***levando em consideração a sugestão feita pelo presidente nacional do PRP****, aceitar uma proposta feita pelo governador Ernesto Dornelles, de colaboração recíproca entre o PTB e o PRP, com vistas às eleições de 1951"*.[186] Percebe-se, assim, que a opção do PRP pelo acordo com o PTB, assinada menos de duas semanas após a Convenção Regional e sem o estabelecimento claro da forma de indicação dos candidatos, foi feita sob influência direta do "Chefe Nacional", atendendo portanto à estratégia nacional. Posteriormente foi definido que em cada cidade o partido que tinha obtido maior votação na última eleição indicaria o candidato à prefeitura, o que beneficiava o PTB na grande maioria dos municípios. Além disso, com o apoio do PRP, o governo estadual passava a contar com maioria parlamentar na Assembléia Legislativa.

A divulgação do acordo gerou fortes reações no interior do PRP. Na mesma semana, vários dirigentes do partido em Ijuí – onde o PRP era majoritário, telegrafavam a Salgado: "*Velhos lutadores integralistas surpreendidos acordo PTB. Diante desorientação geral solicitam Chefe Nacional possível esclarecimento para bem movimento*",[187] recebendo como resposta que deveriam dar "*crédito de confiança às direções estadual e nacional do nosso partido, sem o que não será possível a desincumbência com êxito da missão que temos, de salvar, sob quaisquer sacrifícios, a nossa Pátria"*.[188] Também Salgado voltou a intervir pessoalmente, exigindo o cumprimento do acordo, afirmando que "*todos estão obrigados a acatar as decisões de caráter político, desde que não firam os princípios que adotamos*", e enfatizando a disciplina: "*Considerando que a disciplina partidária é elemento vital do nosso partido, entende-se que o bom populista deve outorgar um crédito de confiança aos seus superiores hierárquicos, pois desde o instante em que cada resolução política tiver que ser* ***explicada e discutida****, esse fato só poderá aproveitar aos nossos adversários e a outros partidos*".[189] A intervenção de Salgado não foi suficiente para garantir o cumprimento completo do acordo. Conforme Cardoso, a despeito de todas as pressões pelo cumprimento do acordo, muitos diretórios municipais

[186] CARDOSO, op. cit., p. 19. Grifo meu.
[187] Telegrama de Osvaldo Brendler, Afonso Beck e Enio Gualdi a Plínio Salgado, 6.7.1951 (APHRC-Pprp 05.07.51/4).
[188] Ofício do Chefe do Gabinete da Presidência do PRP Alfredo Chrispin para o Presidente do PRP do Rio Grande do Sul, Oscar Machado, 10.8.1961 (CDAIBPRP). Neste ofício, Chrispin transcreve o telegrama recebido e a resposta enviada, para que o Diretório Regional tomasse *"as providências que julgar conveniente"*.
[189] Circular de Plínio Salgado aos Diretórios Municipais do PRP-RS, 15.9.1951 (CDAIBPRP). Grifo meu.

tomaram atitudes diversas, como o lançamento de candidato próprio, a opção pela "questão aberta" e até mesmo o apoio informal aos candidatos adversários do PTB. Mesmo entre os que cumpriram o acordo, vários o fizeram sob protesto, registrando fortes críticas.[190] As críticas prosseguiram depois das eleições. Uma carta a Salgado registrava que "*ainda em plena campanha eleitoral de Porto Alegre, o ilustre Manoel Vargas afirmou, em comício assistido por vários companheiros nossos, que éramos uns nazistas indignos. Aliados como esses somente com ordens terminantes suas e assim mesmo corremos mal para dar explicações ao grande público*".[191] Também Félix Contreiras Rodrigues – suplente de Salgado na candidatura a Senador em 1950– afirmava que "*desde que se encaminhou a política de participação do PRP com o PTB, silenciei completamente, porque esta orientação me colocava pessoalmente muito mal, virado para uma direção oposta à que sempre olhei – a do Socialismo*".[192] A resposta de Salgado a Contreiras é elucidativa e revela a intervenção pessoal de Vargas:

> O nosso acordo com o PTB do Rio Grande do Sul não foi um acordo ideológico ou de compromisso político além dos motivos de interesse estritamente administrativo do Governo desse Estado. **A origem do entendimento foi um pedido que o Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, por intermédio do secretário da Justiça do Rio Grande do Sul, fez ao Governador de São Paulo, Dr. Lucas Garcez, para que este se entendesse comigo no sentido de facilitarmos ao Governador Ernesto Dornelles, uma base maior de apoio, para que pudesse efetivar os planos administrativos em benefício do povo riograndense.** O Governador Garcez mandou-me o seu secretário de Justiça (o Loureiro) expor o assunto e obter a minha aquiescência. Enviei uma carta ao Presidente do nosso D.E., Dr. Oscar Machado, por intermédio do Dr. Metzler, nosso deputado federal, transmitindo-lhe o pedido do dr. Garcez. e solicitando-lhe que estudasse o assunto visando acima de tudo os interesses do Rio Grande. Nessa ocasião, o Dr. Garcez mandou em seu nome o Loureiro, na qualidade de seu Secretário, para ouvir do Governador Dornelles o que desejava e propunha, transmitindo ao nosso partido, para que estudasse a questão. O Loureiro não foi, pois, ao Rio Grande, em missão do nosso Partido, mas em missão do Governador Garcez, e cumpriu-a, pondo em contato as duas partes. Desse encontro resultou um acordo eleitoral e o compromisso de um acordo para participação no Governo, firmando-se um pacto escrito em que se diz que o apoio da Bancada do PRP na Assembléia Estadual ao governo Dornelles, só se efetivaria depois da participação do PRP no Governo. É o tipo de um **acordo pragmático**, para fins de facilitar a administração do Governo, e nada mais.[193]

---

[190] Cf. CARDOSO, op. cit., p. 22-24.
[191] Correspondência de Gilberto Moraes a Plínio Salgado, 21.11.1951 (APHRC-Pprp 23.11.51).
[192] Correspondência de Félix Contreiras Rodrigues a Plínio Salgado, 13.3.1952 (APHRC-Pprp 13.03.52).
[193] Correspondência de Plínio Salgado a Félix Contreiras Rodrigues, 27.4.1952 (APHRC-Pprp 13.03.52/1). Grifos meus. As mesmas informações foram publicadas em *A Marcha* dois anos depois, incluindo ainda uma suposta participação direta de João Goulart, que teria viajado a São Paulo para levar ao governador Garcez o pedido de Vargas para que solicitasse a Salgado o apoio do PRP ao governador gaúcho. In: Loureiro Júnior arrasa o PTB de São Paulo numa entrevista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.5.1954, p. 1 e 11.

Este pragmatismo, no entanto, não conduziu aos resultados planejados nem viabilizou que o bônus esperado fosse desfrutado. Embora a Convenção Regional do PRP tenha ratificado o acordo, aprovando a "*colaboração mútua no apoio à atual administração do Estado e participação do PRP no mesmo com uma secretaria de estado*",[194] o PTB não cumpriu sua parte no acordo, que previa que o governo nomearia um perrepista até dezembro de 1951. Conforme Arno Arnt – que substituiu Oscar Machado na presidência do Diretório Regional – "*no dia 3 de abril de 1952, por decisão do Diretório Regional 'ficou deliberado fixar o dia 19 de abril um pronunciamento por parte do Partido Trabalhista Brasileiro'*", e "*a 24 de abril do Diretório Estadual resolveu denunciar o acordo, o que foi feito oficialmente na data de 26 do mesmo mês*".[195] A crítica do deputado estadual Helmuth Closs à direção regional era contundente:

> Após uma eleição, mesmo derrotados, aderimos sistematicamente ao partido que conquistou o governo. Antes dela, apoiamos aquele cuja vitória nos parece inevitável. Todas estas danças e contradanças porque vivemos na ilusória esperança de poder abocanhar algumas migalhas da mesa governamental. (...) Em nossos comícios, fazíamos os mais violentos ataques ao PTB e seus pró-homens. (...) Passadas as eleições, e sendo nós e o PSD derrotados, não tardou sentir-se no ar um movimento tendente a nos reaproximar do PTB, já agora no governo. (...) Nossos companheiros tinham verdadeiro horror ao PTB. As feridas abertas em seus corações através das calúnias que os trabalhistas jogaram sobre a pessoa do chefe, ainda sangravam demasiadamente, para que se pensasse em restabelecer um clima, ao menos respirável, entre ambas as correntes. Contudo, fez-se o acordo com o PTB pisoteando e tripudiando a dignidade daqueles que sempre foram leais e jamais alguma coisa quiseram para si. Em troca de nosso apoio aos candidatos do PTB em todos os municípios salvo aqueles onde tínhamos candidatos próprios, meia dúzia apenas, receberíamos o prêmio tantas vezes docemente sonhado, seríamos donos, enfim, Hossanas! de uma Secretaria de Estado. (...) Foi um grave erro político que cometemos e as defecções em nossas fileiras começaram a impressionar as nossas vestais. (...) Demos a vitória ao PTB em vinte e dois municípios (...). Não cumpriu o PTB, para sorte nossa, o acordo firmado e veio o inevitável rompimento.[196]

O fracasso das negociações e suas conseqüências negativas para o partido, em sua terceira tentativa de obter uma secretaria de estado – sempre seguindo disciplinadamente uma orientação do Diretório Nacional – incentivou uma reação contra o pragmatismo ilimitado seguido até então. Esta reação deu origem a um movimento pela "independência partidária", que tomou força em um primeiro momento exatamente no Rio Grande do Sul, como discutiremos no próximo capítulo.

---

[194] Ata da VII Convenção Estadual do PRP do PRP-RS, 9.3.1952. Livro de Atas das Convenções Estaduais (CDAIBPRP).
[195] Correspondência de Arno Arnt a Plínio Salgado, 8.5.1952 (CDAIBPRP - Correspondência do Diretório Regional).
[196] Correspondência de Helmuth Closs a Plínio Salgado, 31.5.1953 (APHRC-Pprp 31.05.53).

Há poucas informações sobre as eleições municipais nos outros estados, as quais não constam no conjunto de Dados Eleitorais publicados pelo TSE. Em março de 1953 *A Marcha* afirmava que o PRP elegera, em todo o país, mais de 500 vereadores e 15 prefeitos *"rigorosamente da nossa legenda, e algumas dezenas eleitos em coligação com outros partidos. Quanto a vice-prefeitos, temos dezessete de nossa legenda, e alguns em cidades importantes como Campinas"*.[197] Já um quadro comparativo elaborado pela secretaria da presidência nacional do PRP informava que o partido passara "*de 396 vereadores para mais de 800 e de 12 prefeitos para mais de 20"*.[198] Mesmo assim, inexistem dados que permitam uma avaliação mais específica sobre o contingente eleitoral e a importância política das prefeituras conquistadas.

---------- x ---------- x ----------

A intervenção dos integralistas no período focalizado neste capítulo tem como característica geral a prioridade conferida à institucionalização do movimento integralista. O PRP era então o instrumento prioritário – se não exclusivo – da intervenção política do integralismo. Já na eleição de 1945, os integralistas conferiram clara prioridade ao fortalecimento de seu instrumento partidário e sua inserção no sistema político, atuando de forma pragmática na busca de vantagens concretas e facilidades em troca de seu apoio eleitoral a um dos candidatos. Naquele contexto, tal pragmatismo implicava em tentar obter garantias para a manutenção do registro partidário – para o que a obtenção de cartas abonatórias dos candidatos era fundamental -, além de visar sua integração no governo. A participação naquela eleição viabilizou sua reinserção no debate nacional, depois de oito anos na clandestinidade. Nas eleições estaduais de 1947, priorizaram a conquista de posições de poder, no âmbito dos estados, o que se expressou na busca pela participação nos governos e na eleição de bancadas parlamentares estaduais. Mais uma vez a obtenção de cartas declarando o "caráter democrático" do partido foi buscada com êxito, e o PRP chegou a ter suas despesas eleitorais custeadas por outros partidos, em troca de seu apoio eleitoral. É importante ressaltar aqui que já naquele momento diversas forças políticas

[197] O PRP como expressão política no país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.3.1953, p. 9. A matéria não lista as cidades nas quais o PRP elegera prefeitos e vice-prefeitos, e afirma que o partido já recebera informações confirmando nominalmente a eleição de 498 vereadores, mas tais dados estavam ainda incompletos.
[198] Quadro comparativo da situação do PRP em todo o Brasil, mostrando o progresso do partido em duas eleições, s./d. (APHRC-FPS 014.003.001).

disputavam o apoio integralista, a despeito das críticas e denúncias que pesavam sobre aquele movimento, e submetiam-se a condições por eles estabelecidas em troca de seus votos. Por outro lado, já transpareciam claros sinais dos efeitos negativos da opção institucional, como o descontentamento de parcela da militância e os conflitos por posições de poder ou pela indicação como candidato preferencial. Na eleição de 1950, mais uma vez o PRP seguiu uma política de alianças pragmática, consubstanciada no acordo nacional com a UDN. Apesar da ampla derrota eleitoral de seus candidatos para a presidência e vários governos estaduais, os integralistas souberam tirar proveito em alguns estados, de acordo com os objetivos a que se propunham, chegando a participar de cinco governos estaduais. A rápida mudança de posição em relação a Vargas, chegando a um apoio discreto e ao acordo geral nas eleições municipais de 1951 no Rio Grande do Sul levou o pragmatismo integralista a um ponto-limite, gerando um claro e expressivo movimento de descontentamento na militância integralista que colocava em risco sua unidade. Este movimento de descontentamento levaria a uma profunda revisão na política seguida pelo integralista nos anos seguintes, expresso, por exemplo, na chamada "independência partidária" e no lançamento de uma candidatura própria à presidência em 1955, como discutiremos no próximo capítulo. Ao mesmo tempo, a total identificação entre integralismo e PRP entre 1945 e 1952 havia se tornado contraproducente para Salgado e o grupo dirigente integralista, pois o crescente desgaste do PRP passava a comprometer sua liderança. O afastamento do partido de inúmeros integralistas que saiam mantendo sua profissão de fé no movimento, mas não mais aceitando a forma partidária, pode ter estimulado a criação de outras organizações integralistas, formalmente não vinculadas ao partido, ao mesmo tempo em que mostrava a necessidade de um redimensionamento na ação partidária, apresentando o PRP de forma mais independente, para que não transparecesse sua heteronomia e sua subordinação aos partidos dominantes.

Capítulo 6 - 1952-1957:

A "independência partidária" e a reivindicação do legado integralista

No início da década de 1950, o processo de institucionalização do integralismo estava bastante avançado, com a consolidação do PRP como instrumento fundamental de sua intervenção política. Naquele momento, no entanto, uma expressiva parcela da militância integralista mostrava-se descontente ou desanimada com aquilo que percebia como uma "acomodação" do movimento, manifestando seu desejo de uma retomada da ofensiva política por parte do integralismo. As reações de descontentamento frente à nova estratégia assumida pelo integralismo no pós-guerra ocorreram desde os primeiros movimentos de articulação partidária, em 1945, mas intensificaram-se a partir de 1950. Nos primeiros anos de existência do PRP, o argumento mais utilizado pela direção integralista foi que ele estava crescendo rapidamente, e logo se tornaria uma grande expressão nacional.[1] No entanto, este argumento, fartamente utilizado até 1950, perdeu eficácia após as eleições gerais daquele ano, quando já ficava evidente que o partido oscilava entre um crescimento moderado e a estagnação, em patamares bastante modestos. Além do mais, as previsões especialmente irreais de crescimento, feitas em 1950 para justificar a opção partidária e obter melhores condições em uma coligação, tornaram ainda maior a decepção da militância com o resultado alcançado. Assim, passadas aquelas eleições, o PRP entrou em crise, com um quadro de crescente descontentamento da militância integralista e um relativo desgaste da sua liderança. Lembre-se, por exemplo, que a arrecadação do Diretório Nacional em 1952 era 32% inferior à de 1948, em valores absolutos. Desta forma, era inevitável que a direção integralista respondesse a tais insatisfações, modificando a estratégia do PRP, ou, ao menos, apresentando-na de forma diferente.

A hipótese principal deste capítulo é que entre 1952 e 1957, a direção integralista tomou um conjunto de iniciativas visando dinamizar o movimento, dotá-lo de novas estruturas e colocá-lo politicamente na ofensiva. A primeira destas iniciativas foi a "independência partidária", que tinha como objetivo o lançamento de candidaturas próprias pelo PRP e o reforço de sua identidade integralista. O principal desdobramento desta política foi a candidatura presidencial de Plínio Salgado, em 1955, que teve grande

[1] Ver a respeito "A autopercepção de um partido pequeno". In: CALIL, Gilberto. *O integralismo no pós guerra*: a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 191-195.

impacto no interior do integralismo e colocou-o no centro do embate político nacional. Outra iniciativa de grande importância foi a constituição de um conjunto de entidades, formalmente autônomas mas claramente vinculadas ao integralismo. Estas entidades visavam permitir que o ele tivesse uma intervenção para além dos processos eleitorais, inclusive desenvolvendo iniciativas voltadas a setores específicos, em particular a juventude e os trabalhadores. Bastante relevante neste processo de dinamização do integralismo foram também as diversas atividades relacionadas com a retomada da simbologia e da ritualística integralistas, em especial as festividades que marcaram o Jubileu de Prata do Integralismo, em 1957.

6.1 A política de independência partidária

6.1.1 1952-1953 A gênese da independência partidária

Em virtude do acordo com o PTB nas eleições municipais em 1951 e da fracassada tentativa de ser incorporada ao governo estadual, a seção gaúcha do PRP foi afetada de forma especial por esta insatisfação, que já fugia ao controle da direção partidária em 1952, com a gestação de um movimento em defesa da "independência partidária", culminando com a apresentação de candidatura própria ao governo estadual nas eleições seguintes. Como afirma a historiadora Claudira Cardoso, "*como resultado de todo esse processo, percebemos que a direção do PRP sofreu um certo desgaste, na medida em que os acordos firmados com outras agremiações não trouxeram concretamente os resultados esperados.*[2] Para a autora, "*segundo os próprios integralistas, os acordos efetuados pelo PRP com outras correntes partidárias fizeram o partido passar por uma forte crise. Diante da impossibilidade de reversão desse quadro é que justificaram a decisão de candidatura própria nas eleições estaduais de 1954*".[3] Em depoimento oral, Alberto Hoffmann, dirigente do PRP na época, também explica a "independência partidária" como decorrência dos insucessos do partido nas coligações até então, relatando que: "*o pessoal estava desiludido de coligações, por causa daquela sacanagem que nos fez o PSD*".[4]

---

[2] CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular:* política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 1999, p. 26-27.
[3] Idem, ibidem, p. 27.
[4] CALIL, Gilberto Grassi & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Alberto Hoffmann*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2003, p. 34. Segundo Hoffmann, ainda, "*na eleição de Jobim estava assegurada a Secretaria de Agricultura. Não tão documentado, mas falado, os homens de palavra tinham disso. Depois não deu em nada. Aí houve um famoso rompimento*". Idem, ibidem, p. 34.

Em setembro daquele ano, Salgado recebeu "*uma moção da concentração regional de Novo Hamburgo, aprovada também pelas de Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Ijuí, Caxias do Sul, Passo Fundo e Bagé, pela qual os populistas gaúchos desejam fazer uma política independente, sem quaisquer acordos com outros partidos políticos, nem mesmo quando houver nestes acordos relação com os interesses nacionais do PRP*".[5] Em 1953, o descontentamento com a política de alianças do PRP no Rio Grande do Sul já tomava a forma concreta de um movimento em defesa de uma candidatura própria ao governo estadual, disseminado a partir dos diretórios municipais, em especial aqueles que tinham reagido contra o acordo com o PTB. No final daquele ano, a candidatura própria já era admitida por autoridades partidárias: "*O deputado Nestor Pereira, do PRP, fez declarações à imprensa de Porto Alegre dizendo que seu partido terá candidato próprio ao Governo do Rio Grande do Sul. Diz o deputado que o PRP está cansado de fazer acordos com os partidos, os quais não cumprem os compromissos assumidos em documentos assinados*".[6] Esta posição foi levada à Convenção Nacional do PRP pela bancada do Rio Grande do Sul, definindo uma posição clara de "independência partidária", segundo a qual o PRP deveria "*disputar sempre que possível com candidato próprio a governança estadual*" e, "*em caso de não ser absolutamente possível a candidatura própria ao cargo acima e aconselhável o apoio a outro candidato, fazê-lo com a mais completa independência, não solicitando e nem acordando a cessão de cargo algum*". Além disso, solicitava "*que determine o Diretório Nacional estudar a viabilidade do candidato próprio à presidência da República, como expressão de independência partidária*".[7] O texto aprovado, no entanto, tratava apenas das eleições parlamentares, não mencionando a proposta de lançamento de candidaturas próprias ao executivo:

> A bancada do Rio Grande do Sul apresentou sugestão sobre independência partidária, que o plenário, aprovando o substitutivo elaborado pela comissão, aprovou com a seguinte redação: a) o PRP concorrerá com chapa própria às eleições para as Assembléias Legislativas em todos os Estados e no DF; b) o Partido poderá concorrer com chapa própria para a Câmara Federal, excepcionalmente, no Rio Grande do Sul (a critério do Diretório Nacional, *opportuno tempore*, ouvido o Diretório Regional). Nos demais Estados concorrerá à Câmara Federal em coligação com outra legenda, na qual será

[5] Correspondência do Presidente Nacional do PRP Plínio Salgado ao Vice Presidente em Exercício do PRP-RS, Guido Mondin, 1.9.1952 (CDAIBPRP). Salgado, após afirmar que os perrepistas gaúchos pretendiam "*uma orientação que atenda exclusivamente aos propósitos de crescimento da seção do Rio Grande, com satisfação às opiniões locais, de sorte a não contrariar os companheiros nos municípios*", respondeu à pretensão de forma seca e direta: "*Resposta: tomei nota das aspirações desse Estado*".

[6] O PRP disposto a andar sozinho. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.12.1953, p. 1.

[7] Ata da XI Convenção Nacional, 11.12.1953 – Livro de Atas da Fundação e das Convenções Nacionais do PRP (APHRC-FPS 023.004.004).

> incluído apenas um candidato seu; tal candidato será designado, no momento oportuno pelo Diretório Nacional, que o escolherá numa lista de três nomes apresentada pelos Diretórios Regionais. Essa orientação visa assegurar ao PRP uma substancial representação no Congresso Nacional, fato que reputamos indispensável para sobrevivência do Partido; c) as candidaturas do PRP ao Senado serão estudadas em outra oportunidade (...); d) os candidatos eleitos para a Câmara Federal deverão constituir bancada autônoma do PRP com líder e vice-líder.[8]

A divulgação da decisão no jornal *A Marcha* não explicitava a decisão de restringir a candidatura própria ao Rio Grande do Sul, apresentando uma formulação dúbia: "*Ficou estabelecido que o Rio Grande do Sul iria com chapa própria, tanto para deputados estaduais, como federais, senador e governador de Estado, devendo nas demais unidades da Federação o partido tomar as deliberações que fossem mais convenientes*".[9] Ao fazer um "balanço político de 1953", mais uma vez o jornal dava vazão aos descontentamentos, fazendo fortes críticas aos principais partidos. Segundo ele, "*A UDN S.A. apresenta um balanço desfavorável aos acionistas portadores das cautelas da opinião pública*", já que contava com ministros no governo federal sem assumir seu apoio a ele; o PSD teria o ano marcado pela "transação lucrativa" do ingresso do governador de São Paulo no partido; PTB tinha seu ano marcado pela ação de João Goulart "*a serviço de Moscou*"*;* e o PDC "*fez um negocinho da China, aliando-se aos marxistas do PSB e recebendo os recursos moscovitas das alas cripto comunistas do PTB, do PSP, da UDN e do PSD*".[10]

Em março de 1954, a VIII Convenção Regional do PRP gaúcho aprovou, por 23 votos a 16, proposição apresentada por Eduardo Martinelli, delegado de Passo Fundo, que estabelecia que "*O PRP não fará coligações, alianças ou acordos bilaterais com nenhum partido*" e que "*o PRP terá candidato próprio a governador, saído de suas fileiras, se possível, ou apoio a um nome apartidário de virtudes cívicas e morais devidamente comprovadas e capacidade administrativa*", o qual seria escolhido por uma comissão, em conjunto com o Diretório Regional.[11] O próprio Martinelli relatou, em depoimento oral, a origem da proposta:

---

[8] Idem, ibidem.
[9] Convenção Nacional do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.12.1953, p. 9.
[10] Balanço político de 1953. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.1.1954, p. 1 e 9. Chama atenção a caracterização do PTN e do PST: "*O PTN é uma casa que se encontra em aperturas. Sendo constituído em grande parte por antigos integralistas, não se explica o motivo pelo qual não se funde com o PRP*"; "*O PST, cujos produtos ideológicos tanto se aproximam do PRP deveria também com o PTN fundir-se ao Partido de Representação Popular*".
[11] Ata da VIII Convenção Regional do PRP-RS, 21.3.1954 – Livro de Atas das Convenções Regionais do PRP-RS (CDAIBPRP).

> Nasceu do PRP de Passo Fundo. (...) Tanto é que quando nós chegávamos aqui em Porto Alegre, que eu vinha aqui, os caras já me gozavam, diziam: "*aí vem o representante do PRPI, Partido de Representação Popular Independente*", *PRPI. (...)* Todos queríamos independência. Queríamos ir sozinhos. E aí nós levantamos o grito lá de Passo Fundo. E como eu tinha jornal e rádio, era fácil para eu botar no jornal e dizer na rádio: "*queremos independência!*". Quando veio a convenção, já tinha bastante gente doutrinada, de todos os arredores, porque ouviam o rádio. O rádio aquele era potente e liam o jornal. Então, na hora da convenção, nós largamos o grito de partido independente e o Metzler foi candidato. Aceitou, contra a vontade do Nestor Pereira, do Compagnoni, e outros que não queriam. Porque eles eram por cima do diretório, era gente mais importante, eram deputados federais, estaduais, então, eles não queriam.[12]

O relato de Martinelli e a divisão dos votos na convenção evidenciam que a aprovação da proposta não foi consensual, tendo sofrido oposição de alguns dos principais dirigentes do partido. Desta forma, pela primeira vez na trajetória do partido, uma reação da militância de base – ou, pelo menos, das lideranças de âmbito municipal – conseguia desviar o partido da rota traçada pela sua direção, aprovando uma candidatura própria que implicaria em altos custos e dificultava a obtenção de cargos governamentais.

Ainda naquele ano, a IX Convenção Regional do partido aprovou uma proposição que reivindicava o aprofundamento da linha de "independência partidária", solicitando "*que a convenção se dirija ao Diretório Nacional, propondo a independência partidária em todo o território nacional, e que em 1955 o PRP concorra com candidato próprio à Presidência da República*".[13]

O manifesto de lançamento da candidatura própria, de Wolfram Metzler, afirmava que "*depois de termos, sinceramente, tentado colaborar com outras entidades partidárias*", o PRP decidira "*total desligamento de todo este passado político caracterizado pelo despistamento, pelo não cumprimento da palavra empenhada, pela pasmaceira administrativa, pela falta de planejamento e de realizações concretas e definitivas*".[14] O relativo êxito da campanha de Metzler, obtendo 8,4% dos votos e aumentando as bancadas estadual e federal de deputados, estimulou a militância dos outros estados a mobilizar-se pela candidatura própria à presidência. Ainda no início de 1954, o jornal *Diário de Notícias* relatou esta mobilização, apresentando-na como reação ao esvaziamento do partido:

---

[12] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999, p. 54.
[13] Ata da IX Convenção Regional do PRP-RS, 25.7.1954 – Livro de Atas das Convenções Regionais do PRP-RS (CDAIBPRP).
[14] Ao povo do Rio Grande do Sul: Lançamos Wolfram Metzler porque não queremos que o Rio Grande continue se empobrecendo, espoliado por falsa política (Panfleto) (CDAIBPRP).

> A verdade é que a maioria dos elementos do PRP com assento nos diversos legislativos foram eleitos em coligação de legenda, principalmente com a UDN. Depois de eleitos, por força de atração, foram sendo assimilados pelos partidos. É o caso nítido do deputado Raymundo Padilha. O mesmo aconteceu com o deputado Jorge Lacerda, de Santa Catarina, também considerado hoje em dia mais udenista do que do PRP. Nessas condições, e diante de tais evidências, os ortodoxos do partido resolveram forçar o sr. Plínio Salgado a tomar uma atitude heróica, de modo a salvar o partido, agora às vésperas das eleições.[15]

O aprofundamento da "independência partidária", no entanto, gerava reações de alguns dirigentes do partido, o que fica evidente na troca de correspondência entre Alberto Hoffmann e Juraci Machado, ambos então membros do Diretório Regional no Rio Grande do Sul, na qual Machado indagou "*que história é esta da candidatura do Chefe?*", ao que Hoffmann respondeu: "*A **febre** do RS pré-campanha Metzler (independência, cavalo próprio, etc...) contagiou o resto do Brasil perrepista. A nossa gente dos demais estados andou e **anda doida**. O fato do lançamento do chefe é apenas a ressaca da campanha de Metzler*".[16] Talvez por isto no Rio Grande do Sul, a despeito de ter sido o estado que lançou a campanha da independência partidária, Salgado obteve votação apenas 12% superior à média do partido no estado (de 6,8% a 7,6%), enquanto a média nacional cresceu 218% (de 3,8% a 8,3%). Passadas as eleições, Luis Compagnoni – um dos principais adversários da candidatura própria – defendia a política adotada:

> O PRP não tem amigos. Todas as vezes que se anuncia ou se forma aliança entre o PRP e outro partido, nossos companheiros sonham com amizades, sonham com reconhecimento, imaginam que o outro partido passará a nos fazer justiça. Nada disto. A história é sempre a mesma. Os outros partidos fazem aliança com o PRP porque precisam dele, porque vêem vantagem em se aliar com o nosso partido. Mas, depois, vem a decepção: passado o pleito, o PRP continua sendo sempre o partido dos integralistas, dos fascistas, nazistas, totalitários, etc., etc.[17]

Naquele momento, a Direção Nacional do partido já discutia o lançamento da candidatura de Plínio Salgado, como discutiremos na seção 6.3. A gestação da "independência partidária", no Rio Grande do Sul, se deu paralelamente ao afastamento em relação ao governo Vargas, em âmbito nacional, conforme se analisará a seguir.

---

[15] Vai voltar à atividade política a Ação Integralista Brasileira. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 2.2.1954 (CDAIBPRP).
[16] Apud CARDOSO, op. cit., p. 40, grifos meus.
[17] COMPAGNONI, Luis. O pecado do silêncio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.11.1954, p. 9. Ao mesmo tempo, um militante do partido no Rio Grande do Sul escrevia a Salgado: "*Ouvi o rádio hoje dizendo da nova orientação do partido: batalhar sozinho nos pleitos que se avizinham. Como isso é belo! Como é bom lutar por aquilo que é nosso! Como é agradável padecer por algo que não mente, que não engana!"* Correspondência de Mário Gardelin a Plínio Salgado, 2.11.1954 (APHRC-Pprp 02.11.54/1).

6.1.2 Rompimento com Vargas: do apoio velado à oposição aberta

Durante os dois primeiros anos do governo Vargas, a postura do PRP foi marcada por um apoio não declarado, evitando-se fazer críticas mais fortes, como discutimos no capítulo anterior. A partir de meados de 1953, esta postura se modificou, em especial após o rompimento do acordo com o PTB no Rio Grande do Sul, no momento em que ganhava força, naquele estado, o movimento pela "independência partidária". Em maio de 1953, Vargas era acusado de "estimular a luta de classes", em um texto que exprimia a visão social do PRP:

> O discurso que o Presidente Vargas pronunciou em Volta Redonda no dia 1º de maio não foi o que a Nação esperava. (...) Não será açulando a luta de classes; não será exaltando direitos sem menção de correlatos deveres; não será aniquilando os que fundam indústrias, estabelecem comércio, organizam lavouras, com impostos, exigências, diatribes e ameaças, que poderemos criar riquezas nacionais. A melhor sorte do trabalhador está ligada à melhor sorte da produção. A Nação esperava do Sr. Presidente um discurso que somasse os brasileiros, e não um discurso que os dividisse. Um discurso expondo as causas do encarecimento da vida, do êxodo rural, das nossas dificuldades em importar e exportar.[18]

A reforma ministerial de junho daquele ano era criticada como um ato de "*arbítrio exclusivo do Chefe da Nação*", que teria dado origem a uma espécie de "partido único", fundado "*nas afinidades pessoais, sentimentais e podemos dizer históricas com o presidente da República*", o que, para os integralistas, constituiria uma agressão à democracia representativa e ao princípio do multipartidarismo. Vargas também era pessoalmente responsabilizado pelo empréstimo a Samuel Wainer, objeto de denúncia pela UDN: "*O culpado não é aquele que obteve a astronômica quantia do Banco do Brasil, porém aqueles que lhe facultaram uma operação sem a milésima fração das garantias que se exigem dos agricultores, comerciantes ou industriais. (...) Não é crível que em se tratando de um empréstimo de tamanho volume, haja sido tudo feito e acabado à revelia do maior acionista, que é o governo*".[19] Salgado atacava o governo afirmando que ele não praticava uma "política integral", pois seu ministério não tinha uma ação comum, tendo cada Ministro "*uma orientação, porque não existe uma orientação uniforme, que trace*

---

[18] O discurso de Volta Redonda. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.5.1953, p. 1 e 11.

[19] Samuel Wainer será culpado? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.7.1953, p. 1. O jornal aproveitava a oportunidade para exercitar seu anticomunismo: "*Quanto ao fato do sr. Wainer utilizar-se de uma equipe de comunistas em suas empresas jornalísticas, não vemos nada demais. Ele próprio sempre foi homem da extrema-esquerda. Em nosso país tudo se faz pela metade; fecha-se o partido comunista e permite-se a pregação do comunismo. Não existe um jornal burguês diário ou revista de grande circulação que não esteja recheado de comunistas*". Idem, ibidem.

lineamentos precisos, e que determine uma ação harmoniosa de todos os órgãos representativos do Poder Federal".[20]

O anticomunismo era utilizado especialmente para atacar o Ministro do Trabalho, João Goulart. Para *A Marcha*, "*Jango procura lançar a inquietação em nosso povo, desorganizar o trabalho, perturbar a produção nacional, suscitar ódios de classe, tudo por mera politicagem e num desesperado esforço para distrair as massas operárias das bandalheiras por atacado que ultimamente têm causado os maiores escândalos da nossa vida administrativa*".[21] Jango era acusado também de pretender controlar vários partidos políticos: "*Está nos planos de Jango a infiltração nos seguintes partidos: Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Libertador (PL), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB). Para comandar essa nova manobra de Jango, será organizada a Frente dos Trabalhadores Brasileiros*".[22]

Em dezembro de 1953, Raymundo Padilha (PRP) denunciou o presidente da Câmara de Exportação e Importação (CEXIM), Coriolano de Góes, dando origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito: "*dono de grande acervo comprobatório investiu o deputado Raymundo Padilha contra os desmandos cometidos na gestão do sr. Coriolano de Góis, quando diretor da Cexim, no tocante às transações comerciais deste órgão de controle do comércio exterior*".[23] Para Idade Nova, Padilha apresentou "*provas concretas de um crime que atinge profundamente a moralidade administrativa de um governo que se entregou ao marasmo da corrupção, e cujos frutos aí estão patentes*".[24] Góes respondeu com uma queixa crime, acusando Padilha de calúnia, injúria e difamação.[25]

Em março de 1953, Salgado se declarava "*alheio ao governo federal. Não tendo votado no atual presidente, nem eu nem meus amigos, continuamos na mesma posição coerente e honesta, que se traduz numa atitude de independência*".[26] O acirramento da crise, em agosto de 1954, levou o PRP a explicitar uma postura de oposição aberta, embora

---

[20] Plínio Salgado na TV Tupi. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.10.1953, p. 1 e 3.
[21] Jango joga jogadas perigosas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.10.1953, p. 1.
[22] Vários partidos infiltrados de elementos janguistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.2.1954, p. 12.
[23] O novo estouro da boiada: Conheço todos os ladrões da Cexim, afirma Raymundo Padilha. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.12.1953, p. 1 e 8.
[24] Idem, ibidem.
[25] Cf. Coriolano desafia Padilha a renunciar às imunidades e submeter-se ao Judiciário. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17.12.1953 (CDAIBPRP: Recortes).
[26] Plínio Salgado, a Revista Visão e os Centros Culturais da Juventude. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.3.1954, p. 3, 14 e 15.

se contrapondo a um eventual golpe de estado. Ao solidarizar-se com Carlos Lacerda após o atentado de que foi alvo, *A Marcha* afirmava que o "*ponto fundamental de sua ação*" era o "*aniquilamento da oligarquia Vargas et caterva*".[27] O jornal alertava para o perigo de um golpe militar e de um contra-golpe varguista, e apelava para as forças armadas:

> Dois perigos se apresentam hoje ao Brasil: o afastamento do sr. Getúlio Vargas por forma extra-constitucional, o que determinaria o eclipse da ordem legal, a interrupção do exercício político eleitoral dentro das normas e dos prazos estabelecidos pelo sistema rotativo das substituições dos mandatos eletivos, principalmente do referente à suprema magistratura da Nação; e o outro, muito maior, que seria um contragolpe do próprio sr. Getúlio Vargas, já agora, apoiado pelo Partido Comunista, segundo as declarações de Roberto Morena e da "Imprensa Popular", órgão oficial daquele partido no país. O bom senso dos chefes das Forças Armadas já se manifestou claramente e a Nação confia no patriotismo desses homens, convencida de que eles evitarão os dois perigos que ameaçam nossa Pátria e que se resumem nestas duas proposições: a desmoralização do regime, no caso de afastamento extraconstitucional do Presidente, o que evidenciaria a insuficiência da Carta Magna; ou o favorecimento às manobras de Moscou, se como extremo recurso o Presidente se valer desse esquerdismo duvidoso e suspeito que já se infiltra nas próprias Forças Armadas e que pode conjugar-se com a organização bolchevista atualmente entrosada com a demagogia trabalhista e com o reformismo inescrupuloso utilizado como arma da arregimentação das massas.[28]

Mesmo com o tom da crítica veemente contra Vargas, a recusa da alternativa golpista marcava a diferença entre a estratégia oposicionista do PRP em relação àquela assumida pela UDN e seus aliados, que já pediam abertamente um golpe militar. No dia seguinte ao suicídio de Vargas, o Diretório Nacional do PRP estabelecia uma posição de apoio ao governo de Café Filho, em uma Nota Pública bastante difundida na imprensa:

> O Diretório Nacional do Partido de Representação Popular, reunido hoje, dia 25 de agosto, para examinar a situação do País e deliberar sobre a posição que deve assumir e que deverá orientar os seus representantes na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, assim como fixar a linha política de seus oradores na campanha eleitoral preparatória do pleito de 3 de outubro próximo, resolveu, por unanimidade de votos:
>
> 1º) hipotecar integral apoio a S. Exa. o Dr. João Café Filho, que acaba de assumir a Presidência da República;
>
> 2º) cooperar, dentro dos princípios doutrinários que adota, com as correntes políticas nacionais empenhadas na obra de consolidação da ordem, de recuperação econômica, de regeneração moral nos setores político, administrativo e social do Brasil, conforme a ação até o presente desenvolvida pelos seus dirigentes, representantes e correligionários.[29]

A posição expressa nesta nota evidencia que o PRP estava, mais uma vez disposto a abrir mão de sua "independência", em troca de participação no governo, esquecendo as

---

[27] A vindita pela bala. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.8.1954, p. 1 e 2.
[28] Pela Constituição. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.8.1954, p. 1 e 11.
[29] Nota do PRP sobre a situação atual. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.8.1954, p. 9.

fortes críticas que sempre fizera a Café Filho, considerado até então um "comunista".[30] Também os diversos telegramas enviados por Salgado ao presidente e a integrantes do governo, reforçam esta hipótese:

> Meu nome pessoal e também Partido que presido formulo ilustre brasileiro distinto amigo sinceros votos pleno êxito governo Nação, iniciado tanta clarividência largo descortino. Saudações.[31]
>
> Desejo prezado amigo pleno êxito importante missão tanto depende segurança nossa pátria. Abraço cordial[32]
>
> Peço Deus favorecer prezado amigo ilustre brasileiro sentido pleno êxito cargo assume pelo bem da nossa Pátria.[33]
>
> Ergo neste momento junto Divino Mestre a quem servimos por quem amamos nossa Pátria pedindo favoreça prezado amigo alta missão assumida.[34]

Mais uma vez o oferecimento de apoio dos integralistas foi ignorado, não tendo havido nenhuma oferta do presidente no sentido da sua participação no governo, o que forçou a retomar uma posição de "independência", já então com maior força, pois naquele momento a candidatura própria ao governo do estado do Rio Grande do Sul já estava aprovada, e crescia o movimento pela candidatura presidencial de Plínio Salgado.

6.1.3 As eleições estaduais e municipais de 1954 e 1955

Em 1954 foram realizadas eleições para governador em onze estados, em um contexto marcado pela proximidade do suicídio de Vargas. Neste processo eleitoral, o PRP não adotou uma política de alianças nacionalmente unificada: além da apresentação de candidatura própria no Rio Grande do Sul, apoiou candidatos do PSD (3), da UDN (2), do PTB (1) e do PSP (1), e manteve-se neutro em dois dos principais estados: São Paulo e Bahia, como se evidencia na tabela 22:

---

[30] Também Café Filho, em diversas ocasiões, fez duras críticas ao integralismo, como em 1949, quando acusou Plínio Salgado de "*escudar-se no cristianismo para a divulgação de suas idéias*" e denunciou sua subordinação à ditadura do Estado Novo. Cf. O integralismo foi objeto da mais vigorosa repulsa na Câmara dos Deputados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 31.8.1949, p. 3 (APHRC-FPS 110.007.REC 1949).
[31] Telegrama de Plínio Salgado para o Presidente João Café Filho, 28.08.19 (APHRC-Pprp 28.08.54/8).
[32] Telegrama de Plínio Salgado para o Ministro do Trabalho Alencastro Guimarães, 28.8.1954 (APHRC-Pprp 28.08.54/1).
[33] Telegrama de Plínio Salgado para o Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes, 28.8.1954 (APHRC–Pprp 28.08.54/3).
[34] Telegrama de Plínio Salgado para o Ministro do Exército General Juarez Távora, 28.8.1954 (APHRC–Pprp 28/08.54/4).

TABELA 22 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1954				
Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Amazonas	José F. Gama e Silva	PSP	-	Não
Bahia	Questão aberta	-	-	-
Ceará	Armando Falcão	PSD	PSP	Não
Espírito Santo	Francisco Lacerda de Aguiar	PTB	PR - PSP	Sim
Goiás	Galeno Paranhos	UDN	PSP	Não
Pernambuco	Osvaldo Cordeiro de Farias	PSD	PDC – PSP - PL	Sim
Piauí	Jacob Gayoso e Almendra	PSD	PTB	Sim
Rio de Janeiro	José Carlos Pinto	UDN	PDC – PR	Não
Rio Grande do Sul	Wolfram Metzler	PRP	-	Não
São Paulo	Questão Aberta	-	-	-
Sergipe	Sem Diretório Regional	-	-	-
Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.				

Destaca-se a posição assumida em São Paulo, pela reafirmação da independência partidária. Ainda que considerasse inviável lançar candidatura própria, a Convenção Regional levou em conta "*a conveniência da linha partidária estabelecida pela IX Convenção Regional, de independência política em face das demais agremiações partidárias*", e "*as inequívocas demonstrações dos companheiros no sentido da afirmação partidária*", e decidiu "*considerar livre aos seus membros o voto em qualquer dos candidatos ao cargo de Governador do Estado, bem como ao Senado da República, ressalvada a possibilidade de posterior condenação de candidaturas julgadas doutrinariamente incompatíveis*".[35] Abriu, no entanto, uma exceção para "*proclamar seu candidato ao cargo de vice-governador do Estado o deputado Antonio Sylvio da Cunha Bueno*", ex-integralista e integrante do PSD, além de incluir seu candidato a deputado federal, Loureiro Júnior, na chapa do PSD, mediante acordo partidário "*sem qualquer outro compromisso*". Conforme Loureiro, "*o PRP decidiu dar o seu apoio ao candidato à vice-governança, sr. Cunha Bueno, porque a tendência partidária é de cada vez mais cingir-se a candidatos próprios. Abriu-se uma exceção para esse homem, devido a ser ele um dos líderes do municipalismo, o que é ponto fundamental da nossa doutrina*".[36]

Cabe destacar ainda, na política de alianças assumida, o apoio do PRP a Hamilton Nogueira (UDN), candidato ao senado pela Guanabara. Nogueira havia sido uma das lideranças católicas que mais combateu o integralismo logo após a formação do PRP, mas

[35] Convenção Paulista do PRP. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 6.8.1954, p. 9.
[36] Idem, ibidem.

ao receber seu apoio afirmou que "*se for reeleito, poderá o PRP contar com um representante para defender os postulados fundamentais do integralismo*".[37]

Dentre os sete estados em que o PRP apoiou candidatos de outros partidos, foi vitorioso em três: Piauí, Pernambuco e Espírito Santo, mas apenas neste último foi convidado a participar do governo. O deputado estadual Oswaldo Zanello ocupou a Secretaria de Agricultura entre janeiro de 1955 e fevereiro de 1957,[38] e a Secretaria de Governo, entre fevereiro de 1957 e dezembro de 1958.[39] O PRP também apoiou o candidato eleito ao senado pelo Espírito Santo, Atílio Vivácqua (PR), elegendo seu suplente Silvério del Caro, que assumiria a vaga em 1961 com o falecimento do titular.

Passadas as eleições, Salgado defendia abertamente a "independência partidária":

> O PRP desempenhou a sua função histórica. Elegendo representantes nos âmbitos municipal, estadual e federal, estes falaram ao povo das tribunas parlamentares. Oradores ocupavam os microfones e restauravam a verdade em todo o país. Jornais se publicaram, livros se editaram e, pouco a pouco, com grande estupefação, o povo brasileiro tomava, de novo, conhecimento do que era a doutrina integralista, do que significou a Ação Integralista. (...) Adotando essa política, o PRP viveu desde 1946 até 1954. Foram oito anos de esclarecimentos contra os oito anos da calúnia ditatorial. **Chegamos, agora, a um momento histórico em que falharíamos à nossa missão se continuássemos a praticar a política das alianças e coligações.**[40]

Entre 1954 e 1955, foram realizadas, ainda, eleições municipais. Não existem informações mais específicas, mas os Dados Eleitorais publicados pelo TSE revelam que, considerando apenas os votos para vereador recebidos em chapa própria, sem coligação, o PRP recebeu 117.924 votos em doze estados (pela ordem de votos: SP, PE, PR, MG, ES, SC, CE, RJ, AL, AM, PB e PI). Em outros cinco estados, não concorreu em legenda própria em nenhum município (GO, MA, MT, PA e SE). É provável que a votação total recebida tenha sido bastante superior, pois além dos votos recebidos em coligação, esta totalização não inclui os votos recebidos no Rio Grande do Sul e na Bahia (que não constam na publicação do TSE), estados onde o PRP elegeu alguns prefeitos e diversos vereadores. O partido elegeu em chapa própria os prefeitos de Igarassu (PE), Serrinha , Santa Teresinha e Tucano (BA), Colatina (ES), Nipoã (SP), Crissiumal, Estrela, Ijuí, Nova

---

[37] Hamilton Nogueira fala aos integralistas da Guanabara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.7.1954, p. 1 e 2.
[38] Ver a respeito A agricultura no estado do Espírito Santo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 4.
[39] Em fevereiro de 1957, o governador Lacerda de Aguiar declarou-se descompromissado de todos os partidos políticos. O PRP reafirmou seu apoio e determinou que Zanello colocasse seu cargo à disposição. Feita a reforma do secretariado, Zanello assumiu a Secretaria de Governo.
[40] SALGADO, Plínio. O Magistério político dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.12.1954, p. 3 e 10. Grifo meu.

Petrópolis e São Pedro do Sul (RS).[41] O partido também participou de coligações vitoriosas em quatro capitais estaduais: Curitiba (Nei Braga, PR); Belo Horizonte (Celso Azevedo, UDN); Niterói (Alberto Fontes, PL); e Salvador (Hélio Machado, PSD).[42]

Em outros nove estados as eleições para governador ocorreram em 1955. No entanto, como a prioridade absoluta do PRP era a eleição presidencial, e considerando também a inexistência de eleições parlamentares, o partido manteve "questão aberta" na maior parte daqueles estados.[43] No Paraná, por exemplo, "*a Convenção Regional do PRP resolveu manter o partido eqüidistante das lutas que se feriam nos âmbitos estadual e municipal*".[44] A grande exceção foi o estado de Santa Catarina, onde o PRP apresentou a candidatura do deputado federal Jorge Lacerda, em aliança com a UDN, o PDC e o PSP.

6.1.4 A eleição e o governo de Jorge Lacerda em Santa Catarina

Desde a formação do PRP no estado de Santa Catarina, o partido ficou dividido entre duas alas principais, cada uma delas defensora de uma aliança prioritária com uma das duas grandes forças políticas locais: UDN e PSD. Em face da forte polarização entre aqueles dois partidos, a posição do PRP, terceira força eleitoral, podia ser decisiva na definição do candidato eleito. Nas eleições de 1947 e 1950, o PRP apoiou a candidatura udenista de Irineu Bornhausen, vitoriosa em 1950. A participação no governo Bornhausen gerou fortes antagonismos no interior do partido, acirrando sua divisão, culminando com a ruptura do deputado estadual Cássio Medeiros, um dos principais opositores da aliança com a UDN. Mesmo após esta ruptura, a oposição à manutenção da aliança com a UDN permaneceu forte no interior do partido. Em carta a Salgado um militante afirmava que "*a UDN de Santa Catarina não tem mais grande prestígio, se irmos novamente com ela perderemos o nosso prestígio perante o eleitorado*".[45] O principal defensor da aliança com a UDN era Jorge Lacerda, deputado federal eleito em 1950 como candidato mais votado do estado (17.991 votos), e reeleito em 1954 com 20.247 votos.[46] Em ambos os pleitos, Lacerda foi incluído na chapa da UDN, mediante acordo eleitoral. No início de seu

---

[41] O partido participou também de diversas coligações que elegeram prefeitos, mas neste caso não foi possível identificar o partido a que pertencia o prefeito eleito.
[42] Vitoriosos os candidatos do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.10.1954, p. 1 e 10.
[43] São os seguintes os estados que elegeram governadores em outubro de 1955: Alagoas, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.
[44] Relatório das Atividades do Comitê Estadual do Paraná da candidatura de Plínio Salgado, 27.11.1955 (APHRC-FPS 089.013.001).
[45] Correspondência de Francisco Röedel a Plínio Salgado, 16.6.1954 (APHRC-Pprp 16.06.54).
[46] Nos anos 30, Lacerda foi um dos principais dirigentes da Ação Integralista Brasileira tendo sido um dos principais chefes civis do movimento armado de 1938.

segundo mandado, no início de 1955, no entanto, recusou-se a integrar formalmente a bancada do PRP, mas ao contrário dos deputados Raymundo Padilha, Eurípedes Menezes, Marcos Parente e Carlos Albuquerque, não chegou a romper com o PRP nem foi punido por não acatar a deliberação do Diretório Nacional. As dúvidas em torno da fidelidade partidária de Lacerda acentuaram-se em abril de 1955, quando ele foi lançado candidato a governador pelo PDC, PSP e UDN, sem consulta ao diretório regional do PRP. Carlos Thomaz, dirigente do PRP catarinense, expressava estas dúvidas em carta a Salgado:

> Até o momento o companheiro Dr. Jorge Lacerda foi lançado por dois partidos: PDC e PSP, não o tendo sido pelo PRP. Diz o companheiro Jacy [Jacy Soares, presidente do D.M. de Itajaí] ser tal situação de silêncio do PRP, motivada pelo fato de não haver o Dr. Jorge se definido publicamente, como integrante de nossa bancada na Câmara Federal, como era de esperar. Por outro lado, acha não estar a propaganda eleitoral do Dr. Jorge sendo conduzida em termos explícitos de candidatura integralista.[47]

As condições do lançamento de sua candidatura são obscuras. Em depoimento oral, Alberto Hoffmann relata que "*Jorge Lacerda era o único elemento de projeção que nós tínhamos lá, e houve uma grande briga entre a UDN e o PSD de Santa Catarina, que não se conciliavam nunca, então escolheram um* tertius*, que era o Jorge, para ser candidato*".[48] Mesmo permanecendo filiado ao PRP e integrando seu Diretório Nacional, Lacerda manteve-se neutro em relação às eleições presidenciais,[49] apesar da violenta troca de acusações entre Plínio Salgado e Juarez Távora, candidato da UDN. A situação inusitada chegou a provocar um ato falho dos redatores de *A Marcha*, obrigando-os a uma retificação:

> Por um lapso, foi publicado em nossa edição de 12 de agosto passado, quando era noticiada a viagem de Plínio Salgado a Santa Catarina, que o deputado Jorge Lacerda era candidato da UDN ao governo desse Estado. Não é esta, entretanto, a verdade dos fatos. Jorge Lacerda é candidato do PRP e sua candidatura foi adotada pela UDN, pelo PDC, pelo PSP e, por fim, pelo PL.[50]

Lacerda venceu com pequena margem, atingindo 172.548 votos, contra 169.412 de seu adversário Francisco Gallotti (PSD-PTB). A eleição de Lacerda, que poderia parecer ser o maior triunfo eleitoral do PRP, foi na verdade mais uma fonte de desentendimentos e decepções para a militância integralista. Alegando os compromissos assumidos com os

---

[47] Correspondência de Carlos Alberto Thomaz a Plínio Salgado, 12.4.1955 (APHRC-Pprp 12.4.55/1).
[48] CALIL & SILVA. *Depoimento de Alberto Hoffmann*, op. cit., p. 33. Em 1954, após uma eleição disputada, o PSD (com apoio do PTB) elegeu os dois senadores. Além disso, tanto PSD quanto UDN elegeram 5 deputados federais e 15 deputados estaduais, evidenciando o equilíbrio de forças.
[49] Jorge Lacerda. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10.7.1955 (CDAIBPRP-Recortes).
[50] Retificação necessária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.9.1955, p. 5.

demais partidos, Lacerda concedeu ao PRP apenas posições secundárias. Passada a eleição, Salgado escrevia a Lacerda pedindo a nomeação de um militante do PRP como administrador do porto de São Francisco do Sul, completando: "*Escusado é dizer que, nisto atendido, nada mais tenho a desejar no próximo governo, senão que V. encontre segurança, paz e tranqüilidade para bem administrar*".[51] Dias depois, Salgado recebia uma carta de um militante: "*neste município, bem como em outros do Oeste catarinense, corre um boato, de que o senhor Jorge Lacerda não mais está ligado ao PRP. (...) De minha parte e de meus companheiros, achamos a mesma com fundamento*".[52] Outro militante afirmava que "*sabia que o Sr. Jorge Lacerda desde há muito tempo não estava mais conosco, e que se havia acomodado nas poltronas da UDN*", e denunciava que "*o Governador Irineu Bornhausen afirmou à Convenção Estadual da UDN que Jorge Lacerda não era mais integralista, e que ele havia depositado nas mãos dele Irineu um manifesto se desligando do PRP, e que ele, Irineu, ponderou que esta renúncia agora era inoportuna, pois os integralistas não votariam nele Jorge*".[53] No final de 1956, Salgado foi recebido por Lacerda como hóspede oficial do governo estadual, e afirmou ter recebido dele a promessa de "*que o PRP irá exercer uma influência mais viva nas deliberações do Governo porque a colaboração do PRP foi decisiva para a vitória do governador*".[54] Como isto não se confirmou, no início de 1957 o PRP "*desligou-se da Frente Democrática*",[55] embora seguisse apoiando o governador. Para *A Marcha*, "o povo estava satisfeito" e Lacerda se destacava pela sua "capacidade administrativa".[56] Salgado respondia às consultas justificando a posição de Lacerda e indicando sua aprovação à estratégia adotada:

> O problema aí em Santa Catarina é simples. Tínhamos um desejo: fazer o Jorge deputado federal e, posteriormente, outra aspiração, fazê-lo Governador. Para atingir esses objetivos, o nosso partido, lutando com os maiores embaraços, deixou ao Jorge a orientação mais conveniente para atingirmos aquele objetivo. E, finalmente, tivemos o prazer de ver o Jorge Governador. Deste momento em diante, foi necessário atender ao clamor do partido, que me chegava de todos os Municípios Catarinenses: dar independência completa ao PRP, restaurar-lhe a liberdade plena de ação. E isso

[51] Correspondência de Plínio Salgado a Jorge Lacerda, 7.12.1953 (APHRC-Pprp 07.12.55/3). Salgado encerrava escrevendo: "*muito teria o que conversar com V., mas são assuntos que não gostam do papel*".
[52] Correspondência de João Macchiavelli para Plínio Salgado, 15.12.1955 (APHRC-Pprp 15.12.55/4). Machiavelli solicitava a Salgado "*que me seja informado se Jorge Lacerda é ou não nosso companheiro*".
[53] Correspondência de Ewencio Elyas a Plínio Salgado, 12.1.1956 (APHRC-Pprp 12.01.56/1).
[54] O PRP de Santa Catarina coeso pelo Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.10.1956, p. 5 e 6.
[55] O PRP catarinense rompeu com a Frente Democrática. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.1.1957, p. 1 e 5.
[56] Em Santa Catarina: saldo de 100 milhões no Governo Jorge Lacerda. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.2.1957, p. 1.

> manifestei no discurso que pronunciei na Convenção em Florianópolis, dizendo que de então em diante, não queríamos mais integralistas-udenistas, integralistas-pessedistas, etc, mas integralistas-integralistas, e nada mais. Portanto, nossa atitude aí deve ser: 1º) todo apoio, todo prestígio ao governo do Jorge; 2º) toda liberdade de ação ao PRP, para que não seja caudatário de nenhum partido.[57]

Até meados de 1957, o PRP não detinha nenhum cargo no primeiro escalão, o que passava a reivindicar com mais ênfase. Em resposta, Lacerda enviou uma longa carta a Salgado listando os membros do PRP que integravam o seu governo e oferecendo possibilidades para efetivar a destinação de um cargo importante ao PRP:

> Como é do seu conhecimento, e igualmente o é do Diretório Nacional, tenho sofrido restrições por parte de alguns membros do Diretório do PRP catarinense, sentindo eu que se vem cavando um fosso entre organismos do partido e a minha administração, senão até a minha pessoa. (...) É estranhável que precisamente de elementos do PRP é que têm surgido incompreensões em relação ao meu Governo. A alegação que se faz é que o PRP não participa do Governo, conquanto tenha um companheiro e Vice-Presidente do Diretório Nacional, na direção suprema do Estado. Para evidenciar o interesse que venho demonstrando pelas reivindicações dos companheiros de Santa Catarina, estou arrolando, para seu conhecimento, e da Direção Nacional, as providências que já tomei em favor deles e do Partido. O PRP, cabe dizê-lo, é um dos partidos a que devo a minha eleição, e não desejo, de forma alguma, prescindir de sua colaboração nas imensas tarefas de minha administração. Com o idealismo que inspira os homens do PRP, sei que muito realizaríamos num trabalho em comum, e que a gratidão dos catarinenses saberia premiar nas urnas a legenda em que eles se congregam. Neste momento, estou ultimando a criação da Cia. de Armazéns Gerais do Estado de Santa Catarina, que terá uma ação de grande amplitude em toda a zona rural do Estado, com quadros inteiros por preencher, e tenho vagas a Secretaria do Trabalho e a do Interior e Justiça, cujos titulares devo urgentemente nomear. Posso informar-lhe que os partidos que me apóiam (UDN, PSP, PDC e PL) não fazem nenhuma objeção, nem poderiam fazê-lo, a que o PRP colabore mais diretamente nos altos conselhos da administração. Como esclarecimento, devo assinalar que há uma certa preferência de elementos da direção do partido pela própria Cia. dos Armazéns Gerais (CAGESC) e, nesse sentido, houve um pronunciamento do próprio Érico Müller, presidente do Diretório Estadual. (...) Naturalmente, solicitaria, e o Senhor por certo me dará a razão para assim proceder, que essa participação do PRP no Governo do Estado seja efetivada dentro de moldes de leal e honesto entendimento com os demais componentes da coligação governamental. Isso que é um imperativo da dignidade política, constitui, por outro lado, uma norma lógica da vida no regime pluripartidário da democracia. Aguardando sua resposta e a do Diretório Nacional, para conclusão dos entendimentos de meu Governo com o PRP, tomo a liberdade de sugerir se assim o entender, o envio, a Santa Catarina, de um delegado dos órgãos nacionais que possa colaborar com o Diretório do Partido neste Estado para a solução dos problemas eventualmente existentes. Todavia, como tenho urgente necessidade de preencher os cargos vagos do meu governo, rogo uma resposta com a maior brevidade. Com a velha estima e admiração, o amigo devotado.[58]

---

[57] Correspondência de Plínio Salgado a Carlos Bessa, 19.1.1957 (APHRC-Pprp 19.04.57/4).

[58] Correspondência de Jorge Lacerda a Plínio Salgado, sem data e incompleta [1957]. In: Relação de companheiros beneficiados por providências do governador Jorge Lacerda (APHRC-Pprp 053.005.001).

Causa estranheza o tom da carta, pois Lacerda, mesmo ocupando a 1ª vice-presidência do Diretório Nacional do PRP, trata o partido de maneira distante, como "um dos partidos a quem devo minha eleição". Em setembro de 1957, Lacerda escreveu a um dirigente do partido, comunicando ter se encontrado com Salgado, *"a quem já havia escrito uma carta colocando à disposição do Partido, um desses três lugares: Companhia de Armazéns Gerais (CAGESC), Secretaria da Justiça e Secretaria do Trabalho. Estamos esperando a presença do deputado Compagnoni ou Nestor Pereira, para resolver tudo. O Chefe ficou impressionado com a relação das nomeações de companheiros que fiz em todo o Estado, cerca de 60"*.[59] Publicamente, o PRP nacional mantinha seu apoio, destacando as "obras" do governo Lacerda.[60] Em abril de 1958, no entanto, o presidente do Diretório Regional do PRP rompeu com Lacerda, criticando-o publicamente e acusando-o de tentar "dividir para reinar".[61] Enquanto a crise se acirrava, Lacerda viajou rumo ao Rio de Janeiro para encontrar-se com Plínio Salgado. Durante o trajeto, no entanto, em 16.6.1958, a queda do avião em que viajava provocou sua morte, bem como a de outros dois membros do Diretório Nacional do PRP (Paulo Bandeira e Almeida Serra) e do ex-vice-presidente da República Nereu Ramos (PSD). O governo catarinense foi assumido pelo vice-governador Heriberto Hulse, com o que se encerrou a participação do PRP.

6.2 A intervenção integralista extrapartidária

Entre 1945 e 1951, praticamente todas as atividades públicas dos integralistas se restringiram ao âmbito partidário. Ainda que eventualmente houvesse interesse em promover outras formas de mobilização social e política, as atividades do Partido de Representação Popular concentravam todos os seus esforços, inviabilizando outras iniciativas. De início, até havia um interesse em ampliar o espectro de atividades do PRP, como atesta, por exemplo, a criação de secretarias como arregimentação estudantil, arregimentação feminina e assistência social. No entanto, como discutimos no capítulo 4,

---

[59] Correspondência de Jorge Lacerda a Saturnino Schweitzer, 13.9.1957. In: Relação de companheiros beneficiados por providências do governador Jorge Lacerda (APHRC-FPS 053.005.001). Na relação consta o nome de 54 integrantes do PRP que teriam sido efetivados no serviço público, mas a grande maioria deles foi nomeada para cargos públicos de carreira, sendo muito poucos os nomeados para cargos politicamente relevantes.

[60] De acordo com *A Marcha*, Lacerda teria concluído 105 obras em dois anos: 46 pontes, 38 prédios escolares, 9 postos de saúde, 4 delegacias de polícia, 4 prédios para oficinas mecânicas do DER, 1 Usina Diesel Elétrica de Florianópolis, 1 Sub-Estação Transformadora, 1 Residência do DER e 1 posto de puericultura. Dois anos de realizações do governo catarinense. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.1.1958, p. 9.

[61] Cf. Correspondência de Ariosto José Costa a Jorge Lacerda, 26.4.1958 (APHRC-Pprp 26.4.58).

as demandas imediatas próprias à dinâmica partidária, como a arregimentação eleitoral, eram sempre priorizadas. Em 1947, Salgado definia "*as cinco atividades do Partido de Representação Popular*": a ação política; a ação social (criação de ambulatórios, escolas de enfermagem e de alfabetização, escolas de mães, bibliotecas e ambulatório volante); a ação intelectual (estudos dos problemas nacionais); a ação cívica (comemoração das datas pátrias e culto aos heróis nacionais) e a ação moral e espiritual (combate ao materialismo).[62] No entanto, a ação política recebeu prioridade absoluta, praticamente nada sendo encaminhado nas demais esferas, dentro do âmbito partidário. Fora dele, à exceção da constituição de uma imprensa integralista (em especial o jornal *Idade Nova*) – que formalmente não era subordinada ao partido -, não encontramos outras iniciativas dos integralistas naquele período.

Ao iniciar-se a década de 1950, em um contexto no qual a militância integralista já demonstrava seu descontentamento, tornava-se importante para a direção integralista constituir outros instrumentos de intervenção além do âmbito partidário. Mesmo em partidos tidos como "liberais", instrumentos deste tipo eram utilizados: discutindo a intervenção da União Democrática Nacional, a cientista política Maria Vitória Benevides sustenta a existência de um movimento amplo, que denomina "udenismo", o qual ultrapassaria o âmbito estritamente partidário da UDN. O "udenismo" contava, segundo a autora, além da própria União Democrática Nacional, com um conjunto de aliados permanentes na imprensa,[63] com uma arraigada "mentalidade udenista" em setores militares, e, ainda, com partidos satélites, como o PDC, o PL, o PR e o MTR.[64] Também o Partido Comunista, durante sua curta existência legal nos anos 40, utilizou-se de mecanismos deste tipo, constituindo uma vasta rede de jornais e revistas, uma editora nacional (Editorial Vitória), uma organização de juventude (União da Juventude Comunista) e uma organização sindical sob sua influência (Movimento de Unificação dos Trabalhadores). Parece-nos claro que Salgado invejava a eficácia do conjunto de instrumentos constituída pelos comunistas, tendo se inspirado nela em seu esforço para constituir, a partir de 1952, uma vasta rede de instrumentos extrapartidários. É evidente

---

[62] SALGADO, Plínio. Discurso de Niterói. In: *Discursos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 120-129.

[63] Vários jornais se perfilaram fielmente com a UDN, dentre os quais *O Estado de São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa.*

[64] BENEVIDES, Maria Vitória. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David Verger. *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 2 volumes. Coleção Cadernos da UnB.Volume 1, p. 91-107, p. 103.

que a finalidade da organização pretendida por Salgado era diametralmente oposta à dos comunistas, constituídas em conformidade com uma perspectiva revolucionária (ainda que deturpadas pela sua subordinação ao stalinismo). Mesmo assim, também para os integralistas era importante contar com instrumentos de mobilização permanente, para romper com a dependência dos processos eleitorais e poder desenvolver uma maior ofensiva política.

Em 1954, Salgado explicitava a pretensão de conduzir politicamente também aqueles que não pertenciam ao PRP: "*Não me fecho nas quatro paredes do correligionarismo político quando se trata da salvação da Pátria. Hoje estão comigo milhares de brasileiros de todas as procedências partidárias, ou patrícios sem partido, que se irmanam a antigos integralistas, não cogitando aqueles de saber se estes um dia vestiram a camisa-verde e não cogitando estes de indagar se aqueles foram outrora companheiros*".[65] A ampliação do espectro de atuação parece expressar a intenção de evitar que o integralismo se restringisse à "pequena política",[66] recolocando em questão, como nos anos 30, a perspectiva de uma espécie de "contra-reforma intelectual e moral", que designava como "revolução interior":[67] Para *A Marcha*:

> A doutrina integralista tem hoje um instrumento de ação política, que é o PRP. Mas esse partido é um instrumento restrito de ação para quem quer horizontes mais amplos no tempo histórico. Em última análise, é uma exterioridade política, que Plínio Salgado usa por ser útil à defesa nacional contra os agentes da desagregação da Pátria. **Mas é um partido e não pode ir além das atividades partidárias**. Aí vemos a personalidade de Plínio Salgado vivendo um grande drama, cuja profundidade só as gerações futuras poderão avaliar. Ele verifica que o problema fundamental brasileiro não é político, mas cultural e moral; observa a decadência intelectual do nosso meio e sonha elevá-lo (...). Agindo como presidente de partido, Plínio Salgado é um político; mas agindo no campo da arregimentação dos jovens para uma empresa de longo prazo, uma empresa em que

---

[65] A luta contra o comunismo: importante entrevista de Plínio Salgado ao O Jornal. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.1.1954, p. 1.

[66] Na análise de Antonio Gramsci, a pequena política seria a "*política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas*", em oposição à "grande política", que "*compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais*". Para Gramsci, "*a pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política*". GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 21.

[67] Para Gramsci, a questão da "reforma intelectual e moral" remete à "*questão religiosa ou de uma concepção de mundo*". Idem, ibidem, p. 18. Falamos em "contra-reforma intelectual e moral", tendo em vista que os propósitos pretendidos na "revolução interior" eram diametralmente opostos ao programa apresentado por Gramsci.

> não existem interesses imediatos, nem mesmo de cargos eletivos, podemos afirmar que nessa esfera de sua ação Plínio Salgado não é um político-partidário.[68]

A constituição da vasta estrutura necessária para esta ampliação de perspectivas se deu fundamentalmente entre 1952 e 1953 – o mesmo período em que o movimento pela "independência partidária" tomava força – quando foram criados o jornal *A Marcha* e a Confederação dos Centros Culturais da Juventude, embora tenha se completado apenas em 1957, com a criação da União Operária e Camponesa do Brasil.

6.2.1 A Confederação dos Centros Culturais de Juventude (CCCJ)

Os Centros Culturais da Juventude, lançados publicamente a partir de 1952, constituíram a mais vasta organização extrapartidária criada pelo integralismo entre 1945 e 1965. Os centros aglutinavam-se através da Confederação dos Centros Culturais da Juventude, e desenvolviam atividades como a promoção de comemorações cívicas e de palestras sobre assuntos doutrinários e políticos, a organização de grupos esportivos, o desenvolvimento de cursos de "comunologia" [sic],[69] o lançamento de manifestos públicos, a edição de boletins, jornais e revistas, a promoção de peregrinações a lugares históricos e a realização de concentrações e congressos, além da disputa de entidades estudantis. A promoção de palestras e reuniões de estudos ocupava lugar central em suas atividades, contando inclusive com a participação de não-integralistas (como, por exemplo, o Gal. Eurico Gaspar Dutra), e até mesmo de ex-integralistas que abandonaram o movimento (dentre os quais Miguel Reale, Guerreiro Ramos e Roland Corbisier). Na visão de Sérgio Kautzman, um dos líderes do movimento, um "Centro Cultural" "*consiste essencialmente num grupo de moços estudiosos que se reúnem a fim de estudarem os problemas sociais, econômicos ou culturais da Nação, preparando-se assim para serem úteis à Pátria, com capacidade e honestidade*".[70] A perspectiva de formação de lideranças fica evidente no depoimento oral de um ex-líder de um centro: "*O objetivo dos Centros Culturais era despertar nos jovens o interesse em estudos nacionais, estudos brasileiros, e em especial dar-lhes um motivo para se dedicarem a algo mais sério, algo superior*", visando "*formar*

---

[68] A personalidade de Plínio Salgado através de uma entrevista ao Diário da Noite. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 5.2.1954, p. 1 e 2. Grifo meu.
[69] Um exemplo é o "Curso de Teoria e Prática de Antimarxismo", ministrado por Hélio Rocha, no Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, do Rio de Janeiro. O curso se deu em cinco encontros, com o seguinte programa: A mais valia; Materialismo jurídico; O marxismo depois de Marx; As quatro internacionais; Prova Final. Calendário do CEPES. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 8.10.1954, p. 4.
[70] KAUTZMAN, Sérgio. Centros Culturais da Juventude. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 3.

os jovens dentro da orientação política do PRP".[71] Ou ainda, em outras palavras, "*o objetivo basicamente era esse: preparar líderes que tivessem atuação política posterior*".[72] Na formulação de Salgado, a formação de líderes era apresentada em conexão com sua proposta de reforma moral e cultural:

> A mobilização dos moços para uma campanha de moralização, de luta contra os desmandos e contra a degradação dos costumes é iniciativa que merece todo o respeito, mas é expediente empírico, visando o tratamento meramente sintomático da enfermidade social. Não vai às raízes da moléstia. (...) Se queremos estabelecer o império da Moral, cumpre-nos promover, antes de tudo, a iniciação dos espíritos no conhecimento do "verdadeiro" e do "real". Cumpre-nos traçar, com firmeza, a própria definição da moralidade. (...). A iniciação dos espíritos jovens exige trabalho metódico, sistemático.(...). Os comícios na Ágora de Atenas nada levaram para o futuro da Grécia, nem para o futuro do mundo. Mas os diálogos de Sócrates, os passeios de Aristóteles, o recolhimento nos jardins de Epicuro produziram homens no seu tempo, no tempo da prosperidade helênica e romana e até nos dias de hoje. Os missionários da Companhia de Jesus não se entregavam à vida apostolar senão depois de prolongados exercícios de Santo Inácio. (...) O problema da moralidade é o problema da cultura. **E o problema da cultura popular (formação da consciência de um povo) só será resolvido forjando-se uma geração que possa fazer valer em face da inversão de todos os valores, os legítimos direitos de orientação de uma forte aristocracia intelectual e moral.** Forjar esta geração – eis o de que o Brasil precisa. Esse o motivo da fundação em todo o país dos Centros Culturais da Juventude, filiados à Confederação, que lhes dá unidade, dentro da mesma linha de direção filosófica. [73]

O funcionamento regular pretendido para os centros era constantemente enunciado em *A Marcha* com o relato das atividades de alguns centros tidos como exemplares. O Centro Cultural da Juventude Tavares Bastos de Maceió, por exemplo, de acordo com o jornal, promovia reuniões semanais, com cinco pontos de pauta: súmula da reunião anterior; noticiário nacional dos CCJs; comentário bibliográfico; artigo do dia; e debate (político, econômico ou doutrinário), contando com um responsável indicado para o desenvolvimento de cada tema.[74] O Grêmio Cultural da Juventude Jackson de Figueiredo tinha destacada a quantidade de atividades em desenvolvimento: entre janeiro a agosto de 1954, teria realizado *"30 reuniões ordinárias; 3 reuniões extraordinárias; 16 reuniões de diretoria; 1 reunião especial; 7 conferências; 11 palestras seguidas de debates; 7 debates*

---

[71] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 18.

[72] Idem, ibidem, p. 31. No Rio Grande do Sul, grande parte das lideranças perrepistas que concederam depoimento ao Programa de História Oral do CDAIBPRP (à exceção daquelas que militaram na AIB nos anos 30), ingressou primeiramente no movimento dos centros culturais, e posteriormente no partido.

[73] SALGADO, Plínio. A verdadeira missão da Juventude. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.11.1953, p. 3. Grifo meu. Salgado afirmava que o objetivo fundamental seria, portanto, promover "*uma revolução moral interior e uma elevação intelectual indispensável*". É esta perspectiva que acreditamos permitir qualificar seu projeto como uma "contra-reforma moral e intelectual".

[74] Centro Cultural da Juventude Tavares Bastos – Maceió. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.7.1954, p. 10.

sobre assuntos diversos; 2 cursos permanentes em funcionamento; 270 livros existentes na biblioteca; 125 ofícios expedidos; 5 cartas; 7 circulares; 1 manifesto; 12 notas; 3 memoriais; 3 protestos; 30 telegramas; 1 artigo; e edição bi-mensal de Yarassu".[75]

A estruturação do movimento teve início em janeiro de 1953. Desde o lançamento da primeira edição do jornal *A Marcha*, em 20.2.1953, o movimento passou a contar com uma seção fixa naquele jornal, denominada "Ergue-te mocidade", ocupando, na maioria das edições, uma página inteira. No mês seguinte foi lançado o "Manifesto à Mocidade Brasileira", enunciando treze princípios, dentre os quais a defesa do espiritualismo, da família, do nacionalismo e da "democracia orgânica", e tendo como signatários 19 centros culturais já então em funcionamento.[76]

Os Estatutos da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ) foram registrados ainda em 1952, antes de iniciar a estruturação efetiva do movimento. Segundo os estatutos, a CCCJ tinha as seguintes finalidades:

> a) congregar, coordenar e orientar as atividades intelectuais, assistenciais, cívicas, educativas, desportivas e recreativas dos Centros, Grêmios, Associações Cívicas, Clubes e outras organizações congêneres no país e que, por deliberação dos seus consócios, se integrem na Sociedade por ora fundada;
> b) definir-se perante os problemas vitais da Nação e dos movimentos de opinião pública;
> c) manter biblioteca modelo, que mensalmente publique boletim educativo de obras nacionais e estrangeiras (...);
> d) manter secretaria com serviço de informações e resposta a consultas (...);
> e) promover periodicamente congressos em que se debatam teses relativas a problemas nacionais e humanos e referentes à organização e orientação das agremiações confederadas;
> f) promover comemorações de datas nacionais, homenagem a personalidades de nosso passado histórico, cursos, conferências e outras atividades culturais e cívicas;
> g) providenciar, sempre que haja pedidos das entidades confederadas, no sentido de enviar oradores ou conferencistas às localidades de onde forem solicitados;
> h) publicar revista de cultura (...);
> l) manter, desde já, num dos jornais da capital brasileira, seção doutrinária e informativa.[77]

Os Estatutos definiam ainda as bases doutrinárias do movimento, em termos praticamente idênticos aos da Carta de Princípios do PRP, remetendo de maneira evidente à doutrina integralista:

---

[75] Oito meses de fecunda atividade do G. C. Jackson de Figueiredo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.9.1954, p. 9.
[76] Manifesto à Mocidade Brasileira, *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.53, p. 5 (CDAIBPRP).
[77] ESTATUTOS da Confederação dos Centros Culturais da Juventude. Rio de Janeiro: s./ed, 1952 (CDAIBPRP), p. 3-4.

> Conceito espiritualista da existência humana; crença em Deus (...); intangibilidade da pessoa humana (...); liberdade do Homem e autonomia dos Grupos Naturais (...); restauração dos valores morais e hierarquização do homem [sic], segundo suas virtudes e funções (...); concepção cristã da Família, do Trabalho, da Economia, da Cultura, da Sociedade, do Município, da Nação e do Estado; concepção do Nacionalismo como diferenciação dos grupos humanos (...); culto das tradições brasileiras, como condição da existência nacional; defesa da Unidade Nacional Brasileira, da Independência, da Soberania e da Pátria; formação de uma consciência das realidades nacionais alicerçada no Cristianismo e na Brasilidade; concepção de uma Democracia Orgânica (...) revolução espiritual (...) unidade cultural do país (...) criação do espírito de luta pelos nobre e elevados ideais, em contraposição à apatia, à inércia, ao desinteresse que dominam os corações numa época de grosseiro materialismo.[78]

Durante seu II Congresso Nacional, a CCCJ indicou cinco objetivos para sua intervenção:

> A CCCJ nasceu em uma época relativamente próxima, porém profundamente marcada pelos reflexos econômicos e ideológicos da segunda guerra mundial. Ao surgir, tentou contrabalançar, no seio da Juventude brasileira, o seguinte:
>
> 1º) o clima comunizante que a pseudo-ingenuidade de Roosevelt e a malícia comunista criaram no pós-guerra;
>
> 2º) a indiferença e oportunismo de nossas elites políticas que exploravam tal situação;
>
> 3º) o descrédito a que a propaganda russo-americana levou os movimentos nacionalistas;
>
> 4º) a vacilação de determinados círculos cristãos que defendiam a política da mão estendida além do limite da guerra antinazista;
>
> 5º) o clima de descrença das massas nos dirigentes e a vacilação destes ante a crise nacional
>
> Tudo isso procurando dar à Juventude um sentido de vida nacionalista e cristã, para enfrentar a crise e conseqüentemente construir um futuro nacional condizente com nossas realidades.[79]

A Diretoria da CCCJ era composta por 5 membros, e, para estabelecer de forma ainda mais clara o vínculo com o integralismo, foi criada a figura do "Presidente de Honra", "*perpétuo e aclamado no 1º Congresso de Centros Culturais da Juventude*",[80] especialmente criada para Plínio Salgado. Os Estatutos definiam duas condições para a filiação de centros à CCCJ: o registro dos Estatutos em cartório, e a apresentação de "*documentos provando não contarem em seu seio com elementos ateus, comunistas, adeptos do socialismo de estado ou de doutrinas racistas, totalitárias, anarquistas ou quaisquer outras anticristãs ou contrárias à tradição da Pátria Brasileira*".[81] Em 1957,

---

[78] Idem, ibidem, p. 4-5.
[79] Sentido do II Congresso Nacional de Centros Culturais da Juventude. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 21.1.1955, p. 5.
[80] Estatutos da Confederação dos Centros Culturais da Juventude, op. cit, p. 9.
[81] Idem, ibidem, p. 14.

uma reforma nos estatutos criou federações regionais e instituiu uma forma de eleição indireta para a diretoria nacional, claramente inspirada no corporativismo, que voltava a ser defendido abertamente pelo integralismo naquele ano:

> A Diretoria é eleita de dois em dois anos, da seguinte maneira: Os Presidentes dos Centros Culturais filiados elegem a Diretoria da Federação a que estão agremiados, seis meses antes da eleição da Diretoria da CCCJ; os Presidentes das Federações reúnem-se, de dois em dois anos, no mínimo 30 dias antes do término do mandato da diretoria nacional, elegendo os novos dirigentes da CCCJ, cujo mandato será de dois anos. Para a eleição da Diretoria da CCCJ será adotado o seguinte critério: a) As Federações terão um voto para cada série de 10 Centros Culturais sob sua Jurisdição; b) Para as regiões onde não estiver constituída a Federação, os Centros Culturais existentes elegerão um representante com direito a um voto.[82]

Foram criadas seis federações regionais: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Minas Gerais, Centro Oeste e Sul.[83] No ano seguinte, foi formada a "Câmara dos Líderes Águias Brancas", composta por 30 membros, oriundos de 11 estados.[84] Ainda em termos organizativos, a CCCJ passou a contar, em 1959, com cinco secretarias nacionais a Secretaria de Doutrina e Estudos (responsável pela publicação da Revista *Águia Branca*), a Secretaria de Assistência (responsável pela arrecadação financeira), a Secretaria de Cultura Artística, a Secretaria de Cultura Cívica e Física, e a Secretaria de Propaganda.[85]

No lançamento da revista *Águia Branca*,[86] órgão oficial da CCCJ, e entidade apresentava-se como articuladora da intervenção dos centros culturais:

> Surgida na união de vários centros culturais, tem a Confederação uma situação de cúpula do movimento nacional e que visa coordenar as atividades das entidades filiadas em suas iniciativas assistenciais, intelectuais, cívicas, educativas, desportivas e recreativas, procurando sempre dar a todas elas o sentido de uma unidade nacional de ação comum, que as identifica como um todo. A força da entidade máxima deriva dos Congressos anuais desses Centros e deles emanam seus poderes e sua orientação geral. Sua base

---

[82] Plínio Salgado aos águias brancas em São Paulo. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 9.8.1967, p. 4.
[83] Congresso de Líderes Águias Brancas, *A Marcha,* Rio de Janeiro, 5.7.1957, p. 5.
[84] Ergue-se a Juventude Integralista na plenitude do seu destino histórico. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.2.1958, p. 5.
[85] Para atingir o Estado Integral, estrutura-se organicamente o Movimento dos Águias Brancas. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 14.8.1959, p. 4.
[86] Os jovens integralistas militantes dos centros culturais passaram a se designar como "Águias Brancas", como contraposição à designação jocosa de "galinhas verdes" pela qual eram chamados por seus adversários. A revista foi lançada em janeiro de 1956, e tinha 64 páginas e periodicidade trimestral, reunindo artigos doutrinários de líderes da juventude integralista, de Plínio Salgado e outros integralistas. Seus artigos tratavam de temas doutrinários e culturais. No primeiro número, por exemplo, havia um artigo de Salgado sobre a poesia de Ulisses, um artigo do poeta integralista Tasso da Silveira sobre o teatro simbolista, um artigo sociológico de Karl Mannheim, além de seção literária, de relato das atividades dos centros e de poesias.

> econômica situa-se nas entidades-partes, por contribuições mensais, assim como estas têm seus recursos hauridos das contribuições dos sócios efetivos e mantenedores.[87]

É possível avaliar a dinâmica dos congressos da CCCJ pela análise dos *Anais do I Congresso Regional do Sul da Confederação de Centros Culturais da Juventude*, realizado em Porto Alegre em 1953. O Congresso teve duas sessões solenes, com a participação de políticos, e seis sessões plenárias, nas quais foram apresentadas e aprovadas 27 teses, tratando da organização do movimento (princípios e métodos para ação, finanças, criação de secretarias) da sua doutrina (campanhas de defesa da tradição, do cooperativismo e do corporativismo), da sua propaganda (palestras públicas, uso de flâmulas, publicação de uma revista e de jornais), e da sua ação política (campanha anticomunista, ação no meio operário).[88] Não há informações sobre o número de centros e de filiados participantes do Congresso, afora as referências a "plenários lotados" e o alto número de teses aprovadas, várias delas contando com diversos signatários. Em 1954, uma concentração preparatória ao II Congresso Nacional da CCCJ teria tido mais de 600 delegados,[89] representando 107 centros culturais,[90] e reunido mais de 1.500 pessoas em sua sessão de encerramento.[91] O vasto programa da Concentração foi publicado em *A Marcha*:

> <u>I – Organização</u>
> 1) Aprovação do escudo, bandeira, distintivo e flâmula da Confederação;
> 2) Criação de categorias de centros culturais, tomando por base o dinamismo dos mesmos;
> 3) Criação de uma hierarquia para os associados do Movimento, tomando em conta a capacidade, o entusiasmo e devotamento dedicados à causa da CCCJ;

---

[87] LOPES, Paulo de Morais. O que é o movimento dos Águias Brancas. *Águia Branca*: órgão da CCCJ, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1956, p. 3 (APHRC-FPS 142.003).

[88] *ANAIS do I Congresso Regional do Sul da Confederação de Centros Culturais da Juventude, realizado em Porto Alegre de 3 de abril a 3 de maio de 1953*. Porto Alegre: Centro Cultural Eduardo Prado, 1953.

[89] Em carta, Salgado afirmava: "*Esperei 300 rapazes e moças de todo o Brasil, e vieram 635*". Correspondência de Plínio Salgado a Zaninoto, 28.3.1954 (APHRC-Pprp 28.3.54/16). Às vésperas do congresso, Salgado enviou cartas a líderes integralistas de todos os estados, visando a viabilização da viagem dos "águias brancas": "*Eu preciso da sua colaboração no sentido de promover aí uma campanha financeira para obtenção de fundos para as despesas de viagem do maior número de rapazes. Todas as mais despesas (hospedagem, imprensa, jornais cinematográficos, bandas de música, escudos e flâmulas, etc.) correrão por conta da Confederação, ficando, como disse acima, apenas as viagens dos rapazes por conta dos meus amigos nos Estados, os quais poderão recorrer a elementos do comércio, da indústria, dos bancos, etc.*" Correspondência de Plínio Salgado a Arno Arnt, 3.2.1954 (APHRC-Pprp 03.02.1954/3). Salgado enviou uma carta para cada estado, todas elas idênticas.

[90] Delegações presentes à Concentração de São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.3.1954, p. 14. As maiores delegações eram as de São Paulo (35 centros), Minas Gerais (21), Rio Grande do Sul (9), Paraná (9), Ceará (5), Bahia (4) e Amazonas (4). Já o Congresso do CCCJ na Região Nordeste, ocorrido em 1958, reuniu 27 centros (15 de Pernambuco, oito do Ceará, dois da Paraíba, um do Piauí e um do Rio Grande do Norte). Cf. O PRP não apoiará candidato a governador ou a Senador que não se declare contrário ao reatamento das relações diplomáticas ou comerciais com a Rússia Soviética. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.1.1958, p. 9.

[91] Impressionante manifestação da juventude nacionalista de São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.3.1954, p. 1 e 11.

4) Criação ou supressão de secretarias, departamentos, comissões, etc., da Confederação ou dos centros filiados;
5) Criação, junto aos centros, de círculos de estudos cinematográficos e de uma filmoteca nacional dos Centros;
6) Criação de uma Agência de Imprensa Nacionalista;
7) Aprovação do Calendário Histórico da Confederação;
8) Outros assuntos de organização.

II - Planificação
1) Aprovação dos programas dos cursos a serem realizados pelos centros culturais em 1954;
2) Realização de concursos regionais ou nacionais sobre os diversos assuntos de interesse da CCCJ;
3) Organização no Rio de Janeiro e em outras cidades de Casas do Confederado, nos moldes dos pensionatos de jovens;
4) Fundação da Revista da CCCJ;
5) Ação externa da Confederação no campo político, artístico, cultural, etc.;
6) Atividades esportivas e recreativas em 1954;
7) Peregrinações nacionais a lugares históricos e excursões recreativo-culturais;
8) Criação de cooperativas de crédito e de consumo nos centros filiados e posterior união mediante Federação;
9) Concurso de música e letra para hinos da Confederação;
10) Concurso de cartazes para o II Congresso Nacional;
11) Realização de concentrações regionais preparatórias do II Congresso Nacional;
12) Cursos de técnica de propaganda;
13) Escolha do local do Congresso Nacional;
14) Realização de festas folclóricas;
15) Organização de uma discoteca, especialmente folclórica;
16) Planejamento e estudo de métodos para a fundação de novos centros;
17) Outros assuntos relativos à planificação.

III Doutrina
1) Redação do Manifesto a ser apresentado pela Confederação durante o conclave.

IV Outros assuntos
1) Apreciação dos relatórios sintéticos escritos dos centros financeiros;
2) Debate do Temário do II Congresso Nacional de Centros Culturais da Juventude.[92]

O Manifesto apresentado no final da Concentração ressaltava o caráter "suprapartidário" dos centros e a pretensão de promover uma reforma moral nitidamente pautada pela doutrina integralista:

> A Confederação dos Centros Culturais da Juventude é uma organização constituída pela soma das entidades que, nos municípios de nossa Pátria, trabalham pela elevação intelectual e moral dos seus associados no intuito de criar uma geração capaz de bem servir à Pátria, com verdadeiro espírito público e baseada num teor de vida particular e doméstica à altura da missão que lhe compete. A Confederação dos Centros Culturais da Juventude é superpartidária, isto é, não tem ligações com nenhuma agremiação política do País. Por esse motivo, pode solicitar a colaboração de todos os bons brasileiros, pertencentes a quaisquer partidos, ou categorizados na classificação dos sem partido, pois os moços precisam, neste esforço de redenção da Pátria, do conforto e estímulo de

[92] Concentração Preparatória do II Congresso Nacional dos Centros Culturais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.2.1954, p. 4.

> quantos hajam verificado o rebaixamento dos nossos costumes, a degradação do caráter na época presente e, principalmente, a apatia fatalista, a qual unida ao egoísmo comodista, representa a maior das desgraças de nosso tempo. (...) A Confederação dos Centros Culturais da Juventude, que conta hoje com algumas centenas de grêmios filiados e que pretende atingir um milhar até ao final deste ano, não faz política partidária, não se envolve em lutas locais, não se tinge com as cores de qualquer facção. Sendo super-política, não é, entretanto, apolítica. E no dia em que os seus filiados, individualmente, por dever legal, precisarem definir-se, eles o farão, coerentemente, de acordo com a doutrina que esposam, a qual não é outra senão a que procede das raízes da nossa História e das fontes puras do pensamento nacional, **exprimindo-se na síntese de Cristianismo e Brasilidade, que Plínio Salgado condensou**, buscando as idéias essenciais em Alberto Torres, Farias Brito, Euclides da Cunha, Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana, Leonel Franca, Olavo Bilac, Pandiá Calógeras, José Bonifácio e tantos outros, incluídos os doutrinadores políticos da medievalidade lusitana. A nossa obra, entretanto, supera e ultrapassa os acontecimentos políticos episódicos e de horizontes estreitos do imediatismo partidário do país. Ela visa uma ação prolongada e profusa, porque objetiva a própria construção nacional.[93]

Para além dos aspectos doutrinários sempre proclamados, os centros culturais também desenvolviam outras atividades. Em diversas ocasiões, assumiram o papel de "tropa de choque", promovendo confrontos de rua com os comunistas. No período de pouco mais de um mês, às vésperas da eleição estadual de 1954, *A Marcha* relatou três confrontos. Na cidade de Guararapes, no interior de São Paulo, os jovens integralistas dissolveram violentamente um comício comunista:

> Com a presença do embaixador soviético Jorge Amado [sic], e agitadores de Guararapes e Araçatuba, os vermelhos tentaram fazer um comício da "panela vazia" em Guararapes. Mal fora iniciado porém, o povo da cidade e em particular os jovens nacionalistas forçaram o escriba de Moscou a retirar-se apressadamente, adiando o comício para a "próxima semana"... Logo após, os jovens tomaram conta da tribuna e rebateram as inverdades dos comunistas. Enquanto isso, um grupo de populares dirigia-se à sede do movimento da "panela vazia", manifestando sua justa indignação pelas provocações dos comandados de Jorge Amado. Alguns mais exaltados arrombaram a porta e não fosse a ação da polícia disparando para o ar, a estas horas, a casa da "panela vazia" estaria vazia também...[94]

Na cidade de Araraquara, na mesma região, os "águias brancas" dissolveram outro comício, agindo de maneira bastante semelhante:

> Ao fazer uso da palavra a agitadora Elisa Branco, num discurso abertamente comunista, constituindo-se numa afronta à dignidade de nossa pátria, os estudantes que ali se encontravam começaram a dirigir apartes à oradora. Esta revoltou-se e dirigiu aos estudantes os mais infames insultos, dizendo que eles estavam comprados pelo imperialismo norte-americano e pelos partidos políticos, ao que retrucaram gritando "Vendidos", "traidores da Pátria", "escravos da Rússia", "nossa bandeira é verde amarela

---

[93] Manifesto da CCCJ ao Povo Brasileiro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.3.1954, p. 3 e 22. Grifo meu.
[94] Águias brancas queimam bandeiras russas e acabam com comício de Jorge Amado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.9.1954, p. 9.

> e não a foice e o martelo". É preciso notar que a esta altura dos acontecimentos a oradora bradou bem alto que aquele comício não era da "Panela Vazia" e sim um comício comunista. Os jovens Águias Brancas trouxeram para a praça pública a Bandeira do Brasil e em torno desta, com o máximo respeito, toda aquela juventude passou a entoar o Hino Nacional. É organizada uma passeata e a Bandeira Nacional elevada ao mais alto por mãos ainda puras e corajosas (...) Agora, já não é mais a juventude que protesta, mas todo povo de Araraquara que cantando o Hino Nacional encobre as vozes dos traidores da Pátria, e estes em desespero de causa, ao ver que já não eram mais ouvidos e que a passeata apertava o cerco, lançam mão da violência. Mas apesar disto, os jovens não recuam, pelo contrário, marcham em direção ao palanque dando vivas ao Brasil e entoando o Hino Nacional.[95]

Outro confronto ocorreu em Curitiba, poucos dias depois:

> No dia 29 de setembro, quando os agentes de Moscou realizavam um comício da Liga de Emancipação Nacional, a usarem da palavra para atacar o governo e as instituições, assim como o regime, conclamando as classes operárias a se revoltarem e a votar nos candidatos russos, sob as vistas complacentes das autoridades e com a permissão do Tribunal Regional Eleitoral que lhes concedeu registro nas legendas do Partido Social Progressista, Partido Social Trabalhista e Partido Trabalhista Nacional. Tomados de indignação e repulsa, os Águias Brancas resolveram acabar com as manifestações bolchevistas e aos gritos de "Viva o Brasil", infiltraram-se na assistência, quando voluntários anticomunistas ali presentes, deram seu decisivo apoio. Foi então cortado o fio do microfone e dos alto-falantes, no mesmo momento que ao tentarem reagir, os comunistas foram surpreendidos com o "senta-a-ripa" obrigando aos vermelhos a bater em retirada da Praça da Universidade do Paraná. No momento da chegada das autoridades de polícia e da rádio patrulha, **os Águias Brancas faziam uma fogueira com a tribuna dos Malenkofes**, como querendo a comemorar a vitória.[96]

Mesmo nos relatos de *A Marcha*, fica nítido que em todos os casos os confrontos foram provocados pelos integralistas, com a intenção explícita de impedir os comícios tidos como comunistas. Em todos eles, o tom da narrativa era triunfalista, e mesmo evidentes ilegalidades, como o arrombamento da sede e a queima da tribuna, eram relatadas abertamente e qualificadas como feitos heróicos. Parece-nos claro que era muito vantajoso aos integralistas atribuir a suas organizações juvenis ações desta natureza, pois além de retomar a ofensiva ostensivamente, não colocava em risco a legalidade do registro partidário, pois este se mantinha à margem dos confrontos.

Em outros momentos, os "águias brancas" voltaram a assumir posições mais "radicais". Em entrevista concedida no ano de 1957, Salgado reconhecia a formação de

---

[95] Estudantes e Águias Brancas dissolvem um comício comunista em Araraquara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.10.1954, p. 1 e 10. Este episódio é relatado pelo teatrólogo José Celso Martinez Corrêa, que na época era Águia Branca em Araraquara: *"A gente um dia destruiu um comício do Partido Comunista, e saiu no Repórter Esso, ficamos muito orgulhosos, a professora na aula de história comentou: 'os senhores estão de parabéns! Podemos esperar muito dessa juventude'"*. Entrevista Explosiva: José Celso Martinez Corres. *Caros Amigos*, São Paulo, abr. 2004, p. 31.

[96] Águias brancas X Comunistas em Curitiba. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.10.1954, p. 12. Grifo meu.

uma dissidência na "Ala Moça", pois "*esses jovens são contrários a todas as candidaturas, por entenderem que o PRP deveria marchar sozinho. (...) Não acreditam mais os jovens nas soluções dos problemas através dos partidos, considerando estes como instrumentos inadequados aos tempos modernos, para captar a verdadeira opinião que só se expressa através das categorias profissionais*".[97] No Rio Grande do Sul, por exemplo, o movimento de juventude mudou de denominação, passando a designar-se como Movimento da Mocidade Integralista.[98]

Os centros culturais eram nomeados homenageando indivíduos tidos pelos integralistas como "heróis pátrios", alguns deles reivindicados por vários centros culturais. De acordo com Salgado, "*cada uma dessas associações escolhe um patrono entre os grandes mortos que continuam a ser os grandes vivos a animar os jovens no sentido de formarem uma cultura preparando-se para, daqui a alguns anos, assumirem as responsabilidades do governo da Nação*".[99] Em junho de 1954, a Confederação informava que era indispensável "*que cada Centro Cultural tenha um patrono, não devendo o Centro ser apenas da Juventude, ou de Estudos, etc.*", e publicava uma vasta relação de sugestões de nomes a serem adotados.[100] Os patronos mais reivindicados, dentre os centros que localizamos, foram Rui Barbosa (10 centros), Oliveira Viana (7), Pe. José de Anchieta (7), Euclides da Cunha (5), Barão do Rio Branco (5), Alberto Torres (4), Farias Brito (4), Jackson de Figueiredo (4), Machado de Assis (4), Paulo Setúbal (4), Tiradentes (4), Fagundes Varela (3), Joaquim Nabuco (3), José de Alencar (3), Leonel Franca (3), Olavo Bilac (3), Pandiá Calogeras (3). Alguns centros não adotaram patronos, mas assumiram nomes próprios, como "Patrulha Nacional Cristã" (Maceió); "Cruzada Estudantil Anticomunista" (Recife); "Movimento Estudantil Patriótico" (Belém); e "Frente Nacionalista Cristã" (Crato).

---

[97] Entrevista concedida por Plínio Salgado em 23.2.1957 – Original datilografado. (APHRC-FPS – 011.005.005).

[98] De acordo com Umberto Pergher, "*os Centros Culturais haviam praticamente fracassado aqui no Rio Grande do Sul. Um dos motivos para que tenha fracassado foi que logo surgiu a conotação: os jovens esses, eram 'águias brancas' que chamavam, na verdade não são 'águias brancas', são 'galinhas verdes' [risos]. São integralistas! E então até ficar explicando que não era integralista, perdia-se muito tempo. Então nós fomos organizar um outro movimento chamado da Juventude Integralista: daí não tem que dar explicações do que é ou não é, somos e está terminado!*" CALIL, SILVA & BATISTA, *Depoimento de Umberto Pergher*, op. cit., p. 30-31.

[99] SALGADO, Plínio. O Brasil existe. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.10.1953, p. 3.

[100] Confederação dos Centros Culturais da Juventude: Nota Oficial nº 1. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.6.1954, p. 5.

As relações no interior da CCCJ foram muitas vezes bastante conflituosas, com fortes disputas pela sua direção. Em fevereiro de 1955, nove "águias brancas" foram expulsos do movimento, incluídos três dos principais líderes do movimento:

> A Diretoria da Confederação dos Centros Culturais da Juventude, vem, pela presente, tornar público:
>
> I – Que no decorrer do II Congresso Nacional dos Centros Culturais da Juventude (...) constatou-se a existência de **elementos moralmente indesejáveis** no seio do Movimento dos Águias Brancas;
>
> II – Que, por este motivo, ao encerrar-se o mesmo Congresso, foram considerados expulsos, pelo motivo acima referido, os seguintes elementos: Sergio Kautzmann, Ivo R. de Andrade e Germano Machado;
>
> III – Que, em reunião da Diretoria da CCCJ, foram, oficialmente desligados os elementos supra indicados, tendo em vista, ainda, o **ato divisionista que os mesmo praticaram** e vem divulgando, através da imprensa e de circular enviada aos Centros Confederados;
>
> IV – Que, por **indisciplina**, foram desligados também os seguintes jovens, que se mostraram incapazes de se afirmar como águias brancas: José Luis Cerqueira de Lima Rocha, José Irmes Gottlieb, Ruy Barbosa Evangelista, Pedro Ponde, Silvio Neto Jr. e Aroldo de Almeida Doria
>
> V – Que fica, assim, reduzida a propalada "cisão" dos Águias Brancas, ao que realmente aconteceu, isto é: expulsão de **elementos indignos** de desfraldarem qualquer bandeira e que vinham ludibriando a boa fé dos que neles acreditaram existir formação moral e dignidade pessoal, assim como de jovens indisciplinados.
>
> Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1955, Gumercindo Rocha Dórea (Presidente).[101]

Apesar da versão oficial minimizar a relevância da ruptura, os líderes expulsos tinham grande projeção no movimento, e Kautzman chegou a ter diversos artigos publicados em *A Marcha*. Desta forma, a ruptura pública destas lideranças deve ter produzido uma repercussão bastante negativa ao movimento, o que explica a necessidade da nota pública acima transcrita.

Existem poucas informações sobre o número de centros existentes, e os números publicados em *A Marcha* devem ser tomados com precaução, pois o jornal muitas vezes exagerava para ressaltar a expansão do movimento. Em setembro de 1953 o jornal afirmava já existirem "*mais de 200 centros filiados à Confederação*",[102] número que teria chegado a 452 em julho de 1954[103] e ultrapassado 500 em outubro do mesmo ano,

---

[101] CCCJ: Nota Oficial nº 9. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.2.1955, p. 1. Não foi possível conhecer os reais motivos da cisão e sua repercussão no movimento.
[102] A gravidade da situação nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.9.1953, p. 1 e 9.
[103] Telegramas de protesto. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.7.1954, p. 1 e 2.

reunindo aproximadamente 40.000 jovens.[104] No entanto, pesquisando nas matérias publicadas relativas à CCCJ entre 1953 e 1965 em *A Marcha*, além de outros documentos, encontramos referências relativas a 320 centros,[105] conforme a Tabela 23:

TABELA 23: Distribuição dos Centros Culturais da Juventude por estado			
Estado	Centros na Capital	Centros no interior	Total de Centros
São Paulo	3	69	71
Minas Gerais	4	41	45
Bahia	8	21	29
Ceará	6	18	24
Rio Grande do Sul	2	17	19
Pernambuco	7	10	17
Rio de Janeiro	2	15	17
Santa Catarina	1	15	16
Paraná	2	12	14
Pará	6	6	12
Maranhão	2	8	10
D. Federal / Guanab	9	-	9
Alagoas	5	2	7
Paraíba	2	4	6
Goiás	1	4	5
Amazonas	4	-	4
Espírito Santo	2	2	4
Mato Grosso	1	2	3
Piauí	1	2	3
Rio Gde do Norte	2	0	2
Guaporé	1	0	1
Sergipe	1	0	1
Total	72	248	320
FONTE: Jornal *A Marcha*, Acervo CDAIBPRP e Acervo APHRC			

Como se percebe na tabela acima, em algumas capitais estaduais chegaram a coexistir vários centros. Mesmo assim, a abrangência geográfica dos centros culturais era bastante grande: os 320 centros abrangiam 225 cidades, sendo 22 capitais e 204 cidades do interior do país, distribuídos em 20 estados, um território e Distrito Federal. Ou seja, ainda que tenhamos encontrado um número inferior ao noticiado em *A Marcha*, é certo que o movimento conseguiu constituir, no decorrer da década de 1950, uma rede bastante vasta de centros, a qual, apesar das diferenças de organização entre eles, em seu conjunto promoveu uma grande quantidade e variedade de atividades e foi responsável pela formação de muitas novas lideranças integralistas.

[104] Segundo aniversário da Confederação dos Centros Culturais da Juventude. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.10.1954, p. 1 e 10.
[105] A relação completa dos centros encontra-se em Anexo.

6.2.2 A constituição do jornal *A Marcha*

O lançamento do jornal *A Marcha*, em fevereiro de 1953, é mais um elemento da estratégia integralista dos anos 50, visando retomar a iniciativa, expandir suas bases e reforçar sua unidade interna. Desde o fim da circulação do jornal *Idade Nova*, em abril de 1951, o partido ficou desprovido de um jornal de circulação nacional. Já em junho daquele ano estava em andamento o recolhimento de contribuições para o lançamento de um novo jornal integralista,[106] o qual se estendeu por todo o ano de 1952. Poucas semanas após seu lançamento, o jornal colocou-se a questão da vinculação partidária:

> *A Marcha* não é um jornal partidário no sentido comum da expressão. É um jornal que tem uma linha política definida, assentada na doutrina do cristianismo e do nacionalismo. A bandeira que desfraldamos traduz o nosso intento: criar uma mentalidade nova na mocidade brasileira, incutindo-lhe a visão ampla das águias, que é a visão dos estadistas; estabelecer um clima de compreensão do plano internacional (...). Ora, para alcançarmos este objetivo não nos podemos enquadrar nos limites de uma organização partidária. O que queremos? Formar uma mentalidade cristã, nacionalista; criar uma elite capaz de compreender a conjuntura internacional e nacional, e de lutar pela afirmação cultural do Brasil.[107]

A despeito de sua pretensão a-partidária, *A Marcha* foi criado como expressão direta do movimento integralista. Seu editor e seus principais redatores eram dirigentes do PRP e o controle do partido sobre o jornal sempre foi bastante direto e eficiente, e os editoriais e matérias principais eram submetidas a Salgado. Ainda assim, e sem abrir mão de dedicar várias páginas semanais para cobrir as atividades do PRP, o jornal seguiu proclamando uma pretensa independência. Ao completar dois anos, por exemplo, reuniu depoimentos de lideranças de vários partidos, como os deputados Martins Rodrigues (PSD-CE), Carlos Lacerda (UDN-GB), Neiva Moreira (PTB-MA), Vasconcelos Costa (PSP-MG), Fernando Ferrari (PTB-RS) e José Maria Alkimin (PSD-MG)".[108] Ao completar um ano de circulação, em fevereiro de 1954, os editores de *A Marcha* afirmavam que seus objetivos eram "*elevar a cultura do povo brasileiro*", "*dar combate sem tréguas ao comunismo, que representa a potência estrangeira desejosa de nos escravizar*", "*lutar*

---

[106] Na VI Convenção Regional do Rio Grande do Sul, realizada em junho de 1951, a militância do Rio Grande do Sul de 1951 era informada do compromisso daquele estado em atingir o montante de CR$ 50.000,00 [R$ 30.464,74] em doações para o lançamento do jornal. Ata da III Sessão da Convenção Regional do PRP-RS, 16.6.1951. Livro de Atas das Convenções Regionais (CDAIBPRP). Atente-se para o fato de que o jornal foi lançado como uma sociedade por ações, sem vínculos com o PRP ou qualquer organização integralista, o que não impediu a promoção de uma campanha de doações para seu lançamento, assim como de várias outras campanhas no decorrer de sua existência.

[107] DÓRIA, Gumercindo Rocha. Os objetivos de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.3.1953, p. 2.

[108] Falam sobre *A Marcha* deputados de todos os partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.3.1955, p. 7. Horácio Lafer, por exemplo, elogiou *A Marcha* por "*defender com denodo a causa pública*".

contra o espírito burguês de comodismo", e "*estimular e tonificar as forças vivas da Nacionalidade*".[109] No quinto aniversário do jornal, Salgado definia-o como "*uma trincheira onde se combate o comunismo, o capitalismo internacional, os costumes desregrados de uma sociedade que apodrece, as paixões como inspiradoras das atitudes políticas*".[110] Um ano depois, Salgado justificava o caráter de semanário e apresentava de maneira clara sua relação com o integralismo e as demais organizações constituídas pelo movimento, além de afirmar seu caráter "educador":

> Jamais *A Marcha* pretendeu ser um diário. Porque os diários vivem apenas vinte e quatro horas e, portanto, não constituem veículos adequados à propagação de idéias. Como semanário, chega a todos os pontos do território nacional, na plenitude de uma atualidade que interessa a todas as categorias de leitores. (...) O semanário, do tipo de *A Marcha*, é sempre novo, por se apresentar como um intermédio entre a revista e o jornal. (...) Podemos calcular em um milhão o número de leitores de *A Marcha*. É pois, um órgão de imprensa vitorioso em toda a Nação, um formador de opinião pública, um instrumento de cultura a elevar o nível da mentalidade brasileira. (...) A linha política adotada por nosso jornal obedece à orientação firme da doutrina integralista. Ao mesmo critério se subordinam as matérias de caráter filosófico, sociológico, pedagógico, literário, artístico. Dentro desse pensamento, *A Marcha* tem sido um animador constante dos Centros Culturais da Juventude, da União Operária e Camponesa do Brasil, da Ação Nacionalista Brasileira e do instrumento político das idéias novas, o Partido de Representação Popular.[111]

A existência de diversas seções regulares revela com clareza alguns dos principais objetivos perseguidos por seus editores. A primeira delas, nitidamente prioritária, era a difusão doutrinária do integralismo, o que se revela pela existência da seção "Doutrina", pela presença de temas doutrinários em grande parte dos artigos de Plínio Salgado[112] e de outros líderes integralistas publicados no jornal.[113] Os princípios doutrinários integralistas eram sistematicamente apresentados e divulgados também na análise de questões econômicas e sociais, particularmente nas seções "A Marcha do Comércio e da Indústria", "À Margem da Questão Agrária", "Vida Agrária", "Problemas Brasileiros" e "Economia e Finanças". A divulgação das atividades do PRP teve presença intensa no jornal, durante

---

[109] Nosso primeiro aniversário. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.2.1954, p. 1.
[110] SALGADO, Plínio. Entrando no 5º ano de existência. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.2.1957, p. 3.
[111] SALGADO, Plínio. O Aniversário de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1958, p. 3.
[112] Diversos livros publicados por Plínio Salgado foram integralmente publicados no jornal, na forma de artigos, dentre os quais *Espírito da Burguesia* (Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1951), *Doutrina e tática dos comunistas* (Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1956), *O ritmo da História* (Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1951), e *Reconstrução do Homem (*São Paulo, Livraria Clássica Brasileira, 1954).
[113] Dentre os quais destacam-se o poeta Tasso da Silveira, os economistas João Carlos Fairbanks e Félix Contreiras Rodrigues, os advogados Ernani Lomba Ferraz e Jader Medeiros e os deputados do PRP Luis Compagnoni, Raymundo Padilha, Wolfram Metzler, Ponciano dos Santos, Loureiro Júnior e Oswaldo Zanello e os líderes dos centros culturais Gumercindo Rocha Dórea a Hélio Rocha.

toda sua existência. A seção “O PRP de Norte a Sul” noticiava a formação de diretórios municipais, relatava as convenções regionais e nacionais do partido, informava sobre sua participação em governos estaduais e no governo federal e sobre a gestão de prefeituras pelo partido, enquanto a seção “Atividades Parlamentares” divulgava os principais projetos apresentados pelos deputados federais e estaduais do partido, bem como sobre a posição assumida pela bancada do partido nos principais debates nacionais. Nos períodos que antecediam as eleições, a campanha eleitoral passava a ser tratada como prioridade absoluta, ocupando-se a maior parte do jornal com a propaganda dos candidatos do PRP, a defesa das coligações realizadas e os ataques a seus adversários, geralmente acusados de comunistas ou cúmplices do comunismo. A Confederação dos Centros Culturais da Juventude veiculava as colunas “Movimento Águia Branca” e “Ergue-te Mocidade”, com a divulgação das atividades dos diversos centros culturais e dos congressos por eles realizados; enquanto a União Operária e Camponesa do Brasil editava a seção “A Marcha Operária e Camponesa”, a partir de 1957. O anticomunismo permaneceu presente em todo o período de circulação do jornal, principalmente nas seções de notícias internacionais (“Resenha Internacional”, “Terra dos homens”), através de denúncias contra a União Soviética, China e os países do Leste Europeu; mas também nas constantes denúncias de “infiltração comunista” nos partidos e governos. Os acontecimentos políticos nacionais eram acompanhados e discutidos de acordo com a percepção integralista nas seções “A Semana Política” e “A Política e os Políticos”. Chama atenção ainda a existência de diversas seções e colunas que não se vinculam diretamente às questões políticas em sentido estrito, característica que diferencia *A Marcha* dos jornais perrepistas anteriores. Percebe-se nelas um grande espaço aberto para tratar de temas culturais, como parte do esforço de “reforma moral”. Algumas destas seções , como as colunas “Cinema”, “Rádio”, “Rádio e Televisão”, “Esportes”, “Bola Verde” (humor) e “Horóscopo” podiam visar a ampliação do público leitor do jornal. A análise de outras, como “A Marcha das Artes e das Letras”, “Livros e Revistas” e “Mundo da Mulher”, no entanto, revela que os integralistas pretendiam realizar uma doutrinação abrangente, que superasse a mera propagação de suas posições políticas, buscando também a uniformização da visão de mundo e do comportamento dos militantes, sempre visando a almejada “revolução interior”.

Desde seu primeiro número, *A Marcha* sustentou ser o jornal brasileiro com maior penetração no território nacional, circulando em 1239 municípios no princípio[114] e ultrapassando 2.000 municípios no ano seguinte.[115] O jornal informou ainda que sua tiragem era de 42.000 exemplares no final de 1954.[116] Em 1955, durante a campanha eleitoral para a presidência da República, o jornal cresceu progressivamente sua tiragem, tendo afirmado que chegou a alcançar 80.000 exemplares,[117] publicando atestado fornecido pelo jornal *Diário Carioca*, que imprimia *A Marcha*, informando que as edições de seus números anteriores "*foram de 70.018 e 72.103, respectivamente, conforme acusou o registrador de nossa rotativa*",[118] uma tiragem efetivamente muito expressiva para o período. Mesmo às vésperas do encerramento definitivo de suas atividades, o jornal ainda informava manter uma alta tiragem, de 50.000 exemplares, embora sua periodicidade já estivesse reduzida para bimestral.[119]

6.2.3 A União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB)

Conforme discutimos no capítulo 4, a arregimentação de operários nos primeiros anos de atividade do PRP não foi bem sucedida. Em virtude do insucesso da Secretaria Nacional de Arregimentação Trabalhista do PRP, os integralistas optaram pela constituição de mais uma organização extrapartidária, a União Operária e Camponesa do Brasil. De maneira análoga à CCCJ, também a UOCB assumia abertamente sua vinculação integralista e contava com uma seção no jornal *A Marcha*,[120] mantendo-se formalmente autônoma. A UOCB foi fundada no ano de 1957, e seu I Congresso Nacional ocorreu em outubro daquele ano, aprovando a Declaração dos Deveres e Direitos dos Operários e Camponeses, centrada no anticomunismo e na defesa da colaboração entre as classes. Dentre os 19 deveres estabelecidos, destacam-se:

> 5º) Defender os Sindicatos contra a infiltração de elementos nocivos à vida das entidades classistas, não admitindo que agitadores e políticos inescrupulosos transformem esses órgãos de representação profissional em armas de desordem ou de aventuras eleitorais;
> 8º) Tratar os elementos patronais sempre amistosa e cordialmente, evitando atritos nocivos a todos e, sobretudo, em ambiente de harmonia e de paz indispensável ao trabalho fecundo e, portanto, à prosperidade do Brasil e do seu povo. (...);

---

[114] Este jornal nasce circulando em 1239 municípios. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 12.
[115] Tiragem deste número. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.12.1954, p. 12.
[116] Idem, ibidem.
[117] Tiragem desta edição. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.5.1955, p. 3. O jornal afirmava ainda "*facilitar a qualquer pessoa a comprovação do acima afirmado*".
[118] Comprovantes de nossas tiragens. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.5.1955, p. 12.
[119] Tiragem desta edição. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1965.
[120] A seção denominada "A Marcha Operária e Camponesa" começou a ser veiculada em meados de 1957.

> 9º) Produzir sempre o máximo e cada vez melhor, tendo em vista que o aumento da produção e a melhoria da qualidade dos artigos oferecidos aos mercados consumidores é o melhor caminho para conseguirmos a independência econômica de nossa Pátria (...);
> 16º) Lutar sem tréguas contra o materialismo em todas as suas formas, inclusive aquelas em que se mascara com os rótulos de "democracia" e "nacionalismo" para melhor enganar os tolos e desprevenidos (...).[121]

Dentre os direitos estabelecidos, reivindicava-se a participação nos lucros das empresas, a estabilidade ao completar cinco anos de trabalho na mesma empresa, e a "*liberdade de declarar-se em greve, por intermédio dos seus sindicatos, toda vez que se tornarem improfícuos os esforços para um entendimento amigável com os empregadores e* ***depois de procedimento judicial***".[122] Segundo a Declaração, ainda, "*os Operários e Camponeses colocam em primeiro lugar e em maior número de itens os seus deveres porque consideram que a ninguém é lícito reclamar direitos antes de reconhecer e, sobretudo cumprir suas obrigações para com Deus, a Pátria, a Família e a Humanidade*". A filiação ao integralismo era explícita, afirmando-se abertamente que seus "*princípios fundamentais são norteados pela Doutrina Integralista*".[123] Os Estatutos da UOCB, registrados em 1957, definiam 16 finalidades, dentre as quais:

> a) estabelecer um perfeito espírito de união entre os trabalhadores do campo e das cidades, evidenciando a unidade de seus interesses na vida econômica do país e as vantagens que advirão para cada trabalhador e sua família, da compreensão dessa unidade de interesses; b) pugnar pelas reivindicações dos trabalhadores brasileiros, para o que atuará junto aos legisladores, à imprensa e às autoridades (...); c) esforçar-se, em todos os sentidos, pelo **aumento da produção** nacional e pela redução do custo de vida; d) adotar um Código de Ética do Operário e do Camponês (...); f) estimular nos seus associados os sentimentos de amor a **Deus**, de dedicação à **Pátria** e de fidelidade à **Família**.[124]

A UOCB estruturava-se através de núcleos municipais, triunviratos estaduais e uma Direção Nacional. Esta última era escolhida em eleição indireta, reunia-se semanalmente, e era composta por 21 membros: "*A sociedade é orientada, dirigida e administrada por uma Diretoria Nacional composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Sub-Secretário, 1º e 2º Tesoureiros e, quinze vogais, com mandato de quatro anos*".[125] A constituição da direção nacional seguia claramente os preceitos corporativistas: a votação se dava por categoria profissional em cada município, elegendo-se "delegados eleitores

---

[121] Declaração de Deveres e Direitos dos Operários e Camponeses (União Operária e Camponesa do Brasil, folheto, s./data) (APHRC-FPS – 035.001.001).
[122] Idem. Grifo meu.
[123] Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1957, p. 8.
[124] *ESTATUTOS da UOCB*: Sociedade de Âmbito Nacional Fundada em 20 de fevereiro de 1957. Rio de Janeiro, 1961, p. 3-4, grifos meus.
[125] MEDEIROS, Jader. A estrutura da União Operária e Camponesa do Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.3.1957, p. 4.

municipais", que, por sua vez, elegiam os "delegados eleitores estaduais", os quais elegiam, finalmente a Direção Nacional da entidade.[126] Os associados pagavam uma contribuição mensal aos núcleos, da qual era repassado 5% para o Triunvirato Estadual e 5% à Direção Nacional.[127] Em cada estado um Triunvirato Estadual e um Conselho Estadual eram nomeados pela Direção Nacional:

> Nas capitais dos estados, isto é, nos âmbitos dos estados, funcionarão Triunviratos constituídos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, de nomeação da Diretoria Nacional, competindo-lhes orientar, instruir e dirigir, em todos os municípios de suas respectivas jurisdições, os Núcleos Municipais da Sociedade. Junto a cada Triunvirato Estadual, será constituído um Conselho Estadual, composto de tantos membros quantos forem fixados pela Diretoria Nacional, cabendo a esta a nomeação dos referidos membros independente dos Conselhos Consultivos Regionais e Municipais, os quais também funcionarão juntos aos Triunviratos Estaduais e Diretores Municipais, cabendo aos dirigentes estaduais a nomeação de seus membros.[128]

A Diretoria Municipal era nomeada pelo Triunvirato Estadual, tinha como função principal a estruturação dos núcleos, e deveria contar com cinco secretarias: Arregimentação Profissional e Reivindicações Operárias e Camponesas, Educação e Cultura, Assistência Social, Esportes, e Artística e Recreativa.[129] No entanto, as únicas informações que encontramos sobre seu funcionamento referem-se à cidade de Curitiba:

> A Secretaria de Arregimentação Profissional vem desenvolvendo intenso trabalho, no atendimento aos associados no que concerne às suas atribuições. A Secretaria de Assistência Social vem atendendo a inúmeros casos de sócios necessitados, com medicamentos, vestuários e assistência médica pois já conta com um modesto Ambulatório, pequena Farmácia e Gabinete Dentário a ser instalado. A Secretaria de Esportes em fase de organização, conta desde já com um quadro de Futebol Juvenil, uma equipe de ciclistas e praticando outras atividades esportivas. A Secretaria Artística e Recreativa, contando já com um grupo cênico que vem desenvolvendo festivais artísticos, números de cantos e danças folclóricas em nossa Sede e em Clubes de Bairros. A Secretaria de Educação e Cultura vem realizando conferências sobre doutrina social econômica com o fim de elevar o nível moral e intelectual dos associados.[130]

Os estatutos da UOCB estabeleciam uma distinção entre trabalhadores "manuais" e trabalhadores "não manuais",[131] considerando "'*sócios efetivos' os que forem trabalhadores do campo ou das cidades, inscreverem-se em qualquer Núcleo do país e pagarem a mensalidade que voluntariamente declararem no ato da inscrição*", e como

---

[126] *ESTATUTOS da UOCB*, op. cit., p. 18.
[127] Importantes decisões da Diretoria Nacional da UOCB. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.6.1959, p. 4.
[128] MEDEIROS, Jader. A estrutura da União Operária e Camponesa do Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.3.1957, p. 4.
[129] Idem, ibidem.
[130] Relatório das atividades da União Operária e Camponesa do Brasil Seção do Paraná, 30.1.1962 (APHRC-Pprp 62.01.30/7).
[131] As decorrências ideológicas desta distinção são discutidas na seção 3.2.

"sócios aderentes", "*os brasileiros que, embora exercendo profissões liberais ou outras funções, de assalariados no comércio, na indústria ou na agricultura, contribuam financeiramente para a Sociedade ou prestem a ela serviços*".[132] Apesar da distinção, estabelecia-se que "*os Sócios Aderentes estão sujeitos aos mesmos deveres e gozam dos mesmos direitos dos Sócios Efetivos, exceto o de eleger os delegados-eleitores para a eleição da Diretoria Nacional*".[133] A distinção parece-nos atender aos preconceitos dos trabalhadores "não manuais" contra a sindicalização, permitindo que eles se incorporassem como "aderentes", como se estivessem apenas "auxiliando" os trabalhadores a se organizarem de acordo com os princípios integralistas, na maioria das vezes como dirigentes. Percebe-se uma forte presença de trabalhadores "não manuais" na direção do movimento: o principal articulador e primeiro Presidente Nacional da UOCB, Jader Medeiros, era advogado; o Triunvirato de São Paulo tinha dois comerciários e um químico industrial;[134] o Triunvirato do Rio de Janeiro tinha um jornalista e dois operários,[135] e o Triunvirato do Rio Grande do Sul era constituído por um pintor, um bacharel em direito e um bacharel em arquitetura.[136] Na direção do movimento nos estados, encontramos diversos trabalhadores "não manuais" (comerciários, corretores de imóveis, funcionários públicos, enfermeiros, bancário, radialistas, jornalistas).[137] Em 1960, quando Jader Medeiros renunciou à presidência, um dos dirigentes da entidade, embora elogiando sua gestão, considerou "*que já era tempo de* ***entregar a direção da União Operária e Camponesa aos trabalhadores****, pois na sua opinião o operário é desconfiado e não acredita muito nos bons propósitos dos intelectuais, os quais – salientou – devem apenas assessorar os trabalhadores*".[138]

A renúncia de Medeiros e seu afastamento da entidade foram bastante atribulados. Em fevereiro de 1960, *A Marcha* recebeu uma correspondência de Aldemiro Mattos, diretor da Assistência Judiciária dos Motoristas do Brasil, repudiando uma matéria do jornal que o responsabilizava pela destituição de Medeiros daquela entidade. A carta, que

---

[132] Idem, p. 16.
[133] Idem, p. 18-19.
[134] Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1957, p. 8.
[135] Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1957, p. 3.
[136] Carta de Américo Ferreira a Plínio Salgado, 17.3.1960 (APHRC-Pprp 60.03.17/2).
[137] Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1957, p. 3; Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1957, p. 8.
[138] Ata da Reunião da Direção Nacional da União Operária e Camponesa do Brasil, 11.8.1960. Livro de Atas da União Operária e Camponesa do Brasil (APHRC-FPS 059.006.001).

não foi publicada, denunciava várias irregularidades que teriam sido cometidas por Medeiros à frente da entidade:

> Falece autoridade moral ao sr. Medeiros falar em autoridade, pois como Presidente desta entidade de classe sempre agiu em manobras não muito lícitas, a ponto de negar assembléias gerais, indeferir reuniões do conselho e cancelar, por sua auta recreação, reuniões de Diretoria e como um déspota vaidoso que é, procurou sempre encabrestar homens de idoneidade, acusando-os agora de assaltantes. Esse aventureiro não sendo motorista profissional, tem uma obsessão pela referida classe e como possesso, a todo transe, quer ser o Presidente "eterno" da referida entidade e, para conseguir os seus intentos, não mede as conseqüências das atitudes irrefletidas que vem tomando através de alguns órgãos da imprensa, desmoralizando-se a si próprio. Diz-se vítima de esbulho, escondendo por entre linhas a verdadeira situação de insolvência em que colocou a sociedade **que dirigiu por onze anos**. (...) O que o sr. Jader Medeiros não prova é quem o autorizou a **apropriar-se de vinte e oito mil e quinhentos cruzeiros** [R$ 3.567,61], saldo da campanha de arrecadação pública em nome da sociedade para as famílias dos 44 motoristas presos em Manaus, o que o sr. Jader Medeiros não apresenta é a ata da assembléia geral, que referendou a **adotação de cinqüenta mil cruzeiros, dinheiro dos cofres sociais, para sua Política** (1958) (...) legislando em causa própria a fim de apoderar-se da quantia acima, com o título de Candidato Político da sociedade (...) Diante destes fatos e mais, pela periculosidade deste senhor, que o quadro social tomou as medidas contra ele, pois o mesmo neste particular já é reincidente, haja visto que, no trato com o dinheiro alheio, possui mal costume, tendo já sido obrigado a solicitar exonerações do cargo de Tesoureiro Auxiliar interno da Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra, por grave falta funcional.[139]

No início de agosto daquele ano, Medeiros escreveu a Salgado rememorando sua trajetória na UOCB, reclamando de falta de apoio dos demais dirigentes e do agravamento das dificuldades financeiras, e informando que decidira renunciar. Medeiros reclamava da falta de mentalidade sindicalista dos integralistas: "*Desgraçadamente, Chefe, não existe entre nós, integralistas, uma mentalidade sindicalista firme e inflexível, de molde a que possamos atuar decisivamente dentro dos Sindicatos de classe a alijarmos dali, de seus postos chaves, os comunistas e pelegos de todos os matizes*", o que constituiria uma "*gravíssima e fundamental lacuna do nosso Movimento, que já se fazia sentir, embora em menores proporções, até mesmo ao tempo da Ação Integralista Brasileira*".[140] A carta foi

---

[139] Correspondência de Aldemiro Mattos a Plínio Salgado (APHRC-Pprp 60.02.22/15). Grifos meus.

[140] Correspondência de Jader Medeiros a Plínio Salgado, 5.8.1960 (APHRC-Pprp 60.08.05/1). A única referência às acusações que sofrera encontrava-se em um *post scriptum*: "*Envio junto o recorte do jornal* O Dia *de 4.8.60, em que mais de 400 motoristas profissionais me hipotecam apoio e solidariedade, solicitando a minha permanência na Presidência da Assistência Judiciária dos Motoristas, entidade de classe por mim fundada e organizada no Rio de Janeiro*".

lida na reunião de direção da entidade,[141] e Medeiros foi substituído pelo então Vice-Presidente Germano Ruas, operário do Arsenal da Marinha.[142]

Em setembro de 1957, a UOCB teria 59 núcleos em funcionamento, sendo 15 em São Paulo, nove em Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro, seis no Paraná, cinco no Pará, quatro na Bahia, três no Ceará, dois no Espírito Santo e Distrito Federal, e um em Amazonas, Alagoas, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Sul.[143] Meses depois, a entidade estaria estruturada em 15 estados.[144] No conjunto das matérias publicadas em *A Marcha* entre 1957 e 1965 e da documentação partidária, encontramos registros relativos a 92 núcleos municipais e 38 núcleos distritais, conforme a Tabela 24:

TABELA 24 - Núcleos Municipais e Distritais da UOCB[145]

	Núcleos Municipais	Núcleos Distritais
AL	Maceió	
AM	Itacoatiara, Manaus	
BA	Ilhéus, Itapetinga, Salvador, Ubatã, Vitória da Conquista	Rio Vermelho (Salvador)
CE	Crato, Fortaleza, Monsenhor Tabosa	
DF	Irajá, Santa Cruz	
ES	Alegre, Santa Teresa, Vitória	
GO	Anápolis	
MG	Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Caratinga, Conselheiro Lafaiete, Diamantina, Divinópolis, Itajubá, José Brandão, Lagoa Dourada, Montes Claros, Pará de Minas, Ponte Nova, Sabará, São João del Rey, Tiradentes, Viçosa	Sto. Antonio do Rio do Peixe (Belo Horizonte)
PA	Belém, Bragança, Castanhal, Soure	Angustura, Marambaia, Mauriti, Sacramento (Belém)
PB	João Pessoa	
PE	Recife	
PI	Teresina	
PR	Almirante Tamandaré, Alto Paraná, Apucarana, Arapongas, Castro, Curitiba, Irati, Jacarezinho, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, Prudentópolis, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São Pedro do Ivaí	Água Verde, Bela Vista, Bocacheri, Boqueirão, Campina do Siqueira, Campo Comprido, Campo Magro, Colônia Abranches, Colônia Gabriela, Pien, Pilarzinho, Portão, Prado Velho, Ressaca, Santa Cândida, Santa Felicidade, Santa Quitéria, São Braz, Timoneira, Vila Guaíra, Vila Hauer, Vila São Pedro. Vila Tinguí (Curitiba)
RJ	Barra Mansa, Cabo Frio, Campos, Itaboraí, Macaé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçú, Resende,	Parque Santana, Jamapará, Vila Tiradentes (São João Meriti)

[141] Ata da Reunião da Direção Nacional da União Operária e Camponesa do Brasil, 11.8.1960. Livro de Atas da União Operária e Camponesa do Brasil (APHRC-FPS 059.006.001).
[142] Tem novo presidente a União Operária e Camponesa do Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1960, p. 1.
[143] Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.9.1957, p. 9.
[144] A Marcha noticiava que "*nos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba do Norte, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul já contamos com os respectivos triunviratos estaduais funcionando ou em adiantada fase de coordenação*". Movimento Operário e Camponês. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.1.1958, p. 3.
[145] Não encontramos registros de nenhum núcleo, nem a formação de Triunvirato Estadual, nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Sergipe.

	Santana, São João do Meriti, São Gonçalo, Sapucaia, Saquarema	
RS	Bagé, Porto Alegre	
SC	Joinville	
SP	Adamantina, Capivari, Caçapava, Franca, Itatiba, Lorena, Mauá, Mogi das Cruzes, Quatá, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Joaquim da Barra, São Paulo, Suzano, Taubaté	Parque Novo Mundo, Parque Bristol, Pereira Barreto, Pirituba, Santa Cecília, Vila Maria (São Paulo)
FONTE: Jornal *A Marcha*, Acervo CDAIBPRP e Acervo APHRC		

Estes dados revelam que o relativo êxito da UOCB restringiu-se a poucos estados. Como explicita a Tabela 25, 75% dos núcleos concentravam-se em apenas quatro estados:

TABELA 25 - Distribuição dos Núcleos Municipais e Distritais da UOCB por estado				
Estado	Triunvirato	Núcleos Municipais	Núcleos Distritais	Total de Núcleos
PR	SIM	15	23	38
SP	SIM	18	6	24
MG	SIM	17	1	18
RJ	SIM	14	3	17
PA	SIM	4	4	8
BA	SIM	5	1	6
CE	SIM	3	0	3
ES	SIM	3	0	3
DF	NÃO	2	0	2
AM	SIM	2	0	2
RS	SIM	2	0	2
GO	NÃO	1	0	1
SC	SIM	1	0	1
AL	SIM	1	0	1
PB	SIM	1	0	1
PE	SIM	1	0	1
PI	SIM	1	0	1
RN	SIM	1	0	1
Total	16	92	38	130
FONTE: Jornal *A Marcha*, Acervo CDAIBPRP e Acervo APHRC				

Não são muito fartas as informações relativas à atuação dos núcleos. A maior parte das matérias publicadas em *A Marcha* restringia-se a informar sua formação e a relacionar seus dirigentes. Ainda assim, a partir das teses e proposições aprovadas no I Congresso da UOCB é possível identificar algumas de suas prioridades e as principais campanhas que deveriam ser desenvolvidas. As propostas aprovadas referiam-se a três temas principais: aumento de impostos, sindicalização e direito de greve. Quanto a este último, a proposição aprovada defendia a "*a regulamentação do direito de greve*",[146] o que implicaria em restrições ao seu exercício. Seu projeto de sindicalização era claramente inspirado no corporativismo, e se materializava no envio à Câmara dos Deputados e ao Senado de um apelo visando a aprovação de três pontos:

[146] Operários e camponeses contra o aumento de impostos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.10.1957, p. 10.

> a) Sindicalização obrigatória, em todo o Brasil, dos trabalhadores assalariados das diferentes profissões;
>
> b) Desconto em folha, em caráter compulsório, das mensalidades devidas pelos trabalhadores aos respectivos Sindicatos, devendo tais contribuições ser proporcionais aos salários pagos até um limite-teto;
>
> c) Reconhecimento pelas empresas aos Sindicatos obreiros, no prazo de oito dias, das importâncias descontadas em folha mencionadas no item anterior.[147]

A natureza do projeto integralista se expressa na absoluta ausência de qualquer referência a defesa de aumentos salariais, destacando-se, em contraposição, a luta contra o aumento de impostos: a UOCB declarou-se *"contrária a quaisquer majorações de impostos"*.[148] A oposição integralista aos aumentos salariais, sempre vistos como causadores da inflação, deve ter criado dificuldades à arregimentação de adeptos entre os operários, já que evidentemente para os trabalhadores assalariados o efeito dos baixos salários é muito mais direto do que o do pagamento de "altos impostos". Em 1961, a principal palavra de ordem passou a ser a defesa do corporativismo, a partir da proclamação da necessidade de uma "Carta Orgânica" para efetivar a "democracia social":

> O Estado deve ser socializante, isto é, orientar, supervisionar e tudo fazer no sentido da socialização das classes entre si e dentro de cada uma, de sorte que a economia privada possa ter seus bens melhor distribuídos, entre todos, fomentando desta forma, elevada produção de todos os produtos úteis e necessários para o maior enriquecimento da nação e felicidade do seu povo. Portanto, os trabalhadores brasileiros precisam mais do que nunca **trabalhar por uma Constituição Corporativista**, onde legitimamente estejam representadas todas as classes sociais, grupos naturais, grupos econômicos, isto porque neste regime social democrático liberal atual, nós, os trabalhadores, temos uma representação nas Casas do Congresso cujo número de representantes fica muito aquém de nossas necessidades, dada a presença de grande número de deputados caracteristicamente ligados a grupos econômicos e políticos. O Estado é orgânico quando é constituído dos elementos orgânicos da sociedade. A Democracia Orgânica é a representação do povo no governo através do voto profissional no seio dos organismos naturais da sociedade. Assim os trabalhadores conscientes e esclarecidos do Brasil, reunidos no Encontro Nacional dos Movimentos de Renovação Sindical, apresenta a proposição seguinte:
>
> I – Promover uma campanha de esclarecimentos no sentido de conhecer-se as vantagens decorrentes da adoção da Democracia Orgânica em nosso país, com base na Câmara Corporativa.
>
> II – Que, do presente conclave, se faça eleger um Grupo de trabalho para a elaboração de uma carta fundamentada na Democracia Orgânica.[149]

---

[147] Idem, ibidem.
[148] Idem, ibidem.
[149] Brilha a União Operária e Camponesa do Brasil. *Ação Trabalhista*, Niterói, 15.9.1961 (APHRC-FPS 114.002.REC).

Em julho de 1962, os membros do Triunvirato do Rio Grande do Sul escreviam a Salgado solicitando licença para abertamente "*desfraldar a bandeira da ação integralista*"*:*

> Queremos de V. Exa. licença para entrarmos na luta, na ação integral em defesa de tudo que é sagrado para nós e a nossos semelhantes, como pessoa humana, criatura de Deus, de corpo e alma com problemas sociais e morais – lutando por uma vida digna dos seres humanos, pela nossa Pátria (que já nos está sendo roubada, pela traição dos maus brasileiros e seus comparsas). Queremos licença de V. Exa. para irmos para o campo de batalha, lutarmos e morrermos se necessário for. É melhor, sim, morrermos no campo de luta, do que morrermos asfixiados no campo da covardia, da miséria social e moral. Os covardes e preguiçosos entregaram aos comunistas e seus lacaios: os cavalos e armas do Brasil, estes marcham e invadem o Brasil (utilizando as próprias armas do Brasil: o povo brasileiro de corpo e alma, esfomeado, roubado, enganado e desiludido). Mas o povo brasileiro de corpo e alma é o Brasil. Precisamos atraí-lo para nós – precisamos nos misturar com ele (povo) porque nós somos ele também. Que temos feito nós da UOCB pelo Brasil, seu povo e seu Deus? Nada, quase nada.[150]

A maior parte das atividades promovidas pela UOCB divulgadas nas páginas do jornal *A Marcha* relacionam-se ao anticomunismo. Em 1961, a entidade lançava nota alertando "*os trabalhadores em geral contra manobras comunistas*", conclamando:

> Todos os trabalhadores livres e democratas, nesta gravíssima hora da nacionalidade, para que se mantenham unidos e alertas, não se deixem iludir nas manobras solertes dos inimigos da Pátria e de Deus, conclamando também todos os membros da UOCB de todo o país, para estarem vigilantes ao lado das forças vivas da Pátria, que garantem as liberdades democráticas asseguradas pela Constituição Brasileira e que se mantenham dispostos a todos os sacrifícios para evitar que o Brasil possa ser arrastado para um clima de agitação social que só interessaria aos inimigos da paz e da ordem.[151]

Durante o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, promovido pelas Ligas Camponesas, em Belo Horizonte, no ano de 1961, a UOCB distribuiu o manifesto "Política agrária sim, reforma comunista não", indagando: "*se você herdasse as terras dos seus pais, gostaria de vê-las requisitadas pelo Governo?*", denunciando os promotores do Congresso como "*agitadores comunistas fichados na Polícia e pagos pela Rússia*", e apresentando a reforma agrária como "*primeiro passo para a implantação do comunismo no País*".[152] Também publicou na imprensa um "Manifesto ao Trabalhador Rural e ao Povo", afirmando que "*o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que ora se realiza em Belo Horizonte, nada mais é que*

---

[150] Correspondência do Triunvirato Estadual da UOCB no Rio Grande do Sul a Plínio Salgado, 11.7.1962 (APHRC-Pprp 62.07.11/2).

[151] União Operária alerta contra os comunistas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29.8.1961 (APHRC-FPS 114.002.REC 1961).

[152] Política agrária sim, reforma comunista não (Panfleto) (APHRC-FPS – 009.001.015). O panfleto dirigia-se diretamente aos congressistas, afirmando: "*você está servindo unicamente de instrumento para uma política de agitação comunista no País, que levará fatalmente o Brasil à guerra civil, na qual seus filhos serão os sacrificados*".

uma farsa organizada para enganar o nosso trabalhador rural e agitar o País". Insistindo no risco de guerra civil e invocando os sagrados direitos da propriedade privada, concluía com um apelo: "*Trabalhador rural: pense só o que você perderá se o comunismo triunfar... não poderá rezar na sua igreja...não poderá assegurar o futuro da sua família... não poderá discutir as suas idéias políticas... não poderá trabalhar no lugar nem no modo que quiser... você não poderá viver como Homem Livre*".[153] É muito improvável que os trabalhadores rurais presentes ao congresso tenham se sensibilizado com esta proclamação, visto que, submetidos ao latifúndio dificilmente tivessem experiência em trabalhar no lugar e no modo que quisessem. É, portanto, compreensível que estas representações, típicas da pequena burguesia, não tenham logrado êxito na arregimentação do proletariado rural, o que se comprova pela sua quase total ausência não apenas no PRP, mas também na própria UOCB. Assim, este parece ser mais um discurso dirigido, desde fora, para os trabalhadores rurais, mas destinado a repercutir com eficácia apenas na pequena burguesia.

Outro aspecto bastante presente nas atividades da UOCB era a espionagem política. Encontramos materiais de divulgação das Ligas Camponesas,[154] credencial de Congressista no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas,[155] uma pasta com diversos panfletos, fotografias, relatórios de atividades e materiais de propaganda recolhidos no evento, e um informe detalhado das atividades do Congresso, com o resumo dos discursos proferidos.[156]

A comparação entre os resultados obtidos na estruturação da UOCB, e também da CCCJ, e os resultados eleitorais obtidos pelo PRP revela dados curiosos: nos dois estados em que o PRP obtinha melhores resultados eleitorais (de acordo com o percentual de votos obtidos), Espírito Santo e Rio Grande do Sul, foram estruturados poucos centros culturais da juventude e muito poucos núcleos da UOCB, como evidencia a Tabela 26.

A constituição de apenas três núcleos operários e quatro centros culturais no Espírito Santo, e de 19 centros e dois núcleos no Rio Grande do Sul, deixa claro que não há uma relação direta entre a estruturação do PRP e a das organizações juvenis e trabalhistas do integralismo. Em estados onde o PRP obtinha menos de 3% dos votos, como Minas

---

[153] Manifesto ao Trabalhador Rural e ao Povo: Política Agrária sim, Reforma Comunista, não. *Diário da Tarde*, Rio de Janeiro, s./d. (APHRC-FPS 009.001.015).
[154] Flâmula "Ligas Camponesas: Reforma Agrária Já" (APHRC-FPS 059.001.007).
[155] Credencial "I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: Congressista – Belo Horizonte, 15-17 de novembro – 1961" (APHRC-FPS 059.001.008).
[156] Oradores da sessão solene de encerramento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (APHRC-FPS 059.001.012).

Gerais e Ceará, foram formados mais centros culturais da juventude. Também se formaram muitos núcleos da UOCB no Rio de Janeiro, Pará e Minas Gerais, estados nos quais o PRP tinha baixo percentual de votos. Embora a disparidade diminua quando consideramos o número total de votos obtidos, quando melhora a posição relativa dos maiores estados, é

TABELA 26 - Comparação entre a posição relativa dos estados em relação ao percentual de votos do PRP, o número total de seus votos, o número de centros culturais da juventude e o número de núcleos da UOCB

Estado	**Posição (per-centual votos)**	**Posição (nº votos totais)**	**Posição (nº de Centros)**	**Posição (nº núcleos UOCB)**
Espírito Santo	1º (7,9%)	9º	16º (4)	7º (3)
Rio Grande Sul	2º (6,8%)	2º	5º (19)	9º (2)
Paraná	3º (6,5%)	5º	9º (14)	1º (38)
Santa Catarina	4º (5,9%)	6º	8º (16)	12º (1)
Bahia	5º (5%)	4º	3º (29)	6º (6)
São Paulo	6º (4,7%)	1º	1º (72)	2º (24)
Pernambuco	7º (3,8%)	7º	6º (17)	12º (1)
Amazonas	8º (3,4%)	15º	16º (4)	9º (2)
Minas Gerais	9º (2,9%)	3º	2º (45)	3º (18)
Rio de Janeiro	10º (2,6%)	10º	6º (17)	4º (17)
Distr. Fed (Guanabara)	11º (2,5%)	8º	12º (9)	9º (2)
Ceará	12º (2,4%)	11º	4º (24)	7º (3)
Rio Grande do Norte	13º (2,3%)	12º	20º (2)	12º (1)
Alagoas	14º (1,4%)	18º	13º (7)	12º (1)
Maranhão	15º (1,3%)	17º	11º (10)	-
Paraíba	16º (1,2%)	13º	14º (6)	12º (1)
Goiás	16º (1,2%)	14º	15º (5)	12º (1)
Pará	18º (1%)	16º	10º (12)	5º (8)
Mato Grosso	19º (0,7%)	19º	18º (3)	-
Piauí	20º (0,5%)	20º	18º (3)	12º (1)
Sergipe	20º (0,5%)	21º	21º (1)	-

Fonte: Tabela 14, Tabela 23 e Tabela 25.

possível interpretar esta situação como decorrência da institucionalização do movimento. Em estados como Rio Grande do Sul e Espírito Santo, onde o partido contava com deputados federais, estaduais, vereadores e prefeitos, a prioridade ao enraizamento institucional fazia com que as demais organizações integralistas tivessem sido menos priorizadas. Mesmo no Rio Grande do Sul, a reação contra a política de alianças se deu na forma da defesa da "independência partidária", mas sempre enfatizando a intervenção através do PRP. Em estados onde o PRP não tinha obtido maiores sucessos, elegendo apenas um ou nenhum deputado estadual, a necessidade de sobrevivência do movimento levava-o a buscar outros instrumentos de organização e mobilização.

6.2.4 O Movimento Nacional Brasileiro

Ao iniciar-se o ano de 1957, *A Marcha* anunciava aos integralistas uma grande virada, com a expansão das atividades das organizações integralistas:

> O ano de 1957 representa para todos nós, que seguimos Plínio Salgado, um período de grande atividade, pois será iniciada uma nova jornada decisiva para o futuro da Pátria. (...) Uma esperança mais verde brota nos corações de todos aqueles que aguardam ansiosamente o desfraldar da bandeira azul e branca. Que os integralistas se preparem para este ano! Que trabalhos e atividades as mais diversas se intensifiquem. Que em cada espírito cresça a certeza da vitória final. O movimento que o Chefe desencadeará há de ser um dos capítulos mais expressivos da nossa história, se Deus o quiser.[157]

A coordenação deste movimento ficaria a cargo de uma nova entidade a ser criada, o Movimento Nacional Brasileiro, como Salgado relatava em carta:

> Movimento Nacional Brasileiro: Pretendo lançar em fins de abril, se tudo correr como desejo, esse grande Movimento, que é constituído de entidades que estou criando e de outras já existentes. Já fiz duas reuniões, aqui e em São Paulo, preliminares da grande assembléia que fundará a União Operária e Camponesa do Brasil, cujos Estatutos já estão prontos. Tem sido um sucesso. A outra entidade é a Ação Patriótica das Mulheres Brasileiras. Os Estatutos têm despertado o maior entusiasmo. As outras organizações já existem: CCCJ e CEM (Juventude e Centro de Estudos Municipalistas) e vou transformar em sociedade civil a OSIP. **É tudo coisa superpartidária, para criar o clima sem o qual o PRP se cristalizará e nunca atingirá seus objetivos.** (...) **Ou fazemos isso. Ou nada mais há a fazer neste país onde o povo está desiludido e descrente de partidos e de políticos**. O êxito da Ação Integralista estava em que as Secretarias de Educação (milícia); de Assistência Social, de Cultura Artística, de Doutrina e Estudos e de Arregimentação Feminina não cuidavam de política nem de eleições, pois estas estavam a cargo da Secretaria de Organização Política, a qual colhia os resultados da simpatia e da formação doutrinária das outras que eram apolíticas e agradavam o povo por isso mesmo. No grande Movimento que vou lançar, **o PRP será para nós o que era a Secretaria Eleitoral da AIB. Caberá a ele a ação política e será o usufrutuário dos rendimentos populares produzidos pelas outras entidades**. (...) Os resultados obtidos pelos Centros Culturais, pelas minhas conferências de caráter não político e pelos meus livros já constituem prova de que o método está certo. Cumpre agora dar organicidade à grande ação.[158]

Em abril, mês inicialmente previsto para o lançamento do MNB, Salgado condicionava-o à arrecadação financeira: "*Estou, além dos Centros Culturais, organizando a União Operária e Camponesa do Brasil, que já tem despertado muito entusiasmo*. ***Todas as organizações pertencerão ao Movimento Nacional Brasileiro, inclusive o PRP***. *(...) Enquanto não tiver garantida uma arrecadação que me permita estar no rádio, pelo menos todas as semanas, não lançarei o grande movimento*".[159] Para isto foi constituída a Ação Nacional Brasileira, responsável pela condução de uma campanha de arrecadação financeira, como discutimos no capítulo 3. No entanto, como vimos, apenas uma pequena

---

[157] Palavras aos integralistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.1.1957, p. 1.
[158] Correspondência de Plínio Salgado a Alcilidio Barreto, 2.2.1957 (APHRC-Pprp 02.02.57). Grifos meus. Dentre as entidades citadas na carta, não encontramos referências sobre o "Centro de Estudos Municipalistas", à exceção de uma Associação Municipalista de Estudos Sociais, que funcionava em Campinas; mencionaremos a Ação Patriótica das Mulheres Brasileiras na próxima seção; e a OSIP – uma organização voltada à espionagem anticomunista, será discutida no capítulo 9.
[159] Correspondência de Plínio Salgado a Tessaroto, 3.4.1957 (APHRC-Pprp 03.04.57/5). Grifo meu.

parcela dos valores arrecadados foi direcionada à UOCB (2,4%) e à CCCJ (0,5%), pois, afora o pagamento de dívidas e os gastos operacionais, a maior parte do valor arrecadado foi direcionada aos programas de rádio de Plínio Salgado (30,6%). Assim, embora os valores arrecadados tenham superado todas as campanhas anteriores, o anunciado Movimento Nacional Brasileiro não chegou a ser lançado de público, embora no próprio programa radiofônico Salgado tenha mantido o caráter suprapartidário e o tom nacionalista, anunciando a criação de um grande movimento nacional:

> Esta campanha tem caráter superpartidário; não se liga de maneira particular a nenhum partido, nem mesmo àquele que presido. É campanha em prol dos brasileiros. Procuraremos arregimentar em torno dela, já que é mesmo uma Ação Nacionalista Brasileira, aquelas organizações e agremiações cívicas, sem caráter partidário, que queiram colaborar no sentido de dar maior eficiência à obra educacional, à formação da consciência nacional do nosso povo. Presentemente, estão a meu lado a Confederação dos Centros Culturais da Juventude, a União Operária e Camponesa do Brasil e a Ação Patriótica das Mulheres Brasileiras.[160]

As dificuldades de arrecadação financeira e as disparidades na organização dos diferentes movimentos que deveriam constituir o MNB parecem ter levado Salgado a postergar seu projeto, embora continuasse se apresentando como uma liderança que transcenderia as fronteiras partidárias.

6.2.5 Outras organizações integralistas

As organizações extrapartidárias de maior importância certamente foram a CCCJ e a UOCB. Ainda assim, existiram várias outras, de atuação mais limitada, na maioria dos casos de duração efêmera. Uma delas foi o Movimento da Marinha Mercante, liderado pelo Comandante Aristóbulo Soriano de Melo, remanescente da AIB e membro do PRP. O Movimento estruturou-se em 1957. Em correspondência, seu coordenador afirmava que o Movimento "*está em franca expansão*", tendo como objetivo maior a eleição de deputados pertencentes à Marinha Mercante.[161] Melo justificava que "*este Movimento é obrigado a isentar-se de ideologias políticas e mesmo partidárias, para conseguirmos unir os marinheiros de nossa Pátria, mas teremos que orientá-lo no sentido nacionalista, **conforme nossos princípios***".[162] O movimento era divulgado, de forma discreta, em *A Marcha*, afirmando-se que seu objetivo era ter representantes na Câmara e nas assembléias

---

[160] SALGADO, Plínio. Início de uma campanha cívica. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.8.1957, p. 2.
[161] Correspondência Confidencial do Comandante Aristóbulo de Melo, coordenador do Movimento da Marinha Mercante, ao Diretório Regional do PRP do Rio Grande do Sul, 8.6.1957 (CDAIBPRP).
[162] Idem. Grifo meu.

legislativas, "*para gritar bem alto contra o abandono da Marinha*".[163] O movimento pretendia possuir um delegado em cada estado, e publicou no jornal *Orla Marinha* um "Manifesto à Corporação da Marinha Mercante do Brasil", afirmando, novamente, que seu objetivo era "*ter representação na Câmara dos Deputados, para colocar a Marinha Mercante brasileira em pé de igualdade das outras grandes marinhas do mundo*".[164] O movimento efetivamente apresentou candidatos, na legenda do PRP, nas eleições legislativas de 1958, mas seu fracasso eleitoral levou à sua desagregação.

Em 1953, *A Marcha* conclamava as mulheres integralistas a "*lançar, em todo o território da nossa Pátria, esta tão necessária, tão urgente e poderosa Ação Patriótica das Mulheres do Brasil*".[165] Esta entidade foi mencionada, em diferentes momentos, nos discursos de Salgado, mas não encontramos informações sobre suas atividades ou sua estruturação.

Os demais movimentos foram constituídos já no contexto da radicalização política dos anos 60. O primeiro deles foi o "Movimento de Reconstrução Nacional", lançado pelo PRP em junho de 1962, em Bauru, visando congregar um amplo movimento de oposição ao governo Jango. O deputado do PRP de Minas Gerais Abel Rafael Pinto leu na Câmara dos Deputados a "Declaração de Baurú", manifesto do movimento.[166] Outros movimentos vinculados ao integralismo foram a "Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria" formado em 1964, cuja atuação será discutida no capítulo 8, e o "Grupo da Hora Presente", criado em 1968, já depois da extinção dos partidos políticos, cujas principais lideranças eram os integralistas Adib Casseb e Alfredo Buzaid, futuro Ministro da Justiça, contando ainda com os ex-integralistas Raymundo Padilha e Miguel Reale. De acordo com Charles Antoine, "*trata-se essencialmente de uma corrente de idéias brotadas nos meios da magistratura e do magistério*", cujas raízes remontariam "*ao movimento fascistizante da Ação Integralista Brasileira*".[167] Ao que parece, o Grupo Hora Presente visava disputar postos de poder no interior da ditadura militar, mas é difícil determinar que tipo de vínculo mantinha com Plínio Salgado e a liderança integralista.

---

[163] A nossa Marinha Mercante terá representantes no Legislativo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.5.1957, p. 5. (CDAIBPRP)
[164] Manifesto à Corporação da Marinha Mercante do Brasil, *A orla*, Rio de Janeiro, s./d. (CDAIBPRP).
[165] Revolução imediata. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.8.1953, p. 3.
[166] Cf. Movimento de Reconstrução Nacional. In: *DICIONÁRIO Histórico Biográfico*, op. cit, Volume 4., p. 3964.
[167] ANTOINE, Charles. *O integrismo brasileiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 60.

----------X----------X----------

Interessa-nos aqui observar que a estruturação das várias organizações extrapartidárias vinculava-se, de forma orgânica, a um projeto de retomada da iniciativa por parte dos integralistas, visando transcender os limites da ação estritamente partidária. Numa carta enviada no início de 1953, Salgado enumerava suas "realizações" em 1952 como partes integrantes de um plano global e articulado, mencionando a fundação da CCCJ; a instalação do Conselho Nacional de Estudos e Planos; a reorganização dos "*serviços secretos de vigilância ao comunismo*"; o planejamento para lançar *A Marcha*; o lançamento pela Livraria Clássica Brasileira da Coleção Estrela do Ocidente, constituída de livros anticomunistas; além de 10 conferências, mais de 30 pronunciamentos públicos e publicação de 82 artigos.[168]

Parece-nos que a perspectiva de Salgado, naquele momento, era a construção de um conjunto de trincheiras, visando travar uma guerra de posição,[169] já que o assalto imediato ao poder estava descartado naquela conjuntura, mas por outro lado, pretendia-se não restringir a intervenção integralista aos aspectos meramente político-institucionais da pequena política, mas retomar a iniciativa de uma ação política ampla. Em uma carta escrita em 1957, Salgado deixava claro que se inspirava na organização do Partido Comunista para a constituição de um conjunto de organizações:

> Você não compreendeu o sentido e o alcance das organizações que devem integrar o Movimento Nacional Brasileiro. Não somos um partido burguês do tipo da UDN e do PSD. Somos do tipo do PCB ou do PTB. Ora, o PCB vive porque tem a alimentá-lo várias organizações: Liga de Emancipação Nacional, Frente das Mulheres Democráticas, CTAL (Confederação dos Trabalhadores da América Latina), Liga dos Camponeses (que está tendo grande impulso, principalmente no Paraná), Campanha do Petróleo é Nosso, etc. etc. Por outro lado, o PTB vive porque tem organizações paralelas: os Institutos e o Ministério do Trabalho ... E nós? Que temos, pelo menos para aproveitar a votação que tive, extra-PRP? Nada. E nada de nada. Não se trata, portanto, de ampliar e dispersar, como você pensa; mas de aproveitar uma massa, que me acompanha, que votara no PRP por minha causa, que não pode ser abandonada, mas utilizada.[170]

---

[168] Correspondência de Plínio Salgado a Olwaldo Sá, 17.2.1953 (APHRC-Pprp 17.02.53).

[169] De acordo com Gramsci: "*Ocorre na arte política o mesmo que ocorre na arte militar: a* ***guerra de movimento*** *torna-se cada vez mais* ***guerra de posição****; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando se prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas "parcial" o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra, etc*". GRAMSCI, op. cit., p. 24.

[170] Correspondência de Plínio Salgado a Herculano Ramos, 21.4.1957 (APHRC-Pprp 21.04.57/1).

Em editorial, *A Marcha* enumerava os sete principais "instrumentos do integralismo": o PRP, a Livraria Clássica Brasileira, a CCCJ, a UOCB, *A Marcha*, a Ação Nacional Brasileira e o Programa Radiofônico.[171] Esse conjunto de instrumentos constituídos entre 1952 e 1957 vincula-se diretamente com dois outros elementos: a candidatura presidencial de Plínio Salgado em 1955, resultado do descontentamento da militância e da ofensiva ideológica integralista; e a retomada da simbologia integralista , que teve seu ponto máximo no Conclave de Vitória, em 1957.

6.3 A candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República

6.3.1 O PRP contra a União Nacional

No final de 1953, ainda sob o governo Vargas, *A Marcha* expressava sua preocupação no sentido de que fosse mantida a legalidade vigente e fossem realizadas as eleições presidenciais. Segundo relatou, o ex-Chefe Provincial da AIB em São Paulo e industrial fornecedor de explosivos para as Forças Armadas, Machado Florence, promoveu um encontro reunindo lideranças civis e militares, visando garantir seu apoio à realização das eleições:

> Reuniram-se, pois, na Fazenda do Galo Branco, os srs. Marechal Dutra, generais Canrobert, Fiúza, Milton e vários outros, o sr. Lucas Garcez, governador de São Paulo, o deputado Noveli Junior e outros vultos políticos, além de jornalistas expressamente convidados para a consagração da Capela de São Benedito, que foi feita por Dom Rolim Loureiro, Bispo Auxiliar de São Paulo. As afirmações feitas pelo marechal Dutra, pelo General Canrobert e pelo sr. Lucas Garcez foram todas afirmativas dos intuitos de paz (o galo era branco) e de manutenção da ordem constitucional. "Paz civil" – disse várias e repetidas vezes aos jornalistas o Marechal Dutra. A conclusão do benzimento da capela de São Benedito na fazenda do Galo Branco é a de que haverá eleições. A Constituição será mantida. Quem tiver maioria de votos será empossado pelas Forças Armadas, amantes da paz civil. E foi pena que o Brigadeiro Eduardo Gomes não estivesse presente. Por ser "brigadeiro" ninguém o iria supor brigão nem carneiro preto no meio de tão inocentes cordeiros. Seja lá como for, o sr. Machado Florence fez cantar o Galo Branco anunciando a alvorada da sucessão presidencial, Aguardemos agora o nascer do sol, que será saudado em dia sem chuva, em horizontes límpidos de paz civil.[172]

---

[171] A nota da semana. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.11.1957, p. 4. Três semanas depois, o jornal reforçava: "*Hoje o integralismo continua em sua grandiosa obra pelo bem do Brasil. São vários os seus instrumentos: o Partido de Representação Popular, os Centros Culturais da Juventude, a União Operária e Camponesa do Brasil, a Livraria Clássica Brasileira, este jornal, e outros órgãos que por aí existem*". Mudar o regime. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.12.1957, p. 4.

[172] O canto do galo branco: Sucessão presidencial à proa. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.10.1953, p. 1.

Após o suicídio de Vargas, a UDN e seus aliados tentaram um golpe branco, apresentando uma emenda constitucional que estabelecia a necessidade de maioria absoluta para a eleição presidencial, o que foi decididamente repelido pelos integralistas:

> É do seguinte teor a emenda Baleeiro sobre maioria absoluta: "Será proclamado eleito para os cargos de presidente, vice-presidente, governador, vice-governador e prefeito, o candidato que houver obtido mais da metade dos votos válidos. Parágrafo – Se nenhum candidato houver obtido a maioria absoluta exigida por esse artigo, a Justiça Eleitoral comunicará o fato ao substituto legal, para que assuma o cargo na data marcada, e convocará novas eleições, que se realizarão dentro de 60 dias". Se essa emenda for aprovada, será proporcionado ao povo brasileiro o agradável divertimento de duas, três ou mais eleições sucessivamente. Haverá grande alegria das oficinas gráficas (cédulas, cartazes, folhetos, etc.); dos jornais (tabelas especiais para publicidade política); das estações de rádio (idem, idem); dos mordedores, facadistas, pedintes, etc, com novos sucessos de bilheteria, das companhias de aviação, das bombas de gasolina, e, finalmente, do eleitorado, que terá novos churrascos.[173]

Derrotada a emenda, e no contexto conservador do governo Café Filho, há um forte movimento, novamente capitaneado pela UDN, no sentido do estabelecimento de uma "união nacional" para o lançamento de uma "candidatura única". Este movimento opunha-se às prováveis candidaturas de Adhemar de Barros e, especialmente, de Juscelino Kubitschek, que consideravam que faria o país retornar à instabilidade política e social do governo varguista. Naquele momento, a opção pelo lançamento da candidatura de Salgado já havia sido tomada, e os integralistas mais uma vez atacavam os apelos de "união nacional":

> Ouvido por um matutino sobre o pedido que se tem feito ao sr. Juscelino Kubitschek para que retire a sua candidatura a fim de dar lugar a um acordo geral dos partidos objetivando um candidato único à Presidência da República, o sr. Adhemar de Barros respondeu: "Repelimos o candidato único na Rússia e não vamos agora aprová-lo". Quer dizer que os que se arrogam defensores da Democracia em nosso país, os que vivem falando em moralidade, os que se tem na conta dos últimos abencarragens do regime, são os primeiros a pretender em nosso país, nem mais nem menos do que um "partido único" (tipo nazista, fascista ou soviético), pois outra coisa não seria o conglomerado dos partidos em torno de um único nome. É de pasmar que esses homens que sustentam, de unhas e dentes, o dispositivo da Constituição que proíbe até mesmo a inscrição nos programas de partido, das proposições contrárias ao pluripartidarismo, sejam eles quem, na prática, querem burlar essa mesma Constituição... É muito hipócrita. É muito farisaísmo.[174]

O movimento pela "candidatura única", de acordo com Salgado, seria responsável pelo "*enfraquecimento da consciência da diferenciação partidária, o que pode determinar a morte dos partidos e, logicamente, a morte da Democracia, que não pode subsistir sem*

---

[173] A nova lei eleitoral. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.10.1954, p. 1.
[174] Adhemar de Barros acredita na democracia. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 21.12.1954, p. 1.

partidos",[175] pois "*é justamente este artifício, cujo termo expressivo é o 'cambalacho' e cuja concretização se chama 'barganha', o motivo do desencanto do eleitorado brasileiro pelos partidos*".[176] Para Salgado, o lançamento da candidatura Kubitschek pelo PSD era legítimo e deveria ser respeitado pelos demais partidos:

> Quando um partido, como no caso do PSD, lança o seu candidato, homens de outros partidos, em vez de se apresentarem candidatos ou candidato em contraposição ao do PSD, começam a falar em "salvação nacional", a imiscuir-se na vida íntima de um partido que não é o seu, a conclamar céus e terras para que se retire essa candidatura a fim de que surja outra que possa congregar todos os partidos em torno dela. Quer dizer, pretende-se, em última análise, um partido único. Mas isso não é democracia e muito menos democracia do tipo liberal.[177]

No final de março, já oficialmente lançado candidato à presidência, Salgado voltava a criticar os defensores da "união nacional" e a defender o direito de Kubitschek de se candidatar, assegurando que sua candidatura seria mantida:

> O que penso do movimento chamado de união nacional? (...) Entendo que só pode haver união de dois ou três partidos de afinidades ideológicas, no sentido da adoção de uma candidatura comum à Presidência da República, mas reputo uma violência exercida sobre os partidos pretender que todos se deitem neste leito de Procusto para se subordinar a medidas políticas em desacordo com o caráter de suas personalidades de agremiações claramente definidas quanto aos objetivos e ao estilo de seu comportamento. Em relação ao ilustre Governador de Minas, julgamo-lo no exercício de um direito político que deve ser respeitado. Não tenho a honra de o conhecer pessoalmente, mas considero-o como um político que mereceu o sufrágio do povo mineiro para a governança do Estado, num pleito em que o meu partido tomou a posição contrária, apoiando o seu adversário. Se o povo mineiro o escolheu é porque viu nele qualidades. Não é esse, porém, o terreno das nossas divergências. A minha candidatura que será levada até o fim com o maior ardor, representa uma doutrina, um critério de administração pública, e nisso é que vemos a nossa superioridade sobre os candidatos contrários. Porque o povo está cansado e desanimado e já não acredita nos métodos já gastos e superados, sem que dessem nenhum resultado.[178]

No discurso de lançamento de sua campanha, Salgado voltava a considerar a "união nacional" causadora da "*desmoralização dos partidos*", "*fazendo morrer, no seio das agremiações partidárias, aquele amor a suas bandeiras, o qual seria substituído pelos interesses pessoais e ambições de cargos*".[179]

---

[175] SALGADO, Plínio. Palavras a uma democracia suicida. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.1.1955, p. 3.
[176] Entrevista de Plínio Salgado, s./d.(abril 1955)– Original datilografado (APHRC-FPS 011.004.010).
[177] SALGADO, Plínio. Palavras a uma democracia suicida. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.1.1955, p. 3.
[178] A vibrante entrevista de Plínio Salgado à Última Hora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.4.1955, p. 1 e 6.
[179] SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 26-27.

Em meados de junho ainda permanecia a articulação dos setores mais conservadores em defesa da "candidatura única", naquele momento duramente criticada por *A Marcha* e considerada como uma farsa e uma ameaça à democracia:

> O ponto básico das "demarches" fixa-se na retirada de todos os nomes atualmente em foco como candidatos. Nesse sentido, sondagens e consultas vem sendo feitas. (...) Pretendem, assim, impor ao povo mais essa farsa, nomeando um Presidente da República, que não corresponderá aos anseios dos brasileiros. Se concretizado esse desejo dos golpistas teremos em breve tempo as botas de um militar a governar esse país discricionariamente. O povo brasileiro não suportará este esbulho e saberá reagir a essa nova forma de subversão.[180]

Os integralistas tinham diversos motivos para temer a quebra da legalidade vigente, não apenas pela lembrança do período de clandestinidade, mas também porque valorizava as trincheiras que meticulosamente construíra em dez anos de intervenção legal e, em termos mais imediatos, apostavam na candidatura presidencial de Salgado. Além disso, Salgado mantinha os entendimentos secretos com Juscelino Kubitschek.

6.3.2 Entendimentos com Juscelino Kubitschek

Durante toda a campanha eleitoral, os defensores da candidatura Juarez Távora denunciaram um suposto acordo entre Salgado e Kubitschek, visando prejudicá-la. Tais denúncias eram veementemente repudiadas, mas ganharam força com o resultado da eleição que revelou que os votos conservadores dados a Salgado foram decisivos para a derrota de Távora. Na documentação integralista não encontramos nenhuma prova de que tal acordo tenha ocorrido, embora alguns indícios reforcem a hipótese, dentre os quais a posterior participação do PRP no governo Kubitschek. Em entrevista concedida quase duas décadas depois, Kubitschek admitiu explicitamente as conversações: **"***Como meus opositores martelavam muito na tecla do candidato único,* ***fiz um apelo a Plínio Salgado para apresentar e manter sua candidatura, convencendo-o de que sua candidatura fortaleceria a posição democrática no Brasil.*** *Não se poderia mais impor a tese da candidatura única – agora já seriam dois candidatos*".[181] Além de contrariar a versão sustentada pelo PRP, esta declaração também desmente a afirmação de Salgado, no final de março de 1955, de que não conhecia pessoalmente Kubitschek. Ainda em dezembro de

---

[180] Pretendem os golpistas a retirada de todas as candidaturas para surgir um ditador: envolvidos na trama os srs. Etelvino Lins, os dutristas e os dorminhocos da "eterna vigilância". *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.6.1955, p. 1 e 4.

[181] Entrevista Particular com o Ex-Presidente Juscelino Kubitschek. In: BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 293. Grifo meu.

1954, quando o PSD comunicou oficialmente da escolha do nome de Kubitschek como candidato a presidência e dirigiu ao PRP "*um convite para um pronunciamento a respeito, solicitando também da Presidência dia, hora e local para um breve entendimento*", o Diretório Nacional do PRP "*autorizou o sr. Presidente a entrar em entendimento e responder à consulta logo que julgar conveniente*".[182] Estranhamente, não há nenhum registro posterior nas atas do Diretório Nacional acerca deste encontro, que possivelmente ocorreu secretamente. Publicamente, os candidatos encontraram-se durante a campanha eleitoral, com uma troca de elogios na qual Kubitschek afirmou : "*Eu sempre admirei muito Plínio Salgado, uma das figuras mais marcantes da nossa democracia*".[183] Uma carta recebida por Salgado depois da eleição reproduzia, entre outras denúncias, um suposto suborno pago por Kubitschek para que ele mantivesse sua candidatura:

> Quem tem razão é o Joel Silveira, que disse: "Plínio é um homem que traz escrito na testa ALUGA-SE". Em 1932 alugou-se ao Fascismo; em 1937 alugou-se a Getúlio Vargas e agora em 1955 alugou-se primeiro à Embaixada americana, que receosa da vitória de Juarez Távora, que representava uma barreira às pretensões dos americanos no Brasil, ela achou um meio de financiá-lo mandando imprimir na "Livraria Clássica Brasileira" sito à rua 1º de março 147 2º andar, de sua propriedade, vários livros pagando-lhe um preço dez vezes superior pelo serviço executado, sendo que foi com esses recursos que você pode financiar no início a sua campanha contra Juarez Távora. Mais tarde, quando o dinheiro acabou, você se alugou por 10 milhões de cruzeiros ao Juscelino, que viu em sua candidatura o único meio de derrotar Juarez Távora. Eis o seu retrato fiel: ALUGA-SE.[184]

Não existem elementos que permitam confirmar a veracidade destas denúncias, veementemente repelidas pelos integralistas. O que objetivamente pode-se afirmar é que a candidatura de Salgado efetivamente beneficiou Kubitschek, em pelo menos dois aspectos: a desmoralização da tese da "candidatura única" e a divisão do eleitorado conservador, retirando de Távora um contingente de votos que lhe daria a vitória.

6.3.3 Ensaio geral: a disputa da prefeitura de São Paulo

Dando mais um passo na afirmação da "independência partidária", no início de 1955 o PRP lançou a candidatura do deputado federal Loureiro Júnior à prefeitura de São Paulo, em eleições que se realizariam em maio daquele ano. A despeito da fraca inserção

---

[182] Ata do Diretório Nacional, 3.12.1954 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-Pprp 021.001.004).
[183] Juscelino e Plínio se abraçam. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21.9.1955, p. 1.
[184] Correspondência de Florival Rosa a Plínio Salgado, 14.10.1955 (APHRC-Pprp 14.10.55/16). Cópia desta carta teria sido enviada a Carlos Lacerda, para publicação na *Tribuna da Imprensa*.

do PRP na cidade de São Paulo, o partido fez um grande investimento político naquela candidatura, chegando, inclusive, a afirmar que seria vitoriosa:

> O Diretório Regional do PRP, seção de São Paulo, resolveu lançar a candidatura do deputado federal Loureiro Junior à Prefeitura da Capital do Estado bandeirante. Havendo já oito candidatos àquele cargo, **conta-se como certa a eleição de Loureiro Junior na legenda do PRP**. E isso por vários motivos. Basta dizer que nas últimas eleições, em que o rateio do comparecimento foi para 910 candidatos a deputado estadual, o PRP levou 35 mil votos na capital. Agora, sendo o rateio para nove candidatos, é fácil o PRP levar mais de cem mil votos. E sendo o comparecimento de seiscentos e cinqüenta mil eleitores, basta dividir por nove e veremos que o candidato vencedor basta que tenha cem mil votos.[185]

O jornal sustentava que as possibilidades de vitória cresciam com a multiplicação de comitês populares.[186] Em meados de abril, já teriam sido promovidos "*mais de cento e cinqüenta comícios realizados comitês populares pró-Loureiro*".[187] No entanto, para surpresa dos leitores que acompanhavam as projeções de *A Marcha*, Loureiro recebeu uma votação inexpressiva[188] e foi eleito Lino de Matos (PSP), considerado um candidato "comunista" pelos integralistas.[189] O jornal não deu nenhuma explicação para a gigantesca distância entre suas projeções e o resultado alcançado. Mesmo que a derrota na capital paulista tenha decepcionado os integralistas, não chegou a afetar o entusiasmo dos integralistas com o lançamento da candidatura presidencial de Salgado.

6.3.4 O lançamento da candidatura de Salgado

A definição de Salgado pelo lançamento de sua candidatura ocorreu bem antes da Convenção que a aprovou, em março de 1955. Sua decisão estava tomada desde, no mínimo, meados de 1954, mas é possível que a opção tivesse sido feita ainda bem antes. Já em 1950, Salgado recebera telegramas propondo sua candidatura,[190] embora naquele momento tenha descartado esta possibilidade. Em 1956, Salgado afirmou que pretendia

---

[185] Loureiro Junior, candidato a prefeito da capital paulista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.2.1955, p. 1.
[186] Prefeitura da capital paulista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.3.1955, p. 1 e 2.
[187] Loureiro Junior e a Prefeitura da capital paulista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.4.1955, p. 1.
[188] Em nenhum momento *A Marcha* informou a votação recebida por Loureiro. Pode-se afirmar apenas que ele não ficou entre os candidatos mais votados.
[189] *A Marcha* avaliava a eleição de Lino de Matos como uma grande vitória comunista: "*São Paulo, o maior centro industrial da América do Sul, a cidade dos arranha-céus, caiu ontem em poder dos comunistas, como caiu Dien-Bem-Phu, na Indochina, como caíram os últimos redutos da resistência antibolchevista no Vietnan. Com uma diferença: na Indochina, houve derramamento de sangue, houve mortes heróicas, ao passo que na capital bandeirante, realizou-se um assalto branco, por meio de uma eleição*". São Paulo entregue aos comunistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.5.1955, p. 6.
[190] Em maio de 1950, por exemplo, recebeu do Diretório Municipal de Garanhuns a seguinte mensagem: "*Populistas Garanhuns apóiam entusiasticamente sugestão convencionais Varginha apresentação candidatura nosso presidente Plínio Salgado sucessão presidencial pelo bem do Brasil*". Telegrama de José Sales a Plínio Salgado, 12.5.1950 (APHRC-Pprp 12.05.50/1).

candidatar-se desde que retornou ao país: "*O meu propósito de apresentar-me candidato antecedia mesmo as manifestações de apoio que principiei a receber desde os fins de 1952. Essa minha firme convicção procedia desde que pus os pés em terra brasileira no meu regresso do Exílio, em 1946, embora só mais tarde eu a revelasse. Era uma conseqüência lógica da campanha presidencial de 1937*".[191] Mesmo assim, a primeira manifestação pública indicando seu lançamento ocorreu em julho de 1953, durante uma concentração de Diretórios Municipais: "*Em junho de 1953, na concentração de Diretórios Municipais do PRP no Vale da Paraíba (Estado de São Paulo) o pensamento de uma candidatura própria com a indicação do meu nome, surgiu, espontaneamente, dos homens do interior, como reflexo de desejos populares*".[192] Visando aumentar suas possibilidades eleitorais, Salgado teria feito conferências em "*mais de duas centenas de cidades do Brasil, entre 1952 e 1955*", recebendo um número crescente de telegramas de apoio, "*elevando-se a milhares em princípios de 1954*".[193] No entanto, na documentação pessoal de Salgado, encontramos alguns poucos telegramas e algumas dezenas de abaixo assinados, desmentindo os números apresentados.[194] Em julho de 1954, ao retirar sua candidatura a deputado federal, que seria lançada possivelmente pelo estado de Minas Gerais,[195] Salgado comunicava oficialmente que pretendia lançar sua candidatura:

> Em 25 de dezembro deste ano, daqui a 5 meses precisamente, deverei lançar a campanha presidencial, em que o PRP irá com chapa própria. Essa resolução é inabalável, porque chegamos a um ponto tal que temos de dar uma satisfação definitiva à Nação. Temos um compromisso de honra com os que morreram por nossa idéia e com milhares de brasileiros que acreditam em nós e esperam algo de nós no atual momento. O PRP, como partido, tem crescido muito lentamente, principiando com 90.000 votos em 1945, atingindo 146 mil em 1947 e 252 mil em 1950. As desculpas dadas por muitos antigos integralistas e por muitos brasileiros que simpatizam com as idéias integralistas é a de que o PRP é um partido igual aos outros, podendo portanto todos os que vêem no integralismo a salvação nacional, operarem em qualquer partido, até ao dia em que um grande motivo chame todos a se unirem. Temos, pois, o dever de dar essa oportunidade a

---

[191] SALGADO, Plínio. Origem da candidatura Plínio Salgado. In: *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 14.
[192] Idem, ibidem, p. 7.
[193] Idem, ibidem, p. 9. De acordo com *A Marcha*, "*entre 1953 e fins de 1954, Plínio Salgado falou em 185 cidades brasileiras*", em palestras em diversos tipos de entidades, como paraninfo de turmas universitárias, de ensino técnico e normal, sociedades de agricultores, universidades, concentrações marianas, academias de letras, sindicatos, faculdades de direito, grupos religiosos, associações femininas, centros operários, prefeituras e câmaras municipais. A popularidade de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.12.1954, p. 1.
[194] Abaixo-assinados (APHRC-FPS 028.006; 028.007; e 028.008).
[195] Foram feitas diversas estimativas e projeções sobre as possibilidades eleitorais do partido em 1954, com Plínio Salgado como candidato a deputado federal, em chapa própria e em coligações no estado de Minas Gerais, mas todas apontavam possibilidades de que o contingente de votos ficasse abaixo do que seria aceitável para o "Chefe Nacional". Comportamento Eleitoral, 8.6.1954 (APHRC-FPS 017.001.001).

> todos os brasileiros e tal oportunidade é a apresentação da nossa candidatura à Presidência da República. E isso deve ser feito já, antes que surjam outras candidaturas.[196]

Em outubro, a decisão foi comunicada aos presidentes dos diretórios regionais e logo, através de *A Marcha*, a toda a militância integralista:

> Nos dias 21 e 22 do corrente, realizou-se nesta Capital uma reunião de presidentes de Diretórios Regionais do Partido de Representação Popular, a fim de: 1º) exporem ao Presidente Nacional a situação da agremiação em cada Estado, após as eleições de 3 de outubro; 2º) sugerirem ao Diretório Nacional as medidas mais urgentes no sentido da reestruturação do Partido e; 3º) manifestarem a sua opinião sobre o problema da sucessão presidencial da República. De modo geral, os Presidentes Regionais revelaram o desejo da coletividade partidária no sentido de que o PRP tenha candidato próprio. (...) A Convenção Nacional do PRP, que deverá reunir-se em fevereiro, lançará a sua proclamação ao povo brasileiro.[197]

A partir de então, diversas convenções regionais ratificaram seu apoio à candidatura, a começar pelas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, a qual decidiu que também "*nas próximas eleições municipais, abster-se de quaisquer coligações locais com outros partidos, disputando sozinhos os cargos de prefeito e vereador*".[198] A ênfase na "independência partidária" levava a uma espécie de autocrítica em relação à política de alianças até então adotada. Para Loureiro Júnior:

> A verdade é que possuímos uma ideologia, um pensamento doutrinário, límpido, substancial, exato, e que atende perfeitamente às aspirações do povo brasileiro. Entretanto, em nossa atividade prática, chegamos quase a contradizer nossa doutrina, levados pelos interesses eleitorais de caráter regional e particular. Nosso partido despersonaliza-se, toma em cada Estado as mais diferentes colorações políticas, ameaçando dessa forma a unidade em sua ação em plano nacional. O PRP no momento, é udenista em Minas, no Estado do Rio, em Santa Catarina; é pessedista em São Paulo, Bahia, Pernambuco, e assim por diante. Ora, isso é um absurdo. O PRP só pode e deverá ser PRP e para tal vamos pleitear que a Convenção Nacional trace uma linha de autonomia partidária, determinando que o nosso partido tenha candidatos próprios aos cargos eletivos.[199]

Um dos objetivos pronunciados do lançamento da candidatura de Salgado era atrair os integralistas afastados do PRP. De acordo ele, na Convenção do PRP do Distrito Federal, "*assistimos o retorno de centenas de adeptos do Sigma, até há pouco sem nenhum*

---

[196] Comunicado de Plínio Salgado ao Diretório Nacional, s./d. (junho 1954) (APHRC-FPS 019.004.001). O mesmo trecho é reproduzido em SALGADO, *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 15.
[197] O PRP e a sucessão presidencial. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.10.1954, p. 1.
[198] Indicado Plínio Salgado pela convenção paulista do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.11.1954, p. 3. Desta decisão originou-se a candidatura de Loureiro Junior a prefeitura de São Paulo.
[199] Desfraldar bandeira e marchar: imperativo nacional a candidatura Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.11.1954, p. 1.

contato com o PRP".[200] Naquele momento, no entanto, a opção pela candidatura própria à presidência não era consensual no interior do partido, e a firme decisão de Salgado de levá-la adiante precipitaria a formação de uma dissidência. A divergência explicitou-se em uma reunião do Diretório Nacional, em 22 de novembro, de acordo com Salgado, logo após a comunicação do apoio das convenções regionais e do recebimento de abaixo-assinados:

> Opôs-se imediatamente ao desejo expresso do partido o deputado federal Raymundo Padilha, que se bateu apaixonadamente contra o alvitre, tomando por base o número de Diretórios Municipais do PRP no país e os sufrágios alcançados nas eleições anteriores. Alegava que o sr. Plínio Salgado iria ter menos votos que o partido, uma vez que nas eleições precedentes, que eram para deputados, os candidatos traziam grande contingente de votos pessoais. E calculando a votação a ser por mim obtida em cem ou duzentos mil votos, dizia que o Partido não deveria expor o seu Presidente a tamanho fracasso, que representaria a morte política de Plínio Salgado. Impressionado pela argumentação de Raymundo Padilha, o deputado federal Loureiro Junior propôs que se adiasse o exame do assunto para mais tarde, no que foi apoiado pelos deputados federais Wolfram Metzler e Padre Ponciano dos Santos. Apresentei um substitutivo: ficaria consignado o prazo de dois meses durante o qual os Diretórios Regionais intensificariam a fundação de novos Diretórios Municipais, e no dia 22 de janeiro reunir-se-iam no Rio os Presidentes Regionais, apresentando o resultado de seus trabalhos e decidindo o Diretório Nacional a respeito de tão importante assunto. A minha proposta foi aceita pelo Diretório Nacional.[201]

Durante este período, Padilha iniciou campanha aberta contra a candidatura própria, declarando, "*em entrevistas à imprensa, o seu desacordo*".[202] Assim, a divergência tornou-se pública. Conforme o jornal *A Hora*, "*alguns meios perrepistas pretendem alijar Plínio Salgado da direção nacional, colocando em seu lugar Raymundo Padilha. (...). A luta interna ameaça solapar a frágil unidade interna do PRP, já que o grêmio dirige-se em duas alas, uma pró-Plínio e outra pró-Padilha*".[203] Salgado negava a existência de uma crise no PRP, mesmo não conseguindo ocultá-la:

> Não há crise no PRP. Pelo contrário: nunca houve maior coesão e disciplina dentro do Partido do que agora. O que há, apenas, é a retomada pelo Diretório Nacional, da antiga linha política de independência do Partido, o que provavelmente desgostou algum elemento comprometido com alianças a programas de outros partidos. Como a lei eleitoral permite, nós demos, até aqui, liberdade aos nossos diretórios municipais e estaduais para fazerem alianças ou coligações com outros partidos, de acordo com os interesses regionais de cada diretório. Isto, entretanto, vem acarretando sérios inconvenientes à nossa linha de conduta partidária porque os outros partidos não seguem uma orientação multiforme em todo o país, e a continuarmos com tais alianças, no fim nada mais seremos do que uma colcha de retalhos e não poderemos cumprir a nossa

---

[200] Recenseamento moral a candidatura Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.12.1954, p. 1 e 9.
[201] SALGADO, Plínio. Origem da candidatura Plínio Salgado. In: *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 13.
[202] Idem, ibidem, p. 16.
[203] A crise nas hostes integralistas. *A hora*, Porto Alegre, 15.2.1955 (CDAIBPRP - Recortes).

> missão política. Resolveu o Diretório Nacional proibir, doravante, tais coligações para pugnarmos sempre por candidatos próprios. Determinou ainda mais o Diretório Nacional que os deputados eleitos pelo partido, quer em chapa própria, quer em coligação, ou ainda por inclusão nas chapas dos demais partidos, formassem na Câmara a bancada do PRP, elegendo seu líder: e que somente tais deputados seriam considerados representantes do Partido e poderiam falar em nome do PRP. Isto, evidentemente, não agradou a alguns elementos desejosos de conservar "duas amarras". Isto é, conservar-se na bancada de outro partido e falar em nome e como representante do PRP. E mais ainda: na ânsia de conseguirem vantagens imediatas, para suas aspirações políticas, pretenderem que o PRP passe a adotar pura e simplesmente as fórmulas e decisões desses outros Partidos, dos quais se fizeram caudatários. Este, por exemplo, é o caso do deputado Raymundo Padilha: eleito como nosso representante na chapa da UDN, nega-se a formar na bancada do PRP e procura fazer crer que o partido está cindido, querendo levá-lo a apoiar o Club da Lanterna, do qual se faz arauto.[204]

Na Convenção Nacional, realizada entre 19 e 21 de março de 1955, não houve apoio unânime, sendo a candidatura própria combatida por dois diretórios regionais:

> Compareceram à Convenção Nacional do PRP os delegados de todos os Diretórios Regionais, excetuando Pernambuco que, alegando dificuldades financeiras para mandar uma delegação ao Rio, serviu-se de um portador de confiança para expor sua opinião, não tendo, todavia, investido esse portador de poderes para votar. O parecer do Diretório Regional de Pernambuco divergia das manifestações dos diretórios municipais daquele estado, pois enquanto estes reclamavam uma candidatura própria, aquele se manifestava contrário. (...) No plenário, a sessão que decidiu por votos a atitude do partido foi agitadíssima. A agitação foi provocada pela posição assumida pelo Chefe da Delegação do Estado do Rio [Padilha], que divergindo de todas as demais delegações, manifestou-se contrário à candidatura própria, levando para isso uma longa exposição escrita.[205]

Ainda assim, a Convenção oficializou a candidatura, dando início à campanha eleitoral propriamente dita, com uma "Mensagem ao Povo Brasileiro", discurso pronunciado por Salgado no encerramento da Convenção e irradiado para todo o país. A dissidência se confirmou, com o afastamento de Raymundo Padilha do PRP, embora não tenha sido seguido por grande número de militantes.

6.3.5 A campanha eleitoral

Em janeiro de 1955, ainda antes do lançamento oficial da candidatura de Salgado, os integralistas buscavam formar uma rede de "comitês populares" para impulsioná-la, de acordo com um planejamento nacional e uma estrutura hierárquica. Assim, foram formados comitês estaduais, municipais e de base. Todos os comitês deveriam se formar a partir de uma lista de contribuição financeira, transformando-se em comitê de ação

---

[204] Contra a farsa de alianças e coligações pró-candidato único. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.2.1955, p. 1 e 11.

[205] SALGADO, Plínio. Origem da candidatura Plínio Salgado. In: *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 18.

eleitoral e propaganda quando obtivessem um mínimo de dez contribuições de CR$ 10,00 (R$ 3,30), encaminhassem-na ao Comitê Nacional e informassem Plínio Salgado.[206] A 15 de abril, poucos dias após a oficialização de sua candidatura, realizou-se uma primeira "*cerimônia de entrega das contribuições dos Comitês Populares*" da Guanabara, o que era considerado pelos integralistas "*pela sua alta significação, pelo seu ineditismo nos corrompidos costumes políticos presentes, um espetáculo que atingiu em cheio a sensibilidade idealista de todos quantos tiveram a ventura de assisti-lo*".[207] Na cerimônia, "*representantes de cerca de oitenta comitês, chamados sucessivamente, entregaram ao sr. Plínio Salgado mais de trinta e nove mil cruzeiros*". Já naquele momento buscava-se caracterizar a campanha de Salgado como "popular". Segundo Luis Compagnoni, os comitês eram "*formados, em sua quase totalidade, por elementos proletários, operários, comerciários, bancários, funcionários públicos, cidadãos que nunca militaram no PRP ou na extinta Ação Integralista Brasileira*".[208]

Toda a campanha ficava subordinada a um Comitê Popular Nacional Pró-Candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República,[209] estruturado em cinco comitês: Finanças, Propaganda, Ação Eleitoral, Estudos e Programas, e Relações Sociais e Políticas. Estes comitês deveriam "*coordenar e orientar os comitês populares já existentes e cooperar na criação e organização dos outros*".[210] O Comitê Nacional de Propaganda, em sua primeira diretriz, determinava que "*qualquer nova idéia de propaganda, antes de ser lançada, seja submetida e aprovada pelo CNP*" para que houvesse total uniformidade na propaganda da candidatura.[211] Determinava, ainda, que "*toda propaganda deverá ser orientada sobre o tema 'Plínio Salgado – Candidato do Povo', isto porque sua candidatura, nascida dos anseios do povo, ultrapassou os limites partidários, tornando-se popular*",[212] estabelecendo dois elementos que marcariam toda campanha de Salgado: seu

---

[206] Como se organizam os "Comitê Popular Pró-Candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República", 22.1.1955 (CDAIBPRP – Correspondência do Diretório Nacional). A resolução instituía, ainda "*em todos os Estados, 5 primeiros prêmios, 10 segundos prêmios, 20 terceiros prêmios e 50 menções honrosas, a serem conferidas aos comitês de Base que mais se distinguirem pelo volume de arrecadação e pelo número de adesões manifestadas em pequenas quantias*".
[207] COMPAGNONI, Luis. Os comitês-populares: um espetáculo comovente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.4.1955, p. 3.
[208] Idem, ibidem.
[209] Como são organizados os Comitês Populares Pró-Candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, 23.4.1955 (APHRC-Pprp 018.010.006).
[210] Aos comitês populares pró-candidatura Plínio Salgado à Presidência da República. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.5.1955, p. 12.
[211] Diretiva nº 1 do Comitê Nacional de Propaganda (APHRC-FPS 018.009.009).
[212] Idem, ibidem.

pretenso caráter popular, e sua abrangência além do PRP. A caracterização popular da candidatura era buscada através de diversos instrumentos. Um panfleto trazia um "*Apelo dos que vivem da enxada aos irmãos operários das capitais e do interior brasileiro*", afirmando que "*precisamos eleger um presidente que saiba que ganhamos a irrisória quantia de CR$ 30,00 a CR$ 50,00 por dia e que em muitos lares existem muitas boquinhas a pedir comida*", propondo eleger "*um brasileiro Patriota, Honesto, Cristão, Culto, um homem que já sofreu na sua própria carne fome, frio, dor e humilhação!; um homem que já foi operário* [sic]*, que depois de eleito olhe para baixo, olhe para o operário, olhe pela pobreza, um homem que nasceu pobre e pobre cresceu. Esse homem, operários sofredores, esse homem existe e chama-se Plínio Salgado*".[213] Salgado utilizou-se da entrega de sua declaração de bens para reforçar sua caracterização popular, em contraposição aos bens muito superiores de seus adversários. Mesmo assim, tomava cuidado para não caracterizar a condição social como determinante, mantendo o discurso da conciliação de classes: "*Não faço alarde da pobreza. A pobreza em si não é virtude, porque existem homens pobres nos quais não se pode confiar, como existem ricos honestos que juntaram o que tem pelo trabalho aliado ao bom senso*".[214] No nordeste, o partido utilizou-se do cordel para divulgar a candidatura, reproduzindo os cordéis "Desperta Brasil: este é o homem", de Zé Caboclo Brasileiro[215] e "Porque o Povo quer Plínio Salgado", de Cuíca de Santo Amaro, um dos mais importantes cordelistas da Bahia.[216] De acordo com relatório do Comitê paranaense, "*a penetração nos bairros da capital, junto às massas operárias se operou por várias formas simultâneas: desde os comícios, as visitas às fábricas, até o trabalho individual*".[217] A principal estratégia foi a formação de comitês populares. Para Compagnoni, teriam sido formados "*dezenas de milhares de comitês populares, com centenas de milhares de brasileiros empunhando listas de contribuições*

---

[213] Apelo dos que vivem da enxada aos irmãos operários das capitais e interior brasileiro. Panfleto (APHRC-FPS 067.001.005).
[214] Plínio abre o livro de sua vida. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.6.1955, p. 1 e 4;
[215] Zé Caboclo Brasileiro. Desperta Brasil: este é o homem (APHRC-FPS 067.001.002). O autor caracterizava Salgado como ilustre cidadão, homem lutador, vítima de perseguição, homem sonhador, homem simples e vulto ilustrado.
[216] Cuíca de Santo Amaro. Porque o povo quer Plínio Salgado (APHRC-Pprp 067.001.001). Curiosamente, Cuíca de Santo Amaro era varguista, tendo chegado a ser candidato a vereador em Salvador pelo PTB, e havia escrito um cordel denominado "Plínio Salgado e o galinheiro", ridicularizando os integralistas. CUÍCA de Santo Amaro. *Controvérsia no cordel*. São Paulo, Hedra, 2000, p. 25-26. Ainda assim, de acordo com anotação à margem do Cordel, seu apoio a Salgado em 1955 teria sido espontâneo.
[217] Relatório das Atividades do Comitê Estadual do Paraná da candidatura de Plínio Salgado, 27.11.1955 (APHRC-FPS 089.013.001).

para a nossa candidatura".[218] Exagero à parte, um grande número de comitês foi formado. Na documentação de Plínio Salgado consta uma lista de 125 comitês apenas na cidade de São Paulo.[219] Segundo *A Marcha*, em abril uma reunião teria reunido "*os dirigentes dos 298 comitês populares*" da capital paulista.[220] No norte e nordeste teriam sido fundados "*mais de trezentos*" comitês: "*De Aracajú a Belém, vimos movimentarem-se centenas de homens – dos mais diversos partidos, não só do Partido de Representação Popular – que tomaram posição com muito ânimo e entusiasmo, pela candidatura de Plínio Salgado. Esses trezentos, note-se, são Comitês de Base. Além deles, fundamos também os comitês estaduais nas capitais*".[221] De acordo com *A Marcha*, os comícios de encerramento da campanha se constituíram em grandes atos populares,[222] reunindo 90.000 pessoas em Belo Horizonte[223] e 80.000 em Curitiba,[224] onde Salgado teria sido recepcionado no aeroporto por "*cerca de 500 automóveis, caminhões e ônibus, e mais de 5.000 pessoas*".[225] O caráter popular da campanha se traduziria também na campanha popular de arrecadação financeira:

> De todo o Brasil chegam recursos para Plínio. São milhares de cheques, de vales postais, de ordens bancárias. Nos comícios, Plínio pede dinheiro e o povo dá. O comício de Curitiba rendeu sessenta mil cruzeiros; o de Belo Horizonte setenta mil; o de Campinas oitenta mil. Em 15 minutos, em Recife, recolheram 35.000 cruzeiros para Plínio. Os outros candidatos perguntam quanto custou tal comício. Plínio pergunta quanto rendeu. (...) Calculo em 10.000.000 o número de cartazes de Plínio distribuídos e colados em todo o país. Todos estes cartazes foram adquiridos e colocados pelos seguidores de Plínio. Não gastamos um cruzeiro para colar nossos cartazes. Acredito que até o presente momento,

---

[218] Mais de 1 milhão de brasileiros contribuíram para a campanha. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.9.1955, p. 1 e 4.
[219] Comitês Plínio Salgado em São Paulo (APHRC-FPS 018.001.001).
[220] Reunião de Presidentes de Comitês Populares na capital paulista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.5.1955, p. 4.
[221] Mais de trezentos comitês populares fundados no Norte e Nordeste. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.4.1955, p. 12.
[222] Também para a realização dos comícios havia grande preocupação em manter a homogeneidade na linha de campanha. Uma diretriz indicava minuciosamente como deveriam se portar os oradores, estabelecendo inclusive que "*a parte doutrinária e programática deve ser exposta pelo próprio candidato*", e que portanto "*compete aos oradores que precedem Plínio Salgado falar da pessoa do candidato, da sua vida e da sua obra*". Caso Salgado não estivesse presente, o orador principal deveria seguir um roteiro pré-definido, com indicações específicas sobre como criticar os demais candidatos e como abordar temas como o comunismo, além de dever tratar Salgado sempre como "Candidato do Povo". Comitê Nacional de Propaganda: Instruções para oradores (APHRC-FPS 018.010.005).
[223] 90 mil pessoas em Belo Horizonte. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1955, p. 1 e 2.
[224] Foi o maior comício que o povo de Curitiba já presenciou até agora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.9.1955, p. 1 e 5.
[225] Relatório das Atividades do Comitê Estadual do Paraná da candidatura de Plínio Salgado, 27.11.1955 (APHRC-FPS 089.013.001).

> mais de 1.000.000 de brasileiros já tenha contribuído com dinheiro para a campanha de Plínio.[226]

Os simpatizantes da candidatura eram chamados ainda a financiar o programa radiofônico da campanha, pois "*Plínio Salgado é o candidato pobre*",[227] contribuições que teriam permitido que o programa passasse a ser veiculado duas vezes por semana a partir de junho,[228] e três vezes a partir de agosto, com retransmissão de vinte emissoras.[229]

Também a caracterização como candidato que transcendia as fronteiras partidárias era permanentemente reforçada. Para isto, indicava-se que "*a presidência dos Comitês deverá ser exercida, de preferência e sempre que houver conveniência para a candidatura Plínio Salgado, por pessoas de prestígio local e estranhas ao quadro partidário*".[230] Em entrevista, Salgado afirmou que "*o próprio PRP não fez mais do que homologar uma candidatura que, de dois anos a esta parte, vinha sendo reclamada por abaixo-assinados oriundos de todos os pontos do país*", acrescentando o "*caráter popular e não partidário que a minha candidatura assumiu, desde as suas origens e que se acentua, cada vez mais, no curso da campanha*".[231] Salgado colocava-se claramente acima do PRP. Um panfleto afirmava que "*pela primeira vez, há um candidato que nenhum compromisso tem com partidos políticos*".[232] No Paraná, "*o PRP foi inteiramente substituído pelo nome do Chefe. Constata esse fato a disparidade entre a votação do nosso candidato à presidência e a alcançada pela legenda partidária. Com pouco mais de 3.500 votos, o PRP deixou de fazer um vereador por falta de 33 votos*".[233] Para o Diretório Regional do Paraná, a vitória de Salgado em Curitiba seria resultado da "*neutralidade absoluta como forma de conduta política em face das candidaturas ao governo do Estado e às prefeituras municipais do*

---

[226] Mais de 1 milhão de brasileiros contribuíram para a campanha. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 23.9.1955, p. 1 e 4.
[227] É preciso que os brasileiros ouçam a palavra de Plínio Salgado. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 6.5.1955, p. 7.
[228] Plínio Salgado duas vezes por semana na Rádio Globo. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 1º.6.1955, p. 3.
[229] Batalha final pela Rádio Globo. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 26.8.1955, p. 12. Evidentemente não eram divulgadas as contribuições mais volumosas recebidas, como é "*o caso do industrial Sr. Arlindo Araújo, proprietário dos Laboratórios Antisardina, que além dos anúncios feitos em A Marcha, custeou programas de Rádio, imprimiu um milhão de prospectos e fez intensa campanha pessoal junto as pessoas de sua reputação*". Relatório das Atividades do Comitê Estadual do Paraná da candidatura de Plínio Salgado, 27.11.1955 (APHRC-FPS 089.013.001).
[230] Diretiva nº 2 do Comitê Nacional de Propaganda (APHRC-FPS 018.009.009).
[231] Entrevista concedida por Plínio Salgado – Original datilografado, sem data [abril 1955] (APHRC-FPS 011.004.010).
[232] Porque? Panfleto (APHRC-FPS 018.010.011).
[233] Relatório das Atividades do Comitê Estadual do Paraná da candidatura de Plínio Salgado, 27.11.1955 (APHRC-FPS 089.013.001). Salgado alcançou 29.682 votos em Curitiba, mais de oito vezes a votação obtida pela legenda partidária.

interior", e ao "*aproveitamento inteligente desta neutralidade*".[234] Em uma carta, o próprio Salgado colocava-se como totalmente independente do PRP

> Impus ao partido cuja legenda, por exigência legal, foi a adotada, o seguinte: 1º) não terei nenhum compromisso com esse mesmo partido, a não ser os de ordem doutrinária; 2º) não desejo apoio de nenhum outro partido, embora esteja disposto a receber a adesão de todo e qualquer brasileiro pertencente a qualquer partido, pois quero que essa candidatura seja do povo; 3º) idem, quanto a governadores de Estado; 4º) idem, quanto a grupos econômicos, só aceitando contribuições financeiras do próprio povo ou de pessoas isoladamente em parcelas pequenas.[235]

É evidente a contradição entre esta caracterização e as críticas feitas pelo próprio Salgado, meses antes, em relação às propostas de "candidatura única" e o desprestigiamento dos partidos políticos que as mesmas ocasionariam. Argumentava que cada partido político deveria apresentar seu candidato, mas, indicado pelo PRP, não se assumia como expressão daquele partido, mas como "candidato do povo". Salgado buscou ainda o apoio de membros de outros partidos e das "classes produtoras", os quais eram divulgados como evidência da amplitude de sua candidatura. *A Marcha*, chegou a apresentá-lo como "verdadeiro candidato da União Nacional":

> Quando vemos centenas e centenas de chefes políticos do PSD, da UDN, do PTB, do PR e de outros partidos comparecerem à presença de Plínio Salgado para dizer-lhe que o acompanharão na disputa da suprema magistratura da Nação; que permanecerão fiéis aos respectivos partidos no tocante à sucessão estadual, mas que votarão nele para Presidente da República, por ser ele o melhor candidato, por ser esta atitude um imperativo da própria consciência – então sim verificamos o mais surpreendente fenômeno desta quadra da vida política nacional: Plínio Salgado transformado naturalmente, por força de lógicas deduções cívicas, no legítimo candidato de União Nacional.[236]

Segundo o jornal, os comitês populares eram constituídos não apenas pelos integralistas, mas também por "*elementos da UDN, do PTB, do PR e vários outros partidos que, no âmbito nacional, agindo com aquele velho bom senso da gente brasileira, resolveram não mais obedecer à orientação nacional daquelas correntes que confabularam demais, que conspiraram demais, que conversaram demais, para impor candidatos sem consultar o povo*".[237] Assim um ato que em outra situação seria classificado como uma imperdoável indisciplina, era qualificado como ato de "bom senso". *A Marcha* propagava o apoio

---

[234] Idem, ibidem.
[235] Correspondência de Plínio Salgado a Jorge Duarte, 25.4.1955 (APHRC-Pprp 25.04.55/12).
[236] Plínio, o verdadeiro candidato da união Nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1955, p. 3.
[237] Sou homem de doutrina, jamais desistirei! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.9.1955, p. 3.

oficialmente dado pelo Departamento Juvenil do Partido Republicano paranaense[238] e por diversos candidatos a vereador do PR e do PTB daquele estado.[239] O senador Assis Chateaubriand (PSD) teria afirmado "*Não encontro na atualidade política de minha terra outro homem com quem mais se harmonizam planos racionais e orgânicos de crescimento e de enriquecimento do País do que o sr. Plínio Salgado*", o que era divulgado por *A Marcha* e reproduzido em panfleto.[240] Outro apoio recebido, embora não tenha sido propagado pelos integralistas, foi proveniente da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que, em meio a críticas às eleições, à República e à democracia liberal, aconselhava "*aos patrianovistas e outros monárquicos não filiados a AIPB a candidatura de Plínio Salgado*".[241] Mais relevante para as pretensões dos integralistas foi a repercussão da participação de Salgado na Mesa Redonda das Associações Comerciais do Brasil, amplamente divulgada na imprensa. De acordo com o *Diário Carioca*:

> Juscelino e Juarez discordam das classes produtoras em dois pontos capitais: a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e a exploração do petróleo. As classes produtoras são favoráveis à participação dos empregados no lucro das empresas, mas como prêmio à atividade e capacidade de cada um. Juscelino e Juarez, no entanto, são favoráveis à participação direta dos empregados nos lucros das empresas. Apenas Plínio Salgado mereceu toda a receptividade (embora inicialmente fosse antipatizado) das classes conservadoras, pois suas idéias satisfizeram plenamente as suas pretensões.[242]

Para o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, "*ao contrário da sabatina de Juscelino, o plenário ouviu atentamente e sob os maiores aplausos o pronunciamento de Plínio Salgado, que apreciou a realidade brasileira à margem dos interesses políticos, examinando-a em seu conjunto e apontando soluções reais e objetivas dentro dos princípios doutrinários*", sendo que seu apoio à revisão da lei da Petrobrás "*foi saudado*

---

[238] Estudantes do Paraná marcham para a vitória de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1955, p. 1 e 11.
[239] Manifesto Pró-Plínio Salgado, setembro 1955 (APHRC-FPS 017.009.008).
[240] O senador Assis Chateaubriand fala sobre Plínio Salgado. Panfleto (APHRC-FPS 008.001.214); Chateaubriand sobre Plínio: um dos espíritos mais evoluídos do Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.5.1955, p. 3.
[241] Presidência da República. *Monarquia*: Órgão da Chefia Geral Patrianovista. São Paulo, outubro 1955, n. 3, p. 4. O jornal era dirigido por Arlindo Veiga Santos, autoproclamado Chefe Geral dos monarquistas brasileiros. Em 1954, *A Marcha* publicou um artigo de um integrante do movimento patrianovista propondo a unificação daquele movimento com o integralismo, sob a "*bandeira comum da restauração do Império*". O artigo foi publicado sem nenhum comentário adicional e em nenhum momento os integralistas defenderam publicamente a restauração da monarquia, uma proposta descartada por Salgado nos anos 30. Também não encontramos nenhum indício de vínculos orgânicos entre os dois movimentos.
[242] Quem mais satisfez os conservadores foi Plínio Salgado. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7.7.1955, p. 2 (APHRC-FPS 112.004.REC 55). O Diário Carioca tinha como editor geral, naquele momento, o jornalista Pedro Laffayete, integralista e membro do PRP.

pelo plenário, de pé, com a mais prolongada salva de palmas".[243] Para *O Dia*, de Recife, "*O candidato nacionalista cristão na monumental exposição focalizou os problemas econômicos-financeiros do Brasil de maneira clara, precisa e sem deixar dúvidas quanto à sapiência do grande pensador. As classes produtoras ficaram empolgadas com o desenvolvimento do plano do sr. Plínio Salgado*".[244] Desta forma, a propostas do "candidato popular" seduziam as "classes conservadoras", satisfeitas com a defesa de propostas antipopulares, como o fim do monopólio estatal do petróleo, que os demais candidatos não proclamavam publicamente. Fica evidente, nesse aspecto, que Salgado assumia abertamente posições reacionárias, e, ao mesmo tempo buscava, sistematicamente, estabelecer e reforçar vínculos com setores da classe dominante, buscando qualificar-se como interlocutor confiável.

Além de apresentar-se como candidato "popular" e "suprapartidário", Salgado tentava ainda caracterizar sua candidatura como "doutrinária", em contraposição às demais candidaturas, que seriam resultado de "conchavos políticos". Para ele, "*uma união nacional verdadeira, sincera, desinteressada, não se faz mediante conversações de cúpula e conciliação de interesses de partidos e de pessoas. Uma verdadeira união nacional se faz em torno de uma doutrina, um programa, uma atitude em face dos problemas*".[245] Sua doutrina se resumiria "*num critério governamental que considera os problemas brasileiros no seu conjunto e não isoladamente cada um*", em "*íntima conexão uns com os outros*".[246] Afirmava que seu "*plano de governo se resume em dois pontos: 1º) considerar os problemas em seu conjunto; 2º) raciocinar a longo prazo*".[247] Isto só seria possível para um candidato sem compromissos políticos e que comandasse um "Ministério homogêneo":

> Sem um Ministério homogêneo quanto à compreensão e interpretação das realidades e das necessidades brasileiras e quanto ao critério ordenador dos problemas, orientador da ação e executor de um plano geral de realizações, não será possível arrancar o Brasil das suas atuais dificuldades, empreendendo uma obra de fortalecimento econômico, financeiro, político, social e moral da Nação. Não tendo compromissos com governadores de Estado, nem com partidos políticos, nem mesmo com o meu, a não ser quanto aos princípios doutrinários, penso que estarei em condições de ir buscar, dentro de qualquer

---

[243] Apud Em São Paulo Plínio Salgado fala às Associações Comerciais do Brasil. *O dia*, Recife, 11.7.1955, p. 1-2 (APHRC-FPS 112.004.REC 55).
[244] Idem, ibidem.
[245] Esta minha candidatura não é propriamente a candidatura de uma pessoa, mas de uma doutrina e de um programa. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.5.1955, p. 1 e 2.
[246] Idem, ibidem.
[247] Entrevista de Plínio Salgado, s./d.(abril 1955)– Original datilografado (APHRC-FPS 011.004.010).

> partido ou fora dessas agremiações políticas, os homens culturalmente mais competentes, tecnicamente mais fortes, moralmente mais perfeitos, para compor um Ministério.[248]

Esta crítica aos compromissos assumidos pelos demais candidatos era muito presente em seu material de campanha, onde afirmava que "*a desilusão é geral com os demagogos, os promesseiros, os mentirosos*",[249] e que "*os políticos profissionais não cuidam dos interesses da Pátria, mas dos seus próprios interesses*" e "*são escolhidos e indicados pelos próprios sócios políticos e também interessados em devorar os dinheiros públicos*", ao contrário de sua candidatura que seria "*contra a politicagem profissional, contra o roubo organizado, contra a desunião dos brasileiros, contra a anarquia*".[250] Além de se apresentar como o único com conteúdo doutrinário, Salgado também seria o único dos candidatos sem compromisso com o comunismo, pois "*O Partido Socialista Brasileiro apóia Juarez Távora*", "*o Partido Comunista do Brasil apóia Juscelino e João Goulart*", "*os comunistas e socialistas, debaixo da bandeira do Partido Social Progressista, do sr. Adhemar de Barros, deram a vitória ao seu candidato, que é hoje o Prefeito daquela Capital*".[251]

O Comitê Nacional de Propaganda enviou aos comitês populares 17 "*sugestões de legenda para muros*"[252] e 37 slogans a serem utilizados, com diferentes temáticas, como a religiosa "*Deus dirige o destino dos Povos! Graças a Deus já temos em quem votar*"; "*Em Deus pomos o princípio e o fim de nossa doutrina política. Com Plínio Salgado queremos torná-la realidade*"; "*Um governo sem os sagrados princípios da fé cristã será como uma criatura sem alma ou um corpo sem vida*"; seu alegado caráter popular ("*Só quem trabalha tem direito de governar*"*;* "*É ele o candidato de milhares de operários e digno portanto do voto de todos aqueles que desejam ver entre nós a queda do burguesismo oficializado*"); a idéia de mudança ("*Para continuar como está qualquer candidato serve, para mudar só Plínio Salgado*"*)*; e a oposição aos "políticos tradicionais" (*"Trancai as portas do Brasil contra a orgia organizada dos políticos profissionais*"; "*Os tubarões da política sempre*

---

[248] Idem, ibidem.
[249] Proclamação ao Povo Brasileiro. Panfleto (APHRC-FPS 018.010.011).
[250] Porque. Panfleto (APHRC-FPS 018.010.011).
[251] Brasil versus Rússia Soviética. Panfleto. (APHRC-FPS 018.010.011).
[252] Sugestão de legenda para muros (APGRC-FPS 016.009.007). Destacam-se as frases com sentido dúbio "*Com seu voto ajude a endireitar o país*" e "*Está na hora de endireitar o Brasil*".

ganharam eleições gastando rios de dinheiro"),[253] além do slogan muito utilizado "*Chega de doce! Agora eu quero Salgado!*".[254]

O objetivo de atrair os antigos integralistas afastados do movimento foi perseguido através de diversas iniciativas. Uma correspondência enviada aos integrantes dos "*memoráveis dias da Ação Integralista Brasileira*" convocava-lhes: "*É pelo vosso passado de luta que hoje vos conclamamos a participar da campanha pró-candidatura de Plínio Salgado*".[255] *A Marcha* publicou uma "*Carta aos integralistas da primeira hora*", chamando todo aquele que "*por uma razão ou outra não está ao lado de Plínio Salgado neste terrível momento em que passa nossa Pátria*", lembrando-lhes do "*dever de quem prestou um juramento e do qual foi desobrigado por ato espontâneo e liberal do depositário deste*" e do "*dever diante de Deus e da Pátria e da própria consciência*, apelando para que voltassem "*a lutar ao lado de Plínio Salgado*".[256] Salgado incumbiu ainda um oficial da Marinha integralista a fazer um levantamento entre seus pares do apoio com que ainda contava naquele setor militar, concluindo que "*na esfera superior há muito elemento que continua firme, outros, embora fiéis ao pensamento, mais temerosos de atitudes francas, poucos adversários (de um modo geral os não muito considerados na classe) e ainda um grupo que, tendo pertencido à AIB, o fizeram não por convicção mas por interesse próprio*".[257] Para tanto, dirigiu uma circular aos oficiais que foram integralistas, convidando-os para "*sua cooperação na cruzada de salvação nacional*", além de enviar um manifesto a todos os oficiais da Marinha.[258]

Desde o lançamento da candidatura Salgado, a imprensa e especialmente os defensores da candidatura Juarez Távora especulavam sobre sua possível retirada, assegurando sua inviabilidade eleitoral, o que foi respondido através de reiterados desmentidos pelos integralistas. Afirmando que sua candidatura pertencia ao povo, Salgado assegurava que não renunciaria, e afirmava que se o fizesse "*estaria traindo a confiança de milhares de brasileiros*".[259] A *Tribuna Comercial*, que o apoiava, assegurava que "*a candidatura Plínio Salgado marcha firme para a vitória*", sustentando que os boatos

---

[253] Comitê Nacional de Propaganda. Slogans da candidatura de Plínio Salgado (APHRC-FPS 018.010.009).
[254] Panfletos de Plínio Salgado (APHRC-FPS 089.013.005).
[255] Correspondência do Comitê Feminino do Distrito Federal aos ex-integrantes da Ação Integralista Brasileira, s./d. (APHRC-FPS 014.002.001).
[256] Carta aos integralistas de primeira hora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.4.1955, p. 5.
[257] Relatório Confidencial do Almirante Jatyr de Carvalho Serejo, 18.8.1955 (APHRC-Pprp 18.08.55/6). Nos anos 30, os integralistas contavam com grande contingente de adeptos dentre os oficiais da Marinha.
[258] Idem, ibidem.
[259] Plínio: minha candidatura é definitiva. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.6.1955, p. 4.

provinham dos adversários assustados com "*a firmeza de sua candidatura e a receptividade que a mesma vem tendo ao interior do país*".[260] Na medida em que se aproximava a data da eleição, Salgado avisava para que os integralistas ficassem de sobre-aviso, pois "*estes boatos irão recrudescer e quero acreditar que nas vésperas da eleição eles virão com absoluta intensidade para perturbar a ação eleitoral daqueles que querem transformar o Brasil*".[261] Ao mesmo tempo repetia continuamente que seria vitorioso:

> Vou às eleições de outubro com a finalidade de alcançar vitória e posso dizer, pelo que se está passando em todos os Estados do Brasil, que essa vitória está assegurada.[262]
>
> Vencerei o pleito, ainda que vigore o princípio da maioria absoluta.[263]
>
> Acredito na minha vitória e até mesmo por maioria absoluta. Ganharei em Minas. Ganharei ainda no Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Bahia. Para segundo lugar indico dois candidatos: Juscelino e Adhemar. Juarez Távora será o último.[264]

Em algumas prévias promovidas por rádios e jornais Salgado aparecia em primeiro lugar,[265] o que parece indicar uma participação organizada dos integralistas para a produção daqueles resultados, utilizados como argumentos eleitorais. As alegações que remetiam ao caráter "popular", "doutrinário" e "suprapartidário", junto a várias outras, eram reunidas em um panfleto sobre as "*Dez forças que sustentam a candidatura de Plínio Salgado*" e que, portanto, lhe garantiriam a vitória:

> I – Seu valor pessoal, sua cultura, sua formação moral e cristã; II – Um milhão de livros espalhados pelo Brasil; III – A imprensa do interior que publica sempre os seus artigos; IV – Centros de Juventude espalhados em todo o Brasil; V – Os Comitês Populares, agrupamentos de homens do trabalho; VI – Os antigos integralistas que reconhecem o valor do candidato; VII – O Partido de Representação Popular; VIII – O elemento religioso que toma conhecimento do seu trabalho; IX – O fracasso dos governos e dos

---

[260] Plínio Salgado empolga o interior do Brasil. *Tribuna Comercial*: Órgão Informativo e Noticioso do Comércio para o Comércio, Rio de Janeiro, 11.6.1955, p. 1 e 4 (APHRC-FPS 112.003.REC 1955). O jornal era dirigido por Alcindo Alves dos Reis e apresentava-se como "*um jornal para as classes produtoras do estado do Rio*", embora não fique claro se era vinculado à Associação Comercial do Rio de Janeiro.

[261] Sou homem de doutrina, jamais desistirei! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.9.1955, p. 3. Já o Comitê paranaense alertava "*que os inimigos do Brasil estão e irão continuar propalando – com o propósito de desorientar o povo – a cínica e pérfida mentira de que Plínio Salgado desistiu ou desistirá de sua candidatura. É falso! É mentira! Serão capazes de dizer inclusive que Plínio morreu*". Não acredite: Plínio Salgado não desistirá. Panfleto (APHRC-FPS 089.013.005).

[262] Entrevista concedida por Plínio Salgado à United Press em agosto de 1955 (APHRC-FPS 001.004.004).

[263] Plínio Salgado otimista. *Gazeta de Santa Cruz*, Santa Cruz do Sul, 27.8.1955, p. 3 (CDAIBPRP-Recortes).

[264] De Fortaleza. *A Gazeta*, São Paulo, 14.9.1955, p. 5 (CDAIBPRP-Recortes).

[265] É o caso, por exemplo, da prévia realizada pelo *Correio Católico* de Uberaba. Perto de 5 mil cupons já apurados na prévia. *Correio Católico*, Uberaba, 2.7.1955 (APHRC-FPS 112.003.REC 55).

> políticos que todos vêem; X – O esfacelamento dos partidos que não tem mais autoridade.[266]

Embora seja pouco plausível que a direção integralista realmente acreditasse em suas possibilidades de vitória, tendo em vista a disparidade da estrutura de campanha em relação aos demais candidatos, encontramos na documentação de Salgado uma projeção com a previsão da votação de cada candidato por estado, segundo a qual Salgado venceria a eleição com 2.930.850 votos, quatro vezes a votação efetivamente recebida,[267] publicada em *A Marcha*.[268] Ao que parece, esta projeção foi construída para neutralizar a campanha promovida pelos defensores da candidatura de Juarez Távora, pregando voto útil para derrotar Kubitschek.

6.3.6 PRP X UDN – o conflito aberto pelo eleitorado conservador

A eleição presidencial de 1955 acirrou ao extremo o conflito entre os integralistas e o udenismo. Este conflito tinha como objeto principal a disputa pelo eleitorado conservador, particularmente aquele da pequena burguesia, e se explicitou em diferentes momentos desde 1945, mas em particular a partir de 1953, no contexto da afirmação da "independência partidária" do PRP. As críticas do PRP não se restringiam à UDN, mas dirigiam-se também a outros partidos conservadores, principalmente o Partido Democrata Cristão. Em 1953, quando o PDC apoiou Jânio Quadros e Porfírio da Paz à prefeitura de São Paulo, segundo os integralistas "*conhecidíssimos como participantes de todas as campanhas lançadas no país pelo Partido Comunista*". *A Marcha* acusava: "*O Partido Democrata Cristão empresta a legenda à dupla de Moscou*".[269] Na mesma ocasião, os integralistas encaminharam uma consulta à Liga Eleitoral Católica, indagando: "*Pode o Partido Democrata Cristão ser apoiado pelos católicos, tendo se unido para as próximas eleições com o Partido Socialista Brasileiro?*",[270] e considerando o PDC como "*o partido dos comunistas de sacristia, cujos chefes se enfeitam com a fita de congregados marianos, trazendo no coração a estrela vermelha de Moscou*".[271] Já a UDN era criticada pela

---

[266] As dez forças que sustentam a candidatura de Plínio Salgado. Panfleto (APHRC-FPS 018.010.011). O panfleto é uma versão reduzida de um artigo publicado em *A Marcha:* COMPAGNONI, Luis. As dez forças que sustentam a candidatura de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.6.1955, p. 3.
[267] Sem título (AHRC-FPS 027.001.005).
[268] Plínio vencerá com 2.930.850 votos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.9.1955, p. 16.
[269] Cartas paulistas: comunistas apoiados pelo PDC. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 9.
[270] Sensacional consulta do PRP à Liga Eleitoral Católica. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.3.1953, p. 9.
[271] Máscaras ao chão. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.3.1953, p. 1 e 4. A consulta foi reproduzida na grande imprensa e até mesmo na forma de panfleto. As encíclicas papais condenam a união de católicos e socialistas: Consulta à Liga Eleitoral Católica (APHRC-077.000.000).

participação de membros seus no governo de Getúlio Vargas, sem que o integrasse formalmente, posição considerada "imoral".[272]

A disputa de votos entre Salgado e Juarez Távora ensejou ataques mútuos os mais diversos. A candidatura de Távora foi muito criticada pelos integralistas desde seu lançamento, principalmente em virtude do apoio do Partido Socialista Brasileiro:

> O PSB homologou a candidatura Juarez Távora à Presidência da República. Para merecer o apoio das hostes de Trotski e Marx, Juarez teve que comprometer-se com um programa socialista, cujos principais pontos provêm diretamente do cérebro de Marx, Sorel e outras belezas deste quilate.[273]
>
> Alguém não está usando, no caso, de sinceridade. Ou o general se mostra confuso nesta quadra conturbada de sua vida, ou os partidos que o apóiam estão agindo de má-fé. Eis o que se deduz desse casamento imprevisto da linha auxiliar comunista (os socialistas do sr. João Mangabeira) com os católicos do Monsenhor Arruda Câmara.[274]
>
> O General Juarez Távora, no dia da instalação de seu Comitê Central, afirmou que era apoiado pelos comunistas. Esta declaração deixou todos os correligionários perplexos, visto que, até então, o general Juarez era tido como um dos mais tenazes opositores do comunismo no Brasil.[275]

Para *A Marcha* Juarez seria "*um candidato de tendências totalitárias que procura atrair, com promessas demagógicas, as classes trabalhadoras bem como a pequena burguesia desorientada e confusa, enfurecida e desesperada pela crise econômica e financeira que o país atravessa*".[276] A UDN, por sua vez, contra-atacava divulgando declaração de Belmiro Valverde, ex-integralista e principal líder da "Intentona de 1938", na qual manifestava seu apoio a Juarez, sustentando que "*a grande maioria dos ex-integralistas votará contra o sr. Plínio Salgado*".[277] A *Tribuna da Imprensa*, dirigida por Carlos Lacerda, criticava a candidatura Salgado quase diariamente, afirmando que "*Plínio mente, difama e calunia, envolvendo em suas mentiras, infâmias e calúnias o general Juarez Távora*" e que "*a conduta do sr. Plínio Salgado, o chefe fascista brasileiro, constitui um caso de psiquiatria. É o paranóico 'iluminador', o 'Enviado de Deus' (...) Mas um exame mais atento e minucioso do comportamento do 'profeta' do integralismo*

---

[272] Proventos sem ônus: a UDN não assume responsabilidades. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.7.1953, p. 1 e 11.
[273] Juarez e o socialismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.6.1955, p. 1 e 5.
[274] As contradições de Juarez Távora. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.6.1955, p. 1 e 4.
[275] Juarez confirma o apoio dos comunistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.6.1955, p. 1.
[276] Juarez é o Perón brasileiro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.6.1955, p. 1 e 12.
[277] Plínio sem o apoio dos camisas-verdes. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 10.9.1955, p. 1 e 5 (CDAIBPRP – Recortes).

conduzirá à certeza de que nele predomina o espertalhão".[278] As críticas retomavam denúncias antigas, como o vínculo com o nazismo e a suposta freqüência de Salgado a um "*café de mulheres nuas que pegam o dinheiro de uma maneira toda especial*", em uma viagem a Paris em 1934, mas enfatizava especialmente a qualificação de Salgado como fascista e a inviabilidade de sua candidatura:

> Fundador e chefe de um partido fascista, fascista no programa, nos métodos, até no uniforme e no ritual macaqueados dos modelos italiano e alemão, passou a afirmar o caráter democrático desse partido quando a guerra destroçou o nazi-fascismo. (...) Enfrenta o ridículo de anunciar que vai ser eleito e por maioria absoluta, quando sabe, melhor do que ninguém, que está fazendo apenas uma agitação para ampliar futuramente seu partidinho; que é um autêntico "candidato suicida", condenado fatalmente ao último lugar na votação e com uma soma de sufrágios irrisória em relação aos demais. Sabe que, dizendo-se crente na vitória (e por maioria absoluta!) assume aos olhos de todas as pessoas sensatas o papel de um imbecil.[279]

Salgado revidava os apelos para que retirasse sua candidatura, pedindo, ao contrário, que Juarez Távora se retirasse do pleito e o apoiasse:

> Insistem os dirigentes da campanha eleitoral do General Juarez Távora, em apelar para que eu desista de minha candidatura, em favor da vitória daquele ilustre e respeitável militar patrício. (...) É grave o engano dos orientadores da campanha do General, ao suporem que a minha desistência iria carrear votos para o seu candidato. Os brasileiros que sufragarão o meu nome a 3 de outubro próximo, dando-me a mais surpreendente e estarrecedora vitória eleitoral de nossa História, não seguem um homem, mas sim uma doutrina, de bases nitidamente espiritualistas, que não comporta transigências com partidos de esquerda, de inspiração materialista. (...) Recuso o apelo que me foi dirigido, certo de que, assim procedendo, sirvo melhor à Pátria a quem dediquei toda a minha vida e que dispensa novas demonstrações do meu espírito de renúncia. Ao fazê-lo, formulo de volta, ao General Juarez Távora, em quem reconhecemos um grande patriota, uma exortação para que desista ele de sua candidatura, reconhecidamente derrotada até pelos seus próprios seguidores, para felicidade e pelo bem do Brasil.[280]

Passada a eleição, e confirmadas as previsões de que a votação recebida por Salgado determinaria a derrota de Távora, os udenistas denunciavam suposto envolvimento de Salgado e Loureiro Júnior na falência fraudulenta do Banco Nacional Interamericano, dirigido pelo irmão de Loureiro Júnior, Roxo Loureiro,[281] o que era repudiado por Loureiro

---

[278] MAGALHÃES Júnior, Rafael. Misto e paranóico e embusteiro o sr. Plínio Salgado. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 20.9.1955, p. 3 (CDAIBPRP-Recortes).
[279] Idem, ibidem.
[280] Juarez: considera-te fora da sucessão! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.9. 1955, p. 1 e 15.
[281] De negócio em negócio Plínio enche o papo. *Tribuna da Imprensa*, sem referência (CDAIBPRP-Recortes). De acordo com a matéria, Loureiro seria "*o homem que manda hoje em Plínio e o domina totalmente*".

em carta aberta publicada na imprensa.[282] *A Marcha*, por sua vez, mesmo negando um acordo com Kubitschek, comemorava a derrota da UDN:

> O prazer dos integralistas foi este, exatamente: impediram que o candidato de Lacerda, de Jânio, de Joel Silveira, de Corção, de Adauto, de Juraci, de Osório Borba, de Chico Mangabeira, fosse eleito. Ah! Isso impediram mesmo. E a história não foi escrita à moda da UDN dos salafrários, metidos a moralistas, dos Tibérios do nosso tempo. Esse prazer nós temos. Derrotamos os caluniadores de Plínio Salgado, que agora estorcem de raiva.[283]

Em 1956, Salgado publicou o *Livro verde de minha campanha*, respondendo a maior parte das diversas críticas recebidas: lembrava que sua candidatura foi a primeira a ser oficialmente lançada, afirmava que "*nunca fui oficialmente procurado por Juarez Távora, nem pelos próceres da UDN, para solicitar a retirada da minha candidatura, tão antiga, em favor de uma que surgira recentissimamente*", alegava que jamais poderia fazê-lo, pois "*o PRP proíbe, desde a sua fundação, qualquer aliança de seus partidários, tanto com o Partido Comunista como com o Partido Socialista*", e concluía que "*dentro da cabeça desses caluniadores não existem, na verdade, miolos. O que há lá dentro é da competência da City ou das Águas e Esgotos, conhecedoras do material que conduzem as descargas das sentinelas*".[284] Para ele, as "calúnias e injúrias" seriam decorrência do "*ínfimo nível moral a que chegou a sociedade brasileira do nosso tempo*" e da "*influência e, por vezes, ação direta do comunismo*".[285] *A Marcha* sustentava que Salgado "*há vinte e cinco anos sustenta o fogo contra os russos e só por esse motivo tem sido combatido pelos da UDN, do PL, do PDC, que querem abrir as portas da Nação aos seus piores inimigos*",[286] afirmando que a UDN "*passou a representar, no atual momento, a eterna vigilância das reivindicações comunistas*".[287] O conflito persistiria nos anos seguintes, principalmente em virtude do apoio dos integralistas à posse e ao governo de Kubitschek.

6.3.7. Os resultados alcançados e sua repercussão no PRP

Salgado atingiu, afinal, 714.379 votos, ou 8,3%, a maior votação obtida pelo movimento integralista em um processo eleitoral, em toda história do movimento. A votação recebida por Salgado reforçou a tese dos udenistas de que a candidatura de

---

[282] Loureiro Júnior não teve nenhuma transação irregular com o BNI. (APHRC-FPS 112.002.Rec 1955).
[283] A Tribuna da Imprensa como sempre... *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 12.
[284] SALGADO, *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 15, 21, 81 e 87.
[285] Idem, ibidem, p. 95.
[286] O Almirante Penna Boto disse coisas certas... e algumas erradas. A Marcha, Rio de Janeiro, 11.5.1956, p. 1 e 8.
[287] Crime de alta traição: a UDN e os inocentes úteis provam que trabalham sob as ordens de Moscou. A Marcha, Rio de Janeiro, 18.5.1956, p. 1 e 5.

Salgado mudaria o resultado das eleições, pois a diferença entre Kubitschek e Távora foi de apenas 466.949 votos. Ainda assim, em face das reiteradas proclamações de Plínio de que seria vencedor, é possível que o resultado obtido tenha frustrado os militantes mais entusiasmados. Assim, os dirigentes integralistas esforçaram-se em valorizar o resultado obtido, tentando apresentá-lo como uma grande vitória. Para *A Marcha*, o resultado surpreendeu os grupos dominantes "*que controlam as máquinas de coação para extorquir votos, montadas em todo o território nacional, isto é, as cúpulas dos chamados grandes partidos*".[288] Salgado enviou uma carta aos militantes agradecendo os serviços prestados à candidatura e garantindo que ela foi vitoriosa, "*batalhando contra três poderosas máquinas*", afirmando que "*nenhum partido, isoladamente, levou essa quantidade de votos*" e garantindo que "*está plenamente provado que, com mais quatro anos de doutrinação, de trabalho sistemático, conquistaremos o triunfo*".[289] Alguns meses depois, Salgado avaliava que a candidatura própria tinha dado ao PRP consciência de sua autonomia e de sua força eleitoral:

> Nunca o PRP poderia ter adotado uma orientação mais certa, uma atitude de maior clarividência. O pleito de outubro deu consciência de autonomia, de autodeterminação a um partido que vinha perdendo a substância pela adesão a candidatos estranhos à sua doutrina em duas eleições sucessivas, a de 1945 e a de 1950. Embora dignos dos sufrágios dos brasileiros, o marechal Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, cujos méritos pessoais não negamos, não polarizavam os anseios mais profundos dos integralistas, nem daqueles que aspiram a reformas largas e decisivas dos costumes políticos e das normas administrativas em nosso País. O desfraldar de uma bandeira própria deu ao partido herdeiro da doutrina espiritualista e cristã da democracia orgânica uma energia nova que se revelou numa verdadeira ressurreição. O pleito de outubro passado incutiu-nos também, a certeza de nossa força. Até então, podia-se argumentar que os duzentos e cinqüenta mil votos, levados nas eleições para deputados, representavam, pelo menos, dois terços de simpatias pessoais recrutadas pelas relações de amizade dos candidatos que eram centenas, empenhados no esforço de conseguir para seus próprios nomes os sufrágios dos parentes, dos vizinhos, dos comadres, dos beneficiados por algum favor particular. Mas em outubro, era o nome de um homem que se lançava à Nação, um homem tão sozinho, que não se poderia alegar que o coadjuvasse um candidato à vice-presidência, porque o PRP quis mesmo isolar o seu Chefe para ver quantos brasileiros o acompanhavam. E, superando os duzentos e cinqüenta mil votos sobre os quais poderia pairar a dúvida sobre se traduziam uma expressão ideológica total, levantaram-se setecentos e catorze mil vozes a sustentar o candidato sem coligações de partidos e sem apoio de governos estaduais, além de cerca de oitenta mil contidos em urnas anuladas em todo o país.[290]

---

[288] Plínio Salgado surpreendeu os grupos dominantes. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.1.1956, p. 3.
[289] Circular de Plínio Salgado, s./d. (APHRC-FPS 014.006.016).
[290] SALGADO, Plínio. Ergueu-se uma força nova! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 3 e 8.

Esta avaliação dava novo fôlego à "independência partidária", que seria sustentada com ênfase nos dois anos seguintes, embora o apoio e posterior participação no governo de Juscelino Kubitschek introduzisse uma contradição séria, que terminaria por minar esta política, reintroduzindo os integralistas na dinâmica de alianças e coligações. A candidatura própria cumpriu uma função importante na unificação do movimento e motivação de seus militantes, reforçando sua identidade, abalada em virtude das oscilações da política de alianças até então seguida. Logo depois da eleição, Salgado prometeu lançar "*dentro do menor tempo, com firme estrutura e organização eficiente, um Movimento Nacional, superpartidário, objetivando recompor a vida sobre a base espiritualista cristã e de brasilidade, formulando a Frente Única dos que pretendem reconstruir a Pátria mediante uma obra sistemática e persistente de educação popular*",[291] pretendendo congregar os apoiadores extrapartidários de sua candidatura. Este movimento se concretizaria em 1957, com o lançamento do Movimento Nacional Brasileiro, embora, como já discutimos, sem a amplitude pretendida.

6.4 O descontentamento da militância e a retomada da simbologia integralista

6.4.1 A militância descontente

A prioridade conferida pelo PRP à política institucional desgostou grande parte de sua militância, particularmente aquela parcela proveniente da AIB. Nos primeiros anos de atividade partidária, a direção do PRP buscava neutralizar possíveis descontentamentos através da adoção de um discurso triunfalista, que apontava a rápida expansão do partido e previa para breve sua consolidação como um grande partido. No início de 1950, por exemplo, Plínio Salgado chegou a prever a formação de "*uma bancada de mais de vinte deputados federais, e às assembléias legislativas dos estados, mais de cinqüenta*".[292] Ao mesmo tempo, baseado no aumento do número de diretórios municipais, Salgado calculava que o PRP obteria 457.593 [!!!] votos na eleição de 1950, quase o dobro do efetivamente obtido.[293] O lento crescimento do partido e, mesmo, sua relativa estagnação eleitoral a partir de 1950 - quando a estrutura partidária já abarcava todos os estados do país e

---

[291] Manifesto à Nação. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.10.1955, p. 4 e 5.
[292] Plínio Salgado e a sucessão*:* Ampla entrevista do presidente do PRP sobre o momento político*. Idade Nova*, Rio de Janeiro, 16.3.1950, p. 1 e 6 (CDAIBPRP). Na realidade, o partido elegeu apenas três deputados federais e 19 estaduais naquela eleição. Cf. CALIL, op. cit., p. 179.
[293] A aritmética demonstra: 260/60:619/x – o PRP em condições de decidir as eleições. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 1.6.1950, p. 1. Na realidade, o partido obteve naquela eleição apenas 242.679 votos para as assembléias legislativas e 192.596 para a Câmara Federal. Cf. CALIL, op.cit., p. 180.

portanto a expansão das bases partidárias aproximava-se de seu limite - acentuavam as desconfianças dos militantes integralistas que esperavam uma intervenção mais radicalizada do partido, levando muitos a explicitar suas divergências e vários dentre eles a efetivamente abandonar o partido. Como lembrou o integralista Guido Mondin, "*volta e meia vinha um que dizia assim: se nós fomos contra os partidos políticos, como é que vamos participar de um partido político?*".[294] Aníbal dos Santos, dirigente do PRP em Minas Gerais, analisava este descontentamento afirmando, em 1957, que o partido

> sofreu em grande parte e ainda sofre a influência de um espírito que encara com reserva a idéia de 'fazer política', isto é, fazer vereadores, deputados, prefeitos, etc. Herdeiro do espírito apolítico da Ação Integralista, alguns elementos viam com certo desprezo as eleições, onde a demagogia, o dinheiro e a pressão de grupos imperam em detrimento da verdadeira liberdade. Para nós – e principalmente para os jovens – as eleições representavam uma espécie de sacrifício formal ao qual éramos periodicamente chamados.[295]

As manifestações de descontentamento aberto se tornaram constantes desde o início dos anos 50, mas já se expressavam desde a formação do partido, como evidencia uma carta enviada a Salgado por um dirigente do PRP em São Paulo logo após seu regresso do exílio, em 1946:

> Não há slogans claros e populares. Ficamos num linguajar melado e melífluo, que não atinge nada. (...) Parece-me urgentíssimo uma tomada de posição, mediante manifesto, programa novo e popular, convenção dos melhores membros do Partido, e aproveitamento imediato de nossa imprensa. Nossa propaganda é fraquíssima, quase nula. No PRP notam-se falhas fundamentais: a) falta de bases doutrinárias e psicológicas; b) falta de organização moderna; c) falta de propaganda popular oportuna e objetiva; d) deficiência de quadros; e) desorientação sobre todos os assuntos; f) falta de coragem e de entusiasmo combativo, e incapacidade de arrastar quaisquer setores intelectuais, populares ou burgueses; g) incrível debilidade de meios de atuação, na imprensa, nos organismos partidários, etc.; h) rivalidades e desentendimentos contínuos.[296]

Já em 1949, outro dirigente paulista afirmava: "*não suporto mais aquele ambiente intoxicado de mesquinhos interesses pessoais e eleitoralescos que domina o Partido*", propondo "*a continuidade do meu trabalho de luta, apostolado e arregimentação da juventude longe das misérias partidárias*".[297] Em depoimento oral, Guido Mondin avaliava que "*o Partido de Representação Popular teve um comportamento normal de partido políticos, o que a muitos desagradava. Não conferia, eles ainda estavam com o espírito*

---

[294] Depoimento de Guido Fernando Mondin. In: CALIL & SILVA. *Velhos integralistas:* a memória dos militantes do Sigma. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 173-224, p. 195.
[295] www.integralismo.com/historia/introducao.htm, consultado em 9.2.1999.
[296] Correspondência de Ângelo Arruda a Plínio Salgado, 22.8.1946 (APHRC-Piprp 22.08.46/7).
[297] Correspondência de Adib Casseb a Plínio Salgado, 28.10.1949 (APHRC-Pprp 28.10.49/1).

integralista".[298] Em 1951, Jayr Tavares, membro do Conselho Nacional do PRP, demitia-se do partido, em protesto contra os "*novos métodos de conquista da opinião pública*" que representariam a "*negação dos princípios idealistas da Ação Integralista Brasileira*".[299] No mesmo ano, Giácomo Olivier, presidente da Câmara de Vereadores de Sobradinho (RS), anunciava seu desligamento do partido e da vida pública e denunciava a burocratização da direção regional.[300] Aos poucos, as reações indicavam para a necessidade de retomada do legado integralista, como evidencia uma carta enviada por um integralista baiano: "*em Ilhéus, com a notícia que tivemos de que breve vamos vestir uma camisa-verde os companheiros que estavam meio afastados tomaram nova reação*".[301] Este movimento de descontentamento se vinculava também ao movimento pela "independência partidária":

> A cidade de Guaratinguetá vem se constituindo, por iniciativa dos companheiros ali sediados, o pivô de um movimento tendente a erradicar o PRP da esfera de gravitação dos demais partidos de índole liberal. Acham aqueles companheiros, no que, aliás, sou concorde, que as alianças partidárias, coligações e outros expedientes para fins eleitorais e a atuação de representantes nossos em legendas de empréstimo ou alugadas, bem assim a nossa participação parcial em cargos isolados das administrações estaduais sem que, pelo isolamento, possamos demonstrar nenhuma virtualidade excepcional, acima da mediocridade generalizada, tudo isso em resumo, ao invés de nos angariar prestígio e promover maior capacidade de proselitismo e engrossamento de nossas fileiras, só tem logrado envilecer-nos, nivelar-nos e tornar-nos co-participantes, pelo menos aparente, dessa congada maluca da irresponsabilidade alucinante, dessa dança macabra dos homens públicos, inibidos e beócios, sobre o abismo sulcado a nossos pés. Por isso, são de parecer que o Partido, a todo custo, deverá, doravante, desligar-se de participações isoladas e comprometedoras e assumir o papel varonil que foi dado exercer à Ação Integralista Brasileira, completamente livre para criticar e esvurmar os erros dos liberalóides desvairados.[302]

Um militante integralista chegou a apresentar uma proposta para a constituição de um novo movimento para substituir o PRP, o qual seria uma "*organização político-social-moral-intelectual-cultural com mística patriota, nacional-social-cristã; organização esta com hinos pátrios, bandeiras, distintivos, insígnias, fardamento imitando as cores, raças, credos e idéia*", a qual contaria com uma "*Frente de Ofensiva Nacional-Social Tradicionalista (incluindo todas as hierarquias sociais)*", uma "*Frente de Juventude*

---

[298] Depoimento de Guido Fernando Mondin. In: CALIL & SILVA. *Velhos integralistas*, op. cit., p. 173-224, p. 196. Também, Theobaldo Pilger, dirigente perrepista em Tenente Portela (RS), avalia que o envolvimento "*em coligações, muitas vezes espúrias, com interesses políticos imediatos, fez com que o eleitorado minguasse cada vez mais*". Coleta Informal de Dados: Theobaldo Willy Pilger, 1997 (CDAIBPRP).
[299] Correspondência de Jayr Tavares a Plínio Salgado, 16.1.1951 (APHRC-Pprp 16.01.51/1).
[300] Correspondência de Giácomo Oliver a Plínio Salgado, 5.2.1951 (APHRC-Pprp 05.02.51).
[301] Correspondência de Saturnino Gomes de Oliveira, 2.7.1952 (APHRC-Piprp 02.07.52).
[302] Correspondência de Esmeraldo de Melo a Plínio Salgado, 14.7.1953 (APHRC-Pprp 14.7.53).

Nacional (incluindo todos os quadros profissionais e cursos superiores)" e "*falanges juvenis (incluindo cursos médios e inferiores em aperfeiçoamento profissional)*".[303] Outro militante avaliava que a orientação vigente "*determinou o afastamento de, praticamente, todos os integralistas, que, como eu, tinham ingressado na Ação Integralista Brasileira, sem ambição de atingir posições de mando ou evidência política*", mas afirmava que com a campanha presidencial de 1955, "*os antigos integralistas voltaram para V.S., não para o PRP, e o Brasil está novamente vibrando e os integralistas querem continuar o seu trabalho interrompido*".[304] Em 1956, durante uma Convenção Nacional do Partido, a delegação de Alagoas propôs que o partido passasse a se denominar Partido Integralista Brasileiro, tendo sido definido que "*o assunto será estudado pela Comissão de Constituição que acabara de ser eleita pelos convencionais, a qual daria seu parecer, devendo este ser submetido em seguida ao Conselho Nacional, após cujo pronunciamento o Diretório Nacional se manifestaria, convocando, se necessário, uma Convenção Nacional Extraordinária para deliberar, finalmente, sobre a matéria*".[305]

A proposta de mudança de nome ficou esquecida, mas as manifestações se multiplicaram em 1957, em um contexto no qual a direção integralista já construía respostas às insatisfações. Um integralista escrevia a Salgado expressando sua "*apreensão por observar no PRP não apenas um clima de desânimo, mas, até, de deformação de muitos princípios do Integralismo, que foram liberalizados*".[306] Em outra carta, o General Isaac Pereira reafirmava sua fé integralista, mas protestava contra a manutenção do PRP como "*mentor da parte política do integralismo*", avaliando que "*o integralismo não precisa ter ação política*" e anunciando: "*não me filiarei ao integralismo enquanto ele estiver ligado ao PRP*".[307] Um artigo publicado em *A Marcha* criticava a omissão do movimento na propagação doutrinária, propondo aos integralistas "*sair à rua e dizer ao povo o que pensamos, o que queremos e o que pretendemos*".[308] Um grupo de integralistas de Campinas, liderados pelo ex-deputado estadual René Penna Chaves, rompia com o movimento considerando que "*vem se mostrando o PRP inadequado à concretização dos ideais integralistas*", em virtude dos interesses pessoais, das dissidências e dos choques internos, tornando o partido "*incapaz de realizar a grande revolução de almas e de*

[303] Correspondência de Zelito Pereira a Plínio Salgado, 10.12.1953 (APHRC-Pprp 10.12.53/4).
[304] Correspondência de Roberto Cortines a Plínio Salgado, 4.10.1955 (APHRC-Pprp 04.10.55).
[305] SALGADO, Plínio. Ergueu-se uma força nova! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 3 e 8.
[306] Correspondência de Carlos Thomaz a Plínio Salgado, 20.5.1957 (APHRC-Pprp 20.05.57/2).
[307] Correspondência de Isaac Viegas Pereira a Plínio Salgado, 3.10.1957 (APHRC-Pprp 57.10.03/1).
[308] ZASSO, Eduardo. Vitórias de cúpula. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1957, p. 3.

costumes, com base na doutrina cristã".[309] Naquele momento, as insatisfações ameaçavam perigosamente a manutenção da autoridade da liderança integralista e levavam a um número crescente de defecções, obrigando Salgado e o grupo dirigente a traçar uma nova estratégia que revertesse esta tendência e revigorasse o movimento.

6.4.2 A retomada da simbologia integralista

Os dirigentes do PRP, em especial Plínio Salgado, utilizaram-se de diversos recursos para reverter os descontentamentos e remotivar a militância, minimizando a importância das alianças realizadas, enfatizando o valor da disciplina e invocando a suposta superioridade doutrinária do PRP. No entanto, nem sempre este tipo de apelo teve os efeitos desejados, pois as manifestações de descontentamento se multiplicavam e eram reforçadas pela experiência de alianças mal-sucedidas, como a aliança para o governo do estado do Rio Grande do Sul em 1947, na qual o governador eleito Walter Jobim não cumpriu o acordo com o PRP, e o apoio a Eduardo Gomes em 1950, mal recebido pela militância em virtude das constantes críticas e denúncias de udenistas contra o integralismo. Alguns elementos simbólicos da identidade integralista já se faziam presentes nos primeiros anos da trajetória do PRP, embora sem maior destaque. Nos anos 40, destaca-se a adoção do "*uso obrigatório da carteira social para todos os que se inscrevessem em nossas fileiras*",[310] e a promoção da "Cerimônia do Sino", na qual antigos integralistas eram convidados para badalar um sino colocado sobre uma bandeira nacional.[311] Ainda assim, nos primeiros anos de atividade partidária, tais cerimônias eram realizadas de forma discreta. Em 1952, no transcorrer do 20º aniversário do lançamento do "Manifesto de Outubro" de 1932, o PRP evitou se vincular oficialmente às atividades comemorativas. Salgado apresentava as comemorações como produto da iniciativa "espontânea" de jovens que não chegaram a pertencer a AIB. Dentre os motivos alegados para a desvinculação do PRP, alegava que "*a doutrina integralista inspira hoje a maior parte dos partidos brasileiros*", que o integralismo "*pertence a todos os brasileiros*", e que foi um grupo de jovens que "*resolveu comemorar a passagem do vigésimo aniversário do grande documento*", estabelecendo que o PRP "*não intervirá na resolução de cada um dos*

---

[309] Correspondência de René Penna Chaves e outros ao Diretório Municipais do PRP de Campinas, 23.10.1957 (APHRC-Pprp 57.10.23/5).
[310] Secretaria Nacional de Propaganda - Circular 2/49 – 1.12.1949 (CDAIBPRP).
[311] Foi brilhante a Sessão da Cerimônia do Sino em Porto Alegre. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.10.1948, p. 3.

que, pertencentes aos seus quadros, queiram, pessoalmente, tomar parte nas comemorações de 7 de outubro", ao mesmo tempo em que informava que "*o autor do Manifesto não se recusará a receber homenagens se for chamado*".[312]

Em 1954, o *Diário de Notícias* especulava acerca da possível transformação do PRP em AIB, afirmando que "*para conjurar a ameaça que pairava sobre o PRP, cujos membros estão sendo absorvidos lentamente pelos demais partidos, o sr. Plínio Salgado, atendendo ao movimento de uma corrente ortodoxa, que jamais deixou de ser integralista cem por cento, decidiu segundo a informação convocar uma convenção do partido para transformá-lo, numa volta ao passado, na extinta AIB*".[313] Especulação semelhante foi veiculada na imprensa em diferentes momentos, porém sempre foi prontamente desmentida. *A Marcha* repudiava as especulações em torno de um "neo-integralismo", afirmando que Salgado era a "*única autoridade para modificar substancialmente esta doutrina* (sic)" e concluindo que "*Integralismo é Integralismo. Não há neo-integralismo, a não ser no gênio de seus criadores, cujas intenções são tão desconhecidas como os habitantes de Marte*".[314]

Em 1956, no entanto, uma série de artigos de Gumercindo Rocha Dorea, então presidente da CCCJ, defendia uma estratégia agressiva para recuperar as bandeiras integralistas, que estariam sendo apropriadas pelos seus adversários:

> Todos os homens, gerações de ontem e de hoje, militantes na vida pública, tendo como base o pensamento integralista, sentem no íntimo de seu próprio ser o convite para uma resistência moral e política contra o roubo ostensivo que se vem fazendo no ideário lançado por Plínio Salgado e difundido em todo o Brasil, roubo este que vem sendo impunemente realizado – sem uma voz de protesto! (...) Muitas são as nossas bandeiras, atualmente transportadas por mãos que jamais se levantaram algum dia para sustentá-las: o Municipalismo, a reforma urgente da legislação trabalhista, a criação de uma consciência das classes sociais – estabelecendo–lhes os limites dos seus deveres e direitos -, o Sindicalismo, a Formação Espiritual dos que têm a missão sagrada de dirigir, a reforma agrária, o petróleo e sua exploração, e, por fim, a bandeira contra o comunismo, que, por incrível que pareça, nos foi tirada por antigos soldados de Moscou, hoje arremedados de soldados da democracia, embora realizando todos os planos de insurreição social ensinada nos manuais do Partido Comunista.[315]

Para Rocha Dórea, esta recuperação só seria possível através da "*reintegração no pensamento integralista*", ou seja, a "*total integração de seus membros na ideologia e na*

---

[312] Correspondência circular de Plínio Salgado aos diretórios regionais do PRP, 21.8.1952 (CDAIBPRP).
[313] Vai voltar à atividade política a Ação Integralista Brasileira. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 2.2.1954 (CDAIBPRP).
[314] Neo-integralismo?! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.6.1954, p. 1.
[315] DOREA, Gumercindo Rocha. Recuperação de nossas bandeiras. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.2.1956, p. 2.

vida prática", o que afastaria aqueles que "*se homiziam sobre esta bandeira, apenas com objetivos de garantir posições individuais ou de solidificar posições políticas*".[316]

A XII Convenção Nacional, em abril de 1956, anunciava o "*ressurgimento do espírito revolucionário que informava a antiga Ação Integralista Brasileira e um desejo de recuperar as bandeiras do integralismo, atualizando-as em consonância com a realidade nacional e – principalmente – a vontade firme de levá-las ao povo*".[317] Mesmo assim, *A Marcha* buscava conter os mais radicais, qualificando como megalomaníacos os militantes que criticavam a política parlamentar do partido e pretendiam "reviver a AIB no interior do PRP", sempre atribuindo a Salgado a prerrogativa de definir os rumos do movimento:

> Se os líderes do PRP na Câmara Federal proclamam discursos e definem rumos políticos ao partido, por certo que o companheiro-parlamentar, se assim o fez, foi em consonância com o Chefe. Enquanto Plínio Salgado julgar conveniente e certo a orientação dos nossos companheiros parlamentares, ninguém tem o direito de bancar o megalomaníaco. Quem criou a AIB? Quem orienta e dirige o PRP? Logo, se erros existissem, se alguma coisa de absurdo e de incoerente se registrasse na conduta dos nossos companheiros, caberia, tão somente, ao Chefe, julgar da procedência ou não da atitude dos nossos parlamentares. Por conseguinte, convém que nossos companheiros desajustados, nervosos, histéricos e inconseqüentes, saibam que constitui mórbida megalomania "querer ser mais realista que o próprio Rei".[318]

Ainda assim, ao final de 1956, tanto os apelos discursivos como a "independência partidária" efetivada com a candidatura própria à presidência em 1955, se mostravam insuficientes para neutralizar os descontentamentos e remotivar a militância, obrigando a direção integralista a oferecer compensações mais explícitas, principalmente através da progressiva retomada da simbologia integralista e da evocação constante dos "tempos heróicos" na década de 1930. Em dezembro de 1956, durante uma Convenção Regional do PRP no Rio de Janeiro, pela primeira vez, a saudação integralista foi publicamente evocada em uma solenidade do PRP, quando o presidente regional eleito, Álvaro Sardinha, "*pediu à assistência 3 anauês para o Chefe Nacional! A enorme multidão que superlotou os salões da Associação Comercial, com os braços erguidos na saudação indígena, mostrava que a fibra dos integralistas se mantinha inabalável*".[319]

O ano de 1957 foi todo marcado por eventos evocativos do passado integralista, em especial a partir do mês de maio, com destaque para as comemorações do Jubileu de Prata

---

[316] DOREA, Gumercindo Rocha. Reintegração no pensamento integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 3.
[317] Novo surto de vitalidade. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 1.
[318] Megalomania e megalomaníacos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.5.1956, p. 3.
[319] Como no tempo da AIB: vibração cívica na Província Fluminense. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.12.1956, p. 1 e 10.

do Integralismo. De acordo com o historiador Rodrigo Christofoletti, as comemorações de 1957 inserem-se em um movimento mais amplo, que "*visava assegurar espaço nas mentes e corações proselitistas de seus afiliados, que desestimulados pelos resultados nada significativos de sua sigla (nas eleições de finais de 50), começavam a migrar para as mais variadas agremiações partidárias*".[320] A avaliação deste autor reforça nossa hipótese de que as comemorações vinculavam-se à necessidade de remotivar a militância integralista, descontente com a institucionalização do movimento:

> Nos doze primeiros anos de sua atuação (1945-57) o PRP procurou afastar-se de todos os preceitos que lembrassem a primeira atuação integralista. No entanto, a partir de 1957, por conta da pequena representatividade conseguida até então, e das comemorações do Jubileu integralista a postura do PRP modificou-se. O que antes foi renegado passou a partir daquele momento a ser conduta do partido. O PRP, a partir de 1957 atuou como incentivador da rememoração de um passado**,** dito glorioso, no qual o movimento ocupara lugar de destaque. Procurou então se aproximar dos símbolos oficializados no integralismo dos anos 30 como forma de reafirmar o movimento que perdia cada vez mais adeptos.[321]

A criação de um Conselho Político Nacional, em maio de 1957, era apresentada como consubstanciando "*uma das reivindicações básicas da Ação Integralista Brasileira, que propugnava pela imperiosa necessidade de se atribuir caráter nacional às agremiações políticas*".[322] O novo órgão, de livre nomeação por Salgado, teria como finalidade "*pôr termo à desorientação política reinante no PRP, que tem vivido, mediocremente, como* ***um partido liberal-burguês qualquer***", para "*congregar, como no passado fazia a AIB, todos os adeptos do integralismo que reclamam um movimento político feito em torno de princípios e idéias e organizado com disciplina e hierarquia*".[323]

Em junho foi convocado o primeiro grande evento comemorativo do Jubileu de Prata do integralismo, o 1º Conclave Nacional do PRP, realizado de 26 a 28 de julho na cidade de Vitória, "*no tradicional Teatro Carlos Gomes, o mesmo em que Plínio Salgado encerrou o primeiro congresso nacional integralista*",[324] em 1935:

> O Conclave destina-se a reestruturar o Partido, de modo a que possa, dentro em breve, tornar-se um empolgante movimento de idéias e centro de atividades públicas nacionais. Será, também, estudada e traçada a sua linha política a ser seguida nas próximas eleições

---

[320] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Galinha verde ou Fênix: Simbologia e intelectualidade integralista num projeto de celebração: o caso da Enciclopédia do integralismo (1957-1964). Mimeo, p. 3.
[321] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista* (1967-1971). Dissertação de Mestrado em História. Assis: Unesp, 2002, p. 315.
[322] Importante decisão: Conselho Político Nacional criado por Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.5.1957, p. 1.
[323] Idem, ibidem. Grifo meu.
[324] Primeiro Conclave Nacional do PRP em Vitória. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1957, p. 1 e 6.

> para Governadores, Senadores e Deputados Federais. Plínio Salgado lançará nesta ocasião um importante manifesto, delineando a posição do Partido em face dos graves problemas que afligem a Nação Brasileira. Será um documento histórico da maior significação, em torno de cujas idéias se fará, por todo o país, a vibrante campanha para a eleição da "Bancada Plínio Salgado" no próximo Congresso Nacional.[325]

De acordo com Christofoletti, "*O Congresso Nacional do PRP realizado em Vitória deu suporte às comemorações integralistas que se prolongaram por mais de seis meses. Tal evento inaugurou o cronograma festivo das celebrações do movimento*".[326] A principal medida de impacto junto à militância integralista aprovada no Conclave foi a adoção do Sigma como símbolo partidário, substituindo o sino prateado que até então era utilizado. Embora a adoção do Sigma tenha sido formalmente decidida no Conclave, já era anunciada como resolvida antes. De acordo com *A Marcha*, a decisão teria sido tomada pelo Conselho Político Nacional do PRP, baseando-se no fato de que "*como é público e notório, e consta dos seus documentos fundamentais, a filosofia política orientadora do Partido de Representação Popular é a baseada no pensamento integralista*", devendo a adoção do Sigma significar "*a anunciadora volta do Partido às suas fontes autênticas de inspiração doutrinária e conduta política*".[327] O Diretório Nacional ratificou a decisão, acrescentando que o Sigma deveria ser ostentado na lapela por todos os militantes, "*em ouro para as autoridades nacionais do partido, prateado para as autoridades estaduais, em bronze, para as autoridades municipais e em aço oxidado para os demais associados*".[328]

Três dias depois, em uma cerimônia realizada de acordo com os protocolos integralistas, o Padre Ponciano dos Santos benzeu o Sigma.[329]

O Conclave foi organizado para ser o maior evento da história do PRP. Foram convocados "*todos os membros do Diretório Nacional, da Comissão Executiva, do Conselho Político, dos Diretórios Regionais, dos Diretórios Municipais, assim como vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais eleitos pela legenda do PRP*".[330] O Governador Francisco Lacerda de Aguiar, de cujo governo participava o PRP, "*declarou hóspedes oficiais em Vitória a Plínio Salgado e sua comitiva, para o que pôs à sua*

---

[325] Primeiro Conclave Nacional do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.6.1957, p. 1.
[326] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista*, op. cit., p. 63.
[327] O Sigma será o símbolo do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1957, p. 1.
[328] Ata do Diretório Nacional, 23.7.1957. Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 021.001.001).
[329] Desfraldada a bandeira do Sigma. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1957, p. 9. Na cerimônia foram ainda evocados fatos do passado da Ação Integralista Brasileira e entoadas canções dos prisioneiros integralistas em Fernando de Noronha.
[330] O que será a grande concentração integralista de Vitória. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1957, p. 1 e 7.

disposição o Palácio de Verão do Governador".[331] O Conclave reuniu 118 delegações municipais[332] e, após a aprovação por aclamação do retorno do Sigma, deu lugar ao lançamento da Ação Nacionalista Brasileira, congregando "*todas as entidades cívicas dispostas a lutar pela regeneração social, pelo reerguimento da Pátria, pela sustentação das Tradições Nacionais*".[333] Também foram comercializados diversos objetos rememorativos, com os símbolos integralistas, como flâmulas, distintivos, porta-fósforos, réguas, cinzeiros e conjuntos de cozinha em porcelana com o Sigma gravado.[334] Conforme Christofoletti, "*Algumas deliberações do encontro redefiniram substancialmente o rumo da política perrepista. Foram discutidos: o novo plano de propaganda doutrinária do partido; a multiplicação dos diretórios; a sua posição no âmbito nacional e estadual; as realizações futuras; as eleições do ano seguinte e a possibilidade de lançar a candidatura de Plínio Salgado para o Legislativo Federal*".[335]

O Congresso se encerrou com a divulgação do "Manifesto de Vitória", pelo qual o PRP pretendia estar atualizando o Manifesto de Outubro de 1932. O Manifesto de Vitória apontava a "degradação dos partidos políticos", a "inadequação da lei eleitoral", a "ausência de fé e de confiança nos partidos" e a "onda de postulantes de favores", e acusava o "falso nacionalismo" que estaria sendo propagado pelo comunismo. A solução proposta, retomando a pregação dos anos 30, era "*a criação de uma Câmara Econômica, em que se representem todas as classes profissionais e ciclos da produção, não excluindo a Câmara Política eleita pelo sufrágio eleitoral e destinada a transformar em lei as soluções técnicas dos problemas advindos do órgão corporativo*".[336] O retorno da pregação corporativista teve grande importância na retomada do legado integralista, e passou a constar no programa e na propaganda do PRP a partir de então, como discutiremos no próximo capítulo.

A grande repercussão do Congresso de Vitória nos meios integralistas, e também na grande imprensa, estimulou a liderança integralista a empreender outro grande

---

[331] Expectativa em todo o Brasil: Plínio Salgado, no Conclave de Vitória, lançará a palavra decisiva para a recuperação nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.7.1957, p. 1 e 5.
[332] 118 municípios compareceram ao Conclave do PRP em Vitória. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.8.1957, p. 2.
[333] O grande conclave do PRP em Vitória. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.8.1957, p. 3 e 6.
[334] Segundo Christofoletti, entre setembro e novembro de 1957, mais de 50.000 formas de bolo com a forma do sigma foram comercializadas. CHRISTOFOLETTI, *As celebrações do Jubileu de Prata integralista*, op. cit, p. 143.
[335] Idem, ibidem, p. 72.
[336] SALGADO, Plínio. *Manifesto Municipalista (1948) e Manifesto de Vitória (1957)*. Rio de Janeiro: Divisão Doutrinária do PRP, s./d., p. 17-18. Estes documentos eram publicados como sendo de autoria de Salgado, embora tenham sido aprovados em convenção partidária.

investimento político, comemorando os 25 anos do lançamento do Manifesto de Outubro de 1932. A organização do evento ficou a cargo de jovens nascidos depois do lançamento do Manifesto, pretendendo "*mobilizar os antigos integralistas para coadjuvarem nos trabalhos necessários e, ao mesmo tempo, serem homenageados por aqueles que demonstram, pela sua iniciativa, que o integralismo continua mais vivo do que nunca*".[337] Alguns antigos integralistas, como Gustavo Barroso e Olbiano de Melo, foram convidados a participar das solenidades, mas recusaram. Barroso respondeu afirmando continuar "*tão integralista hoje como naquele tempo*", encontrando-se em "*profunda e insanável divergência com a orientação dada ao movimento de 1937 a esta parte*",[338] não podendo, portanto participar das solenidades. Melo, por sua vez, avaliava que "*falece já agora ao Movimento que estão tentando renovar e tocar para a frente, propriedade de posição ideológica ao se continuar esposando a solução sindical corporativista"*.[339]

Durante toda a primeira semana de outubro ocorreram festividades, como a inauguração de uma Exposição Histórica Integralista, uma sessão solene do PRP em homenagem a Salgado, uma Missa pela alma dos mártires integralistas, seguida de romaria ao Cemitério São Francisco Xavier, uma "Hora da Arte" promovida pelo Departamento Feminino do PRP, além de Congressos simultâneos do PRP, da UOCB e da CCCJ, realizados nos dias 5 e 6. O desfecho das festividades ocorreu a 7 de outubro, com uma "Alvorada Festiva", uma Missa Solene e, encerrando-se, uma "*Sessão Magna irradiada, televisionada e cinematografada, obedecendo aos mais rigorosos protocolos e rituais e com a presença de altas autoridades e representantes de todos os partidos políticos*".[340] A sessão solene tinha uma programação meticulosamente cronometrada:

> 21h – Formação da Mesa
> 21:10 – Chamada dos estados e chamada dos municípios
> 21:25 - Hino Avante
> 21:30 – Chamada ritual dos mártires integralistas
> 21:35 – Leitura do Manifesto de Outubro por dez pessoas, uma para cada capítulo
> 22:15 – Discurso de um representante da Juventude de 1932
> 22:30 – Cerimônia da transmissão do archote, símbolo da idéia integralista, da Geração de 1932 à Geração de 1957

---

[337] A Grande Comissão Promotora do Jubileu de Prata do Integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.9.1957, p. 3.
[338] Correspondência de Gustavo Barroso a Paulo Bandeira, 30.9.1957 (APHRC-Pprp 57.09.30/8).
[339] Correspondência de Olbiano de Melo para a Comissão Geral das Solenidades Comemorativas do 25º aniversário da fundação da Ação Integralista Brasileira, 1º.10.1957 (APHRC-Pprp 57.10.01/10).
[340] Jubileu de Prata do Integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.9.1957, p. 2; Iniciada a semana do Jubileu de Prata do Integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.10.1957, p. 3.

22:40 – Discurso de um representante da Geração de 1957, agradecendo a transmissão da chama simbólica da Geração de 1932
23h – Discurso de Plínio Salgado
23:55 – Cerimônia Ritual da Meia Noite
24:05 – Hino Nacional.[341]

Mais uma vez, diversos objetos foram comercializados, dentre os quais bandejas de madeira e vidro, com pintura alegórica do integralismo, distintivos, flâmulas, pentes, canecas, réguas, xícaras e pires, peso para papel, cinzeiros, caixinhas de madeira com desenhos coloridos alusivos, paliteiros de porcelana, carteirinha para fósforo, carteira de dinheiro, fôrmas para bolo em metal e papel de carta, todos com o Sigma gravado ou outros motivos integralistas, como a inscrição da trilogia "Deus, Pátria, Família" ou o desenho de uma "Galinha Verde". Também eram comercializados diplomas artísticos comprovando a presença no evento, e diplomas de fidelidade, "*atestando o tempo de serviço desde a fundação do integralismo, trazendo a assinatura do Chefe*".[342]

Em seu discurso, Salgado enfatizava que as comemorações eram uma iniciativa da juventude integralista, e afirmava que "*o integralismo não é um partido. É um movimento de idéias, a suscitar um grande sentimento nacional. Movimento de idéias quer dizer filosofia, conceito de vida, do qual decorre uma criteriologia na apreciação dos diferentes problemas que interessam à vitalidade de nossa Pátria*".[343] *A Marcha* dedicou uma edição especial de 32 páginas, a mais extensa de toda sua história, para a cobertura das comemorações, com ampla cobertura fotográfica (65 fotografias).

A repercussão pública das comemorações foi bastante expressiva. A sessão solene teve a participação do presidente da Câmara dos Deputados Ulisses Guimarães (PSD-SP), de representantes do presidente Juscelino Kubitschek, do governador Adhemar de Barros (SP), e do prefeito do Rio de Janeiro Negrão de Lima, além de representantes de diversos partidos. Os principais jornais dedicaram grande cobertura às festividades, com destaque para a sessão solene de encerramento. Enquanto alguns jornais, dentre os quais *O Jornal*[344] e o *Diário Carioca*, [345] se restringiram a relatar as atividades ocorridas e *O Globo*

[341] Jubileu de Prata do Integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.9.1957, p. 2.
[342] Objetos comemorativos do Jubileu de Prata do integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.9.1957, p. 3; Objetos comemorativos do Jubileu de Prata do Integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.11.1957, p. 9.
[343] SALGADO, Plínio. Jubileu de Prata do integralismo. In: *Palestras com o povo*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1958, p. 60.
[344] Convenção do PRP encerrada com os "tambores silenciosos". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8.10.1957 (APHRC-FPS 113.002.REC 1957).
[345] Ressurge o sigma no seu "jubileu". *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8.10.1957, p. 1 (APHRC-FPS 113.002.REC 1957).

publicava uma extensa entrevista com Salgado,[346] outros, como *Última Hora*,[347] *Correio da Manhã*[348] e *Diário de Notícias*[349] davam uma cobertura extremamente negativa.

Outra iniciativa relacionada à retomada da simbologia integralista foi a publicação de doze volumes da "Enciclopédia Integralista", lançados entre 1957 e 1961, "*com a presença de autores pertencentes três gerações do universo político-cultural integralista*",[350] incluindo textos de ex-integralistas, como Santiago Dantas, Miguel Reale e Pe. Hélder Câmara. De acordo com Christofoletti, a Enciclopédia foi concebida "*como parte do esforço de consolidação do novo perfil adotado pelo movimento*",[351] tendo doze volumes editados entre outubro de 1957 e março de 1961. De acordo com seu editor, Gumercindo Rocha Dórea, diversas correspondências atestavam "*o retorno daqueles que haviam deixado o movimento, mas que sensibilizados com a coletânea e a rearticulação da sigla naquela atmosfera de celebração, retornavam o contato, parabenizando a iniciativa explicitando o desejo de refiliação*".[352] Christofoletti estima que "*o número de exemplares vendidos deva ter chegado à caso dos 50 mil*" por volume,[353] e avalia que "*a opção de se publicar o compêndio por um espaço de tempo tão longo atesta a preocupação de seus idealizadores em prolongar as comemorações, no intuito de atuar como 'um fomento paulatino da militância', invocando as glórias de outrora*".[354]

No final do ano, *A Marcha* publicou uma relação dos quinze preceitos que deveriam ser seguidos pelos integralistas:

> 1. Conhecer a doutrina que esposa, ser capaz de esclarecer a quem lhe fizer perguntas sobre a mesma e de defendê-la em qualquer discussão;
> 2. Ter perfeito conhecimento dos fatos históricos relacionados com o Integralismo e o seu Chefe, a fim de saber refutar as inverdades lançadas em circulação pelos adversários;
> 3. Usar o distintivo do Sigma;
> 4. Pagar suas mensalidades em dia;
> 5. Comparecer às reuniões para que é convocado;
> 6. Assinar *A Marcha*;

---

[346] No Jubileu do Integralismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8.10.1957, p. 4 (APHRC-FPS 113.002.REC 1957).
[347] Schmidt fazia versos e dava anauês. *Última Hora*, Rio de Janeiro 8.10.1957 (APHRC-FPS 113.002.REC 1957).
[348] Com sigmas e anauês retornam os camisas-verdes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8.10.1957 (APHRC-FPS 113.002.REC 1957). A matéria encerrava com um desafio: "*Vejamos até que ponto tem fôlego o cavalheiro da triste figura redivivo para levar à frente os seus águias brancas e seus fanáticos seguidores*".
[349] Com anauês e hurras ao Chefe Nacional encerrou-se a Convenção Integralista. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8.10.1957, p. 2 (APHRC-FPS 113.002.REC 1957).
[350] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Galinha verde ou Fênix, op. cit., p. 3.
[351] CHRISTOFOLETTI. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista*, op. cit., p. 149.
[352] Apud CHRISTOFOLETTI. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista*, op. cit., p. 156-157.
[353] Idem, ibidem, p. 168.
[354] Idem, ibidem, p. 159.

> 7. Sacrificar prazeres, obrigações chamadas sociais, interesses particulares e comodidades, quando escalado para qualquer serviço em favor da Causa;
> 8. Não formar sua opinião sobre nenhum assunto baseado na leitura de jornais, na audição de programas de rádio ou televisão provenientes de pessoas ou grupos políticos estranhos, mas procurar informar-se nas fontes legítimas da sua agremiação;
> 9. Não criticar seus companheiros em público e quando julgar ter motivos para isso, fazê-lo direta e lealmente ao mesmo, ou às autoridades e órgãos internos competentes;
> 10. Não suscitar "casos" de espécie alguma, antes pelo contrário, procurar criar uma atmosfera de confiança, em que todos os companheiros vivam em paz;
> 11. Aprender a realizar trabalhos de equipe, lembrando-se de que todos são aproveitáveis, não alimentando má vontade contra este ou aquele, não pretendendo impor despoticamente a sua opinião, evitando as atitudes de egoísmo, não dando consentimento à formação de "igrejinhas" exclusivistas;
> 12. Cumprir rigorosamente seus deveres familiares, profissionais e públicos, procurando ser modelo de virtudes particulares e cívicas;
> 13. Nunca menosprezar os seus compatriotas pelo fato de pertencerem a outros partidos, jamais jactar-se como detentor do monopólio da honestidade, evitando o orgulho e procurando com generosidade, conquistar, bondosamente, mediante argumentos e fatos, os seus irmãos brasileiros;
> 14. Lembrar-se de que o crescimento da sua agremiação depende do trabalho intelectual do Chefe e que este depende do tempo de que dispuser; portanto, evitar sobrecarregá-lo com assuntos que devem ser encaminhados a órgãos e a pessoas que para tal estão incumbidas e credenciadas;
> 15. Nunca sobrepor o interesse ou a vaidade pessoal às superiores razões da Causa.[355]

Vários elementos presentes nestes preceitos vinculam-se à tradição integralista dos anos 30, como a introjeção da disciplina e do sacrifício, a pretensão de um espírito de companherismo entre os militantes e a desqualificação de todas as fontes de informação exteriores ao movimento. Fica evidente aqui a instrumentalização da retomada simbólica do passado integralista visando gerar comportamentos do interesse da direção partidária.

As comemorações prosseguiram no primeiro semestre de 1958, com especial destaque para a rememoração festiva da primeira marcha integralista, realizada em abril. Antes, foi realizada a XVII Convenção Nacional do PRP, que promoveu reformas visando "*uma cada vez maior centralização política do Partido*", além de estabelecer um vínculo mais direto entre as diferentes organizações integralistas:

> No Conclave alargam-se os horizontes do Grande Movimento, tomando lugar no plenário os líderes das entidades orientadas pela mesma Doutrina: a Ação Nacionalista Brasileira, o Centro Cultural da Juventude, a União Operária e Camponesa do Brasil, e as personalidades de escritores, juristas e economistas inspirados pelos critérios decorrentes da filosofia integral.[356]

---

[355] Ninguém pode dizer que é integralista se não cumpre os seguintes preceitos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.12.1957, p.3.
[356] O Grande Conclave. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.1.1958, p. 3.

A rememoração festiva da primeira marcha integralista ocorreu em 26 de abril de 1958. Três dias antes, os integralistas tentaram reproduzir, em São Paulo, um ritual integralista conhecido como "Matinas de Abril", através do qual davam boas vindas ao sol nascente, simbolizando o vigor do movimento. A cerimônia, no entanto, foi frustrada por uma chuva torrencial. Conforme Salgado, "*uma pesadíssima chuva impediu a efetivação perfeita da cerimônia*", decepcionando os integralistas ali presentes, que chegariam a "*Centenas de companheiros vindos de todos os bairros*".[357] A encenação da primeira marcha é detalhadamente narrada por Salgado:

> No dia 26, as comemorações atingiram seu ponto mais alto. Às 10:30 realizou-se um desfile percorrendo as mesmas ruas por onde os primeiros integralistas passaram em 1933. Este desfile tinha mais de mil metros de extensão. Iam, na frente, 40 camisas-verdes, com o uniforme da antiga Milícia, marchando em coluna e levando as Bandeiras Nacional e do Sigma. Logo atrás, em colunas por 5, as autoridades nacionais e os veteranos de 1933. Depois, a União Operária e Camponesa, com suas bandeiras, estandartes, cartazes, e um grande retrato de Nicola Rosica, o operário que tombou em Bauru, em 1934, sob a fuzilaria dos comunistas. Prosseguia a grande coluna, com os águias brancas, exprimindo toda a vitalidade de uma idéia que traça a sua trajetória na vida nacional, através das gerações sucessivas. Vinha, finalmente, em ordenação perfeita de colunas, o grosso da tropa: gente da Capital e do interior, numa vibração inenarrável. (...) E, no mesmo local de 1933, tivemos a sessão solene, em que falaram vários oradores. Fiz uma surpresa: assumi a presidência da sessão, envergando a camisa-verde. Não poderei reproduzir, usando das palavras mais expressivas, a vibração frenética e estrondosa que ecoou pelo auditório.[358]

O jornal *O Estado de São Paulo* considerou que "*a marcha da saudade, mais que um desfile folclórico e ridículo, constitui uma lição da história de um movimento fracassado. Foi, felizmente, longe do Brasil, nos campos de batalha da Europa, que morreram as ambições e os sonhos do sr. Plínio Salgado*".[359] Matérias como esta deixavam evidente para a liderança do movimento que a opção por um discurso explicitamente integralista e a retomada de parte da sua ritualística deixava-os mais vulneráveis às críticas da grande imprensa e dos demais agentes políticos. Desde então, o movimento não voltou a promover solenidades públicas seguindo os rituais integralistas.

6.4.3 Os limites da retomada integralista

As diversas cerimônias públicas realizadas entre agosto de 1957 e maio de 1958 visavam minimizar os descontentamentos na militância integralista e recolocar o movimento em uma situação de ofensiva política. Embora as solenidades, exposições,

---

[357] SALGADO. Idéia em marcha. In: *Palestras com o povo*, op. cit., p. 119.
[358] Idem, ibidem, p. 120-121.
[359] Entre o riso e o medo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29.4.1958 (APHRC-FPS 113.003.REC 58).

rituais, congressos e marchas realizados tenham tido uma expressiva repercussão pública (nem sempre favorável), não se pode desconsiderar que os doze anos de existência legal do PRP haviam criado e desenvolvido outros interesses, vinculados à institucionalidade. Muitas das lideranças partidárias estavam muito envolvidas nas disputas político-partidárias, atuavam no parlamento ou em governos e não viam com bons olhos uma radicalização política que levasse a uma maior mudança da perspectiva estratégica do PRP, em especial o rompimento de alianças com outros partidos. Este conflito transparece no depoimento de Umberto Pergher, liderança do PRP no Rio Grande do Sul:

> Na época havia elementos que queriam que o movimento integralista fosse reorganizado, ressurgisse. E outros achavam que não, que se deveria continuar batalhando com o PRP como partido normal, sem tentar mudar a estrutura da legislação e não criar impacto maior na sociedade. Então basicamente havia essas duas linhas, e a linha vencedora foi a de que se devia continuar a militar com o PRP e de abandonar a idéia de fazer ressurgir o movimento integralista.[360]

Mesmo que tenha reaproximado uma parcela da antiga militância e entusiasmado alguns de seus integrantes, a retomada do legado integralista através de solenidades públicas era difícil de ser sustentada por um período maior. Ficava evidente para as lideranças do movimento que a radicalização do movimento de "autonomia integralista" dificultaria o acesso às posições de poder até então conquistadas, particularmente aquelas situadas nos governos estaduais, na medida em que a obtenção destas posições dava-se nas condições impostas pelos grandes partidos. Deve-se ter presente que já naquele momento a manutenção da estrutura partidária dependia, em grande medida, da política institucional. E que, além disso, grande parcela das lideranças do movimento ocupava postos governamentais e, portanto, pressionava pelo fim da política de "independência partidária" e pelo término das manifestações públicas abertamente integralistas. Também deve-se levar em conta que naquele momento os vínculos institucionais do partido eram muito fortes, e, desde o final de 1957, o PRP participava diretamente do governo Juscelino Kubitschek, como discutiremos no próximo capítulo. Além disso, deve-se levar em conta a mudança da conjuntura política nacional, passando-se de um contexto de intensa crise social e mobilização popular, entre 1952 e 1954, para um processo de reconstituição da hegemonia burguesa, no governo Kubitschek, com nova tentativa de cooptação dos setores

---

[360] CALIL, SILVA, & BATISTA. *Depoimento de Umberto Pergher*, op. cit., p. 29. Também na avaliação do historiador Rodrigo Christofoletti, "*a despeito das comemorações dos 25 anos do integralismo servirem para colocá-lo novamente na ordem do dia, não foram suficientes para revigorar o movimento*". CHRISTOFOLETTI, *As celebrações do Jubileu de Prata integralista*, op. cit, p. 146.

populares e médios, o que certamente refletia na posição integralista e tornava menos viável sua configuração como uma alternativa imediatamente fascista.

Assim torna-se compreensível o curto fôlego da "retomada integralista" e o rápido retorno à posição anterior do PRP, inclusive com o completo abandono da "independência partidária" já nas eleições estaduais de 1958. A opção pela institucionalidade, com o aprofundamento das alianças com outros partidos gerou, no entanto, novos descontentamentos, novas reações, novas defecções, e várias propostas de criação de uma entidade abertamente integralista.

No Rio Grande do Sul, as fortes reações ocorridas em 1951 ao acordo com o PTB ressurgiram, com força maior, em 1958, quando o partido efetivou aliança com Leonel Brizola. Dentre as diversas reações, destacam-se o repúdio público do prefeito de Ijuí Lothar Friedrich (PRP) à aliança, e várias publicações de apedidos em jornais, assinadas por ex-militantes, condenando o apoio a Brizola e manifestando apoio ao seu oponente, o candidato do PSD Peracchi Barcelos.[361] Outros, que tinham seguido no partido, romperam no decorrer do governo Brizola, como o suplente do Senador Guido Mondin, Geraldo Lindgreen, que declarou à imprensa estar "*cansado da hipocrisia de certos companheiros e do espírito de subserviência do grupo que dirige o PRP do Rio Grande do Sul em relação ao sr. Leonel Brizola, que anda de braços com integralistas e comunistas a um mesmo tempo*".[362]

Em 1959, um "veterano militante" (cuja assinatura não é legível) divulgou um longo manifesto "aos integralistas de São Paulo", expondo suas divergências. Alguns trechos são muito expressivos do descontentamento de uma parcela da militância integralista:

> Foi a malfadada "Lei Bayma" que transformou a nossa gloriosa Ação Integralista Brasileira em partido político, sem o que seríamos banidos do campo político nacional. Entretanto, era o ESPÍRITO INTEGRALISTA QUE PRESIDIA NOSSOS ATOS, e aquela contingência não nos deteve, não nos desvirtuou! (...) Depois de oito anos privados dos mais elementares direitos dos cidadãos livres, saímos das catacumbas, formamos este PRP, e recebemos de volta, mais forte, engrandecido, mais experiente, o nosso mesmo e grande Chefe, que aceitou o comando do PRP, como contingência, meio, recurso, para que o Integralismo retomasse seu ritmo e prosseguisse na sua ação evangélica de salvação nacional. Vivendo realisticamente a sua época, esse partido, PARA TAPAR A BOCA DE INIMIGOS MAL INTENCIONADOS OU MAL INFORMADOS A NOSSO

[361] Cf. CARDOSO, op. cit., p. 71-76. Um deles, assinado por Justiniano Madeira, acusava o PRP de marchar junto aos comunistas, colocando "*Sigma-Foice-Martelo sob o mesmo estandarte do PTB*". Idem, p. 72.
[362] Apud CARDOSO, op. cit., p. 118. Lindgreen foi eleito suplente de Senador exatamente na aliança do PRP com o PTB, em 1958.

> RESPEITO, fez acordo com TODOS ELES, com exceção dos marxistas, e de fato, anulou-lhes os maus propósitos. (...) Como podemos apoiar quaisquer dos atuais candidatos a prefeito desta Capital sem trair aos nossos princípios? (...) Nós os conhecemos de sobra, e eles para nós nada representam, a não ser, se aliados a um deles, o CAMINHO DA DISSOLUÇÃO DOS NOSSOS QUADROS! (...) Pois se os nossos líderes não desconhecem tais coisas, se são INTEGRALISTAS COMO NÓS, como podem comprometer-se, e o que é pior, tentar comprometer-nos com tais aliados e tais alianças? Se vós, meus líderes, aceitardes o grito de alerta que são estas minhas palavras, continuareis líderes, e eu serei, mesmo irreverente, um soldado com toda a impavidez e a audácia dos soldados conscientes. Mas se porventura o assunto vos tornai apaixonados e surdos ao nosso brado, ide ao vosso destino. (...) Baixarei a minha espada, despirei minha armadura, lanço à terra meu escudo, se por desgraça minha e desgraça nossa o NOSSO GRANDE CHEFE determinar que me cale e que me renda. Fora disso, não me chameis nem trânsfuga, nem desleal! ESTAREI EM COMBATE, até o último alento, e FIELMENTE VOLTADO ao que é maior que todos nós: DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA![363]

No mesmo ano, um grupo de integralistas pernambucanos fazia duras críticas ao PRP, sustentando que o partido estava dominado por "*verdadeiros vigaristas e aventureiros, capazes de quaisquer procedimentos sórdidos, políticos ou não, e que jeitosamente se infiltram na legenda do PRP para depois trazer a vergonha, a desmoralização, o opróbrio para o seio do Partido*", e afirmando estar encaminhando a criação "*de um movimento novo, de bases novas, com diretrizes especiais, em condições de enfrentar o problema e a crise, reagir contra a onda de apatia e desagregação político-social*", "*movimento misto de política e ideologia, educação e desprendimento. Síntese moderna, com outra roupagem, diferente faceta, estranha caracterização, da Ação Integralista Brasileira*".[364]

Uma forma utilizada por Salgado para tentar neutralizar os descontentamentos foi manter aberta a possibilidade de voltar a se candidatar à presidência em 1960, como revela uma declaração sua em 1956: "*em relação à sucessão presidencial da República em 1960, é um estado de espírito de meu partido em todo o país o desejo que vai se concretizando em deliberação de, novamente, desfraldarmos sozinhos a nossa bandeira*".[365] Às vésperas daquela eleição, o Diretório Nacional do PRP esboçou outra solução, expressa em carta enviada a Salgado:

> Este Diretório Nacional chegou a conclusão de que urge uma providência no sentido de **preservar a unidade do partido**, cujas opiniões regionais e locais se extremam em nocivas divergências quanto à escolha do candidato a ser por nós apoiado à superior

[363] Integralistas de São Paulo (Manifesto), s./d. (1959) (APHRC-FPS 055.004.012).
[364] Correspondência de Flavio Guerra a Plínio Salgado, 20.4.1959 (APHRC-Pprp 59.04.20/1).
[365] Disposto o sr. Plínio Salgado a candidatar-se novamente em 1960. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16.10.1956 (CDAIBPRP).

> magistratura da Nação. Na verdade, está seriamente ameaçada a unidade de nossa organização partidária, que constitui o nosso maior patrimônio político e moral. (...) Este Diretório chegou à conclusão de que nos resta uma possibilidade de salvar a unidade do Partido e essa é a apresentação do nome de V. Excia. para candidato a Vice-Presidente da República. (...) Nosso partido, com essa solução, não se fragmentará.[366]

Para o Diretório Nacional, a candidatura de Salgado permitiria "*polarizar as correntes contrastantes que hoje se verificam no PRP*."[367] Salgado, porém, manteve a indefinição, pois "*subordinou sua resposta àquele ofício ao pronunciamento de todos os diretórios regionais, das bancadas do Partido na Câmara e no Senado, bem como dos membros do DN ausentes à reunião que deliberou fazer o apelo*",[368] o que soa estranho, dado o controle que Salgado exercia sobre o Diretório Nacional. A candidatura não foi efetivada e o partido apoiou as candidaturas do General Lott à presidência e de João Goulart à Vice-Presidência. Ainda assim, chama a atenção a admissão por parte do Diretório Nacional, das dificuldades enfrentadas para a manutenção da coesão e da hierarquia partidária. No entanto, os compromissos assumidos com outros partidos, desde a participação no governo de Juscelino Kubitschek até o envolvimento no movimento conspiratório de 1964, inviabilizavam completamente a propalada "independência partidária", reduzindo-na a mera retórica.

As situações de descontentamento eram inúmeras, embora Plínio Salgado fosse na maioria das vezes preservado das críticas. Sua posição, no entanto, era delicada, pois era chamado a legitimar as posições assumidas, como ocorreu no Rio Grande do Sul em 1951 e em 1958, levando uma parcela dos descontentes a criticá-lo diretamente. Foi o caso, por exemplo, do já citado "apedido" assinado por Justiniano Madeira, que assim concluía: "*Pêsames, sr. Plínio Salgado, os meus pêsames. De maus conselheiros caolhos estais cercado*".[369] Já o integralista Carlos Vals, que abandonou o PRP em virtude do apoio a Lott e Jango, em 1960, declarou publicamente: "*considero esta atitude a negação de 28 anos de luta e pregação doutrinária e filosófica. É a capitulação vergonhosa contra Deus, contra a Família, e contra a Pátria*".[370]

---

[366] Resolução do Diretório Nacional de 20.4.1960 (CDAIBPRP). Grifo meu. A resolução reconhece que o ideal para o partido seria a apresentação de Salgado à Presidência, mas avaliava que isto seria inviável em virtude dos altos custos.
[367] Idem.
[368] Correspondência do Vice Presidente do Diretório Nacional do PRP em exercício, Vicente Meggiolaro, ao Diretório Regional do PRP-RS, em 5.5.1960 (CDAIBPRP).
[369] Apud CARDOSO, op. cit., p. 72.
[370] Abandonou o PRP porque é contra Lott e Jango. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 9.9.1961 (CDAIBPRP).

A opção pela perspectiva institucional também pode ter gerado uma reação oposta nos meios integralistas, levando alguns a optar por outros partidos, capazes de lhes oferecer maiores vantagens eleitorais. Pode não ser o caso dos ex-integralistas que abertamente romperam com o movimento, como Miguel Reale (PSP), San Tiago Dantas (PTB) e Neiva Moreira (PTB), mas é o de outros que seguiam se declarando integralistas, mesmo militando em outros partidos, e também daqueles que abandonaram o partido para permanecer com os cargos obtidos através do partido após o rompimento das coligações, como é o caso de Juraci de Assis Machado, presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul no governo de Leonel Brizola, que permaneceu no cargo após o rompimento da coligação em 1961, e, no ano seguinte, apoiou o candidato do PTB e atacou o PRP pela imprensa.[371]

---------- x ---------- x ----------

Apesar do recuo da retomada do legado integralista dos anos 30, o conjunto de políticas adotadas pelo movimento em meados dos anos 50 efetivamente modificou sua configuração. A criação de entidades extrapartidárias, a independência partidária, o lançamento de candidatura própria à presidência em 1955, e o resgate da simbologia integralista deram maior visibilidade ao movimento e modificaram sua estruturação interna. Ainda que não tenha determinado o retorno à perspectiva estratégica adotada nos anos 30 – a tentativa de tomada do poder através de uma "guerra de movimento" -, o que, de resto, seria anacrônico no contexto dos anos 50, as novas táticas adotadas foram importantes, dotando o movimento de novos instrumentos (as entidades extrapartidárias), possibilitando que seu discurso tivesse maior repercussão pública (candidatura presidencial em 1955) e impedindo que perdesse sua identidade (retomada do legado integralista) e que o PRP fosse absorvido pelos seus aliados eleitorais (independência partidária). Os resultados obtidos por esta política não podem ser subestimados, considerando-se as centenas de centros culturais, as dezenas de núcleos operários, a repercussão das diversas atividades vinculadas ao Jubileu de Prata do Integralismo e a expressiva votação atingida por Salgado em 1955. A despeito de seu relativo sucesso, tais táticas foram abandonadas ou despriorizadas a partir de 1958, com o relativo esvaziamento dos centros culturais, a diminuição das referências aos símbolos e rituais integralistas, a completa ruptura com a

[371] Ver a respeito CARDOSO, op. cit., p. 141-148.

“independência partidária” e a retomada das alianças com os demais partidos políticos. Este retorno à ênfase institucional, certamente impulsionado pelas lideranças mais vinculadas ao aparato governamental e ao parlamento, teve como ponto determinante o ingresso no governo Kubitscheck, como discutiremos no próximo capítulo.

Capítulo 7 - 1957-1961: O PRP nos governos Kubitschek e Jânio Quadros

O objetivo deste capítulo é analisar os vínculos institucionais estabelecidos pelos integralistas entre 1956 e 1961. Para isto, discutiremos sua relação com o governo de Juscelino Kubitschek, com especial ênfase para a defesa da sua posse e a oposição à articulação golpista; ao ingresso dos deputados do PRP no Bloco Majoritário de apoio ao governo; e sua participação no governo, efetivada com a gestão do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a partir de outubro de 1957. Também discutiremos as decorrências da participação no governo federal para a política de "independência partidária" e para o processo de retomada do legado integralista, e os recursos utilizados pela direção partidária para neutralizar o descontentamento da militância integralista, como a defesa aberta do integralismo e do corporativismo no parlamento. Da mesma forma, será analisada a tensão que atravessou o PRP no ano de 1960, quando parte da militância exigia uma retomada da "independência partidária", mas a participação no governo Kubitschek forçava-o ao apoio de candidaturas a presidente e vice-presidente que não eram bem recebidas por grande parte de seus militantes. Por fim, analisaremos a situação em que se encontraram os integralistas no curto período do governo Jânio Quadros, já que este sempre fora considerado "comunista" pelos integralistas, o que tinha que ser revisto em virtude do interesse da direção partidária em manter-se na direção do INIC.

A hipótese geral para a compreensão deste período é de que ele foi marcado pela contradição entre o aprofundamento dos vínculos institucionais, com todas as suas decorrências, e o desejo expresso por grande parte da militância, de radicalizar a defesa de um projeto abertamente integralista, recusando alianças com os demais partidos políticos e manifestando-se ostensivamente pela utilização dos símbolos e rituais integralista; e que esta contradição acabou por se resolver com a priorização da política institucional, em consonância com o papel desempenhado pelo PRP no governo Kubitschek, ainda que a direção integralista tenha sido obrigada a fazer algumas concessões secundárias para manter sob seu controle os integralistas tidos como "puros" ou "radicais".

7.1 O PRP no governo Juscelino Kubitscheck

7.1.1 Da defesa da posse à participação no Bloco Majoritário

Em 5 de outubro de 1955, dois dias depois da eleição presidencial, quando a apuração recém havia iniciado, Plínio Salgado lançou um "Manifesto à Nação",

defendendo a manutenção da legalidade e a posse daquele que fosse eleito: "*Seja qual for o resultado das urnas, reconhecerei como legítimo o Governo que a Justiça Eleitoral der como eleito, de conformidade com a Constituição da República e as Leis Vigentes*".[1] Dias depois, Salgado relatava ao Diretório Nacional seu envolvimento na articulação de um manifesto dos partidos contra o golpe em curso:

> [Salgado] Passa então a fazer um relato da situação delicada em que se encontra o país, em face das manobras de interessados na subversão do regime, inconformados com os resultados apurados na recente eleição. A implantação de um regime de exceção, acrescenta, com prejuízo do regime constitucional vigente, vem sendo abertamente pregada na Tribuna do Parlamento, nos jornais, rádios, televisões e em comícios nas ruas sem que uma única medida das nossas autoridades procure, pelo menos, alertar o País contra tais excessos. Essa campanha resvalou, também, para o terreno das difamações, injúrias e calúnias, no propósito evidente de incompatibilizar os menos esclarecidos com os Partidos que não seguem aquelas manobras. Fomos ainda, e eu também como candidato, atingidos pela infâmia dos "golpistas". Como candidato, continua, lancei um manifesto à Nação, esclarecendo a sua e a nossa verdadeira posição em face dos resultados da última eleição e da campanha subversiva que vem sendo desencadeada pelos elementos "golpistas", auxiliados muito habilmente pelos comunistas, interessados na guerra civil, pregada abertamente, sob a indiferença criminosa das nossas autoridades. Após o lançamento daquele Manifesto, informa ainda o sr Presidente, políticos das principais agremiações democráticas do País o têm procurado, bem como outros elementos apartidários, igualmente interessados em evitar que a nossa Pátria seja levada à desgraça, pelo desatino dos pregoeiros de soluções extralegais, auxiliados, como teve ocasião de comprovar aos que com ele estiveram, pelo comunismo internacional, em hábil manobra envolvente. Desses nossos encontros, nasceu a idéia do lançamento de um "Manifesto dos Partidos", assinado pelos candidatos à Presidência na última eleição, pelos presidentes dos Partidos, senadores e deputados, alertando a Nação daqueles perigos e exigindo, em nome da democracia, o respeito à Constituição, acatamento às decisões da Justiça Eleitoral e posse dos candidatos diplomados.[2]

O Manifesto foi assinado pelo PSD, PTB, PSP, PR, PST, PTN e PRP, por três dos candidatos à presidência: Juscelino Kubitschek, Adhemar de Barros e Plínio Salgado, e por 220 deputados e 45 senadores. Em 21 de outubro, foi lido na tribuna do Senado, e também no programa radiofônico do PRP.[3] Em uma reelaboração posterior de *A Marcha*, Salgado era apresentado como principal articulador do Manifesto:

> Existia em curso uma conspiração profunda visando impedir a proclamação e a posse dos candidatos eleitos e legalmente reconhecidos. Nesse instante, Plínio Salgado, impressionado com a urdidura revolucionária, resolveu, sob a sua exclusiva responsabilidade, entrar em contato com o dr. Adhemar de Barros, e concitá-lo à luta em

[1] Manifesto à Nação. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.10.1955, p. 4 e 5.
[2] Ata do Diretório Nacional, 15.10.1955 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.001).
[3] Cf. O Manifesto dos partidos, definição contra o golpe. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.11.1955, p. 3.

> defesa da legalidade ameaçada. Foi então que surgiu o Manifesto da Legalidade, escrito por Plínio Salgado e assinado pelos presidentes dos partidos empenhados na mesma luta.[4]

Como um dos argumentos usados pelos udenistas contra a posse de Kubitschek era o apoio que ele recebeu dos comunistas – cujos votos deveriam ser declarados nulos, segundo a argumentação de Carlos Lacerda – Salgado esforçava-se para inverter este argumento, defendendo que uma ruptura institucional beneficiaria o Partido Comunista:

> O comunismo está interessado no golpe, agora, antes da decisão da Justiça Eleitoral, e depois, antes da posse normal do governo dado como eleito. Quer roubar-nos a bandeira da legalidade, da Constituição, das liberdades públicas. Está provocando os homens de bem. Temerosos de sua influência no próximo governo. Então, pergunto: qual deve ser a nossa atitude, com os precisos conhecimentos que temos desses malvados que visam seus fins perversos? Só pode ser uma, desdobrada em dois tempos: 1º) manutenção da legalidade, a todo o transe; 2º) atenção vigilante do Povo e das Forças Armadas para o Governo que se instalar no país, de sorte que, agindo esse Governo de acordo com os supremos interesses da Pátria, sem dar franquias ao partido da traição, sem adotar no campo internacional a política de aproximação com a malta de assassinos e bandidos que domina a Rússia, a Europa Oriental e a maior parte da Ásia, nesse caso seja ele, esse Governo, por nós respeitado e mantido; mas no caso contrário, que nos levantemos, e não permitamos, de forma alguma, que o Brasil se afunde no caos para onde pretendem levá-lo os comunistas mancomunados com as catervas gregorianas, as quadrilhas dos desfalques e roubalheiras que já desgraçaram a Nação e cujo inescrúpulo pode conduzi-los a alianças com os agentes de Moscou.[5]

A Marcha, em editorial, defendia "*ser absolutamente necessário que os brasileiros esqueçam suas dissensões políticas e se unam sustentando a Constituição, as Leis, o resultado das urnas, seja quem for o eleito, a fim de que a bandeira da Legalidade não nos seja arrebatada pelos comunistas que querem, usando-a, assassinar a nossa Pátria*".[6] Ao mesmo tempo, ironizava a contradição da UDN em apresentar-se como defensora da democracia ao mesmo tempo em que propunha o golpe:

> Impedir a posse do Presidente eleito: Ah! Isso é legalidade.
>
> Impedir que eles impeçam a posse do eleito: Ah! Isso é ilegalidade.
>
> Pregar abertamente pela imprensa, pelo rádio, a revolução contra o regime, com o fito de implantar uma ditadura: Ah! Isso é legalidade.

---

[4] O discurso de Loureiro Júnior: desmascarado o falso anticomunismo da UDN. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1956, p. 1, 6, 7, 8 e 11.
[5] SALGADO, Plínio. O perigo comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.10.1955, p. 1, 6, 7, 10 e 12.
[6] Comunismo: os golpistas e os antigolpistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.11.1955, p. 1 e 5. Um ano depois, Salgado insistia na mesma tese: "*eu via em qualquer iniciativa tendente a impedir a posse dos eleitos o mais magnífico pretexto para que os comunistas tomassem das mãos dos bons brasileiros a bandeira da legalidade, servindo-se, por outro lado, de tão propícia ocasião para deflagrar em todo o Brasil o sistema das guerrilhas e das sabotagens*". Plínio Salgado ao Diário da Noite e O Globo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1956, p. 1, 6, 7, 8 e 11.

> Escrever e falar contra essa revolução vergonhosamente proposta às barbas do presidente Café e do ministro Prado Kelly: Ah! Isso é ilegalidade.[7]

Logo depois do contragolpe conduzido pelo general Lott, Loureiro Júnior, líder do PRP na Câmara dos deputados sustentou que o movimento foi "*em defesa da Constituição*", "*para que a Nação prossiga a sua vida normal no quadro das instituições democráticas*".[8] Também a decretação do Estado de Sítio foi apoiada pelos integralistas, sob o argumento de que ele "*não teve outro objetivo senão a concórdia dos espíritos*".[9] A proposta de instituição do parlamentarismo, outro golpe tentado pelos udenistas, também foi atacada por *A Marcha:*

> A turmazinha do despeito e da mazorca não sossegou. Embora os seus golpezinhos fracassem um após o outro, embora ninguém queira mais saber de Cafés e Luzes, e muito menos de lanternas hamletianas, os eternos agentes da desordem e da desagregação, continuam na sua tarefa. Raul Pila pertence à linha indireta, mas Nestor Duarte é da diretíssima. E eis que ambos, pedindo assinaturas aqui e acolá, novamente insistem com o chavão surrado do parlamentarismo, num momento histórico em que o mesmo não apresenta nenhuma possibilidade de vida.[10]

Uma parcela da militância não aceitou a posição assumida pelo partido, já que Kubitschek era sustentado pela mesma aliança que apoiou Vargas e teve o apoio do Partido Comunista. Salgado registrou em correspondência que um grupo de "*companheiros do Paraná*" pretendia "*assumir atitudes diferentes daquelas ditadas pela Presidência Nacional do PRP em face da política nacional*", ao que ele respondia que "*o nosso povo, em geral, não acompanha os 'lanterneiros', que só encontram eco na burguesia e na granfinagem*".[11] Além disso, *A Marcha* ressaltava as proclamações anticomunistas de Kubitschek: "*Diz o presidente eleito que sempre foi contrário ao comunismo e que, como deputado, votou a favor do fechamento do Partido Comunista em nosso país. Diz que, de nenhum modo, tentará promover a reabertura legal do Partido Comunista. Acrescenta que não pretende estabelecer ligações diplomáticas ou comerciais com a Rússia Socialista. E afirma que, se os comunistas no Brasil tentarem algo contra as instituições, metê-los-á na cadeia*".[12]

Às vésperas da posse de Kubitschek, o PRP realizou um conclave de líderes, reunindo o Diretório Nacional, os presidentes dos diretórios regionais, os deputados

---

[7] A legalidade deles. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.11.1955, p. 1 e 2.
[8] O movimento foi das Forças Armadas em defesa da Constituição. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.11.1955, p. 4, 5 e 10.
[9] Nem anarquia nem ditadura, mas apaziguamento dos ânimos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.12.1955, p. 1 e 3.
[10] Parlamentarismo, novo golpe dos golpistas fracassados. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.12.1955, p. 1.
[11] Correspondência de Plínio Salgado a Sérgio Martinovski, 19.12.1956 (APHRC-Pprp 19.12.56/20).
[12] Juscelino e os comunistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.1.1956, p. 1.

federais e estaduais e outros dirigentes convidados, visando definir uma posição com relação ao novo governo. Salgado repeliu as insinuações de que "*a atitude assumida pelo nosso partido e pelo nosso candidato à Presidência da República visava recompensas no governo Juscelino*", afirmando que "*se isso fosse verdade, não estaríamos agora em Conclave, para estudar a situação do país e a linha a adotarmos em face do novo Governo*".[13] As deliberações do Conclave foram as seguintes:

> 1º) Dar plena aprovação às decisões, orientação, posição assumida e atividades exercidas pelo presidente do Partido, sr. Plínio Salgado, quer nessa qualidade, quer na de candidato da agremiação a Presidente da República, desde 3 de outubro até a presente data;
>
> 2º) Aprovar as decisões e atitudes do Diretório Nacional e da Bancada Federal desde 3 de outubro até ao presente;
>
> 3º) Dar plenos poderes ao presidente do Partido, ao Diretório Nacional e à Bancada do PRP na Câmara Federal, para estudarem a situação política do país, determinando, como acharem conveniente, a posição do Partido em face do novo Governo, pois seja qual for a decisão tomada, quer de oposição, quer de independência, quer de colaboração parlamentar ou no executivo, essa decisão será acatada e sustentada por todos os DR e DM, em perfeita harmonia e unidade de pensamento e segundo a mais rígida disciplina partidária, em todo o país.[14]

A delegação de "plenos poderes" a Salgado, naquele contexto, tinha o sentido claro de facilitar as negociações visando obter condições para a adesão do PRP ao governo. Ao que parece, estas negociações não avançaram naquele momento. Mesmo assim, os integralistas mantiveram uma postura de apoio ao governo, com fortes críticas contra a UDN, ainda que seguissem afirmando que o PRP mantinha uma posição de independência. Em abril, *A Marcha* considerava "*heterodoxos e apóstatas de nossa doutrina todos aqueles que ouviam e concordavam com os cantos da sereia 'golpistas'*", e definia: "*Quanto à posição política do PRP, ela se define em relação ao Governo Federal, com estas palavras:* ***'Apoio sem adesão, colaboração parlamentar sem compromissos definitivos';*** *vigilância contra o comunismo e liberdade de ação no momento em que verificarmos que os supremos interesses da Nação exigem de nosso partido uma atitude enérgica*".[15] O apoio tomou forma concreta com a participação do PRP no Bloco Parlamentar da Maioria, de sustentação ao governo, inclusive com a indicação de Loureiro Júnior como sub-líder do Bloco. Esta opção foi justificada em nome da necessidade de dar ao governo as condições necessárias para governar:

---

[13] Conclave de líderes do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1956, p. 1, 10 e 11.
[14] Idem, ibidem.
[15] SALGADO, Plínio. Os estatutos do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 1 e 12. Grifo meu.

> A Bancada do PRP vem de ingressar no Bloco Parlamentar da Maioria, formado também pelo PSD e pelo PTN. Os líderes destas três bancadas, na comunicação à Mesa da Câmara, anunciando a formação do Bloco, disseram que assim faziam "com os superiores objetivos de luta pela preservação do regime e das instituições e proporcionar ao governo eleito as condições necessárias para o desempenho de suas difíceis tarefas e cumprimento dos compromissos assumidos para com o povo brasileiro". (...) O que os fariseus do regime têm feito até hoje, desde os albores da campanha sucessória, foi simplesmente um atentado, um crime contra o funcionamento do regime democrático: negar ao adversário todas as condições para que ele possa cumprir com seus deveres para com o regime. (...) A pregação da masorca, o incitamento à quartelada, a difusão de boatos subversivos, a interpretação capciosa de atos e providências governamentais, como vem sendo feito pelos setores golpistas – não constituem atos de legítima oposição, de verdadeira oposição, sem a qual o próprio Governo não poderá bem Governar – mas se transformaram num verdadeiro atentado ao direito que o Governo tem de governar e, conseqüentemente, um atentado à Constituição e ao Regime Democrático. Por estas razões, o PRP, que foi força ativa e marcante na batalha pela preservação do regime, sentiu-se no dever de prestar mais esta à Nação: formar no Bloco Majoritário, para com isso repisar um princípio fundamental, não só para o regime, no presente momento, mas para a própria sobrevivência da Nação: o direito de os eleitos e empossados poderem governar, direito que não pode ser negado a um Governo legítimo, como é o atual. Para esta nossa superior atitude, nada pedimos e nada queremos do Governo.[16]

Salgado, por sua vez, minimizou a implicação política da participação no Bloco Parlamentar da Maioria, justificando que se o PRP não integrasse um dos blocos não poderia ocupar a tribuna nem participar das comissões e sustentando que a indicação do sub-líder do Bloco "*não significa adesão incondicional ao Governo, mas um simples apoio parlamentar em relação aos meios de que o Executivo necessita para poder governar*".[17] A participação no Bloco era apresentada como um "crédito de confiança" ao governo, com a garantia de que "*o PRP não pleiteia ou sequer aceita participação no Executivo, nem compensações vantajosas como é costume exigirem os partidos em troca de apoio parlamentar*".[18] No entanto, ao menos no que se refere à publicação de anúncios governamentais para o jornal *A Marcha*, as compensações foram recebidas, como revela um anúncio de quatro páginas inteiras do Ministério da Agricultura, publicado no mês de maio.[19]

A participação no Bloco Parlamentar da Maioria acirrou ainda mais o confronto com a UDN. Quando a Mensagem Presidencial foi criticada por parlamentares da UDN, *A Marcha* considerou que "*os argumentos usados pelos detratores da mensagem presidencial são ridículos e inoperantes*", e desqualificou os críticos: "*O 'renomado'*

---

[16] O direito de governar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 3.
[17] SALGADO, Plínio. Ergueu-se uma força nova! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 3 e 8.
[18] Idem, ibidem.
[19] Ministério da Agricultura: Serviço de Expansão do Trigo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.5.1956, p. 4 a 7.

jurista Aliomar Baleeiro examinando – superficialmente – a matéria, considerou o trabalho presidencial 'como obra demagógica e inconcludente'. Padilha (...) doublé de financista e economista, considera a Mensagem um 'trabalho mal improvisado e sem bases doutrinárias'; Bilac Pinto, o jurista das Montanhas, diz que o JK 'se apropriou dos trabalhos de técnicos nacionais e estrangeiros'".[20] A *Tribuna da Imprensa*, por sua vez, retomou sua campanha contra Salgado e os integralistas, trazendo novas denúncias. Segundo *A Marcha*, a *Tribuna* "*publicou uma página inteira de perfídias, de insinuações, de chacotas, de injúrias e de calúnias contra a indestrutível personalidade moral de Plínio Salgado*". Na sua interpretação, "*a sistemática e odiosa campanha de Lacerda contra Plínio Salgado*" seria parte da "*obra bolchevista de destruição pela calúnia dos homens públicos brasileiros*"*: "A missão desses jornais e jornalistas é curiosa. Devem manifestar-se sempre anticomunistas e combater mesmo o comunismo para se tornarem insuspeitos. Então, vacinados contra possíveis acusações, ficam à vontade e recebem as ordens: destruir Fulano, desmoralizar Beltrano, inutilizar Cicrano*".[21] A disputa pela primazia do anticomunismo opôs integralistas e udenistas em um curioso embate: os integralistas acusaram a UDN de apoiar um projeto de anistia dos comunistas afastados de cargos públicos;[22] a UDN reagia acusando o General Lott de ter concedido 16 postos de comando a oficiais comunistas, com a omissão do PRP; e este respondia afirmando que "*Lott está na linha do mais autêntico, leal e inteligente anticomunismo*",[23] enquanto a UDN seria a maior responsável pelo avanço comunista por obstaculizar a aprovação de uma legislação que permitisse maior repressão.[24]

Em julho de 1956, *A Marcha* elogiava o líder do PRP na Câmara, Luis Compagnoni, "*cuja orientação coloca o PRP na Câmara Federal na posição mais bela, mais digna, mais patriótica a que pode aspirar um partido: nem adesão incondicional ao governo, nem oposicionismo destrutivo e inconseqüente, mas equilíbrio e bom senso,*

---

[20] Megalomania e megalomaníacos [editorial] *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 2.
[21] A *Tribuna da Imprensa* como sempre... *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956, p. 12.
[22] Para *A Marcha*, "*udenistas e trabalhistas dão as mãos quando se trata de favorecer o comunismo*". Deputados da UDN e do PTB votam a favor de anistia ampla. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.5.1956, p. 6.
[23] Um dos denunciadores, o ex-integralista Raymundo Padilha afirmou na tribuna da Câmara que Salgado havia lhe enviado felicitações pela denúncia, através de um recado transmitido por Raimundo Barbosa Lima. Este último desmentiu sua afirmação e Salgado considerou que "*a ação do deputado Raymundo Padilha não faz mais do que fortalecer os comunistas, enfraquecendo a autoridade que os poderá conter no momento em que contar com as forças vivas da Nação e estiver a salvo da infrene e subversiva arremetida de uma oposição sem grandeza*". Correspondência de Plínio Salgado a Luis Compagnoni, 27.10.1956 (APHRC-Pprp 27.10.56).
[24] O discurso de Loureiro Júnior: desmascarado o falso anticomunismo da UDN. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1956, p. 1, 6, 7, 8 e 11.

pondo acima de tudo os superiores interesses da Nação".[25] No mês seguinte, Compagnoni anunciou que o PRP procederia a uma revisão da posição que assumira até então: "*Passados seis meses da instalação do novo Governo, dentro do PRP sentiu-se a necessidade de ser reexaminada a posição da bancada federal do PRP no bloco majoritário. (...) Não significará, a priori, que este reexame conduza à oposição, a uma posição de independência, à participação em outro bloco ou à ratificação e permanência na posição atual. Somente o reexame da situação é que dirá da posição futura do PRP*".[26] Na reunião do Diretório Nacional convocada para tal fim, alguns dirigentes defenderam o rompimento imediato com o governo, o que foi rejeitado, tendo-se aprovado "*no setor parlamentar, continuar no bloco da maioria, sem apoiar as decisões que colidam com a orientação do partido*", e "*no setor governamental continuação da mesma linha de independência seguida até hoje*".[27] Em novembro, Loureiro Júnior participou da articulação da Frente Parlamentar contra a Demagogia e o Golpismo, "*um movimento constituído pelos deputados federais que apoiaram a posse do atual governo e sustentam suas iniciativas no parlamento*", cuja ação seria exercida "*através de uma atividade popular, em comícios, conferências, discursos nas emissoras e artigos na imprensa*".[28] Não encontramos informações sobre atividades desenvolvidas por esta Frente, mas a participação do PRP expressa uma reafirmação de seu apoio. No balanço do ano de 1956, *A Marcha* proclamava o acerto da linha seguida:

> Politicamente, proclamamos, em janeiro, o direito de governar que competia aos que foram dados como eleitos pela Justiça Eleitoral. (...) Esta cooperação não significava adesão, nem adjudicação de princípios e normas de conduta na apreciação dos problemas do país e das soluções propostas. Era uma atitude de alto patriotismo num instante difícil da vida brasileira. Não exigia compensações, nada reivindicava, nada aspirava como proveito de grupo ou corrente partidária. No transcurso dos meses, vimos confirmado o acerto da nossa orientação. Muitos foram os acontecimentos que a insensatez de uns, os ódios de outros, os interesses de não poucos suscitaram no país. Mas, apesar de tudo, o Governo pode governar e a ordem ser preservada.[29]

Em março de 1957, foram realizadas eleições municipais no estado de São Paulo. Para a definição de sua posição na capital paulista, o PRP fez uma consulta aos seus filiados, através de um questionário, no qual se optaria pela candidatura própria, questão

---

[25] A bancada do PRP na Câmara Federal. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.7.1956, p. 5.
[26] Novembro de 1955: Plínio Salgado evitou a guerra civil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.8.1956, p. 1 e 6.
[27] Ata do Diretório Nacional, 5.9.1956 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.001).
[28] Loureiro Júnior ao Diário da Noite: criada a Frente Popular contra a Demagogia e o Golpismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.11.1956, p. 3. A Frente era presidida pelo General Flores da Cunha.
[29] Balanço de 1956. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.12.1956, p. 3.

aberta ou apoio a um dos candidatos.[30] Após a realização deste levantamento, que não foi tornado público, a Convenção Regional deliberou pelo apoio a Adhemar de Barros (PSP), tendo havido "*divergências manifestadas em votos*", de convencionais que queriam "*lançar candidato próprio ou adotar a atitude de abstenção*".[31] Os ecos do movimento de independência partidária já não tinham, como se vê, força suficiente para definir a posição do partido. Indagado sobre se acreditava que Adhemar faria uma boa administração, Salgado respondeu que "*o que mais importa no momento é que a sua eleição quebrará a unidade política estadual das correntes socialistas, comunistas e oportunistas*",[32] referindo-se a Jânio Quadros, então governador do Estado, apontado como "comunista". A posição assumida gerou reações não apenas dos defensores da "independência partidária", mas também de outros que discordavam, em particular, do apoio a Adhemar, como expressa a carta de uma militante:

> Profundamente decepcionada com a atitude do PRP nesta eleição para a Prefeitura de São Paulo, pela primeira vez, desde 1934, quando prestei juramento na então Ação Integralista Brasileira, deixei de votar com o Partido. Por que, havendo um candidato, inimigo que seja, porém, **competente** e **honesto**, Prestes Maia – o PRP apóia um ladrão e aventureiro, Adhemar de Barros? Tudo que tal candidato nos possa ter oferecido, não justifica tal atitude. Não foi isto que apreendi com Plínio Salgado, como integralista que sempre fui e que continuarei a ser, **sempre que a orientação do partido for honesta e justa**.[33]

Respondendo a outro militante, que também acusava Adhemar de "ladrão", Salgado sustentava que havia sido necessário "*votar no candidato, fosse quem fosse, que tivesse probabilidades eleitorais de impedir que a foice e o martelo vencesse as eleições. Qualquer outra atitude, mesmo a de neutralidade, seria traição à Pátria*", e utilizava-se de uma peculiar interpretação do cristianismo para apostar na "regeneração" do candidato:

> Aceitando, para argumentar, que Adhemar tivesse roubado, temos, como cristãos, se é que somos sinceros, de admitir a possibilidade de regeneração do nosso semelhante, principalmente controlado pelo PRP, pois até agora esse homem tem sido abandonado à má convivência de elementos maus, porque os bons, por orgulho ou espírito farisaico, o abandonaram, e Jesus disse: "Vim para os pecadores e não para os santos".[34]

---

[30] Democracia no duro: o PRP e o problema da prefeitura de São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.2.1957, p. 1.
[31] Entrevista concedida por Plínio Salgado em 23.2.1957 – Original Datilografado (APHRC-FPS 011.005.005).
[32] Idem, ibidem.
[33] Correspondência de Fernanda Bello a Plínio Salgado, 21.3.1957 (APHRC-Pprp 21.03.57). Grifo original.
[34] Correspondência de Plínio Salgado a Silvares, 7.4.1957 (APHRC-Pprp 07.04.57/2).

Explicações e justificativas desta ordem atestam o retorno pleno à prioridade ao estabelecimento de alianças, com forte recorrência ao anticomunismo e aos "sentimentos cristãos" como elementos de neutralização dos descontentamentos.

Em abril de 1957, a postura do PRP no confronto entre Carlos Lacerda e o general Lott evidenciou que o apoio dos integralistas ao governo, naquele momento, não era ilimitado. Quando, em resposta às declarações de Lacerda consideradas como ofensivas às Forças Armadas, Lott solicitou licença da Câmara para processá-lo, o Diretório Nacional, de forma surpreendente, embora lamentando o "*procedimento leviano e precipitado do deputado Carlos Lacerda*", definiu que "*os deputados do Partido de Representação Popular deverão votar contra o pedido de licença para a instauração do processo criminal ou qualquer outra medida que, importando ou não em reforma constitucional ou regimental, tenha como finalidade a aplicação de quaisquer sanções ao deputado Carlos Lacerda*".[35] Esta foi a primeira ocasião em que o PRP se opôs aos interesses do governo Kubitschek em um questão política relevante, através do voto de seus parlamentares. A recusa por parte da Câmara do pedido de licença para processar Lacerda na Câmara foi uma séria derrota política do governo. A posição assumida pelo PRP causa estranheza quando lembramos que Lacerda era um dos maiores inimigos dos integralistas, e que recentemente havia publicado uma série de críticas e denúncias contra Salgado na *Tribuna da Imprensa*. Ao que parece, os integralistas viram no "caso Lacerda" a oportunidade de exercitarem a tão propalada "independência" em relação ao governo, já que até então sempre votara favoravelmente a todos os projetos governamentais, mesmo não tendo sido convidados a integrar o governo. Desta forma, demonstravam a Kubitschek que o apoio "leal e desinteressado" do PRP só seria mantido se ele fosse incorporado ao governo assumindo cargos, o que se efetivaria alguns meses depois, quando a direção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) foi confiada aos integralistas.

7.1.2 O PRP no governo e a gestão do INIC

O INIC foi criado em janeiro de 1954, como uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura. De acordo com Alzira Alves de Abreu, "*cabia ao INIC traçar e executar o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação dos imigrantes e o maior acesso dos nacionais à pequena propriedade agrícola; assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais migrantes de uma para outra região, e orientar e promover a*

[35] O caso Carlos Lacerda e a posição do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.4.1957, p. 1.

seleção, a entrada, a distribuição e a fixação de imigrantes no país",[36] compondo-se de uma diretoria executiva, um conselho consultivo e um conselho fiscal, além de um grande número de delegados responsáveis pelos núcleos de "colonização". O interesse do PRP nesse órgão visava a ampliação de sua base social, não apenas aprofundando seus vínculos com a pequena propriedade rural, mas também podendo expandi-la através dos planos de colonização. Além disso, o INIC tinha uma vasta estrutura, com inúmeros cargos de livre nomeação do seu presidente. Em maio de 1956, quando o INIC era dirigido pelo PTB, os integralistas criticavam sua gestão, embora em termos gerais apoiassem o governo:

> Criado e constituído para traçar rumos à política de colonização e imigração, o INIC vem lamentavelmente falhando aos seus objetivos. Desbaratando anualmente mais de 200 milhões de cruzeiros para dar execução a obras e serviços inerentes à colonização e aos estudos das migrações internas, o órgão em apreço tem se preocupado com problemas externos e de aumentar seus quadros funcionais, sem atender o complexo problema da fixação do homem à terra. Acontece, porém, que por um dispositivo constitucional, o INIC só terá crédito orçamentário da União durante 5 anos. A própria lei que criou o INIC estabelece que, a partir do quinto ano, ele se torne independente como verdadeira autarquia. Já vamos para o terceiro ano e o INIC ainda não deu prova de sua existência no campo da colonização e da imigração. De suas atividades, só temos conhecimento através dos pedidos de Inquérito na Câmara Federal.[37]

O convite ao PRP para assumir a direção do INIC, com a nomeação de Wolfram Metzler para sua presidência, embora claramente vinculado ao apoio do partido ao governo Kubitschek e utilizado para consolidá-lo, respondeu em especial a injunções da política do Rio Grande do Sul, como explicita o depoimento do engenheiro Mário José Maestri, que interveio diretamente para que a nomeação fosse efetivada:

> O Brizola um dia me perguntou: "Maestri, o que nós precisamos fazer para o Metzler virar bem para o nosso lado?". (...) Eu disse "olha, o que o Metzler gostaria era de ser presidente do INIC. Porque ele não aceita os filhos dos colonos estarem indo embora para o Paraná, Santa Catarina. Ele queria fazer uma reforma agrária. E eu digo: "então, tu arruma um cargo para ele ser presidente". **Não levou uma semana, o Brizola foi para Brasília, e voltou com a nomeação do Metzler para presidência do INIC**.[38]

Naquele momento, a estratégia de Leonel Brizola para chegar ao governo do Rio Grande do Sul já tinha a aliança com o PRP como elemento central e, para tal, efetivamente, o apoio de Metzler - que fora o candidato do partido ao governo estadual em 1954 e era uma de suas principais lideranças no estado – era da maior importância. A

---

[36] ABREU, Alzira Alves de. Instituto Nacional de Imigração e Colonização. *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 volumes, p. 2798.
[37] Atestado de óbito do INIC. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.5.1956, p. 1 e 11.
[38] Depoimento de Mário José Maestri. In: CALIL Gilberto & SILVA Carla Luciana. *Velhos integralistas:* a memória dos militantes do Sigma. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 79-171. p. 145-146. Grifo meu.

participação de Brizola, bem como a do vice-presidente João Goulart, ficam explícitas em um discurso do líder do PRP na Câmara, deputado Luis Compagnoni, no qual ele sustentava o caráter "suprapartidário" da indicação: "*Quando os líderes* ***trabalhistas João Goulart e Leonel Brizola foram dizer ao Presidente que lá no sul havia um homem de primeira ordem para a presidência do INIC****, ele não perguntou por sua coloração partidária nem por seu passado político e nem, tampouco, subordinou a nomeação a qualquer compromisso político*".[39] A negociação ficou facilitada pelo fato de que o Ministério da Agricultura, ao qual era subordinado o INIC, era controlado pelo PTB. Além disso, João Goulart era também presidente nacional do PTB e tinha grande interesse na sucessão estadual do Rio Grande do Sul.[40] Mesmo assim, o Diretório Nacional do PRP preocupou-se em manter a imagem de "independência partidária", sustentando que a nomeação de Metzler não implicava em um compromisso com o governo:

> A respeito da posição política do partido, nos âmbitos estaduais, e a fim de que não seja a nomeação do companheiro Wolfram Metzler, para a direção do Instituto de Imigração, considerada como um rompimento desta orientação traçada, o Diretório Nacional unanimemente, resolveu autorizar o seu presidente a, no momento que julgar oportuno, fornecer uma nota pública, esclarecendo que a nomeação do companheiro Wolfram Metzler para o INIC, não está vinculada por nenhum compromisso assumido pelo PRP no âmbito estadual.[41]

Na semana anterior à nomeação, o PRP realizava a Convenção de Vitória, ponto máximo da "retomada integralista" e, portanto, um momento em que a efetivação de uma aliança explícita com o governo federal aparecia como dissonante. Na própria Convenção, o assunto gerou polêmica, quando o deputado Hilário Torloni "*declarou ser contrário a qualquer colaboração de companheiros com o Governo do sr. Juscelino Kubitschek*", tendo em vista os "*desmandos do Governo Federal e a sua impopularidade*", propondo que "*no caso de se dever dar colaboração, esta fosse em caráter pessoal do convidado e não com as responsabilidades do partido*".[42] Em resposta, Salgado fez "*a defesa do sr. Juscelino Kubitschek*", afirmando que ele estaria "*animado de boa vontade e que era necessário abrir um crédito de confiança*" e ainda, "*para demonstrar a boa vontade do*

---

[39] Gesto feliz de Kubitschek. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.11.1957, p. 3. Grifo meu.
[40] A intervenção de Brizola e Goulart conduziu também à nomeação do então Consultor Jurídico do PRP gaúcho, Jacob Van Der Laan, para a Superintendência Regional do Instituto de Aposentadoria dos Servidores Federais no Rio Grande do Sul. Cf. PIRES, Antonio. *Pelo PRP, na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre, mimeo, 1997.
[41] Ata do Diretório Nacional, 9.10.1957. Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 021.001.001).
[42] Uma intriga do Diário de Notícias. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.10.1957, p. 16.

Presidente, informou à casa, reservadamente [sic], *que todas as semanas tinha contato com o Sub-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a quem o Presidente incumbiu de ouvir as opiniões e sugestões do PRP*".[43] Na semana seguinte, logo após a posse de Metzler, *A Marcha* apresentava sua versão das negociações e mais uma vez afirmava que a nomeação não tinha caráter político

> A escolha e nomeação de Wolfram Metzler para aquele cargo não se relaciona com nenhuma negociação política nem envolve compromissos do PRP com qualquer partido. O Presidente da República pediu a Plínio Salgado o comparecimento ao Catete do deputado federal Loureiro Júnior, o qual ali recebeu a oferta do Governo Federal ao PRP daquele espinhoso cargo, para o qual julgava capaz o sr. Wolfram Metzler. Plínio Salgado, inicialmente, estudou a fundo a situação do INIC, antes de telegrafar a Metzler chamando-o ao Rio. Verificou-se que aquele Instituto deixava muito a desejar, não somente pelas irregularidades que ali se verificaram e dizem respeito a processos administrativos do conhecimento público, mas também porque os diversos departamentos dos vários Ministérios não se articulavam com aquela plástica indispensável ao perfeito funcionamento do órgão. Acrescia a circunstância de que o INIC praticamente estaria sem verbas a partir do próximo ano. Isto posto, Wolfram Metzler foi chamado ao Rio e a ele foi exposta por Plínio Salgado a situação, a qual reclamava se pedisse ao Presidente da República todo o apoio, não só no tocante ao perfeito entrosamento do INIC com outros órgãos da Administração Pública, como ainda no que fosse necessário quanto à renovação de pessoal, a fim de que não se continuasse a rotina que tornou ineficiente o Instituto. O sr. Presidente da República, animado das melhores intenções e desejoso de uma reestruturação do órgão de acordo com os superiores objetivos do Governo Federal foi franco e sincero para com o sr. Wolfram Metzler, assegurando-lhe todo o apoio que se tornasse necessário. Diante disso, o sr. Wolfram Metzler aceitou, foi nomeado e agora tomou posse. (...) Agora, que o sr. Metzler tomou posse, depois das palavras do Ministro da Agricultura que lhe lembrou o dever de ser democrata e de evitar partidarismos na sua gestão, podemos informar com toda a segurança que o PRP não pretende fazer política no INIC, mas não tolerará que se continue a rotina que tem infelicitado aquele órgão, preferindo, nesse caso, devolvê-lo à inatividade e inoperância a que tem sido condenado.[44]

A versão criada pelos integralistas torna-se bastante compreensível quando lembramos que a nomeação se deu em meio às comemorações do Jubileu de Prata Integralista, o que tornava bastante contraproducente assumir abertamente a existência de um acordo político com o governo. Em conseqüência, criou-se um discurso que colocava ênfase na inexistência de compromissos, no alegado aspecto técnico da nomeação, e principalmente, na sua personalização. A nomeação era apresentada como decorrência dos supostos conhecimentos técnicos de Wolfram Metzler. No entanto, o PRP foi surpreendido

---

[43] Idem, ibidem. De acordo com a matéria, ainda, "*estas palavras de Plínio Salgado, numa reunião reservada a Delegados à Convenção, foram levadas por algum espião ao Diário de Notícias, que publicou uma nota absurda, dizendo que o sr. Plínio Salgado exigira do Presidente Juscelino esse encontro semanal, condicionando o seu apoio a essa exigência*".

[44] Lema do PRP no INIC: ou endireitar ou largar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.10.1957, p. 3.

pelo repentino falecimento de Metzler, poucos dias após sua posse na presidência do INIC. Isto gerou um grande problema para o PRP: além de perder um de seus principais líderes, o partido foi obrigado a assumir o caráter partidário da nomeação para poder reivindicar a indicação de outro integralista em substituição a Metzler, mantendo-se à frente do órgão. Desta forma, e mais uma vez com a interferência do PTB gaúcho,[45] o PRP garantiu a nomeação Walter Cechella como novo presidente do INIC.[46] O custo político inevitável era, mais uma vez, o recebimento de ataques dos udenistas e a inevitabilidade de uma defesa quase incondicional do governo Kubitschek, já que a nomeação que antes se pretendia apresentar como "em caráter pessoal", com a morte de Metzler, teve de ser assumida como partidária, para a nomeação de um militante indicado pelo PRP. Uma matéria da *Tribuna da Imprensa*, ainda em outubro, afirmava que o PRP estava "agonizando" e que "se vendera" a Kubitschek:

> Plínio é, hoje, joguete de Kubitschek (eleitoral) e de Lott (golpista). Sua candidatura à presidência da República, contra Juarez, foi tramada nos bastidores do PSD. No lançamento, Kubitschek ordenou aos diretórios pessedistas que passassem telegramas a Plínio, apoiando-o, o que foi feito para dar a impressão de que o seu nome tinha receptividade popular. (...) Derrotado Juarez, Plínio correu ao palácio, a fim de cobrar o preço da traição aos seus próprios companheiros. (...) Plínio está, hoje, a serviço do golpe. Alugou-se a Kubitschek, mas serve também aos desígnios ocultos de Lott.[47]

As manifestações de militantes descontentes voltaram a aparecer. Em abril de 1958, um integralista escrevia a Salgado protestando contra a "*vossa total submissão ao governo fraco e fraudulento do sr. J.K.*" e contra a possível "*aliança contra o comunista Brizola no Rio Grande do Sul*".[48] Salgado respondeu-lhe afirmando que sua intervenção pessoal evitou um golpe em 1955, responsabilizando a "*impatriótica atitude dos eternos desordeiros, dos lanterneiros, pretendendo lançar o Brasil num caos, do qual se aproveitariam os comunistas, já prontos para pegar em armas*" e afirmando que "*sua carta reproduz tudo o que dizem os jornais comunistas e os que estão a serviço do*

---

[45] Em seu discurso de posse, em 28 de novembro, o novo presidente Walter Cechella expressou sua satisfação com a "*prova com que nos honrou S. Exa. o sr. Vice-Presidente da República dr. João Goulart pela compreensão por ele demonstrada para com o nosso plano de ação*". O cooperativismo vai ser aplicado na colonização. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.12.1957, p. 3.

[46] Cechella era um militante pouco destacado do PRP em Santa Maria (RS), mas possuía bastante representatividade nos meios empresariais. Foi presidente da Câmara de Vereadores daquela cidade e exercia, no momento de sua nomeação, a presidência da Associação Comercial de Santa Maria, e Direção da Caixa Rural e a Vice-Direção do Conselho Administrativo da Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul. O cooperativismo vai ser aplicado na colonização. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.12.1957, p. 3.

[47] Agoniza o PRP de Norte a Sul. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29.10.1857 (APHRC-FPS 113.002.REC 57).

[48] Correspondência de Cesário da Costa a Plínio Salgado, 15.4.1958 (APHRC-Pprp 58.04.15/2).

capitalismo imperialista".[49] No início de 1959, outro militante declarava "*não mais hipotecar solidariedade incondicional a V. Excia., pela traição a que o PRP está cometendo em apoiar e defender os seus carrascos de ontem*".[50]

Em termos administrativos, a gestão do PRP no INIC foi bastante atribulada, gerando críticas públicas, denúncias de irregularidades e descontentamento da militância. Cechella indicou membros do PRP para os principais cargos do Instituto,[51] evidenciando a falsidade do caráter supostamente "técnico" de sua gestão. As solicitações de nomeações de militantes para os mais diversos cargos e, em diversas situações, disputas em torno destes cargos, passaram a ter presença constante nas relações internas do PRP. Encontramos um grande número de solicitações de nomeações para cargos do INIC na documentação partidária e várias reclamações contra a demora ou recusa de algumas delas. Estas nomeações foram inclusive utilizadas como moeda de troca política com dirigentes de outros partidos, como evidencia uma solicitação encaminhada pelo deputado Ulisses Guimarães (PSD), para a nomeação de um delegado regional do INIC, o que foi atendido por Cechella.[52] Pedidos como estes eram encaminhados através de Salgado, o que evidencia a total partidarização do órgão. No início de 1959, uma grave denúncia atingiu a gestão de Cechella: o suposto pagamento de indenizações indevidas, em dinheiro, por terras no sudoeste do Paraná que teriam sido ocupadas irregularmente pela Clevelândia Industrial e Territorial Limitada, ignorando o fato de que as mesmas estavam sob litígio judicial. Na XIII Convenção Nacional do PRP teriam ocorrido "*debates apaixonados e calorosos*" em torno da questão, mas ao final foi produzida uma nota do Diretório Nacional apoiando Cechella.[53] Na versão de *A Marcha*, a ação de Cechella fora legal e correta, visando apenas "*executar um entendimento que correspondesse praticamente à proposta desapropriação, pagando o menos possível e objetivando o autofinanciamento dos compromissos futuros pela venda das terras*" e "*dar títulos aos colonos, que ali constituem mais de trinta mil famílias*".[54] O jornal argumentava que Cechella havia resolvido um problema *que há mais de meio século vem desafiando a habilidade dos que*

---

[49] Correspondência de Plínio Salgado a Cesário da Costa, 18.5.1958 (APHRC-Pprp 58.05.18/5).
[50] Correspondência a Plínio Salgado (assinatura do remetente não legível), 23.3.1959 (APHRC-Pprp 59.03.23/13).
[51] Cf. Unidade de ação, pensamento e sentimento na solução dos problemas do INIC. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.12.1957, p. 12.
[52] Cf. Correspondência de Plínio Salgado a Ulisses Guimarães, 10.9.1958 (APHRC-Pprp 58.09.10/7).
[53] XIII Convenção Nacional do PRP e II Grande Conclave Integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.1.1959, p. 8.
[54] O caso das terras do sudoeste do Paraná. *A Marcha,* Rio de Janeiro, 6.3.1959, p. 1.

dele se vem ocupando"[55] e afirmava que "*o povo brasileiro precisa saber que cerca de trinta mil famílias de agricultores se acham em desamparo, sem título das terras onde trabalham e à mercê de violências de toda a natureza. Precisa saber que existem forças poderosas para as quais não interessa nenhuma solução, porque enriquecem à custa do caos que se originou da indefinição que a atual administração do INIC quer eliminar*".[56] Observe-se que a defesa feita pelos integralistas tenta caracterizar o episódio como resolução de um problema antigo, mas não nega que tenha sido efetivado o pagamento irregular por terras griladas.

Outra denúncia tinha como objeto um concurso realizado para preenchimento de vagas, colocado sob suspeição pelo Departamento Autônomo do Serviço Público (DASP), que vetou a contratação dos 200 aprovados,[57] o que evidencia que mesmo no interior do governo a gestão de Cechella enfrentava resistências. Reações contrárias também ocorriam no interior do partido, como evidencia uma carta enviada a Salgado, expressando a "*apreensão que me vai no espírito, bem como de muitíssimos companheiros em todo o Brasil, com relação ao que se está passando com o Cechella no INIC*"*:*

> Em princípio, por ser companheiro (apesar de, às vezes, ter sido frio) de ideal e de um passado de homem honesto, não creio sejam exatas as acusações. É preciso que se diga com clareza que o Cechella nem sempre foi ativo no partido, sendo necessário mandar emissário especial a Santa Maria para fazê-lo voltar ao partido. (...) Os jornais aqui têm dado notícias as mais desagradáveis com relação ao CASO INIC. A atitude do Cechella é de tão grande importância que até o Conselho de Segurança Nacional resolveu fazer interpelações sobre as razões que levaram ao INIC mudar de orientação no caso das terras do Paraná. Os jornais daqui noticiaram que a solução dada pelo Cechella deu aos cofres do país um prejuízo de 630.000.000,00 [R$ 92.361.560,00] e afirmaram mais, dizendo quem seriam os beneficiados, e entre esses, figura o nosso companheiro Lacerda[58] que, segundo informantes, é até advogado particular do governador do Paraná. (...) O Lupion[59] é o maior interessado e beneficiado neste "negócio" e o nosso Integralista Lacerda é advogado do homem que toda Nação acusa como desonesto. (...) Finalizando, Chefe,

[55] Depois de 50 anos de delongas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.3.1959, p. 6.
[56] Esclarecimentos da Presidência do INIC sobre o litígio das terras do Paraná. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.3.1959, p. 3.
[57] Esclarecimentos do INIC sobre concursos realizados para preenchimento de vagas naquela autarquia. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.10.1959, p. 2.
[58] Trata-se de Linhares de Lacerda, dirigente do PRP no Paraná. Em 1962, Linhares de Lacerda mudou residência para o Paraguai, informando o partido que havia constatado que "*não há forças para resistir aos embates do socialismo. O MAC* [Movimento Anti Comunista] *do qual era elemento preponderante, já não conta com o apoio dos grandes elementos que o integravam, no Rio, especialmente pelas altas patentes do Exército e da Armada. Por esse motivo, não querendo ver sua família sacrificada, resolveu deixar o Brasil e estabelecer-se naquela república vizinha*". Correspondência a Plínio Salgado (assinatura do remetente ilegível), 28.7.1962 (APHRC-Pprp 62.07.28/3). Não encontramos nenhuma outra informação sobre a participação de Linhares de Lacerda no MAC. Também não é possível afirmar se o seu exílio voluntário tem relação com a questão do INIC.
[59] Moisés Lupion (PR), governador do Paraná entre 1947 e 1950, com o apoio do PRP, e acusado em diversos processos por grilagem de terras.

> peço, com a credencial de 25 anos de fiel Integralista, ao senhor, que exija do Cechella uma explicação pública de todos os detalhes que o levaram agir desta maneira para fazer voltar reinar a tranqüilidade no espírito de milhares de companheiros.[60]

Mesmo sob intensa crítica, Cechella seguiu à frente do INIC, obtendo respaldo da direção do PRP. Em novembro de 1959, o deputado federal Oswaldo Zanello sustentou que "*a atual administração do INIC é eminentemente técnica, de onde estão afastados todos os interesses de ordem política ou partidária, havendo mesmo – posso confessá-lo aqui, vários elementos do nosso partido descontentes com o seu diretor, que não faz política à frente do INIC*".[61]

A dimensão da máquina administrativa do Instituto pode ser avaliada pelo balanço dos atendimentos e serviços realizados em 1958: 45.530 migrantes hospedados e 16.518 albergados; 150.630 atendimentos de assistência social e profissional e 272.656 de assistência médico-sanitária; 88.270 passagens fornecidas; 101.035 colocações efetuadas e 65.287 farnéis de viagens, totalizando 758.296 atendimentos efetuados.[62] Não é difícil avaliar o potencial de ganhos eleitorais propiciado pelo controle do INIC. Contornada a crise política gerada pelo caso paranaense, Salgado concentrou forças em obter uma suplementação de verbas para o INIC, a qual aumentaria muito o seu orçamento. Através de uma emenda orçamentária, Salgado consignava uma suplementação de CR$ 1.230.000,00 [R$ 180. 253,86],[63] justificando que durante a seca de 1958 no nordeste, o INIC sofrera "*as mais severas críticas, não ocorrendo a ninguém indagar se o mesmo estava condignamente aparelhado a prestar às desvairadas populações nordestinas melhores serviços*".[64] O projeto não foi aprovado, embora o governo tivesse maioria parlamentar.

Em maio de 1960, Cechella renunciou à presidência do INIC, embora os motivos não tenham se tornado públicos. Cechella solicitou a convocação de uma reunião confidencial e secreta do Diretório Nacional, na qual comunicou seu pedido de demissão,

---

[60] Correspondência de Beno Kaefer a Plínio Salgado, 19.3.1959 (APHRC-Piprp 59.03.19/4).
[61] Aparte de Oswaldo Zanello em discurso de Plínio Salgado, 28.11.1959. Apud. SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 115.
[62] Atuação do INIC em 1958. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.8.1959, p. 2.
[63] Emenda 109 ao Projeto de Orçamento para 1960 (CDAIBPRP – INIC). Deste valor, CR$ 600 mil destinavam-se ao programa nacional de colonização; CR$ 300 mil para despesas de custeio; CR$ 300 mil assistência e encaminhamento de trabalhadores; e CR$ 30 mil para manutenção de convênio. Na exposição de motivos, o Departamento de Colonização do INIC propunha a colonização de 1.838.578 hectares, totalizando 47.687 lotes, em um plano decenal que previa o estabelecimento de 13 grandes núcleos coloniais, assentando 5.000 famílias por ano (385 por núcleo).
[64] Idem, ibidem.

bem como do diretor-tesoureiro Zeferino Contrucci, justificando-os em narrativa confidencial, que não foi transcrita em ata. Em resposta, Salgado declarou que "*em face destas renúncias, o Diretório Nacional nada tinha a deliberar no momento, reservando-se para posteriormente dar solução ao caso*", delegando poderes a Salgado para "*dar solução ao caso*".[65] Os motivos da demissão não ficaram claros, e logo após a demissão, Cechella passou a exercer a presidência da Associação das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul. Na semana seguinte, o Diretório Nacional reuniu-se novamente, e decidiu encaminhar uma lista tríplice a Kubitschek, para que fosse escolhido o novo presidente do INIC, com os nomes de Zeferino Contrucci, Luis Compagnoni e Raimundo Barbosa Lima. O Diretório Nacional discutiu ainda "*se o INIC deve continuar a sua atuação administrativa como tem sido ou se deve dar a esta um caráter mais francamente partidário*", deliberando que "*a atuação do INIC deve ser francamente político partidária*".[66] O escolhido foi Contrucci, tendo tomado posse em 9 de junho, permanecendo até o final do governo Kubitschek na presidência do INIC.[67]

O "caráter francamente partidário" traduzia-se especialmente na intensificação dos pedidos de nomeação de integralistas para os diversos cargos, o que se verifica em constantes cartas de Salgado a Contrucci[68] e nas relações de "companheiros nomeados", publicadas em *A Marcha*.[69] Estas nomeações abarcavam todos os principais cargos do órgão, como as diretorias nacionais e as delegacias regionais.

A gestão de Contrucci também foi muito criticada, com destaque para uma denúncia do deputado Afonso Arinos Filho (UDN-GB), que apontava discriminação racial na seleção de elementos para os planos de imigração do INIC,[70] apontando a "mentalidade

---

[65] Ata do Diretório Nacional, 11.5.1960 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004).

[66] Ata do Diretório Nacional, 17.5.1960 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004). A tese de que a gestão de Cechella não foi partidária é insustentável. Mesmo assim, a decisão do Diretório Nacional indica claramente a opção por uma partidarização explícita.

[67] Zeferino Contrucci na Presidência do INIC. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.6.1960, p. 4. De acordo com *A Marcha*, "*Zeferino Contrucci exerceu altos cargos no Banco do Brasil, onde teve ocasião de mostrar o seu grande valor técnico e profissional. Fora do Banco do Brasil, dirigiu empresas e emprestou o brilho de sua inteligência e capacidade*".

[68] Como, por exemplo, Correspondência de Plínio Salgado a Zeferino Contrucci, 1.7.1960 (APHRC-Pprp 60.07.01/3).

[69] Completada a nova diretoria executiva do INIC. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.7.1960, p. 1; Administração integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.8.1960, p. 1; Notícias do INIC. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 5.

[70] Uma política imigratória seletiva e excludente era defendida nos anos 40 pelo então deputado estadual Emílio Otto Kaminski (PRP-RS), como relata em seu depoimento oral: "*Entravam elementos ciganos. Enfim, gente desqualificada, entrava no Brasil, que não interessava nada à nossa economia, ao desenvolvimento do Brasil. Então, nós achávamos, eu achava que deveria haver uma legislação que incentivasse a vinda de*

fascista" dos integralistas: *O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, por compromissos pouco louváveis do último governo, tem estado entregue a homens de mentalidade fascista, remanescentes do ex-partido integralista, e por isso temos impedido a entrada de gente que poderia vir a ajudar o nosso desenvolvimento.*[71] A resposta do deputado Arno Arnt (PRP-RS) ao invés de desmentir a denúncia, defendia abertamente a "imigração dirigida":

> O sr. Afonso Arinos precisa saber que, de janeiro a junho deste ano, vieram para o Brasil imigrantes dirigidos, daqueles que habitualmente vêm, como, por exemplo, os espanhóis, com 1.347 pessoas, os italianos, os japoneses, os alemães, os gregos, os holandeses, os ingleses e, por fim, as outras nacionalidades que vieram somente num montante de quatro indivíduos. Precisa saber o sr. Afonso Arinos Filho que a imigração brasileira do INIC se refere à imigração dirigida.[72]

A gestão do INIC, seja sob a direção de Cechella, seja sob a direção de Contrucci, gerou desgastes para o partido, alguns relacionados às disputas em torno das nomeações e outras decorrentes das críticas públicas que a administração integralista sofria. Além disso, a pretensão de tornar o INIC uma vitrine da política agrária proposta pelo PRP não foi bem sucedida, como se percebe pelo permanente questionamento da gestão integralista, inclusive proveniente da própria militância do movimento. Mesmo assim, o controle do INIC teve grande importância para o PRP: tornava possível a obtenção de centenas de cargos para seus militantes, permitia o aumento de sua arrecadação, em virtude da contribuição dos integralistas nele empregados e constituía-se como uma expressiva máquina eleitoral. Uma vez conquistada a direção do órgão pelos integralistas, estes passaram a defender acirradamente sua manutenção, tornando-se bastante dependentes da vasta máquina administrativa e da disponibilidade de um grande número de cargos que o seu controle viabilizava, como evidenciam os enormes esforços para garantir sua manutenção nos governos Jânio Quadros e João Goulart, como discutiremos adiante.

---

colonos ou de artífices, de determinados profissionais que pudessem interessar ao desenvolvimento econômico no Brasil, não quaisquer aventureiros, ciganos, como entravam aqui. Porque, o que vão contribuir para um país os ciganos? Então, por isso eu fiz um discurso sobre a necessidade de se orientar melhor a imigração no nosso estado. Principalmente aqueles holandeses, para desenvolver os laticínios no Brasil, que eles são especializados nisso. Japoneses já vinham entrando, também, são interessantes para o desenvolvimento agrícola". Cf. Depoimento de Emílio Otto Kaminski. In: CALIL & SILVA. *Velhos integralistas*, op. cit., p. 25-77, p. 72.

[71] Tolices do sr. Afonso Arinos Filho. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1960, p. 2 e 5.

[72] Idem, ibidem.

7.1.3 As eleições de 1958 e a formação da "Bancada Plínio Salgado"

As eleições estaduais de 1958 tinham grande importância para o PRP, já que o partido contava com apenas quatro deputados federais, dos nove que elegera em 1954 (quatro abandonaram o partido e Jorge Lacerda havia falecido), e via na eleição de uma bancada numerosa a garantia de manutenção de sua posição junto ao governo federal. Com este objetivo, o deputado Luis Compagnoni propôs a formação da "Bancada Plínio Salgado", consistindo na eleição de Salgado e do maior número possível de deputados federais como grande objetivo a ser assumido pelo partido. Em sua argumentação, "*a grande bandeira da campanha seria a de que Plínio iria levar todo seu Gênio Político para o Parlamento, coadjuvado por uma equipe de homens capazes e patriotas*".[73] De acordo com sua projeção, o PRP poderia eleger 30 deputados federais (4 em SP, 3 no PR, 2 em MG, BA, RS e SC, e um nos demais estados), uma previsão claramente irreal, levando em conta os resultados anteriores. A previsão seguia planejamento apresentado por outro dirigente nacional, Almeida Serra, segundo o qual o partido elegeria 31 deputados federais, com a apresentação de Salgado como candidato pelo Paraná.[74] A proposta de formação da "Bancada Plínio Salgado" foi aprovada pelo Diretório Nacional em novembro de 1957[75] e Salgado foi indicado candidato pelo Paraná, aceitando o que qualificou como "*o maior dos sacrifícios: o de ser candidato a deputado federal, a fim de liderar a grande Bancada que, sob a legenda do meu nome, pretende revolucionar o Parlamento Nacional*".[76] Outro aspecto importante deste planejamento era a apresentação de chapas próprias e completas para assembléia legislativa e, para a Câmara Federal, no caso de efetivação de alianças, a concentração dos votos em um único candidato.[77] O Diretório Nacional estabeleceu "*a obrigatoriedade da disputa das eleições para as assembléias legislativas, em todos os estados, com legenda própria, bem como para a Câmara Federal nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul*".[78] Nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, o partido apresentou chapas próprias e completas para deputados federais e estaduais; no Paraná apenas para federais (encabeçada por Salgado), com coligação para

---

[73] COMPAGNONI, Luis. Bancada Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.8.1956, p. 3.
[74] SERRA, José Carlos de Almeida. Bancada Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.9.1956, p. 3.
[75] Decisões do Diretório Nacional do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.11.1957, p. 3.
[76] SALGADO, Plínio. O Paraná diante dos demais estados. *Palestras com o Povo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958, p. 181.
[77] COMPAGNONI, Luis. Formação das chapas estaduais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.1.1957, p. 3.
[78] Somente em 1958 o PRP escolherá candidatos ao Senado e Governo Estaduais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 21.6.1957, p. 1 e 6.

estaduais; em onze outros estados e no Distrito Federal, chapa própria para estaduais e coligação para federal, e em seis estados, nos quais o partido era mais fraco, foi aceita, em condição excepcional, que efetivassem alianças em ambas as eleições (Alagoas, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). No entanto, a despeito de todos os planejamentos minuciosos e do apelo da "Bancada Plínio Salgado", os resultados foram, mais uma vez, muito aquém das expectativas do partido, elegendo seis deputados federais e dezessete estaduais, em nove estados. A votação obtida, ainda que tenha superado a de 1954, ficou muito aquém da alcançada na eleição presidencial de 1955.

Antes do lançamento de sua candidatura a deputado federal, Salgado tentou uma articulação para ser lançado ao Senado por Santa Catarina. Segundo relato seu em reunião do Diretório Nacional, ele foi procurado tanto por Irineu Bornhausen (UDN) quanto por Celso Ramos (PSD), para discutir um acordo eleitoral, no qual Salgado sairia como candidato ao Senado.[79] Dias depois, porém, Bornhausen rompeu com as negociações, lançou-se candidato e criticou Salgado.[80] O Diretório Regional encaminhava coligação com o PSD e o PTB: "*Dirigentes PSD pleno acordo. PTB muito favorável, apenas aguardando ordens superiores solução. Não há outros entraves. Reina grande entusiasmo*".[81] No entanto, Salgado informou ao Diretório Regional de Santa Catarina que "*depois de longa conferência com João Goulart, Conselho Político do nosso Partido julgou inoportuna candidatura Senado, devendo entretanto nosso partido votar contra Irineu*".[82] Em maio, o partido voltou a estudar a possibilidade de lançamento da candidatura de Salgado, em virtude da retirada da candidatura de Bornhausen e da disposição da UDN em apoiá-lo, abrindo a possibilidade de que reunisse o apoio dos três principais partidos.[83] A acirrada rivalidade entre a UDN e o PSD catarinenses, no entanto, inviabilizou, mais uma vez, a candidatura de Salgado. Sua narrativa deste processo, no programa radiofônico, evidencia, mais uma vez, que ele valorizava ao extremo sua aceitação pelos partidos tidos como democráticos:

> O homem tantas vezes acusado de antidemocrático, de autoritário, foi indicado, apoiado e reclamado para candidato pelo PSD, de índole democrática e conservadora; pela UDN,

---

[79] Ata do Diretório Nacional, 26.2.1958 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-PRP 021.001.001).
[80] Grave erro político: o sr. Irineu Bornhausen investe contra Plínio Salgado sem motivos e sem oportunidade. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.3.1958, p. 3.
[81] Telegrama de Érico Muller a Plínio Salgado, 8.3.1958 (APHRC-Pprp 58.03.08/3).
[82] Telegrama de Plínio Salgado a Érico Muller, 26.3.1958 (APHRC-Pprp 58.03.26/3).
[83] Santa Catarina apela para Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.5.1958, p. 4; Agita-se a política catarinense em torno do nome de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.5.1958, p. 3.

> partido que representa no Brasil o ultraliberalismo, e foi, pelo menos virtualmente aceito pelo PTB, cujo chefe exaltou numa carta significativa, a candidatura duas vezes lançada por partidos adversos e inconciliáveis, mas ambos concordes quanto ao nome proposto. Estes argumentos devem ser utilizados pelos candidatos da Bancada de Plínio Salgado à Câmara Federal e às Assembléias Legislativas.[84]

Em 1958 ocorreu também eleição para o governo de 11 estados. À exceção do Sergipe, onde o PRP tinha pouca expressão, o partido coligou-se ou apoiou ativamente candidatos em todos os estados. A aliança preferencial foi estabelecida com o PSD, cujos candidatos foram apoiados na maioria dos estados, como evidencia a tabela 27:

TABELA 27 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1958

Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Amazonas	Paulo Nery	PSD	PSP – PDC - UDN	Não
Bahia	José Freitas	PSD		Não
Ceará	José Parsifal Barroso	PTB	PSD	Sim
Espírito Santo	Eurico Resende	UDN	-	Não
Goiás	José Feliciano Ferreira	PSD	PTN – PDC	Sim
Pernambuco	Jarbas Maranhão	PSD	PDC - PL - PR - PST	Não
Piauí	José Gaioso Freitas	PSD	PSP – PR – PL	Não
Rio de Janeiro	Getúlio Moura	PSD	PSP - PRT	Não
Rio Grande do Sul	Leonel Brizola	PTB	PSP	Sim
São Paulo	Carvalho Pinto	PDC	UDN - PTN - PR - PSB	Sim
Sergipe	-	-	-	-

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.

Não houve nenhuma deliberação nacional explícita no sentido da priorização de alianças com o PSD, mas a participação no governo federal, e o confronto aberto com a UDN e seus aliados parecem ter levado a esta aliança. Assim, o PRP apoiou um candidato do PSD em seis estados, um candidato do PTB coligado com o PSD em outro (Ceará). No caso do Rio Grande do Sul, onde o PRP apoiou o candidato do PTB contra o PSD, deve-se observar que a seção gaúcha do PSD opunha-se ao governo Kubitschek e alinhava-se a seus adversários (UDN e PL). As exceções foram o Espírito Santo e São Paulo. No primeiro, a posição do PRP relaciona-se aos desentendimentos com o candidato do PSD, Carlos Lindemberg, de cujo governo o PRP havia participado em 1951, mas com o qual havia rompido. Além disso, o acordo com a UDN teve como contrapartida seu apoio ao candidato do PRP ao Senado, Ponciano dos Santos, que foi derrotado. Já em São Paulo, o partido apenas recomendou voto a Carvalho Pinto, sem se coligar formalmente, preocupando-se em manter-se "independente", lançando chapas próprias para deputado

[84] SALGADO, Plínio. O Paraná diante dos demais estados. In: *Palestras com o Povo*, op. cit., p. 184.

estadual e federal e afirmando que sua recomendação de voto "*não resultou de nenhum entendimento prévio com o atual governo estadual paulista, do qual nada reivindicam em proveito partidário ou de quem quer que seja*".[85]

A aliança com o PTB e Leonel Brizola no Rio Grande do Sul foi, certamente, a posição tomada pelo PRP que maior repercussão gerou, inclusive no interior do partido.[86] O apoio foi decidido na XII Convenção Regional do PRP-RS, em janeiro de 1958, depois de uma longa negociação, com manifestações favoráveis e contrárias, e teve como contrapartida o apoio do PTB ao candidato integralista ao Senado Guido Mondin.[87] O acordo era justificado pela existência de supostos pontos em comum entre ambos os partidos, em especial sua alegada oposição ao conservadorismo:

> Considero lógica e natural a aproximação do PRP e do PTB. Organizações possuidoras de quadros partidários definidos, com enormes somas de serviços prestados ao Rio Grande e ao Brasil, seus objetivos, no entanto, em última instância, sempre me pareceram comuns: a justiça social, o alevantamento espiritual e material do povo, a integração das camadas mais humildes da população nos benefícios da civilização e do progresso, dando a elas consciência de seus direitos e de suas responsabilidades. Mais do que isso, o que une esses dois partidos é também a luta comum contra o reacionarismo, o espírito burguês, o conservadorismo de práticas injustas e já superadas pelo tempo.[88]

Explicações como esta, no entanto, não eram suficientes para convencer a militância integralista. Ainda antes da decisão, Salgado recebeu um telegrama afirmando que a "*aliança PRP-PTB, além negação doutrina pregada eminente Chefe importa esfacelamento nosso Partido nesse estado, onde espírito nossa gente é refratário atitudes contraditórias*".[89] Também o veterano líder integralista Félix Contreiras Rodrigues declarou-se "*resolvido a não dar um passo para corroborar a próxima campanha eleitoral*".[90] Eduardo Martinelli lhe escreveu fazendo uma avaliação semelhante:

> É voz corrente (...) que o Partido irá com o PTB. Declaram outrossim que essa é ordem proveniente do Diretório Nacional. Portanto não será a Convenção que escolherá o rumo a tomar. Ora acontece que o PRP não é a antiga AIB; a maioria dos companheiros não possui a disciplina daquela organização. (...) Ora, o PTB é ajuntamento do socialismo

---

[85] Ata do Diretório Nacional, 18.8.1958. Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004). O apoio do PSB à candidatura de Carvalho Pinto criava dificuldades para o PRP, pois o partido sempre afirmou recusar radicalmente a efetivação de coligação ou mesmo o apoio a candidato que aceitasse o apoio dos socialistas.
[86] Ver a respeito CARDOSO, Claudira. A construção da aliança com o PTB. In: *Partido de Representação Popular:* política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 1999, p. 43-86.
[87] Cf. CARDOSO, op. cit., p. 62-68.
[88] O sentido da aproximação PRP-PTB no Rio Grande do Sul. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.1.1958, p. 5.
[89] Telegrama de Romário Marques Machado a Plínio Salgado, 16.12.1957 (APHRC-Pprp 57.12.16/9).
[90] Correspondência de Félix Contreiras Rodrigues a Plínio Salgado, 13.4.1958 (APHRC-Pprp 58.04.13/1).

> com o getulismo, portanto o inimigo nº 2, logo é impossível qualquer acordo com ele. (...) Outra razão: a maioria dos líderes municipais do PTB são maus elementos e nossos acérrimos inimigos. (...) Uma campanha ao lado do PTB nos trará dois grandes inconvenientes: parte de companheiros e simpatizantes que repudiam o PTB não votarão nem nos nossos próprios candidatos, prejudicando a legenda, prejuízo este acrescido pela falta de trabalho de outros companheiros que, muito embora permanecendo firme no Partido, cruzarão os braços durante a campanha. Outra parte acompanhará o Partido votando em seus candidatos, porém, votando em branco quanto a governador. (...) Uma coisa é certa: o Partido não tem a disciplina da AIB, portanto está sujeito a estes inconvenientes. (...) Para muitos a comodidade de cargos é melhor que a luta e a altivez da independência. Nesta marcha periga voltarmos a ser caudatários. Se cairmos, a queda será muito grande.[91]

As mais diferentes interpretações sobre as condições e os efeitos da aliança transparecem nos depoimentos orais de ex-dirigentes do PRP. O engenheiro Mario Maestri enfatiza a absoluta disciplina da militância integralista: "*Nós éramos setenta e cinco mil votos no Rio Grande do Sul, naquela época. E podíamos apoiar quem quer que seja, não interessava quem era, se apoiasse o diabo aqui, setenta e cinco mil votos estavam lá, se virasse para o outro lado, setenta e cinco mil votos... era tudo voto disciplinado*".[92] Outros depoimentos contestam sua versão. Para Eduardo Martinelli, "*os que eram integralistas puros, que eu chamo de puros, esses todos saíram. E outros não saíram totalmente, mas se afastaram*".[93] Lino Grings, então prefeito de Nova Petrópolis, afirma que se "*opunha tenazmente a este acordo*" e se recusou a fazer campanha para Brizola, tendo chegado a receber ameaças de expulsão do partido.[94] Emílio Kaminski, ex-deputado estadual, afirma que resolveu se afastar das atividades partidárias, sem romper formalmente, retornando após o rompimento da aliança com Brizola.[95] Já Umberto Pergher afirma ter participado de várias reuniões para discutir "*as alianças ou os inconvenientes de nos coligarmos com o PTB*", nas quais se concluiu que "*já nos havíamos anteriormente coligado com o PSD e a UDN, em parte* ***para tentar neutralizar a hostilidade que eles tinham contra o PRP***" e que "*faltava agora nós coligarmos com a outra área, o outro partido, que era adversário do PSD e da UDN, que era o PTB,* ***para também neutralizar neles as restrições que eles tinham ao PRP*** *pelo fato de ser descendente dos antigos integralistas. Achamos que esse*

---

[91] Correspondência de Eduardo Martinelli a Plínio Salgado, 7.1.1958 (APHRC-Piprp 58.01.07/9)
[92] CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Mário José Maestri*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1998, p. 50.
[93] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 72.
[94] CARDOSO, Claudira, FLACH, Ângela & MILKE, Daniel. *Depoimento de Lino Grings*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000, p. 36-37.
[95] Cf. Depoimento de Emílio Otto Kaminski. In: CALIL & SILVA. *Velhos integralistas*, op. cit., p. 25-77, p. 67.

argumento seria válido".[96] Nota-se, assim, que as percepções eram variadas, como também as reações ao acordo, embora efetivamente sua concretização tenha provocado a saída de um contingente expressivo de militantes integralistas, parte dos quais retornaria após o rompimento da aliança com o PTB.

Um dos principais líderes da UDN, o então deputado estadual Artur Bacchini, avalia que o apoio do PRP foi decisivo para a vitória de Brizola, considerando que "*o PTB entrou na zona colonial porque o PRP deu guarida para ele entrar, porque o PTB não entrava na zona colonial*", concluindo que "*foi um erro político enorme que nós, naquela eleição, não tivéssemos atraído o PRP*".[97] A concretização desta aliança foi um divisor de águas na trajetória do PRP gaúcho, iniciando um período marcado pela ocupação de espaços governamentais, como aponta Eduardo Martinelli, que identificou duas fases distintas na trajetória do PRP:

> O PRP teve duas fases: a fase heróica e a fase gloriosa. Na fase heróica, para ser do PRP precisava ser muito valente, porque tinha que enfrentar os comunistas, que não perdoavam, e todo o resto que diziam que nós éramos "quinta-coluna". Para tu provar que vaca não é boi... Então as coisas eram difíceis.(...). No momento em que foi feito o acordo com o PTB, o partido deixou de ser heróico. (...). Naquele momento, o Brizola nos deu o aval de democrata, essa é a grande verdade que eu já não gosto de falar. Porque o PTB todo batia palma para o PRP. E aqui no sul eles votaram em massa no PRP. (...). **Mas aí o partido deixou de ser heróico, aí virou glorioso, porque o Brizola deu um monte de secretarias**. (...) **Então não havia mais heroísmo, em si, do PRP**.[98]

Embora os candidatos apoiados pelo PRP tenham sido vitoriosos em quatro estados, apenas no Rio Grande do Sul o partido foi chamado a participar da administração.[99] Esta participação, no entanto, foi a mais expressiva que o partido teve em um governo estadual, assumindo a Secretaria de Agricultura (Alberto Hoffmann), a Secretaria de Obras Públicas (Mário Maestri) e a presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Juraci Machado). Ao contrário de sua participação no governo federal, que não impediu o PRP de manter um discurso de "independência", no Rio Grande do Sul, a participação no governo estadual teve como contrapartida um apoio irrestrito ao governo Brizola. Mesmo a

---

[96] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 31-32. Grifos meus.
[97] CALIL, Gilberto, CARDOSO, Claudira & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1999, p. 22.
[98] CALIL, SILVA, & BATISTA. *Depoimento de Eduardo Martinelli*, op. cit., p. 39-40. Grifo meu.
[99] No Rio de Janeiro, onde o candidato ao governo apoiado pelo PRP, Getúlio Moura (PSD) foi derrotado por Roberto Silveira (PTB), o candidato a vice-governador apoiado pelo partido, Celso Peçanha (PSD) foi eleito. Com o falecimento de Silveira, Peçanha assumiu o governo, no início de 1961, e o PRP foi convidado a participar do governo, assumindo a Direção do Movimento Popular de Alfabetização. Cf. Orlando Póvoas no Governo Celso Peçanha. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.3.1961, p. 2.

encampação da companhia de energia elétrica, em 1959, violentamente criticada pelos setores conservadores, foi defendida pelos integralistas, que sustentavam que ela não representava "*nada de ameaçador contra os capitais estrangeiros eventualmente interessados em empreendimentos no Brasil*".[100] Nas eleições municipais de 1959, também, PRP e PTB estabeleceram uma aliança geral, em moldes semelhantes à aliança efetivada em 1951,[101] e o PRP elegeu 12 prefeitos, inclusive em cidades importantes como Caxias do Sul e Novo Hamburgo, 21 vice-prefeitos e 71 vereadores, em 46 municípios. No início de 1960, no entanto, o PRP perdeu a Secretaria de Obras Públicas, com a demissão de Mario Maestri, que acabou nomeado para um cargo de segundo escalão, a presidência do Conselho de Desenvolvimento do Litoral. O PRP reuniu-se em Convenção, chegando a discutir o rompimento com o governo, mas concluiu "*que o partido não fora afetado a ponto de cessar sua cooperação ao governo e ao bem comum, visto que sua participação no governo continuava se processando dentro dos princípios estabelecidos no acordo partidário*".[102] No final de 1961, no entanto, já em um contexto nacional de polarização ideológica, houve um crescente confronto entre o PRP e o governo Brizola, em especial a partir da série de denúncias do secretário Hoffmann acusando uma "infiltração comunista" no governo estadual,[103] culminando com sua demissão e o rompimento da aliança.[104]

Nas eleições municipais realizadas entre 1958 e 1959, o PRP obteve uma votação de 153.628 votos em chapa própria para as câmaras municipais, sendo impossível dimensionar a votação recebida em alianças e coligações. Em chapa própria, o partido elegeu, além dos 12 prefeitos no Rio Grande do Sul, 3 em São Paulo e 1 no Espírito Santo; e 181 vereadores (RS 71; SP 70; ES 20; BA 10; PR 7; CE 3). Nos demais estados, o partido participou das eleições em coligação na maioria dos municípios e não elegeu nenhum vereador em chapa própria.

---

[100] LACERDA, Linhares de. A encampação de serviços públicos não é só um direito, mas em certos casos, um dever da administração. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.5.1959, p. 3.
[101] Cresce o prestígio do PRP gaúcho. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.7.1959, p. 6.
[102] Integralistas gaúchos decidem: prosseguirá o PRP apoiando o governador Brizola. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.1.1960, p. 3.
[103] Hoffmann ao país: os comunistas continuam tramando no Rio Grande. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.10.1961, p. 1 e 5; Infiltração vermelha vai dominar o país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.10.1961, p. 1.
[104] O presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Juraci Machado, por sua vez, seguiu no cargo, desvinculou-se do PRP e filiou-se ao PTB.

7.1.4 A defesa pública da doutrina integralista no parlamento

A eleição de Salgado para a Câmara dos Deputados criou uma situação nova para o movimento, com seu Chefe Nacional ocupando um cargo parlamentar. Esta nova realidade, que certamente contribuiu para a aposta na opção institucional dos integralistas, foi contraditoriamente utilizada na tentativa de motivar a militância, colocando em evidência temas caros à militância integralista. Neste sentido, Salgado tentou marcar seu primeiro mandato por uma atuação na qual se colocasse em destaque a doutrina integralista. Em seu primeiro discurso na Câmara, muito divulgado junto à militância, Salgado fez um histórico e uma defesa doutrinária do movimento, gerando grande polêmica e forte repercussão na imprensa. O discurso foi muito tumultuado, e Salgado recebeu diversos apartes provenientes de seus adversários, reeditando várias denúncias contra o integralismo:

> Breno da Silveira (PSB-DF): A opinião pública ainda guarda bem vivas as impressões que tivemos quando do torpedeamento dos nossos navios. (...) O putsch integralista em que se tentou matar Getúlio Vargas foi de inspiração de V. Exa.
>
> Hamilton Nogueira (UDN-DF)[105]: V. Exa. ajudou o golpe de 37. Foi a Ação Integralista Brasileira que fez com que se fechasse o Parlamento e se aniquilassem as liberdades públicas do Brasil. (...) Agora, V. Exa. quer negar aquilo que está escrito.
>
> Carlos Lacerda (UDN-DF): V. Exa. participou de toda a preparação do golpe de 37. Vossa Exa. é responsável pelo advento do anti-semitismo, isto é, da luta racial em nosso país, crime ou pecado para dizer o mínimo, do qual até hoje não se penitenciou. V. Exa. trouxe ao Brasil os ecos da ascensão do nazi-fascismo no mundo, erro do qual até hoje também não se penitenciou.
>
> Mário Martins (UDN-DF): E a documentação do Rio Grande do Sul com relação à convivência entre nazistas e integralistas? (...) V. Exa. pregava o extermínio de todos aqueles que não se filiassem à Ação Integralista.
>
> Luis Viana (UDN-BA): Tem se a impressão de que o nobre orador fala para um país sem memória. Estamos lembrados das ligações do integralismo com a Alemanha nazista. Todo mundo sabe. É um escárnio à Nação, é um escárnio à democracia o que V. Exa. está dizendo.
>
> Bocaiúva Cunha (PTB-RJ): Tenho em V. Exa. o símbolo do fascismo em nosso país.
>
> Elói Dutra (PTB-DF): V. Exa. imitava o nazi-fascismo em tudo: nas vestimentas, nos símbolos, até nas ameaças, quando prometia, no Teatro João Caetano, que cabeças rolariam se o povo não seguisse sua doutrina. [106]

Apenas um deputado interferiu em defesa de Salgado, o trabalhista Rui Ramos (PTB-RS), que afirmou que muitas teses contidas nos livros de Salgado "*coincidem absolutamente com aquelas que meu partido defendia, através do apostolado de Getúlio*

---

[105] Lembre-se, como discutimos no capítulo anterior, que na eleição de 1954, Nogueira foi candidato ao Senado com o apoio do PRP, e chegou a prometer "*defender os postulados fundamentais do integralismo*".
[106] SALGADO, Plínio. Presença do integralismo na vida política brasileira e raízes da crise contemporânea, 15.4.1959. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 66-99.

Vargas",[107] o que provocou a reação do também trabalhista Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), que afirmou: "*não posso permitir que se diga que o meu partido tenha qualquer afinidade com V. Exa*".[108] A repercussão na imprensa foi bastante variada. *O Globo* apontou os diversos "*erros e esquecimentos de Plínio Salgado*", apontando seu discurso como um "espetáculo constrangedor".[109] Já a *Gazeta de Notícias* protestou contra os apartes, considerando-os como "*obstrução de um terrorismo parlamentar ou antiparlamentar sem precedentes*", através de "*intervenções ineptas e impertinentes*", e julgou que o discurso de Salgado foi "*o de mais densa substância política que se proferiu nesta legislatura*".[110] Também *O Jornal* considerou "*degradantes para os seus autores os insólitos apartes e intervenções ao discurso de estréia do sr. Plínio Salgado na Câmara Federal*", considerando Salgado "*um homem honrado, culto e brilhante*".[111] Dois dias depois, em seu discurso de estréia, o deputado Abel Rafael (PRP-MG) declarou sua fé integralista, atacou os acusadores de seu "Chefe": "*V. Exas. Não sabem nem o que é fascismo, porque são totalitários, porque quando uma pessoa tem medo do que a outra vai dizer, impede a sua palavra. Nunca fomos fascistas. Fascistas são V. Exas. Que sempre desvirtuam o pensamento dos outros*", e encerrou saudando o Plenário com um "Anauê".[112] Cabe observar que os confrontos em plenário se davam, em sua maioria, com parlamentares da UDN, o que se vincula à posição assumida pelos integralistas em relação ao governo Kubitschek, mesmo motivo pelo qual uma parcela da imprensa passava a tratá-lo de maneira mais favorável, ao passo que outros veículos, vinculados ao udenismo, seguiam acirrando sua crítica. De qualquer maneira, os discursos abertamente integralistas de Salgado e outros líderes do movimento, pela polêmica que geravam, colocavam o integralismo em evidência e tinham algum efeito junto à militância, podendo ser considerados como compensações dadas aos militantes descontentes com a opção institucional e o abandono da "independência partidária", papel semelhante ao assumido pela retomada da defesa de um projeto corporativista, como discutiremos a seguir.

---

[107] Idem, ibidem, p. 69.
[108] Idem, ibidem, p. 87.
[109] Os erros e esquecimentos do sr. Plínio Salgado. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22.4.1959 (APHRC-FPS 113.004.REC 59).
[110] Uma presença na Câmara (editorial), *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24.4.1959 (APHRC-FPS 113.004.REC 59).
[111] A jornalista Cláudia Rodrigues e o discurso de Plínio Salgado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24.4.1959 (APHRC-FPS 113.004.REC 59).
[112] O integralismo agita o plenário. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24.4.1959 (APHRC-FPS 113.004.REC 59).

7.2 A defesa do corporativismo

O corporativismo foi uma das principais bandeiras da Ação Integralista Brasileira nos anos 30. Para os integralistas, um ordenamento político baseado no corporativismo seria a principal base do almejado "Estado integral", embora em geral fossem fornecidas poucas informações concretas sobre o funcionamento que teria a "câmara corporativa". No imediato pós-guerra, o tema foi relegado a segundo plano, o que é facilmente explicável, pois o corporativismo era diretamente associado ao fascismo. Em 1954, Salgado rejeitava o corporativismo, afirmando que "*a representação de classes seria perigosíssima para o Brasil. E isso porque a incúria do governo, a demagogia oficial, a inércia dos que pecaram por omissão, permitiram que o comunismo se infiltrasse de tal sorte nos órgãos de classe, que se adotássemos, de improviso, o belíssimo programa da Ação Integralista Brasileira, entregaríamos rapidamente o Brasil à Rússia*".[113] Nos anos seguintes, porém, gradativamente o corporativismo passou a ser defendido, até se converter, novamente, em uma das principais bandeiras do movimento e tomar a forma de projeto de emenda constitucional.

No discurso de lançamento de sua candidatura presidencial, em 1955, Salgado afirmou que considerava "*a Nação como um corpo humano, pois do mesmo modo como a expressão vital deste decorre do funcionamento saudável e harmônico dos órgãos, também a vitalidade de uma Nação é o resultado do funcionamento conexo e interdependente de todas as suas atividades*".[114] Mesmo assim, o corporativismo foi pouco mencionado naquela campanha eleitoral. Da mesma forma, em 1956, apenas uma vez o corporativismo foi abertamente defendido em *A Marcha*, em um artigo de Aristides Milano, presidente do PRP em Bagé (RS): "*Para a mudança total da máquina do sistema estatal, impõe-se no Brasil a implantação do Estado Corporativo. Com a adoção desse sistema com a substituição da forma de representação atual dos partidos pelas classes econômicas e*

[113] SALGADO, Plínio. República sindicalista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.2.1954, p. 3 e 5. Ainda assim, Salgado afirmava que "*a doutrina integralista está certa. Um dia terá de ser praticada, não apenas em nosso país, mas em todos os países (o que será motivo de orgulho para os brasileiros por ter ela nascido aqui, sem influências estrangeiras)* [sic]. *Mas no presente momento, seria arriscadíssimo tentar pô-la em prática*". Uma argumentação semelhante foi desenvolvida por Antonio Mesquita, deputado estadual que apresentou no parlamento gaúcho uma proposta de instituição de uma Câmara Corporativa estadual: "*Na idéia de corporativismo do integralismo, a corporação, não tinha o grupinho que manobrava, seria uma participação mais geral. Quer dizer, era o médico, era o advogado, era o operário da construção civil, a professora, enfim, todas as categorias em que cada um teria, digamos, uma representação. Tinha uma participação representativa nesta Câmara*". BATISTA, Neusa; FLACH, Ângela & MILKE, Daniel. *Depoimento de Antonio Setembrino de Mesquita*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999, p.42-43.

[114] SALGADO, Plínio. Mensagem ao povo brasileiro. In: *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 43.

profissionais, teríamos oportunidade de sanear o exercício da função pública, restabelecendo a autoridade e a confiança no governo e nos parlamentos, que passariam a ser exercidos pelos mais capazes".[115] A partir do início de 1957, no entanto, o tema passou a ser tratado com muito maior freqüência e destaque. *A Marcha* afirmava que os partidos políticos estavam em crise, e diagnosticava que "*no Brasil, tudo está errado, porque o regime não condiz com a nossa realidade. Precisamos mudar, portanto, de regime. Urge que se implante em nossa Pátria o Estado integralista*".[116] Segundo o jornal, os integralistas "*são adeptos do Estado Integral, e o que vige no Brasil é o liberal, com todas as falhas e defeitos*" e, portanto, seria necessário fazer uma "revolução integralista": "*Para nós, integralistas, Revolução é transformação de consciência, é novo ritmo social, é mudança de mentalidade, é formação de mentalidade nova, é recomposição de energias, é palavra que fala com nexo firme, é gesto que se anima de harmonias e se exprime em eloqüência*".[117] Até então, como se percebe, o conceito do Estado integral era bastante impreciso. A partir de agosto de 1957, no entanto, tomou forma mais concreta, com a reforma dos estatutos do PRP aprovada no Conclave de Vitória, a qual instituiu como finalidade do partido o "*aperfeiçoamento, pelos meios constitucionais, do sistema representativo vigente, fundamentado no sufrágio universal e no pluripartidarismo, complementando-o também através da representação dos grupos econômicos, profissionais e culturais, de caráter corporativo*".[118] Embora bastante aquém da "revolução integralista" almejada, a proposta de reforma eleitoral foi encampada com bastante ênfase pelo movimento, ao mesmo tempo em que possibilitava recuperar a crítica ao sufrágio universal:

> Não há dúvida de que essa reforma constitui uma necessidade urgente, podendo mesmo melhorar de certa maneira a representação política tão mal feita pelo sistema partidário. O principal, porém, é que o povo já não deseja e nem crê mais nos efeitos milagrosos dos paliativos políticos. A grande maioria dos brasileiros já está compreendendo que o verdadeiro mal nacional não se cura dessa forma. Os erros, as deficiências, os péssimos resultados eleitorais, não podem ser corrigidos por alguns dispositivos e preceitos legais. Denunciam uma crise maior e que é justamente a crise da representação baseada no sufrágio universal. Ou se muda esse sistema de representação, substituindo-o por outro

---

[115] MILANO, Aristides. Até o amargo fim. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.8.1956, p. 1 e 6.
[116] Os políticos reconhecem: o Brasil precisa mudar de regime! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.2.1957, p. 1.
[117] Para nós integralistas, Revolução é transformação de consciências. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.2.1957, p. 1.
[118] Decisão dos integralistas: aperfeiçoar o sistema representativo vigente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.8.1957, p. 12. A reforma dos estatutos do PRP foi aprovada sem restrições pelo Tribunal Superior Eleitoral. Cf. Desfazendo intrigas: o Tribunal Superior Eleitoral aprovou por unanimidade os novos Estatutos do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.10.1957, p. 16.

> em que a verdade popular seja autenticamente apurada, ou se dá ao povo mais uma oportunidade de se decepcionar com os seus legisladores.[119]

A defesa da Câmara Corporativa tinha como um dos argumentos principais sua pretensa superioridade "técnica": para *A Marcha*, os deputados estariam tecnicamente despreparados, o que se resolveria com a adoção da "Câmara Corporativa":

> Todos eles, invariavelmente, dizem a mesma coisa: "nós somos políticos, não entendemos destes problemas eminentemente técnicos". Este constitui um dos problemas fundamentais do regime representativo vigente, de caráter exclusivamente político. A representação, nas casas legislativas, obedece a critério puramente político. Chega, porém, o momento de se decidir sobre problemas econômicos, profissionais, culturais – e lá estão os políticos a braços com dados técnicos que, muitas vezes, tomam conhecimento pela primeira vez. A adoção do novo objetivo do PRP, como norma constitucional, seria a solução para este grave problema: ao lado dos partidos políticos, que formam a representação política e que decidiriam, em última instância, todos os grandes problemas da Nação, se colocaria uma representação de especialistas dos vários problemas de caráter não político, cuja solução interessa ao país. A solução do problema democrático está em conciliar a representação política com a dos grupos naturais da Nação. É preciso que juristas e constitucionalistas encontrem fórmula para a realização deste grande objetivo, que, indiscutivelmente, constitui anseio da Humanidade nos dias presentes: a verdadeira representação popular, que deve ser política, mas também econômica, cultural e profissional.[120]

O mesmo argumento era desenvolvido por Salgado:

> Os órgãos vitais da Nação não têm representação em nenhuma Câmara. Discute-se, por exemplo, o problema do café. Todos são ouvidos, menos os que plantam café. Discute-se o problema do comércio. Todos são ouvidos, menos as associações comerciais, que realizam congressos, escrevem memoriais e os enviam ao Legislativo e ao Executivo. As associações comerciais, contudo, não são ouvidas nem cheiradas. Assim, creio que não existe uma orgânica nacional. **Entendo que, paralelamente à Câmara Política, precisávamos ter uma Câmara representativa das forças econômicas, culturais e morais da Nação**.[121]

Em entrevista ao *Diário de São Paulo*, Salgado "*esclareceu que a Câmara seria formada pelos elementos das diferentes classes, indicados, eleitos por suas respectivas organizações classistas*".[122] Luis Compagnoni, em aparte a um discurso do deputado Fernando Ferrari (MTR-RS), afirmou que "*o verdadeiro corporativismo é o corporativismo democrático, o corporativismo integralista, aquele em que se vai buscar nas profissões, nos grupos culturais, nos grupos econômicos, através de votação a*

---

[119] Nota da semana: reforma eleitoral. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1957, p. 1.
[120] A verdadeira representação popular. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.8.1957, p. 5.
[121] Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 17.11.1959. Anais da Câmara dos Deputados, 1959: volume 26, p. 66. Grifo meu.
[122] Plínio preconiza a criação da Câmara Corporativa. *Diário de São Paulo*, 26.10.1957 (CDAIBPRP-Recortes).

verdadeira representação democrática: a representação profissional, a representação econômica, e a representação cultural, ao lado da representação política".[123] Para Compagnoni, "*até 7 de setembro de 1957, o PRP era um partido igual aos outros. Depois desta data, ele se transformou no único arauto da representação de todas as forças vivas da Nação*".[124] Esta declaração deixa evidente que o partido passava a utilizar o corporativismo como uma bandeira de mobilização e como instrumento de afirmação de sua identidade.

Em 1959, com a posse de Salgado na Câmara dos Deputados, o PRP passou da proclamação genérica das "vantagens" de uma "câmara corporativa" a sua defesa sistemática no Parlamento, com o anúncio da apresentação de um projeto de emenda constitucional. Em outubro daquele ano, Salgado proferiu um longo discurso defendendo a "necessidade de modificação da estrutura político-administrativa do Estado brasileiro". Citando Friederich Hayek, Salgado sustentou que "*não se justifica a opinião de que, enquanto o poder for conferido pelos processos democráticos, ele não poderá ser arbitrário*", e apresentou uma proposta claramente distinta daquela tradicionalmente defendida pelo integralismo, conciliando a "câmara corporativa" com a existência dos partidos políticos:

> O tipo de representação que preconizo não é aquele que extingue o atual tipo de representação política. Absolutamente. Durante vinte e cinco anos de cristalização deste pensamento filosófico e de clarificação de minhas idéias, cheguei à conclusão de que os partidos políticos são também grupos naturais [sic] e que, por conseguinte, devem ter a sua representação como atualmente se verifica. Mas, o que sempre afirmei e continuo a afirmar, é que a Nação não é verdadeiramente representada através dos órgãos vitais que a compõe. (...) Estando completamente fora da orgânica da Nação, os grupos naturais representativos do comércio, da indústria, da agricultura, do funcionalismo e tantos outros, evidentemente que surgem outros grupos particularistas que, à revelia de toda a qualquer lei, exercem seu poder econômico e, muitas vezes, utilizam-se da ação pressionante da opinião pública pré-fabricada para atingir seus objetivos. (...) A fórmula que apresento é a seguinte: **a criação da Câmara Econômica *a latere* da nossa Câmara Política**. Essa Câmara Econômica irá preparando o terreno histórico para o advento de uma situação que, ainda neste século, será realidade de todos os povos. (...) Ora, se todos esses problemas são correlatos, somente uma Câmara Econômica, onde se reúnam os homens diretamente representativos da indústria, do comércio, da lavoura, do operariado em geral, a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional das Indústrias, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Associação Brasileira de Municípios, as Associações Comerciais, a Confederação Brasileira de Desportos, a Associação Cristã de Moços, a Associação de Pais de Família, a Federação dos Empregados em

[123] O atual tipo de democracia é incapaz de atender as reivindicações do povo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.11.1957, p. 2.
[124] COMPAGNONI, Luis. A nova e grande bandeira do PRP: representação dos grupos profissionais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.11.1957, p. 3.

> Estabelecimentos Bancários, a Associação Brasileira de Imprensa, União Operária e Camponesa do Brasil [sic], a Confederação dos Centros Culturais da Juventude [sic], os Círculos Operários Católicos, a Associação dos Funcionários Públicos, o Conselho de Engenharia e Arquitetura, a Associação dos Magistrados da Justiça, a União dos Portuários do Brasil, e toda uma infinidade de sindicatos que devem ter voz ativa nessa Câmara. Como disse Hayek, no seu livro, O Caminho da Servidão, se delegarmos poderes ao Executivo para planejar e executar à vontade – hoje um presidente, amanhã outro e depois de amanhã ainda outro – iremos abdicando gradualmente da nossa liberdade, de nossas prerrogativas e caminhando, inexoravelmente, para a ditadura, abrindo mão, cada dia mais, de nossas prerrogativas e do direito e do dever de intervir.[125]

Esta versão da proposta corporativista continha algumas características expressivas da visão social integralista. A mais evidente é seu pragmatismo explícito, com a inclusão das diversas entidades controladas pelos integralistas junto às diversas organizações da sociedade civil que deveriam compor a câmara corporativa. Também se destaca com forte peso a indicação de entidades representativas dos profissionais liberais. A característica mais importante, no entanto, parece-nos ser a manutenção da perspectiva de inclusão direta de segmentos da sociedade civil em câmara estatal, algo extremamente relevante para a afirmação e manutenção da hegemonia burguesa. Como aponta Gramsci:

> A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e "sociedade civil".[126]

É certo que estas relações orgânicas se dão de diferentes formas, mas a incorporação direta das entidades representativas das diferentes frações da burguesia em câmara estatal expressa de forma nítida a intenção de unificar as diferentes frações da classe dominante, o que na versão integralista traduzia sua visão de uma sociedade sem conflitos, característica do corporativismo fascista. No entanto, as frações hegemônicas da burguesia brasileira estavam já plenamente contempladas pela organização estatal vigente, podendo reproduzir sua dominação através do parlamento e de suas entidades representativas. Além disso, a Constituição vigente garantia severa tutela sobre a organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que mantinha ampla liberdade de ação

---

[125] SALGADO, Plínio. Necessidade de modificação na estrutura político-administrativa do Estado brasileiro, 10.10.1959. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 128-140. Grifo meu.
[126] GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 139.

para as entidades da burguesia industrial e da burguesia comercial.[127] Desta forma, parece-nos claro que a proposta integralista, ainda que contemplasse a grande burguesia, atendia mais diretamente os interesses da pequena burguesia, em particular os pequenos proprietários rurais e os profissionais liberais, que não contavam com os mesmos instrumentos de intervenção política para a afirmação de seus interesses de classe. Em diversas ocasiões, o projeto era defendido utilizando-se exemplos que remetiam a questões relacionadas à agricultura ou aos profissionais liberais. Mesmo não sendo em princípio necessária à reprodução da dominação burguesa, a proposta integralista era seriamente levada em consideração pela grande burguesia, como evidencia sua apresentação no "Fórum Roberto Simonsen" da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), por Goffredo Telles Junior, em maio de 1960. A proposta apresentada por Goffredo aos industriais paulistas era mais abrangente do que o projeto até então anunciado por Salgado, pretendendo a mudança do sistema político em pontos centrais, acabando com a eleição direta à presidência e instituindo um senado vitalício, dentre outras medidas:

> Deve a lei dispor sobre a organização corporativa dos grupos domésticos, econômicos, culturais e religiosos. Em cada município, só deve existir uma corporação para cada categoria de atividade. No plano provincial, cada categoria de atividade poderá ter sua Federação Corporativa, constituída de mandatários das respectivas corporações. No plano nacional, cada categoria de atividade poderá ter sua Confederação Corporativa, constituída de mandatários das respectivas Federações Corporativas. A Nação seria governada pelo Presidente da República e pelo Senado Nacional, coadjuvados pelo Conselho Nacional. O presidente seria eleito pelo voto secreto de todos os conselheiros provinciais e municipais existentes no país. Ao Conselho Nacional compete exercer vigilância sobre os atos do poder público. Mas esse Conselho Provincial, não pode ter qualquer função legislativa. Ao Senado Nacional é que compete a elaboração das leis, embora o Senado também não tenha a iniciativa delas. O Senado se compõe de vinte membros vitalícios, podendo esse número, mediante proposta do próprio Senado, ser elevado por lei. Em caso de vaga, o novo senador seria eleito pelos ministros do Supremo Tribunal, dentre 5 nomes indicados pelo Senado. (...) O Senado é um órgão altamente especializado em legislação. Não tem ele a iniciativa das leis porque as leis nascem de suas fontes naturais.[128]

A FIESP não se pronunciou publicamente acerca da proposta apresentada por Goffredo, embora possamos considerar sua presença proferindo a conferência inaugural de um ciclo de debates denominado "O Problema da Representação Política" como evidência de que

---

[127] Tanto a burguesia industrial como a burguesia comercial contavam com uma dupla estrutura, mantendo ao lado da entidade de caráter sindical oficial, com sua ação limitada pela legislação vigente, outra entidade estruturada como instrumento político para defesa de seus interesses de classe, em particular junto ao governo e ao Parlamento. Ver COSTA, Paulo Roberto Neves. Burguesia Comercial e Parlamento no Brasil dos anos 50. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 23-39. Dossiê Burguesia e Política.

[128] Necessária radical reforma no regime em vigor no país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.5.1960, p. 5.

para a entidade da burguesia paulista a proposta corporativista era, no mínimo, digna de ser levada à discussão, mesmo em uma versão explicitamente antidemocrática, que abolia completamente a eleição direta.

É curioso observar que Salgado referenciava-se recorrentemente no ultraliberal Hayek para sustentar a necessidade de imprimir tutelas à democracia. Ainda que em algum aspecto o pretenso nacionalismo de Salgado fosse incompatível com o ultraliberalismo econômico propugnado por Hayek, a argumentação deste era bastante útil para reforçar o discurso antidemocrático de Salgado, com a vantagem, para os integralistas, de que Hayek não tinha seu nome associado com o fascismo, ao contrário da maior parte dos teóricos do corporativismo. O integralista Aníbal Teixeira citava o católico norte-americano Fulton Sheen para apoiar sua argumentação em defesa do corporativismo, concluindo que "*o objetivo da representação econômica e profissional é dar estrutura e forma jurídica a uma realidade que, se não enquadrada devidamente no esquema constitucional e jurídico, tenderá a deturpar e corromper o próprio sistema que se baseia exclusivamente na geografia e nos partidos políticos*".[129]

O Projeto de Emenda Constitucional visando a instituição da "Câmara Corporativa", anunciado desde 1959, só foi apresentado em 1962, assinado pelo deputado federal João de Holanda Cunha (PRP-PB),[130] alterando o artigo 37 da Constituição:

> Art. 1º: O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados, da Câmara dos Representantes do Trabalho e do Senado Federal. A Câmara dos Representantes do Trabalho compõe-se de representantes de todas as categorias profissionais, eleitos por empregados e empregadores, sendo um para o grupo patronal e outro para o grupo de empregados, bem como de representantes das classes liberais, na mesma proporcionalidade.
>
> Art. 2º: Compete, privativamente, à Câmara dos Representantes do Trabalho a iniciativa das leis concernentes ao trabalho e à previdência social, inclusive revisão do salário mínimo e normas relativas ao funcionamento das Confederações, Federações, Sindicatos e Serviços Sociais da Indústria e Comércio. (...).[131]

O projeto teve uma repercussão reduzida no âmbito parlamentar e não chegou a ser submetido à votação. Mesmo assim, não se pode desconsiderar sua repercussão pública, em particular para os setores da pequena burguesia contemplados por ele. O PRP manteve

---

[129] TEIXEIRA, Aníbal. Atualidade e bases da representação econômica. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.10.1959, p. 3.

[130] O advogado Holanda Cunha ficou na terceira suplência na chapa do Partido Social Progressista em 1959, cuja bancada era de apenas dois deputados. Ainda assim, exerceu o mandato durante vários meses em 1962.

[131] Projeto de Emenda Constitucional apresentado pelo deputado Holanda da Cunha, outubro 1962 (CDAIBPRP).

a defesa da Câmara Corporativa como um dos principais elementos da propaganda e do projeto partidária, até que, com a instituição da ditadura militar, voltou a apostar fortemente na emenda constitucional, como discutiremos no próximo capítulo.

7.3 – O PRP e a sucessão presidencial

7.3.1 – O PRP às vésperas da eleição: entre a participação no governo e a "independência partidária"

A partir do início de 1959, o debate em torno da sucessão presidencial marcou fortemente o debate político nacional. Para o PRP, criava-se uma situação delicada, pois o partido integrava o governo Kubitschek e lhe garantia apoio parlamentar, mas não desejava colocar-se em uma posição de alinhamento automático, o que reforçaria os descontentamentos e poderia gerar um maior esvaziamento partidário. Neste contexto, o partido equilibrava-se, com grande dificuldade, para manter-se no governo e preservar uma certa margem de autonomia, motivo pelo qual desenvolveu algumas iniciativas como, por exemplo, a tentativa de constituição de uma "terceira força" que influenciasse no debate sucessório.

O apoio ao governo Kubitschek era continuamente reforçado. Ainda no início de 1959, *A Marcha* considerava-o como "*um dos maiores administradores que o Brasil tem tido*" e lançava a proposta de que a Constituição fosse modificada para possibilitar sua reeleição: "*Seria o caso mesmo – já que se fala atualmente em reforma da Constituição para possibilitar a reeleição do Presidente – dos brasileiros que querem bem à sua Pátria lutarem em prol desse objetivo, a fim de evitar uma possível desgraça ao nosso país*".[132] No início de 1960, Salgado afirmou que "*tudo o que nós integralistas desejávamos, estamos vendo realizado pelo presidente Juscelino Kubitschek*", citando a interiorização da capital, o plano de energia elétrica, a construção de estradas e a Operação Pan-Americana, e concluindo que Kubitschek era "*o maior dos presidentes que o Brasil tem tido*".[133] Dias depois, *A Marcha* sustentava que "*nunca como em nossos dias conheceu o povo brasileiro um tão significativo progresso*".[134] Salgado considerava que a transferência da capital para

---

[132] Assim caminha o Brasil [editorial]. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.3.1959, p. 1.
[133] Palestra na rádio Copacabana, 14.3.1960 (APHRC-FPS 091.003.116). Salgado ressalvava, no entanto, a agricultura, para a qual pedia maior atenção, e também a situação política do Brasil, já que "*Os partidos chegaram a uma insuficiência tão grande que não têm capacidade para tirar de suas próprias fileiras os candidatos à presidência da República*".
[134] Programa de meio século em cinco anos [editorial]. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.4.1960, p. 3.

o Planalto Central, defendida pelos integralistas já nos anos 30, seria "*de importância notabilíssima na vida nacional*", possibilitando a ocupação do oeste, protegendo o país no caso de uma guerra e destruindo "*o desequilíbrio atualmente reinante em nosso País*".[135] Ao mesmo tempo, atacava duramente os adversários da nova capital, em especial a UDN, o *Diário de Notícias* e *O Estado de São Paulo*:

> Não obstante tudo isso, o Brasil progride. Brasília constitui a ocupação, de fato, de grande parte do imenso território nacional; Brasília constitui esse mundo de coisas que já foi dito por toda a imprensa brasileira não contaminada pelos germens do falso oposicionismo, por toda a imprensa nacional, por todos os homens que enxergam mais do que um palmo diante do nariz, e que pode muito bem ser resumido nestas duas palavras: desenvolvimento nacional.[136]

A aproximação das eleições gerava grandes dificuldades para o partido, com a militância dividindo-se na preferência entre os vários candidatos. Uma carta enviada a Salgado por um militante alertava que "*só uma coisa fará a reaglutinação das nossas forças em torno da sua pessoa e da nossa doutrina: a volta de Plínio Salgado para a praça pública para doutrinar o povo*", como candidato à presidência.[137] Outro afirmava que suas esperanças residiam "*no 'homem da vassoura'*", criticava os demais candidatos, e concluía que o PRP tinha apenas duas opções: deixar questão aberta ou apoiar Jânio Quadros.[138] Esta opção não era considerada por Salgado, como evidencia uma carta enviada a Luis Oititica, presidente do Diretório Regional do PRP em Alagoas, em agosto de 1959: "*Com Jânio acho impossível irmos, pois tem formação marxista e não merece confiança por nenhum motivo, principalmente pelos que não se pode dizer em carta*".[139] Publicamente, mantinha-se a possibilidade de lançamento de candidatura própria e adiava-se a definição:

> A direção do PRP ainda não cogitou do assunto. E não é pensamento dos dirigentes integralistas tratarem do problema tão cedo. Pelo menos, até o fim do ano. Para o partido de Plínio Salgado, há dois caminhos a seguir: 1º) candidatura própria; 2º) Apoio a um candidato de outro partido. No primeiro caso, seria repetir a posição de 1955, isto é, lançar de novo a candidatura de Plínio Salgado. Nas eleições passadas, quando as dificuldades eram maiores, e ninguém podia nem sequer sonhar que um partido pequeno se arriscasse a tanto, o PRP lançou, com apenas seis meses de antecedência do pleito, o nome de seu presidente nacional. Portanto, se for o caso, o PRP poderá repetir agora o feito de 55, com melhores condições e dispondo até de mais tempo para um trabalho

---

[135] SALGADO. Mudança da capital da República, 13.4.1960. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 458.
[136] A nota da semana: o Brasil progride, apesar da oposição. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.4.1960, p. 3.
[137] Correspondência de José da Costa Pereira a Plínio Salgado, 13.12.1959 (APHRC-Pprp 59.12.13/18). Pereira considerava que "*não será absurdo admitirmos que, ao término da primeira excursão, um grande movimento do tipo daquele que na França levou ao poder o General De Gaulle, e se generalize no país em torno do seu nome*".
[138] Correspondência de Helio Pellegrini a Plínio Salgado, 20.3.1960 (APHRC-Pprp 60.03.20/2).
[139] Correspondência de Plínio Salgado a Luis Leite Oititica, 17.8.1959 (APHRC-Pprp 59.08.17/19).

> produtivo, visto que ainda temos um ano e meio de distância do próximo pleito. Por outro lado, no caso do partido apoiar uma candidatura estranha aos seus quadros, o critério a ser adotado será, evidentemente, aquele que sempre tem norteado o PRP. (...). O PRP é um partido que tem um objetivo em mira: implantar no Brasil o Estado Integralista. Todas as suas atitudes estão em consonância com este objetivo. Assim sendo, quando há conveniência, o partido lança-se à luta sozinho; quando não, apóia um candidato de outro partido.[140]

Em setembro de 1959, *A Marcha* criticava as candidaturas de Lott e de Jânio. A primeira seria frágil e lançada por forças políticas "*que não correspondem mais aos anseios da Nação brasileira*", enquanto a segunda expressaria falta de compromisso partidário.[141] No final do ano, em discurso na Câmara, Salgado afirmou que apenas não se candidataria novamente por não dispor de recursos:

> Ter candidato próprio seria coerente com a doutrina, seria honroso e nobre. Mas é possível fazer-se eleição no Brasil sem recursos financeiros? Nós não os temos. Somos pobres, paupérrimos, não podemos despender grandes somas em eleições. As eleições de 1955 nos ficaram caras e, apesar de sermos os que gastamos menos, até hoje estamos a pagar dívidas. Então ficamos na situação de escolher um candidato fora de nossas fileiras. Ora, os nossos eleitores, uma vez que não temos candidato próprio, raciocinarão da seguinte maneira: se fosse candidato próprio, eu iria com ele, uma vez que é candidato estranho, vou com o outro. Dá-se então a erosão eleitoral dos partidos e a quebra da unidade e da fé partidária.[142]

Em meados de 1959, Salgado tentou articular uma "terceira força", com o objetivo manifesto de influir no processo eleitoral. A articulação iniciou-se com um encontro ocorrido em Salvador, reunindo Plínio Salgado, o prefeito de São Paulo, Adhemar de Barros (PSP) e o governador da Bahia, Juracy Magalhães (UDN).[143] De acordo com relato de Salgado ao Diretório Nacional do PRP, "*não se cogitou em qualquer momento de lançamento de candidaturas, e sim conjugação de forças no sentido de uma influência decisiva nas eleições de 1960*", embora as conversações conduzissem à "*orientação de somar suas forças eleitorais com o PSP e outros partidos e correntes de opinião que se movimentam hoje no mesmo sentido*".[144] O Diretório Nacional referendou a nota da presidência do PRP que afirmava que "*ficou assentado entre os dois Chefes envidarem*

---

[140] Os integralistas e a sucessão presidencial. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.5.1959, p. 1.
[141] No momento das vacilações e perplexidades, a Terceira Força ergue-se como um fator eleitoral decisivo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.9.1959, p. 1.
[142] Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 17.11.1959. Anais da Câmara dos Deputados, 1959: volume 26, p. 68.
[143] A sucessão presidencial em recortes: o que dizem os jornais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.7.1959, p. 3. Nos anos 30, como presidente do estado da Bahia, Juracy ficou conhecido como maior adversário do integralismo, tendo fechado as sedes da AIB na Bahia e proibido o uso da camisa-verde.
[144] Ata do Diretório Nacional, 6.8.1959 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional (APHRC-FPS 022.004.005).

esforços no sentido de somarem suas forças como fator decisivo da sucessão, podendo assim reivindicar para o Brasil rumos seguros de preservação das instituições e da ordem interna contra errôneas diretrizes favorecedoras dos agentes comunistas e das tendências subversivas".[145] As intenções de Salgado são relatadas na carta a Oititica:

> Entendi de alto interesse para a Nação Brasileira, como elemento de equilíbrio, criar uma terceira força. O Adhemar, conquanto ainda se mantenha candidato, está disposto a reexaminar o problema em dezembro. Estando eu na Bahia, o Juracy foi gentilíssimo comigo e me fez hóspede do Estado, pôs seu automóvel a meu serviço, etc. Fui agradecer-lhe em Palácio e conversamos sobre a Sucessão. Também ele sente a sua responsabilidade de Governador da Bahia e líder do Nordeste a adotar a mesma posição do PRP e PSP: observa os acontecimentos para se pronunciar também em dezembro.[146]

Salgado sustentava que o PRP e o PSP conjuntamente somavam mais de 3 milhões de votos e, que, portanto, seu pronunciamento conjunto seria decisivo para a definição das eleições.[147] Em novembro, *A Marcha* defendeu abertamente o lançamento de uma terceira candidatura, sugerindo a possibilidade de que fosse a de Juracy Magalhães, embora este tivesse sido derrotado por Jânio Quadros na Convenção da UDN, por 205 votos contra 83:

> O Sr. Juracy Magalhães, não obstante ter se conformado com o resultado da Convenção Nacional do seu partido (aliás, não poderia proceder de outra maneira), também pode entender de manter-se candidato. Julgado pelos seus pares, foi condenado a perder "a oportunidade de servir ao seu partido, empunhando a sua bandeira numa campanha dessa natureza". Pode, entretanto, recorrer ao veredito das urnas, a fim de constatar se tinham ou não razão aqueles que representam a cúpula partidária, quando, sufragando o nome do "homem da vassoura", entendiam estar interpretando os sentimentos e aspirações da grande massa udenista, bem como de considerável parcela do povo brasileiro. (...) A candidatura Juracy Magalhães poderia vir a ser a solução tranqüila do problema da escolha do substituto do sr. Juscelino Kubitschek, na suprema direção do país.[148]

A derrota na convenção udenista, no entanto, inviabilizou a candidatura de Juracy Magalhães, e Adhemar não se mostrou disposto a retirar sua candidatura, com o que a proposição da "terceira força" inviabilizou-se completamente, o que se tornou irreversível no final de março, com a não desincompatibilização de Juracy Magalhães.

Outra iniciativa, lançada pelos integralistas em dezembro de 1959, foi a defesa de uma projeto de emenda constitucional que mudava o processo eleitoral para a presidência, estabelecendo um mecanismo de "aliança de legendas", pelo qual cada partido lançaria seu

---

[145] O PRP e a sucessão presidencial: reuniu-se o Diretório Nacional e tomou decisões. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.8.1959, p. 1.
[146] Correspondência de Plínio Salgado a Luis Leite Oititica, 17.8.1959 (APHRC-Pprp 59.08.17/19).
[147] Afirma o sr. Plínio Salgado: só tem acordo até agora com o sr. Adhemar de Barros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12.9.1959, p. 9 (APHRC-FPS 113.004.REC 1959).
[148] A nota da semana: da importância de um Tertius na sucessão presidencial. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.11.1959, p. 3.

candidato, mas um conjunto de partidos se coligaria, permitindo a soma das legendas obtidas, elegendo-se, dentre eles, o candidato mais votado. O projeto havia sido apresentado pelo senador Afonso Arinos em 1950, para evitar a eleição de Vargas. *A Marcha* defendia entusiasticamente sua adoção:

> Por que temem os grandes partidos (PSD, PTB, UDN) a lúcida, sensata e realista proposição do Senador Afonso Arinos, consubstanciada no seu projeto da Aliança das Legendas, para as eleições de presidente da República? (...) Como fortalecer os partidos? Evitando as "erosões eleitorais" conseqüentes da escolha de candidatos estranhos, tomados de empréstimo a outras agremiações. Ora, não havendo nenhum partido no País com força suficiente para eleger um Presidente da República, não será possível adotar cada um o seu candidato. E mesmo que assim fosse, o eleito teria de governar contra a maioria da Nação, talvez oitenta por cento, se somarmos todas as legendas adversas. Como, então, proceder? Unindo os partidos de maior afinidade ideológica e programática em alianças baseadas em denominadores comuns de princípios e pontos de programa em que não houver discordância. Unidos com o objetivo de criar um Governo comum aos aliados, porém cada qual apresentando seu próprio candidato. Se essa aliança obtiver maioria sobre outra ou outras estruturadas pelo mesmo critério, estará eleito o candidato da legenda que obtiver o maior número de votos. Conseqüências benéficas: 1) Maioria absoluta; 2) base parlamentar; 3) disciplina interior em cada partido, pois os eleitores não poderiam articular queixas por ser o candidato alheio a suas fileiras; 4) início do processo de diminuição do número de partidos, sem que sejam violentados pelo artifício de reformas sem base na realidade; 5) moralização das combinações políticas, que, deixariam de se realizar na base da troca de favores, para se efetivar sobre base doutrinária e programática. (...) A aliança que atingir a maior soma dará o Presidente da República. E este será o candidato do Partido da Aliança que obtiver maior número de votos. Os demais partidos da aliança colaborarão no Governo. (...) A solução Arinos, pleiteada por Plínio Salgado, corresponde a um imperativo da salvação nacional.[149]

Com a aprovação do projeto, segundo a projeção de *A Marcha*, os candidatos de uma aliança seriam Lott (PSD), Jango (PTB), Plínio (PRP) e Adhemar (PSP), e os da outra seriam Magalhães Pinto (UDN), Raul Pilla (PL), Arruda Câmara (PDC) e Emílio Carlos (PTN). A eventual aprovação deste projeto teria duas conseqüências evidentes: o aumento do poder de barganha dos pequenos partidos, pois a votação de seus candidatos somaria diretamente para o candidato com o qual se aliasse, e a inviabilização da candidatura de Jânio Quadros. A proposta lançada por Salgado recebeu o apoio dos presidentes do PSD, do PTB e do PSP, Amaral Peixoto, João Goulart e Adhemar de Barros.[150] A UDN, que defendeu o projeto em 1950 por motivos conjunturais, desta vez se opunha a ele, alegando que "*o voto-legenda viria a alterar o jogo sucessório já iniciado*",[151] mas o presidente do

[149] Aliança de legendas: única salvação dos partidos e do regime. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.12.1959, p. 1.
[150] Apoio de Amaral, Jango e Adhemar à aliança de legendas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.12.1959, p. 1.
[151] A nota da semana: as regras do jogo sucessório. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.1.1960, p. 3.

Partido Libertador, Raul Pilla, um de seus principais aliados, manifestou seu apoio.[152] Em janeiro de 1960, *A Marcha* criticava os líderes governistas, que estariam recuando no apoio ao projeto em vista das críticas da UDN, para quem o projeto visava apenas prejudicar a candidatura de Jânio Quadros.[153] Sem a sustentação das forças governistas, o projeto teve sua tramitação obstruída e nem sequer entrou em pauta. Desta forma, o PRP chegava ao início do ano de 1960 bastante dividido no que se refere à escolha de seu candidato à presidência, e derrotado nas duas principais iniciativas tomadas por Salgado: a tentativa de constituição de uma "terceira força" e o encaminhamento do projeto de "aliança de legendas".

7.3.2 As pressões do governo e a difícil definição do PRP

Ao iniciar-se o ano eleitoral, o PRP era fortemente pressionado pelo governo para formalizar seu apoio à candidatura do Marechal Lott, já que o partido integrava o governo. Em discurso na Câmara, Salgado protestou contra as pressões e reivindicou "independência" para a definição do PRP:

> Os matutinos desta capital publicaram, na edição de domingo, notícia relativa ao meu Partido e à minha posição pessoal no caso da sucessão presidencial da República. Apesar das pequenas variantes, tem-se a impressão de que a notícia procede da mesma fonte. Pretende a referida fazer crer que existe, partindo dos órgãos governamentais ou dos partidos situacionistas, uma pressão sobre o PRP, no sentido de forçá-lo a adotar determinada atitude política. Essa pressão, segundo a fonte original da inoportuna intriga, seria exercida mediante a ameaça de se retirar o Instituto Nacional de Imigração e Colonização das responsabilidades do PRP, caso esse não se decidisse, com rapidez, se definir pela candidatura do Marechal Teixeira Lott. Preliminarmente, quero dizer que não creio que a inabilidade política dos partidos da situação tivesse chegado a tal ponto. (...) As atitudes do meu Partido e as minhas pessoais nunca foram conseqüência de ameaças ou de ofertas de cargos e posições. (...) Venho à tribuna declarar, quanto à insinuação de ser retirado o INIC das mãos do PRP, que aquele órgão da administração representa pesado ônus para quem quer servir ao seu povo com honestidade. (...) A esses intrigantes não caberá a glória de estabelecer a mínima incompatibilidade entre o meu Partido ou a minha pessoa e o honrado Presidente da República, a quem admiro como brasileiro e estimo como amigo que lhe dedica a mais profunda afeição. Esta é, portanto, a atitude do meu Partido.[154]

Também o deputado federal Oswaldo Zanello discursou reivindicando a plena liberdade do PRP, em termos mais fortes e explícitos:

---

[152] Aliança de legendas: a alta e nobre atitude de Raul Pilla. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.1.1960, p. 3.
[153] A nota da semana: Na Câmara a soma de legendas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.1.1960, p. 3.
[154] SALGADO, Plínio. O Partido de Representação Popular e a sucessão presidencial, 22.2.1960. *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 124-126. O discurso foi reproduzido em: Os integralistas e a sucessão presidencial. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.2.1960, p. 1.

> Não mantemos compromissos com quem quer que seja. Nenhum partido e nenhum candidato à presidência da República obteve, até agora, o pronunciamento favorável do PRP. Ao contrário, estamos numa posição de total eqüidistância podendo, qualquer dos três ilustres disputantes do pleito presidencial vir a obter a colaboração eleitoral dos integralistas. (...) O problema sucessório está sendo interpretado, com reais prejuízos para o candidato oficial, de uma forma inábil. Nós do PRP não temos candidato próprio e, assim sendo, estamos em condições de estudar bem qual o candidato que iremos apoiar. (...) Desejamos, da mesma forma, assinalar, a maneira correta como tem agido com o PRP o senhor presidente da República. Se auxiliares seus, inabilmente, têm pretendido interferir nos destinos de nossa agremiação, com pressões e *ultimatuns*, estão eles prestando um desserviço à candidatura que sustentam.[155]

Salgado convocou para a primeira semana de março um Conclave Nacional de Líderes do PRP, reunindo seus parlamentares, dirigentes nacionais e presidentes de diretórios regionais, visando estudar "*o problema da sucessão presidencial*", sem poderes deliberativos, mas com o objetivo de "*levar à Convenção o pensamento predominante da agremiação em face do relevante problema*".[156] No entanto, ao que parece, as divergências impediram que se chegasse a definir qualquer indicativo concreto, à exceção da reafirmação do apoio ao governo Kubitschek, como evidenciam as deliberações do evento:

> 1º) O presidente do Diretório Nacional nomeará uma Comissão Política para acompanhar o desenvolvimento das candidaturas presidenciais, estudando a atual conjuntura em face das informações colhidas nesse Conclave e de outras posteriormente obtidas, e dando seu parecer ao mesmo Diretório Nacional;
>
> 2º) Logo que o Diretório Nacional tenha esse parecer, porá em debate as soluções alvitradas, submetendo-as a votos;
>
> 3º) A menos que ocorram fatos que determinem decisão imediata, o Diretório Nacional evitará designar a data da Convenção Nacional antes de quatro meses das eleições presidenciais;
>
> 4º) A Comissão Política, ou cada um de seus membros, fica credenciada para ouvir os candidatos que solicitarem entendimentos com o partido;
>
> 5º) O Conclave reafirma, seja qual for a deliberação do Partido a respeito da sucessão presidencial, o apoio do PRP à ação administrativa do presidente Juscelino Kubitschek.[157]

A partir daquele momento, a direção integralista passou a cogitar uma nova alternativa para a manutenção da unidade dos integralistas, que parecia ameaçada, qualquer que fosse a opção do partido, já que a preferência da militância dividia-se entre os três candidatos. Esta alternativa consistia na avaliação da possibilidade de lançamento de Salgado como candidato a vice-presidente. *A Marcha* afirma que no Conclave teria se

---

[155] O PRP é um partido que caminha com os seus próprios pés e pensa com sua própria cabeça. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.3.1960, p. 3.
[156] Conclave Nacional de Líderes do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.2.1960, p. 3.
[157] Conclusões do Conclave de Líderes Estaduais do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.3.1960, p. 3.

destacado "*o entusiasmo demonstrado por vários conclavistas dos mais diversos Estados, manifestando o desejo dos integralistas de verem o nome do Chefe Nacional Plínio Salgado como candidato à vice-presidência da República. Não obstante, o Chefe fez questão de esclarecer que não é candidato nas eleições de outubro próximo*".[158] Na primeira reunião do Diretório Nacional após o Conclave, este decidiu "*fazer um apelo ao seu Presidente Plínio Salgado para que aceite a indicação de seu nome para candidato ao cargo de vice-presidente da República nas próximas eleições, conforme foi sugerido na última reunião do referido Conclave Nacional*".[159] Salgado, estranhamente, não participara da reunião do Diretório Nacional, e sua resposta adiava a definição da questão, ao solicitar o pronunciamento dos parlamentares e dirigentes do PRP:

> [Salgado] diz inicialmente que muito meditara sobre o assunto, o qual poderia trazer, como espera o Diretório Nacional a união de todos os integralistas em torno do nome de seu Chefe, com benefícios para o Partido, mas, também, no caso de fracasso de sua candidatura, por motivos alheios a nossa vontade, poderia trazer irremediáveis conseqüências para a vida do Partido. Nessas condições, antes de dar qualquer resposta ao apelo que recebera, como uma prova de carinho de seus companheiros, desejaria fossem ouvidos sobre o mesmo os chefes dos Diretórios Regionais, as bancadas na Câmara e no Senado, bem como os membros do Diretório Nacional ausentes à reunião que deliberara sobre o assunto.[160]

Na correspondência enviada com a intenção de consultar os dirigentes partidários - assinada pelo vice-presidente do Diretório Nacional - avaliava-se que "*está seriamente ameaçada a unidade da nossa agremiação partidária, que constitui o nosso maior patrimônio político e moral*" e propunha-se a candidatura de Salgado como instrumento para "*polarizar as correntes contrastantes que hoje se verificam no PRP*".[161] Não encontramos as respostas a estas consultas nem o pronunciamento definitivo de Salgado nas atas do Diretório Nacional. Quatro meses depois, no entanto, a questão permanecia em aberto:

> Abordando a questão dos candidatos a vice-presidência, declarou o presidente do PRP que esse problema tem sido objeto de apaixonadas controvérsias no seio do partido. Uma corrente, que é a maior, esclareceu, apoiada por 17 diretórios estaduais, assim como por mais de 30 membros do Diretório Nacional, que é constituído por quarenta e cinco membros, insiste em que tenhamos candidato próprio. A outra corrente, a menor, entende

---

[158] Conclave de Líderes Estaduais do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.3.1960, p. 3.
[159] Ata do Diretório Nacional, 30.3.1960 – Ata do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004).
[160] Ata do Diretório Nacional, 12.4.1960 – Ata do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004).
[161] Correspondência de Vicente Meggiolaro a Plínio Salgado, 2.4.1960 (APHRC-Pprp 60.04.02/4).

> o contrário. Esse problema deverá ser resolvido no próximo mês de agosto, nos primeiros dias.[162]

A indefinição de Salgado estava relacionada, no entanto, ao desenvolvimento de uma negociação que estava sendo travada de maneira secreta, com as lideranças do governo, tendo como objeto o aumento da participação do PRP no governo em troca do apoio às candidaturas de Lott para a presidência e de João Goulart para a vice-presidência. Alguns indícios desta negociação podem ser depreendidos de uma matéria publicada por *A Marcha:*

> Em dias da semana passada, os srs. João Goulart e Plínio Salgado tiveram longa conferência. No dia seguinte, o Vice-Presidente da República entreteve com o Presidente demorado contato, relatando as conversações com o Chefe Integralista. Nesse mesmo dia, o sr. João Goulart deu conta a Plínio Salgado da troca de idéias que tivera com o Presidente e que foram assinaladas pelo alto apreço revelado pelo Chefe da Nação relativamente ao PRP e seu Chefe. Ficou assentado um encontro posterior, a três: o Presidente, o Vice-Presidente da República e o sr. Plínio Salgado. (...) O Ministro Armando Falcão promoveu um encontro do Marechal com o Presidente do PRP, ao qual compareceu, também, o sr. João Goulart. (...) No dia imediato, o Presidente convidou o sr. Plínio Salgado para um passeio à ilha do Bananal. Regressando o Presidente a Brasília, efetuou-se no Palácio do Planalto uma conferência de cerca de uma hora, entre o Chefe da Nação e o sr. Plínio Salgado.[163]

Na mesma edição, *A Marcha* noticiava a nomeação de Luis Compagnoni para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (IPASE), além da substituição de Walter Cechella por Zeferino Contrucci no INIC,[164] mas não estabelecia nenhuma relação entre estes eventos e os encontros de Salgado com Kubitschek, João Goulart e Armando Falcão. Uma longa correspondência confidencial enviada para João Goulart esclarece a negociação ocorrida e revela uma complexa barganha política. Seu autor, Rui Arruda, então Secretário de Justiça do município de São Paulo, serviu como intermediário na negociação, e relatava detalhadamente os contatos secretos que transcorreram por mais de três meses:

> Nos primeiros dias de abril do corrente ano, em São Paulo, ocorreu nossa primeira conversação sobre o problema presidencial relacionado com a posição do PRP. Nessa oportunidade, expus ao prezado amigo a tendência generalizada em nosso partido objetivando o lançamento do nome de Plínio Salgado como candidato à vice-presidência. Expliquei que essa orientação já manifestada pelo Diretório Nacional e pelos Diretórios Regionais para isso consultados, visava o fortalecimento da unidade partidária e o seu revigoramento como conseqüência da própria campanha, ainda mesmo que esta não alcançasse vitória.

---

[162] Plínio Salgado aponta JK como o maior das Américas e não crê em guerra civil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.8.1960, p. 1 e 6. As declarações foram originalmente dadas em entrevista a *O Jornal*, transcrita por *A Marcha*.
[163] Momento político: atividades de Plínio Salgado em Brasília. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.6.1960, p. 1.
[164] Luis Compagnoni presidente do IPASE. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.6.1960, p. 1.

O meu ilustre amigo ponderou que se o PRP adotasse essa linha de ação, **seria quebrado um sistema de forças cujas vantagens vinham sendo demonstradas**; e perguntou-me se não haveria outra solução que, atingindo o mesmo objetivo de fortalecimento do PRP, evitasse a ruptura de vínculos os quais deveriam ser revigorados no interesse de todos. Fiquei de examinar o assunto.

Sugeri, posteriormente, por intermédio do sr. Protásio Monteiro da Silva, **a idéia de se darem compensações ao PRP**, de modo que este, sentindo-se prestigiado, pudesse abrir mão da candidatura própria, adotando a do eminente Presidente do PTB.

Deu-me conhecimento o intermediário da acolhida favorável e calorosa do distinto amigo, que teria achado as reivindicações enumeradas até muito modestas. (...)

Encerradas estas conversações, propus-me promover imediatamente um encontro entre o Presidente do PRP e o prezado amigo, o que se deu no dia 12 de maio, na residência de Plínio Salgado, no Rio, após uma conversa preliminar entre este, o sr. Protásio Mendes da Silva, o sr. Ernesto Seppe e minha pessoa, tendo o nosso Chefe concordado em receber as propostas decorrentes da exposição que lhe fizemos. O ilustre amigo expôs a Plínio Salgado o seu pensamento, que foi por ele aceito, designando-se, para efetivação do mesmo, novo encontro em Brasília, após um contato de Plínio Salgado com o Presidente da República. Este realizou-se no Palácio das Laranjeiras, no Rio, tendo o Presidente do PRP dado conta ao Chefe da Nação das conversações encetadas com o ilustre presidente do PTB, as quais foram plenamente aprovadas pelo sr. Juscelino Kubitschek.

Na conferência de Plínio Salgado com o ilustre amigo, em Brasília, à qual estive presente, ficou assentado que entregaríamos datilografadas as reivindicações tendentes a prestigiar o PRP, o que foi feito, no dia seguinte, tendo sido eu o portador. Tinha ficado assentada, também, uma conversação conjunta do Presidente e do Vice-Presidente da República com Plínio Salgado, quando os três delineariam o esquema político a ser executado; mas essa conversa a três não pode efetivar-se, entendendo-se o ilustre amigo e, depois, Plínio Salgado, separadamente, com o Chefe do Executivo. Das conversações do distinto amigo com o Presidente da República resultou o despacho deste, na lista das posições pleiteadas pelo PRP, com as palavras “de pleno acordo”. (...)

Não me cansei de insistir, durante todo esse tempo, na necessidade urgente de se imprimir velocidade às providências decorrentes do acordo político. (...) Entretanto, tudo tem marchado com lentidão exasperante, o que já está produzindo insanáveis prejuízos à execução do esquema delineado. Assim vejamos. Plínio Salgado esteve com o Presidente da República a 18 de maio no Rio. Só conseguiu nova audiência no dia 12 de junho, 24 dias depois. **Nessa audiência foi nomeado Luis Compagnoni para Presidente do IPASE**. **Nada mais se fez em cumprimento de tudo quanto fora assentado e aprovado pelo presidente**. Uma nova audiência do presidente a Plínio só se deu a 6 de julho (outros 24 dias). Nossa audiência, o Presidente despachou com o seu “autorizo” os pequenos pedidos complementares subordinados a uma das alíneas da lista geral.

Pois bem. No dia 9 de julho, Plínio Salgado esteve com o Chefe da Casa Civil, Dr; Oswaldo Penildo, para serem tomadas providências para o cumprimento das autorizações presidenciais. (...) **Durante 8 dias seguidos o nosso Chefe compareceu ao Gabinete da Casa Civil**, onde, em vez de lhe dizerem francamente que o sr. Penildo não regressaria essa semana, dia a dia lhe disseram para vir no dia seguinte. (...)

Como vê o prezado amigo, não é possível trabalhar assim. Sentimos que há alguma sabotagem a dificultar nossos objetivos. (...)

Para completar o quadro das dificuldades, tenho que lealmente chamar a sua atenção para o caso do IPASE. Estive em Brasília, onde notei os embaraços do Compagnoni, seu leal amigo. Nomeado presidente (única providência efetivada em nosso esquema) numa hora de descalabro administrativo daquele órgão, e disposto a recuperá-lo, não conseguiu ainda

> substituir diretores que não correspondem em competência e colaboração aos seus altos desígnios de reerguimento do Instituto. Cumpre ainda acrescentar os descontentamentos internos que o IPASE poderá provocar em nosso partido, pelo não atendimento à justa aspiração das seções regionais de assumir a responsabilidade das delegacias locais, isso porque os elementos do PTB nos estados não querem ver o alcance dos nossos entendimentos para salvar, não situações locais, mas uma situação nacional e a própria sobrevivência da sua estrutura partidária, da qual são eles os maiores beneficiários.
>
> Tudo isto numa hora em que o Diretório Nacional do PRP ainda vai discutir a parte final da carta do Marechal, julgada insatisfatória (...) está criando uma situação gravíssima para mim dentro do meu partido. (...)
>
> Estou escrevendo uma carta a Plínio Salgado exonerando-me de qualquer responsabilidade e ponderando a necessidade de submeter ao Diretório Nacional do nosso partido essa situação, afim de que o partido delibere, assumindo a melhor atitude que convier à sua dignidade e aos interesses do Brasil. (...) **Ou fazemos em 24 horas o que não se fez em 90 dias, ou abrimos mão de todas as conversas e combinações, deixando livre o PRP para escolher o destino que lhe convenha, abrindo mão até, se assim julgar útil, das posições que ocupa no Governo Federal**.[165]

Esta correspondência torna compreensíveis alguns fatos que a primeira vista parecem estranhos, como o constante adiamento da data da definição do PRP e a infindável indefinição de Salgado com relação à candidatura à vice-presidência. Parece-nos claro que às vésperas da definição da posição do PRP, esta possibilidade já havia se tornado inviável, mas era necessário seguir apresentando-na como possível, para que servisse como instrumento da barganha. De qualquer forma, é este o contexto no qual se deram as longas negociações visando a definição da posição do PRP.

7.3.3 O apoio a Lott e Jango

Consolidadas as candidaturas de Lott, Jânio e Adhemar de Barros, o PRP viu seu apoio bastante valorizado, a ponto de afirmar que iria "*novamente se constituir em fiel da balança no resultado do próximo pleito*".[166] O partido afirmava que buscava um "*continuador à altura da obra de Kubitschek*", que levasse adiante sua "*grande obra de redenção nacional*" e a "*ascensão econômica*" do país.[167] Alguns documentos "sigilosos" revelam que os integralistas chegaram, em algum momento, a investir na possibilidade de uma mudança constitucional para permitir a reeleição de Kubitschek. Um relatório "*absolutamente secreto e sigiloso*", denominado "Operação Consolbrás", criticava todos os candidatos, e estabelecia "*um plano (absolutamente sigiloso) para que se esclareça a*

---

[165] Correspondência de Rui Arruda a João Goulart (confidencial), 22.7.1960 (APHRC-Pprp 60.07.22/4).
[166] Tudo indica, o PRP vai ser novamente o fiel da balança nas eleições presidenciais de 1960. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.4.1960, p. 1.
[167] Quatro meses antes das eleições: Lott, Jânio ou Adhemar? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.6.1960, p. 1 e 2.

opinião pública e para que o Brasil continue [existindo]". Para isto, deveria ser organizado um comando de cúpula secreto e feita a indicação de comandos por estado para a deflagração de um movimento coordenado de "esclarecimento popular", visando "*criar ambiente para a possibilidade dessa continuidade*".[168] Não é possível afirmar com certeza que a direção integralista apoiava esta articulação, embora os vários documentos encontrados no acervo partidário reforcem esta possibilidade. Em um deles, era feito um "apelo" ao presidente "*a respeito da conveniente continuação de V. Excia. dirigindo os destinos de nossa Terra*".[169] Esta articulação não chegou a produzir maiores resultados e não chegou a ter repercussão pública.

Em 6 de julho, no contexto das negociações secretas travadas com Kubitschek e João Goulart, Salgado entregava uma carta-consulta ao Marechal Lott, com questões relacionadas a "princípios doutrinários" e a "questões práticas", relativas à exigência de repúdio a qualquer apoio comunista, à oposição ao reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e ao registro do Partido Comunista.[170] Pela primeira vez, o partido enviava carta-consulta a apenas um candidato, o que revela sua expectativa de fechar um acordo rápido. O Diretório Nacional decidiu que, "*tão logo o Marechal responda a esta carta, realizar-se-á nova reunião, para fixar a data da Convenção Nacional, **que se realizará no próximo mês de julho***".[171] A resposta de Lott, no entanto, só foi entregue "*no dia 8 de julho, após um mês de espera pelo PRP, embora essa resposta tenha a data de 21 de junho*".[172] Esta resposta, redigida em termos genéricos, continha pontos que contrariavam a expectativa dos integralistas, como a recusa de Lott a repudiar o apoio comunista: "*É bem compreensível que me abstenha de propalar que dispenso ou recuso os seus sufrágios, atitude que, por outro lado, poderia parecer simulada ou demagógica*", bem como a indefinição quanto ao reatamento com a União Soviética: "*Pessoalmente, sou contrário. Entretanto, nesse assunto, devem ser considerados acima de tudo, os altos interesses nacionais como determinante da conduta do Governo na sua política externa*".[173]

De posse desta resposta, o Diretório Nacional reuniu-se, "em caráter reservado", para sua apreciação. A quase totalidade de seus integrantes manifestou-se contra a carta do

---

[168] Operação Consolbras, s./d. (APHRC-FPS 091.002.003).
[169] Apelo ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, julho de 1960 (APHRC-FPS 091.005.017).
[170] Correspondência de Plínio Salgado a Henrique Lott, s./d. (APHRC-Pprp 22/1950).
[171] Comunicado do Diretório Nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.6.1960, p. 8. Grifo meu.
[172] Correspondência de Rui Arruda a João Goulart (confidencial), 22.7.1960 (APHRC-Pprp 60.07.22/4).
[173] Correspondência de Henrique Lott a Plínio Salgado, 21.6.1960 (APHRC-Pprp 60.06.21/4).

Marechal Lott, considerando-na insatisfatória. Um dirigente chegou a avaliar que "*o Estado Maior do Marechal é dirigido e orientado pelo Comunismo Marxista*", e vários outros manifestaram-se em favor do apoio a Jânio Quadros. Mesmo assim, o Diretório Nacional não tomou qualquer decisão. Salgado, então, encaminhou uma carta complementar a Lott, informando-lhe "*que dois pontos da segunda parte de sua carta provocaram numerosas objeções: o primeiro por evidente equívoco da resposta quanto ao objetivo da pergunta; o segundo por ter parecido ao Diretório não haver a desejada precisão no esclarecimento de V. Excia*."[174] Nesta carta, Salgado reformulava os termos das questões, indagando agora da possibilidade "*de líderes notoriamente conhecidos do credo vermelho irem à praça pública fazer propaganda*" e, em relação às relações com a União Soviética, considerando que "*a opinião pessoal de um candidato torna-se a opinião de um governo, sendo ele eleito, pois se a opinião pessoal do candidato tiver de sujeitar-se a revisões no futuro qüinqüênio governamental, então estará destruída toda a lógica dos programas e todas as afirmações mediante as quais os eleitores deliberaram*".[175] As insatisfações manifestadas no Diretório Nacional se tornaram públicas, sendo noticiada pelo *O Estado de São Paulo*, que afirmou que as respostas desagradaram o partido, mas "*o PRP não deseja em nenhuma hipótese abandonar cargos que conseguiu conquistar e que envolvem a manipulação de verbas polpudas e todas as facilidades na distribuição de empregos*".[176] Ao mesmo tempo, a divisão no interior do partido se acirrava e se consolidava, como revela uma carta enviada a Salgado:

> Muita gente nossa está desorientada; não sabem com quem estamos, se com Jânio, se com Lott ou se com Adhemar. Já tenho encontrado no nosso meio lottistas, janistas e adhemaristas. E lhe digo mais, não são poucos os janistas. (...) Essa falta de unidade de idéias é a falta de disciplina que existe hoje no seio do nosso partido, é a ignorância da doutrina integralista e a falta de disciplina que desapareceu com o verdadeiro integralismo.[177]

Logo após a reunião do Diretório Nacional, Salgado enviou também uma carta-consulta a Jânio Quadros. Em sua resposta, Jânio manifestava concordância com os princípios gerais enunciados e colocava-se como inimigo do comunismo, mas defendia o reatamento de relações com a União Soviética, visando assegurar "*o recurso à instâncias internacionais, ainda que precárias, na hipótese de atentados ao que é legitimamente*

[174] Correspondência de Plínio Salgado a Henrique Lott, 5.8.1960. (APHRC-Pprp 60.00.00/107).
[175] Idem, ibidem.
[176] Apud O Partido de Representação Popular responde a *O Estado de São Paulo*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.8.1960, p. 3.
[177] Correspondência de Nestor Contreiras Rodrigues a Plínio Salgado, 23.7.1960 (APHRC-Pprp 60.07.23/2).

nosso", e afirmou discordar da proibição do Partido Comunista, considerando que "*o comunismo deve ser combatido nas suas causas, não nos seus efeitos*".[178] Na semana seguinte, o partido recebeu a resposta de Lott à complementação, reconsiderando parcialmente suas posições:

> Devo-lhes dizer que nunca solicitei a colaboração dos comunistas para a minha campanha eleitoral, e adoto a sua opinião relativamente aos inconvenientes da participação deles na condução de comícios promovidos pelos órgãos dirigentes da propaganda de minha candidatura, o que quer dizer que, em tudo quanto de mim dependa, não deixarei de tomar as providências supressivas dessa participação. Como quer que seja, devo acrescentar que de acontecimentos dessa natureza não resulta, em nenhuma hipótese, qualquer espécie de compromisso meu com relação às específicas pretensões políticas comunistas.
>
> Quanto ao segundo ponto agora focalizado por V. Exa., isto é, a questão das nossas relações diplomáticas com a União Soviética, cabe-me esclarecer que, quando digo ser pessoalmente contrário ao restabelecimento delas, estou exprimindo, não um mero sentimento ou opinião de observador ou patriota, mas o real e durável propósito do homem público, uma vez constituído em dignidade. Se vier a ser o Presidente da República, não promoverei o reatamento dessas relações. Apenas reconheço que tais ou quais interesses econômicos do nosso país poderão levar-nos a uma ou outra negociação comercial, que não ponha em risco a estrita e constante defesa política ideológica, a que, nas contingências atuais do mundo, somos obrigados.[179]

Na mesma semana, Salgado enviou, ainda, uma carta-consulta a Adhemar de Barros, apresentando-lhe, em termos gerais, as mesmas questões que enviara aos demais candidatos.[180] O envio das cartas-consulta em datas diferentes revela que Salgado em um primeiro momento priorizou o acordo com Lott; quando este se tornava complicado enviou carta-consulta a Jânio Quadros; e como as respostas deste não lhe satisfizeram, resolveu consultar também Adhemar de Barros, ainda que ele fosse o candidato com menores chances eleitorais. Enquanto isto, a Convenção Nacional, inicialmente prevista para julho, era continuamente adiada.[181] A preocupação em evitar dissidências tomava conta do partido. No Rio Grande do Sul, um encontro reunindo os 13 prefeitos e 20 vice-prefeitos do PRP produziu uma declaração afirmando que, em relação à sucessão presidencial, "*não têm preferências pessoais intransigentes e antecipam que acatarão plenamente a decisão a ser tomada em Convenção Nacional*".[182] A carta-resposta de Adhemar de Barros foi enviada em 22 de agosto, trazendo diversos elogios a Salgado e respondendo todas as

---

[178] Correspondência de Jânio Quadros a Plínio Salgado, 6.8.1960 (APHRC-Pprp 60.08.06/2).
[179] Correspondência de Henrique Lott a Plínio Salgado, 11.8.1960 (APHRC-Pprp 60.08.11/3).
[180] Correspondência de Plínio Salgado a Adhemar de Barros, 15.8.1960 (APHRC-Pprp 60.08.15/1).
[181] Transferida a Convenção Nacional do PRP para os dias 26 e 27 do corrente. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1960, p. 1.
[182] PRP gaúcho e a sucessão: prefeitos integralistas reafirmam acatamento às decisões superiores. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1960, p. 5.

questões de acordo com as expectativas do PRP, prometendo, inclusive, opor '*tenaz resistência à infiltração comunista*", e impedir a legalização do Partido Comunista e o reatamento de relações com a União Soviética.[183] O PRP chegou a receber uma proposta assinada pelo presidente do PSP, garantindo-lhe, em caso de apoio e vitória eleitoral de Adhemar, dois ministérios, duas autarquias, uma carteira do Banco do Brasil, uma diretoria da Caixa Econômica Federal, uma diretoria da Banco de Desenvolvimento Econômico e "ajuda financeira" de CR$ 20 milhões.(R$ 2.238.417,79)[184] Em um adendo, o PSP ofereceu ainda o apoio a uma eventual candidatura de Salgado ao governo de São Paulo, caso Adhemar fosse eleito presidente.[185] A oferta do PSP, em termos de cargos prometidos, de ajuda financeira, e também os compromissos programáticos assumidos pelo seu candidato, certamente superavam em muito as dos demais candidatos. É provável, no entanto, que os integralistas tenham considerado tais ofertas menos atraentes em vista da menor possibilidade eleitoral de Adhemar.

A Convenção Nacional do PRP finalmente realizou-se em 27 de outubro, há pouco mais de um mês da eleição. Nela evidenciou-se, novamente, uma grande divisão das preferências entre os três candidatos, havendo várias delegações que recusavam todos eles e propunham candidatura própria. Outras, ainda, decidiram colocar a definição "*nas mãos de Plínio*". Em face da manutenção do impasse, a Convenção "*delegou, por unanimidade, ao Diretório Nacional, para escolher os candidatos do Partido à Presidência*".[186] A polêmica marcou também a reunião do Diretório Nacional, o qual, após várias horas de discussão, deliberou, por 23 votos contra 13, que não deixaria questão aberta. Colocada em votação a definição do candidato, Lott recebeu 18 votos, Adhemar cinco, Jânio um, a candidatura própria um e 12 votos foram em branco. O apoio a Lott foi aprovado com 27 votos, contra oito em branco e dois para Milton Campos.[187] A existência de 12 votos em branco e de um pela candidatura própria deixa claro que o descontentamento atravessava também o Diretório Nacional. Após a definição, por proposição do deputado Oswaldo Zanello, que se opunha a Lott, foi decidido "*que se considerasse* ***como recomendação*** *aos*

---

[183] Correspondência de Adhemar de Barros a Plínio Salgado, 22.8.1960 (APHRC-Pprp 60.08.22/2).
[184] Condições para apoio do Partido de Representação Popular à candidatura do Dr. Adhemar de Barros, 1º.9.1960 (APHRC-FPS 021.003.005). O documento estava assinado por Rubens Ferreira Martins, presidente em exercício do Diretório Nacional do PSP, e tinha um espaço para a assinatura de Plínio Salgado.
[185] Adendo às reivindicações do Partido para criar condições de apoio, 1º.9.1960 (APHRC-FPS 021.003.006).
[186] Os integralistas decidem eleições. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.9.1959, p. 1.
[187] Alguns dias depois, Lott escreveu a Salgado agradecendo o apoio, elogiando as "*diretrizes espirituais, democrática e cristãs*" do PRP, com as quais se sentiria "plenamente identificado". Correspondência de Henrique Lott a Plínio Salgado, 13.9.1960 (APHRC-Pprp 60.09.13/4).

Diretórios e a todos os integralistas do País, os nomes dos ilustres brasileiros Marechal Henrique Lott e João Goulart, e ***não como candidatos****, por entender que doutrinariamente candidatos somente poderiam ser elementos do próprio partido*".[188] O sentido da decisão integralista foi bem apreendido na crítica de *O Globo:*

> Após muitas semanas de indecisão, o Partido de Representação Popular (Ex-Ação Integralista Brasileira) fixou seus rumos no pleito presidencial. A decisão saiu morna e sem consistência. O Diretório Nacional da agremiação, a quem fora entregue pela Convenção a escolha da candidatura que seria adotada, **apenas recomendou** a chapa Lott-Jango. Como uma recomendação, mesmo no PRP, não tem a força de uma imposição partidária, diversas seções estaduais já anunciaram a sua discordância. Não é de estranhar que isto ocorra, pois de antemão se sabia que o frenético apoio comunista às candidaturas Lott e Jango as havia incompatibilizado com os setores mais puros e autênticos do integralismo. (...) A explicação é o retrato da decomposição política do momento brasileiro. O sr. Plínio Salgado sacrificou seus princípios, suas convicções, as naturais inclinações de seus seguidores, as idiossincrasias, para defender os postos conseguidos na administração federal e nas autarquias, o INIC, o IPASE e todos os mananciais de empregos e favores sem os quais o seu entourage partidária já não sabe viver.[189]

O jornal *A Marcha* informou que diversos dirigentes defenderam a questão aberta para manter a unidade partidária, mas justificou que "*a maioria julgou precisamente o contrário, isto é, que a questão aberta seria um foco de divisionismo partidário*".[190] Mesmo assim, foi impossível ocultar as especulações sobre dissidências em curso. Vários jornais noticiaram que os deputados Oswaldo Zanello, Arno Arnt e Abel Rafael estavam apoiando a candidatura de Jânio Quadros, o que foi desmentido pelo último: "*Não há dissidência no PRP, mormente envolvendo minha pessoa. Lutei no Diretório Nacional para que outra fosse a solução, mas uma vez dada a decisão, cumpro a disciplinadamente*".[191] Zanello, no entanto, em discurso na Câmara dos Deputados um ano depois, reconhecia ter votado e feito campanha para Jânio Quadros:

> Quero dizer que se votei no sr. Jânio Quadros, e fiz campanha em meu estado, foi porque dele tive o compromisso formal e solene de que, vitorioso, jamais reataria relações

---

[188] Ata do Diretório Nacional, 2.9.1960 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-FPS 022.004.004). Grifos meus. A posição de Zanello pode estar vinculada à seus interesses econômicos privados, já que Zanello era cafeicultor e durante o governo Kubitscheck criticou sistematicamente a política cambial daquele governo, em virtude dos prejuízos gerados à cafeicultura, como discutiremos no capítulo 9.

[189] A candidatura bicolor. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9.9.1960 (APHRC-FPS 114.001.REC 1960). Grifo meu. Explorando a contradição em que se encontravam os integralistas, já que o PCB apoiava abertamente a candidatura Lott, *O Globo* anunciava que pela primeira vez Salgado e Prestes poderiam ser vistos em um mesmo palanque.

[190] Integralistas recomendam Lott e Jango. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.9.1960, p. 1.

[191] Não há dissidência no PRP. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12.9.1961, p. 3 (CDAIBPRP-Recortes).

> diplomáticas com a Rússia, jamais prestigiaria o governo cubano, porque entendia que a predestinação histórica do Brasil era o fortalecimento da política pan-americana.[192]

Uma posição como esta, assumida por um deputado do partido sem que gerasse qualquer tipo de repreensão evidencia um efetivo abrandamento da disciplina partidária, e revela que a opção pela "recomendação" realmente visava flexibilizar o cumprimento da resolução partidária, como o próprio Salgado explicava:

> Se nós dizemos: "É obrigado, sob pena de expulsão do Partido, aquele que não adotar como norma rígida de conduta a adoção de uma candidatura", o que poderia acontecer? Poderia haver dissidência, aborrecimentos, formação, talvez, de comitês por candidaturas que não a recomendada, de sorte que é preferível perder aí algumas centenas de votos e ganhar centenas de milhares para o candidato recomendado.[193]

Embora timidamente, o PRP procurou dar a impressão de que estava fazendo campanha para Lott, com algumas iniciativas como excursões de propaganda,[194] participação em comícios e proclamações. *A Marcha* colocou uma grande fotografia de Lott em sua capa, com a legenda "*Por Deus, Pátria e Família, vote em Lott*".[195] Na última edição antes da eleição, a capa do jornal estampava uma fotografia de João Goulart, uma cédula eleitoral e uma proclamação, em letras grandes:

> Votar em Lott, Jango e Mendes[196] significa:
> 1. Melhores salários (salário móvel)
> 2. Mais pão
> 3. Mais carne
> 4. Casa para o trabalhador
> 5. Escola gratuita para todo o povo
> 6. Assistência médica
> 7. Reforma agrária
> 8. Direito de greve
> 9. Intransigente defesa das riquezas nacionais
> 10. Participação nos lucros das empresas

---

[192] Discurso do deputado Oswaldo Zanello. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.10.1961, p. 4. Parece absolutamente improvável que Jânio Quadros tivesse assumido tal compromisso com um deputado do PRP, uma vez que na resposta à carta-consulta do PRP, Quadros defendera abertamente o restabelecimento de relações com a União Soviética.

[193] Plínio Salgado fala sobre a sucessão. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.9.1960, p. 1. No Rio Grande do Sul, por exemplo, vários depoimentos orais explicitam posições diversas. Eduardo Martinelli afirma ter votado em Adhemar de Barros para presidente e em Fernando Ferrari para vice. CALIL, SILVA, BATISTA. *Depoimento de Eduardo Martinelli*, op. cit., p. 73. Mário Maestri recorda: "*Eu era janista. (...) A ala que apoiou o Jânio era a minha ala, eram os meus companheiros de ala*". Cf. Depoimento de Mário Maestri. In: CALIL & SILVA. *Velhos integralistas*, op. cit., p. 79-176, p. 156. Também Antonio Mesquita afirma: "*Eu votei no Jânio, mas sem compromisso nenhum. Votei porque achei que Jânio era melhor*". BATISTA, FLACH & MILKE. *Depoimento de Antonio Setembrino de Mesquita*, op. cit., p. 87.

[194] Líderes águia-brancas na luta pela vitória de Lott e Jango. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p 2.

[195] Lott e os integralistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.9.1960, p. 1. Na fotografia, Lott aparecia com a mão direita levantada, o que de alguma maneira evocava a saudação integralista.

[196] Marechal Mendes de Morais, candidato ao governo do Rio de Janeiro.

11. Núcleos para favelados, etc.[197]

Uma proclamação como esta certamente seria considerada pelos integralistas, em outros tempos, como uma "propaganda demagógica" e voltada a "cortejar as massas", ou mesmo, mera "propaganda comunista". Naquele momento, no entanto, o partido preferia apresentar-se como "popular", chegando-se a afirmar, como o deputado Luis Compagnoni que "*Goulart é um amigo leal dos trabalhadores*",[198] ou, como Salgado, que o PRP "*tem afinidades com o PTB. Ainda que divirja no tocante a certos pontos de vista de caráter econômico, confluímos na mesma linha de reivindicações sociais*".[199]

O apoio comunista a Lott era tratado pelos integralistas como uma simulação com o objetivo de prejudicar sua candidatura: "*se todos estão convencidos de que os comunistas não são sinceros em sua conduta para com a Democracia brasileira, seu pretenso apoio a Lott também não é sincero. Por isto, para nós, este pretenso apoio é falso e visa realmente derrotá-lo; assim nós integralistas, como reconhecemos em Lott um anticomunista sincero, resolvemos apoiá-lo e queremos vê-lo vitorioso*".[200] Para Carlomagno, colunista de *A Marcha*, o apoio seria uma "*farsa grosseira*", com a finalidade de "*lançar suspeita no seio da opinião pública, prejudicando, assim, a campanha eleitoral do ilustre militar*".[201] Desta forma, se um candidato combatido pelo PRP recebesse apoio comunista, este apoio era levado a sério, mas caso se tratasse um candidato por ele apoiado, o apoio comunista era tratado como uma simulação visando derrotá-lo. É provável que esta argumentação não tenha convencido plenamente a militância integralista. Passada a eleição, quando Salgado estava em Paris representando a Câmara dos Deputados em uma Conferência da Unesco, uma viagem de João Goulart à União Soviética causou grande mal-estar aos integralistas, como relatava o presidente em exercício do PRP, Vicente Meggiolaro:

> Tem causado aqui entre nossos companheiros péssima impressão a ida de João Goulart à Rússia. Muitos queriam até uma reunião do Diretório para uma manifestação pública de desagrado, o que julguei inoportuno. No dizer de Compagnoni, deve-se aguardar o que ele "vai dizer da Rússia". Mas de qualquer forma, o desassossego é grande.[202]

Os impasses do PRP para a definição de seu apoio por uma candidatura presidencial, e a dubiedade com que esse apoio foi assumido revelam, por um lado, as

---

[197] [Sem título] A Marcha, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 1.
[198] Compagnoni esclarece ao Povo da Guanabara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 3.
[199] Plínio Salgado fala sobre a sucessão. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.9.1960, p. 1.
[200] Compagnoni esclarece ao povo da Guanabara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 3.
[201] CARLOMAGNO. O "apoio" comunista a Lott. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 3.
[202] Correspondência de Vicente Meggiolaro a Plínio Salgado, 6.12.1960 (APHRC-Pprp 60.12.06/1).

crescentes dificuldades para a manutenção da hierarquia e da disciplina internas e, por outro, a tentativa de obtenção das maiores vantagens possíveis em troca do apoio eleitoral, através dos mesmos procedimentos que o partido utilizava-se antes da proclamação da "independência partidária", como o recurso a cartas-consulta e, mesmo, tentativas de efetivação de acordos secretos. Em 1960, no entanto, o PRP acumulou várias derrotas: a inviabilização da "terceira força", a não-aprovação da "aliança de legendas", o não cumprimento do acordo secreto efetivado com Kubitschek, as dificuldades para a manutenção da unidade partidária e o afrouxamento da disciplina, e, finalmente, a vitória eleitoral de Jânio Quadros. Em contraposição, destaca-se como única grande conquista relevante a obtenção da direção do IPASE.

7.3.4 O PRP no IPASE

A nomeação de Luis Compagnoni para a presidência do IPASE se deu no contexto das negociações secretas travadas entre Plínio Salgado e João Goulart. O órgão era vinculado ao Ministério do Trabalho, dirigido pelo petebista Batista Ramos. Poucos dias depois de sua posse, o IPASE já publicava anúncios pagos em *A Marcha*, uma prática que se manteve por toda gestão de Compagnoni.[203] A despeito das supostas dificuldades que teriam sido encontradas para a efetivação de nomeações políticas nas primeiras semanas da direção integralista sobre o IPASE, foram inúmeras as nomeações de militantes do PRP para os mais diversos cargos, desde as delegacias regionais,[204] até funções que supostamente não seriam políticas. Em alguns casos, ocorriam situações de claro favorecimento. Um ofício do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, por exemplo, indicava onze militantes para serem nomeados, "*seis deles para o serem dentro da faixa de CR$ 8.000,00*" [R$ 895,36], trazendo uma recomendação: "*Frisamos que o companheiro Laudemiro é pai de numerosa família, necessitando mesmo, embora como Servente, estar dentro da faixa de CR$ 8.000,00 ou mais*".[205] O Presidente do Diretório Municipal do PRP de Teresina solicitava sua própria nomeação para a delegacia regional, pedindo ainda para que Salgado, através de Compagnoni "*nos arranje dez ou doze nomeações para*

[203] IPASE: Divisão de Administração de Bens. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.7.1960, p. 6; IPASE: Chamadas de candidatos contemplados com apartamentos no Conjunto Residencial João Goulart. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.7.1960, p. 2.
[204] As nomeações de delegados regionais integralistas eram noticiadas em *A Marcha.* Novos delegados do Ipase. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.8.1960, p. 3.
[205] Correspondência de Nestor Pereira a Luis Compagnoni, 19.9.1960 (CDAIBPRP – IPASE).

companheiros nossos (6 a 8 para Teresina, dois para Parnaíba, três para Dr. Raimundo Alves Pereira da Rocha - Floriano, Jeromenha e Bertolina)".[206]

Em um balanço dos quatro primeiros meses da gestão de Compagnoni, *A Marcha* afirmava que ele "*salvou de falência o Ipase*" e priorizou os atendimentos (assistência social, regularização de pensões, planos de aposentadorias e recursos hospitalares), tendo colocado em dia o pagamento das pensões das viúvas e resgatado meio bilhão de cruzeiros de dívidas da gestão anterior.[207] Para a revista *O Cruzeiro*, Compagnoni estaria realizando uma "*excepcional administração*".[208] Um balanço das atividades do IPASE no ano de 1960 evidencia a dimensão dos recursos administrados pelos integralistas:

> Um levantamento geral, no setor do Departamento de Aplicação de Capital, apresenta os seguintes resultados: de janeiro a agosto de 1960 foram concedidos 14.208 empréstimos simples comuns e para fins imobiliários, no total de CR$ 435.047.233,60 e no período de setembro a dezembro, 8.106 empréstimos, no valor de CR$ 277.902130,00, o que dá um resultado global de 22.314 empréstimos, com os quais foi dispendida a importância de CR$ 712.949.363,60 [R$ 70.917.135,05].[209]

Durante o ano, o IPASE teria ainda assinado 534 escrituras de imóveis, promovido 36.044 atendimentos em sua Clínica Tisiológica 3.307.959 atendimentos em outras clínicas.[210]

Em meados de dezembro, Compagnoni foi substituído pelo também integralista José Cláudio Bocaiúva Bulcão, que até então era o Diretor de Serviços Gerais do Órgão. Nos meses seguintes, a gestão integralista foi marcada por diversas denúncias de irregularidades. Ainda em janeiro de 1961, o PRP emitiu um comunicado expressando "*um voto de irrestrita confiança ao sr. J. C. Bocayuva Bulcão em face das vis calúnias (...) que foram veiculadas por alguns órgãos de imprensa*".[211] As principais denúncias apontavam a compra irregular de um Hospital e a manipulação de um concurso público para procurador do órgão, com fraudes na prova de títulos, as quais, para o presidente do IPASE, consistiam em "*sofismas, deturpações de fatos e inverdades forjadas por um deputado contrariado em seus interesses*", visando omitir a "*rigorosa austeridade, a eficiência dos serviços, os pagamentos em dia de pensões, o atendimento de empréstimos aos pequenos e*

---

[206] Correspondência de Antonio de Pádua Carvalho a Plínio Salgado, 21.7.1960 (APHRC-Pprp 60.07.21/2). Carvalho solicitava ainda que "*crie-se um posto do INIC em Picos (três a cinco lugares)*". A carta contém o seguinte despacho manuscrito de Salgado: "*Encaminhar e resolver*".
[207] Luis Compagnoni e os excelentes resultados de uma política administrativa integral no Ipase. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 8.
[208] Apud: Comprovada no Ipase a capacidade administrativa dos integralistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.12.1960, p. 1.
[209] IPASE 1960: um ciclo na moderna previdência social. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 2.
[210] Idem, ibidem.
[211] Comunicado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 3.

mais humildes".[212] Ainda assim, Bulcão foi demitido e o novo governo instalou diversas comissões de sindicância para apurar supostas irregularidades ocorridas no governo Kubitschek, uma das quais tinha como objeto as gestões do IPASE naquele governo. O PRP, de imediato desacreditou a comissão de sindicância e reafirmou a confiança nos investigados:

> O Partido de Representação Popular, cioso pela honorabilidade dos atos administrativos do país, não somente no que concerne aos responsáveis pelos cargos executivos nestes e nos anteriores governos, mas também pelos encarregados de sindicâncias, cuja honestidade, acima de tudo, deve ser pesquisada e comprovada, resolveu **nomear uma comissão com a finalidade de apurar a correção das pessoas nomeadas para esse fim**, seu modo de proceder, seus atos, sua idoneidade, as influências políticas ou pessoais a que estão sujeitas, assim como o exame detido e minucioso dos relatórios e conclusões de quaisquer comissões de sindicância ou de inquérito. (...) Foi examinada a posição dos companheiros que ocuparam recentemente cargos de alta direção no IPASE, em face da sindicância que se procedeu naquele órgão, abrangendo todas as administrações anteriores. O Diretório manifestou a sua convicção de que nenhum dos atos praticados pelos aludidos companheiros é merecedor da mínima reserva, dada a correção com que sempre se portaram em toda a sua carreira funcional até o presente, pelo que lhes conferiu um voto de confiança.[213]

Na semana seguinte, *A Marcha* protestava contra supostas manipulações da imprensa na divulgação dos resultados da sindicância, embora deixe transparecer que as denúncias atingiam também os integralistas, embora não as explicite:

> O que nos cumpre aqui denunciar é a divulgação parcial e facciosa, feita através de certos jornais, dos resultados da referida Comissão de Sindicância. Em reiteradas notas, pela Imprensa e pelo Rádio, foram citados, tão somente, os nomes de Luis Compagnoni e José Cláudio Bocayuva Bulcão, como presidentes do IPASE envolvidos em irregularidades administrativas, quando sabemos que seus períodos administrativos são mínimos em relação a outros presidentes da mesma autarquia, que também figuraram nos resultados de tais sindicâncias, justa ou injustamente. Tais notícias referiam escândalos de várias administrações do IPASE, mas somente citavam os nomes dos dois presidentes integralistas! Indignidade de uma imprensa sem decoro, certamente movimentada por cordéis invisíveis e vantajosos.[214]

Os resultados da sindicância, apontando irregularidades nos períodos de gestão de Compagnoni e Bulcão certamente geraram um grande desgaste ao partido, além de colocarem-no em uma situação política muito delicada, uma vez que o PRP, mesmo tendo perdido o IPASE, participava do governo de Jânio Quadros,[215] tendo-se mantido na direção do INIC, o que lhe obrigava a ser cauteloso em sua defesa.

---

[212] Idem, p. 4.
[213] O PRP em face das comissões de sindicância. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.5.1961, p. 6.
[214] As sindicâncias no IPASE. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.5.1961, p. 6.
[215] A relação do PRP com o governo Jânio Quadros será discutida na seção 8.4.

7.3.5 As eleições estaduais de 1960

Em 1960, foram realizadas eleições para o governo em 11 estados, dentre os quais o PRP assumiu uma posição pública em sete. As dificuldades e o atraso na definição do candidato presidencial do partido criaram uma situação delicada, forçando os integralistas a definirem seu apoio a candidatos estaduais antes da definição nacional, levando à divisão do apoio partidário entre candidatos do PSD e da UDN, como evidencia a Tabela 28:

TABELA 28 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1960

Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Guanabara	Mal.Mendes de Moraes	PSD	-	Não
Minas Gerais	Magalhães Pinto	UDN	PR – PRT – PL	Sim
Pará	Aurélio do Carmo	PSD	PDC – PTB	Sim
Paraíba	Janduhy Carneiro	PSD	-	Não
Paraná	Questão Aberta	-	-	-
Rio Gde do Norte	Aluísio Alves	UDN	-	Sim
Santa Catarina	Celso Ramos	PSD	PTB	Sim

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.

Em Alagoas, Goiás, Maranhão e Mato Grosso o PRP não assumiu posição, ou sua posição não chegou a ser divulgada publicamente, o que se explica pela sua fraca inserção eleitoral nestes estados. Nos demais estados, é possível que a posição adotada tivesse relação com as preferências de cada diretório regional em relação à sucessão presidencial. A contradição desta política de alianças era explicada em função da "*variabilidade das circunstâncias decorrentes do sistema federativo"*, que daria *"aos partidos nacionais uma inevitável plasticidade de ação quando se trata da escolha dos governadores de Estado. (...) Desse modo, enquanto o PRP elegeu, no Rio Grande do Sul, um homem do PTB, e nos estados do Pará e de Santa Catarina, candidatos do PSD, já nos Estado do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais, julgou mais acertado optar pelos candidatos da UDN".*[216]

No Paraná, o PRP chegou a apoiar Plínio Franco (PSD, PTB e PR),[217] mas reviu sua posição em virtude de conflitos com o governador Abelardo Lupion (PR).[218] Na Paraíba, o apoio a Janduhy Carneiro teria sido negociado em troca de uma "ajuda

[216] Novos governadores assumem no dia 31. A Marcha, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 1.
[217] Eleições no Paraná: Plínio apóia Plínio. A Marcha, Rio de Janeiro, 23.9.1960, p 1.
[218] A dificuldades para a definição da posição naquele estado eram relatadas a Salgado já antes da eleição: *"No Paraná, vivemos um dilema idêntico, no que toca à sucessão estadual. Maculan é antigo comunista do Espírito Santo, cercado pela nata dos vermelhos paranaenses; Plínio Costa, pessoalmente, bom, sofrendo, por osmose, a proximidade do Lupion; Ney, a companhia do Jânio..."* Correspondência de Ivan Luz para Plínio Salgado, 9.4.1960 (APHRC-Pprp 60.04.09/8).

financeira" de CR$ 200.000,00 [R$ 21.525,56], a qual não teria sido paga, levando alguns militantes do partido a apoiarem seu adversário.[219] Na Guanabara, o candidato apoiado pelos integralistas, Mal. Mendes de Moraes, declarou publicamente sua simpatia em relação aos integralistas: *"Considero de grande significação o apoio que recebi dos integralistas. E, nesta hora em que tanto se aponta o perigo comunista que aí está aos olhos de todos, é bom que seja lembrada a grande dívida que o Brasil tem para com os integralistas. (...) Foram eles a primeira força organizada a lutar contra o comunismo em nossa Pátria".*[220]

Dentre os quatro governadores eleitos que foram apoiados pelo PRP, destacam-se os de Minas Gerais e Santa Catarina. No primeiro caso, o governador Magalhães Pinto era uma importante liderança udenista, bastante próxima a Jânio Quadros. Em Santa Catarina, a posição do PSD foi decisiva e permitiu que o partido conquistasse o cargo de vice-governador, ocupado por Jade Magalhães.

7.3.6 O PRP nos governos estaduais (1961-64)

Embora em quatro estados o candidato apoiado pelo PRP tenha sido eleito, o partido foi convidado a participar do governo em apenas dois estados, Santa Catarina e Minas Gerais, o que se explica pelo fato de que no Pará e no Rio Grande do Norte o PRP tinha pouca expressão eleitoral. Em Santa Catarina, onde o apoio integralista novamente parece ter definido o resultado, o governador eleito Celso Ramos deu ao PRP a Secretaria de Segurança Pública,[221] ocupada durante todo seu mandato pelo vice-governador Jade Magalhães, cuja gestão teria como prioridade o combate aos jogos de azar, em particular o jogo do bicho.[222] Em Minas Gerais, Abel Rafael foi nomeado Secretário da Agricultura do governo Magalhães Pinto,[223] cargo no qual permaneceu por apenas sete meses, tendo sido demitido em agosto de 1961. De acordo com o PRP, a demissão teria sido uma represália contra as declarações de Abel Rafael condenando a política externa do governo Jânio

---

[219] Correspondência de Ismael Falcão a Plínio Salgado, 1º.10.1960 (APHRC-Pprp 60.10.01/1). Falcão e outros dissidentes foram expulsos do partido em vista de sua indisciplina. Cf. Correspondência de Ismael Falcão a Plínio Salgado, 8.10.1960 (APHRC-Pprp 60.10.08/10).
[220] Candidato dos integralistas o Marechal Mendes de Moraes. A Marcha, Rio de Janeiro, 16.9.1960, p. 1. Mendes de Moreas foi derrotado por Carlos Lacerda, adversário histórico dos integralistas.
[221] Cf. Jade Saturnino Magalhães, um secretário à altura. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 16.3.1961, p. 2.
[222] O que faz Jade Magalhães no Estado de Santa Catarina. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.4.1961, p. 2.
[223] Cf. Deputado integralista no governo Magalhães Pinto. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.2.1961, p. 1.

Quadros.[224] No discurso de transmissão do cargo, Abel Rafael reafirmava seu discurso anticomunista e a oposição à política externa de Jânio Quadros:

> Para satisfazer compromissos do Governador com o Partido, vim para esta Secretaria. Para satisfazer a consciência democrática e cristã do nosso povo; para constituir um brado de alerta contra a cubanização do Brasil, deixo esta pasta. Não sou senão um instrumento de Deus [sic] nos destinos do nosso Estado. Ofereço com prazer o sacrifício deste honroso cargo público com a intenção de que a minha demissão marque a reação contra o rumo da nossa política internacional. Nunca tive compromissos com o sr. Jânio Quadros. Nada lhe devo a não ser uma antiga admiração. Volto à minha cadeira de deputado federal e lá pretendo continuar a luta, nunca interrompida, de 30 anos contra o comunismo.[225]

A tese de que Abel Rafael teria sido demitido como represália em relação às críticas proferidas contra a política externa janista, no entanto, não é sustentável, já que o PRP permanecia participando do governo de Jânio Quadros, mantendo a presidência do INIC.[226]

7.4 O PRP e o governo Jânio Quadros: oposição ou governo?

7.4.1 O PRP e Jânio antes da eleição: o antijanismo radical

Desde a candidatura de Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, em 1953, até as vésperas da eleição presidencial, o PRP sustentou sempre uma posição fortemente antijanista, quase sempre associando-o ao comunismo. Durante o processo eleitoral de 1953 para a prefeitura de São Paulo, no qual Jânio elegeu-se prefeito, os integralistas denunciavam um suposto acordo secreto através do qual Jânio teria pago CR$ 5 milhões para que o PCB lançasse um candidato à prefeitura, na legenda do PST. Seu objetivo seria fazer-se passar por "não-comunista", o que teria sido alcançado com o lançamento da candidatura de André Nunes (PST).[227] Na argumentação integralista, os comunistas teriam passado instruções secretas a todas as células do PCB para que fizessem campanha para Nunes, mas votassem em Jânio, o que explicaria a baixa votação do primeiro, mesmo tendo reunido mais de 50.000 pessoas em um comício:

> A chapa do Partido Comunista nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito de São Paulo foi lançada com o fim de provar aos burgueses e aos católicos maritanistas que Jânio nada

[224] PRP foi punido por discordar do governo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.8.1961, p. 1.
[225] Abel Rafael honrou o cargo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 4.
[226] Em 1965, em uma conjuntura política bastante distinta, o PRP voltou a integrar o secretariado do governo Magalhães Pinto, ocupando a Secretaria de Crédito e Abastecimento de Minas Gerais, através de Aníbal Teixeira. Os votos do partido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais foram decisivos para a prorrogação do mandato de Magalhães Pinto. Cf. Aníbal Teixeira, Secretário de Estado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, abr./maio 1965, p. 1.
[227] As eleições em São Paulo: católicos e bolchevistas elegem um menchevista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.3.1953, p. 1.

> tinha a ver com os vermelhos, mas dos oitenta e tantos mil votos do comunismo local, somente apareceram para André e Rustici menos de 20 mil, assim mesmo colhidos dos simpatizantes não enquadrados nas células e que, por isso, não puderam receber o aviso para votar em Jânio.[228]

No ano seguinte, os integralistas elogiavam o PDC pela expulsão de Jânio daquele partido.[229] Quando Jânio foi eleito ao governo estadual, novamente sua eleição foi atribuída ao comunismo. No início de seu governo, segundo *A Marcha*, Jânio "*telegrafou à Câmara Federal a favor da anistia ampla aos bolchevistas e no mesmo dia nomeou para Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo o agente de Moscou, ex-deputado Coutinho Cavalcanti*".[230] No final de 1956, a Convenção Regional do PRP-SP deliberou, por unanimidade, "*que o Partido continuaria em oposição ao governo*", considerado pelo presidente regional eleito, Hilário Torloni, como um "*governo de coação*".[231] Posições como estas foram continuamente reafirmadas até às vésperas da eleição presidencial, o que não impediu que muitos militantes e mesmo alguns dirigentes do PRP tivessem declarado apoio a sua candidatura. A divisão interna do PRP em 1960, a dubiedade do apoio integralista a Lott e a simpatia de alguns setores do partido em relação à candidatura de Jânio fizeram com que o PRP tenha evitado críticas mais fortes no transcurso da campanha eleitoral de 1960, embora as acusações de envolvimento de Jânio com o comunismo tenham sido utilizadas pelos integralistas defensores da candidatura Lott.

7.4.2 Revisando as criticas e mantendo-se no governo

Após a vitória eleitoral de Jânio, a posição do PRP modificou-se rapidamente. Logo após a proclamação do resultado, Salgado afirmou "*que seu partido ficará inicialmente na expectativa ante o novo governo, podendo, no entanto, passar à oposição*" e que a posição de sua bancada no congresso seria de "*absoluta independência*".[232] No início de 1961, no entanto, sua posição já evoluíra para a concessão de um "crédito de confiança" ao governo

---

[228] Jânio põe as manguinhas de fora: a CMTC foi entregue ao Soviet de São Paulo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.10.1953, p. 1. Na realidade, a baixa votação obtida por Nunes tem outra explicação, como discute Hélio da Costa: "*Os comunistas surpreenderam-se com a inexpressiva votação obtida por André Nunes, que não chegou a 20.000 votos. Este resultado apontava para o divórcio já existente entre a prática sindical e a política de alianças do partido"*. COSTA, Hélio. *Em busca da memória:* Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Página Aberta, 1995, p. 173.
[229] O PDC e Jânio Quadros. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.2.1954, p. 1.
[230] Em São Paulo, o comunista Jânio Quadros, fac-totum de Juarez, nomeia Coutinho Cavalcanti, comunista internacional, para Secretário da Agricultura. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.5.1965, p. 6.
[231] Empolgante a Convenção do PRP paulista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.10.1956, p. 12.
[232] De expectativa a posição do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 21.10.1960, p. 3.

Jânio Quadros.[233] Dias depois, *A Marcha* afirmava que "*o sr. Jânio Quadros vai prosseguir no traçado do sr. Juscelino, porque não ignora, na sua alta sabedoria (...) que a continuidade de tal programa é de nosso vital interesse*".[234] O Diretório Nacional convocou uma Convenção Nacional para a primeira semana de março, com o objetivo de definir "*as normas de conduta do Partido em face do novo governo*".[235] Apenas duas semanas depois da posse de Jânio, o PRP já estudava a possibilidade de permanecer no governo, como revela Salgado em uma correspondência: "*A situação agora é incerta. O Jânio mandou me sondar pelo Ministro da Justiça, oferecendo-me a mesma situação do governo JK. Valerá a pena? Estamos estudando*".[236] Ao mesmo tempo, a imprensa já especulava sobre a permanência dos integralistas no governo:

> Parece que o sr. Plínio Salgado continuará no governo. Com sua extraordinária capacidade de adesão, conferenciou há dias, demoradamente, com o sr. Pedroso Horta, acertando os detalhes para levar seu modesto partido a apoiar no parlamento a política janista. O preço será o mesmo cobrado ao sr. Kubitschek: o IPASE e o INIC, que continuariam nas mãos dos camisas-verdes.[237]

Com as negociações em curso, Salgado decidiu adiar a Convenção Nacional para abril, sob o pretexto de permitir "*uma melhor observação do governo do sr. Jânio Quadros, sobre cuja política interna e externa se poderá ajuizar de modo mais concreto, podendo assim os convencionais ter matéria mais suficiente para a decisão do partido*".[238] Ainda em fevereiro, Salgado recebeu um longo informe de seu "serviço secreto", com diversas acusações de envolvimento de Jânio com o comunismo, apontando a existência de um "*plano de escravização contra o povo brasileiro e a favor da URSS'*, no qual também estariam envolvidos, dentre outros, o governador da Guanabara Carlos Lacerda e o presidente da Cruzada Anticomunista Brasileira, Almirante Pena Botto.[239] Desta vez, no entanto, Salgado preferiu não dar maior atenção às acusações e seguiu negociando a participação integralista no governo, como relatava em uma carta a um militante: "*Temos agora dois senadores e quatro deputados federais. No senado, nossos votos decidem. O governo convidou-nos para dele participar em autarquias. Respondi que só poderíamos aceitar com a condição de somente apoiarmos no que for útil à Nação, mas divergindo*

---

[233] Expectativa diante do governo Jânio Quadros. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.1.1961, p. 1.
[234] Jânio vai continuar a obra de Juscelino. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.2.1961, p. 1.
[235] Convenção Nacional do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.2.1961, p. 1.
[236] Correspondência de Plínio Salgado a Alexandre, 15.2.1961 (APHRC-Pprp 61.02.15/1).
[237] BRANDÃO, Darvin. A notícia dia a dia. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17.2.1961 (APHRC-FPS 114.002.REC 1961).
[238] Convenção Nacional do PRP adiada para 8 e 9 de abril. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.2.1961, p. 1.
[239] Sr. Jânio da Silva Quadros, 27.2.1961 (Informe secreto) (APHRC-FPS 007.004.010).

quanto à política externa".[240] A Convenção Nacional decidiu "*adotar, no que se refere à política exterior, uma linha nitidamente anticomunista, contrária ao reatamento de relações com a União Soviética e seus satélites, contrária, igualmente, às pretensões da China Vermelha na ONU, assim como aos desígnios da Rússia Vermelha na África*".[241] Em relação ao governo, manteve a indefinição e delegou poderes ao Diretório Nacional:

> Em relação ao atual governo da República, considerando que tem apenas 2 meses de vigência, não havendo tempo suficiente para se formar um juízo seguro de sua orientação e objetivos, manter uma posição de discreta expectativa, aguardando a oportunidade para um pronunciamento definitivo. Para isso, a Convenção Nacional resolveu:
>
> a) outorgar plenos poderes ao Diretório Nacional para, na ocasião necessária, lançar ao Partido as diretrizes sobre sua posição e ação políticas;
>
> b) recomendar às bancadas do partido na Câmara e no Senado uma atitude de independência em face do governo e da oposição, até que o Diretório Nacional se pronuncie na forma da alínea precedente;
>
> c) consentir que membros do partido, enquanto não forem baixadas as instruções a que se referem as alíneas anteriores, ocupem cargos de administração pública, que deverão ser deixados, quando o Diretório Nacional assim decidir.[242]

Em 16 de abril, Salgado escreveu ao "*Prezado e ilustre amigo Dr. Jânio Quadros*", respondendo a um convite para um encontro, marcando-o para o mês seguinte. O encontro ocorreu em 3 de maio, conforme Salgado relatou em carta a Compagnoni: "*Ontem tive longa conversa, de mais de uma hora, com o Jânio Quadros. Falamos de problemas nacionais e internacionais. Minha impressão foi boa, excedeu mesmo minha expectativa*".[243] A reunião e as negociações foram relatadas por Salgado em discurso proferido em agosto:

> Já eleito e empossado, Sua Excelência honrou-me, por intermédio do seu Ministro Pedroso Horta, desejando uma conversa comigo. Tivemos. Quero dizer que colhi a melhor impressão. Sua Excelência me disse: "O seu partido não votou em mim. Houve apenas certos companheiros seus que tiveram a liberdade de o fazer. Mas sei que é constituído de homens de bem, de bons administradores. Empreste-me seus homens". E solicitou-me que continuássemos no exercício das funções do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que é eminentemente técnico. Então respondi o que já na véspera havia dito ao Sr. Pedroso Horta: "Sem compromissos políticos, de sorte a podermos discordar da sua linha de política exterior". Sua Excelência procurou me explicá-la e acrescentou que no segundo semestre deste ano voltaríamos a conversar.[244]

---

[240] Correspondência de Plínio Salgado a Horácio Girardelli, 15.3.1961 (APHRC-Pprp 61.03.15/7).
[241] Convenção do PRP traça rumos políticos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.4.1961, p. 1 e 3.
[242] Idem, ibidem.
[243] Correspondência de Plínio Salgado a Luis Compagnoni (APHRC-Pprp 61.05.04/5).
[244] SALGADO, Plínio. Relações com a URSS e a política externa do Presidente Jânio Quadros, 23.8.1961. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 66-99..

Não encontramos registros da formalização do acordo entre Salgado e Jânio, embora ressaltem-se duas características peculiares: a manutenção da oposição dos integralistas à política externa independente e a diminuição da participação do PRP no governo, já que o partido seguiu à frente do INIC, mas perdeu o IPASE, tendo sua gestão sido inclusive objeto de sindicância, como discutimos anteriormente. Como pequena compensação, os integralistas receberam a Superintendência da Campanha Nacional da Merenda Escolar, para a qual foi nomeado Antonio Toledo Piza,[245] logo substituído por Nelson Chiurco.[246] Assim, a um apoio condicional, que não abarcava a sustentação da política externa, correspondia uma participação parcialmente reduzida no governo.

Os integralistas foram acusados de terem feito centenas de nomeações nos últimos dias do governo Kubitschek, beneficiando seus correligionários, o que *A Marcha* justificava indagando "*como administrar e impor disciplina moralizadora sem colocar nos postos-chaves elementos sujeitos à disciplina partidária*"*?;* afirmando que "*as centenas de empregos dados pelo Presidente Kubitschek ao PRP (...) foram verdadeiros 'presentes de grego', pois o INIC foi entregue ao nosso partido para que fosse moralizado*"; e complementando que "*em relação ao IPASE deu-se o mesmo*".[247] O *Jornal do Brasil* acusava Contrucci de rasurar e falsificar documentos assinados pelo presidente para efetivar novos atos de nomeação, incluindo a nomeação de seu próprio filho. Contrucci respondia afirmando que "*o Decreto de Sua Excelência o sr. Presidente da República, mandando dispensar o pessoal admitido após 1º de setembro de 1960, já foi cumprido por esta presidência*" e desmentindo que seu filho tivesse sido efetivado no órgão, embora admitindo que "*meu filho, que nem sequer funcionário público é, exerce a função de secretário do presidente* [do INIC], *cargo em comissão do qual é demissível* ad nutum, *conforme a legislação em vigor*".[248]

No início de abril, Contrucci foi substituído na presidência do INIC por outro integralista, o paranaense Ivan Luz,[249] o que indica que negociação entre Salgado e Jânio já havia avançado, pois dificilmente este nomearia outro presidente integralista para o INIC sem um acordo prévio com Salgado. Em carta enviada em 1962 para Tancredo Neves, Salgado explicava os motivos da substituição:

---

[245] Integralistas na Superintendência da Campanha Nacional da Merenda Escolar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.3.1961, p. 1.
[246] Direção integralista para a Merenda Escolar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1961, p. 6.
[247] Não houve testamento nem no INIC nem no IPASE. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.2.1961, p. 6.
[248] Resposta do presidente do INIC ao *Jornal do Brasil*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.3.1961, p. 3.
[249] O INIC tem nova diretoria. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.4.1961, p. 1.

> Como a diretoria então vigente fosse constituída de companheiros que, tendo trabalhado pela candidatura Lott, declaravam não se sentirem bem continuando nos cargos, resolvi entregar a responsabilidade do INIC aos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, principais interessados na questão mais grave que se apresenta há muitos anos àquela autarquia. Nessas condições, convidei o Dr. Ivan Luz, jurista abalizado, professor de direito, meu suplente na Câmara dos Deputados; o sr. Olimpio Saggin, homem de tirocínio bancário e competente administrador.[250]

Nas semanas seguintes, diversos outros integralistas foram nomeados para cargos de chefia no órgão e Jânio, atendendo solicitação do novo presidente do INIC, excluiu o órgão do corte de 30% que atingiu todos os ministérios e autarquias federais.[251] No mês seguinte, Jânio encaminhou um bilhete ao Chefe do seu Gabinete Militar, ordenando-lhe que chamasse o presidente do INIC para "*dar-lhe as seguintes instruções":*

> 1) Energia no caso das glebas do Paraná, inclusive no que respeita à Colônia General Osório;
>
> 2) Rever, também, os decretos referentes à Baixada Fluminense, e os trabalhos que lá se desenvolvem (processos 2888/57, 12596/60, 646/57, 8917/60);
>
> 3) Atenção para as nomeações irregulares. Cumpre fazer decidida e corajosa limpeza nesse setor;
>
> 4) Mandar rever o Plano de Classificação, submetendo-o à Diretoria Executiva. (...) Ouço que há funcionários fictícios, enquanto outros nem sequer aparecem na repartição;
>
> 5) Finalmente, o cargo da Divisão de Programação do Departamento de Colonização deve ser entregue a engenheiro-agrônomo;
>
> 6) Insista Vossa Excelência junto do Presidente: as instruções que tem são no sentido de moralizar o Órgão, e moralizá-lo **exemplarmente**.[252]

Este documento evidencia que a gestão integralista era mantida sob vigilância, tendo que cumprir as determinações de Quadros, inclusive revendo atitudes tomadas, o que contrasta com a relativa liberdade de ação que contava durante o governo Kubitschek.

A principal nota da gestão integralista durante o curto período do governo Jânio Quadros foi o lançamento de um plano de "reforma agrária", prevendo o expressivo investimento de CR$ 7 bilhões [R$ 623.713.253,65] e o assentamento de 33 mil famílias, a ser implementado prioritariamente em terras de união e cujo investimento público deveria ser recuperável em dez anos,[253] embora sua execução não tenha sequer iniciado.

---

[250] Correspondência de Plínio Salgado a Tancredo Neves, 16.4.1962 (APHRC-Pprp 62.04.18/4).
[251] Jânio coloca INIC fora do Plano de Economia. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.5.1961, p. 4.
[252] Correspondência de Jânio Quadros ao Gabinete Militar da Presidência da República, 10.6.1961 (APHRC-Pprp 62.03.31/2). Grifo original.
[253] O Presidente do INIC na reforma agrária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.5.1961, p. 6; INIC fará reforma agrária utilizando terra da União. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.8.1961, p. 1. O projeto do PRP de reforma agrária será discutido no capítulo 9.

7.4.3 A denúncia da política externa independente

Mesmo participando do governo Jânio, o PRP criticou duramente sua política externa, de maneira especial a partir de junho de 1961, quando a situação do partido no governo já parecia mais consolidada, com a nomeação da nova gestão do INIC. Em junho, o deputado Oswaldo Zanello criticava a manutenção de relações diplomáticas com Cuba, defendendo a tese de que "*o princípio da não intervenção não se adapta ao caso específico de Cuba*".[254] Em agosto, o Diretório Nacional aprovou uma Nota Pública condenando a política externa do governo e propondo o desenvolvimento de uma vasta campanha anticomunista:

> O Partido de Representação Popular, em reunião do seu Diretório Nacional, realizada no dia 11 do corrente, com a presença de 33 membros, debateu o problema da política externa do Brasil, e após falarem numerosos oradores, decidiu o seguinte:
>
> a) Manifestar-se por todos os meios de publicidade, contra o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética, contra a ditadura comunista de Fidel Castro, contra a inclusão da China Comunista na ONU, contra a infiltração do comunismo na África, contra a dominação soviética dos países hoje incluídos na cortina de ferro;
>
> b) desenvolver ampla campanha contra o comunismo em todo o País, assim como a todos os projetos aparentemente nacionalistas, na realidade objetivando finalidades do imperialismo soviético;
>
> c) apoiar e aplaudir a atitude das bancadas do PRP na Câmara dos Deputados e no Senado da República, de combate ao comunismo e à linha de política externa do Governo no que concerne ao apoio às Repúblicas Socialistas subordinadas à Rússia Soviética e de modo especial à ação de Plínio Salgado que há mais de dois meses, no Rio Grande do Sul, no Paraná e em São Paulo, vem desenvolvendo esta campanha em comícios, rádio e televisão;
>
> d) iniciar, para efetivação desses objetivos, uma campanha pela imprensa, pelo rádio e em comícios, para o que apela a todos os associados do partido para que concorram com meios financeiros indispensáveis ao cumprimento desta missão histórica do partido.[255]

A partir de então, os discursos, proclamações e editoriais contra a política externa janista sucederam-se quase diariamente. Em 18 de agosto, Zanello discursou afirmando que o reatamento com a Rússia serviria apenas para facilitar "*a infiltração vermelha nos sindicatos operários, nos círculos estudantis, no Parlamento, nos meios culturais, na administração pública, nas classes armadas e no ensino superior, secundário e até*

---

[254] Rompimento com Cuba é imperativo de Paz. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.6.1961, p. 1.

[255] PRP: único partido contra política externa de Jânio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.8.1961, p. 1 e 4. A campanha foi amplamente divulgada junto aos diretórios municipais. No Rio Grande do Sul lhes foi enviada uma circular enfatizando a posição do partido e solicitando ampla divulgação. Correspondência Circular de Alberto Hoffmann aos diretórios municipais, 21.8.1961 (CDAIBPRP - Correspondências do Diretório Regional).

primário".[256] Cinco dias depois, Salgado proferiu um longo discurso de condenação à política externa, ao mesmo tempo em que reafirmava não ter compromissos com o governo ("*O meu partido não se vende por um prato de lentilhas. É um partido de idéias*"), e sustentava que "*o cargo, ou o órgão, que coube a um homem do meu partido, nos dá apenas prejuízos, descontentamentos constantes, por uma administração que timbra em ser reta e segura*".[257] Na mesma semana, *A Marcha* interpelava diretamente Jânio Quadros, "lembrando" que ele se apresentara como "candidato anticomunista", ao contrário do que o próprio PRP sempre afirmou:

> Sr. Jânio Quadros: saiba que V. Exa. exorbitou da proclamação que lhe deu o povo deste país, que esperava estar votando no candidato anticomunista, uma vez que o seu adversário é que levara o apoio daqueles. Se assim escolheu é porque pretendia ver o seu voto prestigiado e valorizado na luta contra o regime ateu. Que tanta miséria traz para o mundo. Não para vê-lo transformado em veneração a personalidades tão mesquinhas quanto esse tal Guevara, que, conluiado com o barbudo Castro, leva o povo cubano a enfrentar piores momentos do que os que enfrentou durante a ditadura do sargento Batista.[258]

Salgado dava à campanha anticomunista o caráter de uma "*campanha de salvação nacional*" e anunciava que a mesma estava se intensificando: "*Quarta-feira última, através da Rádio Difusora de São Paulo, fiz um violentíssimo pronunciamento contra o reatamento, além do discurso que já proferi na Câmara, anteriormente, no mesmo tom. Hoje, o deputado Oswaldo Zanello deu prosseguimento na Câmara à Campanha, da qual todos os deputados e senadores do partido tomarão parte, pois se trata de campanha de salvação nacional*".[259] Ainda assim, paradoxalmente, afirmava que "*isto não significa romper com o chefe da Nação; mas se ele entender que o movimento é coisa que possa o ofender, então, paciência. Porque nós não nos vendemos por um prato de lentilhas*".[260]

Antes que se efetivasse um rompimento definitivo entre o PRP e Jânio, deu-se a renúncia deste último, pondo fim ao seu governo. Logo após sua renúncia, quase instantaneamente, *A Marcha* recordou-se de todas as críticas que sempre fizera contra Jânio, voltando a qualificá-lo como um "agitador comunista", "esquecendo-se" completamente que tinha integrado seu breve governo:

---

[256] O reatamento com a Rússia vai gerar intranqüilidade. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.8.1961, p. 1 e 4.
[257] Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 23.8.1961. Anais da Câmara dos Deputados, 1959: volume 19, p. 184-195, p. 191. Aparteado por seus adversários, Salgado afirmou que "*se ser fascista é defender a pátria, se é evitar que ela caia na maior escravidão do mundo, então todos os homens de bem serão fascistas*", e encerrou seu discurso bradando "*Anauê! Anauê!*". Idem, ibidem, p. 194 e 195.
[258] Procuração tem limite. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.8.1961, p. 1.
[259] Nós não nos vendemos por um prato de lentilhas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.8.1961, p. 1.
[260] Idem, ibidem.

> De muito tempo a tendência esquerdista de Jânio Quadros podia ser caracterizada a um observador mais avisado. Com efeito, já em seu número 196, de 15 de março de 1957, *A Marcha* apontava as ligações de Jânio Quadros com numerosos movimentos e organizações comunistas ou para-comunistas, com base em fontes altamente fidedignas. Eis os fatos que este jornal colocava à consideração de todos os brasileiros: 1) Jânio bateu-se, como vereador, contra a entronização de Cristo na Câmara Municipal de São Paulo, proposta pelo vereador integralista João Carlos Fairbanks; 2) tomou parte nas campanhas do Petróleo é nosso, lançadas pelos Partido Comunista; 3) participou das reuniões preparatórias do Congresso de Viena, promovido pelo Comintern de Moscou; foi parte ativa nas manifestações contra o acordo militar Brasil-Estados Unidos, fomentadas pelos comunistas; foi signatário da famosa moção de Stokolmo; como Governador, Jânio Quadros abafou o inquérito sobre o atentado ao petroleiro Universo Líder, em Santos, cujo autor morreu no ato criminoso, sendo o mesmo autor pessoa da confiança do ex-deputado comunista João Taibo Cadorniga, com quem Jânio conferenciou longamente.[261]

A relação contraditória com o governo Jânio Quadros evidencia as dificuldades enfrentadas pela direção integralista para manter-se ocupando postos governamentais, que lhe garantiam um grande número de nomeações, e, ao mesmo tempo, justificar-se perante sua militância, já que Jânio sempre fora qualificado como comunista e aplicava uma política externa contra a qual os integralistas sempre tinham se batido. O fato de o PRP ter permanecido no governo apesar do desenvolvimento de uma política externa frontalmente contrária àquela defendida pelos integralistas deixa clara a dependência que o partido passara a ter em relação aos cargos que controlava através da administração do INIC.

---------- X ---------- X ----------

Durante o período compreendido entre 1958 e 1961, a estratégia integralista sofreu diversas mudanças em relação ao período anterior. A política de "independência partidária" e a retomada da simbologia foram abandonadas ou perderam força e o investimento político na disseminação das entidades extrapartidárias diminuiu significativamente. Em contrapartida, a ênfase institucional acentuou-se nitidamente, com a ampliação da política de alianças do partido (cuja expressão mais evidente foi a aliança com Leonel Brizola em 1958), a participação nos governos Kubitschek e Jânio Quadros e a valorização do Parlamento, com a eleição de Plínio Salgado em 1958. Ainda que a retomada da defesa do corporativismo tenha sido uma espécie da compensação para uma militância crescentemente descontente, não implicou em que o PRP deixasse de priorizar completamente a institucionalidade e o enquadramento pleno do partido na ordem vigente.

---

[261] Quem era, afinal, Jânio Quadros. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 3.

Ao contrário, a pregação corporativista subordinava-se à ordem vigente, pretendendo-se como seu "aperfeiçoamento", e não como sua superação, reafirmando o PRP como guardião da ordem vigente e da estabilidade institucional. Por outro lado, as defecções de "integralistas puros", que continuavam acontecendo, eram plenamente compensadas, ao menos em termos estritamente numéricos, pela utilização política das nomeações para cargos públicos, as quais o partido passou a controlar e manobrar, em quantidade expressiva. Também a intervenção parlamentar dos integralistas reforça seu papel como defensores da estabilidade institucional e guardiões da ordem vigente, o que perpassa os discursos partidários, desde a defesa da posse de Kubitscheck até a participação na articulação do golpe parlamentarista após a renúncia de Quadros, conforme discutiremos a seguir.

Capítulo 8 - 1961-1965: O PRP contra Jango: articulação golpista e apoio à ditadura

Neste capítulo pretendemos analisar a intervenção dos integralistas no contexto de crise social, política e econômica do início dos anos 60 e sua participação ativa nas mobilizações e articulações golpistas. Para isto, o capítulo está estruturado a partir das diferentes fases cronológicas que caracterizaram a posição do PRP em sua relação com este contexto. Desta forma, iniciamos discutindo a intervenção do partido na crise que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros, quando defendeu a posse do vice-presidente e, ao mesmo tempo, participou da articulação do golpe parlamentarista, tendo Salgado integrado a comissão de líderes que apresentou a proposta da emenda constitucional e, inclusive, reivindicado para si a autoria do projeto aprovado. Da posse de Goulart até meados de 1962, o partido apoiou-o e participou de seu governo. A ruptura com o governo, já no contexto do crescimento das mobilizações populares e da opção de Goulart pela antecipação do plebiscito, teve como causa imediata o voto da bancada parlamentar do partido contra a indicação de San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro, pois o PRP considerava que o ex-integralista Dantas tornara-se aliado dos comunistas, e denunciava sua atuação anterior no Ministério das Relações Exteriores, como "filo-soviética".[1] Nas seções seguintes, passaremos à análise da intervenção do PRP na oposição, sua participação ativa na campanha anticomunista e nas mobilizações favoráveis a um golpe militar. Cabe destacar que os parlamentares do PRP proferiram inúmeros discursos neste sentido nos meses que antecederam ao golpe militar, intervindo fortemente no debate político. O partido também participou diretamente das manifestações públicas contra Goulart, tendo Salgado participado da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" em São Paulo e em Belo Horizonte.

Também discutiremos a reação do partido e sua intervenção posterior ao golpe militar, tanto na sustentação política do novo regime, como na participação direta nas comissões de expurgos e na produção de "denúncias" contra supostos comunistas e as conseqüências da extinção dos partidos políticos para os integralistas. No final, faremos uma breve incursão no período posterior ao AI2, avaliando os rumos tomados pelo movimento, sua relação com a ditadura e sua intervenção no interior da ARENA.

---

[1] Dantas atuou no Ministério das Relações Exteriores, chefiado por Afonso Arinos de Melo Franco, durante o governo Jânio Quadros, tendo chefiado a chamada "Missão Dantas", um marco importante da reaproximação diplomática com a União Soviética.

8.1 O PRP e o governo João Goulart

8.1.1 O PRP na defesa da posse de Jango e na articulação do golpe parlamentarista

Durante a crise política aberta com a inesperada renúncia de Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, os integralistas manifestaram publicamente suas posições e buscaram intervir na sua resolução. No mesmo dia da renúncia, Salgado discursou no Congresso Nacional defendendo o *"apoio a todas as medidas propostas à Casa no sentido de preservar a dignidade do Poder Legislativo"* e afirmando que o PRP *"apóia, aprova e aplaude todas as medidas aqui tomadas em defesa do pundonor da nossa Casa"*.[2] Três dias depois, após o pronunciamento dos ministros militares vetando a posse de João Goulart, Salgado escreveu uma longa carta ao Ministro do Exército, Mal. Odylio Denys, sustentando que um golpe de estado deveria ser evitado, pois serviria aos propósitos do Partido Comunista:

> No atual momento brasileiro, vejo o Partido Comunista organizado de forma a poder atuar no sentido de uma desordem generalizada, cujos efeitos não podemos prever em toda a sua plenitude. Senão vejamos:
>
> 1) Do ponto de vista político: levam os comunistas a vantagem de desfraldar a bandeira da legalidade e de pugnar pelo cumprimento da Constituição. Resultado: a adesão da grande e da pequena burguesia, das classes liberais, notadamente professores, estudantes e jornalistas. Isto pode criar um clima dos mais propícios à ação dos agentes de Moscou, dada a tendência do nosso povo para examinar as questões superficialmente e para submeter ao seu incorrigível superficialismo todas as questões que se lhe oferecem.
>
> 2) Sob o ângulo das diferenciações regionais: o caso da posse, ou não, do atual Vice-Presidente da República, será certamente transformado numa reivindicação do Rio Grande do Sul, inflamando as paixões regionalistas (...)
>
> 3) (...) Há cerca de cinco anos e com o recrudescimento desde a instalação do comunismo em Cuba, estão funcionando no Brasil escolas de guerrilhas, segundo a técnica e a sistematização de Mao Tsé-tung (...).
>
> 4) Em relação à situação social: não se pode negar o descontentamento popular, pelo encarecimento do custo de vida, o que gera disposição para o ingresso de grandes massas em qualquer movimento de desordem.
>
> 5) Apreciando o ato de renúncia: vê-se claramente, quer na alegação das causas ("vencido pelos grupos reacionários"), quer no apelo ("operários e estudantes"), que o ex-Presidente, conhecedor da aparelhagem política acima enumerada, sabe quais os efeitos de suas palavras. (...)[3]

---

[2] SALGADO, Plínio. Defesa do Congresso Nacional e conspirações, 25.8.1961. In: *Discursos Parlamentares.* Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 165.

[3] Correspondência de Plínio Salgado a Odylio Denys, s./d. (APHRC-Pprp 62.00.00/94).

Com base nesta avaliação, Salgado, alegando sua experiência de *"velho lutador contra o comunismo"*, sugeria ao Marechal as medidas a serem tomadas para evitar uma "revolução comunista":

> 1. Seja dada posse ao vice-presidente da República, sob as seguintes condições que exprimem a vontade da Nação:
>
> a) que a política externa do Brasil volva à sua linha natural ditada pelos sentimentos do nosso povo, pelos impositivos da nossa tradicionalidade histórica, abandonando-se as perigosas aproximações com os estados totalitários comunistas que pretendem penetrar em nosso Hemisfério, destruindo os dispositivos de sua defesa;
>
> b) que se organize um **ministério de concentração nacional** em que participem todos os partidos;
>
> c) que as **Forças Armadas**, para que nunca mais se dê o que vimos no governo extinto, **seja a garantia desta política**, uma vez que o povo, quando contrariado em seus sentimentos, não possui os meios adequados de se manifestar contra os excessos, muitas vezes abusivos, do poder, exercido pelo Executivo, principalmente no que se refere à política exterior.
>
> **Em relação à pessoa do atual Vice-Presidente da República, dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes manifestou sua índole e pensamento conservadores**. Com raro senso de realidades, acredito que não será ele quem venha a contrariar o pensamento da Nação expresso no mais legítimo dos intérpretes, que são as Forças Armadas.
>
> Quando, em 1955, em reunião com os comandantes dos nossos navios de guerra, consegui adesão da nossa esquadra na sua totalidade, para se dar posse a Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos e reconhecidos pela Justiça Eleitoral, o Sr. Juscelino Kubitschek, em telefonema ao Dr. José Maria Alkimim, mandou dizer à Marinha que o signatário desta seria o seu fiador, no sentido de uma política então exigida pelos nossos homens do mar, que evitasse relações com os Países Comunistas e a reabertura do partido de Moscou em nossa Pátria. Aceitei a responsabilidade da fiança; contei com a quase totalidade da nossa Marinha de Guerra. Os candidatos eleitos foram empossados, não encontrando V. Exa e o Marechal Lott dificuldade naquele setor. **Hoje, não por outorga do sr. João Goulart, mas pelo fato de o conhecer e saber o que ele pensa de mim, posso assumir idêntica responsabilidade, se os trinta anos de luta contra o comunismo me dão, perante a Nação Brasileira, autoridade para o fazer**.[4]

Esta carta foi lida por Salgado na Tribuna da Câmara na madrugada de 28 para 29 de agosto.[5] A posição então assumida por Salgado visava, por um lado, garantir a manutenção da ordem institucional vigente, e com ela os espaços de intervenção conquistados pelos integralistas; e por outro, buscava, obter vantagens da situação de crise, proclamando-se "fiador" de João Goulart e propondo a formação de um ministério com a participação de todos os partidos políticos. No entanto, já naquele momento, estavam em andamento os trabalhos da "Comissão Mista Interpartidária", que reunia deputados e

[4] Idem, ibidem. Grifos meus.
[5] SALGADO, Plínio. Carta ao Marechal Odylio Denys sobre a posse do Vice-Presidente da República João Goulart, 28.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 168.

senadores de todos os partidos para analisar a crise institucional. Na versão de Salgado, sua intervenção teria sido decisiva, chegando a apresentar-se como primeiro propositor do parlamentarismo:

> Terminado este discurso, depois da meia-noite, o qual apaziguou os ânimos tumultuosos do plenário, dirigi-me à Comissão Mista (Senado e Câmara), onde propus se criasse o sistema parlamentar, com um primeiro-ministro sob a responsabilidade direta do Congresso. Já pela madrugada, os generais Mendes de Morais e Menezes Cortes compareceram à Comissão, trazendo a mensagem dos três ministros que declaravam aceitar **a solução de Plínio Salgado**.[6]

No entanto, tal versão parece-nos fantasiosa, já que, embora Salgado efetivamente integrasse a Comissão, até então Salgado defendia a posse de Goulart como presidente e não há nenhuma referência no seu citado discurso da noite do dia 28 que indicasse que apresentaria tal proposta. Ainda assim, uma vez formulada a proposta do golpe parlamentarista, ela teve a adesão entusiástica de Salgado e dos integralistas. Em discurso dois dias depois, Salgado defendeu a proposta parlamentarista, embora afirmasse não condicionar a posse de Goulart à sua aprovação:

> A Comissão reuniu-se e, depois de eleito seu Presidente e seu Relator, verificou, desde logo, que a Mensagem [dos ministros militares] não continha qualquer elemento suscetível de deliberação do Congresso. Apenas dizia que os Srs. Ministros das três pastas militares haviam manifestado a absoluta inconveniência do regresso do Dr. João Goulart ao nosso País. Quer dizer, nada tínhamos de positivo, de concreto, de provado, que induzisse o Congresso a tomar qualquer providência. Direi mesmo que a Mensagem mais continha um conselho dirigido talvez ao próprio Sr. João Goulart, e isto não nos cabia examinar. Isto posto, compreendendo a gravidade do momento brasileiro diante da alegação de que esse regresso poderia ser nocivo à segurança nacional, entendemos que estávamos vivendo momentos de extrema gravidade. (...) Nestas condições, tendo havido, anteriormente, reunião dos Chefes de Partido para encontrar uma solução adequada à situação em que nos encontrávamos, e tendo essa reunião deduzido a fórmula do parlamentarismo como solução, talvez, para amainar os ânimos dos militares, fomos a ela. (...) Nós, na Comissão, não tivemos mais em vista as conversações ou acordos que porventura ainda se pudessem realizar. Entendemos de cumprir nosso dever com a altivez e a dignidade que competem ao Congresso Nacional. O Congresso não pode, de forma alguma, receber insinuações de quaisquer outros Poderes, muito menos do poder militar![7]

Em mensagem ao programa radiofônico do partido, em 29 de agosto, Salgado afirmou: *"nossa preocupação é, acima de tudo, preservar o regime democrático, salvar as instituições, as liberdades publicas e privada, a integridade dos Três Poderes e todas as*

---

[6] Idem, ibidem, p. 170. O texto citado é uma nota do próprio Salgado ao seu discurso. Na publicação não consta a data em que foi redigida esta nota. Grifo meu.

[7] SALGADO, Plínio. Pelas conclusões da Comissão Mista favoráveis à posse de João Goulart e pela emenda parlamentarista, 30.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 171-172.

conquistas da cultura e civilização a que temos atingido".[8] Mesmo assim, a "defesa das instituições" se dava nos parâmetros do golpe parlamentarista, defendido em vários discursos de Salgado durante a crise. Em 30 de agosto Salgado declarou formalmente o apoio do PRP ao *"parecer da Comissão Mista, pela Emenda Parlamentarista, que poderá ser – não se iludam os srs. congressistas com o boatério que corre nesta casa – poderá ser a porta aberta a uma solução feliz para a família brasileira"*.[9] A 1º de setembro, Salgado sustentou a tese de que o parlamentarismo durante o Império *"pôde trazer ao Brasil as imensas vantagens de uma estabilidade política através da qual nos desenvolvemos e nos preparamos para os dias deste século"*,[10] tese que retomou e desenvolveu longamente no discurso de 5 de setembro.[11] Além disto, refutou a tese de que o Congresso agiu sob coação, argumentando que o presidente em exercício Ranieri Mazzili e seus ministros militares pretendiam impor o *impeachment* de Goulart, o que foi evitado pela atitude de *"dignidade, honra e altivez"* do Congresso Nacional: *"O Congresso agiu com independência, nobreza e ainda criou um dispositivo da maior importância para a paz nacional"*.[12]

A participação integralista na trama do golpe parlamentarista não se restringiu à ação de Salgado. Alberto Hoffmann, então Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, relatou em depoimento oral sua participação:

> Quando há o episódio da Legalidade, Porto Alegre se mobilizando, aí nós fomos, três deputados, eu e mais dois deputados do PTB (...) fomos a Montevidéu para conversar com o Jango, mas aí estávamos assim, não frontalmente, mas subentendidamente traindo o esquema. Alertando o Jango: o pessoal quer isso, quer que o senhor vá para lá, suba em caminhão, 'revolução para o Brasil', é isso que eles querem. A gente logo sentiu que ele não era disso.[13]

Superada a crise institucional, com a posse de Goulart, Salgado reconstituiu seu ponto de vista sobre o desenvolvimento da crise:

> nós, os líderes de Bancada, fomos convocados para o Palácio do Planalto e, lá chegando, o presidente Ranieri Mazzili nos comunicou que os três ministros militares lhe haviam feito sentir que o senhor João Goulart não deveria regressar ao Brasil. Não deveria,

---

[8] Programa Radiofônico, 29.8.1961 (APHRC-FPS 008.004.002).
[9] SALGADO, Plínio. Pelas conclusões da Comissão Mista favoráveis à posse de João Goulart e pela emenda parlamentarista, 30.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 174.
[10] SALGADO, Plínio. Parlamentarismo I – II – III, 1º.9.1961; 2.9.1961; 5.9.1961. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 175.
[11] Idem, ibidem, p. 180-190.
[12] Idem, ibidem, p. 181-182.
[13] CALIL, Gilberto Grassi & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Alberto Hoffmann*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2003, p. 48.

> portanto, assumir o lugar de presidente da República como legítimo sucessor do sr. Jânio Quadros. O presidente Mazzili, momentos depois, enviou ao Congresso uma mensagem onde se lia mais ou menos o seguinte: 'Os ministros militares, responsáveis pela ordem interna do País, julgam inconveniente a vinda do sr. João Goulart ao nosso País, por motivo de segurança nacional". Então, gerou-se a segunda crise. Nomeou-se uma comissão para apreciar a Mensagem do presidente Mazzili; oito deputados e oito senadores. Eu fiz parte desta comissão. Dentro dela manifestei logo o meu pensamento, dizendo que não via, na Mensagem do presidente Mazzili, matéria suscetível de apreciação do Congresso. (...) Entendi, e todos logo entenderam também, que não deveríamos tomar conhecimento da Mensagem. Resolveu-se, desde logo, que o sr. João Goulart deveria tomar posse. Antes de ir para a primeira reunião da Comissão, eu li, na sessão conjunta do Senado e da Câmara, a carta que enderecei ao Ministro da Guerra a este propósito. (...) Surgiu a idéia parlamentarista; era uma porta de saída para todos! Porta de saída para o Congresso, porta de saída para o sr. João Goulart, porta de saída para os três ministros militares; ninguém ficava de dignidade ferida, e a Nação iria entrar num ritmo corrigindo um erro que nós verificamos desde a proclamação da República. (...) Eu entendo, e disse na tribuna do Parlamento, que o Parlamentarismo trouxe duas vantagens; uma mediata e outra imediata. A vantagem imediata foi evitar a guerra civil, que já estava mesmo à vista. A vantagem mediata foi corrigir o excesso de poder do Executivo, e de certa forma, temperar a ação do Presidente da República por uma permanente vigilância do Congresso.[14]

O jornal *A Marcha* também contribuiu para a consolidação de uma versão oficial do integralismo sobre a crise institucional e a participação de Salgado em sua resolução. Na sua primeira edição após o desfecho da crise,[15] o jornal integralista veiculava a tese de que a intervenção de Salgado fora decisiva, em especial em virtude de seu discurso de 28 de agosto, *"que constituiu uma peça de rara serenidade contendo reflexões e raciocínios que modificaram, por completo, o ambiente de exaltação em que se encontrava o Parlamento Nacional"*.[16] Esta versão era reforçada pela apresentação de depoimentos de parlamentares de outros partidos:

> Plínio Salgado deu a medida exata dos acontecimentos. Sua atuação marcou o encaminhamento da solução para a atual crise (Dario Cardoso; PSD-GO)
>
> O discurso de Plínio Salgado foi magnífico, sincero e de grande oportunidade, porque dentro das diretrizes traçadas salientou o mal que o comunismo traz a nossa Pátria. Perfeitamente coerente com a sua doutrina, Plínio Salgado mostrou que só a posse de Jango evitaria a agitação comunista e a entrega da bandeira da legalidade aos inimigos da democracia. (Padre Vidigal; PSD-SP).
>
> A carta de Plínio Salgado foi o tiro de misericórdia na agitação (Tenório Cavalcanti; UDN-RJ).

---

[14] Participação no Programa Mesa Redonda da Rádio Mayrink Veiga, s./d. (APHRC-FPS 091.003.015).

[15] O jornal teve sua circulação suspensa durante a crise institucional, em virtude da censura decretada pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda. *A Marcha* protestou contra a "*rigorosa censura imposta à imprensa no Estado da Guanabara"*, imposta pelo *"governante carioca que, apesar de se dizer jornalista, ordenou a censura dos meios de divulgação da Guanabara"*. Crise política impediu a circulação de *A Marcha*. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 1.

[16] Influência de Plínio contribuiu para o desfecho da crise política. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p.3.

> No momento de maior gravidade para os destinos da democracia, o discurso de Plínio Salgado foi a solução (Benjamim Farah; PSP-SP).
>
> O pronunciamento do sr. Plínio Salgado a favor da Legalidade, pela sua sinceridade e pelo conteúdo, repercutiu intensamente em todos os setores parlamentares. (Cunha Bueno; PSD-SP).
>
> O discurso de Plínio Salgado, patriótico e sincero, abriu a janela para a solução da crise (Padre Medeiros Netto; PSD-AL).
>
> O país deve um serviço a Plínio Salgado. Se sairmos desta crise, todos terão de reconhecer que seu discurso foi peça essencial para isso. (Oswaldo Lima Filho; líder do PTB).
>
> Foi um discurso equilibrado e sensato com visão ampla do problema, indicando a solução razoável para a crise. (Rafael de Almeida; PSD-PE).
>
> Plínio Salgado deu uma solução de alto conteúdo moral para a crise, pela sua autoridade e absoluta insuspeição. (Abelardo Jurema; PSD-PE)
>
> Plínio Salgado foi magnífico, dando insuspeita contribuição para a solução da crise (Janduhy Carneiro; PTB-PB).[17]

Ao término da crise institucional, portanto, os integralistas saíam aparentemente fortalecidos, afirmando a tese de que Salgado teve uma participação decisiva em sua resolução, tese esta que encontrava respaldo em declarações de parlamentares de outros partidos. Ao mesmo tempo, enquanto via a ascensão de João Goulart à presidência, não perdia oportunidades de lembrá-lo que os votos integralistas foram decisivos para sua eleição em 1960, bem como da declaração de Salgado colocando-se como "fiador" junto ao Exército do suposto compromisso "democrata e anticomunista" de Goulart.

8.1.2 A participação no governo Goulart

Efetivada a posse de Goulart, a 7 de setembro, e constituído seu primeiro Gabinete, chefiado por Tancredo Neves, no dia seguinte, o PRP tratou, mais uma vez, de buscar a conquista de postos governamentais. Em entrevista ao *Correio Brasiliense*, novamente Salgado refutava as vinculações de Goulart com o "comunismo": *"acaso o vice-presidente da República, hoje presidente, é um agitador perigoso? Não. E dissemos não porque o sr. João Goulart é um homem de bom senso, tem a mentalidade patriarcal dos estancieiros do Sul e que muitas vezes revelou sua capacidade para contornar crises e tranqüilizar o País. Mas, nesse caso, podemos ainda perguntar: o sr. João Goulart adota a ideologia comunista? Também não, pois todos o conhecemos"*.[18] Ao mesmo tempo, indicava diretamente sua pretensão de que o PRP integrasse o governo, ao indicar como ameaça à

---

[17] Falam os deputados sobre a carta de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p.8.
[18] Entrevista concedida por Plínio Salgado ao *Correio Brasiliense*, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 091.003.004).

"estabilidade institucional" a *"ambição desordenada dos chamados 'grandes partidos', deixando à margem e descontentes os chamados 'pequenos partidos'. Constituem estes um bloco parlamentar que somando-se os parlamentares insatisfeitos dos grandes, pode atingir uma centena de deputados. Isto pode dar ocasião a crises que se podem avolumar"*.[19] A indicação de Tancredo Neves era entusiasticamente aprovada: *"A escolha do sr. Tancredo Neves para o cargo de Primeiro Ministro do novo regime que se inicia foi uma das mais acertadas. Homem reservado, de atitudes comedidas e pronunciamentos serenos, dignos e oportunos, inspira a confiança de todos. Pelas suas qualidades de jurista e virtudes de caráter está predestinado a um desempenho condigno com o alto cargo para o qual foi indicado"*.[20] Até mesmo San Tiago Dantas era elogiado por Salgado, que o considerou como *"um dos valores mais brilhantes da nossa Pátria"*. Dantas respondeu lembrando com *"emoção o tempo em que tive a honra de militar nas hostes da Ação Integralista Brasileira sob o comando de V. Excia"*.[21] Em 23 de setembro, uma diretriz da Presidência do PRP, transmitida às bancadas federal, estaduais e municipais do partido e aos seus diretórios regionais e municipais, definia a posição do partido em relação ao novo governo, reafirmando a proposta de "concentração nacional", ao mesmo tempo em que se opunha à antecipação do plebiscito sobre o manutenção ou não do parlamentarismo:

> 1) Em face da substituição do regime presidencial pelo parlamentar, a atitude dos representantes do PRP e dos Diretórios que constituem a orgânica da agremiação, será a de acatar e prestigiar a resolução do Congresso Nacional, contrapondo-se a todos os movimentos tendentes a antecipar a consulta plebiscitária (...).
>
> 2) Posta a questão nos termos gerais do item anterior, temos de encarar o Gabinete (Primeiro Ministro e Ministério) como uma conseqüência e contingência do sistema, não importando nosso apoio ou desapoio em reprovação do parlamentarismo.
>
> 3) Esse apoio ou desapoio poderá decorrer de nossa aprovação ou desaprovação do plano de Governo a ser apresentado pelo Gabinete à Câmara dos Deputados, ou à consideração parcial da orientação do referido Gabinete, notadamente no que se refere à política externa ou a relativa aos problemas econômico-financeiros e social do País.
>
> 4) Tendo-se em vista que o atual Gabinete foi inspirado no sentido **de uma concentração nacional em que participassem todos os partidos**, deveremos estar atentos e exigindo o cumprimento desse compromisso, de sorte **que os chamados "grandes partidos" não se locupletem, além dos Ministérios que lhes foram atribuídos, com os demais órgãos da administração pública**, excluindo os demais partidos ou lhes confiando posições

[19] A palavra de Plínio Salgado em Palestras com o Povo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 2.
[20] O premier. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 1.
[21] San Tiago Dantas enaltece o integralismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.9.1961, p. 1 e 4.

> reduzidas; dessa orientação do Gabinete poderá também resultar manifestações nossas, de confiança ou desconfiança. (...).[22]

Para impedir a ocupação de todos os cargos pelos grandes partidos, Salgado liderou uma iniciativa reunindo seis pequenos partidos: a formação do Bloco Parlamentar dos Pequenos Partidos, constituído pelos parlamentares do PDC, PRP, MTR, PST, PRT e PTN. O Bloco contava com 41 deputados federais e 3 senadores (dois dos quais pertencentes ao PRP), e Salgado foi indicado como líder do Bloco.[23] Na condição de líder do Bloco, Salgado teria negociado a participação daqueles partidos no governo, como relata:

> Tendo ficado resolvido que esse grupo teria um Ministério, e tendo os líderes dos pequenos partidos me delegado plenos poderes, escolhi e indiquei o Deputado Franco Montoro para ocupar uma das pastas, o que realmente se deu. Nessas conversações, ficou assentado que os demais pequenos partidos cooperariam com o Governo em Autarquias ou outras posições menores nos Ministérios.[24]

Ainda no período de formação do novo governo, Salgado elaborou um documento – que não se tornou público, apresentando as *"reivindicações do PRP na composição do Novo Governo":*

1) Continuar com o INIC, tendo correligionários em todas as Diretorias;
2) A Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, evidentemente ligada aos propósitos de desenvolvimento do Plano de Reforma Agrária estabelecida pelo INIC;
3) Uma das Diretorias do Banco do Nordeste ou do BNDE;
4) A Fundação da Casa Popular, que muito poderá auxiliar a ação colonizadora do INIC;

---

[22] Diretrizes da Presidência Nacional do PRP, 23.9.1961 (APHRC-Pprp 23.09.61/3). Grifos meus. Além dos quatro pontos citados, a diretriz prosseguia afirmando que o partido deveria *"adotar a linha do bom senso neste período de transição (...), não pretendendo se pratique no momento um rigoroso parlamentarismo clássico, cerceando demasiadamente o Presidente da República"*; protestava contra *"a ingerência dos Governadores de Estado em assuntos que competem ao Poder Central"*; denunciava os que pretenderiam *"implantar no País uma situação de desordem"*; reafirmava que *"no atual instante a maior ameaça contra nossa Pátria é o comunismo"*; e determinava que *"não devemos nos manifestar isoladamente em relação ao Governo Central, aos Governos dos Estados ou aos partidos"*, e também que *"em nenhum Estado se devem realizar convenções nem os DRs devem tomar deliberações assinaladoras de posições políticas antes do Grande Conclave Nacional"*. As Diretrizes foram publicadas no jornal partidário: Diretrizes do PRP sobre o regime parlamentarista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.10.1961, p. 3.

[23] Cf. Plínio Salgado lidera Bloco Parlamentar dos pequenos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1. Ao relatar a constituição do Bloco, o jornal integralista chegou a afirmar que seria desejável, *"para a pacificação e o aprimoramento da política nacional"* uma reorganização política que levasse à organização de apenas três partidos: *"Seria o caso de uma fusão do PTB com o PSB, cuja orientação socializante e esquerdizante se faz dia-a-dia mais evidente e notória; e do PSD e a UDN, por se identificarem numa posição conservadora dentro de seus respectivos programas. Ter-se-ia então a formação de três grandes agremiações: uma, o PTB e o PSB, como partido de esquerda; um partido de centro conservador, formado pela UDN e PSD; e, finalmente, um terceiro grande partido formado pelo atual Bloco Parlamentar, constituído pelos partidos acima citados"*. A matéria não esclarecia qual a identidade comum que justificaria a unificação dos pequenos partidos, além da própria caracterização como "pequenos partidos".

[24] Correspondência de Plínio Salgado a Tancredo Neves, 16.4.1962 (APHRC-Pprp 62.04.16/4).

5) Uma das diretorias do IBC, por envolver interesses agrários dos Estados do Paraná, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, podendo em muitos assuntos cooperar com o INIC;
6) Superintendência da Fronteira Sudoeste, órgão que se relaciona com assuntos de terra do Paraná e estados limítrofes e que diz respeito a caso crucial do INIC;
7) Uma Diretoria no Banco Central de Crédito Cooperativo, o qual muito pode favorecer o cooperativismo no sentido de desenvolvimento agrícola do país;

Como reparação moral pela perda que teve do Governo Jânio Quadros e respectivas perseguições:

8) O IPASE, com todas as suas diretorias e delegacias estaduais.

Pequeno pedido do Espírito Santo e Minas Gerais:

9) A Diretoria Comercial da Cia. Vale do Rio Doce.

Pequeno pedido da Bahia:

10) Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura
11) Diretorias de Carteiras em Caixas Econômicas Federais em alguns Estados, onde houver vagas, ou onde deverão se dar por fim de mandato, particularmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Guanabara e Paraná, e – imediatamente, - no Espírito Santo, onde há vaga aberta em 10 de agosto último
12) Delegado do imposto de Renda de São Paulo.[25]

É provável que a pretensiosa solicitação dos integralistas não tenha sido seriamente considerada pelo Gabinete de Tancredo Neves, levando o PRP a reformulá-la, em novo documento no qual os 12 pontos eram reduzidos a cinco: manutenção na presidência do INIC, com suas diretorias, Carteira de Colonização do Banco do Brasil; presidência e diretorias do IPASE; Delegacia do Imposto de Renda de São Paulo; e Diretoria Comercial do Vale do Rio Doce.[26] No entanto, mesmo reduzindo suas pretensões, o PRP encontrou fortes resistências e naquele momento teve de se contentar apenas com sua manutenção à frente do INIC, sem conseguir ampliar sua participação. Frustrados em suas expectativas, os integralistas diminuíram o entusiasmo de seu "apoio" ao governo, passando a veicular algumas críticas. Como não lhes interessasse um rompimento, apresentavam sua posição como um "apoio crítico", o que compensava a frustração com a participação reduzida no governo. No início de novembro, *A Marcha*, em editorial, registrava que "*o novo Governo vai entrar no seu segundo mês de exercício e o povo já começa a dar mostras de impaciência quanto à parcimônia exagerada de sua atividade*";[27] e na semana seguinte elevava o tom afirmando que "*a ineficácia do sistema parlamentarista, em nosso país, revelou-se mais cedo do que seria justo esperar. Na realidade, o resultado não constituiu*

[25] Reivindicações do PRP na Composição do Novo Governo, s./d. (APHRC-FPS 028.005.012).
[26] Reivindicações do PRP na Composição do Novo Governo, s./d. (APHRC-Pprp 028.005.012).
[27] O Governo existe? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1961, p. 1.

surpresa para nós. Já aguardávamos este desfecho melancólico. Nem seria para menos, uma vez que a maioria dos parlamentares deram [sic] *o seu voto sem saber o que estavam fazendo"*.[28] Observe-se que esta afirmação, apontando a "ineficácia do sistema parlamentarista" reformulava a diretriz anteriormente emitida por Salgado que estipulava que o apoio ou desapoio ao governo não deveria implicar em "reprovação ao parlamentarismo".

Em dezembro, finalmente, o partido obteve a tão almejada ampliação de sua participação, com a nomeação de Raimundo Barbosa Lima para a presidência do IPASE. A partir de então, e até meados de 1962, as críticas desapareceram bastante e o governo Goulart passou a ser elogiado, embora se mantivesse a ressalva quanto a sua política externa. Em abril daquele ano, *A Marcha* aprovou a ida de Goulart aos Estados Unidos, afirmando que ele conquistara o respeito daquele país: *"com a simplicidade habitual que já o caracterizou, o nosso presidente conseguiu reunir em torno de sua figura as simpatias do povo norte-americano"*.[29] Também o discurso de 1º de maio de João Goulart recebeu a aprovação do jornal integralista: *"Coroando as festividades de 1º de maio, o Presidente João Goulart dirigiu-se aos trabalhadores de todo o Brasil em discurso que durou vinte minutos e que, em quase todo o transcurso, mereceu aplausos da numerosa assistência, que o ouviu atentamente"*.[30] Mesmo o discurso de Goulart no congresso das Ligas Camponesas foi aprovado por *A Marcha*, pois supostamente teria decepcionado os comunistas:

> Para nosso gáudio, e de toda a Nação, temos que registrar que o acontecimento de João Pessoa foi bem recebido por toda a Nação. Sim, porque o presidente João Goulart, retratando o que de mais deve ter em seu âmago, foi sincero, simples, incisivo, patriótico, responsável, seguro, ao afirmar perante o auditório mesclado com a maioria eventual de comunistas, que "o Brasil precisa de uma reforma agrária que seja imperativa da realidade econômica do país, mas nunca como uma resultante dos desejos ou dos movimentos impostos por qualquer ideologia importada de outras terras e animada de propósitos estranhos aos sentimentos democráticos e cristãos do nosso povo".[31]

À margem das declarações públicas, no entanto, Salgado mantinha-se insatisfeito com o espaço ocupado pelos integralistas no governo e se debatia para ampliá-la. Ainda em 1961, enviou carta para o Ministro da Fazenda Walter Moreira Salles (ex-integralista),

---

[28] A Máquina começou a enguiçar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.11.1961, p. 1.
[29] Jango conquista o respeito dos Estados Unidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.4.1962, p. 1.
[30] Jango: "o governo vai combater os exploradores do povo". *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.5.1962, p. 1.
[31] Jango decepcionou os comunistas falando de reforma agrária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.8.1962, p. 1.

protestando contra o contingenciamento das verbas do INIC, ameaçando fazer uma "denúncia à Nação" e solicitando novas liberações:

> De tal maneira o Governo se tem conduzido com o INIC, impedindo-o de realizar seus planos de colonização, ao mesmo tempo em que certos elementos desse mesmo Governo estão incitando a desordem e a anarquia das Ligas Camponesas e a demagogia dos comunistas, que se as coisas não tomarem outro rumo, terei de ir à tribuna da Câmara narrar ao povo brasileiro toda a odisséia de uma administração sabotada e perseguida em todos os setores de suas correlações. Mas eu não desejo que nessa denúncia à Nação tenha eu de fazer a mínima referência a um ministério a cuja testa se encontra um amigo dos mais queridos e em quem deposito, por sua clarividência e espírito público, a minha maior confiança. Venho, pois, pedir-lhe que, no tocante ao de que depende o INIC desse Ministério, sejam satisfeitas as justas, clamantes reivindicações daqueles que têm sob seus ombros tão pesadas responsabilidades.[32]

A ameaça parece não ter surtido efeito, pois meses depois Salgado voltava a escrever a Salles tratando do INIC, sustentando que *"o governo deve a esta autarquia mais de 700 milhões, mesmo tendo em vista a miserabilíssima dotação para um serviço que a miopia dos homens públicos deste País nunca pôde compreender. Porém o mais grave é que agora o INIC está em situação de não poder pagar este mês os seus funcionários. Do Orçamento deste ano não recebeu nada"*.[33] Em fevereiro de 1962, em telegrama ao presidente do Diretório Regional do PRP em Amazonas, Salgado revelou que também estava descontente com seus correligionários na direção do INIC, chegando a afirmar que tinha intenção de "devolver" o INIC ao governo: "*Queixas relativas INIC merecem apoio minha parte. Estou descontente atuação companheiros cúpula aquele órgão criando aborrecimentos todos Estados. Quanto INIC pretendo devolver governo evitar maiores dissabores"*.[34] As dificuldades cresceram continuamente no decorrer de 1962, com a não liberação de verbas e a divulgação de denúncias contra os dirigentes do INIC. Em março, segundo *A Marcha*, Salgado teria reclamado em entrevista à imprensa que os ministros boicotavam a atuação do INIC, desobedecendo ao próprio presidente: *"Queixou-se o presidente do PRP de já haver conseguido solução para mais de cem casos submetidos aos presidentes da República e do Conselheiro, os quais, entretanto, continuam na mesma, face à resistência dos titulares das respectivas pastas interessadas"*.[35] Em março, o governador paranaense Ney Braga acusou o presidente do INIC pela não resolução do

[32] Correspondência de Plínio Salgado a Walter Moreira Salles, 3.12.1961 (APHRC-Pprp 61.12.03/4).
[33] Correspondência de Plínio Salgado a Walter Moreira Salles, 25.5.1962 (APHRC-Pprp 62.05.25/4).
[34] Telegrama de Plínio Salgado a Inácio Almeida, 24.2.1962 (APHRC-Pprp 62.02.24/10).
[35] Plínio critica parlamentarismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 1.

antigo impasse envolvendo a questão das terras em litígio no sudoeste do Paraná, obrigando Salgado a intervir em sua defesa, como relata *A Marcha*:

> Tendo o governador do Paraná e seus assessores acusado o INIC pela culpa das delongas para solucionar este caso, o deputado Plínio Salgado, acompanhado do presidente do INIC, dr. Ivan Luz, esclareceu suficientemente a questão, num programa da Televisão Paranaense, no qual declarou estar disposto, se continuarem as calúnias do Governo do Paraná, a ocupar a tribuna da Câmara, narrando o maior dos escândalos da República, que é a questão das terras no sudoeste paranaense e envolvendo personalidades da política daquele estado e de Santa Catarina nas acusações sobre o imenso panamá constituído pelo caso das terras do sudoeste.[36]

Ainda em março, o Diretor Técnico do INIC - o segundo na hierarquia do órgão –, Adhail Sprenger Passos denunciou ao presidente da República irregularidades supostamente cometidas pelo seu presidente, Ivan Luz, retomando acusações produzidas pela sindicância desenvolvida durante o governo Jânio Quadros.[37] Desde meados de 1961, a substituição do denunciante era exigida pelos integralistas, como Salgado rememorou em extensa correspondência enviada ao Primeiro Ministro Tancredo Neves:

> O Governador Ney Braga indicou e o meu Partido aceitou o nome do sr. Adhail Sprenger Passos. Este senhor, entretanto, desde os primeiros dias, tornou-se um elemento perturbador no INIC, dada a sua extrema odiosidade contra o meu Partido. (...) Seu serviço único é dar denúncias caluniosas contra o órgão e fomentar intrigas de toda espécie. (...) Quando já se procediam a diligências para substituí-lo, sobreveio a renúncia de Jânio Quadros. (...) O Presidente da República e o Presidente do Conselho assinaram os decretos exonerando o sr. Adhail Sprenger Passos e nomeando o sr. Euro Brandão. Esses decretos foram levados ao Ministro da Agricultura, por mim declarando-me ele que, dentro de dois dias, o mais tardar, também assinaria. (...) Assim correram quatro meses, sem soluções, com graves repercussões no meu Partido, em todo o País e desastrosos reflexos na administração do INIC.[38]

Ausente do país, em viagem para a Europa representando a Câmara Federal em uma Conferência da ONU, Salgado credenciou o senador Guido Mondin para representá-lo em uma reunião com Tancredo Neves, na qual deveria ler a carta acima citada, instruindo-lhe que *"provoque o 1º Ministro, por telefonemas e outros processos de chateação"*, e avaliando que *"dados os argumentos da epístola, creio que não estará disposto a atender*

---

[36] Destacada atuação de Plínio na reunião dos chefes do partido. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.3.1962, p. 1-2.
[37] Cf. Correspondência de Plínio Salgado a Ivan Luz, 31.3.1962 (APHRC-Pprp 62.03.31/2). Adhail Sprenger Passos foi nomeado junto com Ivan Luz, em março de 1961, durante o governo de Jânio Quadros. Sua nomeação teria sido indicação do governador paranaense Ney Braga, em comum acordo com Ivan Luz. Cf. O INIC tem nova diretoria. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.4.1961, p. 1.
[38] Correspondência de Plínio Salgado a Tancredo Neves, 16.4.1962 (APHRC-Pprp 62.04.16/4). Na carta, Salgado reclamava ainda da atuação do governo no caso do litígio das terras do sudoeste do Paraná, acusando o Ministro da Agricultura de atuar em conjunto com o governador paranaense, desprestigiando o INIC.

às malandragens do Armandinho [sic]".[39] No entanto, nos meses seguintes as divergências entre os integralistas e o governo de Goulart se acirrariam, dificultando as negociações, com o que o impasse em relação ao Diretor Técnico persistiu até o rompimento definitivo dos integralistas com Goulart, no final de 1962.

8.1.3. O PRP contra a política externa de Goulart (1961-62)

A crítica permanente à política externa foi um contraponto ao apoio integralista ao governo Goulart, mesmo no período em que o PRP manifestava maior entusiasmo por aquele governo. Na mesma semana em que *A Marcha* publicou a troca de elogios entre Salgado e San Tiago Dantas, empossado Ministro das Relações Exteriores no Gabinete chefiado por Tancredo Neves, o deputado Abel Rafael (PRP-MG) o interpelava na Câmara, apresentando oito questões que expressavam a posição integralista sobre a política externa:

> 1) O governo brasileiro vai apoiar a inclusão da China comunista na ONU?
>
> 2) O governo de Fidel Castro será apoiado pelo governo brasileiro, com base na autodeterminação?
>
> 3) O governo brasileiro apoiará os invasores soviéticos em Angola, sob pretexto da autodeterminação, quando naquela província reina perfeita paz [sic], somente perturbada pelas invasões de elementos comunistas do Congo, da Guiné e outros pontos da África
>
> 4) No caso afirmativo, o governo brasileiro pretende apoiar os movimentos de libertação da Ucrânia e da Hungria, hoje escravizados pela Rússia?
>
> 5) O governo brasileiro é contrário à autodeterminação da Alemanha Oriental, particularmente de Berlim?
>
> 6) Considerando o caso de Angola perfeitamente igual ao do Alasca e das ilhas do Hawaí [sic], o governo brasileiro coloca estes problemas em posição diferente à da província ultramarina portuguesa?
>
> 7) O governo brasileiro pretende reatar relações diplomáticas com a Rússia Soviética e com a China Comunista?
>
> 8) O governo do Brasil pretende denunciar os tratados, acordos e declarações de que foi signatário, como os de Santiago do Chile, Bogotá, Rio de Janeiro e São José da Costa Rica?[40]

No final de novembro, um Conclave Nacional do PRP, convocado para definir a posição do partido sobre o governo Goulart,[41] definiu que o partido deveria desencadear

---

[39] Correspondência de Plínio Salgado a Guido Mondin, 18.4.1962 (APHRC-Pprp 62.04.18/3). O "Armandinho" mencionado por Salgado era o Ministro da Agricultura Armando Monteiro.

[40] As indagações de Plínio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.10.1961, p. 1. O título da matéria explica-se pela tese sustentada pelo jornal de que tais indagações exprimiam o pensamento do "Chefe Nacional".

[41] Embora o Conclave tenha sido convocado com esta finalidade exclusiva, não há nenhuma definição sobre a questão em suas resoluções. É provável que tal omissão se deva a negociações que ainda estavam em andamento no momento da realização do Conclave (4 e 5 de novembro de 1961).

mais uma "vasta campanha anticomunista nacional", tendo como primeiro ponto *"prosseguir, com maior intensidade, a campanha já deflagrada durante o governo do sr. Jânio Quadros, contra a política exterior, continuada pelo atual Gabinete, cujas conseqüências se evidenciam no entusiasmo e no surto interno do comunismo em todo o Brasil"*.[42] A campanha seria desenvolvida através de comícios conferências, manifestações públicas, discursos parlamentares, denúncias contra a "infiltração comunista" na administração pública, afirmando que também iria *"combater o capitalismo internacional e as velhas estruturas econômicas da Nação"*.[43] A campanha foi inaugurada com um discurso proferido por Salgado na Câmara no final de novembro, tratando do *"mais grave de todos os assuntos de que tomou conhecimento esta Câmara na presente legislatura"*: *"o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética"*.[44] Salgado argumentou que *"no plano vermelho para as Américas, o Brasil ocupa lugar de especial destaque"* e que *"os Estados Unidos, cada vez mais imbecilmente, continuam a política de Yalta, operando na ONU em favor sempre das teses soviéticas e em detrimento da defesa do nosso hemisfério"*, concluindo que *"o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia revelou a existência em nosso País de um pensamento digno dos acomodados, dos negligentes, dos oportunistas e dos fatalistas"*.[45] A crítica era reproduzida por um articulista de *A Marcha*, para quem Dantas baseava-se em *"argumentos materialistas, prosaicos, refutáveis, certamente elaborados por uma equipe muito avermelhada do Itamarati*".[46]

Durante a realização da Conferência de Punta del Este da Organização dos Estados Americanos – na qual foi aprovada e exclusão de Cuba, contra o voto brasileiro -, a Direção Nacional da União Operária e Camponesa do Brasil enviou telegrama a San Tiago Dantas exigindo "medidas enérgicas" "*contra o sanguinário Fidel Castro e seu regime totalitário e ateu"*, enquanto o Diretório Nacional do PRP manifestava-lhe *"o seu*

---

[42] PRP comanda ofensiva anticomunista no país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.11.1961, p. 1.
[43] Como em outras ocasiões, este combate era apenas retórico, pois não apenas não dava origem a propostas concretas, como também não levava os parlamentares integralistas a apoiarem os projetos reformistas e as propostas de limitação à ação do capitalismo internacional, como fica explícito pela oposição da bancada integralista aos projetos de reforma agrária e de limitação das remessas de lucros.
[44] SALGADO, Plínio. Reatamento de relações diplomáticas com a URSS, 29.11.1961. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p.411.
[45] Idem, ibidem, p. 423, 432 e 425.
[46] COMPAGNONI, Ivo. San Tiago Dantas, um bom Ministro para o senhor Jânio Quadros. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.11.1961, p. 3. Também o Diretório Regional do PRP gaúcho protestava, enviando telegrama a Tancredo Neves, no qual protestava *"veementemente contra reatamento relações diplomáticas contra Rússia Soviética"*. PRP protesta contra o reatamento com a URSS. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.12.1961, p. 1.

desagrado pela linha política que sustenta em Punta del Este, em desconformidade com os supremos interesses das liberdades humanas em nosso hemisfério, em dissonância com os sentimentos dos povos livres das Américas, e sobretudo colocando o Brasil na posição de faltoso a compromissos assumidos perante as nações do Novo Mundo".[47] *A Marcha* acusava os principais partidos, como UDN, PSD, PSP e PDC de compactuarem com a política externa, afirmando que o PRP era o único a dizer a verdade *"doa a quem doer, sem a preocupação da perda de postos".*[48] Ao mesmo tempo, apoiou a moção de censura contra San Tiago Dantas, apresentada pelo ex-integralista Eurípedes Menezes (UDN-DF) em protesto contra a posição assumida em relação à exclusão de Cuba da OEA.[49] Enquanto isto, o deputado Oswaldo Zanello (PRP-ES) discursava pedindo abertamente uma intervenção militar:

> Resta-nos nesta hora de luto nacional, apelar para o patriotismo de nossas classes armadas, que através da história sempre nos deram exemplos de dignidade e de amor ao Brasil, que representam toda nossa esperança e confiança, a fim de que resguardem nossas mais puras tradições de brasilidade, procurando **reprimir e da forma mais viril a infiltração comunista no Brasil e nas Américas, exigindo do governo, como responsável pela manutenção da ordem interna e da segurança da Nação, que o Brasil se integre novamente no sistema pan-americano, rompendo suas relações com o regime sanguinário, tirânico e opressor de Fidel Castro**. O Brasil confia nas suas classes armadas e sabe que elas não lhe faltarão.[50]

Em novo discurso, Zanello afirmou que *"o governo está mancomunado e orientado pelos comunistas", "facilitando-lhes a ação subversiva, criando no país uma ambiência periculosa de domínio vermelho ou amarelo"*, e exigia a demissão dos comunistas do governo, dos cargos públicos, das cátedras, das classes armadas, dos sindicatos, do Parlamento e do meio estudantil, a proibição da venda de livros "subversivos", e a própria queda do governo: *"**Derrubá-lo é a maior obra de patriotismo que a Câmara poderá fazer**. Que os deputados providenciem isto antes que esse governinho que está aí tenha tempo de destruir nossas instituições democráticas".*[51] A radicalização do discurso oposicionista, em seus discursos, ia além da política externa, abrangendo o governo como um todo. Mesmo assim, o alvo principal dos integralistas permaneceu sendo San Tiago Dantas. O deputado Abel Rafael (PRP-MG) qualificava o reatamento com a União

---

[47] PRP manifesta desagrado à política de San Tiago. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.2.1962, p. 2.
[48] O PRP está com o Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.2.1952, p. 1.
[49] San Tiago censurado na Câmara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.3.1962, p. 1. Apesar do título da matéria, a moção teve apenas 51 assinaturas, incluindo-se dentre seus propositores todos os parlamentares do PRP.
[50] Apelo de Oswaldo Zanello às Forças Armadas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.3.1962, p. 2. Grifo meu.
[51] Discursos Parlamentares. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 2. Grifo meu.

Soviética como um "crime contra o Brasil e afirmava que *"os russos estão fazendo o que querem em nosso país"*, enquanto *"a Embaixada brasileira em Moscou está presa num quarto de hotel"*.[52] Esta tese era difundida por *A Marcha*, que denunciava a entrada em massa de agentes soviéticos no Brasil, apelando para *"o presidente da República e o Conselho de Ministros chamarem à razão este irresponsável chanceler San Tiago Dantas"*.[53]

A crítica à política externa do governo Goulart, que em termos gerais seguia e aprofundava a "política externa independente" inaugurada no governo Jânio Quadros, teve uma função relevante para o PRP no período em que ele participava do governo, pois era utilizada como uma compensação oferecida aos seus militantes que discordavam do apoio àquele governo e, ao mesmo tempo, visava impedir que a UDN monopolizasse a crítica de direita contra o comunismo e sua suposta "infiltração" no governo. No entanto, a participação do partido no governo, à frente do INIC e do IPASE, tornou a crítica crescentemente radicalizada dos integralistas cada vez mais contraditória e insustentável, gerando um impasse crescente, que só se resolveu com o rompimento definitivo, às vésperas das eleições estaduais de 1962.

8.1.4 – O rompimento com o governo Jango

A partir de junho de 1962, quando o Gabinete chefiado por Tancredo Neves entrou em crise, o PRP passou a criticar abertamente o governo como um todo, não se restringindo mais à política externa, embora ainda tenha conservado os cargos que detinha no governo por mais três meses. No início daquele mês, Abel Rafael defendeu a queda do Gabinete e atribuiu à interferência de interesses dos parlamentares por cargos e verbas a recusa da Moção de Censura apresentada contra o Ministro San Tiago Dantas: *"Eu quero derrubar o Gabinete. A casa não quer. Cada qual tem um emprego a pedir, uma verba a liberar, uma estrada a abrir. Enquanto houver institutos, houver empregos, etc., não se derruba ninguém"*.[54] Com a demissão do Gabinete chefiado por Tancredo Neves e a indicação de San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro, os integralistas radicalizaram sua oposição. Salgado discursou criticando o "esquerdismo" de sua gestão

---

[52] Discursos de Abel Rafael, Oswaldo Zanello e Arno Arnt. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.5.1962, p. 2.
[53] Política de San Tiago trampolim para a invasão bolchevista no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.5.1962, p. 1 e 6.
[54] Discurso de Abel Rafael sobre a Moção de Censura ao Ministro San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.6.1962, p. 2.

no Ministério das Relações Exteriores e encaminhou a declaração de voto do PRP contra a aprovação de seu nome, assinada pelo cinco deputados federais do partido.[55] De acordo com *A Marcha, "não é de hoje que o deputado Plínio Salgado, coerente com a doutrina integralista, vem advertindo a Nação para o perigo que representa, em potencial, este homem que até hoje nada fez pelo Brasil a não ser causar-lhe prejuízos morais e materiais"*.[56] O processo de rejeição da indicação de Dantas representou um passo importante na articulação do PRP com o conjunto das forças de direita, reunidas na Ação Democrática Parlamentar, a qual, contando com 158 deputados federais, dentre os quais os cinco do PRP, fechou questão na rejeição de seu nome.[57] A formação dos dois grandes blocos parlamentares que polarizariam a disputa política no Parlamento nos dois anos seguintes (a Ação Democrática Parlamentar e o Bloco Parlamentar Nacionalista), criava complicações para o Bloco dos Pequenos Partidos articulado por Salgado, dificultando a manutenção de uma posição de "terceira via" e obrigava os integralistas a se definirem pela adesão ao bloco de direita (ADP), tornando irreversível o afastamento em relação ao governo Goulart.

O jornal *A Marcha*, proclamava seu orgulho pela unidade na ação dos parlamentares do PRP, o que contrastaria com a falta de unidade dos demais partidos:

> Então, pode-se aceitar como certo que um partido político, que representa, através de seus deputados e senadores, a vontade popular no Parlamento, que estes mesmos parlamentares desrespeitem as decisões da sua liderança? Infelizmente, é o que se vê. Felizmente, nem tudo está perdido. Eis que em toda esta procela, que deixou a Nação em verdadeiro suspense, saiu sobranceiro, cônscio de suas responsabilidades para com a representação de enorme parcela da opinião pública, o pequenino-grande PRP, o partido de Plínio Salgado. Nas duas votações, o partido dos integralistas, com cinco deputados e sob a orientação do chefe nacional, seu presidente, demonstrando um espírito de disciplina exemplar, votou maciçamente contra Clementino, e disse porque o fazia.[58]

A rejeição da indicação de San Tiago Dantas pela Câmara deu origem a uma crise política, cujo passo seguinte foi a indicação, por Goulart, do nome do deputado conservador Auro Moura Andrade (PSD-SP) para o cargo de Primeiro Ministro. Esta

---

[55] Declaração de voto da bancada do PRP, 28.6.1962. In: SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 197-198. O PRP também lançou uma nota pública, assinada pelos seus cinco deputados federais e dois senadores, justificando o veto ao nome de San Tiago Dantas. PRP anuncia que vetará San Tiago. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.
[56] Com Jânio e depois com Jango o PRP sempre ficou contra San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1. Observe-se o "esquecimento" da troca de elogios entre Salgado e Dantas poucos meses antes.
[57] Por que a ADP vetou San Tiago. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 2.
[58] Indisciplina partidária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1962.

indicação foi apoiada pelo PRP[59] e recebeu o voto favorável de todos os parlamentares integralistas. A aprovação do nome de Andrade foi recebida com grande satisfação pelos integralistas, sendo percebida como possibilidade de ampliação da participação do partido no governo, e também como uma guinada à direita que facilitava o transito do partido no governo.[60] No entanto, a forte reação popular levou à renúncia de Andrade e aprofundou a crise política. Goulart retomou a iniciativa, indicando Francisco Brochado da Rocha (PTB-RS) à Chefia do Governo. Mais uma vez, Salgado defendeu o voto contrário à aprovação do nome indicado por Goulart, sob as alegações de que ele defendia a antecipação do plebiscito e a proposta de que o Congresso a ser eleito naquele ano tivesse poderes constituintes; e de que discordava de vários pontos de seu programa, como a defesa do voto dos analfabetos, a primazia do ensino público e a manutenção da política externa independente.[61] No entanto, na condição de líder do Bloco Parlamentar dos Pequenos Partidos - que em sua maioria apoiaram a indicação de Brochado da Rocha -, Salgado reuniu-se com Brochado para negociar a participação dos pequenos partidos em seu governo. Em virtude da situação inusitada que se criou, Salgado enviou uma carta a Brochado esclarecendo que *"em relação ao meu partido, que integra o Bloco, é dever de minha parte, para ficar bem clara a posição de minha bancada e a minha própria, dizer que, nessa composição* [do governo]*, o PRP, tendo em vista a atitude, por motivos doutrinários e não pessoais, assumida na oportunidade da votação do nome ilustre de V. Exa., não dará nomes, devendo a escolha recair em personalidades pertencentes a outras legendas que, com ele, formam o bloco parlamentar"*.[62]

A aprovação do Gabinete chefiado por Brochado da Rocha, contra o voto de apenas 58 deputados, certamente representava uma derrota importante para o PRP, pondo fim à sua esperança de uma reaproximação com o governo. Na iminência de perder os cargos federais que detinha, o partido voltou-se à propagar sua suposta unidade, destacando o fato de que em todas as três votações (indicações de San Tiago Dantas, Auro de Moura

---

[59] Ao anunciar a posição do PRP, Salgado elogiou o discurso de Andrade, afirmando que ele *"não usou a terminologia já clássica dos cânones da demagogia vermelha. Tratou serenamente dos problemas usando os termos adequados"*. SALGADO, Plínio. Aprova o nome do Senador Auro de Moura Andrade e defende o Parlamento como único modo de captar a opinião pública, 2.7.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 200.

[60] Comunistas derrotados com a vitória de Auro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

[61] SALGADO, Plínio. Rejeita o nome do Professor Brochado da Rocha, 9.7.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 203-207.

[62] Carta de Plínio Salgado a Brochado da Rocha, 11.7.1961. Apud: SALGADO, Plínio. Explica a atitude pessoal, como líder do Grupo Parlamentar dos Pequenos Partidos, 12.7.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 209-210.

Andrade e Brochado da Rocha), ele foi o único partido a votar unificadamente, levando *A Marcha* a afirmar que o PRP era o único a se manter *"invariavelmente unido, coeso, unânime e coerente"*.[63]

A partir de então, o discurso integralista é crescentemente oposicionista, chegando, no limite, a negar a legitimidade do governo Goulart, ainda antes do restabelecimento do regime presidencialista. Ainda em julho, por exemplo, *A Marcha* transcreveu um artigo do jornal oposicionista *Correio da Manhã* qualificando Goulart de "usurpador" e "conspirador convicto" e responsabilizando-no pelo "*sangue das vítimas iludidas, inocentes"* que seria derramado.[64] No mês seguinte, o jornal anunciava que *"a quartelada está próxima"*, responsabilizando o Presidente e o Primeiro Ministro pela "subversão da ordem":

> A Nação assiste, estarrecida, à gestação perigosa do processo de coação ao Congresso Nacional. Agora já não há mais segredos. A coisa é feita às claras, com prognósticos os mais sombrios (...) A gestação de tão pernicioso fantasma se processa, exatamente, há um mês e meio. Desde que o sr. Brochado da Rocha assumiu a Presidência do Conselho de Ministros. Dando mostras de seu "patriotismo" caudilhesco, Brochado está desempenhando perfeitamente o papel que lhe confiou o presidente da República. Pouco lhe importa saber que perderá o emprego. O que interessa é representar com êxito a peça que decorou com o auxílio prestimoso do "ponto" e diretor do espetáculo, que é o sr. João Goulart. O resto, isto é, a parte de promoção, os espoletas se encarregam.[65]

O discurso integralista passou a apontar a iminência de uma ruptura da ordem estabelecida, provocada pelos comunistas: *"O inimigo já penetrou em nossa cidadela. Nossas defesas estão ameaçadas de ruir. E a este estado de coisas, o Governo Federal, impassível, quase complacente, quase compactuando com o inimigo"*.[66] A campanha pela antecipação do plebiscito era apontada como principal origem do suposto agravamento da crise institucional: "*O plebiscito, de reivindicação justa, passou, nas bocas e nas mãos dos agitadores, a mero pretexto de confusão, demagogia eleitoreira e aberto convite à baderna, à mazorca, à convulsão nacional"*.[67] A antecipação do Plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, passou a concentrar as atenções. A posição assumida pelos integralistas pode ser considerada surpreendente, já que até então o PRP vinha defendendo a manutenção do regime parlamentarista: a partir de novembro, as manifestações

---

[63] Idéias não são metais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.7.1962, p. 1. A mesma tese era difundida na matéria: PRP unânime contra Brochado da Rocha. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.7.1962, p. 1.
[64] Ato de acusação. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.7.1962, p. 4.
[65] A quartelada está próxima. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.8.1962, p. 1.
[66] O começo do fim. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 23.8.1962, p. 1.
[67] O Brasil precisa andar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 1

integralistas concentraram-se na pregação do voto nulo, baseado no não reconhecimento do Plebiscito, como evidencia um editorial de *A Marcha*:

> Devemos votar pelo Presidencialismo ou pelo Parlamentarismo? Eis a pergunta que se põe diante dos integralistas de todos o País. Entretanto, nada mais fácil do que responder à luz da doutrina que propugna por uma Democracia Orgânica. Não somos nem pelo Presidencialismo, nem pelo Parlamentarismo, porque somos pelo Integralismo. Então, vem outra pergunta: qual o motivo pelo qual a Bancada do PRP, liderada pelo seu próprio Chefe, aprovou o Ato Adicional que instituiu no Brasil o sistema parlamentar? Resposta: aprovou, assumindo uma atitude de caráter circunstancial. Estávamos às portas de uma guerra civil, da qual tirariam vantagens os comunistas. Urgia encontrar uma solução que harmonizasse as duas partes adversárias. Os Ministros Militares temiam que o sr. João Goulart praticasse na Presidência da República uma política esquerdista, diziam mesmo, comunizante. Para garantir a posse do então vice-presidente da República, urgia encontrar uma fórmula mediante a qual se controlassem os atos do Poder Executivo. A fórmula que a todos pareceu a mais indicada foi o Parlamentarismo. A Bancada Integralista na Câmara julgou essa medida capaz de solucionar a crise. O Parlamentarismo, entretanto, não tem funcionado como se esperava, dadas as perturbações promovidas pelo Presidente da República e (por que não dizer?), pelo Partido Comunista que hoje orienta e domina a política federal. O Ato Adicional determinava que o Povo fosse consultado através de um plebiscito, nove meses antes de terminar o mandato presidencial. Mas debaixo de pressões de todos os gêneros e modos, o Congresso capitulou, marcando a consulta ao povo para 6 de janeiro p.v. **E os integralistas? Só têm uma maneira para se conduzirem em tal plebiscito, não se manifestando nem por uma forma nem por outra. Apenas escrevendo na cédula a palavra Integralismo**. Eis tudo.[68]

Por sua vez, a Convenção Regional do PRP no Rio Grande do Sul considerou o Plebiscito *"como uma farsa, uma mentira, um embuste, que não merece ser levado a sério"*, recomendando aos partidários que *"se abstenham de votar em 6 de janeiro próximo, ficando ressalvado que os companheiros que são obrigados a comparecer às urnas, especialmente os funcionários públicos, deixem de assinalar a cédula oficial, votando, assim, em branco"*.[69] Em vista da diversidade de posições assumidas, no entanto, o Diretório Nacional emitiu uma Nota Oficial liberando seus filiados a votarem de acordo com suas preferências, considerando que *"em termos doutrinários"*, *"o problema não está nem no Presidencialismo, simples formas, e não substâncias de governo"*, e que *"não envolve matéria outra senão técnica governamental, sem atingir a essência do regime democrático"*.[70]

As posições contraditórias assumidas em relação ao Plebiscito não implicaram em qualquer tipo de abrandamento da oposição que o partido fazia ao governo Goulart, como

---

[68] O plebiscito. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.11.1962, p. 3. Grifo meu.
[69] Recomendação do PRP sobre o Plebiscito, 9.12.1962 (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Regional).
[70] O PRP e o plebiscito – Presidencialismo e Parlamentarismo: teses de superfície. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.12.1962, p. 1.

revela a posição assumida quando da indicação de Hermes Lima para o cargo de Primeiro Ministro. Salgado posicionou-se contra sua indicação,[71] e, posteriormente, contra a aprovação do Gabinete por ele apresentado, embora nesta última votação tenha havido divergência no interior da Bancada, levando-no a assumir uma posição incomum: *Resolvemos que aqueles que votaram já contra o Primeiro Ministro* [na primeira votação], *estando aqui presente, devem seguir a linha de coerência e votar contra o Gabinete. Mas se algum membro da bancada esteve ausente, este, portanto, liberado e fica-lhe livre e inteiramente aberto o terreno para que também considere, para que reflita, para que interprete e para que dê o seu voto com plena liberdade"*, concluindo que *"de modo geral* [sic], *a bancada vota contra e é sempre com pesar que o fazemos"*.[72] Fica claro, assim, que o partido enfrentava divergências internas e Salgado tinha dificuldades para impor a disciplina, mesmo no âmbito da Bancada Federal.

É importante destacar que as posições assumidas pelo partido no decorrer do segundo semestre de 1962 evidenciam que o rompimento com o governo Goulart ocorreu ainda durante o período parlamentarista, em particular após a queda do Gabinete liderado por Tancredo Neves, e que ainda neste período os integralistas começaram a questionar diretamente a legitimidade daquele governo e a denunciar a existência de um suposto plano golpista a ser executado a partir do governo ou com sua cumplicidade, argumento que seria desenvolvido durante o ano seguinte e até o golpe de Estado em 1964.

8.1.5 As eleições estaduais de 1962

Em janeiro de 1962, Salgado lançou mais uma campanha financeira, com a finalidade específica de viabilizar a eleição de uma "grande bancada", apontada como uma arma necessária em um "período de desagregação", no qual estaria *"o princípio de autoridade quase destruído e os costumes em franca dissolução, com símile unicamente nos tempos da decadência do Império Romano"*.[73] Salgado foi lançado candidato a deputado federal pelo estado de São Paulo, abrindo caminho para a candidatura do presidente do INIC, Ivan Luz, pelo Paraná. Salgado justificou sua candidatura perante seus eleitores como parte da luta pelo corporativismo: *"Apresento um critério de representação*

---

[71] SALGADO, Plínio. Analisa o Parlamentarismo e nega aprovação ao nome do Professor Hermes Lima, 28.12.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 215-216.
[72] SALGADO, Plínio. Analisa o pronunciamento do Professor Hermes Lima e tece considerações sobre a liberdade de votação no Partido de Representação Popular, 6.12.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 217-219.
[73] Missão do PRP: reconstruir a dignidade humana. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.2.1962, p. 2.

orgânica do Povo mediante a criação de uma Câmara Econômica em que se representem diretamente as categorias econômicas e culturais do País".[74]

A eleição para os governos estaduais foi marcada pela crescente polarização que contrapunha os grupos que apoiavam o governo Goulart e a oposição de direita. Esta última não se restringia à UDN e seus aliados históricos, mas, em diversos estados, contava também com os setores majoritários do PSD, descontentes com o que qualificavam como "radicalização" do governo Goulart. Assim, há um claro sentido na política de alianças do PRP, com a concretização de alianças, na maior parte dos estados onde ocorreu eleição para governador, com os udenistas e/ou os pessedistas, como evidencia a Tabela 29:

TABELA 29 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1962

Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Amazonas	Paulo Pinto Ney	PSD	UDN	Não
Bahia	Antonio Lomanto Júnior	UDN	PTB – PR - PST	Sim
Ceará	Virgílio Távora	PSD	UDN - PTN	Sim
Espírito Santo	Francisco Lacerda de Aguiar	PTB	PDC – UDN - PSP	Sim
Pernambuco	João Cleofas	UDN	PR - PSD	Não
Piauí	Petrônio Portela Nunes	PSD	UDN – PDC	Sim
Rio de Janeiro	Paulo Fernandes	PSD	PRT	Não
Rio Grande do Sul	Ildo Meneguetti	PSD	PL – PDC – UDN	Sim
São Paulo	Adhemar de Barros	PSP	PSD	Sim
Sergipe	Sem Diretório	-	-	-

Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.

Mais uma vez, o PSD foi o aliado principal, tendo seus candidatos sido apoiados pelos integralistas em cinco estados, afora São Paulo, onde tanto o PRP como o PSD apoiaram o pessepista Adhemar de Barros. Em outros dois estados, o PRP apoiou os candidatos da UDN e, mesmo no Espírito Santo, único estado onde apoiou um petebista, deve-se observar que ele foi sustentado por uma coligação conservadora. Destaca-se ainda o fato de que, dentre os nove estados onde apoiou candidatos, os mesmos foram eleitos em seis, dentre os quais São Paulo e Rio Grande do Sul, cuja eleição teve grande repercussão na política nacional, já que os governadores eleitos propunham uma acirrada oposição contra o governo Goulart.[75]

[74] Discurso de Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 019.015.001).
[75] Os governadores do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Ildo Meneguetti e Adhemar de Barros, formariam um eixo de apoio ao golpe de 1964, juntamente aos governadores da Guanabara (Carlos Lacerda) e de Minas Gerais (Magalhães Pinto), ambos eleitos em 1960.

Especialmente expressiva do rompimento com os setores governistas era a participação do PRP na coligação conservadora constituída no Rio Grande do Sul para enfrentar o candidato do então governador Leonel Brizola, de cujo governo o PRP participara por quase três anos. O processo de definição da posição a ser adotada pelo PRP naquele estado foi extremamente polêmico.[76] Em fevereiro de 1962, Hugo Berta, dirigente do partido declarou à imprensa que o partido estava negociando seu apoio ao candidato petebista Egídio Michaelsen, em troca do apoio do PTB a um candidato integralista ao Senado, tendo sido desautorizado pelo Diretório Regional.[77] Berta escreveu a Salgado defendendo o apoio ao PTB, sustentando a tese de que não teria chegado a ocorrer um rompimento formal da coligação.[78] Em nova carta, Berta acusava o Diretório Regional de *"indiferença e continuidade de omissões e atuação inepta para propagar nossa doutrina"* e *"falta de espírito combativo"*.[79] O resultado da Convenção Regional, confirmando a adesão do PRP à aliança antijanguista e antitrabalhista – já antecipada pela assinatura dos membros do PRP indicados pelo Diretório Regional no protocolo de formação da aliança entre os cinco partidos que a constituíram – apenas acirrou o conflito. Eduardo Zasso, dirigente do PRP em Passo Fundo, escreveu a Salgado sustentando a tese de que a maior parte dos militantes do partido apoiava a posição de Juraci Machado, que defendia o apoio ao PTB e estava em aberto conflito com o Diretório Regional: *"O DR está com a situação de direito. Porém, Juraci está com a situação de fato, apesar do resultado da última Convenção Regional. É a conseqüência da lógica das manipulações de cúpula, divorciadas da realidade"*.[80] A crise pública do PRP gaúcho levou à intervenção pessoal de Salgado, que, em uma "mensagem aos integralistas gaúchos", referendava a nova orientação política aprovada pelo Diretório Regional e justificava a aliança concretizada, afirmando que "*nosso dever é unirmo-nos com todos aqueles que se afligem perante essa*

---

[76] Este processo é discutido de maneira mais aprofundada em CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular:* política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Capítulo 4: A construção do Bloco Conservador, p. 129-170.

[77] Política estadual: PTB sonda o PRP. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 22.2.1962 (CDAIBPRP - Recortes).

[78] Correspondência de Hugo Berta a Plínio Salgado, 22.2.1962 (APHRC-Pprp 62.02.22/8). Berta sustentava ainda que o PRP continuava participando do governo Brizola, através de Juraci Machado, presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, omitindo o fato de que sua permanência no cargo contrariava a orientação do Diretório Regional.

[79] Correspondência de Hugo Berta a Plínio Salgado, 19.4.1962 (APHRC-Pprp 62.04.19/1). Durante a Convenção Regional, ocorrida em 5 e 6 de maio, Berta retirou sua candidatura a deputado estadual em protesto contra a atuação do Diretório Regional. Discurso de Hugo Berta à Convenção Regional (APHRC-Pprp 62.05.11/5).

[80] Correspondência de Eduardo Zasso a Plínio Salgado, 31.7.1962 (APHRC-Pprp 62.07.30/8).

ameaça às instituições democráticas e à intangilibilidade das tradições do Brasil" e exortando à disciplina: *"Lutai com bravura e disciplinadamente por vossos candidatos a Governador, a Senadores e a Deputados. Sede leais com vossos aliados. Guardai a vossa doutrina no fundo das vossas mentes e pregai-a por todos os recantos da terra gaúcha. Esta é a mensagem que vos envio nesta hora grave da vida nacional"*.[81] Ainda assim, de acordo com a historiadora Claudira Cardoso, *"a participação do PRP na campanha foi um tanto quanto tímida, pois parte dos diretórios municipais seguiu dando apoio a Juracy Machado"*.[82] Machado foi incluído na chapa do PTB como candidato a deputado estadual,[83] e publicou inúmeros "apedidos" na imprensa atacando o Diretório Regional do PRP, tendo sido expulso do partido após a realização da eleição, junto com diversos outros dissidentes. Verifica-se, assim, que os interesses particulares gerados no contexto da ocupação de cargos governamentais durante o governo Brizola converteram-se em obstáculo à retomada de uma política de alianças com o Bloco Antitrabalhista, em um momento em que os dirigentes do partido consideravam que *"as eleições de 7 de outubro vindouro no Rio Grande do Sul serão colocadas em termos ideológicos, o que forçará aos perrepistas uma aproximação com o bloco oposicionista"*.[84] Passada a eleição estadual, o Diretório Regional enviou uma orientação aos diretórios municipais relativa às eleições municipais de 1963, recomendando *"manter a Ação Democrática Popular e só em último caso, realizar coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro, a menos que este apóie nossos candidatos a prefeito"*.[85]

Também na Guanabara, houve insatisfação com a inclusão do candidato integralista a deputado federal, Jorge Boaventura, na legenda do PSD, levando Salgado a lançar um Manifesto declarando que ficaria *"profundamente magoado* [sic] *com qualquer companheiro que, sob qualquer pretexto, deixe de votar em nosso candidato a deputado*

---

[81] Mensagem de Plínio Salgado aos integralistas gaúchos, s./d. (1962) (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Regional).
[82] CARDOSO, op. cit., p. 150.
[83] Juraci Machado obteve 4.472 votos, ficando na 28ª suplência da bancada petebista. Outro dissidente, João de Paula e Silva, foi candidato a deputado federal pelo PTB e obteve 2.198 votos, sendo o candidato menos votado da legenda do PTB e ficando na 15ª suplência. O fraco resultado eleitoral obtido por ambos não deve levar à subestimação do prejuízo gerado pela dissidência ao PRP, já que a publicação na imprensa de suas críticas desmentia a imagem de um partido "unido e coeso", tão desejada pelo PRP.
[84] Cf. matéria do *Jornal do Dia*, Apud CARDOSO, op. cit., p. 130.
[85] Orientação sobre as eleições municipais de 1963, 9.12.1962 (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Regional).

federal, professor Jorge Boaventura, inscrito na legenda do PSD, por acordo com o PRP".[86]

Em São Paulo, o apoio a Adhemar de Barros era justificado pelo tom anticomunista de sua campanha, e também, pela crítica ao seu principal adversário, Jânio Quadros. *A Marcha* sustentava que *"a vitória eleitoral de Adhemar de Barros em São Paulo (...) significará um golpe de morte no processo de bolchevização por que passa o país"*.[87] Em sua última edição antes da eleição, *A Marcha* apresentava como manchete principal a ameaça "*Com Jânio eleito, o Brasil correrá perigo de sangue*".[88]

8.1.6 O PRP nos governos estaduais (1963-66)

Passadas as eleições estaduais, *A Marcha* destacava o fato de que em quatro estados o resultado eleitoral foi determinado pelo apoio do PRP ao candidato vencedor: *"os candidatos eleitos em São Paulo (Adhemar de Barros), Espírito Santo (Francisco Lacerda de Aguiar), Rio Grande do Sul (Ildo Meneguetti) e Bahia (Lomanto Júnior) conseguiram a vitória por diferença de votos que comprova terem sido na realidade eleitos pela soma de votos dados pelo PRP, o qual, em todos esses casos, foi fiel da balança"*.[89] Foi exatamente nestes quatro estados que o PRP foi chamado a integrar os governos estaduais. No Rio Grande do Sul, couberam ao PRP as secretarias da Fazenda e da Administração, ocupadas, respectivamente, por Emílio Kaminski e Antonio Pires, além da presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ocupada por Bernardino Comte. Em outubro de 1963, o *Boletim do PRP* publicou uma relação de 23 cargos ocupados pelo PRP, incluindo, além dos acima citados, a presidência do Instituto de Presidência do Estado e diretorias da Comissão Estadual de Silos e Armazéns, do Departamento de Imprensa Oficial, da Junta Comercial do Estado e da Caixa Econômica Estadual.[90] Em 1964, com a saída de Kaminski do secretariado, Alberto Hoffmann ocupou a secretaria da Economia, entre fevereiro e julho e, simultaneamente, a secretaria da Fazenda, entre maio e junho.[91] A reestruturação do secretariado, ocorrida em julho daquele ano, provocou a redução da

---

[86] Aos companheiros da Guanabara. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 3. Boaventura obteve apenas 3.651 votos, ficando como 4º suplente da Bancada do PSD.
[87] Adhemar e Lacerda unidos contra o comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1962, p. 1.
[88] Com Jânio eleito, o Brasil correrá perigo de sangue. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.10.1962, p. 1.
[89] PRP (175 mil votos) decidiu em São Paulo vitória de Adhemar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.10.1062, p. 1.
[90] Participação do PRP no governo gaúcho. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.
[91] Realizações do Deputado Alberto Hoffmann nas secretarias da Economia e da Fazenda. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jul./ago. 1964, p. 4.

participação do PRP no governo, o que motivou o Diretório Regional a enviar uma carta ao governador em protesto contra a *"considerável diminuição na participação do PRP em seu governo"*.[92] O governador respondeu elogiando a atuação dos integralistas no governo e afirmando que "*se, na reorganização do secretariado não mantive a todos nos cargos que ocupavam, ou se não conservei nas mãos desse partido o mesmo número de secretarias, não decorreu isso do intento de diminuir a sua participação no Governo, mas da diminuição do número de Pastas de que podia dispor, diante da integração no Secretariado de outras correntes políticas"*.[93] Mesmo insatisfeito, o partido seguiu apoiando Meneguetti e participando de seu governo durante todo seu mandato.

No governo de Adhemar de Barros em São Paulo, o PRP recebeu a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, ocupada por Damiano Gulo; e a presidência do Instituto de Previdência do Estado, com Ruy Arruda. No entanto, ainda em julho de 1963, o governador paulista solicitou a Salgado que o PRP abrisse mão temporariamente da Secretaria, para que o governo pudesse incorporar outras correntes e obter maioria na Assembléia Legislativa: *"se o senhor estiver de acordo, eu promoveria o nosso Damiano Gulo para uma Secretaria melhor num futuro próximo e, nesse intervalo, eu o colocaria em uma Diretoria do Banco do Estado de São Paulo"*.[94] Salgado respondeu deixando ao arbítrio do governador a solução do caso[95] e, efetivamente, Gulo deixou a secretaria e assumiu a direção da Carteira de Crédito Geral do Interior do BANESPA,[96] na qual permaneceu até abril de 1964, quando assumiu a presidência da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho em São Paulo, nomeado pelo governo militar. Rui Arruda foi demitido da presidência do IPESP em maio de 1964.[97] Salgado, por sua vez, passou a continuamente solicitar pequenos favorecimentos ao governador paulista. Em abril de 1964, telegrafou-lhe, *"informado Diretor Geral Secretaria Segurança Afrânio vai ser aposentado, venho pedir maior empenho interesse nossa causa seja nomeado atual detentor esse cargo doutor Enéias Ribas Almeida. (...) Meu partido todo país ficaria descontente caso Enéias não seja aproveitado"*.[98] Em 1965, tais pedidos se tornaram tão

---

[92] O PRP e o Governo do Estado. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jul./ago. 1964, p. 3.
[93] Idem, ibidem.
[94] Correspondência de Adhemar de Barros a Plínio Salgado, 30.7.1963 (APHRC-Pprp 63.07.00/1).
[95] Correspondência de Plínio Salgado a Adhemar de Barros, 31.7.1963 (APHRC-Pprp 63.07.31/1).
[96] Assumiu a direção da Carteira de Crédito Geral do Interior. *Diário do Comércio*, São Paulo, 14.8.1963 (APHRC-FPS 114.4.REC 63).
[97] Galopinho. *Última Hora*, São Paulo, 19.5.1964 (APHRC-FPS 114.5.REC 64).
[98] Telegrama de Plínio Salgado a Adhemar de Barros, 15.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.15/1).

recorrentes que Salgado chegou a propor um mecanismo regular para o encaminhamento de tais pedidos:

> O fato de ter eu andado, de cidade em cidade, dando ampla cobertura à propaganda de V. Excia na campanha eleitoral para Governador (...) cria-me uma situação a que não posso furtar: a de receber inúmeros pedidos para os vários setores da administração, aliás todos pequenos, sem importância, mas que devem ter uma resposta. Não posso dizer que o Governador não me atende e por isso não posso encaminhar tais pedidos. Não me acreditariam, dadas as referências elogiosas que faço ao Governador e o ardor com que me entreguei para alcançar sua vitória eleitoral. Achando-me eu em Brasília, onde cumpro meu dever, sem interrupções, de representante de São Paulo, desejo, para tirar-me de tão constantes e pequenas aflições, designar um amigo de nossa mútua confiança para encaminhar a V. Excia. e acompanhar a tramitação de tais pedidos. Ninguém mais indicado do que o Dr Damiano Gulo, nosso amigo comum, a quem enviarei daqui por diante todas as solicitações e postulações que receber de todo o Estado. Rogo a V. Excia atendê-lo uma duas vezes por mês e colher com boa vontade os assuntos que, em meu nome, ele lhe propuser.[99]

É certo que o desenvolvimento de uma política clientelista não era uma novidade na trajetória perrepista, tendo em vista a criação da Secretaria Nacional de Assuntos Pessoais do PRP, em 1959. Ainda assim, a solicitação feita ao governador paulista é expressiva da enorme importância do atendimento destes favores na dinâmica partidária, a ponto de levar o "Chefe Nacional" a subordinar-se a um líder político de outro partido para solicitar-lhe que tais pedidos fossem encaminhados.

Na Bahia e no Espírito Santo, a participação integralista nos governos estaduais foi bem mais modesta, havendo poucas informações na documentação partidária. Em março de 1965, Salgado solicitou ao governador baiano Lomanto Júnior *"a escolha de um dos dez deputados que apoiaram a sua candidatura para Secretarias de Estado, o que abriria vaga para o Dr. Rubem Nogueira, do meu partido, que está na 1ª suplência"*,[100] no que não foi atendido. Em correspondência enviada em maio de 1963, Salgado afirmava que o PRP participava do governo do Espírito Santo com uma secretaria de estado e duas autarquias, e da Bahia, com uma secretaria de estado, mas não informava quais secretarias eram.[101] Também o jornal *A Marcha* não publicou nenhuma informação sobre a participação integralista nestes governos, o que sugere que tenha sido pouco relevante, principalmente em comparação com a participação nos governos paulista e gaúcho, consideradas estratégicas por Salgado, levando-o a registrar: *"estabeleci ligação firme e*

[99] Correspondência de Plínio Salgado a Adhemar de Barros, 5.4.1965 (APHRC-Pprp 65.04.05/1).
[100] Correspondência de Plínio Salgado a Lomanto Júnior, 30.3.1963 (APHRC-Pprp 63.03.30/2).
[101] Correspondência de Plínio Salgado a Waldemar, 11.05.1963 (APHRC-Pprp 63.05.11/25).

forte com os governadores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, o que constitui uma garantia para o Brasil".[102]

8.1.7 Novo movimento pela retomada do legado integralista

A retomada da simbologia integralista, promovida pela direção do movimento entre 1957 e 1958, deu resposta a um crescente descontentamento de uma expressiva parcela da militância com a opção por uma estratégia que não colocava diretamente a perspectiva de construção de um poder integralista. No entanto, como vimos, em virtude dos compromissos institucionais assumidos e da dependência em relação aos cargos em governos, a direção integralista logo abandonou aquela compensação simbólica, aprofundando a opção institucional e a subordinação aos grupos políticos predominantes. Em vista disto, a partir de 1960 começou a tomar força um novo movimento pela retomada do projeto integralista nos moldes assumidos pelo movimento nos anos 30, colocando abertamente como objetivo a construção do "Estado Integral" e deixando de priorizar a política institucional. Em agosto daquele ano, *A Marcha* publicou um artigo do militante integralista Carlos Matheus defendendo a organização de "um autêntico partido integralista", criticando abertamente as deficiências do PRP:

> Organizado no molde das agremiações liberais, o Partido de Representação Popular, se desempenhou o importantíssimo papel de advogado do integralismo, não lutou, entretanto, por aplicações práticas da Doutrina que defende, não as realizando nem sequer na sua estrutura interna. Reconhecemos que foi imenso o seu trabalho. Vem lutando, nestes 15 anos, contra as baterias sempre assentadas da difamação e da intriga, tendo vencido por unanimidade, na Justiça, o processo do seu fechamento. Todavia cremos que é chegado o momento de perguntarmos se não fomos precavidos demais e se não nos deixamos contaminar também por alguns dos males que grassam nessas frações social-democráticas, desestímulo a todo trabalho profícuo e dignificante. Os integralistas do PRP vivem atualmente duas vidas: a vida ideal dos seus sonhos e das suas convicções doutrinárias, e a vida concreta de um partido desajustado.
>
> O que falta ao nosso partido é integralismo, é uma verdadeira organização integralista. (...) A conquista de uma nova ordem social integralista há de ser, forçosamente, uma conquista por etapas, que há de culminar, de acordo com as nossas perspectivas atuais, na superação do regime salarial, pelo desaparecimento da classe exploradora burguesa e pela harmonia perfeita entre capital e trabalho, numa visão muito mais profunda da natureza da propriedade privada. Diante da futura realização integralista, o capitalismo se mostra revoltante e o comunismo ridículo e mesquinho
>
> No presente, entretanto, o Movimento ganhou muito mais organicidade quando foram criadas a Confederação dos Centros Culturais da Juventude e a União Operária e Camponesa do Brasil. É preciso, porém, para que o Movimento cresça e ganhe consistência, uma ação muito mais atuante no panorama nacional, que se defina sobre os

[102] Idem, ibidem.

> grandes problemas brasileiros (...) É necessário ainda que a UOCB participe ativamente das lutas do proletariado, colocando-se na vanguarda dos trabalhadores, e que o Partido dê cobertura política às grandes lutas de base do nosso movimento, dinamizando o processo de ascensão do Integralismo ao poder. Cabe, por outra parte, aos Centros Culturais, intensificar o trabalho teórico a fim de proporcionar uma melhor divulgação das nossas idéias e das nossas soluções para todos os problemas sociais, o que virá a constituir material importantíssimo para uso dos nossos líderes, sobretudo operários e camponeses. Esses organismos, completados pela criação do Instituto de Estudos Integralistas, formados pela mais alta elite intelectual do Movimento, que se dedicaria a pesquisas doutrinárias, constituiriam o instrumento atual da realização dos destinos históricos do Integralismo.[103]

Não deixa de ser surpreendente a publicação de um artigo com tais propostas em *A Marcha*, em um momento de aprofundamento da opção institucional do partido. Uma explicação possível é que a direção integralista – e com ela a editoria do jornal – preferiam fazer parecer à militância que continuava aberta a possibilidade de uma reestruturação em moldes integralistas, para evitar o rompimento das parcelas da militância mais críticas da opção institucional.

Matheus explicitava o alcance de suas propostas: "*é preciso que fique bem claro:* ***nós queremos mudar o regime e alterar a estrutura da nossa sociedade****. Os sindicatos e as corporações serão formas autênticas de manifestação popular, liquidando-se a interferência do poder econômico e da propaganda dirigida na formação da opinião pública".*[104] Semanas depois, na mesma edição em que *A Marcha* estampava na capa seu apoio às candidaturas presidenciais de Lott e Goulart, era publicado um artigo que afirmava que *"o integralismo jamais alcançaria os seus objetivos doutrinários e programáticos, se os que nele crêem se transformarem em politiqueiros carcomidos pelos males da politicalha liberal ou se corrompessem no ambiente comodista regido pela lei da inércia e com isso, perdessem o sentido da personalidade ideológica sem a qual o Movimento não atenderia as soluções reclamadas pela Revolução Brasileira".*[105] Em outro artigo, Carlos Matheus apresentava sua proposta de "revitalização" do integralismo:

> O Integralismo como doutrina reage contra a corporificação de idéias da classe dominante e, como movimento político, contra a forma organizatória prevalente e as suas conseqüências econômicas, políticas e sociais. Todavia, o partido de que o integralismo se vale – o PRP – não tem correspondido às necessidades de atuação e participação no processo brasileiro. Não se assustem os companheiros que não estou pedindo o fechamento do PRP – pelo menos por enquanto – mas a sua revitalização. E como

---

[103] MATHEUS, Carlos. Por um autêntico partido integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.8.1960, p. 3.
[104] MATHEUS, Carlos. A Revolução Integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.9.1960, p. 3. Grifos meus.
[105] OLIVA, Carlos. Criteriologia para a expansão integralista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.9.1960, p. 2. Oliva afirmava ainda que "*seria um contra-senso o ecletismo do Movimento Integralista em face da burguesia liberal (...) porque isto resultaria no atraso da Marcha Integralista em Direção ao Poder"*.

> conseguiríamos isto? A meu ver, criando, imediatamente, um movimento integralista fora dos quadros partidários que procuraria recuperar todos aqueles que por fraqueza revolucionária afastaram-se do integralismo militante. E este movimento deverá articular-se, sem demora, com a participação de todos os integralistas.[106]

Também foi publicada uma carta de uma "ex-companheira" que rompeu com o partido em protesto contra o que qualificou como uma negociata, a troca de apoio a Lott por cargos no governo Kubitschek, com a acusação de que *"o integralismo perdeu a etiqueta, a 'diferença' que o distinguia no cenário político do país. O integralismo de hoje calça chinelinha e cochila em cadeira preguiçosa"*.[107] Na mesma época, um militante integralista que não aderira ao PRP escrevia a Salgado colocando-se à disposição para militar em um novo movimento, mas estabelecendo como condição que *"deverá acabar o Partido de Representação Popular, onde a indisciplina, o desrespeito e a politicagem imperam"*, e afirmando que *"como eu, centenas de milhares* [sic] *de brasileiros aguardam uma sua nova palavra de ordem*".[108]

Outra proposta de "reformulação integralista" foi apresentada em uma série de artigos publicados por Carlomagno, responsável pela coluna "Doutrina e Ação" de *A Marcha*. Em sua avaliação, *"já não existem justificativas para continuarmos a transigir com o decrépito e ultrapassado liberalismo burguês, que traz à ilharga a podridão capitalista e a tirania soviética"*.[109] Por isto, propunha *"a mudança de nome do nosso Partido"*, para "*Ação Integralista Brasileira ou Movimento Integralista Brasileiro*".[110] As alianças deveriam ser evitadas, pois *"podem trazer, em alguns casos, resultados positivos, do ponto de vista do imediatismo eleitoreiro, porém, resultam sempre num desgaste do nosso Partido perante a opinião pública. (...) Tal atitude de transigência com os liberais de vários matizes levou-nos, pouco a pouco, ao quase total abandono da luta no sentido da transformação do sistema econômico, político e social da Nação"*.[111] Em termos de organização interna, uma série de medidas deveria ser tomada para restabelecer a

---

[106] MATHEUS, Carlos. Depois das eleições. A Marcha, Rio de Janeiro, 28.10.1960, p. 3.
[107] Carta de uma ex-companheira. A Marcha, Rio de Janeiro, 7.10.1960, p. 3. A Carta foi publicada na coluna "Doutrina e Ação", e seu titular, Carlomagno, justificou sua publicação afirmando que *"ao contrário da 'sadia' imprensa burguesa, não arrolhamos aqueles que de nós divergem, não silenciamos suas opiniões"*. Mesmo assim, sua resposta concentrou-se na desqualificação da autora, chegando a colocar em dúvida se ela de fato fora integrante do movimento, já que teria grafado a palavra "integralismo" com inicial em minúscula.
[108] Correspondência de Armênio Clóvis Jouvin a Plínio Salgado, 14.10.1960 (APHRC-Pprp 60.10.14/2).
[109] CARLOMAGNO. Doutrina e Ação. A Marcha, Rio de Janeiro, 28.10.1960, p. 3.
[110] Idem, ibidem. Carlomagno esclarecia que *"A idéia dessa mudança de denominação do instrumento político do integralismo, aliás, não é do cronista, mas dos companheiros de Recife e de Belo Horizonte"*.
[111] CARLOMAGNO. Nossos principais erros. A Marcha, Rio de Janeiro, 11.11.1960, p. 3.

disciplina, como *"o estabelecimento da Carteira Integralista"* e a proibição de entrada nas sedes dos militantes que "*se atrasam no pagamento das suas mensalidades"*.[112] No início de 1961, às vésperas da Convenção Nacional do partido, Carlomagno avaliava que o partido estava numa encruzilhada e reafirmava sua proposta:

> Ou volta às fontes puras e cristalinas da Doutrina Integralista; mudando de nome, repudiando os métodos políticos liberais e rompendo as baterias contra os restos deste monstruoso e estúpido sistema capitalista-burguês que escraviza a Nação, ou continua estiolando-se, desgastando-se e agonizando com as transigências, acomodações e acordos interpartidários, os quais, se alguma vantagem podem oferecer do ponto de vista do imediatismo político, muito caro nos custam, pois são pagos com a moeda do desprestígio perante a opinião pública.[113]

No Paraná, o Diretório Regional do PRP chegou a instituir um "*ritual a ser obedecido em todas as sessões doutrinárias, cívicas e comemorativas, nas convenções e comícios do PRP daquele estado"*.[114] O presidente do Diretório Municipal de Curitiba sustentava que "*A Revolução que atualmente se opera dentro da Revolução Integralista* [sic] *é no sentido de transformar o Partido de Representação Popular em núcleo de arregimentação do Movimento Integralista, para ser possível aquilo que almejamos desde 1945, o reinício da grande marcha"*.[115]

Este conjunto de manifestações veiculadas no jornal *A Marcha* no segundo semestre de 1960 deixaram de ser noticiados no ano seguinte. Como discutimos anteriormente, nos primeiros meses do governo Goulart, a prioridade da direção perrepista era continuar integrando o governo federal. O descontentamento da militância e as propostas de retomada integralista não diminuíram no decorrer de 1961, como evidenciam as correspondências enviadas a Salgado, ainda que as críticas ao PRP e a discussão sobre os rumos do movimento tenham desaparecido da imprensa partidária.[116] Em fevereiro, Eraldo Staub, militante integralista gaúcho, escreveu-lhe comunicando seu "*desligamento dos quadros partidários, já que não reconheço autoridade moral nos componentes da seção do Rio Grande do Sul"*, e afirmando que "*muitos dos nossos assemelham-se aos burocratas soviéticos"*, e que "*a insensibilidade moral dos pró-homens do PRP chegou a tal ponto que os presidentes do IPASE e INIC não tiveram pejo em continuar nos cargos,*

---

[112] CARLOMAGNO. Idéias para a reformulação. A Marcha, Rio de Janeiro, 18.1.1960, p. 3.
[113] CARLOMAGNO. Duas Convenções. Seção Doutrina e Ação. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.1.1961, p. 3.
[114] Atividades do PRP no Paraná. A Marcha, Rio de Janeiro, 23.12.1960, p. 2.
[115] ALBUQUERQUE, Ruy Cavalcanti. A Revolução Atual. A Marcha, Rio de Janeiro, 23.12.1960, p. 2.
[116] A única iniciativa de Salgado em 1961 visando atender, muito limitadamente, as demandas colocadas pela militância integralista, foi a criação do "Movimento de Reconstrução Nacional", que será discutido na próxima seção.

quando da mudança do governo federal: preferem ser corridos como cães", concluindo que o próprio Salgado foi omisso e conivente.[117] Outro militante propôs o fechamento do PRP, ao que Salgado respondeu: *"A sua idéia de fechar o PRP e só nos entregarmos à doutrinação integralista, entendo-a muito radical e contraproducente. O que devemos fazer é conciliar os dois tipos de ação. O PRP, pelo menos, com todos os seus defeitos, deu-me, por exemplo, a possibilidade de fazer alguns discursos integralistas na Câmara Federal: sobre a Câmara Econômica, sobre a Criteriologia Integralista, sobre Política Internacional"*.[118] Em outra carta, um dia depois, afirmou que *"não podemos prescindir do PRP,* ***que é apenas um setor da AIB****,* [sic] *para nos dar representação no parlamento. Cumpre é desenvolver os Centros Culturais e a União Operária e Camponesa, propagar A Marcha, difundir nossos livros"*.[119]

O desestímulo de Salgado não impediu iniciativas como a formação de movimentos pela reconstrução da AIB, como o "Comitê Pró-Reformulação Integralista", que enviou um extenso questionário aos integralistas indagando se estavam satisfeitos com a ação e com a linha política do PRP. Dentre as questões, perguntava-se: "*Está satisfeito com a atuação dos parlamentares?*", "*Deve participar de outros governos?*", "*Deve continuar firmando alianças?*", "*O PRP deve ter seu nome mudado para Movimento Integralista Brasileiro?*".[120] Como alternativa, propunham "*o retorno à linha de combate sistemático ao regime liberal vigente (e, conseqüentemente, ao governo e aos partidos), pugnando pela implantação da Democracia Orgânica como única solução para os problemas do Brasil*".[121] Já na cidade de Caruaru (PE), foi formado *"um grupo para estudar o assunto atinente à volta da AIB"*. Afirmando que *"o PRP vem sofrendo decadência continua"*, o grupo concluiu *"que deve ela voltar e que esse é o momento propício"*, pois, *"como deve ser do conhecimento do prezado Chefe, há em todo o território nacional um grande número de companheiros integralistas que alimentam o desejo justo de ver a ressurreição da Ação Integralista Brasileira tal qual era no passado"*.[122] O grupo reuniu-se em 7 de

---

[117] Correspondência de Eraldo Staud a Plínio Salgado, 22.2.1961 (APHRC-Pprp 61.02.22/1).
[118] Correspondência de Plínio Salgado a Sílvio Fleury, 16.3.1961 (APHRC-Pprp 61.03.16/4).
[119] Correspondência de Plínio Salgado a Hélio Mestrieri, 17.3.1961 (APHRC-Pprp 61.03.17/5). Grifo meu. Fica evidente o malabarismo discursivo de Salgado, apresentando o PRP, como um setor da AIB, uma classificação até então inusitada.
[120] Comitê Pró-Reformulação Integralista – Questionário, s./d. (recebido em 13.4.1961) (CDAIBPRP).
[121] Idem, ibidem.
[122] Correspondência de José Cordeiro de Albuquerque e outros a Plínio Salgado, 7.10.1961 (APHRC-Pprp 61.10.07/8). A correspondência era assinada por 12 integralistas de Caruaru, cinco de outras cidades de Pernambuco e um de Maceió, e relatava também a realização da cerimônia integralista da "Noite dos Tambores Silenciosos", em Caruaru.

outubro para "*comemorar, integralisticamente, a data do Integralismo"*, e reafirmou sua convicção de "*continuarmos na batalha por Deus, pela Pátria e pela Família, na trincheira do Integralismo, e não nessa facção que se liberalizou de mais, chamado PRP"*.[123] Também um dos principais dirigentes do PRP na Bahia, José Penedo, escrevia a Salgado propondo a radicalização do movimento, já em 1962:

> Talvez seja interessante **radicalizarmos** profundamente a nossa posição, nesta fase histórica que estamos vivendo. **Não vale a pena sermos "guardas noturnos" da burguesia nacional.** Ela não o merece. Devemos capitanear um grande movimento de opinião, que estou certo, a longo prazo, surtirá surpreendentes efeitos. Na **hora decisiva contaremos com o apoio da burguesia e dos conservadores**. Dado o imperativo da hora trágica. Não porque nos julguem o ideal, porém para evitar mal maior. Há precedentes históricos.[124]

O integralista Jehovah Gentil da Silveira, de Uruguaiana (RS), escreveu a Salgado, acusando "*os que estão muito bem empregados, recebendo ordenados e comissões polpudas graças ao PRP*", e criticando os rumos do partido:

> Há muito que o nosso partido deixou de se preocupar com a sã doutrina que desposa. (...) Deixaram de doutrinar, conseqüentemente, de fazer novos prosélitos da Doutrina do Sigma, atitude que reputo criminosa. Nós que verdadeiramente sentimos que o PRP deve crescer e se fortalecer em todos os quadrantes da Pátria amada, somos taxados de sectaristas, saudosistas e de somente pensarmos pela forma índio-integralista, julgada extemporânea por muitos. (...) Creio que o integralismo ganharia em extensão e altitude se modificássemos completamente isto que está aí com o nome de Partido de Representação Popular, mas que em verdade não está representando muito bem, para em seu lugar reerguer o monumento histórico da nossa doutrina, da nossa história sacrificial e da nossa honra, a qual nossos adversários, aqueles com os quais hoje andamos de braços dados, tentaram inúmeras vezes denegrir. Sou capaz de afirmar que muito melhor seria se destruíssemos o que está aí com o nome do PRP, para recomeçarmos tudo de novo, com real proveito.[125]

Em outubro de 1962, a passagem do 30º aniversário do movimento integralista não ensejou grandes comemorações como as ocorridas durante o "Jubileu de Prata", em 1957. Ao contrário, a data foi marcada apenas por um discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados[126] e pela publicação de um artigo no jornal *A Marcha.*[127] Nestes dois documentos, a referência e exaltação do passado integralista dos anos 30 não implicavam

---

[123] Correspondência de Júlio Siqueira a Plínio Salgado, 1.11.1961 (APHRC-Pprp 61.11.01/2).
[124] Correspondência de José Penedo a Plínio Salgado, 5.7.1962 (APHRC-Pprp 62.07.05/3). Grifos meus. Ressalte-se a alusão aos "precedentes históricos", uma clara alusão à ascensão dos fascismos europeus.
[125] Carta de Jehovah Gentil da Silveira a Plínio Salgado, s./d. (1962) (APHRC-FPS 043.001.001).
[126] SALGADO, Plínio. *Integralismo:* a mais jovem doutrina política do mundo - Discurso do deputado Plínio Salgado proferido na Câmara dos Deputados em sessão de 6.3.1962. Porto Alegre: Diretório Municipal do PRP, 1962.
[127] SALGADO, Plínio. *O 30º aniversário do integralismo.* Porto Alegre: Diretório Municipal do PRP, 1962. O artigo foi publicado em *A Marcha* em 25.10.1962.

em qualquer iniciativa de reestruturação de um movimento com aquelas características. Pelo contrário, os movimentos concretos do Diretório Nacional do PRP desmentem estas possibilidades, pois até o golpe de 1964 intensificavam as negociações, acordos e alianças com os demais agentes políticos, em particular os do campo conservador e golpista.

Durante o ano de 1963, o contexto de polarização desviou a atenção dos integralistas das questões relativas à estruturação partidária e de uma eventual refundação da AIB. Apenas em 1964, as manifestações pró-AIB voltaram a se intensificar. Uma série de cartas enviadas a Salgado em janeiro daquele ano por integralistas mineiros pedia o restabelecimento da AIB, considerado como necessário para atuar naquele contexto polarizado: "*Mesmo contando com o golpe ou contra-golpe nossos, qualquer deles capaz de nos livrar do comunismo e da anarquia, julgo que o Brasil não pode dispensar a ajuda de todos os bons brasileiros e conseguintemente da Ação Integralista Brasileira em pleno funcionamento*".[128] Seus autores propunham um planejamento com oito etapas, iniciando pelo lançamento de um Manifesto à Nação e pelo restabelecimento da AIB, e apresentavam 98 assinaturas em apoio.[129] Em maio, já no novo contexto criado pelo golpe civil-militar, circulou para recebimento de assinaturas o texto de uma "conclamação", com o propósito de "*trazer à frente de batalha, da batalha desencadeada contra o comunismo e sua nefasta atuação, pelo heroísmo dos nossos Chefes Militares, a Ação Integralista Brasileira, movimento de pura brasilidade, sem par em nossa História, capaz de reavivar a chama de nosso patriotismo, de criar um clima totalmente infenso à deletéria doutrina que a Rússia vem propagando pelo mundo afora*".[130] No entanto, mais uma vez, nenhum destes movimentos foi levado adiante, tendo eles sido claramente desestimulados por Salgado, tanto no contexto pré-golpe como sob a ditadura militar. Certamente isto gerou novas dissidências, ainda que o crescimento da polarização ideológica tenha, provavelmente, contrabalançado tal tendência, já que a partir do final de 1962, e até o golpe militar, o PRP atuou ativamente na campanha contra Goulart.

---

[128] Correspondência de Caetano José de Medeiros a Plínio Salgado, 6.1.1964 (APHRC-Piprp 64.01.06/1).
[129] Correspondência de Caetano José de Medeiros a Plínio Salgado, 11.1.1964 (APHRC-Piprp 64.01.06/1). Dois meses depois, a proposta de Manifesto dos integralistas mineiros contaria com 135 adesões. Cf. Correspondência de Gustavo Lessa a Abel Rafael, 21.3.1964 (APHRC Pprp 64.05.11/2).
[130] Conclamação, 11.05.1964 (APHRC-Pprp 64.05.11/2).

8.1.8 O Movimento de Reconstrução Nacional

Entre 1961 e 1962, Salgado buscou constituir uma resposta às insatisfações e críticas de parte da militância integralista em relação à "acomodação" e "aburguesamento" do PRP. Isto se deu com o lançamento do "Movimento de Reconstrução Nacional", uma espécie de reedição do "Movimento Nacional Brasileiro", articulado em 1957, mas que não chegou a ser publicamente lançado. Em abril de 1961, Salgado manifestou em uma carta sua intenção de *"o mais depressa possível desencadearmos um grande movimento nacional"*, para articular as diversas organizações inspiradas no integralismo:

> Nossas armas são: 1º) Centros Culturais da Juventude (temos de incrementar os existentes e aumentar o número em todos os municípios); 2º) União Operária e Camponesa (precisamos criar assistência médica, dentária, farmacêutica, jurídica; fundar lactários, mobilizar nossas esposas e filhas para vestir e alimentar os pobres; realizar sessões doutrinárias onde se mostre o horror do comunismo principalmente para os trabalhadores); 3º) Livraria Clássica Brasileira (levantarmos subscrições dentro e fora do partido, fora principalmente, para podermos distribuir gratuitamente livros esclarecedores, como a série de traduções que temos editado); 4º) *A Marcha* (conseguir o maior número de assinantes, promover venda avulsa, reservar parte para distribuição gratuita nos meios operários, estudantis e classes liberais; 5º) Rádio (voltarmos a ter um programa nacional que penetre campos e selvas, cidades e fazendas; 6º) Impressos e volantes (temos de multiplicá-los por todo o País; 7º) Comícios (escalar oradores equilibrados, claros e enérgicos para falar em todas as cidades.
>
> O PRP será o instrumento político de tudo isso, sem tornar muito ostensivo o caráter partidário da grande ação de que ele só colherá benefícios, beneficiando, por seu turno, a organização.[131]

A proposta de lançamento do "grande movimento" só foi noticiada em *A Marcha* em novembro, em termos muito semelhantes aos descritos na carta, articulando os diversos movimentos, dentre os quais o PRP como "instrumento político".[132] Outra correspondência enviada por Salgado deixa claro que uma das intenções do lançamento do movimento era esvaziar as propostas de fechamento do PRP:

> Pretender destruir o PRP neste momento é privar a Nação de uma atividade parlamentar por mim disciplinada e que é a mais eficiente no Congresso Nacional. (...) Se não existisse o PRP e eu não estivesse na Câmara, por ocasião da crise político-militar, não estaríamos na guerra civil, com a vitória dos comunistas? [sic] Pois vocês não sabem que fui eu, o meu discurso e minha carta ao Marechal Denys, a minha atuação na Comissão Mista do Senado e Câmara, o fator decisivo para impedir a vitória comunista que viria na crista da guerra civil? Então, como abandonar a realidade que nos chama ao dever para com a Pátria, entregando-nos a sonhos inexeqüíveis, a uma ação fora do campo político, sujeita a incitar uma campanha contra nós, com todas as aleivosias e calúnias que há muitos anos nos perseguem e agora recrudesceriam? Você diz que o momento é de ação.

---

[131] Correspondência de Plínio Salgado a Antonio Lopes Junior, 23.4.1961 (APHRC-Pprp 61.04.23/2).
[132] Combate incessante aos agentes da dissolução. A Marcha, Rio de Janeiro, 23.11.1961, p. 4.

> Então, como se opõe à minha política? Em janeiro, vou lançar um grande movimento superpartidário, mas isso não impede que eu tenha nas minhas mãos um instrumento de fabricar deputados, verdadeiros brasileiros, para agirem no Congresso e nos darem cobertura na batalha.[133]

Em janeiro de 1962, o VI Congresso da CCCJ aprovou um vasto programa de reorganização das suas atividades, apresentado por Carlos Oliva (um dos propositores da "retomada integralista"), partindo da crítica sobre a estagnação do movimento e à *"passividade de sua direção"*, e propondo *"medidas de altos empreendimentos e campanhas substanciosas por parte de sua direção a fim de que consiga fundos financeiros e assim esquematize, desdobre e realize seus planejamentos"*.[134] O programa incluía *"uma campanha de renovação cultural de grande envergadura*", a realização periódica de congressos, concentrações, encontros e caravanas, e a atuação dos águias brancas *"menos nas sedes e mais nos colégios, ginásios e faculdades, participando dos problemas do estudantado brasileiro, oferecendo-lhes soluções e tomando parte ativa nas eleições oficiais de órgãos estudantis"*.[135] Mesmo assim, a julgar pela carência de informações veiculadas por *A Marcha*, é muito provável que a maior parte das atividades previstas não tenha sido efetivada e o movimento tenha se mantido pouco atuante.

Em março, *A Marcha* anunciava para breve o lançamento do Movimento, apresentando-o como uma iniciativa partidária e descrevendo as atividades que o constituiriam e seus objetivos:

> O Partido de Representação Popular, numa iniciativa de larga amplitude, lançará um amplo Movimento de Reconstrução Nacional, abrangendo todos os Estados da Federação e os Territórios, cujas bases já estão sendo organizadas pelos diretórios regionais da agremiação política. Será também lançado um Manifesto à Nação, definindo os erros encontrados na atual administração federal e, principalmente a infiltração de elementos comunistas aos postos-chaves do Governo. O deputado Plínio Salgado e todo o estado-maior integralista percorrerão o Brasil promovendo comícios e conferências em rádios, televisão, sedes de sindicatos e universidades defendendo os pontos de vista do Movimento de Reconstrução Nacional, que se resumem no seguinte:
>
> 1 – Reconstrução da autoridade;
>
> 2 – Reconstrução da ordem e da disciplina;
>
> 3 – Reconstrução da responsabilidade no país.

---

[133] Correspondência de Plínio Salgado a Adelito Xavier Correia, 4.12.1961 (APHRC-Pprp 61.12.04/1).

[134] Programa mínimo dos Centros Culturais da Juventude. A Marcha, Rio de Janeiro, 8.2.1962, p. 2. A maior fonte de recursos da CCCJ era, na realidade, constituída pelas subvenções de verbas públicas destinadas por Salgado, que em fevereiro daquele ano afirmou ter incluído *"no Orçamento da União uma verba, no mínimo, de um milhão de cruzeiros* [R$ 62.637,81], *para que a CCCJ redistribua aos Centros nos estados, e determinei que os deputados estaduais do PRP consigam verbas para o mesmo fim*". Correspondência de Plínio Salgado a Délcio Vieira, 26.2.1961 (APHRC-Pprp 61.02.26/2).

[135] Programa mínimo dos Centros Culturais da Juventude. A Marcha, Rio de Janeiro, 8.2.1962, p. 2.

> Nesta iniciativa, o PRP contará com o apoio das forças políticas de centro-direita, que defendem também, em princípio, o mesmo programa. Alguns líderes dos partidos que gravitam nesta órbita serão convidados a participar dos comícios. Com essa medida aumentaria o número de oradores para mais de quarenta, considerado o suficiente para cobrir todo o país em campanha de esclarecimento do Movimento de Reconstrução Nacional.[136]

Em junho de 1962, finalmente, foi lançado o Movimento de Reconstrução Nacional, com o lançamento de um Manifesto em uma concentração na cidade de Bauru (SP). A escolha da cidade tinha uma importância simbólica, pois o primeiro "mártir" integralista foi morto lá, e o ato público foi realizado junto ao seu túmulo. O longo Manifesto fazia várias referências ao integralismo, tanto simbólicas como de declaração de princípios, mas não encaminhava nenhuma reformulação concreta da estruturação partidária, e mesmo condenando a "política medíocre dos partidos", não ia além de uma conclamação genérica:

> Considerando que não se pode mais perder tempo com a política medíocre dos partidos, com as preocupações em torno de homens e não de idéias, com o facciosismo de campanário e a demagogia eleitoralista, propomos neste instante à Nação Brasileira, com a maior decisão e chamando pela maior urgência, um movimento no sentido de reconstruir tudo o que sentimos destruído em nossa Pátria, lançamos o Movimento de Reconstrução Nacional.
>
> O Movimento de Reconstrução Nacional tem por fim imediato reconstruir a Ordem, uma vez que nosso País se encontra em desordem generalizada; reconstruir a Disciplina sem a qual estamos sendo levados à anarquia; reconstruir a responsabilidade, que hoje se ausenta desde as mais altas camadas das elites dirigentes até aos que exercem quaisquer atividades no País; reconstruir a moralidade, cujo apodrecimento é patente desde a alta sociedade até no seio das classes populares; reconstruir o amor à Pátria e o culto das nossas tradições; reconstruir a virtude quando impera o vício; construir a brasilidade, quando vemos dominar uma onda de cosmopolitismo e de preocupações mais voltadas para outros povos do que para o Brasil; reconstruir a honra, a probidade, a dignidade, o pundonor, o idealismo nacional, a fé mais ardente nos destinos da Pátria.
>
> Com estes princípios objetivos, conclamamos o povo de nossa terra principalmente os pais de família, que pela sua formação cristã são chamados ao bom combate para evitar, enquanto é tempo, as desgraças iminentes que ameaçam o Brasil e ver cerrar fileiras em torno da nossa bandeira em que inscrevemos a trilogia sagrada: Deus, Pátria, Família.[137]

Apesar do longo tempo de preparação para o lançamento do "Movimento de Reconstrução Nacional", seu fôlego foi muito curto, de tal forma que encontramos muito poucas referências a ele após seu lançamento. Pelo contrário, a partir de então o contexto pré-eleitoral concentrou as atenções do partido, e novamente a proposta de um vasto

---

[136] O PRP vai lançar movimento de reconstrução nacional. A Marcha, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 1. Atente-se para a menção às "forças de centro-direita", pouco usual na trajetória integralista, já que o movimento sempre sustentou que a polaridade direita / esquerda era falsa.

[137] Plínio em Bauru preconiza a reconstrução do país. A Marcha, Rio de Janeiro, 14.6.1962, p. 1 e 3.

movimento de articulação dos diferentes "instrumentos" do integralismo foi abandonada. A proposta de constituição deste movimento foi certamente uma resposta muito limitada aos descontentamentos da militância, provavelmente decepcionante para os que pretendiam a imediata refundação da AIB, e talvez por isto não tenha tido maior repercussão.

8.2 O PRP, o golpe e a ditadura militar

O PRP teve uma intervenção relevante no processo que conduziu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, ainda que esta seja praticamente desconsiderada pela historiografia. Esta intervenção se efetivou tanto através das manifestações públicas do partido nos meses que antecederam o golpe, através de manifestos, notas públicas e discursos parlamentares, quanto pela articulação concreta de lideranças integralistas com outros grupos golpistas, sempre tendo como tônica principal o anticomunismo.

8.2.1 A campanha anticomunista e a defesa do golpe militar

A restauração do presidencialismo, determinada pela esmagadora vitória obtida pelo governo no plebiscito de janeiro de 1963, constituiu-se em marco para a adoção de um novo patamar de radicalização do oposicionismo integralista. A partir de então, o governo Goulart seria tratado como um inimigo perigoso, sempre associado ao comunismo, motivo pelo qual jamais se poderia conciliar com ele, com o que progressivamente tornava-se explícita a opção dos integralistas pela alternativa golpista. Reunido em Convenção Nacional em maio de 1963, o PRP produziu uma Nota Oficial *"considerando extremamente grave a situação brasileira"*, propondo *"uma alta política de bom senso e de equilíbrio"*, para evitar *"que o País venha a cair nas mãos da desordem ou na de uma ordem que suprima as liberdades democráticas"* e permitir que sejam restauradas *"a ordem econômica, a ordem financeira, a ordem social, a ordem política, a ordem administrativa, a ordem moral, a disciplina e a hierarquia dos valores"*.[138] Em setembro do mesmo ano, a Bancada do Partido na Câmara Federal lançou outra Nota, em termos ainda mais explícitos, chegando a apelar diretamente para a intervenção das Forças Armadas:

> A Bancada do Partido de Representação Popular na Câmara Federal denuncia à Nação Brasileira a existência e funcionamento de um Soviet em nosso País, nos moldes exatos do que se instalou em Petrogrado em 1917, aqui sob o pseudônimo de CGT.

[138]Nota Oficial da Convenção Nacional do PRP, 21.5.1963 (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Nacional).

> O Soviet acima referido exige neste momento a exoneração do General Peri Constant Bevilacqua do Comando do II Exército, com sede no Estado de São Paulo.
>
> Entende a bancada do Partido de Representação Popular, que, como conseqüência do eventual atendimento a tal imposição esdrúxula perante a lei e os costumes da República, configurar-se-ia situação de inexcedível gravidade, assim resumida:
>
> 1º) Estaria comprometida a autoridade do Exmo. Sr. Presidente da República, Chefe Supremo das Forças Armadas, impossibilitado de, livremente, como é de sua competência constitucional, escolher os comandantes das Três Armas;
>
> 2º) Estaria comprometida a Missão Constitucional das Forças Armadas (...);
>
> 3º) A intromissão de um poder de fato – o Sindicato Revolucionário, com idêntica estrutura e funcionamento de um Soviet - à margem e por sobre os Poderes Institucionais da República, na escolha do comando das Forças Armadas, acarretaria, na prática, a dissolução destes, em termos de hierarquia e disciplina, que formam a substância medular de sua organização;
>
> 4º) O Poder Legislativo e o Poder Judiciário se encontrariam, de imediato, sem garantias para funcionar, sujeitos à concretização das ameaças que para o CGT e organizações a ele ligadas (Pacto Sindical, UNE, etc.), assim erigidos à condição de superpoder, recrudescem audaciosamente, nestes últimos dias;
>
> 5º) Destarte, atingidos, de um só golpe, os Três Poderes da República, estaria, na verdade, dissolvida a Ordem Político-Jurídica, que estrutura a Nação, submersa no caos e na anarquia propiciatórios do assalto ao poder, fim último da subversão comunista que já atingiu a extrema fase precedente à total dominação do País.
>
> Nestas condições, a bancada do Partido de Representação Popular **apela para o pundonor, o brio, a honra, o patriotismo, das Forças Armadas, para que evitem, a todo o transe, as desgraças que se prefiguram para a Nação brasileira** e alerta o povo de nossa Pátria para que em união sagrada levante nesta última oportunidade de que depende a salvação nacional.[139]

A partir desta Nota, as manifestações dos integralistas contra o governo Goulart sucederam-se em ritmo acelerado. Na semana seguinte, Salgado discursou na Câmara, responsabilizando Goulart pelo clima de "agitação" e "desordem":

> Desde que Sua Exa. assumiu a Presidência da República, recrudesceram as agitações políticas de estudantes, comícios promovidos pelo próprio Presidente da República e garantidos por forças do Exército para lançar o País no campo das paixões, da confusão e da ruína, ou temos greves sucessivas que trazem prejuízos de bilhões à Nação. (...) Se existe alguém responsável pela desordem reinante, alguém responsável pelos prejuízos acarretados ao País, pelas greves sucessivas a que estamos assistindo, esse responsável é o Presidente da República. (...) Falta autoridade no atual momento nacional, falta ordem, falta sentido de responsabilidade. (...) Falta ao Chefe da Nação autoridade moral para pretender acordos entre patrões e empregados ou para intrometer-se na vida do Legislativo, a exigir reformas precipitadas, com teses inteiramente desassisadas que nos vem da Presidência da República, através do Partido que o representa nesta casa.[140]

---

[139] Nota Oficial da Bancada do PRP na Câmara Federal, 24.9.1963 (APHRC-FPS 018.004.002). Grifo meu.

[140] SALGADO, Plínio. Pronuncia-se contra a demagogia governamental, 30.9.1963. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 234-235.

No dia seguinte, Salgado encaminhou o voto contrário da Bancada do PRP ao projeto governamental de reforma agrária, qualificando-o como tentativa de destruição da agricultura e da pecuária brasileiras:

> Esta é uma hora dolorosa em que o princípio de autoridade está completamente combalido; em que já não há mais hierarquia e nem disciplina; em que assistimos a inversão dos valores; em que ouvimos teóricos e doutrinadores, metafísicos ou românticos, trazendo mais achas à fogueira em que arde a Nação. Esta hora em que vemos a dissolução completa da orgânica brasileira e, agora, ainda se pretende, depois de sucessivas greves alimentadas pelo próprio poder constituído, ainda se pretende destruir a única coisa que ainda tem alguma organização no Brasil; a nossa lavoura e a nossa pecuária. Este é um momento doloroso da nossa Nação.[141]

O deputado Oswaldo Zanello protestou contra a concessão da condecoração do Marechal Tito, apontado como *"o novo Nero, o maior perseguidor da Igreja"*, e apresentou um projeto de Lei declarando *"sem efeito o decreto do Presidente da República que concedeu ao Marechal Josip Broz Tito, ditador da Iugoslávia, o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul"*.[142] Na mesma semana, Salgado posicionou-se contra a solicitação governamental de decretação de Estado de Sítio, *"mesmo amenizado por essa adorável Irmã Paula que aparece em todas as ocasiões em nossa Casa Legislativa, com suas fórmulas conciliatórias, ou trazendo o esparadrapo para curar feridas – o PSD"*, qualificando-no como *"precipitação dos Ministros Militares"*.[143]

Os deputados perrepistas se revezavam nos discursos contra Goulart. Zanello acusava que *"nunca, jamais, em tempo algum, houve nesse país governo faccioso, medíocre e irresponsável como esse que aí está a infelicitar a Nação e desesperar o povo brasileiro"*.[144] Abel Rafael Pinto considerou a administração de Goulart "nula" e acusou o PTB de estar atacando o governo de Carlos Lacerda na Guanabara porque este estaria fazendo uma boa administração.[145] Salgado, por sua vez, sustentava que *"o que se está passando no Brasil é absolutamente idêntico ao que se passou na Rússia em 1917"*, com o agravante da *"presença em nosso País de uma embaixada cujo governo tem, como ponto*

---

[141] Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 163.
[142] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7495 (APHRC-FPS 015.029.009).
[143] SALGADO, Plínio. A desordem no sistema presidencialista e o Estado de Sítio, 7.10.1963. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 236-237.
[144] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7662.
[145] Discurso de Abel Rafael Pinto na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7669-7672.

de programa, a implantação do comunismo no mundo", e dos *"católicos esquerdistas, alguns trabalhando abertamente pela revolução vermelha"*.[146]

Ainda em outubro de 1963, Salgado enviou uma "Mensagem ao Povo Gaúcho", sustentando que existiria uma "ampla infiltração comunista" no governo federal:

> Homens reconhecidamente comunistas ocupam altos postos no Governo, desde os auxiliares diretos do Presidente da República, aos ministros e presidentes de autarquias. O meio estudantil está dominado pela União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga, e subordinada ao Consomol, uma das mais importantes seções do Kominform. O operariado está dominado pela ditadura de um soviete que entre nós tem o nome de CGT. A infiltração na imprensa de elementos vermelhos é notória. Nos círculos do professorado superior e secundário é tão grande a influência de elementos de Moscou, que recentemente num manifesto vibrante de patriotismo, uma centena de professores universitários denunciou à Nação as atividades de mestres no sentido de formarem em seus alunos uma mentalidade comunista. (...) Sob o pretexto de uma reforma agrária, anticientífica, antitécnica, visando a desorganização da lavoura e da pecuária, principalmente nos estados do Sul, onde já atingimos um elevado estágio de organização econômica, os demagogos vermelhos, tal qual fizeram os bolcheviques na Rússia em 1917, levam a desordem aos campos, agravando a situação nacional.[147]

A sustentação da tese de que havia uma revolução em curso era central para a argumentação em favor do golpe, tornando necessário o forjamento de um "perigo revolucionário iminente", ainda que para isto fosse necessário denunciar conspirações inexistentes, como fica evidente em um episódio relatado pelo perrepista Antonio Pires, então Secretário da Administração do Rio Grande do Sul: o Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral[148] denunciou à imprensa, em janeiro de 1963, que *"estava em marcha um movimento revolucionário, tendo seus articuladores até marcado data para eclodi-lo, adiando-o por duas vezes"*, sustentando que *"o Governo do Estado havia abortado o golpe com medidas que tomou de forma secreta, mas que os aventureiros pretendiam levá-lo a cabo o início de janeiro"*.[149] A declaração gerou uma crise política, já que a Assembléia Legislativa convocou os secretários da Justiça e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos, o que foi recusado pelos mesmos, visto que sabiam que a denúncia não

---

[146] SALGADO, Plínio. Advertência às esquerdas, 24.10.1963. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 239-247;

[147] Plínio Salgado ao Povo Gaúcho. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

[148] Plínio Cabral não era filiado ao PRP, mas em 1965 foi lançado pelo partido para concorrer a prefeitura de Porto Alegre, como candidato próprio dos integralistas. A eleição, no entanto, não foi realizada, já que o interventor Célio Fernandes obteve uma liminar garantindo sua permanência até o final do mandato do prefeito cassado Sereno Chaise. Cf. FLACH, Ângela. "Os vanguardeiros do anticomunismo": o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003, p. 111.

[149] Apud PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha:* Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997, p. 92.

era verídica. Mesmo assim, Pires ofereceu-se para responder pela Secretaria de Segurança Pública e comparecer à Assembléia, junto com José Antonio Zuza Aranha, que passou a responder pela Secretaria da Justiça, conforme relata:

> Fui preparar-me para o embate que ocorreu dia 8 de janeiro. Os subsídios fornecidos por Plínio foram apoucados. Havia tiros de festim e escassa munição. O importante era aproveitar a oportunidade para agitar idéias e pregar na ofensiva. Assim procedi, como relataram os jornais da época. (...) No único e ligeiro encontro entre eu, José Antonio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e nomeou Osvaldo em vez de Otávio. Tive de confirmá-lo... O certo é que nunca existiu nem Oswaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação... O relevante é que termos aproveitado a ocorrência da opinião pública para o que se passava [sic]. Foi um alerta.[150]

No início de novembro, o Diretório Nacional do PRP aprovou uma diretiva, visando orientar a militância, com ênfase na disciplina partidária e no acompanhamento do quadro político nacional, ao mesmo tempo em que solicitava que não antecipassem compromissos ou manifestações de apoio, em relação à eleição presidencial de 1965:

> O panorama político-partidário da atualidade brasileira obriga todo o cidadão, cônscio de suas responsabilidades perante a Nação, a um severo exame de sua conduta. De tal forma as forças negativas da Nacionalidade conduziram o nosso País ao clima de confusão, discórdia e divisão, que se impõe o máximo de união, de coesão e disciplina por parte de todos os brasileiros que ainda não se deixaram contaminar pelo vírus do antinacionalismo comunista, hoje agindo sob múltiplas máscaras, e mesmo cinicamente ostensivo, para escárnio desta Nação democrática.
>
> Um governo omisso e complacente, após poucos meses de uma bem programada onda de greves, quase leva o país à guerra civil. Dissimulando suas verdadeiras intenções, utilizou-se este Governo que aí está de todos os pretextos para a mobilização da opinião pública em torno de reivindicações de natureza superficial, quando não no conteúdo, pelo menos na forma. Conseguindo, com tais manobras, iludir a atenção do povo, desviando-a dos reais problemas que ele, o governo, tinha e tem por dever de equacionar e resolver. E o terrível saldo negativo de tanta omissão e de tanta demagogia não precisa ser lembrado, por que o povo o sente na própria carne.
>
> O Diretório Nacional do Partido de Representação Popular tem mantido os companheiros de todo o território nacional em constante estado de alerta, através de reiteradas mensagens, em consonância com a orientação do seu presidente o deputado Plínio Salgado, de sua atuação e de sua bancada no Congresso Nacional. E a tônica de nossos brados de alerta tem sido, e continua sendo, a união de todos os Companheiros, para que não se deixem dividir, por ação ou omissão. (...).
>
> No intuito de colaborar para a preservação do fundamental princípio da disciplina partidária é que o Diretório Nacional determina a todos os companheiros, para que, grandes ou pequenos, se engrandeçam e engrandeçam o Partido, aguardando a palavra de ordem antes de qualquer atitude ou decisão em que entre em jogo o problema da sucessão à Presidência da República. Nenhuma precipitação, nenhuma antecipação, neste

[150] Idem, ibidem, p. 93.

> importante assunto, será benéfica ou proveitosa para o Bem de nossa Pátria, porque importará em divisão de nossas forças. E só podemos ser úteis ao Brasil mediante nossa união, indissolúvel e incondicional.[151]

As especulações e articulações em torno da eleição presidencial que deveria ser realizada em 1965, passaram a ocupar grande parte do noticiário político, desviando em parte o foco do debate. Para os integralistas, tratava-se de articular a candidatura de Salgado à vice-presidência.[152] Em dezembro, Salgado teria ido ao Rio Grande do Sul fazer *"um exame da força política da agremiação"*, visando *"os entendimentos que seriam possíveis a um apoio do partido a um dos candidatos à presidência da República. Não esconde o Chefe Nacional do PRP o desejo de ser vice de Adhemar ou de Juscelino"*.[153] Mesmo às vésperas do golpe, o partido seguia discutindo a sucessão presidencial:

> Os líderes do perrepismo gaúcho disseram que a tendência do eleitorado do PRP no que se refere à sucessão presidencial se inclina para os senhores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, devendo o DN se reunir em julho próximo para examinar o problema e convocar a Convenção que deliberará a respeito. Até aquela data, esclareceram, a direção nacional deverá estar empenhada no sentido de unir o maior número possível de forças democráticas, porque entende o PRP que a divisão destas forças cria condições favoráveis ao êxito de uma candidatura de esquerda.[154]

Embora se preparando para a eleição presidencial, os integralistas não deixaram que a crítica ao governo Goulart ficasse em segundo plano. Ao contrário, nos três primeiros meses de 1964, os deputados federais do PRP proferiram 18 discursos anticomunistas e antijanguistas, de acordo com levantamento da Assessoria Parlamentar do PRP.[155] Em fevereiro, Salgado voltava a afirmar que *"no Brasil se processa a preparação de uma*

---

[151] Diretiva aprovada pelo Diretório Nacional do Partido de Representação Popular em reunião ordinária realizada no dia 4 de novembro de 1963, no Estado da Guanabara (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Nacional).

[152] Plínio Salgado para vice-presidente em 65. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21.11.1963 (APHRC-FPS 114.004.REC 63).

[153] Agita-se o PRP. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 13.12.1963 (CDAIBPRP–Recortes). Ainda de acordo com a matéria, Salgado frustrou-se com o resultado das eleições municipais no Rio Grande do Sul: *"o insucesso do PRP nessas eleições municipais foi constatado pelo próprio Plínio, que refletiu o seu desagrado pela frieza como o recebeu o sr. Alberto Hoffmann. Saiu sensivelmente reforçado, nesta visita, o sr. Antonio Pires, que possivelmente assumirá a liderança geral do partido no Estado"*.

[154] PRP com Plínio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24.3.1964 (CDAIBPRP-Recortes). Como o objetivo principal era o lançamento de Salgado à vice-presidência, várias opções eram cogitadas. Um militante integralista chegou a enviar várias cartas a Salgado propondo uma aliança com Alziro Zahur, do Partido da Boa Vontade: *"Zahur não tem candidato para Vice e como sua votação vai ser muito grande, uma vez consinta o amigo em concorrer com ele às eleições, a sua eleição está assegurada"*. Correspondência de Guilhermino D'Amazio a Plínio Salgado, 4.3.1964 (APHRC-Pprp 64.03.04/3).

[155] Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.026). Foram 12 discursos de Abel Rafael Pinto, três de Oswaldo Zanello, dois de Plínio Salgado e um de Ivan Luz. Ainda de acordo com o levantamento, também o deputado estadual Aníbal Teixeira (PRP-MG) proferiu 18 discursos na assembléia legislativa mineira, entre fevereiro e março, com o mesmo sentido.

guerra civil".[156] O Diretório Regional do PRP no Rio Grande do Sul reagia, em Nota Oficial, contra os decretos presidenciais anunciados por Goulart no comício da Central do Brasil, como peças *"de um terrível esquema de aniquilação da Nação Brasileira"*: a encampação das refinarias de petróleo, que não teria *"fundamentos nacionalistas e nem propósitos sérios. Visa tão somente dar aos subversivos as condições necessárias à paralisação do país em 24 horas e entregá-lo à sanha revolucionária dos esquerdistas de todos os matizes. É mais um passo na gradativa bolchevização do Brasil"*, enquanto o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária teria *"como objetivo essencial a agitação, o atropelo da propriedade privada e o desmantelamento da produção"*.[157]

Uma manifestação especialmente importante no contexto do imediato pré-golpe foi o Manifesto da Bancada do PRP, lançado dez dias antes do desencadeamento da ação militar, "denunciando" *"o agravamento da situação política nacional, tornada mais aguda pelos episódios que se desenrolaram no Estado de Guanabara no dia 13 do corrente"*, e dirigindo-se à Nação para *"alertá-la sobre os perigos que a ameaçam e informá-la sobre a inequívoca posição que adota em sua defesa e das instituições por que se rege":*

> O Brasil se encontra em estado de semi-ocupação pelo Partido Comunista, organização internacional a serviço do imperialismo sino-russo, de caráter ideológico, econômico e militar. Os agentes das potências estrangeiras comandam o assalto final ao Poder. (...)
>
> Denunciamos ao Povo Brasileiro, ao seu juízo e ao juízo da História, o atual detentor do Poder Executivo da República, sr. João Goulart, como o principal responsável pela situação acima descrita e pelas conseqüências trágicas que dela decorrerão para o Povo Brasileiro. É hoje o presidente da República elemento chave utilizado pelo Partido Comunista ao assalto ao Poder. A 13 do mês corrente, no Estado da Guanabara, o detentor do Poder Executivo da República, comparecendo a um comício organizado por agitadores, em local proibido, praticou ato capitulado como crime contra a Segurança do Estado, por lei em plena vigência. É a segunda vez que o faz. Ali ouviu, aplaudiu, aprovou e secundou, com suas próprias palavras, pronunciamentos sediciosos contra a Constituição e a ordem jurídica estabelecida nas leis votadas pelo Povo, levando a intranqüilidade, a angústia e o pânico aos lares brasileiros. (...)
>
> Não reconhecemos no atual detentor do poder Executivo, autoridade a qualquer título, para nos impor, como pretende, a sua vontade, no que tange à solução de problemas da mais alta complexidade com que se defronta a Nação; nem lhe reconhecemos credenciais próprias ou induzidas. Já não há, portanto, uma dúvida razoável. Os atos e procedimentos do detentor do Poder Executivo da República **não se condicionam mais à Constituição**, seja como Lei Orgânica, seja como instrumento de governo, seja como limitação do Poder. (...)

---

[156] SALGADO, Plínio. O Povo Brasileiro, a reforma agrária, o voto do analfabeto, a Guerra Revolucionária e a legalização do Partido Comunista, 28.2.1964. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 252.

[157] PRP abre baterias contra os decretos presidenciais. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13.3.1964 (CDAIBPRP-Recortes).

> Foi lançado um desafio ao Congresso. A Bancada do PRP na Câmara Federal, como integrante do Legislativo da Nação, aceita-o e declara que está pronta, como parcela representativa do povo brasileiro, a assumir as atitudes condizentes com a gravidade das ameaças e dos *ultimatuns* dirigidos aos legisladores. Ao mesmo tempo, concita as duas Casas Legislativas a cumprir o seu dever. Somos a última trincheira a barrar os passos da tirania. À violência arbitrária, responderemos com a força do Direito, que **legitima a força no Direito**. Por isso mesmo advertimos: ao lado do povo brasileiro, defenderemos até o último alento a liberdade que pretendem roubar-nos. De cidade em cidade, de rua em rua, de casa em casa, palmo a palmo, disputaremos o chão deste país. **A qualquer preço e por todos os meios**. Milhões de brasileiros pensam como nós e não abrem mão do privilégio de escolher o sistema de governo e os homens que dirigirão a comunidade nacional. Conclamamos a todos os patrícios, dignos e conscientes, para a grande arrancada da redenção da Pátria, repetindo as palavras de Osório: "quem for brasileiro, que nos siga". Nem o terror de uma ditadura comunista, nem caudilho algum tripudiará sobre o brio, a honra, o sangue e as lágrimas desta Nação.[158]

Desta forma, em nome da manutenção da "democracia", que estaria ameaçada pela permanência de Goulart no poder, os integralistas construíam uma justificação para a ruptura institucional, através da "força legítima", o que foi reforçado em 31 de março, em um discurso de Abel Rafael Pinto, justificando e solicitando abertamente o uso da força para a deposição de Goulart.[159]

A constante e crescente manifestação dos integralistas nos últimos meses do governo Goulart inseriam-se, certamente, em um contexto mais amplo de mobilização e manifestação dos diferentes grupos de direita. Ainda que muitas vezes as críticas dos integralistas se confundissem com as de outros grupos (em especial, a UDN), deve-se, no mínimo, reconhecer que a intervenção do PRP contribuiu para a obtenção do apoio ao golpe em parcelas da sociedade civil, em especial junto à pequena burguesia.

8.2.2 A participação nas articulações e mobilizações golpistas

Paralelamente aos discursos parlamentares, proclamações e notas públicas contra o governo Goulart, os integralistas procuravam estabelecer laços e se articularem com outras forças antijanguistas, visando uma ação conjunta. No que se refere especificamente aos partidos políticos, esta articulação já se efetivava nas eleições estaduais de 1962, quando o PRP aliou-se com udenistas e pessedistas antijanguistas na maior parte dos estados, além do financiamento da candidatura de Abel Rafael Pinto (e, provavelmente, de outras candidaturas) pelo IBAD.

---

[158] Bancada do PRP lança manifesto sobre a gravidade da situação nacional. *Diário Popular*, São Paulo, 21.3.1964, p. 1 (APHRC-FPS 114.005.REC 64). Grifos meus.

[159] Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.026).

Em maio de 1963, Salgado escrevia a Egon Renner, deputado estadual do PRP no Rio Grande do Sul e um dos maiores industriais do estado, prevendo o desenvolvimento de um confronto armado: *"O momento brasileiro é de extrema gravidade. A pretexto duma reforma agrária demagógica e sem nenhum senso prático, prepara-se uma revolução armada, que se iniciará pela pressão violenta ao Congresso. Este está disposto a reagir, sustentando suas prerrogativas constitucionais"*.[160] O combate aberto ao projeto de reforma agrária de Goulart permitiu a Salgado aprofundar seus vínculos com setores do latifúndio, como exemplifica o telegrama que lhe enviou o Presidente da Associação Rural de Bagé (RS), Paixão Cortes: *"Apelamos eminente homem público espírito cívico e patriótico sentido evitar com vossa influência seja alterado texto Constituição impedindo através da já propalada reforma agrária a modificação do nosso regime democrático onde produtores campo ficariam mercê dos partidos políticos"*.[161]

Em carta a um militante, Salgado defendeu veementemente a ação do IBAD, mesmo afirmando que não tinha recebido nenhum financiamento do órgão:[162]

> Um dos objetivos [dos comunistas] é desmoralizar ou destruir todas as organizações que dificultam a caminhada vermelha. Vem daí a guerra contra o IBAD. Posso falar insuspeitamente e de cabeça erguida, pois não recebi auxílio algum dessa entidade para a minha eleição. Essa foi custeada por um grupo de amigos e ajudada pelos candidatos majoritários que o nosso partido apoiou, tendo eu mandado fazer a escrita de tudo e, no final, levantado balanço com os respectivos comprovantes. Posso, pois, falar a verdade sobre essa infame campanha contra o IBAD. A finalidade é apresentá-lo como corruptor, pelo fato de ter ajudado homens pobres, mas de bem, inimigos do comunismo. Eu penso que isso foi serviço à Pátria, numa hora em que os candidatos comunistas esbanjavam dinheiros públicos, dos Institutos de Previdência, da famigerada SUPRA, da Novacap, da moscovita Petrobrás [sic]. Isso, sim, é corrupção, é roubo dos dinheiros do Povo, é desavergonhada maroteira.[163]

Ao mesmo tempo, havia a preocupação em acompanhar a movimentação dos setores militares que se opunham a Goulart, bem como estabelecer ligação com os mesmos, como explicita uma carta enviada a Salgado em fevereiro de 1964:

---

[160] Correspondência de Plínio Salgado a Egon Renner, 5.5.1963 (APHRC-Pprp 63.05.05/4).

[161] Correspondência de Paixão Cortes a Plínio Salgado, 6.5.1963 (APHRC-Pprp 63.05.06/2). Pela vasta extensão do município e concentração de latifúndios, a Associação Rural de Bagé era uma das mais importantes do Rio Grande do Sul. Paixão Cortes, por sua vez, era reconhecido em todo estado como um dos principais fundadores do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

[162] A alegação de que não recebeu recursos do IBAD pode ser questionada pelo fato de Salgado ter tido sua candidatura à reeleição em 1962 financiada pelo então candidato Adhemar de Barros, como mostramos no capítulo 4. Como Adhemar foi um dos políticos brasileiros que mais verbas recebeu do IBAD, provavelmente os CR$ 3.000.000,00 que Adhemar pagou ao PRP em troca de seu apoio sejam provenientes do IBAD. Estes recursos foram utilizados exatamente para financiar a candidatura de Salgado –.

[163] Correspondência de Plínio Salgado a João Zulian Junior, 23.9.1963 (APHRC-Pprp 63.09.23/18).

> Confirmo minha Carta de 23 do mês passado e envio-lhe com esta um exemplar de um Manifesto que recebi de amigo. É provável que já lhe tenha ido às mãos esse manifesto. Entretanto, julguei de meu dever enviá-lo. E desejaria que me orientasse a respeito, se possível. Pelo que ouvi de um Capitão do Exército – católico, anticomunista, filho de integralista e nosso simpatizante – parece haver dentro do Exército, um como que arrolamento dos oficiais que não vêem com bons olhos, a atitude do Governo e certamente para um fim determinado, talvez dentro do plano do Manifesto de que lhe falei acima.[164]

Em discurso proferido dez anos depois, Salgado sustentou que ainda em 1963 "*conferenciei com o General Olympio Mourão, combinando um movimento militar apoiado pela opinião conservadora do Brasil",*[165] embora não tenhamos encontrado nenhuma comprovação deste contato na documentação partidária. A participação de Mourão na conspiração golpista – muitas vezes considerada anedótica ou irrelevante pela historiografia – é discutida por Hélgio Trindade:

> O organizador, ex-chefe da milícia integralista, autor do Plano Cohen e ex-capitão do serviço secreto do Exército, Olympio Mourão Filho, é a figura chave do processo de conspiração e do desencadeamento do golpe militar. Sua conspiração solitária e obsessiva começou em Santa Maria (RS), desde início de 1962, quando assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, após a posse de Goulart como presidente e estando o governador Brizola no auge de seu prestígio como líder do Movimento da Legalidade. Mourão participou do primeiro jantar que o General Osvino, comandante do III Exército, ofereceu a Brizola; sobre as conversações sem reservas que manteve na ocasião com o governador, registrou em seu diário: "Do que ouvi, fiquei cientificado, sem sombra de dúvida, que estava diante de uma vasta e perigosa conspiração contra o regime". A partir daí começa o processo de conspiração, denúncia e articulação junto a setores militares e empresariais que prosseguiria, durante o ano de 1963, em São Paulo e Minas Gerais, até o desenlace do golpe a partir de Juiz de Fora. Em suas Memórias, não hesita em afirmar que "meu verdadeiro e principal papel consistiu em ter articulado o movimento em todo o país e depois ter começado a revolução em Minas. Se nós não o tivéssemos feito, ela não teria sido jamais começada".[166]

Outra evidência da relevante participação integralista no desencadeamento do golpe apresentada por Salgado é o fato de que foi "*outro oficial ex-integralista que desencadeou a primeira ação armada no contexto do golpe"*. Trata-se do Almirante Hasselman, que enfrentou, "*em 25 de março, de metralhadora em punho, um grupo de marinheiros revoltosos que, com a bandeira nacional à frente, se dirigia ao portão de saída do*

---

[164] Correspondência de Caetano Souza a Plínio Salgado, 6.2.1963 (APHRC-Pprp 63.02.06/3).
[165] SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1975, p. 15.
[166] TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar:* balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141, p. 130-131.

Ministério da Marinha com o objetivo de aderir aos seus colegas de armas que estavam no Sindicato dos Metalúrgicos".[167]

Embora os eventuais contatos entre Salgado e os conspiradores militares não estejam documentados, parece claro que ao menos nas semanas anteriores ao golpe a direção integralista estava informada, acompanhava de perto e se inseria na articulação e mobilização golpistas. Em 20 e 21 de março, ocorreu uma reunião secreta do Diretório Nacional:

> Motivo reunião designada São Paulo exclusivamente financeiro. Grupo paulista vai pagar passagens líderes Estados sem recursos norte e nordeste. Além disso passagens estados Sul ficarão mais baratas. Reunião **indispensável entretanto informal para simples troca idéias sobre grave momento atravessamos**. Comunique estas explicações dizendo também reunião convocada **tem caráter secreto evitando qualquer repercussão pública**.[168]

Parece claro que o motivo "exclusivamente financeiro" era mero pretexto, já que para isto não haveria nenhum motivo para que a reunião ocorresse secretamente. Além disso, há várias circunstâncias absolutamente suspeitas: o pagamento das passagens por um "grupo paulista"; o não registro da reunião no livro de atas do Diretório Nacional; e a contradição entre a ênfase na reunião - a ponto de terem as passagens de parte dos dirigentes pagas – e sua qualificação como uma "simples troca de idéias". Todos estes indícios reforçam a hipótese de que esta reunião tenha debatido abertamente a iminência da intervenção militar e efetivação do golpe de estado, e articulado o apoio e participação dos integralistas para sua consumação. Esta hipótese é reforçada, ainda, por uma matéria publicada meses depois pelo *Boletim do PRP* do Rio Grande do Sul, que rememorava:

> Em conseqüência da gravidade do momento, o Diretório Nacional do PRP, sob a presidência de Plínio Salgado, convocou, nos dias 20 e 21 de março do corrente ano, uma reunião da Bancada Integralista no Senado e na Câmara Federal, bem como dos Presidentes dos Diretórios Regionais e integrantes dos Legislativos Estaduais. A situação brasileira foi amplamente debatida, deliberando-se lançar um manifesto que, pela sua significação e oportunidade, obteve intensa repercussão em todo o território nacional.[169]

Outra reunião do Diretório Nacional, desta vez convocada oficialmente, ocorreu a 30 de março. A brevíssima ata deve ser interpretada com precaução, pois há indícios de que tenha sido redigida posteriormente, pois, ao contrário do habitual, as intervenções

---

[167] Idem, ibidem, p. 132.
[168] Telegrama de Plínio Salgado a Sebastião Navarro, 15.03.1964 (APHRC-Pprp 64.03.15/11). Grifos meus.
[169] PRP previu o desfecho da crise e a vitória da Revolução Democrática – Manifesto Integralista de Março. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jun. 1964, p. 4. O manifesto, transcrito na seção anterior, foi assinado pela Bancada federal, já que a reunião não tinha caráter oficial e, portanto, não podia produzir deliberações.

pessoais não foram transcritas e a discussão foi sumariamente resumida. Alem disto, a reunião seguinte, que aprovou esta ata, ocorreu apenas no mês de agosto. O relato da reunião restringe-se a 14 linhas do livro de atas:

> O sr. Presidente em alongada exposição abordou a atual conjuntura nacional, apreciando-a de todos os ângulos e concluindo apresentar-se ela em termos de extrema gravidade, parecendo mesmo, no seu entender, ser impossível fixar quaisquer previsões válidas para o próximo período, eis que nos encontramos em momento de definição de rumos, tudo indicando que esta definição não se faria tardar, orientando-se ou no sentido de uma total cubanização do País, ou na rota de uma reação fulminante contra o status quo atual. Solicitava, em conseqüência, de todos os companheiros, especialmente daqueles que participavam das altas responsabilidades de integrar o D.N. do Partido, uma atitude de vigilância, discrição e disciplina, para bem servirem ao Brasil em qualquer emergência que se lhe afigure próxima. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão às vinte e quatro horas.[170]

Como a reunião teria se iniciado às 21 horas, parece pouco plausível que tenha se resumido à "alongada exposição" de Plínio Salgado, embora não haja nenhum outro relato. Ressalte-se a ênfase da tese de que havia um golpe em curso ("cubanização do país") e na conseqüente caracterização do golpe como um sendo um "contra-golpe", exatamente conforme a versão difundida pelos golpistas, tanto durante a preparação do golpe como em sua justificação posterior.[171]

A intervenção dos integralistas fica evidente na articulação das "Marchas da Família por Deus e pela Liberdade",[172] que mobilizaram parcelas da sociedade civil em defesa do golpe de Estado, particularmente as mulheres que foram apresentadas como idealizadoras das marchas de Belo Horizonte e São Paulo. Estas duas passeatas foram os dois principais atos públicos contra Goulart realizados antes do golpe, já que as marchas no Rio de Janeiro e outras capitais ocorreram depois de consumado o golpe.[173] Da articulação

---

[170] Ata do Diretório Nacional, 30.3.1964 – Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-Pprp 021.002.002).

[171] Esta mesma tese justificadora aparece, por exemplo, em GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51-52.: "*Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no "dispositivo militar" e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. (...) Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda"*.

[172] A própria denominação das marchas remete ao lema integralista "Deus, Pátria e Família", a tal ponto que muitas vezes as duas expressões são confundidas. Um exemplo é depoimento do líder udenista do Rio Grande do Sul: *"Aquele movimento de sessenta e quatro foi principalmente liderado pelas mulheres. (...) Houve um movimento em que elas saíram para a rua. Como é? 'Deus, Pátria e Família', parece"*. CALIL, Gilberto, CARDOSO, Claudira & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini.* Porto Alegre, CDAIBPRP, 1999, p. 36.

[173] Em outras cidades, como por exemplo Porto Alegre, a Marcha foi suspensa, *"a pedido das autoridades locais"*, pois conforme a Ação Democrática Feminina, teriam *"desaparecido os motivos para sua efetivação, com vista à vitória das forças democráticas* [sic]". Cf. FLACH, op. cit., p. 71.

da marcha mineira participaram diretamente o deputado federal Abel Rafael e os deputados estaduais do PRP Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro. Já em São Paulo, Salgado foi um dos oradores principais da marcha, tendo em seu discurso apelado pela intervenção do II Exército para a deposição de Goulart, o que, segundo ele, *"causou pasmo nos homens responsáveis, mas vibrantes aplausos na multidão"*.[174] Ainda antes da realização da marcha, Salgado lançou um "manifesto às mulheres paulistas", elogiando a iniciativa a elas atribuída e conclamando para a participação no ato:

> Do Planalto central, onde o Congresso, como único poder competente para exercer funções legislativas e deliberar sobre reformas de que o país necessita, erigiu-se como atalaia vigilante na defesa das instituições democráticas, eu vos envio esta mensagem de caloroso entusiasmo. É um entusiasmo conseqüente da leitura do vosso manifesto ao povo, conclamando-o para a grande marcha das Famílias, por Deus e pela Liberdade. Assinam este documento histórico trinta e três associações femininas, o que representa belíssima vitória de uma arregimentação executada, acima de tudo, pelos vossos corações. (...) Os audaciosos agentes do comunismo, infiltrados nos órgãos governamentais, dominando os sindicatos operários e as organizações estudantis, valendo-se das franquias das liberdades, que eles mesmos pretendem abolir, chegaram a extremos desrespeitos a tudo quanto representa a honra e os brios nacionais. Atingindo o clima propício ao desencadeamento da "guerra revolucionária", minuciosamente planejada por Moscou, resolveram não mais se conter nos limites dos debates do Parlamento; ou das polêmicas de Imprensa: foram para as praças públicas propor o fechamento do Congresso, a convocação de uma Constituinte, exatamente como Lenine fez na Rússia; exigir o voto dos analfabetos para desmoralizar o sufrágio democrático e subverter a hierarquia dos valores; reclamar a legalização do Partido Comunista; postular reformas que praticamente extinguem os direitos à propriedade; lançar indisciplina nos quartéis, e tudo com o prestígio do próprio Chefe da Nação. Imensa foi a perplexidade do povo brasileiro, do verdadeiro povo brasileiro [sic], que não é representado pelas assembléias dos comícios subversivos, mobilizados, conduzidos e alimentados à custa dos dinheiros públicos, mas sim pelas famílias cristãs que no labor das cidades e na faina rural, sustentam o teor histórico das virtudes da raça e dos sentimentos do cristianismo. Mas eis que ouvimos uma grande clarinada. São as mulheres paulistas que se levantam. São as intérpretes de um sentimento que não é apenas dos paulistas, mas de todos os brasileiros. A significação do vosso desfile vai ser compreendida por todo o Brasil, quando se aproxima a hora em que deve ser decidido o destino da Pátria. Ou ressurge o espírito de 1932 ou o Brasil estará perdido. E será o vosso milagre, milagre das mulheres, o segredo, a força que operará esta ressurreição, agora apoiada vibrantemente pelos nossos irmãos de todos os Estados da comunidade brasileira. Que São Paulo esteja de pé como esteve em 1932.[175]

Em 28 de março, Salgado remeteu a Alfredo Buzaid, outro integralista com destacada participação na articulação do golpe, o "Manifesto às Mulheres Brasileiras", e

---

[174] Correspondência de Plínio Salgado a Oswaldo Sá, 24.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.24/38).

[175] SALGADO, Plínio. Mensagem às mulheres brasileiras. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 19.3.1964, p. 7 (APHRC-FPS 114.4.REC 64). O manifesto de Salgado foi publicado em diversos jornais do país. A referência às chamada "Revolução Constitucionalista de 1932" era constantemente utilizada na divulgação da marcha paulista. Ainda assim, causa grande estranheza sua adoção por Salgado, já que em 1932 ele se opôs ao movimento paulista.

afirmava que outro manifesto, que seria publicado como se tivesse sido escrito por estudantes de direito, estava quase pronto:

> O outro Manifesto já está escrito, mas depende de correções datilográficas e ligeiras alterações, pelo que lho enviarei dentro de dois dias. (...) Creio que ficou um bom trabalho, à altura de um documento de alunos de Direito, não abastardados pela submissão ao CGT, às mediocridades da UNE e à demagogia de semi-analfabetos que empestam o País. Como disse, dentro de 2 dias remeterei. Não será preciso dizer que tudo isto deve ficar em absoluto sigilo, entre nós dois. É possível também que lhe envie um esquema da organização feminina.[176]

Salgado escreveu outros documentos cuja autoria foi atribuída às mulheres. Consumado o golpe, sua intenção era apropriar-se do movimento para constituir uma entidade integralista, denominada Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria. Um primeiro manifesto da entidade, publicado logo após o golpe, a 5 de abril, reivindicava *"o poder da mulher quando se ameaçam os fundamentos do Lar, da Religião, dos Direitos Humanos e da Soberania Nacional"*. O manifesto reproduzia claramente a concepção integralista sobre as "diferenças" entre Homem e Mulher, ressaltando a "intuição feminina", e propunha uma "ação permanente" das mulheres:

> Nossa intuição feminina [sic] precedeu a tomada de posição hoje evidente, dos homens de nossa Pátria. A intuição possui sua lógica própria, superior quase sempre à do raciocínio em seus aspectos formais. Por isso, podemos dizer que os homens, em face dos fatos ocorrentes e das circunstâncias que os rodeiam, formulam pensamentos dos quais procuram deduzir conclusões, ao passo que as mulheres, por uma sensibilidade inerente ao seu modo de ser, não precisam recorrer à articulação de premissas e construir silogismos: a verdade lhes vem instantânea, por um processo direto de interpretação. Não precisam de argumentos demasiados, provas concretas, evidências excessivas; suprem-se de impressões e percepções e com estas elaboram, subjetivamente, um quadro de realidades que escapa ao domínio da lógica formal. Podemos dizer que o homem é objetivo e a mulher subjetiva. O homem realiza, mas a mulher o desperta para a realização. E foi isso o que vimos a partir do início deste ano de 1964. (...)
>
> Não podemos contentarmo-nos com o êxito das demonstrações populares que temos promovido. Devemos organizarmo-nos para uma ação permanente, uma constante vigília, uma campanha de esclarecimentos do Povo Brasileiro, incitando, cada vez mais, nossos maridos, nossos filhos, nossos pais, nossos irmãos, para que não durmam, para que se conservem alerta na defesa da Pátria. Com este manifesto, lançamos a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria. É uma entidade de âmbito nacional. Conclamamos nossas patrícias para que venham cooperar nesta organização, que estabelecerá tarefas e missões específicas às associadas e grupos femininos que irão constituí-la em todos os Estados. No esforço que desenvolveremos, teremos o orgulho de proclamar: nós somos as mulheres do Brasil, organizadas e atuantes pela salvação da Pátria.[177]

---

[176] Correspondência de Plínio Salgado a Alfredo Buzaid, 28.3.1964 (APHRC-Pprp 64.03.28/1).

[177] Sem título. Original Datilografado, 5.4.1964 (APHRC-FPS 006.007.005). O documento está datado como sendo do "Domingo da Ressurreição de 1964". O estilo de redação e o conteúdo do manifesto reforçam bastante a hipótese de que tenha sido escrito por Salgado. Além disso, haveria um claro conjunto de

Outro manifesto, que também parece ter sido escrito por Salgado, explicitava as finalidades da Confederação, com ênfase para a "revolução interior":

> A revolução das armas está finda; mas a revolução das almas, encetada pelos movimentos femininos de Minas, de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outros estados, há de prosseguir. (...) Com a vitória das armas não cessou o papel da família brasileira na luta por Deus e pela Pátria. Daí a razão do presente manifesto, que visa à confederação das famílias, armando-as de uma nítida consciência da missão que devem representar junto ao governo da República para a completa liberação nacional. (...) O primeiro passo a ser dado é uma mudança de atitude, que resulte de uma revolução interior. Só se pode combater, de modo eficaz, o comunismo, destruindo, em primeiro lugar, a concepção burguesa de vida. A burguesia não é apenas uma classe social, é um estado de espírito, dominado pela preocupação do lucro incessante, pelo individualismo exacerbado e pelo menosprezo aos valores espirituais. A Confederação pretende sacudir a burguesia, despertando-a, corrigindo-a, dando-lhe uma razão para viver e as normas do procedimento cristão, para que ela se salve antes de procurar salvar aqueles que estão roídos pelo materialismo dialético. E esse trabalho ninguém poderá executar com mais exatidão do que as famílias reunidas em Confederação.[178]

Os Estatutos da nova entidade definiam como finalidade principal "*fortalecer os sentimentos da família e promover-lhe a defesa como grupo natural da sociedade brasileira*",[179] e um anexo estabelecia como seu "objetivo máximo" uma "Cruzada de Educação Popular", com ação em três setores: nacional, internacional e doutrinário, todas enunciadas em termos claramente inseridos na doutrina integralista.[180]

A participação dos integralistas na articulação golpista pode ser observada também pela sua movimentação no Rio Grande do Sul, em especial através do então Secretário da Administração Antonio Pires, que desempenhou funções tanto de articulação nacional das forças anti-Goulart, como na organização do movimento conspiratório no estado:

> Um dos mais acérrimos lutadores que conheci contra a situação política empolgada pelos esquerdistas radicais foi Linhares, líder do PRP do Paraná. Tomando conhecimento da minha presença na Assembléia nas condições antes referidas, convidou-me para um contato pessoal com o General Aldévio Barbosa, Secretário de Segurança de São Paulo, com quem ele mantinha ligação. Lá estive. Trocamos idéias. Ajustamos os ponteiros. São Paulo tornara-se, efetivamente, um centro de resistência. Pouco depois – sempre no início de 1964 – Plínio Salgado convocou-me à capital paulista para um encontro com o Governador Adhemar de Barros, na mesma linha contra a possível bolchevização do Brasil. (...) Fui recebido por Adhemar de Barros, no Palácio dos Bandeirantes, imediatamente após ele ter conferenciado com o Governador Carlos Lacerda, encontro

---

contradições se o documento tivesse sido realmente produzido pelas mulheres, já que há uma longa argumentação sustentando que as mulheres "não precisam de argumentos" e uma exposição de premissas para afirmar que as mulheres "não precisam recorrer à articulação de premissas".

[178] Manifesto da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 019.013.003).

[179] Estatutos da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s./d. (APHRC-FPS 019.013.013).

[180] Confederação das Famílias, por Deus e pela Pátria, s./d. (APHRC-FPS 019.013.013).

> para o qual, diga-se de passagem, Plínio muito se empenhou, por entender que, apesar da rivalidade entre ambos, suas posições contrárias ao quadro nacional os aproximavam.
>
> Aqui chegando, fui logo convidado pelo Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, então presidindo a FARSUL, para um almoço no reservado do restaurante do Palácio do Comércio, com a presença de Fábio de Araújo Santos, presidente da FEDERASUL; de Coelho Borges, representando a direção da FARSUL; e do presidente do Sindicato dos Bancos, cujo nome não lembro mas recordo que era Diretor do Banco da Província. Declinando a razão do encontro, Dr. Oscar disse que os presentes e suas entidades estavam preocupadíssimos com o panorama político e dispostos a fazer alguma coisa. Pensavam em criar uma entidade para se opor à onda esquerdo-comunista, e para tanto dispensariam o necessário apoio financeiro. A respeito dessa idéia, queriam ouvir-me, dada a minha conhecida atuação. (...). Ponderei que criar uma entidade não era o melhor caminho. Seria um ente suspeito, perante a sociedade, de estar laborando apenas em defesa de seus próprios interesses, nem sempre bem vistos por certos segmentos sociais. O ideal, segundo meu entendimento, seria que as entidades ali representadas apoiassem, de forma eficiente mas discreta, aquelas pessoas e aqueles organismos que já estavam em ação. Como exemplo concreto e imediato citei as providências preliminares que estavam sendo articuladas para realizar aqui a "Marcha da Família" – à semelhança do que ocorria em São Paulo e outros lugares. Os representantes das Três Federações concordaram com minhas ponderações e prontificaram-se a recolher o numerário necessário. (...) Fui autorizado a transmitir às organizadoras da "Marcha da Família" o conveniente respaldo financeiro, ponto de partida para outros apoios. Só que a "Marcha" não chegou a realizar-se, porque antes as tropas de Olímpio Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e a Nação toda levantou-se em 31 de março para 1º de abril.[181]

Um motivo provável para a proposta de Pires de direcionar as verbas ao movimento que estava organizando as marchas encontra-se na participação de integralistas no mesmo. Além disso, a escolha de Pires para a intermediação do repasse das verbas dimensiona a importância que desempenhou na articulação golpista naquele estado. O integralista Dolmy Tarasconi, que então era Diretor Geral da Secretaria da Administração, relata a participação integralista na organização das marchas, indicando que Pires foi seu coordenador estadual: "*antes da revolução teve o movimento da 'Marcha da Família', o Pires coordenava aqui no Rio Grande do Sul. Aquelas marchas no interior, eu mesmo fui coordenar em Esteio, Sapucaia, essa 'Marchas da Família', e era quase só senhoras que participavam da marcha da família*".[182] Ainda de acordo com Tarasconi, Pires foi elemento chave da articulação golpista no interior do governo, chegando a acumular várias secretarias de estado: "*Antônio Pires, que era secretário da Administração, foi obrigado a assumir a Secretaria da Segurança Pública e uma outra coisa junto, não me lembro bem... a Secretaria da Fazenda e mais a Secretaria da Agricultura no governo do Meneguetti. Ele assumiu quatro secretarias como interino, mais a Administração. (...) Aí ele foi*

[181] PIRES, op. cit., p. 96-98.
[182] CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolmy Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000, p. 45-46.

defender o governo, durante o movimento revolucionário".[183] Consolidado o golpe, Pires foi indicado para integrar a Comissão de Expurgos no estado, o que evidencia que seguia contando com a confiança dos setores golpistas. O integralista Umberto Pergher, que era Engenheiro-Chefe de uma empreiteira, na cidade de Bagé, colocou à disposição do exército caminhões, dinamite e gasolina, e participou da formação de uma milícia, que deveria enfrentar a Brigada Militar caso esta interviesse em favor de Goulart.[184] Outro integralista da mesma cidade relatava a Salgado sua participação na conspiração e na formação daquela milícia:

> Foi realizado em Bagé um Movimento de Resistência Democrática, em princípios de Março, para cujo Movimento fomos convidados. Este Movimento era dirigido por 18 membros, a fim de fazermos através da Imprensa escrita e falada o combate ao comunismo e ao passado desgoverno de João Goulart. Com grande satisfação, tenho a informar ao Chefe que os dois elementos que mais se destacaram pela sua combatividade ao comunismo e ao desgoverno passado foram justamente os dois integralistas que dele faziam parte: dr. Telmo Candiota da Rosa, por sinal convidado para Presidir o Movimento, e este seu modesto mas sincero e leal seguidor. (...) Durante os dias da Revolução, estive de arma na mão, aquartelamento feito na sede do Jóquei Club, pertencente à Associação Rural de Bagé. A coisa aqui esteve muito feia com o caso dos sargentos, e os quartéis não tendo segurança interna, nós que estávamos armados na Rural era quem fazíamos a revisão nas estradas da saídas e chegadas da cidade, revisando todos os veículos que por lá passavam. Foi um grande serviço prestado pela Associação Rural de Bagé à Revolução. (...) O companheiro Pergher, inclusive, pôs os caminhões da Rodopav à disposição do Exército, o que felizmente não foi necessário. Éramos um total de apenas 80 homens, mas constava que éramos 500, 1000 ou mais. (...) Passamos 3 dias e 3 noites sem dormir, de vigília permanente, até que chegou a tão almejada vitória.[185]

Consumado o golpe, Salgado passou a veicular uma versão fantasiosa, sustentando que toda a mobilização e articulação que redundou no golpe foi conduzida pelo integralismo. Esta versão está presente em diversas cartas e telegramas, trazendo algumas informações plausíveis misturadas a evidentes exageros. Segundo ele, *"tudo o que foi feito salvação nacional teve origem integralismo, ação de integralistas, eterna ingenuidade integralistas habituados preparar cama para outros dormirem, geralmente oportunistas cristãos novos do anticomunismo"*.[186] Os eventos de Minas Gerais eram ressaltados, tanto no que se refere à construção de um ambiente favorável, como ao desencadeamento da ação militar: *"Nosso companheiro integralista Mourão tomou iniciativa Minas onde*

---

[183] Idem, ibidem, p. 46.
[184] Cf. CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 41.
[185] Correspondência de Antonio Carlos Belló a Plínio Salgado, 26.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.26/1).
[186] Telegrama de Plínio Salgado a Tarquínio, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.14/17).

terreno preparado companheiros Abel Rafael e Aníbal Teixeira".[187] Seu relato do que teria sido o protagonismo integralista era praticamente idêntico em diversas correspondências enviadas a militantes integralistas:

> Antes de mais nada, falemos da revolução vitoriosa. Foi **obra exclusivamente dos integralistas**. Faz mais de um ano que venho tendo entendimentos com o nosso companheiro general Mourão, que foi o chefe do estado maior da milícia dos camisas-verdes, quando capitão. Ele preparou tudo no Rio Grande do Sul, quando comandava naquele estado. Transferido para São Paulo, como Comandante da 2ª Região Militar, encontramo-nos numerosas vezes, tudo preparando em nosso Estado. Tendo o Jango transferido Mourão para Juiz de Fora, ali articulou todas guarnições de Minas. Ao mesmo tempo, os deputados Abel Rafael e Aníbal Teixeira, com discursos e conflitos de rua, criaram o clima propício entre os mineiros. Concomitantemente, nossos companheiros Pires e Hoffmann, secretários de Estado no Governo Meneguetti, agitaram o Rio Grande do Sul, articulando o movimento. Na mesma ocasião, agiam os companheiros do Paraná, de Pernambuco e do Ceará, com grande êxito. Nosso companheiro Coronel Astrogildo, da reserva do Exército, viajou por todos os estados, articulando. Na Marinha, o nosso companheiro Almirante Hasselman trabalhava ativamente, ali se extinguindo as dissensões oriundas dos acontecimentos de novembro de 1955, unindo-se todos os grupos inclusive o do Almirante Heck, que se tornou nosso aliado. Conversei com os governadores Meneguetti e Adhemar, que estavam firmes em suas decisões, assim como com Juscelino e Carlos Lacerda. Quando Goulart cometeu a insensatez do comício de 13 de março, a Bancada do nosso Partido na Câmara Federal foi a única que lançou um Manifesto à Nação, de tal maneira corajoso e violento que nos arriscávamos a ser incursos na Lei de Segurança. Em seguida fui a São Paulo, e na marcha de um milhão de pessoas, quando todos os oradores falavam em termos vagos, pronunciei um discurso apelando para as Forças Armadas e particularmente para o 2º Exército. Segui para o Rio, onde fiz a articulação dos sargentos, valendo-me da circunstância de serem os três presidentes dos Clubes de Sargentos (Marinha, Exército e Aeronáutica) nossos companheiros, bons integralistas. Isso de tal sorte que, existindo no Rio 12 mil sargentos, só compareceram na homenagem ao Jango 150. Faltava a iniciativa. Quem a tomou foi o General Mourão, nosso companheiro de ideal. Arriscou sua carreira e sua vida. Levantou Minas Gerais em peso. Cumpre dizer que o comandante da Força Pública em Minas, coronel Geraldo, é velho camisa-verde.[188]

> Minha atuação foi enormíssima. Lancei a campanha em Minas, pelo Abel e pelo Aníbal, criando o ambiente civil para a ação militar; fiz o mesmo no Rio Grande do Sul, pelos nossos secretários Pires e Hoffmann; atuei no Paraná, através dos companheiros deputados Ivan Luz e Edgard Távora; organizei a resistência em Guanabara, com o Almirante Hasselman, nosso velho e bravo companheiro, na Marinha, o Coronel Coelho e o Coronel Waldir, no Exército; os três presidentes de Clubes de Sargentos das três armas, dedicados integralista; a União Operária e Camponês, sob a direção do companheiro Ruas, que recebeu armas dos elementos militares e atuou com grande valor. De minha parte, faz um ano e meio que estou articulando com o General Mourão. (...)[189]

> Desde o instante em que o comunismo se assenhorou dos postos-chaves do Governo da República (...) a pequena Bancada que lidero na Câmara Federal iniciou a sua batalha constante, veemente, nunca deixando passar um dia sem um deputado nosso na tribuna, a

[187] Telegrama de Plínio Salgado a Raimundo Rubes, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.14/13).
[188] Correspondência de Plínio Salgado a Castorino, 23.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.23/2).
[189] Correspondência de Plínio Salgado a Oswaldo Sá, 24.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.24/38).

> começar comigo. Argumentávamos, documentávamos, denunciávamos os crimes contra a Nação. Fizemos mais: sentindo a receptividade de nossas palavras em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que constituem as maiores concentrações militares e de recursos industriais para o caso de uma guerra civil prolongada, deflagramos a campanha nas ruas das suas capitais e das cidades mais importantes e tivemos batalhadores como Abel Rafael e Aníbal Teixeira em Belo Horizonte, Pires e Hoffmann, secretários de Estado no Governo gaúcho; Rui, Damiano e Enéias, membros do governo paulista. Os nossos deputados Zanello (Espírito Santo) e Ivan (Paraná) não só brilharam com notáveis discursos na Câmara, mas também articularam seus Estados para o grande movimento na hora necessária. (...)[190]

A despeito dos exageros, diversas informações arroladas no relato de Salgado expressam a efetiva participação dos integralistas na articulação do golpe. Os diversos militares citados por Salgado – Mourão, Hasselman, Astrogildo, Teixeira Coelho -, eram efetivamente integralistas e é provável que estivessem de fato em contato com Salgado. Da mesma forma, a participação de integralistas nas mobilizações em favor da deposição de Goulart foi relevante, em especial em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, da mesma forma que a intervenção dos integralistas no debate parlamentar contribuiu para o acirramento do confronto.

8.2.3 O PRP na ditadura militar

A reação dos integralistas ao novo governo formado após a consumação do golpe foi bastante contraditória. Nos primeiros dias, foi claramente marcada pelo entusiasmo com a vitória das forças golpistas, mas rapidamente passou a oscilar entre a desconfiança e o descontentamento com os rumos tomados pelo novo governo, em particular decorrentes da não incorporação dos próprios integralistas nos principais círculos de poder.

Logo após a consumação do golpe, o PRP lançou diversas proclamações e manifestos saudando a nova ordem e proclamando a "derrota do comunismo", como exemplifica o Manifesto publicado de Diretório Regional do PRP no Rio Grande do Sul a 7 de abril:

> A vitória da Democracia, a liderança das Forças Armadas, significou o afastamento do perigo vermelho que se avizinhou célere e ameaçador. Nunca, no Brasil, estiveram as hostes comunistas numa situação tão privilegiada, mercê da complacência do Governo Federal, com a chancela de seu presidente, que se tornou, criminosamente, prisioneiro do CGT, do PUA, da UNE, dos agitadores e dos aventureiros de todos os matizes. (...) Preparavam os inimigos da Pátria o assalto final à cidadela da democracia brasileira. Vitorioso, agora, o movimento libertador, o Partido de Representação Popular,

[190] Correspondência de Plínio Salgado a Maria do Carmo Mousinho Saraiva, 1º.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.01/5).

> vanguardeiro nesta luta, proclama e reafirma os propósitos e patrióticos objetivos daqueles que detêm, em suas mãos, nesta hora decisiva, os destinos desta grande Pátria. Por isso deseja o Partido de Representação Popular manifestar, pública e solenemente, sua integral solidariedade às gloriosas Forças Armadas, ao Congresso Nacional ao Governo do Estado, à Brigada Militar, à Polícia Civil, ao Povo Brasileiro que, compreendendo a gravidade da hora presente, souberam conduzir-se com dignidade, bravura e prudência. O primeiro embate está ganho; mas a vitória só será plenamente conquistada quando tivermos criado um ambiente de paz e tranqüilidade, indispensáveis ao trabalho, ao progresso e ao bem-estar social. E isto só se concretizará quando forem postas em execução as medidas urgentes e enérgicas, capazes de extirpar, duma vez por todas, a influência e ação nefasta dos comunistas e de seus aliados, expurgando-os, para sempre, das Forças Armadas, dos cargos públicos, dos sindicatos, das organizações estudantis e de outras áreas em que penetraram para infelicitar esta Nação.[191]

Já o Diretório Regional do partido no Paraná manifestou *"o sacrossanto e cívico júbilo de ver o país libertado da escravidão que vinha já estendendo as mãos sangrentas da opressão para estrangular as liberdades e aniquilar a consciência nacional""*, concluindo que *"sobre a desordem oficializada prevaleceu a ordem. A Nação já respira. Urge estirpar sem vacilações, até as raízes, os germes que estavam consumindo as energias nacionais*".[192]

Os integralistas apoiaram a eleição indireta do Gal. Castelo Branco para a presidência da República, considerando que ela "*trará ao Brasil, vitoriosa, a restauração da Constituição e o respeito ao Congresso Nacional"*,[193] e dando lhe todos os votos de seus parlamentares. O PRP gaúcho enviou-lhe um telegrama, dando *"as mais efusivas saudações ao impoluto e intimorato guardião de nossas tradições traduzidas na indiscutível vocação democrática e no espírito cristão do povo brasileiro"*.[194]

A historiadora Ângela Flach discute os posicionamentos dos integralistas defendendo a ampliação dos expurgos no serviço público, no Rio Grande do Sul. De acordo com ela, *"o Jornal Diário de Notícias noticiou a euforia de Alberto Hoffmann frente a este fato* [cassação de mandatos parlamentares], *dizendo que 'somente do PRP não houve mandato de deputado cassado em todo o País"*.[195] Em 5 de abril, Antonio Pires defendia "um verdadeiro expurgo":

---

[191] PRP prega união para construir uma nova ordem social no País. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8.4.1964 (APHRC-FPS 114.5.REC 65).
[192] PRP rejubila-se através de Manifesto com a vitória da democracia no Brasil. *Diário do Paraná*, Curitiba, 24.4.1964 (APHRC-Pprp 114.5.REC 64).
[193] SALGADO, Plínio. Posição do Partido de Representação Popular quanto à eleição do General Castelo Branco para Presidente da República, 12.4.1962. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 257.
[194] Telegrama do PRP ao presidente Castelo Branco. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 18.4.1964 (CDAIBPRP – Recortes).
[195] Apud FLACH, op. cit., p. 75.

> O movimento havido em favor da democracia e contra a agitação comuno-esquerdista não pode ficar como uma meia-revolução, o que seria fraudar a esperança dos brasileiros e asfaltar a estrada do retorno ao poder, no futuro, dos que iludiram o povo e desserviram a Nação. No terreno político-administrativo, se impõe um verdadeiro expurgo, sem cunho de vindita, mas com firmeza. Não é possível aceitar-se conciliação com os maus, com os negocistas, com os totalitários vermelhos. Como se impõe também que não venham a dirigir a Nação os cor-de-rosa, os "melancias", os eternos habitantes de cima do muro, que pela omissão e pela incapacidade têm só contribuído para a desgraça do Brasil. A hora é dos homens de bem, de decisão e de capacidade. Considero, dentro dessa orientação, recomendável ou o Estado de Sítio ou a plena aplicação das Leis de Segurança Nacional.[196]

Os sucessivos discursos do deputado Oswaldo Zanello, amplamente adjetivados, também reforçavam a posição de que não poderia haver qualquer complacência com os integrantes do governo deposto:

> Desonesto, medíocre, incapaz, demagogo mais vulgar já surgido no país, mentiroso, insincero, inescrupuloso. Aí estão os inquéritos comprovando a corrupção de João Goulart.[197]

> É incrível que haja nesta Nação alguém que duvide dos criminosos propósitos do sr. João Goulart. Não é o ex-presidente, como se tem dito aqui nesta casa, um homem superado, um simples asilado político num país fronteiriço. É um agitador incorrigível, é um elemento ligado aos mais sinistros desígnios do comunismo internacional, é um traidor da Pátria que, escorraçado dela, pretende continuar seu trabalho criminoso.[198]

Salgado procurou influenciar nos rumos da ditadura, desde seus primeiros momentos. Em um discurso parlamentar, buscou estabelecer "os postulados da revolução brasileira":

> Toda a nossa preocupação é que se cumpram os postulados da revolução brasileira. Estes postulados estiveram na boca dos oradores, estiveram nas faixas, nos comícios, estiveram nos cartazes de rua, e se referiam a três pontos fundamentais: primeiro, a intangibilidade da Constituição, porquanto se fez esta Revolução por se ameaçar tocar na Carta Magna do País; segundo, o respeito ao Congresso Nacional, porquanto ameaçadas eram esta e a outra Casa do legislativo nos comícios de rua; terceiro, expungir o País dos elementos ligados a uma potência estrangeira que aqui agiam com a finalidade de extinguir em nossa Nação as liberdades públicas e privadas, abalar as instituições democráticas e nossas tradições cristãs. Neste instante, é preciso que, congregados, os parlamentares estejam firmes na decisão de que se cumpram estes três postulados.[199]

Se o terceiro postulado era plenamente coincidente com os objetivos dos militares, os outros dois expressavam uma clara diferença, já que para Salgado a manutenção da

---

[196] Apud FLACH, op. cit., p. 74

[197] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 28.8.1964. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 7108 (APHRC-Pprp 015.028).

[198] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 3.9.1964. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 4-5 suplementar (APHRC-Pprp 015.028).

[199] SALGADO, Plínio. Homenagem a Ranieri Mazzili, 22.4.1964. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 259.

Constituição e da autonomia do parlamento eram vistos como garantias necessárias para que pudesse continuar o proselitismo integralista, mas é evidente que os militares no poder e o grupo civil que lhe sustentava não compartilhavam com esta perspectiva. Ainda em abril, Salgado publicou um artigo discutindo os rumos do novo regime e propondo que o "combate ao comunismo" fosse ampliado, de acordo com os moldes da "revolução interior integralista":

> O Brasil salvou-se porque foi preparada uma geração de militares e civis que se abeberaram nas fontes da doutrina integralista e dos ensinamentos que ministrei sobre a estratégia e tática do comunismo. (...) Julgo de meu dever expor o que se deve fazer para impedir que o comunismo nos colha de surpresa, num futuro remoto ou próximo, encontrando os seus opositores atarantados a improvisar reações que nem sempre alcançam o êxito da que agora alcançou vitória. (...) No combate ao comunismo, cumpre nos convencermos de que se trata de uma ideologia que age segundo lúcida sistemática, suportando revezes, renascendo de suas próprias cinzas, aditando novos processos adequados às circunstâncias e preparando-se para novas oportunidades históricas, conforme ensinou Lenine. (...) A batalha contra o comunismo não pode entretanto, assumir os ares burgueses e capitalistas de certas organizações que vejo agora surgir no Brasil, completamente insensíveis à pobreza e muitas vezes patente miséria de uma população oprimida, preocupadas apenas com a manutenção de privilégios das classes por estes favorecidas e que visam exclusivamente os lucros de suas empresas e a possibilidade de continuar uma vida de ostentação e de luxo no meio dos gemidos dos infelizes. O que se tem feito até agora através dos atos dos ministros militares, nomeados constitucionalmente pelo presidente Mazzili e auto-investidos nas funções de Comando Revolucionário com poderes constituintes, é desmontar a máquina política do comunismo que vinha sendo implantado pelo ex-presidente Goulart. Mas ninguém está cogitando do maquinismo social, das infra-estruturas em que se apóia o comunismo. (...) Agora, os cristãos novos do combate anticomunista estão se mexendo. Mas como não conhecem o problema nas suas raízes mais profundas, só podem provocar antipatias populares. (...) Neste momento, incompreendido, **posto à margem** pelos usufrutuários de uma situação de privilégios, prossigo na minha luta, desfraldando a bandeira das reformas em benefício de um povo oprimido e desamparado.[200]

Ao mesmo tempo, Salgado não deixava em segundo plano a disputa no interior das Forças Armadas, onde contava com aliados importantes, a começar pelo General Olímpio Mourão Filho, o qual precipitou o desencadeamento do golpe por iniciativa pessoal e foi afastado do comando assim que o golpe foi consumado. Ainda em abril de 1964, Salgado articulou a apresentação de um projeto de lei promovendo o General Mourão, o que impediu a sua aposentadoria compulsória.[201]

---

[200] O que fazer? *Diário de São Paulo*, São Paulo, 19.4.1964 (APHRC-FPS 114.005.REC 64). Grifo meu. Nesta época, os artigos de Salgado eram publicados em toda a rede de jornais dos Diários Associados.

[201] Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 23.4.1964. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 16-18. O projeto seria de autoria de Salgado, mas foi apresentado pelo deputado Cunha Bueno, segundo Salgado, *"porque eu não queria aparecer, por termos as mesmas origens integralistas"*, e foi aprovado, efetivando a promoção de Mourão a General de Exército, com o que ele foi indicado para o Comando Militar de Recife e, posteriormente, à presidência do Superior Tribunal Militar. SALGADO,

As críticas e desconfianças em relação ao rumo tomado pela ditadura não demoraram a se tornar públicas. Muitas delas pediam uma maior radicalização, a despeito da defesa da Constituição e do Parlamento feita por Salgado. No final de abril, o deputado Zanello criticou o governo pela demora em efetivar o rompimento formal das relações com Cuba e a União Soviética,[202] voltando ao assunto em julho: "*Não se compreende que até agora não tenha o Brasil rompido definitivamente com a Rússia Soviética. (...) Argumentam alguns que o Brasil precisa comerciar com a área comunista. O mesmo argumento foi usado pelos srs. Jânio Quadros e João Goulart. (...) Não há interesse de qualquer ordem em mantermos relações diplomáticas, comerciais, culturais ou de outra espécie com a Rússia"*.[203] Em outubro, *A Marcha* acirrava a crítica, sustentando que João Goulart e os comunistas deviam estar satisfeitos com os rumos do governo militar, pois este concretizava os objetivos daqueles:

> O povo de Minas Gerais, as multidões que se mobilizaram em São Paulo e a deflagração de um movimento nacional de caráter exclusivamente civil, operaram o que Lenine denominava "pressão das massas" sobre as forças militares do País. O que objetivava esse levantamento de forças da opinião brasileira?
>
> 1º) o respeito à Constituição que o Governo pretendia reformar ao seu talante;
> 2º) o respeito ao Congresso Nacional, ameaçado até de fechamento nos comícios demagógicos presididos pelo próprio Chefe da Nação;
> 3º) O expurgo de elementos comunistas dominantes nos postos-chaves da administração do País;
> 4º) A refutação de todas as teses apresentadas pelo Governo Goulart.
>
> Resultado da deposição de João Goulart:
>
> 1º) A Constituição está sendo reformada, a galope, muito mais do que desejava Goulart;
> 2º) O Congresso foi coagido pelo Ato Institucional muito mais do que desejava Goulart;
> 3º) Os que executaram a política exterior de Jânio e Jango e por ela propugnam; os que sustentavam as reformas de Jango, os que trabalham por uma política comunizante no País, continuam isentos e imunes contra qualquer restrição a suas atividades, a influir no governo dito revolucionário;
> 4º) As teses do sr. João Goulart são as triunfantes e apoiadas pela UDN (que as combatia) sob o pretexto de que sua oposição anterior era de caráter pessoal; e nem se fale no PTB, que está radiante de felicidade, nem no PSD, o grande oportunista e viciado em se agregar ao Poder.
>
> O sr. Goulart está vitorioso: o voto aos analfabetos; maioria simples para reformas constitucionais; compra das concessionárias; reforma agrária com reforma da Constituição; política exterior; e numerosas proposições da caterva esquerdo-comunista que informava, orientava e dirigia o seu Governo. Os comunistas na Câmara infiltrados

---

Plínio. Olímpio Mourão Filho, 10.6.1972. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 792. Em 1968, Mourão *"lamentou que a doutrina de Plínio Salgado 'não tenha sido compreendida pelo povo'"*. Mourão faz elogios. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27.8.1968 (APHRC-FPS 115.005.REC 68).

[202] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 27.4.1964 (APHRC-FPS 015.028).

[203] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 22.7.1964 (APHRC-FPS 015.028).

> em todas as legendas, exceto a do PRP, se mostram entusiasmados com as mensagens presidenciais, todas "melhores" que as de Jango.[204]

Embora completamente apartada da realidade, esta manifestação é expressiva da pouca influência exercida pelos integralistas no governo militar naquele momento, e da sua conseqüente insatisfação. Um dos prováveis motivos desta pouca influência era a aliança estabelecida entre o grupo militar liderado pelo Mal. Castelo (a chamada "Sorbonne") e as lideranças udenistas,[205] historicamente adversárias do integralismo. Além disso, no próprio terreno militar, os oficiais identificados com as posições dos integralistas teriam ficado isolados. De acordo com Trindade, *"A disputa pelo poder no pós-64 conduziu a uma aliança entre os moderados da "Sorbonne" e a "linha dura", comandada pelo Ministro da Guerra, Costa e Silva, que converge na indicação para a Presidência da República do general Castelo Branco, marginalizando o grupo "anti-Sorbonne", liderado pelo chefe-militar do golpe de 31 de março, o general Mourão Filho"*.[206]

Em maio de 1964, por ocasião de uma visita do presidente Castelo Branco ao Rio Grande do Sul, os integralistas gaúchos lhe entregaram o documento "Denúncias e sugestões ao novo governo brasileiro", apontando quinze supostas falhas do sistema político brasileiro, e propondo a adoção do corporativismo:

> Julgamos que é o momento de se aproveitar a enorme organização classista existente no Brasil, de empregados e empregadores, de profissões liberais, do magistério, das Forças Armadas, do funcionalismo, etc., de forma a que elas se façam representar de maneira efetiva e total nas casas legislativas. (...) Outra sugestão: Transformar o Senado Federal em Câmara Econômica, com representação exclusiva das classes sindicalizadas, nela incluídos os representantes da indústria, do comércio, da agricultura e pecuária, das profissões liberais, dos trabalhadores nas suas principais categorias, das Forças Armadas, das entidades culturais e religiosas. (...) Os vencimentos dos representantes do povo seriam custeados 50% pelas entidades profissionais e 50% pelo Poder Público. (...) O sistema popular representativo poderia, com o tempo, ser alterado para a fórmula pura e simples de representação profissional, nela sempre incluídas as Forças Armadas, as entidades culturais, religiosas e outras categorias não econômicas. A eleição dos mandatários da Nação, dos Estados, dos Municípios, seria procedida pela eleição indireta, isto é, pela maioria dos votos das casas legislativas federais, estaduais e municipais, respectivamente.[207]

Em julho, um integralista alagoano indagava a Salgado: *"o sr. não espera que surja uma 2ª fase... nesta Revolução? Tudo indica que o* ***danado do Liberalismo*** *penetrou no*

---

[204] Política e políticas: extinção e reformulação dos partidos. A Marcha, Rio de Janeiro, out. 1964, p. 2.
[205] A existência desta aliança é sustentada em TRINDADE, *O radicalismo militar...*, op. cit., p. 128.
[206] Idem, ibidem, p. 129.
[207] Denúncias e sugestões ao novo governo brasileiro, maio 1964 (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Nacional).

espírito da Revolução de 31 de março, e se assim continuar, haverá um fracasso completo".[208] Em outubro, Salgado já enunciava abertamente seu descontentamento com o crescente controle de um grupo militar sobre o poder político:

> O Presidente Mazzili, constitucionalmente empossado, nomeou o seu Ministério, inclusive os ministros das três pastas militares. Logo depois, estes se auto-investiram nos Poderes Constituintes inerentes ao Comando Revolucionário e editaram o Ato Institucional, que, conservando a Constituição vigente, reformava-lhe vários artigos. Desde este instante, tornava-se evidente uma dualidade de governo: o constitucional e o revolucionário. Ao Congresso foram determinadas restrições, que tiveram por conseqüência a reforma, a todo o galope, dos seus Regimentos Internos.
>
> Fizera-se a revolução pela intangibilidade da Constituição ameaçada por Goulart e o respeito ao Poder Legislativo também ameaçado pelo Presidente deposto, mas as circunstâncias imperativas do momento e os argumentos de assessores civis para a elaboração do Ato forçaram os três ministros militares a fazer o que talvez não desejassem.
>
> Os comunistas, habilíssimos em suas manobras, vendo seus destacados chefes presos ou foragidos, dissimularam-se manhosamente de tal maneira que desviaram os objetivos fundamentais do movimento armado, que eram os de efetivar rigoroso expurgo dos agentes de Moscou. Voltaram-se mais os chefes revolucionários para a perseguição dos corruptos do que para a investigação profunda tendente a desentocar os comunistas de lugares ainda que secundários, mas preciosos para suas manobras.
>
> Não há a menor dúvida de que os chefes revolucionários praticaram atos e adotaram medidas salvadoras da Nação, como o fechamento do CGT e da UNE, a decretação de prisões de ex-ministros e altos funcionários gravemente comprometidos com o governo deposto, a cassação de mandatos se não de todos, pelo menos de alguns parlamentares comunistas e a suspensão de direitos políticos de vários cidadãos. **Mas o fato é que, se muitas cassações foram justas e necessárias, algumas não o foram e outras que se deviam fazer não se fizeram.** O povo começou a ter a impressão de que nessas providências repressivas ou premonitórias havia **influência de grupos políticos** ou de vindita por parte dos denunciadores que nunca faltam nessas ocasiões a saciar velhos ódios. (...)
>
> Mas chegamos agora a um momento que exige reflexão, equilíbrio e atitudes ponderadas. O governo do marechal Castelo Branco – imbuído dos melhores propósitos – encontra-se diante de imensas dificuldades. Não devemos perder tempo em esmiuçar o passado, em esvurmar tambores antigos, transformando um movimento de tão grande beleza patriótica, numa inquisição à qual não faltarão delatores de falsidades e industriais de calúnia. A corrupção só se extingue por uma reforma de alto a baixo nos costumes e principalmente pelo exemplo dos responsáveis pelo poder. (...)
>
> O Povo Brasileiro está ansioso por duas soluções: a econômica, que o possa aliviar de um custo de vida desesperador; a de estabilidade constitucional e jurídica, sem a qual não há segurança para as iniciativas privadas, nem confiança nas leis, nem tranqüilidade para os que querem trabalhar e produzir em benefício próprio e da Nação.

---

[208] Correspondência de Wanillo Galvão a Plínio Salgado, 1º.7.1964 (APHRC-Pprp 64.07.01/4). Grifo meu. Galvão era o presidente da Patrulha Nacional Cristã, uma organização para-militar vinculada a CCCJ, e escrevia a Salgado solicitando *"a inclusão no orçamento da República de hum milhão e meio de cruzeiros* [R$ 25.404,70], *como verba ordinária para as obras sociais da PNC"*.

> Que os líderes partidários sejam chamados a debater com o presidente os assuntos objeto de mensagem ao Congresso – Urge que o presidente Castelo Branco tome contato com esses legítimos representantes da vontade popular. O governo não pode se divorciar da opinião pública e das correntes de pensamento que atuam sobre os problemas fundamentais da Nação.
>
> **Completamente posto à margem,** depois de lutar dois anos seguidos pela vitória dessa revolução, entendo que **se o governo não quer conversar comigo, conversarei com o Povo Brasileiro**.[209]

A interpretação deste posicionamento deve levar em conta que a fração militar que controlava o poder tinha vínculos próximos com a UDN, a qual, por sua vez, controlava o Bloco Parlamentar Revolucionário, de apoio ao governo. Assim, a "influência de grupos políticos" denunciada por Salgado provavelmente se refira aos udenistas, possíveis responsáveis pela marginalização dos integralistas. Também surpreende a repreensão à "perseguição aos corruptos", apontada como uma "manobra manhosa" dos comunistas, bem como a denúncia de cassações injustas. Uma possível explicação pode ser encontrada no fato de que vários integralistas encontravam-se sob investigação, e alguns chegaram a ser presos, dentre os quais o ex-deputado João de Holanda Cunha[210] e o veterano integralista Geraldo Mello Mourão,[211] que ficaram vários meses detidos. O deputado Zanello denunciou que *"um grupo de militares irresponsáveis está neste momento de tamanha gravidade para os destinos desta Nação criando os mais sérios problemas para a restauração da democracia neste país"*, agindo *"no desejo mais solerte e impatriótico de desmoralizar o sistema representativo, como preparação para a implantação de uma ditadura militar no Brasil* [sic]". Para o deputado integralista, a chamada "linha dura" pretendia desmoralizar o Parlamento: *"as recentes declarações à imprensa relativamente ao Presidente desta Casa, feitas por um militar graduado, presidente de um dos milhares*

---

[209] SALGADO, Plínio. O momento político. A Marcha, Rio de Janeiro, out. 1964, p. 3. Grifos meus.

[210] Não foi possível descobrir as acusações que levaram à sua prisão. Salgado interveio diretamente para sua liberação, como evidencia um telegrama seu a Juarez Távora: *"Comunico vossência telegrafei Governador Estado Pará, seguinte teor: 'Reitero pelo presente pedido feito pelo Senhor General Mourão Filho à liberação do senhor Holanda Cunha, elemento sempre combateu comunismo sob minha orientação, encontrando-se agora detido nessa capital sem nada contra ele deponha'. Peço também sua valiosa intervenção"*. Telegrama de Plínio Salgado a Juarez Távora, s./d (APHRC-Pprp 64.00.00/32). É surpreendente que Salgado tenha recorrido a Távora, seu adversário desde a campanha de 1955.

[211] Também não sabemos que acusações lhe eram imputadas, mas a reação dos integralistas à sua prisão foi distinta, como evidencia carta de Wanillo Galvão: *"Vou reunir, nesta semana, o DR do Partido* [de Alagoas], *a fim de estudarmos o caso Mello Mourão, tendo em vista a sua recente prisão. O que é necessário é levar ao conhecimento do povo alagoano que o referido senhor não faz parte do PRP e que seu nome fora lançado, nas eleições passadas, tão somente pela coligação PTB-PSP, pois o nosso partido não tomou parte, oficialmente, naquela campanha, porquanto não houvera nem Convenção"*. Correspondência de Wanillo Galvão a Plínio Salgado, 1º.7.1964 (APHRC-Pprp 64.07.01/4). A alegação de Galvão é insustentável, pois embora o PRP não contasse com Diretório Regional em 1962, a inclusão de Mello Mourão na referida chapa foi referendada pelo partido, e ele nunca se desligou do PRP.

de IPMs atestam a falta de serenidade, de equilíbrio, de bom-senso e de ética profissional e capacidade para exercer tal função".[212] Em novembro, Salgado foi diretamente atingido por um Inquérito Policial Militar (IPM), denunciado como devedor de aluguéis atrasados no apartamento em que residia, acusação que repudiou afirmando inexistir tal dívida, rebatendo que *"os chamados IPMs assumiram as rédeas do Governo nacional, praticando todos os atos de tropelias a que estarrecido assiste o povo brasileiro"*.[213]

As críticas ao governo militar – sempre preservando a figura do presidente Castelo Branco – também tomaram a forma da denúncia da subordinação de setores governamentais aos interesses das corporações estrangeiras, uma denúncia pouco comum na trajetória integralista. Zanello proferiu vários discursos denunciando a ação da mineradora Hanna Corporation no país, que teria conseguido "*introduzir suas pontas de lança no governo brasileiro*", "*se assenhorando de vantagens e concessões de tal espécie que estrangulará a economia dos mineradores nacionais*, com o que poderia se tornar, "*se obtiver as condições pleiteadas, num futuro não muito remoto, senhora absoluta não apenas das imensa jazidas ferríferas do Brasil, senão de nossa própria estrutura de importação de minério"*.[214] Zanello denunciava ainda que *"existem dentro desta Nação patrícios nossos que traem os supremos interesses da Pátria, a troco do dinheiro sujo de criminosos internacionais"*, esperando "*ver o governo do eminente Presidente Castelo Branco afastar da administração pública do Brasil, como autênticos traidores desta Nação"*[215]

As críticas se expressavam também na correspondência privada de Salgado, nas quais reafirmava que a orientação do governo *"em projetos e reformas obedece à linha de João Goulart"*,[216] e que *"a incompetência dos assessores do Presidente vai levar este país àquele abismo de que sempre ouvimos falar sem conhecer-lhe à fundo. Os projetos do Governo que vão para a Câmara são todos do João Goulart. Não compreendo, pois, a*

---

[212] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 12.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 8222. Zanello encerrava convocando *"a atenção do eminente Presidente Castelo Branco e do Ministro Costa e Silva para que afastem do governo os militares que estão agindo subversivamente, orientados pelo mais degradante e impatriótico extremismo"*.
[213] SALGADO, Plínio. Atuação de IPMs e acusações gratuitas, 21.11.1964. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 261.
[214] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 20.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 9201 (APHRC-FPS 015.028).
[215] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 18.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 8740 (APHRC-FPS 015.028).
[216] Correspondência de Plínio Salgado a José Melo Lessa, 20.10.1964 (APHRC-Pprp 64.10.20/8).

razão pela qual o derrubamos [sic]*"*.[217] Em uma carta enviada a Hugo Berta, dirigente do PRP gaúcho, Salgado explicitava toda sua insatisfação com os rumos do governo Castelo Branco: *"Lamentavelmente, estamos regredindo, com o Governo medíocre, que à míngua de idéias, adota as de João Goulart, como o voto ao analfabeto, a compra das concessionárias e, sobretudo, a reforma da Constituição para a reforma agrária, que provocou o movimento popular de Minas Gerais, de que resultou a revolução de 1º de abril (dia da mentira)"*.[218] Sobre o projeto de "reforma agrária" aprovado, Salgado acrescentava que *"com 34 homens de coragem, de fibra, de cabeça erguida, lutei contra essa emenda, que foi aprovada pela subserviência dos que adotam o calor do poder"*.[219]

Algumas medidas do governo, no entanto, recebiam o aplauso público dos integralistas, em especial a política externa de alinhamento com os Estados Unidos e a radicalização da repressão (desde que não atingisse os próprios integralistas). O deputado federal Afonso Anschau comemorava os seis meses da posse de Castelo Branco afirmando que *"o presidente não se afastou um milímetro sequer da posição que definiu em seu discurso de posse. Na política externa, recolocou o Brasil ao lado das democracias ocidentais das quais somos herdeiros de todo o patrimônio universal e cristão de que tanto nos ufanamos"*.[220] Zanello elogiava "*a Mensagem visando a extinção de um dos maiores antros de subversão deste país: a UNE"*, considerada *"o maior e mais perigoso órgão de corrupção já havido no Brasil"*.[221] A destituição do governador do estado de Goiás, Mauro Borges, e a intervenção federal naquele estado foram entusiasticamente aplaudidas pelos integralistas, inclusive quando a Câmara votou a derrubada de uma liminar do Supremo Tribunal Federal. A Bancada do PRP foi unânime na aprovação da intervenção[222], e Salgado repudiou a tese de que a intervenção ameaçava a integridade nacional: *"a integridade não se refere unicamente ao território, mas ao corpo social, que pode desintegrar-se mesmo sem separatismo, como aconteceu em Cuba. Esse tipo de*

---

[217] Correspondência de Plínio Salgado a Bretas, 9.11.1964 (APHRC-Pprp 64.11.09/9).
[218] Correspondência de Plínio Salgado a Hugo Berta, 9.11.1964 (APHRC-Pprp 64.11.09/18).
[219] Idem, ibidem.
[220] Discurso de Afonso Anschau na Câmara dos Deputados em 20.10.1964. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 9198 (APHRC-FPS 015.024).
[221] Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 26.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1964, p. 9505 (APHRC-FPS 015.028).
[222] Cf. SALGADO, Plínio. Intervenção em Goiás e autonomia dos Estados, 29.11.1964. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 265.

desintegração é até mais perigoso, pois tratando-se de uma parte componente do todo, este pode infeccionar-se, deteriorar-se, desintegrar-se por inevitável contágio".[223]

A despeito dos desentendimentos entre os integralistas e a cúpula militar e seus principais apoiadores civis, um integrante do PRP foi nomeado interventor na prefeitura de Salvador, por imposição do Comando Militar, em 24 de abril de 1964.[224] As pressões militares que levaram à sua "eleição" são relatadas em carta enviada a Salgado pelo líder integralista baiano José Penedo:

> O Dr. Nélson assumiu o cargo de Prefeito, em decorrência do impedimento e prisão do prefeito anterior. O nosso companheiro Dr. Nelson Oliveira, que se encontrava integrado no esquema revolucionário atuante na Bahia desde há muito tempo, teve o seu nome aprovado por inspiração [sic] do comando militar. Daí a unanimidade de sua eleição. Antes, por desejo da Câmara de Vereadores, havia 4 nomes em pauta, mas os militares não admitiram sequer discussão sobre o assunto e se fixaram no nome do Dr. Nelson. Levando, sobretudo, em conta, as suas excepcionais qualidades de homem público inatacável, amplamente conhecido em todos os meios baianos pela sua probidade e honradez. Assim é que tivemos a oportunidade de pôr um integralista à frente da Prefeitura de Salvador. A nossa posição junto ao setor militar ainda continua fortalecida, não obstante a intriga permanente que alguns políticos e setores inconformados, localizados, notadamente, na UDN e PDC, vêm fazendo na área militar.[225]

Meses depois, Penedo informou que esteve, *"recentemente, com o Prefeito Nelson Oliveira, no Rio, a chamado dos setores da Revolução"*, considerando os contatos efetivados como bem-sucedidos: *"Existe, nestes setores da Revolução, um grande desejo de ampliação do número de elemento civil nos quadros dirigentes do movimento. Creio que a posição, aqui, é de ampliar perspectivas. (...) Pelo que notei, há simpatias a nosso respeito dentro da conjuntura partidária atual"*.[226] Por outro lado, Penedo afirmava que os *Diários Associados* e a UDN sustentavam uma campanha contra o prefeito, colocando em risco sua situação, já que o novo comandante militar da região era ligado a Juarez Távora.[227] Esta campanha contra a gestão integralista teria prosseguido durante todo o ano seguinte, mantendo-a em permanente crise política.[228] A nomeação de Oliveira para a prefeitura de Salvador evidencia que os integralistas também contavam com articulações

---

[223] SALGADO, Plínio. O caso de Goiás. *A Marcha*, Rio de Janeiro, nov./dez. 1964, p. 1.
[224] Cf. Telegrama de José Penedo a Plínio Salgado, 25.04.64 (APHRC-Pprp 64.04.25/1).
[225] Correspondência de José Penedo a Plínio Salgado, 5.6.1964 (APHRC-Pprp 64.06.05/4).
[226] Correspondência de José Penedo a Plínio Salgado, 1º.12.1964 (APHRC-Pprp 64.12.01/3).
[227] Idem, ibidem.
[228] Correspondência de Nelson de Oliveira a Plínio Salgado, 28.9.1965 (APHRC-Pprp 65.09.28/4). Oliveira não esclarece o conteúdo das denúncias, apenas a minimizava as dificuldades, afirmando que o que havia era uma "*pseudo-crise*", acrescentando que "*na realidade, nada existe*".

no meio militar, ainda que estas fossem insuficientes para colocar-lhes em evidência maior no âmbito nacional ou influírem decisivamente nos rumos políticos do país.

Os integralistas ocuparam ainda alguns cargos sem maior importância política durante o governo Castelo Branco, como uma diretoria do Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), ocupada por Wicar Teixeira, e, a partir de janeiro de 1965, a Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, ocupada por Luis Compagnoni.[229] Os integralistas também se beneficiaram das cassações de parlamentares, ampliando sua bancada, como ocorreu com a posse na Câmara Federal do então suplente Ubirajara Índio do Ceará (CE).[230] Em termos gerais, no entanto, sua participação no governo Castelo Branco foi pouco expressiva, o que parece ser um dos principais motivos da insatisfação dos integralistas.

Durante todo o ano de 1965, o PRP manteve-se oscilando entre a manifestação de apoio e a explicitação de críticas aos atos do governo militar, inclusive tendo apoiado candidatos tidos como oposicionistas nas eleições estaduais e combatido o projeto de Lei Orgânica dos partidos que limitava a organização partidária, como discutiremos nas seções seguintes. Em uma entrevista em janeiro de 1965, Salgado negou a qualificação de "Revolução" ao golpe militar:

> Não posso denominar revolução o episódio de 31 de março. Foi apenas um movimento patriótico, que se destinava a deter a demagogia dissolvente exercida pelo presidente João Goulart. Uma revolução traz ideologia, é portadora de uma doutrina. E o movimento de março, uma vez vitorioso, foi (ele próprio) tomado de surpresa diante dos problemas nacionais, que desde então deveriam ser submetidos à sua responsabilidade.[231]

Ainda no início daquele ano, os integralistas protestavam contra o aumento salarial concedido aos portuários, que teriam seus salários aumentados em 57%, indagando: "*Que revolução é esta? É assim que vamos endireitar o Brasil?*".[232] Em junho, um dos editores de *A Marcha*, o General Carlindo Lopes critica uma eventual "sabotagem" às eleições estaduais que seriam realizadas naquele ano:

> As eleições de onze governadores de Estado deverão realizar-se no próximo dia 3 de outubro. (...) Quem decide nesta matéria é o presidente da República, e por tudo quanto se

---

[229] Luis Compagnoni é o primeiro Procurador-Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jan./fev. 1965, p. 6. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário foi criado junto com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em substituição do SUPRA.
[230] Mais um deputado federal do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, abr./mai. 1965, p. 1.
[231] Não foi uma revolução o movimento de 31 de março: Plínio Salgado (aos setenta anos) não é da direita, da esquerda ou do centro. *Gazeta*, São Paulo, 28.1.1965 (APHRC-FPS 114.5 REC 65).
[232] Sem Comentário. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jan./fev. 1965, p. 2. A política antitrabalhista sustentada pelos integralistas será discutida no próximo capítulo.

> conhece a respeito do seu pensamento, as eleições para governadores constituem um ponto capital de sua política, visando a plena restauração da vida democrática no país. (...) Ou será que dentro do próprio governo existe quem não esteja trabalhando no mesmo ritmo do presidente, e procure por meio de delongas desnecessárias, sabotar as eleições?[233]

Os integralistas também criticaram enfaticamente o projeto de lei (oriundo da presidência) que estabelecia o tempo mínimo de quatro anos de domicílio eleitoral para os candidatos a cargo público, o que para Salgado seria uma agressão contra a Unidade Nacional, o Nacionalismo e o caráter ideológico dos partidos.[234] A declaração de voto contra o projeto, assinada pelos sete parlamentares do PRP, foi apresentada por Salgado:

> O inciso IV no art. 139 da Constituição, exigindo quatro anos de domicílio eleitoral no Estado para qualquer cidadão ser candidato à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, primeiro, fere de morte o sentido e o espírito dos partidos nacionais; segundo, restringe os direitos políticos dos cidadãos brasileiros; terceiro, extingue a substância doutrinária das organizações partidárias conhecidas em todo País pelo seu conteúdo programático, normas de ação e atitudes comuns a brasileiros de todos os Estados na objetivação de interesses genuinamente nacionais; quarto, desvincula o eleitorado nacional das motivações nacionais; quinto, violenta os legítimos direitos de escolha do eleitorado brasileiro circunscrito aos âmbitos do Estado; sexto, representa uma regressão intelectual, moral e cívica nos costumes políticos brasileiros, porque institui no Brasil os critérios opinativos sobre matérias doutrinárias subordinados a zoneamentos da clientela, restaurando o caciquismo político e a dominação dos caudilhos.[235]

As manifestações dos integralistas em defesa do governo Castelo Branco, em 1965, foram menos recorrentes. A mais relevante teve como objeto o envio de tropas brasileiras para sustentar o golpe militar na Republica Dominicana, enfaticamente defendido por Salgado:

> Devemos mandar tropas? Que as mandemos! Disse o ilustre orador que não temos obrigação de mandar. Realmente, não temos obrigação. Temos interesse em mandar, para defender a liberdade dos povos do Novo Mundo, para não sermos omissos e covardes, para evitar grandes desgraças futuras, cortando o mal pela raiz. (...) A República de São Domingos, em território, em população, em importância econômica, não pode ser objeto, nem o poderia ser, de ambições dos Estados Unidos. Se os Estados Unidos tiveram de tomar providências urgentes e enérgicas neste caso, não foram, por certo, orientados por um imperialismo, por uma intenção de dominar os povos da América. Pelo contrário, se ali foram as forças americanas, é porque alguma coisa maior estava em perigo. (...) Srs. deputados, quando estes argumentos não bastassem, um para mim basta, e é da maior importância: temos na Presidência da República um homem honrado, cuja honestidade de propósitos nem os seus opositores negam. Quando Sua Excia. nos enviou esta mensagem,

---

[233] LOPES, Gal. Carlindo. Processo eleitoral em compasso de espera. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jun. 1965, p. 3.
[234] SALGADO, Plínio. Revolução Suicida. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 6.6.1965, p. 2 (APHRC-FPS 115.001.REC 66).
[235] SALGADO, Plínio. A exigência de quatro anos de domicílio eleitoral, 4.6.1965. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 275.

> para que o Congresso decidisse, deve ter pesado as suas responsabilidades. Tenho colaborado, ativamente, para a Revolução de 31 de março, apóio francamente o atual Governo e, somente no dia em que dele divergir por uma causa grave, deixarei de dar-lhe apoio.[236]

Salgado era explícito no apoio à política estado-unidense, inclusive no que se refere à desconsideração dos organismos internacionais, afirmando que *"os Estados Unidos, diante dos apelos desesperados, não só de norte-americanos, como de cidadãos de outros países pedindo socorro contra a chacina que se desenvolvia tragicamente naquela pequena República, não poderiam esperar pela burocracia* [sic]*, pelas discussões, pela casuística da OEA, e teria de agir imediatamente, submetendo depois seu procedimento às Nações Americanas"*, o que permitiria concluir que *"os Estados Unidos criaram juízo* [sic]*, depois de tantos erros, e agiram com precisão e inteligências"*.[237]

Outra política amplamente apoiada pelo partido em 1965 foi a continuidade dos expurgos no serviço público. O jornal *A Marcha* divulgou critérios para que seus leitores identificassem os "comunistas", apelando para que todos cooperassem *"com a Revolução no sentido de alijar dos postos em que ainda se encontram os elementos comunistas ou pára-comunistas que se sustentaram em cargos e posições seguras, apesar da Revolução de 31 de março"*, considerando que *"sobrou muito da Revolução. Precisamos ver essas sobras e empreender, com ânimo, a 'Operação Limpeza'. (...) Esperamos a colaboração de nossos leitores, com fatos, nomes e argumentos convincentes. Será um serviço prestado à Nação Brasileira"*.[238]

Mesmo com todas as críticas e ressalvas, os integralistas apoiaram a prorrogação do mandato de Castelo Branco, talvez para evitar sua total incompatibilização com o governo militar. O jornal *A Marcha* reivindicava ao deputado Zanello a primazia da apresentação da proposta de prorrogação:

> O primeiro pronunciamento na Câmara em favor da nova prorrogação do mandato do Presidente Castelo Branco foi feito pelo sr. Oswaldo Zanello (PRP-ES), que se colocou "ao lado daqueles que entendem patrioticamente que o atual Chefe do Governo deve permanecer no poder até que o Brasil veja consolidados os objetivos e ideais da revolução, possibilitando a grandeza desta Nação e a felicidade do povo brasileiro". A

---

[236] SALGADO, Plínio. Autodeterminação dos povos e a remessa de tropas para a República Dominicana, 18.5.1965. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 434-438. É evidente que o "franco apoio" ao governo e o critério de considerar como argumento suficiente para a aprovação de um projeto o seu encaminhamento pelo presidente Castelo Branco não tinham nenhuma consistência, já que outros projetos por ele enviados, como a Lei Orgânica dos Partidos e a obrigatoriedade de domicílio eleitoral por quatro anos, foram combatidos pelos integralistas e tiveram voto contrário de sua bancada.
[237] Tabuleiro Internacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, abr./mai. 1965, p. 5.
[238] Apud. FLACH, op. cit., p. 83.

> democracia – disse o sr. Oswaldo Zanello – não há de ser um regime suicida que permita a entrega do País, depois de uma amarga e dolorosa experiência, a um grupo que tentou destruir todas as reservas morais da nacionalidade. (...) Não é justo, pois, que a Revolução se apresente à consideração do eleitorado antes que os resultados dos benefícios de suas medidas saneadoras se façam sentir em toda a sua intensidade.[239]

Este apoio pode parecer paradoxal, em vista das inúmeras restrições ao governo de Castelo Branco. Ainda assim, parece-nos que havia a preocupação de manter tais críticas dentro de certos limites, sempre evitando atribuir diretamente ao presidente a responsabilidade pelas medidas criticadas, e buscando-se manter e ampliar as articulações com as lideranças políticas e militares detentoras de maiores parcelas de poder. Tal política torna compreensível o apoio à prorrogação do mandato presidencial, ainda que não tenha impedido que o partido tomasse posições autônomas nas eleições estaduais de 1965 e lutasse contra o projeto de Lei Orgânica dos Partidos.

8.2.4 As eleições estaduais de 1965

Em 1965 ocorreram eleições estaduais em 11 estados, as últimas eleições diretas para governador antes de 1982. O resultado destas eleições foi claramente desfavorável à UDN,[240] o que também desagradou o governo militar, uma vez que a UDN era o partido majoritário do Bloco Parlamentar Revolucionário, de sustentação do regime. A vitória de candidatos apresentados pela coligação PSD-PTB em estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais é correntemente apontada como uma das motivações para o fechamento ainda maior do regime, e, particularmente, da imposição do Ato Institucional número 2, que extinguiu os partidos políticos existentes e impôs o bipartidarismo.[241]

Neste contexto, chama atenção o fato de que nos principais estados o PRP não integrou coligações junto à UDN e, na Guanabara e em Minas Gerais, apoiou os candidatos pessedistas, apoiados também pelo PTB. Infelizmente foi possível determinar a posição assumida pelo PRP em apenas cinco estados,[242] dentre os quais encontram-se os três estados cuja eleição teve maior ressonância nacional (Minas Gerais, Guanabara e Paraná):

---

[239] Prorrogação do mandato de Castelo Branco. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jun. 1965, p. 2.

[240] A UDN foi vitoriosa em apenas três estados, todos de pouca importância em termos nacionais: Maranhão (José Sarney), Goiás (Otávio Siqueira) e Pará (Alacid Nunes), sendo que nos dois últimos o PTB integrava a coligação vitoriosa.

[241] Esta tese é defendida em LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática:* o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 64; e em GRIMBERG, op. cit., p. 28: *"Realizadas as eleições e derrotados os candidatos da UDN em 9 dos 11 estados, a idéia original de apenas reformar o sistema partidário existente foi alterada"*.

[242] Os demais estados em que foram realizadas eleições são Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pará, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

TABELA 30 – Candidatos aos governos estaduais apoiados pelo PRP nas eleições de 1965				
Estado	**Candidato ao Governo**	**Partido**	**Partidos Coligados**	**Eleito?**
Alagoas	Arnon de Mello	PDC	PTN	Não
Goiás	Peixoto Silveira	PSD	-	Não
Guanabara	Francisco Negrão de Lima	PSD	PTB	Sim
Minas Gerais	Israel Pinheiro	PSD	PTB	Sim
Paraná	Bento Munhoz da Rocha	PR	PSP – PTB	Não
Fonte: TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília, Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes; jornal *Idade Nova*; Documentação do Diretório Nacional.				

A posição assumida pelo PRP no Paraná foi bastante curiosa: o partido lançou a candidatura de Paulo Pimentel, posteriormente assumida pelo PTN, PSD e PDC, pretendendo indicar o candidato a vice. No entanto, tendo sido preteridos na escolha do vice, os integralistas passaram a apoiar seu adversário, Bento Munhoz da Rocha, contando inclusive com a participação direta de Salgado na campanha.[243]

Na Guanabara, Negrão de Lima era apresentado por *A Marcha* como *"um homem talhado para governar a Guanabara e dar a este Estado uma voz nos Conselhos da República"*, e ainda como *"garantia de paz, de ordem, de progresso"*.[244] A eleição naquele estado teve grande importância também pela repercussão da derrota do candidato udenista para a candidatura presidencial de Carlos Lacerda. Assim, a despeito da aproximação entre os integralistas e Lacerda no contexto da conspiração golpista, as divergências com o governador carioca voltaram a prevalecer.

Também em Minas Gerais – outro estado então governado pela UDN, com um governador que teve papel relevante na deposição de Goulart (Magalhães Pinto) -, os integralistas apoiaram um candidato apresentado pela coligação PSD-PTB. A eleição naquele estado sofreu interferência direta do governo federal, que impugnou o primeiro candidato apresentado pelo PSD, Sebastião Paes de Almeida, gerando forte reação de *A Marcha*, acusando a UDN de manobrar para a impugnação*: "Minas Gerais fez a Revolução. E agora se levanta o povo de Minas Gerais, exigindo que seja respeitada a sua liberdade de escolha. Essa escolha recaiu, de início, em Sebastião Paes de Almeida. Esbulhado este em seus direitos* ***pelo partido que nada tendo arriscado na Revolução, dela se locupletou como usufrutuário****, o PSD não teve dificuldades: lançou o nome de*

[243] Munhoz da Rocha: candidato vitorioso no Paraná. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1965, p. 3.
[244] Negrão de Lima: candidato do povo apoiado pelo PRP – Mensagem de Plínio Salgado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1965, p. 1.

Israel Pinheiro, que desde logo empolgou a opinião pública mineira".[245] O engajamento integralista na eleição mineira levou Salgado a lançar um Manifesto aos mineiros, considerando aquela eleição um "*momento decisivo da História do vosso Estado"*, no qual *"Minas, vanguardeira e iniciadora da Revolução de 31 de março, terá de optar: ou pela continuação de uma política partidária que a restringe no âmbito estreito das competições facciosas, ou o alargamento de sua visão, objetivando realizar em ritmo acelerado o seu progresso e concorrer para a grandeza da Nação"*.[246]

A posição dos integralistas, apoiando candidatos tidos como oposicionistas nos principais estados, pode parecer um paradoxo em face de seu apoio ao golpe militar, ainda mais em vista da participação do PTB nas coligações integradas pelo partido. Tal posição deve ser interpretada como um importante indicador do alijamento em que se encontravam os integralistas em relação ao núcleo civil e militar do poder. O apoio a tais candidatos não era apresentado como uma ruptura com o governo, mas certamente evidencia as insatisfações dos integralistas e, especialmente, expressa uma degeneração das relações entre integralistas e udenistas.

8.2.5 O PRP contra a extinção dos partidos políticos

A possibilidade de imposição de restrições à organização partidária foi abertamente cogitada a partir da consolidação da ditadura militar. Ainda em abril de 1964, o jornal *Diário de Notícias* informava que tinham sido feitas "*sondagens junto às principais direções dos partidos, com o objetivo de pôr fim à pluralidade partidária"*, reduzindo o número de partidos para dois ou três.[247] Ainda assim, a historiadora Lúcia Grimberg registra que *"durante o ano de 1964, o Governo Castelo Branco não editou nenhuma lei relativa ao funcionamento dos partidos políticos que modificasse o sistema partidário vigente"*, concluindo que isto "*indica, no mínimo, que este não era um ponto urgente (se é que estava previsto), da agenda do movimento de 1964*".[248] No entanto, a análise das fontes por nós consultadas indica que o tema fazia parte da agenda do governo militar e ocupava um grande espaço do debate político, ainda que o reordenamento partidário só tenha sido imposto efetivamente no ano seguinte, o que, em grande parte, é decorrência da reação contrária de várias lideranças partidárias à proposta.

---

[245] Minas Gerais novamente se levanta. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1965, p. 1.
[246] Manifesto de Plínio Salgado aos mineiros. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jul./ago. 1965, p. 1.
[247] Apud. FLACH, op. cit., p.97.
[248] GRIMBERG, op. cit., p. 26.

Desde que se iniciaram as especulações, é possível verificar a preocupação dos integralistas com a possibilidade de aprovação de uma lei que os impedisse de manter sua organização partidária, uma preocupação que crescia a medida que ficava evidente a disposição do governo militar em impor as restrições. No decorrer de 1964, a maior parte das propostas divulgadas visava a criação de mecanismos mais rígidos para atingir a redução do número de partidos, através do estabelecimento de exigências que inviabilizassem a manutenção dos chamados pequenos partidos. Esta proposta era a que causava maiores preocupações à militância integralista, já que não colocava em questão a sobrevivência dos partidos maiores e, portanto, obrigaria os integralistas a aderirem a um destes partidos, em condições claramente desfavoráveis. Em maio, um militante telegrafava a Salgado consultando-o: "*Apesar apoiarmos integralmente revolução desejamos receber urgente orientação política face projeto desaparecimento pequenos partidos*".[249] A intranqüilidade da militância levava os órgãos dirigentes a freqüentes manifestações tranqüilizadoras, como evidencia uma Nota Oficial do Diretório Regional do PRP do Rio Grande do Sul:

> O Diretório Regional do PRP, em face das inúmeras e freqüentes consultas que lhe foram encaminhadas, dos mais diversos municípios do Estado, esclarece aos companheiros:
>
> I – Relativamente à propalada extinção dos chamados pequenos partidos, **nada ainda existe em definitivo**. Foram apenas efetuados estudos. Nenhum projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional até o momento;
>
> II – **Nossos dirigentes estão vigilantes e atentos**, em todas as démarches, visando resguardar nossos princípios e defender os direitos assegurados pela Constituição;
>
> III – A mensagem ou projeto que for submetido à consideração da Câmara Federal e do Senado da República, certamente, receberá modificações, mediante emendas, tanto da parte dos srs. Deputados como dos srs. Senadores;
>
> IV – Mesmo que eventualmente sejam aprovadas condições mínimas para a continuidade de funcionamento dos partidos, os companheiros devem permanecer unidos e confiantes, mantendo o PRP organizado, pois qualquer extinção somente seria efetuada após as próximas eleições, em que todos os partidos participarão. Acresce ainda que os demais partidos, com exceção de poucos, estariam na mesma situação do PRP;
>
> V – Devem os companheiros, pois, aguardar a palavra do Diretório Regional, que transmitirá, quando oportuno, as instruções necessárias. Não há necessidade dos companheiros se preocuparem com problemas e situações que ainda não surgiram, ou que talvez nem surjam. Conclamamos a todos que prossigam normalmente, como até agora, em suas atividades, na difusão de nossos ideais.

[249] Telegrama da Wanillo Galvão a Plínio Salgado, 10.5.64 (APHRC-Pprp 10.5.64).

> VI – Chamamos a atenção dos companheiros, nos municípios cujos Diretórios estejam com mandato findo, para que providenciem na regularização (...).[250]

Uma das formas de intervenção dos integralistas no debate em torno do estabelecimento de restrições aos partidos centrava-se na proposição de exigências em termos de definições programáticas, ao invés do estabelecimento de um percentual mínimo de votos ou um determinado número de parlamentares. Antonio Pires sustentava que *"o importante é estabelecer, para a existência dos partidos requisitos essenciais, de natureza doutrinária e programática, e não contar com tantos ou quantos eleitores e deputados"*.[251] Para ele, o requisito fundamental seria possuir *"um corpo doutrinário permanente, baseado em nítida concepção do Universo e do Homem, concepção da qual decorram precisos conceitos sobre a Personalidade Humana, a Família, a Economia e o Estado, e em torno de sua doutrina os brasileiros possam optar e se congregar os de convicções idênticas"*.[252] No mesmo sentido, o deputado estadual Antonio Mesquita (PRP-RS) sustentava que *"extinguir os pequenos, deixando-se apenas os atuais grandes partidos, que são os piores, considero uma medida absurda e impatriótica. Os males do Brasil se devem justamente aos grandes partidos, que têm estado constantemente no poder"*. Mesmo assim, admitia a possibilidade uma reformulação global: *"Extinguir todos os partidos políticos e só permitir, depois, a criação de grandes partidos, é, isto sim, uma hipótese razoável e até aceitável"*.[253] Uma notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* afirmava que o Ministro da Justiça iria propor uma cláusula de exceção para beneficiar o PRP e o PSB, por representarem *"nuanças ou setores minoritários importantes da opinião nacional"*, o que foi apoiado por Antonio Pires, para quem a proposta revelaria *"alto bom senso que – é de se esperar – haverá de estar presente nas posições que o Governo do Presidente Castelo Branco venha a tomar a respeito da reforma político-eleitoral"*.[254] Em

---

[250] Nota Oficial. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jul./ago. 1964, p. 1.
[251] Para a existência dos Partidos, o importante é estabelecer requisitos essenciais, de natureza doutrinária e programática. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jul./ago, 1964, p. 1.
[252] Apud. FLACH, op. cit., p. 98. É evidente a coincidência destes pretensos critérios e os princípios enunciados na Carta de Princípios e no Programa do PRP. Em apoio à tese das exigências "doutrinárias", *A Marcha* publicou declarações do jurista Pontes de Miranda, sustentando que a única possibilidade de reformulação partidária sem uma Assembléia Constituinte era a aprovação de uma emenda constitucional *"que permitisse à lei ordinária fixar os elementos essenciais a cada programa partidário, para que não se confundam"*. Apud FLACH, op. cit., p. 98.
[253] Apud FLACH, op. cit., p. 98.
[254] PIRES, Antonio. Bom senso a ação. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, set. 1964, p. 2. Em janeiro de 1965, *A Marcha* afirmou que *"o deputado Oscar Correia, da UDN de Minas informou que pretende apresentar emenda ao projeto do Estatuto dos Partidos, quando a matéria chegar ao Congresso, no sentido de que se permita a continuação do Partido Socialista Brasileiro e do Partido de Representação Popular, mesmo com*

julho de 1964, teria ocorrido uma reunião de dez partidos políticos visando reagir contra a imposição de restrições à organização partidária, tendo decidido *"propor, no caso de se pretender a extinção parcial das agremiações partidárias, a extinção de todos os partidos, para, em seguida, se proceder uma reformulação partidária condizente com os superiores interesses nacionais"*.[255]

Não é claro até que ponto os integralistas aceitaram a possibilidade de uma reestruturação completa, como alternativa menos ruim em comparação à possibilidade de restrições apenas aos pequenos partidos políticos. Em outubro de 1964, o senador Guido Mondin considerou que *"a tese da extinção dos partidos políticos como ponto de partida para a reorganização da vida política do país"* seria uma *"idéia inconseqüente, se não vier acompanhada de uma reformulação total no comportamento dos políticos brasileiros*",[256] algo que, evidentemente, não tinha como ser atingido através de uma Lei. Ao mesmo tempo, o jornal *A Marcha* chegou a defender uma reformulação partidária, *"que possibilitará aos honrados, honestos, dignos, independentes, altivos, se unirem num partido novo, que poderíamos chamar de Regeneração Nacional"*, abarcando os *"80 ou 90 votos que representam na Câmara a consciência da responsabilidade e o sentido da 'cabeça erguida' e das atitudes coerentes"*, sob o lema *"vergonha na cara"*,[257] o que implicava em aceitar constituir uma organização mais ampla do que o PRP, embora não explicitasse se isto implicava em aceitar que o partido proposto deixasse de reivindicar a doutrina integralista.

No início de 1965, a divulgação de um anteprojeto do Estatuto dos Partidos revelou que a reformulação partidária continuava em pauta. Para a direção integralista, a possibilidade de aprovação de uma nova lei deveria estimular *"uma ampla e ativa campanha de reorganização e arregimentação do Partido, concitando o maior número possível de eleitores a se filiar ao PRP"*, para que o partido pudesse cumprir as condições que fossem estabelecidas.[258] Na primeira versão do anteprojeto que se tornou pública, os

---

quadros reduzidos, porque ambos representam os extremos da vida política nacional". Opinião de gente importante. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jan./fev. 1965, p. 4.

[255] Apud FLACH, op. cit., p. 108. Os partidos reunidos decidiram também formar uma comissão e solicitar uma audiência no Tribunal Superior Eleitoral e ao Ministro da Justiça. A matéria não informa quais são os partidos que se reuniram.

[256] O senador integralista Guido Mondin e a extinção dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, out. 1964, p. 1.

[257] Política e políticas: extinção e reformulação dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, out. 1964, p. 2. É evidente a contradição entre esta proposta, que estabelecia a "vergonha na cara" como elemento identificador do partido a ser formado, e o discurso que defendia a exigência de princípios doutrinários definidos.

[258] Conclamação. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, p. 1.

partidos deveriam apenas satisfazer a uma dentre três condições estabelecidas: a eleição de pelo menos cinco deputados federais; a obtenção de 5% dos votos na eleição legislativa; ou o registro de onze diretórios regionais com diretórios municipais em 25% dos municípios. Embora não fosse difícil satisfazer uma destas condições, Salgado protestou contra a proposta, sustentando que *"não pode existir democracia sem a existência de tantos partidos quantas forem as doutrinas que dividam os cidadãos, que suscitem contrastes."*[259] Em abril, Salgado elevou o tom de suas críticas, rejeitando inclusive a possibilidade de apresentar emendas ao projeto de Estatuto dos Partidos:

> Prevendo a balbúrdia que a lei eleitoral e o estatuto dos partidos vão lançar em todo o território brasileiro, a Bancada do PRP na Câmara Federal está se negando a qualquer participação nas conversas dos chamados "pequenos partidos" que pleiteiam emendas ao monstrengo destinado a vir à luz num dos numerosos abortos do Congresso, entregues à gestação de 30 dias de prenhês, parindo em série fetos disformes e inacabados. (...) O projeto em andamento contém absurdos e tolices de vulto. Fica-se estarrecido diante de bobagens como estas: as eleições para os Diretórios Municipais realizam-se no mesmo dia, em todos os municípios, presididas pela Justiça Eleitoral. Todos os adeptos de um partido devem ser fichados. Uma vez fichados, são obrigados, sob as penas da lei, a comparecer e votar no Diretório do seu partido. (...) A nova lei institui o caciquismo político, quando determina que o mandato dos diretórios municipais e regionais será de quatro anos. Aqueles que lograrem na primeira arrancada se eleger, ficam dominando por toda a vida.[260]

O Projeto de Estatuto dos Partidos encaminhado pela presidência era muito mais rigoroso: estabelecia que os partidos teriam que cumprir três requisitos para manter seu registro *"a) possuir onze diretórios estaduais, contando com diretórios municipais em pelo menos um quarto dos municípios; b) eleger doze deputados federais, oriundos de pelo menos sete estados diferentes; c) possuir votação na legenda federal correspondente a pelo menos três por cento do eleitorado inscrito país"*.[261] Este projeto foi submetido à votação ainda em maio, mas a Câmara aprovou um substitutivo apresentado pelos pequenos partidos, tornando suficiente o atendimento a apenas uma das três exigências. Apesar da existência deste substitutivo, Salgado orientou sua bancada a votar contra ambos, considerando o Projeto do Executivo como um *"inominável atentado aos direitos humanos":*

> Quer impedir que cidadãos esposando as mesmas idéias, ajam, partidária e eleitoralmente no sentido da disseminação de seu pensamento. Isso representa um atentado que corresponde à verdadeira cassação de direitos. Assim, muitos de nós, que participamos da

---

[259] SALGADO, Plínio. Pluripartidarismo mensurado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jan./fev. 1965, p. 5.
[260] SALGADO, Plínio. Reforma eleitoral e estatuto dos partidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, abr. / mai. 1965.
[261] FLACH, op. cit., p. 99.

> Revolução de 31 de março e que vimos a cassação de direitos políticos de vários cidadãos, assistimos à cassação agora de direitos políticos de pequenos partidos e de milhares de cidadãos. De que modo? De um modo sutil e sinuoso, método que poderemos chamar leninesco, isto é, impondo condições para a sobrevivência desses partidos. (...) O que vamos ter é uma regressão nos costumes políticos, é uma desmoralização maior, porquanto, se sobreviverem apenas três partidos sem conteúdo ideológico, onde se misturam indivíduos de variadas tendências, voltaremos ao período do caciquismo, do chamado coronelismo, sem as vantagens daquele e com todos os defeitos inerentes à situação daquele tempo. (...) Voto contra o Estatuto dos Partidos. Voto contra o projeto da Presidência da República e contra o substitutivo.[262]

O presidente Castelo Branco vetou o substitutivo e restabeleceu a exigência de cumprimento das três condições. A partir de então, com o PRP ameaçado, já que dificilmente conseguiria eleger doze deputados, os integralistas passaram a defender a derrubada do veto presidencial, o que implicava no restabelecimento do substitutivo, chegando até a negociar o apoio do partido a candidatos governamentais nas eleições estaduais em troca do apoio das respectivas bancadas à derrubada do veto. Isto ocorreu em Santa Catarina, onde os seis deputados udenistas enviaram uma carta a Salgado expressando seu compromisso de apoiar a derrubada do veto:

> Ratificando o compromisso que o senador Antonio Carlos Konder Reis, candidato da Aliança UDN-PDC-PL ao Governo do Estado, se propusera a assumir, quando postulou, em documento entregue ao Diretório Regional, o valioso apoio do Partido de Representação Popular, a bancada catarinense da União Democrática Nacional no Congresso Nacional expressa, por intermédio desta manifestação, a certeza de seus votos no sentido de serem mantidos os dispositivos vetados do Estatuto que garantem a sobrevivência dos pequenos partidos.[263]

As articulações com outros partidos prosseguiram, como Salgado relata em uma correspondência enviada a um militante integralista:

> Recebi um telefonema do Amaral Peixoto, que se encontra enfermo no Rio, informando-me que determinou que o PSD votasse a nosso favor e pedindo-me para me entender aqui com o deputado Martins Rodrigues, líder da Bancada daquele partido. Nesse encontro, o Martins declarou-me que era questão fechada do PSD o voto contra os vetos e a nosso favor. Só temia que alguns deputados desses que atualmente são chamados "bigorrilhas", por interesse pessoal de agradar o Presidente, votassem a favor dos tais vetos. Também a Ação Democrática Parlamentar, presidida pelo deputado João Mendes, decidiu assumir idêntica atitude. Entretanto, não depositamos a mínima confiança na UDN e em grande parte do PTB.[264]

---

[262] SALGADO, Plínio. A extinção dos pequenos partidos, 25.5.1965. In: *Discursos parlamentares*, op. cit., p. 272.

[263] Correspondência de Irineu Bornhausen e outros a Plínio Salgado, 7.7.1965 (APHRC-Pprp 65.09.07/2). Infelizmente não foi possível confirmar se o apoio eleitoral do PRP ao candidato udenista se efetivou, embora fique claro que houve uma barganha, pois na primeira votação os deputados udenistas de Santa Catarina tinham votado a favor do projeto do Executivo.

[264] Correspondência de Plínio Salgado a Pedro Albertini, 22.8.1955 (APHRC-Pprp 65.08.22/5).

A demora na apreciação do veto presidencial provocou a manutenção, por vários meses, da indefinição sobre o rumo dos pequenos partidos. Para os integralistas, toda a atividade partidária ficava prejudicada, chegando-se a adiar a Convenção Nacional:

> Era minha intenção convocar uma grande Convenção Nacional em setembro; mas ponderando-me alguns que devíamos esperar o resultado dos vetos presidenciais, fui aguardando a convocação. E os vetos não vieram ainda para a apreciação do Congresso, creio que por ter chegado ao Palácio a notícia de que o PSD fez questão fechada de votar em nosso favor e o PTB se inclinava para a mesma posição.[265]

Em termos de organização interna, a indefinição também causava prejuízos,[266] obrigando Salgado a dirigir sucessivos apelos aos militantes, conclamando-lhes para que se mantivessem *"unidos e firmes, surdos aos cantos das sereias políticas, depositando confiança na decisão da próxima Convenção Nacional e dispostos a cumprir com firmeza as ordens que devereis receber"*.[267] Uma das alternativas que chegou a ser cogitada para o caso de manutenção do veto presidencial era uma fusão entre o PRP e o PSP, que também teria dificuldades para satisfazer as condições estabelecidas.[268] No entanto, para surpresa geral, o governo cancelou o envio à Câmara Federal dos vetos presidenciais e resolveu o impasse de uma maneira inesperada: a edição do Ato Institucional número 2, em 27.10.1965, modificando o cenário político até então estabelecido e acirrando ainda mais o caráter ditatorial do governo vigente, como discutiremos a seguir.

8.2.6 A reação ao AI2 e a difícil incorporação na Arena

O Ato Institucional número 2 transcendia em muito o reordenamento partidário, ainda que este tenha sido o seu aspecto de maior repercussão: além da extinção de todos os partidos políticos vigentes, estabelecia que as eleições para os governos estaduais passavam a ser indiretas e restaurava diversos poderes discricionários que tinham sido

---

[265] Correspondência de Plínio Salgado a Alberto Hoffmann, 12.9.1965 (APHRC-Pprp 65.09.12/6).

[266] Um exemplo é o telegrama enviado pelo presidente do Diretório Regional do PRP em Minas Gerais, Sebastião Navarro: *"Levo conhecimento Prezado Chefe companheiros ontem reunidos DR reagiram violentamente ante possibilidade de fechamento Partido"*. Telegrama de Navarro a Plínio Salgado, 14.10.1965 (APHRC-Pprp 65.10.14/2).

[267] Plínio Salgado diz que ideal do partido não poderá ser sufocado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28.9.1965 (APHRC-FPS 115.002.REC 65).

[268] Cf. FLACH, op. cit., p. 112. Embora injustificável nos termos da "doutrina integralista", uma eventual fusão com o PSP faria sentido levando em conta apenas as necessidades de cumprimento da exigência estabelecida no Estatuto dos Partidos Políticos, já que o PSP contava com uma bancada federal maior, quase toda eleita no estado de São Paulo, ao passo que o PRP contava com uma estruturação nacional mais homogênea e em maior número de estados, com o que um partido formado pela união de ambos poderia atender às três exigências que seriam estabelecidas.

estabelecidos por tempo determinado pelo primeiro Ato Institucional, dentre os quais o poder de cassar os direitos políticos dos opositores sem qualquer processo legal.

É importante considerar que o AI2 não estabelecia claramente as condições para a estruturação dos novos partidos, embora impusesse o cancelamento imediato do registro dos partidos existentes. De acordo com Lúcia Grimberg, *"estava previsto que para a organização dos novos partidos seriam mantidas as exigências da Lei Orgânica de 1965 e suas modificações, mas circulava nos jornais que a intenção do governo era permitir a organização de apenas dois partidos"*.[269] Tal hipótese foi confirmada quase um mês depois, em 20 de novembro, com o Ato Complementar 4, que estabelecia a exigência mínima de 120 deputados federais e 20 senadores para a formação de um novo partido político, além de impor *"a descontinuidade do sistema partidário através da própria destruição física das referências. Os lugares de reunião dos membros dos partidos não deveriam ser os mesmos"*.[270] O AC4 proibia, ainda, que os novos partidos a serem fundados tivessem nomes que remetessem às organizações extintas. Como a Câmara dos Deputados contava com 409 parlamentares e o Senado com 69, seria matematicamente possível no máximo a formação de três partidos, embora em termos políticos ficasse clara a inviabilidade de serem criados mais de dois partidos.

A primeira reação pública dos integralistas ao AI2 foi a realização de um Conclave reunindo os ex-membros do Diretório Nacional e dos diretórios regionais e os parlamentes do partido no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas. O Conclave realizou-se em 6 de novembro, e encerrou-se com o lançamento de uma Nota Oficial, assinada pelos "Responsáveis pelo Partido de Representação Popular", sustentando que *"a extinção compulsória do Partido não desonera moralmente os seus dirigentes do dever de orientar os seus correligionários, em face da nova situação criada, principalmente pelo fato de o PRP, além de simples partidos político, constituir uma comunidade unida em torno de uma doutrina filosófica e uma criteriologia programática dela decorrente e que, por isso, os associados tem direito de exigir de seus líderes um conselho sobre a linha de conduta a ser por eles adotada"*.[271] Em conseqüência desta consideração, foi formada uma Comissão Nacional para examinar a situação política do País, tendo o Conclave deliberado *"dar poderes a essa Comissão para que, logo se tenha conhecimento do atualmente anunciado*

[269] GRIMBERG, op. cit., p. 37.
[270] Idem, ibidem, p. 46-47.
[271] Nota Oficial – Reunião dos Responsáveis pelo Partido de Representação Popular, 6.11.1965.

Ato Complementar que regularizará a vida política do País, indicar a solução que melhor consulte à doutrina esposada pelos correligionários do Partido ora extinto".[272] A Comissão era constituída pelos sete deputados federais e pelo senador egressos do PRP, por quatro membros do extinto Diretório Nacional e por representantes de todos os estados (um a quatro por estado), totalizando 38 membros. Além dela, formou-se uma comissão administrativa, constituída por oito membros, para o *"cumprimento de obrigações civis"* do partido extinto. Parece plausível que a formação de uma Comissão de Orientação naquele momento, anterior à publicação do AC4, tivesse como objetivo avaliar a possibilidade de fusão com outros grupos menores ou com o PSP, visando a criação de um novo partido no qual os integralistas mantivessem uma influência decisiva. De qualquer maneira, mesmo que tivesse existido esta disposição, ela se inviabilizou completamente com o estabelecimento das condições para a formação dos novos partidos. A partir de então, as cogitações da direção integralista passaram a tratar diretamente das condições de adesão ao partido a ser formado em apoio ao governo militar. A aproximação com a oposição, tal como ocorrida nas eleições estaduais recentemente realizadas, tornara-se completamente inviabilizada, pois os integralistas não estavam dispostos a concretizar uma ruptura mais profunda com o governo; suas críticas ao governo eram completamente distintas daquelas feitas pelos oposicionistas, já que os integralistas defendiam que a repressão fosse radicalizada; e além disto, muitas das lideranças do PSD com as quais os integralistas tinham maior aproximação estavam também vinculadas ao projeto de constituição do partido governista, o que deixaria os integralistas bastante isolados em caso de adesão ao partido de oposição. No início de dezembro, o deputado federal Ubirajara Índio do Ceará escreveu a Salgado relatando que *"em reunião de que participaram todos os membros representativos do antigo PRP no Ceará, a unanimidade expressou o desejo de apoiar a organização política do Governo outorgado pela Revolução"*, embora manifestasse sua preocupação com a possível predominância dos udenistas no novo partido: *"Em todas as campanhas políticas do Ceará temos formado em entendimento com o PSD. Ante esse fato, nossas bases no interior reclamariam se fortalecêssemos a UDN, que surgisse com outro nome, mas mantendo o mesmo comando da situação de governo,*

[272] Idem, ibidem.

deixando em segundo plano nosso aliado de tantos embates".[273] Para Salgado, era importante manter boas relações com os pessedistas, mesmo aqueles que estavam inseridos na constituição do MDB, como evidência uma troca de correspondência com o deputado Martins Rodrigues, na qual este assegurava, que *"no que se refere ao Movimento Democrático Brasileiro, ora em organização", "o que inspira e anima o Movimento é, por igual, o pensamento alto de servir à coletividade brasileira"*, e que *"a ação do MDB não se desenvolverá essencialmente em referência ao atual governo, mero episódio da vida política nacional, ou à pessoa do seu eminente Chefe, a não ser na medida em que a atuação governamental se concilie com aqueles princípios e objetivos, para dar-lhe, nesse caso, o seu apoio, ou entre em conflito com eles, para combatê-la"*.[274] Ainda em dezembro, Salgado escreveu a um militante do Pará, justificando a incorporação dos integralistas à ARENA:

> Por haver o Presidente da República me feito um apelo para ajudá-lo e porque me declarou que a situação criada com a extinção dos partidos era provisória, correspondendo a apenas uma etapa que será ultrapassada com a nova reestruturação política do país; e considerando que não podíamos – existindo dois partidos – nos integrarmos na corrente onde se abrigam os de esquerda, resolvemos participar da Aliança Renovadora Nacional, mas conservando a nossa independência na apreciação daquilo que julgamos merecer nossa crítica. Peço-lhe comunicar esse fato aos companheiros do Pará, que devem ir aguardando novas notícias que eu tiver de lhes mandar. Esta carta é de caráter confidencial e dela não deve ser dado conhecimento à imprensa, pois só queremos dar publicidade a notas oficiais que tivermos de emitir.[275]

É compreensível que parcela dos integralistas resistisse a integrar um novo partido, no qual seriam amplamente minoritários. Para a liderança integralista, uma vez feita a opção pela adesão, era importante fazer com que o maior número possível de integralistas se filiasse à ARENA, superando suas críticas e resistências. Visando este objetivo, Salgado enviou diversas orientações aos militantes nos estados, como exemplificam as enviadas ao Rio Grande do Sul e ao Paraná:

> A dissolução dos partidos pode ter atingido os que vivem de clientelas eleitorais e manobram segundo interesses grupais, locais ou pessoais. Nunca ao nosso movimento, que antes de ser partido já era uma corrente de opinião baseada em princípios, inspirada

---

[273] Correspondência de Ubirajara Índio do Ceará a Plínio Salgado, 1º.12.1965 (APHRC-Pprp 65.12.01/1). O parlamentar acrescentava que *"o que para nós traria uma situação moral tranqüila seria a aglutinação de todos, sem preponderâncias, no novo órgão partidário"*.

[274] Correspondência de Martins Rodrigues a Plínio Salgado, 11.12.1965 (APHRC-Pprp 1965.12.11/1). Infelizmente, a carta enviada por Salgado a Rodrigues não se encontra no acervo. Rodrigues acrescentava: *"Sou muito sensível à amabilidade das suas palavras sobre as relações anteriormente mantidas pelo PRP e pelo PSD, e registro, com satisfação, a esperança, que também nutro, de que, noutra oportunidade mais favorável, possamos novamente conversar"*.

[275] Correspondência de Plínio Salgado a Délcio, 18.12.1965 (APHRC-Pprp 65.12.18/1).

> por uma filosofia, estruturada por uma doutrina, da qual decorrem critérios governamentais e representativos e uma ética normalizadora de nosso comportamento. (...) A Revolução de 31 de março encontrou-nos unidos e, mais do que isso – pela voz de nossas Bancadas no Parlamento, pelas atividades dos líderes nos diversos Estados, pelas atitudes na hora decisiva – verdadeiros preparadores e partícipes do movimento nacional. Essa nossa caracterização determina que estejamos – do ponto de vista objetivo e prático – na corrente que apóia o prosseguimento da ação revolucionária. Tal atitude não nos impede de influir diante dos responsáveis no sentido de apontar erros políticos e desvirtuamento dos objetivos da Revolução. Mas, acima desse comportamento inevitável, uma vez que só existem dois partidos, existe a nossa superioridade doutrinária, o nosso sentimento de nacionalismo e de brasilidade, a nossa visão das realidades brasileiras. União, portanto, de todos. Confiança em nossos líderes estaduais e federais. Ação conjunta, energia e trabalho, esperança no Brasil.[276]

> Informações que me chegam desse estado dizem-me que andais perplexos e indecisos diante da situação política do nosso país: fechamento dos partidos, formação de dois grupos (governamental e oposicionista) nos quais se devem enquadrar todos os contrastes das agremiações extintas. Quero vos dizer que as novas condições políticas do Brasil não nos atingem. (...). O que nos cumpre no atual momento nacional deve ser: a) do ponto de vista prático, inserirmo-nos na agremiação que represente a continuidade da nossa posição na luta de que fomos participantes e que teve como resultado a revolução de março de 1964, pois seria incoerência de nossa parte assumirmos outra atitude; b) cônscios da responsabilidade que decorre da nossa doutrina, cumpre-nos influir, dentro da agremiação a que nos filiamos, no sentido de corrigir erros e desvirtuamentos dos propósitos da revolução para a qual cooperamos; c) imperturbáveis às manifestações de grupos políticos e de homens alheios ao nosso tradicional movimento, impermeáveis a insinuações ou sugestões de estranhos, insensíveis a seduções de interessados em nos dividir – consolidarmos, fortalecermos, vivificarmos a NOSSA UNIÃO, que agora, mais do que nunca, deve ser indestrutível; d) dentro desse espírito, devemos não ficar inativos, mas ao contrário, desenvolvermos forte ação de catequese e proselitismo, demonstrando aos nossos patrícios que somos os portadores das soluções definitivas dos problemas brasileiros; e) a ação deve ser precedida de perfeita articulação de todos os nossos grupos locais e de prestigiamento dos nossos líderes, em cada município, como em cada unidade da Federação; f) aproximando-se as eleições para a renovação das assembléias estaduais e do Congresso Nacional, precisamos iniciar, desde já, a propaganda dos nomes que representam a garantia da nossa eficiente intervenção parlamentar, em prol dos nossos ideais, que constituem o Bem da Pátria e a defesa do Brasil contra a subversão e a anarquia; g) esses nomes devem ser por nós escolhidos com urgência, lançados imediatamente, propagados por todos os meios, em torno deles, aliciando-se os nossos companheiros com capacidade de liderança e disposição de trabalho e sacrifício. Esqueçamo-nos inteiramente do que dizem os jornais, das declarações de políticos, das contendas que não nos dizem respeito. Tudo isso é passageiro, episódico, circunstancial e, dentro de algum tempo, ninguém mais se lembrará nem desses fatos superficiais, nem dos homens que os engendram ou manipulam.[277]

Os depoimentos orais revelam as diferentes percepções dos militantes e dirigentes regionais integralistas sobre a adesão à ARENA. Segundo o então senador Guido Mondin, *"nenhum homem do partido gostou disso. Porque nós adquirimos amor pelo nosso*

[276] Mensagem de Plínio Salgado aos companheiros do Rio Grande do Sul, s./d. (APHRC-Pprp 65.00.00/10).
[277] Mensagem de Plínio Salgado aos companheiros do Paraná, s./d. (APHRC-FPS 007.004.008).

partido, que é a nossa grei, que é a nossa comunidade. Então, a gente fica desfeito, mal impressionado. Mas conformados, conformados".[278] Já para Umberto Pergher, a extinção do PRP *"foi um choque": "Nós tínhamos muito carinho pelo partido, muito afeiçoados, aquilo era como se fosse uma família, nos atingiu em cheio. (...) Mas achamos que seria uma coisa transitória, uma coisa que não duraria muito tempo. Mas aceitamos, não se teria outra atitude a tomar, mesmo porque nós mentalmente e por simpatia estávamos apoiando plenamente o governo Castelo Branco, estávamos a favor da revolução"*.[279] Outros, no entanto, se recusaram a integrar a ARENA. O ex-prefeito de Nova Petrópolis Lino Grings não ingressou na Arena por considerar que *"era uma fusão muito grande de idéias, então as idéias e ideais do PRP ficariam diluídas"*.[280] O então presidente do Diretório Municipal do PRP em Passo Fundo afirma ter se recusado repetidas vezes a assinar o "livro de assinaturas" da fundação da ARENA naquele município, afirmando: "*Olha, eu não vou aderir a coisa nenhuma. Me fecharam o meu partido, que eu entrei de livre e espontânea vontade, eu só entro num de livre e espontânea vontade. Obrigado, não mesmo!"*. De acordo com ele, em Passo Fundo, entre os militantes do PRP, "*a maioria não assinou. Um ou outro podem ter assinado mas assim de rojão, ninguém assinou. Para provar que nós não... Que não se faz partido por decreto*", acrescentando: "*porque que eu vou ser a favor, se eu não estou ganhando nada em ser a favor? Não ganhei eu digo na parte de ideal. Que ideal que tem a ARENA? Não tinha ideal nenhum. Então eu não entrei"*. [281] Manifestação semelhante foi enviada pelo Diretório Municipal do PRP em Santo Ângelo (RS):

> A maioria dos companheiros a que auscultamos não deseja que o PRP, o Integralismo, seja pura e simplesmente absorvido por qualquer outra corrente. Acham eles que nós somos os portadores do ideário integralista e, como tal, temos a obrigação de continuarmos na mesma luta. É propósito dos companheiros daqui: constituir uma sociedade civil, de fins culturais e cívicos, para agrupar os companheiros que desejarem. (...) Esta nova entidade, devidamente registrada, poderá receber o acervo, por doação, do diretório municipal, que por sinal é insignificante materialmente, mas tem seu valor histórico, com o qual continuará até ser reaberto o PRP; o que sem dúvida acontecerá no

---

[278] Depoimento de Guido Fernando Mondin. In: CALIL Gilberto & SILVA Carla Luciana. *Velhos integralistas:* a memória dos militantes do Sigma. Porto Alegre: Edipucrs, 2000, p. 173-224. p. 223.
[279] CALIL, SILVA & BATISTA. *Depoimento de Umberto Pergher*, op. cit., p. 43.
[280] CARDOSO, Claudira, FLACH, Ângela & MILKE, Daniel. *Depoimento de Lino Grings*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000, p. 48.
[281] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 48.

> futuro, porque temos em nosso favor o conteúdo ideológico, do qual não abriremos mão em hipótese alguma. Por Cristo e pela Nação.[282]

A suposta provisoriedade do ingresso na ARENA e o conseqüente estímulo à esperança de retorno do PRP, foram muito utilizados nos apelos à militância para que ingressassem na ARENA, como se verifica em uma carta de Oscar Machado aos integralistas do interior do Rio Grande do Sul: *"Venho solicitar a sua colaboração para que, na hora precisa, não nos venha a faltar o indispensável apoio dos nossos antigos companheiros desse município e sejam superados, mesmo com algum sacrifício, quaisquer obstáculos a um nobre entendimento com todas as áreas que, em defesa da Revolução, abrigam-se agora, provisoriamente, sob a legenda da Aliança Renovadora Nacional, tendo em vista as eleições diretas a serem realizadas no corrente ano"*.[283] O mesmo argumento foi utilizado por Alberto Hoffmann em um apelo, sem sucesso, a Eduardo Martinelli: *"A ARENA é transitória, como o é o Modebrás* [MDB]. *Lá adiante hão de surgir os verdadeiros partidos e talvez uma boa oportunidade para difusão de nossos ideais. Sei que a ARENA como tal empolga a muito poucos. Mas mesmo assim, julgo da mais alta oportunidade entrarmos nas Comissões Diretoras. (...) Queira, caro Martinelli, dar nesta hora uma mão forte ao Anísio ajudando a coordenar os companheiros de forma a integramos digna e representativamente a ARENA local"*.[284]

No estado do Paraná, a avaliação da impossibilidade de aderir ao MDB e da *"dificuldade de ingressar na ARENA, de mistura com os oportunistas que afluíram para a entidade eleitoral criada pelo Governo"*, levou a uma proposta diversa: o ingresso na ARENA, *"com a declaração de que desejamos criar uma sublegenda"*,[285] lançada através de um "Manifesto à Nação", para o que os integralistas paranaenses estavam consultando seus companheiros de São Paulo, Guanabara, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O Manifesto lançava uma espécie de "tendência interna" da ARENA, denominada "Nacionalismo Cristão":

> Os revolucionários brasileiros decidiram jamais combater o governo instituído pela Revolução, sem abrir mão, entretanto, do direito à crítica construtiva sobre os respectivos atos. Chamados, como cidadãos, a intervir no processo eleitoral que se avizinha, não poderiam ter atitude diferente. Seu lugar é na Aliança Renovadora Nacional, a cujos

---

[282] Correspondência de Paulino Alves a Romeu Parussini, 20.10.1965. Apud. FLACH, op. cit., p. 125.
[283] Correspondência de Oscar Machado aos integralistas do Rio Grande do Sul, 5.2.1966. Apud. FLACH, op. cit., p. 125.
[284] Correspondência de Alberto Hoffmann a Eduardo Martinelli, 28.4.1966. Apud FLACH, op. cit., p. 127.
[285] Correspondência de Linhares de Lacerda a Alberto Hoffmann, 5.3.1966 (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Regional).

> quadros concorrem elementos da Revolução. (...). Agora que as posições estão quase inteiramente definidas, os revolucionários de tradição, signatários da presente, decidiram ingressar na Aliança Renovadora Nacional, alimentando o propósito de constituir uma sublegenda. Sublegenda Nacionalista Cristã. Fevereiro de 1966.[286]

O Manifesto chegou a ser publicado no Paraná, mas não atingiu âmbito nacional. As sublegendas foram estabelecidas, em virtude da necessidade da ARENA acomodar os diferentes grupos,[287] mas não tinha vigência nas eleições proporcionais (deputados e senadores), com o que a indicação dos candidatos continuava na dependência da correlação no interior das instâncias diretivas da ARENA, e a margem de autonomia de um grupo interno permanecia bastante reduzida. Desta forma, os dirigentes integralistas propagavam a necessidade integrar as diferentes instâncias diretivas da ARENA, como forma de garantir espaço para atuar em seu interior, o que é evidenciado uma carta enviada por Alberto Hoffmann:

> Desejo manifestar-lhe o interesse que devemos ter na condição de antigos membros do Partido de Representação Popular, em integrar o mais representativamente possível as Comissões Diretoras Municipais na ARENA. Os nossos companheiros que participarem da direção Local do citado e provisório movimento político não só influirão na escolha do candidato a governador do Estado como poderão contribuir muito no sentido de que Guido Mondin seja reeleito Senador da República. Isto sem falar nos candidatos a deputado federal e deputado estadual que farão parte da chapa da ARENA e sobre os quais deve ser chamada a atenção da nossa gente.[288]

Em âmbito nacional, a participação dos integralistas na direção da ARENA foi reduzida: não tiveram nenhum ex-membro do PRP incluído na primeira Executiva Nacional, e apenas dois membros (Salgado e Zanello) dentre os 62 membros do Diretório Nacional.[289] O argumento da provisoriedade tornou-se rapidamente insustentável, pois logo ficou evidente que não haveria restauração dos antigos partidos políticos, e fazia-se necessário garantir a unidade de ação dos integralistas no interior da ARENA. Para isto, Salgado delegou ao último presidente do Diretório Regional em cada estado a responsabilidade por manter a unidade do movimento:

---

[286] In: Correspondência de Linhares de Lacerda a Alberto Hoffmann, 5.3.1966 (CDAIBPRP – Documentação do Diretório Regional).

[287] De acordo com Maria D'Alva Gil Kinzo, "*foi necessário que se prorrogasse por mais de dois meses o prazo anteriormente fixado, de modo a encontrar um meio para conciliar as forças divergentes, o que só foi possível com a utilização do mecanismo de sublegendas, ou seja, a permissão de criar grupos opostos dentro do partido nas disputas eleitorais locais*". KINGO, Maria D'Alva Gil Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979).* São Paulo: Vozes / CEBRAP, 1980, p. 220.

[288] Apud FLACH, op. cit.

[289] Os membros da Executiva eram provenientes da UDN (4), PSD (4), PTB (1), PSP (1), afora 1 militar sem procedência partidária. Os membros do Diretório Nacional vinham da UDN (22), PSD (18), PSP (5), PTB (3), PRP (2), PDC (2), PTB (2), PL (1) e PR (1), além de seis militares. Cf. GRIMBERG, op. cit., p. 63-67.

> 1º) Os partidos de idéias podem ser extintos por decretos, mas os movimentos de idéias, que agregam homens pelo sentimento e por um pensamento doutrinário, esses nunca se extinguem;
>
> 2º) Tais movimentos podem confluir numa ou outra corrente criadas artificialmente e sem substância ideológica, porém nunca se diluem, nunca se dissolvem, porque uma força interior os une de modo absoluto;
>
> 3º) Nestas condições, não há força no mundo que destrua a unidade dos que se uniram no PRP e se vincularam nas raízes do Integralismo;
>
> 4º) Assim sendo, o momento nacional, onde impera a baixa politicagem e onde não ilumina os homens a estrela do ideal, exige de nós, do indestrutível PRP e do mais indestrutível ainda Integralismo, uma coesão total, uma fraternidade profunda, uma soma de todos os nossos elementos para agir nas ocasiões oportunas.
>
> 5º) Mediante estas considerações, transmito a Você, como último presidente do Diretório do PRP, plenos poderes e, mais ainda, meu forte pensamento e irredutível sentimento, para que congregue nossos companheiros, unindo-os em firme disposição e ação solidária, para todas as eventualidades e sobretudo nas próximas atividades eleitorais. Que ninguém fique de fora desta nossa comunidade doutrinária e sentimental. Que ninguém se negue a trabalhar com Você visando os objetivos da nossa agremiação que são os mesmos do verdadeiro Brasil e da honra, da dignidade, do idealismo do povo do Rio Grande do Sul. Confio em Você. Confio em nossos companheiros que estiverem com Você.[290]

Correspondências semelhantes foram enviadas para todos os estados. Foi através desta organização informal no interior da ARENA, subordinada a Salgado e estruturada a partir do último presidente de cada Diretório Regional do PRP, que o PRP atuou entre 1966 e 1974, quando ocorreu o falecimento de Salgado.

8.2.7 Os integralistas depois de 1966

Definida sua situação no interior da ARENA, os integralistas passaram a priorizar as eleições parlamentares de 1966, nas quais pretendiam aumentar sua bancada e, conseqüentemente, aumentar seu poder de barganha junto ao governo militar. Para tal, mantinham uma organização paralela no interior da ARENA, inclusive efetivando um planejamento para disputar votos com candidatos da própria ARENA, provenientes de outros partidos. Ângela Flach evidencia que no Rio Grande do Sul o coordenador indicado por Salgado, Alberto Hoffmann enviou correspondências para os militantes indicando os candidatos em que deveriam votar, de acordo com um mapeamento que dividia o estado em diferentes regiões.[291] Ainda assim, ao que parece os integralistas não obtiveram um bom resultado, elegendo apenas quatro deputados federais: Rubem Nogueira (BA),

---

[290] Correspondência de Plínio Salgado a Alberto Hoffmann, 27.7.1966 (CDAIBPRP – Correspondências com o Diretório Nacional).
[291] Cf. FLACH, op. cit.

Oswaldo Zanello (ES), Alberto Hoffmann (RS) e Plínio Salgado (SP).[292] A pequena bancada era insuficiente para dar uma maior projeção ao integralismo, mas viabilizava ao menos a sobrevivência do movimento, como uma referência visível no Parlamento. Uma estratégia utilizada pelos integralistas para voltar à ofensiva foi a retomada da bandeira corporativista, com a apresentação de um Projeto de Emenda Constitucional que previa a instalação de uma "Câmara Orgânica", em dezembro de 1966. De acordo com o projeto apresentado por Salgado, a Câmara Orgânica seria constituída *"pelos representantes das categorias econômicas e culturais da Nação, eleitos pelos órgãos de classe em número de dois para cada uma, e com as mesmas prerrogativas dos membros do Congresso"*, devendo ela funcionar *"como órgão técnico de assessoramento das outras Casas do Congresso e poderá ter iniciativa de projetos de lei que serão enviados à Câmara dos Deputados"*. O projeto ainda estabelecia a criação de "Câmaras Orgânicas" regionais, definia que a sua manutenção ficaria *"por conta das categorias representadas"* e indicava como "*categorias econômicas as atuais Federações e Confederações das classes patronais e de empregados"*, e como *"categorias culturais as instituições de cultura nos diversos ramos científicos, técnicos, literários e artísticos e as entidades representativas das profissões liberais"*.[293] A justificação do projeto remetia à suposta incapacidade técnica dos políticos para avaliarem as necessidades das "*federações, indústrias, associações comerciais, sociedade rurais, empregadores e empregados*", apresentando-no como possibilidade de fazer avançar a "Revolução" que estaria estagnada: *"A presente revolução não está trazendo coisa alguma diferente do que já era na Constituição de 46. Suprime alguns dispositivos, acrescenta outros, mas, no fundo, é a velha roupa remendada que estamos apresentando à Nação como novidade revolucionária. Daí a razão pela qual entendi apresentar esta emenda, que julgo trazer algo de revolucionário"*.[294] O projeto foi rejeitado, mas sua tramitação viabilizou a retomada do proselitismo integralista em defesa do corporativismo.

A alteração na correlação de forças no interior das Forças Armadas, em favor da chamada "linha dura", cria uma situação mais favorável aos integralistas, tanto pela sua

---

[292] É difícil identificar a procedência partidária de todos candidatos eleitos. Não encontramos nas relações de eleitos da ARENA nenhum outro nome publicamente conhecido como integralista ou ex-membro do PRP, embora seja plausível que isto tenha ocorrido. Ubirajara Índio do Ceará ficou na quarta suplência no Ceará e Ivan Luz na quarta suplência no Paraná. No Rio Grande do Sul, outro integralista, Clóvis Stenzel, ficou na primeira suplência, tendo assumido em meados de 1967.

[293] SALGADO, Plínio. Projeto de Emenda Constitucional nº 609. São Paulo: Voz do Oeste, s./d., p. 5-6.

[294] SALGADO, Plínio Defesa da Emenda Constitucional que cria a Câmara Orgânica, 13.1.1967. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 144.

identidade completa com o projeto de radicalização da repressão, como pela relativa perda de poder dos setores vinculados ao udenismo. De acordo com Hélgio Trindade, *"o cenário político que se arma desde o governo Castelo Branco até o governo Médici – o mais repressivo da ditadura militar – cria a atmosfera propícia para a nova tentação fascista através da ação de radicais de direita"*,[295] o que se acentua a partir da posse do Gal. Costa e Silva. Um discurso de Salgado em setembro de 1968 é enfático na defesa do acirramento da repressão e maior fechamento político:

> O momento nacional que vivemos é de inquietação! Sente-se esta inquietação, não só nos setores da oposição governamental, como sentimos, nos setores mais genuínos da revolução de março de 64, descontentes com a ineficiência dessa chamada revolução para conter a onda de desordem que invade o país, e de confusão cada vez maior em que se opera, nos meios intelectuais e, principalmente, nos meios de ensino! Nada de fez!, para expungir o Brasil dos maus elementos materialistas e antinacionais, que incutem na juventude os malévolos pensamentos atinentes à destruição dos fundamentos da Pátria. Nada se fez!, para prevenir a Nação contra a desordem e a anarquia. Tudo continua na mesma. Não houve transformação do Estado Nacional Brasileiro, como seria preciso, para preservar a verdadeira democracia e a verdadeira liberdade dos perigos que se oferecem em face da licenciosidade da anarquia! Há portanto um descontentamento, muito grande, neste outro setor, nos que propugnaram e tomaram parte no movimento de março de 1964. Há descontentamento na classe rural![296]

O Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968, foi entusiasticamente saudado pelos integralistas, como marco da "*retomada do processo revolucionário brasileiro*".[297] A intervenção dos integralistas neste momento expressava-se na formação do "Grupo Guarda-Costas" para sustentação parlamentar das medidas mais repressivas do governo, como relata Ângela Flach:

> Durante o governo do Marechal Arthur da Costa e Silva, já no período de atuação da chamada "linha dura", houve um grupo de parlamentares que deu apoio incisivo às medidas desse governo, promovendo uma espécie de legitimação do mesmo. Esse grupo foi denominado pela imprensa de "guarda-costas", em alusão à idéia de que faziam a defesa de Costa e Silva. Era representado por uma facção da ARENA que apoiava as medidas tomadas pelo presidente, opondo-se aos defensores da idéia de que deveria ser dada continuidade à política desenvolvida por Castelo Branco. Os dois principais articuladores desse grupo eram os deputados Alberto Hoffmann e Clóvis Stenzel, ambos oriundos do ex-PRP. O grupo "guarda-costas" entendia que Costa e Silva possuía um comportamento "diametralmente oposto ao de seu antecessor, a ponto de ser inevitável um choque entre as duas concepções de governo". Mais adiante, em junho de 1967, o grupo passou a se denominar Ação Revolucionária Parlamentar. (...) Em agosto de 1967, o grupo já estaria contando com 106 parlamentares, todos com o propósito de defender o

---

[295] TRINDADE, O radicalismo militar..., op. cit., p. 129.
[296] Inquietação no Brasil – descontentamento nos meios rurais e agropecuários – descontentamento no meio estudantil – manifesto lançado à Nação pela Confederação dos Centros Culturais em Jaú - SP. *A Notícia*, Rio Preto, 10.9.1968, 2º Caderno, p. 1 (CDAIBPRP).
[297] MEDEIROS, Jader. *A força de um pensamento*. Rio de Janeiro, UOCB, 1973, p. 25.

> Governo da Revolução. Segundo Clóvis Stenzel, uma das medidas a serem tomadas, que poderiam caracterizar o movimento concreto de vigilância em prol da manutenção do espírito revolucionário, conforme noticiou o jornal *O Globo*, seria "evitar que na ARENA surjam movimentos pró-anistia ampla, ou revogação da legislação revolucionária atinente à segurança nacional".[298]

A situação tornou-se ainda mais favorável aos integralistas em 1969, com o afastamento do Gal. Costa e Silva e a imposição de uma Junta Militar, formada por três ministros militares, dos quais dois eram integralistas: o Brigadeiro Márcio de Melo e Souza e o Almirante Augusto Rademaker,[299] este último bastante próximo a Salgado. A imposição da Junta Militar implicava, além disso, na "*ruptura do regime com sua base civil udenista, que duraria até o governo Geisel, quando este nomearia governadores majoritariamente oriundos da UDN"*.[300] Foi neste contexto que tomou corpo a "nova tentação fascista", através da candidatura presidencial do Gal. Albuquerque Lima, articulada por Mourão, Hasselmann e outros oficiais integralistas, como discute Trindade:

> A esperança da grande mudança sonhada pelos radicais de direita ocorreria com a perspectiva de o ex-Ministro do Interior Albuquerque Lima disputar a sucessão da Junta. O radicalismo de direita que se aglutina em torno da candidatura Albuquerque Lima reforça com o AI-5 sua perspectiva de poder, ultrapassando amplamente os limites da antiga "linha dura" institucionalizada com o governo Costa e Silva, e encontrará no ano de 1969 o terreno propício para a articulação do seu projeto político. (...) A dinâmica da candidatura Albuquerque Lima ocupa o espaço, até então vazio, do nacionalismo exacerbado pela ameaça da desnacionalização da Amazônia. A ação do Ministro do Interior em defesa da região amazônica, estimulando, inclusive, através do Projeto Rondon, a interiorização de estudantes junto às populações periféricas carentes, respondia também às preocupações da jovem oficialidade. Ademais era um "crítico veemente das políticas econômicas do após-64". (...) A candidatura Albuquerque Lima pouco a pouco começa a se tornar uma ameaça à unidade das forças armadas, à hierarquia militar e ao acordo entre os grupos dominantes no interior do regime. (...) Em fins de setembro de 1969, o nome de Albuquerque Lima continuava majoritário entre os oficiais mais jovens a ponto de prevalecer sobre o número de seus superiores hierárquicos, observando-se "intensa atividade política de seus seguidores, lançando manifestos e negociando com personalidades civis de renome o preenchimento de posições em seu governo" (Skidmore). A crise da sucessão estava instalada, com o agravante de tratar-se de uma sucessão entre atores hierarquizáveis da instituição militar.[301]

A candidatura Albuquerque Lima foi, no entanto, derrotada, em virtude da mudança das regras, com a eliminação da consulta ampla ao oficialato, substituída por uma consulta apenas aos generais, para eleição de uma lista tríplice, a partir da qual o Alto Comando

---

[298] FLACH, op. cit., p. **??**
[299] Cf. MEDEIROS, op. cit., p. 11.
[300] TRINDADE, op. cit., p. 130.
[301] Idem, ibidem, p. 136 e 138.

Militar, composto de sete integrantes, escolheu o candidato presidencial. Este processo implicou em mais uma derrota para os integralistas:

> Tratava-se de uma estratégia de aliança entre duas forças em competição dentro do regime autoritário militar que estabeleceram um compromisso no governo Castelo Branco – grupo da "Sorbonne" e "linha-dura" – para alijar do poder o grupo revolucionário "anti-Sorbonne" liderado por Mourão. Agora se repetia o processo num outro contexto, em que "o 'castelismo' e o 'costismo' estabeleceram aliança ante o perigo maior do caudilhismo militar, que poderia conduzir a um nacionalismo exacerbado e mobilizador do tipo peronista. A mágoa dos ex-integralistas no final do ano era transbordante. Tinham o sentimento de frustração de terem sido bloqueados às portas do poder, como em 1937. Denunciavam a "manipulação" e a "traição" do almirante Rademaker, que fez pressão sobre a oficialidade da Marinha quando Albuquerque Lima tinha vencido nela e na Aeronáutica. (...) O malogro da candidatura Albuquerque Lima representou o epílogo de um processo que começou aglutinando os setores radicais de direita ou nostálgicos do integralismo e terminou esvaziando a possível fascistização do regime com a emergência de um líder populista identificado ao nacionalismo radical.[302]

Esta derrota afastou dos integralistas a perspectiva mais imediata de assalto ao poder, mas não paralisou o movimento, inclusive porque o presidente indicado, embora não fosse o seu preferido, ao menos na radicalização de uma política repressiva e exacerbação do anticomunismo, estava plenamente em conformidade com a perspectiva dos integralistas.[303] Uma evidência disto é o apoio entusiástico de Salgado ao decreto governamental que estabelecia censura prévia, do qual foi relator.[304] Desta forma, gerou um forte entusiasmo nos militantes integralistas e tornou possível que o movimento retomasse a iniciativa política, embora de forma muito limitada. Esta se deu articuladamente através de dois movimentos: a tentativa de reorganização de entidades integralistas, como os centros culturais, e a ocupação de postos de poder junto ao governo federal e governos estaduais.

No primeiro movimento, destacam-se a articulação da Cruzada de Renovação Nacional, a reorganização de centros culturais e a reativação da União Operária e Camponesa. A Cruzada de Renovação deveria coordenar as atividades dos diferentes

---

[302] Idem, ibidem, p. 139-141.

[303] Os integralistas aproximavam-se mais do grupo da chamada "linha-dura" do que do grupo "Sorbonne" tanto no que se refere ao projeto econômico quanto ao projeto político: em termos econômicos, a defesa da manutenção de algumas características de um projeto nacional, em oposição à associação incondicional aos Estados Unidos, e em termos políticos, o acirramento da repressão política, eram pontos defendidos tanto pela chamada "linha-dura" quanto pelo grupo articulado em torno de Mourão e Albuquerque Lima e pelos integralistas, em oposição ao grupo "Sorbonne". O que os diferenciava era a forma de afirmação deste projeto, pois enquanto para a "linha dura", a repressão visava fundamentalmente a desarticulação da oposição e sua eliminação física, para os integralistas civis e militares, além disto, ela deveria implicar em um projeto mobilização, nos moldes dos regimes fascistas, algo que não estava nos planos da "linha-dura".

[304] Cf. FLACH, op. cit., p. ?? O projeto foi aprovado com 177 votos favoráveis e apenas 44 contrários.

movimentos vinculados ao integralismo e seu lançamento estava previsto para outubro de 1972, marcando os 40 anos do lançamento do integralismo, mas Salgado cancelou todas as comemorações e adiou seu lançamento da Cruzada, sob a alegação de que pretendia *"evitar possíveis explorações tendenciosas dos inimigos gratuitos de nosso Movimento"*.[305] Assim, a Cruzada foi fundada apenas em 1973, e o 40º aniversário do integralismo foi marcado apenas por um discurso de Salgado na Câmara, da mesma forma como ocorrera durante o 30º aniversário, em 1962. O discurso de Salgado foi bastante defensivo, restringindo-se à leitura de um capítulo do livro *O integralismo na vida brasileira*, à afirmação de que *"Há mais de trezentos jovens daquele tempo que hoje ocupam cargos eminentes em nosso País na cátedra, na magistratura, na literatura e na política"*, e ao compromisso assumido,*"diante das deturpações feitas por muitos órgãos da imprensa"*, de *"que não pretendo fazer ressurgir, como partido, o Movimento Integralista"*.[306]

Com relação à União Operária e Camponesa do Brasil, encontramos poucas informações, como o relato de que em setembro de 1964 ela estava *"viva e ativa em Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Guanabara, Bahia, não se falando em cidades do interior"*,[307] e as premiações que a entidade recebeu em 1973: o Diploma do Comando das Organizações Democráticas, pela sua participação ativa no golpe militar, e a Medalha Mérito Revolucionário concedida a Nayr da Silveira, secretário geral da UOCB.[308] A despeito da continuidade de sua existência formal, a ausência de informações sobre atividades por ela desenvolvidas sugere que seus núcleos tenham se desestruturado ou se restringido à existência formal.

Os centros culturais perderam força nos primeiros anos da ditadura militar. Em setembro de 1964, Salgado mencionou nominalmente dez centros que estariam com *"plena atuação"* e afirmava que estavam em funcionamento *"dezenas de outros que, de memória, não poderei citar"*.[309] No inicio de 1965, proclamava que *"o movimento de Centros Culturais da Juventude no Estado de São Paulo tem tomado, ultimamente, grande desenvolvimento"*, mas citava apenas quatro centros, sendo dois deles recém-fundados. A

---

[305] Correspondência de Plínio Salgado a Jader Medeiros. Apud. MEDEIROS, op. cit., p. 151.
[306] SALGADO, Plínio. Quadragésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira, 10.10.1972. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 505-518.
[307] Correspondência de Plínio Salgado a Hamilton José Buarque Galvão, 20.9.1964 (APHRC-Pprp 64.09.20/15).
[308] Cf. MEDEIROS, op. cit., p. 168.
[309] Correspondência de Plínio Salgado a José Buarque Galvão, 20.9.1964 (APHRC-Pprp 64.09.20/15).

realização do VI Congresso da CCCJ, em agosto daquele ano, visava a reestruturação do movimento, mas contou com a participação de apenas 16 centros.[310] Em julho de 1966, o movimento foi reestruturado em Minas Gerais, sob a denominação de Novos Legionários da Democracia, com o objetivo expresso de "combater o comunismo".[311] Outro encontro nacional realizado em 1967 teve pequena participação, a julgar pela omissão da relação dos centros participantes e pela informação de Salgado de que o movimento estava "começando" como *"começam todas as grandes realizações da História: um arroio que, gradativamente, se faz grande caudal"*.[312] Em 1970, foi realizada uma grande concentração de centros culturais na cidade paulista de Jaú, patrocinada pela prefeitura municipal daquela cidade. Esta concentração encerrou-se com um Manifesto dos centros culturais, o qual considerava que o AI5 foi uma atitude *"corajosa e necessária"*, significando *"claramente a retomada do processo revolucionário brasileiro"*.[313] De acordo com o Manifesto, ainda, *"a Revolução autolimitou-se em quase nada alterando os quadros da situação anterior"*, sendo necessária a imediata superação do regime liberal-democrático e da organização política efetivada através de partidos.[314] Em 1974, Salgado justificou a desistência de sua candidatura à reeleição pela sua dedicação à organização dos centros culturais: "*Sempre estive empenhado e estou ainda agora, mais do que nunca, na organização dos Centros Culturais da Juventude, os águias brancas, que já criaram valores entre os quais – para apenas me referir ao Parlamento – aponto dois Deputados que honram esta casa: Vinícius Câmara, pelo Amazonas, e José Penedo, pela Bahia"*.[315] Neste discurso, relatou viagens recentes pelos estados de São Paulo, Paraná e Bahia, para a organização de centros culturais. No entanto, a intenção de Salgado em dedicar-se integralmente aos centros não chegou a surgir efeito, em virtude de sua condição física já debilitada, que levou ao seu falecimento em dezembro de 1975.

No que se refere à tentativa de ocupação de postos governamentais, as poucas informações disponíveis permitem avaliar que os integralistas chegaram a ocupar um

---

[310] Correspondência de Maria Amélia a Plínio Salgado, 26.8.1965 (APHRC-Pprp 65.08.26/4).
[311] Integralistas mineiros revivem Águias Brancas para combater o comunismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16.7.1966 (APHRC-FPS 115.003.REC.1966).
[312] SALGADO, Plínio. Centros Culturais da Juventude. *Diário de São Paulo*, 10.9.1967, p. 4 (APHRC-FPS 115.004.REC 067). É curiosa a afirmação de que o movimento dos centros culturais estava "começando", já que a fundação da CCCJ já completava 15 anos.
[313] Apud. MEDEIROS, op. cit., p. 25 e 26.
[314] Idem, ibidem, p. 26 e 29.
[315] SALGADO. Razões relacionadas com as possibilidades de candidatar-se ou não às eleições e à missão da imprensa, 23.5.1974. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 292.

expressivo número de postos, alguns de grande importância. De acordo com Ângela Flach, eles estiveram à frente da Secretaria de Obras Públicas entre 1967 e 1970 e da Secretaria de Administração nos sucessivos governos entre 1971 e 1982, além da presidência de várias autarquias, dentre as quais a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). A participação dos integralistas no governo federal é analisada por Trindade:

> Ao se observar a composição ministerial dos governos militares e as lideranças no Congresso no período, pode-se no mínimo admitir que os integralistas compartilham o poder. Essa percepção se amplia quando o próprio Plínio Salgado, na entrevista à revista Veja intitulada A Volta do Chefe, reconhece que os integralistas estão a caminho do poder. Na verdade, alguns ex-integralistas ocupam postos governamentais de primeiro escalão: o vice-presidente de Médici e presidente da Junta Militar, o almirante Augusto Rademaker Grünewald; o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Melo (Mourão o identificou como subordinado seu na Milícia Integralista); o ministro da Justiça de Médici, Alfredo Buzaid (embora tenha se tornado um renomado jurista da USP, como Miguel Reale), que era um entusiasta militante de Jaboticabal, no estado de São Paulo, e que no velório de Plínio, em 1975, estava na cabeceira do caixão, como estamparam os jornais da época; o ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso (referido por Plínio como integrante do movimento dos jovens integralistas Águias Brancas); o líder na Câmara Federal [Raymundo Padilha] (que no exílio de Salgado assumiu, em 1938, a chefia clandestina da AIB), entre outros.
>
> Entre os políticos civis, especialmente na Câmara dos Deputados, o chefe integralista informa que o deputado Pedro Marão está "fazendo um levantamento da nossa força, contando quantos parlamentares tem realmente a inspiração integralista e são fiéis a ela" e prefere estimar que "somos quase 100" Embora se dedique mais ao trabalho das comissões do que no plenário, explica que é "para não me comprometer. Mas outros companheiros continuam no plenário e com destaque, como o líder Raymundo Padilha. O movimento integralista, no momento, prefere continuar em atitude discreta".
>
> Deixando de lado os exageros possíveis de ambos os cálculos e reconhecendo que não há uma presença articulada e organizada dos ex-integralistas, a constatação é válida ao menos no sentido de que a AIB forneceu antigos quadros políticos, socializados ideologicamente pelo partido, para diferentes governos militares. A aritmética do deputado federal Plínio Salgado – quando afirmava que significativo número dos membros da Câmara era de ex-integralistas – ainda que correta, certamente não o era se considerarmos a identidade política dessa maioria. Grande parte dela já se tinha desgarrado ou rompido com o passado integralista e, provavelmente, raros ainda seguiam o comando político de Plínio.[316]

Esta última observação deve ser levada em conta. Certamente não se pode contabilizar ex-integralistas como Raymundo Padilha, Miguel Reale e Reis Veloso, que não mantinham mais nenhum vínculo com Salgado. Totalmente diversa é a situação de outros que ocuparam importantes posições de poder no governo federal mantendo-se fiéis a Salgado, como é o caso, por exemplo, de militares como Mourão Filho e Hasselman e civis como Buzaid e Euro Brandão.

---

[316] TRINDADE, P. 134-135.

O falecimento de Salgado representou um revés insuperável para o movimento, criando enormes dificuldades para a manutenção da unidade entre os integralistas sem a liderança de seu "Chefe". Ao que parece, o movimento só voltou a tentar uma ação articulada no contexto da chamada "redemocratização", com o lançamento do jornal *Renovação Nacional*, editado por Jader Medeiros, em 1978, e a tentativa frustrada de reorganização da AIB em 1979, coordenada pelo ex-deputado Holanda Cunha, junto a Walter Povoleri (RJ) e Gumercindo Rocha Dórea (SP).[317] Outras reuniões ocorreram em março de 1980, erroneamente qualificadas por Délcio Monteiro de Lima como *"as primeiras reuniões de caráter político depois da morte de Plínio Salgado"*.[318] De acordo com ele, os integralistas ainda contavam com uma bancada na Câmara Federal, integrada por Alberto Hoffmann (RS), José Penedo (BA), Walter De Pra (ES) e Navarro Vieira Filho (MG).[319] Além disso, para Lima, em 1980 a síntese da pregação integralista seguia sendo *"a defesa do Estado integral, resumidamente, uma democracia de elites culturais, exercida em regime de partido único, sem o sufrágio universal, representação legislativa composta pelas diversas categorias profissionais (corporativismo) e escolhida pelo voto restrito e hierárquico"*.[320] As projeções dos integralistas naquele momento continuavam irrealistas: e então Secretário da Administração avaliava que os integralistas eram "*uns 100 mil aqui no Rio Grande do Sul"*, enquanto Gumercindo Rocha Dórea, que coordenava a tentativa de fundação de uma "Associação Brasileira de Cultura" para reunir os integralistas, afirmava existirem mais de 1.500 integralistas à frente de cargos importantes no governo federal,[321] ocupando completamente alguns órgãos, como a Comissão de Moral e Cívica do Ministério da Educação e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, chefiada por Antonio Pires e convertida em "*quartel general de um vasto e poderoso reduto integralista embutido na máquina estatal*".[322] No entanto, mesmo contando com posições institucionais, ou até mesmo em virtude delas, os integralistas não chegaram nem

---

[317] Relatório da Reunião do Rio de Janeiro, 7.6.1979 (CDAIBPRP). Não cabe aqui analisar detalhadamente a situação interna do movimento naquele período. Ainda assim o Relatório da reunião evidencia diversas dificuldades, como conflitos pessoais e a polêmica em torno da reorganização do PRP, permanência como movimento ou continuidade de participação na ARENA ou seu sucedâneo, o que acabou prevalecendo.
[318] LIMA, Délcio Monteiro. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Antares, 1980, p. 80.
[319] A informação é atribuída a Alberto Hoffmann, para quem existiriam *"muitos outros, apenas não são conhecidos por sua ideologia ou não tiveram oportunidade de proclamá-la. Nem houve necessidade. Na hora, porém, de aparecer, todos os integralistas aparecerão, e aí o País verá quantos realmente somos"*. Apud. LIMA, op. cit., p. 82.
[320] Idem, ibidem, p. 83.
[321] Idem, ibidem, p. 85 e 91.
[322] Idem, ibidem, p. 93.

a reorganizar a AIB nem a constituir um partido político, a despeito de algumas tentativas frustradas nos anos 80, como as de formação do Partido da Ação Integralista (PAI) e do Partido da Ação Nacionalista (PAN), e permaneceram atuando no interior dos partidos que sucederam à ARENA: PDS (Partido Democrático Social), PPR (Partido Progressista Renovador), PPB (Partido progressista Brasileiro) e PP (Partido Progressista).[323]

---------- x ---------- x ----------

As posições políticas assumidas pelo integralismo entre 1961 e 1966 evidenciam, mais uma vez, importantes mudanças na estratégia do movimento. A situação inicial, de articulação com os setores vinculados à aliança PSD-PTB se inviabilizou rapidamente, em um contexto de polarização ideológica que atingiu o próprio PSD, levando os integralistas a romperem com o governo Goulart após terem defendido sua posse, ainda que com seus poderes limitados, passando a uma violenta oposição. Tal rompimento não implicou, ao contrário do que esperava uma parcela da militância, em retomada de uma ação autônoma e radicalizada do movimento, mas, ao contrário, levou a uma vinculação subordinada ao conjunto das forças golpistas. Da mesma forma, a relação dos integralistas com o regime militar oscilou entre uma incontida euforia, logo após a concretização do golpe civil-militar, e o desânimo e a explicitação de críticas contundentes. A extinção dos partidos políticos enterrou definitivamente a perspectiva de uma intervenção autônoma, consolidando a subordinação dos integralistas aos grupos conservadores de direita que constituíam a base de sustentação do governo militar e controlavam a ARENA. As tentativas de uma intervenção mais ofensiva, seja no interior da ARENA, seja nas Forças Armadas, não prosperaram e foram derrotadas, levando ao progressivo enfraquecimento do movimento, consolidado com o afastamento de Salgado da Câmara, no final de 1974 e seu falecimento no ano seguinte.

---

[323] Existem atualmente vários pequenos grupos neo-integralistas, muitas vezes com interpretações divergentes em relação à doutrina integralista e às formas de organização que deveria assumir o movimento na atualidade. Alguns pretendem refundar o movimento integralista – tendo realizado o "1º Congresso do Movimento Integralista para o século XXI pelo renascimento do nacionalismo brasileiro" em dezembro de 2004; e outros atuam no interior do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona). Ver a respeito CARNEIRO, Márcia. Memória e integralista: um estudo da militância no Rio de Janeiro. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, 2002.

Capítulo 9 O projeto partidário: anticomunismo e democracia restrita

Este capítulo tem como finalidade avaliar o papel histórico desempenhado pelo PRP no processo político entre 1945 e 1965, levando em conta seu projeto político, sua perspectiva social, as propostas por ele difundidas e suas repercussões sociais.

As primeiras seções abordarão as concepções mais gerais que embasavam o projeto sustentado pelos integralistas, em geral por eles apresentadas como "fundamentos doutrinários do integralismo". O primeiro destes elementos é sua concepção particular de "democracia", cuja caracterização indica elementos importantes para a avaliação do projeto social integralista e da autopercepção que tinha o movimento acerca do papel desempenhado pelo integralismo no processo político brasileiro. Esta concepção era complementada pela visão integralista do "espiritualismo", através da qual o movimento defendia a subordinação da política aos dogmas religiosos, definia o "espiritualismo" como estratégia partidária e propunha uma "contra-reforma moral e intelectual" fundada em um projeto de "recristianização".

O projeto social integralista pode ser investigado através da análise de suas propostas em algumas áreas privilegiadas em sua intervenção política. Dentre elas, discutiremos os elementos utilizados para embasar sua auto-representação como movimento nacionalista; seu projeto econômico, em particular a defesa de posições ultraliberais; a sistemática oposição aos aumentos salariais e à organização autônoma dos trabalhadores; seu projeto de reforma agrária voltado à disseminação da pequena propriedade; e a política externa defendida pelo movimento, pautada pelo anticomunismo, pela lusofilia e para defesa da subordinação aos Estados Unidos.

Finalmente, nas duas últimas seções, discutiremos a importância do anticomunismo no projeto partidário, a partir da hipótese de que o anticomunismo foi o elemento articulador permanente do projeto integralista, embasando e sustentando sua concepção hierárquica e excludente de "democracia", e levando inclusive o partido a assumir constantemente a função de "cão de guarda" do *status quo*, a despeito das condenações retóricas às "imperfeições" da ordem vigente. Para tanto, discutiremos alguns recursos utilizados pelos integralistas para a construção e disseminação do "perigo comunista", sua visão de que o integralismo tinha uma missão particular a desempenhar no combate ao comunismo, e as principais medidas anticomunistas apregoadas pelos integralistas. A função de "cão de guarda" da ordem estabelecida se evidencia de maneira particular na

manutenção de serviços de espionagem e na denúncia sistemáticas das atividades desenvolvidas pelos comunistas.

De início, é necessário considerar que a mera análise do programa partidário é absolutamente insuficiente para a identificação do real projeto integralista, pois a elaboração do programa formal do PRP foi condicionada pela necessidade de atendimento das imposições do Tribunal Superior Eleitoral, o que naturalmente impedia a explicitação de diversos elementos importantes de seu projeto, como as críticas à democracia representativa e a defesa do corporativismo. Além disso, de maneira geral, os programas dos principais partidos registrados em 1945 eram extremamente imprecisos, ambíguos e genéricos. Como aponta Cláudia Souza Leitão, "*salvo algumas diferenças, pode-se concluir que os programas políticos dos maiores partidos políticos da 4ª República em muito se assemelham*".[1] No caso do PRP, isto se agravava pelo receio de não ter seu registro aprovado. Portanto, a fonte privilegiada utilizada para a identificação do projeto partidário neste capítulo será o conjunto dos pronunciamentos partidários, artigos de suas lideranças, livros e programas radiofônicos.[2] Nos parágrafos seguintes, restringimo-nos a uma breve análise do programa partidário, em seus aspectos gerais.

O primeiro programa do PRP, aprovado em sua reunião de fundação, em 26 de setembro de 1945, reduzia-se a seis pontos: o "reconhecimento e proclamação dos direitos fundamentais da pessoa humana", considerando que "*o homem, como 'índice biológico', tem aspirações legítimas na Terra e, como 'centelha da luz eterna', aspirações superiores no infinito*" para afirmar que "*o Estado não pode ter sobre a pessoa humana direitos absolutos*";[3] a "consagração da democracia", propugnando "*por um sistema político cuja forma de governo seja republicana e federativa, assegurada a independência e harmonia dos poderes, garantido o exercício da coisa pública aos mandatários do povo, eleitos por*

---

[1] LEITÃO, Cláudia Souza. *A crise dos partidos políticos brasileiros:* os dilemas da representação política no estado intervencionista. Fortaleza: Gráfica Tiprogresso, 1989, p. 153. Ainda de acordo com a autora, o programa da UDN era "*absolutamente dissociado de uma práxis política*" e o "*o programa político do PSD possui caráter meramente formal*". Idem, ibidem, p. 149 e 151.

[2] Alguns dos elementos centrais do projeto integralista– nacionalismo, espiritualismo, concepção de democracia e municipalismo – já foram discutidos em CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 213-252. Os três primeiros serão retomados neste capítulo. O municipalismo foi bastante propagado nos primeiros anos da intervenção do PRP, mas teve sua importância progressivamente reduzida em sua trajetória posterior, motivo pelo qual não será discutido aqui. Ainda assim, cabe ressaltar que no Rio Grande do Sul a temática do municipalismo foi retomada na década de 1950, levando à apresentação e aprovação de um projeto legislativo de autoria do deputado estadual Alberto Hoffmann (PRP), aumentando a participação dos municípios na distribuição das verbas estaduais.

[3] PARTIDO de Representação Popular. *Programa e Estatutos do Partido de Representação Popular*. Rio de Janeiro, 1945, p. 3 (CDAIBPRP).

tempo limitado pelo sufrágio universal direto e secreto, respeitada a representação das minorias e reconhecida a plena autonomia do Poder Judiciário como supremo intérprete e aplicador das leis";[4] a "unidade orgânica da Pátria", em nome da qual defendia que fossem "*condenadas e proscritas, com ardor patriótico, embora com espírito cristão, todas as ideologias que possam a vir a comprometer a unidade espiritual e pôr em perigo mortal a grandeza e o futuro do Brasil*";[5] o "engrandecimento moral, intelectual e econômico da nação", defendendo a liberdade de ensino religioso facultativo na escola pública, a família e o reconhecimento do casamento religioso; a "racionalização" das leis trabalhistas, a pluralidade sindical, a "propriedade individual" "*com as limitações impostas pelo bem comum, tendo como fundamento a autonomia pessoal e familiar*", a fixação do homem na terra e o estímulo à imigração;[6] a "preservação do prestígio internacional do Brasil", mantendo a *tradição política de solidariedade continental*";[7] e uma "profissão de fé" com dois "compromissos solenes": "*incentivar cada vez mais no espírito e no coração do povo o culto de respeito e de confiança devido às Forças Armadas do país - guardas indormidas de sua soberania e defensoras indefectíveis da dignidade da Pátria*"*;* e propugnar "*para que seja promulgada a nova Constituição do Brasil em nome de DEUS e se instaure em nossa terra um Estado Democrático cujas leis sejam informadas do espírito cristão de LIBERDADE E JUSTIÇA*".[8]

Este brevíssimo programa, a despeito da utilização de expressões de impacto, trazia poucas definições objetivas e era omisso em relação a diversos pontos, praticamente se restringindo a cumprir uma formalidade necessária.[9] Além disto, o programa teve uma vigência curta, vindo a ser substituído no ano seguinte, quando a II Convenção Nacional do Partido aprovou o novo programa partidário, o qual mais parecia uma plataforma de governo, tal a especificidade das propostas apresentadas. A ideologia do partido transparecia em poucos dos 111 pontos que o constituíam, distribuídos em 13 capítulos

---

[4] Idem, ibidem, p. 4.
[5] Idem, ibidem, p. 5-6.
[6] Idem, ibidem, p. 6-7.
[7] Idem, ibidem, p. 7-8.
[8] Idem, ibidem, p. 8.
[9] Nesse sentido, é possível concordar com o historiador Luis Carlos Oliveira, para quem o PRP possuía "*um ideário reconhecível menos pelo seu programa que pelos antecedentes históricos*". OLIVEIRA, Luis Carlos. *Os partidos:* Seus programas, cheios de belas intenções. Rio de Janeiro, Otto Pierre Editores, 1982. Coleção Os grandes enigmas da nossa história, p. 155-274. p. 169. Oliveira chama atenção para a redação peculiar do programa: "*O programa do PRP, rico em citações incompreensíveis para a maioria da população do País, dedicava um terço do espaço ao bombástico 'Reconhecimento e Proclamação dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana', no qual o homem era amplamente adjetivado - como 'índice biológico', 'centelha de luz eterna', 'meio' ('nem princípio nem fim, como ensina Aristóteles)*". Idem, p. 169-170.

(família, educação, saúde, trabalho, associação, produção, município, viação, finanças, política, justiça, defesa nacional e política exterior). Um dos poucos itens com claro conteúdo ideológico é a proposição da "*instituição do voto familiar, pelo qual o chefe de família pode dispor, além de seu voto pessoal, nas eleições para cargos públicos, de um número de votos igual ou proporcional ao número de pessoas de que tem a guarda*".[10] Ainda no capítulo relativo à família, propunha-se a instituição de "*Escolas de Mães, onde a mulher brasileira aprimore seus dotes morais e adquira todos os conhecimentos indispensáveis à criação e educação dos filhos e os referentes à economia doméstica*", e também a "*criação de um serviço de assistência e orientação domiciliar, por meio de visitadoras, com o fim de robustecer os sentimentos de família e de patriotismo, e formar uma perfeita consciência de moralidade, de higiene e de bom gosto residencial* [sic]".[11] No capítulo sobre política, o partido propunha a "*consagração do sistema eleitoral democrático, que garanta, pelo voto secreto, a manifestação da autêntica vontade nacional, com a representação das correntes partidárias e das classes produtoras*",[12] mantendo aberta uma brecha para a pregação corporativista. De resto, a grande maioria dos pontos pouco explicitava sobre o projeto partidário, primando pela vacuidade. É o caso, por exemplo, da defesa do combate à lepra e à tuberculose, do combate às pragas que infestam as lavouras, da defesa da fauna brasileira e do barateamento de fretes, dentre muitos outros pontos que, na formulação genérica apresentada em nada distinguiam o PRP dos demais partidos existentes. Assim, podemos avaliar que "*ainda que em alguns pontos retomasse expressões típicas da AIB, em seu conjunto o Programa partidário aprovado expressava o novo momento político, depurando o movimento de aspectos que se tornavam incômodos*".[13] Isto não significa, no entanto, que propostas não incorporadas no programa partidário tenham sido abandonadas. Pelo contrário, elementos importantes do projeto partidário – como a crítica à democracia representativa – não constavam do programa, o que reforça a necessidade de ampliar o foco de análise para além do programa formal.

O Programa de 1946 era acompanhado de uma "Carta de Princípios", que reforçava o vínculo entre o partido e a doutrina integralista, mesmo sem mencioná-la explicitamente. Seu ponto de partida era a afirmação da existência de três instituições "naturais": a família,

---

[10] PARTIDO de Representação Popular. *Carta de Princípios e Programa*. Porto Alegre: Edição do Diretório Regional, 1955, p. 34 (CDAIBPRP).
[11] Idem, ibidem, p. 34-35.
[12] Idem, ibidem, p. 53.
[13] CALIL, op. cit., p. 158.

o grupo profissional e o município. A partir da oposição entre "Pessoa Humana" e "Indivíduo Humano", o texto estabelecia uma dupla oposição: ao individualismo, que seria combatido pela subordinação do indivíduo ao Estado; e ao totalitarismo, que por sua vez seria combatido pela subordinação do Estado à Pessoa Humana, definida "*como ente moral e espiritual*".[14] A liberdade era definida como "*faculdade de aderir ao Bem*",[15] e a propriedade privada como um bem subjetivo do homem e concretização de sua liberdade. O partido proclamava a "Função Social da Propriedade", ao mesmo tempo em que defendia o direito subjetivo do homem de ser "pessoalmente proprietário".[16] A família seria "*a primeira e a mais importante das instituições sociais*",[17] o grupo profissional seria "*uma célula do corpo social, subordinada aos imperativos do bem comum*",[18] e os municípios "*as células da nação*".[19] O Estado era entendido como regulador social da liberdade e deveria concomitantemente "*orientar para o Bem*" e "*ditar e garantir a ordem*".[20] A Carta de Princípios encerrava-se com um tópico denominado "Deus", proclamando que "*Deus é o Primeiro Princípio, a Causa Suprema, a Fonte Inicial das ordens políticas legítimas*" e afirmando que "*o problema político dos povos é antes de tudo um problema religioso*",[21] para concluir da seguinte forma:

> Em Deus propomos o princípio e o fim de nossa doutrina política. Em Deus pomos o supremo destino de nossas aspirações. E opondo nossa clara doutrina a todas as formas do materialismo, ficamos com o Cristo. Com Ele e por Ele marchamos, convencidos de que Ele é, realmente, a Luz do Mundo, o Caminho da Verdade e a Vida. E confiados nesta Fé, que nos abrasa, proclamamos, mais uma vez: "Deus dirige o destino dos povos".[22]

Desta forma, a Carta de Princípios encerrava-se com a mesma frase que abria o Manifesto Integralista de Outubro de 1932 – "Deus dirige o destino dos povos".[23] Mesmo que a Carta de Princípios não mencionasse abertamente o termo "integralismo", a referência a ele é evidente e podia ser facilmente reconhecida pela militância.

---

[14] PARTIDO de Representação Popular, *Carta de Princípios e Programa,* op. cit., p. 7.
[15] Idem, ibidem, p. 9.
[16] Idem, ibidem, p. 10-12.
[17] Idem, ibidem, p. 19.
[18] Idem, ibidem, p. 21.
[19] Idem, ibidem, p. 22.
[20] Idem, ibidem, p. 23.
[21] Idem, ibidem, p. 30-31.
[22] Idem, ibidem, p. 31.
[23] SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro de 1932*. Rio de Janeiro: Acção Integralista Brasileira, Secretaria Nacional de Propaganda, s./d. p. 3.

9.1 A defesa de uma "democracia" autoritária e restrita

O impacto da derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial criou diversas dificuldades aos integralistas. Uma das mais evidentes foi tornar insustentável a veiculação de um discurso abertamente contrário à democracia liberal, aos partidos políticos e ao sistema representativo. Isto não significou, no entanto, que as características antidemocráticas da ideologia integralista tenham sido abandonadas, mas, ao contrário, que passaram a ser expressas de maneira diversa. A nova estratégia dos integralistas frente a este contexto centrou-se em um conjunto de esforços para impor o estabelecimento de um conceito de democracia extremamente restrito, fundado na centralização política e na imposição de controles sobre a sociedade. A defesa de um conceito de democracia nestes moldes não era exclusividade dos integralistas,[24] mas ainda assim, as posições assumidas pelos integralistas entre 1945 e 1964 tinham características peculiares, cumprindo um papel importante e específico, pois explicitavam abertamente a defesa da imposição de restrições aceitas por outros grupos conservadores apenas de forma velada.[25] Alguns argumentos utilizados nas campanhas golpistas dos anos 50 e 60, justificando-nas em

[24] Como discutimos no primeiro capítulo, no imediato pós-guerra, diversos agentes políticos, proclamando-se democratas, buscavam afirmar um conceito abertamente autoritário de "democracia". A disputa em torno do conceito de democracia e sua progressiva conformação aos interesses dos detentores dos meios de produção é característica de todo o processo de difusão da democracia moderna, como aponta Ellen Wood: "*Até o último quarto do século XVIII, pelo menos até a redefinição americana, o significado predominante de 'democracia', tanto no vocabulário de seus defensores quanto no dos detratores, era essencialmente o significado adotado pelos gregos que inventaram a palavra: governo pelo demos, o 'povo', com o significado duplo de status cívico e categoria social. Isso explica a difamação generalizada da democracia pelas classes dominantes. Desde então, ela se submeteu a uma transformação que tornou possível aos seus inimigos de ontem abraçá-la.* (...) *No século seguinte, o conceito de democracia iria se distanciar ainda mais de seu significado original. (...) Assim como as classes dominantes buscaram diversas maneiras de limitar na prática a democracia de massa, elas também adotaram estratégias ideológicas que visavam estabelecer limites para a democracia na teoria*". Ainda de acordo com ela, "*num tempo de mobilização de massa, o conceito de democracia foi submetido a novas pressões ideológicas pelas classes dominantes, exigindo não somente a alienação do poder 'democrático', mas a separação clara entre a 'democracia' e o 'demos' – ou no mínimo o afastamento decidido do poder popular como principal critério de valor democrático. O efeito foi a mudança do foco da 'democracia', que passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual. Mais e mais, o conceito de 'democracia' passou a ser identificado com liberalismo*". WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo:* a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 194-196.

[25] Parece-nos que do ponto de vista da dominação burguesa não há qualquer contradição entre a posição abertamente repressiva propugnada pelos integralistas e a posição veladamente repressiva sustentada por outros agentes, tendo em vista o exercício de papéis diferentes e complementares para a afirmação da hegemonia burguesa. O que coloca em evidência a relevância da defesa de posições abertamente repressivas mesmo em contextos nos quais sua efetivação não era necessária, já que sinalizam rumos a serem seguidos em um contexto futuro de acirramento da luta de classes. A adesão de muitos autoproclamados "democratas" ao golpe de 1964 exemplifica este processo.

nome da "defesa da democracia", eram utilizados pelos integralistas desde a formação do PRP, ainda nos anos 40.

As diversas interpretações propagadas pelos integralistas para o conceito de democracia tinham como elemento comum a defesa do estabelecimento de controles e restrições, conformando-se aquilo que chamavam de "democracia defensiva", conforme expressava o dirigente integralista Ernani Lomba Ferraz: "*Impedir uma legítima auto-defesa da democracia só por amor às fórmulas ideais, já definitivamente condenadas pela prática, erigindo em tabu a vontade da maioria absoluta, da massa de multidão, pela só circunstância de representar a quantidade e sem nenhuma atenção à qualidade, é estultice confessa, é violência inadmissível contra a minoria esclarecida, é fazer obra consciente de auto-destruição*".[26] Para, ele, "*a democracia que se pratica no Brasil é absurdamente liberal no que respeita aos direitos políticos, colocados em termos de absoluta intangibilidade*", o que seria "*bastante perigoso e fonte única de todas as agitações que perturbam a vida nacional*".[27] Na crítica de Salgado, o liberalismo "*coloca em primeiro lugar a Liberdade, isenta de todos os deveres, e por isso atentatória das legítimas liberdades do Ser Humano*",[28] ao que *A Marcha* complementava afirmando que "*o integralismo combate o liberalismo porque o liberalismo promete a liberdade e só a garante aos mais fortes*".[29] Salgado sustentava que "*o liberalismo democrático é hoje defendido apenas pela grande burguesia e pelas extremas esquerdas do proletariado internacional*", pois dele só se aproveitariam "*os poderosos, que exploram os pobres e os fracos, e os demagogos marxistas, que exploram a ignorância das massas trabalhadoras e a inexperiência dos estudantes bisonhos*".[30]

É importante precisar o sentido particular do "antiliberalismo" integralista, pois ele direcionava-se centralmente contra as chamadas "liberdades democráticas" mas, evidentemente, não o fazia em nome da defesa do exercício ativo do poder popular, nem implicava na rejeição do liberalismo econômico. Ao contrário, conduzia à proposta de um reordenamento institucional que acirrasse a repressão e impusesse limitações à organização dos trabalhadores. Nesse sentido, apontava o "excesso de liberdade" como uma grave

---

[26] FERRAZ, Ernani Lomba. Democracia e sufrágio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.1.1954, p. 1 e 9.
[27] FERRAZ, Ernani Lomba. Democracia e sufrágio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.3.1954, p. 1.
[28] SALGADO, Plínio. *Direitos e deveres do homem.* 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949, p. 88.
[29] Doutrina Integralista: a questão social, o liberalismo e o comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.7.1962, p. 3.
[30] SALGADO, Plínio. O liberalismo democrático. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.1.1962, p. 3.

ameaça: "*Está em perigo no mundo, sob a ameaça de uma falsa democracia e de uma falsa liberdade, o verdadeiro fundamento da democracia e da liberdade*".[31] Defendê-la seria como defender a "*liberdade dos micróbios no desenvolvimento da doença*"*:*

> Liberdade de ação para os perversos, liberdade de palavras à mentira, liberdade de sabotagem aos sabotadores, liberdade de atentar contra a liberdade - eis a triste situação a que chegou o nosso país. (...). Os criminosos encontram apoio numa imprensa que se diz democrática, defensora da liberdade da palavra, de reunião, de associação! (...). Para ser democrático, o cidadão honrado deve ser escarrado e esbofeteado pelos traidores da Pátria, tirando o chapéu num gesto de agradecimento.[32]

Muitas das críticas integralistas apontavam distorções e insuficiências recorrentes na democracia burguesa e facilmente perceptíveis na frágil democracia brasileira, como a corrupção, o fisiologismo e a debilidade ideológica dos principais partidos. É importante, no entanto observar que tais críticas sempre conduziam à proposição de um reordenamento institucional claramente antidemocrático, ou, no mínimo, de propostas de acirramento dos seus aspectos repressivos. Para os integralistas, a democracia teria se transformado em um "*regime do imediatismo, personalista, rasteiro, sem escrúpulos de coerência, negocista de posições, pedinte de pistolões, submisso à mediocridade de meios e de fins, cúmplice da mentira e da inércia, oportunista na doutrina e na prática, criminoso mil vezes no ludíbrio permanente da boa fé popular*".[33] Em vista disto, concluía-se que a democracia, "*para subsistir, precisa estabelecer 'a priori' alguns princípios que lhe sirvam de estabilidade*".[34] Nesse sentido, Salgado festejou o fechamento do PCB, em 1947, como um marco da afirmação de uma "democracia defensiva":

> A decisão do Supremo Tribunal Eleitoral firma uma nova doutrina e estabelece um novo conceito de democracia: **a democracia que salvaguarda o princípio da liberdade contra as idéias supressivas de liberdade**. Salvaguardando esse princípio a democracia deixa de ser liberal para salvar o liberalismo [sic]. Estabelecendo limites a si própria, perde o sentido totalitário que submete as verdades essenciais da razão humana à prepotência dos eventualmente mais numerosos.[35]

A análise de Jarbas Medeiros sobre o pensamento político de Salgado no período pós-guerra enfatiza a utilização do cristianismo como recurso para o estabelecimento de

---

[31] SALGADO, Plínio. O destino das Américas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 19.6.1847, p. 1 e 6.
[32] SALGADO, Plínio. A febre e o termômetro. Idade Nova, Rio de Janeiro, 2.6.1949, p. 1 e 7.
[33] Democracia de máscaras. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 10.7.1947, p. 3.
[34] SALGADO, Plínio. *Extremismo e democracia.* São Paulo, Guarumby, s./d, p. 28.
[35] Depõe o sr. Plínio Salgado sobre o fechamento do PCB. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 5.6.1947, p. 1-2. Observe-se, a respeito, a afirmação de Florestan Fernandes, que, ainda que produzida com vista a outro contexto, aplica-se ao integralismo: *"A chamada 'defesa da democracia' somente modificou o caráter e a orientação do fascismo, evidentes na rigidez política do padrão de hegemonia burguesa*". FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 15.

restrições. Para ele, "*a democracia cristã seria uma democracia controlada*", a qual "*não teria sua base na soberania popular, mas sim em dogmas e 'verdades reveladas' do cristianismo. A democracia cristã seria, assim, uma 'concessão' feita ao povo, às 'multidões', pelos exegetas e pelos sábios católicos encarregados de velarem pela pureza e pela obediência aos dogmas. A democracia cristã não dependeria do 'livre curso da vontade geral'*".[36] A formulação teórica apresentada por Salgado referenda tal avaliação: "*Democracia, considerada como autodeterminação de indivíduos e de povos, sem prefixação de princípios e de regras de conduta, é o regime que atenta contra os direitos humanos, porque desarma o Estado em face de todos os erros e loucuras*".[37] A definição destes princípios, apresentados como imutáveis e indiscutíveis, era justificada em nome do cristianismo, com o que Salgado estabelecia que "*decidir pelo espiritualismo é a única atitude eficiente de manutenção das formas democráticas verdadeiras; mas esta decisão exige deveres entre os quais o maior de todos é a coragem de dizer com todas as letras do alfabeto, tudo aquilo que não permitimos, em hipótese alguma, que se institua, sendo mau, ou se rejeite, sendo bom*", de onde concluía que "***a democracia, para nós, cristãos, há de ser, antes de tudo, uma declaração de princípios cristãos***".[38] Assim, só seriam "democráticas" as decisões que se conformassem aos proclamados "preceitos cristãos": "*Só os loucos e os perversos poderão aceitar uma democracia que não sabe para onde vai, nem o que quer, e que tudo aceita desde que assim decida a insensatez das massas*".[39] Desta forma, Salgado concluía que uma "democracia cristã" "*poderá e deverá considerar extremistas aqueles que atentarem contra o conceito do homem em que ela se baseia*".[40] A promulgação da Constituição Federal em nome de Deus legitimaria a proibição e repressão de qualquer pronunciamento contrário à concepção de "democracia cristã" proposta: "*No Brasil, temos uma Constituição promulgada em nome de Deus; logicamente se infere que o regime em que vivemos adota uma concepção espiritualista do mundo. É Deus a base das nossas instituições. Por conseguinte, a ninguém é permitido, a menos que se fira de morte a nossa Democracia, pugnar pela implantação de um regime baseado no materialismo*".[41] As "verdades reveladas" do cristianismo se equipariam a verdades matemáticas: "*Se realizarmos um plebiscito pedindo um pronunciamento da* vontade geral

---

[36] MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1978, p. 515 e 593.
[37] SALGADO, Plínio. *O conceito cristão de democracia.* Coimbra: Estudos, 1945, p. 113-114.
[38].Idem, p. 114. Grifo meu.
[39] Idem, ibidem, p. 116.
[40] SALGADO, *Extremismo e democracia,* op. cit., p. 26.
[41] Idem, p. 28-29.

sobre o quadrado da hipotenusa, este não deixará de ser a soma do quadrado dos catetos, ainda que um só homem, um geômetra, fique sozinho contra o peso da opinião pública".[42] Disto decorria a tese de que "*educar um povo é repetir-lhe mil vezes aqueles princípios 'certos', aqueles princípios 'imutáveis' que constituem a base da moralidade de uma Pátria*",[43] pois o fundamento da "democracia" seria "*o sentido da idéia nela contida*",[44] o qual determinaria um conjunto de "bases da democracia" que não poderia ser questionado, independentemente da vontade majoritária dos eleitores:

> Os verdadeiros princípios da Democracia têm de ser fundamentalmente cristãos. Entre a lei do instinto e a lei de Deus, os democratas sinceros adotarão esta. É a lei que procede da fé num Criador do Universo e na imortalidade da alma humana e que sustenta a liberdade do homem como prerrogativa do seu espírito. Temos, assim, como bases da Democracia, 1º) a pessoa humana intangível; 2º) os grupos naturais que dela procedem e dos quais o primeiro é a Família; 3º) a propriedade justa, isto é, aquela que não ultrapassa os limites do bem alheio ou comum. (...) Em suma: democracia só pode existir com a lei de Deus, que fez o homem livre e responsável. Fora disso, é tudo fantasia, é tudo engodo, a iludir multidões inconscientes com a música das palavras sonoras e vazias de sentido.[45]

A oposição dos integralistas à soberania popular fundamentava-se na desqualificação das massas populares.[46] Para isto, estabeleciam uma oposição entre as "massas", tidas como incapazes, e o "povo", constituído pelos indivíduos "conscientes" e "capazes": "*Povo é a reunião de indivíduos emancipados ou que jamais se submeteram ao aniquilamento de sua liberdade, massa, pelo contrário, é o povo que se deixa escravizar, submetendo-se previamente a um processo de narcotização*".[47] Para reforçar esta distinção,

---

[42] SALGADO, *O conceito cristão de democracia*, op. cit., p. 95.
[43] SALGADO, Plínio. O maior dos problemas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 9.2.1950, p. 1 e 6.
[44] SALGADO, Plínio. *O ritmo da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949, p. 114.
[45] SALGADO, *O ritmo da história*, op. cit., p. 116 e 118.
[46] Esta posição é comum aos diversos fascismos. Como lembra Wilhelm Reich, "*Hitler insistiu incansavelmente em que devemos nos dirigir às massas não com argumentos, provas e conhecimento, mas por meio de sentimentos e crenças*". REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 78. De acordo com Leandro Konder, a contraposição entre povo e massa é comum aos fascismos: "*Na prática, a demagogia fascista assume freqüentemente formas 'populistas', lisongeando o 'povo', prestando-lhe todas as homenagens e contrapondo-o à 'massa' (que representa apenas o peso morto da 'quantidade'). Mas esse populismo pressupõe um 'povo' tão mítico como a 'nação', nos quadros da ideologia fascista. E todas as vezes em que alguma tendência no interior do fascismo se mostrou mais sensível a pressões 'plebéias' e procurou aprofundar certos aspectos 'populistas', foi sumariamente cortada pelas forças que mantinham a hegemonia no movimento fascista*". KONDER, Leandro. *Introdução aos fascismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 13.
[47] Definindo o sentido da política do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 2. A tese de que as massas eram incapazes para o exercício da democracia era assumida também por outros agentes políticos. Conforme João Almino, tanto no PSD como na UDN, "*a idéia de soberania popular vem associada à incapacidade de o povo ser soberano, seja por não estar ainda suficientemente amadurecido, seja em razão do próprio 'temperamento brasileiro', como dirão alguns representantes do PSD*". ALMINO, João. *Os*

Salgado citava a afirmação do Papa Pio XII de que "*povo e multidão amorfa, ou como se costuma dizer 'massa', são dois conceitos diversos. O povo vive e se move com vida própria; a massa é, por si mesma, inerte e não pode receber movimento senão de fora*", concluindo que "*entregar a decisão de questões gravíssimas às multidões naturalmente ignorantes e apaixonadas*" seria o mesmo que "*entregá-las ao acaso e correr voluntariamente para o abismo*".[48] Para o integralista Luis Compagnoni, "*a massa é por si inerte e inconsciente; só se move sob a influência de fatores que lhe são estranhos. O povo, porém, vive e move-se por via própria; é um conjunto de homens esclarecidos, conscientes de sua personalidade, de suas convicções e de seus direitos*".[49] O jornal *Idade Nova* considerava que o predomínio da vontade das massas representava "*a conspiração dos medíocres contra o grande homem*".[50] A expressão de sua vontade levaria à negação da "verdadeira democracia": "*As multidões mecanizadas pelos hábitos da preguiça mental longamente estimulada pelos processos deformadores das historietas em quadrinhos, dos títulos berrantes das gazetas, movem-se ao sabor do rádio e dos cartazes, produzindo a panacéia antidemocrática e despótica dos votos das massas, que guindam ao poder os tipos mais semelhantes e conformes à sua mentalidade ignara*".[51] Salgado chegava a estabelecer uma "psicologia" da massa: "*A massa move-se. Sem consciência. Sem destino. Sem autodireção. Inteligência e Vontade, eis os dois termos que não podem existir na Massa. Porque são incompatíveis com ela. (...). O traço fundamental da sua psicologia é a preguiça*".[52] Em termos semelhantes, também o dirigente integralista Mario Maestri afirma: "*A massa se dirige, massa não se doutrina. Quem é que doutrina uma massa? Ninguém, ninguém. Faz discurso, só, e toca ela para frente. Doutrinar a massa, que isso? Onde é que se viu? (...). A multidão tem o mesmo raciocínio de uma criança*".[53] Nesta argumentação, os integralistas levavam ao extremo uma argumentação utilizada também pelos principais grupos políticos, os quais de acordo com João Almino, baseavam sua ação política na construção de um "outro", cujos componentes "*são seres que, mesmo tendo*

---

democratas autoritários. Liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituição de 1946. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 230-231.

[48] *Apud* SALGADO, *O conceito cristão de democracia*, op. cit., p 159 e 160.

[49] O oportunismo político solapando todos os setores da vida nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 26.6.1947, p. 5-6.

[50] O homem medíocre [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 9.12.1948, p. 3.

[51] SALGADO, Plínio. Autoridade e responsabilidade. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 3.6.1948, p. 1 e 6.

[52] SALGADO, Plínio *Espírito da burguesia.* 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, [1949?], p. 108-109 e 127.

[53] CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Mario José Maestri*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 71.

existência social, são extra-sociais e anti-sociais; mesmo sendo parte do povo, não são o povo e são contra o povo". [54] Ou ainda, em outra versão, como aponta Ianni, "*são muitos os círculos governamentais nos quais se acredita, ou insinua, que o povo e o cidadão precisam ser protegidos inclusive de si mesmos*".[55] Esta argumentação seguia presente, por exemplo, em um manifesto lançado em 1956, pela Ação Democrática, entidade liderada por udenistas: "*O cidadão precisa ser reeducado, retemperado moral e politicamente para votar bem. Antes da revolução pelo voto é preciso fazer a revolução nos espíritos*".[56] O que conduz diretamente à proposição de Salgado, que afirmava que seu objetivo maior seria "*elevar o nível mental, moral e sentimental do povo brasileiro*", através "*de longos anos, quase que sozinho, com poucos líderes a acompanhar-me no trabalho de evangelização constante do povo de minha Pátria*".[57]

Tal "trabalho de evangelização", no entanto, não abria perspectivas para a "educação das massas". Ao contrário, a visão hierárquica e elitista dos integralistas justificava posições obscurantistas, como a **oposição à alfabetização das massas**, sustentando a tese de que no Uruguai a criminalidade "*aumentou na mesma proporcionalidade da alfabetização das massas*".[58] Considerava, também, que a ampliação do nível de instrução das mulheres representava um perigo: "*Este nosso século procura dar instrução à mulher, fazê-la literata, cientista, doutora, o que, afinal, é muito bom, quando consulta vocações legítimas. Mas esta ilustração vai sendo, cada vez mais, como uma carta sem endereço, porque a instrução sem a educação* [moral / religiosa] *não leva finalidade*".[59] Em sua avaliação, "*a maior parte das mulheres intelectuais que não tiveram formação religiosa com que se defenderem dos erros do nosso tempo, perdem o poder de reagir e, correndo atrás de uma liberdade ilusória, terminam caindo em degradantes formas de escravidão e de miséria*".[60] A mesma concepção hierárquica e elitista fica explícita na oposição de Salgado ao voto dos analfabetos:

> Sobre o voto do analfabeto, já manifestei minha opinião. Sou radicalmente contrário. Considero uma loucura, entre as tantas de que está cheia a vida pública brasileira. Aparentemente, o voto dos analfabetos amplia a área de extensão do sufrágio universal.

---

[54] ALMINO, op. cit., p. 308.
[55] IANNI, Octávio. *O ciclo das revoluções burguesas.* Petrópolis: Vozes, 1984, p. 37.
[56] CARONE, Edgard. *A república liberal.* Volume 2: evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985, p. 117.
[57] SALGADO, Plínio. *Palestras com o Povo.* Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1958, p. 42.
[58] Discurso na Câmara dos Deputados, 12.11.1960 (APHRC-FPS 007.002.003).
[59] SALGADO, Plínio *A mulher no século XX*. 2ª edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947, p. 56..
[60] Idem, ibidem, p. 61.

> Na realidade, porém, restringe-a. A verdadeira "maioria" do povo, que é a consciente, fica subjugada por uma "minoria", que manobra a massa "inconsciente". Passaríamos a ter o governo dessa "minoria" sobre a verdadeira maioria da Nação.[61]

O jornal *A Marcha* publicou diversos editoriais combatendo os projetos de concessão do direito de voto aos analfabetos. Para o jornal, ele levaria a um "*rebaixamento ainda maior do pequeno nível cultural do eleitorado brasileiro. A conseqüência será, inevitavelmente, o rebaixamento moral e intelectual da representação*", acentuando as características de "*uma democracia semi-alfabetizada de locutores de rádio, cômicos de televisão, boxistas, aventureiros de todas as espécies e craques de futebol*".[62] Além disso, traria "*como conseqüência fatal a generalização da política feita na base de favores e cambalachos pessoais e regionais*", levando a uma "*ainda maior degradação dos hábitos e costumes eleitorais*".[63] Ainda de acordo com o jornal, "*numa democracia de tipo liberal como a nossa, a extensão do direito do voto aos analfabetos só poderia contribuir para o aceleramento da desintegração das forças vivas da nação, tornando-a presa fácil ao comunismo que há muito deseja nos escravizar*".[64] Também neste aspecto, o elitismo integralista não era um elemento isolado: Armando Boito relata posição semelhante assumida por integrantes da UDN:

> Na década de 1950, vários udenistas, dentre os quais um jornalista chamado Afonso Henriques, defenderam a instituição do voto de qualidade no Brasil. No projeto desse tal Henriques, em primeiro lugar, os analfabetos deveriam, é claro, permanecer sem o direito a voto. Em segundo lugar, deveria ser instituído o que esse liberal denominava "voto cultural progressivo": o eleitor alfabetizado, mas que não tivesse o diploma do curso primário, teria direito a apenas um voto, já o eleitor com curso primário completo, fazia juz a dois votos, e, assim por diante, até chegarmos à fina flor da inteligência burguesa, os liberais diplomados em universidade, que teriam direito a quatro votos.[65]

---

[61] Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1958. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.005.007).
[62] Nota da Semana: O voto dos analfabetos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.9.1957, p. 2.
[63] Idem, ibidem. É curioso observar que no caso de implantação do corporativismo, tais objeções desapareceriam: "*Esse mal, todavia, encontra remédio no sistema corporativo. Somente o voto com sentido profissional, traduzindo um interesse de grupo, poderia ser concedido aos analfabetos. E isto porque, nessa circunstância especial o analfabeto seria chamado a optar sobre matéria do seu conhecimento pessoal, do seu contato diário, sobre problemas que são do seu conhecimento direto e, quando tivesse de escolher representantes o faria elegendo aquele que propusesse melhor solução para problemas que afetariam, num círculo menor, aos interesses de ambos, que se encontram sempre reunidos num mesmo grupo profissional. Neste caso, o voto do analfabeto significará apoio a determinada solução para um problema ao qual o eleitor se encontra mais efetivamente vinculado ou a escolha de um elementos capaz, para a representação das atividades profissionais que ambos exercem*". Idem, ibidem.
[64] Nota da Semana Voto ao analfabeto. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.4.1959, p. 3.
[65] BOITO, Armando. *O golpe de 1954:* A burguesia contra o populismo. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 67-68.

A distinção integralista entre "povo" e "massa" reforçava os preconceitos contra os trabalhadores assalariados (menosprezados pela pequena burguesia tradicional) ou contra os trabalhadores "manuais" (mal-vistos pela nova pequena burguesia).

A desqualificação das massas populares era parte do percurso trilhado para a rejeição do sufrágio universal, como expressava o integralista Ivo Andrade:

> O sistema partidário, gerador da politicagem, inexpressivo como captador da opinião pública, decadente e superado, pressupõe a existência de algo bem ridículo: o voto universal. Todos o sentem e sabem, embora a covardia ou os interesses pessoais ou a cegueira os impeça de afirmar: o voto universal encarna a maior das mentiras que nos presenteou o liberalismo. Exercido que é ao poder do dinheiro, das sinecuras, dos vaivens das massas, da demagogia, da opressão e das ameaças, o voto universal nada contém de significativo.[66]

Para o veterano integralista Jaime Ferreira da Silva, a democracia fundada no sufrágio universal seria uma "ococracia", ou seja, uma "*democracia degenerada, em que o poder passa às mãos das camadas inferiores e apaixonadas, desmandando-se e desrespeitando os direitos sagrados do Homem*".[67] Na avaliação de João Carlos Fairbanks, "*pelo princípio da atração dos semelhantes, as massas preferirão eleger indivíduos do seu nível*".[68] A mesma posição era desenvolvida por Salgado:

> O princípio da livre escolha dos governantes pelos cidadãos é burlado pelo individualismo excessivo, que, utilizando-se do prestígio das posições conquistadas ou do poder do dinheiro, ilude as multidões, moldando a opinião pública ao seu talante e conduzindo despoticamente aquelas massas desorganizadas que o Papa Pio XII qualificou de amorfas e absolutamente diversas do povo esclarecido, segundo as categorias de seus valores. (...) Se a idéia essencial da Democracia é a Justiça, como pode essa idéia estar sujeita ao arbítrio, puramente transitório, de uma crise psicológica da multidão conduzida por um ou mais indivíduos? Há, por conseguinte, **alguma coisa de fixo, de imutável**, na Democracia. Essa coisa imutável, que representa a própria vida da Democracia, é a própria concepção democrática das instituições fundamentais. **No dia em que esse conceito fosse posto a votos, ele deixaria praticamente de existir**.[69]

De maneira ainda mais explícita, Salgado sustentava que "*a democracia, portanto, considerada como meio da multidão julgar a idoneidade de regimes, constituições, códigos e leis, não tem autoridade nem filosófica, nem científica, nem técnica. É processo de violência e origem das tiranias*".[70] Este "processo de violência" colocaria em risco as

---

[66] ANDRADE, Ivo. O sufrágio universal essa grande mentira. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.1.1954, p. 1 e 9.
[67] SILVA, Jaime Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo:* Discurso Pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, p. 9.
[68] FAIRBANKS, José Carlos. A impossibilidade matemática do sufrágio universal direto. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 11.12.1953, p. 2.
[69] SALGADO, *Extremismo e democracia*, op. cit., p. 38. Grifos meus.
[70] SALGADO, *Conceito cristão de democracia*, op. cit., p. 96.

"verdades cristãs": "*Uma verdade para ser universal depende do assentimento de todos os povos? (...) A verdade deixaria de ser verdade pelo fato de não obter maioria dos votos?*".[71] A democracia fundada no sufrágio universal seria irremediavelmente atingida pelo "*baixíssimo nível intelectual e capacidade de discernimento dos rebanhos eleitorais*", que "*não sabem absolutamente nada*",[72] e pela atitude dos políticos "*preocupados em cortejar as massas* ***em vez de dirigir as massas*** *no caminho da sua felicidade*".[73]

Da rejeição do voto universal passava-se à defesa aberta do corporativismo, como discutimos no capítulo 8, propondo-se a construção de uma "democracia orgânica":

> Para haver verdadeiro povo, é preciso que o Homem se manifeste como membro de cada grupo natural, cujas zonas de interesses são bem definidas. Os chefes de Família unam-se e falem em nome das Famílias; e os que forem proprietários, unam-se e falem em nome dos proprietários. Os que trabalham (e são todos os Homens, segundo a lei de Deus) unam-se e falem, segundo os interesses do grupo a que pertencem ou dos grupos em que encontram motivo de união pela identidade ocasional das suas preocupações. Os que residem no mesmo Município, unam-se e falem em nome dos interesses locais que são comuns a todos os chefes de Família e a todos os gêneros de trabalho. Os que habitam a mesma Nação (a qual é constituída por todas as Pessoas, Famílias, Grupos de Trabalho e Grupos locais, seja qual for a sua raça, sexo ou religião) unam-se e falem em nome da Pátria. Os que possuem uma disciplina religiosa (e devem ser todos os homens e mulheres) unam-se e reclamem do Estado o respeito à sua liberdade e aos princípios segundo os quais todas as atividades humanas tendem para Deus. Só assim existe povo; do contrário, só existe massa.[74]

Em algumas situações, a pregação corporativista era feita, em nome da "verdadeira democracia", em aberta oposição aos partidos políticos:

> Salvar o Brasil é realizar integralmente a Democracia. Mas, se a Democracia "é governo em que o povo exerce a soberania", **através dos partidos ela jamais será possível**. O povo só poderá ser soberano unido. Porque é da união que a força surge. Eis porque nunca se teve Democracia no Brasil enquanto existirem os partidos, como eles são constituídos, como o próprio nome indica, ele parte, separa, DESUNE. Só as corporações profissionais, órgãos legítimos das classes que trabalham e produzem, poderão

---

[71] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 47.
[72] SALGADO, Plínio. Depois das eleições. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.11.1950, p. 1.
[73] Lançamento da Campanha Municipalista. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.9.1948, p. 1 e 7. Grifo meu. Observe-se que através desta argumentação o integralismo justificava o rompimento com a premissa de igualdade formal que caracteriza a democracia capitalista. Como lembra Ellen Wood, "*na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. (...) A igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta. O capitalismo tornou possível conceber uma 'democracia formal', uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a 'elite' e a 'multidão trabalhadora'*". WOOD, op. cit., p. 184.
[74] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, p. 108-109.

> concretizar o velho sonho. Assim unido, irmanado, forte, o povo realmente soberano governará democraticamente a Nação e comandará conscientemente o seu destino.[75]

À defesa do corporativismo se somava ainda, desde 1946, a proposta de "instituição do voto familiar", a qual, além de subverter o princípio do sufrágio universal, consolidava a condição de subordinação da mulher, já que o voto seria exercido pelo "chefe da família". Esta concepção foi expressa em uma nota do Diretório Regional do PRP gaúcho, que propunha o exercício de funções tidas como "femininas" às mulheres:

> A Constituição Federal de 1946 teve uma breve lembrança da Família como instituição, mas a ignorou como personalidade coletiva. Excluiu-a, praticamente, da vida política do País. O voto feminino passou a ser mais um elemento de exploração, através do qual a mulher aparentemente [sic] participa do poder. (...) O voto feminino deve ser complementado [sic] pela instituição do voto familiar com o qual a mulher brasileira teria função em cargo eletivo na formação de conselhos municipal, estadual e federal, com a competência para o nobre exercício de **funções educativas, de assistência social**, etc. Reservar-se-ia, assim, à mulher brasileira importante tarefa no Estado.[76]

O recurso ao "conceito cristão de democracia" era utilizado permanentemente para justificar a imposição de restrições à prática democrática:

> Ou a democracia se proclama abertamente espiritualista e cristã e, nesse caso, pode outorgar todas as liberdades aos cidadãos, **menos a de se utilizar dessas liberdades para implantar regimes que contrariem aqueles seus princípios fundamentais, e nem por isso deixará de ser democracia**; ou então se declara agnóstica e, nesse caso, terá de permitir a propaganda de todas as idéias e o exercício de todas as atividades tendentes às transformações políticas de todas as naturezas e feitios.[77]

Salgado concluía que "*para organizar um regime democrático, é preciso preliminarmente a Fé em Deus, pois* ***sem Deus não há democracia, e quem não acredita em Deus não pode falar em democracia***".[78] O integralista Evandro Lima enunciava os princípios da democracia cristã, enfatizando o "direito de propriedade" e a distinção entre as classes sociais:

> A Democracia Cristã, precisamente porque se chama cristã, deve apoiar-se sobre os princípios postos pela fé divina, provendo aos interesses dos pequenos, de modo que encaminhe para a perfeição as almas criadas para gozar bens eternos. Importa, por conseqüência, que nada lhe seja mais sagrado do que a justiça que prescreve a **manutenção integral do direito de propriedade e de posse**; que defenda a **distinção de classes** que sem contradição são próprias de um Estado bem constituído; enfim, que queira dar à comunidade humana uma forma e um caráter conforme àqueles que o Deus

---

[75] Advertência aos homens públicos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.2.1954, p. 1 e 4. Grifo meu.
[76] Voto Familiar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.3.1958, p. 7. Grifo meu.
[77] SALGADO, *O conceito cristão de democracia*, op. cit., p. 101. Grifo meu.
[78] SALGADO, Plínio. Cristo nas Assembléias. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.5.1948, p. 2. Grifo meu.

> Criador estabeleceu conforme declarou o Papa Leão XIII na sua carta encíclica "Graves de Communi".[79]

Embora sem esclarecer onde "Deus" estabeleceu o caráter sagrado do "direito de propriedade" e da distinção de classes, os integralistas seguiram proclamando sua intocabilidade em uma "Democracia Cristã", convenientemente esquecendo a proveniência liberal destes preceitos. A Carta de Princípios considerava que "*o princípio da propriedade privada decorre da natureza humana*" e que ele é "*a expressão externa e material da liberdade humana*", constituindo-se como "*garantia econômica da liberdade*".[80]

A formulação teórica integralista conduzia diretamente para a defesa de grandes restrições ao regime democrático, incluindo-se algumas das chamadas "liberdades civis" classicamente associadas à democracia liberal, mesmo em sua versão mais restrita. Em consonância com os pressupostos integralistas de que o liberalismo "*oferece todas as franquias à propaganda e à ação corruptora dos elementos de dissolução das estruturas sociais baseadas num conceito espiritualista da existência*",[81] e que "*entendem os adeptos de tal doutrina que deve haver plena liberdade para se pregar idéias nocivas, plena liberdade para destruir a própria liberdade*",[82] o deputado federal integralista Goffredo Telles Júnior contrapunha-lhe o conceito de democracia como "*regime de vigilância, em defesa dos direitos fundamentais do homem*".[83] Os integralistas defendiam que deveria ser excluída das liberdades públicas "*aquela que dá direito ao homem de atentar contra a própria liberdade, à moral pública e aos direitos sagrados da pessoa humana*".[84] O jornal *Idade Nova* sustentava que "*nenhum governo pode permitir liberdade plena para tudo, para propaganda de idéias errôneas e nocivas à Pátria, à Sociedade, e nem liberdade para destruir a própria liberdade*".[85] Em vista disto, Salgado proclamava: "***Já é tempo de, em nome da Democracia, policiarmos essa Democracia.*** *Já é tempo de, em nome da Liberdade, policiarmos os que, à sombra da Liberdade, provocam escândalos de licenciosidade*".[86] Uma das principais medidas limitadoras defendida era a imposição da censura. Para Salgado, "*a tolerância, no que concerne à liberdade de propaganda das*

---

[79] LIMA, Evandro. A democracia cristã. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.7.1953, p. 3. Grifos meus.
[80] PARTIDO de Representação Popular, *Carta de Princípios e Programa*, op. cit., p. 12.
[81] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 138.
[82] SALGADO, Discurso de Belo Horizonte. In: *Discursos*. São Paulo: Companhia Editora Panorama, 1947, p. 161-162.
[83] Fala o deputado Goffredo Silva Telles. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 22.5.1947, p. 2.
[84] Instantâneos. Programa Radiofônico - PRP-RS. 24.11.1945. Rádio Farroupilha (CDAIBPRP).
[85] Desmorona-se mais um arrazoado antiintegralista. *Idade Nova*, Rio de Janeiro 16.9.1948, p. 4.
[86] Recebido entusiasticamente na Bahia o sr. Plínio Salgado. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 24.3.1949, p. 1 e 7. Grifo meu.

idéias destruidoras do fundamento cristão da sociedade, não deve ser permitida".[87] De acordo com ele, "*o que não se deve permitir nas colunas da imprensa é o sofisma grosseiro; a mentira facilmente percebida pelas inteligências acima da mediocridade; a calúnia torpe; a injúria batráquia, tão usual nas épocas de decadência do caráter*".[88] Salgado criticou a proposição de que "*toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão*", constante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, argumentando que "*este artigo, sem nenhuma restrição que defenda as Nações livres e soberanas e as Famílias autônomas em face das doutrinas que atentam contra a liberdade humana, impede as comunidades democráticas de salvaguardar-se contra a propaganda comunista (por exemplo), cujos apóstolos vão buscar e receber informações falsas e opiniões anti-humanas, na fonte do Cominform*".[89]

O sentido dos diversos pronunciamentos, críticas ao liberalismo e propostas de restrições feitas pelos integralistas indicava para o fortalecimento do poder estatal e, em particular, para a concentração de poder em torno do Executivo federal. Já durante a Assembléia Constituinte de 1946, o deputado integralista Goffredo Telles Júnior defendeu que "*o futuro Código Fundamental reforce poderosamente o Poder Executivo e o arme de todos os elementos necessários para salvaguardar a ordem pública e as instituições básicas da nossa sociedade. Ou ficamos num regime presidencialista de fato ou caminharemos para a anarquia, que é genitora de todas as tiranias*".[90] *Idade Nova* sintetizava a posição integralista: "*ou se fortalece o Estado, e os governantes, para a defesa do regime, ou, por medo de abusos, se deixa o governo fraco e a ordem constitucional indefesa*".[91] Mesmo em 1955, quando defendia a manutenção da legalidade e a posse de Kubitschek, Salgado ressalvava que defenderia uma intervenção militar, em caso de "ameaça à ordem nacional": "*Compreendo e aceito a intervenção das Forças Armadas quando a Nação, comprovadamente, está sem governo, ou tem um governo que age no sentido destrutivo da ordem nacional*".[92]

As posições assumidas pelo integralismo em relação ao sistema democrático entre 1945 e 1964 são certamente condicionadas pelo compromisso formalmente assumido com

---

[87] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 143.
[88] SALGADO, Plínio. A febre e o termômetro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.6.1949, p. 1 e 7.
[89] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 244.
[90] A nova Constituição. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.7.1946, p. 10.
[91] A oração presidencial. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.5.1948, p. 3.
[92] SALGADO, Plínio. *Livro verde da minha campanha*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1956, p. 159.

o regime vigente, com a inclusão no programa do PRP da defesa da "*consagração e permanência do regime democrático representativo*",[93] necessária para a caracterização formal do partido como democrático e, conseqüentemente, manutenção de seu registro legal. Em sua práxis, no entanto, os integralistas buscaram diferentes maneiras de reafirmar e difundir as concepções abertamente antidemocráticas, elitistas e concentradoras de poder que marcaram a ideologia integralista da década de 1930. A proposição do conceito de "democracia cristã", a caracterização pejorativa das massas, a defesa da instituição de medidas restritivas à prática democrática e da concentração de poder em torno do Executivo e, mesmo, a defesa aberta do corporativismo, foram caminhos trilhados pelos integralistas para a afirmação de seu projeto antidemocrático, ainda que formalmente mantendo seu compromisso com a defesa da "democracia representativa".

9.2 As deficiências da "democracia brasileira"

A crítica às deficiências da democracia brasileira foi outro recurso utilizado pelos integralistas para justificaram a imposição de restrições ao exercício da democracia. Grande parte das críticas formuladas apontava deficiências e limitações indiscutivelmente presentes no sistema político brasileiro, mas eram apresentadas como evidências da suposta inviabilidade de uma democracia com margens amplas de liberdade e participação popular, e serviam como ponto de apoio de sua pregação corporativista.

A mais freqüente destas críticas apontava as evidentes debilidades dos grandes partidos e as limitações do sistema partidário.[94] Para Salgado, a democracia brasileira funcionava mal pela "*inadaptação dos chamados partidos nacionais ao funcionamento do regime federativo, num país onde os Estados-membros, pela sua disparidade populacional e econômica erigem-se como realidades políticas mais fortes do que a própria Nação*", em virtude "*da ausência de doutrinas políticas nitidamente diferenciadas, capazes de criar um idealismo, uma disciplina e uma mística sem o que os partidos não conseguem superar os impositivos de interesses regionais e os caprichos das frações em que se dividem e*

[93] PARTIDO de Representação Popular. *Carta de Princípios e Programa*, op. cit., p. 32.

[94] As críticas perrepistas aos grandes partidos e ao sistema partidário são discutidas de maneira mais exaustiva em CALIL, op. cit., p. 254-271. Em síntese, caracterizavam o PRP como único partido efetivamente nacional, único dotado de base doutrinária consistente e o único dotado de "fundamento espiritual", enquanto todos os demais partidos seriam caracterizados pela "politiquice e dominados por políticos profissionais e seus "interesses mesquinhos".

subdividem".[95] Desta forma, caracterizava "*a existência dos chamados 'partidos nacionais' como pura ficção legal*", em virtude do alegado equívoco daqueles que "*julgaram possível criar 'partidos nacionais' pela força de lei*".[96] Em vista disto, concluía que "*os grandes partidos no Brasil não existem. O que distingue um partido político é a sua ideologia, a sua doutrina. E os chamados grandes partidos não possuem ideologia de espécie alguma, não se baseiam em princípios doutrinários. Essas organizações não passam de conglomerados de interesses materiais*".[97]

Outro argumento utilizado referia-se à "desagregação" dos partidos políticos: "*Ao invés de se aperfeiçoarem com o decorrer do tempo, dentro da sã democracia, os partidos foram se degradando, dia a dia, até chegarem a um espantoso grau de regressão, ao qual presenciamos na atual conjuntura política brasileira*".[98] A infidelidade partidária seria a expressão mais visível deste processo:

> Os homens perderam amor aos partidos a que dizem pertencer. Todos os dias estamos vendo deputados eleitos por uma legenda passarem-se para outra, com a maior naturalidade. (...) Notamos, igualmente, na Câmara e no Senado da República, o fato mais expressivo dos descompromissos ideológicos ou partidários: a propósito de um problema qualquer, formam-se a maioria e a minoria com a colcha de retalhos de representantes das mais variadas bancadas. Os partidos não são suficientemente fortes para se manterem invulneráveis diante de qualquer questão lançada no plenário.[99]

A crítica integralista também atacava a influência do poder econômico nos processos eleitorais, sempre o relacionando ao acesso aos meios de comunicação de massa, o que inviabilizaria efetiva democracia: "*Atualmente, no Brasil, como nos demais países chamados democráticos e liberais, não existe mais democracia, mas sim plutocracia, ou*

---

[95] Entrevista concedida por Plínio Salgado à *Folha do Rio*. Original datilografado, s./d (APHRC-FPS 091.003.012).
[96] Entrevista concedida por Plínio Salgado ao *Diário da Noite*. Original datilografado, s./d (1950) (APHRC-FPS 011.004.005).
[97] SALGADO, Plínio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.7.1956, p. 3. A crítica de Salgado centrava-se nos quatro principais partidos: "*Estes 'quatro grandes' pretendem mandar no Brasil e impedir a livre manifestação das idéias através do instrumento eleitoral. Tirem do PTB o Ministério do Trabalho, os Institutos, a maquinaria dos sindicatos e Delegacias do Trabalho e vejam o que sobra. Tirem do PSP o dinheiro do sr. Ademar de Barros e vejam o que fica. Tirem do PSD a organização oligárquica remanescente da Ditadura e vejam o que resta. Tirem da UDN a conjuração das raivas e despeitos e vejam o que flutua*". Idem, ibidem. O clientelismo e a corrupção também eram apontados: "*Na batalha pelo mandonismo municipal, esses murubixabas oferecem aos seus padrinhos junto ao Governador do Estado ou em luta contra estes, rebanhos eleitorais metidos em currais e viveiros, os quais elegem deputados e senadores. (...) Assim existem os tais partidos nacionais. Vivem dos seguintes expedientes: empregos públicos para os mais pobres, bons negócios ou favores de leis e decretos, para os ricos, dinheiro para os cabos eleitorais, verbas para ginásios, cadeias, santas-casas e pontes, polícia para os adversários*". SALGADO, Plínio. Contradições do sistema partidário brasileiro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1.6.1956, p. 3.
[98] O Povo brasileiro evoluiu, os partidos políticos regrediram. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.11.1959, p. 3.
[99] SALGADO, *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 31.

melhor, dinheirocracia. Desde que se inventou o rádio e a televisão, os candidatos pobres não podem competir com os ricos, pois estes utilizam os meios técnicos modernos de propaganda, enquanto aqueles não conseguem atingir senão reduzidas áreas eleitorais".[100] Em vista disso, Salgado concluía que "*atualmente só os ricos podem obter grandes massas eleitorais, por disporem de dinheiro com que se utilizam do rádio, de grandes órgãos da imprensa, cartazes, viagens de avião, etc. Ora, isso é uma burla do sistema democrático representativo, criando oligarquias financeiras e verdadeiros sindicatos para explorar a opinião por eles mesmos forjada.* [101] *A Marcha* difundia a mesma visão: "*Quanto à prática eleitoral da democracia, temos uma verdadeira comédia. Gente pobre não pode ser candidato, porque não pode usar do rádio, da televisão, da grande imprensa, para anunciar suas idéias. Estamos em plena dinheirocracia, ou radiocracia, ou televisocracia*".[102] Outra matéria do jornal explicita a vinculação direta entre esta crítica e a proposta integralista de reordenamento radical do sistema político:

> A democracia morreu desde o dia em que se inventou o rádio e a televisão. Sendo a democracia o regime da igualdade, como pode haver igualdade entre o candidato pobre, que não dispõe de outros meios de propaganda senão da sua garganta para berrar a mil ou duas mil pessoas, num comício, e o candidato rico, que usa o microfone e fala a milhões, ao mesmo tempo? Não havendo igualdade, não há democracia. O que existe é dinheirocracia. (...) **O que não presta é o regime. O que não presta é o sistema de representação**. O que não presta é a deseducação cada vez maior das massas eleitorais. (...) O de que o Brasil precisa é de, à maneira do que se faz num quadro negro, quando se erra uma operação matemática, "limpar tudo e começar de novo!".[103]

A tática integralista de vincular as deficiências da democracia brasileira à 'liberal-democracia" fica evidente em uma seção de *A Marcha* denominada "Duas constantes da liberal democracia: 1. Corrupção; 2. Agitação", que apresentava denúncias de corrupção e de "agitação comunista", sempre relacionando-as ao regime político brasileiro. A coluna inaugural da seção, por exemplo, denunciava favorecimentos na Câmara Federal, desvios em empresa pública, contrabando de café, desvio de leite em pó, nomeações irregulares visando as eleições, contratos irregulares da Petrobrás, além de diversas greves e mobilizações de trabalhadores e estudantes que caracterizava como "agitação".[104] Fica

---

[100] Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1958. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.005.007). Grifo meu.
[101] Nem violência nem ditadura para o combate ao comunismo, proclama Plínio Salgado. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 25.6.1948, p. 1.
[102] Os partidos não existem. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.10.1954, p. 1 e 9.
[103] As eleições de 3 de outubro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.11.1954, p. 1 e 12.
[104] Duas constantes da liberal-democracia: 1. Corrupção; 2. Agitação. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.5.1962, p. 3.

evidente, assim, que a denúncia das distorções e insuficiências da democracia brasileira - certamente percebidas por amplos setores da população - era sistematicamente instrumentalizada pelos integralistas em seu esforço de propaganda de suas propostas de reordenamento corporativista do sistema político brasileiro.

9.3 A defesa da subordinação da política ao "espiritualismo"

9.3.1 O espiritualismo como estratégia partidária

A veiculação de um discurso radicalmente espiritualista marcou toda a trajetória do PRP. Tal discurso, que já havia sido relevante na ideologia integralista na década de 1930, adquiriu importância ainda maior durante o exílio de Salgado em Portugal – no qual ele estabeleceu diversos vínculos com o clero ultraconservador de Portugal salazarista e foi instrumentalizado para legitimar o alegado "caráter democrático" do integralismo, como vimos na proposição de um suposto "conceito cristão de democracia". As interferências entre os elementos políticos e religiosos foram presença permanente no discurso de Salgado, levando-o inclusive ao hábito de proferir "Mensagens de Natal" aos integralistas todos os anos, com uma clara perspectiva de legitimação enquanto líder cristão.

Ainda em 1945, durante a campanha eleitoral, os integralistas publicaram apedidos nos jornais visando demonstrar a coincidência entre as propostas da Liga Eleitoral Católica e o programa do PRP, incluindo-se questões caras à hierarquia católica, como a defesa do ensino privado, da "*liberdade de ensino religioso facultativo nas escolas*", da "*assistência espiritual às corporações militares e nos estabelecimentos hospitalares e penitenciários*" e a adequação das leis do trabalho e da Previdência Social aos "*princípios da ordem cristã*".[105] A divulgação das obras religiosas de Salgado, (*Vida de Jesus*, em especial) nos meios eclesiásticos era feita meticulosamente, chegando a ser enviada ao Papa.[106] Os depoimentos de religiosos em favor do integralismo eram continuamente reproduzidos, inclusive aqueles proferidos ainda nos anos 30.[107] Jayme Ferreira da Silva sustentava que "*as maiores expressões da catolicidade brasileira, em repetidas oportunidades, manifestaram-se clara e espontaneamente sobre o Integralismo, aplaudindo os seus*

[105] O PRP e a LEC. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25.11.1945 (MCSHJC).
[106] Cf. Correspondência da Segretaria di Stato di Sua Santitá a Plínio Salgado, 12.5.1949 (APHRC-PI 12.05.49).
[107] Um exemplo é a matéria: O Integralismo e a Igreja na opinião de 11 prelados. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 9.11.1946, p. 2.

princípios e as suas atitudes em prol do levantamento espiritual, cívico e moral do povo brasileiro".[108]

Um episódio especialmente relevante para a estratégia de legitimação de Salgado como "líder cristão" foi sua participação, em 1948, nas "Conversações Católicas", ocorridas na cidade espanhola de San Sebástian, sob a ditadura franquista. As Conversações foram organizadas pelos setores mais conservadores da Igreja Católica, à margem da hierarquia eclesiástica, sob o pretexto de discutir a posição a ser assumida por ela em relação à proposta de elaboração de uma Declaração Universal dos Direitos do Homem.[109] Na versão difundida pelos integralistas, a intervenção de Salgado teria sido decisiva para a aprovação de uma proposta de declaração "universal" explicitamente cristã, como relata seu genro:

> Quando a subcomissão dos direitos individuais apresentou a redação do capítulo que lhe competia, foi o Chefe quem atirou a bomba atômica, provocando tumultuosos debates, dos quais se saiu plenamente vitorioso. Tratava-se do artigo 1º, onde vinha a definição de Homem. Posto em discussão, o Chefe pediu a palavra e fez um discurso em francês, rejeitando integralmente a redação do artigo, que ele declarava estar redigido em termos puramente agnósticos, evidenciando uma timidez que não ficava bem a católicos. (...) O Chefe respondeu que não apresentava emendas, mas um substitutivo. E, tirando do bolso o substitutivo, leu-o. Justificou-o dizendo que atravessara um oceano para vir confessar o nome de Cristo perante as Nações, e ficava surpreendido, dolorosamente, ao ver que naquela assembléia se tinha medo de assumir a única atitude compatível com os católicos, definindo-se o homem não segundo a doutrina da Igreja, mas conforme o naturalismo, o racionalismo, o positivismo ou o fenomenismo. (...) O substitutivo do Chefe foi aprovado por dezoito votos contra apenas quatro.[110]

Sustentando tal posição, Salgado buscou caracterizar-se como intérprete da visão cristã sobre os "direitos humanos", publicando o livro *Direitos e deveres do Homem* e rejeitando o texto da Declaração aprovada pela ONU:

> O projeto não entra na questão primordial, na fonte suprema de onde derivam os direitos eternos do homem. Apresenta-se, ao contrário, o mesmo agnóstico matiz caracterizador de todas as atitudes do Estado, dos legisladores e juristas que confirmaram, nas leis escritas, o divórcio do homem com Deus, preparando, desse modo, as catástrofes do nosso século. A posição, portanto, do problema, tal nô-lo apresenta a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, é esta: uma consideração agnóstica e unilateral da

---

[108] SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo*, op. cit., p. 6.
[109] De acordo com *O Jornal*, "*o certame não se realizará sob os auspícios do Vaticano, pois fora convocado pelo bispo de Vitória. A Santa Sé limitar-se-á a enviar um observador na pessoa do Mr. Cahn Rupp, tendo o Sumo Pontífice, todavia, enviado a sua benção apostólica*". Seguiu ontem para a Europa o senhor Plínio Salgado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24.8.1948.
[110] Correspondência de Loureiro Júnior a Alcebíades Delamare, 13.9.1948 (APHRC-C 13.09.48/3).

> matéria, tendendo a um objetivo utilitário, e adotando um método simplesmente pragmático.[111]

Os integralistas buscavam articular-se com os setores mais conservadores da Igreja Católica, no Brasil e no exterior, o que se expressa no apoio enfático à Carta Pastoral de D. Jaime Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro, estabelecendo "*nítida censura àqueles que, embora se dizendo fiéis à Igreja, se recusam a combater energicamente o bolchevismo e a desmascarar-lhe os objetivos, como o está a exigir a Fé que proclamam defender*",[112] e no vínculo estabelecido com religiosos ultraconservadores:

> Fizemos muitas amizades, dentre elas a do diretor do The Tablet, Mr. Derrick (...) Outra amizade valiosa foi a do Abbé Lefevre, da Pensée Catholique de Paris, que se tornou grande amigo do chefe, pois é anti-maritanista e concorda em tudo conosco. Outros foram o prof. Liebekind, da Fac. de Direito de Genebra, outro o P. Bertine, da Universidade de Milão, não se falando os espanhóis, que estão encantados com o Chefe, tendo-lhe pedido para ir fazer uma conferência em Madrid, no Círculo dos Propagandistas Católicos.[113]

Os vínculos com o catolicismo geraram alguns conflitos internos ao PRP, reproduzindo a polêmica religiosa enfrentada pelo integralismo nos anos 30. O Padre Ponciano dos Santos, importante dirigente perrepista, defendia publicamente a tese de que o integralismo era um movimento essencialmente católico. Ainda em 1945, durante a campanha eleitoral, seus pronunciamentos nesse sentido geraram grande polêmica, levando ao seu afastamento do Conselho Nacional do partido. Em 1949, novamente seus pronunciamentos geraram conflitos. O luterano Emílio Otto Kaminski, deputado estadual do PRP no Rio Grande do Sul escreveu a Salgado narrando o "*verdadeiro conflito de consciência que tortura a mim e a numerosos outros companheiros gaúchos, face ao modo por que vem sendo conduzido o problema religioso pelo PRP*".[114] De acordo com ele, Ponciano teria utilizado o programa partidário para criticar os erros teológicos dos evangélicos, o que teria provocado o afastamento de vários evangélicos do partido, além de um grande movimento de protesto:

> O último discurso do Padre Ponciano, pronunciado na rádio Tupi, explodiu como uma verdadeira bomba nos meios evangélicos, a ponto de provocar, por parte dos convencionais do Congresso Populista da Serra, realizado em Passo Fundo, profunda revolta. O protesto não se fez esperar, consubstanciando-se em uma moção aprovada, por unanimidade, pelos representantes dos 16 municípios, manifestando junto aos órgãos

---

[111] SALGADO, *Direitos e deveres do Homem*, op. cit., p. 28.
[112] A Carta Pastoral de D. Jaime Câmara [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.4.1949, p. 3.
[113] Correspondência de Loureiro Júnior a Alcebíades Delamare, 13.9.1948 (APHRC-C 13.09.48/3). Salgado apontava Lefevre como líder de uma reação conservadora que deveria ser apoiada pelos integralistas. SALGADO, Plínio. A França desconhecida. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 30.8.1949, p. 1 e 6.
[114] Correspondência de Emílio Otto Kaminski a Plínio Salgado, 27.2.1949 (APHRC-Pprp 27.02.49).

> superiores do partido, a opinião de que todos os cristãos têm e merecem igual tratamento dentro do PRP. (...). O maior contribuinte do partido, e seu filho, ou seja, os srs. A. J. Renner e Egon Renner, são evangélicos. (...) Todos nós colocamos, conforme mandam os próprios postulados populistas, o espiritual sobre o moral, sobre o social, sobre o político. Assim procedendo, não admitimos interferências em matéria religiosa.[115]

Salgado preocupava-se em não restringir o integralismo ao catolicismo, embora sempre o apresentando como "espiritualista" e "cristão", de forma a manter o apoio de integrantes de outras confissões cristãs, que constituíam boa parcela da militância integralista nos estados do sul, particularmente nas regiões de colonização alemã:

> O nosso Partido de Representação Popular não é um partido que adote uma confissão de disciplina religiosa. Entretanto, é um partido que abre a boca para dizer como sua primeira frase a sua confissão de crença em Deus e nos destinos sobrenaturais do homem, e o seu amor ao Cristo e aos seus ensinamentos, porque, se fosse preciso, para fazer política, renegar essa fé e esses ensinamentos, eu não estaria diante de vós, porque amo primeiro ao Cristo acima de tudo.[116]

Para abarcar os cristãos de outras confissões, sem abrir mão da centralidade do elemento religioso, Salgado propunha a "*criação de uma frente espiritual que possamos opor à onda avassaladora do grande incêndio que cresta as almas, e, marchando do Oriente, dirige-se para o Ocidente, a fim de calcinar e destruir a personalidade humana e a sua dignidade*".[117] Colocando-se como católico e "*chefe de partido político*", apelava "*não apenas aos católicos, mas para todos os cristãos, de todas as disciplinas, e até para os que, pelo menos, crêem em Deus e nos destinos sobrenaturais do Homem, no sentido de formarmos uma frente única contra o grande perigo deste século, que é o materialismo, sob todas as suas formas*",[118] argumentando que o Papa Pio XII teria defendido "*a união de todos os que crêem em Deus (mesmo os não católicos), na luta contra o materialismo do nosso século*".[119] Mesmo assim, parte da militância mantinha-se defensora do exclusivismo católico, como revela uma carta da Rafael Ghisleni, um dos principais líderes integralistas do Paraná: "*Só os verdadeiros católicos são verdadeiros integralistas. Quem se diz integralista e não é católico 100% me parece que não merece confiança. (...) Acho que o integralismo é a verdadeira (a única) doutrina política dos católicos, porque eu, se sou integralista, é porque antes sou católico*".[120]

---

[115] Idem, ibidem.
[116] SALGADO, Discurso no Teatro São Pedro em Porto Alegre. In: *Discursos*, op. cit., p. 74.
[117] Idem, ibidem, p. 74.
[118] SALGADO, *Espírito da burguesia*, op. cit., p. 70.
[119] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 142.
[120] Correspondência de Rafael Ghisleni a Plínio Salgado, 18.10.1956 (APHRC-Pprp 18.10.56). Ghisleni também mantinha sua crença em algumas proposições integralistas dos anos 30 quase completamente

A despeito da prioridade concedida ao espiritualismo, os integralistas não obtiveram o apoio esperado da Igreja Católica, e inclusive enfrentaram fortes resistências provenientes de setores do catolicismo. Em 1945, a Liga Eleitoral Católica classificou o integralismo como totalitário.[121] De acordo com o Padre Ponciano, no mesmo ano, "*uma espécie de circular percorria os bispados do Brasil, apontando o integralismo como doutrina panteística e eclética e em oposição à filosofia cristã*".[122] Na avaliação do integralista Umberto Pergher, o apoio católico ao PRP foi "*modesto, para não dizer decepcionante. Eu pelo menos sempre achei que a Igreja deveria dar mais apoio ao PRP, pelo fato de ser o único partido que esposava a sua doutrina e militava pela implantação da Doutrina Social da Igreja. E na verdade eram muito poucos os sacerdotes que davam apoio*".[123] O integralista gaúcho Sezefredo Vieira relatava a oposição do arcebispo local ao integralismo: "*O nosso maior empecilho eleitoral aqui, sem dúvida, é constituído pela arquidiocese de Porto Alegre. Sabemos nós que o Sr. Arcebispo D. Vicente Scherer, inobstante o que possa aparentar em contrário, tem injustificadas prevenções para com o PRP*".[124] Também Eduardo Martinelli relata conflitos com religiosos, citando uma discussão com o padre de Passo Fundo, que teria arrancado os cartazes do PRP colados em um tapume da Igreja, e com o padre de Caxias do Sul, que seria o "maior inimigo" do integralismo naquela cidade.[125] Ainda assim, de acordo com o cientista político Miguel Bodea, no Rio Grande do Sul, "*nos primeiros anos após a queda do Estado Novo, o PRP contava, como rede de apoio, com expressiva parcela do clero das paróquias rurais, embora a hierarquia eclesiástica se inclinasse mais para o PSD. (...). O clero local dedicava boa parcela de suas simpatias ao PRP, graças ao zelo com que este fechava o mundo rural ao 'comunismo' e às novas idéias*".[126]

---

relegadas ao esquecimento no pós-guerra, como o antijudaísmo e a oposição à maçonaria. Ghisleni relatava a suposta adesão de um militante integralista à maçonaria: "*Há dias fui informado que ele estava enamorado da maçonaria, e que estava por se filiar à mesma. Conversei com ele e disse-lhe que nós somos contra essa diabólica seita*". Também afirmava que "*a confusão criada pelo agnosticismo e materialismo (em última análise, pelo judaísmo) é muito grande... mas Cristo vencerá*".

[121] Cf. Injustiça que exige reparação. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 8.11.1945, p. 2.

[122] SANTOS, Ponciano. Integralismo e catolicismo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 31.8.1946, p. 2.

[123] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher.* Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 23.

[124] Correspondência de Sezefredo Vieira a Plínio Salgado, 17.1.1950 (APHRC-Pprp 17.01.50).

[125] CALIL, Gilberto, SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli.* Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999, p. 34-35.

[126] BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, EdUFRGS, 1992, p. 19-20.

Um dos principais motivos da resistência enfrentada pelos integralistas foi o fortalecimento de uma corrente reformista no interior da Igreja Católica, inspirada no filósofo e teólogo francês Jacques Maritain e difundida no Brasil por Alceu de Amoroso Lima. As posições de Maritain eram consideradas por Salgado como "*uma abdicação vergonhosa da nossa Fé Cristã*",[127] uma "*capitulação do cristianismo em favor do agnosticismo do qual se tem originado todas as desgraças do mundo*",[128] e "*um esquerdismo doentio, um liberalismo inconseqüente e um diletantismo sem limites*".[129] Já Alceu de Amoroso Lima, ao lançar no Brasil o "Movimento Renovador", foi duramente criticado por *Idade Nova* como uma "*insensata farsa política*", reunindo "*adeptos de idéias contraditórias*" e criando "*uma verdadeira Arca de Noé*".[130] Amoroso Lima, que havia sido simpatizante do integralismo nos anos 30, agora qualificava o movimento como "neofascista", além de negar legitimidade a Salgado para representar os católicos brasileiros nas Conversações de San Sebástian:

> Estou seguramente informado que a ida do sr. Plínio Salgado à Espanha se fez em caráter estritamente particular. Não é, portanto, exato que tenha ido representar o laicado brasileiro no Congresso de San Sebástian. Estou pessoalmente convencido, como já o tenho escrito por várias vezes, que o integralismo brasileiro é hoje uma das formas de neofascismo que se está constituindo em todo o mundo, com os remanescentes do fascismo e do nazismo e na base do espírito reacionário do imperialismo e do nacionalismo integral.[131]

A participação de Salgado naquele evento gerou diversas reações contrárias de líderes católicos brasileiros. O senador e líder católico Hamilton Nogueira "*declarou-se solidário com as palavras de Tristão de Ataíde* [Alceu Amoroso Lima], *realçando o absurdo de um representante neofascista assinar uma Carta dos Direitos do Homem*".[132] A própria Igreja Católica brasileira emitiu Nota Oficial afirmando que a Conferência não tinha caráter oficial e que "*o sr. Plínio Salgado, se convidado para tomar parte nessa conferência, o deve ter sido em caráter inteiramente particular, pois nenhuma comissão recebeu das autoridades eclesiásticas do Brasil*".[133] Para o jornal O Radical, "*os integralistas procuraram, com a ida do senhor Plínio Tômbola à Espanha, não só envolver o nome do*

---

[127] SALGADO, Plínio. Maritain e os direitos do homem. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 17.11.1949, p. 1 e 6.
[128] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 253.
[129] SALGADO, Plínio. A França desconhecida. Idade Nova, Rio de Janeiro, 30.8.1949, p. 1 e 6.
[130] Movimento "Renovador". *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 4.12.1947, p. 1.
[131] Apud: Plínio Salgado não representa os católicos brasileiros. *O Radical*, Rio de Janeiro, 24.8.1948.
[132] Falsas as credenciais do chefe verde! Indignação nos círculos católicos com a audácia do sr. Plínio Salgado. *O Radical*, Rio de Janeiro, 25.8.1948, p. 1.
[133] A viagem do sr. Plínio Salgado à Europa e a igreja. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25.8.1948.

Brasil nas manobras de Franco, como insultar o nome da Igreja e dos católicos brasileiros".[134] O jornal católico *O Legionário* trazia "*declarações de vários líderes católicos denunciando o totalitarismo de Plínio*". O Frei Martinho Burnier, por exemplo, repudiava o livro Vida de Jesus: "*obras anãs como esta, em vez de encaminharem o leitor ao contato direto com o texto dos evangelhos, infundem neles uma espécie de euforia estética, destituída de substrato, que os encerra numa espécie de torre de marfim e os faz tomar uma noção minimizada do Cristo pelo Cristo verdadeiro*".[135]

O PRP reagia, denunciando os "católicos esquerdistas", que "*voltam as costas às Encíclicas, fazem tábua-rasa das alocuções, das homilias dos Papas, entregam-se inteiramente ao prazer das controvérsias dos Jardins de Academus dos filósofos do boulevard*".[136] A crítica de Salgado dirigia-se aos renovadores das diferentes confissões religiosas do cristianismo:

> Temos os católicos esquerdistas, temos os protestantes liberalíssimos, temos os espíritas fraternalíssimos, temos os livres pensadores, todos muito antifascistas, muito pelo respeito à liberdade de roubar (socialização progressiva das propriedades), de mentir (plena libertinagem da palavra escrita), de matar (agressão dos grupos de choque bolchevistas a quantos entrarem para a lista negra do Kremlin). Para esses, tudo o que é ordem, respeito, hierarquia, autoridade, responsabilidade, não passa de fascismo.[137]

Além das disputas com os católicos renovadores, o integralismo passou também a enfrentar a concorrência do Partido Democrata Cristão. Seu principal líder, o Padre Arruda Câmara sustentava que o PDC era o único partido capaz de combater o comunismo e atender aos anseios dos católicos:

> Nenhum outro partido pode falar essa linguagem, de fronte erguida e sem receio de contestação. Uns vêem em suas fileiras os defensores do divórcio, da equiparação da concubina à esposa e dos espúrios à família legítima. Outros contam em seu grêmio os que atacam os chefes da Igreja e os que se aliam com o comunismo, fazendo a política de 'mão estendida', concertando conchavos políticos e eleitorais com os inimigos de Deus e da Pátria.[138]

É evidente a semelhança entre este discurso e a forma através da qual o PRP se apresentava ao eleitorado católico. Assim, compreende-se que tenha havido uma acirrada disputa por

---

[134] Anda assanhado o Poleiro!... Os galinhas verdes desmascarados pelas autoridades eclesiásticas e líderes católicos. *O Radical*, São Paulo, 27.8.1948, p. 1 (APHRC-FPS 057.002.021).
[135] O líder do totalitarismo de direita e seu livro Vida de Jesus. *O Legionário*, São Paulo, 21.3.1954 (APHRC-FPS 111.006.REC 1954).
[136] A nota do dia: Lida no programa radiofônico do PRP no sábado, 17 de setembro. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 22.9.1949, p. 1.
[137] SALGADO, Plínio. *Como se prepara uma China.* Rio de Janeiro, s. ed., [1949?], p. 9.
[138] Apud. BUZETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil:* princípios e práticas. Tese de Doutoramento em História. São Paulo: USP, 1998, p. 71.

um mesmo eleitorado, inclusive levando à acusação de que o PDC fazia "*o jogo de Carlos Prestes*".[139] O PRP acusava ainda o PDC de ser "*inatacável, quer dizer, inofensível para os adeptos de Moscou*", e perguntava: "*haverá ainda algum católico que, querendo enfrentar o comunismo no Brasil, dá seu apoio ao PDC?*".[140] Para Salgado, a política do PDC seria ineficaz, e seus intelectuais "*são maritainistas e perdem-se em citações acadêmicas, num formalismo rígido de gabinete, enquanto a vida aqui fora está cada vez mais difícil, mais devassa, mais cruel, mais corrompida, mais esquecida de Deus*".[141]

As múltiplas resistências encontradas pelos integralistas, provenientes da alta hierarquia católica, dos renovadores católicos e de outras religiões cristãs, e dos democratas-cristãos constituíram fortes obstáculos à pretensão de Salgado de legitimar-se como grande liderança do cristianismo e do catolicismo. Muitos católicos repudiavam abertamente Salgado e o integralismo. Ainda assim, o discurso de Salgado foi mantido e a utilização do elemento religioso permaneceu tendo enorme importância para a militância e para o eleitorado integralista. Parece claro que o PRP não foi jamais a opção preferida da cúpula eclesiástica brasileira, dividida entre o apoio ao Partido Democrata Cristão e a adesão a um dos grandes partidos dominantes (PSD e UDN). No entanto, isto não impediu que parcelas expressivas do clero nos municípios apoiassem e até aderissem ao PRP, particularmente em municípios rurais ou semi-rurais, ainda que as informações disponíveis não permitam dimensionar com precisão a parcela do clero que se apoiou o PRP.

9.3.2 A cristianização como projeto

Para além da utilização propagandística do cristianismo, os integralistas mantinham a pretensão de empreender um vasto processo de "reespiritualização" da sociedade, elemento central de seu projeto de contra-reforma moral e intelectual, pautada por uma leitura ultraconservadora do cristianismo. Na interpretação dos integralistas, haveria em curso um processo de imposição do materialismo, do qual o estabelecimento de regimes comunistas seria o desfecho final:

> Justiça, liberdade, igualdade, hierarquia, ordem e paz, todas essas expressões de equilíbrio e de harmonia, baseiam-se num princípio único: o da primordialidade e prevalência do Espírito sobre a matéria. O que vemos no mundo de hoje é a inversão total deste princípio. O primeiro degrau do materialismo corresponde à atitude de certas pessoas ditas religiosas, que procuram mais os bens da terra que os bens do céu,

[139] O Partido Democrático Cristão e o comunismo. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 16.8.1945, p. 7.
[140] O PDC de Belo Horizonte mereceu o apoio dos comunistas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 4.12.1947, p. 6.
[141] SALGADO, Plínio. Vozes da Pátria. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 4.12.1947, p. 1 e 6.

> afirmando ser imperioso resolver antes de tudo o problema econômico para que a criatura humana esteja em condições psicológicas de se voltar para Deus. (...). O segundo degrau do materialismo corresponde à atitude dos que não tomam conhecimento da origem e da finalidade da criatura humana. (...). No meio desta sociedade epicurista e absolutamente despreocupada do fim último das criaturas humanas, surge a última forma de materialismo. É o terceiro e definitivo degrau da negação do Espírito. Mais coerente, mais lógico, direi mesmo mais digno degrau do materialismo, se porventura pode haver dignidade na revolta do homem contra Deus. São os que introduzem uma ética ao sistema social dos agnósticos e dos adeptos da filosofia do êxito. Em vez de deixar de considerar o problema do destino sobrenatural do homem, estes materialistas consideram-no para negá-lo.[142]

Seguindo este raciocínio, Salgado responsabilizava os "materialistas-agnósticos" por criarem condições para o avanço do materialismo marxista, pois aqueles, "*sem fazer praça de uma negação absoluta, operam no sentido de destruir todas as estruturas do mundo espiritualista*".[143] Em conseqüência, considerava o agnosticismo como sendo "*o verdadeiro materialismo. O que vai matando sutilmente a crença religiosa, por meio dos resultados sociais que provoca*".[144] Em vista disto, Salgado rejeitava veementemente qualquer alternativa de combate ao comunismo "*mediante as formas agnósticas de uma política utilitária e sem Deus*",[145] o que só fortaleceria os comunismo, considerado "*uma doutrina, uma concepção de vida, uma técnica totalitária e anticristã*".[146]

Associando o agnosticismo ao capitalismo e o materialismo ao comunismo, Salgado concluía que eles seriam "*duas facções igualmente condenáveis, que se chocam em todos os países*",[147] ambas pretendendo a destruição do fundamento espiritual da civilização: "*Só as sociedades governadas por um dos irmãos siameses, o capitalismo e o comunismo, podem pretender substituir as mães pelas chocadeiras públicas, onde a criança se habitua ao ritmo uniforme das massas despersonalizadas e cresce sem nunca ter ouvido as cantigas de embalar*".[148] Isto impunha a necessidade de combater também o "agnosticismo burguês": "*Se desejamos combater o comunismo, que se ergue contra a sociedade burguesa, a nossa atitude será a de combate contra a concepção de vida da burguesia, a qual, por ser injusta e cruel, gera revoltas por ela mesma semeada com os princípios materialistas, ostensivos ou latentes, dos usufrutuários dos bens terrenos em nosso tempo. (...) Só há, por conseguinte, um meio de combater o comunismo: é combater*

---

[142] SALGADO, Mensagem de Natal de 1946. In: *Discursos.* op. cit., p. 94, 96 e 98.
[143] SALGADO, *Espírito da burguesia*, op. cit., p. 93.
[144] SALGADO, *O conceito cristão de democracia*, op. cit., p. 48.
[145] Advertência à Nação. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 7.10.1946, p. 1.
[146] Combate ao comunismo pela realização. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 19.6.1947, p. 4.
[147] SALGADO, Plínio. Bandeira dos tempos novos. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 10.7.1947, p. 1.
[148] SALGADO, *A mulher do século XX*, op. cit., p. 77.

o espírito burguês".[149] A decorrência evidente desta análise era a afirmação de uma oposição sumária entre materialismo e espiritualismo: "*O mundo está dividido, hoje, em materialistas e espiritualistas. O dilema é este: crer em Deus ou não crer em Deus*".[150] Para ele, "*hoje não se é mais econômica ou politicamente da 'direita' ou da 'esquerda'; é se espiritualista ou materialista. Crer ou não crer em Deus, eis a questão*".[151] É fundamentando-se nesta afirmação que os integralistas justificavam toda sua proposta de "reespiritualização", sempre apresentada em termos intransigentes.

A proposta de "reespiritualização" tinha como ponto de partida a rejeição à separação entre Estado e religião: "*O território de Cristo é aquele onde se encontra o Homem e o seu Destino, o Homem com a sua dignidade, os seus direitos e os seus deveres. E o Reino de Cristo começa neste mundo, porque Deus é Deus de vivos e não de mortos. Há portanto que respeitar a integridade de tudo aquilo que Deus fez e quer manter íntegro*".[152] Embora ressalvando "*o inconveniente da União da Igreja e do Estado nos países onde os governos são constituídos, na sua maioria, por agnósticos, livre-pensadores ou até mesmo materialistas*",[153] Salgado considerava que "*onde houver unidade religiosa, o natural é que a Igreja esteja unida ao Estado*".[154] Assim, a ação do Estado deveria estar completamente subordinada aos imperativos impostos pela religião:

> À religião, por conseguinte, esteja ou não unida ao Estado, cabe, não apenas o direito de exercer livremente o seu ministério, mas ainda o de **ter assegurado esse ministério por leis do Estado que não contrariem a lei de Deus**. Contra esses atentados, devem estar vigilantes os católicos em particular, os cristãos, em geral, e mais amplamente todos os que crêem em Deus e nos destinos extra-terrenos do Homem. Porque se à Religião compete uma ação puramente espiritual, orientadora e maternal, aos seus filhos como cidadãos, com direitos e deveres perante o Estado, compete ação política e esta deve exercer-se sempre no sentido de sustentar os princípios da doutrina religiosa, como também no sentido de impedir que se destrua a fé na alma dos seus compatriotas. (...) **É direito, portanto, da Igreja, orientar o Estado no sentido de reconduzir o Homem à sua dignidade**. (...) Nenhum Estado pode furtar-se ao cumprimento desse dever para com Deus.[155]

Salgado considerava como "materialistas-agnósticos" todos aqueles "*que se dizem religiosos, mas que expulsam Deus da discussão dos problemas temporais, como faz certa*

---

[149] SALGADO, *Espírito da burguesia*, op. cit., p. 12 e 14.
[150] SALGADO, Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. In: *Discursos*, op. cit., p. 36.
[151] SALGADO, Plínio. *Primeiro Cristo*. São Paulo: Voz do Oeste / Instituto Nacional do Livro – MEC, 1979 (edição original de 1946), p. 48.
[152] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 131.
[153] Idem, ibidem, p. 140.
[154] Idem, ibidem, p. 141.
[155] Idem, ibidem, p. 114 e 149. Grifos meus.

ala de católicos esquerdistas quando totalitariamente condenam aos estadistas, aos políticos e partidos que apelam para o nome e a doutrina de Cristo como fundamento do Direito e da Justiça na legislação e governo das nacionalidades",[156] defendendo a necessidade urgente de subordinação de todas ações humanas aos princípios espirituais:

> Ou o homem readquire a consciência do seu verdadeiro destino sobrenatural e age em conformidade com essa consciência, ou então nenhuma esperança restará aos atormentados dias em que vivemos, antes ficar-nos-á a horrível certeza da destruição de tudo o que nos resta das construções do Espírito, já que o Homem renunciando à glória de ser filho de Deus, prefere ser o gorila evoluído e, por sua espontânea vontade, a repelente Besta Humana.[157]

Desta forma, recuperava-se o conceito integralista dos anos 30 de "revolução interior", caminho para a "reespiritualização" da sociedade, como pré-condição para a ação política: "*Temos de fazer a revolução espiritual, primeiro; depois a moral; e só por último podemos pensar em reformas políticas*".[158] A "revolução interior" seria "*condição fundamental sem cuja efetivação de nada valerá pregarmos as excelências de qualquer regime*".[159] Salgado apresentava-na como espécie de síntese do projeto integralista: "*O nosso combate deve principiar em nós mesmo. É a revolução interior, que aconselhei desde 1932, e que aconselho hoje veementemente aos brasileiros, se desejam realmente salvar a democracia, vivificar a liberdade, enobrecer a pessoa humana, engrandecer o Brasil, transmitir à posteridade um patrimônio moral com que ela se defenda, se afirme e se engrandeça, realizando a Pátria dos nossos sonhos, que é a Pátria inspirada na lei eterna de Cristo*".[160] A linguagem utilizada muitas vezes tinha tom messiânico:

> Jesus quer alguma coisa de nós. (...) Nós, conjunto de personalidades humanas livres, autônomas, intangíveis e dignas; nós, povo brasileiro, erguendo os corações ao Alto, proclamamos que o nosso Monarca, o Soberano Supremo da Nação, é o Cristo-Rei, a Quem confiamos esta nossa causa, por Quem nos levantamos nessa hora, embora como partido não nos apresentemos confessionais do ponto de vista da disciplina religiosa, se bem que, do íntimo d'alma nos afirmemos confessionais em nossa crença espiritualista e em nosso amor por Aquele que tomamos como guia. Seja ele, o Cristo, a nossa estrela, a nossa luz, o nosso princípio e o nosso fim.[161]

---

[156] SALGADO, *Espírito da burguesia*, op. cit., p. 111.
[157] SALGADO, Plínio. Civilização e barbárie. *Idade* Nova, Rio de Janeiro, 5.6.1947, p. 1.
[158] Indo fundo ao mal [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 25.12.1948, p. 1
[159] SALGADO, Plínio. Alfa-Ômega. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2.11.1948, p. 1.
[160] SALGADO, *Espírito da burguesia*, op. cit., p. 52.
[161] SALGADO, Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. In: *Discursos*, op. cit., p. 46.

Também o deputado federal Goffredo Telles Júnior considerava que "*as soluções políticas são decorrências de soluções religiosas*".[162] No mesmo sentido, Salgado considerava que "*a religião, a fé na existência de Deus e na imortalidade da Alma, são os únicos fundamentos psicológicos efetivos de qualquer esforço de elevação moral*".[163] Diagnosticando que "*nosso povo está materializado, nossa vida se acha completamente paganizada*", Salgado indicava que "*cada populista tem de exercer uma ação objetiva e uma ação subjetiva*",[164] visando formar uma "Nova Humanidade", "*onde os valores eternos do homem sejam relembrados; onde a condição humana se subordine à essência humana; onde a escravidão seja abolida e a liberdade não signifique licenciosidade. Uma Nova Humanidade espiritualista, ética, realista, verdadeira, feita para o homem e não para os mitos da imaginação humana*".[165]

Em nome da "reespiritualização", Salgado chegava a repudiar os progressos científicos. "*Estamos fartos de uma ciência mentirosa que prometeu-nos a felicidade e deu-nos a bomba atômica e as máquinas de destruição (...). Já nada mais podemos esperar de uma civilização que possui o seu fundamento nas areias movediças das hipóteses científicas, todos os dias renovadas*".[166] Os progressos técnicos eram apontados como fator estimulador do materialismo: "*Sentimos a degradação dos legítimos valores humanos, diante da vertiginosa ascensão dos progressos técnicos. Verificamos que tanto mais o Homem crê nas possibilidades técnicas e por elas se entusiasma, tanto menos crê nas possibilidades anímicas do seu próprio ser, entregando-se a uma espécie de fatalismo que o reduz a simples joguete das circunstâncias criadas pelo progresso material*".[167] O discurso obscurantista completava-se com a valorização das "*delicadezas e cavalheirismos da Idade Média (inegavelmente mais luminosa do que a época presente)* [sic]".[168] A exaltação do período medieval era entusiástica:

> As acusações à Idade Média são hoje correntes apenas entre os ignorantes. Neste período de árdua e difícil cristianização dos povos no vasto panorama feudal em que se esfacelou a antiga ordem romana, a mulher foi, cada vez mais, dignificada, não somente nas

---

[162] A autêntica política se subordina à moral e a moral dos brasileiros se chama cristianismo. *Idade Nova*, 6.5.1948, p. 7.
[163] O oportunismo político solapando todos os setores da vida nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 26.6.1947, p. 5-6.
[164] SALGADO, Discurso de Niterói. In: *Discursos*, op. cit., p. 128.
[165] Proclamação do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 1.
[166] Mensagem de Plínio Salgado aos correligionários brasileiros. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.1.1947, p. 6.
[167] SALGADO, *O ritmo da história*, op. cit., p. 29.
[168] SALGADO, Plínio. Civilização e barbárie. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 5.6.1947, p. 1.

> homenagens dos cavaleiros e nas gestas dos trovadores – como costuma dizer a crítica materialista – mas no governo dos filhos e na influência sobre os esposos, que elas inspiravam, aconselhavam e convertiam, tomando com eles parte real nas decisões dos assuntos mais importantes.[169]

A visão integralista sobre o papel da mulher referenciava-se diretamente na Idade Média, em oposição às transformações atribuídas ao liberalismo e ao materialismo:

> Proclamando-se os direitos da mulher sem condicioná-los à natureza e aos fins biológicos e morais da companheira do Homem, esse liberalismo totalitário conduz a mulher à escravidão, impõe-lhe normas de vida que lhe apagam, dia a dia, a consciência do seu destino, o sentimento do lar, do matrimonio e da maternidade, todas as delicadezas que fazem dela o natural complemento do esposo, o centro dos afetos familiares e a base de toda a segurança do grupo fundamental da sociedade. Os direitos da mulher devem, pois, ser tratados com a maior cautela, vigiando-se atentamente contra aquela demagogia cuja influência vem se exercendo até mesmo no espírito dos que se julgam sensatos.[170]

Toda a concepção integralista sobre a mulher se vinculava diretamente à maternidade: "*Na mulher, a função física que a distingue do homem manifesta-se na maternidade. Logicamente, toda a ação da mulher no meio social, desde os círculos da família até os mais amplos círculos da vida coletiva, tem de proceder daquela função*".[171] Em vista do exercício da maternidade, Salgado opunha-se radicalmente à inserção da mulher no mercado de trabalho, considerando que "*o seu campo de atuação é outro, devendo firmar-se, de preferência, dentro do lar e no ambiente familiar, onde lhe cabe o lugar de rainha e onde tem possibilidade de desenvolver a sua mais alta tarefa: a de plasmar os cidadãos do futuro*".[172] Não se admitia exceção nem mesmo para mulheres que não tivessem filhos ou fossem solteiras:

> Não importa que, em razão de qualquer motivo justo, ela não tenha filhos. Para ser mãe, psicologicamente, familiarmente, socialmente, intelectualmente e até politicamente, não importa o ter ou o não ter filhos. O essencial é que a ação da mulher em seu meio se exerça num sentido maternal. (...) A mulher, portanto, mesmo solteira, tem espiritualmente, sentimentalmente, uma missão maternal. Essa missão exerce-se em favor dos irmãos, dos sobrinhos, dos próprios pais ou em benefício do meio social em que vive. (...) Precisamos sempre considerar o afastamento da mulher do lar como evidente anormalidade biológica.[173]

O projeto de "reespiritualização" deu origem a importantes desdobramentos concretos. Dois deles tiveram uma expressiva repercussão pública: a promulgação da

---

[169] SALGADO, *A mulher no século XX*, op. cit., p. 43.
[170] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 90.
[171] SALGADO, *A mulher no século XX*, op. cit., p. 71. Observe-se que obviamente jamais ocorreu a Salgado propor que o homem se distinguiria da mulher pela "função física da paternidade".
[172] Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).
[173] SALGADO, *A mulher no século XX*, op. cit., p. 73-74 e 94..

Constituição em nome de Deus e a "Entronização do Cristo Crucificado" nas casas legislativas. A referência explícita a Deus na Constituição Federal foi a principal proposta defendida pelo deputado constituinte integralista Goffredo Telles Júnior, em 1946, sob a justificativa de que "*uma Carta Magna Agnóstica (...) implicaria num processo de distorção dos nossos rumos históricos e em graves riscos para o futuro da nacionalidade*".[174] A proposta integralista foi vitoriosa, com apoio de amplos setores de outros partidos, evocando-se a "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.[175]

A proposta de "Entronização do Cristo Crucificado" deu origem a uma vasta campanha em todas as casas legislativas nas quais o PRP contava com parlamentares. Seu objetivo era a colocação de uma imagem do Cristo Crucificado no local mais nobre das salas de sessões. A proposta foi aprovada no Congresso Nacional, nas assembléias legislativas estaduais e em dezenas de câmaras de vereadores. Na inauguração da imagem no Congresso Nacional, Goffredo Telles reafirmou sua concepção de que o processo político deveria estar subordinado aos "princípios cristãos": "*Houve quem dissesse que este não era o lugar para a imagem do Cristo Crucificado. Triste engano, lamentável engano! A política, a autêntica política, se subordina à Moral, e a Moral dos brasileiros chama-se Cristianismo. Ao verdadeiro cristão não é lícito governar como se Deus não existisse*".[176] Em 1960, quando da mudança do Congresso Nacional para Brasília, Salgado novamente defendeu a entronização, argumentando que "*Falta-nos alguma coisa, falta-nos a simbologia, para manter vivo nosso civismo, nosso amor à Pátria, o senso das nossas responsabilidades, a dedicação ao trabalho pelo bem do Brasil*",[177] tendo, novamente, sua proposta aprovada. Em uma correspondência enviada a um religioso lusitano, Salgado expressava a importância da "entronização" na ação partidária:

> Tomei a peito fazer entronizar o Cristo Crucificado em todas as assembléias dos nossos 21 estados. O primeiro foi São Paulo, onde o sr, Cardeal Mota havia tido a grande derrota eleitoral, vendo eleito o candidato dos comunistas para governador do Estado, depois da condenação pública que fizera daquela candidatura. Meu genro, Loureiro Júnior, enfrentou a Assembléia e num discurso corajoso e veemente, lançou a proposta. Teve o apoio do Partido Social Democrático (do governo), da União Democrática (oposição), do Trabalhista Popular e do Democrata Cristão. Votaram contra o Partido Comunista, o Partido Social Progressista (do governador) e o Partido Trabalhista Brasileiro (de Vargas). Mas venceu! Designou-se então o dia da entronização do Cristo com a presença

[174] Constitucionalismo cristão. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 17.8.1946, p. 1-2.
[175] *Constituições Brasileiras*: Volume V – 1946. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 63.
[176] A autêntica política se subordina à moral e a moral dos brasileiros se chama cristianismo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 6.5.1948, p. 7.
[177] A imagem do Cristo na Câmara dos Deputados. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.6.1960, p. 1.

> do sr. Cardeal. **A Ação Católica ofertou à Assembléia um Cristo Crucificado que nos séculos XVI e XVII acompanhou os bandeirantes paulistas nas suas entradas pelo misterioso sertão**. A Assembléia elegeu o meu genro para ser o orador oficial. **A cerimônia foi impotentíssima. Perto de cem mil pessoas saíram em Procissão da Praça da Sé levando a preciosa relíquia histórica**. O Sr. Cardeal entronizou-a. Já fizemos o mesmo no Estado do Rio (onde o deputado do meu partido foi o orador oficial), na Bahia (também por iniciativa do meu deputado), em Minas Gerais, onde também se entronizou Nossa Senhora da Aparecida; em Santa Catarina, no Maranhão (onde o deputado do PRP é um sacerdote), e prosseguimos assim em todos os Estados, contando em breve erigir em todas as Assembléias da Federação, aos olhos dos parlamentares, Aquele sem o qual os homens não conseguirão fazer boas leis.[178]

As iniciativas provenientes dos integralistas em seu projeto de "reespiritualização" foram de grande importância simbólica. Embora a referência a Deus no texto constitucional e a colocação do "Cristo Entronizado" em diversas casas parlamentares tenham sido aprovados, é certo que tais iniciativas era insuficientes para reverter a tendência lenta, mas progressiva de laicização da sociedade brasileira. Ainda assim, sua relevância não deve ser minimizada, já que tais propostas foram assumidas pela militância integralista como parte efetiva de sua luta pela "reespiritualização", e portanto reforçavam a perspectiva de uma "contra-reforma moral e intelectual". Foram, portanto, iniciativas limitadas, mas bastante relevantes para a reafirmação da identidade cristã pretendida pelos integralistas, permitindo-lhes ocupar simbolicamente os espaços públicos.

9.4 O Nacionalismo

O nacionalismo foi, como discutimos, um dos elementos fundamentais da mobilização integralista nos anos 30, assumindo diversos significados, dentre os quais a proposição de um projeto nacional centralizador, a oposição à interferência do "capitalismo internacional" no Brasil e o apelo patriótico à "tradição". No pós-guerra, uma nova configuração político-social e a mudança do papel desempenhado pelo movimento modificaram o sentido do nacionalismo integralista.

A modificação mais evidente foi o obscurecimento da dimensão sócio-econômica do nacionalismo integralista – o qual, ainda que em formas imprecisas, era muito difundido nos anos 30 -, e seu confinamento a aspectos simbólicos e culturais.[179] O nacionalismo integralista passou a ser definido em termos vagos e genéricos, com poucas implicações

---

[178] Correspondência de Plínio Salgado ao Padre Moreira das Neves, 28.7.1947 (APHRC-Pprp 28.07.47). Grifos meus.
[179] Estes aspectos são discutidos em CALIL, op. cit., p. 213-219.

concretas no terreno socioeconômico. A Carta de Princípios do PRP fundamentava o nacionalismo na proposição de que cada Nação teria um "destino histórico" a cumprir:

> Há para cada povo uma realidade de transcendente importância, que não é universal e, sim, nacional. Tal é a realidade da Pátria. Cada povo tem sua Pátria, que não se confunde com as outras Pátrias, porque cada nação é um conjunto diferente de realidades. Assim como cada homem tem sua própria personalidade, apesar da identidade da natureza humana, assim também cada nação tem sua própria fisionomia, apesar de que todas se definem, essencialmente, do mesmo modo. No campo do espírito, há grandes e pequenas nações assim como há grandes e pequenos homens. (...). As grandes nações, no campo do espírito, são aquelas cuja elevação moral e intelectual se impõe ao respeito e à admiração das demais. Pequenas e inexpressivas, as que se deixam diluir no caldo das civilizações alheias. Como brasileiros, queremos que o Brasil seja uma grande nação, rica de valores espirituais próprios, capaz de pronunciar, no concerto das nações a sua palavra, inédita, pessoal e fecunda.[180]

Tal "destino histórico" teria, paradoxalmente, uma fundamentação teológica, expressa na consideração de que "*foi Deus quem diferenciou os homens, as raças e as nações, dando-nos por Pátria o Brasil*",[181] daí decorrendo que "*a cada comunidade política toca desempenhar missões próprias no curso da História, em relação às demais comunidades políticas*".[182] Ao Brasil caberia "*influir, pela sua cultura, pelo seu esforço, no sentido de restaurar os valores morais, dando-lhes predomínio sobre os materiais, na obra de salvação universal*".[183] No entanto, a missão do Brasil estaria associada aos Estados Unidos: "*Tenho para mim que a Providência Divina assinalou o Brasil e os Estados Unidos para serem os pioneiros da libertação do mundo*".[184] Ainda assim, ao menos no âmbito discursivo, recuperava-se o anticosmopolitismo, restrito a aspectos culturais:

> A subserviência a ideologias ou partidos estrangeiros é perigo de morte para nossa Pátria. Não é só pelas armas que uma nação pode ser conquistada. A influência de povos estrangeiros, despersonalizando o Brasil, equivaleria a uma renúncia e redundaria em nosso aniquilamento. Somos contra o cosmopolitismo, porque não queremos ser estandartizados.[185]

O "verdadeiro nacionalismo" residiria no reforço da "personalidade nacional", cujo conteúdo não era explicitado:

> Criar o verdadeiro nacionalismo é livrar o povo brasileiro das influências do estrangeiro. Noto que presentemente o nosso povo vive sob a influencia estrangeira. Vive demasiadamente interessado pelos Estados Unidos da América do Norte, perdendo os

---

[180] *Carta de Princípios e Programa,* op. cit., p. 27-28.
[181] Proclamação do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 1.
[182] SALGADO, Plínio. *Direitos e deveres do homem,* op. cit., p. 124.
[183] SALGADO, Discurso de Niterói. In: *Discursos,* op. cit., p. 133.
[184] SALGADO, Plínio. *Direitos e deveres do homem,* op. cit., p. 124.
[185] Idem, ibidem, p. 28-29.

> costumes genuinamente nacionais, para se adaptar a costumes que não são nossos, usando mesmo, na vida quotidiana, de termos, palavras, frases, tudo da língua estrangeira, que não é a nossa. Vejo, por outro lado, outra corrente, que se opõe a esta, subordinando-se a critérios que nos vem de Moscou. Por conseguinte, os brasileiros precisam ser brasileiros. Precisam, cada vez mais, cultivar a personalidade nacional. (...) Povo que não é nacionalista é povo que perde a personalidade; e perdendo-a, deixa-se escravizar pelo capitalismo internacional e pelo socialismo bolchevista, ou pelas forças dos agentes corruptores, que vem destruir a nossa Pátria.[186]

O pretenso anticosmopolitismo e reivindicação do nacionalismo visavam fundamentalmente os comunistas, servindo como justificação para a proposição de que fossem "*condenadas e proscritas, com ardor patriótico, embora com espírito cristão, todas as ideologias que possam vir a comprometer a unidade espiritual e por em perigo mortal a grandeza e o futuro do Brasil*".[187]

Em uma entrevista concedida em 1959, Salgado buscava sistematizar sua definição de Nação, chegando a propor a resistência aos grupos financeiros internacionais:

> Consideramos a Nação sob os aspectos fisiológico e psicológico. Fisiologicamente, a Nação é constituída pelos Municípios que a estruturam. Sendo estes autônomos, da sua soma decorre a autonomia nacional, já encarada como soberania. Não se trata da soberania resultante da "vontade geral", dos ideólogos da Revolução Francesa. A Nação é soberana por ser Nação. A soberania é intrínseca, é substancial, participa da própria essência da Nacionalidade, por ser um conjunto harmonioso de fatores essencialmente autônomos, que são os Municípios, os Grupos Naturais e o próprio Homem. Ora, se estes necessitam de meios econômicos para serem livres, a Nação também não pode subsistir sem independência econômica. Essa a razão pela qual o Integralismo se bate contra todos os agentes internos e externos do empobrecimento nacional. Esse o motivo da nossa luta contra os trustes, monopólios, grupos financeiros e todos os instrumentos da dominação capitalista [sic] sobre os povos. Desfraldamos essa bandeira em 1932 e nunca deixamos de empunhá-la. (...) Psicologicamente, a Nação é uma consciência de diferenciação histórica dos demais grupos humanos. Tendo sido apenas um País, até o século XVII [sic], o Brasil tornou-se uma Pátria por ocasião da Guerra contra os Holandeses [sic]. A Pátria é a resultante do comércio sentimental entre o Homem e a Terra. A manifestação desse encontro ocorre na Batalha de Guararapes e Tabocas e é também um encontro das três Raças confluindo no vértice histórico.[188]

A suposta oposição aos trustes, monopólios e grupos financeiros era meramente retórica, sem nenhum desdobramento na ação prática do partido.[189] Mesmo a intervenção

---

[186] SALGADO, Plínio. Início de uma campanha cívica. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.8.1957, p. 2.

[187] Partido de Representação Popular - Programa. *Reação Brasileira*, 18.10.1945, p. 5. Os termos nacionalistas da campanha contra as "ideologias estrangeiras" e a denúncia de supostos "agentes estrangeiros", paradoxalmente, não impediu os integralistas de anunciar o apoio de refugiados iuguslavos e búlgaros às candidaturas do PRP, em ato público que contou com a presença de Salgado. Refugiados querem lutar ao lado dos brasileiros contra perigo comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 2.

[188] Entrevista concedida por Plínio Salgado a *O Jornal*, Rio de Janeiro, fev. 1959. Original datilografado (APHRC-FPS 091.004.015).

[189] É interessante observar o caso do nazismo na Alemanha, cuja retórica antimonopolista – indispensável para a obtenção da base de massas do movimento – ainda que tenha impulsionado alguns atos que

do Estado na economia, defendida pelos nacional-desenvolvimentistas, era abertamente combatida pelos integralistas. Salgado afirmava defender um "nacionalismo equilibrado", radicalmente oposto ao "nacionalismo exagerado e estatista":

> O Nacionalismo Integralista luta pela independência econômica do Brasil e pelo culto das tradições nacionais; quer dar aos brasileiros uma consciência do seu valor e incutir-lhe confiança na sua destinação histórica. Nosso Nacionalismo, entretanto, é equilibrado porque se subordina a uma filosofia que faz do Homem a base de toda construção social. E aqui está a diferença entre o Nacionalismo Integralista e esse outro Nacionalismo que se prega atualmente no Brasil. Distinguimos preliminarmente Nação de Estado. A Nação é um grande Grupo Natural criado, como os outros, pelo Homem. O Estado, por sua vez, é criatura da Nação, logo criatura do Homem através da Nação por ele criada. O Estado é um instrumento da Nação e não pode se confundir com ela, como pretendeu Bluntschili e os teoristas alemães do nazismo. E, muito menos, o Estado pode sobrepor-se à Nação. Ora, o Nacionalismo que atualmente se prega no Brasil é nitidamente estatizante, ou estatista, confundindo a Nação com o Estado. Podemos, pois adicionar-lhe um adjetivo para termos dele uma idéia exata, dizendo que é um Nacionalismo Socialista, idêntico ao Nacional-Socialismo de Hitler. Firma um princípio do qual se podem tirar as piores conseqüências, desde a abolição da iniciativa privada no campo da economia até a supressão da liberdade de ensino e, finalmente de toda a liberdade do Homem, que gradualmente vai sendo absorvido pelo Estado.[190]

Salgado apresentava sua posição como a defesa de um "nacionalismo cristão", necessário para "*nos defenderemos do cruel materialismo que ameaça o mundo*", e que portanto deveria "*ser cultuado*", mas com a ressalva de que "*esse nacionalismo não deve ser exagerado*" [sic].[191] Opondo-se ao "nacionalismo exagerado", os integralistas passaram a se opor às principais propostas defendidas pelos nacional-desenvolvimentistas. Em junho de 1948, por exemplo, o Diretório Nacional aprovou por unanimidade um parecer apresentado por Raymundo Padilha, repudiando o projeto de monopólio estatal do petróleo. Esta posição foi ratificada pela V Convenção Nacional do PRP, em agosto do mesmo ano.[192] O jornal *Idade Nova*, então dirigido pelo próprio Padilha, desconsiderava

---

contrariavam os interesses do grande capital durante a ascensão do movimento, foi completamente abandonada após a consolidação do Estado nazista. De acordo com Wilhelm Reich, o fascismo é "*do ponto de vista da sua base de massas, um movimento da classe média. Se não tivesse feito a promessa de lutar contra a grande empresa, Hitler nunca teria ganho o apoio das classes médias. Estas contribuíram para a sua vitória, porque eram contra a grande empresa. Sob a sua pressão as autoridades foram forçadas a tomar medidas anticapitalistas, que depois tiveram de abandonar, sob a pressão da grande empresa. São inevitáveis os mal-entendidos, quando não se estabelece uma distinção entre os interesses subjetivos da base de massas de um movimento reacionário e a sua função reacionária objetiva, fatores esses que estão em contradição (mas que foram reconciliados na totalidade do movimento nazi).* REICH, op. cit., p. 40.

[190] Entrevista concedida por Plínio Salgado a *O Jornal*, Rio de Janeiro, fev. 1959. Original datilografado (APHRC-FPS 091.004.015).

[191] SALGADO, Plínio. O verdadeiro nacionalismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.3.1953, p. 3.

[192] Ata do Diretório Nacional, 28.6.1948 - Livro de Atas do Diretório Nacional e das Convenções Nacionais (APHRC-FPS 021.005.005). Ata da V Convenção Nacional do Partido de Representação Popular. Livro de Atas da Fundação e das Convenções Nacionais (APHRC-FPS 023.007.007).

completamente a apregoada retórica integralista de oposição ao capitalismo internacional: "*Nós não acreditamos nessa história de interferências misteriosas do capitalismo estrangeiro*",[193] e defendia que o capital externo fosse recebido em "igualdade de condições" com o nacional: "*Estrangeiro ou nacional, o capital deve subordinar-se às leis do país e acatar rigorosamente os regulamentos em vigor*".[194]

Em termos imediatos, o nacionalismo integralista, dissociado de um projeto econômico nacionalista, gerou poucos efeitos concretos, praticamente se reduzindo à comemoração de datas nacionais e ao enaltecimento dos "heróis nacionais". Uma de suas principais campanhas foi a defesa da alteração no Hino Nacional, propondo primeiramente a supressão de seu segunda parte, e posteriormente, a substituição do verso "Deitado eternamente em berço esplêndido" por "Em pé, altivo, em berço esplêndido". Um projeto legislativo nesse sentido foi apresentado no Congresso Nacional, tendo sido derrotado.[195]

Parece claro, portanto, que o nacionalismo integralista entre 1945 e 1965, era, do ponto de vista econômico, fundamentalmente retórico e residual. Um projeto nacionalista não se compatibilizaria com o papel desempenhado pelo partido neste período. O nacionalismo era reivindicado pelo movimento como uma ligação abstrata com a Pátria, cimento utilizado para conectar os diferentes elementos da pregação integralista. Atendia, assim, as expectativas de sua militância, mas não levava à defesa de posições econômicas nacionalistas nem a ações concretas em defesa da soberania nacional, conforme discutiremos na próxima seção.

9.5 Projeto econômico: a defesa do ultraliberalismo

A ênfase integralista em questões morais e culturais, seu discurso espiritualista e seu radical anticomunismo muitas vezes deixaram pouco visível o projeto econômico defendido pelo movimento. Ainda assim, é possível identificar várias proposições relativas à política econômica que permearam a intervenção do PRP durante toda sua trajetória, permitindo uma avaliação do sentido geral de seu projeto e dos interesses sociais por ele contemplados.

Um aspecto central da posição integralista foi sua crítica ao suposto intervencionismo do Estado brasileiro e a conseqüente defesa da imposição de limites à

---

[193] Águas turvas [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.10.1948, p. 3.
[194] Serviços públicos [editorial]. *Idade Nova*, 12.8.1948, p. 3.
[195] Parecer sobre o Projeto de Supressão da segunda parte do Hino Nacional, 7.3.1961 (APHRC-FPS 009.006.008).

intervenção do Estado na economia, em perfeita consonância com as grandes entidades empresariais, sempre prontas a denunciar a eventualidade de uma intervenção efetiva do Estado. Salgado considerava que "*toda intervenção do Estado no ritmo normal da produção e do comércio é nociva*",[196] e *A Marcha* reproduzia uma afirmação do presidente da UDN, Artur Santos, sobre a crise econômica do país, sustentando que era uma afirmação "integralista", embora ela contivesse um diagnóstico estritamente liberal: "*o intervencionismo estatal degradando a iniciativa individual e a livre empresa; o primarismo de eliminar os efeitos dos fenômenos sociais, sem atender às causas; a orgia orçamentária; a malversação dos dinheiros públicos; o emissionarismo; o estímulo às greves e a recusa ao trabalho; a inflação – estão conduzindo o país ao caos e à miséria*".[197] Na argumentação de Salgado, a defesa da democracia deveria conduzir à defesa da livre empresa e do "capitalismo vigente no ocidente democrático":

> Nos últimos anos a estatização teve grande impulso no país. Por incrível que pareça, partidos e homens públicos que defendem a democracia, a livre empresa, a liberdade de produzir e de distribuir, o capitalismo vigente no Ocidente democrático, ora se uniram aos socialistas e totalitários, ora se omitiram, ora egoisticamente apoiaram medidas estatizantes, em completo desacordo com as teorias e os programa de seus partidos e seus próprios. A influência comunista, por outro lado, foi decisiva para uma série de medidas, iniciativas e decretos governamentais ou leis do Congresso Nacional. Foi para o bem da Nação, para a coletividade brasileira, para a estabilidade econômica e financeira do país? Não, infelizmente não. E com um agravante: serviços públicos que, em outros países, dirigidos pelo Estado, funcionam razoavelmente bem, aqui redundaram num fracasso total, desastroso para a Nação e para a economia popular.[198]

A associação entre livre empresa, capitalismo e democracia remonta às proposições do ultraliberal Friederich Hayek. A referência a este autor era explicitamente manifestada por Salgado: "*Repugna-nos a idéia das planificações com excessiva intervenção do Estado, mesmo nas democracias liberais, como hoje acontece, as quais levam, na opinião de Friederich Hayek, ao caminho da servidão e da ditadura*".[199]

Salgado acusava a suposta ineficiência das empresas estatais, mencionando os "*déficits enormes"* da navegação marítima, sustentando que "*seus serviços são deficientes, morosos e antieconômicos*", e acrescentando que "*as estradas de ferro em mãos do Governo constituem outra sangria nos cofres da Nação*", o mesmo ocorrendo com a Petrobrás e a Eletrobrás. Sua "solução" apontava claramente para a privatização:

---

[196] SALGADO, Plínio. Doutrinas econômicas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.6.1953, p. 3.
[197] Advertência aos homens públicos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.2.1954, p. 1 e 4.
[198] Empresas estatais. Original Datilografado, s./d. (APHRC-FPS 006.005.009)
[199] SALGADO, Plínio. Trigésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira e atualidade de seus princípios, 6.4.1962. In: *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982, p. 466-485, p. 472.

> Nossa sugestão é de abri-las ao capital privado, com participação de capital da União, e sujeitas a uma legislação adequada, que resguarde esse importante patrimônio nacional contra quaisquer outros interesses que não sejam os da salvaguarda da nossa economia. Cremos sinceramente que o Estado deva reduzir seus encargos, principalmente aqueles que são estranhos à sua finalidade natural. Devemos ter a coragem de pensar e agir assim. Não se deve esquecer que outras nações, por sinal poderosas, não temem que sua segurança possa ser afetada pelo **exercício pleno da livre empresa, do capitalismo democrático que defendemos**.[200]

Diversas posições assumidas pelos integralistas denotam o atendimento aos interesses gerais do capital. A intervenção estatal deveria sempre estar subordinada às "classes produtoras":

> Entendo que o objetivo último do Estado, em matéria econômica, é permitir, mediante sua supervisão, coordenação e vigilância, que as próprias classes produtoras, com responsabilidades definidas, propugnem pelos próprios interesses nacionais [sic], eximindo-se da tutela de terceiros, estranhos aos grupos produtores e cuja interferência indébita e perniciosa se processa mediante um verdadeiro sistema dirigido no interesse exclusivo de pequenas tiranias e oligarquias econômico-financeiras. **Ao Estado cabe pois apenas orientar e supervisionar com discrição**, só intervindo para restabelecer desequilíbrios.[sic][201]

Assim, para Salgado caberia exclusivamente às "classes produtoras" primar pelos "interesses nacionais", identificados com os seus próprios, ficando o Estado considerado como um intruso sempre que pretendesse uma intervenção ativa. A intervenção estatal visando o controle dos preços era condenada por Salgado, considerando que "*quanto menores forem os artifícios que se introduzirem na livre e natural formação dos preços, mais sadia e forte será a estrutura econômica do país*".[202] Os projetos governamentais visando aumentar os impostos eram denunciados pelo deputado integralista Luis Compagnoni como evidências da ineficiência e desperdício estatal:

> O que realmente nos alarma é a impotência do poder público em refrear o volume dos gastos públicos. (...). Está em tramitação nesta casa um projeto de aumentos de impostos. (...) Mais impostos significa aumentar o domínio da máquina estatal e diminuir a liberdade do povo. A forma comum de impedir a estabilidade econômica, quer dos homens, quer das nações, é criar e alimentar um Estado absorvente, incapaz, improdutivo, como é desgraçadamente o caso brasileiro dos dias presentes. (...) O parlamento não deve consentir em mais aumentos de impostos, porque estes servirão apenas, em sua quase totalidade, para atender a gastos improdutivos.[203]

---

[200] Idem, ibidem. Grifo meu.
[201] Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004). Grifo meu.
[202] Inquérito Revista da Semana. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1954 (s./d.) (APHRC-FPS 091.003.002).
[203] O PRP desfralda a bandeira contra os impostos em todo o Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.10.1956, p. 3 e 9.

No programa partidário constava a defesa da "*supressão dos impostos antieconômicos, isto é, dos impostos que oneram as fontes de riqueza, funcionando no sentido de estancá-las, tais como o imposto sobre o trabalho e sobre o capital* [sic]".[204] Desta forma, controle dos gastos governamentais, redução de impostos, preponderância da iniciativa privada e privatização eram algumas das bandeiras centrais dos integralistas no terreno econômico. Uma proclamação dos candidatos do PRP ao parlamento paulista em 1954 explicita didaticamente sua visão privatista, defendendo inclusive a paridade de tratamento ao capital externo em relação ao nacional:

> V. S. sabe que se não há abundância de eletricidade neste nosso Estado querido, é porque elementos incapazes não souberam reconhecer ao **capital livre, nacional ou estrangeiro, seus direitos naturais** de fazer face às necessidades que se previa, de energia elétrica, mediante remuneração apropriada? (...) V. S. sabe que se não há abundância de telefones nesse nosso Estado querido é porque elementos incapazes não souberam reconhecer ao **capital livre, nacional ou estrangeiro, seus direitos naturais** de fazer face às necessidades que se previa, de mais telefone, mediante remuneração apropriada? (...) V.S. sabe que podemos modificar tudo isso e ter eletricidade, telefone, petróleo e dólares em abundância, elegendo governantes e legisladores que lutem por esses princípios de remuneração justa do capital empregue?[205]

Na visão integralista, a inflação seria a responsável maior pelos problemas nacionais, e seria determinada pelo "descontrole dos gastos públicos". Salgado considerava que "*o combate à inflação é ponto capital*", e propunha que ele fosse feito "*congregando medidas monetárias com providências de caráter econômico que favoreçam a produção*".[206] O Diretório Estadual do PRP em São Paulo indicava aos seus deputados que propugnassem um conjunto de medidas visando a redução dos gastos públicos, propondo:

> A condenação a todo o aumento de impostos, à criação de cargos novos, à nomeação de funcionários interinos, à gastos supérfluos, assim como a toda e qualquer política econômica que vise aumentar as obrigações do Estado, ou levá-lo a superintender empresas ou organizações hoje em mãos de particulares; e também sugerir a maior economia das verbas consignadas nos orçamentos para este exercício, de forma a ser minorado o quanto possível as dívidas que acusam o Estado e os Municípios paulistas, fruto de gastos desmedidos que vieram do período da Ditadura e ainda persistem no período constitucional.[207]

---

[204] PARTIDO de Representação Popular, *Carta de Princípios e Programa*, op. cit., p. 51.
[205] Circular Eleitoral do PRP-SP, setembro de 1954 (APHRC-Pprp 00.09.54). Grifos meus. Os candidatos recomendados eram Cunha Bueno (para senador), Loureiro Júnior (para deputado federal), René Penna Chaves, Hilário Torloni, Mário Penteado de Faria e Silva e Antonio de Toledo Piza (para deputados estaduais).
[206] Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004).
[207] Diretiva do Diretório Regional do Partido de Representação Popular de São Paulo, s./d. (APHRC-FPS 014.006.001).

Não obstante, e tal como o empresariado, alguns parlamentares integralistas defendiam interesses de setores privados específicos. Arno Arnt (PRP-RS) proferiu diversos discursos defendendo a escola particular e denunciando o atraso no pagamento de convênios por parte do governo federal.[208] Luis Compagnoni defendia o apoio aos triticultores, afirmando que cabia ao governo "*dar-lhes adubo e ensiná-los a cultivar racionalmente. E, sobretudo, dar-lhes preços compensadores*".[209] Em 1956, apresentou um projeto fixando "*em 1.000.000 de toneladas a quantidade máxima de trigo estrangeiro a ser importado anualmente*", considerando "*indispensável a limitação da importação de trigo estrangeiro para a estabilidade das condições de produção do nosso trigo*".[210] Já Osvaldo Zanello, ele próprio cafeicultor, defendia sistematicamente os interesses da cafeicultura. Em 1959, afirmava que a cafeicultura enfrentava "*uma situação insuportável*", sustentando que "*o Espírito Santo, para cuja economia o café contribui com 80%, está vivendo os dias mais difíceis de sua história econômico-financeira. As conseqüências da política cafeeira do governo federal estão provocando, em nosso Estado, sensível desequilíbrio econômico e problemas sociais que levam nosso povo ao desespero e à ruína*".[211] A política cambial era recorrentemente criticada por *A Marcha*, sob o argumento de que através do confisco cambial "*em cada saca o Governo confisca CR$ 5.000,00, deixando apenas CR$ 2.000,00 para o pobre agricultor*".[212] Em 1962, Zanello expressava "*a tristeza, a amargura, a revolta e o desespero dos nossos produtores*", sustentando que "*a amaldiçoada política cafeeira do governo anterior, continuada por esse governinho que aí está infelicitando a Nação teve por objetivo arrasar a cafeicultura de meu Estado, liquidando todo um sistema de economia*

---

[208] Ver, por exemplo, Discurso de Arno Arnt, 10.10.1963 (APHRC-FPS 015.027). A defesa do ensino privado era bastante presente na intervenção integralista. Em 1960, o Centro Cultural Jackson de Figueiredo, lançou um "Manifesto ao Povo Paulista" defendendo o ensino privado, criticando as propostas que priorizavam o ensino público, e denunciando que "*grupos interessados na estatização e socialização do ensino têm usado e abusado da demagogia, servindo-se dos órgãos de divulgação, estabelecendo a confusão no espírito do povo*". Manifesto ao Povo Paulista, s./d. O Presidente da entidade informava a Salgado que o Manifesto "*possivelmente será financiado pelo Sindicato dos Colégios Particulares*". Correspondência de Lelivaldo Benedito Marques a Plínio Salgado, 11.2.1960 (APHRC-Pprp 60.02.11/8).

[209] Porque fracassa a batalha do trigo brasileiro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1953, p. 10.

[210] Limitação na importação de trigo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.2.1956, p. 1, 2 e 5. A argumentação de Compagnoni, em contradição com a linha geral do partido, justificava o protecionismo: "*A limitação das importações constitui uma providência que sempre foi aplicada, toda vez que se quis, realmente, proteger ou estimular a produção nacional. Assim foi com os tecidos, os metais, o papel, os vidros, as bebidas. Limitações ou dificuldades nas importações. O protecionismo tarifário sempre foi aplicado para proteger certas produções nacionais nascentes. Inclusive pelas nações mais liberais*". Se queremos pão – e brasileiro – limitemos a importação de trigo! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.9.1956, p. 1 e 6.

[211] Na Câmara: Zanello analisa a situação do café. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.5.1959, p. 5.

[212] Com vista a JK. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.9.1956, p. 12.

regional".[213] Em vista disso, propôs uma profunda reforma cambial e apresentou um vasto plano para a "salvação" da cafeicultura:

> 1º) O Instituto Brasileiro do Café nos termos da Lei Orgânica, comprará, diretamente aos produtores, todo o café da safra 1959-60, a se iniciar no 1º de julho próximo; (...)
>
> 4º) Os pagamentos serão feitos à medida de entrega nos armazéns indicados, após a conferência e a classificação oficial, mediante saques contra o Banco do Brasil a 30 dias de data; (...)
>
> 10º) O IBC revenderá os cafés (...) exclusivamente aos exportadores nacionais e a cooperativas de produtores, não competindo com estes mediante vendas diretas, mesmo de governo para governo; (...)
>
> 15º) Eliminação dos excedentes que se verificarem até 30 de junho de 1959, mediante a aplicação dos estoques retidos na produção de cafés solúveis, produtos químicos derivados do café, transformação em adubos ou outros fins julgados próprios e convenientes.[214]

Percebe-se, desta forma, que quando se trata de defender interesses concretos de um setor da burguesia em supostas dificuldades, o antiestatismo e a defesa de controle dos gastos governamentais eram rapidamente abandonados, dando lugar à exigência da intervenção estatal salvadora, exigindo-se que o Estado comprasse os excedentes, ainda que para transformá-los em adubo.

As políticas em favor da industrialização não eram recebidas com o mesmo entusiasmo por parte dos integralistas. Em 1955, Salgado considerava que "*ainda não estamos no ponto de considerar empreendimentos que venham a merecer a qualificação de poderosos no campo das chamadas indústrias pesadas*", e que "*ainda por algum tempo a falta de grandes capitais e de técnicos manter-nos-ão dependentes do concurso estrangeiro, neste particular*".[215] Sua posição em relação à indústria era claramente contrária a uma política de estímulo, vista como "protecionismo": "*A industrialização do país não representa um mal, desde que realizada com um critério que consulte os interesses nacionais e não apenas, como tem sido, os interesses de grupos acobertados por um protecionismo arbitrário*".[216] As referências à industrialização eram pouco freqüentes, e mesmo durante o governo Kubitscheck, apoiado pelo PRP, os integralistas jamais demonstraram grande entusiasmo pelo avanço industrializante, sempre enfatizando outros aspectos, como a fundação de Brasília, o que permite inferir que os interesses sociais mais

---

[213] Problemas da Bahia e do Espírito Santo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.3.1962, p. 2.
[214] O Pensamento do PRP sobre café e câmbio. *A Marcha*, Rio de Janeiro 3.7.1959, p. 4. O título da matéria explicita que a direção integralista avalizava integralmente a proposição de Zanello.
[215] Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).
[216] Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.006.001).

diretamente defendidos pelos integralistas não eram os da burguesia industrial. A ênfase agrarista não implicava em oposição aos interesses da burguesia industrial, mas descartava qualquer intervenção estatal em favor da industrialização.

O debate em torno da exploração do petróleo, que marcou fortemente as décadas de 1940 e 1950, deu oportunidade para que os integralistas novamente se perfilassem junto às posições mais abertamente liberais, internacionalizantes e privatistas. O repúdio ao monopólio estatal, estabelecido como posição partidária em 1948, foi sustentado durante toda a trajetória perrepista. O discurso dos integralistas centrava-se na defesa de "*uma mais ampla colaboração do capital privado, tanto nacional como estrangeiro, no esforço de procura e da exploração do petróleo brasileiro*",[217] sempre considerando o capital estrangeiro mais eficiente e capaz de uma exploração mais rápida:

> Não devemos recusar o concurso do capital e da técnica estrangeiros, se desse concurso resultar uma solução mais imediata e pronta para o problema.[218]
>
> Não há como recusar a colaboração estrangeira, se ela vier a concorrer para dar-nos mais pronta solução ao problema.[219]
>
> Trata-se de saber se o Brasil é ou não uma nação soberana, com capacidade de preservar esta soberania. Respondida afirmativamente esta consideração, o que importa é extrair e explorar o Petróleo, pela forma mais adequada e rápida, em proveito do País.[220]

O jornal *Diário Carioca* informava que "*com relação à exploração do petróleo, o candidato do PRP concorda com as classes produtoras, afirmando que é necessária a participação do capital estrangeiro nas indústrias petrolíferas, pois o capital nacional é insuficiente para empreendimentos de tal envergadura*".[221] Desta forma, mesmo em um tema em relação ao qual os interesses de grandes corporações internacionais se expressavam de maneira evidente, os integralistas sustentavam uma posição claramente privatista e internacionalizante, reforçando ainda mais o ultraliberalismo que caracterizava seu projeto econômico.

---

[217] SALGADO, Plínio. Doutrinas econômicas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.6.1953, p. 3.
[218] Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004).
[219] Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).
[220] Inquérito Revista da Semana. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1954 (s./d.) (APHRC-FPS 091.003.002).
[221] Restauração da bancada classista, promete Plínio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8.7.1955.

9.6 Projeto para os trabalhadores

A política do PRP em relação aos trabalhadores vinculava-se diretamente ao projeto econômico que defendia, e centrava-se em dois pontos principais: a defesa sistemática da imposição de restrições à organização dos trabalhadores e ao direito de greve, e a oposição aos reajustes salariais, caracterizando-se, portanto, como antipopular.

O controle sobre a organização dos trabalhadores era defendido através da proposição de diversas medidas, a começar pela defesa da "regulamentação" do direito de greve. Loureiro Júnior reclamava na Câmara dos Deputados que "*até hoje esta Câmara não teve coragem cívica de regulamentar a greve no país, com medo da demagogia esquerdista, pois não se trata, absolutamente, de um direito que fique independente de regulamentação. (...) A greve brasileira tem sido, entre nós, instrumento de masorca, desordem*".[222] Fica evidente, pela argumentação usada, que a regulamentação pretendida visava inviabilizar o exercício do direito de greve.[223] Na visão de Salgado, o direito de associação poderia ser permitido aos trabalhadores, com a ressalva de que "*os fins dessa associação devem ser definidos*",[224] reduzindo a autonomia sindical a um conceito vazio: "*Uma coisa é defender a autonomia sindical, outra muito diversa é proporcionar meios de sobrevivência da ditadura sindical do Partido Comunista, que sempre antecede o estabelecimento das ditaduras comunistas*".[225] Mesmo a realização de eleições sindicais deveria ser impedida em momentos nos quais os comunistas pudessem vencê-las: "*Eleições sindicais, neste momento, são a volta ao panorama de 1945 e 1946, pois os maiores problemas dessa época aí permanecem insolúveis*".[226] A "regulamentação" do direito de greve era defendida também pela União Operária e Camponesa do Brasil, cujo primeiro congresso aprovou "*uma resolução no sentido de conseguir-se, o mais breve possível, a regulamentação do direito de greve*", vista como "*necessária para que não sejam feridos os legítimos direitos dos trabalhadores, e, por outro lado, não haja abusos por parte destes, insuflados por agitadores ou mal orientados por falsos líderes*".[227] A entidade defendia que "*a greve, por mais justa que seja, prejudica sempre a economia*

---

[222] Loureiro Júnior: A Câmara deve tomar coragem e regulamentar o direito de greve. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.5.1956, p. 1 e 5.
[223] Recorde-se que estava em vigor uma regulamentação que já era extremamente restritiva, editada durante o governo Gal. Dutra, o que dá a dimensão da amplitude das restrições propugnadas por Loureiro.
[224] SALGADO, *Direitos e deveres do homem.*, op. cit., p. 109.
[225] Problemas sindicais na ordem do dia. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 28.10.1948, p. 5.
[226] Idem, ibidem.
[227] Carta aos Operários e Camponeses: Greve. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 30.1.1958, p. 8.

nacional, já tão combalida, com danos para toda a coletividade, o que significa, em última análise, maiores dificuldades de vida para os próprios trabalhadores",[228] e sustentava que o corporativismo a tornaria desnecessária: "*Uma das vantagens que oferece a Democracia Orgânica que preconizamos para o Brasil é tornar desnecessário – sem suprimi-lo – o exercício do direito de greve, pois nessa Democracia (que é a verdadeira) o trabalhador terá plenamente assegurados o justo salário e uma vida digna, livre da exploração capitalista* [sic]".[229] Fica clara aqui a proposta de um ultra-Estado para a contenção popular e para o atendimento das demandas setoriais, justaposto ao ultraliberalismo no que se refere à condução da economia e à exploração da força de trabalho. Segundo os integralistas, os comunistas sempre procurariam incluir "*reivindicações destituídas de apoio em possibilidades objetivas*", visando o prolongamento das greves:

> Os comunistas estão bem informados e, mesmo quando a greve só pode piorar a miséria dos trabalhadores, eles promovem, organizam, incentivam a parede, com os seguintes propósitos: 1) visando a criar instabilidade interna; 2) visando a agravar a condição econômica dos trabalhadores, de modo a fomentar o espírito de revolta; 3) visando a prejudicar a produção nacional, a fim de enfraquecer a economia do hemisfério, atendendo aos objetivos da política da Rússia.[230]

Outra medida de tutela sobre os trabalhadores propugnada era "*a ampliação do âmbito da Justiça do Trabalho*",[231] vista como instituição responsável pela "harmonização" da relação entre trabalhadores e patrões. Os integralistas também protestavam contra "*a dispensa do atestado de ideologia (crime de lesa-Pátria cometido pelo Sr. Danton Coelho na sua gestão no Ministério do Trabalho)*", considerando que ela "*abrira as portas à infiltração de Moscou no Brasil*".[232]

Durante a grande greve de 1953 em São Paulo, que chegou a reunir mais de 300.000 grevistas, os integralistas elevaram o tom de sua pregação antigrevista:

> Os acontecimentos desta semana em São Paulo estão demonstrando eloqüentemente que uma minoria organizada está se apoderando das massas trabalhadoras, subjugando-as violentamente. O uruguaio Roberto Morena assumiu a chefia desta ditadura, assessorado por deputados do PTB e do PSP. Organizaram-se "piquetes" armados, sob o comando do russo Eugenio Chemp. Esses "piquetes" postam-se nas portas das fábricas impedindo os operários de trabalhar. Esses "piquetes" agridem a polícia, incitam as turbas. Para se avaliar o que seja esta autêntica revolução comunista que se deflagrou em São Paulo

---

[228] Idem, ibidem. Perceba-se que através deste argumento, elidia-se completamente o antagonismo de classe, estabelecendo-se uma falsa identidade de interesses entre patrões e trabalhadores.
[229] Idem, ibidem.
[230] As greves e a economia nacional. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 4.3.1948, p. 3 e 6.
[231] Os postulados do Partido de Representação Popular. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 29.11.1945, p. 4.
[232] Metempsicose política: o PTB é a mais recente reencarnação do PCB. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.7.1953, p. 1 e 11.

> paralela a uma greve de tecelões cujos objetivos são justos mas nada têm a ver com as desordens bolchevistas, basta dizer que, achando-se em greve cerca de duzentos mil operários na capital paulista, apenas tomaram parte das arruaças cerca de dez mil pessoas, a maior parte das quais não é constituída de operários [sic]. Trata-se de uma "minoria organizada", da tal "aristocracia revolucionária" de que fala Lenine a empolgar a massa trabalhadora que Lenine chama de desprezível simpatizante.[233]

A Marcha informava estarem em greve 200.000 operários, mas acrescentava que a maior parte deles era "*obrigada a estar em greve pelos 'piquetes', armados pelo russo Eugenio Chemp*".[234] A mesma tese era reproduzida no parlamento por Raymundo Padilha, à época deputado pelo PRP: "*Há duzentos mil grevistas em São Paulo, que constituem massa de manobra. Entretanto, o elemento da desordem das ruas não vai além de dez mil homens. Trata-se daquela minoria* [sic] *tática a que Lenine se referia*".[235] Esta argumentação, evidentemente, fornecia o suporte à repressão policial, e consolidava o não reconhecimento efetivo do exercício de greve.

A oposição aos aumentos salariais também cumpria um papel importante na política dos integralistas em relação aos trabalhadores. Em seu discurso, os aumentos eram considerados como uma "morfina":

> Os governos demagógicos, submetendo-se ao jogo do comunismo russo, outra coisa não têm em nosso país senão ministrar, aos nossos operários e aos que constituem as zonas médias e sub-médias da nossa população, a morfina, cujos efeitos iludem as dores, sem que para a grave enfermidade sejam dados remédios eficazes. Esta morfina são os aumentos de vencimentos aos funcionários, aos militares, aos industriários, aos comerciários, aos trabalhadores das fábricas e dos campos. Quanto mais crescem os ordenados e as diárias, mais miseráveis vão ficando os pseudo-beneficiados, em razão do aumento do custo de vida, numa proporção de cinco a sete vezes maior que as fictícias melhorias de vencimentos.[236]

Para Salgado, os defensores dos aumentos salariais seriam verdadeiros "amigos da onça"[237] dos operários, pois tais aumentos ativariam um "círculo vicioso" que lhes causaria grandes prejuízos, por serem "artificiais" e insustentáveis:

> A demagogia eleitoreira tem levado o operário à desgraça, facultando-lhe aumentos salariais que não correspondem ao aumento dos preços das utilidades. Mal se acrescentam 30 ou 40 por cento nos ganhos do operário, imediatamente crescem de 50 a 100 por cento os preços das mercadorias, não só por não podermos contrariar a lei econômica relativa

---

[233] SALGADO, Plínio. Mensagem aos surdos e aos cegos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.4.1953, p. 3.
[234] Formado o clima para a revolução comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.4.1953, p. 1 e 11.
[235] Estrangeiros chefiam o comunismo no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.4.1953, p. 1 e 11.
[236] Exploração do operário e da classe média. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.1.1954, p. 1 e 8.
[237] SALGADO, *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 44.

> ao custo da mão-de-obra, mas ainda pelo fator psicológico do medo da falência em que se encontram muitos estabelecimentos industriais e comerciais.[238]

Desta forma, Salgado expressava, em sua íntegra, a clássica tese liberal que responsabiliza o aumento dos salários pelo aumento da inflação, levando-a ao extremo, já que sua estranha matemática sustentava que o aumento no preço das mercadorias seria ainda maior do que o aumento dos salários, como se o "custo da mão de obra" não constituísse apenas uma parte do custo total das mercadorias. Salgado concluía que a alternativa para os operários melhorarem suas condições de vida era o aumento da produção nacional, e não sua melhor distribuição: "*O problema do Brasil, ao contrário do que pensa e diz o sr. Getúlio Vargas, não está em socializar, mas em criar riquezas. Mais vale, para um país novo como o nosso, criar riquezas do que socializar a miséria. O que precisamos é incrementar as forças da produção nacional*".[239] Esta tese era "popularizada" em proclamações da UOCB dirigidas aos trabalhadores, como exemplifica um Manifesto aos Membros do II Congresso Sindical de Minas Gerais:

> **Não deveis prosseguir na campanha dos aumentos de salários**. Nós já temos três duras provas dos aumentos, todas elas provas lamentáveis. **O custo de vida subiu mais, e subirá todas as vezes em que se aumentarem os salários!...** Já ficou cabalmente provado que os aumentos de salários nada resolvem; além disto é fechamento de fábricas e desempregos em massa. (...) Enquanto prosseguirmos nos aumentos de salários o custo da vida sobe mais. Sobem os preços com a propaganda dos salários. Os aumentos de salários são a desorganização das finanças e dos trabalhadores, classes médias e reduzem a nossa produção e exportação!... O custo da mão de obra sobe demasiadamente. As indústrias e o comércio além de reduzir o número de empregados, aumentam demasiadamente os preços, porque são obrigados a pagar mais aos empregados e aos Institutos. **Os aumentos de salários são fome e misérias, desemprego em massa**, nenhum Líder Trabalhista do mundo resolve os problemas dos trabalhadores com aumentos de salários. O momento em que estamos vivendo é dos mais dramáticos e de nós exigem sacrifícios, e de todos. Não devemos prosseguir nos aumentos, e sim na participação nos lucros. (...) **Srs. Líderes Trabalhistas, não falem mais em aumentos de salário. Isto é desgraça para o trabalhador, tudo sobe em dobro, vestuários, alimentação, aluguéis, remédios, etc**.[240]

A participação nos lucros propugnada por Salgado em oposição aos aumentos salariais, no entanto, tinha um sentido hierarquizador e visava a subordinação dos trabalhadores, pois beneficiaria apenas os operários considerados "mais eficientes" pelos seus patrões, sendo vista como "*estímulo aos mais capazes de produzir, assim como os*

---

[238] SALGADO, Plínio. Trigésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira e atualidade de seus princípios, 6.4.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 466-485, p. 481.
[239] Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. [1949]. Original datilografado (APHRC-FPS 011.003.013).
[240] Manifesto aos Membros do II Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais, s./d. (1960) (APHRC-FPS 014.007.012). Grifos meus.

interesses da sobrevivência da empresa, tudo visando a maior produção nacional e o enriquecimento do Brasil".[241] Salgado reivindicava para si a autoria da proposta, mas opunha-se a sua aplicação generalizada a todos os trabalhadores:

> O texto constitucional que estabeleceu esta participação talvez se tenha inspirado no meu "Manifesto Programa de 1936, sem entretanto compreender-lhe o espírito. Daí a "participação direta" para a qual ainda não se encontrou fórmula satisfatória, enquanto o meu pensamento era "garantir ao trabalhador uma retribuição **proporcional a sua contribuição pessoal ao lucro auferido pelo empregador**. (...) Assim, enquanto a fórmula constitucional é incondicional, a minha fórmula originária se subordina a várias condições, objetivando um equilíbrio e resultando no interesse material e moral dos empregados pelo destino da produção e pela sorte dos empregadores.[242]

A preocupação com os interesses do capital era pronunciada em diversas ocasiões, sempre remetendo à defesa da harmonia entre capital e trabalho e à tese de que ambos se beneficiavam com o aumento da produção. Em 1953, Salgado criticava Vargas afirmando que sua política trabalhista "*separa, de modo absoluto, os problemas inerentes ao Capital, ao Trabalho e à Nação*", e definindo a Nação "*como síntese daqueles dois elementos da produção brasileira*".[243] O Trabalho era entendido "*como um ato, ou série de atos, puramente espirituais*",[244] e o Dia do Trabalho deveria ser utilizado "***para estreitarmos as relações entre patrões e empregados**, fazendo com que todos os patrões sejam bons e que todos **os empregados se transformem em verdadeiros colaboradores da empresa em que trabalham***".[245] Assim, recomendava-se, didaticamente, ao trabalhador: "*Seja amigo das suas obrigações, pois só o trabalho engrandece um povo; e afasta-te do comunismo que divide os colegas de trabalho, e conduz o homem à brutalidade e à escravidão*".[246] Desta forma, podemos facilmente qualificar o projeto integralista como antipopular, marcado pela oposição ao direito de greve e às reivindicações dos trabalhadores, em particular os aumentos salariais, e também pela sistemática defesa da conciliação de classes e da suposta identidade de interesses entre os patrões e empregados.

---

[241] O que pensamos: conceitos de Plínio Salgado sobre problemas nacionais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.9.1955, p. 3.
[242] Inquérito Política Econômica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, 1955 (s./d.) (APHRC-FPS 011.004.004). Grifo meu.
[243] Entrevista concedida por Plínio Salgado, 3.2.1953 (APHRC-FPS 008.007.002)
[244] SALGADO, *Direitos e deveres do homem*, op. cit., p. 100.
[245] Trabalho e cooperação: Para os tremendos problemas sociais, a solução não é a luta!. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 20.5.1946, p. 1. Grifos meus.
[246] Operários do Brasil. *Boletim do PRP*, 20.3.1946, p. 3.

9.7 Projeto agrário

O grande peso dos pequenos proprietários rurais na base social do PRP conferia especial importância ao projeto agrário do partido, e, particularmente, seu projeto de "reforma agrária", tendo em vista o polarizado debate em torno da questão a partir do final da década de 1950. Assim, mais uma vez, os integralistas mobilizavam-se para a defesa da propriedade e da manutenção da ordem social, confrontando as concepções da pequena burguesia rural em todos os elementos que a aproximasse dos grandes proprietários rurais.

O ponto de partida da concepção integralista era a irrestrita defesa da propriedade. Salgado considerava que "*absurdo seria que um integralista (...) pretendesse espoliar terras de nossos fazendeiros*",[247] sustentando que "*reforma agrária não é distribuir terras para aqueles que ainda não as possuem, mas sim assistir o homem do campo, que vive em completo abandono*".[248] O deputado Abel Rafael (PRP-MG) combatia o projeto de reforma agrária baseada na redistribuição das terras, com base no mesmo argumento:

> Sou contra a reforma agrária, pelo menos como é anunciada. Não posso admiti-la, nem o fará a consciência cristã do Brasil, desde que se procure baseá-la no desprezo ao direito de propriedade. Falar em reforma agrária baseada em distribuição de terras de particulares no Brasil é pilhéria, pois terra há muita, o que não há é asfalto para distribuir. E todo mundo tem vontade é de distribuir aquilo que já tem dono. Por que dar terra a todos se o próprio dono atual não pode explorá-la por falta de assistência?[249]

A concepção antipopular dos integralistas exprimia-se, também, de forma explícita, em sua oposição à sindicalização rural, considerada como demagógica e instigadora da luta de classes:

> A campanha demagógica desenvolvida pelo sr. João Goulart, no sentido de serem organizados em todo o território nacional, sindicatos rurais, deve ser combatida com todo o vigor. Senão vejamos. O que o Ministro pretende é **provocar a luta de classes entre os camponeses** [sic], revelando-lhes a força que possuem, mas **impedindo-os de se tornarem proprietários**. **O trabalhador rural sindicalizado será sempre um proletário, que não tem outro interesse do que seu único e exclusivo bem-estar** [sic]. **A terra e o seu proprietário não o interessam**. É evidente, aí, mais uma vez, o jogo bolchevista do sr. João Goulart. (...) A sindicalização rural (...) virá formar no assalariado rural aquele espírito socializante, que tanto almeja o sr. Getúlio Benes Massarik Vargas. É tornar o homem do campo dependente do Estado todo-poderoso que eles querem.[250]

---

[247] SALGADO, Plínio. Doutrinas econômicas, *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.6.1953, p. 3.
[248] Plínio Salgado considera arcaicas as estruturas do país. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28.6.1964 (APHRC-FPS 114.5.REC 64).
[249] Abel Rafael: Reforma agrária como pretendem é pilhéria. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19.10.1961, p. 1.
[250] Reforma Agrária em Marcha: o erro da sindicalização rural. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.2.1954, p. 2. Grifos meus. De acordo com Gramsci, a pequena burguesia rural "*emprega a máxima energia na resistência e no contra-ataque a qualquer mínima tentativa de organização autônoma do trabalho camponês e a*

Para o dirigente integralista Leopoldo da Silva, a sindicalização rural implicava em estímulo "*à anarquia, à demagogia e à revolução social no campo*", com a intenção de "*tumultuar os seus problemas agravando o desajuste existente no campo, em favor de um desequilíbrio sócio-econômico que poderá se transformar em preparação à bolchevização do meio rural brasileiro*".[251] Da mesma forma, a extensão dos direitos trabalhistas ao campo era combatida. O deputado Ponciano dos Santos (PRP-ES) opunha-se à proposta argumentando que o reconhecimento de tais direitos determinaria uma crise da produção nacional e desorganizaria a economia nacional: "*Me oponho à extensão das leis trabalhistas ao campo. Não que eu seja contra a existência dessas leis e contra a defesa dos lavradores, mas unicamente porque eu sei que elas, na sua aplicabilidade, não trarão resultados, apenas serão outros tantos órgãos de inflação a sugar todo o dinheiro para o centro, onde não há aplicação que redunde em benefício da economia*".[252] Leopoldo Silva considerava que a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais era desnecessária, sustentando que "*tanto proprietários como assalariados rurais têm* ***quase o mesmo padrão de existência*** *e vivem confundidos na mesma fraternização de miséria e pauperismo****. Uma lei visando proteger uma das partes em prejuízo da outra é diminuir o número de assalariados miseráveis e aumentar o contingente de proprietários indigentes***".[253]

Tal concepção ensejava também uma conceituação peculiar de latifúndio, desvinculada da extensão da propriedade rural. Wolfram Metzler considerava como latifundiário apenas o proprietário que ficava "*quase sempre ausente das suas terras, residindo nas capitais*",[254] convertendo um processo social em questão moral. No mesmo sentido, Félix Contreiras Rodrigues, dirigente integralista e grande proprietário rural, sustentava que latifúndio não é sinônimo de grande propriedade rural, mas "*grande propriedade improdutiva, isto é, inútil à coletividade ou destinada a fruições particulares, como, por exemplo, aos prazeres da caça, e o que é mais grave, à inércia ou ao desleixo*

---

qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial". GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 63.

[251] SILVA, Leopoldo P. À margem da questão agrária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.8.1956, p. 5. Silva era proprietário rural e integrava a Comissão de Legislação Agrária do PRP, criada pela XIII Convenção Nacional do partido e presidida por Luis Compagnoni.

[252] Atividades Parlamentares do PRP. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.7.1956, p. 9.

[253] SILVA, Leopoldo P. À margem da questão agrária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.4.1956. Grifos meus.

[254] METZLER, Wolfram. Classes rurais brasileiras. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.7.1953, p. 10.

do abandono".[255] A argumentação do autor conduzia a uma clara e irrestrita defesa do latifúndio:

> No Brasil ataca-se o proprietário ou latifundiário não porque faça mau uso da sua propriedade, mas pelo simples fato de ser grande proprietário. Nesta campanha está disfarçado o ódio contra a propriedade e contra o seu proprietário, há nela muito de socialismo e muito mais de comunismo, posto que **no nosso país, nunca se fez, até hoje, mau exercício da propriedade**, quer seja ela destinada à borracha, quer à cana, quer ao gado. Nos latifúndios do Brasil sempre o homem se portou decentemente, destinando suas terras ao cultivo de alguma riqueza; de modo que a instituição da grande propriedade nunca foi empecilho ao progresso nacional, nem causa de calamidades sociais. Ao contrário, **o latifúndio tem sido e ainda é, o único método adequado à exploração econômica e ao bem-estar humano de países despovoados**.[256]

Leopoldo Silva sustentava que "*o problema não é de grande ou de pequena propriedade, de minifúndio ou de latifúndio, de proprietário ou de assalariado rural, de poder ou não estender ao campo os benefícios e leis sociais aos trabalhadores rurais. O problema é de profunda organização da vida rural brasileira*".[257] Ainda que a ação política do PRP fosse voltada especialmente ao atendimento das necessidades da pequena propriedade era claramente pautada na defesa irrestrita da propriedade de qualquer tamanho. O desprezo frente aos não proprietários fica evidente na caracterização de Metzler. De acordo com ele, os arrendatários constituíam "*uma classe de agricultores itinerantes que, possivelmente, são mais nocivos à terra que o próprio latifundiário. Arrendam terras e exploram-nas durante três a cinco anos, plantando a cultura que maiores lucros prometem*", enquanto os proletários rurais "*poderiam tornar-se agricultores úteis, se proprietários fossem*", o que dificilmente ocorreria, considerando a avaliação de que "*na situação em que se encontram muitos* ***não saberiam aproveitar a oportunidade: limitar-se-iam a estragar o patrimônio que se lhes confiasse, e depois de tudo esbanjado em vícios e miséria moral, voltariam a sua triste condição anterior, trabalhando, e trabalhando mal, durante dois ou três dias na semana, mas só quando a fome lhes for às entranhas, e quando nada encontram para 'colher' na beira das estradas***".[258] A estas definições pejorativas e preconceituosas, contrapunha-se a conceituação dos pequenos agricultores e criadores: residentes, ligados a sua terra por laços indissolúveis e responsáveis pela sua preservação, já que usariam bons sistemas de

---

[255] RODRIGUES, Félix Contreiras. O problema do latifúndio. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.10.1953, p. 3.
[256] Idem, ibidem.
[257] SILVA, Leopoldo P. À margem da questão agrária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.8.1956, p. 5.
[258] METZLER, Wolfran. Classes rurais brasileiras. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.7.1953, p. 10. Grifo meu.

cultura, conservação e rotação do solo.[259] Era a estes agricultores que deveria se dirigir o maior apoio estatal, como se verifica pelo texto do projeto de Emenda Constitucional apresentado por Metzler:

> O estabelecimento rural, de qualquer área, quando administrado e trabalhado, diretamente, pelo seu proprietário que resida na sede do estabelecimento em caráter permanente e exclusivo, gozará de isenção de todos os tributos federais, estaduais e municipais, inclusive os de transmissão de propriedade intervivos e causa-mortis, relativos à áreas consideradas "Uma Unidade de Subsistência". Cada unidade de subsistência terá a áreas suficiente para proporcionar os meios de vida a uma família, mediante a prática de atividade rural cuidadosa, de caráter normal e permanente, visando a defesa da terra e a continuidade da sua produtividade cabendo à lei federal baixar as normas e as regras para uso racional e cuidadoso da terra.
>
> A lei federal fixará as áreas variáveis, que constituem "Uma Unidade de Subsistência" para as diversas regiões do país, considerando:
>
> a) o tipo de cultura e de exploração a que se destina o Estabelecimento Rural;
>
> b) a distância dos centros de consumo ou de exportação, bem como os meios de transporte existente na região;
>
> c) a produtividade natural das terras, desprezadas as melhorias decorrentes do trabalho do seu ocupante.[260]

É interessante observar que o projeto excluía do benefício, além das áreas excedentes ou abandonadas, também "*os estabelecimentos com área inferior à metade da 'Unidade de Subsistência', considerados minifúndios, incapazes de preencher a sua destinação econômica, devendo a autoridade lançadora oferecer ao minifundiário meios para ampliar a área do seu Estabelecimento, sem o que o tributo será cobrado*".[261] Fica evidente aqui a intenção de forçar a incorporação destas micro-propriedades (provavelmente restritas a uma economia de subsistência) ao circuito do capital, ainda que para ampliá-las seus proprietários fossem levados a contrair dívidas. O projeto de Metzler foi subscrito por 86 deputados, dentre os quais importantes lideranças partidárias, como Armando Falcão, Tarso Dutra e Bias Fortes (PSD), Fernando Ferrari (PTB), Magalhães Pinto (UDN), Raul Pilla (PL) e Arruda Câmara (PDC), mas não foi aprovado. O deputado Luis Compagnoni (PRP-RS) apresentou outro projeto, isentando "*o pequeno produtor rural, proprietário ou não, das obrigações contidas na Lei*", o que possibilitaria "*salvar a pequena propriedade rural*"*:*

> O objetivo da emenda do PRP é salvar a pequena propriedade rural. Devemos atentar para o fato de existirem, só no Sul do País, mais de 800.000 propriedades rurais, com áreas

[259] Idem, ibidem.
[260] Pelo reerguimento da agricultura nacional. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.7.1953, p. 1 e 8.
[261] Idem, ibidem.

> que oscilam até 50 hectares, cultivadas pelos respectivos proprietários com suas famílias. Obrigar esses pequenos proprietários aos mesmos deveres dos grandes proprietários rurais, muitas vezes latifundiários, seria golpear seriamente a própria instituição da pequena propriedade, fundamento poderoso da liberdade pessoal. O pequeno proprietário rural é um proletário [sic], na acepção mais extensa deste vocábulo, porque vive do seu trabalho diário, depende dele para se sustentar e à sua própria família.[262]

O projeto de Compagnoni chegou a ser aprovado pela Comissão de Legislação Agrária, mas, assim como o de Metzler, não logrou aprovação pela Câmara. Todos os projetos apresentados pelo PRP no parlamento visavam fortalecer a pequena propriedade, o que marcava também sua concepção de reforma agrária, cuja finalidade deveria ser "*facilitar aos trabalhadores do campo e das cidades a aquisição da propriedade familiar*", ou seja, "*uma reforma agrária que propicie ao homem do campo a aquisição de sua própria gleba, disseminando a pequena propriedade agrícola*".[263] Tal concepção foi sistematizada, em 1963, com o projeto de Reforma Agrária, apresentado coletivamente pela Bancada do PRP, cujo objetivo seria "*a mais justa distribuição e o melhor aproveitamento da terra e da renda, de forma a garantir ao homem rurícola condições de vida digna e à Nação e o aproveitamento integral de todas as suas forças no sentido de um desenvolvimento harmonioso*".[264] O projeto visava uma "reforma agrária" capitalista, estabelecendo que a distribuição de terras "*será feita mediante compra e venda, podendo o pagamento ser efetuado à vista ou em prestações*", "*mediante programa prévio de colonização*".[265] Sua finalidade principal era "*a criação de unidades agrícolas de tipo familiar*", entendida como propriedade "*explorada pessoalmente pelo agricultor e sua família, admitida a participação não preponderante do trabalho assalariado*".[266] A reforma deveria ser feita prioritariamente com terras da União, mas abria-se a possibilidade de "*desapropriação por interesse social*" de latifúndios, entendidos como "*grande área de terras desapropriadas por omissão, negligência, incapacidade ou intuitos* [sic] *de especulações de seu proprietário*".[267] No entanto, eram estabelecidas várias exceções:

> Art. 41. Não se considera latifúndio:
>
> I - a área de terras sem meios de comunicação rodoviária, fluvial ou marítima;

---

[262] Vitória do PRP na bancada federal. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.8.1956, p. 4.
[263] Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).
[264] SALGADO, Plínio. Projeto 277/1963: Nova estrutura agropecuária no País, 9.5.1963. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 645-665, p. 647.
[265] Idem, ibidem, p. 651.
[266] Idem, ibidem, p. 651.
[267] Idem, ibidem, p. 653.

> II - as áreas de terras em regiões áridas, com manchas de solo fértil, desde que as partes improdutivas não se tenham beneficiado de obras governamentais contra secas e melhoria das suas condições pelos recursos de assistência técnica e outros previstos na presente lei
>
> III - as áreas destinadas à criação de gado, respeitado o índice de utilização por cabeça hectare, na proporção estabelecida pelo órgão competente, atendidas as peculiaridades regionais; e
>
> IV - as áreas de terras destinadas a certos tipos de lavoura que as tornariam antieconômicas em pequena ou média propriedade.[268]

Em outro projeto complementar, os integralistas propunham a criação de um "Fundo Nacional para a Reforma Agrária", visando a "*provisão dos recursos necessárias à execução do plano nacional de desapropriações de terras na zona rural do País, objetivando a realização da reforma agrária*", o qual seria constituído com a tomada de uma série de "empréstimos compulsórios" por um período de cinco anos.[269] A partir de então, esperava-se que a reforma agrária se tornasse financeiramente sustentável nos moldes capitalistas em que era proposta.

Salgado enviou o projeto à Confederação Rural Brasileira, afirmando que "*é o único projeto de verdadeira renovação da estrutura agrária do País, sem necessidade de reforma da Constituição*", e solicitando seu apoio: "*Entendo justo receber desta entidade uma palavra ajuizando nossa proposição (que tem sido objeto de incontido entusiasmo dos lavradores de Minas e São Paulo), para que tenhamos estímulo no prosseguimento dos nossos esforços no sentido de dar orientação sensata no momentoso problema*".[270] Um mês depois recebeu relato de uma militante integralista que integrava a direção da entidade, informando que o projeto foi discutido em reunião de sua diretoria:

> O relator declarou que, embora o Projeto fosse dos melhores, continha dispositivos aos quais fazia restrições, pelo que oficialmente a CRB não lhe podia dar apoio. Tendo em vista esta decisão, José [José Peres, presidente da CRB] se propõe a distribuir seu projeto a todas as federações Rurais (cerca de 30), pedindo que o examinem e, em caso de

---

[268] Idem, ibidem, p. 653.

[269] SALGADO, Plínio. Projeto 486/1963: Cria Fundo Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências, 14.6.1963. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 667-669, p. 667. Os empréstimos compulsórios seriam: adicional de 10% sobre o imposto de renda pessoas de físicas; de 20% sobre o de pessoas jurídicas; de 10% sobre o montante dos depósitos obrigatórios dos bancos; de 10% sobre contratos do DNER; de 10% sobre montante bruto de apostas nas corridas de cavalo, e de 20% sobre os prêmios pagos aos proprietários dos cavalos.

[270] Correspondência de Plínio Salgado à Confederação Rural Brasileira, 20.5.1963 (APHRC-Pprp 63.05.20). O projeto previa a participação de um representante da CRB na Junta Administrativa que administraria o Fundo Nacional para a Reforma Agrária, ao lado de representantes dos ministérios da Fazenda e Agricultura, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Economia.

> aprová-lo, se dirijam às associações rurais recomendando que telegrafem aos deputados de seus Municípios, concitando-os a lhe darem o apoio de que necessita.[271]

A atenção dada pela entidade ruralista, sob a forma de apoio velado ao projeto, estimulou Salgado a buscar novos apoios dentre os latifundiários, o que era necessário para que sua tramitação fosse exitosa, tendo em vista o reduzido poder de pressão dos pequenos proprietários rurais. Segundo Salgado, o projeto "*foi lido perante uma centena de fazendeiros de Minas Gerais reunidos em Brasília*", os quais teriam se manifestado através de "entusiásticos aplausos".[272] A não aprovação do projeto, no entanto, não deve levar a que se conclua que a iniciativa foi fracassada, pois além de servir à propagação do integralismo, o projeto do PRP, assim como outros projetos apresentados por oposicionistas, cumpriu uma função política relevante, antagonizando-se ao projeto de reforma agrária apresentado pelo PTB e defendido pelo presidente João Goulart, como evidencia uma Nota da Bancada do PRP:

> O Partido de Representação Popular, convencido de que a demagogia esquerdista, que hoje impera no País, visa levar as populações brasileiras à maior miséria pela desorganização total da agricultura, sob pretexto de uma reforma agrária que não cogita de nenhum problema da vida rural, resolveu, numa hora em que a grande massa populacional verifica decepcionada a transigência das elites dirigentes, apresentar um projeto de lei que objetiva a elevação dos índices da produção, enriquecimento nacional e solução definitiva do problema da miséria e da fome, que os agitadores não desejam resolver, pretendendo apenas, explorar a boa fé dos infelizes e destruir os fundamentos econômicos da Nação. A Bancada do PRP na Câmara Federal decidiu empunhar, numa hora de indefinições e fraquezas, a bandeira sagrada da Pátria, ameaçada por todas as formas de opressão. O projeto de lei apresentado com coragem pela Bancada do PRP visa resolver sem reforma constitucional a questão dos marginais e dos "sem-terra", encarando, antes de tudo, o que concerne ao "econômico", sem o que não se poderá resolver o problema social. Criar riquezas e não socializar a miséria, eis o objetivo do nosso partido. (...).[273]

Em 1964, já no contexto da ditadura militar, os integralistas voltaram a manifestar sua concepção agrária, desta vez opondo-se à reforma constitucional imposta pelos militares, considerando-a uma reedição do projeto defendido por Goulart. Em outubro daquele ano, Salgado e Abel Rafael participaram de um Ato Público promovido pela Federação da Agricultura de Minas Gerais contra a reforma constitucional, e Salgado "*declarou ter recebido da Liga Feminina Independente de São Paulo, entidade que pôs nas ruas um milhão de brasileiros na Marcha por Deus, Família e Liberdade, um ofício*

---

[271] Correspondência de Nilza Resende a Plínio Salgado, 18.06.1963 (APHRC-Pprp 63.06.18/13).
[272] SALGADO, Plínio. A verdadeira reforma agrária. *Diário de Notícias*, Salvador, s./d. (APHRC-FPS 114.004.REC 63).
[273] Nota da Bancada do PRP, s./d. (APHRC-FPS 014.006.014).

longo e enérgico, comunicando que novamente as mulheres paulistas irão lançar-se em nova campanha contra a reforma constitucional para a reforma agrária", acrescentando que "*não se fez uma revolução para substituir homens e conservar as mesmas idéias, e por isso respondia aos lavradores de Minas o que respondera às senhoras do Estado Bandeirante, isto é, que tanto ele como sua Bancada na Câmara Federal estariam solidários com os agricultores de Minas*".[274] A mobilização da "Liga Feminina Independente" não avançou, e a Emenda Constitucional foi aprovada no mês seguinte, mas a Bancada do PRP declarou que "*seus parlamentares votaram contra a reforma constitucional para os efeitos da reforma agrária, constante da mensagem presidencial, pois tendo rejeitado a proposição de João Goulart, não se sentiriam dignos de respeito de seus concidadãos votando agora a favor, só porque ela veio endossada pelo governo Castelo Branco*".[275]

Nos diferentes momentos, o projeto agrário do PRP manteve suas características centrais: a defesa incondicional do "direito de propriedade", a oposição a extensão dos direitos trabalhistas ao campo e à sindicalização rural e a defesa da pequena propriedade rural sem que isto implicasse em oposição ao latifúndio.

9.8 A política externa do PRP

A política exterior propugnada pelos integralistas era inteiramente marcada pelo anticomunismo, e desdobrava-se em três aspectos centrais: a defesa do rompimento com os países "socialistas" ou oposição ao reatamento com os mesmos; a apoio decidido aos regimes ditatoriais ibéricos conduzidos por Franco e Salazar; e a defesa do reconhecimento da liderança dos Estados Unidos no "bloco ocidental", em oposição ao mundo comunista.

9.8.1 A defesa do rompimento com os países "socialistas"

A oposição ao reatamento com os países "socialistas", em particular a União Soviética, converteu-se em uma das principais campanhas públicas desenvolvidas pelo integralismo, no contexto da "política externa independente" desenvolvida durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, como discutimos nos capítulos 8 e 9. Esta política permeou toda a trajetória do PRP. Poucos meses após a fundação do partido, o

[274] Reforma Agrária: Movimento em Minas e São Paulo contra reforma constitucional e agravamento de impostos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, outubro 1964, p. 7.
[275] Reforma Agrária. *A Marcha*, Rio de Janeiro, nov./dez. 1964, p. 7.

Diretório Nacional denunciava supostas "*agressões a diplomata brasileiro por funcionários soviéticos*", propondo a retirada imediata da representação brasileira em Moscou e rompimento de relações com a União Soviética, para o que teria realizado comícios no Rio de Janeiro.[276] Sob o pretexto desta suposta agressão, Dutra efetivamente rompeu relações com a União Soviética, o que estimulou os integralistas a defender uma política ainda mais agressiva, defendendo uma ação militar da ONU para a derrubada dos governos dos países do leste europeu argumentando que "*o bolchevismo instituiu simulacros de democracia, erigindo governos de tipo 'quisling', exatamente como o fazia o nazismo nos países que conquistava*".[277] Defendia-se, além disso, a expulsão da União Soviética da ONU, considerada como "*Nação mais antidemocrática do mundo*".[278] De mesma forma, Salgado defendia uma invasão militar na China para a derrubada do governo revolucionário: "*Aceitar o fato consumado chinês é proclamar ao mundo que os princípios morais estão falidos. É fazer tábua rasa de tudo o que exprime os valores do espírito. É abolir a democracia, baseada no voto livre dos cidadãos, substituindo-a pela guerra civil animada por uma potência estrangeira*".[279] Em 1953, a XI Convenção Nacional do PRP preconizava "*o rompimento das nossas relações comerciais e diplomáticas com a Polônia e a Tchecoslováquia*".[280]

A presença de representações diplomáticas de países "socialistas" era apontada como grande risco, pois daria cobertura legal a supostos espiões e agentes revolucionários:

> Primeiro, o nazismo russo [sic] exerce uma propaganda doutrinária de mentiras e embustes; depois, organiza um partido no país alheio; em seguida, estrutura ali uma teia de organizações de sabotagens e guerra civil, para o que envia técnicos misteriosos e ocultos; quando esse exército clandestino está pronto para entrar em ação, começam a entrar armamentos contrabandeados facilmente por um sistema de infiltração e dominação dos postos-chave da polícia da Pátria vítima do assalto; a esse tempo estão contaminadas as classes armadas da Nação visada, e a guerra, tipicamente internacional, adquire um aspecto de guerra civil interna.[281]

No início do governo Jânio Quadros, a possibilidade concreta de reatamento de relações com a União Soviética mobilizava os integralistas. Salgado anunciou ter

---

[276] Telegrama de Hermes Barcellos aos Diretórios Regionais, 22.1.1946 (CDAIBPRP - Correspondências do Diretório Nacional ao Diretório Regional)
[277] Não só o Brasil, mas todas as outras nações do Novo Mundo estão ameaçadas pelo totalitarismo soviético. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 5.
[278] SALGADO, Plínio. Coisas espantosas. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 20.1.1949, p. 1 e 8.
[279] SALGADO, *O ritmo da história*, op. cit., p. 77.
[280] XI Convenção Nacional do PRP: Moções aprovadas, 11.12.1953 (CDAIBPRP: Documentação das convenções nacionais).
[281] SALGADO, Plínio. *A paz e a guerra. Idade Nova*, Rio de Janeiro. 16.2.1950, p. 1 e 6.

organizado "*um vasto dossiê, documentando com provas e documentos irrefutáveis, em que consistem as representações da União Soviética como focos de espionagem e de fomento de revoluções nos países onde são credenciadas*".[282] De acordo com ele, "*sob o pretexto de trocas no terreno comercial, sofreríamos o inevitável impacto da propaganda política de doutrina subversiva e anticristã*".[283] O "Chefe" integralista criticava "*o silêncio de grandes partidos*" frente à proposta de restabelecimento de relações com a União Soviética e tecia um quadro ameaçador: "*Que jamais se diga – quando perturbações internas acontecimento funestos sobrevierem como conseqüência da incúria de nossos homens públicos – que jamais se diga não ter havido alguma voz que se levantasse e alertasse as forças vivas da Nacionalidade*".[284] O recurso à interpelação direta era muito utilizado por ele, como exemplifica um pronunciamento seu no programa radiofônico, no qual ameaçava seus ouvintes: "*Se em conseqüência da vossa omissão, a política exterior do Brasil tomar esse rumo, e se, como resultado, tiveres dias amargos e sangrentos em nossa Pátria, pelo menos não podereis dizer que ninguém vos avisou*".[285] Tais proclamações pretendiam assustar e mobilizar o público, mas visavam reservar ao PRP, e a Salgado em particular, a primazia do "combate ao comunismo", criticando a "omissão" dos demais partidos e construindo sempre um cenário assustador.

9.8.2 Salazarismo e apoio ao colonialismo português

Durante o período em que esteve no exílio em Portugal, Salgado estabeleceu vínculos com integrantes do governo português, e com o próprio ditador Oliveira Salazar, os quais foram mantidos após seu retorno. Em 1948, por exemplo, Salgado enviou a Salazar uma carta de apresentação do integralista Alfredo Egídio de Souza Aranha, na qual recordava "*as gentilezas de que fui objeto por parte de V. Excia. durante a minha estada em Portugal*", e solicitava "*o seu benévolo acolhimento e bondosa atenção para esse amigo que, por velhas relações afetuosas, é como se fosse a minha própria pessoa*".[286] No mesmo ano, Salgado recebeu gratuitamente uma passagem de ida e volta do Rio de Janeiro

---

[282] Relações diplomáticas contra a Rússia Soviética. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.2.1961, p. 1.
[283] Inquérito Vida Doméstica. Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. Original Datilografado (APHRC-FPS 011.004.008).
[284] O Império Soviético. Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados, 4.7.1961 (APHRC-FPS 007.004.002).
[285] Comunismo: dias amargos e sangrentos para o País. Palestra Radiofônica de Plínio Salgado, julho de 1961. Apud Circular XV do Diretório Regional do PRP do Rio Grande do Sul, 21.8.1961 (CDAIBPRP).
[286] Correspondência de Plínio Salgado a Antonio de Oliveira Salazar, 1948 (APHRC-Pprp 00.00.48/10).

a Lisboa, ofertada pela Companhia Colonial de Navegação, estatal portuguesa.[287] Em 1962, Salgado foi recebido por Salazar, e declarou que "*quando se está com o Prof. Salazar apreende-se muito. Durante o nosso encontro abordamos diversos problemas, tanto nacionais como internacionais, e examinamos a expansão do mundo* [sic] *e as correntes que hoje predominam. E, como sempre, levo a lembrança da melhor clarividência e do equilíbrio de Salazar, **que considero um dos maiores estadistas do nosso tempo***".[288]

Os vínculos com a ditadura portuguesa se refletiram também em uma explícita lusofilia, incorporada como elemento central na política externa defendida pelo PRP. Já o programa partidário de 1946 propugnava pela "*continuação e fortalecimento de uma obra de efetivo intercâmbio com a Nação Portuguesa e seu Império, tendo em vista que **a História do Brasil não principia apenas com a Descoberta de Cabral, mas tem seu início desde o século XII**, sendo o período que vai desse século ao XVI, a fase de formação de uma língua, de uma consciência jurídica e religiosa e de um tipo de civilização comum aos dois povos*".[289] Salgado criticava os historiadores que ensinavam "*a História do Brasil com o demarcar do seu início no ano de 1500*", sustentando que "*isto significa que nós alienamos, entregamos ao povo português, quatro séculos de História anterior, que nos prendem a raízes ibéricas e mais longe ainda, às raízes latinas e gregas de que proviemos*".[290]

A relação com Portugal, no entanto, não se restringia à reivindicação da "História comum", mas tinha derivações diretamente políticas bastante claras, evidenciadas no apoio à ditadura portuguesa e a sua política colonialista. Os elogios a Salazar eram recorrentes. Salgado afirmava que "*ele fez de Portugal uma nação economicamente forte, financeiramente moralizada e sadia, politicamente digna entre os outros povos*", e que seu governo "*se baseia na ordem, no respeito à lei e no senso de responsabilidade*".[291] Para ele, Portugal estaria "*evoluindo para a forma definitiva do Estado Corporativo: foram organizados os sindicatos, os grêmios e as casas do povo, dando-se dessa maneira à Nação Portuguesa uma estrutura sólida. A nova Constituição pôs seu fundamento na*

[287] Correspondência de Plínio Salgado a Bernardino Alves Corrêa, 11.11.1948 (APHRC-C 11.11.48/1). A passagem recebida viabilizou a ida de Salgado às Conversações Católicas de San Sebástian, na Espanha.
[288] Com Salazar apreende-se muito. *Diário da Manhã*, Lisboa, 16.5.1962 (APHRC-FPS 114.003.REC 1962). Grifo meu.
[289] PARTIDO de Representação Popular, *Carta de Princípios e Programa*, op. cit., p. 56. Grifo meu.
[290] SALGADO, *Palestras com o Povo*, op. cit., p. 70.
[291] Plínio Salgado, a Revista Visão e os Centros Culturais da Juventude, *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.3.1954, p. 3, 14 e 15.

Família e no Município. Restaurou-se em Portugal o sentido histórico da sua existência".[292] *A Marcha* publicava com destaque em sua capa que "*as mulheres de Portugal não esquecem que Salazar representa para o país a garantia de um presente seguro e tranqüilo e de um devir promissor para seus filhos. Aproveitam, portanto, todas as ocasiões para demonstrar ao Presidente de Conselho a sua gratidão e o carinho que lhes merece a figura venerada do homem que tornou possíveis 33 anos de paz total para o País*".[293] Os elogios a Salazar eram muitas vezes acompanhados de apreciações positivas em relação ao General Franco, ditador espanhol. Na eleição de 1955, um panfleto da campanha de Plínio Salgado dirigido aos "Trabalhadores", citava Portugal, Espanha e Bolívia como exemplos de países nos quais "*hoje os operários estão gozando de um nível de vida muito superior ao nosso, porque colocaram no governo um homem do povo e pelo povo, dando o direito a todos que trabalham de fazer parte da organização governamental e das riquezas da Nação sem exceção de classe*", propondo que os brasileiros imitassem "*esses três povos heróicos*" elegendo Plínio Salgado. A visão integralista transparece em sua descrição de Salazar e Franco:

> Em Portugal, o homem chama-se **Oliveira Salazar**, está governando aquele Nação irmã há 25 anos. Melhorou as finanças do país e do povo; e tudo ali corre bem, todos satisfeitos com seu governo, especialmente os trabalhadores.
>
> Na Espanha, o homem chama-se **General Franco**; venceu uma revolução após 3 anos de luta, isso em 1936; está governando aquela Nação da Europa há 19 anos. Deu nova vida à Espanha e ao seu povo. E tudo ali anda muito bem, estando inclusive exportando Baterias Elétricas para os Estados Unidos [sic] e enorme quantidade de máquinas Diesel para o mundo inteiro. [294]

Em 1949, o jornal integralista *Idade Nova* saudava o envio de um embaixador a Madri como "*uma atitude sábia, justa e altiva*", "*uma decisão rica de salutares conseqüências, não só para o futuro das relações entre os dois países irmãos, como ainda para o fortalecimento da frente democrática ocidental*".[295] Salgado avaliava que "*Franco representa um baluarte da defesa do ocidente, uma garantia para os Estados Unidos e a Inglaterra, para os povos democráticos*".[296] O desenvolvimento de uma política comum

---

[292] Plínio Salgado na Casa do Porto. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.6.1956, p. 1 e 5.
[293] [Sem título]. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 18.5.1961, p. 1.
[294] Panfleto "Trabalhadores!" (APHRC-FPS 077.000.000). No caso da Bolívia, o panfleto considerava que o presidente Vitos Paz Estenssoro "*melhorou a situação do seu povo*".
[295] Uma lição da chancelaria brasileira [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 15.9.1949, p. 3.
[296] Plínio Salgado, a Revista Visão e os Centros Culturais da Juventude, *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.3.1954, p. 3, 14 e 15. Curiosamente, Salgado manifestava sua opinião de que a Espanha deveria restaurar a Monarquia: "*Embora o atual regime espanhol não seja o ideal, pois a Espanha tem de ter, por imperativos históricos, índole nacional, missão universal, uma Monarquia baseada no tradicionalismo ibérico, ele*

contra o comunismo e em defesa da "civilização cristã" era o argumento mais utilizado para justificar uma aproximação entre o Brasil e os países ibéricos:

> Neste momento do mundo, além de realizarmos uma política pan-americana de defesa do Hemisfério Ocidental, temos a necessidade de nos ligarmos à Ibéria, à Espanha e a Portugal, baluartes da Civilização cristã, que passaram imunes na última guerra, pela sabedoria de seus estadistas, para serem, talvez, a cabeça de ponte da liberdade do Novo Mundo, na época em que se desencadeia, do Oriente para o Ocidente, a onda tremenda de escravidão, que pretende avassalar direitos e dignidade do homem com a ereção dos Estados totalitários, soviéticos e comunistas.[297]

O apoio integralista à ditadura portuguesa também se manifestava na justificação de sua política colonialista. Em 1954, Salgado protestava contra a ocupação de Goa pela Índia, reivindicando o direito de Portugal sobre a ilha. Para Salgado, "*o problema de Goa não é um problema exclusivamente português, ou lusíada, incluindo neste termo o Brasil como pertencente à grande família humana com raízes na península ibérica*", mas, ao contrário, indicaria o "*fortalecimento da política do pan-asiatismo, hoje a serviço da expansão comunista*" e em "*gravíssimos prejuízos para o Cristianismo, de que Goa é um baluarte no Oriente, e os lucros conseqüentes para o comunismo russo*".[298] Salgado participou de uma manifestação em defesa do "direito" de Portugal ao território de Goa, conforme relato de *A Marcha*:

> Com a finalidade de protestar contra a agressão dos comunistas hindus comandados pelo pseudo-pacifista Pandit Nehru, as Associações Portuguesas desta capital convocaram uma grandiosa manifestação popular de brasileiros e portugueses para a tarde de sexta-feira última, no Gabinete Português de Leitura. (...) Vai à tribuna, entre o estrugir dos aplausos, o Senhor Plínio Salgado, e**specialmente convidado pela Comissão Organizadora da cerimônia.** A oração do eminente escritor e líder nacionalista refere-se ao plano de conquista do mundo elaborado e iniciado por Lenine. (...) **Toda a sessão foi transmitida pelas Rádios Globo, Continental, Nacional e retransmitida pela Rádio Nacional de Lisboa para todo Mundo, tendo sido instalados alto-falantes nas grandes cidades de Moçambique, Angola, Goa, Timor e Macau**.[299]

Na década de 1960, a guerra de libertação de Angola levava a política colonialista portuguesa a um crescente isolamento. Mesmo assim, Salgado a defendia integralmente, inclusive negando seu caráter colonialista: "*Confundem, muitas pessoas pouco afeitas a*

---

representa uma solução para este momento, isto é, enquanto o mundo estiver ameaçado pela tirania totalitária, pela ditadura sangrenta da Rússia Soviética. Quando o mundo estiver livre da pesada ameaça comunista, penso que a Espanha poderá e deverá evoluir no sentido de um sistema de governo baseado nas suas tradições históricas".

[297] SALGADO, Plínio. Viagem do Presidente da República a Portugal, 23.10.1959. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 318.

[298] Entrevista concedida por Plínio Salgado, s./d. (APHRC-FPS 011.003.007).

[299] O mundo lusíada protesta contra a agressão comunista de Nehru. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.8.1954, p. 1 e 11. Grifos meus.

estudos sérios, os problemas ultramarinos de Portugal, com o colonialismo dos que conquistaram as colônias apenas no século passado. Esquece-se que estamos [sic] *lá há quase cinco séculos. (...) Portugal não escraviza as nações da África, como dizem os influenciados pela propaganda comunista*".[300] Para ele, deveria diferenciar-se "colonialismo evolutivo" de "colonialismo involutivo", definindo que no primeiro caso "*uma nação civilizada chega a uma terra selvagem, inexplorada economicamente, com um povo em plena barbaria, coloniza e cria fontes de produção*", o que seria o caso de todas as colônias portuguesas.[301] O jornal *A Marcha* sustentava que "*a disposição da gente portuguesa de não permitir a mutilação de seu território, pelos agentes do comunismo internacional, tem merecido o apoio de todos os povos livres, que acompanham a luta do país irmão em Angola, onde uma horda assassina ataca localidades indefesas e provoca a destruição de um patrimônio construído à custa do pioneirismo e do sacrifício dos portugueses naquela província ultramarina*".[302] O Brasil, como "*filho único de Portugal*", teria a "*responsabilidade de estar ao lado de nosso Pai*", pois Portugal seria "*a Pátria de minha Pátria*".[303]

O apoio às ditaduras ibéricas e à política colonialista da ditadura salazarista se manteve durante toda a trajetória do PRP, mesmo em momentos nos quais a sustentação desta posição tornava-se politicamente difícil. Nestas situações, o anticomunismo era fartamente utilizado para neutralizar os argumentos em contrário. Com esta política, os integralistas lograram manter vínculos orgânicos com o governo português e com grupos de portugueses residentes no Brasil e alinhados com a ditadura, tornando possível que participassem inclusive de manifestações públicas, com grande repercussão na imprensa.

9.8.3 Americanismo e subordinação ao "Bloco Ocidental"

O terceiro elemento central da política externa integralista era a defesa de um alinhamento aos Estados Unidos, considerado como "líder natural" do bloco de países do "mundo ocidental e cristão" oposto ao "mundo comunista". O programa partidário defendia "*a objetivação de uma política de confraternização americana, baseada nos*

---

[300] SALGADO, Plínio. A Unesco e a debilidade do mundo atual. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 358-375, p. 373.
[301] Discurso pronunciado por Plínio Salgado na Câmara dos Deputados, 1.12.1963 (APHRC-FPS 007.001.005).
[302] Angola é terra de Portugal. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.8.1961, p. 1.
[303] Discurso pronunciado por Plínio Salgado na Câmara dos Deputados, 1.12.1963 (APHRC-FPS 007.001.005).

fatores comuns de formação histórica, na identidade dos interesses de defesa recíproca e de defesa do hemisfério, nas aspirações da consciência jurídica do novo mundo",[304] consubstanciada na "*conciliação da política exterior brasileira com a dos Estados Unidos da América, hoje empenhados na consolidação da paz mundial e na defesa do nosso hemisfério, contra novas formas de imperialismo totalitário*".[305] Em 1946, ainda no exílio em Portugal, Salgado definia a posição do PRP: "*Devemos sustentar o princípio político da nossa* ***indestrutível aliança com os nossos irmãos yankees****, pois dessa aliança depende não somente a salvação do continente, como do mundo inteiro*".[306] Este princípio conduzia a uma inequívoca subordinação aos interesses estadunidenses. Em 1953, o PRP defendeu vigorosamente o acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Para *A Marcha*, "*o acordo Brasil-Estados Unidos visa defender o Hemisfério e particularmente nossa Pátria, contra um regime que é opressivo, sanguinário, tirânico*".[307] A declaração de voto da Bancada do PRP na Câmara sustentava que o acordo traria "*armas ao Brasil para enfrentar o inimigo externo* ***e interno****, seria mais uma arma para o fortalecimento do mundo ocidental contra a agressão que considera iminente, desfechada por esta nação satânica que é a Rússia Bolchevista*".[308] No mesmo ano, ainda, os integralistas apoiaram a proposta do ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo, de realização de "*uma reunião de Ministros das Relações Exteriores de todas as Repúblicas Americanas para formular um programa anticomunista*".[309] Em 1957, o deputado federal Loureiro Júnior (PRP-SP) defendeu a instalação de uma base militar estadunidense no território de Fernando de Noronha, sustentando que não havia sequer necessidade de tramitação no Congresso, já que a medida estaria prevista no Acordo Militar.[310] Em 1965, a invasão americana na República Dominicana foi entusiasticamente apoiada pelo PRP, e coube a Salgado a defesa do envio de tropas brasileiras em apoio aos Estados Unidos: "*Devemos mandar tropas? Que as mandemos! Disse ilustre orador que não temos obrigação. Realmente, não temos obrigação. Temos interesse em mandar, para defender a liberdade dos povos do Novo Mundo, para não sermos omissos e covardes, para evitar as grandes*

---

[304] PARTIDO de Representação Popular, *Carta de Princípios e Programa*, op. cit., p. 55.56.
[305] Idem, ibidem, p. 57-58.
[306] Correspondência de Plínio Salgado a Raimundo Padilha, 19.2.1946 (APHRC-Pi 19.02.46/2). Grifo meu.
[307] O acordo Brasil Estados Unidos e a hipocrisia comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 1 e 10.
[308] O acordo Brasil – Estados Unidos. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1953, p. 12. Grifo meu.
[309] Trujillo propõe a União das Américas contra o comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.3.1953, p. 3.
[310] Loureiro Júnior sobre Fernando de Noronha. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 25.1.1957, p. 1.

desgraças futuras, cortando o mal pela raiz".[311] As diferentes manifestações dos integralistas evidenciam que durante toda sua trajetória, o PRP defendeu sistematicamente o alinhamento com os Estados Unidos, muitas vezes defendendo uma clara subordinação àquele país e sempre utilizando como pretexto o combate ao comunismo.

9.9 O anticomunismo como eixo articulador do projeto partidário

9.9.1 A construção do perigo comunista

Durante todo o período de existência do PRP, e utilizando-se dos mais diversos instrumentos, os integralistas buscaram sistematicamente a construção do "perigo comunista", associando o comunismo a imagens negativas e apontando sempre a iminência da "revolução comunista".[312] Os argumentos utilizados, de maneira geral, retomavam os mesmos elementos já desenvolvidos pelos integralistas nos anos 30 para a disseminação do anticomunismo, dentre os quais destaca-se a qualificação do comunismo como instigador do ódio e da luta de classes, as críticas ao seu "materialismo" e "antiespiritualismo", e seu caráter internacional. Outros argumentos buscavam uma adaptação ao novo contexto político do pós-guerra, em particular a tentativa de associação entre o comunismo e o nazismo, com a propagação do termo "nazismo russo", a partir da tese de que ambos os movimentos provinham de uma mesma fonte, a "revolta materialista contra o espírito".[313]

A responsabilização do comunismo por "instigar" o ódio entre as classes já estava presente em um dos primeiros programas radiofônicos do PRP, ainda em 1945: "*O comunismo não é fraternidade: é inversão do ódio entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane Deus da alma e das reivindicações do povo. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã*".[314] Ao mesmo tempo, a caracterização de um hipotético Estado Comunista futuro visava disseminar o medo e mobilizar a reação anticomunista, como se percebe em outro programa radiofônico da mesma semana:

---

[311] SALGADO, Plínio. Autodeterminação dos povos e a remessa de tropas para a República Dominicana, 18.5.1965. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 434-438, p. 437.
[312] Para uma discussão mais minuciosa dos diferentes argumentos utilizados pelos integralistas, ver CALIL, op. cit., p. 285-306 (As razões do anticomunismo) e p. 311-327 (Um perigo comunista iminente). Alguns documentos citados naquele trabalho são reproduzidos nesta seção.
[313] Outros pontos da identidade entre comunismo e nazismo seriam a "ambição de mando" a "intolerância totalitária", e a "hipertrofia estatal. Ver a respeito "A denúncia de um totalitarismo nazi-comunista". In: CALIL, op. cit., p. 300-303.
[314] Programa Radiofônico do PRP, 26.11.1945. Rádio Vera Cruz (APHRC-FPS 008.001.007).

> Não tenhamos ilusões com o nosso futuro sob o Estado Comunista. A doutrina e os homens que a sustentam nos dizem tudo sobre o que será de nós. A liberdade será extinta, o homem será mecanizado. O homem não terá mais valor como homem, senão como um número na massa. Desgraçado do Brasil. Mal intencionados e analfabetos, os comunistas não sentem escrúpulos em nos impor uma bandeira estrangeira. Isto é uma afronta e uma traição ao Brasil. Mas ninguém se apercebe disto! Vemos as chefias comunistas nas mãos de indivíduos despidos de dignidade, porque não se aponta um que não seja falho de moral. O roubo, o assassínio, o despudor, o adultério estão procurando justificar-se com o comunismo. Os políticos liberais deblateram discussões estéreis em torno de rivalidades tolas, enquanto a massa analfabeta está sendo explorada e envenenada por uma doutrinação de ódios, de vingança e de saque. Os comunistas são capazes de todos os cinismos e de todas as mentiras, logrando êxito no conceito dos ignorantes que predominam e dos mal intencionados que superabundam. O pão dos trabalhadores será sempre amassado com o sangue da opressão, porque desgraçadamente seremos nós, os trabalhadores, que mais sofremos no Estado Comunista. Este é um adeus à nossa querida e infeliz bandeira! Olhemo-la, agora, nos derradeiros instantes em que drapeja agonizante sob os céus desta infeliz Nação, que teve tão negro destino. Ela não será mais o nosso amado símbolo. Passará aos museus bolchevistas como curiosidade de um povo que não quis viver a vida digna das Pátrias livres![315]

Para Raymundo Padilha, o objetivo dos comunistas seria o "*acirramento perverso e maligno da luta de classes e a exploração demagógica dos sofrimentos populares*",[316] para atingir "*a demolição da unidade interna, com que cada nação democrática precisa contar nestes árduos tempos*",[317] tornando-a assim vulnerável à revolução comunista. O internacionalismo comunista era permanentemente denunciado, considerando-se o PCB como "*departamento brasileiro de um partido internacional*",[318] do que se concluía que "*em cada comunista há um espião da Rússia e um traidor da Pátria*".[319]

As constantes denúncias de "infiltração comunista" nos mais diversos órgãos governamentais e da sociedade civil permitiam aos integralistas manter o combate ao comunismo sempre em evidência, mesmo nos momentos em que a ação dos comunistas fosse menos visível. Desta forma, a pregação anticomunista deixava de depender diretamente da atuação concreta dos comunistas, pois de acordo com os integralistas, quando ela não era visível, os comunistas estariam deliberadamente se omitindo de intervenção pública para lograrem se "infiltrar" sem serem percebidos. Salgado sustentava que "*a nossa imprensa está minada pelos bolchevistas e pelas suas linhas auxiliares*" e que os partidos políticos estariam "*ou infiltrados pela quinta coluna russa ou inteiramente*

---

[315] Adeus à Bandeira Nacional. Programa Radiofônico do Partido de Representação Popular – Rio Grande do Sul, 28.11.1945. Rádio Farroupilha (CDAIBPRP).
[316] A demissão das elites. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 14.9.1946, p. 8.
[317] A nova exploração bolchevista" [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 7.4.1949, p. 3.
[318] Nosso primeiro dever. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 4.2.1946, p. 1.
[319] Brasileiro, Alerta! Panfleto. (CDAIBPRP).

dominados, em certos casos, por ela. Excetuando o PRP, nenhuma de nossas agremiações partidárias fica isenta da terrível contaminação do vírus moscovita".[320] As denúncias sempre apontavam um quadro de amplo domínio dos comunistas:

> O comunismo está se apoderando das diretorias dos sindicatos, no que é facilitado pela ação política dos partidos e personalidades que com ele firmaram aliança secreta; está dominando a maior parte dos órgãos representativos da classe estudantil; está exercendo uma influência cada vez maior nos círculos literários e artísticos do país; está contaminando os trabalhadores da lavoura e as próprias classes armadas do Brasil. Tudo é resultado de uma propaganda tenaz, sistemática, intensiva e extensiva, que se especializa para cada setor da sociedade brasileira.[321]

Uma característica bastante nítida do anticomunismo integralista foi apontar permanentemente a iminência da vitória comunista, nos mais diferentes momentos e independentemente do grau de organização e mobilização dos comunistas. Seu esforço constante visava manter a "ameaça comunista" sempre presente e sustentar que havia a possibilidade de uma repentina e surpreendente revolução comunista. Em 1952, em sua "Mensagem de Natal" transmitida em programa radiofônico, Salgado anunciava uma iminente vitória comunista:

> Começarei perguntando-lhes se, na verdade, cada um dos ouvintes pode assegurar com toda certeza que este Natal de 1952 não seja o último a celebrar-se, ou pelo menos, o último celebrado em ambiente de relativa tranqüilidade social... (...) Os horizontes do mundo encontram-se turvos e ameaçadores. O ateísmo dogmático e militante, que pela primeira vez surgiu na História da Humanidade sob a forma de propaganda sistematizada, com rigorosa técnica psico-pedagógica e habilíssimas estratégia e tática de ação; esse ateísmo, que deu predominância aos valores materiais em detrimento dos valores espirituais, domina despoticamente cerca de um bilhão de criaturas humanas. (...) Um país que se desintegra dia a dia, para onde irá? O processo é o mesmo adotado com êxito em nações como a China, que acabaram perdendo a sua soberania de fato, é o mesmo que vem solapando muitos povos, e, em particular, a América Latina. (...) E pergunto a cada um dos que me ouvem, e o faço sem ressentimento, mas angustiosa aflição em face do mais triste dos panoramas da confusão e da amoralidade que nosso país nos oferece: que fez você, meu bom amigo, para me ajudar nessa batalha? Porque me deixa sozinho, nessa trincheira, ou com poucos soldados fiéis, a batalhar, dia a dia, noite a noite, pela palavra e pela pena, no sentido do reerguimento magnífico do povo brasileiro?[322]

Em 1954, *A Marcha* afirmava que "*nunca, nem no ano de 1935, quando se deu o levante comunista no quartel do 3º Regimento e na região do nordeste; nem quando a agitação vermelha ganhou novo alento em 1937; nem quando em 1945 os adeptos de Moscou ergueram a bandeira da Constituição com Getúlio, nem quando, elegeram*

---

[320] SALGADO, *Como se prepara uma China*, op. cit., p. 5 e 7.
[321] SALGADO, Plínio. *Doutrina e tática comunista:* noções elementares. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1957, p. 48.
[322] Mensagem de Natal de 1953 (APHRC-FPS 007.004.005).

numerosos deputados e senadores; ***nunca o perigo comunista foi maior que agora***".[323] A representação de um "perigo comunista" era constantemente repetida, mesmo nos momentos em que os comunistas estavam desorganizados ou sem grande respaldo popular, como era o caso do momento em que foi publicado o texto acima, dias após o suicídio de Vargas, quando o PCB encontrava-se bastante isolado, em virtude das posições assumidas contra Vargas, tendo inclusive tido suas sedes apedrejadas durante as manifestações populares. O fundamental para os integralistas era sustentar sempre a "ameaça comunista" em primeiro plano, mantendo seus militantes e seus potenciais eleitores temerosos e mobilizados.

9.9.2 A "missão integralista" no combate ao comunismo

O anticomunismo ocupava posição central na estratégia de mobilização do integralismo. Para isto, era necessário caracterizá-lo como único movimento verdadeiramente eficiente na luta contra o comunismo, criticando os demais partidos e lideranças que se proclamavam anticomunistas e qualificando as propostas deles como insuficientes ou equivocadas. As críticas e denúncias feitas pelos comunistas ao integralismo eram utilizadas como comprovação da suposta primazia do anticomunismo integralista: "*o Partido de Representação Popular tem para recomendar a sua reputação a campanha contra o mesmo, desfechada pela quinta coluna bolchevista. (...) Todo perrepista é completamente imune ao vírus comunista. Daí o ódio implacável que os agentes da bolchevização mundial votam ao Partido de Representação Popular*".[324] Salgado sustentava que "*o comunismo dissolvente vê somente na vitalizadora força do PRP* ***o único adversário capaz de barrar sua marcha*** *no território nacional, e, capaz, mesmo, de destruí-lo doutrinariamente dentro das fronteiras brasileiras*",[325] e complementava que "*se Stálin condenou nosso Partido, é porque ele constitui ainda uma esperança de salvação nacional*".[326] Para o jornal *Reação Brasileira*, os comunistas teriam "*razões suficientes para se sentirem tão furiosos e para detonarem contra o PRP os canhões de grosso calibre dos seus insultos e das suas calúnias, já tão repetidos que não*

[323] Perigo à vista: atenção brasileiros! *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.9.1954, p. 9.
[324] Programa Radiofônico do Partido de Representação Popular, 22.11.1945. Rádio Vera Cruz (APHRC-FPS 008.001.004).
[325] Plínio Salgado falará à Nação. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.10.1946, p. 1. Grifo meu.
[326] SALGADO, *Como se prepara uma China*, op. cit., p. 11.

conseguem nem mesmo impressionar aos incautos".[327] Em 1955, circulou um panfleto assinado pela "Liga de Emancipação Nacional", criticando Salgado e o integralismo, mas pelo seu conteúdo e linguagem utilizada, é possível que a autoria comunista seja forjada:

> Comunista! Socialistas! Simpatizantes do ideal de Marx e Lenine!
>
> **Combatei a candidatura de Plínio Salgado, o único perigo contra a vitória do Socialismo no Brasil e na América Latina**, e o mais perigoso agente da política totalitária e imperialista dos papas Leão XIII e Pio XI e do Cardeal Cerejeira.
>
> Contra o socialismo, que libertou dezenas de Nações do imperialismo ocidental, há **um só perigo: Plínio Salgado e os líderes e agentes do Integralismo**.
>
> Num século de lutas, conquistamos a Europa e a Ásia e doutrinamos todas as Nações do Universo, em vinte e cinco anos venceremos no Mundo.
>
> Abaixo Plínio Salgado e os agentes do Integralismo! (...).[328]

É possível que este panfleto tenha sido produzido pelos próprios integralistas, falsificando a assinatura de uma organização supostamente comunista, para reforçar sua tese de que o integralismo era o grande inimigo dos comunistas. Lembre-se que em 1955 o PCB apoiava a candidatura de Kubitscheck, e sua grande preocupação era combater a candidatura de Juarez Távora, o que torna muito improvável que afirmassem que a candidatura de Salgado era "o único perigo contra a vitória do socialismo". Para o PRP, por sua vez, um panfleto com este teor reforçava seu discurso de primazia anticomunista.

Um recurso muito utilizado pelos integralistas era a acusação de que todos os demais partidos aliavam-se aos comunistas. De acordo com Salgado, "*Esses partidos não possuem vitalidade, estrutura e capacidade para combater o maior dos perigos que ameaça a Nação, o comunismo russo*".[329] A revista integralista *Avante* proclamava que "*o único partido isento de infiltração vermelha é o Partido de Representação Popular, que combate com desassombro o comunismo, onde quer que ele se apresente!*".[330] A análise de Salgado sobre os quatro principais partidos nacionais em 1947 – PTB, PSD, UDN e PR – concluía que eles não reuniriam condições para enfrentar o comunismo:

> Um partido demagógico, ainda vivendo dos restos de calor da ditadura, sob o rótulo de trabalhismo, porém com um sub-rótulo ainda mais expressivo de 'queremismo'. Outros partidos, costurando entre si os regionalismos estaduais. Um outro ainda constituído de elementos que viveram no ostracismo durante a Ditadura e que alimentavam os sonhos de

---

[327] Explosão de ódio e medo nos arraiais do comunismo com o aparecimento do Partido de Representação Popular. *Reação Brasileira*, Rio de Janeiro, 15.11.1945, p. 6.
[328] Comunistas! Socialistas! Simpatizantes do ideal e dos princípios de Marx e Lenine. Comitê da Liga de Emancipação Nacional, 1955 (APHRC-FPS 079.006.010).
[329] SALGADO, Plínio. Brasileiros, meditai comigo! *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 16.3.1950, p. 1 e 6.
[330] Alerta cristãos do Brasil! *Avante*, Ribeirão Preto, n. 2, fev./abr. 1950, p. 48.

> um liberalismo idealista e sentimental. (...). Ainda um quarto partido apareceu com os remanescentes do antigo feudalismo da Primeira República e as figuras de proa de valetudinários estadistas destampados das tumbas de Lázaro de onde vieram enfezados em tiras mumificadoras de prestígio faraônico.[331]

Salgado sustentava que "*nenhum partido (à exceção do Partido de Representação Popular), poderá atirar a primeira pedra sobre qualquer outro. Eles preferiram os pratos de lentilhas de alguns votos a mais do que a honrosa derrota em consonância com os sagrados interesses da Nação*".[332] E contrapunha a estes partidos o PRP, que seria "*a única organização civil capaz de se opor aos russos uma reação nacional na hora precisa*",[333] pois seria o único que jamais realizou aliança com comunistas e socialistas.[334] Sustentava que "*de anticomunistas, o Brasil está cheio, mas poucos são aqueles que aliam esse nobre sentimento de dignidade humana ao conhecimento dos ardis de que se servem os inimigos da Humanidade*".[335] Assim, o fortalecimento do PRP era apresentado como a única possibilidade de barrar o avanço comunista: "*hoje estamos diante de um dilema: ou o Integralismo ganha a frente ou o comunismo impera sobre a face da terra*".[336] O integralista Pedro Laffayete sintetizava este raciocínio: "*O comunismo avança. Os velhos partidos tornam-se impotentes. Resta saber se o PRP poderá ganhar a corrida do tempo. Os dias futuros não serão fáceis*".[337] Após a fundação de entidades extrapartidárias, como os centros culturais de juventude, Salgado considerava toda a estrutura integralista como uma "máquina", cuja finalidade fundamental seria o combate ao comunismo:

> Realizei, de 1949 a 1955, centenas de conferências, em todo o território nacional, que foram verdadeiras aulas sobre a filosofia, a sociologia, a economia, a história, a técnica, a estratégia política e a tática de ação do partido russo. (...) Não me limitei à palavra falada. Fundei o único jornal especializado em assuntos comunistas atualmente existente em nosso país, que é este semanário *A Marcha*, esforço heróico, pelo fato de a maior parte dos anunciantes temer dar ao órgão, ostensivamente anticomunista, suas publicidades, alegando o perigo que corriam de serem sabotados em suas fábricas ou estabelecimentos comerciais pelo grande número de empregados adeptos do credo vermelho. (...) Estão fundados quinhentos e quatro centros culturais no país; em todos eles, além das aulas e das conferências sobre as matérias acima enunciadas, damos cursos de antimarxismo, em

---

[331] SALGADO, Plínio. Narrativa de mil novecentos e...: Capítulo 4: O calvário do Patriotismo. Idade Nova, Rio de Janeiro, 29.1.1947, p. 1.
[332] SALGADO, Plínio. O baile de máscaras. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 20.11.1947, p. 1 e 6.
[333] SALGADO, Plínio. Doutrina e Programa. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 21.7.1949, p. 1 e 6.
[334] "*Entre as normas estabelecidas para a ação política do PRP, uma foi emanada pelo órgão supremo dirigente, autorizando os Diretórios Regionais e os Municipais a entrar, quando entendessem, em acordos ou alianças com os demais partidos brasileiros, menos o Partido Comunista e o Partido Socialista. Com esses nunca fomos e nem iremos às eleições*". SALGADO, *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 79.
[335] O socialismo é a vanguarda do bolchevismo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 27.4.1950, p. 1 e 5.
[336] O dique ao comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.10.1954, p. 1.
[337] LAFAYETTE, Pedro. A missão do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 17.8.1946, p. 1 e 2.

> contraposição aos cursos de marxismo dados nos grêmios comunistas que funcionam no país e cujos programas completos consegui obter. (...) Lancei ao público livros anticomunistas, no sentido contrário das atividades editoriais do partido russo em nosso país, exercida através de cinco empresas editoriais vermelhas, que nunca encontraram oposição dos anticomunistas improvisados de certos partidos em cujas legendas se elegeram elementos de Moscou. (...) Organizei ainda uma pequena elite especializada no conhecimento da técnica e da tática do partido de Moscou e essa realizou pesquisas as mais interessantes, descobrindo a maior teia de espionagem e organização revolucionária secreta em nosso país e na América do Sul, ao mesmo tempo em que, desanimado pela inoperância do Governo, fiz chegar, por intermédio de terceira pessoa, ao conhecimento do Correio da Manhã, farta documentação sobre a entrada no Brasil de contingentes do Exército Vermelho sob a capa de deslocados de guerra. (...) A toda esta máquina por mim montada, com sacrifícios que só Deus sabe, tenho a juntar a ação do partido político que presido. Esse partido é o único (o único, notem bem, porque não excluo nenhum dos outros), que jamais consentiu em sua legenda o ingresso de elementos ainda que de leve suspeitos de pertencerem ou serem simpáticos às hostes moscovitas.[338]

Este discurso era utilizado também visando a eleição de integralistas, como evidencia um "apedido" da campanha de Salgado ao Senado, em 1950:

> É preciso dar força a Plínio Salgado, a fim de que ele possa levantar sua voz poderosa contra o comunismo, na defesa da religião, da Pátria e da família. Não dar o seu voto a Plínio Salgado, neste momento de perigo, significa privar o Brasil do concurso do seu maior e mais inteligente lutador anticomunista! Seria uma traição à família brasileira, às mães de família, aos que querem o Brasil livre do perigo vermelho.[339]

Desta forma, todos os anticomunistas eram interpelados a aderir ao integralismo, sob o argumento de que se não o fizessem estariam facilitando a "vitória do comunismo":

> Se o senhor continuar negando seu apoio a esta grande campanha de doutrinação antibolchevista, estará contribuindo para a vitória do comunismo no Brasil:
> Para a profanação de nossas Igrejas;
> Para a prostituição de nossas Famílias;
> Para a violação de nossas virgens;
> Para que um mar de lodo e sangue esmague a terra brasileira.[340]

Assim, toda a argumentação integralista conduz a uma completa identificação entre o combate ao comunismo e o fortalecimento do próprio movimento integralista, sempre indicado como único capaz de derrotar o comunismo, o que revela uma evidente pretensão de monopolizar o anticomunismo, constituindo-se em "cão de guarda" da ordem vigente.

---

[338] SALGADO, Plínio. O perigo comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.10.1955, p. 1, 6, 7, 10 e 12.
[339] A 5ª coluna comunista está em plena ação (apedido PRP). *Diário de Notícias*, 26.9.1950 (Campanha Eleitoral para Senado Rio Grande do Sul em 1950 – APHRC-FPS 092.002.002).
[340] CLARO, Expedito. *A democracia soviética.* Porto Alegre, Tabajara, 1946, Coleção "Documentos", p. 2.

9.9.3 A receita integralista para o combate ao comunismo

Recorrentemente Salgado buscava diferenciar o anticomunismo integralista das propostas de combate ao comunismo dos demais agentes sociais criticando as tentativas de enfrentar o comunismo utilizando-se exclusivamente da repressão física. Sua proposta, ao menos em tese, era mais ampla, com ênfase em seu projeto de reespiritualização e na imposição de valores que embasassem a rejeição ao comunismo, o que se vincula com sua pretensão mais ampla de conduzir uma "contra-reforma moral e intelectual", como discutimos no capítulo 7. Conforme Salgado: "*Nosso combate ao comunismo não deve se efetivar por meio de violência ou de medidas policiais. Existe um estado psicológico nos comunistas, que deve ser considerado como expressão de um conceito de vida. É uma enfermidade do espírito. Conseqüentemente, devemo-nos esforçar por curá-la opondo doutrina contra doutrina. Uma idéia só se combate com outra idéia*".[341]

As posições assumidas pelo integralismo em relação à cassação do registro legal do PCB foram extremamente ambíguas, mas ilustram sua tentativa de se afirmarem como propositores de um combate "doutrinário" ao comunismo. A Emenda Constitucional que possibilitava a proibição de partidos tidos como "antidemocráticos" foi considerada pelos integralistas "*um atestado de falência das instituições democráticas*" e "*afirmação categórica de que em vista do perigo comunista não pode haver democracia*", seguindo a "*estranha e maquiavélica terapêutica adotada por Vargas, de enfiar no mesmo saco os comunistas e as liberdades públicas*".[342] Goffredo Teles, único deputado constituinte do PRP, opunha-se à proibição do PCB, alegando que "*não se fecha o intelecto humano como se fecha a porta de uma sala*".[343] Logo após a cancelamento do registro do PCB, o Diretório Nacional integralista considerava a medida insuficiente e retomava seu projeto de "contra-reforma moral e intelectual"

> O Partido de Representação Popular respeita e acata a decisão da justiça, mas entende que a salvação do Brasil exige, não só do governo, mas de todos os brasileiros, um profundo exame de consciência, uma revisão completa de atitudes e o reerguimento da alma nacional capaz de sanar os erros do presente e arrancar o nosso povo da apatia, do indiferentismo, da perigosa disponibilidade em que vegeta, pois só assim a nossa Pátria poderá levantar-se afirmando o seu inabalável desejo de sobreviver como Nação independente e digna.[344]

---

[341] SALGADO, Trigésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira e atualidade de seus princípios, 6.4.1962. In: *Discursos Parlamentares*, op. cit., p. 466-485, p. 483.
[342] Democracia em perigo. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 20.7.1946, p. 2.
[343] Fala o deputado Goffredo Silva Telles. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 22.5.1947, p. 2.
[344] Nota do Diretório Nacional do PRP, 19.5.1947 (CDAIBPRP - Documentação do Diretório Nacional).

Os integralistas, porém, rapidamente revisaram sua posição, passando a considerar que "*o registro do partido bolchevista em qualquer país verdadeiramente democrático é nulo de pleno direito porque só pode ser concedido por erro essencial*".[345] Meses depois, voltava a considerar a medida insuficiente, desta vez alegando a "infiltração" dos comunistas nos demais partidos:

> Quando em 1947 o Tribunal Eleitoral declarou nulo o registro do partido russo, certamente que Stálin sorriu em Moscou. No Império do Czar não foi preciso que os bolchevistas constituíssem um partido volumoso e forte para desferir o golpe de Estado. Eles agiam dentro dos próprios partidos democráticos. Assim, nem mesmo após a cassação dos mandatos dos eleitos na legenda vermelha (o que se deu em dezembro de 47), o partido do Kremlin se julgou enfraquecido. Ele tinha deputados e vereadores eleitos nas legendas do PSD, da UDN, do PSP, do PDC, do PSB, do PR, do PL, do PTB, do PST. Só não os tinha no PRP. Mas, que importava aquela exceção? O PRP (Partido de Representação Popular) seria guerreado por eles, comunistas, que disfarçados no convívio de cada um daqueles partidos infiltrados, desencadeariam hábil campanha contra tão inoportunos nacionalistas, que indelicadamente repeliam alianças com os nazistas soviéticos...[346]

Em outras situações, a afirmação de que a medida era "insuficiente" conduzia à defesa de uma repressão mais violenta contra os comunistas, contradizendo a argumentação anteriormente utilizada:

> O Partido Comunista era o termômetro, mas a doença era e continua a ser o próprio comunismo. O termômetro foi quebrado mas o doente continua atacado pelo *morbus* destruidor cuja ação letal se manifesta numa variedade de sintomas que só os entendimentos obtusos não percebem e os espíritos perversos fingem não perceber. (...). Que adiantou fechar o Partido Comunista se o comunismo está aberto? Se não se tomou uma única providência para expungir o Brasil dos focos de infecção, notoriamente conhecidos? **Não constituiu uma falta de caridade cristã deixar que milhares de brasileiros sejam envenenados por esses micróbios do bolchevismo, para depois agirem com violência policial contra os pobres doentes?**[347]

As contradições discursivas dos integralistas se acentuaram em 1950, quando o jornal *Idade Nova* afirmou, em editorial, que "*à medida com que correm os dias, verifica-se a sabedoria com que agiu a justiça brasileira, ao colocar fora da lei o Partido Comunista em nosso país*".[348] Em 1953, Salgado considerava "*indiferente que o Partido exista na legalidade ou fora da legalidade, já que a parte verdadeira, que é a parte secreta, fica por baixo, subterraneamente trabalhando*", com o que "*um dia, quando menos esperarmos, dar-se-á um golpe comunista*", e em 1958, afirmava que: "*ainda que o*

---

[345] Cem por cento democrata o Partido de Representação Popular. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.5.1947, p. 4.
[346] SALGADO, Plínio. "A confusão política". *Idade Nova*, 12.2.1948, p. 1.
[347] A febre e o termômetro. Idade Nova, Rio de Janeiro, 2.6.1949, p. 1 e 7.
[348] Na vanguarda da luta anticomunista [editorial]. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 4.5.1950, p. 3.

comunismo seja materialista, eu não considero um mal que tenham os comunistas a liberdade, pois entendo que doutrina se combate com doutrina, idéias com idéias".[349] Tais oscilações não se reproduziam no tratamento dado à repressão policial ao comunismo, pois mesmo sustentando que isoladamente ela seria insuficiente para derrotar o comunismo, os integralistas continuamente a defendiam e pediam sua radicalização. Salgado criticava: "*No Brasil, fazem-se as coisas pela metade. Concordou-se que o comunismo é um mal. Todavia, fechou-se o partido comunista (que era a aparência tangível do mal) deixando-se que o comunismo, ele mesmo, continuasse a agir livremente*".[350] Denunciava "*a existência de numerosos professores de Faculdades Superiores que se confessam abertamente marxistas*".[351] Na Bahia, os integralistas moveram processo para a proibição do jornal comunista *O momento*, o qual foi julgado por Rubem Nogueira, Procurador Geral de Justiça da Bahia e dirigente do PRP, que decidiu pela "*interdição do órgão comunista*".[352] Em 1955, *A Marcha* defendeu a invasão pela polícia do escritório de um deputado tido como comunista:

> O deputado comunista Bruzzi de Mendonça teve em dia da semana passada, o seu escritório varejado pela polícia. O fato causou, nos meios parlamentares, a mais viva repercussão, visto que se tratava de um deputado cujas imunidades não poderiam ser violadas. Acontece, porém, que no escritório daquele parlamentar funcionava abertamente uma célula comunista em flagrante violação às leis vigentes do país que proíbem terminantemente qualquer atividade do extinto Partido Comunista. A polícia, em sua batida, deteve conhecidos agitadores vermelhos e apreendeu farto material de propaganda subversiva, numa constatação indiscutível de que não praticará, contra o deputado, qualquer atentado que pudesse ferir as suas imunidades. Até pelo contrário. **A repressão policial, neste caso, fazia-se mister até para o resguardo do pleno funcionamento do regime democrático**.[353]

Até a Ópera de Pequim era denunciada como "*um dos instrumentos de que se servem os líderes comunistas para espalhar sua doutrina pelo mundo*",[354] defendendo-se que sua entrada no Brasil fosse proibida. O presidente da CCCJ, Gumercindo Rocha Dórea apoiava, em 1956, o fechamento de diversos "órgãos comunistas", mas pedia que a repressão fosse radicalizada:

---

[349] Plínio Salgado no programa Falando Francamente da TV. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.4.1958, p. 4.
[350] SALGADO, *Como se prepara uma China*, op. cit., p. 5.
[351] Idem, ibidem, p. 6.
[352] Fechado na Bahia o órgão da imprensa comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 8.1.1954, p. 5.
[353] Era célula comunista: por isso foi varejado pela polícia o escritório do deputado Bruzzi de Mendonça. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 3.6.1955, p. 4. Grifo meu.
[354] A ópera de Pequim e a delegação comercial da China são agentes de Moscou agindo livremente no Brasil com o consentimento de nosso governo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.9.1956, p. 1 e 6.

> 1. Vai o sr. Presidente da República proibir que o sr. Caio Prado Jr. dispute a cadeira de Economia Política da Universidade de São Paulo? Porque – aqui entre nós – sr. Presidente e srs. Ministros de Estado – de nada adianta fechar as Ligas e Uniões Comunistas e jornais diários, se o magistério das Universidades vai continuar superlotado de professores que irão doutrinar, que já doutrinam fortemente os jovens brasileiros que ingressam nos umbrais da Universidade...
>
> 2. Vai o sr. Presidente da República – ou o sr. Ministro da Educação ou Justiça – impedir que seja lançado o número 1 da revista anunciada pelo Instituto Nacional do Livro e onde colaborarão grandes líderes do Partido Comunista, seção do Estado de São Paulo?
>
> 3. Vai o sr. Presidente da República – ou quem de direito – mandar fechar as revistas comunistas de alta cultura – como "Problemas", "Revista Brasiliense" ou o quinzenário aparecido há pouco tempo, "Para Todos", lançado por Jorge Amado, Oscar Niemeyer, James Amado, etc.?
>
> 4. Vai o Presidente da República solicitar dos diretores de jornais que façam uma verdadeira faxina, à base de DDT, para livrar as redações dos redatores comunistas que as infestam?
>
> 5. Vai o sr. Presidente da República ordenar uma verdadeira limpeza nos seus próprios quadros administrativos, lotados de elementos moscovitas?
>
> Não? Então de nada adiantam as "severas" medidas tomadas agora contra organizações "legais" do Partido Comunista, porque as sólidas raízes desta entidade traidora não estão na massa dos populares que, enganados e ludibriados pelos seus líderes, a ela acorrem na esperança de que a vida, no futuro, venha a melhorar para eles, **mas sim, nas cátedras de Faculdades, nos jornais burgueses ou ostensivamente comunistas e nas revistas de cultura marxista** como as que acima enunciamos entre muitas outras.[355]

Mesmo não abrindo mão de uma violenta repressão policial, os integralistas buscavam em sua proposta de "contra-reforma moral e intelectual" a marca distintiva de sua proposta de combate ao comunismo:

> Este combate deve ferir-se em duas linhas de batalha: a primeira pela **formação de uma cultura espiritualista**, que ao mesmo tempo refute os erros do dogmatismo materialista e **delineie um tipo de vida individual, de convívio social, de expressão nacional, de expressão estatal, criando uma consciência nítida de atitudes e de aspirações ideais**; a segunda batalha exige um conhecimento perfeito do processo revolucionário comunista, sua estratégia, sua tática, suas diretrizes, seus planos, assim como tudo o que se refere às realizações práticas do regime marxista ou de suas transições objetivadoras.[356]

O "conhecimento perfeito do processo revolucionário comunista" conduzia a atividades de espionagem, como discutiremos na próxima seção. Já a "formação de uma cultura espiritualista" era o eixo central da "contra-reforma moral e intelectual" integralista. Salgado enunciava seu programa "reformador", vinculado ao combate ao comunismo e com perspectivas de longo prazo:

---

[355] DÓREA, Gumercindo Rocha. O fechamento dos órgãos comunistas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.7.1956, p. 1 e 8. Grifo meu.
[356] SALGADO, *Doutrina e tática comunistas*, op. cit., p 54.

> A formação da cultura espiritualista exige maior tempo, um trabalho sistemático, metódico, persistente. O conhecimento do que seja o comunismo, sob o aspecto revolucionário ou de suas experiências na Rússia ou outros países por ele infelicitados, reclama a leitura de obras básicas de informação. (...) A imunização contra a peste vermelha, **notadamente na classe mediana, na pequena burguesia**, de onde saem os líderes das massas, é imperativo deste momento. **Constitui erro palmar pretender dar combate ao comunismo diretamente junto aos operários e camponeses, sem a preocupação de guerreá-lo nas suas cidadelas mais importantes, constituídas pelas classes médias e profissões liberais**. (...) Se queremos impedir que Moscou tenha campo onde recrutar líderes, precisamos imunizar os intelectuais brasileiros, dando-lhes a ler as obras onde encontrarão argumentos para responder os sofismas dos catequistas vermelhos.[357]

Um aspecto central da crítica integralista era a tese de que havia uma complementaridade entre comunismo e capitalismo. De acordo com Salgado, ambos seriam caracterizados por valores materialistas:

> Comunismo não é causa. É conseqüência lógica do próprio capitalismo. Assim sendo, analisemos aqui, as fontes comuns de identificação entre ambos: I – Identidade das suas origens filosóficas; II – Identidade das suas origens econômicas; III – Unidade de direção no processo de desenvolvimento e de objetivo final. Examinemos um a um esses pontos e chegaremos à conclusão de que não é possível combater o comunismo sem combater o capitalismo. Pois, tanto um como outro, não passam de uma só cabeça, com duas faces, cabeça ligada ao mesmo corpo, que é o materialismo, a subordinação do Espírito Humano às forças cegas da Natureza. (...) O Capitalismo é uma conseqüência do Liberalismo. O Liberalismo é o império do individualismo. O individualismo é o rompimento de todas as estruturas morais capazes de compor equilíbrios na sociedade, de acordo com os interesses superiores do Espírito. (...) Era lógico, portanto, que Karl Marx, o fundador do comunismo, sendo um burguês e filho do século XIX, imprimisse à sistematização de sua obra o mesmíssimo timbre da filosofia burguesa, que é a filosofia da luta estúpida e cega do materialismo justificador dos triunfos dos mais fortes sobre os fracos. (...) O Capitalismo, através da usura, do jogo da Bolsa, das oscilações do Câmbio, atenta diariamente contra o princípio da Propriedade; o Comunismo prega também abertamente contra esse princípio. E tudo isso porque? Porque Capitalismo e Comunismo são dois nomes para designar a mesma coisa: Materialismo. O Capitalismo, agindo internacionalmente, provoca as crises da Produção e do Consumo. O Comunismo, aproveitando-se dessas crises, incita a revolta dos vencidos. O Capitalismo cria cada vez mais necessidades de gozo, de prazer, dificultando, ao mesmo tempo, a sua posse. O Comunismo instiga a revolta de todos os que assistem ao espetáculo da orgia da civilização burguesa. **O Capitalismo e o Comunismo**, pois, pela unidade de direção no processo do seu desenvolvimento, **não passam de duas palavras para designar a mesma coisa: o materialismo grosseiro** desejando o mesmo clima político: a licenciosidade e a anarquia, a falsa liberdade que atenta contra a liberdade cristã.[358]

A análise do projeto econômico defendido pelo integralismo nos permite afirmar que seu "anticapitalismo" era superficial e retórico, sem desdobramentos concretos para as posições assumidas pelo movimento. Era, sobretudo, de caráter moral, o que se expressa

---

[357] Idem, ibidem, p. 54-55. Grifos meus.

[358] SALGADO, Plínio. Concepção integralista do comunismo e do capitalismo. Salvador, Federação dos centros Culturais do São Francisco, 1958 (APHRC-FPS 034.001.016).

nas críticas ao "gozo", ao "prazer", à "orgia". O próprio Salgado alertava que "*o exagero da luta (sob todos os pontos de vista justa) contra o capitalismo não deve levar a um isolacionismo que só pode favorecer aos desígnios cruéis de Moscou*".[359] A proposição da unidade filosófica entre capitalismo e comunismo no editorial do primeiro número do jornal *A Marcha* novamente centra a crítica ao capitalismo em aspectos morais:

> Se é verdade que em todo comunista existe um capitalista sem dinheiro, também é verdade que em todo burguês há um comunista com dinheiro. Porque ambos só se preocupam com os bens materiais. (...) Burguesismo e comunismo constituem perfeita unidade filosófica e idêntico veneno no que respeita ao enfraquecimento alarmante das energias brasileiras, ao desfibramento geral do caráter, ao colapso da consciência de responsabilidade, à quebra do sentimento dos deveres. (...) Em face desse panorama da realidade pungente, o que faz a sociedade burguesa? Diverte-se gastando as noites nas boates ou na jogatina. (...) É para lutar contra este estado de enfermidade nacional que surgimos.[360]

Salgado denunciava que o capitalismo "*excluiu das suas cogitações todas as regras morais que só poderiam advir de um conceito espiritualista da vida*",[361] e apelava aos burgueses para que agissem como "cristãos":

> A gente olha para o burguês. Está bem vestido com o charuto na boca. Acaba de descer o elevador do Jockey Club, onde levou duas horas almoçando numa roda elegante. É casado. Daqui a pouco, vai ter um encontro com uma mulher que não é a sua. Esta manhã esteve na praia, seminu, fazendo conquistas entre frinéias familiares. Tem uma renda farta. Vive à tripa forra. Sabe de numerosos casos de adultérios galantes e de cavações reles. E tem muita raiva dos comunistas. "Oh! O Governo devia fuzilar esta caterva". (...) O nosso homem vota um desprezo profundo pelos humildes. Essa gente, para ele, cheira a cebola e suor. (...) Lá no fundo de seu coração, ele pensa que o Governo, o Chefe de Polícia e os militares, os integralistas, devem ser seus capangas, seus criados dóceis. Estão muito enganados os burgueses. O que os integralistas combatem em primeiro lugar é o materialismo, o sensualismo, a grosseria dos sentimentos, o domínio dos instintos. Sem combater tudo isso, como combateremos o comunismo?
>
> **Burgueses! Eu vos chamo, em nome de Deus e da Pátria!** Vinde enquanto é tempo! Nós não vos odiamos quando dizemos estas verdades, que precisais ouvir, porque o Senhor, na sua infinita bondade, permitiu que alguém vos dissesse o que nunca ouviste de ninguém, porque todos os que vos rodeavam eram hipócritas, e não vos amavam.[362]

Os apelos aos burgueses eram muitas vezes patéticos: "*abrandai vosso coração de pedra; aplacai vossos instintos; elevai vosso espírito e vinde dar combate à fonte do comunismo, para que o comunismo acabe. (...) Urge que vos salveis, burgueses. Porque, de agora em diante, já não podereis alegar ao Supremo Juiz que não ouvistes a*

---

[359] SALGADO, Plínio. A túnica jogada aos dados. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.2.1953, p. 3 e 10.
[360] Para onde vamos? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.2.1953, p. 1 e 2.
[361] SALGADO, Plínio. Concepção integralista dos problemas do trabalho. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.5.1953, p. 3.
[362] SALGADO, Plínio. As duas faces de Satanás. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 17.4.1953, p. 3.

verdade".[363] Já para os trabalhadores, Salgado oferecia a "prece do trabalhador": "*Livra-nos dos monstros chamados Capitalismo e Socialismo, pois ambos querem nos levar ao inferno do Comunismo*".[364]

As contradições e inconsistências evidentes no discurso integralista contra o comunismo não devem nos levar a subestimar sua função real. Tais contradições são, ao contrário, partes constituintes e indissociáveis de seu projeto. O anticomunismo integralista produziu resultados efetivos, em vários níveis. Por um lado, manteve-se durante todo o período de existência do PRP como elemento central de seu discurso e de sua propaganda, tendo sido, muito provavelmente, um dos principais fatores da arregimentação de militantes e conquista de eleitores. Mas seus efeitos não foram apenas internos. As publicações anticomunistas (jornais, revistas, livros, folhetos, panfletos) e sua reprodução em comícios, programas radiofônicos discursos parlamentares e entrevistas, certamente atingiram um público muito mais amplo, disseminando sistematicamente representações negativas acerca do comunismo e construindo permanentemente o fantasma da iminência da revolução comunista, o que certamente teve efeitos práticos muito concretos. Mas há ainda um terceiro aspecto extremamente relevante na intervenção anticomunista do integralismo: a manutenção de um vasto serviço secreto de espionagem e denúncia da "ação comunista", como discutiremos na próxima seção.

9.10 O PRP como cão de guarda: espionagem e denúncia das atividades comunistas

Durante todo o período abarcado nesta investigação, os integralistas atribuíram grande importância à manutenção de serviços de espionagem voltados ao acompanhamento e denúncia das atividades dos comunistas, socialistas e quaisquer movimentos, partidos ou lideranças que se colocassem contra o integralismo ou contra a ordem vigente, a todos eles qualificando como "comunistas".

A manutenção destes serviços de espionagem vinculava-se à visão integralista sobre o comunismo, sempre considerando que as atividades ilegais constituíam a parcela mais relevante da ação comunista. Salgado sustentava que "*o Partido Comunista tem uma parte visível e uma parte invisível. (...) Quer dizer, a minoria que age secretamente movimenta as massas não politizadas no sentido de atingir seus objetivos, isto é, a*

[363] Programa Radiofônico do PRP, s./d.(APHRC-FPS 008.004.019).
[364] SALGADO, Plínio. A prece do trabalhador. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.4.1960.

implantação do Estado socialista pela violência".[365] A "infiltração" nas organizações da sociedade civil e no Estado seria uma das grandes prioridades comunistas:

> No atual momento, em nosso país, a "sexta-coluna" é possivelmente a mais perigosa de quantas colunas moscovitas nos investem. Constitui-se ela de professores dos três graus, de jornalistas que se dizem meramente profissionais; de deputados e senadores eleitos por partidos liberais-democráticos e cujas atitudes muitas vezes revelam um anticomunismo evidente; de magistrados (alguns em tribunais superiores e a maior parte simples juízes) cuja austeridade os coloca acima de qualquer suspeita; de militares, até mesmo de altas patentes, que não deixam rastro de convicções marxistas; de ministros protestantes que na realidade se fizeram ministros por ordem da direção do partido; de alguns sacerdotes ortodoxos, ou mesmo católicos, que iludem a hierarquia eclesiástica e se acobertam com o manto da política de mão estendida; de escritores, pintores, escultores e músicos, fingidamente preocupados exclusivamente com a sua arte; de cientistas.[366]

É evidente que uma caracterização como esta podia ser amplamente manipulada, caracterizando-se como comunistas quaisquer agentes sociais que se colocassem contra o integralismo, prática efetivamente muito utilizada pelos integralistas. Ainda assim, as investigações desenvolvidas visavam finalidades bem mais amplas do que apenas fornecer munição contra os que se pronunciassem contra o movimento, buscando-se, de fato reunir informações sobre as atividades comunistas. Na avaliação do jornal *A Marcha*, os comunistas teriam dois grandes objetivos: "*a) privar os Estados Unidos da fonte de recursos que poderia significar a América Latina, em caso daquela nação entrar em guerra com a Rússia; b) agravar mais a situação social a fim de provocar o descrédito das massas operárias pela democracia*".[367] Para atingir tal finalidade, os comunistas contariam com três instrumentos de ação principais: "*1) o político; 2) o sindical-trabalhista; 3) a infiltração em postos chaves da administração pública, tanto estadual como federal*".[368]

Todos os serviços de espionagem integralista estavam subordinados a uma estrutura clandestina denominada Organização do Serviço de Propaganda e Informação (OSIP), coordenada pelo Tenente Coronel Teixeira Coelho, que publicamente ostentava o cargo de "Chefe do Gabinete Militar da Presidência Nacional do PRP", cuja atribuição, além da espionagem, era a segurança pessoal de Plínio Salgado. Uma carta enviada a Salgado em 1948 – quando estava temporariamente em Lisboa – relata o estágio de organização dos serviços naquele momento:

---

[365] Plínio Salgado no programa Falando Francamente da TV. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.4.1958, p. 4.
[366] SALGADO, Plínio. A sexta coluna. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 12.6.1953, p. 3.
[367] O olho de Sherlock: para os que não entendem o que se está passando no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.1.1954, p. 1 e 4.
[368] SALGADO, *Doutrina e tática comunistas*, op. cit., p 41.

> O nosso 100% Teixeira Coelho tem trabalhado a valer na sua organização que já conta com **quase 130 homens** – e eu sou um deles. Imagine que na "furna da onça" já há rádio, cofre, máquinas de escrever, arquivos de aço, tablado com **aulas de jiu-jitsu**, móveis, mesas e arquivos organizados e agora vai a melhor: o companheiro que é seu barbeiro já está instalado com a sua barbearia – uma cadeira de dentista de fabricação antiguíssima, talvez lá do ano 1850, virou cadeira de barbeiro. (...) Cabelo a CR$ 3,00 e barba a CR$ 1,00. O negócio é mesmo barato e, caro Chefe, tanto mais o fígaro **é um "doutrinador" de classe e vai transmitindo sua "filosofia" enquanto raspa os queixos**, tudo naquele mesmo estilo que o Sr. conhece. A turma gosta muito dele. Enfim, na organização do Coelho a coisa também vai muito bem.[369]

Das informações prestadas na carta, destaca-se a vasta estrutura com que já contava a OSIP, com 130 integrantes e um escritório equipado, e, principalmente, o relato da instalação de um salão de barbearia, o qual, pela descrição apresentada, tinha a finalidade de entrosar um agente integralista com os comunistas, visando infiltrar-se em sua organização e dela obter informações. Eduardo Martinelli, coordenador da OSIP no Rio Grande do Sul, relatou em depoimento oral sua participação na organização:

> O Teixeira Coelho (...) criou a OSIP, Organização do Serviço de Imprensa e Propaganda. Era um órgão de que ele era o chefe e ele dava as leis. Eu tenho a carteirinha da OSIP no Rio Grande do Sul. Ele disse: "*tu vai lá e organiza a OSIP no Rio Grande do Sul*". Então qual era a nossa função? Eu peguei uma porção de companheiros, que a maioria já morreu, e eram meus cupinchas. Então, de vez em quando vinha uma mensagem do Teixeira Coelho (vinha direto para mim, não era uma correspondência oficial do Diretório): "*Martinelli, me manda dizer quem são os líderes comunistas estudantis daí de Porto Alegre*". Então eu tinha que fazer. Como eu estava dentro da Universidade, eu sabia melhor do que ninguém, não precisava dos outros, então eu fazia. "*Quem são os líderes esquerdistas daí do Rio Grande do Sul?*". Aí eu digo, "*vocês vão procurar*" e depois juntava com os que eu botava, fazia uma triagem e mandava a resposta. Então nós fazíamos esse serviço.[370]

Para o levantamento de informações, em algumas ocasiões a estrutura partidária era utilizada, como nos períodos eleitorais, para a elaboração de listas de "candidatos comunistas", como ocorreu em 1954, quando o Secretário do Gabinete da Presidência Nacional do PRP enviou correspondência aos diretórios regionais solicitando "*com a máxima urgência, uma lista de candidatos comunistas incluídos nas chapas dos diversos partidos*".[371] As atividades de espionagem e infiltração na organização comunista, no entanto, eram atribuição exclusiva da OSIP e, como ressaltou Martinelli, não passavam pela estrutura partidária.

---

[369] Correspondência de Ubirajara a Plínio Salgado, 14.10.1948 (APHRC-Pprp 14.10.48)
[370] CALIL, SILVA, & BATISTA. *Depoimento de Eduardo Martinelli*, op. cit., p. 62
[371] Circular de Alfredo Chrispin aos Diretórios Regionais, 10.10.1954 (CDAIBPRP - Correspondências do Diretório Nacional ao Diretório Regional).

Em algumas ocasiões, a manutenção de atividades de espionagem era publicamente admitida, o que certamente cumpria um papel importante para o reforço do anticomunismo integralista, convencendo a militância de que o movimento estava cumprindo sua função. Evidentemente, sua divulgação era superficial, sem informações detalhadas. Em 1947, Wolfram Metzler afirmava "*Temos muitos anos de prática na identificação de comunistas. Por melhor que se encubra, sempre alguma coisa servirá para reconhecer esses lobos travestidos de cordeiros. Identificamos o gambá comunista pela catinga*".[372] Também o programa radiofônico do partido informava que os comunistas estavam sob vigilância: "*Nós do Partido de Representação Popular estamos com a consciência tranqüila. Não houve qualquer ato comunista, no Brasil, por maior sutileza que envolvesse, que deixasse de receber a nossa denúncia. Jamais temos abandonado a vigilância a despeito de todos os obstáculos que se nos antepuseram em nossa marcha pela salvação nacional*".[373] De acordo com o jornal *Idade Nova*, os integralistas atuavam no interior dos movimentos grevistas, infiltrando agentes que "*se dispersam no meio das massas, fazendo o trabalho de contra-sabotagem e esclarecendo os companheiros desavisados*".[374] Em 1956, Salgado admitia publicamente o funcionamento de um serviço de informações: "*Podemos nos orgulhar de constituirmos o único partido que jamais teve em suas chapas elementos comunistas, nem mesmo por engano, porque para evitar esse engano,* ***mantemos um Serviço de Informações e um fichário com centenas de milhares de nomes*** *reconhecidamente comunistas ou evidentemente suspeitos*".[375]

Um elemento bastante presente era o estímulo público à delação. Em 1956, *A Marcha* conclamava: "*a todos os que se dizem integralistas*", "*para nos enviarem, sempre que tiverem, dados e informações concretos e positivos sobre nomeações estaduais, municipais e federais de elementos comunistas para cargos públicos*".[376] Depois do golpe militar de 1964, o estímulo à delação se generalizou entre os integralistas, e *A Marcha* abria uma seção denominada "Operação Limpeza":

> Abrimos, nesta seção, a facilidade a todos os brasileiros que desejarem cooperar com a Revolução no sentido de alijar dos postos em que ainda se encontram os elementos comunistas ou pára-comunistas que se sustentaram em cargos e posições seguras, apesar

---

[372] METZLER, Wolfram. Em quem devemos votar? *Boletim do PRP*, Porto Alegre, 7.1.1947, p. 6.
[373] A nota do dia: Lida no Programa Radiofônico do PRP. *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 29.9.1949, p. 1.
[374] Somos contra a greve mas não concordamos com a miséria. *Idade Nova*, 11.3.1948, p. 1 e 6.
[375] SALGADO, *Livro verde de minha campanha*, op. cit., p. 31. Grifo meu. Observe-se a contradição de Salgado, que sempre tratou os comunistas como uma "minoria reduzida e organizada" e afirmava que seu fichário contava com centenas de milhares de nomes de comunistas ou suspeitos.
[376] Infiltração comunista nos órgãos governamentais, *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.4.1956, p. 1 e 12.

> da Revolução de 31 de março (...) Numerosos são os elementos que ainda continuam indenes das justas sanções, ou, pelo menos, do afastamento higiênico no interesse da Nação. Cumpre ajudarmos a Revolução, apontando-os. Para isso, todos os leitores podem colaborar, mandando informações e dados.[377]

Para estimular seus leitores, a matéria narrava a existência de 13 casos recentes em andamento, envolvendo demissões, processos administrativos e prisão de indivíduos apontados como comunistas, todos eles oriundos de denúncias recebidas. Martinelli relata um episódio de delação logo após o golpe militar:

> Às vezes eles se exorbitavam queriam saber se o fulano... essas coisas. Porque "*ah, o fulano é não sei o quê?*" Eu digo "*olha, não sei*". Agora, o cara era meu amigo. Uma vez os caras fizeram uma coisa. Quer dizer, quando veio a revolução de 64, o cara foi lá em casa. Foi lá em casa na noite da revolução e queria que eu dissesse a relação dos comunistas, dos... afinal, de todos que eram contra em Passo Fundo. E disse assim: "*e eu, para facilitar, vou te dar uma lista, tu tem que me informar nessa lista o nome desses caras*". Bom, a maioria dos comunistas não precisava nem... Porque eles eram meus amigos, eles sabiam que eu era do PRP. (...) E eu não ia delatar para a polícia, ou para o partido, que seja. Depois eles vieram com a relação de pessoas que eles achavam que eram contra o governo militar. E tinha um que era meu amigo, a filha dele jogava vôlei com a minha equipe, os filhos eram meus amigos, competiam comigo. Eu digo: "*olha esse cara aqui, por exemplo, ele tem uma função, ele trabalha para o Fulano, que vocês estão dizendo que é indiciado aqui, mas ele trabalha como profissional que ele é. Todo bom profissional tem que ter um emprego, trabalhar, não é? Se não tem emprego vai trabalhar sozinho. Mas ele, a profissão dele, ele trabalha para o cara. Tu trabalhar para o cara não quer dizer que ele tem que ser*". Tu sabe que os bandidos me cassaram o homem da função pública? Mas eu fiquei tão aborrecido, cassaram o cara. Cassaram muita gente, não é? E esse, como era funcionário, não sei de que secretaria do governo do estado, cassaram ele. Ah! Foi uma tristeza. E eu tinha que ir lá, e eu sabia das histórias todas. (...) Uma situação que me deixa mal mesmo. Não é nada glorioso. É até tormentoso isso. E eu ainda aliviei o cara, disse: não! Ele não é nada disso não, ele é do PTB. (...) Isso foi uma coisa muito desagradável. Mas fizeram. Já que vocês querem saber as verdades.[378]

Ressalte-se que a posição parcialmente crítica expressa por Martinelli, 35 anos depois, destoa do tratamento dado às delações pelos integralistas no período, quando eram vistas como "profilaxia" e tratadas abertamente e de forma entusiasmada, como evidencia a matéria de *A Marcha* acima citada.

É difícil fazer uma avaliação precisa dos resultados alcançados pelos serviços de espionagem integralista, em especial pelo sigilo que envolvia suas atividades. Ainda assim, é possível dimensionar sua importância, a partir de dois elementos: os relatórios encontrados e as denúncias públicas feitas pelos integralistas. Foi possível localizar 12 relatórios produzidos pela seção paulista da OSIP e um relatório sobre o I Congresso

---

[377] Operação Limpeza. *A Marcha*, Rio de Janeiro, jan./fev. 1965, p. 8.
[378] CALIL, SILVA, & BATISTA. *Depoimento de Eduardo Martinelli*, op. cit., p. 62-63.

Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, além de um relatório enviado por um militante integralista ao partido, uma circular secreta enviada pelo Diretório Nacional aos Regionais, e dois relatórios cuja autoria pode ser de agentes integralistas. É certamente uma parcela muito reduzida do total de relatórios produzidos. Sete deles são de um mesmo ano (1953) e todos da seção paulista da OSIP. De qualquer maneira, os relatórios disponíveis permitem uma primeira apreciação sobre o funcionamento dos serviços secretos integralistas. Os relatórios produzidos pela seção paulista da OSIP seguem um padrão semelhante e foram muito provavelmente todos escritos pelo mesmo agente. Abarcam temas diversificados, tratando das articulações dos "comunistas", das mobilizações sindicais, da relação estabelecida pelos diferentes partidos com os "comunistas" e "socialistas", de nomeações de "comunistas" em cargos públicos e das políticas governamentais. Uma síntese dos assuntos tratados nestes relatórios encontra-se na Tabela 31:

TABELA 31 – Resumo dos relatórios produzidos pela Organização do Serviço Imprensa e Propaganda no Estado de São Paulo localizados no APHRC.
26.2.1953. 1. "Síntese do momento político". Análise da intervenção comunista na eleição para a prefeitura de São Paulo e seus objetivos; 2. "Situação calamitosa do país nos dois anos do governo Vargas". Aponta "infiltração comunista" em diversos órgãos públicos.
24.3.1953. 1. "O processo da Marcha Vermelha". Aponta avanço na ação comunista no país; 2. "Da Autonomia à escravidão". Sustenta que eleição direta para prefeito nas capitais atende aos interesses dos comunistas; 3. "Eleição do prefeito de São Paulo". Avalia que as vitórias de Jânio Quadros para prefeitura de São Paulo e Antonio Feliciano para prefeitura de Santos foram vitórias dos comunistas; 4. "Aniversário do PCB". Indica que o PCB pretende comemorar seu aniversário promovendo sabotagens, greves e quebra-quebras.
8.4.1953. 1. "Greve em São Paulo". Analisa o desenvolvimento da greve em São Paulo; 2. "Adhemar almoça com Garcez e desautoriza parlamentares do PSP, que estavam na linha de frente contra o Governador". Informa sobre entendimento entre Adhemar de Barros e o governador paulista, em oposição aos deputados "comunistas" do PSP; 3. "Plano do PCB em São Paulo". Sustenta que o PCB pretende transformar a greve dos tecelões em greve geral, provocar confrontos e paralisar a capital paulista e diversas cidades do interior daquele estado; 4. "Militante comunista convidado para cursar a Escola Superior de Guerra". Informa sobre o convite feito ao deputado federal Antonio Cavalcanti (PTB) para freqüentar curso na Escola Superior de Guerra.
?.4.1953. "Os graves acontecimentos do dia 31 de março na capital de São Paulo. Analisa o desenvolvimento da greve geral na capital paulista, apontando a ação dos deputados "comunistas" Roberto Morena, Lino de Matos (PSP), José Miraglia (PSP) e José Mendonça Falcão (PSP).
24.4.1953. 1. "Roberto Morena e seu 'correio' rumam à Londrina. Antonio Chamorro, rumo à Botucatu". Acompanha atividades do deputado Morena e do sindicalista Chamorro; 2. "Rogê Ferreira, do PSB, escalado para 'dar o serviço' ao PCB". Avalia proposta do deputado estadual socialista de convocação do Secretário de Segurança Pública para explicar a repressão aos grevistas; 3. "Confirmado o esquema que demos em primeira mão a 8.4.53". Análise da greve geral paulistana; 4. "Jango vai a Montevidéu, sede do Comitê Sul-Americano do PC". Especula sobre motivos da viagem de Goulart ao Uruguai; 5. "Espionagem antiatômica de São Paulo". Denuncia que firma paulistana serve de fachada para espionagem comunista das pesquisas brasileiras sobre energia atômica; 6. "O prefeito Jânio Quadros já começou o seu programa". Denuncia que prefeito cortou verbas de entidades católicas e as direcionou aos grevistas; 7. "A

história do rato no Tribunal dos Gatos". Ridiculariza afirmações dos deputados Lino de Matos, Mendonça Falcão, Rogê Ferreira e Cid Franco, de que não são comunistas
28.9.1953. 1. "Contatos do Secretário Geral do PTB com direção nacional do extinto PCB, Rio e Comitê Estadual de São Paulo". Sustenta que Frota Moreira (Secretário Geral do PTB) reuniu-se com dirigentes nacionais do PCB; 2. "Intervenção Branca em São Paulo". Analisa intervenção no PTB paulista e interesses de Vargas; 3. "Comunismo no interior do Estado". Aponta "agitação comunista" na zona rural.
30.9.1953. 1. "Perigosa ascensão comunista a postos chave da administração pública em São Paulo". Sustenta que Jânio Quadros é "comunista" e está nomeando comunistas para os principais postos da administração paulistana; 2. "Ligação dos 'janistas' de São Paulo com os 'janistas' do Rio". Informa sobre articulações para a formação de um novo partido, que se chamaria Partido Radical Socialista, reunindo "comunistas" e "cripto-comunistas" do PSB, PTB, PDC e outros.
2.4.1954. "Possibilidade de transferência da data de realização do IV Congresso do PCB". Analisa divisão interna no PCB e sustenta que adiamento da Convenção Nacional foi necessário para impedir que divisão interna provocasse ruptura. Informa sobre posições dos principais dirigentes que integram as duas posições em conflito
19.4.1954. 1. "Os cinco quesitos: qual o poderio atual do PCB?". Avalia as perspectivas de sucesso comunista através de cinco questões: os pontos geográficos fundamentais à ação comunista; os pontos táticos mais ambicionados pelos comunistas; a situação do comunismo nas Forças Armadas; os possíveis obstáculos à revolução comunista interpostos pela estrutura política, social e econômica brasileira; e a linha que passaria a ser seguida pelo PCB; 2. "O jogo eleitoral de Jango e a junção com Jânio e o eixo sindical". Sustenta que Goulart articulava-se com sindicalistas comunistas, em acordo com Jânio Quadros.
7.7.1954. 1. Informa sobre candidatos comunistas à eleição de 1954, no Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro; 2. Informa sobre "bar comunista" recém inaugurado em São Paulo; 3. "Igrejas ligadas ao setor comunista". Lista cinco igrejas "comunistas": Instituto de Ciências Positivas. Testemunhas de Jeovah, Sociedade Torre de Vigia; Igreja Católica Brasileira e Liga Espírita do Estado de São Paulo; 4. "Candidatos comunistas em várias legendas, no Estado de São Paulo". Relaciona 52 "comunistas" apresentados como candidatos à eleição parlamentar de 1954
20.6.1959. "História secreta através dos anos". Análise da trajetória de Adhemar de Barros, apontando seus vínculos com "comunistas".
s./d. O marxismo se instala nos Campos Elísios. 1. "Agildo Barata, Germinal Feijó e Alípio Correa Neto em conferência secreta com Jânio Quadros, em casa de Alípio, em alta madrugada". Informa sobre negociações entre Quadros e o PSB, listando os cargos destinados àquele partido no governo estadual; 2. "A UDN voltará". Previsão de Afrânio de Oliveira de que UDN venceria próxima eleição estadual; 3. "Ocupação de postos de alto a baixo, pelos socialistas da 'linha realista'". Comenta euforia do PSB com cargos conquistados; 4. "É hora de salvar Ulisses da 'mancada' que lhe preparam". Avalia que comunistas poderiam apoiar Ulisses Guimarães (PSD) e sugere que PRP o apóie antes para salvar sua candidatura; 5. "O operoso Afrânio". Avalia objetivos de Afrânio de Oliveira (UDN).
Fontes: Relatórios de Informações (APGRC-FPS 053.004.010; 053.004.003; 053.004.011; 053.004.017; 053.004.029; 053.004.027; 053.004.025; 053.003.027; 053.003.017).

Percebe-se a preocupação dos agentes em apontar como "comunistas" lideranças políticas que não eram reconhecidas como tal. Um dos relatórios registra: "*Lamentamos que a maioria dos que se preocupam com o comunismo e os comunistas tenham, ao par de fraca memória, o mau vezo de só classificar como comunistas os indivíduos já como tal fichado na Polícia, quando, cremos, a própria polícia não tem elementos para identificar*

mais que uns 20% dos comunistas".[379] Desta forma, os relatórios buscavam "desmascarar", dentre outros, Jânio Quadros, João Goulart e Adhemar de Barros. Sobre Quadros, afirmava-se que quando estudante "*sua atuação se fez sempre em favor da politização de moços para a Juventude Comunista*";[380] como vereador "*se mostra divorcista, combate a entronização do Cristo nos parlamentos, apóia ostensivamente as campanhas comunistas pró-paz, pró-petróleo, contra os EEUU, e todas as que mais houve*",[381] concluindo "*Jânio Quadros é comunista! Não há como negar, embora a ele caiba negar até a hora da vitória comunista no Brasil, se tal se der*!",[382] e acrescentando que "*ninguém ignora que apesar de Jânio se aliar aos trotskistas, os stalinistas o apoiariam, se ele tivesse dinheiro para dar ao PCB*".[383] Já Goulart estaria utilizando os comunistas em sua estratégia de poder: "*O jogo de Jango é claro: apoiado em líderes sindicais comunistas e simpatizantes, com elementos seus ainda enquistados no Ministério do Trabalho, aciona a máquina rumo às eleições: eleger tais líderes para que eles o apóiem no seu sonho de governar esta República*".[384] Adhemar de Barros, por sua vez, poderia reatar sua aliança com os comunistas, que "*desde algum tempo cessaram as campanhas de sua imprensa contra ele*",[385] motivo pelo qual se deveria "*ter-se em vista suas relações com alguns dirigentes comunistas*".[386] Logo após a grande greve de 1953, o relatório alertava: "*É preciso que se acentue e se chame a atenção das autoridades federais, estaduais e municipais: atrás das arruaças de ontem, estava, mal escondido pela presença de Juvenal, Falcão e Miraglia, o próprio sr. Adhemar de Barros*".[387] Os deputados pessepistas Juvenal Lino de Mattos, José Miraglia e João de Mendonça Falcão seriam integrantes do PCB e estariam "*interessados em arruaças, anarquia, desordem grave na capital paulista*".[388]

A análise das estratégias eleitorais dos "comunistas" também estava sempre presente nos relatórios, tanto através das denúncias de candidatos supostamente comunistas infiltrados nos diferentes partidos como nas especulações sobre seus objetivos em relação aos cargos majoritários. Em 1953, avaliava-se que "*os 'demo-cristãos' se aliaram aos*

[379] Relatório de Informações, 30.9.1953 (APHRC-FPS 053.004.017).
[380] Relatório de Informações, 30.9.1953 (APHRC-FPS 053.004.017).
[381] Relatório de Informações, 8.4.1953 (APHRC-FPS 053.004.010).
[382] Relatório de Informações, 30.9.1953 (APHRC-FPS 053.004.017).
[383] Relatório de Informações, 26.2.1953 (APHRC-FPS 053.004.008).
[384] Relatório de Informações, 19.4.1954 (APHRC-FPS 053.004.027).
[385] Relatório de Informações, 26.2.1953 (APHRC-FPS 053.004.008).
[386] Relatório de Informações, 19.4.1954 (APHRC-FPS 053.004.027).
[387] Relatório de Informações, ??.4.1953 (APHRC-FPS 053.004.003).
[388] Idem, ibidem.

marxistas do PSB, para fazerem o seguinte jogo: levar um cripto-comunista-petebista (Porfírio) aliado a um comunista mascarado (Jânio) à disputa dos cargos de vice, e prefeito da Capital",[389] contando com a concordância do PCB. Com Jânio Quadros na prefeitura, afirmava-se que "*a campanha do PCB contra Jânio é marmelada. No poder, ao seu lado, estão todos que o PCB quer situar bem, e o faz sub-repticiamente*".[390]

Em vários casos, os relatórios traziam também propostas concretas para a neutralização de estratégias comunistas. No início de abril de 1953, por exemplo, sustentava-se que para evitar a transformação da greve dos tecelões em greve geral seria necessário "*atender até o limite máximo possível o 'quantum' dos aumentos*" e "*livrar os líderes sindicais da influência de Roberto Morena*".[391]

Um relatório especialmente interessante foi produzido em abril de 1954, tratando das divergências internas existentes no PCB, revelando com clareza que os integralistas contavam com agentes infiltrados na organização comunista:

> O presente relato não é apenas uma informação procedente do subterrâneo comunista. **SÃO DUAS fontes diversas, colocadas nos dois campos em que lavra a luta interna do PCB**, às quais juntamos alguns dados de nosso estudo, que, NÃO MODIFICANDO OS FATOS, ressaltam detalhes dignos de melhor atenção. Por questões óbvias, devendo ficar restrito às poucas fontes realmente capazes do seu melhor aproveitamento, damos-lhe o caráter SECRETO, caráter este que àquelas fontes cumpre resguardar.[392]

A tese apresentada no relatório era de que o PCB atravessava uma grave crise política, em vista da crescente resistência à linha política adotada e à liderança de Diógenes Arruda, Maurício Grabois e João Amazonas, o que, segundo o relatório, poderia levar ao adiamento do IV Congresso do PCB. O relatório revela um conhecimento detalhado da situação interna do PCB e o quadro traçado é confirmado, em suas linhas gerais, pela historiografia e depoimentos posteriores e, embora o Congresso do PCB não tenha sido adiado, as condições de sua realização confirmam que a tese sustentada no relatório estava correta.[393]

---

[389] Relatório de Informações, 26.2.1953 (APHRC-FPS 053.004.008).
[390] Relatório de Informações, 30.9.1953 (APHRC-FPS 053.004.017).
[391] Relatório de Informações, 8.4.1953 (APHRC-FPS 053.004.010).
[392] Relatório de Informações, 2.4.1954 (APHRC-FPS 053.004.029).
[393] De acordo com José Antonio Segatto, *"o IV Congresso do PCB teve a sua preparação e realização problematizadas por procedimentos pouco democráticos. A indicação de delegados foi manipulada pela direção, não havendo praticamente discussões sobre as teses. Os delegados não foram eleitos pelas bases, mas escolhidos a dedo pelos dirigentes do Comitê Nacional entre seus amigos de mais confiança*". SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2ª edição. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 81.

Os demais relatórios tinham características distintas. A circular secreta enviada pelo Diretório Nacional aos Diretórios Regionais advertia para a reação do Partido Comunista ao seu fechamento, antecipando que *"ao que estamos informados a decisão será pelo fechamento daquele Partido"* e sustentando que *"se tal se der, temos como certa violenta reação por parte dos comunistas em todo o Brasil"*, incluindo-se greve geral, atentados pessoais em grande escala, confusões nas ruas, assaltos a estabelecimentos e propriedades, guerrilhas generalizadas, sabotagens em geral e insurreição dos quartéis.[394] Em vista disso, propunha que fossem tomadas quatro medidas:

> 1º - dar conhecimento urgentíssimo da presente aos nossos amigos mais destacados, da Capital e do interior, pedindo-lhes que a retransmitam aos demais;
>
> 2º - cuidar da segurança individual e das famílias contra qualquer surpresa;
>
> 3º- verificar as autoridades e forças que ficarem fiéis ao Governo do General Dutra, oferecendo-lhe logo que possível realizar a colaboração que por elas for solicitada;
>
> 4º - prestigiar por todas as maneiras o Governo do Gen. Dutra e de seus delegados, cooperando para que suas ordens sejam cumpridas no Estado.[395]

Neste caso, as previsões integralistas estavam claramente incorretas, tendo em vista que os comunistas não esboçaram nenhuma reação ao cancelamento de seu registro nem realizaram manifestações públicas, mais preocupados em demonstrar seu caráter "ordeiro", como discutimos no primeiro capítulo.

Outros dois relatórios tratavam das atividades dos "sem-terra". O primeiro deles relatava as atividades do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, relacionando as principais lideranças das "*21 delegações, com cerca de 942 camponeses e 558 representantes de entidades estudantis e sindicais*".[396] Outro descrevia as atividades do I Encontro Estadual dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, realizado em março de 1962, que teria reunido *"cerca de uma centena de delegados de Associações Sem-Terra"*, informando sobre os participantes e o conteúdo dos principais discursos. Este relatório foi encaminhado por um militante do partido a um membro do Diretório Regional, com a sugestão de que fosse a ele apresentado, e foi encontrado junto à documentação de Plínio Salgado.[397]

Com relação aos outros dois relatórios encontrados, não é possível dizer se foram produzidos por integralistas ou foram encaminhados a Salgado por anticomunistas externos

---

[394] Circular de Hermes Barcelos aos Diretórios Regionais, 14.4.1947 (APHRC-FPS 009.001.011).
[395] Idem, ibidem.
[396] Informações Diversas, s./d. (APHRC-FPS 009.001.011).
[397] I Encontro Estadual de Agricultores Sem Terra do Estado do R. G. do Sul (APHRC-FPS 062.004.072).

ao movimento. O primeiro deles foi produzido em setembro de 1961 e tratava das atividades dos comunistas no Rio Grande do Sul. É assinado por Theobaldo Neumann, que seria "Responsável pela D.O.P.S.". O Relatório monitorava as atividades dos "Comitês de Resistência Democrática" naquele estado, sustentando que os mesmos estavam organizados e armados, e planejavam uma revolta popular.[398] O outro relatório não é assinado, e foi produzido em fevereiro de 1964. A leitura de sua apresentação indica que sua circulação já visava a obtenção de adesões para o desencadeamento do golpe militar:

> Verifica-se, pelos dados apresentados, que pouco há a fazer, no sentido de impedir-se a comunização do Brasil. De fontes seguras, temos informes segundo os quais o dispositivo civil para a comunização já se completou. Falta apenas, e bem pouco, completar o dispositivo militar e ainda falta concretizar as coordenadas internacionais, a fim de que, após a instalação do regime comunista no Brasil, se encontre facilidades para a sua consolidação. As duas partes a serem complementadas, **deverão ser concluídas no curto espaço de 120 dias. Portanto, se não encontrarmos solução no referido prazo, para impedir o processo, decorridos os 120 dias não haverá mais nenhuma condição interna para impedir a comunização do país**.[399]

Pela sua formatação e linguagem utilizada, este relatório distingue-se dos demais. Ao que parece, foi produzido para convencer acerca da iminência do "perigo comunista", e portanto se destinava a uma circulação menos restrita do que os relatórios da OSIP. Se foi produzido por um integralista, isto evidenciaria uma intervenção muito ativa na mobilização golpista. Em caso contrário, mereceria destaque o fato de encontrar-se com Salgado, evidenciando entrosamento com outros setores golpistas.[400] Qualquer das possibilidades reforça nossa hipótese do capítulo anterior sobre a intervenção integralista no golpe.

Também encontramos algumas fichas de supostos comunistas, as quais integravam o fichário da OSIP. Dentre elas, destacam-se as de Jânio Quadros, de Adhemar de Barros, de Juvenal Lino de Mattos (PSP), João Bernardes (PSP) e Francisco Neves (PSD).[401] As fichas traziam informações da trajetória dos "suspeitos", visando caracterizar sua filiação comunista.

---

[398] Resumo das Informações Colhidas, 6.9.1961 (APHRC-FPS 009.001.010).
[399] Sem título (APHRC-FPS 053.004.005).
[400] Praticamente inexistem indícios de vínculos estabelecidos pelos integralistas com outras organizações de espionagem ou de combate ao comunismo, à exceção, apenas, da participação de um dirigente integralista paranaense (Linhares de Lacerda) no Movimento Anti-Comunista (MAC). Os integralistas não mantinham boas relações com a Cruzada Anticomunista Brasileira, liderada pelo Almirante Penna Botto, em virtude do vínculo entre esta entidade e o udenismo.
[401] Fichas de Comunistas (APHRC-FPS 053.003.005).

Outro elemento extremamente importante para a avaliação da espionagem integralista é a publicação de denúncias na imprensa partidária. No livro *Doutrina e tática comunistas*, Salgado afirmava: "*Por se tratar de matéria mais especializada e por não ser conveniente que o Comunismo Internacional saiba até que ponto conhecemos as suas complexas estruturas, deixamos de dar nestas páginas diversas organizações, como por exemplo, a que funciona nas Forças Armadas dos diferentes países do mundo, incluindo Exército, Marinha e Aeronáutica*".[402] Mesmo assim, o jornal *A Marcha* publicou inúmeras "denúncias", em diversos casos atribuindo as informações aos seus serviços de espionagem. Em março de 1953, o jornal denunciava a realização de uma "Convenção Comunista" contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, apresentando uma relação descritiva dos participantes e o resumo dos discursos de cada um.[403] Dias depois apontava a "infiltração comunista" em diversos estados:

> No Brasil, a infiltração comunista está se verificando em todas as atividades públicas e privadas, crescendo dia a dia mais. Isto está aos olhos de todos. A Guarda Civil do Rio está cheia de elementos subversivos. (...) No Estado de Goiás é um fato concreto e ameaçador a infiltração comunista. Boletins subversivos são livremente distribuídos e as ruas de Goiânia estão cheias de cartazes com frases alusivas. (...) Pelo Estado do Mato Grosso elementos comunistas, servindo-se de transportes da ferrovia Brasil – Bolívia, fazem contrabando de armas e munições. Autoridades do Exército e da Polícia Política estão investigando... Na Bahia, em Sergipe, no Ceará, os comunistas estão hoje ativos. Em Minas Gerais, no estado mais católico do Brasil, o mais tradicionalista e conservador, os vermelhos também já conseguiram infiltrar-se. (...) No Rio Grande do Sul, em Cruz Alta, lá esteve o sr. vereador carioca Aristides Saldanha fazendo agitação e propaganda comunista contra o acordo Brasil-Estados Unidos. A polícia agiu, mas o juiz des...agiu porque "*uma ordem social em decadência, em plena e inobscurecível degringolada, sentindo-se na iminência de afogar-se na lama das negociatas, das bacanais à romana e da imoralidade administrativa*" é motivo, - para ele, juiz – até (não admirem leitores) para considerar "patriotas" os comunistas que querem entregar o país, como colônia, à URSS, e não considerar "*delito de espécie alguma o fato*" de se fazer propaganda contra a unidade nacional e a segurança do Brasil e a favor da subversão da ordem.[404]

Em novembro de 1953, o jornal inaugurou a seção "O olho de Sherlock", voltada exclusivamente à apresentação de denúncias anticomunistas. Em sua matéria inaugural, prometeu reproduzir "*as informações que recebemos de todos os pontos do país, sobre as atividades do partido estrangeiro*" [sic], e definiu seu objetivo: "*Esta seção tem por fim denunciar à Nação a existência dos traidores da Pátria. Tem por fim sacudir da inércia uma sociedade pobre, uma burguesia sem noção dos perigos que nos ameaçam, um povo*

---

[402] SALGADO, *Doutrina e tática comunistas*, op. cit., p 101.
[403] Igualzinho como na China. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 20.3.1953, p. 12.
[404] Prepara-se a Revolução Comunista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 10.4.1953, p. 8.

anestesiado pelos inoculadores da novocaína do egoísmo e do curare da abstenção".[405] A primeira denúncia apontava a organização do comunismo em Minas Gerais, relacionando 40 militantes, com profissão, cargo ocupado e outras informações.[406] Três semanas depois, denunciava o ingresso em massa de "agentes comunistas" no Brasil, provenientes do Leste Europeu: "*pelo menos oitenta por cento dos imigrantes introduzidos no Brasil pela Organização Internacional dos Refugiados são elementos perigosos, cujos fins verdadeiros aqui não são percebidos nem pelas autoridades nem por essa burguesia gozadora ou avarenta, que só pensa em prazeres ou em ganhar dinheiro*".[407] A edição seguinte acrescentava que "*as atitudes dos imigrantes búlgaros e macedônios no Brasil não se limitam a hostilizar compatriotas seus, mas se manifestam como nítidas atitudes de perturbadores da ordem*".[408] A seção listou nominalmente os 32 delegados brasileiros à Conferência da Confederação dos Trabalhadores da América Latina, realizado em Montevidéu, afirmando que "*as finalidades reais da conferência foram a realização de reuniões secretas levadas a efeito a fim de lançar um plano revolucionário em todo o continente*".[409] Também eram listados os deputados federais que integravam a comitiva da Câmara dos Deputados em viagem à União Soviética, reclamando que: "*a polícia prende pobres operários que distribuem propaganda comunista daqueles países, que lhes é dada pelos engravatados que ocupam cargos públicos ou militam na imprensa*",[410] e protestando, algumas semanas depois: "*Como pode o governo brasileiro permitir que deputados do nosso país visitem oficialmente uma Nação com a qual estamos de relações cortadas*?".[411] Em abril de 1954, mais uma reunião supostamente comunista era minuciosamente relatava pelo jornal:

> Conforme foi amplamente noticiado, e permitido pela Política do Distrito Federal, reuniu-se há dias mais uma convenção comunista para a propaganda das idéias que são elaboradas e destiladas pela URSS para os seus asseclas de além fronteiras. (...) Neste conclave russo, levado a efeito em terras brasileiras, fizeram-se ouvir, inicialmente o deputado Vieira de Melo do PSD baiano, verdadeira quinta-coluna desta agremiação partidária; Frota Moreira, figura proeminente do partido do Presidente da República, que

[405] O olho de Sherlock: Comitê estadual do Partido Comunista em Minas Gerais. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 6.11.1953, p. 1 e 11.
[406] Idem, ibidem.
[407] O olho de Sherlock: Terrorismo no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 27.11.1953, p. 1 e 8.
[408] O olho de Sherlock: o Brasil está minado. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.12.1953, p. 1 e 11.
[409] O olho de Sherlock: para os que não entendem o que se está passando no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.1.1954, p. 1 e 4.
[410] O olho de Sherlock: Vão à Rússia: cuidado com eles. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 4.5.1956, p. 1.
[411] As forças armadas brasileiras depositam flores em cada 25 de novembro, no túmulo dos mártires assassinados por Stalin no Brasil, e deputados brasileiros depositam flores no túmulo do mesmo Stalin. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 29.6.1956, p. 1 e 2.

> delegou poderes ao deputado uruguaio Roberto Morena (até quando deixaremos de ter vergonha na cara, nós brasileiros, vendo na Câmara dos Deputados Federais um representante estrangeiro ditando normas jurídicas ao povo brasileiro?); Campos Vergal, líder espírita, adepto do materialismo histórico; João Cabanas, assistente técnico da Chefatura de Polícia do Distrito Federal (!); os indispensáveis generais comunistas do "petróleo é nosso", Carnaúba, Basbaum e Felicíssimo Cardoso, este último diretor de Emancipação, órgão oficial de propaganda comunista no seio do Exército (!!!); e, por fim, o chefe comunista Euzébio Rocha, do PTB paulista. (...) Estes os homens da Convenção comunista que traçou rumos para a escravização do Brasil: deputados brasileiros e um uruguaio, além de generais reformados, sendo que um dos deputados comunistas é assistente técnico da chefatura de Política do Distrito Federal... Realmente, está tudo podre, muito podre (...) neste pobre Brasil, que cada dia se atola mais no lodaçal cavado de Tróia bolchevista, e aproveitando sabiamente pelos grandes aventureiros para a objetivação de seus interesses escusos.[412]

Ainda em 1954, o jornal publicou relação nominal, estado por estado, de mais de 600 supostos comunistas registrados candidatos às eleições daquele ano por diversos partidos, exigindo que o Superior Tribunal Eleitoral cassasse suas candidaturas.[413] A elaboração de uma lista tão vasta deixa evidente que estava um funcionamento uma ampla rede de informações, com ramificações nos diversos estados.

Uma nota curiosa é a reação da direção integralista à crise no Diretório Regional de São Paulo, em 1957, quando considerou como "comunistas" os dirigentes partidários que se opunham ao Diretório Nacional, o que revela uma evidente contradição com o discurso habitual que garantia que o PRP era completamente "imune à infiltração comunista". Naquele momento, *A Marcha* os classificava como "*oportunistas eleitoreiros desgraçadamente infiltrados no PRP"*, dos quais se aproveitava o comunismo.[414] Outros registros que não se tornaram públicos indicam que os integralistas realmente preocupavam-se com uma possível "infiltração comunista" em seu próprio partido. Um informe enviado pela seção paulista da OSIP denunciava como comunista o motorista Antenor de Albuquerque, registrado candidato a deputado pelo PRP em 1950, sustentando que ele foi inscrito na Ação Integralista Brasileira, "*dela se afastando quando do seu fechamento"*, que se tornou "*militante comunista, durante toda a legalidade e parte da ilegalidade do PCB, um dos fundadores do organismo ilegal MUT"*, e que posteriormente ingressou no PSB.[415] O Departamento de Informações do Centro Anticomunista de Belém, vinculado ao PRP paraense mantinha um fichário de "comunistas", do qual constavam dois

---

[412] Comunistas escrachados. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.4.1954, p. 1.
[413] 600 bolchevistas na luta pelo poder. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.8.1954, p. 1, 2 e 11.
[414] Articulação comunista em todo o país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1.11.1957, p. 4.
[415] Informe: Comunista inscrito como candidato a deputado pelo Partido de Representação Popular, 12.8.1950 (APHRC-FPS 053.003.015).

ex-dirigentes do partido naquele estado, além de referências a outros. Da ficha de Raimundo Nonato de Oliveira consta que ele "*pertenceu ao Partido de Representação Popular, tendo sido levado por elementos desse Partido (Sizenando e Gervásio) ao Partido Comunista, tendo grande aceitação e chegando a ser elemento de cúpula*".[416] Já o ex-perrepista José Batista Jobim teria *"em pleno período revolucionário, sido preso pelo oficial de dia da 5ª Companhia de guardas e levado para a Central e entregue ao Delegado Rui Silva, onde deu um nome falso*".[417]

Em termos gerais, os serviços de espionagem do integralismo atuaram como uma polícia paralela.. A despeito dos exageros e incorreções dos relatórios produzidos, o acompanhamento das atividades populares ou comunistas era sistematicamente realizado e orientava as ações anticomunistas do integralismo. Além disso, municiava a imprensa partidária em suas inúmeras denúncias, as quais visavam não apenas os comunistas, mas também as diversas lideranças políticas que com eles mantinham contato, faziam negociações ou estabeleciam acordos. A vasta estrutura montada demonstra nitidamente o grande investimento político dos integralistas na manutenção destes serviços, em conformidade com o papel histórico a que o movimento se propunha.

---------- x ---------- x ----------

A análise dos diferentes elementos caracterizadores do projeto político do integralismo que destacamos neste capítulo permite avaliar que a despeito das inúmeras oscilações táticas pelas quais o movimento passou durante o período investigado, o seu projeto se manteve praticamente inalterado em seus elementos centrais, caracterizando-se pela defesa permanente e sistemática de posições conservadoras e antipopulares. A defesa de uma democracia autoritária e restrita embasava as diversas posições antipopulares assumidas, através da afirmação de uma visão hierárquica que não apenas justificava a desigualdade social, como também defendia abertamente a obstrução dos instrumentos de decisão política às massas, consideradas incapazes e irracionais. A concepção de "espiritualismo" estabelecia um vínculo entre política e religião com a finalidade de justificar a oposição ao caráter laico do Estado e fundamentar seu projeto de "contra-reforma moral e intelectual". As propostas específicas, como a "entronização do Cristo

[416] Centro Anticomunista de Belém - Ficha nº 2: Raimundo Nonato de Oliveira (APHRC-Pprp 65.06.05/1).
[417] Centro Anticomunista de Belém - Ficha nº 3: José Batista Jobim (APHRC-Pprp 65.06.05/1).

Crucificado" e a referência a Deus no texto constitucional, ainda que possam parecer pouco relevantes, expressavam o antilaicismo integralista e permitiam ao movimento trazer elementos religiosos para o debate político. O nacionalismo integralista se viu completamente esvaziado, mantendo-se como puramente retórico e residual, o que se explica pelas posições econômicas ultraliberais assumidas pelo movimento. O projeto econômico sustentado pelo PRP tinha um conteúdo social claro, expresso em um forte antiintervencionismo, em suas restrições à industrialização acelerada e às medidas de planejamento mais abrangentes, e na oposição ao monopólio estatal do petróleo. Verifica-se, assim, que mesmo sua participação em governos tidos como "desenvolvimentistas", como o de Kubitscheck, não levou os integralistas a defenderem um projeto de industrialização acelerada. A crítica ao que chamavam de "capitalismo egoísta" era sempre formulada em termos morais, em consonância com as percepções da pequena burguesia que constituía sua base social, e não gerava nenhum desdobramento concreto em termos de defesa de um projeto econômico alternativo. Isto se verifica na sustentação de posições como a permanente oposição aos aumentos salariais, fundada no argumento monetarista de que os aumentos salariais causariam crescimento da inflação. Neste ponto, o diagnóstico econômico do movimento, mais uma vez, vincula-se de forma clara com as percepções de profissionais liberais e de pequenos proprietários rurais, associando-as aos interesses da burguesia, apontando como maiores problemas a inflação e os impostos, o que certamente determinava aos integralistas sérias dificuldades para a arregimentação de trabalhadores. Também o projeto agrário dos integralistas era concebido em termos claramente capitalistas, desmentindo sua retórica "anticapitalista". Seu fundamento era a defesa da propriedade e seu objetivo principal era a manutenção e reprodução da pequena propriedade rural, preferencialmente através de mecanismos de mercado, concebendo o Estado como apoiador, e não como agente direto do que denominavam "reforma agrária".

O anticomunismo, por sua vez, expressava de maneira clara o papel desempenhado pelos integralistas enquanto guardiões da ordem estabelecida. Constituía o fundamento principal de sua política externa, justificando não apenas a oposição sistemática ao estabelecimento de relações comerciais ou diplomáticas com países tidos como "socialistas", mas também servindo como argumento legitimador do alinhamento com os países do chamado "mundo ocidental", sob liderança dos Estados Unidos, e ainda como desculpa para o apoio às ditaduras dos países ibéricos. A permanente construção de um "perigo comunista" imediato e ameaçador fundamentava a "missão integralista" de

combater o comunismo, através de “receita” pela qual os integralistas pretendiam distinguir-se dos demais anticomunistas, preconizando uma ampla “contra-reforma moral e intelectual”. Finalmente, a manutenção de um serviço de espionagem e a sistemática publicação de denúncias contra supostos comunistas exprimem a centralidade do combate ao comunismo no projeto integralista, permitindo que se avalie que o combate ao comunismo, mais do que mero discurso público, foi uma elemento central da intervenção dos integralistas, compreendendo as mais diversas esferas, como o enfrentamento eleitoral, a campanha ideológica e a atividades clandestinas.

Considerações finais

O movimento integralista desempenhou um papel importante para a manutenção da dominação burguesa entre 1945 e 1964. Esta hipótese geral orientou nossa pesquisa, e sua confirmação evidencia-se nas diversas tarefas desempenhadas pelo integralismo no enfrentamento, contenção e denúncia dos "comunistas"; na afirmação de uma concepção excludente de "democracia"; na defesa incondicional da propriedade privada; e em sua presença cotidiana nos mais diversos espaços institucionais buscando afirmar seu projeto por meio de graduais reformas regressivas, em consonância com a ordem dominante em suas características fundamentais.

A avaliação da relevância da intervenção do integralismo deve necessariamente levar em conta a especificidade do papel desempenhado pelo partido por ele constituído, tendo em vista que sua organização era bastante peculiar, diferenciando-se claramente dos principais partidos burgueses – como PSD e UDN. Enquanto estes tinham como função o gerenciamento dos interesses imediatos do capital, representando suas diferentes frações no controle do aparelho estatal (executivo e legislativo) e, portanto, contando com uma estrutura interna flexível e essencialmente voltada à ocupação de posições de poder no interior do aparelho de Estado, o PRP desempenhava um papel mediato, assumindo tarefas de médio e longo prazo, como a sistemática propagação do anticomunismo e a permanente afirmação de uma concepção excludente de democracia. Desta observação decorre nossa percepção de que se torna insuficiente e até equivocado dimensionar a importância da intervenção integralista exclusivamente a partir da observação dos resultados eleitorais obtidos pelo PRP. De fato, as tarefas assumidas pelos integralistas transcendem as funções tradicionalmente desempenhadas pelos partidos burgueses, envolvendo uma mobilização ativa de um determinado setor social, com a criação de diversas organizações extrapartidárias; a disseminação permanente de uma ideologia legitimadora da ordem burguesa, a manutenção de uma rede de jornais, revistas e de uma editora, voltados não apenas à obtenção de resultados eleitorais, mas fundamentalmente à propagação de sua ideologia.

A primeira de nossas hipóteses subsidiárias propõe que para cumprir um papel de reforço à dominação burguesa entre 1945 e 1964, o integralismo reformulou sua estratégia, abandonando a perspectiva de assalto ao poder a curto prazo e optando pelo enquadramento na ordem institucional vigente. De fato, o integralismo passou por um processo de reformulação significativa, modificando sua estratégia, na medida em que,

constrangido pelos condicionantes externos – internacionais e nacionais –, deixou de se organizar voltado para a tomada imediata do poder e reformulação radical dos mecanismos de imposição da ordem burguesa, segundo uma perspectiva fascista. É importante tornar claro, no entanto, que esta modificação não implicou em abandono dos elementos centrais da ideologia integralista, mas apenas na opção por uma estratégia de afirmação progressiva desta ideologia, sem descartar o retorno à estratégia anterior, caso a conjuntura política o permitisse. De fato, parece evidente que mais do que uma opção, esta reformulação apresentava-se como única possibilidade para a reestruturação do movimento integralista no contexto de completo descrédito das ideologias e movimentos fascistas, no imediato pós-guerra. O fato de que em meados dos anos 50 alguns elementos da tradição integralista dos anos 30 foram recuperados - voltando o movimento a adotar o Sigma como seu símbolo e chegando a promover desfiles públicos – reforça este argumento, já que tal recuperação só ocorreu quando o registro partidário estava garantido e as relações com os diversos dirigentes s políticos garantiam que ele não seria ameaçado. É importante também reconhecer que elementos importantes do projeto integralista foram colocados em prática pelo Estado Novo e consolidados pela Constituição de 1946, com grande destaque para o controle estatal sobre a organização dos trabalhadores. Se isto parecia retirar dos integralistas algumas de suas bandeiras fundamentais, evidenciava sua proximidade com os setores dominantes e, por outro lado, facilitava-lhe a defesa da ordem vigente tal como estava constituída, restringindo suas propostas à permanente demanda do acirramento da repressão contra os comunistas e do controle sobre os trabalhadores em geral. A ênfase "espiritualista" e o desenvolvimento do "conceito cristão de democracia" foram, ao mesmo tempo, uma necessidade para a justificação do alegado "caráter democrático do integralismo" e elementos utilizados para justificar a proposição de uma "democracia" abertamente elistista e excludente. A estratégia de "guerra de posição", ocupando posições no parlamento e no executivo, além de facilitar a sobrevivência material do integralismo, permitiu-lhe colocar em prática alguns elementos de sua ideologia, ainda que em um ritmo e intensidade que muitas vezes decepcionava e desanimava sua militância, o que se deve não apenas à nova estratégia assumida pelo movimento, mas também pela própria inviabilidade de concretização coerente do projeto integralista, claramente contraditório e irracionalista, como qualquer projeto fascista. Em termos gerais, a reformulação estratégica foi uma resposta aos desafios da nova conjuntura político-social, tendo obtido um relativo êxito, na medida em que tornou possível a intervenção do integralismo nas duas décadas

seguintes e permitiu que os integralistas se apresentassem como “antifascistas”, o que, a despeito de todas as evidências em contrário, era reiteradamente admitido por grupos políticos e sociais vinculados às classes dominantes.

As diferentes fases da trajetória do PRP não se explicam exclusivamente por fatores internos a sua organização, mas vinculam-se claramente às distintas conjunturas da luta de classes. Assim, seu apoio ao governo Dutra, além de facilitar a obtenção do registro partidário, correspondeu à única opção que restava ao integralismo em um contexto de unificação dos grupos dominantes: seu alinhamento à coalizão conservadora. A fase seguinte – iniciada em 1952, com o movimento de “Independência Partidária”, a formação dos centros culturais, a oposição a Vargas e a reestruturação dos serviços de espionagem -, não apenas atendeu aos anseios da militância integralista, mas também implicou em adaptação a um contexto de intenso conflito social, frente ao qual os novos instrumentos criados (CCCJ, OSIP, Livraria Clássica Brasileira, *A Marcha*, etc.) foram eficazes, permitindo que o integralismo cumprisse com maior desenvoltura o papel a que se propunha. Igualmente a retomada do legado integralista correspondia a uma progressiva recuperação de formas organizativas mais abertamente fascistas, de grande utilidade em um contexto de agudo enfrentamento social. O restabelecimento da plena hegemonia burguesa, sob formas renovadas, no governo Kubitschek, no entanto, torna compreensível o recuo da retomada do legado integralista e a incorporação do PRP na coalizão dominante, efetivada através de seu ingresso no governo federal e em governos estaduais, como o de Leonel Brizola (PTB) no Rio Grande do Sul. Enquanto esta coalizão se manteve e atendeu aos interesses da grande burguesia brasileira – até o primeiro ano do governo Goulart -, o PRP manteve-se vinculado a ela. Com seu rompimento, os integralistas se incorporaram ao bloco golpista, desde meados e 1962, participando ativamente da articulação e mobilização que desencadearia a deposição de Goulart. Em todas estas “fases”, a despeito da diversidade das alianças estabelecidas pelo PRP e dos diferentes instrumentos de que lançou mão, a posição integralista manteve-se coerente com o papel desempenhado pelo movimento, adaptando-se continuamente às diferentes conjunturas político-sociais.

Outra hipótese subsidiária indica que os integralistas buscaram promover uma “contra-reforma moral e intelectual”. Ao contrário da “reforma moral e intelectual” preconizada por Gramsci, a “contra-reforma” dos integralistas caracterizava-se pelo reducionismo intelectual à obediência e por um moralismo de cunho repressivo e censório.

Isto fica bastante evidente tanto em sua forma de organização como em seu discurso público. Sua estruturação interna totalmente hierárquica visava claramente a obtenção de um comportamento dos militantes integralistas, no qual a disciplina, a obediência e o reconhecimento da hierarquia eram elementos centrais. Ainda que muitas vezes tenha provocado cisões, tal imposição constituía a própria base do integralismo, adequada ao papel a que se propunha. Os diversos recursos utilizados para a disseminação destes comportamentos confirmam a importância do projeto de "contra-reforma moral e intelectual" para o integralismo: muito além da estrutura partidária, este objetivo foi perseguido através da constituição de organizações voltadas à juventude e aos trabalhadores, da publicação sistemática de livros doutrinários normatizadores do comportamento que deveria ser seguido pelos integralistas, pela manutenção de programas radiofônicos periódicos e edição de jornais, nos quais a pregação doutrinária ocupava espaço destacado, inclusive com a pretensão de atingir um público mais amplo.

A necessidade que o integralismo passou a ter de preservar as posições institucionais que ocupava, para sua própria manutenção, e, conseqüentemente, a necessidade de priorizar os processos eleitorais e as articulações interpartidárias, muitas vezes levou a direção integralista a um pragmatismo que tendia a colocar em segundo plano seu projeto de contra-reforma moral e intelectual, ou seja, da educação permanente de seus militantes para o exercício da disciplina, o acatamento da hierarquia e a defesa da ordem. Particularmente a defesa de seus próprios interesses materiais por parte dos dirigentes integralistas passou a ser percebida pela militância integralista, gerando conflitos e dificuldades para Salgado e o grupo dirigente. Se tomássemos a construção de um "homem novo" nos termos em que ela era apresentada na propaganda integralista – com destaque para o "desprendimento material" e a "caridade cristã" – certamente teríamos que concluir que tal projeto fracassou. Em contrapartida, seu sentido real era muito diverso, e se a avaliarmos como instrumento para a imposição de alguns comportamentos que deveriam ser assumidos por parcelas disciplinadas da militância integralista – como a obediência, a defesa do caráter "sagrado" da propriedade e da desigualdade entre os homens, a subordinação frente à hierarquia integralista, a defesa incondicional da ordem e da autoridade constituída – parece-nos claro que a contra-reforma-moralizante e intelectualmente limitadora produziu resultados efetivos e relevantes, ainda que distintos dos publicamente apresentados pela direção integralista.

Nossa terceira hipótese subsidiária supunha que o PRP cumpriu sua função de apoio à dominação burguesa através da mobilização ativa de importantes parcelas da pequena burguesia. Isto se verificou claramente, tanto na composição social do movimento como na exploração de alguns elementos do caráter pequeno-burguês, ressaltados em sua ideologia e sua prática política, em uma versão claramente subordinada aos interesses gerais da burguesia e explicitamente oposta ao estabelecimento de uma aliança entre a pequena burguesia e o conjunto dos trabalhadores. Esses eram subalternizados por meio de uma visão restrita de democracia, pela concepção de uma ordem social na qual a desigualdade seria "natural" e o conjunto dos trabalhadores devia ocupar uma posição subordinada.

As diferenças na composição social das distintas instâncias partidárias é mais uma evidência das relações hierárquicas que presidiam a organização integralista: os pequenos proprietários rurais tinham seus interesses atendidos pelo PRP, participavam de seus diretórios municipais e em vários estados constituíam seu principal contingente eleitoral, mas em geral não participavam de suas instâncias diretivas mais elevadas. Em contrapartida, setores da alta classe média, em especial profissionais liberais com posição de elevado status social, como médicos e advogados, tinham peso relativamente reduzido no eleitorado integralista e em suas instâncias de base, mas constituíam grande parcela de suas direções estaduais e nacional, bem como de suas bancadas parlamentares. Estes profissionais liberais muitas vezes desempenhavam atividades características dos "intelectuais tradicionais", especialmente nos pequenos municípios semi-rurais, impondo-se como liderança frente aos pequenos agricultores e trabalhadores médios. Fica evidente, assim, que os integralistas pretendiam abarcar os diferentes segmentos da pequena burguesia, mas não da mesma forma e nas mesmas condições, estabelecendo-se uma clara hierarquia entre eles.

O estudo da trajetória integralista fornece diversos elementos para a reflexão em torno das características limitadas e restritas do processo democrático brasileiro. Destaca-se de maneira evidente o reconhecimento do pretenso "caráter democrático" do integralismo pelos principais agentes políticos – "liberais", "autoritários" e "trabalhistas", nacionalistas, desenvolvimentistas ou "entreguistas" – consubstanciado nas centenas de alianças, nas declarações formais acerca do programa do PRP e da doutrina integralista e na participação de integralistas em governos municipais, estaduais e no próprio governo federal. Todos os partidos legalmente registrados – com exceção apenas o Partido

Socialista Brasileiro – legitimavam a pretensão do integralismo em apresentar-se como "democrático", o que evidencia claramente o sentido conservador de suas concepções de democracia, tendo em vista que todos estes agentes conheciam o passado fascista do integralismo e, a despeito de sua "reorientação doutrinária", poderiam facilmente identificar no programa e na práxis do PRP as marcas de um projeto fascistizante. Isto fica ainda mais evidente com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral confirmando o "caráter democrático" do PRP, poucos meses depois de cancelar o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB). Tal questão transcende os objetivos desta tese, uma vez que implica na necessidade de uma reavaliação geral do "período democrático". Ainda assim, no que se refere mais especificamente à inserção do integralismo neste processo, cabe destacar que a aceitação de sua proposta fascistizante "renovada" deve levar-nos, no mínimo, a reconhecer que o integralismo não era um elemento estranho na política brasileiro, nem tampouco um grupo marginalizado e irrelevante.

Um aspecto particularmente relevante, ainda que cuidadosamente obscurecido pelo discurso integralista, é o estabelecimento de vínculos com a grande burguesia brasileira, em suas diferentes frações. Não resta dúvidas que jamais o integralismo chegou a ser a opção preferencial da burguesia brasileira – o que se explica pelo fato de que esta conseguiu manter a organização operária sob certos limites utilizando-se dele e de outros instrumentos, e também pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isto não significa, no entanto, que o integralismo fosse por ela descartado como instrumento acessório da imposição e manutenção de sua dominação. Explica-se, assim, que o integralismo tenha recebido recursos de grandes industriais, banqueiros e comerciantes, ainda que não os recebesse com a regularidade e no volume desejados. Explica-se também a aparentemente paradoxal indignação de Salgado, que mesmo sustentando uma crítica superficial à "burguesia gozadora" e a seu comportamento "anti-cristão", tinha clareza do papel desempenhado pelo integralismo na sustentação da dominação burguesa e, portanto, irritava-se continuamente com o que considerava como um financiamento abaixo do necessário. Para a burguesia, tal situação era extremamente favorável: mantinha o integralismo sob controle, beneficiando-se de sua pregação e sua práxis anticomunista permanentes e podendo utilizar-se de seus serviços, em outro patamar, no caso de um acirramento da luta de classes e da necessidade de contar com uma tropa de choque anticomunista disciplinada. Ainda que tal situação não tenha se efetivado, a manutenção

dos vínculos entre o integralismo e a grande burguesia evidencia que esta era uma possibilidade concreta.

Em vista destas considerações, nossa hipótese geral parece plenamente confirmada, podendo-se afirmar que a intervenção política do integralismo entre 1945 e 1965 cumpriu um papel relevante para a dominação burguesa. Em sua relação com os diversos partidos políticos, os integralistas sempre se orientaram pela defesa da manutenção da ordem política vigente, da estabilização institucional, da preservação do status quo, com especial destaque para a defesa da propriedade privada e da manutenção do controle sobre os trabalhadores. Sua intervenção nas crises políticas é reveladora: os integralistas somaram-se à oposição a Vargas às vésperas de sua deposição e suicídio; contrapuseram-se à tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, assim como boa parte da burguesia brasileira; atuaram na defesa do golpe parlamentarista em 1961, retirando os poderes presidenciais de Goulart sem provocar uma ruptura institucional aberta; e somaram-se à mobilização e articulação golpista entre 1963 e 1964, quando o conjunto da burguesia brasileira optou pela deposição de Goulart e imposição de uma ditadura civil-empresarial-militar. Nos momentos de relativa estabilidade institucional, os integralistas destacaram-se pela permanente defesa de um modelo de "democracia defensiva", justificada pela sua leitura do cristianismo, caracterizada por rigoroso controle social e desqualificação das massas populares; e também pela sistemática campanha anticomunista, que se desdobrava em diversas ações: conflitos de rua; pregação pública através de livros, folhetos, panfletos e jornais; campanhas desenvolvidas em comícios públicos e programas radiofônicos; cursos de "formação anticomunista"; defesa de uma política externa anticomunista; espionagem das atividades dos comunistas e seus aliados; e denúncia pública de atividades promovidas pelos comunistas e de candidaturas supostamente comunistas. Tanto a campanha anticomunista como a defesa da imposição de limites à prática democrática e fortalecimento dos mecanismos de repressão eram desenvolvidas continuamente, não se restringindo aos períodos de maior acirramento da luta de classes. Este caráter permanente do anticomunismo e da defesa de uma democracia restrita diferencia o papel desempenhado pelo integralismo dos demais partidos burgueses, os quais, embora em grande parte compartilhassem com tais posições, não as colocavam como preocupação central e permanente, a não ser em contextos políticos de radicalização dos setores subalternos, como as conjunturas de 1953-54 e 1963-64. Ainda que nestes momentos de mobilização anticomunista do conjunto dos grupos dominantes os integralistas deixassem

de aparecer como os principais protagonistas das campanhas anticomunistas, sua ação sistemática e permanente durante os períodos de menor confrontação social que precedem as conjunturas de crise hegemônica devem ser levados em consideração para a compreensão do posicionamento anticomunista e antidemocrático assumido pela maior parte da pequena burguesia, e, conseqüentemente, de seu alinhamento com os grupos dominantes, em oposição aos setores populares.

Arquivos e Fontes Consultados

A) Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (Rua 8, nº 3300 - Alto de Santana – Rio Claro – SP)

Fundo Plínio Salgado: Constituído por 150 caixas, reúne a documentação política de Plínio Salgado das décadas de 1920 a 1970. Inclui a documentação do Gabinete da Presidência do Diretório Nacional do PRP (1946-1965), documentos referentes às secretarias nacionais do PRP, manuscritos, originais de entrevistas concedidas por Plínio Salgado, panfletos, folhetos, revistas, livros de atas, listas de presenças, originais de discursos e programas radiofônicos, relatórios do serviço secreto integralista, recortes de jornais, relatórios dos diretórios regionais do PRP, iconografia, abaixo assinados, balancetes financeiros e manifestos.

Correspondência de Plínio Salgado: Abrange toda a correspondência particular e política, enviada e expedida por Plínio Salgado.

B) Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (Rua Coronel Vicente 520 cj. 2 – Centro – Porto Alegre – SP)

a) Fundos Documentais:

* Deliberações do Diretório Nacional;
* Correspondências do Diretório Nacional ao Diretório Regional;
* Correspondências do Diretório Regional ao Diretório Nacional;
* Correspondências da Secretaria Nacional de Propaganda;
* Documentação da Secretaria do Diretório Regional do PRP-RS;
* Livros de Atas das Convenções do PRP do Rio Grande do Sul;
* Composição Social dos Diretórios Municipais;
* Documentação dos processos eleitorais;
* Estatutos e Regulamentos do PRP;
* Panfletos eleitorais e doutrinários;
* Processos de Expulsão de integrantes do PRP;
* Recortes de jornais;
* Programas radiofônicos;
* Projetos parlamentares;
* Coleta Informal de Dados;
* INIC e IPASE.

b) Depoimentos Orais e Entrevistas

BATISTA, Neusa; FLACH, Ângela & MILKE, Daniel Roberto. *Depoimento de Antonio Setembrino de Mesquita.* Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999.

CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Mário José Maestri*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1998.

CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. *Velhos integralistas:* a memória de militantes do Sigma. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

CALIL, Gilberto Grassi & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Alberto Hoffmann*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2003.

CALIL, Gilberto, CARDOSO, Claudira & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1999.
CALIL, Gilberto, SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1999.
CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998.
CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolmy Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000,
CARDOSO, Claudira, FLACH, Ângela & MILKE, Daniel. *Depoimento de Lino Grings*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000.
Entrevista de Goffredo Telles Júnior. A Eugenio Bucci. *Teoria e Debate*, São Paulo, nov./dez. 1990.
MEDEIROS, Jader. *A força de um pensamento*. Rio de Janeiro, UOCB, 1973.
PIRES, Antonio. *Pelo PRP, na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre, mimeo, 1997.
Problemas da representação política e da democracia na experiência constituinte: Entrevista com Goffredo da Silva Telles Júnior. A Sérgio Soares Braga. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 6/7, 1996, p. 113-128. Dossiê Constituinte de 1946.

c) Livros integralistas:

MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil:* Ensaio Histórico-Sociológico do Período 1922-1954. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1957.
SALGADO, Plínio. *A crise parlamentar*: cinco discursos. Brasília: edição do autor, 1962.
SALGADO, Plínio *A mulher do século XX*. 2ª edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947. Coleção "Ortodoxia".
SALGADO, Plínio *Direitos e deveres do homem*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949.
SALGADO, Plínio. *Discursos na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1961.
SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
SALGADO, Plínio. *Discursos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947. Coleção Convivium.
SALGADO, Plínio. *Doutrina e tática comunista:* noções elementares. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1957.
SALGADO, Plínio. *Espírito da burguesia*. Rio de Janeiro, Livraria Clássica Brasileira, 1949.
SALGADO, Plínio *Extremismo e Democracia*. São Paulo: Guarumby, s.d. Coleção "Documentos Populistas" n. 2.
SALGADO, Plínio. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956.
SALGADO, Plínio *O conceito cristão de democracia*. Coimbra: Edição Estudos, 1945.
SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada, 1946.
SALGADO, Plínio. *O Ritmo da História*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1949.
SALGADO, Plínio. *Palavras Novas aos tempos novos*. Rio de Janeiro: Panorama, 1934.
SALGADO, Plínio. *Palestras com o Povo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958.
SALGADO, Plínio *Primeiro Cristo!* Porto: Figueirinhas, 1946.

d) Folhetos integralistas:

DIRETÓRIO Estadual de São Paulo do Partido de Representação Parlamentar. *O Affaire Cadillac no Partido de Representação Popular* São Paulo, 1957.

PARTIDO de Representação Popular. *Programa e Estatutos do Partido de Representação Popular*. Rio de Janeiro, Partido de Representação Popular, 1945.

PARTIDO de Representação Popular. *Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação de Marítimos.* Rio de Janeiro: Vanguarda, 1948.

SALGADO, Plínio. *Como se prepara uma China.* Rio de Janeiro, s. ed., [1949?]

SALGADO, Plínio. *Concepção integralista do comunismo e do capitalismo*. Salvador, Federação dos centros Culturais do São Francisco, 1958

SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1975.

SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos integralistas brasileiros.* [Porto Alegre], s./ed., 1945.

SALGADO, Plínio. *Projeto de Emenda Constitucional nº 609*. São Paulo: Voz do Oeste, s./d.

SILVA, Jayme Ferreira. *A verdade sobre o Integralismo:* Discurso Pronunciado na Câmara do Distrito Federal na Sessão de 9 de julho de 1947. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947, 32 p.

e) Jornais integralistas

A Marcha (Rio de Janeiro, 20.2.1953-ago. 1965);

Boletim do PRP (Porto Alegre, 18.1.1946-7.10.1948);

Idade Nova (Rio de Janeiro, 4.5.1946-14.4.1951);

Reação Brasileira (Rio de Janeiro, 31.5.1945-15.2.1946);

Bibliografia Citada

a) História do Brasil

ALBA, Victor. *História del movimiento obrero en América Latina*. México, Libreros Mexicanos Unidos, 1964.

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Volume III: O Brasil Republicano. Tomo 3: Sociedade e Política 1930-1964. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991. 5ª edição, p. 227-255.

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes & MARANHÃO, Ricardo. O declínio do Estado Novo. In: ALMEIDA, Antonio Mendes & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil História Texto e Consulta:* Era de Vargas. São Paulo: Hucitec, 1991.

ALMINO, João, *Era uma vez uma Constituinte:* lições de 1946 e questões de hoje. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALMINO, João. A ideologia autoritária no discurso democrático: o direito de greve, a autonomia sindical e a liberdade de organização partidária na Constituinte de 1946. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 19.

ALMINO, João. *Os democratas autoritários:* Liberdades sindicais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALVES, *Os nossos super-homens:* nem notívagos nem marinheiros, são os integralistas que chegam. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982. Coleção Os grandes enigmas da história .

ANDRADE, Regis de Castro. Perspectivas do Populismo brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, jan. 1979, n. 7, p. 41-86.

ANTOINE, Charles. *O integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, no. 21, v. 3, jul./set. 1978, p. 161-180.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Totalitarismo e revolução:* o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BARBOSA, Júlia Monnerat. *As greves no Rio de Janeiro do pós-guerra*. Monografia de Conclusão do Bacharelado em História. Niterói, UFF, 2000.

BARROS, Edgard Luis. *O Brasil de 1945 a 1964.* São Paulo: Contexto, 1990.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo*: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O PTB e o trabalhismo:* partido e sindicato em São Paulo 1945-1964. São Paulo: Brasiliense / Cedec, s./d.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil.* Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História, 40.

BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie (org.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. p. 65-112.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1992.

BOITO, Armando. *O golpe de 1954:* A burguesia contra o populismo. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOITO, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec / Campinas: Unicamp, 1991.

BRAGA, Sérgio Soares. A Constituinte de 1946 e a nova ordem econômica e social do Pós-Segunda Guerra Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, n. 6/7, 1996, p. 7-24. Dossiê Constituinte de 1946.

BRUM, Argemiro. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 21ª edição. Petrópolis: Vozes / Ijuí: Unijuí, 2000.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil:* princípios e práticas. Tese de Doutorado em História, São Paulo, USP, 1998.

CALIL, Gilberto & SILVA, Carla Luciana. O integralismo e o Estado Novo. In: PADROS, Enrique, RIBEIRO, Luis Daria & GERTZ, René. *Segunda Guerra Mundial: da crise dos anos 30 ao Armagedón*. Porto Alegre: Folha da História / CDAIBPRP, 2000. p. 125-139.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). Porto Alegre: Edipucrs, 2001. Coleção História.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). i*n: FAUSTO, Bóris (coord,) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. Rio de Janeiro, Bertand, 1991. 5a edição p. 121-224.

CAMARGO, Aspásia. Autoritarismo e populismo: bipolaridade no sistema político brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 12, 1976, p. 22-45.

CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular:* política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 1999.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

CARNEIRO, Márcia. Memória e integralista: um estudo da militância no Rio de Janeiro. Niterói: Dissertação de Mestrado em História, 2002.

CARONE, Edgard. A crise do Estado Novo e a recuperação das esquerdas (1942-1945). In: *Brasil Anos de crise.* 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991.

CARONE, Edgard. *A república liberal.* Volume 1: Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985. Coleção Corpo e Alma do Brasil

CARONE, Edgard. *A república liberal.* Volume 2: Evolução política (1945-1964). São Paulo, Difel, 1985. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945).* 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

CARONE, Edgard. *O PCB* (1943-1964). São Paulo, Difel, 1982, Coleção Corpo e Alma do Brasil.

CARVALHO, Horácio Martins de. O caráter de classe no sistema partidário brasileiro. *Encontro com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 13, jul. 1979, p. 117-151.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'Araújo, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras na Era Vargas.* Rio de Janeiro: UERJ / FGV, 1999, p. 55-81.

CARVALHO, Maria Isabel Valadão. Orientações econômicas governamentais: as perspectivas do período democrático-populista. *Dados:* Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 35, n. 1, 1992, p. 67-86.

CAVALARI, Rosa. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999.

CAVALCANTE, Berenice. *As* "esperanças que não morrem"*:* política e cultura na sociedade brasileira na década de 40. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, Vol. 11, 1989, p. 543-575.

CAVALCANTI, Orlando. *Os insurretos de 43:* o Manifesto Mineiro e suas conseqüências. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

CENTRO de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. *Relação de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores do PRP no Rio Grande do Sul* (1947-1965). Porto Alegre: CDAIBPRP, 1997.

CERQUEIRA Filho, Gisálio. *A "questão social" no Brasil:* crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHACON, Vanireh. *Estado e povo no Brasil:* as experiências do Estado Novo e da democracia populista 1937-1964. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

CHACON. Vanireh. *História dos Partidos brasileiros*. Brasília,Ed. UnB, 1981.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 2ª edição. Belo Horizonte: UMA Editora / São Paulo: Ad Hominen, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre o pensamento conservador nos anos 30: Plínio Salgado. In: Moraes, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 27-42.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978, p. 17-149.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do Jubileu de Prata integralista* (1967-1971). Dissertação de Mestrado em História. Assis: Unesp, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Galinha verde ou Fênix*: Simbologia e intelectualidade integralista num projeto de celebração: o caso da Enciclopédia do integralismo (1957-1964). Mimeo.

CIDADE, Maria Lúcia & SZWARÇA, Décio. 1955: o voto verde em Curitiba. *História: questões e debates*, Curitiba, n. 18-19, jul / dez 1989, p. 181-209.

CONSTITUIÇÕES Brasileiras: 1946. Brasília: Senado Federal, 2001.

CORSI, Francisco Luis . O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, n. 6/7, 1996, p. 25-36. Dossiê Constituinte de 1946.

CORSI, Francisco Luis. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 7-21. Dossiê Burguesia e Política [completar referência]

CORSI, Francisco Luis. *Estado Novo:* política externa e projeto nacional. São Paulo: Unesp / Fapesp, 2000

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*. São Paulo, Scritta. 1995.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Burguesia Comercial e Parlamento no Brasil dos anos 50. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 23-39. Dossiê Burguesia e Política.

CUÍCA de Santo Amaro. *Controvérsia no cordel*. São Paulo, Hedra, 2000

DELGADO, Lucília. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-64*. Petrópolis: Vozes, 1986.

DICIONÁRIO Crítico do Pensamento de Direita: Idéias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Faperj / Mauad, 2000.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 volumes.

DULCI, Octávio. A UDN e o anti-populismo no Brasil. Belo Horizonte, UFMG, 1986.
DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
FARIA, Antonio Augusto da Costa. A queda de Vargas e a Constituinte In: ALMEIDA, Antonio Mendes & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil História Texto e Consulta:* Era de Vargas. São Paulo: Hucitec, 1991.
FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 2ª edição revista e aumentada. Porto Alegre: Globo / São Paulo: Edusp, 1975.
FAUSTO, Bóris. *História do Brasil.* São Paulo Edusp, 1996.
FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento 1946-1964. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta:* a experiência brasileira. São Paulo: Sesc / Senac, 2000.
FLACH, Ângela. "Os vanguardeiros do anticomunismo": o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
FLEISCHER, David Verger. *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 2 volumes. Coleção Cadernos da UnB.
FLEISCHER, David. *O pluripartidarismo no Brasil:* dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. Dados: Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, 24 (1), jan.;abr. 1981.
FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil.* São Paulo, 1974.
FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1991.
GIOVANETTI NETTO, Evaristo. A esquerda e os impasses da transição para a democracia no pós-guerra (1945-1946). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, UFPR, n. 6/7, 1996, p. 37-57. Dossiê Constituinte de 1946
GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946.* São Paulo, Novos Rumos, 1986.
GOMES, Ângela Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Iuperj / Vértice, 1988.
GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira.* 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
GRIMBERG, Lúcia. *A Aliança Renovadora Nacional (ARENA):* a criação do bipartidarismo e do partido do governo (1965-1979). Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1998.
HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: *O Brasil na crise internacional.* Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, p. 23-57.
HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
HILTON, Stanley. *O ditador e o Embaixador:* Getúlio Vargas, Adolfo Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1982.
HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas:* O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro, 1985.
HUNSCHE, Carlos Henrique. *O integralismo brasileiro:* história e caráter do movimento fascista no Brasil. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1996.
IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina.* 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1930-1970). 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

IANNI, Octávio. *O ciclo das revoluções burguesas.* Petrópolis: Vozes, 1984.

DEBERT, Guita. *Ideologia e populismo.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil.* 1500-1964. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo verde:* o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF, 2001.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1980

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática:* o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas:* o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Iuperj / Rio Fundo, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITÃO, Cláudia Souza. *A crise dos partidos políticos brasileiros:* os dilemas da representação política no estado intervencionista. Fortaleza: Gráfica Tiprogresso, 1989.

LEVINE, Robert. *Pai dos pobres:* O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIMA Júnior, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros:* a experiência federal e regional. 1945-1964. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

LIMA, Délcio Monteiro. *Os senhores da direita.* Rio de Janeiro: Antares, 1980.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário:* natureza do Estado e Conjuntura Econômica, Condições de Vida e Consciência de Classe, 1930-1970. Rio de Janeiro, 1992.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil* (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAIO, Marcos Chor. N*em Rotschield nem Trotski:* o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro, Imago, 1992.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e redemocratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil.* Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada:* A política dos comunistas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 1999.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1978.

MEDEIROS, Jarbas & VIEIRA, Margarida. As idéias políticas de Plínio Salgado. In: CRIPPA, Adolpho (coord.). *As idéias políticas no Brasil.* Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979, p. 139-186.

MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. *Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro, Mimeo, s./d.

MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 1995

MENDONÇA, Sonia. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 267-299.

MENDONÇA, Sônia. *Estado e Economia no Brasil:* opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal., 1985.

MERCADANTE, Paulo. O neoliberalismo do pós-guerra. In: CRIPPA, Adolpho. (Coord.). *As idéias políticas no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Convívio, 1979. p. 211-225.

MICELLI, Paulo, *História, histórias*: o jogo dos jogos. Campinas, Unicamp, 1996.
MOISÉS, José Álvaro. 1953, a greve dos 300 mil em São Paulo: anotações históricas e teóricas sobre uma conjuntura concreta. In: *Contraponto:* Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, nov. 1976, p. 14-40.
MONIZ BANDEIRA, Luis A. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
MORAES, João Quartim. Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e crispações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim (org). *História do marxismo no Brasil*. Volume 3: Teoria e interpretações. Campinas: Unicamp, 1998, p. 161-199.
MORAES NETO, Geneton & SILVEIRA, Joel. *Nitroglicerina pura.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1992.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.
MOURA, Gerson. *A campanha do petróleo.* São Paulo, Brasiliense, 1986.
NASSER, David. *A Revolução dos Covardes:*Diário secreto de Severo Fournier. 2ª edição. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947.
OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução sócio-econômica do Brasil:* do descobrimento à Nova República. 2ª edição. São Paulo: Ortiz, 1990.
OLIVEIRA, Lucia Lippi. Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, 10, 1963, p. 146-153.
PCB: Processo de Cassação do Registro: 1947. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.
PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da república.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1989.
PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil.* 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1980.
PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e transição*. Revista USP, São Paulo, março 91, p. 45-56.
RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50.* Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
RODRIGUES, Marli. *A década de 50*: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2000.
RUDIGER, Selbach. Por que o colono vota na direita? *Revista Brasiliense,* Rio de Janeiro, n. 45, 1963, p. 80-84.
SANTOS, Wanderley Guilherme. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, 1987.
SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político.* São Paulo: Duas Cidades, 1978.
SARETTA, Fausto. A política econômica brasileira 1946/1950. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, UFPR, p. 113-129. Dossiê Burguesia e Política.
SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB.* 2ª edição. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.* Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha:* imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em campo verde,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília. *Os presidentes:* Eurico Gaspar Dutra: A Espada sob a lei 1946-1951. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília. *Os presidentes*: Getúlio Vargas*:* O Estado Novo 1937-1945. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, Zélia Lopes. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990, Coleção "Onde está a república", p. 137-146.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Getúlio à Castelo. 12ª edição. Rio de Janeiro , Paz e Terra, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil.* São Paulo , Difel, 1974p

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Uma resenha e uma resposta. *Dados:* Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Campus, vol. 27, n. 1, 1984. p. 93-104.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas:* desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA, Francisco Martins. O integralismo. in*: Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. Volume 5, p. 61-109.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil.* São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

TAVARES, José Antonio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro.* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 1964.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

TONINI, Veridiana. *Uma relação de amor e ódio*: o caso de Wolfram Metzler (1932-1937). Passo Fundo: UPF, 2003.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Dados Estatísticos.* Brasília: Imprensa Oficial, 1964. 9 volumes.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *O fechamento do Partido Comunista do Brasil*: Os pareceres Barbedo. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

TRINDADE, Hélgio. A Ação Integralista Brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados:* Revista de Ciências Sociais, vol. 10, Rio de Janeiro, 1973, p. 25-60.

TRINDADE, Hélgio. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta:* a experiência brasileira. São Paulo: Sesc / Senac, 2000. p. 349-380.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974.

TRINDADE, Hélgio. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In*:* FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertand, 1991, p. 299-335.

TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar:* balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141.

VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira:* análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VECCHIO, Wanda del. *Liberalismo e democracia na Constituinte de 1946:* os direitos individuais e de associação. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP.

VIANA, Cíbilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento.* De Getúlio a Jango. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

VIANA. Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ª edição revista. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso:* cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 11ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 105-122.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *Em busca do Sigma*: estudo sobre o passado político de Plínio Salgado às vésperas da fundação da AIB. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1978.

VIEIRA, Maria Rosa. *Francisco Campos: pensamento político.* São Paulo, Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

WEFFORT, Francisco, *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura de pós-guerra*. Estudos Cebrap, São Paulo, ed. Brasileira de Ciências, n. 4. 1973.

WEFFORT, *O populismo na política brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

b) Obras de referência teórico-metodológicas

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Introdução: Classe média: caráter, posição e consciência de classe. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (org.) *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

BOBBIO, Norberto et alii (orgs.) *Dicionário de Política*. 2 volumes. 12ª edição. Brasília, UnB, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda:* razões e significados de uma distinção política. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2001.

BURON, T. & GAUCHON. P. *Los fascismos.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1983. Biblioteca Actual.

FERNANDES, Florestan (org.). *Marx & Engels*: História. São Paulo: Ática, 1983.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONTES, Virgínia. Interrogações sobre o capitalismo na atualidade – trabalho e capital, economia e política. Mimeo, Rio de Janeiro, 2004.

GENTILE, Emílio & DE FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos.* Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populismo na América Latina.* 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LACLAU, Ernest. *Política e ideologia na teoria marxista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LENHARO, Alcir. *Nazismo:* o "triunfo da vontade". 5ª edição. São Paulo: Ática, 1985.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 11ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Volume 2. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MASSIAH, Gustave. Divisão internacional e alianças de classe. In: AMIN, Samir (org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 93-112.

MILZA, Pierre. *Fascismes et ideologies réactionnaires en Europe* (1919-1945). Paris: Armand Colin, 1969.

PARIS, Roberto. *As origens do fascismo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. Coleção Khronos.

PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza, 1980.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91-116.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e estrutura de classes. In: CARDOSO, Fernando Henrique & MARTINS, Carlos Estevão. *Política e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 282-297.

PRADO, Maria Ligia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RODRIGUES, Antonio (org.). *Fascismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

SAES, Décio. Classe média e política. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertand, 1991, p. 449-506.

SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). In: *Contraponto:* Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Ano II, n. 2, nov. 1977. p. 96-102.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

SILVA, José Luis Werneck (org.). *O feixe e o prista:* 1 – O autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

TANNENBAUM, Edward. *LA experiência fascista:* sociedad y cultura em Itália (1922-1945). Madrid: Alianza, 1972.

TRINDADE, Hélgio. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis & VIZENTINI, Paulo (orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2000, p. 51-78.

TRINDADE, Hélgio. *Interpretações do fascismo na América Latina*: contribuição para o estudo do fascismo extra-europeu. Porto Alegre: mimeo, 2001.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo:* a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Anexo 1

Relação dos Centros Culturais da Juventude

Abaetetuba	PA	Movimento Estudantil Patriótico	
Adamantina	SP	Centro Cultural	Gonçalves Dias
Afogados de Ingazeira	PE	Centro Cultural	Dom Expedito Lopes
Aguaí	SP	Centro Cultural da Juventude	
Alagoinhas	BA	Grupo Cultural Recreativo	Rui Barbosa
Alfenas	MG	Centro Cultural da Juventude	Farias Brito
Americana	SP	Centro Cultural da Juventude	
Anápolis	GO	Centro Cultural	Wolfran Metzler
Aracaju	SE	Centro Cultural da Juventude 17 de março	
Araçatuba	SP	Centro Cultural	Couto de Magalhães
Araguari	MG	Centro Cultural da Juventude	
Araraquara	SP	Grupo Cultural	Alberto Torres
Arcoverde	PE	Centro Cultural	Cardeal Arcoverde
Assis	SP	Centro Cultural da Juventude	
Bacabal	MA	Centro Cultural	Alves de Barros
Baependi	MG	Centro Cultural da Juventude	
Bagé	RS	Centro Cultural	Leonel Franca
Baião	PA	Centro Cívico	Levindo Rocha
Bandeirantes	PR	Centro Cultural da Juventude	
Barão de Grajaú	MA	Centro Cultural	Agapito Barros
Barbacena	MG	Centro Cultural da Juventude	
Barbalha	CE	Centro Cultural da Juventude	Tristão Gonçalves
Barra Bonita	SP	Centro Cultural da Juventude	
Barretos	SP	Centro Cultural da Juventude	
Baturité	CE	Centro Cultural	Franklin Távora
Baturité	CE	Centro Cultural	Padre Manuel Cândido
Bauru	SP	Centro Cultural e Esportivo	Padre Anchieta
Belém	PA	Centro Cultural	Pedro Teixeira
Belém	PA	Centro Universitário Paraense	
Belém	PA	Grupo Cultural e Recreativo	Brasil
Belém	PA	Centro Cultural	Henrique Abílio
Belém	PA	Centro Cívico	Dom Macedo Costa
Belém	PA	Movimto. Estudantil Patriótico	
Belo Horizonte	MG	Grêmio Mineiro de Recreação Cultural	
Belo Horizonte	MG	Federação Mineira da Juventude	
Belo Horizonte	MG	Centro Cultural	Lúcio José dos Santos
Belo Horizonte	MG	Grupo Cultural Recreativo	
Blumenau	SC	Centro Cultural	Fritz Müller
Bom Jardim	PE	Centro Cultural da Juventude	
Bonfim	PA	Grupo Cultural de Estudos	Rui Barbosa
Botucatu	SP	Centro Cultural da Juventude	
Brejo	MA	Clube Literário Recreativo	Humberto de Campos
Brusque	SC	Centro Cultural	Cônsul Carlos Renaux
Cabo Frio	RJ	Centro Cultural	Teixeira de Souza
Caçapava	SP	Centro Cultural	José de Anchieta
Cachoeira Paulista	SP	Centro Cultural	Silva Caldas
Cachoeiro de	ES	Centro Cultural	Pedro Estellita Herkenhoff

Itapemirim			
Cajazeiras	PB	Centro Cultural	Padre Rolim
Cajuru	SP	Centro Cultural da Juventude	
Caldas	MG	Centro Cultural	Eduardo Carlos Pereira
Campina Grande	PB	Centro Cultural	Barão do Rio Branco
Campinas	SP	Associação Municipalista Estudos Sociais	
Campinas	SP	Centro Cultural	9 de Julho
Campinas	SP	Centro Cultural	Pandiá Calogeras
Campo Bom	RS	Centro Cultural	Antonio Vieira
Campo Grande	MT	Centro Cultural	Paulo Setúbal
Campos	RJ	Centro Cultural	Olavo Bilac
Campos	RJ	Centro Cultural	Frederico Herrmann Júnior
Campos	RJ	Centro Cultural	Rosa Souza Braga (infantil)
Canoas	RS	Centro Cultural	Fagundes Varella
Carmo da Cachoeira	MG	Centro Cultural	Rui Barbosa
Caruaru	PE	Centro Cultural	Olavo Bilac
Caruaru	PE	Centro Cultural	Oliveira Lima
Castelo	ES	Centro Cultural da Juventude	Domingos José Martins
Castro	PR	Centro Cultural	Santa Cruz
Coarací	BA	Centro Cultural	Manoel Vitorino
Conselheiro Lafaiette	MG	Centro Cultural	Cons. Lafaiette
Coroatá	MA	Centro Cultural	Menezes Júnior
Corumbá	MT	Centro Cultural	Visconde de Taunay
Crato	CE	Centro Cultural	Padre Anchieta
Crato	CE	Frente Nacionalista Cristã	
Cravinhos	SP	Centro Cultural	Rodrigues Alves
Criciúma	SC	Centro Cultural	Machado de Assis
Cruz Alta	RS	Centro Cultural da Juventude	José Caruso
Cruzeiro	SP	Centro Cultural Integral	Otacílio Gomes
Cuiabá	MT	Centro Cultural	Paulo Setúbal
Curitiba	PR	Centro Cultural	Euclides da Cunha
Curitiba	PR	Centro Cultural	Nelson Victor
Curvelo	MG	Centro Cultural da Juventude	
Descalvado	SP	Centro Cultural	Rui Barbosa
Diamantina	MG	Centro de Estudos	Couto de Magalhães
Divinópolis	MG	Centro Cultural	1º de junho
Dracena	SP	Centro Cultural	Padre Anchieta
Duque de Caxias	RJ	Centro Cultural	Lara Vilela
Elói Mendes	MG	Centro Cultural da Juventude	
Erechim	RS	Centro Cultural	Jackson de Figueiredo
Estreito	SC	Centro Cultural	Mário David Moura
Exu	PE	Grupo de Estudos	Agamenon Magalhães
Feira de Santana	BA	Centro Cultural	Maria Quitéria
Feira Santana	BA	Grupo de Estudos do Ginásio Santanópolis	
Florianópolis	SC	Sociedade Cultural	Joaquim Nabuco
Formiga	MG	Centro Cultural	Eugenio Pacelli
Formosa	GO	Centro Cultural Formosa	
Fortaleza	CE	Frente Cultural Nacionalista	
Fortaleza	CE	Centro de Cultura Jurídica	Clóvis Bevilácqua
Fortaleza	CE	Centro de Estudos	Farias Brito
Fortaleza	CE	Ação da Juventude Integralista	
Fortaleza	CE	Centro Cultural	Padre Mororó

Fortaleza	CE	Centro Cultural	Capistrano de Abreu
Franca	SP	Centro Cultural	Rui Barbosa
Franca	SP	Centro Cultural	Santo Agostinho
Franca	SP	Academia Literária	Paulo Setúbal
Garanhuns	PE	Centro Cultural	Celso Vieira
Garça	SP	Centro Cultural de Garça	
Goiânia	GO	Centro Cultural da Juventude	
Governador Valadares	MG	Centro Cultural da Juventude	Casemiro de Abreu
Granja	CE	Centro Cultural	Conrado Porto
Gravatá	PE	Centro Cultural	Machado de Assis
Guaporé	GP	Centro Cultural da Juventude	
Guarabira	PB	Centro Cultural	Rui Barbosa
Guarabuna	PE	Centro Cultural da Juventude	
Guarapuava	PR	Centro Cultural	Alberto Torres
Guararapes	SP	Centro Cultural	Vital Brasil
Guaratinguetá	SP	Centro Cultural	Lamartine Delamare
Guaratinguetá	SP	Centro Cultural	Nogueira da Gama
Ibicaraí	BA	Centro Cultural	Faustino Santos Lira
Igatu	BA	Centro Cultural	Barão de Studart
Ijuí	RS	Centro Cultural da Juventude	
Ilha de Marajó	PA	Centro Cultural	
Ilhéus	BA	Centro Cultural e Ação Ilheense	
Ilhéus	BA	Centro Cultural	Barão do Rio Branco
Ilhéus	BA	Grupo de Estudos	Joaquim Nabuco
Irati	PR	Centro Cultural 15 de julho	
Itapetinga	BA	Centro Cultural da Juventude	
Itabirito	MG	Centro Cultural	Agostinho Medici
Itabuna	BA	Centro Cultural	Oliveira Viana
Itabuna	BA	Centro Cultural	Herbert Parente Fortes
Itajaí	SC	Centro Cultural	Vitor Konder
Itajaí	SC	Centro Cultural	Leão XIII
Itajubá	MG	Centro Cultural	Teodoro Santiago
Itajuípe	BA	Centro Cultural da Juventude	Dom Eduardo
Italva	RJ	Centro Cultural	João Papaguérios
Itapé	BA	Centro Cultural	Visconde do Rio Branco
Itararé	SP	Centro Cultural Itararé	
Itatiba	SP	Centro Cultural	Barão do Rio Branco
Ituiutaba	MG	Centro Cultural	Rui Barbosa
Ituverava	SP	Centro Cultural	
Jacarezinho	PR	Centro Cultural da Juventude	
Jaraguá do Sul	SC	Centro Cultural	Machado de Assis
Jaú	SP	Centro Cultural da Juventude	José de Alencar
João Pessoa	PB	Centro Cultural	Euclides da Cunha
João Pessoa	PB	Centro Cultural	Gustavo Barroso
Joinville	SC	Centro Cultural	Visconde de Taunay
José Brandão	MG	Centro Cultural	Tiradentes
Juazeiro	BA	Grêmio Literário Cruzados	
Juazeiro do Norte	CE	Centro Cultural	José de Alencar
Juazeiro do Norte	CE	Centro Cultural	Humberto de Campos
Juazeiro do Norte	CE	Centro de Cultura Hispano-Americana	
Juiz de Fora	MG	Centro Cultural da Juventude	
Jundiaí	SP	Centro Cultural	Euclides da Cunha

Lages	SC	Centro Cultural	Jonas Ramos
Lages	SC	Centro Cultural	Lauro Muller
Laguna	SC	Centro Cultural	Dona Joana Mussi
Lapa	PR	Centro Cultural	Padre Anchieta
Lavras	MG	Centro Cultural	Raimundo Correa
Limoeiro do Norte	CE	Centro Cultural	Padre Valdevino Nogueira
Limoeiro do Norte	CE	Centro Cultural	Francisco José do Nascimento
Lins	SP	Centro Cultural	Tiradentes
Londrina	PR	Centro Cultural	Guilherme da Mota Correia
Lorena	SP	Centro Cultural	Dona Odila Rodrigues
Maceió	AL	Associação Alagoana de Imprensa Juvenil	
Maceió	AL	Centro Cultural	Tavares Bastos
Maceió	AL	Patrulha Nacionalista Cristã	
Maceió	AL	Corporação Juvenil da Patr. Nac.Cristã	
Maceió	AL	Grêmio Corporativo da Patr. Nac. Cristã	
Manaus	AM	Sociedade de Estudos	Oliveira Viana
Manaus	AM	Centro Cultural	Rejente Feijó
Manaus	AM	Sociedade de Estudos	Floriano Peixoto
Manaus	AM	Sociedade de Estudos	Euclides da Cunha
Maranguape	CE	Centro de Estudos	Domingos Façanha
Maria da Fé	MG	Centro Cultural	Tiradentes
Marília	SP	Centro Cultural	Marília de Dirceu
Marília	SP	Centro Cultural 4 de abril	
Massapê	CE	Centro Cultural	João Pessoa
Mirandópolis	SP	Centro Cultural da Juventude	
Mirassol	SP	Centro Cultural	Oliveira Viana
Monsenhor Tabosa	CE	Centro Cultural	Coronel Epifânio
Monte Aprazível	SP	Centro Cultural	Prof. Juvencio
Montenegro	RS	Centro Cultural da Juventude	
Montes Claros	MG	Centro Cultural	D. João Pimenta
Montes Claros	MG	Centro Cultural	Pandiá Calógeras
Montes Claros	MG	Centro Cultural	Dom Vital
Muriaé	MG	Centro Cultural	Bernardo de Vasconcelos
Natal	RN	Centro Cultural	Marechal Rondon
Natal	RN	Centro Cultural	Tobias Monteiro
Nepomuceno	MG	Centro Cultural	Afonso Penna
Niterói	RJ	Centro de Estudos	José de Alencar
Niterói	RJ	Centro Cultural	Oliveira Viana
Nova Friburgo	RJ	Centro Cívico-Cultural	Padre Madureira
Nova Iguaçu	RJ	Centro Cultural	Filadelfo de Azevedo
Nova Iguaçu	RJ	Centro Cultural	Pereira da Silva
Novo Hamburgo	RS	Sociedade de Estudos	Oliveira Viana
Oeiras	PI	Centro Cultural	Tiradentes
Olinda	PE	Centro Corporativo de Peixinhos	
Oliveira	MG	Centro Cultural da Juventude	
Osvaldo Cruz	SP	Centro Cultural	Osvaldo Cruz
Ourinhos	SP	Centro Cultural da Juventude	
Pacatuba	CE	Centro Cultural	Juvenal Galeno
Pacatuba	CE	Centro Cultural	Padre Godofredo
Palmeira dos Índios	AL	Centro Cultural da Juventude	
Palmeira	PR	Centro Cultural	Jesuíno Marcondes
Paraíba do Sul	RJ	Centro Cultural da Juventude	

Paraisópolis	MG	Centro Cultural e Recreativo	Monsenhor Dutra
Pará de Minas	MG	Centro Cultural da Juventude	
Paranaguá	PR	Centro Estudantil	Fernando Amaro
Parnaíba	PI	Centro de Estudos	Barão do Rio Branco
Patos	MG	Centro Cultural	Rui Barbosa
Patos	MG	Centro Cultural	Silva Guerra
Passo Fundo	RS	Centro Cultural	Alberto Torres
Patrocínio Paulista	SP	Centro Cultural	Cônego Peregrino
Pedreiras	MA	Centro Cultural Pedreiras	
Penápolis	SP	Centro Cultural	Conde Afonso Celso
Pilar	AL	Centro Cultural 7 de setembro	
Pindamonhangaba	SP	Centro Cultural da Juventude	
Piracicaba	SP	Centro Cultural	Prudente de Morais
Piracicaba	SP	Centro Cultural	Almeida Junior
Planaltina	GO	Centro Regional de Estudos e Ação	
Poços de Caldas	MG	Centro Cultural	Dr. Pedro Sanches de Lemos
Ponta Grossa	PR	Centro Cultural	Vieira de Alencar
Ponta Grossa	PR	Centro Cultural	Machado de Assis
Pombal	PB	Centro Cultural	Arruda Câmara
Ponta das Pedras - Marajó	PA	Centro Cultural Marajó	
Porto Alegre	RS	Movimento da Mocidade Integralista	
Porto Alegre	RS	Centro Cultural	Eduardo Prado
Potirendaba	SP	Centro Cultural da Juventude	
Pouso Alegre	MG	Centro Cultural	Dona Lisboa
Pouso Alegre	MG	Centro Cultural	Vinícius Meyer
Presidente Prudente	SP	Centro Cultural	Farias Brito
Presidente Prudente	SP	Centro Cultural	Padre Sarrion
Recife	PE	Assoc Pernambucana Estudantil de Letras	
Recife	PE	Centro Cultural	Cônego Joaquim Pedrosa
Recife	PE	Centro Cultural	Joaquim Nabuco
Recife	PE	Centro Estudantil Pernambuc de Imprensa	
Recife	PE	Cruzada Estudantil Anti-Comunista	
Recife	PE	Frente Anti-Comunista Estuds. Secundários	
Recife	PE	Centro Cultural	Oliveira Viana
Resplendor	MG	Centro Cultural	Afonso Celso
Ribeirão Preto	SP	Centro Cultural	José Bonifácio
Ribeirão Preto	SP	Centro Cultural	Olavo Bilac
Rio Bonito	RJ	Centro Cultural	Manoel Duarte
Rio Claro	SP	Centro Cultural da Juventude	
Rio de Janeiro	DF	Centro Cultural [bairro Rio Comprido]	Padre Anchieta
Rio de Janeiro	DF	Grêmio	General Osório
Rio de Janeiro	DF	Centro Estudos Políticos, Econômicos e Sociais	
Rio de Janeiro	DF	Centro Cultural	Pandiá Calógeras
Rio de Janeiro	DF	Grupo Cultural e Receativo	Padre Anchieta
Rio de Janeiro	DF	Centro Cultural (bairro do Méier)	Felipe Camarão
Rio de Janeiro	DF	Centro Cultural	Francisca Júlia
Rio de Janeiro	DF	Centro Cultural	Oliveira Viana
Rio de Janeiro	DF	Centro Cultural	Barão de Lucena
Rio do Sul	SC	Centro Cultural	Emembergo Pelizzeti
Rio Grande	RS	Centro Cultural	Tamandaré

Rio Pomba	MG	Centro Cultural da Juventude	
Roca Sales	RS	Mocidade Integralista	
Rosário	MA	Centro Cultural	Benedito Leite
Russas	CE	Centro Cultural	Dom Lino Rodrigues (Carvalho
Salvador	BA	Grupo Cultural	Teixeira de Freitas
Salvador	BA	Assoc. Baiana de Estudantes Secundários	
Salvador	BA	Centro Cultural	Fagundes Varela
Salvador	BA	Centro Cultural	Pedro II
Salvador	BA	Centro Cultural	Visconde do Cairu
Salvador	BA	Centro de Estudos Pensamento e Ação	
Salvador	BA	Grupo de Estudos Ginásio Brasil	
Salvador	BA	Sociedade de Estudos	Prado Valadares
Santa Adélia	SP	Centro Cultural	Sud Menucci
Santa Bárbara d´Oeste	SP	Centro Cultural	Rui Barbosa
Santa Maria	RS	Centro Cultural da Juventude	
Santarém	PA	Centro Cultural	Felisberto Sussurana
Santo André	SP	Centro Cultural	Jackson de Figueiredo
Santo Ângelo	RS	Centro Cultural	Ascânio Brandão
Santo Ângelo	RS	Centro Cultural	Aquino Correa
Santos	SP	Centro Cultural	José Bonifácio
São Bento do Sapucaí	SP	Centro Cultural	Jackson de Figueiredo
São Bernardes	SP	Centro Cultural da Juventude São Bernardense	
São Caetano Sul	SP	Centro Cultural	Rui Barbosa
São Carlos	SP	Centro Cultural	Capistrano de Abreu
São Fidélis	RJ	Centro Cultural da Juventude	
São Gonçalo	RJ	Centro de Estudos	Casemiro de Abreu
São José	SC	Centro Cultural	Dom Jaime de Barros Câmara
São José do Rio Preto	SP	Centro Cultural	Farias Brito
São Joaquim da Barra	SP	Centro Cultural	Paulo Setúbal
São Joaquim	SC	Centro Cultural	José B. Fortes
São João da Boa Vista	SP	Centro Cultural da Juventude	Pedro II
São João del Rey	MG	Centro Cultural da Juventude	
São João del Rey	MG	Centro Cultural	Dom Bosco
São João del Rey	MG	Centro Cultural	Rui Barbosa
São João do Meriti	RJ	Centro Cultural Meritiense	
São José de Ribamar	MA	Centro Cultural	Vélez Vidigal
São José dos Pinhais	PR	Centro Cultural	Scharffenberb de Quadros
São Leopoldo	RS	Centro Cultural	Alberto Torres
São Leopoldo	RS	União da Juventude Leopoldinense	
São Luis	MA	Centro Cultural	Castro Alves
São Luis	MA	Centro Cultural	Gomes de Souza
São Luis	MA	Sociedade Estudos	Euclides da Cunha
São Paulo	SP	Centro Cultural	Leonel Franca
São Paulo	SP	Popular	
São Paulo	SP	Centro Cultural	‘ de Figueiredo
Serrinha	BA	Centro Cultural da Juventude	Afrânio Peixoto
Sertãozinho	SP	Centro Cultural	Jorge Lacerda
Silvânia	GO	Centro Cultural Silvânia	
Sobral	CE	Centro Cultural da Juventude	Domingos Olímpio
Sorocaba	SP	Grêmio	Varnhagen

Sorocaba	SP	Centro Cultural da Juventude	Martins Francisco
Suzano	SP	Centro Cultural	Marechal Rondon
Taubaté	SP	Centro Cultural da Juventude	
Taquaritinga	SP	Centro Cultural	Everaldo Bekeuser
Teresina	PI	Centro Cultural	Herbert Parente Fortes
Três Corações	MG	Centro Cultural da Juventude	Tanith Farias
Tubarão	SC	Centro Cultural	Altamiro Guimarães
Tucano	BA	Grupo Cultural	Virgílio de Almeida
Ubaitaba	BA	Centro Cultural	
Uberaba	MG	Centro Cultural	Dom Eduardo
Uberlândia	MG	Centro Cultural	Belisário Penna
Uruçuca	BA	Centro Cultural da Juventude	Castro Alves
Valença	BA	Centro de Estudos	Leonel Franca
Varginha	MG	Centro Cultural	Pinto de Oliveira
Venâncio Aires	RS	Centro Cultural da Juventude	
Vitória da Conquista	BA	Centro Cultural	José Sá Nunes
Vitória	ES	Centro Cultural	Madeira de Freitas
Vitória	ES	Centro Cultural	Padre Anchieta
Volta Redonda	RJ	Centro Cultural	Fagundes Varela